

**Jaques Wagner**  
Governador do Estado

**SEPLAN**

**SEMA**

**José Sérgio Gabrielli**  
*Secretário de Planejamento*

**Eugênio Spengler**  
*Secretário do Meio Ambiente*

Edelzuita dos Anjos Silva - Coordenadora

JoséIVALDO de Brito Ferreira

Tatiana Scalco

Rosalvo de Oliveira Jr.

**Clóvis Caribé Menezes dos Santos**  
*Chefe de Gabinete - SEPLAN*

**Adolpho S. Ribeiro Netto**  
*Chefe de Gabinete - SEMA*

**Ranieri Muricy Barreto**  
*Superintendente de Planejamento Estratégico - SEPLAN*

**Luiz Antonio Ferraro Jr.**  
*Superintendente de Estudos e Pesquisas Ambientais - SEMA*

**Thiago dos Santos Xavier**  
*Diretor de Planejamento Territorial- SEPLAN/SPE/DPT*

**Marcelo Henrique Siqueira de Araújo**  
*Diretor de Pesquisas Ambientais - SEP/SEMA*

**COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO**



## GRUPO DE TRABALHO

### SEPLAN – SEI

SEPLAN	SEI
Thiago Santos Xavier	Aline Pereira Rocha
Edelzuita dos Anjos Silva	Erivaldo Lima de Queiroz
Fabiana da Cruz Mattos	Igor Roberto Campos Brandão
Tatiana Scalco Silveira Cravo	Ilice Maria Marques de Carvalho
Érico Silva do Nascimento	Lucas Marinho Lima
Roberto Carneiro Fortuna	Luis Andre de Aguiar Alves
Márcia da Silva Pedreira	Paulo Sérgio Hermida Gonzalez

### SEMA – INEMA

SEMA Titular	INEMA Titular
Luiz Antônio Ferraro Júnior (coordenador geral)	José Ivaldo de Brito Ferreira (coordenador técnico)
Marcelo Henrique Siqueira de Araújo	Florianio Alvarez Soto
Margareth Peixoto Maia	Erivaldo Vieira Adorno
Zoltan Romero Cavalcante	Ailton dos Santos Júnior
Luciano Pinna	Sidnei Silva Suerdieck
Magno Passos Monteiro	<b>Suplente</b>
Rosalvo Oliveira Jr	Aldo Carvalho da Silva
<b>Suplente</b>	Samantha A. Nery Gonzalez Grimaldi
Paulo Henrique Prates Maia	Nielsen Souza
José Renato Melo da Silva	Rita de Cássia Góes Cardoso
	Jeanne Bahia Gonçalves

### SEPLAN

Thiago Reis Goes - Coordenador  
Sônia Pereira Ribeiro  
Andréa Pereira da Silva  
Luiz Carlos Santana Filho  
Sidnei Suerdieck  
Rafael Alves de Almeida  
Edna Maria da Silva  
Mirtes Calvacante de Aquino  
Marcos Luis Cerqueira da Silva  
Nícia Moreira da Silva Santos  
Natã Silva Vieira

### SEMA

Cristiana Sousa Viera  
Aline Bitencourt  
Luciana Matos Santa Rita  
Igor Perez Cunha  
Nielsen Souza  
Fabíola Andrade  
Joseval Almeida  
Márcio Augusto Gonçalves  
Alexandra Hirsch de Santana  
Larissa Santos Lima  
Rodrigo Stolze Pacheco  
Marcelo Senhorinho  
Ricardo Azevedo Duarte  
Zanna Maria Rodrigues de Matos  
Kitty Tavares  
Elba Alves  
Adriano Zeferino  
Michelle Rios Lopes6. Iala Serra Queiroz  
Iara Morena Souza  
Eva Dayana Oliveira Rios Lopes  
Tiago Jordão Porto

## GRUPO DE COLABORADORES





## EQUIPE DO CONSÓRCIO

### GERENCIAMENTO

Erwin Rivero  
*Representante Consórcio Geohidro Sondotécnica*

Arakem Maltez Oliveira  
*Responsável Técnico - GEOHIDRO*

Francisco Cruz Vieira  
*Responsável Técnico - GEOHIDRO*

Homero Menezes Cortes  
*Diretor - SONDOTÉCNICA*

**COORDENAÇÃO TÉCNICA EXECUTIVA**  
Roseane Palavizini – *Arquiteta, DSc Engenharia Ambiental*

**GERENTE EXECUTIVA**  
Andrea Marchesini – *Eng<sup>a</sup> Sanitarista*

### COORDENAÇÕES TEMÁTICAS

#### Planejamento e Meio Físico

Bruno Jardim da Silva  
*Eng<sup>o</sup> Civil*

#### Planejamento e Meio Biótico

Tiago Brasileiro  
*Arquiteto e Urbanista*

#### Planejamento e Meio Socioeconômico

João Pedro Vilela  
*Urbanista*

#### Planejamento, Banco de Dados e Cenários

Vitor Santos  
*Economista*

#### Planejamento e Cartografia

Ivana Silva  
*Geógrafa*

#### Cartografia e Geoprocessamento

Fábia Zaloti  
*Eng<sup>a</sup> Cartógrafa*

### DESENVOLVIMENTO TÉCNICO

Clarissa Brito  
*Eng<sup>a</sup> Sanitarista e Ambiental*

Sueli Oliveira  
*Estatística*

Daniela Moura  
*Eng<sup>a</sup> Sanitarista e Ambiental*

Patrícia dos Santos  
*Geógrafa*

Micheli Gonçalves  
*Eng<sup>a</sup> Ambiental, MSc*

Tânia Linda Andrade  
*Técnica em Geoprocessamento*

Samanta Ribeiro  
*Eng<sup>a</sup> Sanitarista e Ambiental*

Carlos Eduardo Araújo  
*Designer Gráfico*

Carlos Eugênio Ramos  
*Designer Gráfico*

### APOIO DE DESENVOLVIMENTO

Leonardo Adaime  
*Eng<sup>o</sup> Civil, MSc*

Valdirene Dias  
*Geógrafa, MSc*

Fabio Peixoto  
*Comunicador Social*

### ESTAGIÁRIOS

Érica Neres  
*Graduanda em Geologia*  
Eric Câncio  
*Graduando em Engenharia Civil*

Gilza Maciel  
*Graduanda em Engenharia Sanitária e Ambiental*  
Victor Almeida  
*Graduando em Engenharia Sanitária e Ambiental*

### CONSULTORES

#### Arranjos Produtivos Rurais

Amilcar Baiardi  
*Eng<sup>o</sup> Agrônomo, DSc*

#### Aquicultura e Pesca

José Carlos Bezerra  
*Eng<sup>o</sup> de Pesca*

#### Banco de Dados/SIG

Walter Ribeiro  
*Cientista da Computação*

#### Biodiversidade

Rafael Freire  
*Biólogo*

#### Energia

Fernando Alcoforado  
*Eng<sup>o</sup> Eletricista, PhD*

#### Geologia/Águas Subterrâneas

Antônio Marcos Pereira  
*Geólogo, DSc*

Leila Lopes  
*Geóloga*

#### Infraestrutura e Logística

Rafael Vasconcelos  
*Eng<sup>o</sup> Civil*

Raymundo José Garrido  
*Eng<sup>o</sup> Civil, MSc*

#### Jurídico e Institucional

Maria Gravina Ogata  
*Geógrafa e Advogada, DSc*

Larissa Cayres  
*Advogada*

Mayumi Gravina Ogata  
*Advogada*

#### Qualidade Ambiental

Tânia Tavares  
*Química, DSc*

#### Solos

Mário Pestana  
*Agrônomo*

Paulo Corrêa  
*Eng<sup>o</sup> Agrônomo*

#### Unidade de Paisagem/Vulnerabilidade Natural à Erosão

Vera Lúcia Ramos  
*Geógrafa, MSc*

#### Vulnerabilidade Social

Paula Adelaide  
*Arquiteta, MSc*

Arlson Favareto  
*Sociólogo, DSc*

### CONSULTORES AD HOC

Henrique Tomé  
*Eng<sup>o</sup> Florestal, DSc*





## APRESENTAÇÃO

O presente documento contém o Terceiro Relatório Básico do Contrato nº 010/2010, relativo ao Plano de Desenvolvimento Sustentável da Bahia (PDS). Este Relatório reúne os conteúdos definidos a partir do Terceiro Termo Aditivo, no qual está prevista a apresentação do Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE), em sua versão preliminar, organizado a partir dos conteúdos previstos nos Termos de Referência (TDR) e na sinergia necessária entre os instrumentos de planejamento e gestão do território.

O Relatório está organizado em nove volumes, obedecendo à estrutura dos componentes de trabalho, integrantes dos Termos de Referência, sendo cada volume estruturado a partir de três tópicos: i) introdução, que apresenta o tema; ii) metodologia, que descreve os conceitos, procedimentos e referências utilizados no desenvolvimento de cada componente, em seu referido tema; iii) resultados, onde estão apresentados e comentados os resultados obtidos na construção de cada componente. A seguir está descrita a estrutura dos referidos volumes, com seus respectivos componentes de trabalho.

**Volume 1** – Proposta Preliminar do Zoneamento Ecológico-Econômico da Bahia (componente **A5**), Indicações de Ações de Desenvolvimento (**B3A**) e os Arranjos Institucionais para Atuação (componente **C1**);

**Volume 2** – Banco de Dados e WebSIG (componente **D**);

**Volume 3** – Indicação das Unidades de Paisagem (componente **A1**);

**Volume 4** – Diagnóstico da Vulnerabilidade Natural (componente **A2**);

**Volume 5** – Indicação dos Padrões de Qualidade Ambiental (componente **A3**);

**Volume 6** – Caracterização dos Territórios de Identidade (componente **A4**);

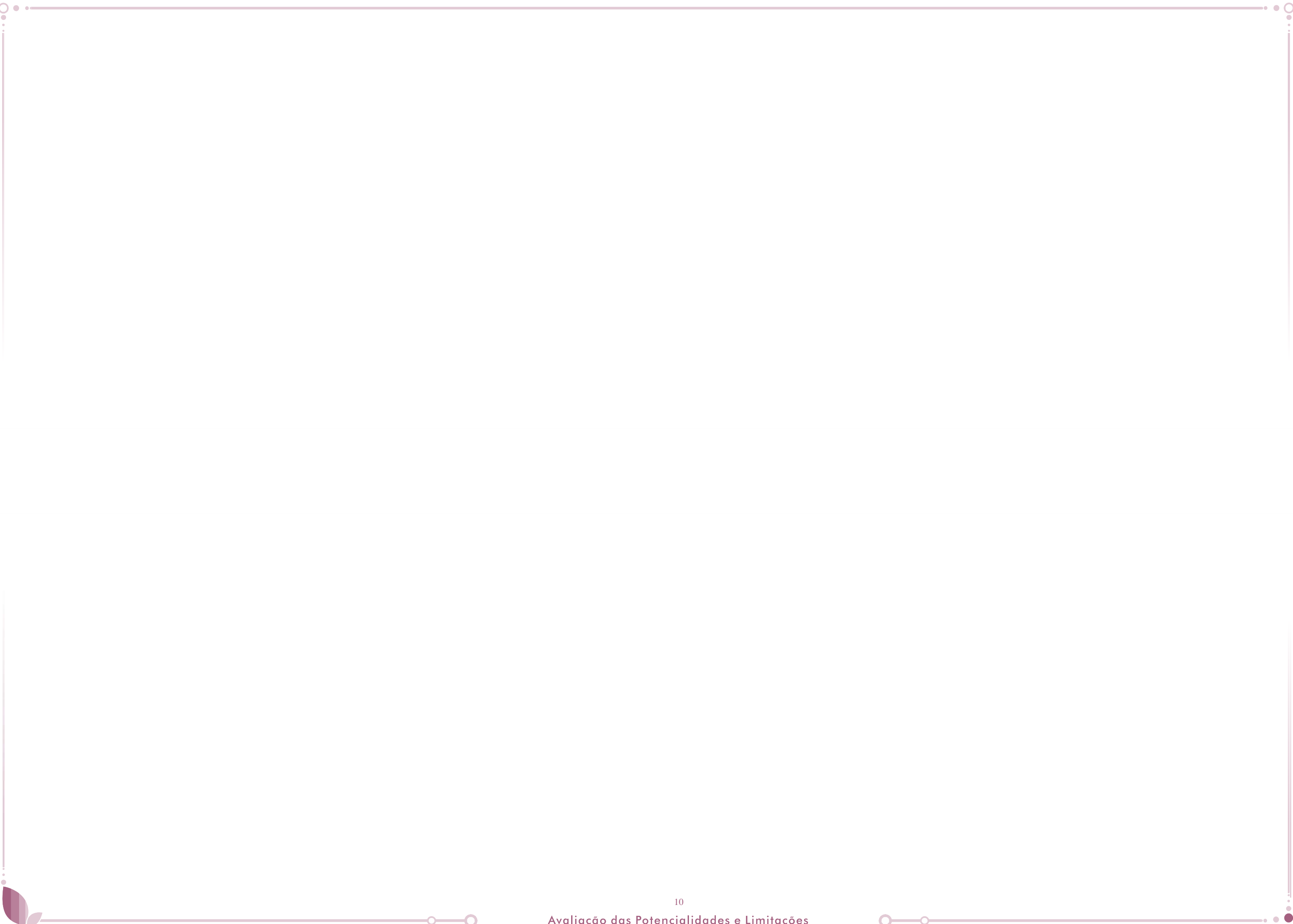
**Volume 7** – Avaliação das Potencialidades e Limitações para o Desenvolvimento (componente **B1A**);

**Volume 8** – Montagem Final dos Cenários (componente **E2**) e Avaliação Crítica das Proposições Existentes (componente **B2A**);

**Volume 9** – Perspectivas de Investimento (**C2**).

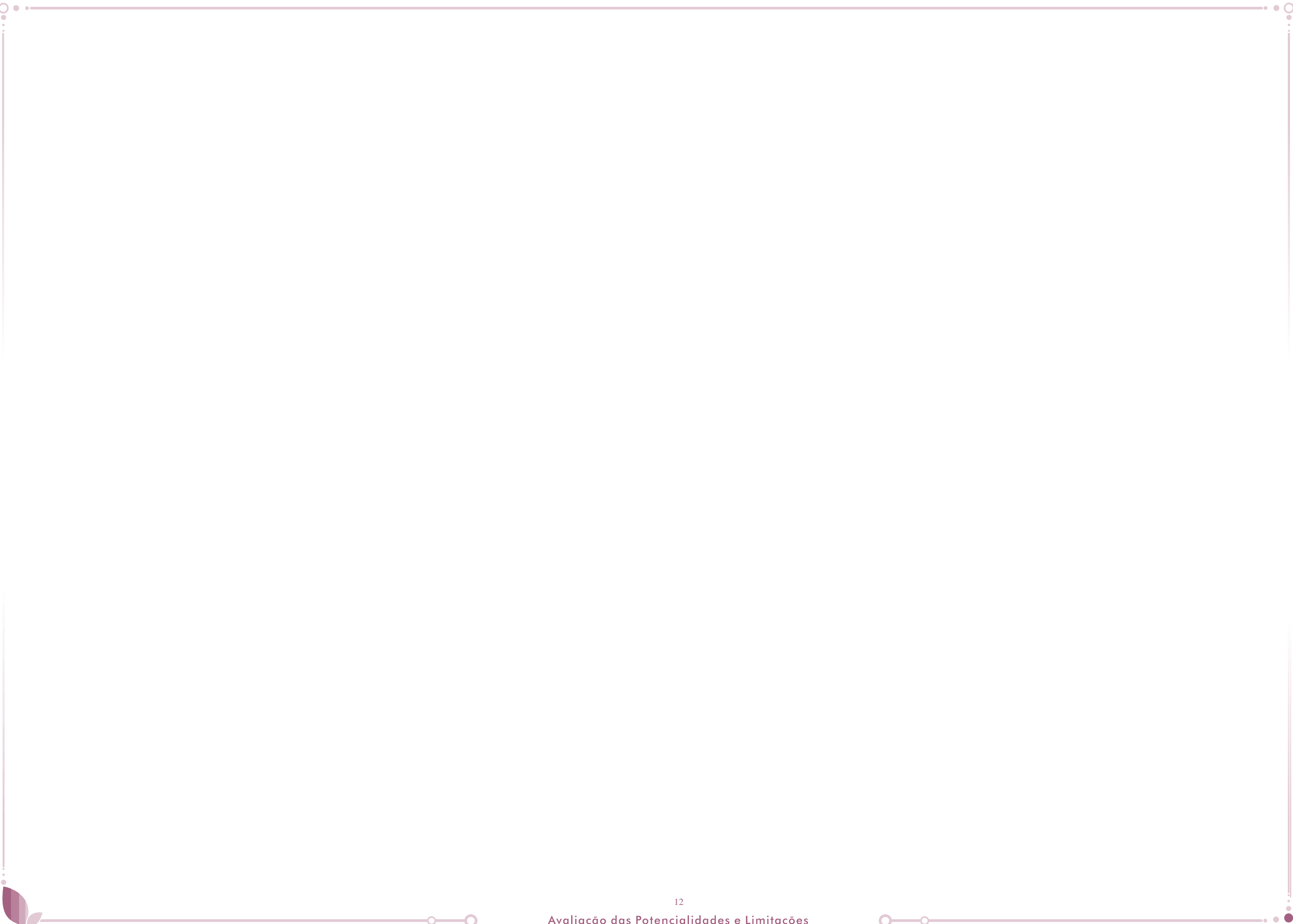
Esses volumes compõem a integridade dos processos e produtos de elaboração do Zoneamento Ecológico-Econômico Preliminar, contemplando, inclusive, todo o conteúdo necessário à adequação do Estado e posterior submissão à participação da sociedade, resultando, assim, na construção final do Zoneamento Ecológico-Econômico da Bahia para aprovação na Assembleia Legislativa.

Para comodidade de leitura e contextualização técnica, os textos de Apresentação e Introdução do Relatório estão inseridos em todos os volumes, garantindo a autonomia na contextualização de cada volume apresentado.



## SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO AO ZEE-BA.....	18	12.	INDÚSTRIA.....	475
2.	POTENCIALIDADES E LIMITAÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO (B1A) .....	19	12.1.	Introdução.....	475
3.	SOLOS .....	21	12.2.	Metodologia.....	475
3.1.	Introdução .....	21	12.3.	Resultados.....	482
3.2.	Metodologia.....	21	13.	INFRAESTRUTURA LOGÍSTICA .....	503
3.3.	Resultados .....	24	13.1.	Introdução .....	503
4.	RECURSOS HÍDRICOS .....	59	13.2.	Metodologia.....	503
4.1.	Introdução .....	59	13.2.2.	Critérios para qualificação dos gargalos logísticos .....	504
4.2.	Metodologia .....	60	13.3.	Resultados.....	504
4.3.	Resultados .....	62	13.4.	Recomendações Destacadas.....	522
5.	RECURSOS MINERAIS .....	80	14.	ENERGIA .....	523
5.1.	Introdução .....	80	14.1.	Introdução .....	523
5.2.	Metodologia .....	80	14.2.	Metodologia.....	523
5.3.	Resultados .....	81	14.3.	Resultados.....	524
6.	BIODIVERSIDADE .....	94	14.4.	Fontes para geração de energia elétrica.....	547
6.1.	Introdução .....	94	14.5.	Fontes utilizadas e potenciais de energia para utilização como combustível no estado da Bahia .....	550
6.2.	Metodologia .....	94	14.6.	Propostas de ações de desenvolvimento sustentável para o setor de energia do Estado da Bahia.....	551
6.3.	Resultados .....	94	15.	INSTITUCIONAL.....	552
7.	PATRIMÔNIO HISTÓRICO-CULTURAL .....	110	15.1.	Introdução .....	552
7.1.	Introdução .....	110	15.2.	Metodologia.....	552
7.2.	Metodologia.....	110	15.3.	Resultados.....	553
7.3.	Resultados .....	111	16.	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	569
8.	SOCIAL .....	124	17.	APÊNDICES .....	576
8.1.	Vulnerabilidade Social .....	124			
8.2.	Metodologia .....	124			
8.3.	Resultados .....	129			
8.4.	Sistemas Sociais Organizados .....	163			
8.5.	Metodologia .....	163			
8.6.	Resultados .....	163			
9.	ARRANJOS PRODUTIVOS RURAIS.....	179			
9.1.	Introdução .....	179			
9.2.	Metodologia .....	179			
9.3.	Resultados .....	181			
10.	AQUICULTURA E PESCA .....	350			
10.1.	Introdução .....	350			
10.2.	Metodologia .....	352			
10.3.	Resultados .....	353			
11.	TURISMO.....	389			
11.1.	Introdução .....	389			
11.2.	Metodologia .....	389			
11.3.	Resultados .....	391			



## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1</b> – Alternativas de utilização das terras conforme os grupos de aptidão agrícola .....	21
<b>Quadro 2</b> – Classes e simbologias correspondentes à aptidão agrícola das terras.....	22
<b>Quadro 3</b> – Quadro guia de Avaliação da Aptidão Agrícola das Terras (região de clima tropical semiárido) .....	23
<b>Quadro 4</b> – Enquadramento dos solos que ocorrem no estado em função das classes de aptidão .....	25
<b>Quadro 5</b> – Síntese de potencialidades, limitações e recomendações referentes ao tema <b>Solos: Terras Indicadas para Atividades Agrícolas</b> .....	30
<b>Quadro 6</b> – Síntese de potencialidades, limitações e recomendações referentes ao tema <b>Solos: Terras Indicadas para Pastagem Plantada</b> .....	40
<b>Quadro 7</b> – Síntese de potencialidades, limitações e recomendações referentes ao tema <b>Solos: Terras Indicadas para Silvicultura e Pastagem Natural</b> .....	47
<b>Quadro 8</b> – Síntese de potencialidades, limitações e recomendações referentes ao tema <b>Solos: Terras Não Indicadas para Atividades Agrícolas, Pastagem ou Silvicultura</b> .....	55
<b>Quadro 9</b> – Síntese de potencialidades, limitações e recomendações referentes ao tema <b>Recursos Hídricos: Disponibilidade Hídrica Superficial</b> .....	63
<b>Quadro 10</b> – Síntese de potencialidades, limitações e recomendações referentes ao tema <b>Recursos Hídricos: Salinização das Águas Superficiais</b> .....	65
<b>Quadro 11</b> – Síntese de potencialidades, limitações e recomendações referentes ao tema <b>Recursos Hídricos: Qualidade das Águas Superficiais</b> .....	68
<b>Quadro 12</b> – Síntese de potencialidades, limitações e recomendações referentes ao tema <b>Recursos Hídricos: Conservação das Águas Superficiais</b> .....	69
<b>Quadro 13</b> – Síntese de potencialidades, limitações e recomendações referentes ao tema <b>Recursos Hídricos: Disponibilidade Hídrica Subterrânea</b> .....	71
<b>Quadro 14</b> – Síntese de potencialidades, limitações e recomendações referentes ao tema <b>Recursos Hídricos: Qualidade das Águas Subterrâneas</b> .....	74
<b>Quadro 15</b> – Síntese de potencialidades, limitações e recomendações referentes ao tema <b>Recursos Hídricos: Conservação das Águas Subterrâneas</b> .....	76
<b>Quadro 16</b> – Bases digitais e planos de informação considerados para a espacialização das zonas de interesse mineral.....	80
<b>Quadro 17</b> – Síntese de potencialidades, limitações e recomendações referentes ao tema <b>Recursos Minerais: Zonas de Interesse de Minerais Não Metálicos</b> .....	82
<b>Quadro 18</b> – Síntese de potencialidades, limitações e recomendações referentes ao tema <b>Recursos Minerais: Zonas de Interesse de Minerais Metálicos</b> .....	85
<b>Quadro 19</b> – Síntese de potencialidades, limitações e recomendações referentes ao tema <b>Recursos Minerais: Zonas de Interesse de Gemas, Pedras Preciosas e Semipreciosas</b> .....	88
<b>Quadro 20</b> – Síntese de potencialidades, limitações e recomendações referentes ao tema <b>Recursos Minerais: Zonas de Interesse de Minerais Energéticos</b> .....	91
<b>Quadro 21</b> – Síntese de potencialidades, limitações e recomendações referentes ao tema <b>Biodiversidade: Qualidade Ambiental da Biodiversidade</b> .....	95
<b>Quadro 22</b> – Síntese de potencialidades, limitações e recomendações referentes ao tema <b>Biodiversidade: Vulnerabilidade Natural da Biodiversidade</b> .....	102
<b>Quadro 23</b> – Síntese de potencialidades, limitações e recomendações referentes ao tema <b>Patrimônio Histórico-Cultural: Patrimônio Imaterial</b> .....	112
<b>Quadro 24</b> – Síntese de potencialidades, limitações e recomendações referentes ao tema <b>Patrimônio Histórico-Cultural: Patrimônio Material</b> .....	113
<b>Quadro 25</b> – Síntese de potencialidades, limitações e recomendações referentes ao tema <b>Patrimônio Histórico-Cultural: Patrimônio Arqueológico</b> .....	118
<b>Quadro 26</b> – Variáveis analíticas do Indicador Dimensional Qualidade de Vida.....	124
<b>Quadro 27</b> – Variáveis analíticas do Indicador Dimensional Condição de Vida.....	125
<b>Quadro 28</b> – Variáveis analíticas do Indicador Dimensional Condição Econômica.....	125
<b>Quadro 29</b> – Lista das variáveis analíticas que compõem o banco de dados de vulnerabilidade social, organizadas por indicador dimensional.....	126
<b>Quadro 30</b> – Representação dos Indicadores Dimensionais e das tipologias de Vulnerabilidade Social.....	126
<b>Quadro 31</b> – Critérios de hierarquização dos indicadores dimensionais.....	127
<b>Quadro 32</b> – Descrição das zonas proximais e de comodidade segundo o desempenho do indicador dimensional.....	127
<b>Quadro 33</b> – Pontuação de referência das variáveis dos indicadores dimensionais.....	129
<b>Quadro 34</b> – Caracterização do conjunto dos municípios do tipo 1 de vulnerabilidade social.....	129
<b>Quadro 35</b> – Caracterização do conjunto dos municípios do tipo 2 de vulnerabilidade social.....	130
<b>Quadro 36</b> – Caracterização do conjunto dos municípios do tipo 3 de vulnerabilidade social.....	130
<b>Quadro 37</b> – Caracterização do conjunto dos municípios do tipo 4 de vulnerabilidade social.....	131
<b>Quadro 38</b> – Caracterização do conjunto dos municípios do tipo 5 de vulnerabilidade social.....	131
<b>Quadro 39</b> – Caracterização do conjunto dos municípios do tipo 6 de vulnerabilidade social.....	132
<b>Quadro 40</b> – Caracterização do conjunto dos municípios do tipo 7 de vulnerabilidade social.....	132
<b>Quadro 41</b> – Caracterização do conjunto dos municípios do tipo 8 de vulnerabilidade social.....	133
<b>Quadro 42</b> – Síntese de potencialidades, limitações e recomendações referentes ao tema <b>Social: Vulnerabilidade Social</b> .....	138
<b>Quadro 43</b> – Síntese de potencialidades, limitações e recomendações referentes ao tema <b>Social: Sistemas Sociais Organizados</b> .....	168
<b>Quadro 44</b> – Sistemas produtivos agropecuários abordados no ZEE-Ba .....	179
<b>Quadro 45</b> – Síntese de potencialidades, limitações e recomendações referentes ao tema <b>Arranjos Produtivos Rurais: Arranjo do Algodão</b> .....	182
<b>Quadro 46</b> – Síntese de potencialidades, limitações e recomendações referentes ao tema <b>Arranjos Produtivos Rurais: Arranjo da Apicultura</b> .....	185
<b>Quadro 47</b> – Síntese de potencialidades, limitações e recomendações referentes ao tema <b>Arranjos Produtivos Rurais: Arranjo da Avicultura Integrada</b> .....	192
<b>Quadro 48</b> – Síntese de potencialidades, limitações e recomendações referentes ao tema <b>Arranjos Produtivos Rurais: Arranjo da Bovinocultura</b> .....	201
<b>Quadro 49</b> – Síntese de potencialidades, limitações e recomendações referentes ao tema <b>Arranjos Produtivos Rurais: Arranjo do Cacau</b> .....	219
<b>Quadro 50</b> – Síntese de potencialidades, limitações e recomendações referentes ao tema <b>Arranjos Produtivos Rurais: Arranjo do Café</b> ..	231
<b>Quadro 51</b> – Síntese de potencialidades, limitações e recomendações referentes ao tema <b>Arranjos Produtivos Rurais: Arranjo da Cana de Açúcar</b> .....	239
<b>Quadro 52</b> – Síntese de potencialidades, limitações e recomendações referentes ao tema <b>Arranjos Produtivos Rurais: Arranjo da Caprinocultura</b> .....	248
<b>Quadro 53</b> – Síntese de potencialidades, limitações e recomendações referentes ao tema <b>Arranjos Produtivos Rurais: Arranjo de Citros</b> .....	256
<b>Quadro 54</b> – Síntese de potencialidades, limitações e recomendações referentes ao tema <b>Arranjos Produtivos Rurais: Arranjo do Coco</b> ..	261
<b>Quadro 55</b> – Síntese de potencialidades, limitações e recomendações referentes ao tema <b>Arranjos Produtivos Rurais: Arranjo do Dendê</b> .....	269
<b>Quadro 56</b> – Síntese de potencialidades, limitações e recomendações referentes ao tema <b>Arranjos Produtivos Rurais: Arranjo do Feijão</b> .....	275
<b>Quadro 57</b> – Síntese de potencialidades, limitações e recomendações referentes ao tema <b>Arranjos Produtivos Rurais: Arranjo da Fruticultura Irrigada</b> .....	285
<b>Quadro 58</b> – Síntese de potencialidades, limitações e recomendações referentes ao tema <b>Arranjos Produtivos Rurais: Arranjo da Heveicultura</b> .....	290
<b>Quadro 59</b> – Síntese de potencialidades, limitações e recomendações referentes ao tema <b>Arranjos Produtivos Rurais: Arranjo do Mamão</b> .....	294
<b>Quadro 60</b> – Síntese de potencialidades, limitações e recomendações referentes ao tema <b>Arranjos Produtivos Rurais: Arranjo da Mamona</b> .....	299
<b>Quadro 61</b> – Síntese de potencialidades, limitações e recomendações referentes ao tema <b>Arranjos Produtivos Rurais: Arranjo da Mandioca</b> .....	306
<b>Quadro 62</b> – Síntese de potencialidades, limitações e recomendações referentes ao tema <b>Arranjos Produtivos Rurais: Arranjo do Maracujá</b> .....	317
<b>Quadro 63</b> – Síntese de potencialidades, limitações e recomendações referentes ao tema <b>Arranjos Produtivos Rurais: Arranjo do Milho</b> .....	324
<b>Quadro 64</b> – Síntese de potencialidades, limitações e recomendações referentes ao tema <b>Arranjos Produtivos Rurais: Arranjo da Silvicultura</b> .....	339
<b>Quadro 65</b> – Síntese de potencialidades, limitações e recomendações referentes ao tema <b>Arranjos Produtivos Rurais: Arranjo do Sisal</b> ..	344



Quadro 66 - Síntese de potencialidades, limitações e recomendações referentes ao tema <b>Arranjos Produtivos Rurais: Arranjo da Soja</b> ....	347
Quadro 67 - Síntese de potencialidades, limitações e recomendações referentes ao tema <b>Aquicultura e Pesca: Corpos d'Água Continentais (Barragem, Represa e Açude)</b> .....	354
Quadro 68 - Síntese de potencialidades, limitações e recomendações referentes ao tema <b>Aquicultura e Pesca: Quantidade de Pescadores</b> .....	363
Quadro 69 - Síntese de potencialidades, limitações e recomendações referentes ao tema <b>Aquicultura e Pesca: Corpos d'Água Marinhas/Estuarinos (Baía e Estuário)</b> .....	367
Quadro 70 - Síntese de potencialidades, limitações e recomendações referentes ao tema <b>Aquicultura e Pesca: Viveiros de Maricultura</b> .....	380
Quadro 71 - Municípios por zonas turísticas do estado da Bahia.....	389
Quadro 72 - Fontes de informação utilizadas para a identificação das potencialidades.....	390
Quadro 73 - Síntese de potencialidades, limitações e recomendações referentes ao tema <b>Turismo: Patrimônio Natural - Conjunto Geográfico</b> .....	392
Quadro 74 - Síntese de potencialidades, limitações e recomendações referentes ao tema <b>Turismo: Patrimônio Natural - Conjunto Natural Integrado e de Uso Agrícola/Agroflorestal</b> .....	397
Quadro 75 - Síntese de potencialidades, limitações e recomendações referentes ao tema <b>Turismo: Patrimônio Natural - Ecossistema</b> .....	398
Quadro 76 - Síntese de potencialidades, limitações e recomendações referentes ao tema <b>Turismo: Patrimônio Natural - Paisagem Costeira</b> .....	400
Quadro 77 - Síntese de potencialidades, limitações e recomendações referentes ao tema <b>Turismo: Patrimônio Natural - Sistema Hidrográfico</b> .....	402
Quadro 78 - Síntese de potencialidades, limitações e recomendações referentes ao tema <b>Turismo: Patrimônio Histórico e Monumental - Núcleo Histórico</b> .....	405
Quadro 79 - Síntese de potencialidades, limitações e recomendações referentes ao tema <b>Turismo: Patrimônio Histórico e Monumental - Edificação e Monumento Histórico</b> .....	409
Quadro 80 - Síntese de potencialidades, limitações e recomendações referentes ao tema <b>Turismo: Patrimônio Natural Especial - Patrimônio Espeleológico</b> .....	411
Quadro 81 - Síntese de potencialidades, limitações e recomendações referentes ao tema <b>Turismo: Patrimônio Natural Especial - Recurso Hidrotérmico Subterrâneo</b> .....	412
Quadro 82 - Síntese de potencialidades, limitações e recomendações referentes ao tema <b>Turismo: Patrimônio Imaterial - Comunidade Autêntica</b> .....	413
Quadro 83 - Síntese de potencialidades, limitações e recomendações referentes ao tema <b>Turismo: Patrimônio Imaterial - Comunidade Étnica</b> .....	415
Quadro 84 - Síntese de potencialidades, limitações e recomendações referentes ao tema <b>Turismo: Patrimônio Imaterial - Produção e Manifestação Artística e Cultural</b> .....	417
Quadro 85 - Síntese de potencialidades, limitações e recomendações referentes ao tema <b>Turismo: Infraestrutura Turística - Acesso Aeroviário</b> .....	423
Quadro 86 - Síntese de potencialidades, limitações e recomendações referentes ao tema <b>Turismo: Infraestrutura Turística - Acesso Hidroviário</b> .....	426
Quadro 87 - Síntese de potencialidades, limitações e recomendações referentes ao tema <b>Turismo: Infraestrutura Turística - Acesso Rodoviário</b> .....	429
Quadro 88 - Síntese de potencialidades, limitações e recomendações referentes ao tema <b>Turismo: Infraestrutura Turística - Acesso Ferroviário</b> .....	435
Quadro 89 - Síntese de potencialidades, limitações e recomendações referentes ao tema <b>Turismo: Infraestrutura Turística - Comunicação</b> .....	436
Quadro 90 - Síntese de potencialidades, limitações e recomendações referentes ao tema <b>Turismo: Infraestrutura Turística - Infraestrutura Básica Local</b> .....	438
Quadro 91 - Síntese de potencialidades, limitações e recomendações referentes ao tema <b>Turismo: Infraestrutura Turística - Infraestrutura Hoteleira</b> .....	445
Quadro 92 - Síntese de potencialidades, limitações e recomendações referentes ao tema <b>Turismo: Sustentabilidade Socioeconômica Local</b> .....	460
Quadro 93 - Síntese de potencialidades, limitações e recomendações referentes ao tema <b>Turismo: Sustentabilidade Socioeconômica Regional</b> .....	465
Quadro 94 - Fatores locacionais tradicionais .....	476
Quadro 95 - Fatores locacionais tradicionais contemporâneas .....	476
Quadro 96 - Síntese de potencialidades, limitações e recomendações referentes ao tema <b>Indústria: Cadeia ou Setor de Produção</b> .....	483

Quadro 97 - Síntese de potencialidades, limitações e recomendações referentes ao tema <b>Indústria: Distrito ou Polo Industrial</b> .....	490
Quadro 98 - Síntese de potencialidades, limitações e recomendações referentes ao tema <b>Indústria: Arranjo Minerário</b> .....	497
Quadro 99 - Indicadores adotados para qualificação dos gargalos logísticos .....	504
Quadro 100 - Classificação dos Indicadores que influenciam no grau de dificuldade de Fluição e Tráfego num eixo ou instalação logística ..	504
Quadro 101 - Síntese de potencialidades, limitações e recomendações para o tema <b>Infraestrutura Logística: Corredor Norte-Sul Litorâneo</b> .....	505
Quadro 102 - Síntese de potencialidades, limitações e recomendações para o tema <b>Infraestrutura Logística: Corredor Norte-Sul Interior</b> .....	506
Quadro 103 - Síntese de potencialidades, limitações e recomendações para o tema <b>Infraestrutura Logística: Corredor Norte-Sul Oeste</b> ..	508
Quadro 104 - Síntese de potencialidades, limitações e recomendações para o tema <b>Infraestrutura Logística: Corredor Transversal Oeste-Leste</b> .....	509
Quadro 105 - Síntese de potencialidades, limitações e recomendações para o tema <b>Infraestrutura Logística: Corredor Transversal Norte</b> .....	510
Quadro 106 - Síntese de potencialidades, limitações e recomendações para o tema <b>Infraestrutura Logística: Corredor Norte-Sul Marítimo</b> .....	511
Quadro 107 - Síntese de potencialidades, limitações e recomendações para o tema <b>Infraestrutura Logística: Transporte Aeroviário</b> .....	513
Quadro 108 - Síntese de potencialidades, limitações e recomendações para o tema <b>Infraestrutura Logística: Tecnologia de Informática e Comunicação</b> .....	514
Quadro 109 - Síntese de potencialidades, limitações, impactos ambientais e recomendações referentes ao tema <b>Energia: Fontes Potenciais para o Suprimento de Energia Elétrica</b> .....	525
Quadro 110 - Síntese de potencialidades, limitações, impactos ambientais e recomendações referentes ao tema <b>Energia: Fontes Potenciais para a Produção de Combustível</b> .....	538
Quadro 111 - Síntese de potencialidades, limitações e recomendações referentes ao tema <b>Institucional: Presença Física de Instituições Públicas</b> .....	554
Quadro 112 - Síntese de potencialidades, limitações e recomendações referentes ao tema <b>Institucional: Sistema de Gestão Ambiental Municipal</b> .....	555
Quadro 113 - Síntese de potencialidades, limitações e recomendações referentes ao tema <b>Institucional: Participação de Instituições Públicas em Colegiados</b> .....	556
Quadro 114 - Síntese de potencialidades, limitações e recomendações referentes ao tema <b>Institucional: Investimento Privados</b> .....	558
Quadro 115 - Síntese de potencialidades, limitações e recomendações referentes ao tema <b>Institucional: Políticas Federais</b> .....	559
Quadro 116 - Síntese de potencialidades, limitações e recomendações referentes ao tema <b>Institucional: Políticas Estaduais</b> .....	562





## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1</b> – Desempenho estadual dos indicadores dimensionais.....	127
<b>Tabela 2</b> - Produção de pescados na Bahia em 2010.....	350
<b>Tabela 3</b> - Volume total e número de corpos hídricos continentais da Bahia por Território de Identidade.....	382
<b>Tabela 4</b> - Quantidade de pescadores e marisqueiras da Bahia por Território de Identidade, cadastrados no Registro Geral da Pesca (RGP), em maio de 2013.....	385
<b>Tabela 5</b> - Áreas de fazendas de mariculturada Bahia por Território de Identidade, e produção e produtividade média para o Estado.....	386
<b>Tabela 6</b> - Distribuição macrorregional do número de estabelecimentos industriais no estado da Bahia.....	475
<b>Tabela 7</b> – Participação das instituições públicas nos colegiados .....	567
<b>Tabela 8</b> - Evolução da oferta interna de energia de 2000 A 2008(%).....	675
<b>Tabela 9</b> - Evolução da oferta interna de energia de 2000 a 2008.....	675
<b>Tabela 10</b> - Oferta interna de Energia (%) – 2010 .....	675
<b>Tabela 11</b> - Evolução da demanda de energia de 2000 a 2008 (10 <sup>3</sup> tep) .....	676
<b>Tabela 12</b> - Demanda de energia em 2009 e 2010.....	676
<b>Tabela 13</b> - Balanço Demanda /Produção de Petróleo e Gás Natural de 2000 A 2008 (10 <sup>3</sup> Tep) .....	677
<b>Tabela 14</b> - Evolução das reservas e produção de petróleo e gás natural na bahia .....	678

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1</b> – Fluxo do estudo das zonas proximais dos indicadores dimensionais.....	127
<b>Figura 2</b> – Representação ilustrativa dos sistemas sociais organizados da Bahia no ano de 2010 .....	166
<b>Figura 3</b> – Exemplo da ficha utilizada para a caracterização dos arranjos produtivos rurais .....	180
<b>Figura 4</b> – Ilustração com a espacialização da área plantada, quantidade e valor da produção da soja na Macrorregião Cerrado (2009) .....	180
<b>Figura 5</b> – Ilustração espacial sintética do funcionamento do arranjo produtivo da soja no território baiano .....	181
<b>Figura 6</b> – Percentual de indústrias extrativas por Território de Identidade .....	477
<b>Figura 7</b> – Percentual de Indústrias de transformação por Território de Identidade.....	477
<b>Figura 8</b> – Percentual de indústrias de eletricidade e gás por Território de Identidade. ....	477
<b>Figura 9</b> – Percentual de indústrias de água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação por Território de Identidade. ....	477
<b>Figura 10</b> – Percentual de indústrias de construção por Território de Identidade .....	477
<b>Figura 11</b> – Percentual do total de indústrias por Território de Identidade .....	477
<b>Figura 12</b> - Evolução da oferta interna de energia de 2000 a 2008 .....	675
<b>Figura 13</b> - Evolução da oferta interna de energia de 2000 a 2008 (%) .....	675
<b>Figura 14</b> - Oferta Interna de Energia (%) – 2010.....	676
<b>Figura 15</b> - Sistema Interligado Nacional incluídas as ligações com Venezuela e Argentina .....	677
<b>Figura 16</b> - Rede do Gasene.....	678
<b>Figura 17</b> - Trecho da Rede do Gasene na Bahia .....	679

## LISTA DE CARTOGRAMAS

<b>Cartograma 1</b> – Aptidão Agrícola das Terras.....	23
<b>Cartograma 2</b> – Tipo de vulnerabilidade e desempenho do indicador dimensional qualidade de vida .....	134
<b>Cartograma 3</b> – Tipo de vulnerabilidade e desempenho do indicador dimensional condição econômica.....	136

**Cartograma 4** – Tipo de vulnerabilidade e desempenho do indicador dimensional condição de vida .....

**Cartograma 5** - Grandes grupos de minerais por municípios com (reservas minerais conhecidas) .....



## 1. INTRODUÇÃO AO ZEE-BA

O planejamento do desenvolvimento sustentável no Brasil vem sendo estruturado a partir de um conjunto de políticas públicas que orienta e regulamenta a relação entre a dinâmica cultural da sociedade e a dinâmica ecológica dos ecossistemas, buscando uma convivência saudável e respeitosa com os bens comuns e com a diversidade cultural. Algumas políticas são referências fundamentais para o desenvolvimento do planejamento territorial sustentável, a exemplo da gestão da água, do sistema nacional de unidades de conservação, do estatuto das cidades, do saneamento ambiental, da conservação da biodiversidade, dos povos e comunidades tradicionais, entre outras.

O Estado da Bahia vem regulamentando, em suas políticas e documentos publicados, as recomendações desse conjunto de normas, tendo desenvolvido o documento *Resgatando o Planejamento Estratégico no Estado da Bahia*, com uma antevisão do período 2008-2028, que tem como missão: “*Promover o desenvolvimento socioeconômico e ambiental do Estado da Bahia em bases sustentáveis, garantindo igualdade e oportunidades a todos os cidadãos, independentemente de raça, gênero e religião*”. Em suas diretrizes estratégicas, o referido documento destaca o Desenvolvimento Territorial Sustentável, definindo diretrizes específicas para a preservação e recuperação do meio ambiente e sua sustentabilidade. Entre as diretrizes estratégicas territoriais estão propostos: a elaboração de planos mestres das macrorregiões (Cerrado, Litoral Norte, Litoral Sul, Recôncavo-RMS e Semiárido) e os Planos Diretores Participativos de Desenvolvimento Sustentável dos 27 Territórios de Identidade. O documento apresenta, ainda, uma proposta de modelo de gestão, destacando princípios e valores associados à governança eficiente, eficaz, efetiva e solidária, mirando na implementação da seguinte visão de futuro: “*ser um Estado produtor de bens e serviços de alto valor agregado, articulado nacional e internacionalmente, cuja população desfrute de qualidade de vida, equilíbrio social e étnico*”.

Neste contexto, o Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE) do Estado da Bahia foi desenvolvido como instrumento de ordenamento territorial de macro planejamento a partir da relação entre as dimensões da sustentabilidade: ecológica, social, cultural, econômico-tecnológica, política e jurídico-institucional, tendo como finalidade a promoção da equidade social, da valorização cultural, do desenvolvimento econômico e da conservação das riquezas naturais e bens comuns.

O ZEE é um instrumento de planejamento, organização e gestão do território brasileiro que, segundo seu Decreto nº 4.297/2002, busca harmonizar as relações econômicas, sociais e ambientais que nele se estruturam, “*estabelecendo medidas e padrões de proteção ambiental destinados a assegurar a qualidade ambiental, dos recursos hídricos e do solo e a conservação da biodiversidade, garantindo o desenvolvimento sustentável*”. Requer uma abordagem integrada e compartilhada de políticas públicas e arranjos institucionais, promovendo a articulação de ações e políticas territoriais, estruturadas em uma arquitetura de governança que relacione o poder público, o segmento econômico e a sociedade civil organizada, no planejamento e na gestão do seu território. O ZEE é definido pelo Ministério do Meio Ambiente como estratégia central na discussão das questões fundamentais para o futuro do Brasil, a exemplo da questão Amazônica, do Cerrado, dos Biocombustíveis e das Mudanças Climáticas. Segundo o Ministério do Meio Ambiente (BRASIL, 2013), os princípios norteadores do ZEE são: o *Participativo*, que considera o diálogo com a sociedade nas diversas fases dos trabalhos, desde a concepção até a gestão, buscando um instrumento autêntico, legítimo e exequível; o *Equitativo*, que visa garantir a igualdade de oportunidades de desenvolvimento; o *Sustentável*, que prevê a convivência saudável e harmoniosa com as riquezas naturais; o *Holístico*, que busca uma abordagem interdisciplinar na relação da dinâmica ecológica, ambiental, econômica e sociocultural; e o *Sistêmico*, enfatizando uma visão integrada e complexa, capaz de reconhecer as relações de interdependência entre os sistemas físico-biótico e socioeconômico.

De acordo com o decreto supracitado, o ZEE tem como principal objetivo a organização do território, vinculando as decisões dos agentes públicos e privados à implementação de planos, programas, projetos e atividades que, direta ou indiretamente, utilizam recursos naturais. Sendo assim, o ZEE visa assegurar a “*plena manutenção do capital e dos serviços ambientais dos ecossistemas*”, estabelecendo medidas e padrões de proteção ambiental, que visam garantir a qualidade ambiental e o desenvolvimento sustentável. O Decreto destaca ainda que, o processo de elaboração e implementação do ZEE deve buscar a sustentabilidade ecológica, econômica e social; contar com ampla participação democrática, compartilhando ações e responsabilidades entre o poder público e a sociedade civil; e, por fim, valorizar o conhecimento científico e multidisciplinar. O ZEE tem como resultante final a organização do território em zonas de acordo com as necessidades de proteção, conservação e recuperação dos recursos naturais e do desenvolvimento sustentável. As zonas deverão demonstrar utilidade e simplicidade, visando facilitar a implementação de seus limites e restrições pelo poder público e sua fácil compreensão pelos cidadãos.

O ZEE-BA tem como premissa o desenvolvimento socioeconômico, inclusivo e participativo, visando promover efetivas mudanças e melhoria da qualidade de vida da população baiana. Esse documento se consolida, portanto, como importante ferramenta para tomada de decisões por parte do governo, da sociedade civil e do setor econômico, favorecendo a orientação articulada para a elaboração de planos de infraestrutura, logística, geração de energia, indicação de áreas de proteção ambiental e sociocultural, e outras recomendações que contribuam para o desenvolvimento sustentável do território.

A Lei nº 12.377/2011, que dispõe sobre a Política Estadual de Meio Ambiente e de Proteção à Biodiversidade, estabelece o Zoneamento Ambiental (ZA) como importante instrumento balizador de planos de desenvolvimento. Uma breve comparação permite observar que o escopo do ZA é semelhante ao do ZEE, podendo substituí-lo para os devidos efeitos jurídicos e institucionais, conforme apresentado no artigo 17 dessa lei: “*O Zoneamento Ambiental objetiva a utilização racional dos recursos ambientais de forma a promover o desenvolvimento social e econômico sustentáveis e a proteção do patrimônio natural, histórico, étnico e cultural*”.

Assumindo esse importante desafio, o ZEE-BA foi desenvolvido, em versão preliminar, de forma articulada e dinâmica, buscando as retroalimentações necessárias à construção do instrumento e seus componentes. As metodologias utilizadas foram fundamentadas em referências científicas, publicadas e experimentadas, possibilitando adaptações consistentes no atendimento às especificidades do estado da Bahia. As análises e abordagens foram fundamentadas especialmente no reconhecimento da realidade ecológica, socioeconômica, sociocultural e político institucional do Estado, e sua articulação nacional com estratégias econômicas, logísticas, de infraestrutura, de energia, de equidade social, valorização cultural e de conservação da natureza. Em caráter preliminar, o ZEE-BA foi elaborado como uma versão propositiva, buscando contemplar a visão estruturante do Estado, na perspectiva da posterior participação da sociedade, ressaltando valores como a solidariedade, a cooperação, o diálogo, a responsabilidade compartilhada e a sustentabilidade.

Tendo partido do conhecimento dos ZEEs elaborados no Brasil, o ZEE-BA adotou como referência metodológica *latu sensu*, o conjunto de metodologias integrantes da Gestão Transdisciplinar do Ambiente (PALAVIZINI, 2006), que está estruturada em três pilares: a complexidade do planejamento territorial e a integração de políticas públicas; a efetiva participação da sociedade no planejamento e na gestão do território; e a complexidade da governança do território. Esses pilares valorizam os aspectos da transversalidade, do diálogo de saberes e conhecimentos, da efetiva participação da sociedade e da gestão integrada entre os segmentos público, social e econômico, na construção da governança do território.

Este Terceiro Relatório Básico apresenta os produtos finais do ZEE-BA Preliminar, com seus respectivos componentes, organizados em oito volumes, nos quais estão descritos os conceitos de referência, as metodologias aplicadas e os resultados obtidos no desenvolvimento dos estudos diagnósticos, assim como na definição das zonas e diretrizes, cenários e arranjos institucionais para sua implementação.

## 2. POTENCIALIDADES E LIMITAÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO (B1A)

Este componente corresponde a uma leitura síntese da situação atual das dimensões ecológica, social, cultural, econômica e institucional do Estado, se constituindo numa sistematização de características e situações que podem se comportar como potencialidades e limitações para o desenvolvimento sustentável da atividade humana no território.

A construção dessa análise foi possível a partir dos diferentes levantamentos e estudos realizados na fase de leitura territorial do Estado, envolvendo todos os levantamentos e análises realizadas nos diagnósticos físico-bióticos e socioeconômicos produzidos no âmbito do ZEE-BA e incorporando substancialmente conteúdos do componente B1 - Avaliação do Potencial e Limitações de Desenvolvimento, referente aos Planos Mestres. Esse componente é, portanto, um componente sintético que seleciona e sistematiza os aspectos mais relevantes da realidade territorial que, por isso, são de grande importância para balizar o desenvolvimento de cada parte do território da Bahia.

Destaca-se um aspecto importante deste componente B1-A apresentado, qual seja a indicação de *potencialidades* e de *limitações* para todas as dimensões indicadas no TDR (Ambiental, Produtiva, Social e Institucional), considerando-se que quaisquer dessas dimensões podem apresentar características que se comportem como potencialidades e limitações. Embora o Termo de Referência<sup>1</sup> não considere o caráter dialógico das potencialidades e limitações (um mesmo elemento ou característica pode representar potencialidade sob determinado aspecto e limitações sobre outro), o ZEE-BA considerou em sua análise territorial, essa forma ampliada de compreensão. Um exemplo desse aprimoramento metodológico é o tema social, que no TDR é considerado exclusivamente como análise das limitações, e o ZEE-BA considerou seu caráter dialógico, identificando as potencialidades e limitações referentes ao tema. Outro exemplo é o tema institucional, que no TDR são considerados para a análise, exclusivamente, das potencialidades, e o ZEE-BA considerou também a análise de suas limitações.

Estruturado em temas, o componente de trabalho B1-A Potencialidades e Limitações de Desenvolvimento favorece uma leitura estratégica do território, tendo como foco a identificação de aspectos ecológicos, sociais, econômicos e institucionais mais relevantes ao desenvolvimento sustentável. Em conformidade com o TDR, cada aspecto foi analisado com o objetivo de interpretar quais as possibilidades, oportunidades e riscos podem ser provocados na relação entre a sociedade e sua economia, com os bens naturais e culturais. Também foram identificadas quais as recomendações mais indicadas para orientar os usos atuais e futuros, sempre na perspectiva do desenvolvimento sustentável. Os temas para os quais foram identificadas e sistematizadas potencialidades, limitações e recomendações são:

- i. Solos;
- ii. Recursos hídricos;
- iii. Recursos Minerais
- iv. Biodiversidade;
- v. Patrimônio histórico-cultural;
- vi. Social;
- vii. Arranjos produtivos rurais;
- viii. Aquicultura e pesca;
- ix. Turismo;
- x. Indústria;
- xi. Infraestrutura logística;
- xii. Energia;
- xiii. Institucional.

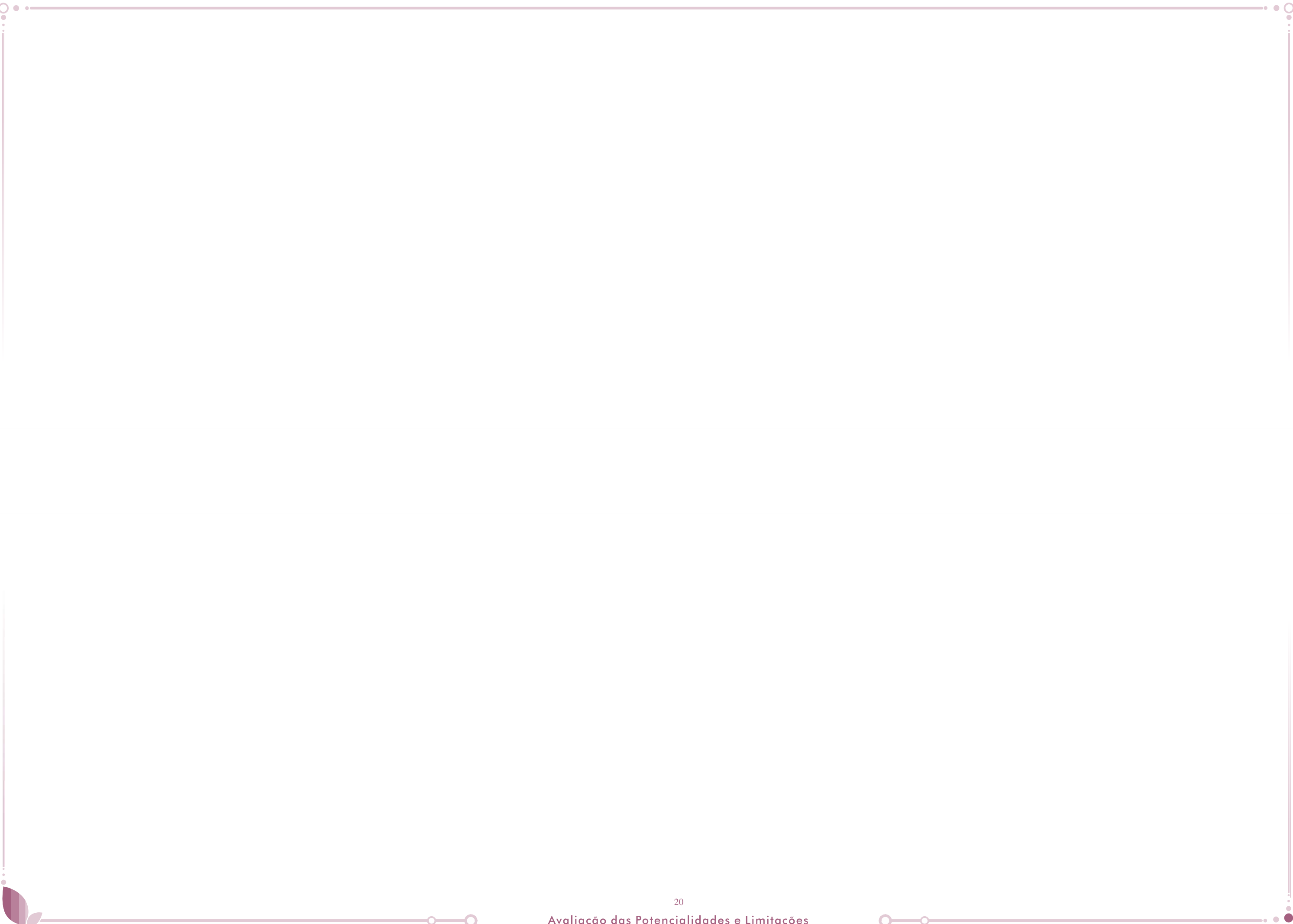
Para cada tema são apresentados: i) a **Introdução**, apresentando o contexto do tema analisado; ii) a **Metodologia** adotada para a realização da leitura do tema; iii) os **Resultados**, onde está apresentado o **Quadro – síntese** com a sistematização dos conteúdos daquele tema considerados Potencialidades, Limitações e recomendações que orientam seu melhor aproveitamento para o desenvolvimento sustentável, complementado com um texto conclusivo da leitura temática, destacando as principais potencialidades, limitações e recomendações do tema. Portanto, a descrição metodológica segue apresentada em cada tema.

A orientação metodológica geral para a análise das potencialidades e limitações de cada dimensão temática teve como principal objetivo garantir a valorização máxima de todas as ocorrências identificadas em cada tema, possibilitando que elas

fossem mantidas em seu respectivo plano de informação, podendo ser consultadas na íntegra, no Banco de Dados/WebSig. Nesse sentido, cada linha que integra os quadros-síntese de cada tema trata de características que correspondem, necessariamente, a uma ou mais ocorrências no território e, portanto, estão representadas no SIG/Banco de Dados, que dá suporte ao ZEE.

Esse conjunto de potencialidades, limitações e recomendações são responsáveis pela caracterização de cada zona e do Estado como um todo, servindo ainda de base de conteúdo para a definição das diretrizes para o Estado, para as zonas e para os temas, possibilitando também, a proposição de Ações de Desenvolvimento Sustentável.

<sup>1</sup> Em B1 – Potencialidades e Limitações para o Desenvolvimento, o TDR aponta como Potencialidades apenas as dimensões Ambiental, Produtiva e Institucional e como Limitações apenas as vulnerabilidades social e ambiental.





### 3. SOLOS

#### 3.1. Introdução

A avaliação das potencialidades e limitações naturais dos solos, analisadas com relação ao uso agrícola das terras, tem por finalidade indicar a aptidão das terras para atividades agrícolas e demais usos, como as recomendações para ampliação das potencialidades e correção ou redução das limitações, de acordo com diferentes níveis de manejo. Tal indicação tem o objetivo de subsidiar o planejamento dos usos e a gestão ambiental do território, norteando as práticas e níveis de manejos requeridos e indicativos de uso, entre os quais lavouras, pastagens, silvicultura e preservação ambiental, com foco na sustentabilidade.

O TDR, em seu escopo de avaliação das potencialidades e limitações, contempla a avaliação potencial dos solos para uso agrícola enquanto insumo para a elaboração de Diretrizes Gerais e Específicas baseadas em critérios para orientar as atividades agrícolas.

#### 3.2. Metodologia

Em função de extensa área do território baiano estar sob domínio de clima semiárido e a quase totalidade das atividades agrícolas se desenvolverem sobre regime de sequeiro, optou-se por avaliar a aptidão agrícola das terras desconsiderando a prática da irrigação, situação mais desfavorável, e os fatores limitantes das condições agrícolas das terras.

As potencialidades, limitações e recomendações necessárias para uso dos solos foram traçadas a partir dos fatores limitantes das condições das terras, considerados na metodologia para estabelecimento da aptidão agrícola do estado.

##### a) Critérios para interpretação da aptidão agrícola

Os critérios utilizados para interpretação da aptidão agrícola para regiões sob domínio climático tropical semiárido foram os preconizados pelo Sistema de Avaliação da Aptidão Agrícola das Terras (Ramalho Filho e Beek, 1995). O sistema tem um caráter interpretativo baseado em resultados de levantamentos sistemáticos, realizado com o suporte de vários atributos das terras como solo, clima, vegetação e relevo.

A classificação da aptidão agrícola tem sido empregada como um guia para uso dos recursos das terras no planejamento regional e nacional. O sistema considera três possíveis níveis de manejo: primitivo (A), semidesenvolvido (B) e desenvolvido (C). Tais níveis são caracterizados pela aplicação de capital e de resultados de pesquisa para manejo, melhoramento e conservação das condições naturais das terras e pelas práticas agrícolas adotadas. Segundo Ramalho Filho e Beek (1995), o nível de manejo A (primitivo) envolve um baixo nível técnico-cultural, a aplicação de pouco capital e fundamentação das práticas agrícolas em trabalho braçal, tração animal e implementos agrícolas simples. O nível de manejo B (semidesenvolvido) caracteriza-se pela modesta aplicação de capital e de resultados de pesquisas para manejo, sendo que as práticas agrícolas podem empregar a calagem, adubação química e até o preparo mecanizado do solo. O nível C (desenvolvido) envolve um alto nível tecnológico, que pressupõe intensa aplicação de capital e resultados de pesquisa, com a motomecanização presente nas diversas fases das operações agrícolas.

A estrutura básica do sistema reconhece grupos, subgrupos e classes de aptidão agrícola. Como demonstra o Quadro 1, consideram-se os grupos de aptidão de 1 a 6, conforme o tipo de utilização mais intensivo das terras. Os grupos 1, 2 e 3, são os indicados para a implantação de lavouras. Os grupos 4, 5 e 6 são recomendados para uso com pastagem plantada, silvicultura e/ou pastagem natural e preservação da flora e da fauna, respectivamente. As limitações que afetam os diversos tipos de utilização, aumentam do grupo 1 para o grupo 6, diminuindo, conseqüentemente, as alternativas e intensidades de uso das terras.

Quadro 1 – Alternativas de utilização das terras conforme os grupos de aptidão agrícola

GRUPO DE APTIDÃO AGRÍCOLA	AUMENTO DA INTENSIDADE DE USO					
	PRESERVAÇÃO DA FLORA E DA FAUNA	SILVICULTURA E/OU PASTAGEM	PASTAGEM PLANTADA	LAVOURAS		
				APTIDÃO	APTIDÃO	APTIDÃO
1						
2						
3						
4						
5						
6						

			NATURAL		RESTRITA	REGULAR	BOA
Diminuição das alternativas de uso	1	Subuso	Subuso	Subuso	Subuso	Subuso	Uso pleno
	2					Uso pleno	Sobreuso
	3					Uso pleno	
	4				Uso pleno	Sobreuso	
	5				Uso pleno		
	6				Uso pleno	Sobreuso	

Fonte: Adaptado de Ramalho e Beek, 1995.

Do ponto de vista da metodologia do Centro Nacional de Pesquisa de Solos (CNPS) da Embrapa – Embrapa Solos, segundo a hierarquia de uso, a implantação de lavouras é considerada como a atividade produtiva mais relevante para uso das terras. O Quadro 1 apresenta, da esquerda para a direita, as possibilidades de utilização das terras em ordem crescente da intensidade de uso admitida pela Embrapa Solos (Ramalho Filho e Beek, 1995). De acordo com esse critério, a metodologia considera que as limitações aumentam do grupo 1 para o 6 e que usos da terra hierarquicamente inferiores à aptidão agrícola do respectivo grupo de enquadramento, representam subutilização das terras. Da mesma forma, considera sobreuso aqueles usos hierarquicamente superiores ao da classificação.

Para a classificação da aptidão agrícola, foram utilizadas, entre outras, informações pedológicas disponíveis no Projeto RADAMBRASIL (BRASIL, 1981, 1982, 1983, 1987) e nos levantamentos exploratórios para reconhecimento de solos das margens esquerda e direita do rio São Francisco (BRASIL, 1976, 1977), os quais consideram variações de características dentro de uma mesma classe de solo. Dessa forma, não existe uma associação direta e exclusiva entre determinada classe de solo e sua aptidão agrícola, que depende de inúmeros outros fatores, entre eles o regime hídrico a que os tipos de solos estão sujeitos.

As condições agrícolas das terras requerem observações minuciosas e detalhadas, para que possam ser classificadas segundo as limitações apresentadas para o cultivo de lavouras, estimando a viabilidade de melhorá-las ou corrigi-las. Toma-se hipoteticamente como referência um solo que não apresente problemas de fertilidade, deficiência de água e oxigênio, não seja suscetível à erosão e nem ofereça impedimentos à mecanização. Como normalmente as condições das terras não atendem a um ou vários desses aspectos, estabeleceram-se diferentes graus de limitação relacionados a estes fatores.

##### b) Fatores Limitantes das condições agrícolas das terras

Para avaliar as condições agrícolas das terras, esta metodologia considera cinco fatores limitantes, podendo ser introduzidos outros ligados ao clima, salinidade, profundidade dos solos, risco de inundação etc. Nesse caso os fatores limitantes considerados foram:

- Deficiência de fertilidade do solo: está na dependência da disponibilidade de macro e micronutrientes, incluindo a presença ou ausência de substâncias tóxicas. Outras indicações para a visualização da fertilidade natural podem ser deduzidas da profundidade efetiva, das condições de drenagem, do tipo de vegetação, do uso da terra, do aspecto e respostas dos cultivos, da produtividade etc. Foi interpretada e classificada em diferentes graus de limitação: nulo (N), ligeiro (L), moderado (M), forte (F) e muito forte (MF).
- Deficiência de água para as plantas: é definida pela quantidade de água armazenada no solo e possível de ser aproveitada pelas plantas, a qual está na dependência do clima e das características físicas dos solos. A capacidade de retenção de água é decorrente da textura do solo, do tipo de argila, teor de matéria orgânica, profundidade efetiva, presença de sais e outros, além do volume precipitado, distribuição das chuvas, evapotranspiração, relevo etc. Foi interpretada e classificada em diferentes graus de deficiência: nulo, ligeiro, moderado, forte e muito forte.
- Excesso de água ou deficiência de oxigênio no solo: relaciona-se com a classe de drenagem, relevo, precipitação, risco de inundação (frequência e duração), tipo de solo (estrutura e permeabilidade) entre outros. Foi interpretada e classificada pelos graus de deficiência: nulo, ligeiro, moderado, forte e muito forte.
- Susceptibilidade à erosão das terras: refere-se à degradação dos solos quando utilizados sem medidas conservacionistas e relaciona-se com o tipo de solo, relevo, clima e cobertura vegetal. Foi interpretada e classificada pelos graus de deficiência: nulo, ligeiro, moderado, forte e muito forte.
- Impedimentos à mecanização das terras: refere-se às condições das terras para o uso de máquinas e implementos agrícolas e dependem da declividade e acidentes topográficos, tipo, profundidade e textura do solo, tipo de argila, da drenagem, pedregosidade e rochiosidade superficiais. É mais relevante no sistema de manejo C, no qual está previsto o uso intensivo de máquinas e implementos. Será interpretada e classificada pelos graus: nulo, ligeiro, moderado, forte e muito forte.

### c) Classe de aptidão agrícola das terras

As classes de aptidão agrícola constituem a tônica da avaliação da aptidão agrícola das terras, sendo consideradas as seguintes:

- (i) classe boa: terras sem limitações significativas para a produção sustentada de um determinado tipo de utilização, observando-se as condições do manejo considerado. As restrições ao uso agrícola são mínimas e não reduzem expressivamente a produtividade ou os benefícios auferidos e não aumentam o uso de insumos acima de um nível aceitável.
- (ii) classe regular: terras que apresentam limitações moderadas para a produção sustentada de um determinado tipo de utilização, observando-se as condições do manejo considerado. As limitações reduzem a produtividade ou os benefícios, elevando a necessidade de uso de insumos, de forma a aumentar as vantagens globais a serem obtidas pelo cultivo dessas terras. Ainda que atrativas, essas vantagens são sensivelmente inferiores àquelas auferidas das terras de classe boa.
- (iii) classe restrita: terras que apresentam limitações fortes para a produção sustentada de um determinado tipo de utilização, observando as condições do manejo considerado. Essas limitações reduzem a produtividade ou os benefícios, ou então aumentam os insumos necessários, de tal maneira que os custos só seriam justificados marginalmente.
- (iv) classe inapta: terras que apresentam condições que parecem excluir a produção sustentada do tipo de utilização em questão. Ao contrário das demais, esta classe não é representada por símbolos. Sua interpretação é feita pela ausência das letras no tipo de utilização considerado.

Os graus de limitação atribuídos a cada uma das unidades das terras resulta na classificação de sua aptidão. As letras indicativas das classes de aptidão, de acordo com os níveis de manejo, podem aparecer nos subgrupos em maiúscula, minúsculas ou minúsculas entre parênteses, com indicação de diferentes tipos de utilização, conforme pode ser observado no Quadro 2.

**Quadro 2** – Classes e simbologias correspondentes à aptidão agrícola das terras

CLASSE DE APTIDÃO AGRÍCOLA	LAVOURA			PASTAGEM PLANTADA	SILVICULTURA	PASTAGEM NATURAL
	Nível de manejo			Nível de manejo		
	A	B	C	B	B	A
Boa	A	B	C	P	S	N
Regular	a	b	c	p	s	n
Restrita	(a)	(b)	(c)	(p)	(s)	(n)
Inapta	-	-	-	-	-	-

Fonte: Ramalho e Beek, 1995.

As terras consideradas inaptas para lavouras têm suas possibilidades analisadas para usos menos intensivos, quais sejam: pastagem plantada, silvicultura ou pastagem natural. As terras classificadas como inaptas para os diversos tipos de utilização considerados são, como alternativa, indicadas para a preservação da flora e da fauna, recreação ou algum outro tipo de utilização não agrícola. Tratam-se de terras ou paisagens pertencentes ao grupo 6, nas quais deve ser estabelecida ou mantida a cobertura vegetal, não só por razões ecológicas, mas também para proteção de áreas contíguas às agricultáveis.

### d) Avaliação das classes de aptidão agrícola das terras

A avaliação das classes de aptidão agrícola das terras e, por conseguinte, dos grupos e subgrupos, é feita por meio do estudo comparativo entre os graus de limitação atribuídos às terras e os estipulados em quadros guias, elaborados para atender às regiões de clima subtropical, tropical-úmido e semiárido. No caso do presente trabalho foi usado o quadro para a região de Clima Tropical Semiárido.



**Quadro 3 – Quadro guia de Avaliação da Aptidão Agrícola das Terras (região de clima tropical semiárido)**

APTIDÃO AGRÍCOLA			GRAUS DE LIMITAÇÃO DAS CONDIÇÕES AGRÍCOLAS DAS TERRAS PARA OS NÍVEIS DE MANEJO A, B e C									TIPO DE UTILIZAÇÃO INDICADO									
GRUPO	SUBGRUPO	CLASSE	DEFICIÊNCIA DE FERTILIDADE			DEFICIÊNCIA DE ÁGUA			EXCESSO DE ÁGUA				SUCEPTIBILIDADE E À EROSÃO			IMPEDIMENTO À MECANIZAÇÃO					
			A	B	C	A	B	C	A	B	C		A	B	C	A	B	C			
1	1ABC	BOA	N/L	N1	N1	L/M	L/M	L/M	L	L1	N/L1	L	N/L1	N1	M	L/M	N	LAVOURAS			
2	2abc	REGULAR	L	L1	L2	M	M	M	M	L/M1	L2	L/M	L1	N/L2	M/F	M	L				
3	3(abc)	RESTRITA	M	L/M1	L/M2	M/F	M/F	M/F	F	M1	M2	M/F	M1	L/M2	F	M/F	M				
4	4P	BOA	M1			M			F			M/F1			M			PASTAGEM PLANTADA			
	4p	REGULAR	M/F1			M/F			MF			F1			MF						
	4(p)	RESTRITA	F1			F			MF			F/MF			F						
5	5S	BOA	M/F1			M			L1			F1			M/F			SILVICULTURA			
	5s	REGULAR	F1			M/F			L1			F1			F						
	5(s)	RESTRITA	MF			F			L/M1			MF			F			E/OU			
	5N	BOA	M/F			F			F			F			F						
	5n	REGULAR	F			F/MF			F/MF			F			MF				PASTAGEM NATURAL		
5(n)	RESTRITA	M			MF			MF			F			MF							
6	6	SEM APTIDÃO AGRÍCOLA																			PRESERVAÇÃO DA FLORA E DA FAUNA

**Notas:**

- Os algarismos junto às letras correspondem aos níveis de viabilidade de melhoramento das condições agrícolas das terras. Assim, a ausência de algarismo indica não haver possibilidade e/ou interesse de melhoramento no nível de manejo.

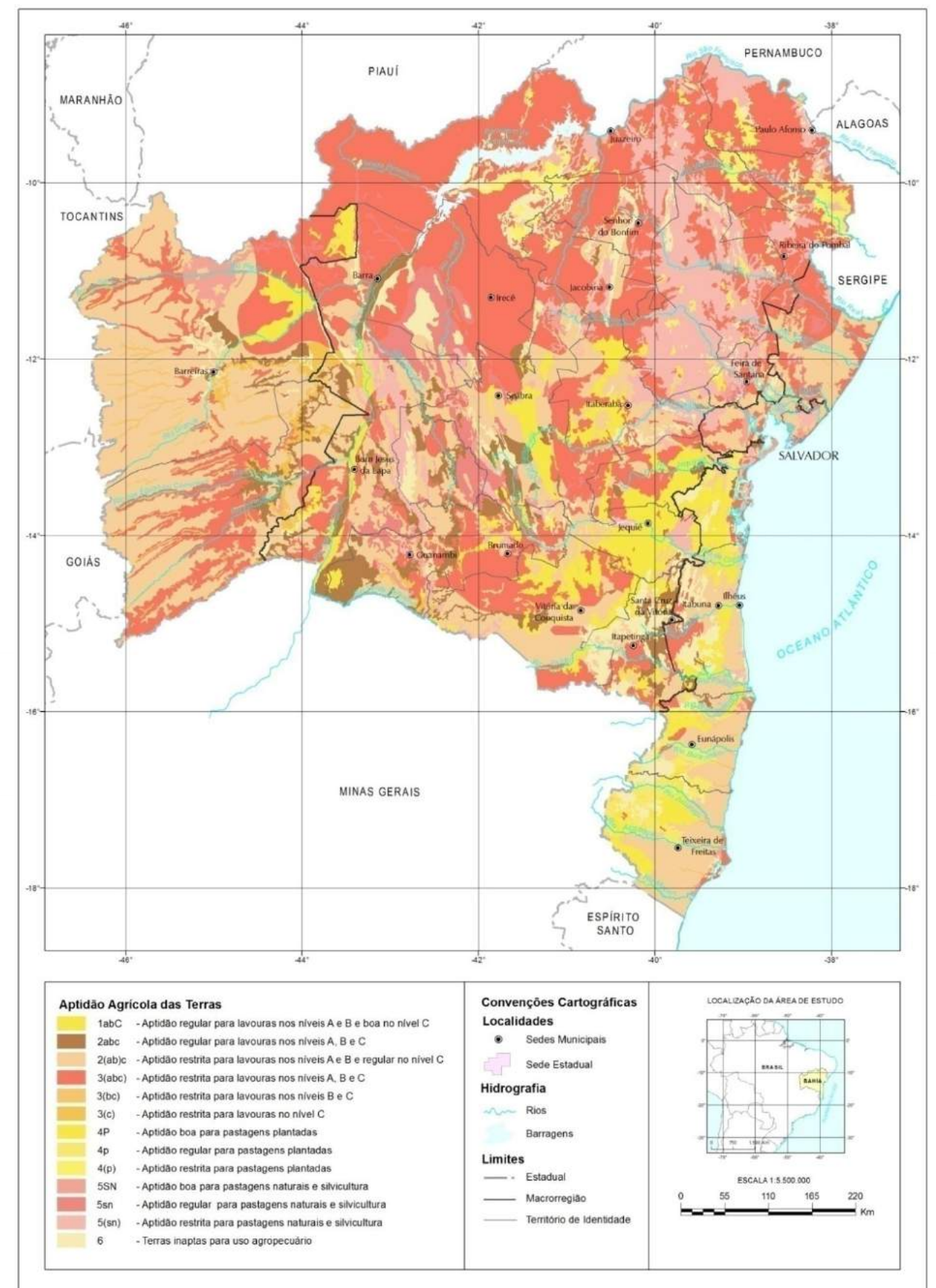
- Terras inaptas para lavouras em geral, devido ao excesso de água no solo, podem ser indicadas para cultivo de arroz de inundação.

- A aptidão das terras para culturas especiais de ciclo longo (algodão arbóreo, caju, sisal e palma forrageira) não obedece aos parâmetros dessa tabela. É avaliada, principalmente em função do clima.

- Graus de limitação: N – Nulo; L – Ligeiro; M – Moderado; F – Forte; MF - Muito Forte; I – intermediário.

**Fonte:** Ramalho e Beek, 1995.

O Cartograma 1 – Aptidão Agrícola das Terras apresenta o resultado da aptidão agrícolas das terras, para o Estado.



**Cartograma 1 – Aptidão Agrícola das Terras**

**Fonte:** Projeto RADAMBRASIL (1981;1982;1983;1987); Embrapa (1976;1977).

**Elaboração:** Consórcio Geohidro-Sondotécnica, 2013.

As demais classes possuem pouca representatividade em termos de extensão territorial, mas também são tratadas na tabela de potencialidade e limitações.

### e) Potencialidades e limitações dos solos em relação à aptidão agrícola das terras

Buscou-se identificar as potencialidades e limitações para os diferentes tipos de solos que ocorrem no estado, a partir de quatro aspectos:

- (i) terras indicadas para as atividades agrícolas;
- (ii) terras indicadas para pastagem plantada;
- (iii) terras indicadas para silvicultura e pastagem natural, e
- (iv) terras não indicadas para atividades agrícolas, pastagem ou silvicultura.

Para essa análise foi empregada como referência as classes de aptidão agrícola das terras e as possibilidades de ampliação das potencialidades e de correção ou redução de limitações, considerando-se como expressão territorial as áreas de ocorrências dos tipos de solos em função das respectivas classes de aptidão, assim entendendo-se:

- (i) Potencialidades: condições locais favoráveis ou facilidades de superação de eventuais limitações associadas às práticas de manejo para diferentes tipos de solos, de modo que favoreçam seu aproveitamento. As potencialidades existentes foram tratadas segundo os fatores: disponibilidade de água no solo para as plantas, fertilidade natural do solo, susceptibilidade à erosão das terras, impedimento à mecanização das terras e disponibilidade de oxigênio no solo para as plantas.
- (ii) Limitações: aspectos que restringem ou impedem o pleno uso dos solos segundo a classe de aptidão das terras. Para as limitações existentes foram identificados os aspectos naturais ou de manejo responsáveis por oferecer restrições para as respectivas classes, como elementos para nortear o controle das atividades.

A opção metodológica para avaliação das potencialidades e limitações dos solos por meio das classes de aptidão das terras permite a espacialização das informações baseada nas ocorrências dos solos, possibilitando sua inserção no banco de dados georreferenciados.

Para as respectivas classes de solos foram traçadas recomendações específicas, observadas as particularidades de cada ocorrência, de modo a promover usos sustentáveis do território, indicando práticas compatíveis com as características de cada classe de aptidão agrícola das terras.

### 3.3. Resultados

Em termos de aptidão agrícola, os solos, em função de sua tipologia e localização, podem apresentar graus diferenciados de restrição, quando considerados os seguintes fatores: disponibilidade de água no solo para as plantas, fertilidade natural do solo, susceptibilidade à erosão das terras, impedimento à mecanização das terras, e disponibilidade de oxigênio no solo para as plantas.

A classe de aptidão agrícola das terras, de acordo com os diferentes tipos de manejo, é obtida em função do grau de limitação mais forte. O Quadro 4 apresenta a definição das classes de aptidão das terras e as classes de solos enquadradas em categoria de aptidão.

As potencialidades e limitações para as classes de aptidão agrícola das terras observadas no estado são apresentadas nos Quadros 5, Quadro 6, Quadro 7, Quadro 8, com as respectivas recomendações para ampliar as potencialidades e superar as limitações.

A maior parte da área do estado é classificada como 3(abc), indicando terras restritas para a utilização com lavouras nos níveis de manejo A, B e C, respectivamente para os manejos primitivo, semidesenvolvido e desenvolvido. Em segundo lugar, está a classe 2(ab)c, indicando terras restritas para utilização com lavouras nos níveis de manejo A e B e regular no nível de manejo C. Em seguida aparece a classe 5(sn), indicando classe restrita para silvicultura e pastagem natural. Na sequência está a classe 4P, considerada boa para pastagem plantada.

Na sequência, em termos de representatividade, aparecem as classes 6, que são terras inaptas para as atividades agrícolas, pastagem ou silvicultura, porém apropriadas para conservação do meio ambiente, e 2abc, que indica classe regular para lavouras nos três níveis de manejo A, B e C.

Observação importante refere-se à melhor classe de aptidão agrícola para o estado, a 1abC, indicando classe regular para lavouras nos três níveis de manejo A, B e boa para o nível C, que ocupa a última posição em área de ocorrência no estado.

**Quadro 4** – Enquadramento dos solos que ocorrem no estado em função das classes de aptidão

CLASSES DE APTIDÃO	DEFINIÇÃO DAS CLASSES (APTIDÃO DAS TERRAS)	TIPOS DE SOLO NA CLASSE	OCORRÊNCIA DAS CLASSES DE APTIDÃO NO ESTADO
<b>1 abC</b>	Terras com aptidão regular para lavouras nos níveis de manejo A e B (primitivo e semidesenvolvido) e boa no nível de manejo C (desenvolvido). Área aproximada = 2.260,5 km <sup>2</sup>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ NEOSSOLO FLÚVICO Eutrófico.</li> </ul>	Classe de menor abrangência no estado, ocupa apenas 0,41% do território.
<b>2 abc</b>	Terras com aptidão regular para lavouras nos três níveis de manejo A, B e C (primitivo, semidesenvolvido e desenvolvido). Área aproximada = 25.172,6 km <sup>2</sup>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ ARGISSOLO VERMELHO-AMARELO Alumínico;</li> <li>▪ ARGISSOLO VERMELHO-AMARELO Distrófico;</li> <li>▪ ARGISSOLO VERMELHO-AMARELO Eutrófico;</li> <li>▪ ARGISSOLO VERMELHO Eutrófico;</li> <li>▪ CAMBISSOLO HÁPLICO Eutrófico;</li> <li>▪ CHERNOSSOLO HÁPLICO;</li> <li>▪ LATOSSOLO VERMELHO-AMARELO Distrófico;</li> <li>▪ LATOSSOLO VERMELHO-AMARELO Eutrófico;</li> <li>▪ LATOSSOLO VERMELHO Eutrófico;</li> <li>▪ NEOSSOLO FLÚVICO;</li> <li>▪ NEOSSOLO FLÚVICO Eutrófico.</li> </ul>	<p>É a sexta classe de aptidão das terras em termos de extensão no estado, com pouco mais de 4,54% do seu território.</p> <p>Os solos enquadrados nessa classe de aptidão são representados principalmente pelo ARGISSOLO VERMELHO-AMARELO Eutrófico, que representa cerca de 35% das ocorrências e pelo CAMBISSOLO HÁPLICO Eutrófico, encontrado em aproximadamente 20% dos solos da classe.</p>
<b>2(ab)c</b>	Terras com aptidão restrita para lavouras nos níveis de manejo A e B (primitivo e semidesenvolvido) e regular no nível de manejo C (Desenvolvido). Área aproximada = 153.997,6 km <sup>2</sup>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ ARGISSOLO AMARELO Distrófico;</li> <li>▪ ARGISSOLO VERMELHO-AMARELO Alumínico;</li> <li>▪ ARGISSOLO VERMELHO-AMARELO Distrófico;</li> <li>▪ ARGISSOLO VERMELHO-AMARELO Eutrófico;</li> <li>▪ CAMBISSOLO HÁPLICO Alumínico;</li> <li>▪ CAMBISSOLO HÁPLICO Distrófico;</li> <li>▪ CAMBISSOLO HÁPLICO Eutrófico;</li> <li>▪ CHERNOSSOLO HÁPLICO;</li> <li>▪ LATOSSOLO AMARELO Alumínico;</li> <li>▪ LATOSSOLO AMARELO Distrófico;</li> <li>▪ LATOSSOLO VERMELHO-AMARELO Alumínico;</li> <li>▪ LATOSSOLO VERMELHO-AMARELO Alumínico Distrófico;</li> <li>▪ LATOSSOLO VERMELHO-AMARELO Distrófico;</li> <li>▪ LATOSSOLO VERMELHO Distrófico;</li> <li>▪ NEOSSOLO FLÚVICO Distrófico;</li> <li>▪ NEOSSOLO QUARTZARÊNICO;</li> </ul>	<p>É a segunda classe de aptidão dos solos mais expressiva registrada no estado, representando aproximadamente 28% das terras.</p> <p>Os LATOSSOLOS VERMELHO-AMARELOS representam a maior parcela dos solos enquadrados nessa classe de aptidão, representando pouco mais de 60% dos solos enquadrados nesta classe.</p>

		<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ NEOSSOLO REGOLÍTICO Eutrófico;</li> <li>▪ VERTISSOLO.</li> </ul>	
--	--	---	--

(Continua)

CLASSES DE APTIDÃO	DEFINIÇÃO DAS CLASSES (APTIDÃO DAS TERRAS)	TIPOS DE SOLO NA CLASSE	OCORRÊNCIA DAS CLASSES DE APTIDÃO NO ESTADO
<b>3(abc)</b>	Terras com aptidão restrita para lavouras nos três níveis de manejo A, B e C (Primitivo, Semidesenvolvido e Desenvolvido). Área aproximada = 192.029,4 km <sup>2</sup>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ ARGISSOLO VERMELHO-AMARELO Alumínico;</li> <li>▪ ARGISSOLO VERMELHO-AMARELO Distrófico;</li> <li>▪ ARGISSOLO VERMELHO-AMARELO Eutrófico;</li> <li>▪ CAMBISSOLO HÁPLICO;</li> <li>▪ CAMBISSOLO HÁPLICO Eutrófico;</li> <li>▪ CHERNOSSOLO HÁPLICO;</li> <li>▪ LATOSSOLO AMARELO Alumínico;</li> <li>▪ LATOSSOLO AMARELO Distrófico;</li> <li>▪ LATOSSOLO VERMELHO-AMARELO Distrófico;</li> <li>▪ LATOSSOLO VERMELHO-AMARELO Distrófico Alumínico;</li> <li>▪ LATOSSOLO VERMELHO-AMARELO Eutrófico;</li> <li>▪ LATOSSOLO VERMELHO Eutrófico;</li> <li>▪ LUVISSOLO CRÔMICO Órtico;</li> <li>▪ NEOSSOLO FLÚVICO Eutrófico;</li> <li>▪ NEOSSOLO LITÓLICO Distrófico;</li> <li>▪ NEOSSOLO LITÓLICO Eutrófico;</li> <li>▪ NEOSSOLO QUARTZARÊNICO;</li> <li>▪ NEOSSOLO QUARTZARÊNICO Órtico;</li> <li>▪ NEOSSOLO REGOLÍTICO Distrófico;</li> <li>▪ NEOSSOLO REGOLÍTICO Eutrófico;</li> <li>▪ VERTISSOLO;</li> <li>▪ VERTISSOLO HÁPLICO;</li> <li>▪ VERTISSOLO HÁPLICO Órtico.</li> </ul>	<p>É a primeira classe de aptidão dos solos mais expressiva registrada no estado, representando pouco mais de 34% das terras.</p> <p>Os solos enquadrados nesta classe de aptidão são representados principalmente pelo LATOSSOLO VERMELHO-AMARELO, que representa cerca de 37% dos solos e pelo NEOSSOLO QUARTZARÊNICO, encontrado em aproximadamente 29% das ocorrências.</p>
<b>3(bc)</b>	Terras com aptidão restrita para lavouras nos níveis de manejo B e C (Semidesenvolvido e Desenvolvido) e inaptas no nível de manejo A (Primitivo). Área aproximada = 5.152,73 km <sup>2</sup>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ GLEISSOLO HÁPLICO;</li> <li>▪ GLEISSOLO HÁPLICO Alumínico;</li> <li>▪ GLEISSOLO HÁPLICO Distrófico;</li> <li>▪ GLEISSOLO HÁPLICO Eutrófico.</li> </ul>	Essa classe de aptidão é pouco significativa em termos de área, representando cerca de 1% da superfície do estado.
<b>3(c)</b>	Terras com aptidão restrita para lavouras no nível de manejo C (Desenvolvido) e inaptas nos níveis de manejo A (Primitivo) e B (Semidesenvolvido). Área aproximada = 5.506,7 km <sup>2</sup>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ CAMBISSOLO HÁPLICO Eutrófico;</li> <li>▪ LATOSSOLO VERMELHO Eutrófico;</li> <li>▪ VERTISSOLO.</li> </ul>	<p>Ainda que pouco expressivo, as terras com essa aptidão ocorrem em aproximadamente 1% da extensão do estado.</p> <p>O CAMBISSOLO HÁPLICO Eutrófico está presente em cerca de 96% das ocorrências.</p>



Continuação do **Quadro 4** – Enquadramento dos solos que ocorrem no estado em função das classes de aptidão

CLASSES DE APTIDÃO	DEFINIÇÃO DAS CLASSES (APTIDÃO DAS TERRAS)	TIPOS DE SOLO NA CLASSE	OCORRÊNCIA DAS CLASSES DE APTIDÃO NO ESTADO
<b>4P</b>	Terras com aptidão boa para pastagens plantadas. Área aproximada = 42.284,0 km <sup>2</sup>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ ARGISSOLO VERMELHO-AMARELO Alumínico;</li> <li>▪ ARGISSOLO VERMELHO-AMARELO Distrófico;</li> <li>▪ ARGISSOLO VERMELHO-AMARELO Eutrófico;</li> <li>▪ ARGISSOLO VERMELHO Eutrófico;</li> <li>▪ CAMBISSOLO HÁPLICO Eutrófico;</li> <li>▪ ESPODOSSOLO FERRILÚVICO;</li> <li>▪ LATOSSOLO AMARELO Alumínico;</li> <li>▪ LATOSSOLO VERMELHO-AMARELO Alumínico;</li> <li>▪ LATOSSOLO VERMELHO-AMARELO Alumínico Distrófico;</li> <li>▪ LATOSSOLO VERMELHO-AMARELO Distrófico;</li> <li>▪ LATOSSOLO VERMELHO Eutrófico;</li> <li>▪ LUVISSOLO CRÔMICO;</li> <li>▪ NEOSSOLO LITÓLICO Distrófico;</li> <li>▪ NEOSSOLO QUARTZARÊNICO;</li> <li>▪ PLANOSSOLO HÁPLICO Eutrófico Solódico.</li> </ul>	<p>As terras com boa aptidão para pastagem plantada equivalem a pouco mais de 7% da área do estado.</p> <p>A ocorrência de ARGISSOLO VERMELHO-AMARELO Eutrófico é a mais representativa dentre os solos desta classe, respondendo por aproximadamente 33%.</p>
<b>4p</b>	Terras com aptidão regular para pastagens plantadas. Área aproximada = 8.632,2 km <sup>2</sup>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ ARGISSOLO VERMELHO-AMARELO Alumínico;</li> <li>▪ ARGISSOLO VERMELHO-AMARELO Eutrófico;</li> <li>▪ ARGISSOLO VERMELHO Eutrófico;</li> <li>▪ LATOSSOLO AMARELO Alumínico;</li> <li>▪ LATOSSOLO VERMELHO-AMARELO Alumínico Distrófico;</li> <li>▪ LATOSSOLO VERMELHO-AMARELO Distrófico;</li> <li>▪ NEOSSOLO LITÓLICO Eutrófico.</li> </ul>	<p>Com superfície que totaliza cerca de 1,6% do estado para esta classe de aptidão, os solos com maior destaque são os LATOSSOLOS AMARELO Alumínicos, LATOSSOLOS VERMELHO-AMARELO Distróficos e os NEOSSOLOS LITÓLICOS Eutróficos, sendo aproximadamente 20% a ocorrência de cada um nesta classe.</p>
<b>4(p)</b>	Terras com aptidão restrita para pastagens plantadas. Área aproximada = 6.516,8 km <sup>2</sup>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ NEOSSOLO LITÓLICO Distrófico;</li> <li>▪ NEOSSOLO LITÓLICO Eutrófico;</li> <li>▪ NEOSSOLO REGOLÍTICO Eutrófico.</li> </ul>	<p>Esta classe de aptidão representa aproximadamente 1% de ocorrência entre as terras do estado.</p> <p>O NEOSSOLO LITÓLICO Eutrófico é o tipo de solo com maior destaque nesta classe, respondendo por 63% das ocorrências.</p>

(Continua)

Continuação do **Quadro 4** – Enquadramento dos solos que ocorrem no estado em função das classes de aptidão

CLASSES DE APTIDÃO	DEFINIÇÃO DAS CLASSES (APTIDÃO DAS TERRAS)	TIPOS DE SOLO NA CLASSE	OCORRÊNCIA DAS CLASSES DE APTIDÃO NO ESTADO
<b>5SN</b>	Terras com aptidão boa para silvicultura e pastagens naturais. Área aproximada = 5.908,5 km <sup>2</sup>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ ARGISSOLO VERMELHO-AMARELO Alumínico;</li> <li>▪ ARGISSOLO VERMELHO-AMARELO Distrófico;</li> <li>▪ CAMBISSOLO HÁPLICO Eutrófico;</li> <li>▪ CHERNOSSOLO HÁPLICO;</li> <li>▪ ESPODOSSOLO HUMILÚVICO;</li> <li>▪ LATOSSOLO VERMELHO-AMARELO Alumínico;</li> <li>▪ LATOSSOLO VERMELHO-AMARELO Distrófico;</li> <li>▪ NEOSSOLO LITÓLICO Distrófico;</li> <li>▪ NEOSSOLO LITÓLICO Eutrófico.</li> </ul>	<p>Essas terras com boa aptidão para silvicultura e pastagens naturais ocupam áreas de cerca de 1% da superfície do estado.</p> <p>O NEOSSOLO LITÓLICO Distrófico é o mais representativo dentre os solos desta classe de aptidão, respondendo por cerca de 64% das ocorrências.</p>
<b>5sn</b>	Terras com aptidão regular para silvicultura e pastagens naturais. Área aproximada = 17.715,7 km <sup>2</sup>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ ARGISSOLO VERMELHO-AMARELO Distrófico;</li> <li>▪ CAMBISSOLO HÁPLICO Eutrófico;</li> <li>▪ CHERNOSSOLO HÁPLICO;</li> <li>▪ ESPODOSSOLO HUMILÚVICO;</li> <li>▪ LATOSSOLO VERMELHO-AMARELO Distrófico;</li> <li>▪ NEOSSOLO LITÓLICO Distrófico;</li> <li>▪ NEOSSOLO LITÓLICO Eutrófico;</li> <li>▪ NEOSSOLO QUARTZARÊNICO Hidromórfico;</li> <li>▪ PLANOSSOLO HÁPLICO Eutrófico Solódico;</li> <li>▪ VERTISSOLO.</li> </ul>	<p>As terras com aptidão regular para silvicultura e pastagens naturais incidem em pouco mais de 3% da área do estado.</p> <p>Os NEOSSOLOS LITÓLICOS Distróficos representam maior parcela dos solos enquadrados nesta classe de aptidão em todo o estado, correspondendo a 64% das ocorrências.</p>
<b>5(sn)</b>	Terras com aptidão restrita para silvicultura e pastagens naturais. Área aproximada = 55.261,7 km <sup>2</sup>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ ARGISSOLO VERMELHO-AMARELO Alumínico;</li> <li>▪ ARGISSOLO VERMELHO-AMARELO Distrófico;</li> <li>▪ ARGISSOLO VERMELHO-AMARELO Eutrófico;</li> <li>▪ ESPODOSSOLO HIDROMÓRFICO;</li> <li>▪ ESPODOSSOLO HUMILÚVICO;</li> <li>▪ LATOSSOLO VERMELHO-AMARELO Distrófico;</li> <li>▪ NEOSSOLO LITÓLICO Distrófico;</li> <li>▪ NEOSSOLO LITÓLICO Eutrófico;</li> <li>▪ NEOSSOLO QUARTZARÊNICO;</li> <li>▪ PLANOSSOLO HÁPLICO;</li> <li>▪ PLANOSSOLO HÁPLICO EUTRÓFICO Solódico;</li> <li>▪ PLANOSSOLO NÁTRICO;</li> </ul>	<p>Terras enquadradas nessa classe de aptidão ocorrem em área equivalente a 10% da superfície do estado.</p> <p>O PLANOSSOLO HÁPLICO representa a maior parte dos solos com aptidão restrita para silvicultura e pastagens naturais (68%), seguido pelo NEOSSOLO LITÓLICO Distrófico (14%).</p>

		▪ PLANOSSOLO NÁTRICO Órtico.	
--	--	------------------------------	--

(Continua)

Continuação do **Quadro 4** – Enquadramento dos solos que ocorrem no estado em função das classes de aptidão

CLASSES DE APTIDÃO	DEFINIÇÃO DAS CLASSES (APTIDÃO DAS TERRAS)	TIPOS DE SOLO NA CLASSE	OCORRÊNCIA DAS CLASSES DE APTIDÃO NO ESTADO
6	<p>Terras inaptas para uso agrícola, pastagem ou silvicultura. Constituem-se em terras melhor apropriadas para conservação do meio ambiente, recreação ou algum outro tipo de uso não-agrícola.</p> <p>Área aproximada = 34.448,6 km<sup>2</sup></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ AFLORAMENTO ROCHOSO;</li> <li>▪ ARGISSOLO VERMELHO-AMARELO Alumínico;</li> <li>▪ ARGISSOLO VERMELHO-AMARELO Distrófico;</li> <li>▪ ARGISSOLO VERMELHO-AMARELO Eutrófico;</li> <li>▪ LATOSSOLO VERMELHO-AMARELO Alumínico Distrófico;</li> <li>▪ LATOSSOLO VERMELHO-AMARELO Distrófico;</li> <li>▪ NEOSSOLO FLÚVICO Eutrófico;</li> <li>▪ NEOSSOLO LITÓLICO Distrófico;</li> <li>▪ NEOSSOLO LITÓLICO Eutrófico;</li> <li>▪ ORGANOSSOLO HÁPLICO;</li> <li>▪ ORGANOSSOLO TIOMÓRFICO;</li> <li>▪ PLANOSSOLO NÁTRICO.</li> </ul>	<p>O total de terras consideradas inaptas para o para uso agrícola, pastagem ou silvicultura é da ordem de 6% da superfície do estado.</p> <p>Cerca de 42% dos solos enquadrados nessa classe são constituídos por Neossolos Litólicos Distróficos.</p>

Fonte: Consórcio Geohidro-Sondotécnica, 2013.

**Quadro 5 – Síntese de potencialidades, limitações e recomendações referentes ao tema Solos: Terras Indicadas para Atividades Agrícolas**

ASPECTO: TERRAS INDICADAS PARA ATIVIDADES AGRÍCOLAS					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Tipo(s) de solo(s) selecionado(s) para o(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) o(s) critério(s)	Atributo(s) que potencializa(m) o melhor aproveitamento do(s) solo(s)	Fator(es) que impede(m) ou restringe(m) o aproveitamento do(s) solo(s)	Recomendação(ões) específica(s) visando à ampliação da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) referentes ao aproveitamento do(s) solo(s)
Classe de aptidão agrícola 1abC - Disponibilidade de água no solo para as plantas	NEOSSOLO FLÚVICO Eutrófico.	4, 5, 6, 8, 9, 28, 36	Terrenos muito favoráveis à implantação de lavouras. Facilidade de superação de eventuais limitações de água para culturas com o uso de tecnologia nas práticas de manejo dos solos.	Terrenos que podem apresentar ligeiras deficiências de água para culturas.	Promover a irrigação suplementar, com efetivo controle das quantidades utilizadas, evitando, assim, a necessidade de drenagem artificial dos terrenos por excesso de água de irrigação.  Desestimular a implantação de lavouras que requeiram significativas demandas de água, devido à necessidade de drenagem artificial.
Classe de aptidão agrícola 1abC - Fertilidade natural do solo	NEOSSOLO FLÚVICO Eutrófico.	4, 5, 6, 8, 9, 28, 36	Terrenos muito favoráveis à implantação de lavouras. Facilidade de superação de eventuais limitações de fertilidade do solo com o uso de tecnologia nas práticas de manejo do mesmo.	Terrenos que podem apresentar ligeiras deficiências de fertilidade do solo para culturas.	Controlar a aplicação de químicos nas áreas que demandam adubação e correção do solo, uma vez que manejos inadequados do solo podem proporcionar danos ao meio ambiente, como a contaminação do lençol freático e das águas superficiais e a salinização do solo.  Monitorar a qualidade das águas e dos sedimentos depositados nos corpos hídricos, nos trechos à jusante de áreas irrigadas, em face da grande proximidade destas áreas em relação a mananciais superficiais.
Classe de aptidão agrícola 1abC - Suscetibilidade à erosão das terras	NEOSSOLO FLÚVICO Eutrófico.	4, 5, 6, 8, 9, 28, 36	Terrenos muito favoráveis à implantação de lavouras. Facilidade de superação de eventuais limitações decorrentes de suscetibilidade à erosão das terras com o uso de tecnologia nas práticas de manejo dos solos.	Terrenos que podem apresentar discreta suscetibilidade à erosão das terras.	Desestimular o uso de implementos agrícolas na época das enchentes, quando há carreamento das partículas tanto para as várzeas quanto para os mananciais.
Classe de aptidão agrícola 1abC - Impedimento à mecanização das terras	NEOSSOLO FLÚVICO Eutrófico.	4, 5, 6, 8, 9, 28, 36	Terrenos muito favoráveis à implantação de lavouras. Facilidade de superação de eventuais impedimentos à mecanização das terras com o uso de tecnologia nas práticas de manejo dos solos.	Terrenos que podem apresentar ligeiro impedimento ao uso de máquinas e implementos agrícolas.	Reduzir as práticas de mecanização agrícola em solos com alto teor de argila que contribuam para perda de potência de máquinas.  Desestimular a mecanização em áreas pedregosas.
Classe de aptidão agrícola 2abc - Disponibilidade de água no solo para as plantas	ARGISSOLO VERMELHO Eutrófico; ARGISSOLO VERMELHO-AMARELO Alumínico; ARGISSOLO VERMELHO-AMARELO Distrófico; ARGISSOLO VERMELHO-AMARELO Eutrófico; CAMBISSOLO HÁPLICO Eutrófico; CHERNOSSOLO HÁPLICO; LATOSSOLO VERMELHO Eutrófico; NEOSSOLO FLÚVICO; NEOSSOLO FLÚVICO Eutrófico.	2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 18, 20, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 33, 36	Terrenos com aptidão regular para implantação de lavouras.	Solos em regiões de média pluviosidade podem apresentar ligeira limitação de água para culturas.	Fomentar a implantação de lavouras que possuam reduzidas demandas por água, salvo, quando possível, com o uso de irrigação.

(Continua)



Continuação do **Quadro 5** – Síntese de potencialidades, limitações e recomendações referentes ao tema **Solos: Terras Indicadas para Atividades Agrícolas**

ASPECTO: TERRAS INDICADAS PARA ATIVIDADES AGRÍCOLAS					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Tipo(s) de solo(s) selecionado(s) para o(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) o(s) critério(s)	Atributo(s) que potencializa(m) o melhor aproveitamento do(s) solo(s)	Fator(es) que impede(m) ou restringe(m) o aproveitamento do(s) solo(s)	Recomendação(ões) específica(s) visando à ampliação da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) referentes ao aproveitamento do(s) solo(s)
Classe de aptidão agrícola 2abc - Fertilidade natural do solo	ARGISSOLO VERMELHO-AMARELO Alumínico; ARGISSOLO VERMELHO-AMARELO Distrófico; ARGISSOLO VERMELHO-AMARELO Eutrófico; ARGISSOLO VERMELHO Eutrófico; CAMBISSOLO HÁPLICO Eutrófico; LATOSSOLO VERMELHO-AMARELO Distrófico; LATOSSOLO VERMELHO-AMARELO Eutrófico.	2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 15, 16, 18, 20, 21, 22, 23, 25, 26, 27, 28, 29, 33, 36	Terrenos com aptidão regular para implantação de lavouras. Facilidade de superação de eventuais deficiências de fertilidade com emprego de práticas de adubação e correção dos solos.	Solos com média saturação por bases podem apresentar ligeira a moderada deficiência de fertilidade para culturas.	Fomentar a implantação de culturas. Favorecer a implantação de lavouras que possuam reduzidas demandas por nutrientes.
Classe de aptidão agrícola 2abc - Suscetibilidade à erosão das terras	ARGISSOLO VERMELHO-AMARELO Alumínico; ARGISSOLO VERMELHO-AMARELO Distrófico; ARGISSOLO VERMELHO-AMARELO Eutrófico; ARGISSOLO VERMELHO Eutrófico; CHERNOSSOLO HÁPLICO; LATOSSOLO VERMELHO-AMARELO Distrófico; LATOSSOLO VERMELHO-AMARELO Eutrófico; LATOSSOLO VERMELHO Eutrófico; NEOSSOLO FLÚVICO; NEOSSOLO FLÚVICO Eutrófico.	2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 18, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 33, 36	Terrenos com aptidão regular para implantação de lavouras. Facilidade de superação de eventual suscetibilidade à erosão, empregando práticas avançadas de conservação do solo.	Solos em terrenos com declives de 3% a 8% (relevo suave ondulado a ondulado) e em áreas com elevada pluviosidade podem apresentar ligeira suscetibilidade à erosão.	Restringir a implantação de lavouras em áreas com altas pluviosidades. Promover cultivos em curvas de nível determinadas por métodos com média tecnologia.
Classe de aptidão agrícola 2abc - Impedimento à mecanização das terras	NEOSSOLO FLÚVICO; NEOSSOLO FLÚVICO Eutrófico.	5, 6, 7, 8, 9, 14	Terrenos com aptidão regular para implantação de lavouras.	Solos com alguma pedregosidade e em áreas com declives acima de 3% podem apresentar ligeira a moderada restrição à mecanização de lavouras.	Desestimular o uso de implementos agrícolas mecanizados em áreas com alguma limitação à mecanização.

(Continua)

ASPECTO: TERRAS INDICADAS PARA ATIVIDADES AGRÍCOLAS					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Tipo(s) de solo(s) selecionado(s) para o(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) o(s) critério(s)	Atributo(s) que potencializa(m) o melhor aproveitamento do(s) solo(s)	Fator(es) que impede(m) ou restringe(m) o aproveitamento do(s) solo(s)	Recomendação(ões) específica(s) visando à ampliação da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) referentes ao aproveitamento do(s) solo(s)
Classe de aptidão agrícola 2(ab)c - Disponibilidade de água no solo para as plantas	<p>ARGISSOLO AMARELO Distrófico;</p> <p>ARGISSOLO VERMELHO-AMARELO Alumínico;</p> <p>ARGISSOLO VERMELHO-AMARELO Distrófico;</p> <p>ARGISSOLO VERMELHO-AMARELO Eutrófico;</p> <p>CAMBISSOLO HÁPLICO Alumínico;</p> <p>CAMBISSOLO HÁPLICO Eutrófico;</p> <p>CAMBISSOLO HÁPLICO Distrófico;</p> <p>CHERNOSSOLO HÁPLICO;</p> <p>LATOSSOLO AMARELO Alumínico;</p> <p>LATOSSOLO AMARELO Distrófico;</p> <p>LATOSSOLO VERMELHO-AMARELO Alumínico;</p> <p>LATOSSOLO VERMELHO-AMARELO Alumínico Distrófico;</p> <p>LATOSSOLO VERMELHO-AMARELO Distrófico;</p> <p>NEOSSOLO FLÚVICO Distrófico;</p> <p>NEOSSOLO REGOLÍTICO Eutrófico;</p> <p>NEOSSOLO QUARTZARÊNICO;</p> <p>VERTISSOLO;</p> <p>LATOSSOLO VERMELHO Distrófico.</p>	1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 18, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 32, 33, 34, 35, 36	Terrenos com aptidão regular a restrita para implantação de lavouras.	<p>Longa sequência de meses com baixa precipitação resulta em forte limitação de água no solo para culturas.</p> <p>Restrição a implantação de culturas que apresentem significativas demandas por água e por longo período de tempo.</p>	<p>Fomentar o cultivo de plantas de ciclo curto.</p> <p>Restringir a implantação de lavouras que requeiram significativas demandas de água, salvo, quando possível, com o uso de irrigação.</p>

(Continua)

ASPECTO: TERRAS INDICADAS PARA ATIVIDADES AGRÍCOLAS					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Tipo(s) de solo(s) selecionado(s) para o(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) o(s) critério(s)	Atributo(s) que potencializa(m) o melhor aproveitamento do(s) solo(s)	Fator(es) que impede(m) ou restringe(m) o aproveitamento do(s) solo(s)	Recomendação(ões) específica(s) visando à ampliação da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) referentes ao aproveitamento do(s) solo(s)
Classe de aptidão agrícola 2(ab)c - Fertilidade natural do solo	<p>ARGISSOLO AMARELO Distrófico;</p> <p>ARGISSOLO VERMELHO-AMARELO Alumínico;</p> <p>ARGISSOLO VERMELHO-AMARELO Distrófico;</p> <p>CAMBISSOLO HÁPLICO Alumínico;</p> <p>CHERNOSSOLO HÁPLICO;</p> <p>LATOSSOLO AMARELO Alumínico;</p> <p>LATOSSOLO VERMELHO-AMARELO Alumínico;</p> <p>LATOSSOLO VERMELHO-AMARELO Alumínico Distrófico;</p> <p>LATOSSOLO VERMELHO-AMARELO Distrófico;</p> <p>NEOSSOLO QUARTZARÊNICO;</p> <p>NEOSSOLO REGOLÍTICO Eutrófico;</p> <p>LATOSSOLO VERMELHO Distrófico.</p>	1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 18, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 32, 33, 34, 35, 36	Terrenos com aptidão regular a restrita para implantação de lavouras.	Restrição a implantação de culturas em solos que apresentem significativa deficiência de fertilidade, representada pelos solos distróficos e alumínicos.	Restringir a implantação de lavouras que requeiram significativas demandas de nutrientes para as culturas.

(Continua)

ASPECTO: TERRAS INDICADAS PARA ATIVIDADES AGRÍCOLAS					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Tipo(s) de solo(s) selecionado(s) para o(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) o(s) critério(s)	Atributo(s) que potencializa(m) o melhor aproveitamento do(s) solo(s)	Fator(es) que impede(m) ou restringe(m) o aproveitamento do(s) solo(s)	Recomendação(ões) específica(s) visando à ampliação da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) referentes ao aproveitamento do(s) solo(s)
Classe de aptidão agrícola 2(ab)c - Suscetibilidade à erosão das terras	<p>ARGISSOLO VERMELHO-AMARELO Alumínico;</p> <p>ARGISSOLO VERMELHO-AMARELO Distrófico;</p> <p>ARGISSOLO VERMELHO-AMARELO Eutrófico;</p> <p>CAMBISSOLO HÁPLICO Alumínico;</p> <p>CAMBISSOLO HÁPLICO Eutrófico;</p> <p>LATOSSOLO VERMELHO-AMARELO Alumínico;</p> <p>LATOSSOLO VERMELHO-AMARELO Alumínico Distrófico;</p> <p>LATOSSOLO VERMELHO-AMARELO Distrófico.</p>	1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 18, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 32, 33, 34, 35, 36	Terrenos com aptidão regular a restrita para implantação de lavouras.	<p>Solos com textura argilosa ou média, pouco permeáveis, situados em áreas de relevo movimentado e com pluviosidade média a alta podem resultar em moderada a alta suscetibilidade à erosão.</p> <p>Restrição a implantação de lavouras em áreas com elevadas pluviosidades.</p>	<p>Restringir a implantação de lavouras em áreas com alta pluviosidade.</p> <p>Promover cultivos em curvas de nível.</p>
Classe de aptidão agrícola 2(ab)c - Impedimento à mecanização das terras	<p>ARGISSOLO VERMELHO-AMARELO Alumínico;</p> <p>ARGISSOLO VERMELHO-AMARELO Distrófico;</p> <p>ARGISSOLO VERMELHO-AMARELO Eutrófico;</p> <p>CAMBISSOLO HÁPLICO Alumínico;</p> <p>CAMBISSOLO HÁPLICO Eutrófico;</p> <p>CHERNOSSOLO HÁPLICO;</p> <p>NEOSSOLO FLÚVICO Distrófico;</p> <p>VERTISSOLO.</p>	2, 3, 5, 7, 8, 9, 11, 12, 13, 15, 16, 18, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 32, 33, 34, 35, 36	Terrenos com aptidão regular a restrita para implantação de lavouras.	Restrição a implantação de lavouras em solos argilosos, em áreas com elevada pluviosidade e em declives acima de 8%, além de significativas pedregosidade e rochiosidade.	Utilizar, quando necessário, implementos agrícolas rústicos ou motorizados para mecanização de lavouras, principalmente em solos argilosos.

(Continua)

ASPECTO: TERRAS INDICADAS PARA ATIVIDADES AGRÍCOLAS					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Tipo(s) de solo(s) selecionado(s) para o(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) o(s) critério(s)	Atributo(s) que potencializa(m) o melhor aproveitamento do(s) solo(s)	Fator(es) que impede(m) ou restringe(m) o aproveitamento do(s) solo(s)	Recomendação(ões) específica(s) visando à ampliação da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) referentes ao aproveitamento do(s) solo(s)
Classe de aptidão agrícola 3(abc) - Disponibilidade de água no solo para as plantas	ARGISSOLO VERMELHO-AMARELO Alumínico; ARGISSOLO VERMELHO-AMARELO Distrófico; ARGISSOLO VERMELHO-AMARELO Eutrófico; CAMBISSOLO HÁPLICO Eutrófico; CHERNOSSOLO HÁPLICO; LATOSSOLO VERMELHO-AMARELO Distrófico Alumínico; NEOSSOLO FLÚVICO Eutrófico; NEOSSOLO QUARTZARÊNICO; NEOSSOLO QUARTZARÊNICO Órtico; NEOSSOLO REGOLÍTICO Eutrófico; LUVISSOLO CRÔMICO Órtico; VERTISSOLO; VERTISSOLO HÁPLICO;	Todas	Potencial médio a baixo para implantação de lavouras, condicionada à estação de chuvas.	Solos localizados em regiões de clima seco podem apresentar forte deficiência de água para culturas.  Solos localizados em regiões de clima úmido podem apresentar moderada a ligeira deficiência de água para culturas.	Promover o cultivo de plantas de ciclo curto.  Restringir a implantação de lavouras que requeiram significativas demandas de água, salvo, quando possível, com o uso de irrigação.

(Continua)

ASPECTO: TERRAS INDICADAS PARA ATIVIDADES AGRÍCOLAS					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Tipo(s) de solo(s) selecionado(s) para o(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) o(s) critério(s)	Atributo(s) que potencializa(m) o melhor aproveitamento do(s) solo(s)	Fator(es) que impede(m) ou restringe(m) o aproveitamento do(s) solo(s)	Recomendação(ões) específica(s) visando à ampliação da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) referentes ao aproveitamento do(s) solo(s)
Classe de aptidão agrícola 3(abc) - Disponibilidade de água no solo para as plantas (continuação)	CAMBISSOLO HÁPLICO; LATOSSOLO VERMELHO-AMARELO Distrófico; LATOSSOLO AMARELO Distrófico; LATOSSOLO AMARELO Alumínico; LATOSSOLO VERMELHO Eutrófico; LATOSSOLO VERMELHO-AMARELO Eutrófico; NEOSSOLO LITÓLICO Distrófico; NEOSSOLO LITÓLICO Eutrófico; NEOSSOLO REGOLÍTICO Distrófico; VERTISSOLO HÁPLICO Órtico.	Todas	Potencial médio a baixo para implantação de lavouras, condicionada à estação de chuvas.	Solos localizados em regiões de clima seco podem apresentar forte deficiência de água para culturas.  Solos localizados em regiões de clima úmido podem apresentar moderada a ligeira deficiência de água para culturas.	Promover o cultivo de plantas de ciclo curto.  Restringir a implantação de lavouras que requeiram significativas demandas de água, salvo, quando possível, com o uso de irrigação.
Classe de aptidão agrícola 3(abc) - Fertilidade natural do solo	VERTISSOLO HÁPLICO; CHERNOSSOLO HÁPLICO; LUVISSOLO CRÔMICO Órtico; NEOSSOLO REGOLÍTICO Distrófico; CAMBISSOLO HÁPLICO; NEOSSOLO LITÓLICO Distrófico; NEOSSOLO LITÓLICO Eutrófico; VERTISSOLO HÁPLICO Órtico.	6, 7, 9, 10, 11, 14, 15, 17, 18, 19, 22, 23, 24, 25, 27, 30, 31, 32, 33	Potencial médio a baixo para implantação de lavouras.	Solos com baixa saturação por bases podem apresentar moderada a forte deficiência de fertilidade para culturas.	Restringir a implantação de lavouras que requeiram significativas demandas de nutrientes para as culturas.

(Continua)

ASPECTO: TERRAS INDICADAS PARA ATIVIDADES AGRÍCOLAS					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Tipo(s) de solo(s) selecionado(s) para o(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) o(s) critério(s)	Atributo(s) que potencializa(m) o melhor aproveitamento do(s) solo(s)	Fator(es) que impede(m) ou restringe(m) o aproveitamento do(s) solo(s)	Recomendação(ões) específica(s) visando à ampliação da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) referentes ao aproveitamento do(s) solo(s)
Classe de aptidão agrícola 3(abc) - Suscetibilidade à erosão das terras	ARGISSOLO VERMELHO-AMARELO Alumínico; ARGISSOLO VERMELHO-AMARELO Distrófico; ARGISSOLO VERMELHO-AMARELO Eutrófico; CAMBISSOLO HÁPLICO Eutrófico; LATOSSOLO VERMELHO-AMARELO Distrófico.	2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 29, 30, 31, 32, 33, 35, 36	Potencial médio a baixo para implantação de lavouras, condicionada à declividade dos terrenos.	Solos em terrenos com declives de 8% a 20% (relevo ondulado a forte ondulado), textura média ou argilosa, situados em áreas de média a alta pluviosidade podem apresentar moderada a forte suscetibilidade à erosão.	Restringir a implantação de lavouras em áreas com significativa pluviosidade.  Promover cultivos em curvas de nível.
Classe de aptidão agrícola 3(abc) - Impedimento à mecanização das terras	ARGISSOLO VERMELHO-AMARELO Alumínico; ARGISSOLO VERMELHO-AMARELO Distrófico; ARGISSOLO VERMELHO-AMARELO Eutrófico; NEOSSOLO QUARTZARÊNICO; NEOSSOLO QUARTZARÊNICO Órtico; VERTISSOLO HÁPLICO; CAMBISSOLO HÁPLICO Eutrófico; LUVISSOLO CRÔMICO Órtico; NEOSSOLO FLÚVICO Eutrófico.	1, 2, 3, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36	Potencial médio a baixo para implantação de lavouras, condicionada à declividade dos terrenos e ao teor de argila dos solos.	Solos com textura argilosa ou pedregosa, situados em áreas com declives de 8 a 20% (relevo ondulado ou forte ondulado) podem apresentar forte impedimento à mecanização de lavouras.	Utilizar, quando necessário, implementos agrícolas rústicos para mecanização de lavouras, principalmente em solos argilosos.
Classe de aptidão agrícola 3(bc) - Disponibilidade de água no solo para as plantas	GLEISSOLO HÁPLICO; GLEISSOLO HÁPLICO Alumínico; GLEISSOLO HÁPLICO Eutrófico.	1, 2, 3, 28, 29, 32, 33, 35, 36	Potencial médio a baixo para implantação de lavouras, condicionada ao período de vazante dos cursos d'água.	Solos que podem apresentar moderada a forte deficiência de água, embora estejam localizados em regiões de clima úmido.	Fomentar o cultivo de plantas de ciclo curto.  Restringir a implantação de lavouras que requeiram significativas demandas de água, salvo, quando possível, com o uso de irrigação.

(Continua)

ASPECTO: TERRAS INDICADAS PARA ATIVIDADES AGRÍCOLAS					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Tipo(s) de solo(s) selecionado(s) para o(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) o(s) critério(s)	Atributo(s) que potencializa(m) o melhor aproveitamento do(s) solo(s)	Fator(es) que impede(m) ou restringe(m) o aproveitamento do(s) solo(s)	Recomendação(ões) específica(s) visando à ampliação da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) referentes ao aproveitamento do(s) solo(s)
Classe de aptidão agrícola 3(bc) - Fertilidade natural do solo	GLEISSOLO HÁPLICO; GLEISSOLO HÁPLICO Alumínico; GLEISSOLO HÁPLICO Eutrófico; GLEISSOLO HÁPLICO Distrófico.	1, 2, 3, 28, 29, 32, 33, 35, 36	Potencial baixo para implantação de lavouras.	Solos com média saturação por bases podem apresentar ligeira a moderada deficiência de fertilidade para culturas.	Restringir a implantação de lavouras que requeiram significativas demandas de nutrientes para as culturas.
Classe de aptidão agrícola 3(bc) - Suscetibilidade à erosão das terras	GLEISSOLO HÁPLICO; GLEISSOLO HÁPLICO Alumínico; GLEISSOLO HÁPLICO Eutrófico.	1, 2, 3, 28, 29, 32, 33, 35, 36	Potencial médio para implantação de lavouras, desde que se aplique alguma tecnologia.	Solos situados em áreas de alta pluviosidade podem apresentar moderada suscetibilidade à erosão.	Restringir a implantação de lavouras em áreas com significativa pluviosidade.  Promover o cultivo em curvas de nível.
Classe de aptidão agrícola 3(bc) - Impedimento à mecanização das terras	GLEISSOLO HÁPLICO; GLEISSOLO HÁPLICO Alumínico; GLEISSOLO HÁPLICO Eutrófico.	1, 2, 3, 28, 29, 32, 33, 35, 36	Potencial médio para implantação de lavouras, desde que se aplique alguma tecnologia.	Solos em terrenos com relevo plano ou suavemente ondulado e em áreas com alta pluviosidade podem apresentar moderado a forte impedimento à mecanização de lavouras.	Utilizar, quando necessário, implementos agrícolas rústicos para mecanização de lavouras, principalmente em solos argilosos.
Classe de aptidão agrícola 3(bc) - Disponibilidade de oxigênio no solo para as plantas	GLEISSOLO HÁPLICO; GLEISSOLO HÁPLICO Alumínico; GLEISSOLO HÁPLICO Eutrófico; GLEISSOLO HÁPLICO Distrófico.	1, 2, 3, 28, 29, 32, 33, 35, 36	Potencial médio para implantação de lavouras, desde que se aplique alguma tecnologia.	Solos em terrenos mal drenados e situados em áreas de clima úmido podem apresentar moderada a forte deficiência de oxigênio para culturas.	Desestimular práticas agrícolas na época das cheias dos mananciais, devido aos solos apresentarem moderada a forte deficiência de oxigênio para as culturas.  Priorizar a conservação dos ecossistemas em áreas de solos suscetíveis à inundação.
Classe de aptidão agrícola 3(c) - Disponibilidade de água no solo para as plantas	CAMBISSOLO HÁPLICO Eutrófico; LATOSSOLO VERMELHO Eutrófico; VERTISSOLO.	2, 3, 4, 5, 6, 8, 9, 13	Potencial médio a baixo para implantação de lavouras, condicionada à estação de chuvas.	Solos que podem apresentar moderada a forte deficiência de água, embora estejam localizados em regiões de clima úmido.	Fomentar o cultivo de plantas de ciclo curto.  Restringir a implantação de lavouras que requeiram significativas demandas de água, salvo, quando possível, com o uso de irrigação.

(Continua)



Continuação do **Quadro 5** – Síntese de potencialidades, limitações e recomendações referentes ao tema **Solos: Terras Indicadas para Atividades Agrícolas**

ASPECTO: TERRAS INDICADAS PARA ATIVIDADES AGRÍCOLAS					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Tipo(s) de solo(s) selecionado(s) para o(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) o(s) critério(s)	Atributo(s) que potencializa(m) o melhor aproveitamento do(s) solo(s)	Fator(es) que impede(m) ou restringe(m) o aproveitamento do(s) solo(s)	Recomendação(ões) específica(s) visando à ampliação da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) referentes ao aproveitamento do(s) solo(s)
Classe de aptidão agrícola 3(c) - Fertilidade natural do solo	LATOSSOLO VERMELHO Eutrófico; VERTISSOLO.	3, 4, 5	Potencial restrito para implantação de lavouras com aplicação de insumos de modo a melhorar a fertilidade natural.	Solos com média saturação por bases podem apresentar ligeira à moderada deficiência de fertilidade para culturas.	Restringir a implantação de lavouras que requeiram significativas demandas de nutrientes para as culturas.
Classe de aptidão agrícola 3(c) - Suscetibilidade à erosão das terras	CAMBISSOLO HÁPLICO Eutrófico.	2, 3, 4, 5, 6, 8, 9, 13	Potencial médio para implantação de lavouras, desde que se aplique alguma tecnologia.	Solos situados em áreas de alta pluviosidade podem apresentar moderada suscetibilidade à erosão.	Restringir a implantação de lavouras em áreas com significativa pluviosidade. Promover o cultivo em curvas de nível.
Classe de aptidão agrícola 3(c) - Impedimento à mecanização das terras	CAMBISSOLO HÁPLICO Eutrófico.	2, 3, 4, 5, 6, 8, 9, 13	Potencial médio para implantação de lavouras, desde que se aplique alguma tecnologia.	Solos em terrenos com relevo plano ou suavemente ondulado e em áreas com alta pluviosidade podem apresentar moderado a forte impedimento à mecanização de lavouras.	Utilizar, quando necessário, implementos agrícolas rústicos para mecanização de lavouras, principalmente em solos argilosos.

Fonte:

Elaboração

Consórcio

Geohidro-Sondotécnica,

2013.

**Quadro 6 – Síntese de potencialidades, limitações e recomendações referentes ao tema Solos: Terras Indicadas para Pastagem Plantada**

ASPECTO: TERRAS INDICADAS PARA PASTAGEM PLANTADA					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Tipo(s) de solo(s) selecionado(s) para o(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) o(s) critério(s)	Atributo(s) que potencializa(m) o melhor aproveitamento do(s) solo(s)	Fator(es) que impede(m) ou restringe(m) o aproveitamento do(s) solo(s)	Recomendação(ões) específica(s) visando à ampliação da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) referentes ao aproveitamento do(s) solo(s)
Classe de aptidão agrícola 4P - Disponibilidade de água no solo para as plantas	<p>ARGISSOLO VERMELHO-AMARELO Alumínico;</p> <p>ARGISSOLO VERMELHO-AMARELO Distrófico;</p> <p>ARGISSOLO VERMELHO-AMARELO Eutrófico;</p> <p>ARGISSOLO VERMELHO Eutrófico;</p> <p>CAMBISSOLO HÁPLICO Eutrófico;</p> <p>LATOSSOLO VERMELHO-AMARELO Alumínico;</p> <p>LATOSSOLO VERMELHO-AMARELO Alumínico Distrófico;</p> <p>LATOSSOLO VERMELHO-AMARELO Distrófico;</p> <p>LUVISSOLO CRÔMICO;</p> <p>NEOSSOLO QUARTZARÊNICO;</p> <p>LATOSSOLO VERMELHO Eutrófico;</p> <p>NEOSSOLO LITÓLICO Distrófico;</p> <p>PLANOSSOLO HÁPLICO Eutrófico Solódico.</p>	3, 4, 5, 6, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 15, 16, 18, 20, 21, 22, 24, 25, 26, 27, 28, 29	Terrenos com boa aptidão para implantação de pastagem plantada.	Solos em regiões com chuvas irregulares podem apresentar forte deficiência de água para o plantio de pastagem.	<p>Desestimular o cultivo de lavouras em áreas com chuvas irregulares.</p> <p>Incentivar o cultivo de espécies gramíneas.</p>

(Continua)

Continuação do **Quadro 6** – Síntese de potencialidades, limitações e recomendações referentes ao tema **Solos: Terras Indicadas para Pastagem Plantada**

ASPECTO: TERRAS INDICADAS PARA PASTAGEM PLANTADA					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Tipo(s) de solo(s) selecionado(s) para o(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) o(s) critério(s)	Atributo(s) que potencializa(m) o melhor aproveitamento do(s) solo(s)	Fator(es) que impede(m) ou restringe(m) o aproveitamento do(s) solo(s)	Recomendação(ões) específica(s) visando à ampliação da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) referentes ao aproveitamento do(s) solo(s)
Classe de aptidão agrícola 4P - Fertilidade natural do solo	<p>ARGISSOLO VERMELHO-AMARELO Distrófico;</p> <p>LATOSSOLO VERMELHO-AMARELO Alumínico Distrófico;</p> <p>LATOSSOLO VERMELHO-AMARELO Distrófico;</p> <p>ARGISSOLO VERMELHO Eutrófico;</p> <p>CAMBISSOLO HÁPLICO Eutrófico;</p> <p>NEOSSOLO QUARTZARÊNICO;</p> <p>LATOSSOLO VERMELHO Eutrófico;</p> <p>NEOSSOLO LITÓLICO Distrófico;</p> <p>PLANOSSOLO HÁPLICO Eutrófico Solódico;</p> <p>ESPODOSSOLO FERRILÚVICO.</p>	3, 4, 5, 6, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 15, 16, 18, 20, 21, 22, 25, 26, 27, 28, 29, 35, 36	Terrenos com boa aptidão para implantação de pastagem plantada.	Solos com baixa saturação por bases podem apresentar moderada a forte deficiência de fertilidade para o plantio de pastagem.	<p>Desestimular o cultivo de lavouras em solos com forte deficiência de fertilidade, além de pequena profundidade e elevada pedregosidade.</p> <p>Incentivar o cultivo de espécies gramíneas.</p>

(Continua)

ASPECTO: TERRAS INDICADAS PARA PASTAGEM PLANTADA					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Tipo(s) de solo(s) selecionado(s) para o(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) o(s) critério(s)	Atributo(s) que potencializa(m) o melhor aproveitamento do(s) solo(s)	Fator(es) que impede(m) ou restringe(m) o aproveitamento do(s) solo(s)	Recomendação(ões) específica(s) visando à ampliação da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) referentes ao aproveitamento do(s) solo(s)
Classe de aptidão agrícola 4P - Suscetibilidade à erosão das terras	<p>ARGISSOLO VERMELHO-AMARELO Alumínico;</p> <p>ARGISSOLO VERMELHO-AMARELO Distrófico;</p> <p>ARGISSOLO VERMELHO-AMARELO Eutrófico;</p> <p>ARGISSOLO VERMELHO Eutrófico;</p> <p>CAMBISSOLO HÁPLICO Eutrófico;</p> <p>LATOSSOLO AMARELO Alumínico;</p> <p>LATOSSOLO VERMELHO-AMARELO Alumínico;</p> <p>LATOSSOLO VERMELHO-AMARELO Alumínico Distrófico;</p> <p>LATOSSOLO VERMELHO-AMARELO Distrófico;</p> <p>NEOSSOLO QUARTZARÊNICO;</p> <p>NEOSSOLO LITÓLICO Distrófico;</p> <p>LATOSSOLO VERMELHO Eutrófico;</p> <p>PLANOSSOLO HÁPLICO Eutrófico Solódico;</p> <p>ESPODOSSOLO FERRILÚVICO.</p>	3, 4, 5, 6, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 15, 16, 18, 20, 21, 22, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 35, 36	Terrenos com boa aptidão para implantação de pastagem plantada.	Solos com textura argilosa ou média, pouco permeáveis, situados em áreas de relevo movimentado, pedregosidade acentuada e com pluviosidade média a alta podem resultar em moderada a muito forte suscetibilidade à erosão, restringindo o plantio de pastagem.	<p>Estimular a conservação da vegetação natural, de modo a reduzir a erosão dos terrenos, o que embopreça os solos e assoreia os cursos d'água.</p> <p>Promover o cultivo de espécies gramíneas em terrenos com declividade superior a 8% .</p>

(Continua)

Continuação do **Quadro 6** – Síntese de potencialidades, limitações e recomendações referentes ao tema **Solos: Terras Indicadas para Pastagem Plantada**

ASPECTO: TERRAS INDICADAS PARA PASTAGEM PLANTADA					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Tipo(s) de solo(s) selecionado(s) para o(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) o(s) critério(s)	Atributo(s) que potencializa(m) o melhor aproveitamento do(s) solo(s)	Fator(es) que impede(m) ou restringe(m) o aproveitamento do(s) solo(s)	Recomendação(ões) específica(s) visando à ampliação da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) referentes ao aproveitamento do(s) solo(s)
Classe de aptidão agrícola 4P - Impedimento à mecanização das terras	<p>ARGISSOLO VERMELHO-AMARELO Alumínico;</p> <p>ARGISSOLO VERMELHO-AMARELO Distrófico;</p> <p>ARGISSOLO VERMELHO-AMARELO Eutrófico;</p> <p>ARGISSOLO VERMELHO Eutrófico;</p> <p>CAMBISSOLO HÁPLICO Eutrófico;</p> <p>LATOSSOLO AMARELO Alumínico;</p> <p>LATOSSOLO VERMELHO-AMARELO Alumínico;</p> <p>LATOSSOLO VERMELHO-AMARELO Alumínico Distrófico;</p> <p>LATOSSOLO VERMELHO-AMARELO Distrófico;</p> <p>LUVISSOLO CRÔMICO;</p> <p>NEOSSOLO LITÓLICO Distrófico;</p> <p>PLANOSSOLO HÁPLICO Eutrófico Solódico;</p> <p>ESPODOSSOLO FERRILÚVICO.</p>	3, 5, 6, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 15, 16, 18, 20, 21, 22, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 35, 36	Terrenos com boa aptidão para implantação de pastagem plantada.	Solos situados em áreas com declives de 8 a 20% (relevo ondulado ou forte ondulado) e com alta pluviosidade podem apresentar forte impedimento à mecanização de pastagem plantada.	<p>Estimular a manutenção da vegetação natural e desincentivar a utilização de implementos agrícolas de modo a minimizar a degradação dos solos.</p> <p>Priorizar a conservação da flora e da fauna em áreas com declividade acima de 8%.</p>

(Continua)

Continuação do **Quadro 6** – Síntese de potencialidades, limitações e recomendações referentes ao tema **Solos: Terras Indicadas para Pastagem Plantada**

ASPECTO: TERRAS INDICADAS PARA PASTAGEM PLANTADA					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Tipo(s) de solo(s) selecionado(s) para o(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) o(s) critério(s)	Atributo(s) que potencializa(m) o melhor aproveitamento do(s) solo(s)	Fator(es) que impede(m) ou restringe(m) o aproveitamento do(s) solo(s)	Recomendação(ões) específica(s) visando à ampliação da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) referentes ao aproveitamento do(s) solo(s)
Classe de aptidão agrícola 4p - Disponibilidade de água no solo para as plantas	<p>ARGISSOLO VERMELHO-AMARELO Alumínico;</p> <p>ARGISSOLO VERMELHO-AMARELO Eutrófico;</p> <p>ARGISSOLO VERMELHO Eutrófico;</p> <p>LATOSSOLO AMARELO Alumínico;</p> <p>LATOSSOLO VERMELHO-AMARELO Alumínico Distrófico;</p> <p>LATOSSOLO VERMELHO-AMARELO Distrófico;</p> <p>NEOSSOLO LITÓLICO Eutrófico.</p>	9, 11, 12, 13, 16, 17, 18, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 36	Terrenos com aptidão regular para implantação de pastagem plantada.	Solos situados em regiões de clima seco podem apresentar forte deficiência de água para o plantio de pastagem.	<p>Desestimular o cultivo de lavouras em área de clima seco.</p> <p>Incentivar o cultivo de espécies gramíneas em localidades com solos expostos.</p>
Classe de aptidão agrícola 4p - Fertilidade natural do solo	<p>LATOSSOLO VERMELHO-AMARELO Alumínico Distrófico;</p> <p>LATOSSOLO VERMELHO-AMARELO Distrófico;</p> <p>LATOSSOLO AMARELO Alumínico;</p> <p>ARGISSOLO VERMELHO-AMARELO Alumínico;</p> <p>ARGISSOLO VERMELHO-AMARELO Eutrófico;</p> <p>ARGISSOLO VERMELHO Eutrófico.</p>	9, 11, 12, 13, 16, 18, 20, 21, 22, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 36	Terrenos com aptidão regular para implantação de pastagem plantada.	Solos com baixa a média saturação por bases podem apresentar moderada a forte deficiência de fertilidade para o plantio de pastagem.	Desestimular as práticas agrícolas em solos com forte deficiência de fertilidade, além de pequena profundidade e elevada pedregosidade.

(Continua)

Continuação do **Quadro 6** – Síntese de potencialidades, limitações e recomendações referentes ao tema **Solos: Terras Indicadas para Pastagem Plantada**

ASPECTO: TERRAS INDICADAS PARA PASTAGEM PLANTADA					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Tipo(s) de solo(s) selecionado(s) para o(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) o(s) critério(s)	Atributo(s) que potencializa(m) o melhor aproveitamento do(s) solo(s)	Fator(es) que impede(m) ou restringe(m) o aproveitamento do(s) solo(s)	Recomendação(ões) específica(s) visando à ampliação da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) referentes ao aproveitamento do(s) solo(s)
Classe de aptidão agrícola 4p - Suscetibilidade à erosão das terras	ARGISSOLO VERMELHO-AMARELO Alumínico; ARGISSOLO VERMELHO-AMARELO Eutrófico; ARGISSOLO VERMELHO Eutrófico; LATOSSOLO AMARELO Alumínico; LATOSSOLO VERMELHO-AMARELO Alumínico Distrófico; LATOSSOLO VERMELHO-AMARELO Distrófico; NEOSSOLO LITÓLICO Eutrófico.	9, 11, 12, 13, 16, 17, 18, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 36	Terrenos com aptidão regular para implantação de pastagem plantada.	Solos com textura argilosa ou média, pouco permeáveis, situados em áreas de relevo movimentado e com pluviosidade média a alta podem resultar em moderada a muito forte suscetibilidade à erosão, restringindo o plantio de pastagem.	Estimular a conservação da vegetação natural, de modo a reduzir a erosão dos terrenos, o que emboprece os solos e assoreia os cursos d'água.  Incentivar o cultivo de espécies gramíneas em localidades com solos expostos.
Classe de aptidão agrícola 4p - Impedimento à mecanização das terras	ARGISSOLO VERMELHO-AMARELO Alumínico; ARGISSOLO VERMELHO-AMARELO Eutrófico; ARGISSOLO VERMELHO Eutrófico; LATOSSOLO AMARELO Alumínico; LATOSSOLO VERMELHO-AMARELO Alumínico Distrófico; LATOSSOLO VERMELHO-AMARELO Distrófico; NEOSSOLO LITÓLICO Eutrófico.	9, 11, 12, 13, 16, 17, 18, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 36	Terrenos com aptidão regular para implantação de pastagem plantada.	Solos rasos situados em áreas com declives de 8 a 20% (relevo ondulado ou forte ondulado) e com alta pluviosidade podem apresentar forte impedimento à mecanização de pastagem plantada.	Estimular a manutenção da vegetação natural e desincentivar a utilização de implementos agrícolas de modo a minimizar a degradação dos solos.  Priorizar a conservação dos ecossistemas em áreas com declividade acima de 8%.
Classe de aptidão agrícola 4(p) - Disponibilidade de água no solo para as plantas	NEOSSOLO LITÓLICO Eutrófico; NEOSSOLO LITÓLICO Distrófico; NEOSSOLO REGOLÍTICO Eutrófico.	6, 7, 14, 15, 17, 18, 19, 23, 24, 30, 31, 32	Potencial restrito para o plantio de pastagem.	Solos situados em regiões de clima seco podem apresentar forte deficiência de água para o plantio de pastagem.	Desestimular o cultivo de lavouras em área de clima seco.  Incentivar o cultivo de espécies gramíneas.

(Continua)



Continuação do **Quadro 6** – Síntese de potencialidades, limitações e recomendações referentes ao tema **Solos: Terras Indicadas para Pastagem Plantada**

ASPECTO: TERRAS INDICADAS PARA PASTAGEM PLANTADA						
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)		ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Tipo(s) de solo(s) selecionado(s) para o(s) critério(s)		Zona(s) em que se localiza(m) o(s) critério(s)	Atributo(s) que potencializa(m) o melhor aproveitamento do(s) solo(s)	Fator(es) que impede(m) ou restringe(m) o aproveitamento do(s) solo(s)	Recomendação(ões) específica(s) visando à ampliação da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) referentes ao aproveitamento do(s) solo(s)
Classe de aptidão agrícola 4(p) - Fertilidade natural do solo	NEOSSOLO Eutrófico;	LITÓLICO	6, 7, 14, 15, 17, 18, 19, 23, 24, 30, 31, 32	Potencial de médio a alto para o plantio de pastagem.		Desestimular as práticas agrícolas em solos rasos e com elevada pedregosidade.
	NEOSSOLO Distrófico.	LITÓLICO				
Classe de aptidão agrícola 4(p) - Suscetibilidade à erosão das terras	NEOSSOLO Eutrófico;	LITÓLICO	6, 7, 14, 15, 17, 18, 19, 23, 24, 30, 31, 32	Potencial restrito para o plantio de pastagem.	Solos com textura argilosa ou média, pouco permeáveis, situados em áreas de relevo ondulado e forte ondulado, além de pedregosidade, podem resultar em moderada a alta suscetibilidade à erosão, restringindo o plantio de pastagem.	Estimular a conservação da vegetação natural, de modo a reduzir a erosão dos terrenos, o que embopreca os solos e assoreia os cursos d'água.  Incentivar o cultivo de espécies gramíneas em localidades com solos expostos.
	NEOSSOLO Distrófico;	LITÓLICO				
	NEOSSOLO Eutrófico.	REGOLÍTICO				
Classe de aptidão agrícola 4(p) - Impedimento à mecanização das terras	NEOSSOLO Eutrófico;	LITÓLICO	6, 7, 14, 15, 17, 18, 19, 23, 24, 30, 31, 32	Potencial restrito para o plantio de pastagem.	Solos situados em áreas com declives de 8 a 20% (relevo ondulado ou forte ondulado) e com pedregosidade ou rochosidade podem apresentar forte impedimento à mecanização de pastagem plantada.	Estimular a manutenção da vegetação natural e desincentivar a utilização de implementos agrícolas de modo a minimizar a degradação dos solos.  Priorizar a conservação dos ecossistemas em áreas com declividade acima de 8%.
	NEOSSOLO Distrófico.	LITÓLICO				

Fonte:

Elaboração

Consórcio

Geohidro-Sondotécnica,

2013.

Quadro 7 – Síntese de potencialidades, limitações e recomendações referentes ao tema Solos: Terras Indicadas para Silvicultura e Pastagem Natural

ASPECTO: TERRAS INDICADAS PARA SILVICULTURA E PASTAGEM NATURAL					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Tipo(s) de solo(s) selecionado(s) para o(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) o(s) critério(s)	Atributo(s) que potencializa(m) o melhor aproveitamento do(s) solo(s)	Fator(es) que impede(m) ou restringe(m) o aproveitamento do(s) solo(s)	Recomendação(ões) específica(s) visando à ampliação da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) referentes ao aproveitamento do(s) solo(s)
Classe de aptidão agrícola 5SN - Disponibilidade de água no solo para as plantas	ARGISSOLO VERMELHO-AMARELO Alumínico; CAMBISSOLO HÁPLICO Eutrófico; CHERNOSSOLO HÁPLICO; ESPODOSSOLO HUMILÚVICO; LATOSSOLO VERMELHO-AMARELO Alumínico; LATOSSOLO VERMELHO-AMARELO Distrófico; NEOSSOLO LITÓLICO Distrófico; NEOSSOLO LITÓLICO Eutrófico; ARGISSOLO VERMELHO-AMARELO Distrófico.	2, 3, 4, 5, 8, 9, 11, 15, 24, 25, 26, 28, 33, 34, 35, 36	Terrenos com boa aptidão para pastoreio em meio à vegetação natural e cultivo de espécies silvícolas.		Desestimular as práticas agrícolas.  Incentivar o cultivo de espécies arbóreas e estimular o uso da vegetação natural para pastoreio extensivo.
Classe de aptidão agrícola 5SN - Fertilidade natural do solo	LATOSSOLO VERMELHO-AMARELO Distrófico; NEOSSOLO LITÓLICO Distrófico; ARGISSOLO VERMELHO-AMARELO Alumínico; ARGISSOLO VERMELHO-AMARELO Distrófico.	2, 3, 4, 5, 8, 9, 15, 25, 26, 33, 34, 36	Terrenos com boa aptidão para pastoreio em meio à vegetação natural e cultivo de espécies silvícolas.	Solos com baixa saturação por bases (distróficos) podem apresentar ligeira a moderada deficiência de fertilidade para as plantas, restringindo a implantação de silvicultura e pastagem natural.	Estimular a conservação da vegetação natural, de modo a reduzir a erosão dos terrenos, o que embopreça os solos e assoreia os cursos d'água.  Incentivar o cultivo de espécies arbóreas.

(Continua)

Continuação do **Quadro 7** – Síntese de potencialidades, limitações e recomendações referentes ao tema **Solos: Terras Indicadas para Silvicultura e Pastagem Natural**

ASPECTO: TERRAS INDICADAS PARA SILVICULTURA E PASTAGEM NATURAL					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Tipo(s) de solo(s) selecionado(s) para o(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) o(s) critério(s)	Atributo(s) que potencializa(m) o melhor aproveitamento do(s) solo(s)	Fator(es) que impede(m) ou restringe(m) o aproveitamento do(s) solo(s)	Recomendação(ões) específica(s) visando à ampliação da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) referentes ao aproveitamento do(s) solo(s)
Classe de aptidão agrícola 5SN - Suscetibilidade à erosão das terras	ARGISSOLO VERMELHO-AMARELO Alumínico; CAMBISSOLO HÁPLICO Eutrófico; CHERNOSSOLO HÁPLICO; ESPODOSSOLO HUMILÚVICO; LATOSSOLO VERMELHO-AMARELO Alumínico; LATOSSOLO VERMELHO-AMARELO Distrófico; NEOSSOLO LITÓLICO Distrófico; NEOSSOLO LITÓLICO Eutrófico.	2, 3, 4, 5, 8, 9, 11, 15, 24, 25, 26, 28, 33, 34, 35, 36	Terrenos com boa aptidão para pastoreio em meio à vegetação natural e cultivo de espécies silvícolas.	Solos com textura argilosa ou média, pouco permeáveis, situados em áreas de relevo movimentado, pedregosidade acentuada e com pluviosidade média a alta podem resultar em moderada a forte suscetibilidade à erosão, restringindo a implantação de silvicultura e pastagem natural.	Estimular a manutenção da vegetação natural e desincentivar a utilização de implementos agrícolas de modo a minimizar a degradação dos solos.  Priorizar a conservação dos ecossistemas.
Classe de aptidão agrícola 5SN - Impedimento à mecanização das terras	ARGISSOLO VERMELHO-AMARELO Alumínico; CAMBISSOLO HÁPLICO Eutrófico; CHERNOSSOLO HÁPLICO; ESPODOSSOLO HUMILÚVICO; LATOSSOLO VERMELHO-AMARELO Alumínico; LATOSSOLO VERMELHO-AMARELO Distrófico; NEOSSOLO LITÓLICO Distrófico; NEOSSOLO LITÓLICO Eutrófico.	2, 3, 4, 5, 8, 9, 11, 15, 24, 25, 26, 28, 33, 34, 35, 36	Terrenos com boa aptidão para pastoreio em meio à vegetação natural e cultivo de espécies silvícolas.	Solos situados em áreas com declives de 8 a 20% (relevo ondulado ou forte ondulado), pedregosidade acentuada e com média a alta pluviosidade podem apresentar moderado a forte impedimento à mecanização.	Estimular a manutenção da vegetação natural e desincentivar a utilização de implementos agrícolas de modo a minimizar a degradação dos solos.  Priorizar a conservação dos ecossistemas.

(Continua)

Continuação do **Quadro 7** – Síntese de potencialidades, limitações e recomendações referentes ao tema **Solos: Terras Indicadas para Silvicultura e Pastagem Natural**

ASPECTO: TERRAS INDICADAS PARA SILVICULTURA E PASTAGEM NATURAL					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Tipo(s) de solo(s) selecionado(s) para o(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) o(s) critério(s)	Atributo(s) que potencializa(m) o melhor aproveitamento do(s) solo(s)	Fator(es) que impede(m) ou restringe(m) o aproveitamento do(s) solo(s)	Recomendação(ões) específica(s) visando à ampliação da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) referentes ao aproveitamento do(s) solo(s)
Classe de aptidão agrícola 5SN - Disponibilidade de oxigênio no solo para as plantas	ESPODOSSOLO HUMILÚVICO.	28, 36	Terrenos com boa aptidão para pastoreio em meio à vegetação natural e cultivo de espécies silvícolas.	Solos em terrenos mal drenados e situados em áreas de clima úmido podem apresentar moderada a forte deficiência de oxigênio para culturas, restringindo a implantação de silvicultura e pastagem natural.	Desestimular as práticas agrícolas.  Priorizar a conservação dos ecossistemas em áreas de solos susceptíveis à inundação.
Classe de aptidão agrícola 5sn - Disponibilidade de água no solo para as plantas	CHERNOSSOLO HÁPLICO; CAMBISSOLO HÁPLICO Eutrófico; LATOSSOLO VERMELHO-AMARELO Distrófico; NEOSSOLO LITÓLICO Distrófico; NEOSSOLO LITÓLICO Eutrófico; NEOSSOLO QUARTZARÊNICO Hidromórfico; ARGISSOLO VERMELHO-AMARELO Distrófico; VERTISSOLO; PLANOSSOLO HÁPLICO Eutrófico Solódico.	2, 3, 4, 5, 6, 8, 9, 11, 15, 24, 25, 26, 32, 33, 35	Terrenos com regular aptidão para pastoreio em meio à vegetação natural e cultivo de espécies silvícolas.	Solos situados em regiões de clima seco podem apresentar forte deficiência de água para implantação de silvicultura e pastagem natural.	Desestimular o cultivo de lavouras.  Incentivar o cultivo de espécies arbóreas e estimular o uso da vegetação natural para pastoreio extensivo.
Classe de aptidão agrícola 5sn - Fertilidade natural do solo	ARGISSOLO VERMELHO-AMARELO Distrófico; NEOSSOLO LITÓLICO Distrófico; NEOSSOLO LITÓLICO Eutrófico; NEOSSOLO QUARTZARÊNICO Hidromórfico; VERTISSOLO; ESPODOSSOLO HUMILÚVICO; PLANOSSOLO HÁPLICO Eutrófico Solódico.	2, 3, 4, 5, 6, 8, 9, 11, 15, 24, 28, 32, 33, 35, 36	Terrenos com regular aptidão para pastoreio em meio à vegetação natural e cultivo de espécies silvícolas.	Solos com baixa saturação por bases (distróficos) podem apresentar forte a moderada deficiência de fertilidade para culturas, restringindo a implantação de silvicultura e pastagem natural.	Desestimular o cultivo de lavouras.

(Continua)

Continuação do **Quadro 7** – Síntese de potencialidades, limitações e recomendações referentes ao tema **Solos: Terras Indicadas para Silvicultura e Pastagem Natural**

ASPECTO: TERRAS INDICADAS PARA SILVICULTURA E PASTAGEM NATURAL					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Tipo(s) de solo(s) selecionado(s) para o(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) o(s) critério(s)	Atributo(s) que potencializa(m) o melhor aproveitamento do(s) solo(s)	Fator(es) que impede(m) ou restringe(m) o aproveitamento do(s) solo(s)	Recomendação(ões) específica(s) visando à ampliação da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) referentes ao aproveitamento do(s) solo(s)
Classe de aptidão agrícola 5sn - Suscetibilidade à erosão das terras	<p>ARGISSOLO VERMELHO-AMARELO Distrófico;</p> <p>CERNOSSOLO HÁPLICO;</p> <p>NEOSSOLO LITÓLICO Distrófico;</p> <p>NEOSSOLO LITÓLICO Eutrófico;</p> <p>LATOSSOLO VERMELHO-AMARELO Distrófico;</p> <p>CAMBISSOLO HÁPLICO Eutrófico;</p> <p>NEOSSOLO QUARTZARÊNICO Hidromórfico;</p> <p>VERTISSOLO;</p> <p>ESPODOSSOLO HUMILÚVICO;</p> <p>PLANOSSOLO HÁPLICO Eutrófico Solódico.</p>	2, 3, 4, 5, 6, 8, 9, 11, 15, 24, 25, 26, 28, 32, 33, 35, 36	Terrenos com regular aptidão para pastoreio em meio à vegetação natural e cultivo de espécies silvícolas.	Solos com textura argilosa ou média, pouco permeáveis, situados em áreas de relevo movimentado, pedregosidade acentuada e com pluviosidade média a alta podem resultar em moderada a forte suscetibilidade à erosão, restringindo a implantação de silvicultura e pastagem natural.	<p>Estimular a conservação da vegetação natural, de modo a reduzir a erosão dos terrenos, o que emboprece os solos e assoreia os cursos d'água.</p> <p>Priorizar a conservação dos ecossistemas.</p>

(Continua)

Continuação do **Quadro 7** – Síntese de potencialidades, limitações e recomendações referentes ao tema **Solos: Terras Indicadas para Silvicultura e Pastagem Natural**

ASPECTO: TERRAS INDICADAS PARA SILVICULTURA E PASTAGEM NATURAL					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Tipo(s) de solo(s) selecionado(s) para o(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) o(s) critério(s)	Atributo(s) que potencializa(m) o melhor aproveitamento do(s) solo(s)	Fator(es) que impede(m) ou restringe(m) o aproveitamento do(s) solo(s)	Recomendação(ões) específica(s) visando à ampliação da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) referentes ao aproveitamento do(s) solo(s)
Classe de aptidão agrícola 5sn - Impedimento à mecanização das terras	<p>ARGISSOLO VERMELHO-AMARELO Distrófico;</p> <p>CHERNOSSOLO HÁPLICO;</p> <p>NEOSSOLO LITÓLICO Distrófico;</p> <p>NEOSSOLO LITÓLICO Eutrófico;</p> <p>LATOSSOLO VERMELHO-AMARELO Distrófico;</p> <p>CAMBISSOLO HÁPLICO Eutrófico;</p> <p>NEOSSOLO QUARTZARÊNICO Hidromórfico;</p> <p>VERTISSOLO;</p> <p>ESPODOSSOLO HUMILÚVICO;</p> <p>PLANOSSOLO HÁPLICO Eutrófico Solódico.</p>	2, 3, 4, 5, 6, 8, 9, 11, 15, 24, 25, 26, 28, 32, 33, 35, 36	Terrenos com regular aptidão para pastoreio em meio à vegetação natural e cultivo de espécies silvícolas.	Solos situados em áreas com declives de 8 a 20% (relevos ondulados ou fortes ondulados), pedregosidade acentuada e com média a alta pluviosidade podem apresentar moderado a forte impedimento à mecanização de silvicultura e pastagem natural.	<p>Estimular a conservação da vegetação natural.</p> <p>Priorizar a conservação dos ecossistemas.</p>

(Continua)

ASPECTO: TERRAS INDICADAS PARA SILVICULTURA E PASTAGEM NATURAL					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Tipo(s) de solo(s) selecionado(s) para o(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) o(s) critério(s)	Atributo(s) que potencializa(m) o melhor aproveitamento do(s) solo(s)	Fator(es) que impede(m) ou restringe(m) o aproveitamento do(s) solo(s)	Recomendação(ões) específica(s) visando à ampliação da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) referentes ao aproveitamento do(s) solo(s)
Classe de aptidão agrícola 5(sn) - Disponibilidade de água no solo para as plantas	<p>ARGISSOLO VERMELHO-AMARELO Alumínico;</p> <p>ARGISSOLO VERMELHO-AMARELO Distrófico;</p> <p>ARGISSOLO VERMELHO-AMARELO Eutrófico;</p> <p>ESPODOSSOLO HUMILÚVICO;</p> <p>LATOSSOLO VERMELHO-AMARELO Distrófico;</p> <p>NEOSSOLO LITÓLICO Distrófico;</p> <p>NEOSSOLO LITÓLICO Eutrófico;</p> <p>PLANOSSOLO HÁPLICO;</p> <p>PLANOSSOLO NÁTRICO;</p> <p>NEOSSOLO QUARTZARÊNICO;</p> <p>PLANOSSOLO NÁTRICO Órtico;</p> <p>PLANOSSOLO HÁPLICO Eutrófico Solódico.</p>	5, 6, 7, 8, 9, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36		<p>Terrenos com aptidão restrita para implantação de pastagem natural e cultivo de espécies silvícolas.</p> <p>Solos situados em regiões de clima seco podem apresentar forte deficiência de água para implantação de silvicultura e pastagem natural.</p>	<p>Desestimular o cultivo de lavouras.</p> <p>Incentivar o cultivo de espécies arbóreas e estimular o uso da vegetação natural para pastoreio extensivo.</p>
Classe de aptidão agrícola 5(sn) - Fertilidade natural do solo	<p>ARGISSOLO VERMELHO-AMARELO Alumínico;</p> <p>ARGISSOLO VERMELHO-AMARELO Distrófico;</p> <p>ARGISSOLO VERMELHO-AMARELO Eutrófico;</p> <p>LATOSSOLO VERMELHO-AMARELO Distrófico;</p> <p>NEOSSOLO LITÓLICO Distrófico;</p> <p>NEOSSOLO LITÓLICO Eutrófico;</p> <p>PLANOSSOLO NÁTRICO;</p>	5, 6, 7, 8, 9, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36		<p>Terrenos com aptidão restrita para implantação de pastagem natural e cultivo de espécies silvícolas.</p>	<p>Desestimular o cultivo de lavouras.</p> <p>Incentivar o cultivo de espécies arbóreas e estimular o uso da vegetação natural para pastoreio extensivo.</p>

(Continua)



Continuação do **Quadro 7** – Síntese de potencialidades, limitações e recomendações referentes ao tema **Solos: Terras Indicadas para Silvicultura e Pastagem Natural**

ASPECTO: TERRAS INDICADAS PARA SILVICULTURA E PASTAGEM NATURAL					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Tipo(s) de solo(s) selecionado(s) para o(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) o(s) critério(s)	Atributo(s) que potencializa(m) o melhor aproveitamento do(s) solo(s)	Fator(es) que impede(m) ou restringe(m) o aproveitamento do(s) solo(s)	Recomendação(ões) específica(s) visando à ampliação da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) referentes ao aproveitamento do(s) solo(s)
Classe de aptidão agrícola 5(sn) - Fertilidade natural do solo (continuação)	<p>PLANOSSOLO HÁPLICO;</p> <p>ESPODOSSOLO HUMILÚVICO;</p> <p>PLANOSSOLO NÁTRICO Órtico;</p> <p>PLANOSSOLO HÁPLICO Eutrófico Solódico.</p>	5, 6, 7, 8, 9, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36		Terrenos com aptidão restrita para implantação de pastagem natural e cultivo de espécies silvícolas.	<p>Desestimular o cultivo de lavouras.</p> <p>Incentivar o cultivo de espécies arbóreas e estimular o uso da vegetação natural para pastoreio extensivo.</p>
Classe de aptidão agrícola 5(sn) - Suscetibilidade à erosão das terras	<p>ARGISSOLO VERMELHO-AMARELO Alumínico;</p> <p>ARGISSOLO VERMELHO-AMARELO Distrófico;</p> <p>ARGISSOLO VERMELHO-AMARELO Eutrófico;</p> <p>LATOSSOLO VERMELHO-AMARELO Distrófico;</p> <p>ESPODOSSOLO HUMILÚVICO;</p> <p>NEOSSOLO LITÓLICO Distrófico;</p> <p>NEOSSOLO LITÓLICO Eutrófico;</p> <p>PLANOSSOLO HÁPLICO;</p> <p>PLANOSSOLO NÁTRICO;</p> <p>PLANOSSOLO NÁTRICO Órtico;</p> <p>PLANOSSOLO HÁPLICO Eutrófico Solódico.</p>	5, 6, 7, 8, 9, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36		<p>Terrenos com aptidão restrita para implantação de pastagem natural e cultivo de espécies silvícolas.</p> <p>Solos situados em áreas com declives acentuados podem apresentar forte suscetibilidade à erosão.</p>	<p>Estimular a conservação da vegetação natural, de modo a reduzir a erosão dos terrenos, o que embopreca os solos e assoreia os cursos d'água.</p> <p>Priorizar a conservação dos ecossistemas.</p>

(Continua)

Continuação do **Quadro 7** – Síntese de potencialidades, limitações e recomendações referentes ao tema **Solos: Terras Indicadas para Silvicultura e Pastagem Natural**

ASPECTO: TERRAS INDICADAS PARA SILVICULTURA E PASTAGEM NATURAL					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Tipo(s) de solo(s) selecionado(s) para o(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) o(s) critério(s)	Atributo(s) que potencializa(m) o melhor aproveitamento do(s) solo(s)	Fator(es) que impede(m) ou restringe(m) o aproveitamento do(s) solo(s)	Recomendação(ões) específica(s) visando à ampliação da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) referentes ao aproveitamento do(s) solo(s)
Classe de aptidão agrícola 5(sn) - Impedimento à mecanização das terras	<p>ARGISSOLO VERMELHO-AMARELO Alumínico;</p> <p>ARGISSOLO VERMELHO-AMARELO Distrófico;</p> <p>ARGISSOLO VERMELHO-AMARELO Eutrófico;</p> <p>LATOSSOLO VERMELHO-AMARELO Distrófico;</p> <p>ESPODOSSOLO HUMILÚVICO;</p> <p>NEOSSOLO LITÓLICO Distrófico;</p> <p>NEOSSOLO LITÓLICO Eutrófico;</p> <p>PLANOSSOLO HÁPLICO;</p> <p>PLANOSSOLO NÁTRICO Órtico;</p> <p>PLANOSSOLO HÁPLICO Eutrófico Solódico;</p> <p>PLANOSSOLO NÁTRICO.</p>	5, 6, 7, 8, 9, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36		<p>Terrenos com aptidão restrita para implantação de pastagem natural e cultivo de espécies silvícolas.</p> <p>Solos situados em áreas com declives acentuados e pedregosidade podem apresentar forte impedimento à mecanização de silvicultura e pastagem natural.</p>	<p>Estimular a conservação da vegetação natural, de modo a reduzir a erosão dos terrenos, o que emboprece os solos e assoreia os cursos d'água.</p> <p>Priorizar a conservação dos ecossistemas.</p>

Fonte:

Elaboração

Consórcio

Geohidro-Sondotécnica,

2013.

**Quadro 8 – Síntese de potencialidades, limitações e recomendações referentes ao tema Solos: Terras Não Indicadas para Atividades Agrícolas, Pastagem ou Silvicultura**

ASPECTO: TERRAS NÃO INDICADAS PARA ATIVIDADES AGRÍCOLAS, PASTAGEM OU SILVICULTURA					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Tipo(s) de solo(s) selecionado(s) para o(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) o(s) critério(s)	Atributo(s) que potencializa(m) o melhor aproveitamento do(s) solo(s)	Fator(es) que impede(m) ou restringe(m) o aproveitamento do(s) solo(s)	Recomendação(ões) específica(s) visando à ampliação da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) referentes ao aproveitamento do(s) solo(s)
Classe de aptidão agrícola 6 - Disponibilidade de água no solo para as plantas	<p>ARGISSOLO VERMELHO-AMARELO Alumínico;</p> <p>ARGISSOLO VERMELHO-AMARELO Eutrófico;</p> <p>LATOSSOLO VERMELHO-AMARELO Alumínico Distrófico;</p> <p>LATOSSOLO VERMELHO-AMARELO Distrófico;</p> <p>NEOSSOLO LITÓLICO Distrófico;</p> <p>NEOSSOLO LITÓLICO Eutrófico;</p> <p>PLANOSSOLO NÁTRICO;</p> <p>ARGISSOLO VERMELHO-AMARELO Distrófico;</p> <p>NEOSSOLO FLÚVICO Eutrófico.</p>	2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 17, 18, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33	Potencial para conservação do patrimônio natural.	<p>Terrenos inaptos para implantação de lavouras, pastagem e espécies silvícolas.</p> <p>Solos situados em regiões de clima seco podem apresentar forte deficiência de água para as atividades agropecuárias e silvícolas.</p>	<p>Desestimular qualquer atividade agropecuária.</p> <p>Priorizar a conservação dos ecossistemas.</p>
Classe de aptidão agrícola 6 - Fertilidade natural do solo	<p>LATOSSOLO VERMELHO-AMARELO Alumínico Distrófico;</p> <p>ARGISSOLO VERMELHO-AMARELO Eutrófico;</p> <p>LATOSSOLO VERMELHO-AMARELO Distrófico;</p> <p>NEOSSOLO LITÓLICO Distrófico;</p> <p>NEOSSOLO LITÓLICO Eutrófico;</p> <p>ORGANOSSOLO HÁPLICO;</p> <p>PLANOSSOLO NÁTRICO;</p> <p>ARGISSOLO VERMELHO-AMARELO Distrófico;</p> <p>NEOSSOLO FLÚVICO Eutrófico.</p>	2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 17, 18, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 36	Potencial para conservação do patrimônio natural.	<p>Terrenos inaptos para implantação de lavouras, pastagem e espécies silvícolas.</p> <p>Solos com baixa saturação por bases (distróficos) podem apresentar forte a moderada deficiência de fertilidade para culturas, impedindo a implantação de qualquer atividade agropecuária ou silvícola.</p>	<p>Desestimular qualquer atividade agropecuária.</p> <p>Priorizar a conservação dos ecossistemas.</p>

(Continua)

ASPECTO: TERRAS INDICADAS PARA SILVICULTURA E PASTAGEM NATURAL					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Tipo(s) de solo(s) selecionado(s) para o(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) o(s) critério(s)	Atributo(s) que potencializa(m) o melhor aproveitamento do(s) solo(s)	Fator(es) que impede(m) ou restringe(m) o aproveitamento do(s) solo(s)	Recomendação(ões) específica(s) visando à ampliação da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) referentes ao aproveitamento do(s) solo(s)
Classe de aptidão agrícola 6 - Suscetibilidade à erosão das terras	<p>ARGISSOLO VERMELHO-AMARELO Alumínico;</p> <p>ARGISSOLO VERMELHO-AMARELO Eutrófico;</p> <p>LATOSSOLO VERMELHO-AMARELO Alumínico Distrófico;</p> <p>LATOSSOLO VERMELHO-AMARELO Distrófico;</p> <p>NEOSSOLO LITÓLICO Distrófico;</p> <p>NEOSSOLO LITÓLICO Eutrófico;</p> <p>PLANOSSOLO NÁTRICO;</p> <p>ARGISSOLO VERMELHO-AMARELO Distrófico;</p> <p>NEOSSOLO FLÚVICO Eutrófico.</p>	2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 17, 18, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33	Potencial para conservação do patrimônio natural.	<p>Terrenos inaptos para implantação de lavouras, pastagem e espécies silvícolas.</p> <p>Solos situados em áreas com declives acentuados podem apresentar forte suscetibilidade à erosão.</p>	<p>Estimular a conservação da vegetação natural, de modo a reduzir a erosão dos terrenos, o que emboprece os solos e assoreia os cursos d'água.</p> <p>Priorizar a conservação dos ecossistemas.</p>

(Continua)

ASPECTO: TERRAS INDICADAS PARA SILVICULTURA E PASTAGEM NATURAL					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Tipo(s) de solo(s) selecionado(s) para o(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) o(s) critério(s)	Atributo(s) que potencializa(m) o melhor aproveitamento do(s) solo(s)	Fator(es) que impede(m) ou restringe(m) o aproveitamento do(s) solo(s)	Recomendação(ões) específica(s) visando à ampliação da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) referentes ao aproveitamento do(s) solo(s)
Classe de aptidão agrícola 6 - Impedimento à mecanização das terras	ARGISSOLO VERMELHO-AMARELO Alumínico; ARGISSOLO VERMELHO-AMARELO Eutrófico; LATOSSOLO VERMELHO-AMARELO Alumínico Distrófico; LATOSSOLO VERMELHO-AMARELO Distrófico; NEOSSOLO LITÓLICO Distrófico; NEOSSOLO LITÓLICO Eutrófico; ORGANOSSOLO TIOMÓRFICO; ORGANOSSOLO HÁPLICO; PLANOSSOLO NÁTRICO; ARGISSOLO VERMELHO-AMARELO Distrófico; NEOSSOLO FLÚVICO Eutrófico.	2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 17, 18, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36	Potencial para conservação do patrimônio natural.	Terrenos inaptos para implantação de lavouras, pastagem e espécies silvícolas.  Solos situados em áreas com declives acentuados e pedregosidade podem apresentar forte impedimento à mecanização.	Estimular a conservação da vegetação natural, de modo a reduzir a erosão dos terrenos, o que emboprece os solos e assoreia os cursos d'água.  Priorizar a conservação dos ecossistemas.
Classe de aptidão agrícola 6 - Disponibilidade de oxigênio no solo para as plantas	ORGANOSSOLO TIOMÓRFICO; ORGANOSSOLO HÁPLICO.	25, 26, 27, 28, 33, 34, 35, 36	Potencial para conservação do patrimônio natural.	Terrenos inaptos para implantação de lavouras, pastagem e espécies silvícolas.  Solos muito mal drenados, situados em regiões de clima úmido e com influência das marés podem apresentar forte deficiência de oxigênio para culturas, impedindo a implantação de qualquer atividade agropecuária ou silvícola.	Desestimular qualquer atividade agropecuária.  Priorizar a conservação dos ecossistemas.
Classe de aptidão agrícola 6 - Sem aptidão	AFLORAMENTO ROCHOSO.	3, 5, 28, 29	Potencial para conservação do patrimônio natural.		Priorizar a conservação da paisagem e dos ecossistemas.  Desestimular qualquer atividade agropecuária.

Fonte: Elaboração Consórcio Geohidro-Sondotécnica, 2013.

A análise realizada a partir dos resultados apresentados permite identificar que todo o território apresenta potencialidades e limitações do ponto de vista do uso das terras para as atividades agrícolas, levando à definição de recomendações para o uso sustentável destas.

Para os critérios trabalhados que envolvem Terras Indicadas para Atividades Agrícolas, foram traçadas recomendações orientando as técnicas de produção e as práticas agrícolas que contribuam para a redução das limitações e que permitam a manutenção das características naturais das terras.

Em se tratando do critério “Disponibilidade de Água no Solo para as Plantas”, como a metodologia da aptidão agrícola não considera a possibilidade de irrigação das áreas, as principais recomendações destacaram a restrição à implantação de lavouras cujas demandas envolvam significativos volumes de água, destacando como fator de superação a possibilidade da prática de irrigação.

Para os aspectos Terras Indicadas para Pastagem Plantada e Terras Indicadas para Silvicultura e Pastagem Natural e Terras Não Indicadas para Atividades Agrícolas, Pastagem ou Silvicultura as principais recomendações orientam também a priorização da manutenção da vegetação natural e conservação dos ecossistemas.

## 4. RECURSOS HÍDRICOS

### 4.1. Introdução

A identificação das potencialidades e limitações dos recursos hídricos que merecem destaque neste zoneamento foi estabelecida tomando como meta proporcionar o aperfeiçoamento da política ambiental e a ordenação sustentável do desenvolvimento econômico. O que se pretende é chamar a atenção dos gestores ambientais, dos empreendedores e da sociedade civil como um todo, dos setores do território baiano onde características relevantes associadas ao tema das águas demandam recomendações especiais, capazes de promover interações adequadas com os diversos segmentos que compõem a temática ambiental.

Embora sejam apresentados destaques relativos aos recursos hídricos superficiais e subterrâneos em quadros separados, a leitura da forma como o tema é abordado, em ambos os casos, permite constatar que foi preservada a visão integrada com que interagem os corpos hídricos e que esta maneira de perceber o sistema hidrológico foi respeitada.

#### 4.1.1. Recursos Hídricos Superficiais

As potencialidades e limitações referentes aos recursos hídricos superficiais foram agrupadas, neste zoneamento, de acordo com os seguintes aspectos:

- Disponibilidade hídrica superficial;
- Salinização das águas superficiais;
- Qualidade das águas superficiais;
- Conservação das águas superficiais.

Considerando o aspecto das disponibilidades, foram destacadas áreas tanto com potencialidades como com limitações. As potencialidades foram determinadas para os trechos de bacias hidrográficas onde ocorrem, simultaneamente, boa produção do escoamento superficial, mesmo nas estiagens, e o somatório das demandas para os diversos usos seja bastante inferior às disponibilidades, configurando-se assim áreas com bom potencial para futuros empreendimentos que envolvam significativas demandas de recursos hídricos. Vale salientar que o conforto estimado para as disponibilidades frente aos interesses diversos não deve implicar em despreocupação com o uso eficiente e sustentável das reservas.

Por conta das características determinadas pelo clima semiárido em boa parte do território baiano, um número significativo de bacias apresenta cursos de água com regime de escoamento intermitente ou efêmero, onde são observadas vazões nulas por longos períodos. Setores do estado com estas características são identificados nos estudos sobre recursos hídricos superficiais desenvolvidos ao longo deste ZEE. Todavia, os setores destacados com limitação de disponibilidade, no quadro que sintetiza as informações relativas ao tema tratado neste item do ZEE, são os setores de bacias onde as demandas se aproximam das disponibilidades, configurando potencial de conflito de interesses pelo uso dos recursos hídricos.

Dentro deste contexto são também destacadas as bacias de afluentes do rio São Francisco que possuem uma maior dependência deste rio federal para atender suas demandas internas. São áreas que correm risco de agravamento de suas limitações à medida que o uso das águas do rio São Francisco é comprometido com demandas externas aos seus limites, diminuindo assim a possibilidade deste rio ser utilizado para transferências internas para estas sub-bacias.

A salinização das águas superficiais, exclusivamente àquelas contidas em açudes, foi incluída como fator a ser considerado entre as limitações, uma vez que o emprego deste tipo de estrutura hídrica é uma solução utilizada em larga escala para fazer frente à intermitência dos cursos de água existentes no semiárido. Em áreas identificadas em função da tipologia dos solos predominantes é possível estabelecer as bacias em que as águas de reservatórios construídos estão submetidas ao maior risco de salinização se não houver efetivo controle operacional sobre os estoques armazenados. O potencial decorre em função da concentração de sais trocáveis entre os solos e as águas de chuva. É, portanto, uma limitação significativa para o adequado manejo das águas superficiais.

Foram destacadas áreas com limitação decorrente da degradação da qualidade de suas águas, adquirida em função de lançamentos inadequados realizados ao longo dos rios e riachos de uma bacia ou em parte dela. Isto reflete na presença de indicadores não compatíveis com o padrão de qualidade exigido para a maioria dos usos de interesse da sociedade e a manutenção da qualidade ambiental.

Por fim, a conservação das águas superficiais também proporciona destaque tanto para potencialidades quanto para limitações. As potencialidades foram associadas às áreas onde são gerados, por unidade de área, os maiores volumes de escoamento superficial nas épocas de chuva, possuindo significativo papel na produção de água para o abastecimento dos mananciais existentes nos setores a jusante destas áreas.

São também identificados os setores com grande responsabilidade pela garantia do escoamento no período das estiagens nos principais rios do estado, sendo estas regiões consideradas estratégicas e de interesse regional, ou seja, extrapolam sua importância local. Os setores com características hidrológicas favoráveis a escoamento nas estiagens, mas de significado territorial mais restrito, são também destacados. Nestes casos, a capacidade de produzir escoamento nas estiagens pode ser entendida como uma potencialidade, mas é necessário que se perceba que a conservação das águas requer que manejos adequados de solo e de água sejam praticados, representando, desta forma, um tipo determinado de limitação.

#### 4.1.2. Recursos Hídricos Subterrâneos

No que se refere aos recursos hídricos subterrâneos, a abordagem do tema se fez a partir dos domínios hidrogeológicos encontrados no território baiano. Para cada um deles são identificados seus aspectos de potencialidades e limitações. Uma diversidade significativa de litologias e de regimes de alimentação das reservas compõem um quadro complexo que exige um entendimento amplo dos sistemas da hidrologia subterrânea, inclusive nas suas relações com as fases superficiais do ciclo hidrológico.

A abordagem deste tópico, sob a ótica das águas subterrâneas, levou em conta três frentes de observação. Foram considerados aspectos relativos à disponibilidade hídrica, à qualidade e à conservação das águas subterrâneas. Para cada um destes enfoques, os domínios hidrogeológicos foram abordados, uma vez que apresentam tanto limitações quanto disponibilidades.

No que se refere às disponibilidades, cada um dos domínios é classificado quanto à menor ou maior expectativa de reservas, de acordo com valores que têm sido observados em poços perfurados nas diversas regiões do estado. A grande heterogeneidade de situações que podem ocorrer num determinado tipo de domínio hidrogeológico dificulta estimativas precisas, principalmente nesta escala de trabalho. São indicados usos possíveis considerando a faixa de disponibilidade observada a partir dos poços perfurados nos principais tipos de domínio e apontadas as limitações que devem ser esperadas na exploração de água a partir dos aquíferos.

Sobre a qualidade das águas subterrâneas, embora sejam tecidas considerações gerais sobre a qualidade mais comumente encontrada nas águas retiradas dos diversos domínios, o fator que mereceu destaque foi o maior ou menor risco de contaminação. Levando em conta o nível de profundidade das reservas, o tipo de porosidade e outros elementos já apontados no capítulo sobre a vulnerabilidade natural das águas subterrâneas (Vol.4), o quadro realça os principais cuidados que devem ser tomados para a proteção das reservas hídricas subterrâneas. As limitações estão relacionadas às áreas onde existe maior facilidade para que as reservas sejam atingidas por materiais contaminantes e as potencialidades às áreas onde as barreiras naturais criam defesas que resultam numa maior proteção das águas armazenadas.

Sob a ótica da conservação das águas subterrâneas, o foco da análise se concentra na identificação, por domínio, do papel estratégico mais significativo que as reservas podem ter, principalmente quando as reservas subterrâneas são a única fonte segura para o atendimento das demandas regionais.



## 4.2. Metodologia

### 4.2.1. Recursos Hídricos Superficiais

Para identificação dos locais onde é destacada uma determinada potencialidade ou limitação e, por consequência, para onde valem as recomendações propostas relativas aos recursos hídricos superficiais, foram selecionadas unidades territoriais que permitem um fácil diálogo com o gerenciamento específico dos recursos hídricos, tomando-se a unidade de balanço como base territorial. A unidade de balanço é a célula do planejamento e gerenciamento das águas considerada neste trabalho. Ela representa uma pequena bacia ou um segmento de bacia onde se pode considerar certa homogeneidade das características hidrológicas básicas e sobre a qual existem informações quantitativas do regime de vazões do curso de água. As unidades de balanço consideradas no gerenciamento das águas no estado foram definidas, pela primeira vez na Bahia, no Plano Estadual de Recursos Hídricos (BAHIA, 2005) e foram redefinidas no documento Revisão do Balanço Hídrico do Estado da Bahia (MIRANDA, MIRANDA e SANTANA, 2010), publicado pelo IICA/Inema em 2010, que se constitui na primeira etapa desenvolvida pelo sistema Inema/SEMA para a revisão do Plano Estadual de Recursos Hídricos.

Para identificação das potencialidades e limitações foram considerados os seguintes elementos, tratados anteriormente neste zoneamento:

- os indicadores estabelecidos por unidade de balanço, na citada Revisão do Balanço Hídrico;
- as características dos Ambientes Hidrológicos de Superfície definidos neste ZEE;
- as áreas com solos que proporcionam elevado risco de salinização das águas superficiais;
- as informações relativas à qualidade físico-química das águas superficiais.

#### *Disponibilidade Hídrica Superficial*

Para a identificação das unidades de balanço com disponibilidade elevada foram observados os indicadores Vazão de Referência Específica ( $Q_{90\text{ esp}}$ ), a vazão de referência considerada para a emissão de outorgas dividida pela respectiva área da bacia de contribuição, e o Índice de Utilização das Disponibilidades (IUD), que resulta da divisão entre o somatório das demandas consultivas (aquelas que de fato são retiradas do manancial) e a vazão disponível total na unidade de balanço. Todos estes indicadores são quantificados e espacializados por unidade de balanço, na Revisão do Balanço Hídrico do Plano Estadual de Recursos Hídricos.

As unidades de balanço destacadas com potencial de disponibilidade hídrica apresentam, simultaneamente, Vazão de Referência Específica ( $Q_{90\text{ esp}}$ ) classificada como alta ou muito alta e Índice de Utilização das Disponibilidades (IUD) classificado como baixo ou muito baixo, o que representa capacidade de atendimento de novas demandas.

São destacadas, por limitação de disponibilidade, as unidades de balanço cujos Índice de Utilização das Disponibilidades (IUD) ou o Índice de Outorgas em Relação à Vazão de Referência (IOR) são classificados como alto, muito alto ou médio, evidenciando um potencial de conflito pelo uso da água e que, portanto, requer controle sobre pressões de demanda que possam se apresentar. A classificação média foi incluída em face da estimativa de que existe uma significativa quantidade de usuários que não são ainda outorgados e este fato pode estar mascarando o resultado obtido pelo índice, subestimando os usos.

As unidades de balanço que se destacam por conta deste tipo de limitação foram divididas em dois grupos. Para tanto, foi utilizado o Índice de Variabilidade (IV) que representa a relação entre a vazão de referência, atrelada aos mínimos, e a vazão média, que representa a máxima disponibilidade teórica a que se pode chegar. Vazões mínimas, próximas às médias apontam dificuldades de aumento de oferta com regularização. O primeiro grupo representa os setores cujo regime de vazões dos cursos d'água potencializa a implantação de reservatórios de regularização (IV classificado como médio, baixo ou muito baixo) e o outro cujo potencial inexistente ou é muito fraco (IV classificado como alto ou muito alto). No primeiro caso existe limitação de disponibilidade nas condições atuais, entretanto há possibilidade de se agregar oferta com investimentos na própria unidade hidrológica. No segundo, há pequena disponibilidade e o ambiente está no seu limite de produção de recursos hídricos superficiais, ficando o aumento de oferta por conta de ações gerenciais mais efetivas, investimentos de elevado custo na infraestrutura e dependência de oferta externa à bacia para transposição.

Ainda dentro do aspecto disponibilidade hídrica, são destacadas as unidades de balanço relativas às bacias dos afluentes da margem direita do rio São Francisco situadas em território baiano. Dois fatores motivaram o destaque destas áreas. O primeiro deles é a baixa produção de água nestas bacias, limitando o atendimento das demandas internas. O segundo fator é a crescente intenção dos agentes governamentais, principalmente da esfera federal, em promover a transferência de água do rio São Francisco para outras bacias do nordeste. A combinação destes dois fatores gera um potencial de conflito e implica na redução das alternativas existentes para fazer frente às limitações de oferta natural, em relação às demandas locais nestas sub-bacias. Trata-se, portanto, de uma limitação natural que pode tomar proporções maiores, a depender de eficiente planejamento e gestão dos recursos hídricos da bacia do rio São Francisco.

#### *Salinização das Águas Superficiais*

Quanto a este aspecto, tratado sob a ótica da reservação da água, fica evidenciada uma limitação natural significativa, proporcionada pela formação de águas superficiais salobras, resultantes da interação das chuvas locais com solos com elevada capacidade de troca de sais. A definição destas áreas se fez a partir dos locais onde predominam os solos classificados, pelo critério proposto pela Embrapa, como Planossolos Háplicos e Planossolos Nátricos. São solos com elevados teores de sais trocáveis e que proporcionam ao escoamento das águas de chuva que não se infiltram teores de sais superiores aos que são encontrados em outros tipos de ambiente pedológico. Em alguns casos, as águas geradas neste tipo de ambiente chegam aos açudes, na época das chuvas, com concentração de sais que muitas vezes permitem seu uso para diversos fins, inclusive para o abastecimento humano. Os longos períodos sem reposição e a elevada evaporação aumentam significativamente a concentração de sais ao longo da estiagem. Este fato demanda operação das reservas feita de tal modo que a concentração de sais no reservatório seja controlada, com liberação de volumes criteriosamente estimada.

Os Planossolos Nátricos são os que imprimem maior risco de salinização em face de apresentar as mais elevadas concentrações de sais trocáveis. Os Planossolos Háplicos são menos agressivos neste aspecto, mas isto não implica que não estejam associados a risco, embora menos severos, e vale a pena se avaliar a possibilidade de atenuar o problema com controle operacional adequado.

Foram superpostas as informações relativas a solos e unidades de balanço. Em algumas unidades de balanço, a proporção de sua área com estes tipos de solo é muito grande e é praticamente assegurada que os escoamentos gerados sejam dirigidos para os açudes existentes ou que possam vir a existir. Em outras unidades de balanço, uma parcela menor dos terrenos apresenta este tipo de solo e eventuais açudes que nelas sejam encontrados podem estar, ou não, recebendo contribuição com maiores teores de sais. Isto depende do desenho da rede de drenagem que alimenta os reservatórios.

#### *Qualidade das águas superficiais*

São destacadas as unidades de balanço onde o levantamento de dados de qualidade das águas efetuados pelo Inema nos cursos d'água, a partir do programa Monitora, tem apresentado IQA (índice de qualidade da água) e IET (índice do estado trófico). Estes são indicadores relacionados com a qualidade das águas superficiais, podendo indicar limitação para o uso dos seus recursos hídricos.

O IQA avalia indicadores relacionados à contaminação orgânica dos corpos hídricos, o grau de oxigênio dissolvido e outros parâmetros relacionados com a qualidade da água com vistas ao abastecimento humano. O IET reflete aspectos relativos à presença de nutrientes nas águas, permitindo aferir seu potencial de eutrofização, que se dá com a proliferação desordenada de microorganismos, colocando em risco a capacidade de suporte à vida de peixes e outros organismos no meio aquático.

As unidades de balanço selecionadas são aquelas em que foi observada elevada densidade de estação com IQA e IET inadequados.

#### *Conservação das águas superficiais*

São destacadas as unidades de balanço que, em função do tipo de ambiente hidrológico predominante, possuem papel relevante na formação do escoamento nos principais rios do estado. Foram consideradas as porções do território baiano mais significativas, tanto para a formação do escoamento direto (que ocorrem nos momentos de chuvas), principalmente quando estas estão associadas à formação das reservas acumuladas em açudes, quanto para se manter o escoamento de base (provenientes das contribuições subterrâneas adjacentes) e o fluxo nos longos períodos de estiagem, garantindo a perenidade dos rios.

No que se refere à formação do escoamento de base são destacados tanto os ambientes de importância regional, quando sua importância extrapola a área sinalizada, quanto os de interesse local, quando sua importância se concentra em área limitada, mas de valor relevante quando comparado com seu entorno.

Com maior significado para o escoamento superficial foram selecionadas unidades de balanço onde são encontrados ambientes hidrológicos de superfície de Rochas Metassedimentares, que apresentam relevo bem acidentado e possuem boa alimentação pluviométrica, pelo menos quando comparada com as áreas vizinhas. Este tipo de situação é observado na região da Chapada Diamantina e na Serra da Jacobina, onde nascem os principais rios baianos que correm para o Oceano Atlântico.

Os ambientes hidrológicos em bacias sedimentares possuem grande significado para a manutenção do escoamento de base, que ocorre no período das estiagens. Deles, a área de maior significado estratégico está localizada no extremo oeste da Bahia. São terrenos capazes de armazenar grande parcela das chuvas, que ocorrem de maneira concentrada de outubro a março, e promover a distribuição gradual destas águas ao longo de todo o ano, proporcionando grande regularidade ao sistema hídrico. São áreas de grande significado para o rio São Francisco e apresentam forte papel social e econômico na região onde ocorrem.

Outras áreas também consideradas para a conservação das águas superficiais são as unidades de balanço em que o ambiente hidrológico é formado por depósitos diversos (fluviais, eólicos etc.). Este tipo de ambiente possui geralmente relevo plano que favorece a infiltração e possui formações compostas por material inconsolidado, que, na maioria das vezes, permite armazenamento e transferência das reservas infiltradas para os leitos dos rios. São, portanto, capazes de proporcionar escoamento no período de estiagem. As unidades destacadas estão localizadas em setores do semiárido, onde a importância deste tipo de ambiente aparece com relevância maior ainda, pois resultam em cursos de água mais resistentes às secas do que aqueles encontrados na sua vizinhança, principalmente quando esta é formada por rochas cristalinas.

#### 4.2.2. Recursos hídricos Subterrâneos

No que se referem aos recursos hídricos subterrâneos, as análises para determinação das potencialidades e limitações e as recomendações que se façam necessárias se apoiaram nos estudos e levantamentos sobre geologia, hidrogeologia e risco de contaminação, elaborados para avaliação da vulnerabilidade e risco natural das águas subterrâneas, construída para este zoneamento e apresentados no **Volume 4** – Diagnóstico da Vulnerabilidade Natural e Social.

Para identificação das potencialidades e limitações foram considerados os seguintes elementos, tratados neste zoneamento:

- a disponibilidade natural das águas subterrâneas estabelecida com base na lâmina de água explotável, considerando os domínios hidrogeológicos;
- os principais indicadores e características hidrogeológicas (litologia, estrutura e profundidade da superfície piezométrica) direta ou indiretamente associadas à contaminação e à disponibilidade hídrica subterrânea;
- a presença anômala de metais pesados (zinco, chumbo e outros), presumindo-se algum efeito da ocorrência desses metais na qualidade das águas.

##### *Disponibilidade hídrica subterrânea*

A caracterização da disponibilidade natural para as águas subterrâneas foi estabelecida com base na lâmina de reposição da reserva renovável dos aquíferos, cuja conceituação foi obtida a partir do Plano Estadual de Recursos Hídricos – PERH (INEMA, 2010), que apresenta dados de reserva permanente, reserva reguladora, potencialidade e disponibilidades virtual, efetiva e atual dos aquíferos, calculada com base nas Regiões de Planejamento e Gestão das Águas (RPGA), e por unidade de balanço, adotando-se a metodologia criada por Costa (1998). A metodologia é melhor descrita no referido **Volume 4** – Diagnóstico da Vulnerabilidade Natural e Social.

Conforme metodologia utilizada, para a estimativa das disponibilidades dos aquíferos foram consideradas as características dos domínios e subdomínios hidrogeológicos, extraídas do Mapa de Domínios e Subdomínios Hidrogeológicos do Brasil (CPRM, 2007), cujo plano de informação foi utilizado como base na espacialização das disponibilidades.

Para melhor estruturação da informação e a análise das potencialidades e limitações associadas aos diferentes domínios e subdomínios hidrogeológicos encontrados no território baiano também se considerou as macrorregiões e as RPGA do estado, dada as peculiaridades de cada ambiente em função principalmente do regime hidrológico a que estão submetidos, que por sua vez impacta sobre o processo de alimentação dos aquíferos, e assim na menor ou maior expectativa de reservas.

##### *Qualidade das águas subterrâneas*

A análise das potencialidades e limitações sobre o enfoque da qualidade das águas subterrâneas considerou a qualidade mais comumente encontrada nas águas retiradas dos diversos domínios, avaliada também por meio das características dos domínios e subdomínios hidrogeológicos, informações essas extraídas do Mapa de Domínios e Subdomínios Hidrogeológicos do Brasil (CPRM, 2007), de análise das características hidráulicas de poços, disponibilizadas no webSIG do Sistema de Informações de Águas Subterrâneas (SIAGAS)/CPRM e de informações estruturais constantes no Mapa Geológico (CPRM, 2006). Características como o nível estático das reservas, permeabilidade dos aquíferos, potencial natural à contaminação em função da estrutura litológica, bem como a presença anômala de metais pesados, constantes no Mapa Metalogenético do estado da Bahia (DNPM, 2006), entre outros aspectos utilizados para subsidiar a análise constam na metodologia descrita no **Volume 4** – Diagnóstico da Vulnerabilidade Natural e Social.

##### *Conservação das águas subterrâneas*

Para a avaliação das potencialidades e limitações relacionadas ao aspecto de conservação, no sentido de manutenção de reservas das águas subterrâneas, empregou-se como base as características dos principais domínios e subdomínios hidrogeológicos e a interface com os níveis de precipitação e escoamento superficial das regiões. Na abordagem, buscou-se destacar as áreas em função do potencial de recarga subterrânea por serem estratégicas para conservação dos recursos superficiais, ou mesmos para assegurar as vazões dos recursos hídricos superficiais, pela manutenção de suas vazões de base.

### 4.3. Resultados

A aplicação da metodologia apresentada deu origem a um conjunto de informações resultantes, as quais foram sintetizadas e organizadas de forma tabular. Os quadros de 9 a 15 ilustram esses resultados, relacionando o critério adotado às suas respectivas localizações de ocorrência, potencialidades, limitações e recomendações.

Quadro 9 – Síntese de potencialidades, limitações e recomendações referentes ao tema **Recursos Hídricos: Disponibilidade Hídrica Superficial**

ASPECTO: DISPONIBILIDADE HÍDRICA SUPERFICIAL					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Unidade(s) de balanço (UB) onde ocorre(m) o(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) o(s) critério(s)	Atributo(s) quantitativo(s) ou qualitativo(s) que potencializam o melhor uso dos recursos hídricos	Fator(es) que impede(m) ou restringe(m) o uso da dos recursos hídricos	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) referentes aos recursos hídricos
Porções do território com elevadas vazões de referência específica com 90% de permanência (Q <sub>90</sub> muito alta ou alta) e baixos índices de utilização das disponibilidades (IUD muito baixo ou baixo) em relação às demandas de água para os diversos usos estimados	<p>UB Bacia do Riacho Doce (I - RPGA do Riacho Doce);</p> <p>UBs Bacia do Rio Jucuruçu e Bacias Remanescentes da RPGA III (III - RPGA dos Rios Peruípe Itanhém e Jucuruçu);</p> <p>UB Bacias dos Rios Jequié ou das Almas (IX - RPGA do Recôncavo Sul);</p> <p>UB Bacia do Rio Una (X - RPGA do Rio Paraguaçu);</p> <p>UB Bacia do Rio Pojuca (XI - RPGA do Recôncavo Norte);</p> <p>UBs Alto Rio Preto, Baixo Rio Preto e Baixo Rio Grande (XXIII - RPGA do Rio Grande);</p> <p>UBs Bacias dos Rios Arrojado e Formoso e Bacias dos Rios Guará, do Meio, Santo Antônio e Correntina (XXIV - RPGA do Rio Corrente);</p> <p>UB Bacia do Rio Carinhanha (XXV - RPGA do Rio Carinhanha).</p>	1, 2, 3, 4, 5, 6, 20, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 32, 33, 35, 36	Elevada disponibilidade hídrica superficial e reduzido consumo de água, favorecendo o atendimento de novas demandas. As áreas das bacias apresentam disponibilidade de água superficial significativa, sem apresentar previsão de demandas que comprometa esta disponibilidade, resultando em áreas do Estado com maior capacidade para absorção de atividades que requeiram grandes demandas de água.		Promover o uso destas áreas para implantação de empreendimentos que envolvam significativas demandas de água, priorizando e incentivando o uso eficiente e controlado das disponibilidades hídricas.
Porções do território com pouca vazão disponível, ou seja, índice de outorga em relação à vazão de referência ou índice de utilização das disponibilidades médio a elevado (IOR ou IUD muito alto, alto ou médio), e pequeno potencial em se alterar o regime dos cursos de água para o aumento da oferta de água a partir de obras de infraestrutura hídrica de regularização (IV alto ou muito alto)	<p>UB Bacia do Rio Verde (XVIII - RPGA dos Rios Verde e Jacaré);</p> <p>UBs Alto Rio Grande e Médio Rio Grande (XXIII - RPGA do Rio Grande);</p> <p>UB Baixo Corrente (XXIV - RPGA do Rio Corrente).</p>	1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 9, 10		Elevado consumo hídrico superficial e reduzida capacidade de ampliação da disponibilidade, restringindo o atendimento de novas demandas. A combinação destes indicadores aponta para dois aspectos significativos, o elevado grau de comprometimento da disponibilidade das águas superficiais com os diversos tipos de consumo praticados na região e o regime dos rios, indicando restrição quanto ao aumento da oferta a partir da construção de barragens de regularização. Isto sinaliza dificuldades em se atender a acréscimos significativos de demandas com os recursos gerados na própria região, requerendo a transposição de bacias vizinhas.	<p>Restringir a implantação de atividades que requeiram significativas demandas de água superficial.</p> <p>Estabelecer eficiente controle de perdas e meios para maximizar o reuso das águas junto aos usuários existentes.</p> <p>Intensificar as atividades de gestão dos recursos hídricos e o uso dos instrumentos definidos pela legislação pertinente.</p>

(Continua)

ASPECTO: DISPONIBILIDADE HÍDRICA SUPERFICIAL					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Unidade(s) de balanço (UB) onde ocorre(m) o(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) o(s) critério(s)	Atributo(s) quantitativo(s) ou qualitativo(s) que potencializam o melhor uso dos recursos hídricos	Fator(es) que impede(m) ou restringe(m) o uso da dos recursos hídricos	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) referentes aos recursos hídricos
Porções do território com pouca vazão disponível, ou seja, índice de outorga em relação à vazão de referência ou índice de utilização das disponibilidades médio a elevado (IOR ou IUD muito alto, alto ou médio), e grande potencial em se alterar o regime dos cursos de água para o aumento da oferta de água a partir de obras de infraestrutura hídrica de regularização (IV médio, baixo ou muito baixo)	<p>UB Bacia do Baixo Rio Pardo (VI - RPGA do Rio Pardo);</p> <p>UBs Bacia Incremental do Rio de Contas até a Foz do Rio Gavião e Bacias do Rio Brumado e do Rio do Paulo (VIII - RPGA do Rio de Contas);</p> <p>UBs Bacia do Alto Jacuípe, Bacia do Médio e Baixo Jacuípe e Bacia do Alto Paraguaçu (X - RPGA do Rio Paraguaçu);</p> <p>UB Bacias dos Rios Joanes e Jacuípe (XI - RPGA do Recôncavo Norte);</p> <p>UB Bacia do Reservatório de Zabumbão (XX - RPGA dos Rios Paramirim e Santo Onofre);</p> <p>UBs Bacia do Reservatório Ceraíma e Bacia do Rio Carnaíba (XXII - RPGA do Rio Carnaíba de Dentro).</p>	5, 8, 9, 11, 12, 13, 15, 16, 18, 19, 22, 23, 24, 25, 27, 28, 33, 34, 35, 36	Possibilidade de se implantar barragens de regularização, permitindo o aumento da disponibilidade hídrica superficial, indicando potencial de aumento da oferta a partir da construção de barragens de regularização em locais estrategicamente selecionados. Isto sinaliza que as dificuldades em se atender a acréscimos significativos de demandas com os recursos gerados na própria região podem ser contornadas com investimentos em infraestrutura de regularização.	Elevado consumo hídrico superficial, restringindo o atendimento de novas demandas, desde que mantidas as condições atuais de oferta hídrica.	<p>Condicionar a obtenção de licenças à melhoria da infraestrutura hídrica regional que permita o aumento da disponibilidade de água.</p> <p>Intensificar as atividades de gestão dos recursos hídricos e o uso dos instrumentos definidos pela legislação pertinente.</p>
Porções do território da Bacia do Rio São Francisco com baixa disponibilidade hídrica e que podem ter seu déficit de demanda suprido por este manancial	<p>UB Bacia do Riacho do Tara (XV - RPGA do Riacho do Tara);</p> <p>UBs Bacia do Rio Curaça e Bacia do Rio da Vagem (XVI - RPGA dos Rios Macururé e Curaça);</p> <p>UBs Bacia do Rio Macururé e Bacias dos Riachos da Área de Paulo Afonso (XVI - RPGA dos Rios Macururé e Curaça);</p> <p>UBs Alto Salitre, Médio Salitre e Baixo Salitre (XVII - RPGA do Rio Salitre);</p> <p>UBs Bacia do Rio Jacaré, Bacia do Rio Verde e Rio Verde até o Reservatório Mirorós (XVIII - RPGA dos Rios Verde e Jacaré);</p> <p>UBs Bacia do Baixo Paramirim, Bacia do Médio Paramirim, Bacia do Reservatório de Zabumbão, Bacia do Riacho Mandu, Bacia do Rio Santo Onofre e Bacias da Região de Xique-Xique (XX - RPGA dos Rios Paramirim e Santo Onofre);</p> <p>UBs Bacia do Reservatório Ceraíma, Bacia do Riacho Currealinho, Bacia do Riacho Santa Rita e Bacia do Rio Carnaíba (XXII - RPGA do Rio Carnaíba de Dentro);</p> <p>UBs Bacia Rio Verde Grande e Bacia Rio Verde Pequeno (XXVI - RPGA do Rio Verde Grande).</p>	5, 7, 8, 9, 10, 11, 14, 15, 17, 18, 23, 30, 31	Proximidade e disponibilidade do Rio São Francisco, maior manancial de águas da região semiárida do nordeste, que se apresenta como fonte alternativa para atendimento das demandas nestas bacias que não conseguem ser supridas exclusivamente pelos seus cursos.	<p>Nestas regiões, a combinação de aspectos físicos e climatológicos resulta em bacias cujos recursos hídricos superficiais são muito limitados.</p> <p>Transposição das águas do Rio São Francisco reduz a disponibilidade hídrica para atendimento na bacia de origem e concorre com áreas outras do Nordeste, fora da bacia do São Francisco, no que se refere ao uso das disponibilidades deste grande manancial.</p>	Assegurar o atendimento das demandas de água estratégicas para o desenvolvimento das áreas, mesmo com retiradas para fins de transposição.

Fonte: Consórcio Geohidro-Sondotécnica, 2013



**Quadro 10 – Síntese de potencialidades, limitações e recomendações referentes ao tema Recursos Hídricos: Salinização das Águas Superficiais**

ASPECTO: SALINIZAÇÃO DAS ÁGUAS SUPERFICIAIS					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Unidade(s) de balanço (UB) onde ocorre(m) o(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) o(s) critério(s)	Atributo(s) quantitativo(s) ou qualitativo(s) que potencializam o melhor uso dos recursos hídricos	Fator(es) que impede(m) ou restringe(m) o uso da dos recursos hídricos	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) referentes aos recursos hídricos
Porções do território com predominância dos solos Planossolos Háplicos	UBs Bacia do Médio e Baixo Jacuípe e Bacia Incremental do Rio Paraguaçu até o Reservatório Pedra do Cavalo (X - RPGA do Rio Paraguaçu);  UB Bacia do Alto Inhambupe (XI - RPGA do Recôncavo Norte);  UBs Bacia do Rio Itapicuru, Bacia do Rio Jacurici, Bacia Incremental do Rio Itapicuru até a Cidade de Itapicuru e Bacia Incremental do Rio Itapicuru até a Ponte Euclides da Cunha (XII - RPGA do Rio Itapicuru);  UB Bacia do rio Curaça (XVI - RPGA dos Rios Macururé e Curaça);  UB Bacia do rio Carnafba (XXII - RPGA do Rio Carnaiba de Dentro).	5, 7, 8, 9, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 23, 24, 25, 30, 32, 33		Solos predominantemente salinos e áreas com alta capacidade evaporativa da atmosfera, muito favoráveis à salinização de águas represadas. Reservatórios artificiais alimentados por águas geradas em bacias com predominância de solos do tipo Planossolo Háplico geram escoamento com elevado nível de sais e, nas regiões de alta capacidade evaporativa da atmosfera, exigem condições técnicas e operacionais eficientes. Caso contrário, os reservatórios podem, em pouco tempo, apresentar águas com qualidade incompatível para a grande maioria das modalidades de consumo. Nestas porções existem vários açudes implantados que já apresentam estas características desfavoráveis.	Exigir, nos reservatórios artificiais, pequeno tempo de detenção, equipamentos hidráulicos eficientes e critérios operacionais bem definidos, objetivando o controle da salinidade.

(Continua)

ASPECTO: SALINIZAÇÃO DAS ÁGUAS SUPERFICIAIS					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Unidade(s) de balanço (UB) onde ocorre(m) o(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) o(s) critério(s)	Atributo(s) quantitativo(s) ou qualitativo(s) que potencializam o melhor uso dos recursos hídricos	Fator(es) que impede(m) ou restringe(m) o uso da dos recursos hídricos	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) referentes aos recursos hídricos
Porções do território em que ocorrem os solos Planossolos Háplicos, embora não sejam predominantes	<p>UBs Bacia Incremental do Rio Brumado até a Foz e Bacias do Rio Brumado e do Rio do Paulo (VIII - RPGA do Rio de Contas);</p> <p>UBs Bacia do Rio Jaguaripe e Bacia do Rio Jequiriça (IX - RPGA do Recôncavo Sul);</p> <p>UBs Bacia do Alto Jacuípe e Bacia do Baixo Paraguaçu (X - RPGA do Rio Paraguaçu);</p> <p>UBs Bacia do Baixo Inhambupe, Bacia do Rio Pojuca, Bacia do Rio Subaumas e Bacias dos Rios Joanes e Jacuípe (XI - RPGA do Recôncavo Norte);</p> <p>UBs Bacia do Baixo Itapicuru, Bacia do Rio Itapicuru Açú e Bacia do Rio Itapicuru Mirim (XII - RPGA do Rio Itapicuru);</p> <p>UB Bacia do Rio Real (XIII - RPGA do Rio Real);</p> <p>UBs Alto Vaza-Barris/Área de Drenagem do Reservatório Cocorobó, Baixo Vaza-Barris e Médio Vaza-Barris - Rio Vaza Barris do Reservatório Cocorobó até Jeremoabo (XIV - RPGA do Rio Vaza-Barris);</p> <p>UBs Margem Direita do Lago de Sobradinho e Margem Esquerda do Lago de Sobradinho (XIX - RPGA do Lago de Sobradinho);</p> <p>UBs Bacia do Riacho do Tara (XV - RPGA do Riacho do Tara);</p> <p>UBs Bacia do Rio da Vagem, Bacia do Rio Macururé e Bacias dos Riachos da Área de Paulo Afonso (XVI - RPGA dos Rios Macururé e Curaça);</p> <p>UB Baixo Salitre (XVII - RPGA do Rio Salitre);</p> <p>UBs Bacia do Baixo Paramirim e Bacia do Médio Paramirim (XX - RPGA dos Rios Paramirim e Santo Onofre);</p> <p>UB Bacia do Reservatório Cerafma, Bacia do Riacho Curralinho e Bacia do Riacho Santa Rita (XXII - RPGA do Rio Carnaíba de Dentro);</p> <p>UBs Bacia Rio Verde Grande e Bacia Rio Verde Pequeno (XXVI - RPGA do Rio Verde Grande).</p>	5, 6, 7, 8, 9, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 23, 24, 25, 26, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36		Solos predominantemente salinos e áreas com alta capacidade evaporativa da atmosfera, possibilitando a salinização de águas represadas em determinadas localidades. Reservatórios artificiais alimentados por águas geradas em bacias com predominância de solos do tipo Planossolo Háplico geram escoamento com elevado nível de sais e, nas regiões de alta capacidade evaporativa da atmosfera, exigem condições técnicas e operacionais eficientes. Caso contrário, os reservatórios podem, em pouco tempo, apresentar águas com qualidade incompatível para a grande maioria das modalidades de consumo. Nestas porções existem vários açudes implantados que já apresentam estas características desfavoráveis. Esse tipo de limitação é diretamente proporcional à percentagem de solos com estas características na unidade avaliada.	Exigir, nos reservatórios artificiais com áreas de contribuição onde predomina o solo Planossolo Háplico, pequeno tempo de detenção, equipamentos hidráulicos eficientes e critérios operacionais bem definidos, objetivando o controle da salinidade.

(Continua)



Continuação do **Quadro 10** – Síntese de potencialidades, limitações e recomendações referentes ao tema **Recursos Hídricos: Salinização das Águas Superficiais**

ASPECTO: SALINIZAÇÃO DAS ÁGUAS SUPERFICIAIS					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Unidade(s) de balanço (UB) onde ocorre(m) o(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) o(s) critério(s)	Atributo(s) quantitativo(s) ou qualitativo(s) que potencializam o melhor uso dos recursos hídricos	Fator(es) que impede(m) ou restringe(m) o uso da dos recursos hídricos	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) referentes aos recursos hídricos
Porções do território em que ocorrem os solos Planossolos Nátricos	UBs Bacia do Rio Curaça, Bacia do Rio da Vagem, Bacia do Rio Macururé e Bacias dos Riachos da Área de Paulo Afonso (XVI - RPGA dos Rios Macururé e Curaça);  UB Margem Esquerda do Lago de Sobradinho (XIX - RPGA do Lago de Sobradinho);  UBs Bacia do Baixo Paramirim, Bacia do Riacho Mandu e Bacias da Região de Xique-Xique (XX - RPGA dos Rios Paramirim e Santo Onofre);  UB Bacias dos Riachos Serra Dourada e do Brejo Velho (XXI - RPGA dos Riachos da Serra Dourada e do Brejo Velho).	2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 14, 17, 18, 23, 30, 31		Solos salinos e áreas com alta capacidade evaporativa da atmosfera, acarretando na salinização de águas represadas. Reservatórios artificiais alimentados por águas geradas em bacias com predominância de solos do tipo Planossolo Nátrico geram escoamento com elevado nível de sais e, nas regiões de alta capacidade evaporativa da atmosfera, praticamente inviabilizam a construção e operação de açudes para atender, com qualidade de suas águas, a grande maioria das modalidades de consumo.	Evitar a construção de açudes em áreas onde predomina o solo Planossolo Nátrico.

Fonte: Consórcio Geohidro-Sondotécnica, 2013

**Quadro 11 – Síntese de potencialidades, limitações e recomendações referentes ao tema Recursos Hídricos: Qualidade das Águas Superficiais**

ASPECTO: QUALIDADE DAS ÁGUAS SUPERFICIAIS					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Unidade(s) de balanço (UB) onde ocorre(m) o(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) o(s) critério(s)	Atributo(s) quantitativo(s) ou qualitativo(s) que potencializam o melhor uso dos recursos hídricos	Fator(es) que impede(m) ou restringe(m) o uso da dos recursos hídricos	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) referentes aos recursos hídricos
Porções do território em que predominam indicadores de qualidade (IQA e IET) das águas classificados como inadequados	UBs Bacia do Alto Jacuípe e Bacia do Médio e Baixo Jacuípe (X - RPGA do Rio Paraguaçu);  UBs Bacia do Alto Inhambupe, Bacia do Baixo Inhambupe, Bacia do Rio Pojuca, Bacia do Rio Subaumas e Bacias dos Rios Joanes e Jacuípe (XI - RPGA do Recôncavo Norte).	15, 16, 18, 19, 23, 24, 25, 32, 33, 34, 35, 36		Poluição das águas superficiais, limitando o uso dos recursos hídricos e reduzindo a qualidade ambiental de áreas marginais aos cursos d'água. A ação antrópica nos terrenos próximos a cursos d'água inseridos nestas porções do território imprime baixos níveis de qualidade das águas, limitando a possibilidade de uso, assim como, imprimindo a queda da qualidade ambiental das áreas a eles associados.	Impedir que a implantação de novos empreendimentos geradores de efluentes possam piorar as condições de qualidade das águas.  Revisar as licenças concedidas para lançamentos de efluentes objetivando requalificar as águas destes cursos de modo a se atender aos referenciais de padrão estabelecidos pelas entidades competentes.  Atuar sobre os emissores de efluentes não licenciados com vista ao enquadramento dos mesmos aos padrões legais relativos à qualidade das águas.

Fonte: Consórcio Geohidro-Sondotécnica, 2013

Quadro 12 – Síntese de potencialidades, limitações e recomendações referentes ao tema **Recursos Hídricos: Conservação das Águas Superficiais**

ASPECTO: CONSERVAÇÃO DAS ÁGUAS SUPERFICIAIS					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Unidade(s) de balanço (UB) onde ocorre(m) o(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) o(s) critério(s)	Atributo(s) quantitativo(s) ou qualitativo(s) que potencializam o melhor uso dos recursos hídricos	Fator(es) que impede(m) ou restringe(m) o uso da dos recursos hídricos	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) referentes aos recursos hídricos
Porções do território com terrenos suaves, de grande capacidade de infiltração e armazenamento, constituindo-se como estratégicas para a manutenção do escoamento de base ( $Q_B$ ) em recursos hídricos de interesse local	UB Bacia do Médio Rio Pardo (VI - RPGA do Rio Pardo); UB Bacia do Rio Itapicuru Açú (XII - RPGA do Rio Itapicuru); UB Baixo Salitre (XVII - RPGA do Rio Salitre); UB Baixo Rio Preto (XXIII - RPGA do Rio Grande).	3, 4, 6, 7, 12, 13, 14, 15, 17, 18, 19, 2, 20, 22, 23, 27	Características físicas que favorecem a manutenção do escoamento superficial nos riachos formados na região durante períodos de estiagem branda ou moderada. Terrenos planos e com boa capacidade de infiltração geram potencial para armazenamento de água em camadas que permitem a manutenção de escoamento nos riachos por períodos de estiagem.	A variabilidade, a sazonalidade e a irregularidade das chuvas regional não garantem a manutenção do escoamento dos riachos durante a estiagem, resultando em escoamento de base vulnerável. As chuvas locais, embora mais significativas que nas regiões vizinhas mais próximas, são irregulares, limitadas em quantidade e concentradas em curto período e tornam esse sistema extremamente vulnerável e sensível a práticas de manejo do solo e das águas. A falta de controle destes processos pode acarretar no desaparecimento deste tipo de comportamento dos cursos de água localizados nesta região.	Desenvolver programas de prestação de serviços ambientais. Promover o uso de técnicas de manejo de água e solo que favoreçam a infiltração de água. Implantar programas de recuperação de mata ciliar.
Porções do território com terrenos muito planos, de grande capacidade de armazenamento, que favorecem a infiltração das águas e constituem-se como estratégicas para a manutenção do escoamento de base ( $Q_B$ ) em recursos hídricos de interesse regional	UBs Alto Rio Grande, Médio Rio Grande e Alto Rio Preto (XXIII - RPGA do Rio Grande); UBs Bacias dos Rios Arrojado e Formoso e Bacias dos Rios Guará, do Meio, Santo Antônio e Correntina (XXIV - RPGA do Rio Corrente); UB Bacia do Rio Carinhanha (XXV - RPGA do Rio Carinhanha).	1, 2, 3, 4, 5, 6	Recarga da vazão de base dos rios, permitindo a manutenção do escoamento superficial ao longo de todo o ano. Constituem-se em área estratégica de recarga dos Rios Grande, Corrente e Carinhanha, principais afluentes, em território baiano, do Rio São Francisco, por conta de seu comportamento que permite a distribuição anual regular da vazão de base numa região onde as chuvas são fortemente concentradas entre outubro e abril.		Incluir entre os condicionantes do licenciamento ambiental o uso de técnicas de manejo que favoreçam significativamente a infiltração de água no solo.
Porções do território com terrenos planos a suavemente ondulados, compostos por material não consolidado, que favorecem a infiltração e constituem-se como estratégicas para a manutenção do escoamento de base ( $Q_B$ ) em recursos hídricos de interesse regional	UBs Bacia do Alto Paraguaçu e Bacias dos Rios Cochó e Santo Antônio (X - RPGA do Rio Paraguaçu).	9, 10, 11, 15, 16	Papel relevante na formação do regime dos rios na região alta das bacias hidrográficas, permitindo a manutenção do escoamento superficial ao longo de todo o ano. Por ser uma região plana onde as precipitações são, na média, superiores às áreas vizinhas, esta área desempenha papel relevante na manutenção da vazão de base dos cursos d'água locais. Dessa forma, é fundamental que os manejos de solo sejam altamente comprometidos com a realimentação dos reservatórios responsáveis por este comportamento.		Incluir entre os condicionantes do licenciamento ambiental o uso de técnicas de manejo que favoreçam significativamente a infiltração de água no solo. Implantar programas (p.ex. a prestação de serviços ambientais) de favorecimento da alimentação das reservas que mantêm o escoamento nas estiagens.
Porções do território com rochas fissuradas/fraturadas, em áreas elevadas e acidentadas, que favorecem o armazenamento e a produção de águas e constituem-se como estratégicas para a manutenção do escoamento de base ( $Q_B$ ) e escoamento direto ( $Q_D$ ) em recursos hídricos de interesse regional	UBs Bacia do Alto Contas e Bacias do Rio Brumado e do Rio do Paulo (VIII - RPGA do Rio de Contas); UBs Bacia do Alto Jacuípe, Bacia do Alto Paraguaçu, Bacia do Rio Una, Bacia do Rio Utinga, Bacias do Santo Antônio e Bacias dos Rios Cochó e Santo Antônio (X - RPGA do Rio Paraguaçu); UBs Bacia do Rio Verde e Rio Verde até o Reservatório Mirorós (XVIII - RPGA dos Rios Verde e Jacaré).	7, 8, 9, 10, 11, 12, 15, 16, 18, 19, 24	Produção de significativos volumes de escoamento durante as chuvas, possibilitando a alimentação de barramentos existentes. Devido ao relevo acidentado e à presença de solos geralmente incipientes, esta área é grande produtora, embora numa discreta quantidade de dias por ano, de vazões de cheias que representam volumes significativos de contribuição para o curso médio destes rios e, principalmente, para os barramentos existentes na bacia.		Incentivar a conservação das condições naturais, permitindo apenas atividades sustentáveis que não diminuam significativamente a capacidade de produção hídrica do ambiente.

(Continua)

<b>ASPECTO: CONSERVAÇÃO DAS ÁGUAS SUPERFICIAIS</b>					
<b>CRITÉRIO(S)</b>	<b>LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)</b>	<b>ZONA(S)</b>	<b>POTENCIALIDADE(S)</b>	<b>LIMITAÇÃO(ÕES)</b>	<b>RECOMENDAÇÃO(ÕES)</b>
	Unidade(s) de balanço (UB) onde ocorre(m) o(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) o(s) critério(s)	Atributo(s) quantitativo(s) ou qualitativo(s) que potencializam o melhor uso dos recursos hídricos	Fator(es) que impede(m) ou restringe(m) o uso da dos recursos hídricos	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) referentes aos recursos hídricos
Porções do território com terrenos planos a suavemente ondulados, compostos por rochas calcárias, que favorecem a infiltração das águas e constituem-se como estratégicas para a manutenção do escoamento de base (Q <sub>B</sub> ) em recursos hídricos de interesse regional	UBs Bacia do Rio Una, Bacia do Rio Utinga, Bacia Incremental do Rio Paraguaçu até a Cidade de Iaçú e Bacias do Santo Antônio (X - RPGA do Rio Paraguaçu).	9, 11, 12, 15, 16, 18, 20, 21, 24	Captação de significativas contribuições pluviais e concentração de grandes volumes de água, garantindo a perenidade do trecho médio do rio Paraguaçu. Em função da sua expressiva extensão territorial e localização, este ambiente capta significativas contribuições pluviais e concentra grandes volumes de água que fazem dos rios Santo Antônio e Una os formadores do Paraguaçu, com maior responsabilidade para a manutenção de vazões no período de estiagens.		Garantir a adequada alimentação do sistema cárstico atrelado aos Rios Utinga, Santo Antônio e Una.
Porções do território com rochas fissuradas/fraturadas, em áreas elevadas e acidentadas, que favorecem o armazenamento e a produção de águas, constituindo-se como estratégicas para a manutenção do escoamento de base (Q <sub>B</sub> ) e escoamento direto (Q <sub>D</sub> ) em recursos hídricos de interesse regional	UBs Bacia do Rio Itapicuru Mirim, Bacia do Rio Itapicuru Açú e Bacia do Rio Itapicuru (XII - RPGA do Rio Itapicuru).	7, 8, 9, 10, 11, 12, 15, 16, 18, 19, 24	Presença da Serra da Jacobina, favorecendo a elevada produção hídrica que abastece os principais afluentes do Alto Itapicuru. O posicionamento Norte-Sul da Serra da Jacobina, transversal à direção mais frequente dos ventos regionais, resulta em índices pluviométricos mais elevados do que aqueles encontrados na vizinhança, interagindo com a natureza e declividade dos terrenos na serra e seu entorno, resultando nas áreas mais produtivas de escoamento no Alto Itapicuru. Suas águas têm sido utilizadas para atender várias demandas regionais.		Incluir entre os condicionantes do licenciamento ambiental o uso de técnicas de manejo que favoreçam significativamente a capacidade de produção hídrica do ambiente.

Fonte: Consórcio Geohidro-Sondotécnica, 2013

Quadro 13 – Síntese de potencialidades, limitações e recomendações referentes ao tema **Recursos Hídricos: Disponibilidade Hídrica Subterrânea**

ASPECTO: DISPONIBILIDADE HÍDRICA SUBTERRÂNEA					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Domínio(s) e subdomínio(s) hidrogeológico(s) em que ocorre(m) o(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) o(s) critério(s)	Atributo(s) quantitativo(s) ou qualitativo(s) que potencializam o melhor uso dos recursos hídricos	Fator(es) que impede(m) ou restringe(m) o uso da dos recursos hídricos	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) referentes aos recursos hídricos
Ocorrência do Domínio Hidrogeológico dos Carbonatos/Metacarbonatos	Carbonatos/Metacarbonatos (Subdomínio dos Carbonatos/Metacarbonatos)	2, 3, 4, 5, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 14, 15, 16, 17, 18, 22, 23, 27, 30, 31, 32 e 35	Rochas com capacidade de armazenamento de água variando de razoável a médio.  Potencial para exploração das águas subterrâneas variando de médio a baixo, a depender dos aportes pluviométricos e do grau de dissolução das rochas.	Dependendo da natureza das rochas, as águas armazenadas nestas áreas, em geral, podem conter dureza e concentração de sais elevados em relação aos padrões para o abastecimento humano. Este domínio, formado por rochas que sofrem dissolução química a partir das águas infiltradas, apresenta um comportamento heterogêneo e anisotrópico na distribuição, na quantidade e na qualidade das águas subterrâneas, portanto, limitando localmente o seu uso para consumos diversos.	Priorizar a aplicação dos instrumentos de gestão das águas nas áreas com superexploração, ou seja, de área passíveis de extração de volumes que ultrapassem os limites de produção das reservas reguladoras ou ativas do aquífero.  Estimular o desenvolvimento e o uso de tecnologias mais sustentáveis de uso da água, especialmente nas áreas com superexploração.  Condicionar a obtenção de licenças a critérios específicos, a serem definidos, baseados na análise do potencial qualitativo e quantitativo da água neste domínio hidrogeológico.
Ocorrência do Domínio Cristalino, localizado na Macrorregião Semiárido	Cristalino (Subdomínio Cristalino) na Macrorregião do Semiárido	5, 6, 7, 8, 9, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 30, 31, 32, 33	Potencial de uso das águas subterrâneas como alternativa estratégica para abastecer a população rural dispersa ou pequenas comunidades, em períodos de secas severas, quando as ofertas hídricas superficiais tornam-se escassas, por meio da implantação de poços tubulares.	Baixa a muito baixa disponibilidade hídrica subterrânea, limitando a aplicação desta para usos não prioritários. Apesar da reduzida disponibilidade de água subterrânea inerente a este domínio no semiárido, a baixa oferta de recursos hídricos superficiais, faz da utilização de poços tubulares a única alternativa para atender, de forma emergencial, ao abastecimento da população rural dispersa ou de pequenas comunidades, vez que esta população é frequentemente abastecida por pequenos reservatórios superficiais de água de chuva.  Águas subterrâneas com elevada concentração de sais, necessitando de sistemas de dessalinização que as tornem aptas ao consumo humano.	Restringir a implantação nestas áreas de atividades que exijam significativas demandas de água subterrânea, facultando apenas o abastecimento humano e a dessedentação animal, de forma a manter as atividades estabelecidas nesse espaço geográfico.  Implementar política de captação dos recursos hídricos subterrâneos para atender ao abastecimento humano e à dessedentação animal, com vistas a demandas rurais disseminadas, como alternativa estratégica de abastecimento, principalmente em época de secas severas, quando as ofertas hídricas superficiais tornam-se escassas.  Viabilizar, técnica e economicamente, a utilização de sistemas de tratamento das águas com dessalinizadores visando atender às demandas para abastecimento humano em áreas dispersas.  Definir política visando à implantação de pequenas estruturas de recarga do reservatório subterrâneo, por meio da construção de açudes, barragens subterrâneas, cacimbas e poços amazonas.  Promover o desenvolvimento de política de extensão rural, com vistas ao uso da água subterrânea para atendimento de pequenas demandas de abastecimento na região do Semiárido do estado.

(Continua)

ASPECTO: DISPONIBILIDADE HÍDRICA SUBTERRÂNEA					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Domínio(s) e subdomínio(s) hidrogeológico(s) em que ocorre(m) o(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) o(s) critério(s)	Atributo(s) quantitativo(s) ou qualitativo(s) que potencializam o melhor uso dos recursos hídricos	Fator(es) que impede(m) ou restringe(m) o uso da dos recursos hídricos	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) referentes aos recursos hídricos
Ocorrência do Domínio Poroso/Fissural, localizado na Macrorregião Semiárido	Poroso/Fissural (Subdomínio Poroso/Fissural) na Macrorregião do Semiárido	2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 20, 22, 31, 32	Potencial de uso das águas subterrâneas como alternativa estratégica para abastecer a população rural dispersa ou pequenas comunidades, em períodos de secas severas, quando as ofertas hídricas superficiais tornam-se escassas, por meio da implantação de poços tubulares.	Baixa a muito baixa disponibilidade hídrica subterrânea, limitando a aplicação desta para usos não prioritários. Apesar da reduzida disponibilidade de água subterrânea inerente a este domínio no semiárido, a baixa oferta de recursos hídricos superficiais, faz da utilização de poços tubulares a única alternativa para atender, de forma emergencial, ao abastecimento da população rural dispersa ou de pequenas comunidades, vez que esta população é frequentemente abastecida por pequenos reservatórios superficiais de água de chuva.  Águas subterrâneas com elevada concentração de sais, necessitando de sistemas de dessalinização que as tornem aptas ao consumo humano.	Restringir a implantação nestas áreas de atividades que exijam significativas demandas de água subterrânea, facultando apenas o abastecimento humano e a dessedentação animal, de forma a manter as atividades estabelecidas nesse espaço geográfico.  Implementar política de captação dos recursos hídricos subterrâneos para atender ao abastecimento humano e à dessedentação animal, com vistas a demandas rurais disseminadas, como alternativa estratégica de abastecimento, principalmente em época de secas severas, quando as ofertas hídricas superficiais tornam-se escassas.  Viabilizar, técnica e economicamente, a utilização de sistemas de tratamento das águas com dessalinizadores visando atender às demandas para abastecimento humano em áreas dispersas.  Definir política visando à implantação de pequenas estruturas de recarga do reservatório subterrâneo, por meio da construção de açudes, barragens subterrâneas, cacimbas e poços amazonas.  Promover o desenvolvimento de política de extensão rural, com vistas ao uso da água subterrânea para atendimento de pequenas demandas de abastecimento na região do Semiárido do estado.
Ocorrência do Domínio dos Metassedimentos/ Metavulcânicas, localizado na Macrorregião Semiárido	Metassedimentos/ Metavulcânicas (Subdomínio dos Metassedimentos/ Metavulcânicas) na Macrorregião do Semiárido	4, 5, 6, 7, 8, 9, 11, 12, 13, 14, 15, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 27, 30, 31, 32	Potencial de uso das águas subterrâneas como alternativa estratégica para abastecer a população rural dispersa ou pequenas comunidades, em períodos de secas severas, quando as ofertas hídricas superficiais tornam-se escassas, por meio da implantação de poços tubulares.	Baixa a muito baixa disponibilidade hídrica subterrânea, limitando a aplicação desta para usos não prioritários. Apesar da reduzida disponibilidade de água subterrânea inerente a este domínio no semiárido, a baixa oferta de recursos hídricos superficiais, faz da utilização de poços tubulares a única alternativa para atender, de forma emergencial, ao abastecimento da população rural dispersa ou de pequenas comunidades, vez que esta população é frequentemente abastecida por pequenos reservatórios superficiais de água de chuva.  Águas subterrâneas com elevada concentração de sais, necessitando de sistemas de dessalinização que as tornem aptas ao consumo humano.	Restringir a implantação nestas áreas de atividades que exijam significativas demandas de água subterrânea, facultando apenas o abastecimento humano e a dessedentação animal, de forma a manter as atividades estabelecidas nesse espaço geográfico.  Implementar política de captação dos recursos hídricos subterrâneos para atender ao abastecimento humano e à dessedentação animal, com vistas a demandas rurais disseminadas, como alternativa estratégica de abastecimento, principalmente em época de secas severas, quando as ofertas hídricas superficiais tornam-se escassas.  Viabilizar, técnica e economicamente, a utilização de sistemas de tratamento das águas com dessalinizadores visando atender às demandas para abastecimento humano em áreas dispersas.  Definir política visando à implantação de pequenas estruturas de recarga do reservatório subterrâneo, por meio da construção de açudes, barragens subterrâneas, cacimbas e poços amazonas.  Promover o desenvolvimento de política de extensão rural, com vistas ao uso da água subterrânea para atendimento de pequenas demandas de abastecimento na região do Semiárido do estado.

(Continua)



<b>ASPECTO: DISPONIBILIDADE HÍDRICA SUBTERRÂNEA</b>					
<b>CRITÉRIO(S)</b>	<b>LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)</b>	<b>ZONA(S)</b>	<b>POTENCIALIDADE(S)</b>	<b>LIMITAÇÃO(ÕES)</b>	<b>RECOMENDAÇÃO(ÕES)</b>
	Domínio(s) e subdomínio(s) hidrogeológico(s) em que ocorre(m) o(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) o(s) critério(s)	Atributo(s) quantitativo(s) ou qualitativo(s) que potencializam o melhor uso dos recursos hídricos	Fator(es) que impede(m) ou restringe(m) o uso da dos recursos hídricos	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) referentes aos recursos hídricos
Ocorrência do Domínio das Formações Cenozóicas, localizado na Macrorregião Semiárido	Formações Cenozóicas (Subdomínios dos Aluviões, Depósitos Eólicos, Depósitos Tipo Barreiras e Formações Cenozóicas Indiferenciadas) na Macrorregião Semiárido	3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 30, 31, 32, 33	Grupos com boa porosidade, favorecendo a formação e o acesso às reservas de águas subterrâneas, localizadas em níveis pouco profundos, constituindo-se em bom potencial para atendimento das demandas rurais por água.	Grupos com boa porosidade, favorecendo a formação de reservas de águas subterrâneas, localizadas em níveis pouco profundos, constituindo-se em elevada susceptibilidade à contaminação das águas.  Quando localizados em região semiárida, as formações são abastecidos por chuvas bem modestas, reduzindo a disponibilidade hídrica subterrânea. No entanto, as águas acumuladas têm sido historicamente importantes para o enfrentamento das secas pela população rural.	Promover a implantação de sistema de esgotamento sanitário com o objetivo de evitar a contaminação dos sistemas aquíferos com efluentes domésticos.  Perfurar, em áreas de aluviões, poços, cacimbas e cisternas com proteção contra a invasão de águas do escoamento superficial, objetivando evitar possíveis contaminações.
Ocorrência do Domínio das Formações Cenozóicas, localizado nas Macrorregiões Litoral Norte, Litoral Sul e Recôncavo/RMS	Formações Cenozóicas (Subdomínios dos Aluviões, Depósitos Litorâneos, Depósitos Tipo Barreiras e Formações Cenozóicas Indiferenciadas) nas Macrorregiões Litoral Norte, Litoral Sul e Recôncavo/RMS	22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 32, 33, 34, 35, 36	Grupos com boa porosidade, favorecendo o armazenamento e o acesso às reservas de águas subterrâneas, localizadas em níveis pouco profundos, constituindo-se em alto potencial para atendimento das demandas por água. Quando localizados em região com elevados índices pluviométricos, constituem-se em sistemas aquíferos com alto potencial de exploração. Nessas condições, e frente à demanda crescente que experimenta a região litorânea, torna-se necessário o uso dos recursos subterrâneos para atendimento das demandas.	Formações com boa porosidade, aquífero livre e nível estático raso, constituindo-se em elevada susceptibilidade à contaminação das águas subterrâneas.	Promover a implantação de sistema de esgotamento sanitário com o objetivo de evitar a contaminação dos sistemas aquíferos com efluentes domésticos.  Perfurar, em áreas de aluviões, poços, cacimbas e cisternas com proteção contra a invasão de águas do escoamento superficial, objetivando evitar possíveis contaminações.
Ocorrência do Domínio das Bacias Sedimentares	Bacias Sedimentares (Subdomínios das Bacias do Parnaíba, Recôncavo-Tucano-Jatobá e do Uruçuia)	1, 2, 3, 4, 5, 6, 17, 23, 24, 25, 26, 27, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36	Alta a muito alta disponibilidade hídrica subterrânea, viabilizando a exploração deste bem, constituindo-se em potencial para atendimento das demandas regionais e do entorno. Estes domínios podem desempenhar um papel importante no desenvolvimento industrial, agropecuário e agroindustrial das regiões.	Profundidade elevada dos poços de captação e custo também elevado de adução para atender demandas disseminadas, inibem o uso destes para o abastecimento.	Adotar política de captação destes Águas Superficiais e Subterrâneas para atendimento das demandas regionais.  Estabelecer e priorizar o uso de água subterrânea para atendimento das demandas nessas áreas e suas adjacências, possuidoras de baixa oferta de água de superfície, especialmente na região semiárida.

Fonte: Consórcio Geohidro-Sondotécnica, 2013



Quadro 14 – Síntese de potencialidades, limitações e recomendações referentes ao tema **Recursos Hídricos: Qualidade das Águas Subterrâneas**

ASPECTO: QUALIDADE DAS ÁGUAS SUBTERRÂNEAS					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Domínio(s) e subdomínio(s) hidrogeológico(s) em que ocorre(m) o(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) o(s) critério(s)	Atributo(s) quantitativo(s) ou qualitativo(s) que potencializam o melhor uso dos recursos hídricos	Fator(es) que impede(m) ou restringe(m) o uso da dos recursos hídricos	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) referentes aos recursos hídricos
Ocorrência do Domínio Cristalino	Cristalino (subdomínio Cristalino)	2, 3, 5, 6, 7, 8, 9, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36	Águas subterrâneas, em geral, com qualidade que pode ser considerada para atendimento da população rural dispersa ou de pequenas comunidades. Em regiões do semiárido, apesar da elevada concentração de sais, a água subterrânea apresenta-se como única solução para atendimento das demandas. Nas macrorregiões litorâneas, essas águas apresentam boas qualidades decorrentes dos elevados índices de precipitação e consequente maior circulação de água no aquífero.	Aquíferos com nível estático raso com porosidade fissural, sujeito à recarga direta ou à influência dos rios nos períodos de chuva, apresentando elevado potencial de contaminação.  Aquíferos que apresentam, em geral, teores elevados de sais e dureza, requerendo frequentemente tratamento de dessalinização para tornar a água subterrânea potável.  Elevada transmissividade decorrente da permeabilidade fissural e baixa disponibilidade de água do aquífero, mesmo sendo mais protegido de contaminação do que o recurso hídrico superficial, necessitando de mais cuidados visando à redução de sua contaminação. Os custos e as dificuldades para a despoluição dos aquíferos são elevados e, o problema se agrava quando há perda da fonte de abastecimento de água, que em muitas vezes, pode ser a única da região.	Promover o cadastramento dos usuários de água subterrânea e das estruturas de captação utilizadas, bem como, as fontes potenciais e atuais de contaminação.  Estabelecer monitoramento da qualidade da água, usando sistema de informação geográfica.  Promover o controle da disposição de efluentes líquidos e resíduos sólidos, domésticos e industriais.
Ocorrência do Domínio das Formações Cenozóicas, Subdomínios dos Aluviões, Depósitos Eólicos e Depósitos Litorâneos	Formações Cenozóicas (Subdomínios dos Aluviões, Depósitos Eólicos e Depósitos Litorâneos)	1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 16, 17, 18, 23, 26, 27, 28, 29, 30, 32, 33, 34, 35, 36	Águas subterrâneas, em geral, de boa qualidade para atendimento da população rural dispersa ou de pequenas comunidades.	Aquíferos com constituição predominantemente arenosa, alta transmissividade e nível estático raso a aflorante, apresentando alto a muito alto risco de contaminação.	Promover o cadastramento dos usuários de água subterrânea e das estruturas de captação utilizadas, bem como, as fontes potenciais e atuais de contaminação.  Promover o controle da disposição de efluentes líquidos e resíduos sólidos, domésticos e industriais.  Permitir, quando possível, apenas ocupações de baixa densidade e de uso controlado.
Ocorrência do Domínio dos Carbonatos/Metacarbonatos	Carbonatos/Metacarbonatos (Subdomínio dos Carbonatos/Metacarbonatos)	2, 3, 4, 5, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 14, 15, 16, 17, 18, 22, 23, 27, 30, 31, 32, 35	Águas subterrâneas com qualidade que pode ser considerada para atendimento das demandas instaladas, decorrentes da atividade agrícola irrigada desenvolvida na região.	Aquífero constituído por um sistema livre, com sistema estático raso a pouco profundo, com alta transmissividade fissural e por dissolução, sujeito à recarga direta, resultando em alto potencial de contaminação.  Potencial natural à contaminação por dissolução facilitada da rocha frente à circulação de água no meio, resultando em elevadores teores de sais nas águas subterrâneas.	Promover o cadastramento dos usuários de água subterrânea e das estruturas de captação utilizadas, bem como, as fontes potenciais e atuais de contaminação.  Promover o controle e limitar, severamente, a disposição de efluentes líquidos e resíduos sólidos, domésticos e industriais com potencial de contaminação.  Prever a proteção dos sítios de disposição de resíduos com mantas impermeabilizantes e o tratamentos destes.  Estabelecer rede de monitoramento da qualidade da água, usando sistema de informação geográfica.
Ocorrência do Domínio dos Metassedimentos/ Metavulcânicas	Metassedimentos/ Metavulcânicas (Subdomínio dos Metassedimentos/ Metavulcânicas)	2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 11, 12, 13, 14, 15, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 36	Áreas estratégicas para a conservação das águas subterrâneas, inclusive dos sistemas aquíferos topograficamente rebaixados do entorno.	Elevado potencial de contaminação do aquífero, quando submetido a atividades antropogênicas poluidoras, uma vez que, em geral, estas rochas fazem parte de regiões topograficamente elevadas, com denso sistema de descontinuidade aflorante, formando um aquífero fissural interconectado, livre, sujeito à recarga direta e de elevada transmissividade.	Promover o cadastramento dos usuários de água subterrânea e das estruturas de captação utilizadas, bem como, as fontes potenciais e atuais de contaminação.  Promover o controle da disposição de efluentes líquidos e resíduos sólidos, domésticos e industriais.

(Continua)

Continuação do **Quadro 14** – Síntese de potencialidades, limitações e recomendações referentes ao tema **Recursos Hídricos: Qualidade das Águas Subterrâneas**

ASPECTO: QUALIDADE DAS ÁGUAS SUBTERRÂNEAS					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Domínio(s) e subdomínio(s) hidrogeológico(s) em que ocorre(m) o(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) o(s) critério(s)	Atributo(s) quantitativo(s) ou qualitativo(s) que potencializam o melhor uso dos recursos hídricos	Fator(es) que impede(m) ou restringe(m) o uso da dos recursos hídricos	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) referentes aos recursos hídricos
Ocorrência do Domínio das Formações Cenozóicas, Subdomínio dos Depósitos Tipo Barreiras	Formações Cenozóicas (Subdomínio dos Depósitos Tipo Barreiras)	22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 32, 33, 34, 35, 36	Pequeno potencial de contaminação decorrente da sua diversidade textural e composicional.	Coberturas arenosas, de alta transmissividade, sujeitas à contaminação pela disposição inadequada de resíduos.	Promover o controle da disposição de efluentes líquidos e resíduos sólidos, domésticos e industriais.  Prever a proteção dos sítios de disposição de resíduos com mantas impermeabilizantes e o tratamento dos lixiviados para disposição no ambiente.
Ocorrência do Domínio das Bacias Sedimentares, Subdomínios das Bacias do Parnaíba, Recôncavo-Tucano-Jatobá e do Urucuia	Bacias Sedimentares (Subdomínios da Bacia do Parnaíba, Bacia do Urucuia e Bacia Recôncavo-Tucano-Jatobá)	1, 2, 3, 4, 5, 6, 17, 23, 24, 25, 26, 27, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36	Pequeno potencial de contaminação, decorrente da sua diversidade textural e composicional, compostos por aquíferos profundos, confinados ou semiconfinados. A preservação destas áreas torna-se ainda mais notória quando os mananciais são os principais para o abastecimento das regiões onde se encontram (ou em seu entorno), devido à sua elevada disponibilidade hídrica.	Rochas com potencial de contaminação, resultante da recarga direta e rápida dos aquíferos. A preservação destas áreas torna-se ainda mais notória quando os mananciais são os principais para o abastecimento das regiões onde se encontram (ou em seu entorno), devido à sua elevada disponibilidade hídrica.	Promover o controle da disposição de efluentes líquidos e resíduos sólidos, domésticos e industriais.  Prever a proteção dos sítios de disposição de resíduos com mantas impermeabilizantes e o tratamento dos lixiviados para disposição no ambiente.

Fonte: Consórcio Geohidro-Sondotécnica, 2013

Quadro 15 – Síntese de potencialidades, limitações e recomendações referentes ao tema **Recursos Hídricos: Conservação das Águas Subterrâneas**

ASPECTO: CONSERVAÇÃO DAS ÁGUAS SUBTERRÂNEAS					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Domínio(s) e subdomínio(s) hidrogeológico(s) em que ocorre(m) o(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) o(s) critério(s)	Atributo(s) quantitativo(s) ou qualitativo(s) que potencializam o melhor uso dos recursos hídricos	Fator(es) que impede(m) ou restringe(m) o uso da dos recursos hídricos	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) referentes aos recursos hídricos
Ocorrência do Domínio dos Carbonatos/Metacarbonatos, localizado nas RPGAs dos Rios Verde e Jacaré e do Rio Salitre	Carbonatos/ Metacarbonatos (Subdomínio dos Carbonatos/ Metacarbonatos) nas RPGAs dos Rios Verde e Jacaré e do Rio Salitre	7, 9, 10, 14, 15, 17, 18	Reservas estratégicas, com bom potencial subterrâneo, em localidades em que a oferta de águas superficiais é, geralmente, muito baixa. As áreas destes domínios e do entorno funcionam como áreas de recarga do sistema e são estratégicas para a conservação dos seus recursos hídricos.	Limitadas recargas dos aquíferos e concentração destas em poucos meses do ano, resultando em grande fragilidade dos Águas Superficiais e Subterrâneas. O uso atual das reservas, a facilidade de esgotamento do sistema aquífero e o regime pluviométrico contribuem para a fragilidade do sistema.	Promover efetivo controle de exploração do aquífero.  Estimular o uso sustentável dos solos, principalmente para as atividades ligadas à agricultura irrigada e com tecnologia, exercendo controle efetivo do uso de agrotóxicos.  Promover o controle da disposição de efluentes líquidos e resíduos sólidos, domésticos e industriais.
Ocorrência do Domínio das Bacias Sedimentares, Subdomínios das Bacias do Recôncavo-Tucano-Jatobá, localizado na Macrorregião Semiárido, e do Uruçuia	Bacias Sedimentares (Subdomínios da Bacia Recôncavo-Tucano-Jatobá, na Macrorregião Semiárido, e do Uruçuia)	1, 2, 3, 4, 5, 17, 23, 24, 25, 30, 31, 32, 33	Grande disponibilidade hídrica subterrânea, configurando-se como elevado potencial para atendimento de diversas demandas, contribuindo para o desenvolvimento regional.  Áreas importantes para recarga do sistema sendo, portanto, consideradas estratégicas para a conservação dos seus recursos hídricos, inclusive os superficiais, mantidos pelas vazões de base. Estas áreas desempenham um papel regulador da distribuição temporal das águas pluviais, que se apresentam de forma concentrada, principalmente, entre outubro e abril.	Possível interferência no escoamento dos rios em épocas de estiagem, caso as estruturas de captação não sejam implantadas a uma distância segura das margens dos rios.	Promover efetivo controle de exploração do aquífero.  Estimular o uso sustentável dos solos, principalmente para as atividades ligadas à agricultura irrigada e com tecnologia, exercendo controle efetivo do uso de agrotóxicos.  Promover o controle da disposição de efluentes líquidos e resíduos sólidos, domésticos e industriais.
Ocorrência do Domínio das Bacias Sedimentares, Subdomínio da Bacia Recôncavo-Tucano-Jatobá, localizado nas Macrorregiões do Litoral Norte, Litoral Sul e Recôncavo/RMS	Bacias Sedimentares (Subdomínio da Bacia Recôncavo-Tucano-Jatobá) nas Macrorregiões Litoral Norte, Litoral Sul e Recôncavo/RMS	23, 25, 26, 27, 32, 33, 34, 35, 36	Reservas significativas de água subterrânea, com boa distribuição espacial, permitindo o atendimento das demandas sem grandes aduções. A grande disponibilidade hídrica ocorre pelas características hidrogeológicas do meio, boa porosidade e níveis próximos à superfície, e o rico regime pluviométrico com boa distribuição ao longo do ano.  Áreas importantes para recarga do sistema sendo, portanto, consideradas estratégicas para a conservação dos seus recursos hídricos, inclusive os superficiais, mantidos pelas vazões de base.	Possibilidade de grande interferência no desempenho das estruturas de captação vizinhas, caso não sejam obedecidos critérios técnicos de locação e profundidade, em função das vazões elevadas requeridas pelo sistema.	Promover efetivo controle de exploração do aquífero.  Promover o controle da disposição de efluentes líquidos e resíduos sólidos, domésticos e industriais.
Ocorrência do Domínio das Formações Cenozóicas, Subdomínios dos Aluviões, Depósitos Litorâneos, Depósitos Tipo Barreiras e Formações Cenozóicas Indiferenciadas, localizado nas Macrorregiões Litoral Norte, Litoral Sul e Recôncavo/RMS	Formações Cenozóicas (Subdomínios dos Aluviões, Depósitos Litorâneos, Depósitos Tipo Barreiras e Formações Cenozóicas Indiferenciadas) nas Macrorregiões Litoral Norte, Litoral Sul e Recôncavo/RMS	22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 32, 33, 34, 35, 36	Reservas significativas de água subterrânea, com boa distribuição espacial, permitindo o atendimento das demandas sem grandes aduções. A grande disponibilidade hídrica ocorre pelas características hidrogeológicas do meio, boa porosidade e níveis próximos à superfície, e o rico regime pluviométrico com boa distribuição ao longo do ano.  Áreas importantes para recarga do sistema sendo, portanto, consideradas estratégicas para a conservação dos seus recursos hídricos, inclusive os superficiais, mantidos pelas vazões de base.	Possibilidade de grande interferência no desempenho das estruturas de captação vizinhas, caso não sejam obedecidos critérios técnicos de locação e profundidade, em função das vazões elevadas requeridas pelo sistema.	Promover efetivo controle de exploração do aquífero.  Promover o controle da disposição de efluentes líquidos e resíduos sólidos, domésticos e industriais.

(Continua)

ASPECTO: CONSERVAÇÃO DAS ÁGUAS SUBTERRÂNEAS					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Domínio(s) e subdomínio(s) hidrogeológico(s) em que ocorre(m) o(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) o(s) critério(s)	Atributo(s) quantitativo(s) ou qualitativo(s) que potencializam o melhor uso dos recursos hídricos	Fator(es) que impede(m) ou restringe(m) o uso da dos recursos hídricos	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) referentes aos recursos hídricos
Ocorrência do Domínio Cristalino	Cristalino (subdomínio Cristalino)	2, 3, 5, 6, 7, 8, 9, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36	Reservas com suficiente distribuição espacial, embora limitadas em quantidade, constituindo-se em potencial para atendimento das pequenas demandas de água no meio rural disperso, inclusive em épocas de estiagens mais significativas. Na região a razoável densidade de drenagem proporciona boa distribuição espacial da água subterrânea, permitindo o atendimento de pequenas demandas relacionadas à população rural dispersa.	Caráter lesivo da exploração desordenada, o que pode acarretar o uso inadequado das limitadas disponibilidades de água subterrânea.  Possibilidade das vazões bombeadas serem capazes de promover o rápido esgotamento das reservas, considerando as características hidrodinâmicas do aquífero. As fraturas mais adequadas para a implantação de poços tubulares neste tipo de ambiente estão, geralmente, associadas à rede de cursos de água.	Definir critérios adequados para a concessão dos recursos hídricos subterrâneos, desestimulando o uso inapropriado e, conseqüentemente, evitando o esgotamento dos mesmos.
Ocorrência do Domínio Poroso/Fissural	Poroso/Fissural (subdomínio Poroso/Fissural)	2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 20, 22, 27, 28, 31, 32, 35, 36	Reservas com suficiente distribuição espacial, com permeabilidade fissural e intersticial, embora limitadas em quantidade, constituindo-se em potencial para atendimento das pequenas demandas de água no meio rural disperso, inclusive em épocas de estiagens mais significativas. Na região a razoável densidade de drenagem proporciona boa distribuição espacial da água subterrânea, permitindo o atendimento de pequenas demandas relacionadas à população rural dispersa.  Áreas estratégicas para a conservação dos recursos hídricos subterrâneos, inclusive dos sistemas aquíferos topograficamente rebaixados do entorno.	Caráter lesivo da exploração desordenada e sem controle e proteção, o que pode acarretar o uso inadequado das limitadas disponibilidades hídricas subterrâneas.  Possibilidade das vazões bombeadas serem capazes de promover o rápido esgotamento das reservas, devido às características hidrodinâmicas do aquífero.	Definir critérios adequados para concessão dos recursos hídricos subterrâneos, desestimulando o uso inapropriado e, conseqüentemente, evitando o esgotamento dos mesmos.  Promover a adoção de cuidados especiais no manancial, devido à elevada transmissividade e à baixa disponibilidade do domínio, mesmo com o manancial subterrâneo sendo mais protegido de contaminação do que o superficial.
Ocorrência do Domínio dos Metassedimentos/Metavulcânicas	Metassedimentos/Metavulcânicas (Subdomínio dos Metassedimentos/Metavulcânicas)	2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 11, 12, 13, 14, 15, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 36	Permeabilidade fissural e intersticial, constituindo-se em potencial para formação de reservas subterrâneas capazes de exploração, com certa segurança, em regiões com irregularidade pluviométrica. Os domínios associados aos metassedimentos e metavulcânicas, em geral, formam áreas elevadas com permeabilidade fissural e intersticial, e estão, em geral, sujeitos à razoável regime de chuvas. Estas condições qualificam estas áreas como regiões de recarga dos cursos d'água, sistemas aquíferos sotopostos e em condições topográficas rebaixadas.  Áreas estratégicas para a conservação dos respectivos recursos subterrâneos, inclusive dos sistemas aquíferos topograficamente rebaixados do entorno.	Possibilidade das vazões bombeadas serem capazes de promover o rápido esgotamento das reservas, devido às características hidrodinâmicas do aquífero.	Definir critérios adequados para concessão dos recursos hídricos subterrâneos, desestimulando o uso inapropriado e, conseqüentemente, evitando o esgotamento dos mesmos.  Promover a adoção de cuidados especiais no manancial, devido à elevada transmissividade e à baixa disponibilidade do domínio, mesmo com o manancial subterrâneo sendo mais protegido de contaminação do que o superficial.

Fonte: Consórcio Geohidro-Sondotécnica, 2013

O estado da Bahia apresenta uma grande diversidade de situações hidrológicas, sejam elas referentes aos recursos hídricos superficiais ou aos recursos hídricos subterrâneos, resultando em combinações que fazem do seu território um dos quadros mais complexos de sistema hídrico do país.

Nas regiões mais a oeste do estado, as bacias dos rios Grande, Corrente e Carinhanha (afluentes da margem esquerda do rio São Francisco existentes no estado) são formadas por cursos de água gerados em ambiente com chuvas concentradas de outubro a março, como na maioria do território baiano, exceção feita na região litorânea que obedece a outra distribuição intra-anual das precipitações. Entretanto, diferentemente de todas as demais áreas, os rios destas bacias possuem um regime de vazões bem distribuídas durante todo o ano, graças ao papel regulador do ambiente físico predominante em grande parcela desta área. O fato dos terrenos com estas características serem encontrados nos trechos mais à montante das bacias reflete em rios bem alimentados ao longo de quase todo seu percurso, mesmo nos seus trechos mais próximos do São Francisco onde as condições pluviométricas e dos terrenos são menos favoráveis.

Responsável pelo comportamento anteriormente descrito, as reservas subterrâneas da Formação Urucuia, de natureza sedimentar, não somente abastece os rios da região como potencializam a exploração de águas subterrâneas a partir de poços tubulares.

Esta característica potencializa, no curso alto e médio destes rios, que se estabeleçam investimentos que requeiram segurança hídrica. Vale salientar que em algumas unidades de balanço desta região, os consumos já se encontram próximos dos limites de emissão de outorga do direito de uso, o que se apresenta como limitação de disponibilidade nestas áreas.

O fato de possuir grande produção hídrica não deve implicar falta de cuidados de gestão, antes de tudo, em respeito à eficiência no uso, mas tendo em conta as dificuldades de se elevar as disponibilidades com obras de regularização. Como contrapartida de sustentabilidade, o sistema necessita manter controle na exploração, incluindo gestão da demanda, e preocupação com a recarga das reservas que mantêm o sistema com suas características bem típicas. Distâncias mínimas devem ser observadas tanto entre poços como entre poços e as margens dos rios da região.

O clima semiárido é um elemento marcante no comportamento hídrico das bacias que se encontram na região central do estado. Trata-se de uma extensa faixa de terras que, para efeito desta análise, pode ser subdividida em três grupos de regiões hidrográficas:

- bacias que escoam na direção do rio São Francisco, a montante do lago de Sobradinho, a maioria delas associadas aos afluentes da margem direita e a parcela final das bacias dos afluentes da margem esquerda;
- bacias que escoam na direção norte, formada por afluentes da margem direita do rio São Francisco, situadas a jusante de Sobradinho, no norte do estado e
- os trechos, alto e médio, das bacias que escoam desde a Chapada Diamantina na direção do Atlântico.

No primeiro grupo de bacias e respectivas unidades de balanço, a situação mais frequente é de uma combinação muito pouco favorável à formação do escoamento. Os principais ambientes hidrológicos encontrados são de rochas cristalinas, de depósitos de material inconsolidado e de rochas metassedimentares. Todos eles são alimentados por um regime de chuvas com máximas mensais muito discretas (inferiores a 100 mm) resultante do enfraquecimento dos sistemas meteorológicos vindos de oeste e que provocam chuvas na região. Da mesma forma, a área se situa em zona de sobra de chuva decorrentes da influência da Chapada Diamantina sobre as massas de ar vindas do leste. O fraco regime de alimentação dos sistemas hídricos resulta em grandes limitações nas águas superficiais, mesmo nos ambientes um tanto mais favoráveis dos depósitos e das rochas metassedimentares. Desta forma o escoamento nas calhas fluviais quase que se resumem às vazões provocadas no curto período de chuvas de maior intensidade (dezembro a março).

Grande parte desta região com geologia de rochas cristalinas, solos pouco espessos e chuvas anuais reduzidas com má distribuição entre os meses do ano, resultam em baixo potencial de águas subterrâneas, neste tipo de domínio hidrogeológico.

Alteração deste quadro hidrogeológico é encontrada em parte das bacias da margem direita do São Francisco, à montante do Lago de Sobradinho, principalmente nas bacias dos rios Verde e Jacaré, terrenos de rochas calcárias com elevado grau de dissolução, conhecidos como calcários de Irecê. Apresenta terrenos com significativa capacidade de armazenamento de água subterrânea, o que resulta numa potencialidade de convivência com as secas. Em função de suas características hidrogeológicas, a alimentação e as retiradas das reservas subterrâneas podem ocorrer com grande velocidade, resultando numa limitação que exige manejos adequados. O uso do solo deve favorecer a alimentação e é imperativo efetuar o controle sobre as retiradas, principalmente devido à discreta realimentação do sistema.

No segundo grupo de bacias, aquelas situadas também à margem esquerda do São Francisco todavia, à jusante de Sobradinho, as limitações são ainda mais severas. Tem-se um pior quadro em relação ao primeiro por conta de agravamento nas condições de alimentação pluviométrica, pois é onde se encontram os mais fracos índices pluviométricos do estado e, praticamente, não existe alternativa vinda de reservas subterrâneas.

A situação mais favorável dentro deste grupo é observada na bacia do rio Salitre, favorecido por ambiente de rochas calcárias e de rochas metassedimentares em parte de seu trecho baixo. Os limitados recursos hídricos produzidos neste trecho final tem sido motivo de grandes disputas e é o exemplo mais antigo de conflito sobre águas na Bahia. O conflito se iniciou quando em região próxima foram implantados grandes projetos agrícolas irrigados. Abastecidos a partir de Sobradinho, estas áreas se encontram na região de Juazeiro e Petrolina, muito próximas do baixo Salitre. Estes projetos proporcionaram grande

facilidade de comercialização da produção local e isto gerou um crescimento descontrolado do crescimento de áreas irrigadas no baixo Salitre.

Nas demais bacias deste setor, os domínios hidrogeológicos apresentam baixo potencial, não somente devido a fatores geológicos mas também em função do regime de chuvas que proporciona muito baixa alimentação dos sistemas aquíferos locais.

Estes dois conjuntos de bacias do estado têm no rio São Francisco uma fonte de abastecimento potencial para as demandas internas, principalmente as de caráter social, como atendimento ao consumo humano e produção de alimentos voltados à subsistência. Isto é entendido neste Zoneamento como uma limitação que deve ser considerada no planejamento de uso das águas do São Francisco, principalmente quando se observa este rio com objetivos que extrapolam os limites de sua bacia.

No terceiro grupo de bacias existem condições mais favoráveis, tanto no que se refere aos recursos hídricos superficiais ou aos recursos hídricos subterrâneos. O posicionamento da Chapada Diamantina provoca chuvas na sua vertente leste, proporcionando melhor alimentação dos rios e riachos que nascem nesta Chapada. Esta melhora se apresenta em área restrita e não apresenta precipitações médias anuais com valores do porte daqueles que acontecem no oeste baiano. Menores contribuições pluviométricas e áreas com condições físicas menos favoráveis do que no oeste resultam em rios e riachos menos volumosos e com variação de vazões de maior amplitude ao longo do ano. Cotas elevadas, terrenos planos no alto da Chapada e o elevado grau de fraturamento das rochas metassedimentares formam condições favoráveis para a formação de muitas nascentes que alimentam os rios Paraguaçu e de Contas, dois dos principais da Bahia. Isto se traduz em potencialidade para atividades rurais e atendimento das demandas urbanas na Chapada Diamantina e no seu entorno. O maior grau de fraturamento das rochas proporciona a existência de aquíferos que podem proporcionar médio potencial de exploração.

Áreas com bom potencial são também encontradas na região da Serra da Jacobina e em ambientes hidrológicos de depósitos diversos existentes em terrenos adjacentes a esta serra. Nesta região são encontrados os formadores do rio Itapicuru e nela existe potencial de abastecimento das comunidades urbanas e rurais além de projetos agrícolas.

Grandes limitações são encontradas nestas bacias à medida que elas se afastam da Chapada Diamantina na direção leste, onde são encontrados ambientes hidrológicos de rochas cristalinas caracterizadas por grandes dificuldades de manter o escoamento nos rios e riachos que por eles passam assim como a possibilidade de exploração das águas subterrâneas para usos regulares.

À medida que se aproximam do litoral, os rios que se originaram na Chapada Diamantina e muitos outros menores, formados em bacias que não se afastam muito da costa, são beneficiados por um regime de chuvas que possui boa distribuição ao longo do ano e com precipitações anuais que podem atingir médias de até 2.000 mm. Nas bacias que estão mais próximas ao recôncavo baiano a qualidade das águas se transforma num fator de limitação em decorrência dos lançamentos urbanos e industriais na maioria das vezes sem tratamento adequado.

No que se refere aos recursos hídricos subterrâneos, são encontradas a bacia sedimentar do Recôncavo e bacias menores ao longo do litoral com elevado potencial para exploração de suas reservas.



É imperativo o entendimento, que a região do semiárido, com geologia de rochas cristalinas, é um grande desafio para uma política de convivência com as secas. Nenhuma solução específica vai se constituir numa forma única de atenuação dos efeitos das longas estiagens, havendo necessidade de combinar diversas alternativas tecnológicas. Esta região possui grande restrição de recursos hídricos subterrâneos, em face das limitações do meio fissural, onde pode haver alguma água passível de exploração, e de recursos hídricos superficiais, onde os cursos d'água não possuem escoamento de base. Os rios e riachos secam (dias com vazão nula), pois os reservatórios que alimentam esta parcela do escoamento são muito discretos e mal alimentados e nesses casos, a construção de barragens é uma alternativa.

Grandes barragens são mais resistentes às secas mais longas, entretanto concentram a oferta em áreas limitadas e demandam uma estratégia de localização que busque a maximização do aumento das disponibilidades. Por outro lado, apesar de os pequenos barramentos proporcionarem uma distribuição espacial mais adequada, estes são muito menos resistentes às secas mais severas, implicando não atendimento de muitas áreas nas suas demandas mais básicas. Deve considerar que a taxa de ocupação populacional do semiárido é das mais elevadas do mundo com este tipo de clima, exigindo uma estratégia que bem distribua a oferta de água, pelo menos para os fins mais nobres.

Vale ressaltar também, que as fissuras onde podem ser encontradas algumas discretas reservas subterrâneas, são localizadas próximas aos fundos de vale, local onde o tectonismo as produz com maior densidade levando os geólogos inclusive a geralmente locarem poços em locais com esta característica. A ideia que está sendo proposta é de que, locais estrategicamente selecionados em função de suas características, possam dispor de poços tubulares conjuntamente implantados em locais onde barragens de pequeno porte (muitas vezes estruturas galgáveis) possam fazer o papel de “trincheiras de infiltração” proporcionando uma reserva estratégica para atendimento da população rural dispersa. Dessa forma, será possível suprir pequenas demandas prioritárias de consumo humano e dessedentação de animais, principalmente nos períodos de seca mais severas, para que as reposições não se limitem às contribuições anuais. Este tipo de solução conjunta não será capaz de solucionar o problema de enfrentamento das secas, mas se constitui em mais uma alternativa de solução técnica complementar. Este tipo de estrutura pode ser utilizada principalmente nas grandes secas, para que a realimentação do sistema seja mais significativa. Se utilizadas todo ano, vão encontrar maiores dificuldades de funcionar bem nos períodos de grandes estiagens.

Vale citar experiências em regiões de rochas cristalinas no semiárido baiano, onde não existem barragens ou que estas não resistem às grandes secas, em que a perfuração de poços, no cristalino, configura-se em uma alternativa que atenua situações localizadas, apesar de não solucionar totalmente o problema. Nestas regiões, nas secas severas, a única alternativa de se encontrar água é com poços, entretanto não se pode deixar de considerar que a construção de barragens durante as secas pode se configurar em uma solução futura após o período de chuvas.

## 5. RECURSOS MINERAIS

### 5.1. Introdução

A Bahia possui, em todo o seu território, recursos minerais passíveis de exploração com variável nível de viabilidade econômica. Esses recursos podem contemplar interesses de empresas de portes diversos e prestar grande colaboração para o desenvolvimento econômico regional, desde que esta atividade se desenvolva dentro de práticas ambientalmente adequadas.

O Termo de Referência contempla a avaliação do potencial para exploração mineral, entretanto, pela metodologia de trabalho adotada, foram também consideradas as limitações e respectivas recomendações necessárias para garantir o adequado desenvolvimento das atividades de exploração, minimizando suas repercussões negativas sobre o ambiente.

Nesse tópico buscou-se dar uma visão ampla da distribuição destes recursos em todo o território baiano, localizando e destacando as potencialidades e limitações dos aspectos específicos relacionados com o tipo de recurso mineral existente e as regiões onde estão disponíveis, dentro do nível de conhecimento atual da pesquisa geológica.

Para tanto, considerou-se elementos identificados e apresentados no ZEE-Ba sobre o tema da Geologia, tomando-se por base as principais unidades geológicas encontrados no estado, estudos diversos que tratam da questão da localização das reservas minerais na Bahia, com maior ênfase nos trabalhos disponibilizados pela Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM) e pela Companhia Baiana de Pesquisa Mineral (CBPM), as zonas de interesse mineral do estado, também da CPRM, e os limites tectônicos no território baiano, publicado pelo Departamento Nacional de Pesquisa Mineral (DNPM).

Ressalta-se que a abordagem das potencialidades e limitações da atividade de transformação dos minerais metálicos e não metálicos, enquanto segmento industrial, foram objeto do tema Indústria.

### 5.2. Metodologia

A estratégia metodológica utilizada, seguindo a linha adotada para os demais temas, agregou procedimentos que permitissem a espacialização das áreas de ocorrência. Assim, definiram-se as zonas de interesse mineral como àquelas regiões do estado como as de maior interesse para a atividade de mineração, considerando quatro grandes agrupamentos de minerais, com base nas seguintes classes utilitárias: não metálicos; metálicos; gemas, pedras preciosas e semipreciosas e energéticos.

Para cada agrupamento, foram definidos subgrupos de minerais em função de sua utilização, sendo que, para cada subgrupo, foi possível a espacialização das respectivas ocorrências a partir das unidades geológicas associadas, assim como as ocorrências minerais, as zonas de interesse mineral e os limites tectônicos.

As bases digitais do Mapa Geológico do Estado da Bahia (CPRM, 2006), do Mapa Metalogenético Digital do Estado da Bahia<sup>2</sup> (CBPM, 2006) e do Mapa Geodiversidade da Bahia (CPRM, 2010) foram subsídio para a espacialização das zonas de interesse mineral para os respectivos minérios ou grupos de minérios, conforme estabelecido no Quadro 16.

**Quadro 16** – Bases digitais e planos de informação considerados para a espacialização das zonas de interesse mineral

BASE DIGITAL OFICIAL	PLANO DE INFORMAÇÃO ADOTADO PARA ESPACIALIZAÇÃO DO CRITÉRIO	CRITÉRIO ESPACIALIZADO
Mapa Geológico do Estado da Bahia (CPRM, 2006)	Litologia.	Areia, argila, cascalho e material arenoso; Pedras ornamentais e de revestimento; Rochas carbonáticas e metacarbonáticas; Rochas cristalinas. (Zonas de Interesse de Minerais Não Metálicos)
Mapa Geológico do Estado da Bahia	Ocorrências Minerais.	Barita; Bentonita; Diatomita; Fosfato; Gipsita; Magnesita;

<sup>2</sup> Mapa Metalogenético Digital do Estado da Bahia foi concluído em dezembro de 2006 pelo **Grupo de Metalogênese, Modelos Metalogenéticos e Exploração Mineral** do Centro de Pesquisa e Pós-Graduação em Geofísica e Geologia da UFBA (CPGG-UFBA/CNPq) por meio de convênio com a CBPM e SICM e com a participação do DNPM.

(CPRM, 2006)		Talco. (Zonas de Interesse de Minerais Não Metálicos)
Mapa Metalogenético Digital do Estado da Bahia (CBPM, 2006)	Limites Tectônicos; Ocorrências Minerais.	Bauxita; Chumbo; Cromo; Ferro; Ilmenita; Manganês; Níquel; Ouro; Rutilo; Tálíio; Vanádio; Zinco; Zirconita. (Zonas de Interesse de Minerais Metálicos)  Ágata; Água marinha; Ametista; Apatita; Berilo; Calcedônia; Cianita; Citrino; Crisopráso; Diamante; Esmeralda; Granada; Quartzo; Rubi; Topázio; Turmalina; Turquesa. (Zonas de Interesse de Gemas, Pedras Preciosas e Semipreciosas)
Mapa Geodiversidade da Bahia (CPRM, 2010)	Zonas de Interesse Mineral	Petróleo e gás; Turfa e maruito; Urânio. (Zonas de Interesse de Minerais Energéticos)

**Fonte:** Consórcio Geohidro-Sondotécnica, 2013.

Cabe destacar que para espacialização dos minérios ou grupos de minérios, as ocorrências minerais da CPRM (2006) e CBPM (2006) foram usadas de modo complementar, adotando sempre a maior densidade das ocorrências no território. Assim, a partir das bases mencionados no Quadro 16.

**Quadro 16** foi produzido um plano de informação esquemático, considerado apenas para indicar as áreas do território com potenciais e limitações para as zonas de interesse mineral.

Uma vez identificadas as áreas de interesse ocorrências minerais, buscou-se destacar as potencialidades e limitações de seu uso, assim entendendo-se:

- **Potencialidades:**

Correspondem aos atributos territoriais que favorecem o aproveitamento de cada mineral selecionado, assim como as repercussões positivas desse aproveitamento. As potencialidades foram representadas pela possibilidade de exploração dos minerais e respectivos segmentos de sua utilização.

- **Limitações:**

As limitações correspondem aos aspectos que inibem ou impedem a plena exploração dos minerais do ponto de vista econômico, social e ambiental. As limitações existentes foram representadas pelos impactos ambientais decorrentes da atividade exploratória sobre o meio físico e a biota, além de eventuais danos ao patrimônio natural.

Considerando as situações relevantes foram definidas recomendações que norteiam os principais contornos relacionados à gestão ambiental e à atividade de mineração.

Apesar do vasto potencial minerário do estado, a análise das potencialidades e limitações foi efetuada para aqueles recursos minerais considerados relevantes.

As zonas de interesse minerário com as respectivas potencialidades, limitações e recomendações foram incorporadas ao banco de dados georreferenciados e ao webSIG, possibilitando as suas identificações espaciais.



### 5.3. Resultados

Os resultados desta abordagem estão sistematizados de forma tabular no quadro síntese, relacionando os critérios adotados às suas respectivas ocorrências, potencialidades, limitações e recomendações do tema Recursos Minerais.

O conteúdo do Quadro 17 ao Quadro 20, integrado aos demais temas no Banco de Dados e no webSIG do ZEE-Ba, permite visualizar onde se encontram as principais zonas de interesse mineral do estado, identificando as principais potencialidades relacionadas a cada recurso mineral destacado por classes utilitárias - não metálicos; metálicos; gemas, pedras preciosas e semipreciosas; e energéticos - , bem como as recomendações para o melhor aproveitamento dessas potencialidades e para a superação das limitações identificadas.

Quadro 17 – Síntese de potencialidades, limitações e recomendações referentes ao tema **Recursos Minerais: Zonas de Interesse de Minerais Não Metálicos**

ASPECTO: ZONAS DE INTERESSE DE MINERAIS NÃO METÁLICOS					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Área(s) que representa(m) a ocorrência do(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) o(s) critério(s)	Atributo(s) que potencializam o uso dos recursos minerais	Atributo(s) que impede(m) ou restringe(m) o uso dos recursos minerais	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) dos recursos minerais
Rochas carbonáticas e metacarbonáticas	Domínio das rochas carbonáticas e metacarbonáticas.	2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 14, 15, 16, 17, 18, 22, 23, 27, 28, 30, 31, 32, 35	<p>Exploração de rochas carbonáticas, como calcário, metacalcário, dolomito e fosfatos, com uso possível para corretivo de solos de elevada acidez e para fabricação de cimento e cal.</p> <p>Uso para fabricação de barrilha para aplicação como fundente metalúrgico, além de <i>filler</i> para pavimentação rodoviária e fabricação de papel, bem como para atender ao suprimento de demandas localizadas para produção de paralelepípedos, britas e pedras ornamentais e de revestimento.</p> <p>Potencial para extração de minerais de chumbo, zinco, flúor e bário, podendo constituir-se efetivamente nas áreas mais importantes do estado.</p>	<p>A extração envolve o desmonte de rocha, o uso de explosivos, demanda infraestrutura e logística adequadas e emite materiais particulados.</p> <p>Impacto restrito ao entorno dos afloramentos, causando poluição sonora e afetando o solo e a paisagem.</p> <p>Impacto sobre a vegetação, a paisagem e o patrimônio espeleológico e arqueológico.</p>	Promover a implantação de infraestrutura e logística de transporte para permitir o escoamento das rochas.
Rochas cristalinas	Domínio das rochas cristalinas.	2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36	Exploração de rochas, como quartzito, granito, gnaiss, granulito e mármore, para o uso na construção civil, a partir da produção de paralelepípedo, lajota, pedra-bruta e brita.	<p>Impactos negativos no solo, expondo-o à erosão e ao assoreamento, na vegetação, envolvendo sua supressão que interfere na fauna terrestre, degradação da paisagem e disposição de resíduos, além de outros danos ambientais relativos aos usos inadequados nos locais lavrados, que em conjunto somam grandes áreas.</p> <p>Impacto negativo restrito ao entorno dos afloramentos, causando poluição sonora e comprometendo a biodiversidade.</p> <p>Dificuldade de gerenciamento e ordenamento da atividade pelo poder público, por se desenvolver, geralmente, sem as devidas licenças e de forma dispersa.</p>	<p>Articular a atribuição do licenciamento, ordenamento e fiscalização dos recursos minerais aos municípios, com monitoramento e apoio do Estado.</p> <p>Fomentar o desenvolvimento de pequenas indústrias regionais para o aproveitamento destes recursos, a exemplo das rochas para a produção de pedras marroadas e britadas, entre outros produtos, de forma a agregar valores.</p>
Areia, argila, cascalho e material arenoso	Domínios do estado.	Todas	Exploração de material de empréstimo, como areia, arenoso, cascalho e argila, amplamente utilizados na construção civil e na indústria cerâmica.	<p>Impactos negativos sobre o solo, expondo-o à erosão e ao assoreamento, sobre a vegetação, com interferência na fauna terrestre, degradação da paisagem e disposição de resíduos, além de outros impactos relativos aos usos inadequados nos locais lavrados, que em conjunto somam grandes áreas.</p> <p>Restrições ambientais ao uso, no caso das argilas, que geralmente ocorrem em várzeas ou planícies de inundação de rios.</p> <p>Dificuldade de gerenciamento e ordenamento da atividade pelo poder público, por se desenvolver, geralmente, sem as devidas licenças e de forma dispersa.</p>	<p>Estimular que os municípios estabeleçam, em seus Planos Diretores Municipais, as "Zonas de Uso Especial para Mineração" de materiais de empréstimo para os municípios, facilitando o controle ambiental dessas áreas.</p> <p>Articular a atribuição do licenciamento, ordenamento e fiscalização dos recursos minerais aos municípios, com monitoramento e apoio do Estado.</p> <p>Fomentar o desenvolvimento de pequenas indústrias regionais para o aproveitamento destes recursos, a exemplo das argilas em cerâmicas e olarias, rochas para a produção de pedras marroadas e britadas, entre outros produtos, de forma a agregar valores.</p>

(Continua)

Continuação do **Quadro 17** – Síntese de potencialidades, limitações e recomendações referentes ao tema **Recursos Minerais: Zonas de Interesse de Minerais Não Metálicos**

ASPECTO: ZONAS DE INTERESSE DE MINERAIS NÃO METÁLICOS					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Área(s) que representa(m) a ocorrência do(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) o(s) critério(s)	Atributo(s) que potencializam o uso dos recursos minerais	Atributo(s) que impede(m) ou restringe(m) o uso dos recursos minerais	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) dos recursos minerais
Pedras ornamentais e de revestimento	Domínio das rochas carbonáticas e metacarbonáticas;  Domínio das rochas cristalinas;  Domínio das rochas metassedimentares e metavulcânicas.	2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36	Exploração de rochas ornamentais e de revestimento, como granitos, gnaisses, calcário, mármore, quartzito, sienito, sodalita, ardósias, conglomerados e mármore bege Bahia, utilizadas como matérias primas na construção civil para ornamentação e revestimento, bem como para a elaboração de peças de artesanato.  Ocorrência em vastas regiões do estado. As diversidades de tipos, beleza, características petrográficas e tecnológicas conferem ao substrato geológico baiano grande potencial para exploração econômica destes recursos.  Alguns dos recursos minerais são exclusivos da Bahia, a exemplo do quartzito, dumortierita, sodalita, sienito (Azul Bahia) e mármore bege, diversos explorados atualmente no estado.	Poluição sonora e atmosférica, além da contaminação do solo e das águas subterrâneas, a descaracterização da paisagem, do relevo e da vegetação, e em condições específicas, comprometimento do patrimônio espeleológico, devido à exploração predatória e à disposição inadequada de rejeitos, sem os devidos cuidados ambientais.  Ausência, de modo frequente, de mitigação ou recuperação dos danos ambientais, apesar de serem restritos ao entorno das ocorrências.	Fomentar a produção de peças e artefatos finais já talhados e acabados para agregar valor econômico a essa produção mineral do estado.  Promover um serviço de extensão para a exploração mineral com vistas a melhor orientar e disciplinar esta atividade na região, ressaltando o aproveitamento do rejeito.  Promover a implantação das ações e programas de monitoramento, remediação ou recuperação dos danos ambientais.
Fosfato	Zonas de ocorrência de fosfato.	6, 10, 19, 23, 24	Exploração de fosfato, mineral de grande importância econômica, utilizado principalmente nas atividades agrícolas para corrigir a acidez dos solos e melhorar a fertilidade de áreas deficientes em fósforo.  Produção de fosfato natural e concentrado fosfático inserindo significativo valor agregado à produção dos depósitos de fosfato e contribuindo para geração de trabalho.	Impactos negativos sobre a vegetação, a fauna aquática, as águas superficiais e subterrâneas, o solo, o relevo e a paisagem.	Promover a implantação das ações e programas de monitoramento, remediação ou recuperação dos danos ambientais.
Barita	Zonas de ocorrência de barita.	7, 8, 9, 10, 11, 12, 18, 20, 23, 26, 30, 32, 33, 36	Exploração de barita, mineral muito importante para a indústria petrolífera, na perfuração de poços, e para a fabricação de tintas e papéis.  O estado da Bahia contribui com cerca de 95% da produção nacional deste mineral.	Impactos negativos sobre a vegetação, a fauna aquática, as águas superficiais e subterrâneas, o solo, o relevo e a paisagem.	Promover a implantação das ações e programas de monitoramento, remediação ou recuperação dos passivos e danos ambientais.
Talco	Zonas de ocorrência de talco.	6, 8, 9, 12, 13, 20, 24	Potencial para exploração de talco.	Impactos negativos sobre a vegetação, a fauna terrestre, o solo, a paisagem e o relevo.	Promover a implantação das ações e programas de monitoramento, remediação ou recuperação dos passivos e danos ambientais.
Magnesita	Zonas de ocorrência de magnesita.	9, 12, 14	Potencial para exploração de magnesita.  Os maiores depósitos de magnesita do Brasil estão em território baiano.	Impactos negativos sobre a vegetação, a fauna terrestre, o solo, a paisagem e o relevo.	Promover a implantação das ações e programas de monitoramento, remediação ou recuperação dos passivos e danos ambientais.
Gipsita	Zonas de ocorrência de gipsita.	36	Exploração de gipsita, matéria prima para fabricação de cimento, ácido sulfúrico, moldes para fundição, giz, esmaltes, gesso e cerveja, além de ser empregada na metalurgia em geral e, ainda, como aglutinante, desidratante e corretivo da acidez dos solos.  A produção deste bem muito contribuirá para iniciativas no campo da produção fabril, com a conseqüente geração de emprego e renda, além do incremento na arrecadação regional.	A exploração e o aproveitamento do mineral estão associados ao desmatamento da região, principalmente motivado pela produção de lenha para abastecer os fornos de queima do mineral.  Geração de gases (NO <sub>x</sub> , CO <sub>2</sub> e outros), provenientes do uso de combustíveis nos fornos e da calcinação (SO <sub>2</sub> , HSO, dentre outros).	Promover a implantação das ações e programas de monitoramento, remediação ou recuperação dos passivos e danos ambientais.

(Continua)

Continuação do **Quadro 17** – Síntese de potencialidades, limitações e recomendações referentes ao tema **Recursos Minerais: Zonas de Interesse de Minerais Não Metálicos**

ASPECTO: ZONAS DE INTERESSE DE MINERAIS NÃO METÁLICOS					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Área(s) que representa(m) a ocorrência do(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) o(s) critério(s)	Atributo(s) que potencializam o uso dos recursos minerais	Atributo(s) que impede(m) ou restringe(m) o uso dos recursos minerais	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) dos recursos minerais
Bentonita	Zonas de ocorrência de bentonita.	12, 13	Exploração de bentonita, utilizada para conservação e preparação de alimentos, filtragem e na indústria petrolífera.	Apesar da grande aplicabilidade e da economicidade deste recurso, ele ocorre em áreas deprimidas e restritas de cursos d'água e lagoas, com restrições ambientais.  Impactos negativos sobre a vegetação, a fauna aquática, o solo, a paisagem e o relevo.	Promover a implantação das ações e programas de monitoramento, remediação ou recuperação dos passivos e danos ambientais.
Diatomita	Zonas de ocorrência de diatomita.	9, 11, 12, 13, 15	Exploração de diatomita, utilizado para conservação e preparação de alimentos, filtragem e na indústria petrolífera.	Apesar da grande aplicabilidade e da economicidade deste recurso, ele ocorre em áreas deprimidas e restritas de cursos d'água e lagoas, com restrições ambientais.  Impactos negativos sobre a vegetação, a fauna aquática, o solo, a paisagem e o relevo.	Promover a implantação das ações e programas de monitoramento, remediação ou recuperação dos passivos e danos ambientais.

Fonte: Consórcio Geohidro-Sondotécnica, 2013.

**Quadro 18 – Síntese de potencialidades, limitações e recomendações referentes ao tema Recursos Minerais: Zonas de Interesse de Minerais Metálicos**

ASPECTO: ZONAS DE INTERESSE DE MINERAIS METÁLICOS					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Área(s) que representa(m) a ocorrência do(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) o(s) critério(s)	Atributo(s) que potencializam o uso dos recursos minerais	Atributo(s) que impede(m) ou restringe(m) o uso dos recursos minerais	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) dos recursos minerais
Bauxita.	Zonas de ocorrência de bauxita.	12, 18, 20, 21	<p>Exploração de bauxita.</p> <p>Descobertas recentes de novas ocorrências. As ocorrências recém descobertas de bauxita remetem para a viabilização de um empreendimento a ser estruturado para sua extração e beneficiamento, com vistas à produção de alumínio. Este dinamizará a economia do Estado, em especial dos Territórios de Identidade do Baixo Sul e Vale do Jiquiriçá, produzindo externalidades positivas pela geração de emprego e renda e aumento da arrecadação.</p>	<p>Impactos sobre a vegetação, a fauna e os recursos hídricos, potencializando processos de erosão e assoreamento, dispersão de particulados na atmosfera, além de demandar a remobilização do solo de grandes áreas.</p> <p>Embora pouco extenso, o impacto ambiental associado à exploração do bem é muito denso; a mineração de minerais metálicos, em geral, altera intensamente o local minerado e as áreas imediatamente próximas, onde são feitas as escavações e criados os depósitos de rejeito e as bacias de estéril.</p>	<p>Promover a adequação da logística, com ênfase para o escoamento da produção para exportação.</p> <p>Promover a implantação das ações e programas de monitoramento, remediação ou recuperação dos passivos e danos ambientais.</p>
Manganês.	Zonas de ocorrência de manganês.	1, 2, 3, 4, 5, 8, 9, 11, 12, 13, 18, 20, 22, 24, 25, 26, 27, 36	<p>Exploração de manganês, ativo mineral importante para o desenvolvimento do estado, especialmente para a região do Cerrado, tendo como perspectiva futura a exportação do bem.</p>	<p>Impactos sobre a vegetação, a fauna e os recursos hídricos, potencializando processos de erosão e assoreamento, dispersão de particulados na atmosfera, além de demandar a remobilização do solo de grandes áreas.</p> <p>Embora pouco extenso, o impacto ambiental associado à exploração do bem é muito denso; a mineração de minerais metálicos, em geral, altera intensamente o local minerado e as áreas imediatamente próximas, onde são feitas as escavações e criados os depósitos de rejeito e as bacias de estéril.</p>	<p>Promover a adequação da logística, com ênfase para o escoamento da produção para exportação.</p> <p>Promover a implantação das ações e programas de monitoramento, remediação ou recuperação dos passivos e danos ambientais.</p>
Tálio.	Zonas de ocorrência de tálio.	1, 2, 3, 4, 5	<p>Exploração de tálio, aplicado em atividades de elevado grau de especialização, como a produção de contrastes para exames cardiológicos, o isolamento de microplasma, em pesquisa de supercondutores de alta temperatura, a produção de leds e aparelhos de detecção, raios gama e infravermelhos e de vidro de elevado grau de refração, pela aplicação do óxido de tálio. A perspectiva do Estado e do Brasil, relaciona-se à macrorregião do Cerrado, associada à descoberta de minas de tálio na região de Barreiras. O minério ocorre associado ao manganês e ao cobalto e, sob esta condição, é a única mina no mundo em território continental.</p>	<p>Impactos sobre a vegetação, a fauna e os recursos hídricos, potencializando processos de erosão e assoreamento, dispersão de particulados na atmosfera, além de demandar a remobilização do solo de grandes áreas.</p> <p>Embora pouco extenso, o impacto ambiental associado à exploração do bem é muito denso; a mineração de minerais metálicos, em geral, altera intensamente o local minerado e as áreas imediatamente próximas, onde são feitas as escavações e criados os depósitos de rejeito e as bacias de estéril.</p>	<p>Promover a implantação das ações e programas de monitoramento, remediação ou recuperação dos passivos e danos ambientais.</p>
Ilmenita.	Zonas de ocorrência de ilmenita.	28, 36, Fora do limite de zona	<p>Exploração de ilmenita, mineral estratégico, de extrema importância para a indústria metalúrgica.</p>	<p>A exploração do bem implica em alterações na quantidade, distribuição e deposição dos sedimentos, com impactos negativos, principalmente, sobre a comunidade bentônica, trazendo limitações e restrições ao desenvolvimento da mineração.</p> <p>Restrição postada pelas áreas de proteção ambiental, com proibição específica para a mineração com fins industriais.</p>	<p>Promover a implantação das ações e programas de monitoramento, remediação ou recuperação dos passivos e danos ambientais.</p>

(Continua)

ASPECTO: ZONAS DE INTERESSE DE MINERAIS METÁLICOS					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Área(s) que representa(m) a ocorrência do(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) o(s) critério(s)	Atributo(s) que potencializam o uso dos recursos minerais	Atributo(s) que impede(m) ou restringe(m) o uso dos recursos minerais	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) dos recursos minerais
Zircônia.	Zonas de ocorrência de Zircônia.	28, 36, Fora do limite de zona	Exploração de zircônia, mineral estratégico, de extrema importância para a indústria metalúrgica.	A exploração do bem implica em alterações na quantidade, distribuição e deposição dos sedimentos, com impactos negativos, principalmente, sobre a comunidade bentônica, trazendo limitações e restrições ao desenvolvimento da mineração.  Restrição postada pelas áreas de proteção ambiental, com proibição específica para a mineração com fins industriais.	Promover a implantação das ações e programas de monitoramento, remediação ou recuperação dos passivos e danos ambientais.
Rutilo.	Zonas de ocorrência de rutilo.	Fora do limite de zona	Exploração de rutilo, mineral estratégico, de extrema importância para a indústria metalúrgica.	A exploração do bem implica em alterações na quantidade, distribuição e deposição dos sedimentos, com impactos negativos, principalmente, sobre a comunidade bentônica, trazendo limitações e restrições ao desenvolvimento da mineração.  Restrição postada pelas áreas de proteção ambiental, com proibição específica para a mineração com fins industriais.	Promover a implantação das ações e programas de monitoramento, remediação ou recuperação dos passivos e danos ambientais.
Ferro.	Zonas de ocorrência de ferro.	6, 8, 9, 12, 13, 14, 18, 20, 21, 22, 24, 25, 26, 27	Exploração de minério de ferro, matéria prima utilizada extensivamente para a produção de aço. A extração e o beneficiamento de minério de ferro integram as novas perspectivas de aproveitamento mineral do estado, especialmente as jazidas já avaliadas nas macrorregiões do Cerrado, Semiárido e Recôncavo-RMS.	A mineração de ferro, em geral de grande porte, modifica intensamente o local minerado, alterando o relevo, o solo, os recursos hídricos, a biodiversidade e a socioeconomia, principalmente por envolver robustas plantas de concentração do minério, requerendo o uso de vazões consideráveis de recursos hídricos e a disposição de estéril e rejeitos em bacias de rejeitos e bota-foras.	Promover a adequação da logística, com ênfase para o escoamento da produção para exportação.  Promover a implantação das ações e programas de monitoramento, remediação ou recuperação dos passivos e danos ambientais.
Vanádio.	Zonas de ocorrência de vanádio.	12, 20	Exploração de vanádio, minério essencial na indústria siderúrgica, usado no beneficiamento de aço, na indústria aeroespacial e de petróleo e gás e na produção de ferramentas manuais e materiais cirúrgicos.  Existência, em Maracás, da melhor jazida de vanádio do mundo, segundo a CBPM, com potencial para se tornar área produtora estratégica em nível global.	A mineração de vanádio, em geral de grande porte, modifica intensamente o local minerado, alterando o relevo, o solo, os recursos hídricos, a biodiversidade e a socioeconomia, principalmente por envolver robustas plantas de concentração do minério, requerendo o uso de vazões consideráveis de recursos hídricos e a disposição de estéril e rejeitos em bacias de rejeitos e bota-foras.	Promover a adequação da logística, com ênfase para o escoamento da produção para exportação.  Promover a implantação das ações e programas de monitoramento, remediação ou recuperação dos passivos e danos ambientais.
Chumbo.	Zonas de ocorrência de chumbo.	7, 8, 9, 10, 15, 16	Exploração de chumbo.  Diversas ocorrências do mineral no estado.	Limitações inerentes ao tipo de lavra subterrânea, em ambiente insalubre.	Promover a implantação das ações e programas de monitoramento, remediação ou recuperação dos passivos e danos ambientais.
Zinco.	Zonas de ocorrência de zinco.	3, 5, 8, 9, 10	Exploração de zinco.  Diversas ocorrências do mineral no estado.	Limitações inerentes ao tipo de lavra subterrânea, em ambiente insalubre.	Promover a implantação das ações e programas de monitoramento, remediação ou recuperação dos passivos e danos ambientais.

(Continua)

ASPECTO: ZONAS DE INTERESSE DE MINERAIS METÁLICOS					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Área(s) que representa(m) a ocorrência do(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) o(s) critério(s)	Atributo(s) que potencializam o uso dos recursos minerais	Atributo(s) que impede(m) ou restringe(m) o uso dos recursos minerais	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) dos recursos minerais
Níquel.	Zonas de ocorrência de níquel.	9, 12, 13, 19, 20, 22, 27	<p>Exploração de níquel, obtido a partir de rochas básicas como peridotitos, concentrados pela ação hidrotermal e por intemperismo do solo residual ou da rocha alterada, cujo principal uso e aplicação é para composição, com ferro, cobre, magnésio, zinco, vanádio e molibdênio, de ligas como o aço inoxidável.</p> <p>Grande reservas do mineral no estado, estimadas em 540 toneladas.</p>	Impactos negativos sobre a vegetação, a fauna aquática, o solo, as águas subterrâneas e o relevo.	Promover a implantação das ações e programas de monitoramento, remediação ou recuperação dos passivos e danos ambientais.
Cromo.	Zonas de ocorrência de cromo.	17, 18, 23	<p>Exploração de cromo, usado na fabricação de ferro e ligas metálicas.</p> <p>Grandes reservas do mineral no estado.</p>	Impactos negativos sobre a vegetação, a fauna aquática, o solo, as águas subterrâneas e o relevo.	Promover a implantação das ações e programas de monitoramento, remediação ou recuperação dos passivos e danos ambientais.
Ouro.	Zonas de ocorrência de ouro.	8, 9, 12, 13, 18, 23	<p>Exploração de ouro, mineral mais utilizado no mundo como reserva de valor, sendo utilizado de forma generalizada em joalheria, indústria e eletrônica, exercendo também funções críticas para a produção de computadores, motores de reação na aviação, em sistemas de comunicação, naves espaciais e em diversos outros produtos, compondo os supercondutores.</p>	<p>Impactos negativos sobre a vegetação, a fauna aquática, o solo, as águas subterrâneas e o relevo.</p> <p>Baixos teores do minério, necessitando de desmontes acentuados e envolvendo o beneficiamento por meio da concentração química e disposição de rejeitos em barragens.</p>	Promover a implantação das ações e programas de monitoramento, remediação ou recuperação dos passivos e danos ambientais.

Fonte: Consórcio Geohidro-Sondotécnica, 2013.



**Quadro 19 – Síntese de potencialidades, limitações e recomendações referentes ao tema Recursos Minerais: Zonas de Interesse de Gemas, Pedras Preciosas e Semipreciosas**

ASPECTO: ZONAS DE INTERESSE DE GEMAS, PEDRAS PRECIOSAS E SEMIPRECIOSAS					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Área(s) que representa(m) a ocorrência do(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) o(s) critério(s)	Atributo(s) que potencializam o uso dos recursos minerais	Atributo(s) que impede(m) ou restringe(m) o uso dos recursos minerais	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) dos recursos minerais
Ametista	Zonas de ocorrência de ametista.	9, 12, 13	Exploração de ametista.	Impactos negativos sobre a vegetação, a fauna aquática, o solo, as águas subterrâneas, a paisagem e o relevo.  Restrição à extração decorrente de proibição ambiental, erosão e assoreamento, elevação da turbidez e contaminação das águas.	Fomentar a produção de pedras, peças e artefatos finais, já lapidados, talhados e acabados, agregando valor econômico a essa produção mineral do estado.  Promover a implantação das ações e programas de monitoramento, remediação ou recuperação dos passivos e danos ambientais.
Água marinha	Zonas de ocorrência de água marinha.	13, 22, 28, 29	Exploração de água marinha.	Impactos negativos sobre a vegetação, a fauna aquática, o solo, as águas subterrâneas, a paisagem e o relevo.  Restrição à extração decorrente de proibição ambiental, erosão e assoreamento, elevação da turbidez e contaminação das águas.	Fomentar a produção de pedras, peças e artefatos finais, já lapidados, talhados e acabados, agregando valor econômico a essa produção mineral do estado.  Promover a implantação das ações e programas de monitoramento, remediação ou recuperação dos passivos e danos ambientais.
Ágata	Zonas de ocorrência de ágata.	13, 22	Exploração de ágata.	Impactos negativos sobre a vegetação, a fauna aquática, o solo, as águas subterrâneas, a paisagem e o relevo.  Restrição à extração decorrente de proibição ambiental, erosão e assoreamento, elevação da turbidez e contaminação das águas.	Fomentar a produção de pedras, peças e artefatos finais, já lapidados, talhados e acabados, agregando valor econômico a essa produção mineral do estado.  Promover a implantação das ações e programas de monitoramento, remediação ou recuperação dos passivos e danos ambientais.
Apatita	Zonas de ocorrência de apatita.	19, 23	Exploração de apatita.	Impactos negativos sobre a vegetação, a fauna aquática, o solo, as águas subterrâneas, a paisagem e o relevo.  Restrição à extração decorrente de proibição ambiental, erosão e assoreamento, elevação da turbidez e contaminação das águas.	Fomentar a produção de pedras, peças e artefatos finais, já lapidados, talhados e acabados, agregando valor econômico a essa produção mineral do estado.  Promover a implantação das ações e programas de monitoramento, remediação ou recuperação dos passivos e danos ambientais.
Berilo	Zonas de ocorrência de berilo.	13, 22, 28, 29	Exploração de berilo.	Impactos negativos sobre a vegetação, a fauna aquática, o solo, as águas subterrâneas, a paisagem e o relevo.  Restrição à extração decorrente de proibição ambiental, erosão e assoreamento, elevação da turbidez e contaminação das águas.	Fomentar a produção de pedras, peças e artefatos finais, já lapidados, talhados e acabados, agregando valor econômico a essa produção mineral do estado.  Promover a implantação das ações e programas de monitoramento, remediação ou recuperação dos passivos e danos ambientais.
Calcedônia	Zonas de ocorrência de calcedônia.	12, 13, 20, 21, 22, 25, 27	Exploração de calcedônia.	Impactos negativos sobre a vegetação, a fauna aquática, o solo, as águas subterrâneas, a paisagem e o relevo.  Restrição à extração decorrente de proibição ambiental, erosão e assoreamento, elevação da turbidez e contaminação das águas.	Fomentar a produção de pedras, peças e artefatos finais, já lapidados, talhados e acabados, agregando valor econômico a essa produção mineral do estado.  Promover a implantação das ações e programas de monitoramento, remediação ou recuperação dos passivos e danos ambientais.
Cianita	Zonas de ocorrência de cianita.	6, 9, 12, 13, 22, 28, 29	Exploração de cianita.	Impactos negativos sobre a vegetação, a fauna aquática, o solo, as águas subterrâneas, a paisagem e o relevo.  Restrição à extração decorrente de proibição ambiental, erosão e assoreamento, elevação da turbidez e contaminação das águas.	Fomentar a produção de pedras, peças e artefatos finais, já lapidados, talhados e acabados, agregando valor econômico a essa produção mineral do estado.  Promover a implantação das ações e programas de monitoramento, remediação ou recuperação dos passivos e danos ambientais.

(Continua)

ASPECTO: ZONAS DE INTERESSE DE GEMAS, PEDRAS PRECIOSAS E SEMIPRECIOSAS					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Área(s) que representa(m) a ocorrência do(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) o(s) critério(s)	Atributo(s) que potencializam o uso dos recursos minerais	Atributo(s) que impede(m) ou restringe(m) o uso dos recursos minerais	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) dos recursos minerais
Citrino	Zonas de ocorrência de citrino.	6	Exploração de citrino.	Impactos negativos sobre a vegetação, a fauna aquática, o solo, as águas subterrâneas, a paisagem e o relevo.  Restrição à extração decorrente de proibição ambiental, erosão e assoreamento, elevação da turbidez e contaminação das águas.	Fomentar a produção de pedras, peças e artefatos finais, já lapidados, talhados e acabados, agregando valor econômico a essa produção mineral do estado.  Promover a implantação das ações e programas de monitoramento, remediação ou recuperação dos passivos e danos ambientais.
Crisoprásio	Zonas de ocorrência de crisoprásio.	13, 20, 22, 27	Exploração de crisoprásio.	Impactos negativos sobre a vegetação, a fauna aquática, o solo, as águas subterrâneas, a paisagem e o relevo.  Restrição à extração decorrente de proibição ambiental, erosão e assoreamento, elevação da turbidez e contaminação das águas.	Fomentar a produção de pedras, peças e artefatos finais, já lapidados, talhados e acabados, agregando valor econômico a essa produção mineral do estado.  Promover a implantação das ações e programas de monitoramento, remediação ou recuperação dos passivos e danos ambientais.
Diamante	Zonas de ocorrência de diamante.	7, 9, 10, 11, 12, 15, 16, 20, 23, 27, 28	Exploração de diamante.	Dificuldade de extração da pedra preciosa da rocha hospedeira devido à quebra e destruição da gema.  Impactos negativos sobre a vegetação, a fauna aquática, o solo, as águas subterrâneas, a paisagem e o relevo.  Restrição à extração decorrente de proibição ambiental, erosão e assoreamento, elevação da turbidez e contaminação das águas.	Fomentar a produção de pedras, peças e artefatos finais, já lapidados, talhados e acabados, agregando valor econômico a essa produção mineral do estado.  Promover a implantação das ações e programas de monitoramento, remediação ou recuperação dos passivos e danos ambientais.
Esmeralda	Zonas de ocorrência de esmeralda.	6, 12, 13, 18	Exploração de esmeralda.	Impactos negativos sobre a vegetação, a fauna aquática, o solo, as águas subterrâneas, a paisagem e o relevo.  Restrição à extração decorrente de proibição ambiental, erosão e assoreamento, elevação da turbidez e contaminação das águas.	Fomentar a produção de pedras, peças e artefatos finais, já lapidados, talhados e acabados, agregando valor econômico a essa produção mineral do estado.  Promover a implantação das ações e programas de monitoramento, remediação ou recuperação dos passivos e danos ambientais.
Granada	Zonas de ocorrência de granada.	9, 12, 13, 17, 22, 28, 29, 30	Exploração de granada.	Impactos negativos sobre a vegetação, a fauna aquática, o solo, as águas subterrâneas, a paisagem e o relevo.  Restrição à extração decorrente de proibição ambiental, erosão e assoreamento, elevação da turbidez e contaminação das águas.	Fomentar a produção de pedras, peças e artefatos finais, já lapidados, talhados e acabados, agregando valor econômico a essa produção mineral do estado.  Promover a implantação das ações e programas de monitoramento, remediação ou recuperação dos passivos e danos ambientais.
Quartzo	Zonas de ocorrência de quartzo.	6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 27, 28, 29	Exploração de quartzo.	Impactos negativos sobre a vegetação, a fauna aquática, o solo, as águas subterrâneas, a paisagem e o relevo.  Restrição à extração decorrente de proibição ambiental, erosão e assoreamento, elevação da turbidez e contaminação das águas.	Fomentar a produção de pedras, peças e artefatos finais, já lapidados, talhados e acabados, agregando valor econômico a essa produção mineral do estado.  Promover a implantação das ações e programas de monitoramento, remediação ou recuperação dos passivos e danos ambientais.

(Continua)

ASPECTO: ZONAS DE INTERESSE DE GEMAS, PEDRAS PRECIOSAS E SEMIPRECIOSAS					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Área(s) que representa(m) a ocorrência do(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) o(s) critério(s)	Atributo(s) que potencializam o uso dos recursos minerais	Atributo(s) que impede(m) ou restringe(m) o uso dos recursos minerais	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) dos recursos minerais
Rubi	Zonas de ocorrência de rubi.	17, 23	Exploração de rubi.	Impactos negativos sobre a vegetação, a fauna aquática, o solo, as águas subterrâneas, a paisagem e o relevo.  Restrição à extração decorrente de proibição ambiental, erosão e assoreamento, elevação da turbidez e contaminação das águas.	Fomentar a produção de pedras, peças e artefatos finais, já lapidados, talhados e acabados, agregando valor econômico a essa produção mineral do estado.  Promover a implantação das ações e programas de monitoramento, remediação ou recuperação dos passivos e danos ambientais.
Topázio	Zonas de ocorrência de topázio.	12, 20	Exploração de topázio.	Impactos negativos sobre a vegetação, a fauna aquática, o solo, as águas subterrâneas, a paisagem e o relevo.  Restrição à extração decorrente de proibição ambiental, erosão e assoreamento, elevação da turbidez e contaminação das águas.	Fomentar a produção de pedras, peças e artefatos finais, já lapidados, talhados e acabados, agregando valor econômico a essa produção mineral do estado.  Promover a implantação das ações e programas de monitoramento, remediação ou recuperação dos passivos e danos ambientais.
Turmalina	Zonas de ocorrência de turmalina.	6, 9, 12, 13	Exploração de turmalina.	Impactos negativos sobre a vegetação, a fauna aquática, o solo, as águas subterrâneas, a paisagem e o relevo.  Restrição à extração decorrente de proibição ambiental, erosão e assoreamento, elevação da turbidez e contaminação das águas.	Fomentar a produção de pedras, peças e artefatos finais, já lapidados, talhados e acabados, agregando valor econômico a essa produção mineral do estado.  Promover a implantação das ações e programas de monitoramento, remediação ou recuperação dos passivos e danos ambientais.
Turquesa	Zonas de ocorrência de turquesa.	6	Exploração de turquesa.	Impactos negativos sobre a vegetação, a fauna aquática, o solo, as águas subterrâneas, a paisagem e o relevo.  Restrição à extração decorrente de proibição ambiental, erosão e assoreamento, elevação da turbidez e contaminação das águas.	Fomentar a produção de pedras, peças e artefatos finais, já lapidados, talhados e acabados, agregando valor econômico a essa produção mineral do estado.  Promover a implantação das ações e programas de monitoramento, remediação ou recuperação dos passivos e danos ambientais.

Fonte: Consórcio Geohidro-Sondotécnica, 2013.

**Quadro 20** – Síntese de potencialidades, limitações e recomendações referentes ao tema **Recursos Minerais: Zonas de Interesse de Minerais Energéticos**

ASPECTO: ZONAS DE INTERESSE DE MINERAIS ENERGÉTICOS					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Área(s) que representa(m) a ocorrência do(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) o(s) critério(s)	Atributo(s) que potencializam o uso dos recursos minerais	Atributo(s) que impede(m) ou restringe(m) o uso dos recursos minerais	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) dos recursos minerais
Turfa e maruito (recursos energéticos fósseis).	Zonas de ocorrência de turfa e maruito.	1, 2, 25, 26, 27, 28, 29, 33, 34, 35, 36	Exploração de turfa e maruito, recursos minerais com potencial energético reconhecido.	Impactos negativos sobre a vegetação, a fauna aquática, inclusive a marinha, e os recursos hídricos.  Alta restrição para exploração, devido aos minerais serem encontrados em áreas ambientalmente protegidas.	Limitar ou proibir a exploração mineral, devido às restrições ambientais.
Petróleo e gás (recursos energéticos fósseis).	Zonas de ocorrência de petróleo e gás.	32, 33, 34, 35, 36	Exploração de petróleo e gás, duas das fontes de energia mais utilizadas no mundo.  Potencial para ocorrência de outros recursos, como carvão, gipsita, evaporitos, barita, fosfato e calcário.	Impactos negativos sobre a vegetação, a fauna aquática, inclusive a marinha, os recursos hídricos, o solo, o relevo e a atmosfera.	Promover a implantação das ações e programas de monitoramento, remediação ou recuperação dos passivos e danos ambientais.
Urânio (recursos energéticos nucleares).	Zonas de ocorrência de urânio.	9, 12	Exploração de urânio, importante fonte de matéria-prima para alimentação dos reatores das usinas de Angra I e II.	Impactos negativos sobre a vegetação, a fauna aquática, os recursos hídricos, potencializando o carreamento de detritos e a dispersão de minerais radioativos.	Promover a implantação das ações e programas de monitoramento, remediação ou recuperação dos passivos e danos ambientais.

Fonte: Consórcio Geohidro-Sondotécnica, 2013.

Os primeiros achados minerais na Bahia datam do século XVIII com o ouro de aluvião e o cobre em Caraíba. Entre as décadas de 20 e 40, descobriu-se a cromita em Campo Formoso, o amianto crisotila em Poções, o talco em Brumado, o petróleo no Recôncavo e a barita em Camamu. Entre os anos 40 e 60, novas descobertas ocorreram no Brasil e, no conjunto destas, surgiram o manganês em Urandi e o chumbo em Boquira para, em seguida, ser descoberta uma série de outras ocorrências como a rocha fosfática, pedras ornamentais como o nefelinassienito, o quartzito, a durmotierita, o mármore bege Bahia, entre muitas outras. O território baiano reúne outras potencialidades minerais como: a esmeralda da Carnaíba; a vermiculita e os calcários do grupo Bambuí, Una, Rio Pardo e da Faixa de Dobramento Sergipana; o calcário calcítico da região de Jacobina e Orolândia e a cyanita de Anagé.

Na diversidade produtiva mineral do estado encontram-se, entre outras riquezas, o urânio, o cromo, a magnesita, o talco e a barita. Nesses minérios, o estado destaca-se entre os primeiros produtores do País. Na Bahia produzem-se também o cobre a grafita e a prata e ainda é o terceiro produtor nacional de ouro, rochas ornamentais e gás natural. Produz, adicionalmente, o níquel, o ferro, o ferro-vanádio, o manganês, o ferro-titânio-vanádio, o fosfato, a gipsita, a bentonita, argilas, a barita, a diatomita, as rochas calcárias e petróleo.

Novas jazidas de minerais não metálicos foram encontradas e dimensionadas em sua maior parte na região do Cerrado. Não obstante, o estado ainda carece de trabalhos mais detalhados, a realização de mapeamento geológico e geoquímico mais detalhados na escala 1:100.000 para o estado, nos moldes estabelecidos pelo Programa Levantamentos Geológicos Básicos do Brasil (PLGB), o que contribuirá essencialmente para um melhor entendimento sobre a geologia, e também possibilitará uma avaliação mais consistente sob os recursos minerais e a sua potencialidade metalogênica.

Sequências pelítico-carbonáticas plataformais como as do Grupo Bambuí, são ambientes propícios a jazimentos de metais-base, fosfato, fluorita e barita, como se verifica em ocorrências registradas em outros países, como nos Estados Unidos e Europa. A realização de mapeamento geológico, na escala 1:25.000, dos alvos Cocos, Coribe e Jaborandi definidos por Conceição Filho (2003), envolveu o estabelecimento das variações faciológicas, a caracterização de ambientes deposicionais, geoquímica sistemática de solo e levantamento geofísico, objetivando a detecção de cangas lateríticas, sistemas de falhas e juntas, zonas de silicificação, dolomitização, oxidação e feições indicativas de hidrotermalismo, recomendável para avaliar e determinar o real potencial da Bacia do São Francisco.

Os quartzitos do Grupo Rio Preto que ocorrem a cerca de 20 km da cidade de Formosa do Rio Preto, no trecho a jusante do rio homônimo, apresentando, localmente, bandas ferruginosas intercaladas, ricas em hematita, constituindo-se em verdadeiros itabiritos. É aconselhável a realização de programa investigatório, com mapeamento geológico de detalhe, na escala 1:10.000, visando determinar a sua extensão e avaliar o seu potencial econômico. Como é de conhecimento, os itabiritos já são aproveitados pelas grandes mineradoras como a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), Samarco e Minerações Brasileiras Reunidas (MBR), em Minas Gerais.

As significativas reservas de dolomito claro e calcários escuros na região de Santa Maria da Vitória, ambos de alta pureza e qualificação química na sua especificação, merecem atenção especial. São aproveitáveis na indústria química, para produção de nano carbonato de cálcio (NCC) e carbonato de cálcio precipitado (PCC), ou como insumos na agricultura extensiva de grãos.

A região de Santa Maria da Vitória e São Desidério possui grande extensão territorial e faixa de ocorrência de calcários calcíticos de excelente qualidade para produção de cimento, com potencial para atração de fábricas, acompanhando a tendência de regionalização e interiorização da demanda por cimento. O custo inicial de investimento dessas novas plantas é uma fração do custo de uma fábrica tradicional, podendo variar de US\$8 a US\$10 milhões, e apresentam bom índice de produtividade, com preço final do cimento da ordem de US\$2,00 por saco de 50 quilos. Considerando-se que o consumo nacional de cimento gira por volta de 250kg/habitante.ano, pode-se dimensionar mercados regionais emergentes, como as fronteiras agrícolas que se desenvolvem na região.

Para melhor definição do potencial de rochas para uso ornamental na região Oeste, faz-se necessária a delimitação de áreas e realização de testes de aproveitamento, através de ensaios industriais de corte e polimento, principalmente em algumas zonas de ocorrência de calcários negros, dolomitos claros e mármore do tipo Bege Bahia encontrados na região de Coribe e Jaborandi. São também encontrados na região de Colônia do Formoso, no município de Coribe, calcários secundários, bege-claro, que podem ser identificados como do tipo calcrete/travertino, de potencial ainda não definido. Assim, um programa de sondagem rasa possibilitaria a quantificação das reservas e definição do comportamento desta rocha em subsuperfície, e dessa forma, melhor avaliação de seu potencial.

O aproveitamento econômico dessas rochas ornamentais na Bahia decorre de alguns fatores favoráveis. Entre esses fatores, estão as condições propiciadas pela existência de grandes reservas de rochas com maior diversidade de padrões cromáticos, sendo, portanto, o principal produtor de rochas com padrões exóticos como o Azul Bahia (*sodalita sienito*) e o Azul Macaúbas (*dumortierita quartzito*), por exemplo. Aliado a isso, essas reservas naturais estão espalhadas por quase todo o semiárido baiano, em áreas pouco propícias à agricultura, onde a mineração constitui uma alternativa econômica.

Os núcleos de artesanato mineral, voltados à produção e apoio à extração de recursos minerais, implementados por meio do Programa de Inclusão Social da Mineração (Prisma), propagados e mantidos pela Secretaria da Indústria, Comércio e Mineração (SICM) e pela CBPM, possibilitam o aproveitamento econômico de pequenos depósitos minerais e rejeitos de mineração existentes na região do semiárido baiano e, desse modo, permitem a interiorização das atividades de beneficiamento

mineral, buscando gerar mais alternativas de trabalho e renda para os municípios onde estão instalados esses núcleos, por meio do desenvolvimento de uma cultura mais associativista.

Áreas de domínio de rochas graníticas possuem potencial para criação e núcleos de aprendizado para produção de paralelepípedos, assim como nos municípios onde o Grupo Bambuí se faz presente, há possibilidade de incentivo à manufatura de lajotas, meios-fios e paralelepípedos de calcário. Nesses núcleos de produção, poderá ser promovida capacitação e orientação técnica dos micromineralizadores e artesãos, propiciando a geração de renda e a viabilização de opções econômicas e sociais para um desenvolvimento sustentável.

Na Bacia de Irecê, região de tradição agrícola, destaca-se a recente produção de fosfato natural e concentrado fosfático, com significativo valor de produção e geração de trabalho, em Irecê, cujas reservas alcançam 43 milhões de toneladas (CONCEIÇÃO FILHO et al, 1993). Registra-se ainda a produção informal de manganês no município de Barra do Mendes e os garimpos de barita e galena em América Dourada, todos com possibilidades de melhor aproveitamento, além da potencialidade geológica para a descoberta de jazidas de metais-base (Zn e Pb). Os calcários, abundantes em toda a Bacia de Irecê, são utilizados para a produção de brita, alguns tipos têm sido explorados como rocha ornamental em Mulungu e Ibititá, havendo vários outros depósitos potenciais de calcário e dolomitos para outras aplicações. Recentemente verificou-se em Ibititá que a argila residual de alteração, utilizada na fabricação de adobinho, é também adequada para a moldagem e fabricação tradicional de tijolos furados e telhas.

As reservas do distrito baritífero de Contendas do Sincorá foram avaliadas em cerca de 430 mil toneladas de minério, sendo que no depósito da Fazenda Porcos, o mais importante da região, as reservas estão avaliadas em cerca de 198 mil toneladas de minério. Assim, o aproveitamento deste recurso depende, em grande parte, da melhoria nas condições de mercado. Havendo a retomada da produção é imprescindível o planejamento e a execução de uma lavra consequente.

No tocante aos minerais metálicos, em 2011 foi anunciada a descoberta no município de Barreiras da primeira reserva de tálio do Brasil, a terceira do mundo, e a única ocorrência mundial conhecida de associação com manganês (Mn) e cobalto (Co), outros dois minerais de grande interesse comercial. A área de exploração cujo levantamento foi concluído corresponde a apenas 2% da área total de pesquisas do projeto; portanto, há o potencial em médio prazo de descobertas de mais jazidas.

A mineração da bauxita no estado está basicamente relacionada com o empreendimento da Rio Tinto Alcan, que prevê investimentos da ordem de R\$4,5 bilhões para produzir  $1,8 \times 10^6$  t/ano de bauxita. A área de exploração é relativamente extensa e longilínea, abrangendo principalmente porções do Território de Identidade Baixo Sul e, em escala menor, o Território de Identidade do Vale do Jiquiriçá. Prevê-se que o escoamento da produção seja realizado pela Ferrovia de Integração Oeste-Leste (FIOL) e a mitigação dos impactos ambientais seja facilitada pela pouca profundidade que a exploração implicará nessa mina e pela possibilidade de executar-se o reflorestamento com espécies nativas.

A Bahia Mineração (Bamin), responsável pelo maior investimento individual já confirmado no Estado (US\$ 2,3 bilhões no período de 2010 a 2013), extrairá minério de ferro da região de Pedra de Ferro, no município de Caetité. A estimativa inicial do Projeto Pedra de Ferro é de produzir 19,5 milhões de toneladas de minério de ferro por ano e as reservas da região podem chegar a 600 milhões de toneladas do minério, 400 milhões dos quais já são conhecidos mediante as pesquisas (BAHIA, 2011).

Outro investimento de porte, alcançando a cifra de R\$ 800 milhões, é a exploração do níquel já em operação desde 2009, em Itagibá, por meio da segunda maior mina de níquel a céu aberto do mundo, a mina Santa Rita, de responsabilidade da empresa Mirabela Mineração do Brasil. As reservas do minério são de 160 milhões de toneladas, capazes de dar uma vida útil de 23 anos de exploração, produção essa já comprometida com a Votorantim Metais e com a Norilsk Nickel, da Finlândia, em partes iguais.

No município de Brumado, inserido na região semiárida, estão as maiores reservas de magnesita do país e entre as importantes do mundo, situadas na localidade conhecida como Serra das Éguas, onde desenvolvem-se as frentes de lavra, destacando-se as minas de Pedra Preta, Pomba, Jatobá dentre outras. Os corpos de minério ocorrem em forma de camadas ou lentes com espessuras que podem ultrapassar 150 metros, associadas com metadolomitos, numa sequência constituída por quartzitos, formações ferríferas, calcicossilicáticas e rochas metabásicas e metaultrabásicas, relacionadas a sequência vulcano-sedimentar do *Greenstone Belt* de Brumado.

Associado à ocorrência da magnesita, o talco constitui recurso que apresenta grande número de registros no (46) território, sendo que parte deles está no município de Brumado, onde encontram-se as maiores reservas do país. Estes depósitos ocorrem na forma de veios, com espessuras variando desde centímetros até metros, dentro das camadas e lentes de magnesita.

O distrito manganífero de Licínio de Almeida-Caetité é o mais importante da Bahia, sendo do maior interesse o pleno aproveitamento dos recursos ali disponíveis, seja pela importância econômica para a região e seus habitantes, seja pela necessidade de suprir o crescente consumo da indústria siderúrgica baiana, reduzindo a saída de divisas do Estado.

No litoral sul do estado, registram-se reservas de ilmenita na planície do Pratigi, região próxima ao município de Ituberá, que alcançam 266 milhões de toneladas de minério com teores médios de 3,09%, resultando em cerca de 8,2 milhões de toneladas de areias pesadas. Porém, com a criação da APA Municipal da Península de Maraú, em 1997, cujo zoneamento define a atividade de mineração com fins industriais como incompatível, e, no ano imediatamente seguinte, a criação da APA do Pratigi com o mesmo tipo de proibição, impediram a mineração da ilmenita. Entretanto, um estudo desenvolvido pela CBPM para



definição de meios para a atividade desenvolver-se com os necessários cuidados em relação à preservação ambiental, não logrou êxito na avaliação e decisão do Conselho Estadual de Meio Ambiente (CEPRAM), impossibilitando a exploração.

Com relação aos recursos energéticos, há maior concentração das ocorrências ao longo do litoral e, de modo localizado, no interior, como o urânio nos municípios de Caetité e Lagoa Real, além de, com menor relevância, a turfa em Correntina, Barreiras e Formosa do Rio Preto.

Dentre os recursos energéticos, destacam-se as mais importantes reservas de urânio do país, localizadas nos municípios de Lagoa Real e Caetité. O potencial do distrito é certamente, bem maior, considerando a sua extensão e que a maioria dos corpos mineralizados ainda não foi devidamente pesquisada.

A Bahia é o quarto estado maior produtor de petróleo do Brasil com reservas conhecidas totais que chegam a  $629 \times 10^3$  barris, em 2009. As bacias produtoras de petróleo na Bahia são as do Recôncavo, Camamu e Tucano. Dados da Agência Nacional do Petróleo, Gás e Biocombustíveis (2010), mostram que, de 2000 a 2008, as reservas totais de petróleo mais do que dobraram, a produção de petróleo estacionou em torno de 16 milhões de barris por ano e a produção de gás natural teve um crescimento de 7,5% ao ano. Destacam-se como microrregiões especializadas na P&E (perfuração e exploração) de petróleo e gás na Bahia as microrregiões de Entre Rios, Catu, Salvador, Ilhéus e Itabuna.

A disponibilidade de gás natural na Bahia ainda é limitada, apresentando, em curto prazo, ainda uma demanda reprimida que pode ser melhor aproveitada por meio de uma série de medidas de ativação do potencial existente. A produção em 2009 foi de  $3.053,4 \times 10^6$  m<sup>3</sup>, e vem recebendo significativos incrementos, principalmente a partir do Campo de Manati, localizado na Baía de Camamu.

Em geral, os impactos ambientais decorrentes da mineração são muito densos e pouco extensos, sendo que esta atividade altera intensamente o local minerado e as áreas imediatamente próximas, onde são feitas as escavações e produzidos os depósitos de rejeito e as bacias de estéril. Os terrenos alterados, entretanto, não têm extensão geográfica muito grande, são áreas restritas.

A prática de extração de argila e de materiais de construção, mesmo quando realizada por tradicionais e renomadas empresas, via de regra, não se dá mediante os devidos critérios necessários para a redução e mitigação dos danos causados ao meio ambiente. As coberturas removidas são armazenadas de maneira inadequada, o material rejeitado por vezes é lançado em encostas, sem maiores preocupações com os procedimentos de recuperação da área degradada, resultando em alterações das propriedades dos solos, expondo-os à erosão e ao assoreamento, gerando danos à flora e fauna terrestre, degradação visual da paisagem e disposição inadequada de resíduos sólidos. Além disso, os efeitos da extração de rochas e granitos são territorialmente dispersos e vêm junto com ocupação precária e de rendas muito baixas.

A forte vocação de uma região para minerais e rochas industriais induz à necessidade de revitalizar os garimpos e empreendimentos que paralisaram suas atividades, bem como de atrair novos mineradores. O problema maior é que a produção desses bens minerais é de pequena escala, não interessando aos grandes grupos. Nesse segmento, a extração vinha sendo executada por empresas de pequeno e médio porte, com uma série de deficiências do ponto de vista financeiro, econômico, administrativo e tecnológico.

Uma maneira de atrair interessados é a criação de mecanismos de fomento à pequena e média empresa, mineradora ou não, se possível de forma consorciada, para explorar conjuntamente as jazidas maduras que permanecem inativas, abrangendo infraestrutura básica, apoio técnico, administrativo e, principalmente, recursos financeiros em condições subsidiadas, para que empresas ou consórcios disponham de condições de financiamento melhores que aquelas praticadas pelos agentes financeiros.

Para viabilizar as atividades minerárias pelas pequenas empresas, é necessária a disponibilização de linhas de crédito especiais, a custos competitivos, para permitir reforma e aquisição de máquinas, programas de gerenciamento, informatização, campanhas de marketing e participação em eventos de divulgação de seus produtos.

Mesmo dispondo de potencial mineral, a riqueza de uma região não pode ser avaliada exclusivamente pelas grandes reservas ou variedades dos recursos minerais. A disponibilidade de infraestrutura básica, englobando malha rodoviária, hidrovial e ferroviária; rede de distribuição de energia e suprimento de água; telecomunicações e porte das cidades são fatores que podem viabilizar ou não a atividade minerária em determinada porção do território. O aproveitamento do minério de manganês da região de Formosa do Rio Preto, por exemplo, esbarra na distância em relação aos centros consumidores e no péssimo estado das rodovias. Carências como estas precisam ser sanadas para que os recursos minerais possam despertar o interesse de grandes empresas e investidores.

Considerando o elevado e diversificado patrimônio mineral existente, com diferentes níveis de aproveitamento e disponibilidade, bem como o potencial para a expansão de recursos já conhecidos e para a descoberta de novos depósitos minerais, são recomendados os seguintes trabalhos: realização de projetos para levantamentos geológicos e de prospecção em escalas regional e de detalhe para manganês, vermiculita e ametista.

A criação de incentivos por parte do Estado e Municípios para promoção de maior verticalização dos empreendimentos minerais estabelecidos em seus territórios, poderá agregar valor às matérias-primas, gerar empregos, impulsionar a economia local e melhorar a qualidade de vida.

Não obstante, a agilidade e interação dos procedimentos de concessão de licenças para novos projetos minerários, principalmente as licenças prévias e de instalação, é fundamental para a tomada de decisão do investidor. Requisitos de maior

objetividade que assegurem o atendimento aos parâmetros de excelência da gestão ambiental, evitando subjetividade e minimização do tempo de tramitação dos processos são oportunos para dar maior garantia aos investidores. Esforço esse que deve também concorrer a evolução tecnológica e a conscientização técnica e empresarial, promovendo a prática da atividade de mineração com o uso dos recursos que a natureza oferece, com o mínimo de danos.

## 6. BIODIVERSIDADE

### 6.1. Introdução

O tema biodiversidade no âmbito do ZEE visa subsidiar a ação institucional no ordenamento, planejamento e gestão do território à luz da sustentabilidade. Essa biodiversidade abordada é lida como bens naturais e serviços providos pelos ecossistemas naturais, e por essa razão, é considerada como fundamental para o desenvolvimento econômico e promoção do bem estar social nos diferentes domínios do estado.

A grande biodiversidade da Bahia, não ainda totalmente conhecida, é advinda da multiplicidade e interação de variáveis ambientais em suas configurações ecológicas. O conhecimento de fatores de estabilidade e fragilidade dos diferentes sistemas ambientais em interação com as ações institucionais e as dinâmicas dos usos antrópicos, traz a leitura das potencialidades e limitações aos usos produtivos e à infraestrutura em relação à conservação dos ecossistemas presentes no território baiano.

Para o ZEE Bahia, foi necessário identificar indicadores que pudessem representar a multiplicidade biótica presente no estado. Inicialmente foram levantados dados disponíveis e de similaridade epistemológica, selecionando-se conteúdos consistentes e complementares. Os conceitos e bases de dados considerados neste exercício buscaram revelar status de integridade ambiental e ao mesmo tempo elementos de fragilidade do ambiente, com vistas à possibilidade de ação institucional de planejamento das atividades produtivas, de infraestrutura e de conservação ambiental.

Sendo assim, foram considerados principalmente:

- Estudos da cobertura vegetal nativa e dos ecossistemas;
- Existência de unidades de conservação e outras áreas protegidas;
- Ocorrência de áreas com relevância para a conservação da biodiversidade;
- Áreas susceptíveis à aridização/desertificação, e
- Presença de atividades de relação etnobiológica e de reconhecimento tradicional (Terras Indígenas e Territórios Quilombolas).

### 6.2. Metodologia

A metodologia aplicada para a visualização das potencialidades e limitações, no que tange a relação dos usos produtivos e ações institucionais para com a biodiversidade, seguiu uma construção que se iniciou na identificação dos gradientes de Qualidade Ambiental e Vulnerabilidade Natural com focos na biodiversidade.

Os temas selecionados foram espacializados e analisados sobre o território, ilustrando a ocorrência dos fenômenos ecológicos e as singularidades com potencial ao uso e à conservação presentes no estado. Estas ocorrências no âmbito do ZEE Bahia são então interpretadas, a partir de uma leitura transversal, em oportunidades para alguns usos e alertas de riscos de perdas ambientais e econômicas para outros usos.

A metodologia basicamente contou com a sobreposição de Planos de Informações carregados de atributos específicos. Estes planos de informações complexados deram a visibilidade às situações presentes no estado, que apresentadas em gradiente, possibilitam o planejamento estratégico. Esta ação permite um aprimoramento da atuação institucional e a otimização das atividades de infraestrutura e dos usos produtivos. Estas composições revelaram então as potencialidades e limitações, além de recomendações para a gestão do patrimônio biológico do estado, com o melhor aproveitamento dos recursos naturais e maior proteção dos ambientes frágeis.

### 6.3. Resultados

A aplicação da metodologia deu origem a um conjunto de informações sintetizadas de forma tabular, relacionando os critérios adotados às suas respectivas localizações, potencialidades, limitações e recomendações. Essa síntese é apresentada nos Quadros 21 e 22.



**Quadro 21** – Síntese de potencialidades, limitações e recomendações referentes ao tema **Biodiversidade: Qualidade Ambiental da Biodiversidade**

ASPECTO: QUALIDADE AMBIENTAL DA BIODIVERSIDADE					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Polígono(s) ou ponto(s) que representa(m) a ocorrência do(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) o(s) critério(s)	Condição(ões) favorável(is) à biodiversidade	Condição(ões) desfavorável(is) à biodiversidade	Recomendação(ões) específica(s) para a conservação da biodiversidade
Ocorrência de Key Biodiversity Areas – KBA (Áreas-Chave para Conservação da Biodiversidade).	Áreas de KBA.	5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 18, 20, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 31, 32, 33, 34, 35, 36	<p>Indicação de áreas significantes para conservação, com priorização de áreas protegidas, a partir de critérios padronizados, baseados na importância e manutenção de populações de espécies de grande importância ecológica ou ameaçada, endemismos, habitats peculiares ou frágeis, em áreas protegidas ou não, possibilitando melhor gestão da paisagem e do uso do solo.</p> <p>Potencial para indicar ao setor privado os sites que deverão ter alto nível de escrutínio, para evitar impactos sobre a biodiversidade.</p> <p>Potencial para atividades de pesquisa, turismo e valorização da atividade tradicional.</p> <p>Potencial para conservação de espécies ameaçadas de extinção e redução das taxas de perda de biodiversidade.</p>	<p>Usos desordenados e incompatíveis com a conservação das propriedades naturais do ambiente. A maior parte dos sites KBA (cerca de 63%) está, em termos globais, em áreas legalmente protegidas e, portanto, as limitações de usos poderão ser indicadas de maneira mais restritiva na aplicação de instrumentos de controle e regulação ambiental, como, por exemplo, o licenciamento ambiental.</p>	<p>Elaborar estudos complementares, em parceria com entidades públicas e privadas, com foco na conservação de diferentes grupos e ambientes peculiares ameaçados, incorporando a existência e critérios de sítios KBA em estudos, ferramentas e instrumentos oficiais de áreas prioritárias para conservação e Unidades de Conservação.</p> <p>Desenvolver estudos específicos relacionando a existência de espécies ameaçadas de extinção, constantes em listas oficiais, com cada área de sítios KBA e seu percentual em áreas já protegidas.</p> <p>Condicionar usos produtivos ao subsídio de estudos, visando validar ou agregar aos dados existentes os atributos ecológicos e relações socioambientais presentes na área.</p> <p>Promover a responsabilidade ecológica aos usos produtivos e conflitantes e aos projetos de infraestrutura, mediante mitigação de efeitos negativos por meio da conservação, recuperação de demais sítios e pagamentos por uso de serviços ambientais regulamentados por política específica.</p> <p>Restringir atividades produtivas promotoras de grandes intervenções no ambiente ou de fragmentações dos ecossistemas.</p>

(Continua)

ASPECTO: QUALIDADE AMBIENTAL DA BIODIVERSIDADE					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Polígono(s) ou ponto(s) que representa(m) a ocorrência do(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) o(s) critério(s)	Condição(ões) favorável(is) à biodiversidade	Condição(ões) desfavorável(is) à biodiversidade	Recomendação(ões) específica(s) para a conservação da biodiversidade
Ocorrência de sítios identificados pela Brazilian Alliance for Zero Extinction – BAZE (Aliança Brasileira para Extinção Zero).	Sítios BAZE.	17, 23, 30, 31, 32	<p>Presença de atributos ecológicos insubstituíveis para espécies ameaçadas, segundo a Aliança Brasileira para Extinção Zero (BAZE), uma vez que se constituem em como sítios raros, de alta complexidade e/ou insubstituíveis, que abrigam variabilidade ecológica e que, em interação, desempenham suas funções ecológicas provedoras de serviços ecossistêmicos e ambientais.</p> <p>Potencial para conservação de espécies de grande importância ecológica e ameaçadas de extinção, além de redução das taxas de perda de biodiversidade.</p> <p>Potencial para a atividade turística e de pesquisa em bioprospecção.</p>	Usos que coloquem em risco os atributos ecológicos e que comprovadamente não permitam a manutenção de espécies ameaçadas de extinção, constantes em listas oficiais. O uso desordenado promove instabilidade ou extinção desses componentes, comprometendo em cadeia outras atividades e usos.	<p>Priorizar a conservação de quaisquer áreas consideradas Sítio BAZE através da criação de unidades de conservação públicas e privadas.</p> <p>Promover a compensação de reserva legal e ações de restauração florestal.</p> <p>Incorporar a existência e critérios de sítios BAZE em estudos, ferramentas e instrumentos oficiais de áreas prioritárias para conservação e unidades de conservação.</p> <p>Desenvolver estudos específicos e complementares em parcerias público-privadas, relacionando a existência de espécies ameaçadas de extinção constantes em listas oficiais com cada área de sítios BAZE no Estado da Bahia promovendo subsídio a conservação de grupos e ambientes ameaçados.</p> <p>Restringir atividades produtivas promotoras de grandes intervenções no ambiente ou de fragmentações dos ecossistemas.</p> <p>Condicionar usos produtivos ao subsídio de estudos visando validar ou agregar aos dados existentes os atributos ecológicos e relações socioambientais presentes na área de interferência.</p> <p>Promover a responsabilidade ecológica aos usos produtivos e conflitantes e aos projetos de infraestrutura, mediante mitigação de efeitos negativos por meio da conservação, recuperação de demais sítios e pagamentos por uso de serviços ambientais regulamentados por política específica.</p>

(Continua)

Continuação do **Quadro 21** – Síntese de potencialidades, limitações e recomendações referentes ao tema **Biodiversidade: Qualidade Ambiental da Biodiversidade**

ASPECTO: QUALIDADE AMBIENTAL DA BIODIVERSIDADE					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Polígono(s) ou ponto(s) que representa(m) a ocorrência do(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) o(s) critério(s)	Condição(ões) favorável(is) à biodiversidade	Condição(ões) desfavorável(is) à biodiversidade	Recomendação(ões) específica(s) para a conservação da biodiversidade
Ocorrência de Important Bird Areas – IBA (Áreas Importantes para Conservação das Aves).	Áreas de IBA.	1, 2, 3, 5, 7, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 35, 36	<p>Locais-chave para a conservação de aves e da biodiversidade, devido ao papel ecológico, à manutenção de número significativo de espécies globalmente ameaçadas, de ocorrência restrita ou endêmicas, ou ainda, grande número de espécies migratórias ou gregárias.</p> <p>Sendo reconhecidas em todo mundo, as IBAs têm potencial para atrair observadores de pássaros e ambientalistas, tornando-se destinos de ecoturismo e estudo científico.</p>	Usos desordenados e incompatíveis com a conservação das propriedades naturais do ambiente. O uso desordenado promove instabilidade ou extinção desses componentes comprometendo em cadeia outras atividades e usos.	<p>Elaborar estudos complementares, em parceria com entidades públicas e privadas, com foco na conservação de aves, desenvolvendo estudos específicos relacionando a existência de espécies ameaçadas de extinção, constantes em listas oficiais, com cada área IBA no Estado da Bahia.</p> <p>Incorporar a existência e critérios de áreas IBA em estudos, ferramentas e instrumentos oficiais de Áreas Prioritárias para a Conservação e Unidades de Conservação.</p> <p>Manter habitats semi-naturais em locais-chave, tais como lagos, rios, florestas, recifes, turfeiras e pastagens, que tenham sido identificados como importantes sítios específicos para avifauna e que podem contribuir para mediar ciclos naturais (água, carbono, nitrogênio, oxigênio etc.), fazer filtração, proteção, purificação, armazenamento e reposição de substâncias que tornam a vida possível, com foco nas aves.</p> <p>Preservar, em equipamentos públicos ou privados específicos, ecossistemas raros e de grande variabilidade ecológica que abrigam espécies ameaçadas, visando ao desenvolvimento produtivo em consonância com o equilíbrio e a resiliência desses ecossistemas.</p> <p>Promover a responsabilidade ecológica aos usos produtivos e conflitantes e aos projetos de infraestrutura, mediante mitigação de efeitos negativos por meio da conservação, recuperação de demais sítios e pagamentos por usos de serviços ambientais regulamentados por política específica.</p> <p>Restringir práticas agrícolas e de pecuária com necessidade de utilização maciça de insumos.</p>

(Continua)

ASPECTO: QUALIDADE AMBIENTAL DA BIODIVERSIDADE					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Polígono(s) ou ponto(s) que representa(m) a ocorrência do(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) o(s) critério(s)	Condição(ões) favorável(is) à biodiversidade	Condição(ões) desfavorável(is) à biodiversidade	Recomendação(ões) específica(s) para a conservação da biodiversidade
Ocorrência de áreas com importância biológica	Áreas com importância biológica.	Todas	<p>Presença de atributos ecológicos importantes para a biodiversidade. Estes atributos, considerados insubstituíveis, são componentes de grande papel na manutenção de um ecossistema. Os diferentes biomas e seus respectivos ecossistemas abrigam variabilidade ecológica que, em interação, desempenham suas funções ecológicas provedoras de serviços ecossistêmicos e ambientais. Abriga consequentemente espécies de grande importância ecológica ou ameaçadas, endemismos, habitats peculiares ou frágeis.</p> <p>Presença de bioelementos com potencial de geração de novas biotecnologias.</p>	Usos desordenados e incompatíveis com a conservação das propriedades naturais do ambiente. O uso desordenado promove instabilidade ou extinção desses componentes comprometendo em cadeia outras atividades e usos.	<p>Priorizar a conservação de ambientes singulares, como: paredões rochosos, áreas em relevo, grutas, cavernas e geossistemas.</p> <p>Elaborar estudos complementares em parceria com entidades públicas e privadas com foco na conservação de áreas de importância biológica.</p> <p>Desestimular práticas produtivas invasivas em áreas com presença de: monumentos paisagísticos, ecossistemas raros e peculiares, e grande especificidade de habitats em diferentes tipologias de solo, ciclo hidrológico e clima.</p> <p>Estabelecer a conectividade entre fragmentos de áreas de importância biológica, permitindo a mobilidade ecológica através de corredores.</p> <p>Orientar o desenvolvimento produtivo voltado para a redução dos efeitos danosos, a compensação dos impactos e a provisão da conservação.</p> <p>Promover a responsabilidade ecológica aos usos produtivos e conflitantes e aos projetos de infraestrutura, mediante mitigação de efeitos negativos por meio da conservação, recuperação de demais sítios e pagamentos por uso de serviços ambientais regulamentados por política específica.</p>

(Continua)

ASPECTO: QUALIDADE AMBIENTAL DA BIODIVERSIDADE					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Polígono(s) ou ponto(s) que representa(m) a ocorrência do(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) o(s) critério(s)	Condição(ões) favorável(is) à biodiversidade	Condição(ões) desfavorável(is) à biodiversidade	Recomendação(ões) específica(s) para a conservação da biodiversidade
Ocorrência de vegetação remanescente	Vegetação remanescente.	Todas	<p>Manutenção de elementos estruturantes de um sistema biodiverso.</p> <p>Serviços ambientais e ecossistêmicos, provisão de recursos naturais, regulação ecológica, aspectos culturais e de suporte aos componentes do sistema biológico e socioambiental.</p> <p>Tipologias vegetais raras, variabilidade de espécies e banco genético, desempenho de funções ecológicas importantes com potencial para o uso e a conservação. A cobertura vegetal, representada pela vegetação remanescente, é um elemento de paisagem indicador de importância ecológica.</p>	<p>Conflitos entre conservação e utilização dos recursos naturais. Tipologias vegetais de maior raridade, com grande variabilidade de espécies e com papéis ecológicos importantes, indicam potencial para conservação e ao mesmo tempo, ofertam recursos naturais para usos. Por esta razão, é possível que sejam acirrados os conflitos entre as atividades produtivas que demandam a alteração na paisagem e o propósito da conservação.</p> <p>Usos que promovam remoção da cobertura vegetal, alteração da paisagem e fragilização de fatores estruturantes (como solo, água etc.), tipologias vegetais raras ou com grandes papéis ecológicos, devido à alteração de outros componentes ecológicos (espécies dependentes e habitats) e o equilíbrio do sistema.</p> <p>Desconsideração, no processo de licenciamento dos usos produtivos ou outras atividades que impliquem alteração da cobertura vegetal, da lógica de conservação dos remanescentes vegetais associada aos conceitos de ecologia de paisagem.</p>	<p>Desenvolver instrumentos legais e normas técnicas capazes de utilizar critérios de gestão de ecologia da paisagem para apoiar políticas públicas e execução de atividades de regulação, controle e conservação sobre a conversão de áreas de vegetação remanescente.</p> <p>Definir usos compatíveis com o estado atual de manutenção da cobertura vegetal, sua fragmentação, suas tipologias e composições, bem como riqueza, raridade e conectividade.</p> <p>Desenvolver tecnologias, práticas e usos sustentáveis em consonância com os instrumentos articulados das políticas ambientais, sempre respeitando o princípio da precaução.</p> <p>Realizar usos produtivos consorciados com áreas conservadas, reduzindo o impacto de supressão da vegetação natural por meio da otimização do uso das áreas já antropizadas, e proporcionando conectividade dos ecossistemas através de corredores ecológicos.</p> <p>Condicionar a liberação de crédito a estudos de adequabilidade ambiental da atividade produtiva, como: estudos de viabilidade, subsídios às boas práticas agrícolas, recuperação e manutenção da reserva legal e proteção de Áreas de Preservação Permanente.</p> <p>Agregar estudos articulados a programas e obras de infraestrutura, visando à coerência entre usos e propósitos de desenvolvimento sustentável.</p> <p>Intensificar o diálogo sobre responsabilidade ecológica com grupos empreendedores.</p> <p>Pactuar ações conjuntas de mitigação de efeitos perturbadores, recuperação, adoção de áreas para conservação e políticas de pagamento pelo uso de serviços ambientais em prol da preservação da biodiversidade.</p> <p>Realizar iniciativas para motivar a bioprospecção através de programas de incentivo ao desenvolvimento científico.</p>

(Continua)

ASPECTO: QUALIDADE AMBIENTAL DA BIODIVERSIDADE					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Polígono(s) ou ponto(s) que representa(m) a ocorrência do(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) o(s) critério(s)	Condição(ões) favorável(is) à biodiversidade	Condição(ões) desfavorável(is) à biodiversidade	Recomendação(ões) específica(s) para a conservação da biodiversidade
Ocorrência de áreas importantes em geodiversidade	Áreas holísticas em geodiversidade.	7, 10, 15, 16, 18	<p>Presença de atributos singulares em diversidade geológica e provisão de habitats. Estas áreas são detentoras de “mosaico de entidades geológicas” e “sítios geológicos de relevância” de grande importância científica, raridade e beleza.</p> <p>Fonte mineral para pesquisa de novos componentes. Estas são áreas holísticas e de singularidades para a aquisição do conhecimento e a obtenção de novas tecnologias.</p> <p>Potencial para atividades de pesquisa e turismo.</p>	Usos desordenados e incompatíveis com a conservação das propriedades naturais do ambiente. O uso inadequado perturba esse tipo de ambiente, comprometendo a homeostase ecológica, colocando em risco o desempenho de funções ecológicas e a manutenção de espécies especialistas.	<p>Priorizar a conservação e o uso sustentável de quaisquer áreas consideradas representativas da geodiversidade baiana.</p> <p>Elaborar estudos complementares em parceria com entidades públicas e privadas com foco na conservação dos atributos existentes nas áreas holísticas em geodiversidade.</p> <p>Condicionar usos produtivos ao subsídio de estudos visando desvendar, agregar ou validar informações dos atributos físicos, ecológicos e as relações socioambientais estabelecidas.</p> <p>Atribuir a responsabilidade da perturbação ambiental aos usos produtivos conflitantes e projetos de infraestrutura, mediante mitigação de efeitos negativos, identificação, conservação e recuperação de demais áreas.</p> <p>Criar unidades de conservação e evitar atividades produtivas promotoras de grandes intervenções no ambiente.</p>
Ocorrência de áreas cársticas	Áreas cársticas.	2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 22, 23, 27, 28, 30, 31, 32, 35, 36	<p>Presença de atributos singulares em diversidade geológica e provisão de habitats.</p> <p>Detenção de banco genético específico do habitat área cárstica provedor de serviços ambientais. Sob a influência destas áreas, mananciais formados possuem sistemas específicos de dinâmica bio-geohidrológica.</p> <p>Potencial para atividades de pesquisa e turismo. Nestas áreas estão sítios com grande valor cênico e que abrigam, muitas vezes, elementos arqueológicos.</p>	Usos desordenados e incompatíveis com a conservação das propriedades naturais do ambiente. O uso inadequado perturba esse tipo de ambiente comprometendo a homeostase ecológica, colocando em risco o desempenho de funções ecológicas e a manutenção de espécies especialistas.	<p>Priorizar a conservação e o uso sustentável de quaisquer áreas consideradas representativas da geodiversidade baiana.</p> <p>Elaborar estudos complementares em parceria com entidades públicas e privadas com foco na conservação dos atributos existentes em áreas cársticas.</p> <p>Condicionar usos produtivos ao subsídio de estudos visando desvendar, agregar ou validar informações dos atributos físicos, ecológicos e as relações socioambientais estabelecidas.</p> <p>Atribuir a responsabilidade da perturbação ambiental aos usos produtivos conflitantes e projetos de infraestrutura, mediante mitigação de efeitos negativos, identificação, conservação e recuperação de demais áreas.</p> <p>Criar unidades de conservação e evitar atividades produtivas promotoras de grandes intervenções no ambiente.</p>

(Continua)

ASPECTO: QUALIDADE AMBIENTAL DA BIODIVERSIDADE					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Polígono(s) ou ponto(s) que representa(m) a ocorrência do(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) o(s) critério(s)	Condição(ões) favorável(is) à biodiversidade	Condição(ões) desfavorável(is) à biodiversidade	Recomendação(ões) específica(s) para a conservação da biodiversidade
Ocorrência de cavernas	Cavernas.	2, 3, 5, 7, 8, 9, 10, 11, 14, 15, 16, 17, 22, 23, 32, 33, 34	<p>Presença de atributos singulares em diversidade geológica e provisão de habitats.</p> <p>Detenção de banco genético específico do habitat caverna provedor de serviços ambientais. Sob a influência destas áreas, mananciais formados possuem sistemas específicos de dinâmica bio-geohidrológica.</p> <p>Potencial para atividades de pesquisa e turismo. Nestas áreas estão sítios com grande valor cênico e que abrigam, muitas vezes, elementos arqueológicos.</p>	Usos desordenados e incompatíveis com a conservação das propriedades naturais do ambiente. O uso inadequado perturba esse tipo de ambiente comprometendo a homeostase ecológica, colocando em risco o desempenho de funções ecológicas e a manutenção de espécies especialistas.	<p>Priorizar a conservação e o uso sustentável de quaisquer áreas consideradas representativas da geodiversidade baiana.</p> <p>Elaborar estudos complementares em parceria com entidades públicas e privadas com foco na conservação dos atributos existentes em cavernas.</p> <p>Condicionar usos produtivos ao subsídio de estudos visando desvendar, agregar ou validar informações dos atributos físicos, ecológicos e as relações socioambientais estabelecidas.</p> <p>Atribuir a responsabilidade da perturbação ambiental aos usos produtivos conflitantes e projetos de infraestrutura, mediante mitigação de efeitos negativos, identificação, conservação e recuperação de demais áreas.</p> <p>Criar unidades de conservação e evitar atividades produtivas promotoras de grandes intervenções no ambiente.</p>

Fonte:

Consórcio

Geohidro-Sondotécnica,

2013.



**Quadro 22 – Síntese de potencialidades, limitações e recomendações referentes ao tema Biodiversidade: Vulnerabilidade Natural da Biodiversidade**

ASPECTO: VULNERABILIDADE NATURAL DA BIODIVERSIDADE					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Polígono(s) ou ponto(s) que representa(m) a ocorrência do(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) o(s) critério(s)	Condição(ões) favorável(is) à biodiversidade	Condição(ões) desfavorável(is) à biodiversidade	Recomendação(ões) específica(s) para a conservação da biodiversidade
Ocorrência de áreas susceptíveis à desertificação e/ou aridização	Áreas susceptíveis à desertificação e/ou aridização.	1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 30, 31, 32, 33, 35, 36	<p>Presença de atributos ecológicos importantes para a manutenção da estrutura ecológica local e da disponibilidade de recursos naturais e minerais. No estado da Bahia, mais de 65% do território encontra-se inserido em alguma área de sensibilidade climática. A manutenção da integridade dessas áreas de sensibilidade estrutural e disponibilidade hídrica são fundamentais para o equilíbrio ecológico e a manutenção ambiental, como norteia os entendimentos compartilhados na Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação (UNCCD).</p> <p>Potencial para atividades de pesquisa, turismo acadêmico e ecoturismo.</p>	<p>Áreas de sensibilidade estrutural e de disponibilidade dos serviços ambientais e ecossistêmicos. Constituem-se áreas de severidade climática e baixa disponibilidade hídrica, envolvendo ecossistemas singulares e sensíveis, devido à peculiaridade dos habitats e consequente especialização e adaptação da biota.</p> <p>Usos desordenados e incompatíveis com a conservação das propriedades naturais do ambiente. Tais usos, desempenhados de maneira invasiva, afetam a disponibilidade de recursos naturais e comprometem a qualidade de vida das populações, gerando conflitos e severas restrições ao desempenho das atividades.</p>	<p>Elaborar estudos complementares, em parceria com entidades públicas e privadas, com foco na identificação das áreas de severidade ambiental susceptíveis à aridização em articulação com programas e projetos específicos promovendo práticas e alternativas para a convivência com a seca.</p> <p>Condicionar usos produtivos ao perfil de severidade ambiental local, priorizando e incentivando os de compatibilidade locacional.</p> <p>Promover a responsabilidade ecológica aos usos produtivos e conflitantes e aos projetos de infraestrutura, mediante mitigação de efeitos negativos, conservação em áreas públicas e privadas, recuperação de demais sítios florestais e pagamentos por uso de serviços ambientais regulamentados por política específica.</p> <p>Elaborar políticas articuladas e complementares, como a política estadual de pagamento por uso dos serviços ambientais, visando maior regulamentação das políticas envolvidas com o tema.</p>

(Continua)

ASPECTO: VULNERABILIDADE NATURAL DA BIODIVERSIDADE					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Polígono(s) ou ponto(s) que representa(m) a ocorrência do(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) o(s) critério(s)	Condição(ões) favorável(is) à biodiversidade	Condição(ões) desfavorável(is) à biodiversidade	Recomendação(ões) específica(s) para a conservação da biodiversidade
Ocorrências de áreas com atividades de relação etnobiológica e de reconhecimento tradicional – Territórios quilombolas	Territórios Quilombolas.	2, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 32, 33, 34, 35, 36	Potencial para compatibilização de arranjos produtivos aos atributos ecológicos, através da valorização dos usos tradicionais e do conhecimento empírico.	Usos desordenados e incompatíveis com a conservação das propriedades naturais do ambiente.	<p>Elaborar estudos complementares em parceria com entidades públicas e privadas com foco na conservação dos recursos naturais e das atividades tradicionais e de subsistência.</p> <p>Realizar a identificação de grupos extrativistas, visando a potencialização da produção sustentável do recurso natural extraído.</p> <p>Promover a compatibilização dos arranjos produtivos mediante identificação das práticas tradicionais e familiares e dos recursos naturais alvo.</p> <p>Promover práticas agroecológicas de acordo com o bioma, destacando ações em localidade de severidade climática promovendo uma melhor convivência com o semiárido.</p> <p>Mitigar efeitos negativos e práticas predatórias, por meio da capacitação e provisão de suporte técnico e a conservação ou recuperação de áreas.</p> <p>Regulamentar o pagamento por serviços ambientais em áreas quilombolas preservadas.</p> <p>Fomentar a realização de projetos madeireiros e não madeireiros, em sustentabilidade com o ambiente e comunidades.</p> <p>Fomentar o desenvolvimento tecnológico do patrimônio genético do território, utilizando conhecimento tradicional da comunidade para alcançar justa repartição de benefícios do uso sustentável da biodiversidade.</p> <p>Realizar a identificação de grupos extrativistas visando à potencialização da produção.</p> <p>Restringir atividades produtivas promotoras de grandes intervenções no ambiente ou de fragmentações dos ecossistemas incentivando os serviços agroflorestais e demais usos, voltados para a exploração sustentável dos serviços ambientais disponíveis na localidade.</p> <p>Criar mecanismos de regularização de áreas de proteção e criação de unidades de conservação de responsabilidade pública e privada utilizando também como compensação ambiental a manutenção de áreas de reserva legal e ações de restauração florestal.</p> <p>Realizar iniciativas para motivar a bioprospecção através de programas de incentivo o desenvolvimento científico.</p> <p>Elaborar estudos antropológicos para conhecimento e regularização fundiária de comunidades Quilombolas, como estratégia para se aliar práticas tradicionais de manejo dos recursos naturais com conservação ambiental.</p>

(Continua)

ASPECTO: VULNERABILIDADE NATURAL DA BIODIVERSIDADE					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Polígono(s) ou ponto(s) que representa(m) a ocorrência do(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) o(s) critério(s)	Condição(ões) favorável(is) à biodiversidade	Condição(ões) desfavorável(is) à biodiversidade	Recomendação(ões) específica(s) para a conservação da biodiversidade
Ocorrências de áreas com atividades de relação etnobiológica e de reconhecimento tradicional – Terras indígenas	Terras Indígenas.	5, 8, 17, 22, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 36	Potencial para compatibilização de arranjos produtivos aos atributos ecológicos, através da valorização dos usos tradicionais e do conhecimento empírico.	Usos desordenados e incompatíveis com a conservação das propriedades naturais do ambiente.	<p>Elaborar estudos complementares em parceria com entidades públicas e privadas com foco no reconhecimento de terras e regularização fundiária, objetivando igualmente a conservação dos recursos naturais e a manutenção das atividades tradicionais desempenhadas.</p> <p>Criar mecanismos de regularização de áreas de proteção e criação de unidades de conservação de responsabilidade pública e privada utilizando também como compensação ambiental a manutenção de áreas de reserva legal e ações de restauração florestal.</p> <p>Realizar a identificação de grupos extrativistas visando à potencialização da produção sustentável.</p> <p>Promover a compatibilização dos arranjos produtivos com a sustentabilidade dos recursos naturais alvo mediante identificação das práticas tradicionais e familiares e aprimoramento das mesmas.</p> <p>Promover práticas agroecológicas de acordo com o bioma, destacando ações de convivência com o semiárido.</p> <p>Mitigar efeitos negativos e práticas predatórias por meio da capacitação e provisão de suporte técnico em paralelo com a conservação ou recuperação de áreas.</p> <p>Regulamentar o pagamento por serviços ambientais em áreas indígenas preservadas.</p> <p>Fomentar a realização de projetos madeireiros e não madeireiros em sustentabilidade com o ambiente e comunidades.</p> <p>Fomentar o desenvolvimento tecnológico do patrimônio genético do território, utilizando conhecimento tradicional da comunidade, para alcançar justa repartição de benefícios do uso sustentável da biodiversidade.</p> <p>Restringir atividades produtivas promotoras de grandes intervenções no ambiente ou de fragmentações dos ecossistemas incentivando os serviços agroflorestais e demais usos, voltados para a exploração sustentável dos serviços ambientais disponíveis na localidade.</p> <p>Realizar iniciativas para motivar a bioprospecção através de programas de incentivo o desenvolvimento científico.</p> <p>Elaborar estudos para regularização fundiária de comunidades indígenas, como estratégia para se aliar práticas tradicionais de manejo dos recursos naturais com conservação ambiental.</p>

(Continua)

ASPECTO: VULNERABILIDADE NATURAL DA BIODIVERSIDADE					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Polígono(s) ou ponto(s) que representa(m) a ocorrência do(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) o(s) critério(s)	Condição(ões) favorável(is) à biodiversidade	Condição(ões) desfavorável(is) à biodiversidade	Recomendação(ões) específica(s) para a conservação da biodiversidade
Ocorrências de áreas com atividades de relação etnobiológica e de reconhecimento tradicional – Comunidades de fundo e fecho de pasto	Comunidades de fundo e fecho de pasto (Este plano de informação não foi adicionado ao WebSIG devido à inexistência da informação espacial).	Não espacializado devido à inexistência de plano de informação georreferenciado das comunidades de fundo e fecho de pasto.	Potencial para compatibilização de arranjos produtivos aos atributos ecológicos, através da valorização dos usos tradicionais e do conhecimento empírico.	Usos desordenados e incompatíveis com a conservação das propriedades naturais do ambiente.	<p>Elaborar estudos complementares em parceria com entidades públicas e privadas com foco no reconhecimento de terras e regularização fundiária, objetivando igualmente a conservação dos recursos naturais e a manutenção das atividades tradicionais desempenhadas.</p> <p>Realizar a identificação de grupos extrativistas visando à potencialização da produção.</p> <p>Promover a compatibilização dos arranjos produtivos mediante identificação das práticas tradicionais e familiares e dos recursos naturais alvo.</p> <p>Promover práticas agroecológicas de acordo com o bioma, destacando ações de convivência com o semiárido.</p> <p>Mitigar efeitos negativos e práticas predatórias por meio da capacitação e provisão de suporte técnico e a conservação ou recuperação de áreas.</p> <p>Regulamentar o pagamento por serviços ambientais em áreas de fundo e fechos de pasto preservadas.</p> <p>Fomentar a realização de projetos madeireiros e não madeireiros em sustentabilidade com o ambiente e comunidades.</p> <p>Fomentar o desenvolvimento tecnológico do patrimônio genético do território, utilizando conhecimento tradicional da comunidade, para alcançar justa repartição de benefícios do uso sustentável da biodiversidade.</p> <p>Restringir atividades produtivas promotoras de grandes intervenções no ambiente ou de fragmentações dos ecossistemas incentivando os serviços agroflorestais e demais usos, voltados para a recuperação florestal e exploração sustentável dos serviços ambientais disponíveis na localidade.</p> <p>Realizar iniciativas para motivar a bioprospecção através de programas de incentivo ao desenvolvimento científico.</p> <p>Elaborar estudos para regularização fundiária de comunidades de fundo e fecho de pasto, como estratégia para se aliar práticas tradicionais de manejo dos recursos naturais com conservação ambiental.</p>

(Continua)

ASPECTO: VULNERABILIDADE NATURAL DA BIODIVERSIDADE					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Polígono(s) ou ponto(s) que representa(m) a ocorrência do(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) o(s) critério(s)	Condição(ões) favorável(is) à biodiversidade	Condição(ões) desfavorável(is) à biodiversidade	Recomendação(ões) específica(s) para a conservação da biodiversidade
Ocorrência de áreas relevantes para conservação e uso sustentável da biodiversidade	Áreas relevantes para conservação e uso sustentável da biodiversidade.	Todas	<p>Presença de atributos ecológicos importantes para a biodiversidade. Estes sítios relevantes abrigam áreas reconhecidas como de importância biológica e sob ameaça pela expansão de usos conflitantes. Considera como atributo os grupos da biota em interação com todos os seus componentes de habitat.</p> <p>Presença de bioelementos com potencial de geração de novas biotecnologias (medicamentos, alimentos e demais produtos), além de promoção da estabilidade ambiental.</p>	Usos desordenados e incompatíveis com a conservação das propriedades naturais do ambiente. Tais usos, desempenhados de maneira invasiva, afetam a disponibilidade de recursos naturais e comprometem a qualidade de vida das populações, gerando conflitos e severas restrições ao desempenho das atividades.	<p>Priorizar a conservação de ambientes singulares através da criação de unidades de conservação de responsabilidade pública e privada, incentivando a compensação de reservas legais e ações de restauração florestal para manutenção da biodiversidade, e assim, dos serviços ambientais.</p> <p>Elaborar estudos complementares, em parceria com entidades públicas e privadas, visando à revisão das áreas prioritárias para conservação do estado da Bahia.</p>
Ocorrência de unidades de conservação federais – Proteção integral	Unidades de Conservação de Proteção Integral Federal	1, 2, 9, 10, 11, 16, 20, 27, 28, 29, 30, 31, 36	<p>Presença de atributos ecológicos importantes para a manutenção de ecossistemas. Atributos ecológicos insubstituíveis são considerados como componentes de grande papel na manutenção de um ecossistema. Os diferentes biomas e seus respectivos ecossistemas abrigam variabilidade ecológica que em interação desempenham suas funções ecológicas provedoras de serviços ecossistêmicos e ambientais. Abriga consequentemente espécies de grande importância ecológica ou ameaçadas, endemismos, habitats peculiares ou frágeis.</p> <p>Presença de bioelementos com potencial de geração de novas biotecnologias.</p> <p>Provisão de serviços ambientais e ecossistêmicos.</p>	Usos desordenados e incompatíveis com a conservação das propriedades naturais do ambiente. O uso desordenado promove instabilidade ou extinção desses componentes comprometendo em cadeia outras atividades e usos.	<p>Promover a recuperação de áreas degradadas e sanar conflitos fundiários com auxílio de fundos de compensação advindos de pactos entre iniciativas pública e privada.</p> <p>Desenvolver o plano de manejo e gestão das unidades de conservação.</p> <p>Desempenhar atividades produtivas em harmonia com as diretrizes definidas pelos planos de manejo e compatíveis com o zoneamento de UCs.</p> <p>Promover a regularização de reservas legais, áreas de preservação permanente e outorgas de direito de uso das águas.</p> <p>Evitar atividades produtivas promotoras de grandes intervenções no ambiente ou de fragmentações dos ecossistemas incentivando os serviços agroflorestais e demais usos, voltados para a exploração sustentável dos serviços ambientais disponíveis na localidade.</p> <p>Realizar iniciativas para motivar a bioprospecção através de programas de incentivo ao desenvolvimento científico.</p>

(Continua)

ASPECTO: VULNERABILIDADE NATURAL DA BIODIVERSIDADE					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Polígono(s) ou ponto(s) que representa(m) a ocorrência do(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) o(s) critério(s)	Condição(ões) favorável(is) à biodiversidade	Condição(ões) desfavorável(is) à biodiversidade	Recomendação(ões) específica(s) para a conservação da biodiversidade
Ocorrência de unidades de conservação estaduais – Proteção integral	Unidades de Conservação de Proteção Integral Estadual	3, 5, 8, 15, 18, 20, 25, 26, 33	<p>Presença de atributos ecológicos importantes para a manutenção de ecossistemas. Atributos ecológicos insubstituíveis são considerados como componentes de grande papel na manutenção de um ecossistema. Os diferentes biomas e seus respectivos ecossistemas abrigam variabilidade ecológica que em interação desempenham suas funções ecológicas provedoras de serviços ecossistêmicos e ambientais. Abriga conseqüentemente espécies de grande importância ecológica ou ameaçadas, endemismos, habitats peculiares ou frágeis.</p> <p>Presença de bioelementos com potencial de geração de novas biotecnologias.</p> <p>Provisão de serviços ambientais e ecossistêmicos.</p>	Usos desordenados e incompatíveis com a conservação das propriedades naturais do ambiente. O uso desordenado promove instabilidade ou extinção desses componentes comprometendo em cadeia outras atividades e usos.	<p>Promover a recuperação de áreas degradadas e sanar conflitos fundiários com auxílio de fundos de compensação advindos de pactos entre iniciativas pública e privada.</p> <p>Desenvolver o plano de manejo e gestão das unidades de conservação.</p> <p>Desempenhar atividades produtivas em harmonia com as diretrizes definidas pelos planos de manejo e compatíveis com o zoneamento de UCs.</p> <p>Promover a regularização de reservas legais, áreas de preservação permanente e outorgas de direito de uso das águas.</p> <p>Evitar atividades produtivas promotoras de grandes intervenções no ambiente ou de fragmentações dos ecossistemas incentivando os serviços agroflorestais e demais usos, voltados para a exploração sustentável dos serviços ambientais disponíveis na localidade.</p> <p>Realizar iniciativas para motivar a bioprospecção através de programas de incentivo ao desenvolvimento científico.</p>
Ocorrência de unidades de conservação federais – Uso sustentável	Unidades de Conservação de Uso Sustentável Federal	2, 12, 25, 26, 28, 30, 33	<p>Presença de atributos ecológicos importantes para a manutenção de ecossistemas. Atributos ecológicos insubstituíveis são considerados como componentes de grande papel na manutenção de um ecossistema. Os diferentes biomas e seus respectivos ecossistemas abrigam variabilidade ecológica que em interação desempenham suas funções ecológicas provedoras de serviços ecossistêmicos e ambientais. Abriga conseqüentemente espécies de grande importância ecológica ou ameaçadas, endemismos, habitats peculiares ou frágeis.</p> <p>Presença de bioelementos com potencial de geração de novas biotecnologias.</p> <p>Provisão de serviços ambientais e ecossistêmicos.</p>	Usos desordenados e incompatíveis com a conservação das propriedades naturais do ambiente. O uso desordenado promove instabilidade ou extinção desses componentes comprometendo em cadeia outras atividades e usos.	<p>Promover a recuperação de áreas degradadas e sanar conflitos fundiários com auxílio de fundos de compensação advindos de pactos entre iniciativas pública e privada.</p> <p>Desenvolver o plano de manejo e gestão das unidades de conservação.</p> <p>Desempenhar atividades produtivas em harmonia com as diretrizes definidas pelos planos de manejo e compatíveis com o zoneamento de UCs.</p> <p>Promover a regularização de reservas legais, áreas de preservação permanente e outorgas de direito de uso das águas.</p> <p>Evitar atividades produtivas promotoras de grandes intervenções no ambiente ou de fragmentações dos ecossistemas incentivando os serviços agroflorestais e demais usos, voltados para a exploração sustentável dos serviços ambientais disponíveis na localidade.</p> <p>Realizar iniciativas para motivar a bioprospecção através de programas de incentivo ao desenvolvimento científico.</p>

(Continua)



ASPECTO: VULNERABILIDADE NATURAL DA BIODIVERSIDADE					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Polígono(s) ou ponto(s) que representa(m) a ocorrência do(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) o(s) critério(s)	Condição(ões) favorável(is) à biodiversidade	Condição(ões) desfavorável(is) à biodiversidade	Recomendação(ões) específica(s) para a conservação da biodiversidade
Ocorrência de unidades de conservação estaduais – Uso sustentável	Unidades de Conservação de Uso Sustentável Estadual	1, 2, 3, 4, 6, 7, 9, 10, 11, 14, 16, 17, 18, 20, 24, 25, 26, 27, 28, 30, 33, 34, 35, 36	<p>Presença de atributos ecológicos importantes para a manutenção de ecossistemas. Atributos ecológicos insubstituíveis são considerados como componentes de grande papel na manutenção de um ecossistema. Os diferentes biomas e seus respectivos ecossistemas abrigam variabilidade ecológica que em interação desempenham suas funções ecológicas provedoras de serviços ecossistêmicos e ambientais. Abriga consequentemente espécies de grande importância ecológica ou ameaçadas, endemismos, habitats peculiares ou frágeis.</p> <p>Presença de bioelementos com potencial de geração de novas biotecnologias.</p> <p>Provisão de serviços ambientais e ecossistêmicos.</p>	Usos desordenados e incompatíveis com a conservação das propriedades naturais do ambiente. O uso desordenado promove instabilidade ou extinção desses componentes comprometendo em cadeia outras atividades e usos.	<p>Promover a recuperação de áreas degradadas e sanar conflitos fundiários com auxílio de fundos de compensação advindos de pactos entre iniciativas pública e privada.</p> <p>Desenvolver o plano de manejo e gestão das unidades de conservação.</p> <p>Desempenhar atividades produtivas em harmonia com as diretrizes definidas pelos planos de manejo e compatíveis com o zoneamento de UCs.</p> <p>Promover a regularização de reservas legais, áreas de preservação permanente e outorgas de direito de uso das águas.</p> <p>Evitar atividades produtivas promotoras de grandes intervenções no ambiente ou de fragmentações dos ecossistemas incentivando os serviços agroflorestais e demais usos, voltados para a exploração sustentável dos serviços ambientais disponíveis na localidade.</p> <p>Realizar iniciativas para motivar a bioprospecção através de programas de incentivo ao desenvolvimento científico.</p>
Ocorrência de corredores ecológicos.	Corredores ecológicos (Este plano de informação não foi adicionado ao WebSIG devido à inexistência da informação espacial).	Não espacializado devido à inexistência de plano de informação georreferenciado de corredores ecológicos.	<p>Presença de atributos ecológicos importantes para a manutenção de ecossistemas. Os diferentes biomas e seus respectivos ecossistemas abrigam variabilidade ecológica que em interação desempenham suas funções ecológicas provedoras de serviços ecossistêmicos e ambientais. Abriga consequentemente espécies de grande importância ecológica ou ameaçadas, endemismos, habitats peculiares ou frágeis.</p> <p>Potencial para prática de atividades recreativas e culturais, pesquisa, turismo e atividades ecoturísticas.</p> <p>Provisão de serviços ambientais e ecossistêmicos.</p>	Usos desordenados e incompatíveis com a conservação das propriedades naturais do ambiente. O uso desordenado promove instabilidade ou extinção desses componentes, comprometendo em cadeia outras atividades e usos.	<p>Promover a recuperação de áreas degradadas e sanar conflitos fundiários com auxílio de fundos de compensação advindos de pactos entre iniciativas pública e privada.</p> <p>Desempenhar atividades produtivas em harmonia com as diretrizes definidas pelos planos de manejo e compatíveis com o zoneamento de UCs.</p> <p>Promover a responsabilidade ecológica aos usos produtivos e conflitantes e aos projetos de infraestrutura, mediante mitigação de efeitos negativos por meio da conservação, recuperação de demais sítios e pagamentos por uso de serviços ambientais regulamentados por política específica.</p> <p>Promover a regularização de reservas legais, áreas de preservação permanente e outorgas de direito de uso das águas.</p>
Ocorrência de outras áreas protegidas.	Outras áreas protegidas (Este plano de informação não foi adicionado ao WebSIG devido à inexistência da informação espacial).	Não espacializado devido à inexistência de plano de informação georreferenciado.	<p>Presença de atributos ecológicos importantes para a manutenção de ecossistemas. Os diferentes biomas e seus respectivos ecossistemas abrigam variabilidade ecológica que em interação desempenham suas funções ecológicas provedoras de serviços ecossistêmicos e ambientais. Abriga consequentemente espécies de grande importância ecológica ou ameaçadas, endemismos, habitats peculiares ou frágeis.</p> <p>Potencial para prática de atividades recreativas e culturais, pesquisa, turismo e atividades ecoturísticas.</p> <p>Provisão de serviços ambientais e ecossistêmicos.</p>	Usos desordenados e incompatíveis com a conservação das propriedades naturais do ambiente. O uso desordenado promove instabilidade ou extinção desses componentes, comprometendo em cadeia outras atividades e usos.	<p>Promover a recuperação de áreas degradadas e sanar conflitos fundiários com auxílio de fundos de compensação advindos de pactos entre iniciativas pública e privada.</p> <p>Promover a responsabilidade ecológica aos usos produtivos e conflitantes e aos projetos de infraestrutura, mediante mitigação de efeitos negativos por meio da conservação, recuperação de demais sítios e pagamentos por uso de serviços ambientais regulamentados por política específica.</p> <p>Promover a regularização de reservas legais, áreas de preservação permanente e outorgas de direito de uso das águas.</p>

Fonte: Consórcio Geohidro-Sondotécnica, 2013.



A análise realizada a partir dos resultados apresentados mostra que todo o território carece de ações direcionadas e específicas para orientação e desempenho dos usos produtivos, de infraestrutura e conservação. Mesmo em municípios onde elementos de qualidade e vulnerabilidade para a biodiversidade não foram expressivos, estes carecem de atenção institucional e ações de incentivo e fiscalização da atividade produtiva.

O foco maior está na adoção das boas práticas e de ações orientadas pelas políticas federais, estaduais e municipais de recursos hídricos e meio ambiente, bem como no arcabouço legal transversal de temas pertinentes, a exemplo do Sistema Nacional de Unidades de Conservação, da Política Nacional sobre Mudança do Clima, da Lei de Gestão de Florestas Públicas e do Novo Código Florestal Brasileiro.

Os indicadores que revelaram a qualidade ambiental e a vulnerabilidade natural da biodiversidade apontaram núcleos singulares dentro do estado que demandam ações especiais de gestão ambiental e compatibilização de usos produtivos e de infraestrutura, com vistas à redução de conflitos, promoção social e conservação ecológica.

O estudo de qualidade ambiental da biodiversidade mostrou inicialmente, através da presença de remanescentes florestais, uma grande porção do território ainda coberto por vegetação nativa ou em regeneração. A distribuição não se apresenta uniforme, sendo mais concentrada nas regiões norte e oeste do estado, com gradiente crescente de substituição da cobertura vegetal natural, principalmente nas proximidades de Irecê, em grande parte do TI Sertão Produtivo e em toda a extensão sob domínio da Mata Atlântica. Esta condição demanda ação institucional para incentivo de adoção de tecnologias, práticas e usos sustentáveis, visando à recuperação de áreas degradadas e conservação dos recursos florestais. Como pode ser observado no Quadro 1, a presença de remanescentes de cobertura vegetal nativa proporciona potencialidades através:

- Da manutenção e capitalização dos serviços ambientais e ecossistêmicos, provisão de recursos naturais, regulação ecológica, motivação cultural e suporte aos componentes do sistema socioambiental.
- Do abrigo de tipologias vegetais raras, variabilidade de espécies e banco genético, importantes na ótica biotecnológica com potencial para usos medicinais, de produção material, entre outros.

A Bahia, além de seu patrimônio verde, ainda abriga sítios denominados especiais diante da riqueza e singularidade ecológica presente. São sistemas de importância reconhecida por estudos internacionais para a manutenção de grupos específicos da biota (aves, mamíferos, anfíbios, répteis) e dos usos humanos, por desempenharem grande importância na estabilização ambiental e manutenção dos ciclos naturais (polinização, dispersão, refúgio, manutenção das águas e do solo, entre outros).

Algumas das regiões singulares em termos de biodiversidade dentro do estado são as matas de cipó de Boa Nova e seu entorno, as mussunungas e manguezais da região costeira, as florestas, matas e campos de Castro Alves, Morro do Chapéu e toda a Chapada Diamantina, além das caatingas na região de Várzea Nova e veredas do São Francisco. Como pode ser observado no Quadro 21, em geral, a presença de áreas especiais proporciona potencialidade através:

- Do estabelecimento de pólos de pesquisa voltados para o desenvolvimento biotecnológico;
- Do potencial ao desempenho do turismo ecológico e fortalecimento de atividades tradicionais ou outras compatíveis com a conservação.

Dentre os fatores de vulnerabilidade natural da biodiversidade, a Bahia concentra ambientes múltiplos de características abióticas, que em estudos transversais, possibilitam uma a visualização da multiplicidade de usos produtivos e de infraestrutura. No entanto, essa mesma multiplicidade, ora atua como potencialidade de determinados usos, ora como limitantes, demandando uma grande participação institucional direcionadora das atividades. Esta forma de atuação auxilia na previsão e solução de conflitos, além da possibilidade de otimização e ampliação da garantia de retorno de recursos oriundos de investimentos.

Em relação à atividade produtiva, fatores de vulnerabilidade natural ligados à biodiversidade e ao ambiente natural estão sujeitos, de forma ampliada, a conflitos de usos e esgotamento de recursos naturais muitas vezes ainda desconhecidos. Esta condição se desdobra em desconforto ambiental e necessidade de investimentos de mitigação de efeitos adversos. Como exemplo, a presença de grande porção do estado em condição de severidade climática e relativamente baixa disponibilidade de solos agricultáveis, dificultam os usos e tensionam áreas especiais ou de uso consolidado por grupos humanos tradicionais.

O estudo de vulnerabilidade natural da biodiversidade revelou ambientes nos territórios de identidade Sertão do São Francisco, Velho Chico, Bacia do Paramirim, Itaparica, Bacia do Jacuípe, além de toda a região costeira, como detentores dos maiores *status* de fragilidade frente aos usos múltiplos produtivos ou de infraestrutura.

Mais de 50% do território do estado apresenta fragilidade ambiental pela severidade climática e consequente escassez hídrica na configuração superficial. Essas regiões ainda abrigam os maiores gradientes de vulnerabilidade dos solos à erosão e fragmentos de grande especialização ecológica – o que justifica demandas por unidades de conservação. Abrigam ainda boa parte dos remanescentes de grupos tradicionais que demandam regularização, assim como na situação das unidades de conservação. A vulnerabilidade natural da biodiversidade identificado nos domínios do estado em termos de potencialidades aos usos proporciona:

- O desempenho de pesquisa e turismo direcionado;
- O desenvolvimento de atividades produtivas baseadas na capacidade de suporte da localidade e o aproveitamento do conhecimento tradicional local para as práticas produtivas em compatibilidade locacional.

A partir da compreensão que o estudo pode proporcionar, recomenda-se principalmente um fortalecimento institucional para o diálogo transversal. A complexidade dos ecossistemas e a multiplicidade de possibilidades de usos necessitam olhares holísticos, buscando a solução de conflitos e a redução dos prejuízos ecológicos e econômicos. Os usos produtivos e de infraestrutura podem ser compatíveis com a conservação e prover incremento econômico. Como já se discute nos demais estados e na esfera federal, a Bahia, por apresentar tantos atributos ecológicos, necessita do estabelecimento de uma política de pagamento pelo uso dos serviços ambientais, gerando assim recursos para o financiamento e continuidade das ações de desenvolvimento sustentável.

## 7. PATRIMÔNIO HISTÓRICO-CULTURAL

### 7.1. Introdução

As principais referências conceituais que orientam a elaboração de Zoneamentos Ecológico-Econômicos não demandam uma abordagem mais aprofundada sobre a temática cultural. Ainda assim, considerando a importância do tema, o ZEE Bahia considerou de suma importância a identificação de potencialidades e limitações ao desenvolvimento, mediante utilização de informações oficiais disponíveis sobre essa temática. Nesse sentido, ressalta-se a grande diversidade cultural e relevância histórica do estado da Bahia na formação e no desenvolvimento da sociedade brasileira, bem como sua influência na dinâmica de uso e ocupação do território ao longo da história.

Num primeiro momento, foi necessário compreender como essa temática é tratada nas fontes oficiais de informação, considerando principalmente: como se apresenta sua espacialização, a existência de possíveis indicadores relacionados a essa espacialização, e qual sua relação com as políticas públicas de desenvolvimento social e econômico.

As principais fontes de informação para o presente trabalho foram:

- Panorama Cultural da Bahia Contemporânea (Série Estudos e Pesquisas nº 92, SEPLAN/SEI, 2012);
- 1º Censo Cultural da Bahia (BAHIA, 2002-2006);
- Inventário de tombamento de bens artísticos, históricos e culturais pela União (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN) e Estado (Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural - IPAC); e
- Diagnóstico realizado pela Equipe do Programa Bahia Arqueológica (UFBA, 2012) para o ZEE Bahia.

O *Panorama Cultural da Bahia Contemporânea* teve como objetivo organizar e analisar informações a respeito da concepção das identidades culturais do conjunto de municípios que arranjam os Territórios de Identidade, numa abordagem qualitativa, que levou à indicação de dez Regiões Socioculturais. O resultado desse trabalho tem mérito em apresentar as relações históricas entre os diferentes grupos humanos, e entre os mesmos e a natureza, que influenciaram de maneira determinante a ocupação do território e o uso dos recursos naturais. Por outro lado, a ausência de um padrão na abordagem de cada Região Sociocultural e de indicadores objetivos ou quantitativos, inviabilizaram sua utilização direta no ZEE. A leitura desse panorama foi importante para entendimento do contexto histórico-cultural, no qual estão associados os indicadores diretamente utilizados.

O *1º Censo Cultural da Bahia* teve como objetivo levantar e sistematizar dados sobre uma série de aspectos (materiais e imateriais) relacionados à cultura em cada município do estado da Bahia, com vistas à estruturação de um banco de dados permanente para subsidiar a elaboração e implementação das políticas culturais. Tendo em vista a convergência de objetivos desse censo com os do ZEE Bahia, especialmente no que diz respeito ao banco de dados e à indicação do município como unidade espacial, seus resultados favoreceram sobremaneira a elaboração do componente do presente trabalho.

O *inventário do patrimônio* refere-se ao registro oficial sistemático de bens representativos da arte, história e cultura, tanto pelo IPHAN, como pelo IPAC. Esses dados são objetivos e sua espacialização ocorre por município, sendo também, portanto, utilizados diretamente no presente trabalho.

Por fim, o *diagnóstico do patrimônio arqueológico* foi elaborado no intuito de subsidiar o ZEE Bahia, com base no conhecimento produzido no âmbito do *Programa Bahia Arqueológica (UFBA)* e teve como escopo o panorama do Patrimônio Arqueológico do Estado, suas potencialidades e limitações, incluindo ainda a indicação de recomendações e diretrizes para o desenvolvimento desse setor específico.

Após a avaliação destas fontes de informação, foram selecionados os critérios e indicadores a serem adotados na identificação das potencialidades e limitações ao desenvolvimento, bem como suas respectivas recomendações e diretrizes. Além disso, o município foi definido como unidade espacial para efeito da aplicação dessas potencialidades, limitações, recomendações e diretrizes sobre o Patrimônio Histórico-Cultural da Bahia, visto que os dados constantes das referências citadas anteriormente estão sistematizados por município.

### 7.2. Metodologia

O Decreto Federal nº 4.297/2002, que regulamenta o art. 9º, inciso II, da Lei nº 6.938/1981, onde são estabelecidos critérios para o Zoneamento Ecológico-Econômico do Brasil (ZEE), não se refere ao patrimônio histórico-cultural especificamente. Por outro lado, a publicação do MMA, que contém as *Diretrizes Metodológicas para Elaboração do Zoneamento Ecológico-Econômico (2007)*, faz duas referências à abordagem do patrimônio histórico-cultural (arqueológico inclusive) no contexto do ZEE, ambas na fase de diagnóstico:

- A primeira refere-se ao levantamento e tratamento preliminar de dados secundários como procedimento técnico elementar nos estudos temáticos sobre uso da terra; e
- A segunda demanda faz uma análise articulada dos aspectos legais relativos ao acesso e uso dos recursos naturais, incluindo a proteção ao patrimônio paisagístico, arqueológico, histórico e cultural.

A temática é constante dos TDRs do ZEE Bahia na descrição do cenário ambiental preliminar, o qual orienta a elaboração do diagnóstico e, portanto, indica a sua relevância para o planejamento do Estado. O Estado, por sua vez, deverá preservar o maior número e a distribuição mais abrangente possível de bens e sítios que compõem o patrimônio histórico-cultural da Bahia, mediante seu reconhecimento, espacialização e articulação com os planos, programas e projetos de setores produtivos – mineração, infraestrutura, agropecuária, turismo, educação etc. – previstos para suas áreas de influência.

Nesse sentido, considerando as referências metodológicas citadas anteriormente e as informações oficiais levantadas sobre o patrimônio histórico-cultural, foram definidos aspectos/indicadores e critérios de análise, com vistas à identificação de potencialidades e limitações ao desenvolvimento relacionadas ao tema, bem como à indicação de suas respectivas recomendações e diretrizes.

Ressalta-se que, assim como em outros temas, a unidade espacial adotada para tratar o patrimônio histórico-cultural é o município. Portanto, todas as informações selecionadas (aspectos/indicadores e critérios) foram organizadas tendo como base o território municipal.

O aspecto/indicador “**patrimônio imaterial**” e seu respectivo critério de abordagem “**presença de manifestações culturais e instituições afins**” constam do *Censo Cultural da Bahia*, que por sua vez, registra a existência de grupos culturais, artistas, eventos e instituições ligadas à cultura em todos os municípios da Bahia. Há uma significativa heterogeneidade entre os diversos municípios no que diz respeito ao seu patrimônio imaterial, seja na densidade de manifestações, na sua importância e abrangência (local, regional e nacional), na atuação das suas instituições e em sua matriz de origem. Portanto, cabe ressaltar que o presente trabalho não analisou tais aspectos do ponto de vista qualitativo, tendo como objetivo identificar primordialmente os municípios onde é registrada a presença de manifestações culturais.

As informações sobre “**patrimônio material**” e seus respectivos critérios “**presença ou ausência de bem tombado pela União ou pelo Estado**”, constam do *inventário do patrimônio histórico, artístico e cultural (IPHAN e IPAC)*, e sua utilização buscou identificar os municípios onde há tombamento de um ou mais bens representativos da história e cultura locais/regionais, com vistas a ampliar e otimizar os recursos e esforços voltados à identificação de bens alvos de novos tombamentos e à preservação do patrimônio tombado/protegido.

Por sua vez, na abordagem sobre o aspecto/indicador “**patrimônio arqueológico**” foi adotado o critério “**registro oficial da existência de sítio arqueológico**”, com o objetivo de identificar os municípios onde há presença de um ou mais sítios arqueológicos, com vistas a ampliar e otimizar os recursos e esforços voltados à identificação de novos sítios e à preservação do patrimônio arqueológico já registrado. Tais informações constam do *Programa Bahia Arqueológica (UFBA)* que tem como um dos principais objetivos, justamente a identificação e o mapeamento dos sítios arqueológicos existentes em território baiano.

### 7.3. Resultados

A aplicação da metodologia apresentada deu origem a um conjunto de informações resultantes, as quais foram sintetizadas e organizadas de forma tabular. O Quadro 23, Quadro 24 e Quadro 25 ilustram esses resultados, relacionando o critério adotado às suas respectivas localizações de ocorrência, potencialidades, limitações e recomendações.

Quadro 23 – Síntese de potencialidades, limitações e recomendações referentes ao tema **Patrimônio Histórico-Cultural: Patrimônio Imaterial**

ASPECTO: PATRIMÔNIO IMATERIAL					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Município(s) onde ocorre(m) o(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) o(s) critério(s)	Fator(es) que potencializa(m) a preservação do patrimônio histórico-cultural	Fator(es) que impede(m) ou limita(m) a preservação do patrimônio histórico-cultural	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) referentes à preservação do patrimônio histórico-cultural
Presença de manifestações culturais e instituições afins	Todos	Todas	<p>Potencial para valorização e fortalecimento da identidade cultural, bem como para elevação da autoestima da população local. O reconhecimento público, mediante apoio efetivo às manifestações culturais e instituições afins, gera um círculo virtuoso de resgate e consolidação identitária, contrapondo-se inclusive, à massificação e descaracterização cultural em curso que atinge preferencialmente as populações mais jovens.</p> <p>Potencial para ampliação de oportunidades de desenvolvimento social e econômico por meio de atividades ligadas à cultura. As atividades associadas à denominada “indústria criativa”, ganham cada vez mais relevância no âmbito do desenvolvimento socioeconômico.</p> <p>Potencial para conservar a diversificação e a peculiaridade das expressões culturais do Estado. Tendo em vista que a rica matriz multicultural é uma das principais “marcas” do estado da Bahia, de reconhecimento internacional, o apoio a tais manifestações e instituições torna-se fundamental no contexto das políticas públicas.</p>	<p>Grupos estruturalmente dependentes do apoio financeiro dos organismos públicos e de organizações não-governamentais. A partir da intensificação da cultura de massa e de entretenimento, os grupos folclóricos tornaram-se mais vulneráveis e as manifestações tradicionais mais desarticuladas com os modos de vida locais.</p> <p>Insuficiência de equipamentos culturais (teatros, cinemas, museus etc.) e estruturas de organização e logística. A escassez de infraestrutura cultural, com destaque para a redução da quantidade de teatros e cinemas ao longo do tempo, dificulta sobremaneira a produção e a difusão de obras, eventos e manifestações ligadas à cultura.</p> <p>Ausência de: informações sistematizadas; estruturas profissionais sistemáticas de gestão, divulgação e marketing; e assistência técnica para criação de produtos com linguagem regional. A ausência ou incipiência de estruturas de gestão integradas e profissionalizadas, também dificulta a vivacidade cultural, especialmente em se tratando de linguagens locais e/ou regionais.</p> <p>Influência da mídia, do turismo de massa e da urbanização acelerada na descaracterização da identidade cultural. O contexto da globalização, em geral favorece a cultura de massa em detrimento aos aspectos locais e regionais.</p>	<p>Estimular a valorização e promoção das diversas manifestações tradicionais e contemporâneas, que compõem o patrimônio imaterial do município (folclore, culinária, artesanato, música, dança, literatura etc.).</p> <p>Estimular o fortalecimento do calendário de festas populares tradicionais, mantendo ou recuperando seus aspectos matriciais como fator de preservação da autenticidade.</p> <p>Estimular as manifestações culturais populares, com vistas: à ampliação de oportunidades de desenvolvimento de pequenos empreendimentos e geração de renda; à valorização da identidade cultural local e regional, favorecendo o “produto cultural Bahia”; e ao reforço da cidadania e das dinâmicas culturais, locais e regionais.</p>

Fonte: Elaboração Consórcio Geohidro-Sondotécnica, 2013

**Quadro 24 – Síntese de potencialidades, limitações e recomendações referentes ao tema Patrimônio Histórico-Cultural: Patrimônio Material**

ASPECTO: PATRIMÔNIO MATERIAL					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Município(s) onde ocorre(m) o(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) o(s) critério(s)	Fator(es) que potencializa(m) a preservação do patrimônio histórico-cultural	Fator(es) que impede(m) ou limita(m) a preservação do patrimônio histórico-cultural	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) referentes à preservação do patrimônio histórico-cultural
Presença de bem tombado pela União (IPHAN) ou pelo Estado (IPAC)	<p>Érico Cardoso e Macaúbas (TI Bacia do Paramirim);</p> <p>Coribe (TI Bacia do Rio Corrente);</p> <p>Barreiras (TI Bacia do Rio Grande);</p> <p>Aratuípe, Cairu, Jaguaripe e Valença (TI Baixo Sul);</p> <p>Andaraí, Iraquara, Lençóis, Morro do Chapéu, Mucugê, Palmeiras, Piatã, Rio de Contas, Seabra e Wagner (TI Chapada Diamantina);</p> <p>Porto Seguro e Santa Cruz Cabrália (TI Costa do Descobrimento);</p> <p>Itamaraju (TI Extremo Sul);</p> <p>Barra do Mendes, Canarana, Itaguaçu da Bahia e Xique-Xique (TI Irecê);</p> <p>Paulo Afonso (TI Itaparica);</p> <p>Alagoinhas, Conde, Crisópolis, Esplanada, Itapicuru e Mata de São João (TI Litoral Norte e Agreste Baiano);</p> <p>Ilhéus e Itacaré (TI Litoral Sul);</p> <p>Manoel Vitorino (TI Médio Rio de Contas);</p> <p>Itapetinga (TI Médio Sudoeste da Bahia);</p> <p>Jacobina e Umburanas (TI Piemonte da Diamantina);</p> <p>Iaçu, Itaberaba, Rafael Jambeiro, Ruy Barbosa e Santa Teresinha (TI Piemonte do Paraguaçu);</p> <p>Campo Formoso (TI Piemonte Norte do Itapicuru);</p> <p>Conceição da Feira, Feira de Santana, Irará e Teodoro Sampaio (TI Portal do Sertão);</p> <p>Cachoeira, Castro Alves, Cruz das Almas, Maragogipe, Nazaré, Santo Amaro, São Félix, São Francisco do Conde, São Sebastião do Passé e Saubara (TI Recôncavo);</p> <p>Camaçari, Candeias, Itaparica, Lauro de Freitas, Salvador e Vera Cruz (TI Região Metropolitana de Salvador);</p> <p>Cipó e Santa Brígida (TI Semi-Árido Nordeste II);</p> <p>Juazeiro (TI Sertão do São Francisco);</p> <p>Caetitê, Guanambi e Livramento de Nossa Senhora (TI Sertão Produtivo);</p>	<p>1, 2, 3, 4, 5, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36</p>	<p>Potencial para valorização ou preservação do patrimônio construído de valor histórico, artístico e arquitetônico, e consequentemente, para o fortalecimento da identidade local. A identidade local/regional é fortemente influenciada pelos bens materiais representativos da história e cultura do lugar. Portanto, sua valorização e preservação devem ser simbioticamente consideradas nas políticas públicas.</p> <p>Potencial para articulação do patrimônio local existente com a ação de instituições ligadas à cultura e à educação. As instituições locais ligadas à cultura e educação estão entre as entidades preferenciais para manutenção e administração do patrimônio material, tendo em vista a convergência de atuação e funções.</p> <p>Potencial para atração de visitantes. O turismo cultural, patrimonial e acadêmico se configura em oportunidades efetivas para o desenvolvimento socioeconômico local/regional.</p>	<p>Ausência de recursos mais expressivos orientados para a proteção do patrimônio, o que limita o alcance das medidas protetivas, levando por vezes a danos irreversíveis.</p> <p>Ausência de sustentabilidade financeira na gestão ou utilização do patrimônio material existente. Esse fato se deve à reduzida profissionalização da gestão e à desarticulação do patrimônio em relação às estratégias de desenvolvimento socioeconômico.</p> <p>Ausência de legislação específica, de controle do uso do solo e de conscientização para a preservação patrimonial, ocasionando maior desconformação da morfologia urbana tradicional e depredação patrimonial, em decorrência da pressão imobiliária e da ocupação desordenada do solo.</p> <p>Inexistência de educação patrimonial, incipiência na conscientização cultural e desarticulação do patrimônio em relação ao contexto sociocultural local contemporâneo, comprometendo sua integridade. Tais situações são extremamente desfavoráveis à preservação do patrimônio material, especialmente a reduzida conscientização por parte da população mais jovem.</p>	<p>Promover a realização de pesquisas e estudos de caráter histórico, artístico e cultural, sobre os bens que compõem o patrimônio local existente.</p> <p>Implantar ou consolidar centro de referência histórica, artística e cultural, com porte e estrutura adequados à importância do patrimônio local existente, em articulação com as instituições ligadas à cultura e à educação.</p> <p>Ampliar o volume de recursos orientados para a identificação, recuperação e conservação do patrimônio histórico, artístico e arquitetônico, adequando-os às demandas reais.</p> <p>Implantar legislação específica para controle, fiscalização e proteção do patrimônio material.</p> <p>Implantar adequação dos usos de cada bem tombado (edificação, monumento etc.) no contexto cultural onde se insere, bem como a sustentabilidade econômico-financeira na gestão do patrimônio.</p> <p>Elaborar ou atualizar Plano Diretor Urbano, com vistas à: criação de parâmetros de níveis de proteção; compatibilização do uso do solo e das novas edificações com as características e potencialidades do patrimônio arquitetônico, maximizando as condições de sustentabilidade; respeito aos padrões estruturais e volumétricos em intervenções nas áreas históricas e seu entorno imediato.</p> <p>Implantar campanhas educativas de educação patrimonial e consciência cultural junto à população local.</p> <p>Promover a articulação do patrimônio local existente com instituições ligadas à cultura e à educação, considerando o contexto sociocultural.</p>

(Continua)



ASPECTO: PATRIMÔNIO MATERIAL					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Município(s) onde ocorre(m) o(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) o(s) critério(s)	Fator(es) que potencializa(m) a preservação do patrimônio histórico-cultural	Fator(es) que impede(m) ou limita(m) a preservação do patrimônio histórico-cultural	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) referentes à preservação do patrimônio histórico-cultural
Presença de bem tombado pela União (IPHAN) ou pelo Estado (IPAC) (continuação)	<p>Monte Santo e Serrinha (TI Sisal);</p> <p>Milagres (TI Vale do Jiquiriçá);</p> <p>Oliveira dos Brejinhos (TI Velho Chico);</p> <p>Licínio de Almeida e Vitória da Conquista (TI Vitória da Conquista).</p>	1, 2, 3, 4, 5, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36	<p>Potencial para valorização ou preservação do patrimônio construído de valor histórico, artístico e arquitetônico, e consequentemente, para o fortalecimento da identidade local. A identidade local/regional é fortemente influenciada pelos bens materiais representativos da história e cultura do lugar. Portanto, sua valorização e preservação devem ser simbioticamente consideradas nas políticas públicas.</p> <p>Potencial para articulação do patrimônio local existente com a ação de instituições ligadas à cultura e à educação. As instituições locais ligadas à cultura e educação estão entre as entidades preferenciais para manutenção e administração do patrimônio material, tendo em vista a convergência de atuação e funções.</p> <p>Potencial para atração de visitantes. O turismo cultural, patrimonial e acadêmico se configura em oportunidades efetivas para o desenvolvimento socioeconômico local/regional.</p>	<p>Ausência de recursos mais expressivos orientados para a proteção do patrimônio, o que limita o alcance das medidas protetivas, levando por vezes a danos irreversíveis.</p> <p>Ausência de sustentabilidade financeira na gestão ou utilização do patrimônio material existente. Esse fato se deve à reduzida profissionalização da gestão e à desarticulação do patrimônio em relação às estratégias de desenvolvimento socioeconômico.</p> <p>Ausência de legislação específica, de controle do uso do solo e de conscientização para a preservação patrimonial, ocasionando maior desconformação da morfologia urbana tradicional e depredação patrimonial, em decorrência da pressão imobiliária e da ocupação desordenada do solo.</p> <p>Inexistência de educação patrimonial, incipiência na conscientização cultural e desarticulação do patrimônio em relação ao contexto sociocultural local contemporâneo, comprometendo sua integridade. Tais situações são extremamente desfavoráveis à preservação do patrimônio material, especialmente a reduzida conscientização por parte da população mais jovem.</p>	<p>Promover a realização de pesquisas e estudos de caráter histórico, artístico e cultural, sobre os bens que compõem o patrimônio local existente.</p> <p>Implantar ou consolidar centro de referência histórica, artística e cultural, com porte e estrutura adequados à importância do patrimônio local existente, em articulação com as instituições ligadas à cultura e à educação.</p> <p>Ampliar o volume de recursos orientados para a identificação, recuperação e conservação do patrimônio histórico, artístico e arquitetônico, adequando-os às demandas reais.</p> <p>Implantar legislação específica para controle, fiscalização e proteção do patrimônio material.</p> <p>Implantar adequação dos usos de cada bem tombado (edificação, monumento etc.) no contexto cultural onde se insere, bem como a sustentabilidade econômico-financeira na gestão do patrimônio.</p> <p>Elaborar ou atualizar Plano Diretor Urbano, com vistas à: criação de parâmetros de níveis de proteção; compatibilização do uso do solo e das novas edificações com as características e potencialidades do patrimônio arquitetônico, maximizando as condições de sustentabilidade; respeito aos padrões estruturais e volumétricos em intervenções nas áreas históricas e seu entorno imediato.</p> <p>Implantar campanhas educativas de educação patrimonial e consciência cultural junto à população local.</p> <p>Promover a articulação do patrimônio local existente com instituições ligadas à cultura e à educação, considerando o contexto sociocultural.</p>

(Continua)

ASPECTO: PATRIMÔNIO MATERIAL					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Município(s) onde ocorre(m) o(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) o(s) critério(s)	Fator(es) que potencializa(m) a preservação do patrimônio histórico-cultural	Fator(es) que impede(m) ou limita(m) a preservação do patrimônio histórico-cultural	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) referentes à preservação do patrimônio histórico-cultural
Ausência de bem tombado pela União (IPHAN) ou pelo Estado (IPAC)	<p>Baixa Grande, Capela do Alto Alegre, Gavião, Ipirá, Mairi, Nova Fátima, Pé de Serra, Pintadas, Quixabeira, Riachão do Jacuípe, São José do Jacuípe, Serra Preta, Várzea da Roça e Várzea do Poço (TI Bacia do Jacuípe);</p> <p>Boquira, Botuporã, Caturama, Ibipitanga, Paramirim, Rio do Pires e Tanque Novo (TI Bacia do Paramirim);</p> <p>Brejolândia, Canápolis, Cocos, Correntina, Jaborandi, Santa Maria da Vitória, Santana, São Félix do Coribe, Serra Dourada e Tabocas do Brejo Velho (TI Bacia do Rio Corrente);</p> <p>Angical, Baianópolis, Buritirama, Catolândia, Cotegipe, Cristópolis, Formosa do Rio Preto, Luís Eduardo Magalhães, Mansidão, Riachão das Neves, Santa Rita de Cássia, São Desidério e Wanderley (TI Bacia do Rio Grande);</p> <p>Camamu, Gandu, Ibirapitanga, Igrapiúna, Ituberá, Nilo Peçanha, Pirai do Norte, Presidente Tancredo Neves, Taperoá, Teolândia e Wenceslau Guimarães (TI Baixo Sul);</p> <p>Abaíra, Barra da Estiva, Boninal, Bonito, Ibiocoara, Ibitiara, Iramaia, Itaeté, Jussiape, Marcionílio Souza, Nova Redenção, Novo Horizonte, Souto Soares e Utinga (TI Chapada Diamantina);</p> <p>Belmonte, Eunápolis, Guaratinga, Itabela, Itagimirim e Itapebi (TI Costa do Descobrimento);</p> <p>Alcobaça, Caravelas, Ibirapuã, Itanhém, Jucuruçu, Lajedão, Medeiros Neto, Mucuri, Nova Viçosa, Prado, Teixeira de Freitas e Vereda (TI Extremo Sul);</p> <p>América Dourada, Barro Alto, Cafarnaum, Central, Gentio do Ouro, Ibipeba, Ibititá, Ipupiara, Irecê, João Dourado, Jussara, Lapão, Mulungu do Morro, Presidente Dutra, São Gabriel e Uibaí (TI Irecê);</p> <p>Abaré, Chorrochó, Glória, Macururé e Rodelas (TI Itaparica);</p> <p>Acajutiba, Aporá, Araças, Aramari, Cardeal da Silva, Catu, Entre Rios, Inhambupe, Itanagra, Jandaíra, Olindina, Ouriçangas, Pedrão, Pojuca, Rio Real e Sátiro Dias (TI Litoral Norte e Agreste Baiano);</p> <p>Almadina, Arataca, Aurelino Leal, Barro Preto, Buerarema, Camacan, Canavieiras, Coaraci, Floresta Azul, Ibicaraí, Itabuna, Itaju do Colônia, Itajuípe, Itapé, Itapitanga, Jussari, Maraú, Mascote, Pau Brasil, Santa Luzia, São José da Vitória, Ubaitaba, Una e Uruçuca (TI Litoral Sul);</p>	Todas	<p>Potencial para realização de estudos para identificação de patrimônio relevante, passível de tombamento. Tendo em vista a ausência de tombamento no município, embora haja registro (no <i>Censo Cultural da Bahia</i>) da presença de bem representativo da história e cultura local, torna-se fundamental a realização dos referidos estudos, com vistas a evitar a deterioração do patrimônio.</p> <p>Potencial para fortalecimento da identidade local a partir da identificação e registro oficial de bens representativos da história e cultura do local. A identidade local/regional é fortemente influenciada pelos bens materiais representativos da história e cultura do lugar.</p>	<p>Alta vulnerabilidade dos bens que possuem relevância histórica, artística e cultural, mas que ainda não se encontram tombados pela União ou pelo Estado. O desconhecimento desses bens por parte dos órgãos de tombamento e salvaguarda patrimonial amplia sua vulnerabilidade, podendo levar a danos irreversíveis.</p> <p>Ausência de recursos mais expressivos orientados para a proteção do patrimônio, o que limita o alcance das medidas protetivas, levando por vezes a danos irreversíveis.</p> <p>Ausência de legislação específica, de controle do uso do solo e de conscientização para a preservação patrimonial, ocasionando maior desconfiguração da morfologia urbana tradicional e depredação patrimonial, em decorrência da pressão imobiliária e da ocupação desordenada do solo.</p> <p>Desarticulação com o contexto sociocultural local contemporâneo. Tal situação é desfavorável à preservação do patrimônio, tendo em vista seu reduzido reconhecimento por parte da população, especialmente os mais jovens.</p>	<p>Realizar estudos para identificação de patrimônio relevante, com vistas ao tombamento pelo Estado ou pela União.</p> <p>Ampliar o volume de recursos orientados para a identificação, recuperação e conservação do patrimônio histórico, artístico e arquitetônico, adequando-os às demandas reais.</p> <p>Implantar legislação específica para controle, fiscalização e proteção do patrimônio material.</p> <p>Implantar campanhas educativas de educação patrimonial e consciência cultural junto à população local.</p> <p>Promover a articulação do patrimônio local existente com instituições ligadas à cultura e à educação, considerando o contexto sociocultural.</p>

(Continua)



ASPECTO: PATRIMÔNIO MATERIAL					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Município(s) onde ocorre(m) o(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) o(s) critério(s)	Fator(es) que potencializa(m) a preservação do patrimônio histórico-cultural	Fator(es) que impede(m) ou limita(m) a preservação do patrimônio histórico-cultural	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) referentes à preservação do patrimônio histórico-cultural
Ausência de bem tombado pela União (IPHAN) ou pelo Estado (IPAC) (continuação)	<p>Aiquara, Apuarema, Barra do Rocha, Boa Nova, Dário Meira, Gongogi, Ibirataia, Ipiaú, Itagi, Itagibá, Itamarí, Jequié, Jitaúna, Nova Ibiá e Ubatã (TI Médio Rio de Contas);</p> <p>Caatiba, Firmino Alves, Ibicuí, Iguaiá, Itambé, Itarantim, Itororó, Macarani, Maiquinique, Nova Canaã, Potiraguá e Santa Cruz da Vitória (TI Médio Sudoeste da Bahia);</p> <p>Caém, Capim Grosso, Miguel Calmon, Mirangaba, Ourolândia, Saúde, Serrolândia e Várzea Nova (TI Piemonte da Diamantina);</p> <p>Boa Vista do Tupim, Ibiquera, Itatim, Lajedinho, Macajuba, Mundo Novo, Piritiba e Tapiramutá (TI Piemonte do Paraguai);</p> <p>Andorinha, Antônio Gonçalves, Caldeirão Grande, Filadélfia, Jaguarari, Pindobaçu, Ponto Novo e Senhor do Bonfim (TI Piemonte Norte do Itapicuru);</p> <p>Água Fria, Amélia Rodrigues, Anguera, Antônio Cardoso, Conceição do Jacuípe, Coração de Maria, Ipecaetá, Santa Bárbara, Santanópolis, Santo Estêvão, São Gonçalo dos Campos, Tanquinho e Terra Nova (TI Portal do Sertão);</p> <p>Cabaceiras do Paraguai, Conceição do Almeida, Dom Macedo Costa, Governador Mangabeira, Muniz Ferreira, Muritiba, Santo Antônio de Jesus, São Felipe, Sapeaçu e Varzedo (TI Recôncavo);</p> <p>Dias d'Ávila, Madre de Deus, Salinas da Margarida e Simões Filho (TI Região Metropolitana de Salvador);</p> <p>Ajustina, Antas, Banzaê, Cícero Dantas, Coronel João Sá, Euclides da Cunha, Fátima, Heliópolis, Jeremoabo, Nova Soure, Novo Triunfo, Paripiranga, Pedro Alexandre, Ribeira do Amparo, Ribeira do Pombal e Sítio do Quinto (TI Semi-Árido Nordeste II);</p> <p>Campo Alegre de Lourdes, Canudos, Casa Nova, Curaçá, Pilão Arcado, Remanso, Sento Sé, Sobradinho e Uauá (TI Sertão do São Francisco);</p> <p>Brumado, Caculé, Candiba, Contendas do Sincorá, Dom Basílio, Ibiassucê, Ituaçu, Iuiú, Lagoa Real, Malhada de Pedras, Palmas de Monte Alto, Pindaí, Rio do Antônio, Sebastião Laranjeiras, Tanhaçu e Urandi (TI Sertão Produtivo);</p>	Todas	<p>Potencial para realização de estudos para identificação de patrimônio relevante, passível de tombamento. Tendo em vista a ausência de tombamento no município, embora haja registro (no <i>Censo Cultural da Bahia</i>) da presença de bem representativo da história e cultura local, torna-se fundamental a realização dos referidos estudos, com vistas a evitar a deterioração do patrimônio.</p> <p>Potencial para fortalecimento da identidade local a partir da identificação e registro oficial de bens representativos da história e cultura do local. A identidade local/regional é fortemente influenciada pelos bens materiais representativos da história e cultura do lugar.</p>	<p>Alta vulnerabilidade dos bens que possuem relevância histórica, artística e cultural, mas que ainda não se encontram tombados pela União ou pelo Estado. O desconhecimento desses bens por parte dos órgãos de tombamento e salvaguarda patrimonial amplia sua vulnerabilidade, podendo levar a danos irreversíveis.</p> <p>Ausência de recursos mais expressivos orientados para a proteção do patrimônio, o que limita o alcance das medidas protetivas, levando por vezes a danos irreversíveis.</p> <p>Ausência de legislação específica, de controle do uso do solo e de conscientização para a preservação patrimonial, ocasionando maior desconfiguração da morfologia urbana tradicional e depredação patrimonial, em decorrência da pressão imobiliária e da ocupação desordenada do solo.</p> <p>Desarticulação com o contexto sociocultural local contemporâneo. Tal situação é desfavorável à preservação do patrimônio, tendo em vista seu reduzido reconhecimento por parte da população, especialmente os mais jovens.</p>	<p>Realizar estudos para identificação de patrimônio relevante, com vistas ao tombamento pelo Estado ou pela União.</p> <p>Ampliar o volume de recursos orientados para a identificação, recuperação e conservação do patrimônio histórico, artístico e arquitetônico, adequando-os às demandas reais.</p> <p>Implantar legislação específica para controle, fiscalização e proteção do patrimônio material.</p> <p>Implantar campanhas educativas de educação patrimonial e consciência cultural junto à população local.</p> <p>Promover a articulação do patrimônio local existente com instituições ligadas à cultura e à educação, considerando o contexto sociocultural.</p>

(Continua)

ASPECTO: PATRIMÔNIO MATERIAL					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Município(s) onde ocorre(m) o(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) o(s) critério(s)	Fator(es) que potencializa(m) a preservação do patrimônio histórico-cultural	Fator(es) que impede(m) ou limita(m) a preservação do patrimônio histórico-cultural	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) referentes à preservação do patrimônio histórico-cultural
Ausência de bem tombado pela União (IPHAN) ou pelo Estado (IPAC) (continuação)	<p>Araci, Barrocas, Biritinga, Candeal, Cansação, Conceição do Coité, Ichu, Itiúba, Lamarão, Nordestina, Queimadas, Quijingue, Retirolândia, Santaluz, São Domingos, Teofilândia, Tucano e Valente (TI Sisal);</p> <p>Amargosa, Brejões, Cravolândia, Elísio Medrado, Irajuba, Itaquara, Itiruçu, Jaguaquara, Jiquiriçá, Lafaiete Coutinho, Laje, Lajedo do Tabocal, Maracás, Mutuípe, Nova Itarana, Planaltino, Santa Inês, São Miguel das Matas e Ubaíra (TI Vale do Jiquiriçá);</p> <p>Barra, Bom Jesus da Lapa, Brotas de Macaúbas, Carinhanha, Feira da Mata, Ibotirama, Igaporã, Malhada, Matina, Morpará, Muquém de São Francisco, Paratinga, Riacho de Santana, Serra do Ramalho e Sítio do Mato (TI Velho Chico);</p> <p>Anagé, Aracatu, Barra do Choça, Belo Campo, Bom Jesus da Serra, Caetanos, Cândido Sales, Caraíbas, Condeúba, Cordeiros, Encruzilhada, Guajeru, Jacaraci, Maetinga, Mirante, Mortugaba, Piripá, Planalto, Poções, Presidente Jânio Quadros, Ribeirão do Largo e Tremedal (TI Vitória da Conquista).</p>	Todas	<p>Potencial para realização de estudos para identificação de patrimônio relevante, passível de tombamento. Tendo em vista a ausência de tombamento no município, embora haja registro (no <i>Censo Cultural da Bahia</i>) da presença de bem representativo da história e cultura local, torna-se fundamental a realização dos referidos estudos, com vistas a evitar a deterioração do patrimônio.</p> <p>Potencial para fortalecimento da identidade local a partir da identificação e registro oficial de bens representativos da história e cultura do local. A identidade local/regional é fortemente influenciada pelos bens materiais representativos da história e cultura do lugar.</p>	<p>Alta vulnerabilidade dos bens que possuem relevância histórica, artística e cultural, mas que ainda não se encontram tombados pela União ou pelo Estado. O desconhecimento desses bens por parte dos órgãos de tombamento e salvaguarda patrimonial amplia sua vulnerabilidade, podendo levar a danos irreversíveis.</p> <p>Ausência de recursos mais expressivos orientados para a proteção do patrimônio, o que limita o alcance das medidas protetivas, levando por vezes a danos irreversíveis.</p> <p>Ausência de legislação específica, de controle do uso do solo e de conscientização para a preservação patrimonial, ocasionando maior desconformação da morfologia urbana tradicional e depredação patrimonial, em decorrência da pressão imobiliária e da ocupação desordenada do solo.</p> <p>Desarticulação com o contexto sociocultural local contemporâneo. Tal situação é desfavorável à preservação do patrimônio, tendo em vista seu reduzido reconhecimento por parte da população, especialmente os mais jovens.</p>	<p>Realizar estudos para identificação de patrimônio relevante, com vistas ao tombamento pelo Estado ou pela União.</p> <p>Ampliar o volume de recursos orientados para a identificação, recuperação e conservação do patrimônio histórico, artístico e arquitetônico, adequando-os às demandas reais.</p> <p>Implantar legislação específica para controle, fiscalização e proteção do patrimônio material.</p> <p>Implantar campanhas educativas de educação patrimonial e consciência cultural junto à população local.</p> <p>Promover a articulação do patrimônio local existente com instituições ligadas à cultura e à educação, considerando o contexto sociocultural.</p>

Fonte: Elaboração Consórcio Geohidro-Sondotécnica, 2013

**Quadro 25 – Síntese de potencialidades, limitações e recomendações referentes ao tema Patrimônio Histórico-Cultural: Patrimônio Arqueológico**

ASPECTO: PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Município(s) onde ocorre(m) o(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) o(s) critério(s)	Fator(es) que potencializa(m) a preservação do patrimônio histórico-cultural	Fator(es) que impede(m) ou limita(m) a preservação do patrimônio histórico-cultural	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) referentes à preservação do patrimônio histórico -cultural
Registro oficial da existência de sítio(s) arqueológico(s)	<p>Macaúbas, Paramirim e Tanque Novo (TI Bacia do Paramirim);</p> <p>Santa Maria da Vitória (TI Bacia do Rio Corrente);</p> <p>Camamu, Igrapiúna e Jaguaripe (TI Baixo Sul);</p> <p>Andaraí, Iraquara, Jussiape, Lençóis, Morro do Chapéu, Mucugê, Palmeiras, Piatã, Rio de Contas e Seabra (TI Chapada Diamantina);</p> <p>Itapebi, Porto Seguro e Santa Cruz Cabrália (TI Costa do Descobrimento);</p> <p>Ibirapuã, Itamaraju, Mucuri, Nova Viçosa e Vereda (TI Extremo Sul);</p> <p>Barra do Mendes, Cafarnaum, Canarana, Central, Gentio do Ouro, Ibipeba, Ibititá, Ipuiara, Irecê, Itaguaçu da Bahia, Jussara, Lapão, Mulungu do Morro, Presidente Dutra, São Gabriel e Uibaí (TI Irecê);</p> <p>Paulo Afonso (TI Itaparica);</p> <p>Mata de São João (TI Litoral Norte e Agreste Baiano);</p> <p>Ilhéus, Itacaré, Marau e Santa Luzia (TI Litoral Sul);</p> <p>Ipiaú e Manoel Vitorino (TI Médio Rio de Contas);</p> <p>Jacobina, Mirangaba, Saúde, Umburanas e Várzea Nova (TI Piemonte da Diamantina);</p> <p>Santa Teresinha (TI Piemonte do Paraguaçu);</p> <p>Campo Formoso (TI Piemonte Norte do Itapicuru);</p> <p>Conceição da Feira (TI Portal do Sertão);</p> <p>Cachoeira, Cruz das Almas, Nazaré, Santo Amaro, São Félix e São Sebastião do Passé (TI Recôncavo);</p> <p>Itaparica e Vera Cruz (TI Região Metropolitana de Salvador);</p> <p>Santa Brígida (TI Semi-Árido Nordeste II);</p> <p>Canudos, Casa Nova, Curaçá, Juazeiro, Sento Sé e Sobradinho (TI Sertão do São Francisco);</p> <p>Caetitê, Dom Basílio, Guanambi, Ituaçu, Iuiú, Livramento de Nossa Senhora, Palmas de Monte Alto e Sebastião Laranjeiras (TI Sertão Produtivo);</p>	2, 3, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 35, 36	<p>Alto potencial para realização de pesquisas ou estudos visando à identificação, catalogação, classificação e incorporação em programa de preservação do patrimônio arqueológico da Bahia.</p> <p>Potencial para criação de centro local ou regional de referência em arqueologia. Nesse caso, devem ser priorizados os municípios que possuam características relevantes para tanto, como: alta concentração de sítios, localização centralizada na região, estrutura de ensino adequada a essa finalidade e relevância na rede urbana regional.</p> <p>Potencial para valorização ou preservação do patrimônio arqueológico, e conseqüentemente, para o fortalecimento da identidade local e da memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira. A identidade local/regional é simbolicamente e ancestralmente influenciada pelos sítios arqueológicos. Portanto, sua valorização e preservação devem ser simbioticamente consideradas nas políticas públicas.</p> <p>Potencial para articulação do patrimônio local existente com a ação de instituições ligadas à história, cultura e educação. As instituições locais ligadas a cultura e educação estão entre as entidades preferenciais para manutenção e administração do patrimônio arqueológico, tendo em vista a convergência de atuação e funções.</p> <p>Potencial para atração de visitantes e, conseqüentemente, para entrada de recursos ligados ao turismo no município. O turismo cultural, patrimonial e acadêmico se configura em oportunidades efetivas para o desenvolvimento socioeconômico local/regional.</p>	<p>Insuficiência de ações voltadas para realização de inventário (estudos, catalogação e classificação) sobre o grande universo de sítios arqueológicos da Bahia.</p> <p>Reduzido número de profissionais que atuam diretamente com o patrimônio arqueológico na Bahia.</p> <p>Escassez de recursos voltados à identificação e à preservação do patrimônio arqueológico.</p> <p>Ausência de uma política de preservação por parte dos órgãos públicos setoriais; bem como ausência de política pública e programa específico de preservação e gestão social do patrimônio arqueológico. Esse fato é extremamente desfavorável à integração de ações públicas e privadas, com vistas ao reconhecimento e à preservação do patrimônio arqueológico.</p> <p>Grande parte dos sítios arqueológicos da Bahia está situada em áreas-foco de desenvolvimento de atividades produtivas com potencial de poluição e degradação ambiental, especialmente a extração de produtos minerais, obras de infraestrutura (rodovias, barragens, parque eólico etc.) e grandes empreendimentos agropecuários, turísticos e urbanísticos, levando por vezes a danos irreversíveis.</p> <p>Baixo reconhecimento dos sítios arqueológicos por parte da população em geral, muitas vezes levando à degradação por vandalismo ou manejos rurais tradicionais inadequados (queimadas, desmatamento, pequenas pedreiras clandestinas, ação de caçadores etc.).</p>	<p>Apoiar o cumprimento efetivo da legislação federal vigente, que impõe atividades de prospecção arqueológica prévias a qualquer obra e atividade que implique a transformação do solo.</p> <p>Implantar Programa de Comunicação e Educação Patrimonial, visando articular o conhecimento existente produzido pela arqueologia com os saberes populares e modos de vida locais.</p> <p>Implantar medidas com vistas a ampliar o conhecimento sobre os sítios arqueológicos registrados (escavações, pesquisas, instalação de estrutura para visitação etc.), bem como a identificar, mapear e inventariar sítios ainda não reconhecidos.</p> <p>Implantar medidas com vistas a ampliar a proteção dos sítios arqueológicos e dos ambientes vizinhos que condicionam sua preservação.</p> <p>Priorizar a identificação e preservação dos sítios pré-coloniais, devido sua vital importância para construção histórica do processo de ocupação humana do território e de formação das identidades brasileiras.</p> <p>Criar Centros de Referência Arqueológica* em articulação com instituições de ensino, especialmente de formação superior, e agências de turismo local ou regional, nos municípios com densa presença de sítios e com estrutura institucional adequada para tanto, priorizando as seguintes regiões: Recôncavo Baiano, Litoral Sul, Chapada Diamantina, Vale do São Francisco e Oeste.</p>

(Continua)

ASPECTO: PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Município(s) onde ocorre(m) o(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) o(s) critério(s)	Fator(es) que potencializa(m) a preservação do patrimônio histórico-cultural	Fator(es) que impede(m) ou limita(m) a preservação do patrimônio histórico-cultural	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) referentes à preservação do patrimônio histórico-cultural
Registro oficial da existência de sítio(s) arqueológico(s) (continuação)	Monte Santo (TI Sisal); Milagres (TI Vale do Jiquiriçá); Brotas de Macaúbas, Feira da Mata, Malhada, Oliveira dos Brejinhos e Serra do Ramalho (TI Velho Chico); Licínio de Almeida (TI Vitória da Conquista).	2, 3, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 35, 36	<p>Alto potencial para realização de pesquisas ou estudos visando à identificação, catalogação, classificação e incorporação em programa de preservação do patrimônio arqueológico da Bahia.</p> <p>Potencial para criação de centro local ou regional de referência em arqueologia. Nesse caso, devem ser priorizados os municípios que possuam características relevantes para tanto, como: alta concentração de sítios, localização centralizada na região, estrutura de ensino adequada a essa finalidade e relevância na rede urbana regional.</p> <p>Potencial para valorização ou preservação do patrimônio arqueológico, e conseqüentemente, para o fortalecimento da identidade local e da memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira. A identidade local/regional é simbolicamente e ancestralmente influenciada pelos sítios arqueológicos. Portanto, sua valorização e preservação devem ser simbioticamente consideradas nas políticas públicas.</p> <p>Potencial para articulação do patrimônio local existente com a ação de instituições ligadas à história, cultura e educação. As instituições locais ligadas a cultura e educação estão entre as entidades preferenciais para manutenção e administração do patrimônio arqueológico, tendo em vista a convergência de atuação e funções.</p> <p>Potencial para atração de visitantes e, conseqüentemente, para entrada de recursos ligados ao turismo no município. O turismo cultural, patrimonial e acadêmico se configura em oportunidades efetivas para o desenvolvimento socioeconômico local/regional.</p>	<p>Insuficiência de ações voltadas para realização de inventário (estudos, catalogação e classificação) sobre o grande universo de sítios arqueológicos da Bahia.</p> <p>Reduzido número de profissionais que atuam diretamente com o patrimônio arqueológico na Bahia.</p> <p>Escassez de recursos voltados à identificação e à preservação do patrimônio arqueológico.</p> <p>Ausência de uma política de preservação por parte dos órgãos públicos setoriais; bem como ausência de política pública e programa específico de preservação e gestão social do patrimônio arqueológico. Esse fato é extremamente desfavorável à integração de ações públicas e privadas, com vistas ao reconhecimento e à preservação do patrimônio arqueológico.</p> <p>Grande parte dos sítios arqueológicos da Bahia está situada em áreas-foco de desenvolvimento de atividades produtivas com potencial de poluição e degradação ambiental, especialmente a extração de produtos minerais, obras de infraestrutura (rodovias, barragens, parque eólico etc.) e grandes empreendimentos agropecuários, turísticos e urbanísticos, levando por vezes a danos irreversíveis.</p> <p>Baixo reconhecimento dos sítios arqueológicos por parte da população em geral, muitas vezes levando à degradação por vandalismo ou manejos rurais tradicionais inadequados (queimadas, desmatamento, pequenas pedreiras clandestinas, ação de caçadores etc.).</p>	<p>Apoiar o cumprimento efetivo da legislação federal vigente, que impõe atividades de prospecção arqueológica prévias a qualquer obra e atividade que implique a transformação do solo.</p> <p>Implantar Programa de Comunicação e Educação Patrimonial, visando articular o conhecimento existente produzido pela arqueologia com os saberes populares e modos de vida locais.</p> <p>Implantar medidas com vistas a ampliar o conhecimento sobre os sítios arqueológicos registrados (escavações, pesquisas, instalação de estrutura para visitação etc.), bem como a identificar, mapear e inventariar sítios ainda não reconhecidos.</p> <p>Implantar medidas com vistas a ampliar a proteção dos sítios arqueológicos e dos ambientes vizinhos que condicionam sua preservação.</p> <p>Priorizar a identificação e preservação dos sítios pré-coloniais, devido sua vital importância para construção histórica do processo de ocupação humana do território e de formação das identidades brasileiras.</p> <p>Criar Centros de Referência Arqueológica* em articulação com instituições de ensino, especialmente de formação superior, e agências de turismo local ou regional, nos municípios com densa presença de sítios e com estrutura institucional adequada para tanto, priorizando as seguintes regiões: Recôncavo Baiano, Litoral Sul, Chapada Diamantina, Vale do São Francisco e Oeste.</p>

Fonte: Elaboração Consórcio Geohidro-Sondotécnica, 2013





A reflexão sobre os resultados apresentados nos Quadro 23, Quadro 24 e Quadro 25 permite afirmar que, com maior ou menor relevância, existem manifestações culturais e instituições afins em todos os municípios da Bahia. Portanto, considera-se que as potencialidades, limitações e recomendações relacionadas ao **patrimônio imaterial** podem ser aplicadas a todos os municípios, e suas respectivas diretrizes devem ser adotadas como Diretrizes Gerais para todo o Estado.

De acordo com o *Censo Cultural da Bahia*, considera-se como ocorrência de manifestações culturais e instituições relacionadas ao setor cultural, a presença de:

- Artesãos;
- Artistas;
- Conjuntos musicais (bandas, filarmônicas, fanfarras, corais, etc.);
- Grupos folclóricos (reizados, tropeiros, troças carnavalescas, chegança, burrinha, bumba meu boi, bonecos, pau de fita, quadrilhas de São João etc.);
- Grupos de teatro, dança, capoeira;
- Escritores;
- Poetas;
- Manifestações socioculturais (rituais indígenas do toré, da jurema e do umbu, terreiros de candomblé, umbanda, jarê, maculelê, rezadeiras/benedeiras, raizeiros, puxada de rede, bata do feijão, reizados, tropeiros, troças carnavalescas, nazaro, chegança, burrinha, bumba meu boi, bonecos, pau de fita, quadrilhas de São João, etc.);
- Associações culturais entre outros.

Alguns exemplos importantes de patrimônio imaterial são:

- A produção oleira do distrito de Maragogipinho, situado no município de Aratuípe, e considerado o maior pólo produtor de cerâmica da América Latina, contando um conjunto de mais de sessenta olarias;
- O conhecimento tradicional sobre construção naval, atividade de importância destacada em lugares como Valença e Cajarba (distrito situado no município de Camamu);
- A cultura associada à produção cacaueteira na região de Ilhéus e Itabuna, que inclusive estimulou uma densa produção literária e cinematográfica;
- Os elementos da cultura indígena e africana, que influenciam nossos hábitos, linguagem, culinária, religiosidade e comportamento, além de batizarem uma série de lugares, plantas e animais;
- Os elementos da cultura sertaneja, associada às figuras do vaqueiro e do tropeiro, à produção pecuária e de artefatos de couro, ao rio São Francisco e seus barqueiros e ribeirinhos, ao cangaço e à literatura de cordel, notadamente no interior (sertão e oeste) do estado, que também motivaram uma relevante produção literária, musical e cinematográfica; os traços culturais do garimpo de diamante e ouro na Chapada Diamantina; e
- As festividades constantes do calendário religioso, como o carnaval, as festas juninas, lavagens e romarias.

A ocorrência de **patrimônio imaterial** está relacionada ao **potencial** de:

- Valorização e fortalecimento da identidade cultural;
- Elevação da autoestima da população local;
- Ampliação de oportunidades de desenvolvimento social e econômico por meio de atividades ligadas à cultura (indústria criativa); e
- Conservação da diversidade e peculiaridade das expressões culturais do estado da Bahia.

Por outro lado, as limitações decorrem do fato de que, em geral, os grupos e associações atuantes nas manifestações são estruturalmente dependentes do apoio financeiro dos organismos públicos e organizações não-governamentais. Além disso, também são **limitações** importantes referentes ao **patrimônio imaterial**:

- Insuficiência de equipamentos culturais (teatros, cinemas, museus, etc.) e estruturas de organização e logística;
- Ausência de informações sistematizadas, estruturas profissionais sistemáticas de gestão, divulgação e marketing, e assistência técnica para criação de produtos com linguagem regional; e
- Influência da mídia, do turismo de massa e da urbanização acelerada na descaracterização da identidade cultural.

De acordo com a publicação *Panorama Cultural da Bahia Contemporânea*:

Outros que sofrem com esse processo são os trabalhadores rurais, desalojados de suas terras e atividades, que vêm sendo obrigados a migrar para as periferias dos povoados e cidades, onde sofrem várias compulsões sócio-econômicas. Também, ao deixarem de viver em comunidades rurais, suas expressões culturais e folgadas se desarticulam, inclusive porque muitos dos brincantes não mais convivem no mesmo espaço e o tempo urbano não é compatível com o tempo rural e seus marcadores culturais (...) Já nas áreas que mantiveram seus perfis mais tradicionais – agricultura e pecuária-, ainda que modernizados, as comunidades, por não terem vivenciado a desarticulação de forma tão radical, conseguem manter as manifestações e estruturas culturais mais estáveis e tradicionais (SEI, 2012, p. 294).

Considerando a estratégia de otimizar o aproveitamento das potencialidades e reduzir os efeitos negativos das limitações ao desenvolvimento, são indicadas **recomendações gerais** com vistas a:

- Valorizar e promover as diversas manifestações tradicionais e contemporâneas que compõem o Patrimônio Imaterial do município/região/estado (folclore, culinária, artesanato, música, dança, literatura, etc.);
- Apoiar e fortalecer o calendário de festas populares tradicionais, mantendo/recuperando seus aspectos matriciais como fator de preservação da autenticidade; e
- Estimular/fomentar as manifestações culturais populares, visando à ampliação de oportunidades de desenvolvimento de pequenos empreendimentos e geração de renda, à valorização da identidade cultural local e regional, favorecendo o “produto cultural Bahia”, e ao reforço da cidadania e das dinâmicas culturais (locais e regionais).

Com relação ao **patrimônio material**, a presença de bens representativos (tombados e não tombados) da cultura e da história de cada município, conforme o *Censo Cultural da Bahia*, se refere à existência de: prédios públicos ou particulares, monumentos, igrejas, teatros e logradouros diversos que, por seu valor histórico, arquitetônico ou paisagístico, desempenham papel importante na vida sociocultural do município. Nesse caso, consta do referido censo que em todos os municípios do estado há presença de um ou mais bens com relevância histórica e cultural.

Por outro lado, os inventários de tombamento do IPHAN e do IPAC juntos não cobrem todo esse patrimônio registrado no censo, mas apenas bens situados em cerca de 75 municípios da Bahia, o que significa que em 342 municípios não há tombamento oficial (União ou Estado) de bens representativos.

Destaca-se, como patrimônio material do estado da Bahia, as igrejas, casas, monumentos e conjuntos urbanos, marcadamente de influência portuguesa, situados nos núcleos originais de cidades como: Salvador, Cachoeira, Porto Seguro e Santa Cruz Cabrália. De fato, a concentração de tombamento patrimonial ocorre preferencialmente nas áreas litorâneas que remontam os primórdios da colonização do Brasil, embora existam também importantes bens tombados na Chapada Diamantina, a exemplo: núcleo original da cidade de Lençóis, da Vila de Igatu, situada no município de Andaraí, e da Vila do Ventura, situada no município de Morro do Chapéu. Outro exemplo de patrimônio construído no interior do estado, refere-se ao núcleo original da cidade de Caetitê, do início do século XIX, erguida por determinação do Império Português.

As **potencialidades** relacionadas ao **patrimônio material** constante de tombamento, se referem a:

- Valorização e preservação do patrimônio construído de valor histórico-cultural, artístico e arquitetônico, e conseqüentemente, ao fortalecimento da identidade local;
- Articulação do patrimônio local existente com a ação de instituições ligadas a cultura e educação; e
- Atração de visitantes.

De fato, conforme a publicação *Panorama Cultural da Bahia Contemporânea*:

(...) permanece ainda largamente inexplorado o potencial (...) em matéria de turismo cultural/patrimonial, que tem em cidades como Cairu e Jaguaripe grandes centros potenciais de atração de visitantes, dadas sua antiguidade histórica, beleza de sua arquitetura e caráter pitoresco de seus centros históricos, que parecem mesmo evocar os tempos primeiros da colonização (SEI, 2012, p. 65).

Já nos municípios com patrimônio não constante de tombamento, há potencial para:

- Realização de estudos com vistas à identificação de bem/patrimônio relevante, passível de tombamento;
- Fortalecimento da identidade local.

As **limitações** do **patrimônio material** constante de tombamento se referem à:

- Ausência de recursos mais expressivos orientados para a proteção do patrimônio, o que limita o alcance das medidas protetivas, levando por vezes a danos irreversíveis;
- Ausência de sustentabilidade financeira na gestão/utilização do patrimônio material existente;
- Ausência de legislação específica, de controle do uso do solo e de conscientização para a preservação patrimonial, ocasionando maior ou menor desconfiguração da morfologia urbana tradicional e depredação patrimonial, em decorrência da pressão imobiliária e da ocupação desordenada do solo; e
- Inexistência de Educação Patrimonial, incipiência na conscientização cultural e desarticulação do patrimônio em relação ao contexto sociocultural local contemporâneo, comprometendo sua integridade.

Em municípios com patrimônio não constante de tombamento, além das limitações já citadas, destaca-se:

- Alta vulnerabilidade dos bens que possuem relevância histórica, artística e cultural, mas que ainda não se encontram tombados pela União ou Estado.

Considerando as potencialidades e limitações decorrentes da existência de **patrimônio material tombado**, foram definidas **recomendações** visando compatibilizá-las, dentre as quais destacam-se:

- Implantar e/ou consolidar centro de referência histórica, artística e cultural, com porte e estrutura adequados à importância do patrimônio local existente, em articulação com as instituições ligadas a cultura e educação;



- Ampliar o volume de recursos orientados para a identificação, recuperação e conservação do patrimônio histórico, artístico e arquitetônico, adequando-os às demandas reais;
- Implantar legislação específica para controle, fiscalização e proteção do patrimônio material;
- Implementar adequação dos usos de cada bem tombado (edificação, monumento, etc.) no contexto cultural onde se insere, bem como a sustentabilidade econômico-financeira na gestão do patrimônio;
- Elaborar ou atualizar o Plano Diretor Urbano do município em questão, com vistas à definição de parâmetros para os níveis de proteção de cada bem tombado (ou conjunto de bens); à compatibilização do uso do solo e das novas edificações com as características do patrimônio arquitetônico, maximizando as condições de sustentabilidade; e à manutenção dos padrões estruturais e volumétricos quando das intervenções nas áreas históricas e seu entorno imediato; e
- Implementar campanhas educativas de Educação Patrimonial e consciência cultural junto à população local.

Para os municípios onde não há presença de tombamento, além das recomendações relacionadas anteriormente, podemos destacar:

- Realizar estudos para identificação de patrimônio relevante, com vistas ao tombamento pelo Estado ou União; e
- Ampliar o volume de recursos orientados para a identificação, recuperação e conservação do patrimônio histórico, artístico e arquitetônico, adequando-os às demandas reais.

De acordo com o *Programa Bahia Arqueológica*, há significativa diversidade no **patrimônio arqueológico** existente no estado da Bahia, especialmente em relação ao contexto histórico, aos grupos humanos envolvidos, à localização e ao tipo de sítio arqueológico. Mesmo considerando que atualmente apenas cerca de 10% deste patrimônio está registrado, é possível observar o grande número de sítios arqueológicos distribuídos por todo o território estadual.

Esses sítios são classificados conforme seu contexto histórico, podendo ser:

- Pré-coloniais, anteriores à chegada dos colonizadores europeus;
- Coloniais, durante o período colonial; e
- Pós-coloniais, a partir da independência do Brasil até o início do século XX.

Conforme o *Diagnóstico do Patrimônio Arqueológico* deste ZEE Bahia, os sítios arqueológicos apresentados nesse trabalho estão classificados em função da sua vinculação a populações pretéritas que habitaram o território que hoje conforma o estado baiano — em momentos anteriores, concomitantes ou posteriores à chegada dos colonizadores portugueses. Esta periodização leva em conta os efeitos radicalmente transformadores da colonização, a interrupção da dinâmica dos processos sociais entre os diferentes grupos étnicos indígenas, a introdução de novas tecnologias, de espécies vegetais e animais e, sobretudo, de uma maneira de perceber e se apropriar da natureza.

Os sítios pré-coloniais se referem aos grupos humanos que habitaram essas terras há milhares de anos e podem ser configurados como:

- Arte rupestre, pinturas ancestrais em cavernas, grutas, abrigos e afloramentos rochosos, realizadas por grupos de caçadores-coletores que habitaram extensas terras no interior do território, especialmente na Chapada Diamantina, Vale do São Francisco, oeste baiano e espalhadas por todo o semiárido, em sítios com grande variedade de estilos pictóricos e temáticos;
- Sambaquis, locais ritualísticos erguidos a partir de grandes acúmulos de conchas de moluscos, onde são encontrados vestígios de artefatos e fósseis relacionados ao resultado da ação deliberada dos grupos de caçadores-coletores que habitaram extensas faixas do litoral brasileiro e nas planícies fluviomarinhas, onde são encontrados vestígios de utensílios, artefatos e fósseis;
- Líticos, que representam artefatos e utensílios de pedra produzidos por diferentes grupos humanos;
- Cerâmicos das tradições Aratu e Tupi, caracterizados pela presença de urnas funerárias e outros artefatos elaborados em cerâmica por grupos humanos de horticultores-ceramistas constituídos em grandes aldeias, em período mais recentes, embora anteriores ao período colonial, que habitaram extensas áreas em todas as regiões do estado, principalmente no litoral.

Já os sítios coloniais e pós-coloniais se referem principalmente a vestígios de construções erguidas durante esses respectivos períodos históricos, como: capelas, igrejas, casas, conjuntos urbanos, quilombos, fontes, engenhos, fortificações, instalações portuárias, dentre outros. De maneira geral, tais sítios arqueológicos estão associados aos núcleos urbanos das primeiras instalações portuguesas, sejam: Salvador, Ilhéus, Porto Seguro e Santa Cruz Cabrália, e as antigas missões jesuíticas de Olivença, Trancoso, Arraial d’Ajuda, Vale Verde, entre muitas outras. Existem também remanescentes de unidades residenciais produtivas, feitorias e engenhos de açúcar, especialmente no Recôncavo Baiano.

Ressalta-se que a diferenciação entre patrimônio arqueológico e patrimônio material, reside no fato de que o patrimônio arqueológico se refere a vestígios de artefatos ou ruínas de construções que já não são utilizadas com as finalidades originais, e o patrimônio material se refere a artefatos e construções em condições de utilização com as finalidades originais.

De antemão, para um maior entendimento e como forma de complementar o presente trabalho com mais detalhes sobre o tema, sugere-se a leitura do *Diagnóstico do Patrimônio Arqueológico* do ZEE Bahia, elaborado pelos próprios coordenadores

do *Programa Bahia Arqueológica*. Ainda assim, destacam-se como municípios de maior concentração de sítios registrados (pré-coloniais, coloniais e pós-coloniais):

- Jaguaripe, com 129 sítios arqueológicos, sendo 75 coloniais, 35 sítios de contato e 19 pré-coloniais;
- Sento Sé, com 59;
- Serra do Ramalho, com 49;
- Jacobina, com 48;
- Cachoeira, com 39;
- Porto Seguro, com 37;
- Rio de Contas, com 25;
- Mata de São João, com 18; e
- Camamu, com 17.

Destacam-se as seguintes **potencialidades** relacionadas ao **patrimônio arqueológico**:

- Realização de pesquisas e estudos visando à identificação, catalogação, classificação e incorporação em programa de preservação do patrimônio arqueológico da Bahia;
- Valorização e preservação do patrimônio arqueológico, e consequentemente, fortalecimento da identidade local e da memória dos diferentes grupos formadores da sociedade baiana e brasileira;
- Atração de visitantes e, consequentemente, entrada de recursos no município e desenvolvimento comunitário.

Dentre as **limitações** associadas ao **patrimônio arqueológico**, destacam-se:

- Insuficiência na realização de inventário (estudos, catalogação e classificação) sobre o grande universo de sítios arqueológicos da Bahia e na quantidade de profissionais que atuam diretamente com o patrimônio arqueológico na Bahia;
- Escassez de recursos voltados à identificação e preservação do patrimônio arqueológico;
- Ausência de política pública e programa específico de preservação e gestão social do patrimônio arqueológico;
- Baixo reconhecimento dos sítios arqueológicos por parte da população em geral, muitas vezes levando à degradação por vandalismo ou manejos rurais tradicionais inadequados (queimadas, desmatamento, pequenas pedreiras clandestinas, ação de caçadores, etc.).

Além do exposto, ressalta-se que grande parte dos sítios arqueológicos da Bahia está situada em áreas-foco de desenvolvimento de atividades produtivas com potencial de poluição e degradação ambiental, especialmente a extração de produtos minerais, obras de infraestrutura (rodovias, barragens, parque eólico, etc.) e grandes empreendimentos agropecuários, turísticos e urbanísticos, levando por vezes a danos irreversíveis desse patrimônio. Tal situação configura a alta vulnerabilidade a que estão expostos os sítios, especialmente aqueles ainda não registrados. De acordo com o *Diagnóstico do Patrimônio Arqueológico*, pelos motivos citados, é extremamente importante que tais locais sejam identificados e valorizados no contexto do planejamento territorial, para que possam ser efetivamente preservados e amplamente reconhecidos pelas populações vizinhas, em particular, e por toda a sociedade, em geral.

Com o objetivo de melhor aproveitar as potencialidades e minimizar os riscos de degradação desse patrimônio, foram definidas as seguintes **recomendações**:

- Apoiar o cumprimento efetivo da legislação federal vigente, que impõe atividades de prospecção arqueológica prévias a qualquer obra e atividade que implique a transformação do solo;
- Criar e implantar Programa de Comunicação e Educação Patrimonial, visando articular o conhecimento existente produzido pela arqueologia com os saberes populares e modos de vida locais;
- Implementar medidas e ações com vistas a ampliar o conhecimento sobre os sítios arqueológicos registrados (escavações, pesquisas, instalação de estrutura para visitação, etc.), bem como a identificar, mapear e inventariar sítios ainda não reconhecidos;
- Implementar medidas e ações com vistas a ampliar a proteção dos sítios arqueológicos e dos ambientes vizinhos que condicionam sua preservação;
- Criar Centros de Referência Arqueológica em articulação com instituições de ensino, especialmente de formação superior, e agências de turismo local/regional, nos municípios com densa presença de sítios e com estrutura institucional adequada para tanto, priorizando as seguintes regiões: Recôncavo Baiano, Litoral Sul, Chapada Diamantina, Vale do São Francisco e Oeste.

O Centro de Referência Arqueológica consiste em um espaço utilizado por equipes de pesquisas de diferentes instituições públicas e privadas, para desenvolver todo o trabalho de laboratório, correspondente ao estudo e análise dos materiais coletados em campo, servindo, inclusive, como local de guarda do acervo constituído. Destina-se, também, à realização de cursos, palestras e seminários, além de abrigar uma exposição permanente, apresentando imagens e conteúdos direcionados para o patrimônio arqueológico da região. Por outro lado, esse local pode ser um centro de convergência de informações, aonde as pessoas poderão não somente levar dados sobre sítios ou materiais arqueológicos encontrados incidentalmente, mas, sobretudo, procurar informações sobre o patrimônio arqueológico de cada uma das três regiões propostas.

O Programa de Educação Patrimonial tem como premissas: a concepção do patrimônio como “fonte primária de conhecimento”, onde o indivíduo (dentro de uma coletividade) tem contato direto com os bens culturais, num processo contínuo

de descoberta; e o desenvolvimento de um processo de conhecimento, reconhecimento, apropriação e valorização da sua herança cultural.

A proposta desse programa é realizar um trabalho contínuo de educação patrimonial junto às comunidades localizadas próximas aos sítios arqueológicos. São pessoas que já convivem no seu dia-a-dia com os vestígios materiais de grupos humanos já extintos, mas, na maioria das vezes, desconhecem a importância desses objetos para a reconstrução histórica e da identidade cultural dessa sociedade do passado. O programa ressalta ainda o aspecto preservacionista desse programa educativo, observando que a maior parte dos moradores próxima aos sítios desconhece a legislação brasileira, que classifica os sítios e os materiais arqueológicos como patrimônio nacional e prevê punições para quem os destrua. Portanto, todas as ações educacionais propostas para este Programa consideram o patrimônio arqueológico com referência.

O Programa prevê as atividades realizadas em 7 etapas:

- 1) Seleção das comunidades;
- 2) Apresentação do Programa;
- 3) Visita a um sítio arqueológico;
- 4) Realização de um Seminário;
- 5) Realização das Oficinas Arqueológicas;
- 6) Seminário nacional intitulado “Pesquisa, Preservação e Gestão de sítios arqueológicos; e
- 7) Conclusão do Programa, com elaboração de medidas e ações preservacionistas aplicadas aos sítios arqueológicos de cada localidade.

Destaca-se ainda, as seguintes ações fundamentais para preservação dos sítios arqueológicos:

- Mapeamento de Sítios Arqueológicos

O mapeamento consiste na localização e documentação sistemática de sítios arqueológicos dentro de uma área previamente delimitada, ou seja, todas as informações sobre os locais com vestígios ficarão georreferenciadas. Para isso é necessária mobilidade de um veículo com tração; o uso de aparelhos de sistema de posicionamento global via satélite (GPS); máquinas fotográficas e pesquisadores de campo experientes.

- Escavações Arqueológicas

O programa de escavações inicia-se com a seleção de sítios para realizar as intervenções. O sítio escolhido é tratado de modo mais intensivo para a recuperação de uma quantidade maior de artefatos e informações. Desta forma, os sedimentos são cuidadosamente removidos do local e os contextos vestigiais descobertos são observados, registrados e analisados. Para isso, é necessário o emprego de técnicos de campo e de operários para manejarem as ferramentas de escavação.

Destaca-se ainda neste ZEE-BA a necessidade em priorizar a identificação e preservação dos sítios pré-coloniais, devido a sua vital importância na construção histórica do processo de ocupação humana do território e de formação das identidades brasileiras, por serem os únicos vestígios de que se dispõe para a reconstrução do que for possível da vida social dos grupos indígenas pré-coloniais. Ressalta-se, portanto, conforme afirmado no Diagnóstico do Patrimônio Arqueológico, que a desaparecimento desses sítios significa a perda total da possibilidade de identificar essa rica e complexa história.

## 8. SOCIAL

### 8.1. Vulnerabilidade Social

Neste capítulo é apresentada a apreensão e aplicação das zonas proximais nas tipologias de Vulnerabilidade Social, a partir da análise do desempenho de indicadores dimensionais de qualidade de vida, condição econômica e condição de vida. Esta abordagem das zonas proximais buscou complementar e qualificar o conteúdo do Diagnóstico da Vulnerabilidade Social (ver Volume 4 – Diagnóstico da Vulnerabilidade Natural e Social) para uma aplicação propositiva, necessária ao ZEE-BA, indicando de forma mais precisa o conjunto de potencialidades, limitações e recomendações para cada município.

O *Estudo de zonas proximais nas tipologias de vulnerabilidade social*, elaborado no âmbito do ZEE-BA enquanto estudo de tema complementar, foi desenvolvido para subsidiar o processo de potencialidades e limitações e com finalidade compreender como cada município se comporta através das variáveis selecionadas para o estudo da vulnerabilidade social.

Para melhor compreensão do estudo das zonas proximais dos indicadores dimensionais, optou-se por rerepresentar a metodologia adotada para definição dos tipos de Vulnerabilidade Social, posto que foram a base de análise do comportamento dos municípios. A análise das variáveis elencadas para o estudo da vulnerabilidade social por município no estado da Bahia mostra que existem congruências no que se refere às altas privações vivenciadas pela maioria da população, tanto no que concernem as limitações econômicas, quanto às consequências advindas da insuficiência de políticas públicas efetivas nas últimas décadas. É, também, notável a existência de diferenças regionais e locais que diferem um município de outro quanto as suas privações.

O estudo das zonas proximais teve por objetivo localizar prioridades e indicar caminhos para se agir diante da grande demanda por ações na área social no estado da Bahia. Nesta perspectiva, a metodologia trabalhada para se diferenciar os tipos de vulnerabilidade social por município e os resultados e reflexões alcançados através desta, se desdobraram nas indicações das limitações e potencialidades e, posteriormente, nas recomendações e diretrizes para o combate à vulnerabilidade social numa perspectiva de desenvolvimento sustentável.

### 8.2. Metodologia

#### 3.2.1 Conceitos adotados para obtenção dos tipos de vulnerabilidade social

##### Vulnerabilidade Social – O Conceito

De acordo com Katzman (1999), as situações de vulnerabilidade social devem ser analisadas a partir da existência ou não de ativos disponíveis e capazes de enfrentar determinadas situações de risco. Logo, a vulnerabilidade refere-se à maior ou menor capacidade de controlar as forças que afetam seu bem-estar, ou seja, a posse ou controle de ativos que constituem os recursos requeridos para o aproveitamento das oportunidades ou a superação de crises propiciadas pelo Estado, mercado ou sociedade.

Ainda em relação ao conceito de vulnerabilidade social, Castel (1997) afirma que esta é uma zona intermediária instável que conjuga a precariedade do trabalho e a fragilidade dos suportes de proximidade. O autor afirma que os estudos sobre vulnerabilidade social, especialmente os que se aplicam à realidade dos países menos desenvolvidos, estão associados também à ideia de risco frente ao desemprego, à precariedade do trabalho, à pobreza e à falta de proteção social.

O conceito de vulnerabilidade social interpretado para a realidade baiana foi tratado pela Associação Voluntários para o Serviço Internacional (AVSI – Nordeste) em 2001, ao afirmar que esta se relaciona diretamente com a insegurança de uma família, e não apenas pela sua carência. Assim, a vulnerabilidade social aumenta ou diminui à medida que o patrimônio da família se recompõe ou degenera. Tal patrimônio estaria relacionado com a moradia, o trabalho, a educação, a saúde, a renda, a organização comunitária e as relações familiares.

Segundo Paraguassu (2003), os indivíduos, grupos, classes e regiões mais vulneráveis são aqueles que se encontram com considerável nível de exposição a perturbações, possuindo limitada capacidade de mitigação, sofrendo mais com os impactos causados por crises socioeconômicas ou ambientais e, finalmente, com reduzida capacidade de recuperação após as crises.

É importante considerar que a categoria de análise vulnerabilidade social vem sendo utilizada com frequência como ferramenta em trabalhos de pesquisa e planejamento. Como exemplos significativos têm-se os estudos do Centro de Estudos da Metrópole (CEM) e Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap) em conjunto com a Secretaria de Assistência Social do Município de São Paulo (SAS/PMSP) e, na Bahia, os da Companhia de Desenvolvimento Urbano (Conder). O primeiro teve como resultado o “Mapa de Vulnerabilidade Social e do Déficit de Atenção a Crianças e Adolescentes no Município de São Paulo” cujo objetivo era detectar as diferentes condições de carências sociais por meio da análise da distribuição da estrutura socioeconômica no espaço urbano, tomando por base os dados do Questionário Básico do Censo Demográfico (IBGE, 2000). Já, o estudo da Conder, que adequou a metodologia paulista à realidade baiana, utilizou-se do mapeamento da vulnerabilidade social para a seleção de áreas a serem contempladas por programas de infraestrutura urbana e outros projetos sociais.

Para este trabalho, o conceito de vulnerabilidade social representa a suscetibilidade da população frente à diversidade da ação governamental, relacionada à implantação de infraestrutura e serviços e sua própria deficiência enquanto grupo nos aspectos socioeconômicos, tais como organização social, violência, pobreza e baixa instrução.

Como método, a vulnerabilidade social foi tratada a partir de tipos. Isto é, tipologias que se constituem como resultados da combinação de variáveis que expressam os Indicadores Dimensionais de Condição de Vida, de Qualidade de Vida e de Condição Econômica da população baiana. Assim, os resultados de desempenho do Indicador Dimensional de Qualidade de Vida para 2010, por exemplo, foram apresentados com suas variações entre suficiente, mediano e insuficiente. Tais desempenhos serão agrupados com os dos outros dois indicadores dimensionais (Condição de Vida e Condição Econômica) para se chegar aos tipos de vulnerabilidade social existentes no estado da Bahia. Além disso, as variáveis que mais se modificaram foram destacadas integradamente como as potencialidades e limitações encontradas a partir de tais variações para as escalas das macrorregiões (Cerrado, Recôncavo-RMS, Litoral Sul, Litoral Norte e Semiárido), dos Territórios de Identidade e do estado da Bahia.

##### Indicador Dimensional Qualidade de Vida

O conceito de *Qualidade de Vida*, adotado neste trabalho, fundamenta-se em um conjunto de variáveis que determinam a abrangência da infraestrutura habitacional e atendimento social, as quais se refletem ao provimento de requisitos convenientes a uma vida humana saudável. Este conceito foi adotado a partir da demanda apresentada pelo Termo de Referência e apoiado no Índice de Qualidade de Vida Urbana de Belo Horizonte (Koga, 2003).

No Brasil, alguns estudos dedicaram-se a questão do nível de qualidade de vida. Em destaque para Silva *et al.* (2004), que elaboraram o índice de qualidade de vida, e para Fernandes *et al.* (2005), que criaram o Índice Relativo de Qualidade de Vida Brasileiro.

Herculano (1998) afirma que muitos estudos sobre indicadores enfatizam a sua utilidade para a formulação de política nacional e de acordos internacionais, entretanto, os pontos indicativos de qualidade de vida devem ser desagregados, mensurados, sobretudo a partir do local, pela identificação de microespaços minimamente homogêneos. Um índice de qualidade de vida contribui para orientar políticas de desenvolvimento local.

Nesse intuito, para alcançar uma leitura capaz de verificar a qualidade de vida nos municípios do estado da Bahia, foram utilizadas as variáveis analíticas de infraestrutura habitacional e atendimento social. Tais variáveis foram selecionadas segundo critério de disponibilidade de dados para todos os municípios baianos e de capacidade de caracterização e localização das regiões com maior ou menor qualidade de vida. No Quadro 26 constam as variáveis analíticas utilizadas para aferir o Indicador Dimensional de Qualidade de Vida. **Quadro 26** – Variáveis analíticas do Indicador Dimensional Qualidade de Vida.

VARIÁVEIS ANALÍTICAS	INDICADORES
Atendimento Social	Habitantes de 3 a 29 anos por unidade escolar
	Número de famílias por equipe do PSF
Infraestrutura Habitacional	Domicílios com água em rede
	Domicílios com sanitário
	Domicílios com lixo coletado
	Domicílios com rede de esgoto
	Percentual de oferta de energia
	Déficit habitacional

Fonte: Consórcio Geohidro-Sondotécnica, 2013.

##### Indicador Dimensional Condição de vida



A *Condição de Vida* trata da capacidade humana de responder a determinada situação extrema, considerando-se a exposição a situações de difícil solução. Por exemplo, uma pessoa com baixa instrução, ou, analfabeta funcional, inserida num município onde a esperança de vida ao nascer é baixa, a mortalidade infantil é alta e o número de famílias inseridas na linha da pobreza ou miséria é também alta, possui dificuldades quase insuperáveis para dar encaminhamento suficiente aos problemas que surgem no decorrer de sua vida.

Dessa forma, o Indicador Dimensional de Condição de Vida se caracteriza e se diferencia utilizando-se das principais nuances da realidade familiar e social em contraste com o que é proporcionado pelo Estado e pelo meio, com o objetivo de se ter vida longa e saudável, instrução e capacidade de desenvolvimento humano e, por fim, um padrão de vida suficiente.

É importante destacar que se considerou como aspecto representativo da condição de vida, a capacidade de resposta da população aos problemas e dificuldades vivenciadas. Infelizmente, não existe um levantamento sistemático quanto à quantidade e, principalmente, à qualidade das representações sociais por município.

Para viabilizar os estudos quanto às organizações sociais, consideraram-se os dados sistematizados e monitorados pelo Grupo de Pesquisa GeografAR que trabalha de forma quantitativa e qualitativa a dinâmica dos movimentos sociais vinculados à luta na e pela terra.

Consideraram-se os dados como representativos porque a Bahia se constitui num estado de grandes proporções com boa parte de seus municípios caracterizados pela elevada concentração de terras. A população rural empobrecida e sem perspectivas, sobrevive diante das dificuldades do trabalho rural ou, como acontece com frequência, evade para os centros urbanos em busca de renda e oportunidade. Neste contexto, movimentos de trabalhadores rurais se mobilizam tentando modificar esta tendência, buscando fixar as pessoas no campo. Esses processos são importantes porque acabam por formar cidadãos que questionam a sociedade e buscam mudar sua realidade por meio de ações organizadas. Independentemente do grau de instrução ou renda, as pessoas que têm a capacidade de lutar por seus interesses, possui maior potencial de enfrentar situações adversas, sendo assim, menos vulneráveis do que as que se comportam passivamente diante da conjuntura em que vivem. É por este aspecto que, para o presente trabalho, o sistema social organizado é tratado como uma variável da condição de vida.

Analisar a organização social, com dados deficitários para o conjunto dos municípios desvinculando a das variáveis de condição de vida, pode ser considerado, metodologicamente, um equívoco para a análise da vulnerabilidade social na Bahia. Como indicação para estudos futuros, torna-se indispensável um levantamento com posterior monitoramento dos dados quanto às organizações sociais urbanas e rurais para os municípios do estado da Bahia. Desta forma, seria possível um estudo analítico independente do tema. Porém, para a realidade que se vive e, principalmente, por não desconsiderar a grande importância do tema, este estudo foi realizado por meio da realidade rural.

Apesar da limitação dos estudos em relação às organizações sociais urbanas, dentre as quais se destacam as associações de bairro, os sindicatos, partidos políticos, movimentos por moradia, entidades que defendem o meio ambiente e os direitos humanos, associações estudantis e culturais, grupos de defesa dos direitos da mulher, da criança, de animais e de luta contra discriminações raciais, religiosas e de opções sexuais, dentre outras, não se deve deixar de considerar os estudos já sistematizados para as organizações rurais.

Como procedimento de análise do Indicador Dimensional de Condição de Vida, foram utilizadas as variáveis analíticas de exclusão social que consiste na mensuração de condicionantes da privação. O Quadro 27 mostra as variáveis analíticas do Indicador Dimensional Condição de Vida, selecionadas de forma a responder à demanda proposta e, principalmente, por estarem disponíveis em base de dados passível de atualizações e construções de séries históricas.

**Quadro 27** – Variáveis analíticas do Indicador Dimensional Condição de Vida.

VARIÁVEIS ANALÍTICAS	INDICADORES
Exclusão Social	Óbito por causa externa
	Mortalidade infantil
	Nº de crianças de 0 a 4 anos
	Esperança de vida ao nascer
	Nº de analfabetos maiores de 15 anos
	Nº de pessoas com renda abaixo da linha da Miséria
	Gravidez na adolescência
	Densidade domiciliar

Fonte: Consórcio Geohidro-Sondotécnica, 2013.

#### Indicador Dimensional Condição Econômica

A *Condição Econômica* foi analisada na perspectiva de dar sustentação a tipologias de vulnerabilidade social. Assim, o desempenho econômico é compreendido, nesta leitura de vulnerabilidade social, mediante seu reatamento na qualidade e condição de vida da população.

Considerando-se que a Bahia é um estado que possui grandes disparidades socioeconômicas, é importante que se busquem e identifiquem situações onde o desenvolvimento seja baseado na sustentabilidade, e apoiado nas oportunidades de diminuir as desigualdades. Do contrário, perpetua-se a realidade baiana, onde poucos possuem muito e a maioria vive em situação precária, sem perspectivas de desenvolvimento social. Existem dezenas de municípios baianos com população inferior a 20 mil habitantes que podem apresentar altos índices de sustentabilidade, com número relativamente pequeno de famílias de trabalhadores. Sua produção é diretamente encaminhada para o exterior. Em contrapartida, há municípios populosos nos quais a economia, baseada no agronegócio e na mineração, não resulta em benefícios para o conjunto amplo da sociedade.

O Indicador Dimensional de Condição Econômica trabalha com a diversificação dos setores da economia, com a avaliação da concentração de renda e terra, com o Produto Interno Bruto (PIB) *per capita*, com renda *per capita*, com a População Economicamente Ativa (PEA), com a tendência demográfica e, com a receita que o município possui para dar resposta às demandas de gestão. A análise conjunta desses dados, na perspectiva social é sustentada por Santos (1982), que afirma que a totalidade do espaço é constituída e influenciada pelas instâncias econômica, política, institucional e cultural. Assim, não é possível analisar e compreender a vulnerabilidade social de forma isolada, sem compreender a dinâmica econômica de um município ou região.

É importante destacar a dificuldade em se considerar para este estudo a dinâmica das economias informais, tais como a dos profissionais autônomos, artesãos, agricultores de excedentes etc. Esses, segundo Santos (2008), compõem os circuitos inferiores da economia em países subdesenvolvidos, sendo importantes para o conjunto da sociedade, porém, ainda, para o Estado, são invisíveis já que não foi possível estabelecer uma metodologia eficiente e abrangente para mensurá-los.

O Quadro 28 mostra as variáveis analíticas utilizadas para analisar a condição econômica na perspectiva da vulnerabilidade social. Agrupando-as, foi possível fazer reflexões sobre capacidade de gestão, trabalho, produção, renda, estrutura fundiária e população.

**Quadro 28** – Variáveis analíticas do Indicador Dimensional Condição Econômica.

VARIÁVEIS ANALÍTICAS	INDICADORES
Capacidade de gestão	Orçamento municipal <i>per capita</i>
	Percentual de recursos próprios municipais
Trabalho	Percentual do PEA em relação à população
Produção	Diversificação da economia – PIB Setorial
	Relação PIB <i>per capita</i>
Renda	Renda <i>per capita</i>
	Concentração de renda – Índice de Gini
Terras	Concentração de terras – Índice de Gini
População	Dinâmica populacional

Fonte: Consórcio Geohidro-Sondotécnica, 2013.

### 3.2.2 Referencial Metodológico

Da seleção de variáveis até as tipologias de vulnerabilidade social, opções metodológicas foram feitas sempre levando em conta o Termo de Referência; as experiências de outros estados que já realizaram este estudo; os trabalhos já realizados sobre o tema pelo Consórcio Geohidro-Sondotécnica e estudos acadêmicos. Assim sendo, os resultados apresentados sobre o fenômeno da vulnerabilidade social na Bahia constitui o aprofundamento de análises já iniciadas e, a adequação de metodologias, visando à maior compreensão do tema.

Para tanto, deve ser esclarecido que, para a construção do método de estudo descrito anteriormente, considerou-se o cálculo dos índices de vulnerabilidade social, de condição de vida e de qualidade de vida trabalhados no Primeiro Relatório Básico (2010) e o estudo sobre socioeconomia entregue no Segundo Relatório Básico (2012). A metodologia de atribuição de pontos ao desempenho dos municípios, referenciada no primeiro relatório com as necessárias adequações, assim como a de se criar indicadores dimensionais e tipologias, teve como referência o trabalho de Favareto.

Apresentam-se a seguir as diretrizes adotadas para a organização do banco de dados e a formulação de um conjunto de tipologias que sintetizam a vulnerabilidade social do Estado da Bahia, por município, das cinco macrorregiões e dos territórios de identidade:

- trabalhar com os indicadores dimensionais sintéticos de Condição de Vida, Qualidade de Vida e Condição

Econômica, priorizando o contraste de desempenhos por meio da elaboração de tipologias e agrupamentos de municípios, territórios e macrorregiões;

- no que diz respeito ao indicador dimensional Qualidade de Vida, buscar variáveis representativas no que tange à disponibilização e o acesso à infraestrutura urbana e de serviços;
- quanto ao Indicador Dimensional Condição de Vida, buscou-se trabalhar variáveis operacionalizáveis e disponíveis que pudessem expressar um conjunto de capacidades necessárias à participação na vida social e ao exercício de liberdades individuais;
- em relação ao Indicador Dimensional Condição Econômica, buscaram-se os dados que pudessem compor uma interpretação viável quanto à leitura de seu conjunto no reatamento à vulnerabilidade social, e
- utilizar bases de dados atualizáveis e de domínio público, de forma a facilitar a inserção de novos dados comparativos sempre que houver a produção de novas séries históricas. A maioria dos dados tem como fonte o Censo 2010.

A partir destas diretrizes, organizou-se um banco de dados para todos os municípios da Bahia, com as seguintes características:

- as unidades mínimas de análise são os municípios;
- ao todo foram selecionadas 29 variáveis, divididas pelos três indicadores dimensionais, conforme representado no Quadro 29.

**Quadro 29** – Lista das variáveis analíticas que compõem o banco de dados de vulnerabilidade social, organizadas por indicador dimensional.

INDICADORES DIMENSIONAIS	VARIÁVEIS ANALÍTICAS	INDICADORES	
Indicador Dimensional Qualidade de Vida	Atendimento Social	Habitantes de 3 a 29 anos por unidade escolar	
		Famílias por equipe do PSF	
	Infraestrutura Habitacional	Domicílios com água em rede	
		Domicílios com Sanitário	
		Domicílios com lixo coletado	
		Domicílios com rede de esgoto	
		Percentual de oferta de energia	
		Déficit habitacional	
	Indicador Dimensional Condição de Vida	Exclusão Social	Óbito por causa externa
			Mortalidade infantil
Nº de criança de 0 a 4 anos			
Esperança de vida ao nascer			
Nº de analfabetos maiores de 15 anos			
Nº de pessoas com renda abaixo da linha da miséria			
Gravidez na adolescência			
Densidade domiciliar			
Indicador Dimensional Condição Econômica	Capacidade de Gestão	Orçamento municipal <i>per capita</i>	
		Percentual de recursos próprios municipais	
	Trabalho	Percentual do PEA Relação à população	
		Produção	Diversificação da Economia – PIB setorial
	Relação PIB <i>per capita</i>		
	Renda	Renda <i>per capita</i>	
		Concentração de renda – Índice de Gini	
	Terras	Concentração de terras – Índice de Gini	
	População	Dinâmica populacional	

Fonte: Consórcio Geohidro-Sondotécnica, 2013.

Primeiramente, as variáveis foram analisadas de forma a dar origem aos Indicadores Dimensionais. Posteriormente, o desempenho contrastado dos municípios para cada uma das três dimensões deu origem a uma tipologia de Vulnerabilidade Social com oito combinações possíveis. Aqui buscou-se agrupar os municípios que apresentam bons indicadores de qualidade de vida mas sem igual desempenho em condição de vida e condição econômica, aqueles que apresentam indicadores desfavoráveis de qualidade de vida, mas com bons indicadores de condição de vida e condição econômica, e assim sucessivamente. A representação esquemática desses dois procedimentos pode ser vista no Quadro 30.

**Quadro 30** – Representação dos Indicadores Dimensionais e das tipologias de Vulnerabilidade Social.

INDICADOR DIMENSIONAL QUALIDADE DE VIDA	INDICADOR DIMENSIONAL CONDIÇÃO DE VIDA	INDICADOR DIMENSIONAL CONDIÇÃO ECONÔMICA	TIPO DE VULNERABILIDADE SOCIAL
Suficiente	Suficiente	Suficiente	Tipo 1
Suficiente	Suficiente	Insuficiente ou Mediano	Tipo 2
Suficiente	Insuficiente ou Mediano	Suficiente	Tipo 3
Insuficiente ou Mediano	Suficiente	Suficiente	Tipo 4
Suficiente	Insuficiente ou Mediano	Insuficiente ou Mediano	Tipo 5
Insuficiente ou Mediano	Suficiente	Insuficiente ou Mediano	Tipo 6
Insuficiente ou Mediano	Insuficiente ou Mediano	Suficiente	Tipo 7
Insuficiente	Insuficiente	Insuficiente	Tipo 8

Fonte: Consórcio Geohidro-Sondotécnica, 2013.

Cada variável dos indicadores dimensionais foi trabalhada individualmente, possibilitando criar uma pontuação cujo somatório estabelece um número municipal de referência do indicador dimensional trabalhado.

Para se equiparar as variáveis, atribuíram-se notas proporcionais de 0,1 a 5 ao desempenho de cada município para cada variável. Esta nota se refere ao percentual que o valor da variável municipal apresenta em relação a melhor situação estadual. Por exemplo: a variável população com rendimentos até um quarto do salário mínimo para o município de Abaíra apresenta um percentual de 8,58% (indicado na coluna %XP1) em relação à população total do município. Na melhor situação municipal (Itapetinga) este percentual é de 3,24%. Assim sendo, a pontuação máxima (5) é atribuída a este município e, no caso, Abaíra, recebe uma nota relativa ao quanto atingiu em relação a melhor situação (1,89). Este número é indicado na planilha na coluna NE1.

Com relação às planilhas apresentadas no anexo referente ao presente tema, os cálculos de todas as variáveis para todos os municípios, entende-se que as colunas %XP sempre apresentarão os percentuais do valor da variável indicada por município em relação ao universo total do mesmo. Por outro lado, as colunas NE indicam a pontuação do município em relação a melhor situação municipal do Estado da Bahia. Isto é, a coluna NE indica a nota (entre 0,1 e 5) que o município atingiu em relação a variável indicada.

Assim, os valores contidos nas colunas NEs (ou seja, as notas) foram somados, já com uma equivalência numérica. O somatório alcançado para cada município foi dividido, então, pelo número de variáveis adotadas para cada indicador dimensional. O resultado desta divisão se constitui na nota de referência do indicador dimensional. Para cada município baiano existem três notas de referência, uma para cada indicador dimensional.

Esta metodologia tem o objetivo de buscar a compreensão dos dados selecionados (a partir das variáveis) de forma integrada e sintética, permitindo qualificar a percepção quanto ao desempenho de cada município em relação a cada indicador dimensional como um todo.

Assim sendo, a opção em se atribuir notas para cada indicador dimensional possibilitou a obtenção de tipologias sintéticas da vulnerabilidade social para o estado da Bahia, facilitando de sobremaneira o entendimento para a proposição de recomendações e diretrizes para o ZEE.

Para cada número de referência do indicador dimensional foram calculadas cinco faixas de intervalos padrão entre o valor mínimo e o máximo observado. Uma vez identificada a quantidade de municípios situados em cada uma destas faixas, foram assim classificados:

- municípios com desempenho bastante superior à faixa intermediária;
- municípios com desempenho ligeiramente superior à faixa intermediária;
- municípios com desempenho dentro da faixa intermediária;
- municípios com desempenho ligeiramente inferior à faixa intermediária, e

e) municípios com desempenho bastante inferior à faixa intermediária.

Depois de obtidas as classificações dos números de referência dos indicadores dimensionais, para cada um atribuiu-se a avaliação de desempenho. As faixas enquadradas como bastante superior e superior foram agrupadas com classificação de desempenho suficiente; aquelas enquadradas como ligeiramente inferior e bastante inferior foram classificadas como de desempenho insuficiente, e a faixa intermediária foi classificada como de desempenho mediano.

**Tabela 1** – Desempenho estadual dos indicadores dimensionais.

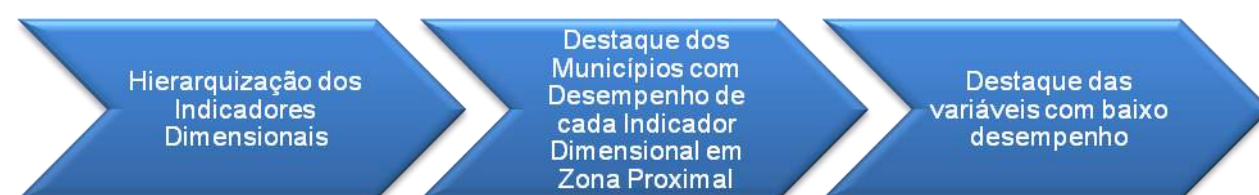
INDICADOR DIMENSIONAL	MÉDIA DA PONTUAÇÃO ESTADUAL	DESEMPENHO
Qualidade de Vida	2,6332	Mediano
Condição de Vida	2,0572	Insuficiente
Condição Econômica	2,3775	Insuficiente

Fonte: Consórcio Geohidro-Sondotécnica, 2013.

A Tabela 1 trabalha com as médias dos três indicadores dimensionais para todo o estado da Bahia, com suas pontuações e avaliações de desempenho conforme o procedimento descrito. Observa-se uma tendência ao desempenho mediano com números variando de 2 e 2,6. Aplicando-se a técnica estatística da quebra natural em cinco faixas de intervalo, obteve-se um desempenho mediano para o indicador dimensional qualidade de vida e insuficiente para os indicadores dimensionais de condição econômica e condição de vida. Isto demonstra o longo percurso a ser feito para alcançar um quadro de baixa vulnerabilidade social, de forma ampla no estado da Bahia, apesar dos programas como Bolsa Família, Luz para Todos, Água para Todos e Minha Casa Minha Vida estarem, notadamente, amenizando a vida da população vulnerável.

### 3.2.3 Metodologia para estudo das zonas proximais dos indicadores dimensionais

A Figura 1 mostra o fluxo do estudo das zonas proximais dos indicadores dimensionais adotada neste trabalho com o objetivo de se obter maior compreensão das diferenças existentes entre os municípios com o mesmo tipo de vulnerabilidade social. Apesar do agrupamento dos municípios pelos tipos propostos de vulnerabilidade social, existem especificidades quanto à demanda de cada um que serão tratadas no enfoque das zonas proximais.



**Figura 1** – Fluxo do estudo das zonas proximais dos indicadores dimensionais

Fonte: Consórcio Geohidro-Sondotécnica, 2013.

Cada um dos itens explicitados na Figura 1 será detalhado para a compreensão da plena da interpretação adotada.

#### a) Hierarquização dos indicadores dimensionais

Como existe uma predominância quanto à precária situação de vulnerabilidade social da população baiana, apesar das melhoras que vem sendo processadas a partir da década de 2000, foi adotado um critério de hierarquização dos indicadores dimensionais. Isto porque do ponto de vista da proposição de recomendações e diretrizes para cada município, buscou-se concentrar no que seria prioritário e emergencial, valendo-se do princípio que os indicadores dimensionais correspondem a diferentes aspectos da vulnerabilidade social e que sobre eles é possível estabelecer relações hierárquicas ou de prioridade. Isto se mostra pertinente porque se entende que seria inviável abordar todos os problemas socioeconômicos de uma só vez.

O Quadro 31 explicita a hierarquização dos indicadores dimensionais. A capacidade de transformação do indicador foi o critério básico adotado para efetuar-se a hierarquização proposta.

**Quadro 31** – Critérios de hierarquização dos indicadores dimensionais.

INDICADOR DIMENSIONAL	HIERARQUIZAÇÃO DA CAPACIDADE DE TRANSFORMAÇÃO	CARACTERÍSTICA BÁSICA
Qualidade de Vida	Primeiro	Como trata das políticas públicas relacionadas à infraestrutura habitacional e ao atendimento social, seus resultados podem ser modificados em curto ou médio prazo, de acordo com a priorização da gestão pública. Dos indicadores dimensionais é o de maior capacidade de transformação.
Condição Econômica	Segundo	Numa visão de conjunto, trata de variáveis que não dependem diretamente da ação do Estado, de modo que, a alteração de seus desempenhos depende de uma dinâmica onde estão envolvidos vários atores sociais, mais ligados à demanda do mercado. Possui capacidade de transformação mediana.
Condição de Vida	Terceiro	O desempenho de suas variáveis se constitui em uma resposta à conjuntura econômica, de infraestrutura e de atendimento social que o município presencia. A transformação de seus resultados depende de um conjunto estrutural de mudanças e demandam um longo espaço de tempo para apresentar resultados.

Fonte: Consórcio Geohidro-Sondotécnica, 2013.

Conforme pode ser observado, a capacidade de transformação da vulnerabilidade social inicia-se pela qualidade de vida. Isto porque investimentos no setor de atendimento social e infraestrutura habitacional rapidamente podem transformar a realidade da população vítima do desempenho baixo nesse indicador dimensional. Assim sendo, a qualidade de vida é considerada uma prioridade, até mesmo por poder repercutir em melhorias a longo e médio prazo no indicador dimensional condição de vida.

A segunda prioridade é a condição econômica, isto é, caso o indicador dimensional qualidade de vida esteja qualificado numa zona de comodidade (termo a ser explicitado no tópico seguinte). A dificuldade das ações neste setor são maiores que as de qualidade de vida, tanto porque não seguem uma lógica de subordinação ao planejamento estatal e tem grande interferência do mercado, quanto pelo prazo de seus efeitos, que podem ser variáveis (de curto, médio ou longo prazo) dependendo do investimento e abrangência (que pode repercutir somente num seguimento da população, por exemplo). O que não se pode deixar de ser considerado é que a condição econômica é um indicador dimensional de grande importância, visto que a grande maioria dos municípios em que seu desempenho é suficiente está em acréscimo populacional, independente de seu porte ou predominância (rural ou urbana).

As variáveis do indicador dimensional de condição de vida só são citadas quando os outros dois indicadores estiverem em zona de comodidade. Isto porque se trata de um indicador de resultados, visto que a ação diretamente vinculada às variáveis pertencem ao espectro dos outros indicadores dimensionais. Cita-se como exemplo que para se combater o analfabetismo é necessário investimento no setor de educação, o qual por sua vez está diretamente ligado ao indicador dimensional de qualidade de vida.

#### b) Zona de desempenho do indicador dimensional

O Quadro 32 descreve, a partir do desempenho dos indicadores dimensionais, a zona que o município se situa e em que isso repercute. Os dados apresentados para a realidade baiana têm pouca variação. Existe, como já mencionado, uma predominância quanto à elevada vulnerabilidade social. Os desvios padrões de cada variável utilizada são baixos e, por isso, dois municípios podem ter tipos diferentes, porém, estar muitos próximos em relação a suas demandas, potencialidades e limitações.

Para se aproximar dessa realidade e possibilitar maior precisão para as recomendações e diretrizes a serem indicadas no ZEE, foram identificadas as zonas em que se situa cada um dos desempenhos dos indicadores dimensionais. Nas zonas de comodidade se localizam os municípios que estão mais distantes das faixas de mudança do desempenho de seu indicador dimensional e, conseqüentemente, de seu tipo de vulnerabilidade social. São estes os desempenhos suficientes, insuficientes e muito insuficientes. Isto porque se houver uma piora do suficiente para o pouco suficiente, por exemplo, não haverá uma mudança de desempenho e de tipo de vulnerabilidade social, segundo a metodologia adotada para tal. Objetivamente, as variáveis pertencentes a indicadores dimensionais cujo desempenho esteja numa zona de comodidade não serão tratados como prioridade, quando suficientes.

**Quadro 32** – Descrição das zonas proximais e de comodidade segundo o desempenho do indicador dimensional.

DESEMPENHO DO INDICADOR DIMENSIONAL	ZONA DO DESEMPENHO DO MUNICÍPIO	DESCRIÇÃO
Suficiente	Zona de comodidade	Município com desempenho fora da zona proximal, estando inserido de forma cômoda a uma situação suficiente quanto ao indicador dimensional e, possivelmente, à tipologia de vulnerabilidade social.



Pouco suficiente	Zona proximal	Município em <b>zona proximal</b> , na iminência a um desempenho inferior no que se refere à tipologia de vulnerabilidade social.
Mediano	Zona proximal	Município em <b>zona proximal</b> na iminência a um desempenho superior no que se refere à tipologia de vulnerabilidade social.
Insuficiente	Zona de comodidade	Município com desempenho fora da zona proximal, estando inserido de forma cômoda a uma situação insuficiente quanto ao indicador dimensional e, possivelmente, à tipologia de vulnerabilidade social.
Muito insuficiente	Zona de comodidade	Município com desempenho fora da zona proximal, estando inserido de forma cômoda a uma situação insuficiente quanto ao indicador dimensional e, possivelmente, à tipologia de vulnerabilidade social.

**Fonte:** Consórcio Geohidro-Sondotécnica, 2013.

As variáveis pertencentes aos indicadores dimensionais localizados em uma zona proximal serão tratadas como prioritárias, seguindo a hierarquia citada no item anterior da metodologia empregada. Constitui-se como zona proximal aquela cujo indicador dimensional tenha um desempenho pouco suficiente e mediano. Isto porque se avalia que o desempenho pouco suficiente está próximo a um desempenho inferior no que se refere ao indicador dimensional e ao tipo de vulnerabilidade social e, o desempenho mediano está próximo a um desempenho superior. Assim, as ações recomendadas para as variáveis mais afetadas desses indicadores dimensionais podem trazer respostas tanto de conservação de um padrão superior, quanto de mudança para um padrão mais elevado.

Trata-se de um critério de priorização de interpretação de um vasto conjunto de dados para se induzir ações capazes de produzir resultados mais eficazes e efetivos.

#### c) **Desempenho das variáveis**

Dada a escolha do indicador dimensional a ser priorizado a partir da hierarquização proposta e, selecionando-se os que estão em zona proximal, adotou-se um critério para a escolha das variáveis a serem indicadas como prioritárias. Como todas as variáveis foram trabalhadas de forma individualizada por município, sendo a cada uma atribuída uma pontuação de referência entre 0,1 e 5 (como descrito anteriormente), considerou-se como prioritárias as que se encontram com pontuação insuficiente, isto é, abaixo de 3, conforme pode ser observado no Quadro 33.

**Quadro 33** – Pontuação de referência das variáveis dos indicadores dimensionais.

PONTUAÇÃO DE REFERÊNCIA	DESEMPENHO	OBSERVAÇÕES
Até 3	Insuficiente	Como estratégia metodológica, foram destacadas as variáveis com desempenho insuficiente nos municípios inseridos nas zonas proximais dos indicadores dimensionais. Assim sendo, as limitações e as recomendações foram destacadas nos municípios com essa característica.
De 3,1 a 5	Suficiente	Em situação de comodidade, as variáveis com esta pontuação não serão destacadas nas recomendações e, sim, nas potencialidades do município com essa característica.

Fonte: Consórcio Geohidro-Sondotécnica, 2013.

Dessa forma, todas as variáveis do indicador dimensional selecionado a partir dos critérios adotados serão citadas como limitações e servirão de base para as recomendações do ZEE.

### 8.3. Resultados

Neste tópico estão apresentados os resultados encontrados a partir dos estudos de vulnerabilidade social e das zonas proximais com a caracterização dos municípios. Considerou-se para tal caracterização o porte populacional de acordo com a convenção do IBGE (muito pequeno, pequeno, médio, grande e metrópole); os somatórios da área e da população dos municípios com determinado tipo de vulnerabilidade social; a predominância populacional de cada município quanto à condição urbana e rural; a tendência de acréscimo ou decréscimo populacional de acordo os censos 2000 e 2010 do IBGE e; a quantidade de municípios localizados em zona proximal e de comodidade.

É importante registrar que nem todas as combinações entre o tipo de vulnerabilidade social e a zona de desempenho do indicador dimensional obtiveram municípios enquadrados. Os resultados encontrados refletem os dados sistematizados nessa leitura, podendo haver, futuramente, variações de enquadramento a partir da utilização de novos dados.

O tipo 1, melhor situação de vulnerabilidade social, comporta em seus 18 municípios 34% da população do estado da Bahia, nos quais estão contemplados um como metrópole (Salvador), oito municípios de porte grande, três de porte médio e seis de porte pequeno e muito pequeno, conforme mostra o Quadro 34, que apresenta a caracterização do conjunto de municípios deste tipo de vulnerabilidade.

**Quadro 34** – Caracterização do conjunto dos municípios do tipo 1 de vulnerabilidade social.

MUNICÍPIOS DO TIPO 1 - CARACTERÍSTICAS GERAIS			
Nº DE MUNICÍPIOS	PORTE DOS MUNICÍPIOS	ÁREA TOTAL (Km²)	POPULAÇÃO TOTAL EM 2010
Total de 18, sendo:  - Litoral Sul: 2 - Recôncavo-RMS: 8 - Litoral Norte: 2 - Cerrado: 1 - Semiárido: 5	<u>Metrópole</u> : 1 Salvador	16.975,91 (3%)	4.722.784 (34%)
	<u>Grande porte</u> : 8 Alagoinhas, Barreiras, Camaçari, Feira de Santana, Itabuna, Lauro de Freitas, Simões Filho e Teixeira de Freitas		
	<u>Médio porte</u> : 3 Candeias, Dias d'Ávila e Itapetinga		
	<u>Pequeno porte</u> : 3 Pojuca, São Francisco do Conde e Valente		
	<u>Muito pequeno porte</u> : 3 Madre de Deus, Maetinga e São Domingos		
PREDOMINÂNCIA		TENDÊNCIA POPULACIONAL	
Urbana (somente um município com predominância rural)		Acréscimo populacional (somente o município com predominância rural está em decréscimo)	
MUNICÍPIOS EM ZONA PROXIMAL AO TIPO 1		MUNICÍPIOS DO TIPO 1 EM ZONA PROXIMAL	
28 municípios dos tipos 2, 3 e 4, dentre eles Luis Eduardo Magalhães, Vitória da Conquista, Mata de São João, Juazeiro, Guanambi e Porto Seguro.		Todos os municípios do tipo 1 estão em zona proximal a um tipo com desempenho inferior.	
MUNICÍPIOS DO TIPO 1 EM ZONA DE COMODIDADE			
Não existe			

Fonte: Consórcio Geohidro-Sondotécnica, 2013.

É inevitável se concluir que tais municípios, principalmente Salvador e os de porte grande e médio, atraem a população dos municípios de alta vulnerabilidade social, favorecendo um processo migratório no interior do estado da Bahia.

O Quadro 35, que apresenta a caracterização do tipo 2 de vulnerabilidade social, mostra a pouca representatividade populacional frente ao tipo 1, apesar de nesse grupo estarem classificados 27 municípios. Isto porque, apesar do acréscimo populacional dos municípios com predominância urbana, o Indicador Dimensional Condição Econômica não é suficiente nestes municípios, fato que não os torna tão atrativos, como no tipo 1 de vulnerabilidade social.

**Quadro 35** – Caracterização do conjunto dos municípios do tipo 2 de vulnerabilidade social.

MUNICÍPIOS DO TIPO 2 - CARACTERÍSTICAS GERAIS			
Nº DE MUNICÍPIOS	PORTE DOS MUNICÍPIOS	ÁREA TOTAL (Km²)	POPULAÇÃO TOTAL EM 2010
Total de 27, sendo:  - Litoral Sul: 5 - Recôncavo-RMS: 6 - Litoral Norte: 1 - Semiárido: 15	<u>Grande porte:</u> 3 Juazeiro, Porto Seguro e Vitória da Conquista	27.835,02 (1%)	1.211.070 (9%)
	<u>Médio porte:</u> 3 Catu, Guanambi e Santo Antônio de Jesus		
	<u>Pequeno porte:</u> 7 Cachoeira, Itajuípe, Itanhém, Itaparica, Poções, São Sebastião do Passé e Vera Cruz		
	<u>Muito pequeno porte:</u> 14 Cordeiros, Érico Cardoso, Ibirapuã, Ipupiara, Jacaraci, Lafaiete Coutinho, Lajedão, Macarani, Nova Fátima, Retirolândia, Rio de Contas e Salinas da Margarida		
<b>PREDOMINÂNCIA</b>		<b>TENDÊNCIA POPULACIONAL</b>	
Urbana (74% dos municípios)		Acréscimo populacional (excluindo-se Itajuípe e Itanhém que são urbanos e estão em decréscimo, todos os municípios rurais estão em decréscimo e os urbanos em acréscimo populacional)	
<b>MUNICÍPIOS EM ZONA PROXIMAL AO TIPO 2</b>		<b>MUNICÍPIOS DO TIPO 2 EM ZONA PROXIMAL</b>	
27 municípios dos tipos 5 e 6, dentre eles Santo Amaro, Palmeiras, Senhor do Bonfim e Serrinha. 3 municípios do tipo 1 (Salvador, São Domingos e Teixeira de Freitas) estão em zona proximal ao tipo 2.		26 municípios do tipo 2 estão em zona proximal	
<b>MUNICÍPIOS DO TIPO 2 EM ZONA DE COMODIDADE</b>			
Somente o município de Itajuípe se encontra no tipo 2 em zona de comodidade.			

Fonte: Consórcio Geohidro-Sondotécnica, 2013.

Destaca-se que dos 27 municípios do tipo 2, 26 estão em zona proximal e 27 municípios com os tipos 5 e 6 estão próximos aos desempenhos daqueles do tipo 2. É importante notar, também que a capital baiana, está em zona proximal ao tipo 2 por não ter em suas variáveis de condição econômica desempenhos que garantam sua comodidade no tipo 1. A pobreza, a segregação espacial, a falta de emprego formal para o conjunto da população, somadas à alta desigualdade social e de infraestrutura urbana, podem ser aspectos que se configuram como fundamentais para o frágil desempenho deste município no que concerne a condição econômica, apesar de seu posicionamento como a única metrópole baiana e uma das principais cidades do Brasil.

De acordo com o Quadro 36, que caracteriza o conjunto de municípios do tipo 3, observa-se que este tipo é pouco representativo, tanto em termos populacionais quanto em área. Sua predominância é urbana e com tendência a acréscimo populacional.

**Quadro 36** – Caracterização do conjunto dos municípios do tipo 3 de vulnerabilidade social.

MUNICÍPIOS DO TIPO 3 - CARACTERÍSTICAS GERAIS			
Nº DE MUNICÍPIOS	PORTE DOS MUNICÍPIOS	ÁREA TOTAL (Km²)	POPULAÇÃO TOTAL EM 2010
Total de 8, sendo:  - Litoral Sul: 2 - Recôncavo-RMS: 1 - Litoral Norte: 1 - Semiárido: 1 - Cerrado: 1	<u>Grande porte:</u> 2 Eunápolis e Paulo Afonso	5.966,63 (1%)	308.793 (2%)
	<u>Pequeno porte:</u> 1 Mata de São João		
	<u>Muito pequeno porte:</u> 5 Cairu, Capela do Alto Alegre, Maiquinique, São Félix do Coribe e Saubara		
<b>PREDOMINÂNCIA</b>		<b>TENDÊNCIA POPULACIONAL</b>	
Urbana (somente um município com predominância rural)		Acréscimo populacional (somente o município com predominância rural está em decréscimo)	
<b>MUNICÍPIOS EM ZONA PROXIMAL AO TIPO 3</b>		<b>MUNICÍPIOS DO TIPO 3 EM ZONA PROXIMAL</b>	
38 municípios dos tipos 5 e 7, dentre eles Pintadas, Valença, Lençóis, Jequié e Jacobina. 5 municípios do tipo 1 (São Francisco do Conde, Lauro de Freitas e Candeias, dentre outros) estão em zona proximal ao tipo 3.		Todos os municípios do tipo 3 estão em zona proximal	
<b>MUNICÍPIOS DO TIPO 3 EM ZONA DE COMODIDADE</b>			
Não existe			

Fonte: Consórcio Geohidro-Sondotécnica, 2013.

O Indicador Dimensional que apresenta desempenho insuficiente é o de Condição de Vida, mostrando que as consequências da falta de políticas públicas adequadas no passado ainda comprometem a população desses municípios.

O tipo 4 se apresenta pouquíssimos municípios do estado, conforme pode ser verificado no Quadro 37 que caracteriza o conjunto dos municípios deste tipo de vulnerabilidade social. Isto se deve ao fato de não ser comum existirem municípios com desempenhos em condição econômica e de vida suficientes e qualidade de vida insuficiente. O que se destaca neste tipo é sua predominância urbana.

**Quadro 38** – Caracterização do conjunto dos municípios do tipo 5 de vulnerabilidade social.

**Quadro 37** – Caracterização do conjunto dos municípios do tipo 4 de vulnerabilidade social.

MUNICÍPIOS DO TIPO 4 - CARACTERÍSTICAS GERAIS			
Nº DE MUNICÍPIOS	PORTE DOS MUNICÍPIOS	ÁREA TOTAL (Km²)	POPULAÇÃO TOTAL EM 2010
Total de 3, sendo: - Semiárido: 2 - Cerrado: 1	Médio porte: 1 Luis Eduardo Magalhães	4.262,43	95.557 (1%)
	Pequeno porte: 1 Conceição do Jacuípe		
	Muito pequeno porte: 1 Ichu		
PREDOMINÂNCIA		TENDÊNCIA POPULACIONAL	
Urbana		Acréscimo populacional 2 dos 3 municípios (o município de porte muito pequeno está em decréscimo populacional)	
MUNICÍPIOS EM ZONA PROXIMAL AO TIPO 4		MUNICÍPIOS DO TIPO 4 EM ZONA PROXIMAL	
7 municípios dos tipos 5 e 6, dentre eles Ibicuí, Iaçú e Guajeru.		Todos os municípios do tipo 4 estão em zona proximal	
7 municípios do tipo 1 (Barreiras, feira de Santana, Alagoinhas e Simões Filho) estão em zona proximal ao tipo 3.			
MUNICÍPIOS DO TIPO 4 EM ZONA DE COMODIDADE			
Não existe			

Fonte: Consórcio Geohidro-Sondotécnica, 2013.

Um elevado número de municípios baianos se situa no tipo 5 de vulnerabilidade social, conforme mostra o Quadro 38.

MUNICÍPIOS DO TIPO 5 - CARACTERÍSTICAS GERAIS			
Nº DE MUNICÍPIOS	PORTE DOS MUNICÍPIOS	ÁREA TOTAL (Km²)	POPULAÇÃO TOTAL EM 2010
Total de 93, sendo: - Litoral Sul: 25 - Recôncavo-RMS: 4 - Litoral Norte: 1 - Semiárido: 60 - Cerrado: 2	Grande porte: 2 Ilhéus e Jequié	77.525,45 (14%)	2.217.112 (16%)
	Médio porte: 9 Brumado, Conceição do Coité, Irecê, Itaberaba, Itamaraju, Jacobina, Santo Amaro, Senhor do Bonfim e Serrinha		
	Pequeno porte: 22 Barra da Estiva, Barra do Choça, Belmonte, Camacan, Canavieiras, Capim Grosso, Castro Alves, Coaraci, Iaçú, Ibicaraí, Ipiatú, Itambé, Medeiros Neto, Nazaré, Olindina, Paramirim, Riachão do Jacuípe, Santa Cruz Cabralia, Sobradinho, Tanhaçu, Ubaitaba e Xique- Xique		
	Muito pequeno porte: 59 Abaré, Aiquara, Almadina, Antas, Aratuípe, Aurelino Leal, Banzaê, Barra do Rocha, Barro Alto, Barro Preto, Barrocas, Bonito, Buerarema, Canápolis, Caturama, Cipó, Cravolândia, Fátima, Firmino Alves, Floresta Azul, Gongogi, Heliópolis, Ibiassucê, Ibicuí, Ibirataia, Ibitiara, Itagi, Itagimirim, Itaju do Colônia, Itapé, Itapitanga, Itaquara, Itarantim, Itiruçu, Itororó, Jitaúna, Jussara, Jussari, Lençóis, Mascote, Mucugê, Muniz Ferreira, Novo Triunfo, Palmeiras, Pau Brasil, Potiraguá, Presidente Dutra, Rodelas, Santa Cruz da Vitória, Santa Inês, São José da Vitória, São José do Jacuípe, Tabocas do Brejo Velho, Tanquinho, Terra Nova, Uibaí, Uruçuca, Várzea da Roça e Várzea do Poço		
PREDOMINÂNCIA		TENDÊNCIA POPULACIONAL	
Urbana (80% dos municípios)		Decréscimo populacional (52% dos municípios sem relação aparente com a predominância urbana ou rural)	
MUNICÍPIOS EM ZONA PROXIMAL AO TIPO 5		MUNICÍPIOS DO TIPO 5 EM ZONA PROXIMAL	
99 municípios do tipo 8, dentre eles Bom Jesus da Lapa, Amargosa, Utinga e Remanso. 9 municípios dos tipos 2 e 3 (Rio de Contas, Catu e Abaíra, etc.) estão em zona proximal ao tipo 5.		77 municípios, dentre eles Brumado, Nazaré e São Félix.	
MUNICÍPIOS DO TIPO 5 EM ZONA DE COMODIDADE			
16 municípios, dentre eles Banzaê, Camacan e Ibicaraí.			

Fonte: Consórcio Geohidro-Sondotécnica, 2013.

A representatividade populacional, de 16%, é considerável, assim como espacial, correspondendo a 14% da área do território baiano. Pouco mais da metade desses municípios está em decréscimo populacional e, o que se destaca é a elevada quantidade de municípios de porte pequeno e muito pequeno. Municípios do tipo 5 possuem desempenho suficiente somente no tocante ao Indicador Dimensional Qualidade de Vida, o que mostra que as políticas públicas começam a fazer efeito em curto prazo, principalmente no que tange a infraestrutura habitacional.

O Quadro 39, que apresenta a caracterização do conjunto de municípios do tipo 6, mostra que tal tipo afeta poucos municípios do estado, prevalecendo nesse grupo municípios com perfil rural e com registros de decréscimo populacional, envolvendo na sua quase totalidade municípios de porte muito pequeno. Isto porque o tipo 6 se caracteriza pela condição de vida suficiente e desempenhos ruins em condição econômica e qualidade de vida.

**Quadro 39** – Caracterização do conjunto dos municípios do tipo 6 de vulnerabilidade social.

MUNICÍPIOS DO TIPO 6 - CARACTERÍSTICAS GERAIS			
Nº DE MUNICÍPIOS	PORTE DOS MUNICÍPIOS	ÁREA TOTAL (Km²)	POPULAÇÃO TOTAL EM 2010
Total de 17, sendo: - Recôncavo-RMS: 5 - Semiárido: 11 - Cerrado: 1	<u>Médio porte:</u> 1 Cruz das Almas	11.301,77 (2%)	277.312 (2%)
	<u>Pequeno porte:</u> 4 Caculé, Mundo Novo, Muritiba e Teofilândia		
	<u>Muito pequeno porte:</u> 12 Brejolândia, Conceição do Almeida, Dom Macedo Costa, Elísio Medrado, Feira da Mata, Gavião, Guajeru, Ibititá, Jussiapé, Licínio de Almeida, Mortugaba e Varzedo		
<b>PREDOMINÂNCIA</b>		<b>TENDÊNCIA POPULACIONAL</b>	
Rural (59% dos municípios)		Decréscimo populacional (53% dos municípios sem relação aparente com a predominância urbana ou rural)	
<b>MUNICÍPIOS EM ZONA PROXIMAL AO TIPO 6</b>		<b>MUNICÍPIOS DO TIPO 6 EM ZONA PROXIMAL</b>	
22 municípios do tipo 8, dentre eles Angical, Brotas de Macaúbas e Coribe. 18 municípios dos tipos 1, 2 e 4 (Cachoeira, Conceição do Jacuípe, Cruz das Almas, etc.) estão em zona proximal ao tipo 6.		Todos os municípios estão em zona proximal.	
<b>MUNICÍPIOS DO TIPO 6 EM ZONA DE COMODIDADE</b>			
Não existe.			

Fonte: Consórcio Geohidro-Sondotécnica, 2013.

Estão enquadrados no tipo 6 os municípios de porte muito pequeno têm promissora capacidade de se organizar para obter melhores condições de vida. Destaca-se, entretanto, que este fenômeno é pouco comum afetando somente 2% da população baiana. É importante notar pelo Quadro 39 que todos os municípios do tipo 6 se encontram em zona proximal, o que mostra que este tipo pouco comum, pode ter variáveis de condição de vida com desempenhos suficientes, porém com baixa probabilidade de consolidar numa situação cômoda e estável.

O Quadro 40 mostra que o número de municípios enquadrados como tipo 7 (17) é pouco representativo para o estado da Bahia, atingindo somente 3% da população baiana. Isto acontece porque o tipo 7 se caracteriza pela rara situação onde todos os indicadores dimensionais possuem desempenho insuficiente, exceto o de condição econômica.

**Quadro 40** – Caracterização do conjunto dos municípios do tipo 7 de vulnerabilidade social.

MUNICÍPIOS DO TIPO 7 - CARACTERÍSTICAS GERAIS			
Nº DE MUNICÍPIOS	PORTE DOS MUNICÍPIOS	ÁREA TOTAL (Km²)	POPULAÇÃO TOTAL EM 2010
Total de 17, sendo: - Litoral Sul: 5 - Litoral Norte: 2 - Semiárido: 8 - Cerrado: 2	<u>Médio porte:</u> 2 Campo Formoso e Valença	50.276,19 (9%)	479.088 (3%)
	<u>Pequeno porte:</u> 7 Alcobaça, Correntina, Esplanada, Mucuri, Nova Viçosa, São Desidério e Serra do Ramalho		
	<u>Muito pequeno porte:</u> 8 Araçás, Caraíbas, Ibicoara, Itagibá, Itapebi, Ituaçu, Novo Horizonte e Pintadas		
<b>PREDOMINÂNCIA POPULACIONAL</b>		<b>TENDÊNCIA POPULACIONAL</b>	
Urbana (59% dos municípios)		Acréscimo populacional (71% dos municípios sem relação aparente com a predominância urbana ou rural)	
<b>MUNICÍPIOS EM ZONA PROXIMAL AO TIPO 7</b>		<b>MUNICÍPIOS DO TIPO 7 EM ZONA PROXIMAL</b>	
23 municípios do tipo 8, dentre eles Macajuba, Planalto e Santo Estevão. 13 municípios dos tipos 2, 3 e 4 (Eunápolis, Cairu, Vera Cruz, etc.) estão em zona proximal ao tipo 7.		Todos os municípios estão em zona proximal.	
<b>MUNICÍPIOS DO TIPO 7 EM ZONA DE COMODIDADE</b>			
Não existe.			

Fonte: Consórcio Geohidro-Sondotécnica, 2013.

É possível notar que todos os municípios do tipo 7 estão em zona proximal, significando desempenho em relação às variáveis de condição econômica não consolidados. Ainda assim, existem 23 municípios do tipo 8 que podem migrar para o tipo 7 e 13 municípios com tipos de desempenho superior que podem retroceder ao tipo 7.

É importante destacar neste contexto que, para municípios do tipo 7 existe uma tendência populacional ao acréscimo, porém prevalecendo municípios de porte pequeno e muito pequeno, com predominância urbana.

O Quadro 41, que apresenta a caracterização do conjunto dos municípios do tipo 8, chama a atenção para o fato de mais da metade dos municípios baianos estarem enquadrados neste tipo, principalmente por ser considerada a situação mais crítica de vulnerabilidade social.



**Quadro 41** – Caracterização do conjunto dos municípios do tipo 8 de vulnerabilidade social.

MUNICÍPIOS DO TIPO 8 - CARACTERÍSTICAS GERAIS			
Nº DE MUNICÍPIOS	PORTE DOS MUNICÍPIOS	ÁREA TOTAL (Km²)	POPULAÇÃO TOTAL EM 2010
Total de 234, sendo: - Litoral Sul: 23 - Recôncavo-RMS: 6 - Litoral Norte: 15 - Semiárido: 172 - Cerrado: 17	<b>Médio porte:</b> 8 Araci, Bom Jesus da Lapa, Casa Nova, Euclides da Cunha, Ipirá, Jaguaquara, Monte Santo e Tucano	370.529,6 (66%)	4.709.706 (34%)
	<b>Pequeno porte:</b> 81 Amargosa, Amélia Rodrigues, Anagé, Baixa Grande, Barra, Boquira, Caetitê, Camamu, Campo Alegre de Lourdes, Canarana, Cândido Sales, Cansanção, Caravelas, Carinhanha, Cícero Dantas, Conceição da Feira, Conde, Coração de Maria, Crisópolis, Curaçá, Encruzilhada, Entre Rios, Formosa do Rio Preto, Gandu, Guaratinga, Ibirapitanga, Ibotirama, Iguai, Inhambupe, Iraquara, Irará, Itabela, Itacaré, Itapicuru, Itiúba, Ituberá, Jaguarari, Jeremoabo, João Dourado, Laje, Lapão, Livramento de Nossa Senhora, Macaúbas, Maracás, Maragogipe, Miguel Calmon, Morro do Chapéu, Mutuípe, Nova Soure, Oliveira dos Brejinhos, Palmas de Monte Alto, Paratinga, Paripiranga, Pilão Arcado, Pindobaçu, Piritiba, Planalto, Prado, Presidente Tancredo Neves, Queimadas, Quijingue, Rafael Jambeiro, Remanso, Riachão das Neves, Riacho de Santana, Ribeira do Pombal, Rio Real, Ruy Barbosa, Santa Luz, Santa Maria da Vitória, Santa Rita de Cássia, Santana, Santo Estêvão, São Felipe, São Gonçalo dos Campos, Seabra, Sento Sé, Uauá, Ubatã, Una e Wenceslau Guimarães		
	<b>Muito pequeno porte:</b> 146 Acajutiba, Adestina, Água Fria, América Dourada, Andaraí, Andorinha, Angical, Anguera, Antônio Cardoso, Antônio Gonçalves, Aporá, Apurema, Aracatu, Aramari, Arataca, Baianópolis, Barra do Mendes, Belo Campo, Biritinga, Boa Nova, Boa Vista do Tupim, Bom Jesus da Serra, Boninal, Botuporã, Brejões, Brotas de Macaúbas, Buritirama, Cabaceiras do Paraguaçu, Caém, Caetanos, Cafamaum, Caldeirão Grande, Candéal, Candiba, Canudos, Cardeal da Silva, Catolândia, Central, Chorrochó, Cocos, Condeúba, Contendas do Sincorá, Coribe, Coronel João Sá, Cotegipe, Cristópolis, Dário Meira, Dom Basílio, Filadélfia, Gentio do Ouro, Glória, Governador Mangabeira, Ibipéba, Ibipitanga, Ibiquera, Igaporã, Igrapiúna, Ipecaetá, Irajuba, Iramaia, Itaeté, Itaguaçu da Bahia, Itamari, Itanagra, Itatim, Iuiú, Jaborandi, Jaguaripe, Jandaíra, Jiquiriçá, Jucuruçu, Lagoa Real, Lajedinho, Lajedo do Tabocal, Lamarão, Macajuba, Macururé, Mairi, Malhada, Malhada de Pedras, Manoel Vitorino, Mansidão, Maraú, Marcionílio Souza, Matina,		

(continua)

MUNICÍPIOS DO TIPO 8 - CARACTERÍSTICAS GERAIS			
Nº DE MUNICÍPIOS	PORTE DOS MUNICÍPIOS	ÁREA TOTAL (Km²)	POPULAÇÃO TOTAL EM 2010
	Milagres, Mirangaba, Mirante, Morpará, Mulungu do Morro, Muquém de São Francisco, Nilo Peçanha, Nordestina, Nova Canaã, Nova Ibiá, Nova Itarana, Nova Redenção, Ouriçangas, Ourolândia, Pé de Serra, Pedrão, Pedro Alexandre, Piatã, Pindaí, Piraí do Norte, Piripá, Planaltino, Ponto Novo, Presidente Jânio Quadros, Quixabeira, Ribeira do Amparo, Ribeirão do Largo, Rio do Antônio, Rio do Pires, Santa Bárbara, Santa Brígida, Santa Luzia, Santa Teresinha, Santanópolis, São Félix, São Gabriel, São Miguel das Matas, Sapeaçu e Sátiro Dias, Saúde, Sebastião Laranjeiras, Serra Dourada, Serra Preta, Serrolândia, Sítio do Mato, Sítio do Quinto, Souto Soares, Tanque Novo, Taperoá, Tapiramutá, Teodoro Sampaio, Teolândia, Tremedal, Ubaíra, Umburanas, Urandi, Utinga, Várzea Nova, Vereda, Wagner e Wanderley.		
<b>PREDOMINÂNCIA</b>		<b>TENDÊNCIA POPULACIONAL</b>	
Rural (65% dos municípios)		Acréscimo populacional (65% dos municípios sem relação aparente com a predominância urbana ou rural)	
<b>MUNICÍPIOS EM ZONA PROXIMAL AO TIPO 8</b>		<b>MUNICÍPIOS DO TIPO 8 EM ZONA PROXIMAL</b>	
89 municípios dos tipos 5, 6 e 7 (Eunápolis, Cairu, Vera Cruz, etc.) estão em zona proximal ao tipo 8.		234 municípios estão em zona proximal aos tipos 5, 6 e 7.	
<b>MUNICÍPIOS DO TIPO 8 EM ZONA DE COMODIDADE</b>			
89 municípios estão em zona de comodidade.			

Fonte: Consórcio Geohidro-Sondotécnica, 2013.

Contudo, interessa notar que quanto ao montante populacional, o percentual do tipo 8 se assemelha ao do tipo 1, que aglutina 34% da população baiana. O que difere é que no caso do tipo 8 existem 234 municípios que ocupam 66% do território do estado, com ampla predominância para os de muito pequeno e pequeno porte. Pontua-se ainda que, do grupo de municípios enquadrados no tipo 8 de vulnerabilidade social, mais de 70% está situado na região semiárida do estado e 65% com predominância populacional rural.

É possível notar ainda, através do Quadro 41, outros dados agravantes encontrados no estudo de zonas proximais. Destaca-se que 89 municípios estão em zona de comodidade implicando existir uma distância significativa a ser percorrida para que estes municípios saiam da pior situação de vulnerabilidade social e de uma possível estagnação de sua condição. Ainda é importante ressaltar que 89 municípios dos tipos 5, 6 e 7 estão localizados em zona proximal ao tipo 8, sugerindo uma possibilidade de queda de desempenho, podendo estes serem enquadrados, em futuro próximo, como tipo 8.

Importante enfatizar, ainda, a existência de 234 municípios do tipo 8 que podem atingir os tipos 5, 6 e 7, por encontrarem-se em zona proximal a um desempenho superior. Neste caso, investimentos em infraestrutura urbana e atendimento social passíveis de serem implantados pelo poder público poderiam alterar a realidade destes municípios com maior brevidade. Por tal motivo, devem se constituir em prioridades.

**a) Vulnerabilidade social e desempenho do indicador dimensional qualidade de vida**

As notas de cada uma das variáveis do indicador Dimensional Qualidade de Vida foram avaliadas em conjunto e separadamente, o que permitiu observar que, apesar de algumas exceções, existe uma predominância quanto aos seus desempenhos. A partir dessa avaliação foi possível se estruturar uma lista síntese das potencialidades e limitações utilizadas como parâmetro na indicação das recomendações e diretrizes do ZEE.

Quanto às limitações encontradas em relação ao indicador dimensional qualidade de vida, tem-se:

- esgotamento sanitário inferior à média nacional, na maioria dos municípios;



- presença de sanitários com percentual abaixo da média baiana em alguns municípios;
- déficit habitacional elevado na maioria dos municípios;
- atendimento à educação e à saúde insuficiente para a maior parte dos municípios, e
- Baixa cobertura da coleta de lixo.

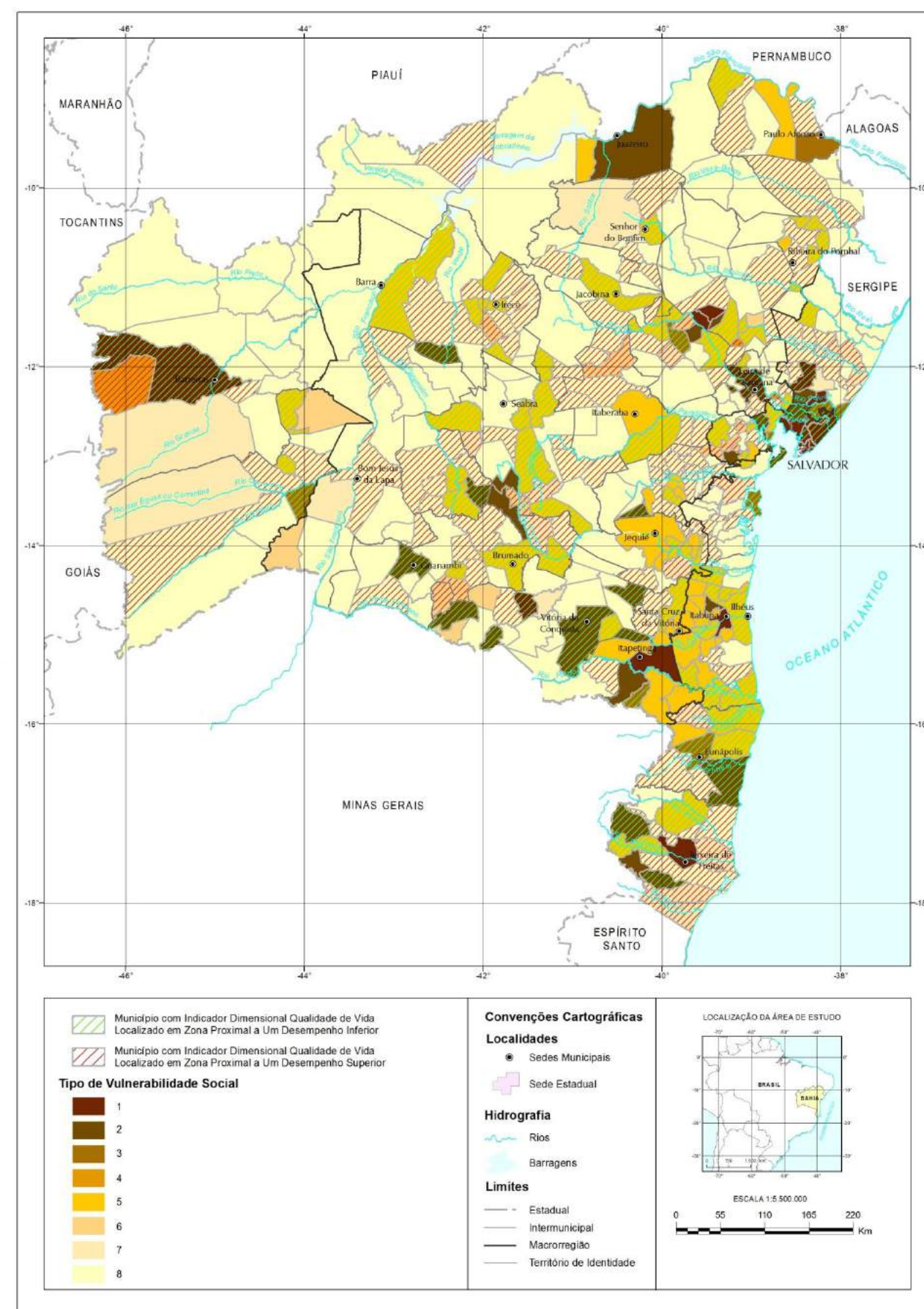
Como potencialidade pode-se citar:

- fornecimento de energia elétrica classificada como suficiente, na maioria dos municípios;
- crescimento no percentual de domicílios com presença de sanitário na última década;
- crescimento no percentual de domicílios com abastecimento de água na última década.

Municípios prioritários para atuação:

- que estão com tipo 8 em zona proximal ao tipo 5;
- que estão em tipo 8 em zona de comodidade – ver porte e tendência;
- municípios do tipo 2 que estão em zona de comodidade, e
- municípios do tipo 1 em zona proximal ao tipo 2.

A Cartograma 2 mostra que existe um considerável número de municípios localizados na zona proximal para um desempenho superior, muitos destes municípios com o tipo 8 de vulnerabilidade social. Este fato pode ser considerado favorável à mudança de tipologia já que as variáveis de qualidade de vida estão diretamente ligadas às ações públicas que estão em andamento, principalmente no que tange a infraestrutura urbana.



**Cartograma 2** – Tipo de vulnerabilidade e desempenho do indicador dimensional qualidade de vida

**Fonte:** Consórcio Geohidro-Sondotécnica, 2013.

A consolidação de tal infraestrutura com qualidade e efetividade deve ser planejada e organizada, respeitando as realidades locais, a diversidade cultural, meios físicos e, principalmente, voltada para a população mais vulnerável. Por isso, torna-se importante investimentos em diagnóstico, planejamento, gestão e intervenções em saneamento básico, infraestrutura urbana e habitação. Dentre essas, devem ser priorizadas ações em abastecimento de água e fornecimento de energia (para aqueles municípios que ainda não os universalizaram à população local), seguidas por esgotamento sanitário, coleta e destinação de resíduos sólidos e construção de habitações, direcionadas tanto para áreas urbanas quanto para rurais. Destaca-se que, na zona rural encontram-se as maiores debilidades em infraestrutura e, no tipo 8, 65% dos municípios tem predominância populacional rural.

Municípios localizados na zona proximal para um desempenho inferior podem ser notados nos tipos 1, 2 e 3 de vulnerabilidade social, demonstrando que ações estatais nos setores de infraestrutura habitacional e atendimento social ainda não estão plenamente estabelecidas, necessitando ainda de investimentos, principalmente no que concerne a questão da saúde e da educação, onde foram encontradas as maiores debilidades.

No caso da educação, é fundamental a consolidação de políticas em todas as suas esferas, tanto no que diz respeito à infraestrutura educacional, quanto para aquisição de equipamentos e insumos para estabelecimentos escolares. Devem ser intensificados programas voltados para a educação do campo, educação profissional, educação de jovens e adultos, creches, educação infantil, ensino fundamental I e II, médio e superior.

Quanto à saúde, não há possibilidade de combater a alta vulnerabilidade dos municípios baianos sem superar os problemas relacionados a este tipo de atendimento social. Para tanto, é emergencial a ampliação do número de equipes do Programa Saúde na Família (PSF), como também da rede hospitalar, ambulatorial e laboratorial, os serviços de assistência social e psicológica e de emergência.

Contrapartidas ou compensações na realização de grandes empreendimentos – públicos ou privados – que por ventura impactem os municípios devem ser garantidos (ou negociados), priorizando recursos na área de infraestrutura urbana, saneamento e habitação, bem como para a elaboração de planos, aquisição de equipamentos, construção e reforma de edificações destinadas ao ensino (educação infantil, fundamental 1 e 2, ensino médio e creche) e a saúde. Isto se torna importante, pois estabelece possibilidades de parceria no combate à vulnerabilidade social.

Destaca-se também no Cartograma 2 a elevada quantidade de municípios do tipo 8 de vulnerabilidade social localizados em zona de comodidade (sem hachura), isto é, distante das zonas proximais de desempenho superior. Tal situação pode demonstrar uma dificuldade quanto às possibilidades de uma melhora na qualidade de vida da população atingida num curto espaço de tempo. No entanto, mesmo em tais circunstâncias de precariedade, existe diferença entre os municípios situados nessa condição que implicam questões locais.

#### **b) Vulnerabilidade social e desempenho do indicador dimensional condição econômica**

As limitações relacionadas à condição econômica são muitas, destacando-se:

- Grande parte dos municípios baianos obteve uma diminuição populacional;
- A maioria dos municípios do estado apresenta PIB *per capita* entre R\$ 3.044,00 a R\$ 5.198,00, estando muito abaixo da média nacional, R\$ 17.700,00;
- Em geral, os municípios baianos possuem um péssimo desempenho em relação às médias nordestinas e nacional no que se refere à renda *per capita* em 2010;
- Economia dos municípios mais vulneráveis baseada nos serviços, apesar da população ser predominantemente rural, com altos índices de concentração de terras;
- Altos índices de concentração de terras com grande demanda para regularizar quilombolas e fundo de pasto;
- Perspectivas de conflitos por terra nas áreas onde há concentração fundiária e elevado número de organizações sociais, e
- Grande parte dos municípios apresenta ingressos próprios abaixo da faixa intermediária estadual que está entre 19% e 29%.

Como potencialidade, visualiza-se através do índice de Gini de renda um razoável desempenho no que se refere à desigualdade.

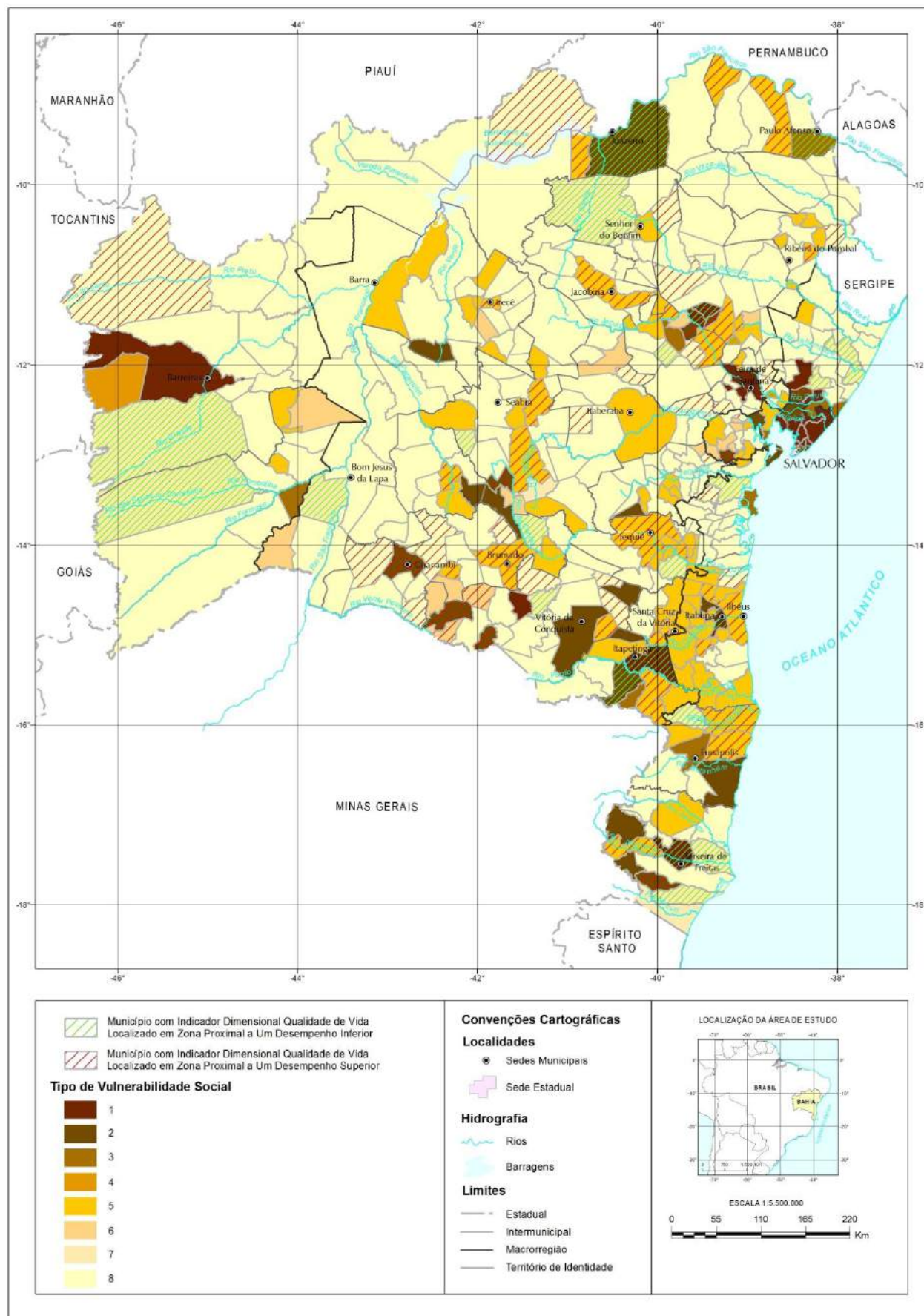
Municípios prioritários para atuação:

- Municípios do tipo 1 em zona proximal;
- Municípios do tipo 4 que estão em zona proximal ao tipo 1, e
- Municípios do tipo 8 em zona proximal ao tipo 7.

O Cartograma 3 mostra que existe um número significativo de municípios localizados na zona proximal a um desempenho superior, muitos com o tipo 8 de vulnerabilidade social. Este fato deve ser considerado já que as variáveis de

condição econômica não dependem diretamente da ação do estado e, sim de um conjunto de fatores regulado principalmente pelo mercado. Isso aponta para a existência, que ainda insipiente, de uma dinâmica econômica mais ativa nesses municípios que devem ser observadas e impulsionadas.





**Cartograma 3** – Tipo de vulnerabilidade e desempenho do indicador dimensional condição econômica

Fonte: Consórcio Geohidro-Sondotécnica, 2013.

Municípios localizados na zona proximal a um desempenho inferior podem ser notados nos tipos 1, 4 e 7 de vulnerabilidade social, demonstrando que mesmo municípios mais dinâmicos economicamente têm dificuldades em se estabelecer de forma plena e, principalmente, de transportar para o conjunto da população os resultados de tal dinâmica. Salvador é o exemplo mais emblemático desse caso.

Destaca-se ainda no Cartograma 3, a elevadíssima quantidade de municípios do tipo 8 de vulnerabilidade social localizados em zona de comodidade (sem hachura), isto é, distante das zonas proximais de desempenho superior, o que pode demonstrar uma estagnação econômica em grande parte do território baiano. Do mesmo modo, como foi destacado no indicador dimensional qualidade de vida, é importante considerar que, mesmo na situação de comodidade do tipo 8, existe uma diferença entre os municípios situados nessa condição relacionadas a questões locais.

**c) Vulnerabilidade social e desempenho do indicador dimensional condição de vida**

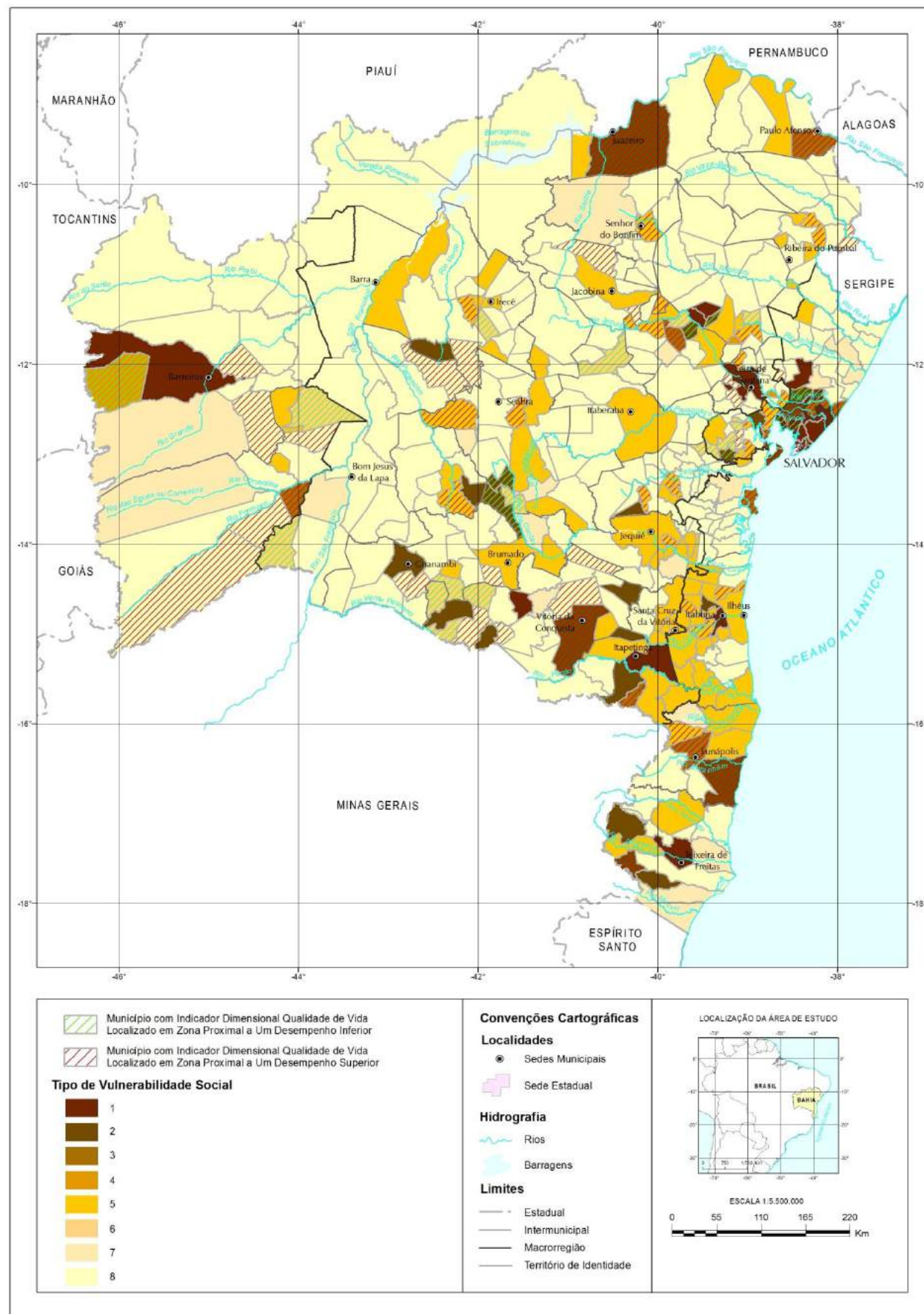
O indicador dimensional de condição de vida é o que possui as maiores limitações, apresentando somente a esperança de vida ao nascer como variável de desempenho suficiente. Dentre as características que mais se destacam, cita-se:

- altos índices de mortalidade infantil em grande parte dos municípios;
- altos percentuais de gravidez na adolescência;
- número elevado de óbitos por causa externa nos principais centros urbanos, e
- altas taxas de analfabetismo acima de 15 anos.

Municípios prioritários para atuação:

- municípios do tipo 8 em zona de comodidade;
- municípios do tipo 6 em zona proximal, e
- municípios do tipo 3 em zona proximal.

Poucos municípios se localizam em zona proximal, já que pela hierarquia dos indicadores dimensionais é o que possui a menor capacidade de mudança num curto espaço de tempo, se constituindo num indicador de resultados. O Cartograma 4 apresenta o tipo de vulnerabilidade e desempenho do indicador dimensional qualidade de vida.



Percebe-se, observando o Cartograma 4, que a maior parte dos municípios se situa na zona de comodidade com tipo 8 de vulnerabilidade social, o que leva a constatação que existe um longo percurso a ser feito no que se refere à melhoria da condição de vida no estado, uma vez que o desempenho desse indicador depende das ações contínuas relacionadas aos indicadores dimensionais de qualidade de vida e condição econômica.

#### d) Potencialidade e limitações extraídas a partir do estudo das zonas proximais para o ZEE

A análise do desempenho dos indicadores dimensionais definidos para composição do índice de vulnerabilidade social, assim como sua possibilidade de migrar de um determinado patamar, possibilitou, de modo complementar, identificar elementos para indicação de potencialidades e limitações específicas. Assim, tornou-se possível, para cada tipo de vulnerabilidade social, fornecer subsídios para avaliar as repercussões ou nortear ações e programas de governo que possam interferir nesse quadro.

O Quadro 42 relaciona as potencialidades e limitações específicas para cada tipo de vulnerabilidade social, considerando os respectivos indicadores dimensionais trabalhados e a situação do quanto à zona proximal. Destaca-se que para cada indicador dimensional que compõem os tipos de vulnerabilidade social (condição de vida, qualidade de vida e condição econômica) foram identificadas potencialidades e limitações específicas em função do desempenho desses indicadores quanto à zona proximal. Ressalta-se ainda que, para as limitações foram consideradas apenas aquelas variáveis que obtiveram baixo desempenho.



**Quadro 42 – Síntese de potencialidades, limitações e recomendações referentes ao tema Social: Vulnerabilidade Social**

ASPECTO: VULNERABILIDADE SOCIAL					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Município(s) que representa(m) a ocorrência do(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) o(s) critério(s)	Indicadores que refletem condição(ões) favorável(is) à vulnerabilidade social	Indicadores que refletem condição(ões) desfavorável(is) à vulnerabilidade social	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) da vulnerabilidade social
Tipo 1 com indicadores dimensionais em zona de comodidade	Não foram identificados municípios para este critério.	-	Indicadores de qualidade de vida, condição econômica e qualidade de vida suficientes.	Desigualdades sociais intramunicipais fazem com que a alta vulnerabilidade social esteja presente para uma parcela da população municipal.	Promover a consolidação da infraestrutura habitacional (saneamento, energia e habitação).  Assegurar o atendimento social de qualidade a toda população, respeitando suas diferenças e especificidades.  Fortalecer possibilidades de desenvolvimento econômico diversificado e desconcentrado.  Criar políticas para o fortalecimento da gestão municipal, possibilitando ingressos próprios e investimentos locais necessários para combater a vulnerabilidade social, com a participação da comunidade organizada.
Tipo 1 com indicador dimensional condição de vida em zona proximal	Candeias, Lauro de Freitas e Madre de Deus (TI Metropolitano de Salvador); Pojuca (TI Litoral Norte e Agreste Baiano). São Francisco do Conde (TI Recôncavo);	33, 34	Indicadores de condição econômica e qualidade de vida suficientes.  Parte das variáveis do indicador dimensional de condição de vida suficiente.	Variáveis do indicador condição de vida com baixo desempenho: pessoas na linha da miséria, mortalidade infantil, gravidez na adolescência, óbito por causa externa e densidade domiciliar.	Priorizar investimentos em estudos, campanhas e programas vinculados à gravidez na adolescência e suas consequências (principalmente no que concerne a mortalidade infantil), e à violência, que deve ser tratada em suas diversas manifestações e derivações, garantindo a presença do Estado em todas as suas esferas de atendimento social nas áreas mais marginalizadas.  Priorizar investimentos em diagnóstico, planejamento, gestão e intervenções nas áreas de saneamento e habitação, considerando-se que o valor das variáveis de condição de vida se constitui numa consequência dos arranjos dos indicadores dimensionais Qualidade de Vida e Condição Econômica.  Destinar recursos para a elaboração de planos, aquisição de equipamentos, construção e reforma de edificações destinadas ao ensino e saúde.
Tipo 1 com indicador dimensional qualidade de vida em zona proximal	Alagoinhas (TI Litoral Norte e Agreste Baiano); Barreiras (TI Bacia do Rio Grande); Camaçari, Dias D'Ávila e Simões Filho (TI Metropolitano de Salvador); Feira de Santana (TI Portal do Sertão); Maetinga (TI Vitória da Conquista).	1, 2, 4, 12, 13, 23, 24, 25, 32, 33, 34, 35, 36	Indicadores de condição de vida e condição econômica suficientes.  Parte das variáveis do indicador dimensional de qualidade de vida suficiente.	Variáveis do indicador qualidade de vida com baixo desempenho: esgoto, déficit habitacional, estabelecimento escolar por habitante de 3 a 29 anos e equipe PSF por família.	Priorizar investimentos em diagnóstico, planejamento, execução e gestão em saneamento básico, infraestrutura urbana e habitação, principalmente ações em esgotamento sanitário e construção de habitações nas áreas urbanas e rurais.  Fortalecer a educação em todas as suas esferas (infraestrutura, equipamentos e insumos para estabelecimentos escolares) e intensificar programas voltados para a educação no campo, educação profissional, educação de jovens e adultos, creches, educação infantil, ensino fundamental I e II, médio e superior.  Implantar mais equipes de PSF, aumentando a rede hospitalar, ambulatorial e laboratorial, de assistência social e psicológica e de serviços de emergência.

(continua)

ASPECTO: VULNERABILIDADE SOCIAL					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Município(s) que representa(m) a ocorrência do(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) o(s) critério(s)	Indicadores que refletem condição(ões) favorável(is) à vulnerabilidade social	Indicadores que refletem condição(ões) desfavorável(is) à vulnerabilidade social	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) da vulnerabilidade social
Tipo 1 com indicador dimensional condição econômica em zona proximal	Itabuna (TI Litoral Sul); Itapetinga (TI Médio Sudoeste da Bahia); Salvador (TI Metropolitano de Salvador); São Domingos e Valente (TI Sisal); Teixeira de Freitas (TI Extremo Sul).	22, 23, 27, 28, 29, 34	Indicadores de condição de vida e qualidade de vida suficientes.  Parte das variáveis do indicador dimensional de condição econômica suficiente.	Variáveis do indicador condição econômica- com baixo desempenho: orçamento municipal <i>per capita</i> , PIB <i>per capita</i> , renda <i>per capita</i> e diversificação da economia.	Priorizar investimentos em educação e qualificação profissional em diversos seguimentos de atividades (serviço, indústria, agropecuária).  Implantar de forma planejada estabelecimentos produtivos, educacionais, culturais e de serviços visando uma maior diversificação da economia, a geração de emprego e renda, a atratividade do interior baiano para profissionais qualificados e a permanência da população local nos municípios.  Criar políticas para o fortalecimento da gestão municipal, possibilitando ingressos próprios e investimentos locais necessários para combater a vulnerabilidade social, com a participação da comunidade organizada.
Tipo 2 com indicadores dimensionais em zona de comodidade	Itajuípe (TI Litoral Sul).	27	Variáveis do indicador dimensional de qualidade de vida e condição de vida suficientes.	Variáveis de condição econômica: orçamento municipal <i>per capita</i> , percentual de recursos próprios, PIB <i>per capita</i> e diversificação da economia.  Desigualdades sociais intramunicipais, difíceis de serem detectadas por este estudo, fazem com que a alta vulnerabilidade social esteja presente para uma parcela da população municipal.	Consolidar a infraestrutura habitacional (saneamento, energia e habitação).  Assegurar o atendimento social de qualidade a toda população, respeitando suas diferenças e especificidades.  Priorizar investimentos em educação e qualificação profissional em diversos seguimentos de atividades (serviço, indústria, agropecuária).  Implantar de forma planejada estabelecimentos produtivos, educacionais, culturais e de serviços visando uma maior diversificação da economia, a geração de emprego e renda, a atratividade do interior baiano para profissionais qualificados e a permanência da população local nos municípios.  Criar políticas para o fortalecimento da gestão municipal, possibilitando ingressos próprios e investimentos locais necessários para combater a vulnerabilidade social, com a participação da comunidade organizada.

(continua)



ASPECTO: VULNERABILIDADE SOCIAL					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Município(s) que representa(m) a ocorrência do(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) o(s) critério(s)	Indicadores que refletem condição(ões) favorável(is) à vulnerabilidade social	Indicadores que refletem condição(ões) desfavorável(is) à vulnerabilidade social	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) da vulnerabilidade social
Tipo 2 com indicador dimensional condição de vida em zona proximal	Lajedão (TI Extremo Sul).	28	<p>Variáveis do indicador dimensional de qualidade de vida suficientes.</p> <p>Parte das variáveis do indicador dimensional de condição de vida suficiente.</p>	<p>Variáveis de condição de vida: pessoas na linha da miséria, mortalidade infantil, gravidez na adolescência e óbito por causa externa.</p> <p>Variáveis de condição econômica: orçamento municipal <i>per capita</i>, percentual de recursos próprios, PIB <i>per capita</i> e diversificação da economia.</p>	<p>Priorizar investimentos em educação e qualificação profissional em diversos seguimentos de atividades (serviço, indústria, agropecuária).</p> <p>Implantar de forma planejada estabelecimentos produtivos, educacionais, culturais e de serviços visando uma maior diversificação da economia, a geração de emprego e renda, a atratividade do interior baiano para profissionais qualificados e a permanência da população local nos municípios.</p> <p>Criar políticas para o fortalecimento da gestão municipal, possibilitando ingressos próprios e investimentos locais necessários para combater a vulnerabilidade social, com a participação da comunidade organizada.</p> <p>Priorizar investimentos em estudos, campanhas e programas vinculados à gravidez na adolescência e suas consequências (principalmente no que concerne a mortalidade infantil), e à violência, que deve ser tratada em suas diversas manifestações e derivações, garantindo a presença do Estado em todas as suas esferas de atendimento social nas áreas mais marginalizadas.</p> <p>Priorizar investimentos em diagnóstico, planejamento, gestão e intervenções nas áreas de saneamento e habitação, considerando-se que o valor das variáveis de condição de vida se constitui numa consequência dos arranjos dos indicadores dimensionais qualidade de vida e condição econômica.</p> <p>Destinar recursos para a elaboração de planos, aquisição de equipamentos, construção e reforma de edificações destinadas ao ensino e saúde.</p>

(continua)

ASPECTO: VULNERABILIDADE SOCIAL					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Município(s) que representa(m) a ocorrência do(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) o(s) critério(s)	Indicadores que refletem condição(ões) favorável(is) à vulnerabilidade social	Indicadores que refletem condição(ões) desfavorável(is) à vulnerabilidade social	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) da vulnerabilidade social
Tipo 2 com indicador dimensional qualidade de vida em zona proximal	Abaíra e Rio de Contas (TI Chapada Diamantina); Caatiba (TI Médio Sudoeste da Bahia); Cachoeira, Santo Antônio de Jesus e São Sebastião do Passé (TI Recôncavo); Catu (TI Litoral Norte e Agreste Baiano); Cordeiros, Jacaraci, Poções e Vitória da Conquista (TI Vitória da Conquista); Érico Cardoso (TI Bacia do Paramirim); Guanambi (Sertão Produtivo); Ibirapuã e Itanhém (Extremo Sul); Ipupiara (Irecê); Itaparica e Vera Cruz (TI Metropolitano de Salvador); Lafaiete Coutinho (TI Vale do Jiquiriçá); Nova Fátima (Bacia do Jacuípe); Porto Seguro (TI Costa do Descobrimento); Retirolândia (TI Sisal).	8, 9, 12, 13, 20, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 33, 36	Variáveis do indicador dimensional de condição de vida suficientes.  Parte das variáveis do indicador dimensional de qualidade de vida suficiente.	Variáveis de qualidade de vida: esgoto, lixo, déficit habitacional, estabelecimento escolar e equipe PSF.  Variáveis de condição econômica: orçamento municipal <i>per capita</i> , percentual de recursos próprios, PIB <i>per capita</i> e diversificação da economia.	Priorizar investimentos em diagnóstico, planejamento, execução e gestão em saneamento básico, infraestrutura urbana e habitação, principalmente ações em esgotamento sanitário e construção de habitações nas áreas urbanas e rurais.  Fortalecer a educação em todas as suas esferas (infraestrutura, equipamentos e insumos para estabelecimentos escolares) e intensificar programas voltados para a educação no campo, educação profissional, educação de jovens e adultos, creches, educação infantil, ensino fundamental I e II, médio e superior.  Implantar mais equipes de PSF, aumentando a rede hospitalar, ambulatorial e laboratorial, de assistência social e psicológica e de serviços de emergência.  Implantar de forma planejada estabelecimentos produtivos, educacionais, culturais e de serviços visando uma maior diversificação da economia, a geração de emprego e renda, a atratividade do interior baiano para profissionais qualificados e a permanência da população local nos municípios.  Criar políticas para o fortalecimento da gestão municipal, possibilitando ingressos próprios e investimentos locais necessários para combater a vulnerabilidade social, com a participação da comunidade organizada.
Tipo 2 com indicador dimensional condição econômica em zona proximal	Juazeiro (TI Sertão do São Francisco); Macarani (TI Médio Sudoeste da Bahia); Salinas da Margarida (TI Metropolitano de Salvador).	17, 22, 36	Variáveis dos indicadores dimensionais de condição de vida e qualidade de vida suficientes.	Variáveis de condição econômica: orçamento municipal <i>per capita</i> , percentual de recursos próprios, PIB <i>per capita</i> e diversificação da economia.	Priorizar investimentos em educação e qualificação profissional em diversos seguimentos de atividades (serviço, indústria, agropecuária).  Implantar de forma planejada estabelecimentos produtivos, educacionais, culturais e de serviços visando uma maior diversificação da economia, a geração de emprego e renda, a atratividade do interior baiano para profissionais qualificados e a permanência da população local nos municípios.  Criar políticas para o fortalecimento da gestão municipal, possibilitando ingressos próprios e investimentos locais necessários para combater a vulnerabilidade social, com a participação da comunidade organizada.

(continua)

ASPECTO: VULNERABILIDADE SOCIAL					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Município(s) que representa(m) a ocorrência do(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) o(s) critério(s)	Indicadores que refletem condição(ões) favorável(is) à vulnerabilidade social	Indicadores que refletem condição(ões) desfavorável(is) à vulnerabilidade social	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) da vulnerabilidade social
Tipo 3 com indicadores dimensionais em zona de comodidade	Não foram identificados municípios para este critério.	-	Variáveis dos indicadores dimensionais de qualidade de vida e condição econômica suficientes.	Variáveis de condição de vida: pessoas na linha da miséria, mortalidade infantil, gravidez na adolescência e óbito por causa externa.	<p>Priorizar investimentos em estudos, campanhas e programas vinculados à gravidez na adolescência e suas consequências (principalmente no que concerne a mortalidade infantil), e à violência, que deve ser tratada em suas diversas manifestações e derivações, garantindo a presença do Estado em todas as suas esferas de atendimento social nas áreas mais marginalizadas.</p> <p>Priorizar investimentos em diagnóstico, planejamento, gestão e intervenções nas áreas de saneamento e habitação, considerando-se que o valor das variáveis de condição de vida se constitui numa consequência dos arranjos dos indicadores dimensionais qualidade de vida e condição econômica.</p> <p>Destinar recursos para a elaboração de planos, aquisição de equipamentos, construção e reforma de edificações destinadas ao ensino e saúde.</p>
Tipo 3 com indicador dimensional condição de vida em zona proximal	Não foram identificados municípios para este critério.	-	Variáveis dos indicadores dimensionais de qualidade de vida e condição econômica suficientes.	Variáveis de condição de vida: pessoas na linha da miséria, mortalidade infantil, gravidez na adolescência e óbito por causa externa.	<p>Priorizar investimentos em estudos, campanhas e programas vinculados à gravidez na adolescência e suas consequências (principalmente no que concerne a mortalidade infantil), e à violência, que deve ser tratada em suas diversas manifestações e derivações, garantindo a presença do Estado em todas as suas esferas de atendimento social nas áreas mais marginalizadas.</p> <p>Priorizar investimentos em diagnóstico, planejamento, gestão e intervenções nas áreas de saneamento e habitação, considerando-se que o valor das variáveis de condição de vida se constitui numa consequência dos arranjos dos indicadores dimensionais qualidade de vida e condição econômica.</p> <p>Destinar recursos para a elaboração de planos, aquisição de equipamentos, construção e reforma de edificações destinadas ao ensino e saúde.</p>

(continua)

ASPECTO: VULNERABILIDADE SOCIAL					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Município(s) que representa(m) a ocorrência do(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) o(s) critério(s)	Indicadores que refletem condição(ões) favorável(is) à vulnerabilidade social	Indicadores que refletem condição(ões) desfavorável(is) à vulnerabilidade social	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) da vulnerabilidade social
Tipo 3 com indicador dimensional qualidade de vida em zona proximal	Cairu (TI Baixo Sul); Capela do Alto Alegre (TI Bacia do Jacuípe); Eunápolis (TI Costa do Descobrimento); Maiquinique (TI Médio Sudoeste da Bahia); Mata de São João (TI Litoral Norte e Agreste Baiano); São Félix do Coribe (TI Bacia do Rio Corrente); Saubara (TI Recôncavo).	3, 5, 19, 22, 24, 28, 29, 33, 35, 36	Variáveis do indicador dimensional de condição econômica suficientes.	Variáveis de condição de vida: pessoas na linha da miséria, mortalidade infantil, gravidez na adolescência e óbito por causa externa.  Variáveis de qualidade de vida: esgoto, déficit habitacional, estabelecimento escolar e equipe PSF.	Priorizar investimentos em diagnóstico, planejamento, execução e gestão em saneamento básico, infraestrutura urbana e habitação, principalmente ações em esgotamento sanitário e construção de habitações nas áreas urbanas e rurais.  Fortalecer a educação em todas as suas esferas (infraestrutura, equipamentos e insumos para estabelecimentos escolares) e intensificar programas voltados para a educação no campo, educação profissional, educação de jovens e adultos, creches, educação infantil, ensino fundamental I e II, médio e superior.  Implantar mais equipes de PSF, aumentando a rede hospitalar, ambulatorial e laboratorial, de assistência social e psicológica e de serviços de emergência.  Priorizar investimentos em estudos, campanhas e programas vinculados à gravidez na adolescência e suas consequências (principalmente no que concerne a mortalidade infantil), e à violência, que deve ser tratada em suas diversas manifestações e derivações, garantindo a presença do Estado em todas as suas esferas de atendimento social nas áreas mais marginalizadas.

(continua)

ASPECTO: VULNERABILIDADE SOCIAL					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Município(s) que representa(m) a ocorrência do(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) o(s) critério(s)	Indicadores que refletem condição(ões) favorável(is) à vulnerabilidade social	Indicadores que refletem condição(ões) desfavorável(is) à vulnerabilidade social	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) da vulnerabilidade social
Tipo 3 com indicador dimensional condição econômica em zona proximal	Paulo Afonso (TI Itaparica).	30, 31	Variáveis do indicador dimensional de qualidade de vida suficientes.	Variáveis de condição de vida: pessoas na linha da miséria, mortalidade infantil, gravidez na adolescência e óbito por causa externa.  Variáveis de condição econômica: orçamento municipal <i>per capita</i> , percentual de recursos próprios, PIB <i>per capita</i> , diversificação da economia e dinâmica populacional.	<p>Priorizar investimentos em estudos, campanhas e programas vinculados à gravidez na adolescência e suas consequências (principalmente no que concerne a mortalidade infantil), e à violência, que deve ser tratada em suas diversas manifestações e derivações, garantindo a presença do Estado em todas as suas esferas de atendimento social nas áreas mais marginalizadas.</p> <p>Priorizar investimentos em diagnóstico, planejamento, gestão e intervenções nas áreas de saneamento e habitação, considerando-se que o valor das variáveis de condição de vida se constitui numa consequência dos arranjos dos indicadores dimensionais qualidade de vida e condição econômica.</p> <p>Destinar recursos para a elaboração de planos, aquisição de equipamentos, construção e reforma de edificações destinadas ao ensino e saúde.</p> <p>Priorizar investimentos em educação e qualificação profissional em diversos seguimentos de atividades (serviço, indústria, agropecuária).</p> <p>Implantar de forma planejada estabelecimentos produtivos, educacionais, culturais e de serviços visando uma maior diversificação da economia, a geração de emprego e renda, a atratividade do interior baiano para profissionais qualificados e a permanência da população local nos municípios.</p> <p>Criar políticas para o fortalecimento da gestão municipal, possibilitando ingressos próprios e investimentos locais necessários para combater a vulnerabilidade social, com a participação da comunidade organizada.</p>
Tipo 4 com indicadores dimensionais em zona de comodidade	Não foram identificados municípios para este critério.	-	Variáveis dos indicadores dimensionais de condição econômica e condição de vida suficientes.	Variáveis de qualidade de vida: esgoto, déficit habitacional, estabelecimento escolar e equipe SUS.	<p>Priorizar investimentos em diagnóstico, planejamento, execução e gestão em saneamento básico, infraestrutura urbana e habitação, principalmente ações em esgotamento sanitário e construção de habitações nas áreas urbanas e rurais.</p> <p>Fortalecer a educação em todas as suas esferas (infraestrutura, equipamentos e insumos para estabelecimentos escolares) e intensificar programas voltados para a educação no campo, educação profissional, educação de jovens e adultos, creches, educação infantil, ensino fundamental I e II, médio e superior.</p> <p>Implantar mais equipes de PSF, aumentando a rede hospitalar, ambulatorial e laboratorial, de assistência social e psicológica e de serviços de emergência.</p>

(continua)

ASPECTO: VULNERABILIDADE SOCIAL					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Município(s) que representa(m) a ocorrência do(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) o(s) critério(s)	Indicadores que refletem condição(ões) favorável(is) à vulnerabilidade social	Indicadores que refletem condição(ões) desfavorável(is) à vulnerabilidade social	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) da vulnerabilidade social
Tipo 4 com indicador dimensional condição de vida em zona proximal	Não foram identificados municípios para este critério.	-	Variáveis do indicador dimensional de condição econômica suficientes.	Variáveis de condição de vida: mortalidade infantil, gravidez na adolescência, óbito por causa externa e presença de crianças de 0 a 4 anos.  Variáveis de qualidade de vida: esgoto, déficit habitacional, estabelecimento escolar e equipe SUS.	Priorizar investimentos em diagnóstico, planejamento, execução e gestão em saneamento básico, infraestrutura urbana e habitação, principalmente ações em esgotamento sanitário e construção de habitações nas áreas urbanas e rurais.  Fortalecer a educação em todas as suas esferas (infraestrutura, equipamentos e insumos para estabelecimentos escolares) e intensificar programas voltados para a educação no campo, educação profissional, educação de jovens e adultos, creches, educação infantil, ensino fundamental I e II, médio e superior.  Implantar mais equipes de PSF, aumentando a rede hospitalar, ambulatorial e laboratorial, de assistência social e psicológica e de serviços de emergência.  Priorizar investimentos em estudos, campanhas e programas vinculados à gravidez na adolescência e suas consequências (principalmente no que concerne a mortalidade infantil), e à violência, que deve ser tratada em suas diversas manifestações e derivações, garantindo a presença do Estado em todas as suas esferas de atendimento social nas áreas mais marginalizadas.
Tipo 4 com indicador dimensional qualidade de vida em zona proximal	Conceição do Jacuípe (TI Portal do Sertão); Ichu (TI Sisal); Luís Eduardo Magalhães (TI Bacia do Rio Grande).	1, 23, 24, 25, 33	Variáveis dos indicadores dimensionais de condição de vida e condição econômica suficientes.	Variáveis de qualidade de vida: esgoto, déficit habitacional, estabelecimento escolar e equipe SUS.	Priorizar investimentos em diagnóstico, planejamento, execução e gestão em saneamento básico, infraestrutura urbana e habitação, principalmente ações em esgotamento sanitário e construção de habitações nas áreas urbanas e rurais.  Fortalecer a educação em todas as suas esferas (infraestrutura, equipamentos e insumos para estabelecimentos escolares) e intensificar programas voltados para a educação no campo, educação profissional, educação de jovens e adultos, creches, educação infantil, ensino fundamental I e II, médio e superior.  Implantar mais equipes de PSF, aumentando a rede hospitalar, ambulatorial e laboratorial, de assistência social e psicológica e de serviços de emergência.

(continua)



ASPECTO: VULNERABILIDADE SOCIAL					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Município(s) que representa(m) a ocorrência do(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) o(s) critério(s)	Indicadores que refletem condição(ões) favorável(is) à vulnerabilidade social	Indicadores que refletem condição(ões) desfavorável(is) à vulnerabilidade social	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) da vulnerabilidade social
Tipo 4 com indicador dimensional condição econômica em zona proximal	Não foram identificados municípios para este critério.	-	Variáveis do indicador dimensional de condição de vida suficientes.	Variáveis de qualidade de vida: esgoto, déficit habitacional, estabelecimento escolar e equipe SUS.  Variáveis de condição econômica: PIB <i>per capita</i> e dinâmica populacional.	<p>Priorizar investimentos em diagnóstico, planejamento, execução e gestão em saneamento básico, infraestrutura urbana e habitação, principalmente ações em esgotamento sanitário e construção de habitações nas áreas urbanas e rurais.</p> <p>Fortalecer a educação em todas as suas esferas (infraestrutura, equipamentos e insumos para estabelecimentos escolares) e intensificar programas voltados para a educação no campo, educação profissional, educação de jovens e adultos, creches, educação infantil, ensino fundamental I e II, médio e superior.</p> <p>Implantar mais equipes de PSF, aumentando a rede hospitalar, ambulatorial e laboratorial, de assistência social e psicológica e de serviços de emergência.</p> <p>Implantar de forma planejada estabelecimentos produtivos, educacionais, culturais e de serviços visando uma maior diversificação da economia, a geração de emprego e renda, a atratividade do interior baiano para profissionais qualificados e a permanência da população local nos municípios.</p>

(continua)

ASPECTO: VULNERABILIDADE SOCIAL					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Município(s) que representa(m) a ocorrência do(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) o(s) critério(s)	Indicadores que refletem condição(ões) favorável(is) à vulnerabilidade social	Indicadores que refletem condição(ões) desfavorável(is) à vulnerabilidade social	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) da vulnerabilidade social
Tipo 5 com indicadores dimensionais em zona de comodidade	Banzaê (TI Semi-Árido Nordeste II); Barro Preto, Buerarema, Camacan, Coaraci, Floresta Azul, Ibicaraí e Itaju do Colônia (TI Litoral Sul); Ibirataia (TI Médio Rio de Contas); Itaberaba (TI Piemonte do Paraguçu); Itagi e Itambé (TI Médio Rio de Contas); Itapitanga e São José da Vitória (TI Litoral Sul); Potiraguá e Santa Cruz da Vitória (TI Médio Sudoeste da Bahia).	18, 20, 22, 24, 27, 32	Variáveis do indicador dimensional de qualidade de vida suficientes	Variáveis de condição econômica: orçamento municipal <i>per capita</i> , percentual de recursos próprios, PIB <i>per capita</i> , renda <i>per capita</i> , índice de Gini de terras, diversificação da economia e dinâmica populacional.  Variáveis de condição de vida: linha da miséria, gravidez na adolescência, óbito por causa externa, analfabetos e densidade domiciliar.	Priorizar investimentos em educação e qualificação profissional em diversos seguimentos de atividades (serviço, indústria, agropecuária).  Implantar de forma planejada estabelecimentos produtivos, educacionais, culturais e de serviços visando uma maior diversificação da economia, a geração de emprego e renda, a atratividade do interior baiano para profissionais qualificados e a permanência da população local nos municípios.  Priorizar a regularização fundiária de comunidades tradicionais (indígenas, quilombolas, fundo e feche de pasto e pescadores artesanais) e posseiros que trabalham e vivem no campo, além de continuar, com planejamento adequado, a política de reforma agrária, aumentando-se o contingente da agricultura familiar formal na Bahia, dado os números relacionados à concentração de terras e sua relação com a vulnerabilidade social.  Criar políticas para o fortalecimento da gestão municipal, possibilitando ingressos próprios e investimentos locais necessários para combater a vulnerabilidade social, com a participação da comunidade organizada.  Priorizar investimentos em estudos, campanhas e programas vinculados à gravidez na adolescência e suas consequências (principalmente no que concerne a mortalidade infantil), e à violência, que deve ser tratada em suas diversas manifestações e derivações, garantindo a presença do Estado em todas as suas esferas de atendimento social nas áreas mais marginalizadas.  Priorizar investimentos em diagnóstico, planejamento, gestão e intervenções nas áreas de saneamento e habitação, considerando-se que o valor das variáveis de condição de vida se constitui numa consequência dos arranjos dos indicadores dimensionais qualidade de vida e condição econômica.  Destinar recursos para a elaboração de planos, aquisição de equipamentos, construção e reforma de edificações destinadas ao ensino (priorizando a educação de jovens e adultos) e saúde.

(continua)

ASPECTO: VULNERABILIDADE SOCIAL					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Município(s) que representa(m) a ocorrência do(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) o(s) critério(s)	Indicadores que refletem condição(ões) favorável(is) à vulnerabilidade social	Indicadores que refletem condição(ões) desfavorável(is) à vulnerabilidade social	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) da vulnerabilidade social
Tipo 5 com indicador dimensional condição de vida em zona proximal	Almadina (TI Litoral Sul); Cravolândia e Itiruçu (TI Vale do Jiquiriçá); Itagimirim e Santa Inês (TI Costa do Descobrimento); Nazaré (TI Recôncavo).	20, 21, 22, 26, 27, 28, 36	Variáveis dos indicadores dimensionais de qualidade de vida suficientes e variáveis do indicador dimensional de condição de vida em situação mediana, próximas às suficientes proximais.	Variáveis de condição econômica: orçamento municipal <i>per capita</i> , percentual de recursos próprios, PIB <i>per capita</i> , renda <i>per capita</i> , índice de Gini de terras, diversificação da economia e dinâmica populacional.	<p>Priorizar investimentos em educação e qualificação profissional em diversos seguimentos de atividades (serviço, indústria, agropecuária).</p> <p>Implantar de forma planejada estabelecimentos produtivos, educacionais, culturais e de serviços visando uma maior diversificação da economia, a geração de emprego e renda, a atratividade do interior baiano para profissionais qualificados e a permanência da população local nos municípios.</p> <p>Priorizar a regularização fundiária de comunidades tradicionais (indígenas, quilombolas, fundo e feche de pasto e pescadores artesanais) e posseiros que trabalham e vivem no campo, além de continuar, com planejamento adequado, a política de reforma agrária, aumentando-se o contingente da agricultura familiar formal na Bahia, dado os números relacionados à concentração de terras e sua relação com a vulnerabilidade social.</p> <p>Criar políticas para o fortalecimento da gestão municipal, possibilitando ingressos próprios e investimentos locais necessários para combater a vulnerabilidade social, com a participação da comunidade organizada.</p>

(continua)

ASPECTO: VULNERABILIDADE SOCIAL					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Município(s) que representa(m) a ocorrência do(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) o(s) critério(s)	Indicadores que refletem condição(ões) favorável(is) à vulnerabilidade social	Indicadores que refletem condição(ões) desfavorável(is) à vulnerabilidade social	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) da vulnerabilidade social
Tipo 5 com indicador dimensional qualidade de vida em zona proximal	Riachão do Jacuípe, São José do Jacuípe, Várzea da Roça e Várzea do Poço (TI Bacia do Jacuípe); Caturama e Paramirim (TI Bacia do Paramirim); Canápolis e Tabocas do Brejo Velho (TI Bacia do Rio Corrente); Aratuípe (TI Baixo Sul); Barra da Estiva, Bonito, Ibitiara, Lençóis, Mucugê e Palmeiras (TI Chapada Diamantina); Belmonte e Santa Cruz Cabralia (TI Costa do Descobrimento); Itamaraju e Medeiros Neto (TI Extremo Sul); Barro Alto, Irecê, Jussara, Presidente Dutra, Uibaí e Xique-Xique (TI Irecê); Abaré (TI Itaparica); Olindina (TI Litoral Norte e Agreste Baiano); Aurelino Leal, Canavieiras, Ilhéus, Itapé, Mascote, Pau Brasil, Ubaitaba e Uruçuca (TI Litoral Sul); Aiquara, Barra do Rocha, Gongogi, Ipiauí e Jitaúna (TI Médio Rio de Contas); Ibicuí (TI Médio Sudoeste da Bahia); Capim Grosso e Jacobina (TI Piemonte da Diamantina); Iaçu (TI Piemonte do Paraguaçu); Senhor do Bonfim (TI Piemonte Norte do Itapicuru); Tanquinho e Terra Nova (TI Portal do Sertão); Castro Alves, Muniz Ferreira, Santo Amaro e São Félix (TI Recôncavo); Antas, Cipó, Fátima, Heliópolis e Novo Triunfo (TI Semi-Árido Nordeste II); Brumado, Ibiassucê e Tanhaçu (TI Sertão Produtivo); Barrocas, Conceição do Coité e Serrinha (TI Sisal); Itaquara (TI Vale do Jiquiriçá); Barra do Choça (TI Vitória da Conquista).	2, 3, 5, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 32, 33, 36	Parte das variáveis do indicador dimensional de qualidade de vida suficiente.	Variáveis de condição econômica: orçamento municipal <i>per capita</i> , percentual de recursos próprios, PIB <i>per capita</i> , renda <i>per capita</i> , índice de Gini de terras, diversificação da economia e dinâmica populacional.  Variáveis de qualidade de vida: esgoto, déficit habitacional, estabelecimento escolar e equipe PSF.  Variáveis de condição de vida: linha da miséria, gravidez na adolescência, óbito por causa externa, analfabetos e densidade domiciliar.	Priorizar investimentos em educação e qualificação profissional em diversos seguimentos de atividades (serviço, indústria, agropecuária).  Implantar de forma planejada estabelecimentos produtivos, educacionais, culturais e de serviços visando uma maior diversificação da economia, a geração de emprego e renda, a atratividade do interior baiano para profissionais qualificados e a permanência da população local nos municípios.  Priorizar a regularização fundiária de comunidades tradicionais (indígenas, quilombolas, fundo e feche de pasto e pescadores artesanais) e posseiros que trabalham e vivem no campo, além de continuar, com planejamento adequado, a política de reforma agrária, aumentando-se o contingente da agricultura familiar formal na Bahia, dado os números relacionados à concentração de terras e sua relação com a vulnerabilidade social.  Criar políticas para o fortalecimento da gestão municipal, possibilitando ingressos próprios e investimentos locais necessários para combater a vulnerabilidade social, com a participação da comunidade organizada.  Priorizar investimentos em estudos, campanhas e programas vinculados à gravidez na adolescência e suas consequências (principalmente no que concerne a mortalidade infantil), e à violência, que deve ser tratada em suas diversas manifestações e derivações, garantindo a presença do Estado em todas as suas esferas de atendimento social nas áreas mais marginalizadas.  Priorizar investimentos em diagnóstico, planejamento, execução e gestão em saneamento básico, infraestrutura urbana e habitação, principalmente ações em esgotamento sanitário, coleta e destinação de resíduos sólidos e construção de habitações nas áreas urbanas e rurais.  Fortalecer a educação em todas as suas esferas (infraestrutura, equipamentos e insumos para estabelecimentos escolares) e intensificar programas voltados para a educação no campo, educação profissional, educação de jovens e adultos, creches, educação infantil, ensino fundamental I e II, médio e superior.  Implantar mais equipes de PSF, aumentando a rede hospitalar, ambulatorial e laboratorial, de assistência social e psicológica e de serviços de emergência.

(continua)

ASPECTO: VULNERABILIDADE SOCIAL					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Município(s) que representa(m) a ocorrência do(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) o(s) critério(s)	Indicadores que refletem condição(ões) favorável(is) à vulnerabilidade social	Indicadores que refletem condição(ões) desfavorável(is) à vulnerabilidade social	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) da vulnerabilidade social
Tipo 5 com indicador dimensional condição econômica em zona proximal	Firmino Alves, Itarantim e Itororó (TI Médio Sudoeste da Bahia); Jequié (TI Médio Rio de Contas); Jussari (TI Litoral Sul); Rodelas (TI Itaparica); Sobradinho (TI Sertão do São Francisco).	14, 17, 20, 22, 27, 30	Variáveis dos indicadores dimensionais de qualidade de vida suficientes.  Parte das variáveis de condição econômica em situação mediana, próximas às suficientes proximais.	Variáveis de condição de vida: linha da miséria, gravidez na adolescência, óbito por causa externa, analfabetos e densidade domiciliar.	Priorizar investimentos em estudos, campanhas e programas vinculados à gravidez na adolescência e suas consequências (principalmente no que concerne a mortalidade infantil), e à violência, que deve ser tratada em suas diversas manifestações e derivações, garantindo a presença do Estado em todas as suas esferas de atendimento social nas áreas mais marginalizadas.  Priorizar investimentos em diagnóstico, planejamento, gestão e intervenções nas áreas de saneamento e habitação, considerando-se que o valor das variáveis de condição de vida se constitui numa consequência dos arranjos dos indicadores dimensionais qualidade de vida e condição econômica.  Destinar recursos para a elaboração de planos, aquisição de equipamentos, construção e reforma de edificações destinadas ao ensino (priorizando a educação de jovens e adultos) e saúde.

(continua)

ASPECTO: VULNERABILIDADE SOCIAL					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Município(s) que representa(m) a ocorrência do(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) o(s) critério(s)	Indicadores que refletem condição(ões) favorável(is) à vulnerabilidade social	Indicadores que refletem condição(ões) desfavorável(is) à vulnerabilidade social	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) da vulnerabilidade social
Tipo 6 com indicadores dimensionais em zona de comodidade	Não foram identificados municípios para este critério.	-	Variáveis do indicador dimensional de condição de vida suficiente.	<p>Variáveis de condição econômica: orçamento municipal <i>per capita</i>, percentual de recursos próprios, PIB <i>per capita</i>, Gini de terras, dinâmica populacional e diversificação da economia.</p> <p>Variáveis de qualidade de vida: esgoto, déficit habitacional, estabelecimento escolar e equipe SUS.</p>	<p>Priorizar investimentos em educação e qualificação profissional em diversos seguimentos de atividades (serviço, indústria, agropecuária).</p> <p>Implantar de forma planejada estabelecimentos produtivos, educacionais, culturais e de serviços visando uma maior diversificação da economia, a geração de emprego e renda, a atratividade do interior baiano para profissionais qualificados e a permanência da população local nos municípios.</p> <p>Priorizar a regularização fundiária de comunidades tradicionais (indígenas, quilombolas, fundo e feche de pasto e pescadores artesanais) e posseiros que trabalham e vivem no campo, além de continuar, com planejamento adequado, a política de reforma agrária, aumentando-se o contingente da agricultura familiar formal na Bahia, dado os números relacionados à concentração de terras e sua relação com a vulnerabilidade social.</p> <p>Criar políticas para o fortalecimento da gestão municipal, possibilitando ingressos próprios e investimentos locais necessários para combater a vulnerabilidade social, com a participação da comunidade organizada.</p> <p>Priorizar investimentos em diagnóstico, planejamento, execução e gestão em saneamento básico, infraestrutura urbana e habitação, principalmente ações em esgotamento sanitário e construção de habitações nas áreas urbanas e rurais.</p> <p>Fortalecer a educação em todas as suas esferas (infraestrutura, equipamentos e insumos para estabelecimentos escolares) e intensificar programas voltados para a educação no campo, educação profissional, educação de jovens e adultos, creches, educação infantil, ensino fundamental I e II, médio e superior.</p> <p>Implantar mais equipes de PSF, aumentando a rede hospitalar, ambulatorial e laboratorial, de assistência social e psicológica e de serviços de emergência.</p>

(continua)



ASPECTO: VULNERABILIDADE SOCIAL					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Município(s) que representa(m) a ocorrência do(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) o(s) critério(s)	Indicadores que refletem condição(ões) favorável(is) à vulnerabilidade social	Indicadores que refletem condição(ões) desfavorável(is) à vulnerabilidade social	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) da vulnerabilidade social
Tipo 6 com indicador dimensional condição de vida em zona proximal	Brejolândia (TI Bacia do Rio Corrente); Feira da Mata (TI Velho Chico); Teofilândia (TI Sisal).	2, 3, 5, 23, 32	Parte das variáveis do indicador dimensional de condição de vida suficiente.	<p>Variáveis de condição econômica: orçamento municipal <i>per capita</i>, percentual de recursos próprios, PIB <i>per capita</i>, Gini de terras, dinâmica populacional e diversificação da economia.</p> <p>Variáveis de qualidade de vida: esgoto, déficit habitacional, estabelecimento escolar e equipe SUS.</p> <p>Variáveis de condição de vida: linha da miséria, mortalidade infantil, gravidez na adolescência, óbito por causa externa, analfabetos e densidade domiciliar.</p>	<p>Priorizar investimentos em educação e qualificação profissional em diversos seguimentos de atividades (serviço, indústria, agropecuária).</p> <p>Implantar de forma planejada estabelecimentos produtivos, educacionais, culturais e de serviços visando uma maior diversificação da economia, a geração de emprego e renda, a atratividade do interior baiano para profissionais qualificados e a permanência da população local nos municípios.</p> <p>Priorizar a regularização fundiária de comunidades tradicionais (indígenas, quilombolas, fundo e feche de pasto e pescadores artesanais) e posseiros que trabalham e vivem no campo, além de continuar, com planejamento adequado, a política de reforma agrária, aumentando-se o contingente da agricultura familiar formal na Bahia, dado os números relacionados à concentração de terras e sua relação com a vulnerabilidade social.</p> <p>Criar políticas para o fortalecimento da gestão municipal, possibilitando ingressos próprios e investimentos locais necessários para combater a vulnerabilidade social, com a participação da comunidade organizada.</p> <p>Priorizar investimentos em estudos, campanhas e programas vinculados à gravidez na adolescência e suas consequências (principalmente no que concerne a mortalidade infantil), e à violência, que deve ser tratada em suas diversas manifestações e derivações, garantindo a presença do Estado em todas as suas esferas de atendimento social nas áreas mais marginalizadas.</p> <p>Priorizar investimentos em diagnóstico, planejamento, execução e gestão em saneamento básico, infraestrutura urbana e habitação, principalmente ações em esgotamento sanitário e construção de habitações nas áreas urbanas e rurais.</p> <p>Fortalecer a educação em todas as suas esferas (infraestrutura, equipamentos e insumos para estabelecimentos escolares) e intensificar programas voltados para a educação no campo, educação profissional, educação de jovens e adultos, creches, educação infantil, ensino fundamental I e II, médio e superior.</p> <p>Implantar mais equipes de PSF, aumentando a rede hospitalar, ambulatorial e laboratorial, de assistência social e psicológica e de serviços de emergência.</p>

(continua)

ASPECTO: VULNERABILIDADE SOCIAL					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Município(s) que representa(m) a ocorrência do(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) o(s) critério(s)	Indicadores que refletem condição(ões) favorável(is) à vulnerabilidade social	Indicadores que refletem condição(ões) desfavorável(is) à vulnerabilidade social	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) da vulnerabilidade social
Tipo 6 com indicador dimensional qualidade de vida em zona proximal	Caculé (TI Sertão Produtivo); Conceição do Almeida, Cruz das Almas, Dom Macedo Costa, Muritiba e Varzedo (TI Recôncavo); Elísio Medrado (TI Vale do Jiquiriçá); Gavião (TI Bacia do Jacuípe); Ibititá (TI Irecê); Jussiape (TI Chapada Diamantina); Licínio de Almeida (TI Vitória da Conquista); Mundo Novo (Piemonte do Paraguaçu).	9, 10, 11, 12, 13, 16, 18, 19, 20, 23, 24, 25, 26	Variáveis do indicador dimensional de condição de vida suficientes.  Parte das variáveis de qualidade de vida em situação mediana, próximas às suficientes proximais.	Variáveis de condição econômica: orçamento municipal <i>per capita</i> , percentual de recursos próprios, PIB <i>per capita</i> , Gini de terras, dinâmica populacional e diversificação da economia.  Variáveis de qualidade de vida: esgoto, déficit habitacional, estabelecimento escolar e equipe SUS.	Priorizar investimentos em educação e qualificação profissional em diversos seguimentos de atividades (serviço, indústria, agropecuária).  Implantar de forma planejada estabelecimentos produtivos, educacionais, culturais e de serviços visando uma maior diversificação da economia, a geração de emprego e renda, a atratividade do interior baiano para profissionais qualificados e a permanência da população local nos municípios.  Priorizar a regularização fundiária de comunidades tradicionais (indígenas, quilombolas, fundo e feche de pasto e pescadores artesanais) e posseiros que trabalham e vivem no campo, além de continuar, com planejamento adequado, a política de reforma agrária, aumentando-se o contingente da agricultura familiar formal na Bahia, dado os números relacionados à concentração de terras e sua relação com a vulnerabilidade social.  Criar políticas para o fortalecimento da gestão municipal, possibilitando ingressos próprios e investimentos locais necessários para combater a vulnerabilidade social, com a participação da comunidade organizada.  Priorizar investimentos em diagnóstico, planejamento, execução e gestão em saneamento básico, infraestrutura urbana e habitação, principalmente ações em esgotamento sanitário e construção de habitações nas áreas urbanas e rurais.  Fortalecer a educação em todas as suas esferas (infraestrutura, equipamentos e insumos para estabelecimentos escolares) e intensificar programas voltados para a educação no campo, educação profissional, educação de jovens e adultos, creches, educação infantil, ensino fundamental I e II, médio e superior.  Implantar mais equipes de PSF, aumentando a rede hospitalar, ambulatorial e laboratorial, de assistência social e psicológica e de serviços de emergência.

(continua)

ASPECTO: VULNERABILIDADE SOCIAL					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Município(s) que representa(m) a ocorrência do(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) o(s) critério(s)	Indicadores que refletem condição(ões) favorável(is) à vulnerabilidade social	Indicadores que refletem condição(ões) desfavorável(is) à vulnerabilidade social	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) da vulnerabilidade social
Tipo 6 com indicador dimensional condição econômica em zona proximal	Guajeru e Mortugaba (TI Vitória da Conquista).	9, 12, 13	<p>Variáveis do indicador dimensional de condição de vida suficientes.</p> <p>Parte das variáveis de condição econômica em situação mediana, próximas às suficientes proximais.</p>	<p>Variáveis de qualidade de vida: esgoto, déficit habitacional, estabelecimento escolar e equipe SUS.</p> <p>Variáveis de condição econômica: orçamento municipal <i>per capita</i>, percentual de recursos próprios, PIB <i>per capita</i>, Gini de terras, dinâmica populacional e diversificação da economia.</p>	<p>Priorizar investimentos em educação e qualificação profissional em diversos seguimentos de atividades (serviço, indústria, agropecuária).</p> <p>Implantar de forma planejada estabelecimentos produtivos, educacionais, culturais e de serviços visando uma maior diversificação da economia, a geração de emprego e renda, a atratividade do interior baiano para profissionais qualificados e a permanência da população local nos municípios.</p> <p>Priorizar a regularização fundiária de comunidades tradicionais (indígenas, quilombolas, fundo e feche de pasto e pescadores artesanais) e posseiros que trabalham e vivem no campo, além de continuar, com planejamento adequado, a política de reforma agrária, aumentando-se o contingente da agricultura familiar formal na Bahia, dado os números relacionados à concentração de terras e sua relação com a vulnerabilidade social.</p> <p>Criar políticas para o fortalecimento da gestão municipal, possibilitando ingressos próprios e investimentos locais necessários para combater a vulnerabilidade social, com a participação da comunidade organizada.</p> <p>Priorizar investimentos em diagnóstico, planejamento, execução e gestão em saneamento básico, infraestrutura urbana e habitação, principalmente ações em esgotamento sanitário e construção de habitações nas áreas urbanas e rurais.</p> <p>Fortalecer a educação em todas as suas esferas (infraestrutura, equipamentos e insumos para estabelecimentos escolares) e intensificar programas voltados para a educação no campo, educação profissional, educação de jovens e adultos, creches, educação infantil, ensino fundamental I e II, médio e superior.</p> <p>Implantar mais equipes de PSF, aumentando a rede hospitalar, ambulatorial e laboratorial, de assistência social e psicológica e de serviços de emergência.</p>

(continua)

ASPECTO: VULNERABILIDADE SOCIAL					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Município(s) que representa(m) a ocorrência do(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) o(s) critério(s)	Indicadores que refletem condição(ões) favorável(is) à vulnerabilidade social	Indicadores que refletem condição(ões) desfavorável(is) à vulnerabilidade social	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) da vulnerabilidade social
Tipo 7 com indicadores dimensionais em zona de comodidade	Não foram identificados municípios para este critério.	-	Variáveis do indicador dimensional de condição econômica suficientes.	Variáveis de qualidade de vida: esgoto, déficit habitacional, estabelecimento escolar e equipe SUS.  Variáveis de condição de vida: linha da miséria, mortalidade infantil, gravidez na adolescência, óbito por causa externa, analfabetos e densidade domiciliar.	Priorizar investimentos em estudos, campanhas e programas vinculados à gravidez na adolescência e suas consequências (principalmente no que concerne a mortalidade infantil), e à violência, que deve ser tratada em suas diversas manifestações e derivações, garantindo a presença do Estado em todas as suas esferas de atendimento social nas áreas mais marginalizadas.  Priorizar investimentos em diagnóstico, planejamento, execução e gestão em saneamento básico, infraestrutura urbana e habitação, principalmente ações em esgotamento sanitário e construção de habitações nas áreas urbanas e rurais.  Fortalecer a educação em todas as suas esferas (infraestrutura, equipamentos e insumos para estabelecimentos escolares) e intensificar programas voltados para a educação no campo, educação profissional, educação de jovens e adultos, creches, educação infantil, ensino fundamental I e II, médio e superior.  Implantar mais equipes de PSF, aumentando a rede hospitalar, ambulatorial e laboratorial, de assistência social e psicológica e de serviços de emergência.
Tipo 7 com indicador dimensional condição de vida em zona proximal	Não foram identificados municípios para este critério.	-	Variáveis do indicador dimensional de condição econômica suficientes.  Parte das variáveis de condição de vida em situação mediana, próximas às suficientes proximais.	Variáveis de qualidade de vida: esgoto, déficit habitacional, estabelecimento escolar e equipe SUS.  Variáveis de condição de vida: linha da miséria, mortalidade infantil, gravidez na adolescência, óbito por causa externa, analfabetos e densidade domiciliar.	Priorizar investimentos em estudos, campanhas e programas vinculados à gravidez na adolescência e suas consequências (principalmente no que concerne a mortalidade infantil), e à violência, que deve ser tratada em suas diversas manifestações e derivações, garantindo a presença do Estado em todas as suas esferas de atendimento social nas áreas mais marginalizadas.  Priorizar investimentos em diagnóstico, planejamento, execução e gestão em saneamento básico, infraestrutura urbana e habitação, principalmente ações em esgotamento sanitário e construção de habitações nas áreas urbanas e rurais.  Fortalecer a educação em todas as suas esferas (infraestrutura, equipamentos e insumos para estabelecimentos escolares) e intensificar programas voltados para a educação no campo, educação profissional, educação de jovens e adultos, creches, educação infantil, ensino fundamental I e II, médio e superior.  Implantar mais equipes de PSF, aumentando a rede hospitalar, ambulatorial e laboratorial, de assistência social e psicológica e de serviços de emergência.

(continua)

ASPECTO: VULNERABILIDADE SOCIAL					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Município(s) que representa(m) a ocorrência do(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) o(s) critério(s)	Indicadores que refletem condição(ões) favorável(is) à vulnerabilidade social	Indicadores que refletem condição(ões) desfavorável(is) à vulnerabilidade social	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) da vulnerabilidade social
Tipo 7 com indicador dimensional qualidade de vida em zona proximal	Alcobaça (TI Extremo Sul); Esplanada (TI Litoral Norte e Agreste Baiano); Ibicoara (TI Chapada Diamantina); Itagibá (TI Médio Rio de Contas); Itapebi (TI Costa do Descobrimento); Ituaçu (TI Sertão Produtivo); Mucuri e Nova Viçosa (TI Extremo Sul); Novo Horizonte (TI Chapada Diamantina); Pintadas (TI Bacia do Jacuípe); Valença (TI Baixo Sul).	9, 11, 12, 22, 24, 25, 26, 27, 28, 35, 36	Variáveis do indicador dimensional de condição econômica suficientes.  Parte das variáveis de qualidade de vida em situação mediana, próximas às suficientes proximais.	Variáveis de qualidade de vida: esgoto, déficit habitacional, estabelecimento escolar e equipe SUS.  Variáveis de condição de vida: linha da miséria, mortalidade infantil, gravidez na adolescência, óbito por causa externa, analfabetos e densidade domiciliar.	Priorizar investimentos em estudos, campanhas e programas vinculados à gravidez na adolescência e suas consequências (principalmente no que concerne a mortalidade infantil), e à violência, que deve ser tratada em suas diversas manifestações e derivações, garantindo a presença do Estado em todas as suas esferas de atendimento social nas áreas mais marginalizadas.  Priorizar investimentos em diagnóstico, planejamento, execução e gestão em saneamento básico, infraestrutura urbana e habitação, principalmente ações em esgotamento sanitário e construção de habitações nas áreas urbanas e rurais.  Fortalecer a educação em todas as suas esferas (infraestrutura, equipamentos e insumos para estabelecimentos escolares) e intensificar programas voltados para a educação no campo, educação profissional, educação de jovens e adultos, creches, educação infantil, ensino fundamental I e II, médio e superior.  Implantar mais equipes de PSF, aumentando a rede hospitalar, ambulatorial e laboratorial, de assistência social e psicológica e de serviços de emergência.

(continua)

ASPECTO: VULNERABILIDADE SOCIAL					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Município(s) que representa(m) a ocorrência do(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) o(s) critério(s)	Indicadores que refletem condição(ões) favorável(is) à vulnerabilidade social	Indicadores que refletem condição(ões) desfavorável(is) à vulnerabilidade social	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) da vulnerabilidade social
Tipo 7 com indicador dimensional condição econômica em zona proximal	Araças (TI Litoral Norte e Agreste Baiano); Campo Formoso (TI Piemonte Norte do Itapicuru); Carafbas (TI Vitória da Conquista); Correntina (TI Bacia do Rio Corrente); São Desidério (TI Bacia do Rio Grande); Serra do Ramalho (TI Velho Chico).	1, 2, 3, 5, 7, 12, 13, 14, 15, 18, 32, 33	Parte das variáveis do indicador dimensional condição de vida suficiente.	Variáveis de qualidade de vida: esgoto, déficit habitacional, estabelecimento escolar e equipe SUS.  Variáveis de condição de vida: linha da miséria, mortalidade infantil, gravidez na adolescência, óbito por causa externa, analfabetos e densidade domiciliar.  Variáveis de condição econômica: orçamento municipal <i>per capita</i> , percentual de recursos próprios, PIB <i>per capita</i> , Gini de terras, dinâmica populacional e diversificação da economia.	Priorizar investimentos em educação e qualificação profissional em diversos seguimentos de atividades (serviço, indústria, agropecuária).  Implantar de forma planejada estabelecimentos produtivos, educacionais, culturais e de serviços visando uma maior diversificação da economia, a geração de emprego e renda, a atratividade do interior baiano para profissionais qualificados e a permanência da população local nos municípios.  Priorizar a regularização fundiária de comunidades tradicionais (indígenas, quilombolas, fundo e feche de pasto e pescadores artesanais) e posseiros que trabalham e vivem no campo, além de continuar, com planejamento adequado, a política de reforma agrária, aumentando-se o contingente da agricultura familiar formal na Bahia, dado os números relacionados à concentração de terras e sua relação com a vulnerabilidade social.  Criar políticas para o fortalecimento da gestão municipal, possibilitando ingressos próprios e investimentos locais necessários para combater a vulnerabilidade social, com a participação da comunidade organizada.  Priorizar investimentos em estudos, campanhas e programas vinculados à gravidez na adolescência e suas consequências (principalmente no que concerne a mortalidade infantil), e à violência, que deve ser tratada em suas diversas manifestações e derivações, garantindo a presença do Estado em todas as suas esferas de atendimento social nas áreas mais marginalizadas.  Priorizar investimentos em diagnóstico, planejamento, execução e gestão em saneamento básico, infraestrutura urbana e habitação, principalmente ações em esgotamento sanitário, coleta e destinação de resíduos sólidos e construção de habitações nas áreas urbanas e rurais.  Fortalecer a educação em todas as suas esferas (infraestrutura, equipamentos e insumos para estabelecimentos escolares) e intensificar programas voltados para a educação no campo, educação profissional, educação de jovens e adultos, creches, educação infantil, ensino fundamental I e II, médio e superior.  Implantar mais equipes de PSF, aumentando a rede hospitalar, ambulatorial e laboratorial, de assistência social e psicológica e de serviços de emergência.

(continua)



ASPECTO: VULNERABILIDADE SOCIAL					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Município(s) que representa(m) a ocorrência do(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) o(s) critério(s)	Indicadores que refletem condição(ões) favorável(is) à vulnerabilidade social	Indicadores que refletem condição(ões) desfavorável(is) à vulnerabilidade social	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) da vulnerabilidade social
Tipo 8 com indicadores dimensionais em zona de comodidade	<p>Acajutiba, Cardeal da Silva, Conde, Crisópolis, Itanagra, Itapicuru, Jandaíra e Rio Real (TI Litoral Norte e Agreste Baiano);</p> <p>Água Fria, Ipecaetá, Santa Bárbara e Santanópolis (TI Portal do Sertão);</p> <p>Andaraí, Iramaia, Iraquara, Morro do Chapéu, Piatã, Seabra e Souto Soares (TI Chapada Diamantina);</p> <p>Antônio Gonçalves, Caldeirão Grande e Filadélfia (TI Piemonte Norte do Itapicuru);</p> <p>Araci, Cansanção, Itiúba, Lamarão, Monte Santo, Nordestina e Quijingue (TI Sisal);</p> <p>Baixa Grande e Ipirá (TI Bacia do Jacuípe);</p> <p>Barra (TI Velho Chico);</p> <p>Belo Campo, Caetanos, Cândido Sales, Encruzilhada e Tremedal (TI Vitória da Conquista);</p> <p>Boa Vista do Tupim (TI Piemonte do Paraguaçu);</p> <p>Boquira (TI Bacia do Paramirim);</p> <p>Buritirama, Cotegipe, Mansidão, Riachão das Neves, Santa Rita de Cássia e Wanderley (TI Bacia do Rio Grande);</p> <p>Cabaceiras do Paraguaçu (TI Recôncavo);</p> <p>Caém (TI Piemonte da Diamantina);</p> <p>Cafarnaum, Itaguaçu da Bahia e Mulungu do Morro (TI Irecê);</p> <p>Camamu, Igrapiúna, Jaguaripe, Piraf do Norte, Taperoá, Teolândia e Wenceslau Guimarães (TI Baixo Sul);</p> <p>Campo Alegre de Lourdes, Canudos, Curaçá, Pilão Arcado, Sento Sé e Uauá (TI Sertão do São Francisco);</p> <p>Carinhanha, Malhada, Matina, Muquém de São Francisco, Oliveira dos Brejinhos, Riacho de Santana e Sítio do Mato (TI Velho Chico);</p> <p>Dário Meira e Manoel Vitorino (TI Médio Rio de Contas);</p> <p>Euclides da Cunha, Nova Soure, Pedro Alexandre e Santa Brígida (TI Semi-Árido Nordeste II);</p> <p>Iuiú (TI Sertão Produtivo);</p> <p>Jiquiriçá, Lajedo do Tabocal, Maracás e Planaltino (TI Vale do Jiquiriçá);</p> <p>Jucuruçu (TI Extremo Sul);</p> <p>Macururé (TI Itaparica);</p> <p>Maraú e Una (TI Litoral Sul);</p> <p>Umburanas e Várzea Nova (TI Piemonte da Diamantina).</p>	1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 35, 36	Inexistência de potencialidades a partir da escala do estudo de vulnerabilidade social.	<p>Variáveis de condição econômica: orçamento municipal <i>per capita</i>, percentual de recursos próprios, PIB <i>per capita</i>, renda <i>per capita</i>, diversificação da economia, dinâmica populacional e Gini de terras.</p> <p>Variáveis de condição de vida: linha da miséria, mortalidade infantil, gravidez na adolescência, óbito por causa externa, analfabetos e densidade domiciliar.</p> <p>Variáveis de qualidade de vida: esgoto, lixo, déficit habitacional, estabelecimento escolar e equipe SUS.</p>	<p>Priorizar investimentos em educação e qualificação profissional em diversos seguimentos de atividades (serviço, indústria, agropecuária).</p> <p>Implantar de forma planejada estabelecimentos produtivos, educacionais, culturais e de serviços visando uma maior diversificação da economia, a geração de emprego e renda, a atratividade do interior baiano para profissionais qualificados e a permanência da população local nos municípios.</p> <p>Priorizar a regularização fundiária de comunidades tradicionais (indígenas, quilombolas, fundo e feche de pasto e pescadores artesanais) e posseiros que trabalham e vivem no campo, além de continuar, com planejamento adequado, a política de reforma agrária, aumentando-se o contingente da agricultura familiar formal na Bahia, dado os números relacionados à concentração de terras e sua relação com a vulnerabilidade social.</p> <p>Criar políticas para o fortalecimento da gestão municipal, possibilitando ingressos próprios e investimentos locais necessários para combater a vulnerabilidade social, com a participação da comunidade organizada.</p> <p>Priorizar investimentos em diagnóstico, planejamento, execução e gestão em saneamento básico, infraestrutura urbana e habitação, principalmente ações em esgotamento sanitário, coleta e destinação de resíduos sólidos e construção de habitações nas áreas urbanas e rurais.</p> <p>Fortalecer a educação em todas as suas esferas (infraestrutura, equipamentos e insumos para estabelecimentos escolares) e intensificar programas voltados para a educação no campo, educação profissional, educação de jovens e adultos, creches, educação infantil, ensino fundamental I e II, médio e superior.</p> <p>Implantar mais equipes de PSF, aumentando a rede hospitalar, ambulatorial e laboratorial, de assistência social e psicológica e de serviços de emergência.</p>

(continua)

ASPECTO: VULNERABILIDADE SOCIAL					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Município(s) que representa(m) a ocorrência do(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) o(s) critério(s)	Indicadores que refletem condição(ões) favorável(is) à vulnerabilidade social	Indicadores que refletem condição(ões) desfavorável(is) à vulnerabilidade social	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) da vulnerabilidade social
Tipo 8 com indicador dimensional condição de vida em zona proximal	Anagé, Condeúba, Mirante e Piripá (TI Vitória da Conquista); Angical e Baianópolis ( TI Bacia do Rio Grande); Anguera e Antônio Cardoso (TI Portal do Sertão); Barra do Mendes (TI Irecê); Brotas de Macaúbas (TI Velho Chico); Candiba e Malhada de Pedras (TI Sertão Produtivo); Cocos, Coribe e Serra Dourada (TI Bacia do Rio Corrente); Mirangaba e Serrolândia (TI Piemonte da Diamantina); Paripiranga (TI Semiárido Nordeste II); Pedrão (TI Litoral Norte e Agreste Baiano); Pindaí (TI Sertão Produtivo); São Felipe (TI Recôncavo).	1, 2, 3, 4, 5, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 15, 18, 19, 20, 23, 24, 25, 26, 31, 32, 33	Parte das variáveis de condição de vida em situação mediana, próximas às suficientes proximais.	Variáveis de condição econômica: orçamento municipal <i>per capita</i> , percentual de recursos próprios, PIB <i>per capita</i> , renda <i>per capita</i> , diversificação da economia, dinâmica populacional e Gini de terras.  Variáveis de condição de vida: linha da miséria, mortalidade infantil, gravidez na adolescência, óbito por causa externa, analfabetos e densidade domiciliar.  Variáveis de qualidade de vida: esgoto, lixo, déficit habitacional, estabelecimento escolar e equipe SUS.	Priorizar investimentos em educação e qualificação profissional em diversos seguimentos de atividades (serviço, indústria, agropecuária).  Implantar de forma planejada estabelecimentos produtivos, educacionais, culturais e de serviços visando uma maior diversificação da economia, a geração de emprego e renda, a atratividade do interior baiano para profissionais qualificados e a permanência da população local nos municípios.  Priorizar a regularização fundiária de comunidades tradicionais (indígenas, quilombolas, fundo e feche de pasto e pescadores artesanais) e posseiros que trabalham e vivem no campo, além de continuar, com planejamento adequado, a política de reforma agrária, aumentando-se o contingente da agricultura familiar formal na Bahia, dado os números relacionados à concentração de terras e sua relação com a vulnerabilidade social.  Criar políticas para o fortalecimento da gestão municipal, possibilitando ingressos próprios e investimentos locais necessários para combater a vulnerabilidade social, com a participação da comunidade organizada.  Priorizar investimentos em estudos, campanhas e programas vinculados à gravidez na adolescência e suas consequências (principalmente no que concerne a mortalidade infantil), e à violência, que deve ser tratada em suas diversas manifestações e derivações, garantindo a presença do Estado em todas as suas esferas de atendimento social nas áreas mais marginalizadas.  Priorizar investimentos em diagnóstico, planejamento, execução e gestão em saneamento básico, infraestrutura urbana e habitação, principalmente ações em esgotamento sanitário, coleta e destinação de resíduos sólidos e construção de habitações nas áreas urbanas e rurais.  Fortalecer a educação em todas as suas esferas (infraestrutura, equipamentos e insumos para estabelecimentos escolares) e intensificar programas voltados para a educação no campo, educação profissional, educação de jovens e adultos, creches, educação infantil, ensino fundamental I e II, médio e superior.  Implantar mais equipes de PSF, aumentando a rede hospitalar, ambulatorial e laboratorial, de assistência social e psicológica e de serviços de emergência.

(continua)

ASPECTO: VULNERABILIDADE SOCIAL					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Município(s) que representa(m) a ocorrência do(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) o(s) critério(s)	Indicadores que refletem condição(ões) favorável(is) à vulnerabilidade social	Indicadores que refletem condição(ões) desfavorável(is) à vulnerabilidade social	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) da vulnerabilidade social
Tipo 8 com indicador dimensional qualidade de vida em zona proximal	Mairi, Quixabeira e Serra Preta (TI Bacía do Jacuípe); Botuporã, Ibipitanga, Macaúbas, Rio do Pires e Tanque Novo (TI Bacía do Paramirim); Jaborandi, Santa Maria da Vitória e Santana (TI Bacía do Rio Corrente); Catolândia (TI Bacía do Rio Grande); Gandu, Ibirapitanga, Ituberá e Nilo Peçanha (TI Baixo Sul); Boninal, Itaeté, Marcionílio Souza, Nova Redenção, Utinga e Wagner (TI Chapada Diamantina); Guaratinga e Itabela (TI Costa do Descobrimento); Caravelas, Prado e Vereda (TI Extremo Sul); América Dourada, Canarana, Central, Gentio do Ouro, Ibipeba, João Dourado, Lapão e São Gabriel (TI Irecê); Chorrochó e Glória (TI Itaparica); Aporá, Aramari, Entre Rios, Inhambupe, Ouriçangas e Sátiro Dias (TI Litoral Norte e Agreste Baiano); Arataca e Santa Luzia (TI Litoral Sul); Apuarema, Boa Nova, Itamari, Nova Ibiá e Ubatã (TI Médio Rio de Contas); Iguai e Nova Canaã (TI Médio Sudoeste da Bahia); Miguel Calmon, Ourolândia e Saúde (TI Piemonte da Diamantina); Itatim, Lajedinho, Piritiba, Ruy Barbosa, Santa Teresinha e Tapiramutá (TI Piemonte do Paraguaçu); Jaguarari, Pindobaçu e Ponto Novo (TI Piemonte Norte do Itapicuru); Amélia Rodrigues, Conceição da Feira, São Gonçalo dos Campos e Teodoro Sampaio (TI Portal do Sertão); Maragogipe e Sapeaçu (TI Recôncavo); Cícero Dantas, Coronel João Sá, Jeremoabo, Ribeira do Amparo, Ribeira do Pombal e Sítio do Quinto (TI Semi-Árido Nordeste II); Remanso (TI Sertão do São Francisco); Contendas do Sincorá, Lagoa Real, Livramento de Nossa Senhora, Rio do Antônio e Sebastião Laranjeiras (TI Sertão Produtivo); Biringinga, Candeal, Santaluz e Tucano (TI Sisal); Amargosa, Brejões, Irajuba, Jaguaquara, Laje, Milagres, Mutuípe, Nova Itarana e Ubaíra (TI Vale do Jiquiriçá); Bom Jesus da Lapa, Ibotirama, Igaporã e Morpará (TI Velho Chico); Presidente Jânio Quadros e Ribeirão do Largo (TI Vitória da Conquista).	1, 2, 3, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 35, 36	Parte das variáveis de qualidade de vida em situação mediana, próximas às suficientes proximais.	Variáveis de condição econômica: orçamento municipal <i>per capita</i> , percentual de recursos próprios, PIB <i>per capita</i> , renda <i>per capita</i> , diversificação da economia, dinâmica populacional e Gini de terras.  Variáveis de condição de vida: linha da miséria, mortalidade infantil, gravidez na adolescência, óbito por causa externa, analfabetos e densidade domiciliar.  Variáveis de qualidade de vida: esgoto, lixo, déficit habitacional, estabelecimento escolar e equipe SUS.	Priorizar investimentos em educação e qualificação profissional em diversos seguimentos de atividades (serviço, indústria, agropecuária).  Implantar de forma planejada estabelecimentos produtivos, educacionais, culturais e de serviços visando uma maior diversificação da economia, a geração de emprego e renda, a atratividade do interior baiano para profissionais qualificados e a permanência da população local nos municípios.  Priorizar a regularização fundiária de comunidades tradicionais (indígenas, quilombolas, fundo e feche de pasto e pescadores artesanais) e posseiros que trabalham e vivem no campo, além de continuar, com planejamento adequado, a política de reforma agrária, aumentando-se o contingente da agricultura familiar formal na Bahia, dado os números relacionados à concentração de terras e sua relação com a vulnerabilidade social.  Criar políticas para o fortalecimento da gestão municipal, possibilitando ingressos próprios e investimentos locais necessários para combater a vulnerabilidade social, com a participação da comunidade organizada.  Priorizar investimentos em estudos, campanhas e programas vinculados à gravidez na adolescência e suas consequências (principalmente no que concerne a mortalidade infantil), e à violência, que deve ser tratada em suas diversas manifestações e derivações, garantindo a presença do Estado em todas as suas esferas de atendimento social nas áreas mais marginalizadas.  Priorizar investimentos em diagnóstico, planejamento, execução e gestão em saneamento básico, infraestrutura urbana e habitação, principalmente ações em esgotamento sanitário, coleta e destinação de resíduos sólidos e construção de habitações nas áreas urbanas e rurais.  Fortalecer a educação em todas as suas esferas (infraestrutura, equipamentos e insumos para estabelecimentos escolares) e intensificar programas voltados para a educação no campo, educação profissional, educação de jovens e adultos, creches, educação infantil, ensino fundamental I e II, médio e superior.  Implantar mais equipes de PSF, aumentando a rede hospitalar, ambulatorial e laboratorial, de assistência social e psicológica e de serviços de emergência.

(continua)

ASPECTO: VULNERABILIDADE SOCIAL					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Município(s) que representa(m) a ocorrência do(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) o(s) critério(s)	Indicadores que refletem condição(ões) favorável(is) à vulnerabilidade social	Indicadores que refletem condição(ões) desfavorável(is) à vulnerabilidade social	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) da vulnerabilidade social
Tipo 8 com indicador dimensional condição de vida em zona proximal	<p>Pé de Serra (TI Bacia do Jacuípe);</p> <p>Formosa do Rio Preto (TI Bacia do Rio Grande);</p> <p>Presidente Tancredo Neves (TI Baixo Sul);</p> <p>Itacaré (TI Litoral Sul);</p> <p>Ibiquera, Macajuba e Rafael Jambeiro (TI Piemonte do Paraguaçu);</p> <p>Andorinha (TI Piemonte Norte do Itapicuru);</p> <p>Coração de Maria, Irará e Santo Estêvão (TI Portal do Sertão);</p> <p>Governador Mangabeira (TI Recôncavo);</p> <p>Adustina (TI Semi-Árido Nordeste II);</p> <p>Casa Nova (TI Sertão do São Francisco);</p> <p>Caetitê, Dom Basílio, Palmas de Monte Alto e Urandi (TI Sertão Produtivo);</p> <p>Queimadas (TI Sisal);</p> <p>São Miguel das Matas (TI Vale do Jiquiriçá);</p> <p>Aracatu, Bom Jesus da Serra e Planalto (TI Vitória da Conquista).</p>	1, 2, 3, 5, 6, 8, 9, 12, 13, 16, 18, 19, 20, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 31, 32	Parte das variáveis de condição econômica em situação mediana, próximas às suficientes proximais.	<p>Variáveis de condição econômica: orçamento municipal <i>per capita</i>, percentual de recursos próprios, PIB <i>per capita</i>, renda <i>per capita</i>, diversificação da economia, dinâmica populacional e Gini de terras.</p> <p>Variáveis de condição de vida: linha da miséria, mortalidade infantil, gravidez na adolescência, óbito por causa externa, analfabetos e densidade domiciliar.</p> <p>Variáveis de qualidade de vida: esgoto, lixo, déficit habitacional, estabelecimento escolar e equipe SUS.</p>	<p>Priorizar investimentos em educação e qualificação profissional em diversos seguimentos de atividades (serviço, indústria, agropecuária).</p> <p>Implantar de forma planejada estabelecimentos produtivos, educacionais, culturais e de serviços visando uma maior diversificação da economia, a geração de emprego e renda, a atratividade do interior baiano para profissionais qualificados e a permanência da população local nos municípios.</p> <p>Priorizar a regularização fundiária de comunidades tradicionais (indígenas, quilombolas, fundo e feche de pasto e pescadores artesanais) e posseiros que trabalham e vivem no campo, além de continuar, com planejamento adequado, a política de reforma agrária, aumentando-se o contingente da agricultura familiar formal na Bahia, dado os números relacionados à concentração de terras e sua relação com a vulnerabilidade social.</p> <p>Criar políticas para o fortalecimento da gestão municipal, possibilitando ingressos próprios e investimentos locais necessários para combater a vulnerabilidade social, com a participação da comunidade organizada.</p> <p>Priorizar investimentos em estudos, campanhas e programas vinculados à gravidez na adolescência e suas consequências (principalmente no que concerne a mortalidade infantil), e à violência, que deve ser tratada em suas diversas manifestações e derivações, garantindo a presença do Estado em todas as suas esferas de atendimento social nas áreas mais marginalizadas.</p> <p>Priorizar investimentos em diagnóstico, planejamento, execução e gestão em saneamento básico, infraestrutura urbana e habitação, principalmente ações em esgotamento sanitário, coleta e destinação de resíduos sólidos e construção de habitações nas áreas urbanas e rurais.</p> <p>Fortalecer a educação em todas as suas esferas (infraestrutura, equipamentos e insumos para estabelecimentos escolares) e intensificar programas voltados para a educação no campo, educação profissional, educação de jovens e adultos, creches, educação infantil, ensino fundamental I e II, médio e superior.</p> <p>Implantar mais equipes de PSF, aumentando a rede hospitalar, ambulatorial e laboratorial, de assistência social e psicológica e de serviços de emergência.</p>

Fonte: Consórcio Geohidro-Sondotécnica, 2013.

As potencialidades, limitações e recomendações para a vulnerabilidade social identificadas através do estudo das zonas proximais mostram que existe uma grande demanda de ação nesta área. Tal demanda, possui dimensão diferenciada de acordo com o porte, localização e grau de urbanização dos municípios, destacando-se que nos municípios com predominância populacional rural as variáveis normalmente têm um desempenho inferior, justificando o fato de muitas destas estarem em decréscimo populacional (de acordo Censos 2000 e 2010). Assim sendo, as recomendações para os municípios com as piores situações de vulnerabilidade social, os que possuem uma taxa de urbanização alta e os que possuem centralidade regional devem ser estudados e tratados no sentido de arrefecer e prevenir privações sociais de maior porte.



#### 8.4. Sistemas Sociais Organizados

A análise dos sistemas sociais organizados na Bahia, realizados com o objetivo de indicar potencialidades, limitações e recomendações para o ZEE, foi realizada a partir de uma abordagem territorial das organizações sociais, principalmente as que lutam pela terra. Além destas, considerou-se os sindicatos patronais e de trabalhadores, as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs) e as Instituições de Utilidade Pública Federal (UPFs).

Cada município tem sua dinâmica política, que é mais intensa e sadia quando existe maior número de atores sociais atuando nos processos decisórios. Conselhos, sindicatos, partidos políticos, associações, ONGs, grupos culturais, agremiações, movimentos, dentre outros, são formas sociais de organização que dinamizam e discutem temas de importância para o conjunto da sociedade. Sem a presença deles, os interesses de minorias empoderadas tendem a se sobressair e prevalecerem.

Neste estudo, não será analisado o caso do movimento social “Sem- Teto”, visto que não existem estudos sistematizados para todo o estado da Bahia, e, portanto, não há como mensurar sua atuação.

Em relação aos atores sociais que lutam pela terra, é elevado o número de grupos que resistem a todos os tipos de dificuldades para manter seus modos de vida no campo. Esses grupos, tais como os quilombolas, pescadores artesanais e fundos de pasto, possuem cultura e arranjos produtivos específicos e estruturados, que devem ser respeitados. A abordagem rural da questão da organização social é decorrente do fato de que na Bahia, como um todo, são expressivos os conflitos de terra e os problemas decorrentes da concentração fundiária, tanto para a economia como para população. Assim, considerar os movimentos organizados dos camponeses é valorizar grupos que historicamente vêm tentando mudar a realidade rural do Brasil que é marcada pela pobreza, desigualdade, atraso tecnológico e violência.

#### 8.5. Metodologia

O tratamento analítico para a questão parte da compreensão de que o espaço geográfico deve ser analisado em sua totalidade. Assim sendo, campo e cidade são espaços de luta importantes de serem considerados em sua abrangência global e, não, localizada. Tanto o campo como a cidade expressam uma intensa conflituosidade territorial dada pelos interesses divergentes e muitas vezes antagônicos entre os agentes hegemônicos do capital, o Estado, as organizações e os movimentos sociais.

Os dados utilizados para análise rural se constituem em estudos realizados pelo Projeto Integrado de Pesquisa “A Geografia dos Assentamentos na Área Rural” – Projeto GeografAR – que vem desenvolvendo as suas pesquisas, desde agosto de 1996, tendo como proposta principal discutir o processo de apropriação/produção/organização do espaço geográfico no campo baiano, assim como as diferentes espacialidades e territorialidades que emergem ao longo deste processo. Foram considerados os quantitativos de comunidades fundo de pasto, quilombolas, indígenas, pescadores artesanais, acampamentos de trabalhadores rurais sem terra e assentamentos de reforma agrária, com dados consolidados para o ano de 2010.

As organizações sociais com localização no meio urbano de referência para este estudo foram os sindicatos (mesmo os de trabalhadores rurais possuem sede nas cidades), por terem como objetivo a defesa dos interesses econômicos, sociais e políticos das classes a que representam, se expressando como instrumentos de lutas e mobilização. Podem representar categorias profissionais de trabalhadores ou classes econômicas/empresas. Outros grupos sociais organizados sem fins lucrativos que prestam importantes serviços à sociedade são as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs) e as de Utilidade Pública Federal (UPFs). As OSCIPs são organizações sociais da iniciativa privada que obtêm o certificado fornecido pelo Ministério da Justiça. As UPFs são entidades certificadas pelo Ministério da Justiça como forma de reconhecimento por serviços prestados à sociedade. Os dados dos sindicatos, OSCIPs e UPFs foram coletados em fontes oficiais e publicações feitas por órgãos estatais.

Para este estudo buscou-se comparar quantitativamente as formas de organização social citadas anteriormente e o grau de envolvimento das instituições públicas nos órgãos colegiados (fruto do estudo da área institucional do ZEE) buscando verificar quais são os municípios onde a presença do Estado e da sociedade civil significa maiores possibilidades de articulação para a discussão e a tomada de decisão sobre políticas públicas.

Não se pode deixar de considerar que, de maneira geral, as organizações sociais ainda necessitam de espaços deliberativos que permitam atuação efetiva nos processos decisórios que envolvam os interesses da sociedade. Muitos desses espaços (câmaras, conselhos, comissões) funcionam apenas de forma a legitimar as decisões tomadas sob interesses dominantes.

#### 8.6. Resultados

No estado da Bahia existiam em 2010, cerca de 674 comunidades tradicionais quilombolas, 28 indígenas, 464 fundos de pasto, 236 organizações de pescadores tradicionais, 330 acampamentos de trabalhadores rurais sem terra e 478 assentamentos de reforma agrária. O conjunto desses grupos envolve em torno de 350 mil pessoas, o que representa quase 10% da população rural baiana.

A conquista da terra normalmente está relacionada com um processo longo de luta e resistência por parte dos trabalhadores rurais ou comunidades tradicionais. Sendo assim, as comunidades negras rurais quilombolas, as comunidades de fundo e feche de pasto, as comunidades indígenas e os acampamentos dos sem-terra atualmente se constituem nas formas de acesso à terra possíveis e viáveis na atual conjuntura política e legal da Bahia.

No caso das comunidades negras rurais quilombolas, das comunidades de fundo e feche de pasto e das comunidades indígenas, o processo do acesso à terra não passa pela questão da reforma agrária e, sim, pela regularização fundiária. Isto porque se constituem em comunidades que têm uma legislação específica que garante sua permanência nos locais onde historicamente ocupam. Apesar disso, todo o processo de regularização fundiária esbarra nos trâmites judiciais, políticos e burocráticos que o torna lento, oneroso, desgastante e traumático para as comunidades envolvidas, o que as leva trilharem caminhos de mobilização e pressão social para sua viabilização. Diante disto, as formas de acesso à terra mais ágeis de se constituírem são as vinculadas à reforma agrária com a criação pelo Estado de assentamentos rurais.

Serão tratadas as organizações sociais consideradas neste trabalho, suas características, problemática e localização.

##### Acampamentos de Trabalhadores Rurais Sem-Terra

Quanto às ocupações de terra, também chamados de acampamentos, se constituem na principal forma de pressão dos movimentos sociais que lutam por terra no Brasil, sendo uma ação que caracteriza e particulariza a questão agrária no país. O objetivo das ações destes movimentos é denunciar os problemas agrários e reivindicar soluções.

A pressão social causada pelas ocupações de terra organizadas pelos movimentos sociais vem sendo fundamental para as transformações espaciais favoráveis aos pequenos produtores e trabalhadores rurais existentes na atualidade.

Sendo assim, os acampamentos integram o processo de luta pela terra, sendo que são nas ocupações e nos acampamentos, transformados pelo Estado em Projetos de Assentamentos, que se concretiza o processo de reforma agrária.

Pelos dados apresentados, existe uma quantidade elevada de acampamentos na região do Médio São Francisco, historicamente local de grandes propriedades de terra e de alta concentração fundiária. Também existe uma grande presença de acampamentos no Sul e Extremo Sul do estado, onde as falidas fazendas de cacau estão sendo palco para pressão de seus antigos trabalhadores que agora se encontram desempregados. A faixa do Recôncavo Baiano (uma das primeiras regiões a serem ocupadas pelo MST no estado da Bahia) e do Litoral Norte demandam pela terra dos que dela foram expulsos e que, sem perspectiva migraram para os grandes centros urbanos da Região Metropolitana sem sucesso e, que por isso, necessitam e querem retornar ao trabalho rural.

##### Assentamento de Reforma Agrária

Neste caso existem os Projetos de Assentamento – PA e os Projetos Cédula da Terra ou Crédito Fundiário.

O Projeto de Assentamento (PA) corresponde à denominação dada pelo INCRA às fazendas adquiridas pelo órgão com a finalidade de reforma agrária. Normalmente uma fazenda que se transforma num PA é parcelada para a distribuição, via concessão de uso para os assentados.

Os PAs são as principais conquistas dos movimentos sociais ligados à luta pela terra e, constituem fisicamente na política por meio da qual o Governo Federal tem desenvolvido ações de reforma agrária no país. Apesar disso, os PAs estando concentrados nas regiões de grande potencial agropecuário não resolvem os problemas agrários locais, pois, além de quantitativamente insuficientes, a sua inserção na economia local é reduzida, visto a fragilidade da infraestrutura neles implantada e do pouco preparo dos assentados frente ao desafio adquirido.

Outro aspecto relevante é a falta de planejamento territorial para implantação dos Projetos de Assentamentos. O que os faz existir é simplesmente a pressão social implantada pelos movimentos sociais através dos acampamentos. Isto significa afirmar que o Estado não planeja as áreas mais viáveis para se implantar uma política de reforma agrária, são os movimentos sociais que fazem este papel, porém com a expectativa da viabilidade da ação. Isto é, as ocupações ocorrem onde os movimentos acreditam que existam fazendas mais viáveis de serem desapropriadas.

Apesar de tudo, os PAs representam algum grau de reforma da estrutura agrária do país, mas uma reforma conservadora. É preciso que eles sejam instrumentos de uma real reforma que inverta a relação territorial existente entre os latifundiários e os pequenos produtores rurais.



Segundo os dados elaborados pelo Projeto GeografAR, a Bahia possuía, em 2010, 480 Assentamentos de Reforma Agrária implantados pelo INCRA, com aproximadamente 35 mil famílias assentadas numa área total em torno de 1,36 milhões de hectares. Os PAs estão presentes em todo território baiano com predominância nos TIs Litoral Sul, Extremo Sul, Chapada Diamantina e na região do rio São Francisco, podendo ser visualizado seu crescimento quantitativo na região do município de Vitória da Conquista e no nordeste do estado.

Os Projetos Cédula da Terra e Crédito Fundiário representam a materialização das políticas de agências financeiras multilaterais, no caso o Banco Mundial, no âmbito da desconcentração de terras. Trata-se de um Programa Fundiário no qual o acesso à terra é dado por meio do negócio de compra e venda, sendo por isso denominado de "Reforma Agrária de Mercado". Neste tipo de programa o assentado se compromete a pagar pela sua propriedade depois de um curto período de carência. É importante destacar que muitos dos Projetos Cédula da Terra e Crédito Fundiário não vêm se viabilizando já que sua localização e a qualidade da terra não permitiram aos assentados o desenvolvimento suficiente para poderem pagar as parcelas devidas pela compra da terra.

Segundo os dados elaborados pelo Projeto GeografAR, a Bahia possui 198 Projetos Cédula da Terra e Crédito Fundiário implantados pelo Estado com aproximadamente 7.200 famílias assentadas numa área total de 141,6 mil hectares.

Especialmente, este tipo de política se manifesta de forma pouco favorável aos assentados. Onde houve oferta de terra para compra com preços mais baratos, pode ter acontecido este tipo de projeto. Existe uma quantidade mais significativa na região noroeste do estado, próxima ao rio São Francisco.

### Comunidades de Fundo e Feche de Pasto

As comunidades de Fundo de Pasto são formações socioeconômicas que configuram um modelo diferenciado de posse e uso da terra no Semiárido baiano, cuja expressão social vai além da sua participação como força produtiva. As propriedades coletivas são ocupadas, em geral, por uma comunidade de origem familiar comum que realiza como atividade predominante, o pastoreio comunitário extensivo de gado de pequeno porte e a agricultura de subsistência.

Especialmente, as propriedades comunitárias são abertas, sem cercas de identificação da posse ou dos limites gerais. Estas comunidades tradicionais obtiveram o reconhecimento na Constituição do estado da Bahia em 1988. A organização destas comunidades varia conforme as mudanças climáticas ou em razão das características do grupo social.

Da mesma forma que as Comunidades Quilombolas, as de Fundo de Pasto enfrentam dificuldades com relação ao processo de identificação, reconhecimento e legalização das suas terras. Processo que se arrasta, pois, não obstante estas formas comuns de acesso à terra ocorrerem em terras devolutas, surgem, freqüentemente, supostos donos com a intenção de tomar posse da terra, potencializando áreas de conflitos, que aumentam à medida que ocorre a valorização produtiva dessas terras.

A resistência na terra nessa modalidade de assentamento, e o processo de seu reconhecimento pelo Estado, passa pela sua organização formal em Associações, ação que vem crescendo na última década já que muitas comunidades vêm entendendo a importância de se organizarem formalmente.

Segundo os dados elaborados pelo Projeto GeografAR, foram identificadas na Bahia até 2010, 464 comunidades de Fundo de Pasto, ocorrendo quase que em sua totalidade ao norte do estado e, também, na a região do rio São Francisco.

### Comunidades Quilombolas

A partir de 1988, com a inserção do artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), na Constituição Federal, as comunidades quilombolas adquiriram uma nova perspectiva para a regularização fundiária das áreas em que vivem.

As Comunidades Negras Rurais Quilombolas são modalidades de assentamentos que não são organizados a partir de uma ação do Estado, mas cuja continuidade e permanência dependem da legitimação deste para garantir a sua base territorial. O reconhecimento dessas Comunidades passa, prioritariamente, por um auto-reconhecimento de sua identidade quilombola para, posteriormente, serem reconhecidas legalmente e, principalmente, terem a posse de suas terras reconhecidas.

Os dados referentes ao registro dessas Comunidades são bastante dinâmicos e acompanham o dinamismo das lutas de reconhecimento. Apoiadas nas entidades e organizações como a CPT, CONAQ, MNU, a cada dia mais e mais comunidades se identificam como quilombolas, aumentando o número de demandas do reconhecimento de seus territórios.

Segundo os dados elaborados pelo Projeto GeografAR, em 2010 na Bahia foram identificadas 674 Comunidades Negras Rurais Quilombolas distribuídas em todo o estado, vivendo realidades diversas. O TI Baixo Sul tem destaque neste contexto, assim como a Chapada Diamantina e as imediações do rio São Francisco.

É importante destacar que as comunidades quilombolas vêm sofrendo com os conflitos de terras e a violência no campo. Além disso, os processos de reconhecimento dos territórios tramitam de forma lenta. Diante desta realidade, muitas comunidades se sentem inseguras e, por isso acabam tendo que sendo obrigadas a desistir de resistir para manter seu território, fato que gera a ruptura de seus modos de vida e cultura.

### Comunidades Indígenas

A questão indígena passou a ser tema de relevância no âmbito da sociedade civil no final da década de 70. Neste momento, os índios iniciaram os primeiros movimentos de organização própria, em busca da defesa de seus interesses e direitos. Assim, organizações indígenas e entidades de defesa de direitos iniciaram um amplo debate sobre os direitos à posse das terras indígenas, além das bases de uma nova política indigenista, fundamentada no respeito às formas próprias de organização sociocultural dos povos indígenas.

Diante disto, é possível afirmar que os avanços na maneira de encarar e tratar as sociedades indígenas estabelecidas na Constituição Federal foi fruto do processo de representação do movimento que criticava a política de integração vigente.

O reconhecimento dos índios enquanto sujeitos sociais diferenciados na Constituição Federal não pode estar dissociado da questão territorial, dado o papel relevante da terra para a sua reprodução econômica, ambiental, física e cultural.

É importante destacar neste contexto que os territórios indígenas criam condições para a preservação do patrimônio biológico e do conhecimento milenar detido pelas populações indígenas a respeito deste patrimônio. Isto porque os povos indígenas possuem um profundo conhecimento sobre o meio ambiente em que vivem e, graças às suas formas tradicionais de utilização dos recursos naturais, viabilizam a manutenção de rios, da flora e da fauna.

Diante disto, a proteção das terras indígenas é uma medida estratégica para o País, seja porque se assegura um direito dos índios, seja porque se garantem os meios de sua sobrevivência física e cultural, e ainda porque se garante a proteção da biodiversidade brasileira e do conhecimento que permite o seu uso racional.

Na Bahia de acordo com os dados da FUNAI existem cerca de 12 mil indígenas, já pelo censo IBGE 2010, este número é bem mais elevado, cerca de 56 mil. Esta diferença se dá pela forma diferenciada de se contabilizar a população em questão. Para o Censo do IBGE considera-se o auto reconhecimento declarado no momento da aplicação do questionário, já para a FUNAI, contabiliza-se os indivíduos formalmente reconhecidos como índios.

As etnias existentes na Bahia são: Arikosé, Atikum, Pankararú, Pataxó, Botocudo, Pataxó Hã Hã Hãe, Kaimbé, Tupinambá, Tuxá, Kantaruré, Kariri, Kiriri, Xucuru-Karirí, Kiriri-Barra e Pankararé. No total, segundo dados do GeografAR, existem 28 comunidades indígenas.

As terras indígenas estão concentradas no Extremo Sul e Nordeste do estado, tendo alguns remanescentes no Médio São Francisco e Litoral e Baixo Sul. Em relação à situação da terra, existe uma variação no estágio dos processos, destacando-se um número significativo de terras regularizadas, e também em estudo. Diante de todas as perdas territoriais vivenciadas pelos povos indígenas desde que o Brasil foi colonizado, o que se observa é que muito pouco foi feito para se promover as condições mínimas de sobrevivência do modo de vida dessas comunidades.

### Pescadores Artesanais

A pesca artesanal é uma atividade extrativa que, historicamente, antecede a atividade agrícola. No Brasil, atualmente esta atividade insere-se numa dinâmica muito complexa que envolve desde os pescadores artesanais e suas organizações até o Estado e suas diversas políticas públicas, os grupos que promovem a pesca industrial e a aqüicultura e, os proprietários de terras.

Uma das principais questões que devem ser destacadas quando se trata da pesca artesanal é que ela deve ser entendida com uma atividade que se desenvolve tanto na terra como na água. Isto porque o acesso à água é mediado pelo acesso a terra. Assim, não é possível pescar quando o pescador vive a quilômetros de distância do mar ou do rio. Além disso, muitos pescadores complementam sua renda com atividades agrícolas, mantendo um modo de vida particular.

A problemática dos pescadores artesanais inicia-se a partir do momento em que eles estão perdendo gradativamente o acesso a terra e, conseqüentemente à água, por causa da especulação imobiliária e da ocupação por grandes projetos, principalmente turísticos, que acontece de forma crescente nas áreas costeiras. Outro aspecto que vem interferindo na manutenção do pescador artesanal em seu local de origem é o processo de concentração de terras que, historicamente, tem expulsado pessoas do campo para a cidade.

Outra questão que vem dificultando o modo de vida do pescador é a fragilidade ambiental diante das formas de ocupação que vem acontecendo nas áreas que eles se utilizam para sobreviver. A fauna aquática vem sofrendo inúmeras agressões que vão desde a pesca predatória, até os efeitos da poluição urbana e do aquecimento global. Diante disto, o pescador artesanal tem encontrado dificuldades em conseguir se manter da pesca em momentos que os impactos ambientais são mais agressivos.

Em relação ao acesso à água apresenta-se a seguinte questão: este vem se limitando aos pescadores artesanais pelo desenvolvimento de grandes projetos de aqüicultura, que tem demonstrado um crescimento expressivo no Brasil nos últimos anos. Tal atividade desenvolve-se nas áreas tradicionalmente usadas por pescadores artesanais e marisqueiras, impondo ao espaço outra lógica que desorganiza a atividade em seu modo tradicional.

No Estado da Bahia existe uma vasta quantidade de organizações sociais ligadas a pesca artesanal, distribuídas onde se tem acesso a água. Assim sendo, o litoral do Estado e eos municípios que margeiam o rio São Francisco aglutinam a maior parte destas organizações.

### **Sindicato**

No Estado da Bahia existem 341 sindicatos patronais e 715 sindicatos de trabalhadores, totalizando 1.056 organizações sindicais. Do total, cerca de 57% (602) são representações do setor da agricultura.

Feira de Santana, localizada no TI Portal do Sertão é o município com maior quantidade de sindicatos. Nos TIs Litoral Sul e Extremo Sul existem 86 sindicatos patronais e 140 sindicatos de trabalhadores. Destes sindicatos de trabalhadores, 60 são de trabalhadores da agricultura, 54 de trabalhadores do comércio, 17 de trabalhadores da indústria e nove de trabalhadores do setor de serviços. O destaque é para os que representam os trabalhadores da agricultura. Em seis municípios não são registrados sindicatos de trabalhadores rurais (Cairu, Floresta Azul, Jucuruçu, São José da Vitória, Teolândia e Vereda), e em Mascote e Pau Brasil (TI Litoral Sul) existem dois sindicatos para cada município. Em 54 municípios da macrorregião encontra-se um sindicato. No município de Eunápolis (TI Costa do Descobrimento) localiza-se uma Delegacia de Trabalhadores na Agricultura, e em Itabuna (TI Litoral Sul) encontra-se um Polo de Trabalhadores na Agricultura.

Para os sindicatos de trabalhadores do comércio, o destaque é para os municípios de Ilhéus e Itabuna, nestes são registrados 13 e nove sindicatos, respectivamente. Em relação aos sindicatos patronais, na macrorregião Litoral Sul, 56 são representantes da agricultura, cinco da indústria e 25 do setor de serviços. Observa-se que a quantidade de sindicatos patronais da agricultura é equivalente à quantidade de sindicatos de trabalhadores do mesmo segmento. Isso demonstra que a questão da terra na macrorregião Litoral Sul é também caracterizada por tensões entre os grandes fazendeiros e os trabalhadores.

Nos TIs Recôncavo e RMS existem 43 sindicatos patronais e 116 sindicatos de trabalhadores. Dos sindicatos de trabalhadores, 41 são de trabalhadores do comércio, 37 de trabalhadores da indústria, 27 de trabalhadores da agricultura e 10 de trabalhadores do setor de serviços. Os sindicatos de trabalhadores do comércio são em maior número, com destaque para a capital Salvador onde são registrados 19. Também é de Salvador o maior número de sindicatos de trabalhadores na indústria (16). Em relação aos trabalhadores da agricultura, a grande maioria dos sindicatos (20) está localizada no TI de Identidade Recôncavo, o que corresponde a cerca de 74% do total. Apenas sete sindicatos são registrados no TI Metropolitano de Salvador, e em três municípios deste território não são registrados sindicatos de trabalhadores rurais (Madre de Deus, Salinas da Margarida e Simões Filho).

Em relação a representação patronal, no TI RMS observa-se uma grande quantidade de sindicatos patronais nos setores da indústria e de serviços. Isso porque Salvador e outros municípios da RMS concentram o maior polo industrial do estado, o que conseqüentemente, fomenta o setor de serviços e aumenta a representação das empresas.

O TI Litoral Norte possui 21 sindicatos patronais e 23 sindicatos de trabalhadores. Dos sindicatos de trabalhadores, 20 são de trabalhadores da agricultura, três são de trabalhadores do comércio. Não são registrados sindicatos de trabalhadores da indústria e do setor de serviços. Na macrorregião Litoral Norte não existe Delegacia de Trabalhadores na Agricultura nem Polo de Trabalhadores na Agricultura. Entretanto, em apenas dois municípios não são encontrados sindicatos de trabalhadores rurais (Aramari e Conde).

Em relação aos sindicatos patronais no TI Litoral Norte, cinco são representantes da agricultura e 16 do setor de serviços. Não existem sindicatos patronais da indústria. Observa-se que a maior parte dos sindicatos patronais concentra-se nos serviços, onde não são registrados sindicatos de trabalhadores desta categoria. O turismo em expansão nesta macrorregião deve ser provavelmente um dos motivos para a destacada representação das empresas.

Na parte central do Estado, o que abrange toda região semiárida, em apenas dois municípios não são registrados sindicatos de trabalhadores rurais – Feira da Mata (TI Velho Chico) e Nova Ibiá (TI Médio Rio de Contas). Em Araci, Serrinha e Teofilândia (TI Sisal), existem dois sindicatos de trabalhadores da agricultura para cada município. As Delegacias de Trabalhadores da Agricultura estão localizadas em cinco municípios, a saber: Bom Jesus da Lapa (TI Velho Chico), Jequié (TI Médio rio de Contas), Juazeiro (TI Sertão do São Francisco), Senhor do Bonfim (TI Piemonte Norte do Itapicuru) e Vitória da Conquista (TI Vitória da Conquista). Em relação aos sindicatos patronais, nesta mesma região central, 119 são representantes da agricultura, 21 da indústria e 45 do setor de serviços. Observa-se que a quantidade de sindicatos patronais de agricultura é mais expressiva nos territórios Portal do Sertão, Médio Rio de Contas e Vale do Jiquiriçá. Quantitativamente os territórios mais representativos em relação aos sindicatos são Portal do Sertão, Médio Rio de Contas e Sisal. Feira de Santana, localizada no território Portal do Sertão é o município com maior quantidade de sindicatos, seguido de Vitória da Conquista (TI Vitória da Conquista) e Jequié (TI Médio rio de Contas).

Por fim, na região Oeste da Bahia existem apenas 6 sindicatos patronais e 31 sindicatos de trabalhadores. Destes sindicatos de trabalhadores, 25 são de trabalhadores da agricultura, três de trabalhadores do comércio e dois de trabalhadores da indústria e nenhum referente ao setor de serviços. Destacam-se em maior quantidade, os que representam os trabalhadores da agricultura. Em todos os municípios desta região existe um sindicato desta categoria. Todos os sindicatos de trabalhadores do comércio e da indústria estão localizados no município de Barreiras e, ainda nesse município, encontra-se uma Delegacia de Trabalhadores na Agricultura.

Em relação aos sindicatos patronais, na região Oeste todos os seis sindicatos são de representação da agricultura. Destes, cinco estão localizados no Território de Identidade Bacia do Rio Grande. Esta maior quantidade de sindicatos que representam setores da agricultura deve-se ao fato da macrorregião ter sua economia concentrada na agropecuária.

### Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) e Instituição de Utilidade Pública Federal (UPF)

No Estado da Bahia existem 132 OSCIPs e 203 UPFs. Quantitativamente, o TI RMS é o mais representativo, e a capital, Salvador, o município com maior número deste tipo de organização social em todo o Estado. Em Camaçari, Lauro de Freitas, Salvador e Santo Amaro são registradas 59 OSCIPs.

Nos TIs Litoral Sul e Extremo Sul, em 13 municípios são registradas OSCIPs, totalizando 27 organizações. Em sete municípios encontram-se UPFs, totalizando 18 instituições.

O TI Litoral Norte, apresenta o menor número de OSCIPs, uma em Catu e outra em Sátiro Dias. Em Aporá encontra-se uma Instituição de Utilidade Pública Federal.

Na região semiárida do Estado, em dezessete municípios são registradas OSCIPs, totalizando 37 organizações. Em 35 municípios encontram-se Instituições de Utilidade Pública Federal, totalizando 77 instituições. No território Vitória da Conquista concentram-se a maior quantidade dessas organizações.

Na região Oeste em três municípios (Barreiras, Buritirama e Santa Maria da Vitória) são registradas OSCIPs, totalizando sete organizações. Em três municípios (Angical, Barreiras e Luís Eduardo Magalhães), encontram-se Instituições de Utilidade Pública Federal, totalizando três instituições. No Território de Identidade Bacia do Rio Grande concentram-se a grande maioria dessas organizações.

### Sistemas Sociais Organizados e Grau de Envolvimento das Instituições Públicas nos Órgãos Colegiados

A Figura 2 ilustra a quantidade de sistemas sociais organizados em cada município, com o objetivo de identificar as regiões com maior ou menor densidade dessas organizações.

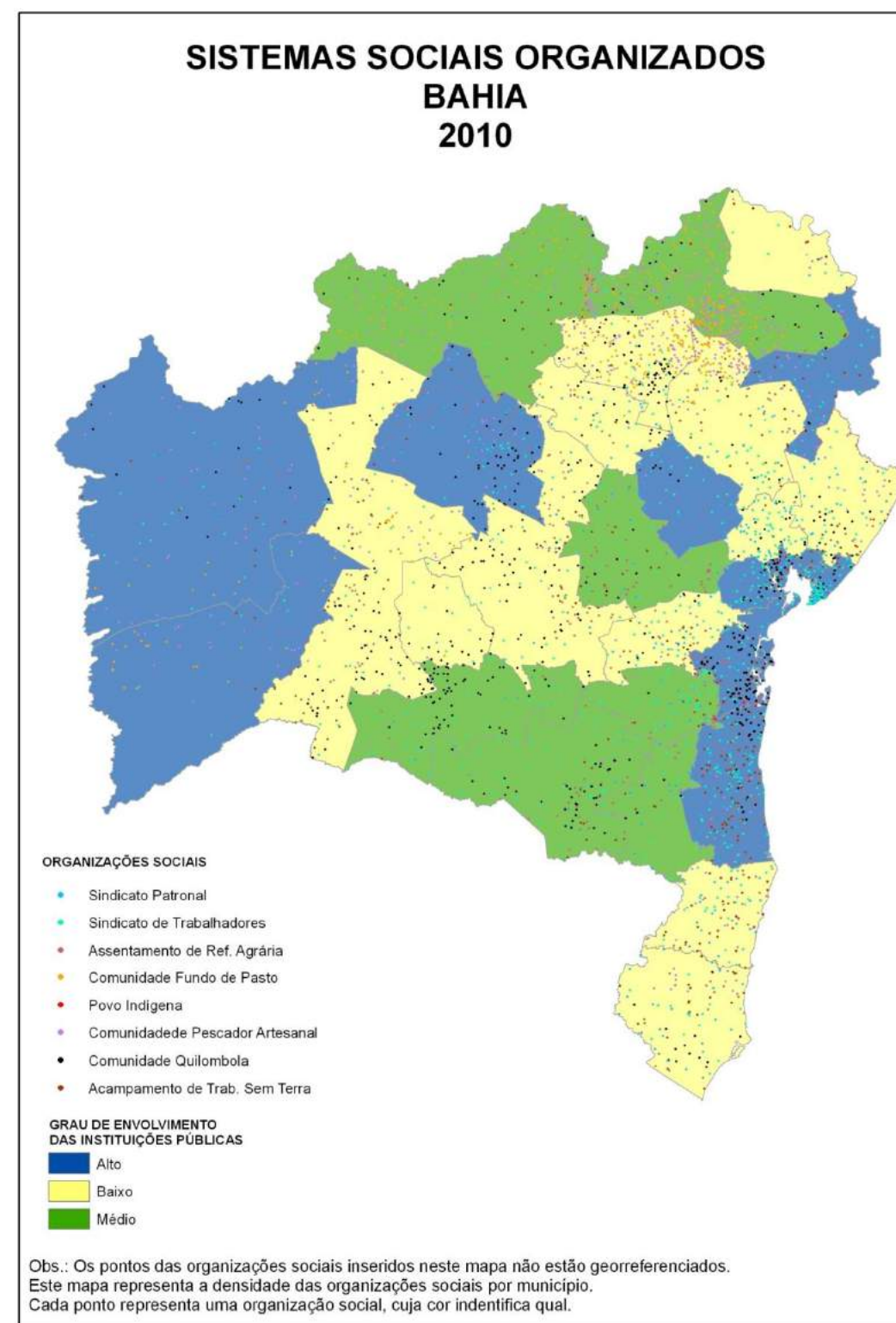


Figura 2 – Representação ilustrativa dos sistemas sociais organizados da Bahia no ano de 2010

Fonte: Consórcio Geohidro-Sondotécnica, 2013.

Observa-se a partir da Figura 2 tanto no Território de Identidade Litoral Sul quanto no Baixo Sul existe alto grau de envolvimento das instituições estatais nos espaços de deliberação (de acordo a leitura institucional do ZEE) e grande quantidade de organizações sociais nos municípios. Nestes territórios há provavelmente uma maior participação das organizações sociais.

Nos Territórios de Identidade Costa do Descobrimento e Extremo Sul são observados um baixo grau de envolvimento das instituições públicas e municípios com baixa quantidade de organizações sociais. Desta forma, a falta de articulação não é



somente da população local, mas de toda estrutura de governo, fato que pode tornar as decisões locais mais lentas e pouco expressivas, inclusive no que concerne ao combate a vulnerabilidade social.

Tanto no TI recôncavo quanto no TI RMS existe um alto grau de envolvimento das instituições públicas. É necessário priorizar os processos decisórios em conjunto com as organizações sociais, seja em conselhos, câmaras ou comissões, principalmente frente aos interesses dos grandes investidores, no que concerne a projetos de infraestrutura logística ou de produção e serviços, com impactos ambientais ou sociais com abrangência municipal, regional, estadual ou nacional.

O TI Litoral Norte é marcado pelo baixo grau de envolvimento das instituições públicas e municípios com baixa quantidade de organizações sociais. A falta de articulação não é somente da população local, mas de toda estrutura de governo, fato que pode tornar as decisões locais mais lentas e pouco representativas. É necessário fortalecer a representação do Estado nestes territórios de identidade, e incentivar a atuação das organizações sociais nos espaços deliberativos.

O Território de Identidade Portal do Sertão tem um baixo grau de envolvimento das instituições públicas e municípios com grande quantidade de organizações sociais. Observa-se uma falta de articulação entre a população local, e a estrutura de governo, fato que pode dificultar as decisões locais, apesar da pressão social. Já nos territórios Irecê e Semiárido Nordeste II, existe um alto grau de envolvimento das instituições públicas, o que possibilita a criação de investimentos para os seus municípios.

Os Territórios de Identidade Bacia do Rio Corrente e Bacia do Rio Grande possuem um alto grau de envolvimento das instituições estatais nos espaços de deliberação e pouca representação social.

Por fim, o Quadro 43 apresenta as potencialidades, limitações e recomendações para os sistemas sociais organizados.

**Quadro 43 – Síntese de potencialidades, limitações e recomendações referentes ao tema Social: Sistemas Sociais Organizados**

ASPECTO: SISTEMAS SOCIAIS ORGANIZADOS					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Município(s) que representa(m) a ocorrência do(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) o(s) critério(s)	Condição(ões) favorável(is) aos Sistemas Sociais Organizados	Condição(ões) desfavorável(is) aos Sistemas Sociais Organizados	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) dos Sistemas Sociais Organizados
Município em que ocorre(m) Comunidade(s) Quilombola(s) certificada(s) pela Fundação Palmares	Várzea da Roça (TI Bacia do Jacuípe); Boquira, Botuporã, Érico Cardoso, Macaúbas, Paramirim e Tanque Novo (TI Bacia do Paramirim); Angical, Barreiras, Formosa do Rio Preto, Riachão das Neves, Santa Rita de Cássia e Wanderley (TI Bacia do Rio Grande); Cairu, Camamu, Igrapiúna, Ituberá, Nilo Peçanha, Presidente Tancredo Neves, Taperoá, Valença e Wenceslau Guimarães (TI Baixo Sul); Abaíra, Andaraí, Barra da Estiva, Boninal, Ibicoara, Ibitiara, Itaeté, Lençóis, Morro do Chapéu, Mucugê, Palmeiras, Piatã, Rio de Contas, Seabra e Souto Soares (TI Chapada Diamantina); Caravelas, Ibirapuã, Itamaraju, Itanhém e Nova Viçosa (TI Extremo Sul); América Dourada, Barra do Mendes, Barro Alto, Canarana, Gentio do Ouro, Ibipeba, Ibititá, Irecê, Itaguaçu da Bahia, João Dourado, Jussara, Lapão, São Gabriel, Uibaí e Xique-Xique (TI Irecê); Abaré (TI Itaparica); Alagoinhas, Araças, Aramari, Catu, Entre Rios, Esplanada, Inhambupe, Mata de São João e Rio Real (TI Litoral Norte e Agreste Baiano); Buerarema, Itabuna, Itacaré, Maraú e Una (TI Litoral Sul); Jequié e Nova Ibiá (TI Médio Rio de Contas); Itambé, Itororó e Nova Canaã (TI Médio Sudoeste da Bahia); Caém, Jacobina, Mirangaba, Saúde e Várzea Nova (TI Piemonte da Diamantina); Boa Vista do Tupim, Iaçú, Ibiquera, Itaberaba e Ruy Barbosa (TI Piemonte do Paraguaçu); Antônio Gonçalves, Campo Formoso, Filadélfia, Pindobaçu, Ponto Novo e Senhor do Bonfim (TI Piemonte Norte do Itapicuru); Água Fria, Antônio Cardoso, Feira de Santana, Irará, Santanópolis, Santo Estêvão e Terra Nova (TI Portal do Sertão); Cachoeira, Maragogipe, Santo Amaro, Santo Antônio de Jesus, São Félix, São Francisco do Conde e São Sebastião do Passé (TI Recôncavo); Camaçari, Salvador e Simões Filho (TI Metropolitano de Salvador);	Todas	Contribuição para a formação cultural baiana, pelo modo de vida específico das comunidades.  Modo de vida com boa convivência com o meio físico natural.  Organizações sociais em fase de fortalecimento e articulação para viabilização a formalização da terra.	Comunidades muito pobres que sofrem por questões vinculadas a propriedade da terra.	Priorizar para as comunidades quilombolas certificadas pela Fundação Palmares seu reconhecimento enquanto grupo e sua regularização fundiária, elaborando os RTIDs (Relatório Técnico de Identificação e Delimitação) de todas as comunidades quilombolas certificadas pela Fundação Palmares e, viabilizando instrumentos e rotinas públicas para agilizar os processos de reconhecimento de seus territórios, garantindo o título formal das terras que ocupam.  Apoiar o processo de delimitação de terras devolutas para agilizar a regularização fundiária de comunidades quilombolas.  Criar formas ágeis de se tomar conhecimento e dar encaminhamento aos conflitos de terra vivenciados cotidianamente pelas comunidades quilombolas, garantindo-se, que a violência física e não física a estas comunidades cesse.  Valorizar socioeconomicamente as comunidades quilombolas certificadas pela Fundação Palmares a partir da inserção dos produtos da sociobiodiversidade no sistema produtivo do estado e que sejam promovidos estudos que contemplem o maior conhecimento de seus sistemas socioprodutivos, especialmente aqueles relacionados à biodiversidade, como forma de incluí-los em uma política de valorização dos serviços ambientais no estado da Bahia.  Valorizar sociocultural e socioambientalmente as comunidades quilombolas certificadas pela Fundação Palmares a partir da promoção de políticas, planos, programas e projetos que fortaleçam aspectos da etnoconservação e da sociobiodiversidade, na perspectiva da inclusão dessas comunidades nas estratégias formais de desenvolvimento do estado.  Elaborar programas de fortalecimento sociocultural e valorização das comunidades tradicionais e suas formas de vida singulares, destacando a relação da sociobiodiversidade e alternativas para uma forma de viver mais sustentável, enfatizando a educação ambiental.

(continua)

ASPECTO: SISTEMAS SOCIAIS ORGANIZADOS					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Município(s) que representa(m) a ocorrência do(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) o(s) critério(s)	Condição(ões) favorável(is) aos Sistemas Sociais Organizados	Condição(ões) desfavorável(is) aos Sistemas Sociais Organizados	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) dos Sistemas Sociais Organizados
Município em que ocorre(m) Comunidade(s) Quilombola(s) certificada(s) pela Fundação Palmares (continuação)	<p>Cipó e Jeremoabo (TI Semi-Árido Nordeste II);                      Casa Nova, Curaçá, Juazeiro, Pilão Arcado, Remanso e Sento Sé (TI Sertão do São Francisco);                      Brumado, Caetitê, Contendas do Sincorá, Guanambi, Ibiassucê, Ituaçu, Livramento de Nossa Senhora, Malhada de Pedras, Palmas de Monte Alto, Pindaí e Tanhaçu (TI Sertão Produtivo);                      Biritinga, Itiúba, Monte Santo, Nordestina, Santaluz e Serrinha (TI Sisal);                      Itaquara, Lajedo do Tabocal e Milagres (TI Vale do Jiquiriçá);                      Barra, Bom Jesus da Lapa, Carinhanha, Igaporã, Malhada, Muquém de São Francisco, Riacho de Santana e Sítio do Mato (TI Velho Chico);                      Anagé, Condeúba, Licínio de Almeida, Piripá, Planalto, Ribeirão do Largo, Tremedal e Vitória da Conquista (TI Vitória da Conquista).</p>	Todas			

(continua)



ASPECTO: SISTEMAS SOCIAIS ORGANIZADOS					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Município(s) que representa(m) a ocorrência do(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) o(s) critério(s)	Condição(ões) favorável(is) aos Sistemas Sociais Organizados	Condição(ões) desfavorável(is) aos Sistemas Sociais Organizados	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) dos Sistemas Sociais Organizados
Município em que ocorre(m) Comunidade(s) de Fundo e Feche de Pasto	Tanque Novo (TI Bacia do Paramirim); Brejolândia, Correntina, Jaborandi, Serra Dourada e Tabocas do Brejo Velho (TI Bacia do Rio Corrente); Buritirama, Santa Rita de Cássia e São Desidério (TI Bacia do Rio Grande); Seabra (TI Chapada Diamantina); Mirangaba e Umburanas (TI Piemonte da Diamantina); Andorinha, Antônio Gonçalves, Campo Formoso, Jaguarari e Pindobaçu (TI Piemonte Norte do Itapicuru); Euclides da Cunha (TI Semi-Árido Nordeste II); Campo Alegre de Lourdes, Canudos, Casa Nova, Curaçá, Juazeiro, Pilão Arcado, Remanso, Sento Sé, Sobradinho e Uauá (TI Sertão do São Francisco); Itiúba e Monte Santo (TI Sisal); Barra, Brotas de Macaúbas e Oliveira dos Brejinhos (TI Velho Chico).	1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 11, 14, 15, 17, 18, 19, 23, 30, 32	Contribuição para a formação cultural baiana, pelo modo de vida específico das comunidades, sendo exemplo para métodos de convivência com a seca.  Modo de vida com boa convivência com o meio físico natural, principalmente no semiárido.  Organizações sociais em fase de fortalecimento e articulação para viabilização a formalização da terra.	Comunidades muito pobres que sofrem por questões vinculadas a propriedade da terra.	Priorizar o reconhecimento e regularização fundiária das Comunidades de Fundo e Feche de Pasto, visto que, mesmo sendo reconhecidas pela Constituição do Estado da Bahia de 1989, ainda enfrentam tal dificuldade.  Preservar o local de vida destes grupos para que eles consigam manter sua cultura, assim, suas áreas de pastoreio extensivo e ou refrigérios devem ser incluídas no processo de identificação dos territórios, e não somente as áreas de cultura agrícola e habitação.  Viabilizar instrumentos e rotinas públicas para agilizar os processos de reconhecimento de seus territórios, objetivando o título formal das terras que ocupam, já que, na grande maioria dos casos, se constituem em terras devolutas.  Criar formas ágeis de se tomar conhecimento e dar encaminhamento aos conflitos de terra vivenciados cotidianamente pelas comunidades de fundo e feche de pasto, garantindo-se, que a violência física e não física a estas comunidades cesse.  Valorizar essas comunidades a partir da inserção dos produtos da sociobiodiversidade no sistema produtivo do estado e que sejam promovidos estudos que contemplem o maior conhecimento de seus sistemas socioprodutivos, especialmente aqueles relacionados à biodiversidade, como forma de incluí-los em uma política de valorização dos serviços ambientais no estado da Bahia.  Valorizar essas comunidades a partir da promoção de políticas, planos, programas e projetos que fortaleçam aspectos da etnoconservação e da sociobiodiversidade, na perspectiva da inclusão dessas comunidades nas estratégias formais de desenvolvimento do Estado.  Elaborar programas de fortalecimento sociocultural e valorização das comunidades tradicionais e suas formas de vida singulares, destacando a relação da sociobiodiversidade e alternativas para uma forma de viver mais sustentável, enfatizando a educação ambiental.

(continua)

ASPECTO: SISTEMAS SOCIAIS ORGANIZADOS					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Município(s) que representa(m) a ocorrência do(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) o(s) critério(s)	Condição(ões) favorável(is) aos Sistemas Sociais Organizados	Condição(ões) desfavorável(is) aos Sistemas Sociais Organizados	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) dos Sistemas Sociais Organizados
Município em que ocorre(m) Comunidade(s) de Pescadores Artesanais	<p>Mairi (TI Bacía do Jacuípe);                      Tanque Novo (TI Bacía do Paramirim);                      Brejolândia, Coribe, Correntina, Jaborandi, São Félix do Coribe, Serra Dourada e Tabocas do Brejo Velho (TI Bacía do Rio Corrente);                      Buritirama, Catolândia, Cotegipe, Formosa do Rio Preto, Riachão das Neves, Santa Rita de Cássia e São Desidério (TI Bacía do Rio Grande);                      Camamu e Valença (TI Baixo Sul);                      Andaraí, Bonito, Lençóis, Morro do Chapéu, Piatã, Seabra e Wagner (TI Chapada Diamantina);                      Belmonte, Eunápolis, Guaratinga, Itapebi, Porto Seguro e Santa Cruz Cabrália (TI Costa do Descobrimento);                      Itamaraju, Itanhém e Prado (TI Extremo Sul);                      Central, Ibipeba, Itaguaçu da Bahia, João Dourado, Jussara, São Gabriel, Uibaí e Xique-Xique (TI Irecê);                      Abaré, Glória, Paulo Afonso e Rodelas (TI Itaparica);                      Alagoinhas, Conde, Entre Rios, Esplanada, Inhambupe, Itanagra, Itapicuru e Olindina (TI Litoral Norte e Agreste Baiano);                      Almadina, Arataca, Buerarema, Camacan, Canavieiras, Ibicaraí, Ilhéus, Jussari e Una (TI Litoral Sul);                      Boa Nova, Dário Meira e Jequié (TI Médio Rio de Contas);                      Iguai e Potiraguá (TI Médio Sudoeste da Bahia);                      Miguel Calmon, Mirangaba, Ouroândia, Serrolândia e Umburanas (TI Piemonte da Diamantina);                      Boa Vista do Tupim, Iaçú, Piritiba, Santa Teresinha e Tapiramutá (TI Piemonte do Paraguaçu);                      Andorinha, Antônio Gonçalves, Caldeirão Grande, Campo Formoso, Jaguarari, Pindobaçu e Senhor do Bonfim (TI Piemonte Norte do Itapicuru);                      Santo Amaro (TI Recôncavo);                      Lauro de Freitas (TI Metropolitano de Salvador);                      Banzaê, Euclides da Cunha, Jeremoabo, Nova Soure, Ribeira do Amparo, Ribeira do Pombal e Santa Brígida (TI Semi-Árido Nordeste II);                      Campo Alegre de Lourdes, Canudos, Casa Nova, Curaçá, Juazeiro, Pilão Arcado, Remanso, Sento Sé, Sobradinho e Uauá (TI Sertão do São Francisco);                      Ituaçu, Palmas de Monte Alto e Sebastião Laranjeiras (TI Sertão Produtivo);                      Biritinga, Itiúba, Monte Santo e Tucano (TI Sisal);</p>	Todas	<p>Contribuição para a formação cultural baiana, pelo modo de vida específico das comunidades.</p> <p>Modo de vida com boa convivência com o meio físico natural, tanto na terra, quanto na água.</p>	<p>Comunidades muito pobres que sofrem por questões de acesso tanto a água, quanto a terra.</p> <p>A degradação ambiental prejudica o modo de vida destas comunidades.</p>	<p>Regularizar os territórios historicamente ocupados pelos pescadores artesanais visto que, a pesca artesanal depende da água, assim como da terra, considerando a complementação da renda dos pescadores com atividades agrícolas.</p> <p>Preservar e recuperar as áreas onde os pescadores artesanais reproduzem seu modo de vida, considerando as dificuldades provocadas pelos impactos da poluição urbana e da pesca predatória no desenvolvimento da suas atividades.</p> <p>Não restringir o acesso de pescadores artesanais aos recursos naturais necessários ao desenvolvimento e manutenção de suas atividades, principalmente as áreas de manguezais.</p> <p>Incentivar e reconhecer todas as formas de organização social dos pescadores artesanais sejam elas associações, sindicatos ou colônias.</p> <p>Criar formas ágeis de se tomar conhecimento e dar encaminhamento aos conflitos de terra e água vivenciados cotidianamente pelos pescadores artesanais, garantindo-se, que a violência física e não física a estas comunidades cesse.</p> <p>Valorizar essas comunidades a partir da inserção dos produtos da sociobiodiversidade no sistema produtivo do Estado e que sejam promovidos estudos que contemplem o maior conhecimento de seus sistemas socioprodutivos, especialmente aqueles relacionados à biodiversidade, como forma de incluí-los em uma política de valorização dos serviços ambientais no estado da Bahia.</p> <p>Valorizar essas comunidades a partir da promoção de políticas, planos, programas e projetos que fortaleçam aspectos da etnoconservação e da sociobiodiversidade, na perspectiva da inclusão dessas comunidades nas estratégias formais de desenvolvimento do Estado.</p> <p>Elaborar programas de fortalecimento sociocultural e valorização das comunidades tradicionais e suas formas de vida singulares, destacando a relação da sociobiodiversidade e alternativas para uma forma de viver mais sustentável, enfatizando a educação ambiental.</p>

(continua)

ASPECTO: SISTEMAS SOCIAIS ORGANIZADOS					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Município(s) que representa(m) a ocorrência do(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) o(s) critério(s)	Condição(ões) favorável(is) aos Sistemas Sociais Organizados	Condição(ões) desfavorável(is) aos Sistemas Sociais Organizados	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) dos Sistemas Sociais Organizados
Município em que ocorre(m) Comunidade(s) de Pescadores Artesanais (continuação)	Brejões, Itaquara, Jaguaquara, Maracás e Ubaíra (TI Vale do Jiquiriçá); Barra, Bom Jesus da Lapa, Brotas de Macaúbas, Ibotirama, Matina, Morpará, Muquém de São Francisco, Oliveira dos Brejinhos, Riacho de Santana e Serra do Ramalho (TI Velho Chico); Cândido Sales, Mirante, Poções e Vitória da Conquista (TI Vitória da Conquista).	Todas			
Município em que ocorre(m) Povos Indígenas	Camamu (TI Baixo Sul); Belmonte, Itapebi, Porto Seguro e Santa Cruz Cabralia (TI Costa do Descobrimento); Itamaraju e Prado (TI Extremo Sul); Abaré, Glória, Paulo Afonso e Rodelas (TI Itaparica); Buerarema e Camacan (TI Litoral Sul); Lauro de Freitas (TI Metropolitano de Salvador); Banzaê e Euclides da Cunha (TI Semi-Árido Nordeste II); Curaçá e Sobradinho (TI Sertão do São Francisco); Ibotirama, Muquém de São Francisco e Serra do Ramalho (TI Velho Chico).	3, 4, 5, 6, 8, 9, 14, 17, 22, 23, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 34, 36	Comunidades com modo de vida específico que contribui para a formação cultural baiana.  Modo de vida com boa convivência com o meio físico natural.  Organizações sociais em fase de fortalecimento e articulação para viabilização de suas reivindicações via ação indígena.	Comunidades muito pobres que sofrem por questões vinculadas a formalização de seu território.  A pressão imposta pela sociedade cada vez mais prejudica a manutenção da cultura indígena.	Agilizar os processos de regularização das terras indígenas desde o autorreconhecimento oficial do grupo étnico, os estudos, a delimitação e demarcação até a homologação, pois, o ato de reconhecer os povos indígenas enquanto realidades sociais diferenciadas não podem estar dissociado da questão territorial, dado o papel relevante da terra para a reprodução econômica, ambiental, física e cultural destes.  Criar formas ágeis de se tomar conhecimento e dar encaminhamento aos conflitos de terra vivenciados cotidianamente pelos povos indígenas, garantindo-se, que a violência física e não física a estas comunidades cesse.  Garantir a autonomia do povo indígena na terra regularizada principalmente a partir da própria ação indígena ou, quando isto não é possível, de um novo modelo de indigenismo, em que as diferentes realidades sejam contempladas por diferentes formas de planejamento e experiências, expurgando-se o velho modelo, caracterizado pelo paternalismo e clientelismo.  Valorizar esses povos a partir da inserção dos produtos da sociobiodiversidade no sistema produtivo do estado e que sejam promovidos estudos que contemplem o maior conhecimento de seus sistemas socioprodutivos, especialmente aqueles relacionados à biodiversidade, como forma de incluí-los em uma política de valorização dos serviços ambientais no estado da Bahia.  Valorizar esses povos a partir da promoção de políticas, planos, programas e projetos que fortaleçam aspectos da etnoconservação e da sociobiodiversidade, na perspectiva da inclusão desses povos nas estratégias formais de desenvolvimento do estado.  Elaborar programas de fortalecimento sociocultural e valorização dos povos indígenas e suas formas de vida singulares, destacando a relação da sociobiodiversidade e alternativas para uma forma de viver mais sustentável, enfatizando a educação ambiental.

(continua)

ASPECTO: SISTEMAS SOCIAIS ORGANIZADOS					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Município(s) que representa(m) a ocorrência do(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) o(s) critério(s)	Condição(ões) favorável(is) aos Sistemas Sociais Organizados	Condição(ões) desfavorável(is) aos Sistemas Sociais Organizados	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) dos Sistemas Sociais Organizados
Município em que ocorre(m) acampamento(s) de Trabalhadores Rurais sem Terra	Várzea do Poço (TI Bacía do Jacuípe); Coribe e Santa Maria da Vitória (TI Bacía do Rio Corrente); Angical, Baianópolis, Barreiras, Cristópolis e Formosa do Rio Preto (TI Bacía do Rio Grande); Camamu, Gandu, Ibirapitanga, Igrapiúna, Nilo Peçanha, Presidente Tancredo Neves e Wenceslau Guimarães (TI Baixo Sul); Ibicoara, Iraquara, Itaeté, Nova Redenção, Souto Soares, Utinga e Wagner (TI Chapada Diamantina); Belmonte, Eunápolis, Guaratinga, Itabela, Itapebi, Porto Seguro e Santa Cruz Cabrália (TI Costa do Descobrimento); Ibirapuã, Itamaraju, Itanhém, Lajedão, Mucuri, Prado e Teixeira de Freitas (TI Extremo Sul); Itaguaçu da Bahia, Jussara, Mulungu do Morro e Xique-Xique (TI Irecê); Alagoinhas, Araças, Catu, Conde, Entre Rios, Esplanada, Itanagra, Itapicuru, Jandaíra, Mata de São João e Pojuca (TI Litoral Norte e Agreste Baiano); Almadina, Arataca, Aurelino Leal, Barro Preto, Buerarema, Camacan, Canavieiras, Coaraci, Floresta Azul, Ilhéus, Itabuna, Itaju do Colônia, Itajuípe, Itapé, Itapitanga, Maraú, Mascote, Santa Luzia, Ubaitaba, Una e Uruçuca (TI Litoral Sul); Aiquara, Barra do Rocha, Boa Nova, Ipiauí e Itagibá (TI Médio Rio de Contas); Itambé (TI Médio Sudoeste da Bahia); Jacobina e Ourolândia (TI Piemonte da Diamantina); Boa Vista do Tupim, Iaçú, Itaberaba, Ruy Barbosa e Tapiramutá (TI Piemonte do Paraguaçu); Senhor do Bonfim (TI Piemonte Norte do Itapicuru); Amélia Rodrigues e Santa Bárbara (TI Portal do Sertão); Cachoeira, Santo Amaro, São Félix, São Francisco do Conde, São Sebastião do Passé e Saubara (TI Recôncavo); Camaçari, Candeias, Dias D'Ávila e Simões Filho (TI Metropolitano de Salvador); Ajustina, Euclides da Cunha, Heliópolis, Jeremoabo, Nova Soure e Novo Triunfo (TI Semi-Árido Nordeste II); Campo Alegre de Lourdes, Canudos, Casa Nova, Juazeiro, Remanso, Sento Sé e Sobradinho (TI Sertão do São Francisco);	Todas	Comunidades organizadas que estão dispostas a agir de forma coletiva para lutar por seus interesses.	O acesso a terra está cada vez mais difícil, pela atual conjuntura, tornando insegura a perspectiva dos acampados ter acesso a terra por este método.	Criar assentamentos de reforma agrária no sentido de atender a demanda dos trabalhadores rurais sem terra em locais onde haja possibilidade de desenvolvimento sociocultural e econômico do público alvo.  Priorizar ações para desconcentração de terras, visando à diminuição da pobreza e estagnação econômica no interior do estado da Bahia, assim como do êxodo rural.

(continua)

ASPECTO: SISTEMAS SOCIAIS ORGANIZADOS					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Município(s) que representa(m) a ocorrência do(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) o(s) critério(s)	Condição(ões) favorável(is) aos Sistemas Sociais Organizados	Condição(ões) desfavorável(is) aos Sistemas Sociais Organizados	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) dos Sistemas Sociais Organizados
Município em que ocorre(m) acampamento(s) de Trabalhadores Rurais sem Terra (continuação)	Iuiú e Sebastião Laranjeiras (TI Sertão Produtivo); Araci, Biritinga, Conceição do Coité, Itiúba, Monte Santo, Queimadas, Quijingue, Serrinha, Teofilândia e Tucano (TI Sisal); Cravolândia, Itaquara, Jaguaquara, Lafaiete Coutinho, Maracás, Planaltino e Santa Inês (TI Vale do Jiquiriçá); Barra, Bom Jesus da Lapa, Carinhanha, Feira da Mata, Ibotirama, Malhada, Muquém de São Francisco, Paratinga e Sítio do Mato (TI Velho Chico); Anagé, Encruzilhada, Ribeirão do Largo e Vitória da Conquista (TI Vitória da Conquista).	Todas			
Município em que ocorre(m) assentamento(s) de Reforma Agrária municipais, estaduais ou federais	Ipirá, Mairi e Pintadas (TI Bacia do Jacuípe); Coribe, Correntina, Jaborandi, Santa Maria da Vitória, Santana, São Félix do Coribe e Serra Dourada (TI Bacia do Rio Corrente); Barreiras, Catolândia, Cotegipe, Formosa do Rio Preto, Luís Eduardo Magalhães, Mansidão, Riachão das Neves, Santa Rita de Cássia, São Desidério e Wanderley (TI Bacia do Rio Grande); Camamu, Gandu, Ibirapitanga, Igrapiúna, Ituberá, Nilo Peçanha, Taperoá, Valença e Wenceslau Guimarães (TI Baixo Sul); Andaraí, Bonito, Ibicoara, Iramaia, Iraquara, Itaeté, Lençóis, Marcionílio Souza, Morro do Chapéu, Nova Redenção, Piatã, Souto Soares, Utinga e Wagner (TI Chapada Diamantina); Belmonte, Eunápolis, Guaratinga, Itabela, Itapebi, Porto Seguro e Santa Cruz Cabrália (TI Costa do Descobrimento); Alcobaça, Itamaraju, Itanhém, Lajedão, Mucuri e Prado (TI Extremo Sul); América Dourada, Central, Ibipeba, Itaguaçu da Bahia, João Dourado, Jussara, São Gabriel, Uibaí e Xique-Xique (TI Irecê); Alagoinhas, Araças, Catu, Conde, Entre Rios, Esplanada, Inhambupe, Itanagra, Itapicuru, Jandaíra, Mata de São João, Olindina e Pojuca (TI Litoral Norte e Agreste Baiano); Almadina, Arataca, Aurelino Leal, Barro Preto, Buerarema, Camacan, Canavieiras, Coaraci, Ibicaraí, Ilhéus, Itabuna, Itacaré, Itajuípe, Jussari, Maraú, Mascote, Pau Brasil, Santa Luzia, Ubaitaba, Una e Uruçuca (TI Litoral Sul);	Todas	Possibilidades de implantação de arranjos produtivos baseados na agricultura familiar.  Desconcentração de terras e possibilidade de inclusão social.  Fixação do camponês na zona rural.	Pequena dotação de infraestrutura física e social capazes de alavancar um desenvolvimento independente da atuação do Estado.	Viabilizar a infraestrutura habitacional, de atendimento social (educação do campo e saúde) e produtivo em assentamentos de reforma agrária, preservando o modo de vida do agricultor familiar e possibilitando sua permanência no campo.  Criar possibilidades de acesso à educação profissional vinculada aos anseios e necessidades específicas dos assentados e, também, ao crédito para produção com a devida assistência técnica, além do apoio a comercialização.

(continua)



ASPECTO: SISTEMAS SOCIAIS ORGANIZADOS					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Município(s) que representa(m) a ocorrência do(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) o(s) critério(s)	Condição(ões) favorável(is) aos Sistemas Sociais Organizados	Condição(ões) desfavorável(is) aos Sistemas Sociais Organizados	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) dos Sistemas Sociais Organizados
Município em que ocorre(m) assentamento(s) de Reforma Agrária municipais, estaduais ou federais (continuação)	<p>Barra do Rocha, Boa Nova, Dário Meira, Gongogi, Ibirataia, Jequié e Ubatã (TI Médio Rio de Contas);</p> <p>Iguaí, Itambé e Potiraguá (TI Médio Sudoeste da Bahia);</p> <p>Caém, Jacobina, Miguel Calmon, Ouroândia e Serrolândia (TI Piemonte da Diamantina);</p> <p>Boa Vista do Tupim, Iaçú, Ibiquera, Itaberaba, Lajedinho, Macajuba, Piritiba, Ruy Barbosa, Santa Teresinha e Tapiramutá (TI Piemonte do Paraguaçu);</p> <p>Andorinha, Caldeirão Grande, Campo Formoso, Pindobaçu e Senhor do Bonfim (TI Piemonte Norte do Itapicuru);</p> <p>Água Fria (TI Portal do Sertão);</p> <p>Cachoeira, Nazaré, Santo Amaro e São Sebastião do Passé (TI Recôncavo);</p> <p>Camaçari e Candeias (TI Metropolitano de Salvador);</p> <p>Adustina, Cipó, Coronel João Sá, Euclides da Cunha, Jeremoabo, Nova Soure, Paripiranga, Pedro Alexandre, Ribeira do Amparo, Ribeira do Pombal, Santa Brígida e Sítio do Quinto (TI Semi-Árido Nordeste II);</p> <p>Canudos, Casa Nova, Juazeiro, Remanso, Sento Sé e Sobradinho (TI Sertão do São Francisco);</p> <p>Ituaçu, Palmas de Monte Alto e Sebastião Laranjeiras (TI Sertão Produtivo);</p> <p>Biritinga, Cansanção, Conceição do Coité, Itiúba, Monte Santo, Queimadas, Quijingue e Tucano (TI Sisal);</p> <p>Brejões, Cravolândia, Irajuba, Itaquara, Jaguaquara, Maracás, Planaltino, Santa Inês e Ubaíra (TI Vale do Jiquiriçá);</p> <p>Barra, Bom Jesus da Lapa, Carinhanha, Ibotirama, Malhada, Matina, Morpará, Muquém de São Francisco, Oliveira dos Brejinhos, Paratinga, Riacho de Santana, Serra do Ramalho e Sítio do Mato (TI Velho Chico);</p> <p>Barra do Choça, Cândido Sales, Cordeiros, Encruzilhada, Mirante, Poções, Ribeirão do Largo e Vitória da Conquista (TI Vitória da Conquista).</p>	Todas	<p>Possibilidades de implantação de arranjos produtivos baseados na agricultura familiar.</p> <p>Desconcentração de terras e possibilidade de inclusão social.</p> <p>Fixação do camponês na zona rural.</p>	Pequena dotação de infraestrutura física e social capazes de alavancar um desenvolvimento independente da atuação do Estado.	<p>Viabilizar a infraestrutura habitacional, de atendimento social (educação do campo e saúde) e produtivo em assentamentos de reforma agrária, preservando o modo de vida do agricultor familiar e possibilitando sua permanência no campo.</p> <p>Criar possibilidades de acesso à educação profissional vinculada aos anseios e necessidades específicas dos assentados e, também, ao crédito para produção com a devida assistência técnica, além do apoio a comercialização.</p>

(continua)



ASPECTO: SISTEMAS SOCIAIS ORGANIZADOS					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Município(s) que representa(m) a ocorrência do(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) o(s) critério(s)	Condição(ões) favorável(is) aos Sistemas Sociais Organizados	Condição(ões) desfavorável(is) aos Sistemas Sociais Organizados	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) dos Sistemas Sociais Organizados
Município em que ocorre(m) entidades de representação social (sindicatos patronais e de trabalhadores, ONGs, associações, UPF etc.)	Todos, exceto Vereda (TI Extremo Sul).	Todas	Maiores possibilidades de representação da sociedade civil organizada em espaços de decisão.	Existência de muitos municípios com pouca representação social.  Dificuldades das entidades sociais em agir de forma abrangente nos espaços de decisão de cunho colegiado.	Priorizar os processos decisórios em conjunto com as organizações sociais, seja em conselhos, câmaras ou comissões, principalmente frente aos interesses dos grandes investidores, no que concerne a projetos de infraestrutura logística ou de produção e serviços, com impactos ambientais ou sociais em nome do desenvolvimento econômico com abrangência municipal, regional, estadual ou nacional.
Municípios com médio e baixo grau de envolvimento das instituições estatais nos espaços de deliberação e municípios com baixa quantidade de organizações sociais e alta vulnerabilidade social (tipos 8, 6, 5, 4 e 3 de vulnerabilidade social e em zonas proximais a estes tipos)	Boquira, Botuporã, Caturama, Ibitipanga, Macaúbas e Rio do Pires (TI Bacia do Paramirim); Barra da Estiva, Iraquara, Jussiape, Mucugê e Palmeiras (TI Chapada Diamantina); Jucuruçu, Medeiros Neto e Vereda (TI Extremo Sul); Chorrochó, Macururé e Paulo Afonso (TI Itaparica); Acajutiba, Aramari, Cardeal da Silva, Crisópolis, Inhambupe, Olindina, Ouriçangas, Pedrão e Rio Real (TI Litoral Norte e Agreste Baiano); São José da Vitória (TI Litoral Sul); Apuarema, Manoel Vitorino, Nova Ibiá e Ubatã (TI Médio Rio de Contas); Firmino Alves, Ibicuí, Itarantim, Maiquinique e Santa Cruz da Vitória (TI Médio Sudoeste da Bahia); Capim Grosso e Miguel Calmon (TI Piemonte da Diamantina); Itatim, Mundo Novo e Rafael Jambeiro (TI Piemonte do Paraguaçu); Ponto Novo (TI Piemonte Norte do Itapicuru); Conceição da Feira, Conceição do Jacuípe, Coração de Maria, Santo Estêvão e Teodoro Sampaio (TI Portal do Sertão); Brumado, Caculé, Candiba, Contendas do Sincorá, Dom Basílio, Ibiassucê, Iuiú, Lagoa Real, Rio do Antônio e Tanhaçu (TI Sertão Produtivo); Araci, Barrocas, Candéal, Conceição do Coité, Ichu, Lamarão, Nordestina e Teofilândia (TI Sisal); Amargosa, Elísio Medrado, Jiquiriçá, Mutuípe, Nova Itarana e São Miguel das Matas (TI Vale do Jiquiriçá); Anagé, Aracatu, Barra do Choça, Belo Campo, Bom Jesus da Serra, Caetanos, Cândido Sales, Guajeru, Licínio de Almeida, Mortugaba, Planalto, Presidente Jânio Quadros e Tremedal (TI Vitória da Conquista).	5, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 35		Falta de articulação não somente da população local, mas de toda estrutura de governo, o que pode tornar as decisões locais mais lentas e pouco expressivas, inclusive no que concerne o combate a vulnerabilidade social.	Incentivar a atuação das organizações sociais existentes nos espaços deliberativos.  Fortalecer a representação do estado no território de identidade.  Priorizar os processos decisórios em conjunto com as organizações sociais, seja em conselhos, câmaras ou comissões, levando-se em consideração suas ponderações de forma democrática e igualitária, principalmente frente aos interesses dos grandes investidores, no que concerne a projetos de infraestrutura logística ou de produção e serviços, com impactos ambientais ou sociais em nome do desenvolvimento econômico com abrangência municipal, regional, estadual ou nacional.

(continua)

ASPECTO: SISTEMAS SOCIAIS ORGANIZADOS					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Município(s) que representa(m) a ocorrência do(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) o(s) critério(s)	Condição(ões) favorável(is) aos Sistemas Sociais Organizados	Condição(ões) desfavorável(is) aos Sistemas Sociais Organizados	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) dos Sistemas Sociais Organizados
Municípios com alto grau de envolvimento das instituições estatais nos espaços de deliberação e municípios com baixa quantidade de organizações sociais e alta vulnerabilidade social (tipos 8, 6, 5, 4 e 3 de vulnerabilidade social e em zonas próximas a estes tipos)	Baixa Grande, Capela do Alto Alegre, Gavião, Ipirá, Pé de Serra, Quixabeira, Riachão do Jacuípe e São José do Jacuípe (TI Bacia do Jacuípe); Canápolis, Cocos e Santana (TI Bacia do Rio Corrente); Cristópolis e Luís Eduardo Magalhães (TI Bacia do Rio Grande); Aratuípe, Jaguaripe, Pirafó do Norte, Presidente Tancredo Neves e Teolândia (TI Baixo Sul); Cafarnaum, Canarana, Gentio do Ouro e Presidente Dutra (TI Irecê); Cabaceiras do Paraguaçu, Castro Alves, Cruz das Almas, Dom Macedo Costa, Governador Mangabeira, Muniz Ferreira, Muritiba, Nazaré, São Felipe, Sapeaçu, Saubara e Varzedo (TI Recôncavo); Antas, Cícero Dantas, Coronel João Sá, Fátima, Heliópolis, Novo Triunfo e Paripiranga (TI Semi-Árido Nordeste II).	1, 2, 3, 5, 7, 9, 10, 15, 18, 19, 20, 23, 24, 25, 26, 27, 31, 32, 33, 36	Alto grau de envolvimento das instituições públicas, que pode criar possibilidades de investimentos para o município, apesar da pouca articulação social.	Baixa quantidade de organizações sociais inseridas num município com alto grau de envolvimento das instituições públicas, o que pode gerar uma dinâmica de processos decisórios acentuada que não atinja, ou mesmo prejudique, os interesses das comunidades com alta vulnerabilidade social.	Incentivar a atuação das organizações sociais existentes.  Priorizar os processos decisórios em conjunto com as organizações sociais, seja em conselhos, câmaras ou comissões, levando-se em consideração suas ponderações de forma democrática e igualitária, principalmente frente aos interesses dos grandes investidores, no que concerne a projetos de infraestrutura logística ou de produção e serviços, com impactos ambientais ou sociais em nome do desenvolvimento econômico com abrangência municipal, regional, estadual ou nacional.
Municípios com alto grau de envolvimento das instituições estatais nos espaços de deliberação e municípios com alta quantidade de organizações sociais e alta vulnerabilidade social (tipos 8, 6, 5, 4 e 3 de vulnerabilidade social e em zonas próximas a estes tipos)	Mairi, Serra Preta, Várzea da Roça e Várzea do Poço (TI Bacia do Jacuípe); Brejolândia, Coribe, Jaborandi, Santa Maria da Vitória, São Félix do Coribe, Serra Dourada e Tabocas do Brejo Velho (TI Bacia do Rio Corrente); Angical, Baianópolis, Buritirama, Catolândia, Cotegipe, Formosa do Rio Preto, Mansidão, Riachão das Neves, Santa Rita de Cássia e Wanderley (TI Bacia do Rio Grande); Cairu, Camamu, Gandu, Ibirapitanga, Igrapiúna, Ituberá, Nilo Peçanha, Taperoá e Wenceslau Guimarães (TI Baixo Sul); América Dourada, Barra do Mendes, Barro Alto, Central, Ibipêba, Ibititá, Irecê, Itaguaçu da Bahia, João Dourado, Jussara, Lapão, Mulungu do Morro, São Gabriel, Uibaí e Xique-Xique (TI Irecê); Conceição do Almeida, Maragogipe, Santo Amaro e São Félix (TI Recôncavo); Ajustina, Banzaê, Cipó, Euclides da Cunha, Jeremoabo, Nova Soure, Pedro Alexandre, Ribeira do Amparo, Ribeira do Pombal, Santa Brígida e Sítio do Quinto (TI Semi-Árido Nordeste II).	1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 9, 10, 11, 15, 18, 19, 20, 23, 24, 25, 26, 27, 30, 31, 32, 33, 36	Alto grau de envolvimento das instituições públicas e grande quantidade de organizações sociais, que podem criar possibilidades de investimentos bem aplicados para o município.	A alta quantidade de organizações sociais inseridas num município não garante a qualidade e a representatividade de suas ações. Assim sendo, decisões territoriais importantes com consequências diretas e indiretas para a população vulnerável podem ser tomadas sem que haja a representação formal adequada desta. Neste caso pode haver prejuízo no âmbito espacial social, cultural, dentre outros.	Priorizar os processos decisórios em conjunto com as organizações sociais, seja em conselhos, câmaras ou comissões, levando-se em consideração suas ponderações de forma democrática e igualitária, principalmente frente aos interesses dos grandes investidores, no que concerne a projetos de infraestrutura logística ou de produção e serviços, com impactos ambientais ou sociais em nome do desenvolvimento econômico com abrangência municipal, regional, estadual ou nacional.

Fonte: Consórcio Geohidro-Sondotécnica, 2013.

A participação social nos processos de decisão territorial é fundamental para o desenvolvimento sustentável dos municípios baianos, principalmente quando se observa que a grande maioria deles se encontra com o tipo 8 de vulnerabilidade social (isto é, com suas populações inseridas em difícil condição econômica e de vida e, com baixa disponibilidade de infraestrutura urbana).

Também se observa que existe uma grande demanda social por terra. A grande quantidade de organizações sociais que lutam por terra demonstram o quanto é representativa e impactante a alta concentração fundiária baiana, destacando-se, dentre elas as comunidades tradicionais (quilombolas, fundo e feche de pasto, indígenas e pescadores artesanais). Tais comunidades, que são atualmente perseguidas e ameaçadas, muito podem contribuir para a consolidação de uma ocupação territorial ambientalmente mais sustentável.

As recomendações para os sistemas sociais organizados partem do pressuposto que as organizações sociais devem ter espaço para se expressar e, principalmente serem consideradas em momentos de decisão. Conselhos colegiados, câmaras técnicas, grupos de trabalho, dentre outros espaços, devem conter a heterogeneidade do sistema social organizado com todas as suas contradições e limitações, visando um amadurecimento do processo de participação coletivo e, principalmente, a representação dos interesses de cada grupo social.

## 9. ARRANJOS PRODUTIVOS RURAIS

### 9.1. Introdução

Avaliar as potencialidades e limitações relativas aos sistemas produtivos (ou arranjos produtivos, como define o TDR no detalhamento do componente B1, incorporado também pelo B1-A) desenvolvidos no território é tarefa fundamental do processo de elaboração de um ZEE, especialmente por serem as atividades produtivas os meios pelos quais a sociedade se desenvolve, viabiliza sua existência e, também, promove as principais alterações ambientais. Isso porque é através das atividades produtivas que o ser humano utiliza o meio e os recursos ambientais para a produção ou transformação dos produtos que consome.

Portanto, as atividades produtivas devem ser vistas, numa perspectiva de sustentabilidade, como os meios de garantir condições sociais dignas para a população, sem com isso comprometer a conservação da vida e dos recursos naturais em suas diferentes manifestações.

Esta abordagem das atividades agropecuárias buscou identificar e caracterizar, para cada arranjo produtivo agropecuário pré-definido nos TDR, quais aspectos ou condições se configuram como potencialidades ou limitações e quais as recomendações devem ser seguidas para que cada arranjo seja desenvolvido numa perspectiva de sustentabilidade.

Este direcionamento é pertinente, sobretudo, pelo fato da estrutura produtiva da Bahia neste início de século XXI encontrar-se em momento de consolidação e ampliação de diversos segmentos econômicos, estabelecendo um conjunto significativo de potencialidades localizadas na estrutura produtiva (agropecuária, indústria, mineração e serviços) e nos setores suporte de comunicações, transportes e de logística.

A composição do quadro síntese de potencialidades, limitações e recomendações para as atividades agropecuárias resultou de um processo sucessivo de análise das atividades produtivas rurais, como será exibido no tópico de metodologia. Nessas leituras realizadas, buscou-se identificar, caracterizar e espacializar os arranjos produtivos definidos pelo TDR como os de maior potencial na Bahia.

### 9.2. Metodologia

Neste tópico é descrito o modo e os recursos utilizados para composição da abordagem de síntese das potencialidades, limitações e recomendações para os arranjos produtivos agropecuários.

#### a) Abrangência dos arranjos

Para o recorte do conjunto de arranjos produtivos tratados no ZEE-Ba, partiu-se inicialmente da relação de atividades produtivas rurais (agropecuárias) citadas em diferentes trechos do TDR.

Ao longo do processo de construção deste ZEE Preliminar foram realizadas reuniões entre a equipe técnica do Consórcio e representantes do GT de Acompanhamento, para definição e abrangência deste conjunto de atividades produtivas. Desses encontros, foi solicitada a inserção do feijão, cultura que não figurava entre as atividades produtivas tratadas neste ZEE.

Dessa forma, para a leitura das principais atividades agropecuárias da Bahia foram considerados 22 sistemas produtivos, os quais estão listados no Quadro 44.

Quadro 44 – Sistemas produtivos agropecuários abordados no ZEE-Ba

SISTEMAS PRODUTIVOS AGROPECUÁRIOS – ZEE-BA		
Algodão	Citros	Mamona
Apicultura	Coco	Mandioca
Avicultura integrada	Dendê	Maracujá
Bovinocultura	Feijão	Milho
Cacau	Fruticultura irrigada	Silvicultura
Café	Heveicultura	Sisal
Cana de açúcar	Mamão	Soja
Caprinocultura		

Fonte: Consórcio Geohidro-Sondotécnica, 2013

#### b) Etapas do trabalho

A abordagem do tema aqui apresentada resulta do processo de construção dos dois componentes previstos pelo TDR (B1 e B1-A) para tratar das potencialidades e limitações produtivas do Estado, das quais fazem parte as atividades agropecuárias.

Esse processo, que se deu por aproximações sucessivas ao tema, pode ser descrito resumidamente nas seguintes fases:

- na primeira fase da abordagem, tendo as macrorregiões como unidades territoriais de referência e considerando sua base física (clima, condições edáficas e geomorfologia), assim como suas agregações municipais, procedeu-se para cada uma das macrorregiões a indicação das principais atividades de produção vegetal e animal desenvolvidas, e informação daquelas ainda incipientes ou que, apresentavam potencial para serem introduzidas;
- procedeu-se, a partir daí, a elaboração de sumários descritivos contendo os sistemas de produção (arranjos produtivos) mais relevantes do ponto de vista do potencial ou do atual desempenho em termos de rentabilidade e sustentabilidade. Para tanto, foi elaborada ficha de caracterização de cada arranjo produtivo, cuja estrutura foi pautada nos aspectos determinados pelo TDR ao tratar das potencialidades produtivas;
- utilizando as fichas, foram elaborados os perfis de cada sistema/arranjo produtivo, com números indicadores de seu porte e importância, as perspectivas de mercado, a capacidade de geração de renda – especialmente para agricultura familiar, chegando a abordar, dentre outros aspectos, do potencial para adaptação a modelos agroecológicos;
- A partir da ficha, pautada nos aspectos pré-definidos pelo TDR, chegou-se a construção do quadro síntese de potencialidades, limitações e recomendações aqui apresentado, que tem como correspondente sua representação espacial no webSIG e Banco de Dados do ZEE-Ba.

#### c) Instrumentos de aproximação

Visando atender o TDR e realizar uma análise dos arranjos produtivos com equilíbrio em termos de escopo, mesmo reconhecendo que a diversidade produtiva do estado implica importâncias sociais e econômicas variadas entre os arranjos, foi adotado um instrumento guia para caracterização pelo consultor daqueles aspectos mais importantes de cada arranjo produtivo trabalhado no ZEE. O preenchimento dessas fichas resultou ou subsidiou as análises apresentadas no Terceiro Relatório Básico, na versão emitida em fevereiro de 2013, onde constam seu conteúdo na íntegra para cada arranjo produtivo rural.

Esta caracterização dos arranjos produtivos rurais destacou os seguintes aspectos definidos no TDR: área e volume de produção, capital humano e capital social relacionados à atividade produtiva, mercado em que está inserido, infraestrutura logística utilizada, potencial para intervenção no arranjo produtivo e potencial que cada um apresenta para absorção da agricultura familiar. Adicionalmente, foi criado um campo para registrar a síntese daquelas mais relevantes potencialidades e limitações identificadas.

A Figura 3 apresenta o exemplo da ficha utilizada para a caracterização do arranjo produtivo da soja (com preenchimento parcial, apenas para demonstração do direcionamento adotado em cada tópico), estruturada com base nos critérios definidos pelo TDR.



NOME DO ARRANJO: SOJA					
<b>BREVE DESCRIÇÃO DO ARRANJO/ CADEIA</b>					
A lavoura de soja é intensiva em mecanização e insumos químicos e tem em maior número como agentes produtivos os denominados colonos de 3ª ou 4ª geração, denominados em estudos sobre a região como <i>neo-farmers</i> . Em geral são (...)					
<b>OS NÚMEROS DO ARRANJO: Dados de 2010</b>					
MR/ TI	Área Colhida (há)	Quantidade Produzida (ton.)	Valor da Produção (R\$ mil)	Produtividade (ton./ ha)	Rentabilidade (R\$ mil/ ha)
CERRADO	1014950	3105339	1646550	3,1	1,6
SEMIÁRIDO	2300	7590	4023	3,3	1,7
<b>CAPITAL HUMANO</b>					
Com relação à soja, os conhecimentos gerados pela EMBRAPA Cerrado foram essenciais para a expansão desta lavoura no Oeste Baiano. Além deste fluxo de informação sobre conhecimento técnico, há capacidade instalada para formação de capital humano na MR Cerrados ou Oeste, com destaque para o Campus IX da Universidade do (...)					
<b>CAPITAL SOCIAL</b>					
A MR Oeste/ Cerrado foi palco de colonização de agentes com cultura de propensão à cooperar e estudos demonstram que o custo de transação na região é baixo para os padrões da Bahia. Observa-se, portanto, no Oeste Baiano, um tipo de protagonismo social e empreendedorismo que não fazem parte da cultura tradicional do proprietário fundiário, responsável pela economia agrário (...)					
<b>AVALIAÇÃO DE MERCADO</b>					
O mercado de soja sinaliza para uma demanda crescente em decorrência do peso desta oleaginosa na indústria de alimentos e na indústria de rações. As frustrações de safra, os chamados choque de oferta, são mais comuns em países produtores com maiores riscos climáticos para as colheitas como EEUU e Argentina, o que sugere que o Brasil continue elevando (...)					
<b>INFRAESTRUTURA/ LOGÍSTICA</b>					
A BR-242 e a BR- 020 são as principais rodovias utilizadas para escoamento da produção de grãos da região e provimento de insumos e equipamentos. Ambas conectam-se com a BR- 116 Sul, e com a BR-324 sentido Salvador. As Rodovias estaduais mais importantes são as BA- 458, 462, 449, 830, 460, 451, 225, 161. As Cidades Pólos são Barreiras, Luís Eduardo Magalhães, (...)					
<b>POTENCIAL DE INCORPORAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR</b>					
O principal agente responsável pela sojicultura na Bahia é o produtor familiar modernizado e com escala produtiva. Há também registro em número menor do empresário inovador de médio e grande porte, avaliado em termos de capacidade de investimento. O produtor familiar que numericamente predomina entre os agentes de produção pode (...)					
<b>POTENCIAL PARA INTERVENÇÃO NO ARRANJO</b>					
A lavoura de soja tem relevante importância econômica atual, potencial de crescimento diferenciado e compatibilidade com o desenvolvimento sustentável e com a inclusão social. Dos quase 13 milhões de hectares da área total da (...)					
<b>O ARRANJO NA MACRORREGIÃO OESTE</b>					
São vários os atores sociais que introduziram sistemas de produção agrícola baseados em padrões tecnológicos e organizacionais inteiramente novos para a região, manifestando ainda uma grande propensão a (...)					
<b>SÍNTESE DAS POTENCIALIDADES E LIMITAÇÕES DO ARRANJO</b>					
A macrorregião do Cerrado, cujo bioma é avaliado como mais adequado para a expansão da produção de grãos e fibras, deverá se especializar nestas atividades mais que qualquer outra na Bahia. Não obstante o Cerrado também seja um bioma sensível às intervenções antrópicas, os impactos nele provocados serão menores comparativamente à outras MRs do estado, como Semi-Árido e Litorais Sul e Norte. A soja no Oeste Baiano pode com facilidade (...)					

Figura 3 – Exemplo da ficha utilizada para a caracterização dos arranjos produtivos rurais

#### d) Espacialização do tema

A espacialização dos arranjos produtivos agropecuários no território baiano ocorreu, assim como todo o processo de abordagem deste tema, por sucessivas aproximações, cujos conteúdos integraram produtos entregues ao longo do processo de elaboração do ZEE.

A primeira versão dessas representações espaciais de cada arranjo produtivo se deu por meio de composição de ilustrações, por macrorregião, abordando os desempenhos municipais sob os seguintes aspectos: área plantada, quantidade produzida e valor da produção. A seguir, exemplo dessa espacialização para a lavoura de soja na Macrorregião Cerrado.

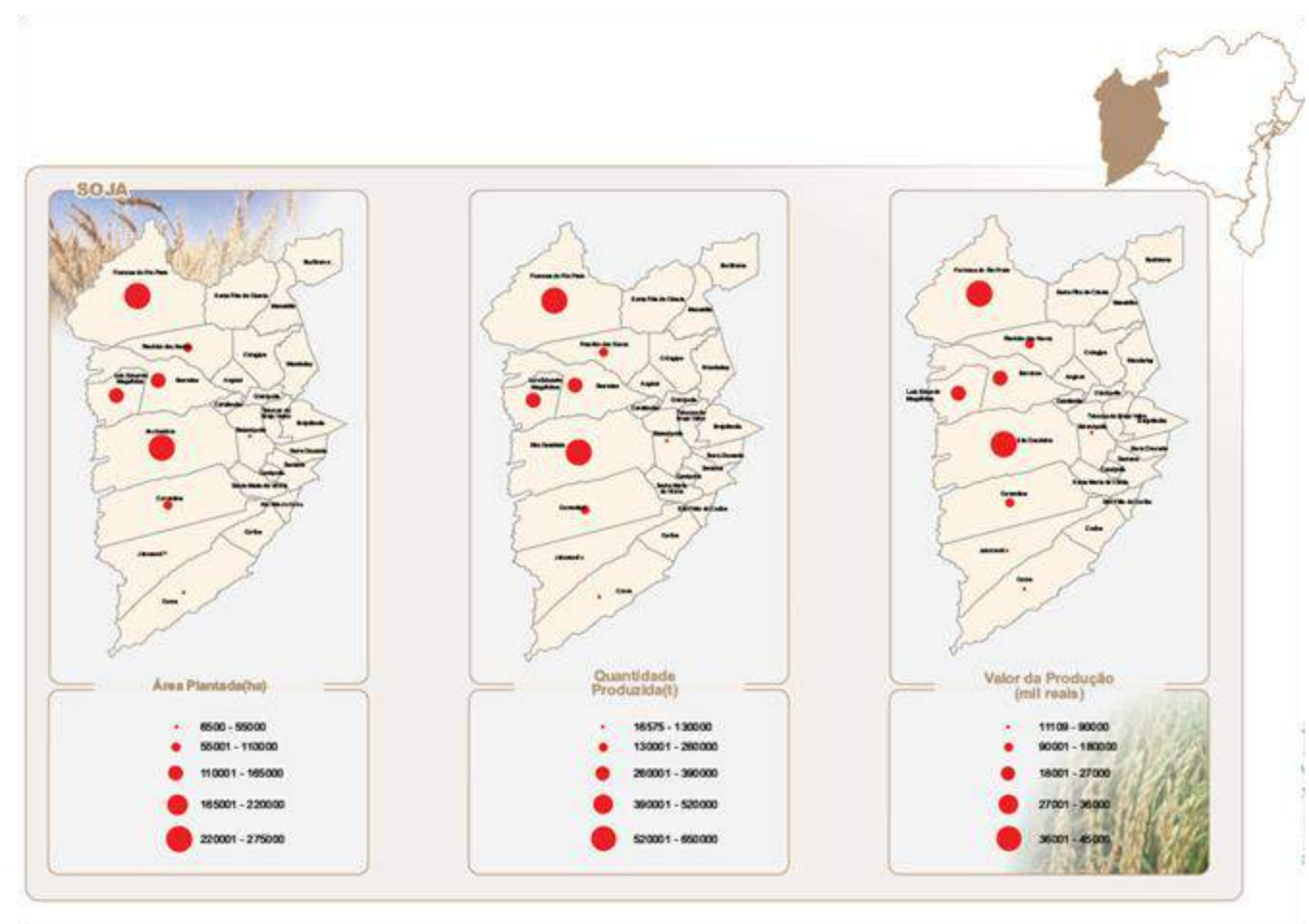


Figura 4 – Ilustração com a espacialização da área plantada, quantidade e valor da produção da soja na Macrorregião Cerrado (2009)

Após esta primeira leitura espacial da produção agropecuária por macrorregião, buscou-se qualificar a representação espacial de cada arranjo produtivo rural contemplando a representação espacial sintética do funcionamento daquele sistema produtivo no território estadual. Para tanto, além da identificação de suas principais manchas produtivas, foram apontadas as principais vias utilizadas para escoamento da produção e aquisição de insumos para o arranjo, bem como a localização das cidades de apoio produtivo e logístico e a localização das indústrias beneficiadoras daquela produção.

A Figura 5 ilustra exemplo desta representação para o sistema produtivo da soja.



**Figura 5** – Ilustração espacial sintética do funcionamento do arranjo produtivo da soja no território baiano

Essas diferentes aproximações espaciais dos arranjos produtivos agropecuários foram apropriadas no processo de delineamento das zonas ecológico-econômicas (conforme apresentado na metodologia de delimitação de zonas do ZEE Preliminar), quando foram sobrepostas às Unidades Territoriais Básicas (UTBs) e as Unidades de Paisagem (UP). A representação espacial de cada arranjo produtivo resultante deste processo está incorporada ao webSIG e Banco de Dados do ZEE-Ba.

#### e) Fontes utilizadas

As fontes de informação utilizadas para caracterização e avaliação dos arranjos produtivos, que culminaram com a definição das potencialidades e limitações e recomendações foram:

- bases cartográficas da Embrapa, IBGE e SEI nos temas solos (pedológico), vegetação e clima, que permitiram melhor avaliação da aptidão dos solos e zoneamento agrícola
- publicações oficiais (IBGE, SEI e secretarias estaduais de Esporte, Trabalho, Emprego e Renda, Agricultura, Infraestrutura, Educação e Indústria, Comércio e Mineração) com dados de produção agrícola e efetivo animal por municípios, e ocorrência no território estudado de cooperativas, agroindústrias, perímetros irrigados, assentamentos, ação de câmaras setoriais, infraestrutura e oferta de cursos superiores e tecnológicos em ciências agrárias;

- mapas de solos e aptidão da Embrapa para o Nordeste;
- publicações na forma de artigos em periódicos científicos, relatórios de pesquisa, teses, dissertações e livros, essenciais para elaboração dos perfis dos sistemas/arranjos produtivos, já constantes nas referências bibliográficas dos produtos parciais e versões anteriores encaminhadas;

### 9.3. Resultados

A aplicação da metodologia originou um conjunto de informações que, sintetizadas de forma tabular, possibilitaram a identificação das potencialidades, limitações e recomendações para as atividades agropecuárias. Essa síntese é apresentada do Quadro 45 e Quadro 66.



Quadro 45 – Síntese de potencialidades, limitações e recomendações referentes ao tema Arranjos Produtivos Rurais: Arranjo do Algodão

ASPECTO: ARRANJO DO ALGODÃO					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Município(s) onde ocorre(m) o(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) os critério(s)	Atributo(s) que potencializa(m) o arranjo	Fator(es) que impede(m) ou restringe(m) o arranjo	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) do arranjo
Desempenho do arranjo na UTB Chapada do Oeste Baiano (UTB 30)	Correntina e Jaborandi (TI Bacia do Rio Corrente); Baianópolis, Barreiras, Formosa do Rio Preto, Luís Eduardo Magalhães, Riachão das Neves e São Desidério (TI Bacia do Rio Grande).	1, 2, 3, 4	Desempenho, em termos de produtividade ou rendimento físico, próximo à melhor produtividade internacional e próximo também de resultados experimentais, conduzidos pela EMBRAPA.  Do ponto de vista microeconômico o sistema é rentável.  O potencial da cotonicultura é expressivo em termos de produtividades a serem alcançadas.  Do ponto de vista da aderência à agricultura sustentável o sistema é propenso à adoção de preceitos de agroecologia.	Produção limitada no que tange à disponibilidade de área, uma vez que, cerca de 4 milhões de hectares são passíveis de uso por milho, soja e café.	Apoiar com pesquisa e assistência técnica e incentivar as práticas que se revelam avançadas e compatíveis com a agricultura sustentável.  Incentivo à práticas agroecológicas.
Desempenho do arranjo nas UTBs Superfície Cimeira do Espinhaço (UTB 40), Serras Alinhadas do Espinhaço (UTB 41) e Depressão de Guanambi (UTB 59)	Boquira, Botuporã, Macaúbas, Paramirim e Tanque Novo (TI Bacia do Paramirim); Caculé, Caetité, Candiba, Guanambi, Ibiassucê, Lagoa Real, Livramento de Nossa Senhora, Palmas de Monte Alto, Pindaí, Sebastião Laranjeiras e Urandi (TI Sertão Produtivo); Igaporã, Morpará, Muquém de São Francisco e Oliveira dos Brejinhos (TI Velho Chico).	4, 5, 6, 7, 8, 9, 12, 13		Baixo rendimento produtivo, que não atinge 1,5 t/ha.  Déficits hídricos e limitações decorrentes da profundidade dos solos.  Custo unitário próximo ao preço, implicando sistema quase deficitário do ponto de vista microeconômico.	Avaliar a possibilidade de aumentar o rendimento físico mediante irrigação.  Apoiar iniciativas de induzir o surgimento de unidades de beneficiamento com caráter cooperativo.
Capital humano na UTB Chapada do Oeste Baiano (UTB 30)	Correntina e Jaborandi (TI Bacia do Rio Corrente); Baianópolis, Barreiras, Formosa do Rio Preto, Luís Eduardo Magalhães, Riachão das Neves e São Desidério (TI Bacia do Rio Grande).	1, 2, 3, 4	Boa oferta de capacitação de mão de obra nos níveis superior e técnico.  Ofertas de cursos sobre agronegócios por meio de iniciativa dos sindicatos, cooperativas e associações.		Fomentar e aperfeiçoar a oferta de capacitação técnica especializada.  Criar linhas de pesquisa apropriadas nas universidades e centros de pesquisa regionais, visando expandir o modelo.
Capital humano nas UTBs Superfície Cimeira do Espinhaço (UTB 40), Serras Alinhadas do Espinhaço (UTB 41) e Depressão de Guanambi (UTB 59)	Boquira, Botuporã, Macaúbas, Paramirim e Tanque Novo (TI Bacia do Paramirim); Caculé, Caetité, Candiba, Guanambi, Ibiassucê, Lagoa Real, Livramento de Nossa Senhora, Palmas de Monte Alto, Pindaí, Sebastião Laranjeiras e Urandi (TI Sertão Produtivo); Igaporã, Morpará, Muquém de São Francisco e Oliveira dos Brejinhos (TI Velho Chico).	4, 5, 6, 7, 8, 9, 12, 13	Há previsão de nova universidade federal com curso de ciências agrárias	Baixa oferta de mão de obra especializada.	Avaliar a conveniência de expansão do plantio de algodão fora do Cerrado mediante irrigação e, posteriormente, fomentar a oferta de capacitação técnica especializada e criar linhas de pesquisa apropriadas, nas universidades e centros de pesquisa regionais, visando expandir o modelo.
Capital social na UTB Chapada do Oeste Baiano (UTB 30)	Correntina e Jaborandi (TI Bacia do Rio Corrente); Baianópolis, Barreiras, Formosa do Rio Preto, Luís Eduardo Magalhães, Riachão das Neves e São Desidério (TI Bacia do Rio Grande).	1, 2, 3, 4	Presença de produtores na região oriundos de áreas de colonização europeia, não ibérica, com cultura de cooperação e de valorização do território, implicando propensão ao associativismo e ao cooperativismo.		Estimular o associativismo por meio de ações de mobilização nas comunidades e cursos de capacitação.

(Continua)

ASPECTO: ARRANJO DO ALGODÃO					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Município(s) onde ocorre(m) o(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) os critério(s)	Atributo(s) que potencializa(m) o arranjo	Fator(es) que impede(m) ou restringe(m) o arranjo	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) do arranjo
Capital social nas UTBs Superfície Cimeira do Espinhaço (UTB 40), Serras Alinhadas do Espinhaço (UTB 41) e Depressão de Guanambi (UTB 59)	Boquira, Botuporã, Macaúbas, Paramirim e Tanque Novo (TI Bacia do Paramirim); Caculé, Caetité, Candiba, Guanambi, Ibiassucê, Lagoa Real, Livramento de Nossa Senhora, Palmas de Monte Alto, Pindaí, Sebastião Laranjeiras e Urandi (TI Sertão Produtivo); Igaporã, Morpará, Muquém de São Francisco e Oliveira dos Brejinhos (TI Velho Chico).	4, 5, 6, 7, 8, 9, 12, 13		Baixa dotação de capital social, limitando a competitividade do arranjo, em função das dificuldades de produção em escala maior.	Estimular o associativismo por meio de ações de mobilização comunitária e capacitação.  Reduzir as disparidades existentes entre as regiões produtoras de algodão por meio do empenho da Câmara Setorial de Fibras Naturais
Mercado na UTB Chapada do Oeste Baiano (UTB 30)	Correntina e Jaborandi (TI Bacia do Rio Corrente); Baianópolis, Barreiras, Formosa do Rio Preto, Luís Eduardo Magalhães, Riachão das Neves e São Desidério (TI Bacia do Rio Grande).	1, 2, 3, 4	Atuação em mercados internacionais, em decorrência da competitividade do sistema.  Perspectiva de continuidade do segmento em mercados internacionais, uma vez garantida a qualidade da fibra.		Ampliar o fomento à produção, como incentivos à produção, selos de qualidades, dentre outras medidas de fomento.
Mercado nas UTBs Superfície Cimeira do Espinhaço (UTB 40), Serras Alinhadas do Espinhaço (UTB 41) e Depressão de Guanambi (UTB 59)	Boquira, Botuporã, Macaúbas, Paramirim e Tanque Novo (TI Bacia do Paramirim); Caculé, Caetité, Candiba, Guanambi, Ibiassucê, Lagoa Real, Livramento de Nossa Senhora, Palmas de Monte Alto, Pindaí, Sebastião Laranjeiras e Urandi (TI Sertão Produtivo); Igaporã, Morpará, Muquém de São Francisco e Oliveira dos Brejinhos (TI Velho Chico).	4, 5, 6, 7, 8, 9, 12, 13	Possibilidade de maior aceitação, com produção de fibra por meio de práticas agroecológicas, como o menor uso de defensivos agrícolas e opção por fibra com cores.		Priorizar a produção de fibra por meio de práticas agroecológicas, como o menor uso de defensivos agrícolas e opção por fibra com cores, com maior aceitação em nichos de mercado.  Estimular estudos socioeconômicos e avaliações técnicas que informem sobre a possibilidade de modernização, obtendo eficiência.
Infraestrutura na UTB Chapada do Oeste Baiano (UTB 30)	Correntina e Jaborandi (TI Bacia do Rio Corrente); Baianópolis, Barreiras, Formosa do Rio Preto, Luís Eduardo Magalhães, Riachão das Neves e São Desidério (TI Bacia do Rio Grande).	1, 2, 3, 4		Deficiências em termos de estradas vicinais, ferrovias, rodovias, hidrovias, eletrificação e telecomunicações.	Incluir os municípios produtores em programas de infraestrutura de transportes, rodovias, hidrovias e ferrovias, de energia e de fomento ao beneficiamento, à industrialização e ao armazenamento.  Fomentar indústrias de fiação e tecelagem nas proximidades dos arranjos.  Fomentar programas de infraestrutura de transportes, rodovias, portos e ferrovias, de infraestrutura energética e de armazenamento.
Infraestrutura nas UTBs Superfície Cimeira do Espinhaço (UTB 40), Serras Alinhadas do Espinhaço (UTB 41) e Depressão de Guanambi (UTB 59)	Boquira, Botuporã, Macaúbas, Paramirim e Tanque Novo (TI Bacia do Paramirim); Caculé, Caetité, Candiba, Guanambi, Ibiassucê, Lagoa Real, Livramento de Nossa Senhora, Palmas de Monte Alto, Pindaí, Sebastião Laranjeiras e Urandi (TI Sertão Produtivo); Igaporã, Morpará, Muquém de São Francisco e Oliveira dos Brejinhos (TI Velho Chico).	4, 5, 6, 7, 8, 9, 12, 13		Deficiências em termos de estradas vicinais, ferrovias, rodovias, hidrovias, eletrificação e telecomunicações.	Incluir os municípios produtores em programas de infraestrutura de transportes, rodovias, hidrovias e ferrovias, de energia e de fomento ao beneficiamento, à industrialização e ao armazenamento.  Fomentar indústrias de fiação e tecelagem nas proximidades dos arranjos.  Fomentar programas de infraestrutura de transportes, rodovias, portos e ferrovias, de infraestrutura energética e de armazenamento.

(Continua)

Continuação do **Quadro 45** – Síntese de potencialidades, limitações e recomendações referentes ao tema **Arranjos Produtivos Rurais: Arranjo do Algodão**

ASPECTO: ARRANJO DO ALGODÃO					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Município(s) onde ocorre(m) o(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) os critério(s)	Atributo(s) que potencializa(m) o arranjo	Fator(es) que impede(m) ou restringe(m) o arranjo	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) do arranjo
Agricultura familiar na UTB Chapada do Oeste Baiano (UTB 30)	Correntina e Jaborandi (TI Bacia do Rio Corrente); Baianópolis, Barreiras, Formosa do Rio Preto, Luís Eduardo Magalhães, Riachão das Neves e São Desidério (TI Bacia do Rio Grande).	1, 2, 3, 4		Baixo potencial para incorporação da agricultura familiar em função da predominância de médias e grandes propriedades, com gestão de natureza patronal e alto nível de profissionalização.	Fomentar programas de crédito e assistência técnica para inserção e manutenção da agricultura familiar.
Agricultura familiar nas UTBs Superfície Cimeira do Espinhaço (UTB 40), Serras Alinhadas do Espinhaço (UTB 41) e Depressão de Guanambi (UTB 59)	Boquira, Botuporã, Macaúbas, Paramirim e Tanque Novo (TI Bacia do Paramirim); Caculé, Caetité, Candiba, Guanambi, Ibiassucê, Lagoa Real, Livramento de Nossa Senhora, Palmas de Monte Alto, Pindaí, Sebastião Laranjeiras e Urandi (TI Sertão Produtivo); Igaporã, Morpará, Muquém de São Francisco e Oliveira dos Brejinhos (TI Velho Chico).	4, 5, 6, 7, 8, 9, 12, 13	Potencial para agricultura familiar.	Baixa presença da agricultura familiar e processo produtivo convencional, com pouca utilização de insumos modernos .  Dependência de intervenções que visem maior eficiência, para o alcance do sucesso da agricultura familiar.	Priorizar programas de acesso à terra, de financiamento e de assistência técnica, visando consolidar a agricultura familiar com significativa produtividade técnica.  Fomentar atividades comunitárias para o beneficiamento e industrialização, visando consolidar a agricultura familiar com significativa produtividade técnica..
Municípios produtores não inseridos nas principais regiões de produção	Caturama, Érico Cardoso e Rio do Pires (TI Bacia do Paramirim); Jussiape e Rio de Contas (TI Chapada Diamantina); Central, Itaguaçu da Bahia, Jussara e São Gabriel (TI Irecê); Boa Nova e Manoel Vitorino (TI Médio Rio de Contas); Campo Formoso (TI Piemonte Norte do Itapicuru); Brumado, Contendas do Sincorá, Dom Basílio, Ituaçu, Iuiú, Malhada de Pedras, Rio do Antônio e Tanhaçu (TI Sertão Produtivo); Carinhanha, Malhada, Serra do Ramalho e Sítio do Mato (TI Velho Chico); Anagé, Aracatu, Caraíbas e Mirante (TI Vitória da Conquista).	3, 5, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 18, 20		Municípios não inseridos nas principais áreas de produção do arranjo e que não usufruem das vantagens locais dessas áreas, como: acesso a insumos e serviços relacionados ao arranjo, facilidades para escoamento da produção e disponibilidade de assistência técnica e mão de obra especializada.	

Fonte: Consórcio Geohidro-Sondotécnica, 2013

**Quadro 46 – Síntese de potencialidades, limitações e recomendações referentes ao tema Arranjos Produtivos Rurais: Arranjo da Apicultura**

ASPECTO: ARRANJO DA APICULTURA					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Município(s) onde ocorre(m) o(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) os critério(s)	Atributo(s) que potencializa(m) o arranjo	Fator(es) que impede(m) ou restringe(m) o arranjo	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) do arranjo
Desempenho do arranjo nas UTBs Tabuleiro de Itapicuru (UTB 17), Patamares Dissecados de Cícero Dantas (UTB 18) e Depressão Sertaneja (UTB 62)	Ipirá, Mairi, Pintadas e Várzea da Roça (TI Bacia do Jacuípe); Iramaia (TI Chapada Diamantina); Inhambupe, Itapicuru, Olindina, Ouriçangas e Sátiro Dias (TI Litoral Norte e Agreste Baiano); Manoel Vitorino (TI Médio Rio de Contas); Itaberaba, Itatim, Macajuba e Santa Teresinha (TI Piemonte do Paraguaçu); Andorinha, Campo Formoso, Jaguarari e Senhor do Bonfim (TI Piemonte Norte do Itapicuru); Água Fria, Antônio Cardoso, Conceição do Jacuípe, Coração de Maria, Feira de Santana, Ipecaetá, Irará, Santa Bárbara, Santanópolis e São Gonçalo dos Campos (TI Portal do Sertão); Castro Alves (TI Recôncavo); Ajustina, Antas, Banzaê, Cícero Dantas, Cipó, Euclides da Cunha, Fátima, Heliópolis, Jeremoabo, Nova Soure, Novo Triunfo, Paripiranga, Ribeira do Amparo, Ribeira do Pombal, Santa Brígida e Sítio do Quinto (TI Semi-Árido Nordeste II); Canudos, Casa Nova, Curaçá, Juazeiro, Sento Sé, Sobradinho e Uauá (TI Sertão do São Francisco); Caculé, Caetitê, Contendas do Sincorá, Lagoa Real, Livramento de Nossa Senhora e Rio do Antônio (TI Sertão Produtivo); Araci, Barrocas, Biritinga, Cansanção, Itiúba, Lamarão, Monte Santo, Quijingue, Serrinha, Teofilândia e Tucano (TI Sisal); Amargosa e Maracás (TI Vale do Jiquiriçá); Anagé, Mirante e Vitória da Conquista (TI Vitória da Conquista).	6, 7, 9, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 30, 31, 32, 33	Habitat do semiárido apropriado para a <i>Apis mellifera</i> , para a <i>Apis mellifera scutellata</i> , assim como para seu híbrido, a abelha africanizada.  Vantagens comparativas do meio físico da região semiárida, para crescimento da apicultura, entre as quais a biodiversidade e a menor área relativa dedicada à agricultura intensiva, tipo monocultura, que utiliza inseticidas em larga escala, exceto a produção vegetal em áreas irrigadas.  Possibilidade de ser desenvolvido de forma associada a outras atividades produtivas sem comprometimento, contribuindo para diversificação da produtividade e economia local e geração de renda na região.  Atividade inserida no conceito de agricultura sustentável por favorecer o processo de polinização natural e elevar a produtividade de pomares, e devido às condições ideais estarem relacionadas à proximidade de áreas de preservação da flora e da fauna, como parques nacionais e estaduais e áreas com predominância de vegetação original.  Possibilidade de praticar o arranjo em as áreas de proteção ambiental.	Padrão de produtividade local pouco desenvolvido e baixa produtividade decorrente da sazonalidade imposta pela estiagem.	Apoiar atividades de pesquisa agropecuária e de assistência técnica em todos os municípios produtores.  Apoiar a Pesquisa e Desenvolvimento com vistas a obter mais derivados, com elevado valor agregado.  Verificar a existência de vantagens significativas de escala na produção de mel e derivados.
Capital humano nas UTBs Tabuleiro de Itapicuru (UTB 17), Patamares Dissecados de Cícero Dantas (UTB 18) e Depressão Sertaneja (UTB 62)	Ipirá, Mairi, Pintadas e Várzea da Roça (TI Bacia do Jacuípe); Iramaia (TI Chapada Diamantina); Inhambupe, Itapicuru, Olindina, Ouriçangas e Sátiro Dias (TI Litoral Norte e Agreste Baiano); Manoel Vitorino (TI Médio Rio de Contas); Itaberaba, Itatim, Macajuba e Santa Teresinha (TI Piemonte do Paraguaçu); Andorinha, Campo Formoso, Jaguarari e Senhor do Bonfim (TI Piemonte Norte do Itapicuru);	6, 7, 9, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 30, 31, 32, 33	Grande oferta de cursos, como o de agronomia na UNEB, o curso técnico em agropecuária no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia – IF Baiano, no Campus de Senhor do Bonfim, cursos de bacharelado em biologia e em fitotecnia na UEFS, todos com possibilidade de apoiar o desenvolvimento da apicultura no semiárido.  Possibilidade de obter apoio dos grupos de pesquisa da UFRB, em que se destaca o “Insecta” com tradição de pesquisa em apicultura.	Deficiências de capital humano qualificado acarretando problemas ao longo da cadeia produtiva, na fase de coleta do mel e na fase do seu beneficiamento.  Ausência de mecanismos que tornem efetiva a qualificação do capital humano envolvido no arranjo da apicultura na Bahia.	Ampliar a oferta de capacitação técnica especializada em apicultura e criar linhas de pesquisa apropriadas nas universidades e centros de pesquisa visando viabilizar o aproveitamento integral do mel, derivados com maior potencial para uso farmacêutico e cosmético, uma vez que, em geral, estes podem obter os melhores preços no mercado.

(Continua)

ASPECTO: ARRANJO DA APICULTURA					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Município(s) onde ocorre(m) o(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) os critério(s)	Atributo(s) que potencializa(m) o arranjo	Fator(es) que impede(m) ou restringe(m) o arranjo	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) do arranjo
Capital humano nas UTBs Tabuleiro de Itapicuru (UTB 17), Patamares Dissecados de Cícero Dantas (UTB 18) e Depressão Sertaneja (UTB 62) - continuação	<p>Água Fria, Antônio Cardoso, Conceição do Jacuípe, Coração de Maria, Feira de Santana, Ipecaetá, Irará, Santa Bárbara, Santanópolis e São Gonçalo dos Campos (TI Portal do Sertão);</p> <p>Castro Alves (TI Recôncavo);</p> <p>Adustina, Antas, Banzaê, Cícero Dantas, Cipó, Euclides da Cunha, Fátima, Heliópolis, Jeremoabo, Nova Soure, Novo Triunfo, Paripiranga, Ribeira do Amparo, Ribeira do Pombal, Santa Brígida e Sítio do Quinto (TI Semi-Árido Nordeste II);</p> <p>Canudos, Casa Nova, Curaçá, Juazeiro, Sento Sé, Sobradinho e Uauá (TI Sertão do São Francisco);</p> <p>Caculé, Caetité, Contendas do Sincorá, Lagoa Real, Livramento de Nossa Senhora e Rio do Antônio (TI Sertão Produtivo);</p> <p>Araci, Barrocas, Biritinga, Cansanção, Itiúba, Lamarão, Monte Santo, Quijingue, Serrinha, Teofilândia e Tucano (TI Sisal);</p> <p>Amargosa e Maracás (TI Vale do Jiquiriçá);</p> <p>Anagé, Mirante e Vitória da Conquista (TI Vitória da Conquista).</p>	6, 7, 9, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 30, 31, 32, 33	<p>Grande oferta de cursos, como o de agronomia na UNEB, o curso técnico em agropecuária no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia – IF Baiano, no Campus de Senhor do Bonfim, cursos de bacharelado em biologia e em fitotecnia na UEFS, todos com possibilidade de apoiar o desenvolvimento da apicultura no semiárido.</p> <p>Possibilidade de obter apoio dos grupos de pesquisa da UFRB, em que se destaca o “Insecta” com tradição de pesquisa em apicultura.</p>	<p>Deficiências de capital humano qualificado acarretando problemas ao longo da cadeia produtiva, na fase de coleta do mel e na fase do seu beneficiamento.</p> <p>Ausência de mecanismos que tornem efetiva a qualificação do capital humano envolvido no arranjo da apicultura na Bahia.</p>	Ampliar a oferta de capacitação técnica especializada em apicultura e criar linhas de pesquisa apropriadas nas universidades e centros de pesquisa visando viabilizar o aproveitamento integral do mel, derivados com maior potencial para uso farmacêutico e cosmético, uma vez que, em geral, estes podem obter os melhores preços no mercado.

(Continua)

ASPECTO: ARRANJO DA APICULTURA					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Município(s) onde ocorre(m) o(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) os critério(s)	Atributo(s) que potencializa(m) o arranjo	Fator(es) que impede(m) ou restringe(m) o arranjo	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) do arranjo
Capital social nas UTBs Tabuleiro de Itapicuru (UTB 17), Patamares Dissecados de Cícero Dantas (UTB 18) e Depressão Sertaneja (UTB 62)	Ipirá, Mairi, Pintadas e Várzea da Roça (TI Bacia do Jacuípe); Iramaia (TI Chapada Diamantina); Inhambupe, Itapicuru, Olindina, Ouriçangas e Sátiro Dias (TI Litoral Norte e Agreste Baiano); Manoel Vitorino (TI Médio Rio de Contas); Itaberaba, Itatim, Macajuba e Santa Teresinha (TI Piemonte do Paraguçu); Andorinha, Campo Formoso, Jaguarari e Senhor do Bonfim (TI Piemonte Norte do Itapicuru); Água Fria, Antônio Cardoso, Conceição do Jacuípe, Coração de Maria, Feira de Santana, Ipecaetá, Irará, Santa Bárbara, Santanópolis e São Gonçalo dos Campos (TI Portal do Sertão); Castro Alves (TI Recôncavo); Ajustina, Antas, Banzaê, Cícero Dantas, Cipó, Euclides da Cunha, Fátima, Heliópolis, Jeremoabo, Nova Soure, Novo Triunfo, Paripiranga, Ribeira do Amparo, Ribeira do Pombal, Santa Brígida e Sítio do Quinto (TI Semi-Árido Nordeste II); Canudos, Casa Nova, Curaçá, Juazeiro, Sento Sé, Sobradinho e Uauá (TI Sertão do São Francisco);	6, 7, 9, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 30, 31, 32, 33	Elevada propensão ao associativismo e ao cooperativismo nos municípios que integram o arranjo, inclusive o de Valente, grande produtor.  A apicultura se constitui em uma alternativa ao sisal para geração de renda e de ocupação.  Existência de Câmara Setorial da Cadeia da Apicultura, composta por mais 40 entidades, algumas delas cooperativas.	Deficiência/insuficiência de estruturas de recepção, beneficiamento e comercialização.  A atividade apresenta baixo grau de exploração de produtos derivados (própolis, dentre outros).	Estimular o associativismo e cooperativismo por meio de capacitações e ações de engajamento comunitário e apresentar casos de sucesso, como os de Valente e Pintadas, aos apicultores distribuídos no território.  Promover a participação da Câmara Setorial da Cadeia da Apicultura como ente estratégico, no processo de motivação para a cooperação.

(Continua)



ASPECTO: ARRANJO DA APICULTURA					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Município(s) onde ocorre(m) o(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) os critério(s)	Atributo(s) que potencializa(m) o arranjo	Fator(es) que impede(m) ou restringe(m) o arranjo	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) do arranjo
Capital social nas UTBs Tabuleiro de Itapicuru (UTB 17), Patamares Dissecados de Cícero Dantas (UTB 18) e Depressão Sertaneja (UTB 62) - continuação	Caculé, Caetité, Contendas do Sincorá, Lagoa Real, Livramento de Nossa Senhora e Rio do Antônio (TI Sertão Produtivo); Araci, Barrocas, Biritinga, Cansanção, Itiúba, Lamarão, Monte Santo, Quijingue, Serrinha, Teofilândia e Tucano (TI Sisal); Amargosa e Maracás (TI Vale do Jiquiriçá); Anagé, Mirante e Vitória da Conquista (TI Vitória da Conquista).	6, 7, 9, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 30, 31, 32, 33	Elevada propensão ao associativismo e ao cooperativismo nos municípios que integram o arranjo, inclusive o de Valente, grande produtor.  A apicultura se constitui em uma alternativa ao sisal para geração de renda e de ocupação.  Existência de Câmara Setorial da Cadeia da Apicultura, composta por mais 40 entidades, algumas delas cooperativas.	Deficiência/insuficiência de estruturas de recepção, beneficiamento e comercialização.  A atividade apresenta baixo grau de exploração de produtos derivados (própolis, dentre outros).	Estimular ainda mais o associativismo por meio de ações de engajamento comunitário e apresentar casos de sucesso, como os de Valente e Pintadas, aos apicultores distribuídos no território.  Promover a participação da Câmara Setorial da Cadeia da Apicultura como ente estratégico, no processo de motivação para a cooperação.
Mercado nas UTBs Tabuleiro de Itapicuru (UTB 17), Patamares Dissecados de Cícero Dantas (UTB 18) e Depressão Sertaneja (UTB 62)	Ipirá, Mairi, Pintadas e Várzea da Roça (TI Bacia do Jacuípe); Iramaia (TI Chapada Diamantina); Inhambupe, Itapicuru, Olindina, Ouriçangas e Sátiro Dias (TI Litoral Norte e Agreste Baiano); Manoel Vitorino (TI Médio Rio de Contas); Itaberaba, Itatim, Macajuba e Santa Teresinha (TI Piemonte do Paraguaçu); Andorinha, Campo Formoso, Jaguarari e Senhor do Bonfim (TI Piemonte Norte do Itapicuru); Água Fria, Antônio Cardoso, Conceição do Jacuípe, Coração de Maria, Feira de Santana, Ipecaetá, Irará, Santa Bárbara, Santanópolis e São Gonçalo dos Campos (TI Portal do Sertão); Castro Alves (TI Recôncavo); Austina, Antas, Banzaê, Cícero Dantas, Cipó, Euclides da Cunha, Fátima, Heliópolis, Jeremoabo, Nova Soure, Novo Triunfo, Paripiranga, Ribeira do Amparo, Ribeira do Pombal, Santa Brígida e Sítio do Quinto (TI Semi-Árido Nordeste II); Canudos, Casa Nova, Curaçá, Juazeiro, Sento Sé, Sobradinho e Uauá (TI Sertão do São Francisco); Caculé, Caetité, Contendas do Sincorá, Lagoa Real, Livramento de Nossa Senhora e Rio do Antônio (TI Sertão Produtivo); Araci, Barrocas, Biritinga, Cansanção, Itiúba, Lamarão, Monte Santo, Quijingue, Serrinha, Teofilândia e Tucano (TI Sisal); Amargosa e Maracás (TI Vale do Jiquiriçá); Anagé, Mirante e Vitória da Conquista (TI Vitória da Conquista).	6, 7, 9, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 30, 31, 32, 33	Atividade rentável.  Mercado consumidor dos produtos da atividade apícola em expansão, os quais são consumidos in natura ou utilizados pela indústria farmacêutica e cosmética, dentre outras.  Crescimento substancial da exportação dos produtos, cuja valorização do arranjo se reflete no número elevado de produtores que aderem a esta modalidade produtiva.	Deficiência/insuficiência de estruturas de recepção, beneficiamento e comercialização.  A atividade apresenta baixo grau de exploração de produtos derivados (própolis, dentre outros).	Estimular políticas de diversificação do produto e dos subprodutos através de programas de pesquisa, desenvolvimento e inovação.  Ampliar o beneficiamento local em maior escala, para melhor atender aos mercados regional e nacional, além de aumentar o valor agregado ao produto.  Estimular o surgimento de pequenas e médias empresas, na forma de associações ou cooperativas, que aproveitem integralmente o mel de abelhas.

(Continua)

ASPECTO: ARRANJO DA APICULTURA					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Município(s) onde ocorre(m) o(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) os critério(s)	Atributo(s) que potencializa(m) o arranjo	Fator(es) que impede(m) ou restringe(m) o arranjo	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) do arranjo
Infraestrutura nas UTBs Tabuleiro de Itapicuru (UTB 17), Patamares Dissecados de Cícero Dantas (UTB 18) e Depressão Sertaneja (UTB 62)	<p>Ipirá, Mairi, Pintadas e Várzea da Roça (TI Bacia do Jacuípe);</p> <p>Iramaia (TI Chapada Diamantina);</p> <p>Inhambupe, Itapicuru, Olindina, Ouriçangas e Sátiro Dias (TI Litoral Norte e Agreste Baiano);</p> <p>Manoel Vitorino (TI Médio Rio de Contas);</p> <p>Itaberaba, Itatim, Macajuba e Santa Teresinha (TI Piemonte do Paraguaçu);</p> <p>Andorinha, Campo Formoso, Jaguarari e Senhor do Bonfim (TI Piemonte Norte do Itapicuru);</p> <p>Água Fria, Antônio Cardoso, Conceição do Jacuípe, Coração de Maria, Feira de Santana, Ipecaetá, Irará, Santa Bárbara, Santanópolis e São Gonçalo dos Campos (TI Portal do Sertão);</p> <p>Castro Alves (TI Recôncavo);</p> <p>Ajustina, Antas, Banzaê, Cícero Dantas, Cipó, Euclides da Cunha, Fátima, Heliópolis, Jeremoabo, Nova Soure, Novo Triunfo, Paripiranga, Ribeira do Amparo, Ribeira do Pombal, Santa Brígida e Sítio do Quinto (TI Semi-Árido Nordeste II);</p> <p>Canudos, Casa Nova, Curaçá, Juazeiro, Sento Sé, Sobradinho e Uauá (TI Sertão do São Francisco);</p> <p>Caculé, Caetitê, Contendas do Sincorá, Lagoa Real, Livramento de Nossa Senhora e Rio do Antônio (TI Sertão Produtivo);</p> <p>Araci, Barrocas, Biritinga, Cansanção, Itiúba, Lamarão, Monte Santo, Quijingue, Serrinha, Teofilândia e Tucano (TI Sisal);</p> <p>Amargosa e Maracás (TI Vale do Jiquiriçá);</p> <p>Anagé, Mirante e Vitória da Conquista (TI Vitória da Conquista).</p>	6, 7, 9, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 30, 31, 32, 33		Deficiências com relação a estradas vicinais e eletrificação, sem grandes variações nos municípios produtores que integram o arranjo de apicultura.	Incluir os municípios integrantes do território com arranjo de apicultura em programas de infraestrutura de transportes, rodovias e ferrovias, de energia e de beneficiamento, industrialização e de armazenamento.

(Continua)

ASPECTO: ARRANJO DA APICULTURA					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Município(s) onde ocorre(m) o(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) os critério(s)	Atributo(s) que potencializa(m) o arranjo	Fator(es) que impede(m) ou restringe(m) o arranjo	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) do arranjo
Agricultura familiar nas UTBs Tabuleiro de Itapicuru (UTB 17), Patamares Dissecados de Cícero Dantas (UTB 18) e Depressão Sertaneja (UTB 62)	Ipirá, Mairi, Pintadas e Várzea da Roça (TI Bacia do Jacuípe); Iramaia (TI Chapada Diamantina); Inhambupe, Itapicuru, Olindina, Ouriçangas e Sátiro Dias (TI Litoral Norte e Agreste Baiano); Manoel Vitorino (TI Médio Rio de Contas); Itaberaba, Itatim, Macajuba e Santa Teresinha (TI Piemonte do Paraguaçu); Andorinha, Campo Formoso, Jaguarari e Senhor do Bonfim (TI Piemonte Norte do Itapicuru); Água Fria, Antônio Cardoso, Conceição do Jacuípe, Coração de Maria, Feira de Santana, Ipecaetá, Irará, Santa Bárbara, Santanópolis e São Gonçalo dos Campos (TI Portal do Sertão); Castro Alves (TI Recôncavo); Ajustina, Antas, Banzaê, Cícero Dantas, Cipó, Euclides da Cunha, Fátima, Heliópolis, Jeremoabo, Nova Soure, Novo Triunfo, Paripiranga, Ribeira do Amparo, Ribeira do Pombal, Santa Brígida e Sítio do Quinto (TI Semi-Árido Nordeste II); Canudos, Casa Nova, Curaçá, Juazeiro, Sento Sé, Sobradinho e Uauá (TI Sertão do São Francisco); Caculé, Caetité, Contendas do Sincorá, Lagoa Real, Livramento de Nossa Senhora e Rio do Antônio (TI Sertão Produtivo); Araci, Barrocas, Biritinga, Cansanção, Itiúba, Lamarão, Monte Santo, Quijingue, Serrinha, Teofilândia e Tucano (TI Sisal); Amargosa e Maracás (TI Vale do Jiquiriçá); Anagé, Mirante e Vitória da Conquista (TI Vitória da Conquista).	6, 7, 9, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 30, 31, 32, 33	Elevado potencial de incorporação na agricultura familiar, havendo predominância deste agente e experiências bem sucedidas.  A apicultura é caracterizada essencialmente como uma atividade ligada à agricultura familiar.  Possibilidade de constituição de cadeias de comercialização mais robustas, por meio dos apicultores reunidos em associações e em cooperativas, que podem gerar produtos com maior valor agregado.  Atividade da agricultura familiar polivalente, uma vez que os apicultores mantêm outras atividades como complementares ou principais, por vezes associadas a atividades de subsistência.  A produção de mel é feita de forma sustentável e compatível com outras atividades, geralmente consórcios produtivos com baixo uso de inseticidas.		Facilitar o acesso a programas de financiamento, de assistência técnica e de acesso à terra, de modo a alavancar a produção e expandir o beneficiamento e a industrialização por arranjos comunitários do mel de abelha, fortalecendo a agricultura familiar.

(Continua)

ASPECTO: ARRANJO DA APICULTURA					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Município(s) onde ocorre(m) o(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) os critério(s)	Atributo(s) que potencializa(m) o arranjo	Fator(es) que impede(m) ou restringe(m) o arranjo	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) do arranjo
Municípios produtores não inseridos nas principais regiões de produção	Boquira e Macaúbas (TI Bacia do Paramirim); Angical, Baianópolis, Barreiras, Buritirama, Catolândia, Cotegipe, Cristópolis, Formosa do Rio Preto, Luís Eduardo Magalhães, Mansidão, Riachão das Neves, Santa Rita de Cássia, São Desidério e Wanderley (TI Bacia do Rio Grande); Ibirapitanga e Wenceslau Guimarães (TI Baixo Sul); Andaraí, Bonito, Morro do Chapéu, Palmeiras, Souto Soares, Utinga e Wagner (TI Chapada Diamantina); Eunápolis, Guaratinga e Itabela (TI Costa do Descobrimento); Alcobaça, Caravelas, Itamaraju, Itanhém, Jucuruçu, Mucuri, Nova Viçosa, Prado e Teixeira de Freitas (TI Extremo Sul); América Dourada, Barra do Mendes, Cafarnaum, Ibipêba, Ibititá, Ipupiara e Uibaí (TI Irecê); Abaré, Chorrochó, Glória, Macururé, Paulo Afonso e Rodelas (TI Itaparica); Acajutiba, Alagoinhas, Aramari, Cardeal da Silva, Catu, Conde, Entre Rios, Esplanada, Jandaíra e Rio Real (TI Litoral Norte e Agreste Baiano); Floresta Azul, Ibicarai, Ilhéus, Itabuna, Itaju do Colônia, Jussari e Uruçuca (TI Litoral Sul); Apuarema, Boa Nova, Ibirataia, Itagi, Itamari, Jequié, Jitaúna e Nova Ibiá (TI Médio Rio de Contas); Santa Cruz da Vitória (TI Médio Sudoeste da Bahia); Mundo Novo e Piritiba (TI Piemonte do Paraguaçu); Ponto Novo (TI Piemonte Norte do Itapicuru); Cachoeira, Cruz das Almas, Governador Mangabeira, Santo Amaro e São Sebastião do Passé (TI Recôncavo); Coronel João Sá (TI Semi-Árido Nordeste II); Campo Alegre de Lourdes, Pilão Arcado e Remanso (TI Sertão do São Francisco); Ibiassucê e Urandi (TI Sertão Produtivo); Itiruçu, Jaguaquara e Lafaiete Coutinho (TI Vale do Jiquiriçá); Barra, Brotas de Macaúbas, Ibotirama, Igaporã, Morpará, Muquém de São Francisco e Oliveira dos Brejinhos (TI Velho Chico); Barra do Choça, Cândido Sales, Condeúba, Encruzilhada, Jacaraci, Licínio de Almeida, Mortugaba, Poções e Ribeirão do Largo (TI Vitória da Conquista).	1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 35, 36		Municípios não inseridos nas principais áreas de produção do arranjo e que não usufruem das vantagens locais dessas áreas, como: acesso a insumos e serviços relacionados ao arranjo, facilidades para escoamento da produção e disponibilidade de assistência técnica e mão de obra especializada.	

Fonte: Consórcio Geohidro-Sondotécnica, 2013

Quadro 47 – Síntese de potencialidades, limitações e recomendações referentes ao tema Arranjos Produtivos Rurais: Arranjo da Avicultura Integrada

ASPECTO: ARRANJO DA AVICULTURA INTEGRADA					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Município(s) onde ocorre(m) o(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) os critério(s)	Atributo(s) que potencializa(m) o arranjo	Fator(es) que impede(m) ou restringe(m) o arranjo	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) do arranjo
Desempenho do arranjo nas UTBs Tabuleiro Pré-Litorâneo (UTB 5), Tabuleiros Interioranos (UTB 6) e Baixada Litorânea do Recôncavo (UTB 13)	Capela do Alto Alegre, Gavião, Ipirá, Mairi, Quixabeira, São José do Jacuípe, Várzea da Roça e Várzea do Poço (TI Bacia do Jacuípe); Aratuípe, Cairu, Camamu, Igrapiúna, Ituberá, Jaguaripe, Nilo Peçanha, Presidente Tancredo Neves e Valença (TI Baixo Sul); Marau (TI Litoral Sul); Caém, Capim Grosso, Jacobina, Miguel Calmon e Serrolândia (TI Piemonte da Diamantina); Itatim, Mundo Novo, Rafael Jambeiro e Santa Teresinha (TI Piemonte do Paraguaçu); Caldeirão Grande, Filadélfia, Ponto Novo e Senhor do Bonfim (TI Piemonte Norte do Itapicuru); Amélia Rodrigues, Conceição da Feira, Conceição do Jacuípe, Feira de Santana, Santo Estêvão e São Gonçalo dos Campos (TI Portal do Sertão); Cabaceiras do Paraguaçu, Cachoeira, Castro Alves, Conceição do Almeida, Cruz das Almas, Dom Macedo Costa, Governador Mangabeira, Maragogipe, Muritiba, Nazaré, Santo Amaro, Santo Antônio de Jesus, São Felipe, São Félix, São Francisco do Conde, São Sebastião do Passé, Sapeaçu, Saubara e Varzedo (TI Recôncavo); Camaçari, Candeias, Dias d'Ávila, Salinas da Margarida e Simões Filho (TI Região Metropolitana de Salvador); Itiúba, Queimadas e Santaluz (TI Sisal); São Gonçalo dos Campos (TI Portal do Sertão); Amargosa, Elísio Medrado, Laje, Mutuípe e São Miguel das Matas (TI Vale do Jiquiriçá).	7, 15, 16, 18, 19, 20, 23, 24, 25, 26, 27, 33, 34, 35, 36	Região em que a avicultura integrada se desenvolveu com maior destaque.  Efetivo animal se aproxima de 4 milhões de cabeças na avicultura intensiva de corte e de postura.  Avicultura organizada em granjas ou galinheiros familiares, proporcionando uma combinação de produção de ovos com atividades granjeiras, aumento da segurança alimentar e incremento da renda de famílias a partir da venda do excedente da produção, se constituindo a atividade complementar de grande interesse social.  Possibilidade de expansão, até tornar a Bahia autossuficiente na produção de aves.  Fonte de proteína menos danosa à biosfera que a bovinocultura.	Dificuldade em se adotar modelos de criação considerados próximos do conceito de sustentabilidade e da agroecologia, com criação livre em semi-confinamento para menor estresse das aves, devido à avicultura integrada seguir os preceitos da maior produtividade possível.	Realizar estudos com vistas a avaliar a possibilidade de adoção por parte dos avicultores de modelo cooperativo de abate de aves, de modo a se tornarem independentes dos frigoríficos.  Apoiar com pesquisa e assistência técnica os avicultores independentes e acenar com a possibilidade de apoio idêntico àqueles que se desligarem do vínculo com os frigoríficos.  Avaliar o sistema integrado implantado, com vistas a gerar elementos de juízo que possam orientar as decisões de desestimular ou não a avicultura integrada, examinando no Recôncavo a alternativa de orientar a área para horticultura e fruticultura.
Desempenho do arranjo na UTB Chapada do Oeste Baiano (UTB 30)	Brejolândia, Canápolis, Cocos, Coribe, Correntina, Jaborandi, Santa Maria da Vitória, Santana, Serra Dourada e Tabocas do Brejo Velho (TI Bacia do Rio Corrente); Angical, Baianópolis, Barreiras, Catolândia, Cotegipe, Cristópolis, Formosa do Rio Preto, Luís Eduardo Magalhães, Riachão das Neves, Santa Rita de Cássia, São Desidério e Wanderley (TI Bacia do Rio Grande); Muquém de São Francisco (TI Velho Chico).	1, 2, 3, 4, 5, 6	Possibilidade de expansão, até tornar a Bahia autossuficiente na produção de aves.  Fonte de proteína menos danosa à biosfera que a bovinocultura.  Efetivo animal se aproxima de 4 milhões de cabeças na avicultura intensiva de corte e de postura.  Avicultura organizada em granjas ou galinheiros familiares, proporcionando uma combinação de produção de ovos com atividades granjeiras, aumento da segurança alimentar e incremento da renda de famílias a partir da venda do excedente da produção, se constituindo a atividade complementar de grande interesse social	Dificuldade em se adotar modelos de criação considerados próximos do conceito de sustentabilidade e da agroecologia, com criação livre em semi-confinamento para menor estresse das aves, devido à avicultura integrada seguir os preceitos da maior eficiência possível.  Perspectiva de crescimento da oferta de soja e milho na próxima década, e as relações contratuais de integração são fontes de insatisfação e futuros conflitos.	Realizar estudos com vistas a avaliar a possibilidade de adoção por parte dos avicultores de modelo cooperativo de abate de aves, de modo a se tornarem independentes dos frigoríficos.  Apoiar com pesquisa e assistência técnica os avicultores independentes e acenar com a possibilidade de apoio idêntico àqueles que se desligarem do vínculo com os frigoríficos.  Avaliar o sistema integrado implantado, com vistas a gerar elementos de juízo que possam orientar as decisões de desestimular ou não a avicultura integrada.

(Continua)

ASPECTO: ARRANJO DA AVICULTURA INTEGRADA					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Município(s) onde ocorre(m) o(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) os critério(s)	Atributo(s) que potencializa(m) o arranjo	Fator(es) que impede(m) ou restringe(m) o arranjo	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) do arranjo
Desempenho do arranjo na UTB Planalto Dissecado do Aporá (UTB 45)	Acajutiba, Aporá, Conde, Crisópolis, Entre Rios, Esplanada, Inhambupe, Jandaíra e Rio Real (TI Litoral Norte e Agreste Baiano).	32, 33, 35, 36	<p>Possibilidade de expansão, até tornar a Bahia autossuficiente na produção de aves.</p> <p>Fonte de proteína menos danosa à biosfera que a bovinocultura.</p> <p>Efetivo animal se aproxima de 4 milhões de cabeças na avicultura intensiva de corte e de postura.</p> <p>Avicultura organizada em granjas ou galinheiros familiares, proporcionando uma combinação de produção de ovos com atividades granjeiras, aumento da segurança alimentar e incremento da renda de famílias a partir da venda do excedente da produção, se constituindo a atividade complementar de grande interesse social.</p>	Dificuldade em se adotar modelos de criação considerados próximos do conceito de sustentabilidade e da agroecologia, com criação livre em semi-confinamento para menor estresse das aves, devido à avicultura integrada seguir os preceitos da maior eficiência possível.	<p>Realizar estudos com vistas a avaliar a possibilidade de adoção por parte dos avicultores de modelo cooperativo de abate de aves, de modo a se tornarem independentes dos frigoríficos.</p> <p>Apoiar com pesquisa e assistência técnica os avicultores independentes e acenar com a possibilidade de apoio idêntico àqueles que se desligarem do vínculo com os frigoríficos.</p>
Capital humano nas UTBs Tabuleiro Pré-Litorâneo (UTB 5), Tabuleiros Interioranos (UTB 6) e Baixada Litorânea do Recôncavo (UTB 13)	<p>Capela do Alto Alegre, Gavião, Ipirá, Mairi, Quixabeira, São José do Jacuípe, Várzea da Roça e Várzea do Poço (TI Bacia do Jacuípe);</p> <p>Aratuípe, Cairu, Camamu, Igrapiúna, Ituberá, Jaguaripe, Nilo Peçanha, Presidente Tancredo Neves e Valença (TI Baixo Sul);</p> <p>Maraú (TI Litoral Sul);</p> <p>Caém, Capim Grosso, Jacobina, Miguel Calmon e Serrolândia (TI Piemonte da Diamantina);</p> <p>Itatim, Mundo Novo, Rafael Jambeiro e Santa Teresinha (TI Piemonte do Paraguaçu);</p> <p>Caldeirão Grande, Filadélfia, Ponto Novo e Senhor do Bonfim (TI Piemonte Norte do Itapicuru);</p> <p>Amélia Rodrigues, Conceição da Feira, Conceição do Jacuípe, Feira de Santana, Santo Estêvão e São Gonçalo dos Campos (TI Portal do Sertão);</p> <p>Cabaceiras do Paraguaçu, Cachoeira, Castro Alves, Conceição do Almeida, Cruz das Almas, Dom Macedo Costa, Governador Mangabeira, Maragogipe, Muritiba, Nazaré, Santo Amaro, Santo Antônio de Jesus, São Felipe, São Félix, São Francisco do Conde, São Sebastião do Passé, Sapeaçu, Saubara e Varzedo (TI Recôncavo);</p> <p>Camaçari, Candeias, Dias d'Ávila, Salinas da Margarida e Simões Filho (TI Região Metropolitana de Salvador);</p> <p>Itiúba, Queimadas e Santaluz (TI Sisal);</p> <p>Amargosa, Elísio Medrado, Laje, Mutuípe e São Miguel das Matas (TI Vale do Jiquiriçá).</p>	7, 15, 16, 18, 19, 20, 23, 24, 25, 26, 27, 33, 34, 35, 36	<p>Boa oferta de capacitação de mão de obra nos níveis superior técnico.</p> <p>Ofertas de cursos sobre agronegócios por meio de iniciativa dos sindicatos, cooperativas e associações.</p> <p>Não há deficiência de capital humano que possam trazer problemas de desempenho ao longo da cadeia produtiva na fase de engorda e na fase de abate.</p>		Estimular treinamentos e investigações nas universidades e nos centros de pesquisas, com vistas a reduzir a dependência de assistência técnica de outros estados. Destarte, seria conveniente incrementar a oferta de capacitação técnica especializada e criar linhas de pesquisa apropriadas nas universidades e centros de pesquisa.

(Continua)



ASPECTO: ARRANJO DA AVICULTURA INTEGRADA					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Município(s) onde ocorre(m) o(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) os critério(s)	Atributo(s) que potencializa(m) o arranjo	Fator(es) que impede(m) ou restringe(m) o arranjo	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) do arranjo
Capital humano na UTB Chapada do Oeste Baiano (UTB 30)	Brejolândia, Canápolis, Cocos, Coribe, Correntina, Jaborandi, Santa Maria da Vitória, Santana, Serra Dourada e Tabocas do Brejo Velho (TI Bacía do Rio Corrente); Angical, Baianópolis, Barreiras, Catolândia, Cotegipe, Cristópolis, Formosa do Rio Preto, Luís Eduardo Magalhães, Riachão das Neves, Santa Rita de Cássia, São Desidério e Wanderley (TI Bacía do Rio Grande); São Gonçalo dos Campos (TI Portal do Sertão); Muquém de São Francisco (TI Velho Chico).	1, 2, 3, 4, 5, 6	Boa oferta de capacitação de mão de obra nos níveis superior e técnico.  Ofertas de cursos sobre agronegócios por meio de iniciativa dos sindicatos, cooperativas e associações.  Não há deficiência de capital humano que possam trazer problemas de desempenho ao longo da cadeia produtiva na fase de engorda e na fase de abate.		Estimular treinamentos e investigações nas universidades e nos centros de pesquisas, com vistas a reduzir a dependência de assistência técnica de outros estados.  Incrementar a oferta de capacitação técnica especializada e criar linhas de pesquisa apropriadas nas universidades e centros de pesquisa.
Capital humano na UTB Planalto Dissecado do Aporá (UTB 45)	Acajutiba, Aporá, Conde, Crisópolis, Entre Rios, Esplanada, Inhambupe, Jandaíra e Rio Real (TI Litoral Norte e Agreste Baiano).	32, 33, 35, 36		Áreas distantes dos centros de formação de recursos humanos, gerando deficiência de capital humano.	Estimular treinamentos e investigações nas universidades e nos centros de pesquisas, com vistas a reduzir a dependência de assistência técnica de outros estados.  Incrementar a oferta de capacitação técnica especializada e criar linhas de pesquisa apropriadas nas universidades e centros de pesquisa UEFs e UNEB.
Capital social nas UTBs Tabuleiro Pré-Litorâneo (UTB 5), Tabuleiros Interioranos (UTB 6) e Baixada Litorânea do Recôncavo (UTB 13)	Capela do Alto Alegre, Gavião, Ipirá, Mairi, Quixabeira, São José do Jacuípe, Várzea da Roça e Várzea do Poço (TI Bacía do Jacuípe); Aratuípe, Cairu, Camamu, Igrapiúna, Ituberá, Jaguaripe, Nilo Peçanha, Presidente Tancredo Neves e Valença (TI Baixo Sul); Maraú (TI Litoral Sul); Caém, Capim Grosso, Jacobina, Miguel Calmon e Serrolândia (TI Piemonte da Diamantina); Itatim, Mundo Novo, Rafael Jambeiro e Santa Teresinha (TI Piemonte do Paraguaçu); Caldeirão Grande, Filadélfia, Ponto Novo e Senhor do Bonfim (TI Piemonte Norte do Itapicuru); Amélia Rodrigues, Conceição da Feira, Conceição do Jacuípe, Feira de Santana, Santo Estêvão e São Gonçalo dos Campos (TI Portal do Sertão); Cabaceiras do Paraguaçu, Cachoeira, Castro Alves, Conceição do Almeida, Cruz das Almas, Dom Macedo Costa, Governador Mangabeira, Maragogipe, Muritiba, Nazaré, Santo Amaro, Santo Antônio de Jesus, São Felipe, São Félix, São Francisco do Conde, São Sebastião do Passé, Sapeaçu, Saubara e Varzedo (TI Recôncavo); Camaçari, Candeias, Dias d'Ávila, Salinas da Margarida e Simões Filho (TI Região Metropolitana de Salvador); São Gonçalo dos Campos (TI Portal do Sertão);  Itiúba, Queimadas e Santaluz (TI Sisal); Amargosa, Elísio Medrado, Laje, Mutuípe e São Miguel das Matas (TI Vale do Jiquiriçá).	7, 15, 16, 18, 19, 20, 23, 24, 25, 26, 27, 33, 34, 35, 36	Boa organização produtiva empresarial, permitindo a competitividade do arranjo.	Não há expressiva propensão ao associativismo e ao cooperativismo, uma vez que, os modelos de produção empresarial são, predominantemente, integrados verticalmente.	Estimular o associativismo e o cooperativismo por meio de ações de mobilização comunitária e capacitação.  Estimular a responsabilidade social dos frigoríficos para beneficiar os avicultores integrados.  Estimular o cooperativismo entre avicultores. Promover mecanismos que favoreçam o acesso a processadores de carne de frango.

(Continua)

ASPECTO: ARRANJO DA AVICULTURA INTEGRADA					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Município(s) onde ocorre(m) o(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) os critério(s)	Atributo(s) que potencializa(m) o arranjo	Fator(es) que impede(m) ou restringe(m) o arranjo	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) do arranjo
Capital social na UTB Chapada do Oeste Baiano (UTB 30)	Brejolândia, Canápolis, Cocos, Coribe, Correntina, Jaborandi, Santa Maria da Vitória, Santana, Serra Dourada e Tabocas do Brejo Velho (TI Bacia do Rio Corrente); Angical, Baianópolis, Barreiras, Catolândia, Cotegipe, Cristópolis, Formosa do Rio Preto, Luís Eduardo Magalhães, Riachão das Neves, Santa Rita de Cássia, São Desidério e Wanderley (TI Bacia do Rio Grande); Muquém de São Francisco (TI Velho Chico).	1, 2, 3, 4, 5, 6	Organização produtiva empresarial, permitindo a competitividade do arranjo.	Não há expressiva propensão ao associativismo e ao cooperativismo. São predominantemente modelos de produção empresarial, integrados verticalmente.	Estimular o associativismo e o cooperativismo por meio de ações de mobilização comunitária, apresentando casos de sucesso como a CEALNOR.  Estimular que os frigoríficos exerçam alguma responsabilidade social para beneficiar os avicultores integrados.  Promover mecanismos que favoreçam o acesso a processadores de carne de frango.
Capital social na UTB Planalto Dissecado do Aporá (UTB 45)	Acajutiba, Aporá, Conde, Crisópolis, Entre Rios, Esplanada, Inhambupe, Jandaíra e Rio Real (TI Litoral Norte e Agreste Baiano).	32, 33, 35, 36	Produção com algumas etapas em cooperação, sobretudo fabricação de rações.	Não há expressiva propensão ao associativismo e ao cooperativismo.	Estimular o associativismo e o cooperativismo por meio de ações de mobilização comunitária, apresentando casos de sucesso.
Mercado nas UTBs Tabuleiro Pré-Litorâneo (UTB 5), Tabuleiros Interioranos (UTB 6) e Baixada Litorânea do Recôncavo (UTB 13)	Capela do Alto Alegre, Gavião, Ipirá, Mairi, Quixabeira, São José do Jacuípe, Várzea da Roça e Várzea do Poço (TI Bacia do Jacuípe); Aratuípe, Cairu, Camamu, Igrapiúna, Ituberá, Jaguaripe, Nilo Peçanha, Presidente Tancredo Neves e Valença (TI Baixo Sul); Maraú (TI Litoral Sul); Caém, Capim Grosso, Jacobina, Miguel Calmon e Serrolândia (TI Piemonte da Diamantina); Itatim, Mundo Novo, Rafael Jambeiro e Santa Teresinha (TI Piemonte do Paraguaçu); Caldeirão Grande, Filadélfia, Ponto Novo e Senhor do Bonfim (TI Piemonte Norte do Itapicuru); Amélia Rodrigues, Conceição da Feira, Conceição do Jacuípe, Feira de Santana, Santo Estêvão e São Gonçalo dos Campos (TI Portal do Sertão); Cabaceiras do Paraguaçu, Cachoeira, Castro Alves, Conceição do Almeida, Cruz das Almas, Dom Macedo Costa, Governador Mangabeira, Maragogipe, Muritiba, Nazaré, Santo Amaro, Santo Antônio de Jesus, São Felipe, São Félix, São Francisco do Conde, São Sebastião do Passé, Sapeaçu, Saubara e Varzedo (TI Recôncavo); Camaçari, Candeias, Dias d'Ávila, Salinas da Margarida e Simões Filho (TI Região Metropolitana de Salvador); Itiúba, Queimadas e Santaluz (TI Sisal); São Gonçalo dos Campos (TI Portal do Sertão); Amargosa, Elísio Medrado, Laje, Mutuípe e São Miguel das Matas (TI Vale do Jiquiriçá).	7, 15, 16, 18, 19, 20, 23, 24, 25, 26, 27, 33, 34, 35, 36	A Bahia tem vantagens comparativas para a avicultura moderna e integrada e ainda tem um déficit de carne de ave, o que sugere oportunidades de expansão deste negócio.  Registro de presença de produtores integrados aos frigoríficos em praticamente todos os municípios sendo em Cachoeira a sede de um abatedouro/frigorífico industrial, o Avipal. No total a Gujão e a Avipal formalizaram 103 contratos de integração na MR, com um número maior de aviários, uma vez que cada contratante pode ter no mesmo ou em outro estabelecimento, mais de uma instalação deste tipo. Em suma, é um arranjo com potencial de expansão nas bases atuais.  Sistemas produtivos tecnicamente avançados.		Ampliar o fomento ao segmento como forma de aproveitar a oportunidade de expansão da atividade pelo déficit de carne de ave.

(Continua)

ASPECTO: ARRANJO DA AVICULTURA INTEGRADA					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Município(s) onde ocorre(m) o(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) os critério(s)	Atributo(s) que potencializa(m) o arranjo	Fator(es) que impede(m) ou restringe(m) o arranjo	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) do arranjo
Mercado na UTB Chapada do Oeste Baiano (UTB 30)	Brejolândia, Canápolis, Cocos, Coribe, Correntina, Jaborandi, Santa Maria da Vitória, Santana, Serra Dourada e Tabocas do Brejo Velho (TI Bacia do Rio Corrente);  Angical, Baianópolis, Barreiras, Catolândia, Cotegipe, Cristópolis, Formosa do Rio Preto, Luís Eduardo Magalhães, Riachão das Neves, Santa Rita de Cássia, São Desidério e Wanderley (TI Bacia do Rio Grande); Muquém de São Francisco (TI Velho Chico).	1, 2, 3, 4, 5, 6	A Bahia tem vantagens comparativas para a avicultura moderna e integrada e ainda tem um déficit de carne de ave, o que sugere oportunidades de expansão deste negócio. Em suma, é um arranjo com potencial de expansão nas bases atuais.		Ampliar o fomento do segmento como forma de aproveitar a oportunidade de expansão da atividade pelo déficit de carne de ave.
Mercado na UTB Planalto Dissecado do Aporá (UTB 45)	Acajutiba, Aporá, Conde, Crisópolis, Entre Rios, Esplanada, Inhambupe, Jandaíra e Rio Real (TI Litoral Norte e Agreste Baiano).	32, 33, 35, 36	A Bahia tem vantagens comparativas para a avicultura moderna e integrada e ainda tem um déficit de carne de ave, o que sugere oportunidades de expansão deste negócio. Em suma, é um arranjo com potencial de expansão nas bases atuais.	Sistemas produtivos tecnicamente atrasados.  A atividade funciona em bases próximas do que se poderia definir como de subsistência.	Estimular para o segmento, estudos socioeconômicos e avaliações técnicas que informem sobre a possibilidade do mesmo vir a se modernizar, obtendo eficiência.
Infraestrutura nas UTBs Tabuleiro Pré-Litorâneo (UTB 5), Tabuleiros Interioranos (UTB 6) e Baixada Litorânea do Recôncavo (UTB 13)	Capela do Alto Alegre, Gavião, Ipirá, Mairi, Quixabeira, São José do Jacuípe, Várzea da Roça e Várzea do Poço (TI Bacia do Jacuípe); Aratuípe, Cairu, Camamu, Igrapiúna, Ituberá, Jaguaripe, Nilo Peçanha, Presidente Tancredo Neves e Valença (TI Baixo Sul); Maraú (TI Litoral Sul); Caém, Capim Grosso, Jacobina, Miguel Calmon e Serrolândia (TI Piemonte da Diamantina); Itatim, Mundo Novo, Rafael Jambeiro e Santa Teresinha (TI Piemonte do Paraguaçu); Caldeirão Grande, Filadélfia, Ponto Novo e Senhor do Bonfim (TI Piemonte Norte do Itapicuru); Amélia Rodrigues, Conceição da Feira, Conceição do Jacuípe, Feira de Santana, Santo Estêvão e São Gonçalo dos Campos (TI Portal do Sertão); Cabaceiras do Paraguaçu, Cachoeira, Castro Alves, Conceição do Almeida, Cruz das Almas, Dom Macedo Costa, Governador Mangabeira, Maragogipe, Muritiba, Nazaré, Santo Amaro, Santo Antônio de Jesus, São Felipe, São Félix, São Francisco do Conde, São Sebastião do Passé, Sapeaçu, Saubara e Varzedo (TI Recôncavo); Camaçari, Candeias, Dias d'Ávila, Salinas da Margarida e Simões Filho (TI Região Metropolitana de Salvador);  Itiúba, Queimadas e Santaluz (TI Sisal); São Gonçalo dos Campos (TI Portal do Sertão); Amargosa, Elísio Medrado, Laje, Mutuípe e São Miguel das Matas (TI Vale do Jiquiriçá).	3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 20, 21, 22, 23, 24, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 35, 36	Não há gargalos de escoamento da produção e nem de abastecimento de insumos, tipo medicamentos, concentrados, equipamentos, etc.	Algumas deficiências em termos de estradas vicinais, ferrovias, rodovias, hidrovias e eletrificação.  Preocupação com a qualidade das rodovias, sobretudo as vicinais	Incluir os municípios produtores em programas de infraestrutura de transportes, rodovias, hidrovias e ferrovias e de energia, cogitando também a utilização de transporte marítimo.

(Continua)

ASPECTO: ARRANJO DA AVICULTURA INTEGRADA					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Município(s) onde ocorre(m) o(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) os critério(s)	Atributo(s) que potencializa(m) o arranjo	Fator(es) que impede(m) ou restringe(m) o arranjo	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) do arranjo
Infraestrutura na UTB Chapada do Oeste Baiano (UTB 30)	Brejolândia, Canápolis, Cocos, Coribe, Correntina, Jaborandi, Santa Maria da Vitória, Santana, Serra Dourada e Tabocas do Brejo Velho (TI Bacia do Rio Corrente); Angical, Baianópolis, Barreiras, Catolândia, Cotegipe, Cristópolis, Formosa do Rio Preto, Luís Eduardo Magalhães, Riachão das Neves, Santa Rita de Cássia, São Desidério e Wanderley (TI Bacia do Rio Grande); Muquém de São Francisco (TI Velho Chico).	1, 2, 3, 4, 5, 6	Não há gargalos de escoamento da produção e nem de abastecimento de insumos, como medicamentos, concentrados, equipamentos, etc.	Algumas deficiências em termos de estradas vicinais, ferrovias, rodovias, hidrovias e eletrificação.  Preocupação com a qualidade das rodovias, sobretudo as vicinais.	Incluir os municípios produtores em programas de infraestrutura de transportes, rodovias, hidrovias e ferrovias e de energia.
Infraestrutura na UTB Planalto Dissecado do Aporá (UTB 45)	Acajutiba, Aporá, Conde, Crisópolis, Entre Rios, Esplanada, Inhambupe, Jandaíra e Rio Real (TI Litoral Norte e Agreste Baiano);	32, 33, 35, 36	Não há gargalos de escoamento da produção e nem de abastecimento de insumos, tipo medicamentos, concentrados, equipamentos etc.	Algumas deficiências em termos de estradas vicinais, ferrovias, rodovias, hidrovias e eletrificação.  Preocupação com a qualidade das rodovias, sobretudo as vicinais	Incluir os municípios produtores em programas de infraestrutura de transportes, rodovias, hidrovias e ferrovias e de energia.
Agricultura familiar nas UTBs Tabuleiro Pré-Litorâneo (UTB 5), Tabuleiros Interioranos (UTB 6) e Baixada Litorânea do Recôncavo (UTB 13)	Capela do Alto Alegre, Gavião, Ipirá, Mairi, Quixabeira, São José do Jacuípe, Várzea da Roça e Várzea do Poço (TI Bacia do Jacuípe); Aratuípe, Cairu, Camamu, Igrapiúna, Ituberá, Jaguaripe, Nilo Peçanha, Presidente Tancredo Neves e Valença (TI Baixo Sul); Maraú (TI Litoral Sul); Caém, Capim Grosso, Jacobina, Miguel Calmon e Serrolândia (TI Piemonte da Diamantina); Itatim, Mundo Novo, Rafael Jambeiro e Santa Teresinha (TI Piemonte do Paraguaçu); Caldeirão Grande, Filadélfia, Ponto Novo e Senhor do Bonfim (TI Piemonte Norte do Itapicuru); Amélia Rodrigues, Conceição da Feira, Conceição do Jacuípe, Feira de Santana, Santo Estêvão e São Gonçalo dos Campos (TI Portal do Sertão); Cabaceiras do Paraguaçu, Cachoeira, Castro Alves, Conceição do Almeida, Cruz das Almas, Dom Macedo Costa, Governador Mangabeira, Maragogipe, Muritiba, Nazaré, Santo Amaro, Santo Antônio de Jesus, São Felipe, São Félix, São Francisco do Conde, São Sebastião do Passé, Sapeaçu, Saubara e Varzedo (TI Recôncavo); Camaçari, Candeias, Dias d'Ávila, Salinas da Margarida e Simões Filho (TI Região Metropolitana de Salvador); Itiúba, Queimadas e Santaluz (TI Sisal); São Gonçalo dos Campos (TI Portal do Sertão); Amargosa, Elísio Medrado, Laje, Mutuípe e São Miguel das Matas (TI Vale do Jiquiriçá).	7, 15, 16, 18, 19, 20, 23, 24, 25, 26, 27, 33, 34, 35, 36	Alto potencial de incorporação para agricultura familiar na fase de produção.  Potencial para a expansão da avicultura familiar.	Muito baixo potencial de incorporação para agricultura familiar na etapa de processamento.  A atividade integrada de avicultura limita o acesso da agricultura familiar.	Desenvolver programas de acesso à terra, de financiamento de equipamentos, de custeio e de assistência técnica para os sistemas de criação de aves "caipiras" espalhados pelo estado.  Fomentar atividades comunitárias de beneficiamento e industrialização e qualificação dos produtos dos sistemas de criação de aves "caipiras", visando consolidação da agricultura familiar.  Incentivar e divulgar boas práticas com incorporação da agricultura familiar.  Promover o cooperativismo e o empoderamento para que a avicultura familiar possa passar a integrar a cadeia produtiva na etapa de abate de aves.  Fomentar estudos que analisem a viabilidade de transformações na avicultura integrada, com vistas à fornecer maior participação no produto para os criadores de aves.

(Continua)

ASPECTO: ARRANJO DA AVICULTURA INTEGRADA					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Município(s) onde ocorre(m) o(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) os critério(s)	Atributo(s) que potencializa(m) o arranjo	Fator(es) que impede(m) ou restringe(m) o arranjo	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) do arranjo
Agricultura familiar na UTB Chapada do Oeste Baiano (UTB 30)	Brejoândia, Canápolis, Cocos, Coribe, Correntina, Jaborandi, Santa Maria da Vitória, Santana, Serra Dourada e Tabocas do Brejo Velho (TI Bacia do Rio Corrente);  Angical, Baianópolis, Barreiras, Catolândia, Cotegipe, Cristópolis, Formosa do Rio Preto, Luís Eduardo Magalhães, Riachão das Neves, Santa Rita de Cássia, São Desidério e Wanderley (TI Bacia do Rio Grande);  Muquém de São Francisco (TI Velho Chico).	1, 2, 3, 4, 5, 6	Alto potencial de incorporação para agricultura familiar na fase de produção.  Potencial para a expansão da avicultura familiar.	Muito baixo potencial de incorporação para agricultura familiar na etapa de processamento.  A atividade integrada de avicultura limita o acesso da agricultura familiar.	Desenvolver programas de acesso à terra, de financiamento de equipamentos, de custeio e de assistência técnica para os sistemas de criação de aves "caipiras" espalhados pelo estado.  Fomentar atividades comunitárias de beneficiamento e industrialização e qualificação dos produtos dos sistemas de criação de aves "caipiras", visando consolidação da agricultura familiar.  Promover o cooperativismo e o empoderamento para que a avicultura familiar passe a integrar a cadeia produtiva na etapa de abate de aves.  Fomentar estudos que analisem a viabilidade de transformações na avicultura integrada, com vistas à fornecer maior participação no produto para os criadores de aves.
Agricultura familiar na UTB Planalto Dissecado do Aporá (UTB 45)	Acajutiba, Aporá, Conde, Crisópolis, Entre Rios, Esplanada, Inhambupe, Jandaíra e Rio Real (TI Litoral Norte e Agreste Baiano);	32, 33, 35, 36	Presença de um modelo de organização produtiva com viabilidade técnica e econômica e aberta à produção familiar ao longo de toda a cadeia produtiva.  O modelo sugere ser eficiente na inclusão social.		Desenvolver programas de acesso à terra, de financiamento de equipamentos, de custeio e de assistência técnica para os sistemas de criação de aves "caipiras" espalhados pelo estado.  Fomentar atividades comunitárias de beneficiamento e industrialização e qualificação dos produtos dos sistemas de criação de aves "caipiras", visando consolidação da agricultura familiar.  Fomentar estudos que analisem a viabilidade de transformações na avicultura integrada, com vistas à fornecer maior participação no produto para os criadores de aves.
Municípios produtores não inseridos nas principais regiões de produção	Baixa Grande, Nova Fátima, Pé de Serra, Pintadas, Riachão do Jacuípe e Serra Preta (TI Bacia do Jacuípe); Boquira, Botuporã, Caturama, Érico Cardoso, Ibipitanga, Macaúbas, Paramirim, Rio do Pires e Tanque Novo (TI Bacia do Paramirim); São Félix do Coribe (TI Bacia do Rio Corrente);  Buritirama e Mansidão (TI Bacia do Rio Grande);  Gandu, Ibirapitanga, Pirai do Norte, Taperoá, Teolândia e Wenceslau Guimarães (TI Baixo Sul); Abaíra, Andaraí, Barra da Estiva, Boninal, Bonito, Ibicoara, Ibitiara, Iramaia, Iraquara, Itaeté, Jussiape, Lençóis, Marcionílio Souza, Morro do Chapéu, Mucugê, Nova Redenção, Novo Horizonte, Palmeiras, Piatã, Rio de Contas, Seabra, Souto Soares, Utinga e Wagner (TI Chapada Diamantina); Belmonte, Eunápolis, Guaratinga, Itabela, Itagimirim, Itapebí, Porto Seguro e Santa Cruz Cabralia (TI Costa do Descobrimento);	3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 20, 21, 22, 23, 24, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 35, 36		Municípios não inseridos nas principais áreas de produção do arranjo e que não usufruem das vantagens locais dessas áreas, como: acesso a insumos e serviços relacionados ao arranjo, facilidades para escoamento da produção e disponibilidade de assistência técnica e mão de obra especializada.	

(Continua)



ASPECTO: ARRANJO DA AVICULTURA INTEGRADA					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Município(s) onde ocorre(m) o(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) os critério(s)	Atributo(s) que potencializa(m) o arranjo	Fator(es) que impede(m) ou restringe(m) o arranjo	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) do arranjo
Municípios produtores não inseridos nas principais regiões de produção - continuação	<p>Alcobaça, Caravelas, Ibirapuã, Itamaraju, Itanhém, Jucuruçu, Lajedão, Medeiros Neto, Mucuri, Nova Viçosa, Prado, Teixeira de Freitas e Vereda (TI Extremo Sul);</p> <p>América Dourada, Barra do Mendes, Barro Alto, Cafarnaum, Canarana, Central, Gentio do Ouro, Ibipecta, Ibititá, Ipupiara, Irecê, Itaguaçu da Bahia, João Dourado, Jussara, Lapão, Mulungu do Morro, Presidente Dutra, São Gabriel, Uibaí e Xique-Xique (TI Irecê);</p> <p>Abaré, Chorrochó, Glória, Macururé, Paulo Afonso e Rodelas (TI Itaparica);</p> <p>Alagoinhas, Araças, Aramari, Cardeal da Silva, Catu, Itanagra, Itapicuru, Mata de São João, Olindina, Ouriçangas, Pedrão, Pojuca e Sátiro Dias (TI Litoral Norte e Agreste Baiano);</p> <p>Almadina, Arataca, Aurelino Leal, Barro Preto, Buerarema, Camacan, Canavieiras, Coaraci, Floresta Azul, Ibicará, Ilhéus, Itabuna, Itacaré, Itaju do Colônia, Itajuípe, Itapé, Itapitanga, Jussari, Mascote, Pau Brasil, Santa Luzia, São José da Vitória, Ubaitaba, Una e Uruçuca (TI Litoral Sul);</p> <p>Aiquara, Apuarema, Barra do Rocha, Boa Nova, Dário Meira, Gongogi, Ibirataia, Ipiáú, Itagi, Itagibá, Itamari, Jequié, Jitaúna, Manoel Vitorino, Nova Ibiá e Ubatã (TI Médio Rio de Contas);</p> <p>Caatiba, Firmino Alves, Ibicuí, Iguai, Itambé, Itapetinga, Itarantim, Itororó, Macarani, Maiquinique, Nova Canaã, Potiraguá e Santa Cruz da Vitória (TI Médio Sudoeste da Bahia);</p> <p>Mirangaba, Ourolândia, Saúde, Umburanas e Várzea Nova (TI Piemonte da Diamantina);</p> <p>Boa Vista do Tupim, Iaçú, Ibiquera, Itaberaba, Lajedinho, Macajuba, Piritiba, Ruy Barbosa e Tapiramutá (TI Piemonte do Paraguaçu);</p> <p>Andorinha, Antônio Gonçalves, Campo Formoso, Jaguarari e Pindobaçu (TI Piemonte Norte do Itapicuru);</p> <p>Água Fria, Anguera, Antônio Cardoso, Coração de Maria, Ipecaetá, Irará, Santa Bárbara, Santanópolis, Tanquinho, Teodoro Sampaio e Terra Nova (TI Portal do Sertão);</p> <p>Muniz Ferreira (TI Recôncavo);</p> <p>Adustina, Antas, Banzaê, Cícero Dantas, Cipó, Coronel João Sá, Euclides da Cunha, Fátima, Heliópolis, Jeremoabo, Nova Soure, Novo Triunfo, Paripiranga, Pedro Alexandre, Ribeira do Amparo, Ribeira do Pombal, Santa Brígida e Sítio do Quinto (TI Semi-Árido Nordeste II);</p>	3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 20, 21, 22, 23, 24, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 35, 36		Municípios não inseridos nas principais áreas de produção do arranjo e que não usufruem das vantagens locais dessas áreas, como: acesso a insumos e serviços relacionados ao arranjo, facilidades para escoamento da produção e disponibilidade de assistência técnica e mão de obra especializada.	

(Continua)



ASPECTO: ARRANJO DA AVICULTURA INTEGRADA					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Município(s) onde ocorre(m) o(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) os critério(s)	Atributo(s) que potencializa(m) o arranjo	Fator(es) que impede(m) ou restringe(m) o arranjo	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) do arranjo
Municípios produtores não inseridos nas principais regiões de produção - continuação	<p>Campo Alegre de Lourdes, Canudos, Casa Nova, Curaçá, Juazeiro, Pilão Arcado, Remanso, Sento Sé, Sobradinho e Uauá (TI Sertão do São Francisco);</p> <p>Brumado, Caculé, Caetité, Candiba, Contendas do Sincorá, Dom Basílio, Guanambi, Ibiassucê, Ituaçu, Iuiú, Lagoa Real, Livramento de Nossa Senhora, Malhada de Pedras, Palmas de Monte Alto, Pindaí, Rio do Antônio, Sebastião Laranjeiras, Tanhaçu e Urandi (TI Sertão Produtivo);</p> <p>Araci, Barrocas, Biritinga, Candéal, Cansanção, Conceição do Coité, Ichu, Lamarão, Monte Santo, Nordestina, Quijingue, Retirolândia, São Domingos, Serrinha, Teofilândia, Tucano e Valente (TI Sisal);</p> <p>Brejões, Cravolândia, Irajuba, Itaquara, Itiruçu, Jaguaquara, Jiquiriçá, Lafaiete Coutinho, Lajedo do Tabocal, Maracás, Milagres, Nova Itarana, Planaltino, Santa Inês e Ubaíra (TI Vale do Jiquiriçá);</p> <p>Barra, Bom Jesus da Lapa, Brotas de Macaúbas, Carinhanha, Feira da Mata, Ibotirama, Igaporã, Malhada, Matina, Morpará, Oliveira dos Brejinhos, Paratinga, Riacho de Santana, Serra do Ramalho e Sítio do Mato (TI Velho Chico);</p> <p>Anagé, Aracatu, Barra do Choça, Belo Campo, Bom Jesus da Serra, Caetanos, Cândido Sales, Caraíbas, Condeúba, Cordeiros, Encruzilhada, Guajeru, Jacaraci, Licínio de Almeida, Maetinga, Mirante, Mortugaba, Piripá, Planalto, Poções, Presidente Jânio Quadros, Ribeirão do Largo, Tremedal e Vitória da Conquista (TI Vitória da Conquista).</p>	3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 20, 21, 22, 23, 24, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 35, 36		Municípios não inseridos nas principais áreas de produção do arranjo e que não usufruem das vantagens locais dessas áreas, como: acesso a insumos e serviços relacionados ao arranjo, facilidades para escoamento da produção e disponibilidade de assistência técnica e mão de obra especializada etc.	

Fonte: Consórcio Geohidro-Sondotécnica, 2013

**Quadro 48 – Síntese de potencialidades, limitações e recomendações referentes ao tema Arranjos Produtivos Rurais: Arranjo da Bovinocultura**

ASPECTO: ARRANJO DA BOVINOCULTURA					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Município(s) onde ocorre(m) o(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) os critério(s)	Atributo(s) que potencializa(m) o arranjo	Fator(es) que impede(m) ou restringe(m) o arranjo	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) do arranjo
Desempenho do arranjo na UTB Tabuleiro Costeiro do Litoral Norte (UTB 3)	Acajutiba, Aporá, Araças, Cardeal da Silva, Conde, Entre Rios, Esplanada, Itanagra, Jandaíra e Rio Real (TI Litoral Norte e Agreste Baiano).	32, 33, 35, 36	Predomínio da raça zebuína nelore e grande heterogeneidade no que tange ao grau de tecnificação.	Tecnicamente desaconselhada por ambientalistas, técnicos e pesquisadores de produção animal e zootecnia do Campus de Itapetinga da UESB, a prática da bovinocultura extensiva, no bioma Mata Atlântica.  A bovinocultura da forma como é conduzida no estado, não sinaliza no curto prazo tendência para adoção de práticas agroecológicas.	Apoiar atividades de pesquisa e de assistência técnica, sobretudo voltadas às áreas que vêm enfrentando maiores problemas decorrentes do clima e da gestão do negócio agrícola.  Aumentar o rigor no zoneamento das áreas recomendadas para a bovinocultura, criando estímulos e desestímulos a depender de uma maior ou menor adaptação da atividade aos biomas.
Desempenho do arranjo na UTB Tabuleiro Costeiro do Litoral Sul (UTB 4)	Belmonte, Eunápolis, Guaratinga, Itabela, Porto Seguro e Santa Cruz Cabrália (TI Costa do Descobrimento);  Alcobaça, Caravelas, Ibirapuã, Itamaraju, Lajedão, Medeiros Neto, Mucuri, Nova Viçosa, Prado, Teixeira de Freitas e Vereda (TI Extremo Sul);  Valença, Teolândia, Gandu, Wenceslau Guimarães e Presidente Tancredo Neves (TI Baixo Sul);  Canavieiras, Mascote, Santa Luzia e Una (TI Litoral Sul);	20, 22, 25, 26, 27, 28, 29, 36	Predomínio da raça zebuína nelore e grande heterogeneidade no que tange ao grau de tecnificação.  Assistência do ensino e da pesquisa realizados pelo curso de agronomia de Barreiras.	Tecnicamente desaconselhada por ambientalistas, técnicos e pesquisadores de produção animal e zootecnia do Campus de Itapetinga da UESB, a prática da bovinocultura extensiva, no bioma Mata Atlântica.  Estagnação do sistema, com algum dinamismo apenas ao norte de Valença, Teolândia, Gandú, Wenceslau Guimarães, Tancredo Neves e ao norte e a oeste do Território de Identidade Extremo Sul, ainda assim, nessas regiões, os indicadores de desempenho são inferiores a outras regiões do estado.  A bovinocultura, da forma como é conduzida no estado, não sinaliza no curto prazo tendência para adoção de práticas agroecológicas.	Apoiar atividades de pesquisa e de assistência técnica, sobretudo voltadas às áreas que vêm enfrentando maiores problemas decorrentes do clima e da gestão do negócio agrícola.  Aumentar o rigor no zoneamento das áreas recomendadas para a bovinocultura, criando estímulos e desestímulos a depender de uma maior ou menor adaptação da atividade aos biomas.
Desempenho do arranjo na UTB Depressão Sertaneja (UTB 62)	Baixa Grande, Capela do Alto Alegre, Gavião, Ipirá, Mairi, Nova Fátima, Pé de Serra, Pintadas, Riachão do Jacuípe, São José do Jacuípe, Serra Preta e Várzea da Roça (TI Bacia do Jacuípe); Paramirim (TI Bacia do Paramirim);  Abaíra, Barra da Estiva, Ibicoara, Iramaia, Itaeté, Jussiape, Marcionílio Souza, Mucugê e Rio de Contas (TI Chapada Diamantina);  Ouriçangas, Pedrão e Sátiro Dias (TI Litoral Norte e Agreste Baiano); Manoel Vitorino (TI Médio Rio de Contas); Capim Grosso (TI Piemonte da Diamantina);  Boa Vista do Tupim, Iaçú, Itaberaba, Itatim, Macajuba, Rafael Jambeiro, Ruy Barbosa e Santa Teresinha (TI Piemonte do Paraguaçu); Andorinha, Antônio Gonçalves, Campo Formoso, Filadélfia, Jaguarari e Senhor do Bonfim (TI Piemonte Norte do Itapicuru); Água Fria, Anguera, Antônio Cardoso, Conceição da Feira, Conceição do Jacuípe, Coração de Maria, Feira de Santana, Ipecaetá, Irará, Santa Bárbara, Santanópolis, Santo Estêvão, São Gonçalo dos Campos, Tanquinho e Teodoro Sampaio (TI Portal do Sertão).	6, 7, 8, 9, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 30, 32, 33	Presença do pastoreio em gramíneas, a exemplo do que ocorre no Sudoeste e em outras partes do país, nas quais se erradicou a vegetação de caatinga de pastoreio tradicional e se introduziu forrageiras, favorecendo o aumento da capacidade suporte, que pode chegar a um ou mais animal por hectare, enquanto o pastoreio na caatinga tem capacidade média de um animal para 5 a 10 ha.  Predomínio da pecuária de corte, havendo pecuária de leite aleatoriamente e mais concentrada no Sudoeste, em função dos laticínios ali instalados.  A bovinocultura é formada de rebanho misto, com a produção leiteira visando o abastecimento local.  Predomina a raça zebuína nelore e grande heterogeneidade no que tange ao grau de tecnificação.	A bovinocultura, da forma como é conduzida no estado, não sinaliza no curto prazo tendência para adoção de práticas agroecológicas.	Apoiar atividades de pesquisa e de assistência técnica, sobretudo voltadas às áreas que vêm enfrentando maiores problemas decorrentes do clima e da gestão do negócio agrícola.  Aumentar o rigor no zoneamento das áreas recomendadas para a bovinocultura, criando estímulos e desestímulos a depender de uma maior ou menor adaptação da atividade aos biomas.

(Continua)

ASPECTO: ARRANJO DA BOVINOCULTURA					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Município(s) onde ocorre(m) o(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) os critério(s)	Atributo(s) que potencializa(m) o arranjo	Fator(es) que impede(m) ou restringe(m) o arranjo	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) do arranjo
Desempenho do arranjo na UTB Depressão Sertaneja (UTB 62) - continuação	<p>Cabaceiras do Paraguaçu, Castro Alves e Conceição do Almeida (TI Recôncavo);</p> <p>Euclides da Cunha (TI Semi-Árido Nordeste II);</p> <p>Canudos, Casa Nova, Curaçá, Juazeiro, Sento Sé, Sobradinho e Uauá (TI Sertão do São Francisco);</p> <p>Brumado, Caculé, Caetité, Contendas do Sincorá, Dom Basílio, Ituaçu, Lagoa Real, Livramento de Nossa Senhora, Malhada de Pedras, Rio do Antônio e Tanhaçu (TI Sertão Produtivo);</p> <p>Araci, Barrocas, Biritinga, Candeal, Cansanção, Conceição do Coité, Ichu, Itiúba, Lamarão, Monte Santo, Nordestina, Queimadas, Quijingue, Retirolândia, Santaluz, São Domingos, Serrinha, Teofilândia, Tucano e Valente (TI Sisal);</p> <p>Amargosa, Elísio Medrado, Maracás e Milagres (TI Vale do Jiquiriçá);</p> <p>Anagé, Aracatu, Belo Campo, Caetanos, Carafbas, Guajeru, Maetinga, Mirante, Presidente Jânio Quadros, Tremedal e Vitória da Conquista (TI Vitória da Conquista).</p>	6, 7, 8, 9, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 30, 32, 33	<p>Presença do pastoreio em gramíneas, a exemplo do que ocorre no Sudoeste e em outras partes do país, nas quais se erradicou a vegetação de caatinga de pastoreio tradicional e se introduziu forrageiras, favorecendo o aumento da capacidade suporte, que pode chegar a um ou mais animal por hectare, enquanto o pastoreio na caatinga tem capacidade média de um animal para 5 a 10 ha.</p> <p>Predomínio da pecuária de corte, havendo pecuária de leite aleatoriamente e mais concentrada no Sudoeste, em função dos laticínios ali instalados.</p> <p>A bovinocultura é formada de rebanho misto, com a produção leiteira visando o abastecimento local.</p> <p>Predomina a raça zebuína nelore e grande heterogeneidade no que tange ao grau de tecnificação.</p>	A bovinocultura, da forma como é conduzida no estado, não sinaliza no curto prazo tendência para adoção de práticas agroecológicas.	<p>Apoiar atividades de pesquisa e de assistência técnica, sobretudo voltadas às áreas que vêm enfrentando maiores problemas decorrentes do clima e da gestão do negócio agrícola.</p> <p>Aumentar o rigor no zoneamento das áreas recomendadas para a bovinocultura, criando estímulos e desestímulos a depender de uma maior ou menor adaptação da atividade aos biomas..</p>
Desempenho do arranjo na UTB Depressão Interplanáltica de Itabuna/Itapetinga (UTB 63)	<p>Aurelino Leal, Barro Preto, Buerarema, Floresta Azul, Ibicaraí, Itabuna, Itaju do Colônia, Itajuípe, Itapé, Jussari, Pau Brasil, São José da Vitória e Uruçuca (TI Litoral Sul);</p> <p>Caatiba, Firmino Alves, Itambé, Itapetinga, Itarantim, Itororó, Macarani, Maiquinique, Potiraguá e Santa Cruz da Vitória (TI Médio Sudoeste da Bahia);</p> <p>Ribeirão do Largo (TI Vitória da Conquista).</p>	13, 22, 26, 27	<p>Predomínio da pecuária leiteira, em função dos laticínios instalados.</p>		<p>Apoiar atividades de pesquisa e de assistência técnica, sobretudo voltadas às áreas que vêm enfrentando maiores problemas decorrentes do clima e da gestão do negócio agrícola.</p> <p>Aumentar o rigor no zoneamento das áreas recomendadas para a bovinocultura, criando estímulos e desestímulos a depender de uma maior ou menor adaptação da atividade aos biomas.</p>
Desempenho do arranjo na UTB Chapada do Oeste Baiano (UTB 30)	<p>Brejolândia, Canápolis, Cocos, Coribe, Correntina, Jaborandi, Santa Maria da Vitória, Santana, Serra Dourada e Tabocas do Brejo Velho (TI Bacia do Rio Corrente);</p> <p>Angical, Baianópolis, Barreiras, Catolândia, Cotegipe, Cristópolis, Formosa do Rio Preto, Luís Eduardo Magalhães, Riachão das Neves, Santa Rita de Cássia, São Desidério e Wanderley (TI Bacia do Rio Grande);</p> <p>Muquém de São Francisco (TI Velho Chico).</p>	1, 2, 3, 4, 5, 6	<p>Rebanho de quase 1,4 milhão de cabeças, voltado principalmente para cria, recria e engorda.</p> <p>Predomínio da raça zebuína nelore e grande heterogeneidade no que tange ao grau de tecnificação.</p> <p>Predomina a raça zebuína nelore e grande heterogeneidade no que tange ao grau de tecnificação.</p>	A bovinocultura, da forma como é conduzida no estado, não sinaliza no curto prazo para adoção de práticas agroecológicas.	<p>Apoiar atividades de pesquisa e de assistência técnica, sobretudo voltadas às áreas que vêm enfrentando maiores problemas decorrentes do clima e da gestão do negócio agrícola.</p> <p>Aumentar o rigor no zoneamento das áreas recomendadas para a bovinocultura, criando estímulos e desestímulos a depender de uma maior ou menor adaptação da atividade aos biomas..</p>

(Continua)

ASPECTO: ARRANJO DA BOVINOCULTURA					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Município(s) onde ocorre(m) o(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) os critério(s)	Atributo(s) que potencializa(m) o arranjo	Fator(es) que impede(m) ou restringe(m) o arranjo	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) do arranjo
Desempenho do arranjo nas UTBs Tabuleiro Costeiro do Litoral Sul (UTB 4) e Depressão Interplanáltica de Itabuna/Itapetinga (UTB 63)	Itapebí (TI Costa do Descobrimento); Ilhéus (TI Litoral Sul).	22, 26, 27, 28, 36	Existência da raça zebuína nelore e grande heterogeneidade no que tange ao grau de tecnificação.  Existência da pecuária leiteira, em função dos laticínios instalados.	Tecnicamente desaconselhada por ambientalistas, técnicos e pesquisadores de produção animal e zootecnia do Campus de Itapetinga da UESB, a prática da bovinocultura extensiva, no bioma Mata Atlântica.  Sistema estagnado em relação à pecuária de corte.  A bovinocultura, da forma como é conduzida no estado, não sinaliza no curto prazo para adoção de práticas agroecológicas.	Apoiar atividades de pesquisa e de assistência técnica, sobretudo voltadas às áreas que vêm enfrentando maiores problemas decorrentes do clima e da gestão do negócio agrícola.  Aumentar o rigor no zoneamento das áreas recomendadas para a bovinocultura, criando estímulos e desestímulos a depender de uma maior ou menor adaptação da atividade aos biomas.
Capital humano na UTB Tabuleiro Costeiro do Litoral Norte (UTB 3)	Acajutiba, Aporá, Araças, Cardeal da Silva, Conde, Entre Rios, Esplanada, Itanagra, Jandaíra e Rio Real (TI Litoral Norte e Agreste Baiano).	32, 33, 35, 36	Há condições de formação de recursos humanos para atender às necessidades da bovinocultura.	Menor ocorrência de centros de formação de recursos humanos e de pesquisa.  Déficit de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para os pequenos agricultores.	Ampliar ainda mais a oferta de capacitação técnica especializada para a bovinocultura, criando linhas de pesquisa apropriadas.  Implementar política de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) orientada para a organização da produção e formas de comercialização para a pecuária de pequeno porte.
Capital humano na UTB Tabuleiro Costeiro do Litoral Sul (UTB 4)	Belmonte, Eunápolis, Guaratinga, Itabela, Porto Seguro e Santa Cruz Cabrália (TI Costa do Descobrimento);  Alcobaça, Caravelas, Ibirapuã, Itamaraju, Lajedão, Medeiros Neto, Mucuri, Nova Viçosa, Prado, Teixeira de Freitas e Vereda (TI Extremo Sul);  Canavieiras, Mascote, Santa Luzia e Una (TI Litoral Sul);  Valença, Teolândia, Gandu, Wenceslau Guimarães e Presidente Tancredo Neves (TI Baixo Sul).	20, 22, 25, 26, 27, 28, 29, 36	Há condições de formação de recursos humanos para atender às necessidades da bovinocultura.  Benefício por meio de treinamento e conhecimento gerado na UESC em Ilhéus.	Parte da região tem dependência de assistência técnica de Minas Gerais.  Déficit de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para os pequenos agricultores	Ampliar , ainda mais, a oferta de capacitação técnica especializada para a bovinocultura, criando linhas de pesquisa apropriadas.  Implementar política de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) orientada para a organização da produção e formas de comercialização para a pecuária de pequeno porte.
Capital humano na UTB Depressão Sertaneja (UTB 62)	Baixa Grande, Capela do Alto Alegre, Gavião, Ipirá, Mairi, Nova Fátima, Pé de Serra, Pintadas, Riachão do Jacuípe, São José do Jacuípe, Serra Preta e Várzea da Roça (TI Bacia do Jacuípe); Paramirim (TI Bacia do Paramirim);  Abaíra, Barra da Estiva, Ibicoara, Iramaia, Itaeté, Jussiape, Marcionílio Souza, Mucugê e Rio de Contas (TI Chapada Diamantina); Ouriçangas, Pedrão e Sátiro Dias (TI Litoral Norte e Agreste Baiano); Manoel Vitorino (TI Médio Rio de Contas); Capim Grosso (TI Piemonte da Diamantina);  Boa Vista do Tupim, Iaçú, Itaberaba, Itatim, Macajuba, Rafael Jambeiro, Ruy Barbosa e Santa Teresinha (TI Piemonte do Paraguaçu); Andorinha, Antônio Gonçalves, Campo Formoso, Filadélfia, Jaguarari e Senhor do Bonfim (TI Piemonte Norte do Itapicuru).	6, 7, 8, 9, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 30, 32, 33	Há condições de formação de recursos humanos para atender às necessidades da bovinocultura, especialmente nos centros de formação e pesquisa em produção animal na UNEB em Juazeiro e na UESB em Itapetinga.	Déficit de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para os pequenos agricultores	Ampliar ,ainda mais, a oferta de capacitação técnica especializada para a bovinocultura, criando linhas de pesquisa apropriadas.  Implementar política de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) orientada para a organização da produção e formas de comercialização para a pecuária de pequeno porte.

(Continua)

ASPECTO: ARRANJO DA BOVINOCULTURA					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Município(s) onde ocorre(m) o(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) os critério(s)	Atributo(s) que potencializa(m) o arranjo	Fator(es) que impede(m) ou restringe(m) o arranjo	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) do arranjo
Capital humano na UTB Depressão Sertaneja (UTB 62) - continuação	Água Fria, Anguera, Antônio Cardoso, Conceição da Feira, Conceição do Jacuípe, Coração de Maria, Feira de Santana, Ipecaetá, Irará, Santa Bárbara, Santanópolis, Santo Estêvão, São Gonçalo dos Campos, Tanquinho e Teodoro Sampaio (TI Portal do Sertão); Cabaceiras do Paraguaçu, Castro Alves e Conceição do Almeida (TI Recôncavo); Euclides da Cunha (TI Semi-Árido Nordeste II); Canudos, Casa Nova, Curaçá, Juazeiro, Sento Sé, Sobradinho e Uauá (TI Sertão do São Francisco); Brumado, Caculé, Caetitê, Contendas do Sincorá, Dom Basílio, Ituaçu, Lagoa Real, Livramento de Nossa Senhora, Malhada de Pedras, Rio do Antônio e Tanhaçu (TI Sertão Produtivo); Araci, Barrocas, Biritinga, Candeal, Cansanção, Conceição do Coité, Ichu, Itiúba, Lamarão, Monte Santo, Nordestina, Queimadas, Quijingue, Retirolândia, Santaluz, São Domingos, Serrinha, Teofilândia, Tucano e Valente (TI Sisal); Amargosa, Elísio Medrado, Maracás e Milagres (TI Vale do Jiquiriçá); Anagé, Aracatu, Belo Campo, Caetanos, Caraíbas, Guajeru, Maetinga, Mirante, Presidente Jânio Quadros, Tremedal e Vitória da Conquista (TI Vitória da Conquista).	6, 7, 8, 9, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 30, 32, 33	Há condições de formação de recursos humanos para atender às necessidades da bovinocultura, especialmente nos centros de formação e pesquisa em produção animal na UNEB em Juazeiro e na UESB em Itapetinga.	Déficit de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para os pequenos agricultores.	Ampliar ,ainda mais, a oferta de capacitação técnica especializada para a bovinocultura, criando linhas de pesquisa apropriadas.  Implementar política de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) orientada para a organização da produção e formas de comercialização para a pecuária de pequeno porte.
Capital humano na UTB Depressão Interplanáltica de Itabuna/Itapetinga (UTB 63)	Aurelino Leal, Barro Preto, Buerarema, Floresta Azul, Ibicaraí, Itabuna, Itaju do Colônia, Itajuípe, Itapé, Jussari, Pau Brasil, São José da Vitória e Uruçuca (TI Litoral Sul);  Caatiba, Firmino Alves, Itambé, Itapetinga, Itarantim, Itororó, Macarani, Maiquinique, Potiraguá e Santa Cruz da Vitória (TI Médio Sudoeste da Bahia);  Ribeirão do Largo (TI Vitória da Conquista).	13, 22, 26, 27	Há condições de formação de recursos humanos para atender às necessidades da bovinocultura.	Déficit de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para os pequenos agricultores.	Ampliar ,ainda mais, a oferta de capacitação técnica especializada para a bovinocultura, criando linhas de pesquisa apropriadas.  Implementar política de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) orientada para a organização da produção e formas de comercialização para a pecuária de pequeno porte.
Capital humano na UTB Chapada do Oeste Baiano (UTB 30)	Brejolândia, Canápolis, Cocos, Coribe, Correntina, Jaborandi, Santa Maria da Vitória, Santana, Serra Dourada e Tabocas do Brejo Velho (TI Bacia do Rio Corrente);  Angical, Baianópolis, Barreiras, Catolândia, Cotegipe, Cristópolis, Formosa do Rio Preto, Luís Eduardo Magalhães, Riachão das Neves, Santa Rita de Cássia, São Desidério e Wanderley (TI Bacia do Rio Grande);  Muquém de São Francisco (TI Velho Chico).	1, 2, 3, 4, 5, 6	Há condições de formação de recursos humanos para atender às necessidades da bovinocultura.  Assistência do ensino e da pesquisa realizados pelo curso de agronomia de Barreira.	Déficit de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para os pequenos agricultores.	Ampliar, ainda mais, a oferta de capacitação técnica especializada para a bovinocultura, criando linhas de pesquisa apropriadas.  Implementar política de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) orientada para a organização da produção e formas de comercialização para a pecuária de pequeno porte.

(Continua)



Continuação do **Quadro 48** – Síntese de potencialidades, limitações e recomendações referentes ao tema **Arranjos Produtivos Rurais: Arranjo da Bovinocultura**

ASPECTO: ARRANJO DA BOVINOCULTURA					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Município(s) onde ocorre(m) o(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) os critério(s)	Atributo(s) que potencializa(m) o arranjo	Fator(es) que impede(m) ou restringe(m) o arranjo	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) do arranjo
Capital humano nas UTBs Tabuleiro Costeiro do Litoral Sul (UTB 4) e Depressão Interplanáltica de Itabuna/Itapetinga (UTB 63)	Itapebi (TI Costa do Descobrimento); Ilhéus (TI Litoral Sul).	22, 26, 27, 28, 36	Há condições de formação de recursos humanos para atender às necessidades da bovinocultura.  Benefício por meio de treinamento e conhecimento gerado na UESC em Ilhéus.	Déficit de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para os pequenos agricultores.	Ampliar, ainda mais, a oferta de capacitação técnica especializada para a bovinocultura, criando linhas de pesquisa apropriadas.  Implementar política de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) orientada para a organização da produção e formas de comercialização para a pecuária de pequeno porte.
Capital social na UTB Tabuleiro Costeiro do Litoral Norte (UTB 3)	Acajutiba, Aporá, Araças, Cardeal da Silva, Conde, Entre Rios, Esplanada, Itanagra, Jandaíra e Rio Real (TI Litoral Norte e Agreste Baiano).	32, 33, 35, 36	Existência de alguma dotação de capital social, bastante distribuídas espacialmente, devido à propensão dos criadores de porte grande e médio de se associarem, já que as associações recebem um expressivo estímulo da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva da Carne.	Existência de diversas cooperativas pouco efetivas.  Baixa dotação de capital social, limitando a competitividade do arranjo, em função das dificuldades de conceber e implantar ações coletivas na linha de construções de instituições para cooperação, que visem o apoio na forma de crédito, assistência técnica e implantação de frigoríficos com participação das cooperativas e associações de criadores.	Estimular o associativismo e cooperativismo por meio de ações de mobilização comunitária e apresentar casos de sucesso aos criadores de todas as regiões.  Atuar, por meio da Câmara Setorial e em cooperação com associações e cooperativas mais dinâmicas.
Capital social na UTB Tabuleiro Costeiro do Litoral Sul (UTB 4)	Belmonte, Eunápolis, Guaratinga, Itabela, Porto Seguro e Santa Cruz Cabralia (TI Costa do Descobrimento);  Alcobaça, Caravelas, Ibirapuã, Itamaraju, Lajedão, Medeiros Neto, Mucuri, Nova Viçosa, Prado, Teixeira de Freitas e Vereda (TI Extremo Sul);  Canavieiras, Mascote, Santa Luzia e Una (TI Litoral Sul);  Valença, Teolândia, Gandu, Wenceslau Guimarães e Presidente Tancredo Neves (TI Baixo Sul).	20, 22, 25, 26, 27, 28, 29, 36	Existência de alguma dotação de capital social, bastante distribuídas espacialmente, devido à propensão dos criadores de porte grande e médio de se associarem, já que as associações recebem um expressivo estímulo da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva da Carne.	Baixa dotação de capital social, limitando a competitividade do arranjo, em função das dificuldades de conceber e implantar ações coletivas na linha de construções de instituições para cooperação, que visem o apoio na forma de crédito, assistência técnica e implantação de frigoríficos com participação das cooperativas e associações de criadores.	Estimular o associativismo e cooperativismo por meio de ações de mobilização comunitária e apresentar casos de sucesso aos criadores de todas as regiões.  Atuar por meio da Câmara Setorial e em cooperação com associações e cooperativas mais dinâmicas

(Continua)



ASPECTO: ARRANJO DA BOVINOCULTURA					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Município(s) onde ocorre(m) o(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) os critério(s)	Atributo(s) que potencializa(m) o arranjo	Fator(es) que impede(m) ou restringe(m) o arranjo	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) do arranjo
Capital social na UTB Depressão Sertaneja (UTB 62)	Baixa Grande, Capela do Alto Alegre, Gavião, Ipirá, Mairi, Nova Fátima, Pé de Serra, Pintadas, Riachão do Jacuípe, São José do Jacuípe, Serra Preta e Várzea da Roça (TI Bacia do Jacuípe); Paramirim (TI Bacia do Paramirim); Abaíra, Barra da Estiva, Ibicoara, Iramaia, Itaeté, Jussiape, Marcionílio Souza, Mucugê e Rio de Contas (TI Chapada Diamantina); Ouriçangas, Pedrão e Sátiro Dias (TI Litoral Norte e Agreste Baiano); Manoel Vitorino (TI Médio Rio de Contas); Capim Grosso (TI Piemonte da Diamantina); Boa Vista do Tupim, Iaçú, Itaberaba, Itatim, Macajuba, Rafael Jambeiro, Ruy Barbosa e Santa Teresinha (TI Piemonte do Paraguaçu); Andorinha, Antônio Gonçalves, Campo Formoso, Filadélfia, Jaguarari e Senhor do Bonfim (TI Piemonte Norte do Itapicuru); Água Fria, Anguera, Antônio Cardoso, Conceição da Feira, Conceição do Jacuípe, Coração de Maria, Feira de Santana, Ipecaetá, Irará, Santa Bárbara, Santanópolis, Santo Estêvão, São Gonçalo dos Campos, Tanquinho e Teodoro Sampaio (TI Portal do Sertão); Cabaceiras do Paraguaçu, Castro Alves e Conceição do Almeida (TI Recôncavo); Euclides da Cunha (TI Semi-Árido Nordeste II); Canudos, Casa Nova, Curaçá, Juazeiro, Sento Sé, Sobradinho e Uauá (TI Sertão do São Francisco); Brumado, Caculé, Caetité, Contendas do Sincorá, Dom Basílio, Ituaçu, Lagoa Real, Livramento de Nossa Senhora, Malhada de Pedras, Rio do Antônio e Tanhaçu (TI Sertão Produtivo); Araci, Barrocas, Biritinga, Candeal, Cansanção, Conceição do Coité, Ichu, Itiúba, Lamarão, Monte Santo, Nordestina, Queimadas, Quijingue, Retirolândia, Santaluz, São Domingos, Serrinha, Teofilândia, Tucano e Valente (TI Sisal); Amargosa, Elísio Medrado, Maracás e Milagres (TI Vale do Jiquiriçá); Anagé, Aracatu, Belo Campo, Caetanos, Caraíbas, Guajeru, Maetinga, Mirante, Presidente Jânio Quadros, Tremedal e Vitória da Conquista (TI Vitória da Conquista).	6, 7, 8, 9, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 30, 32, 33	Destaque de dotação de capital social no município de Pintadas, Rede Pintadas.  Existência de alguma dotação de capital social, espacialmente mais distribuídas devido à propensão dos criadores de porte grande e médio de se associarem, já que as associações recebem um expressivo estímulo da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva da Carne.	Baixa dotação de capital social, limitando a competitividade do arranjo, em função das dificuldades de conceber e implantar ações coletivas na linha de construções de instituições para cooperação, que visem o apoio na forma de crédito, assistência técnica e implantação de frigoríficos com participação das cooperativas e associações de criadores.	Estimular o associativismo e cooperativismo por meio de ações de mobilização comunitária e apresentar casos de sucesso aos criadores de todas as regiões.  Atuar através da Câmara Setorial e em cooperação com associações e cooperativas mais dinâmicas.

(Continua)

Continuação do **Quadro 48** – Síntese de potencialidades, limitações e recomendações referentes ao tema **Arranjos Produtivos Rurais: Arranjo da Bovinocultura**

ASPECTO: ARRANJO DA BOVINOCULTURA					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Município(s) onde ocorre(m) o(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) os critério(s)	Atributo(s) que potencializa(m) o arranjo	Fator(es) que impede(m) ou restringe(m) o arranjo	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) do arranjo
Capital social na UTB Depressão Interplanáltica de Itabuna/Itapetinga (UTB 63)	Aurelino Leal, Barro Preto, Buerarema, Floresta Azul, Ibicarai, Itabuna, Itaju do Colônia, Itajuípe, Itapé, Jussari, Pau Brasil, São José da Vitória e Uruçuca (TI Litoral Sul);  Caatiba, Firmino Alves, Itambé, Itapetinga, Itarantim, Itororó, Macarani, Maiquinique, Potiraguá e Santa Cruz da Vitória (TI Médio Sudoeste da Bahia);  Ribeirão do Largo (TI Vitória da Conquista).	13, 22, 26, 27		Baixa dotação de capital social, limitando a competitividade do arranjo, em função das dificuldades de conceber e implantar ações coletivas na linha de construções de instituições para cooperação, que visem o apoio na forma de crédito, assistência técnica e implantação de frigoríficos com participação das cooperativas e associações de criadores.	Estimular o associativismo por meio de ações de mobilização comunitária e apresentar casos de sucesso aos criadores de todas as regiões.  Atuar através da Câmara Setorial e em cooperação com associações e cooperativas mais dinâmicas.
Capital social na UTB Chapada do Oeste Baiano (UTB 30)	Brejolândia, Canápolis, Cocos, Coribe, Correntina, Jaborandi, Santa Maria da Vitória, Santana, Serra Dourada e Tabocas do Brejo Velho (TI Bacia do Rio Corrente);  Angical, Baianópolis, Barreiras, Catolândia, Cotegipe, Cristópolis, Formosa do Rio Preto, Luís Eduardo Magalhães, Riachão das Neves, Santa Rita de Cássia, São Desidério e Wanderley (TI Bacia do Rio Grande);  Muquém de São Francisco (TI Velho Chico).	1, 2, 3, 4, 5, 6	Existência de alguma dotação de capital social, bastante distribuídas espacialmente, devido à propensão dos criadores de porte grande e médio de se associarem, já que as associações recebem um expressivo estímulo da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva da Carne.		Estimular o associativismo e cooperativismo por meio de ações de mobilização comunitária e apresentar casos de sucesso aos criadores de todas as regiões.  Atuar por meio da Câmara Setorial e em cooperação com associações e cooperativas mais dinâmicas.
Capital social nas UTBs Tabuleiro Costeiro do Litoral Sul (UTB 4) e Depressão Interplanáltica de Itabuna/Itapetinga (UTB 63)	Itapebi (TI Costa do Descobrimento);  Ilhéus (TI Litoral Sul).	22, 26, 27, 28, 36	Existência de alguma dotação de capital social, bastante distribuídas espacialmente, devido à propensão dos criadores de porte grande e médio de se associarem, já que as associações recebem um expressivo estímulo da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva da Carne.	Baixa dotação de capital social, limitando a competitividade do arranjo, em função das dificuldades de conceber e implantar ações coletivas na linha de construções de instituições para cooperação, que visem o apoio na forma de crédito, assistência técnica e implantação de frigoríficos com participação das cooperativas e associações de criadores.	Estimular o associativismo e cooperativismo por meio de ações de mobilização comunitária e apresentar casos de sucesso aos criadores de todas as regiões.  Atuar através da Câmara Setorial e em cooperação com associações e cooperativas mais dinâmicas.

(Continua)

Continuação do **Quadro 48** – Síntese de potencialidades, limitações e recomendações referentes ao tema **Arranjos Produtivos Rurais: Arranjo da Bovinocultura**

ASPECTO: ARRANJO DA BOVINOCULTURA					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Município(s) onde ocorre(m) o(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) os critério(s)	Atributo(s) que potencializa(m) o arranjo	Fator(es) que impede(m) ou restringe(m) o arranjo	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) do arranjo
Mercado na UTB Tabuleiro Costeiro do Litoral Norte (UTB 3)	Acajutiba, Aporá, Araças, Cardeal da Silva, Conde, Entre Rios, Esplanada, Itanagra, Jandaíra e Rio Real (TI Litoral Norte e Agreste Baiano).	32, 33, 35, 36	Estímulo localizado para desenvolvimento da bovinocultura de corte, em função da capacidade ociosa de abate, como nos dois frigoríficos (Frimatos e Costa Andrade) localizados na UBT 3, que juntos têm uma capacidade de abate de mais de 26.000 t/ano e uma produção de apenas pouco mais de 4.000 t, o que indica uma capacidade ociosa de 85%.  O mercado tem-se revelado atrativo, inclusive na perspectiva de exportação de animais vivos.	A maioria dos criadores não se sente motivada a adotar processos produtivos mais avançados porque julgam que os preços da carne e do leite não são atrativos e avaliam a apropriação de inovações tecnológicas como um risco sem garantia de retorno.  O retorno líquido por hectare desta atividade é inferior ao proporcionado por qualquer lavoura de ciclo longo ou curto.	Estimular, por meio de políticas, a racionalização da produção, o zoneamento mais rigoroso e o controle do abate clandestino, o que concorreria para regular o consumo e estimular o beneficiamento local e regional e nacional.
Mercado na UTB Tabuleiro Costeiro do Litoral Sul (UTB 4)	Belmonte, Eunápolis, Guaratinga, Itabela, Porto Seguro e Santa Cruz Cabralia (TI Costa do Descobrimento);  Alcobaça, Caravelas, Ibirapuã, Itamaraju, Lajedão, Medeiros Neto, Mucuri, Nova Viçosa, Prado, Teixeira de Freitas e Vereda (TI Extremo Sul);  Canavieiras, Mascote, Santa Luzia e Una (TI Litoral Sul);  Valença, Teolândia, Gandu, Wenceslau Guimarães e Presidente Tancredo Neves (TI Baixo Sul).	20, 22, 25, 26, 27, 28, 29, 36	O mercado tem-se revelado atrativo, inclusive na perspectiva de exportação de animais vivos.	A maioria dos criadores não se sente motivada a adotar processos produtivos mais avançados porque julgam que os preços da carne e do leite não são atrativos e avaliam a apropriação de inovações tecnológicas como um risco sem garantia de retorno.  O retorno líquido por hectare desta atividade é inferior ao proporcionado por qualquer lavoura de ciclo longo ou curto.	Estimular, por meio de políticas, a racionalização da produção, o zoneamento mais rigoroso e o controle do abate clandestino, o que concorreria para regular o consumo e estimular o beneficiamento local e regional e nacional.

(Continua)

ASPECTO: ARRANJO DA BOVINOCULTURA					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Município(s) onde ocorre(m) o(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) os critério(s)	Atributo(s) que potencializa(m) o arranjo	Fator(es) que impede(m) ou restringe(m) o arranjo	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) do arranjo
Mercado na UTB Depressão Sertaneja (UTB 62)	Baixa Grande, Capela do Alto Alegre, Gavião, Ipirá, Mairi, Nova Fátima, Pé de Serra, Pintadas, Riachão do Jacuípe, São José do Jacuípe, Serra Preta e Várzea da Roça (TI Bacia do Jacuípe); Paramirim (TI Bacia do Paramirim); Abaíra, Barra da Estiva, Ibicoara, Iramaia, Itaeté, Jussiape, Marcionílio Souza, Mucugê e Rio de Contas (TI Chapada Diamantina); Ouriçangas, Pedrão e Sátiro Dias (TI Litoral Norte e Agreste Baiano); Manoel Vitorino (TI Médio Rio de Contas); Capim Grosso (TI Piemonte da Diamantina); Boa Vista do Tupim, Iaçú, Itaberaba, Itatim, Macajuba, Rafael Jambeiro, Ruy Barbosa e Santa Teresinha (TI Piemonte do Paraguaçu); Andorinha, Antônio Gonçalves, Campo Formoso, Filadélfia, Jaguarari e Senhor do Bonfim (TI Piemonte Norte do Itapicuru); Água Fria, Anguera, Antônio Cardoso, Conceição da Feira, Conceição do Jacuípe, Coração de Maria, Feira de Santana, Ipecaetá, Irará, Santa Bárbara, Santanópolis, Santo Estêvão, São Gonçalo dos Campos, Tanquinho e Teodoro Sampaio (TI Portal do Sertão); Cabaceiras do Paraguaçu, Castro Alves e Conceição do Almeida (TI Recôncavo); Euclides da Cunha (TI Semi-Árido Nordeste II); Canudos, Casa Nova, Curaçá, Juazeiro, Sento Sé, Sobradinho e Uauá (TI Sertão do São Francisco); Brumado, Caculé, Caetitê, Contendas do Sincorá, Dom Basílio, Ituaçu, Lagoa Real, Livramento de Nossa Senhora, Malhada de Pedras, Rio do Antônio e Tanhaçu (TI Sertão Produtivo); Araci, Barrocas, Biritinga, Candeal, Cansanção, Conceição do Coité, Ichu, Itiúba, Lamarão, Monte Santo, Nordestina, Queimadas, Quijingue, Retirolândia, Santaluz, São Domingos, Serrinha, Teofilândia, Tucano e Valente (TI Sisal); Amargosa, Elísio Medrado, Maracás e Milagres (TI Vale do Jiquiriçá); Anagé, Aracatu, Belo Campo, Caetanos, Caraíbas, Guajeru, Maetinga, Mirante, Presidente Jânio Quadros, Tremedal e Vitória da Conquista (TI Vitória da Conquista).	6, 7, 8, 9, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 30, 32, 33	O mercado tem-se revelado atrativo, inclusive na perspectiva de exportação de animais vivos.	A maioria dos criadores não se sente motivada a adotar processos produtivos mais avançados porque julgam que os preços da carne e do leite não são atrativos e avaliam a apropriação de inovações tecnológicas como um risco sem garantia de retorno.  O retorno líquido por hectare desta atividade é inferior ao proporcionado por qualquer lavoura de ciclo longo ou curto.	Estimular, por meio de políticas, a racionalização da produção, o zoneamento mais rigoroso e o controle do abate clandestino, o que concorreria para regular o consumo e estimular o beneficiamento local e regional e nacional.

(Continua)

ASPECTO: ARRANJO DA BOVINOCULTURA					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Município(s) onde ocorre(m) o(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) os critério(s)	Atributo(s) que potencializa(m) o arranjo	Fator(es) que impede(m) ou restringe(m) o arranjo	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) do arranjo
Mercado na UTB Depressão Interplanáltica de Itabuna/Itapetinga (UTB 63)	Aurelino Leal, Barro Preto e Buerarema (TI Litoral Sul); Floresta Azul e Ibicarai (TI Médio Sudoeste da Bahia); Itabuna, Itaju do Colônia, Itajuípe, Itapé e Jussari (TI Litoral Sul); Pau Brasil (TI Médio Sudoeste da Bahia); São José da Vitória (TI Litoral Sul); Uruçuca, Caatiba e Firmino Alves (TI Médio Sudoeste da Bahia); Itambé (TI Litoral Sul); Itapetinga e Itarantim (TI Médio Sudoeste da Bahia); Itororó (TI Litoral Sul); Macarani (TI Médio Sudoeste da Bahia); Maiquinique (TI Vitória da Conquista); Potiraguá (TI Médio Sudoeste da Bahia); Santa Cruz da Vitória e Ribeirão do Largo (TI Litoral Sul); Aurelino Leal, Barro Preto e Buerarema (TI Litoral Sul); Floresta Azul e Ibicarai (TI Médio Sudoeste da Bahia); Itabuna, Itaju do Colônia, Itajuípe, Itapé e Jussari (TI Litoral Sul); Pau Brasil (TI Médio Sudoeste da Bahia); São José da Vitória (TI Litoral Sul); Uruçuca, Caatiba e Firmino Alves (TI Médio Sudoeste da Bahia);	13, 22, 26, 27		Desmotivação por parte da maioria dos criadores, a adotar processos produtivos mais avançados, uma vez que, julgam que os preços da carne e leite não são atrativos e avaliam a apropriação de inovações tecnológicas como um risco sem garantia de retorno.  O retorno líquido por hectare desta atividade é inferior ao proporcionado por qualquer lavoura de ciclo longo ou curto.	Estimular, por meio de políticas, a racionalização da produção, o zoneamento mais rigoroso e o controle do abate clandestino, o que concorreria para regular o consumo e estimular o beneficiamento local e regional e nacional.

(Continua)



ASPECTO: ARRANJO DA BOVINOCULTURA					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Município(s) onde ocorre(m) o(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) os critério(s)	Atributo(s) que potencializa(m) o arranjo	Fator(es) que impede(m) ou restringe(m) o arranjo	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) do arranjo
Mercado na UTB Depressão Interplanáltica de Itabuna/Itapetinga (UTB 63) - continuação	Itambé (TI Litoral Sul); Itapetinga e Itarantim (TI Médio Sudoeste da Bahia); Itororó (TI Litoral Sul); Macarani (TI Médio Sudoeste da Bahia);  Maiquinique (TI Vitória da Conquista).	13, 22, 26, 27		A maioria dos criadores não se sente motivada a adotar processos produtivos mais avançados porque julgam que os preços da carne e do leite não são atrativos e avaliam a apropriação de inovações tecnológicas como um risco sem garantia de retorno.  O retorno líquido por hectare desta atividade é inferior ao proporcionado por qualquer lavoura de ciclo longo ou curto.	Estimular, através de políticas a racionalização da produção, o zoneamento mais rigoroso e o controle do abate clandestino, o que concorreria para regular o consumo e estimular o beneficiamento local e regional e nacional.
Mercado na UTB Chapada do Oeste Baiano (UTB 30)	Brejolândia, Canápolis e Cocos (TI Bacia do Rio Grande); Coribe e Correntina (TI Bacia do Rio Corrente); Jaborandi (TI Bacia do Rio Grande); Santa Maria da Vitória, Santana e Serra Dourada (TI Bacia do Rio Corrente); Tabocas do Brejo Velho, Angical e Baianópolis (TI Bacia do Rio Grande); Barreiras (TI Bacia do Rio Corrente); Catolândia (TI Bacia do Rio Grande); Cotegipe (TI Velho Chico); Cristópolis (TI Bacia do Rio Grande); Formosa do Rio Preto (TI Bacia do Rio Corrente); Luís Eduardo Magalhães (TI Bacia do Rio Grande); Riachão das Neves (TI Bacia do Rio Corrente); Santa Rita de Cássia (TI Bacia do Rio Grande); São Desidério e Wanderley (TI Bacia do Rio Corrente); Muquém de São Francisco (TI Bacia do Rio Grande); Brejolândia, Canápolis e Cocos (TI Bacia do Rio Grande); Coribe e Correntina (TI Bacia do Rio Corrente); Jaborandi (TI Bacia do Rio Grande); Santa Maria da Vitória, Santana e Serra Dourada (TI Bacia do Rio Corrente); Tabocas do Brejo Velho, Angical e Baianópolis (TI Bacia do Rio Grande); Barreiras (TI Bacia do Rio Corrente); Catolândia (TI Bacia do Rio Grande);  Cotegipe (TI Velho Chico);	1, 2, 3, 4, 5, 6	Estímulo localizado para desenvolvimento da bovinocultura de corte, pois existe em vários municípios capacidade ociosa de abate, como por exemplo o Frigorífico Regional de Barreiras Ltda., que abate uma parcelada produção da UTB .  O mercado tem-se revelado atrativo, inclusive na perspectiva de exportação de animais vivos.	Desmotivação por parte da maioria dos criadores a adotar processos produtivos mais avançados, uma vez que julgam que os preços da carne e do leite não são atrativos e avaliam a apropriação de inovações tecnológicas como um risco sem garantia de retorno.  O retorno líquido por hectare desta atividade é inferior ao proporcionado por qualquer lavoura de ciclo longo ou curto.	Estimular, por meio de políticas, a racionalização da produção, o zoneamento mais rigoroso e o controle do abate clandestino, o que concorreria para regular o consumo e estimular o beneficiamento local e regional e nacional.

(Continua)

Continuação do **Quadro 48** – Síntese de potencialidades, limitações e recomendações referentes ao tema **Arranjos Produtivos Rurais: Arranjo da Bovinocultura**

ASPECTO: ARRANJO DA BOVINOCULTURA					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Município(s) onde ocorre(m) o(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) os critério(s)	Atributo(s) que potencializa(m) o arranjo	Fator(es) que impede(m) ou restringe(m) o arranjo	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) do arranjo
Mercado nas UTBs Tabuleiro Costeiro do Litoral Sul (UTB 4) e Depressão Interplanáltica de Itabuna/Itapetinga (UTB 63)	Itapebi (TI Costa do Descobrimento); Ilhéus (TI Litoral Sul).	22, 26, 27, 28, 36	O mercado tem-se revelado atrativo, inclusive na perspectiva de exportação de animais vivos.	Desmotivação por parte da maioria dos criadores a adotar processos produtivos mais avançados, uma vez que julgam que os preços da carne e do leite não são atrativos e avaliam a apropriação de inovações tecnológicas como um risco sem garantia de retorno.  O retorno líquido por hectare desta atividade é inferior ao proporcionado por qualquer lavoura de ciclo longo ou curto.	Estimular, por meio de políticas, a racionalização da produção, o zoneamento mais rigoroso e o controle do abate clandestino, o que concorreria para regular o consumo e estimular o beneficiamento local e regional e nacional.
Infraestrutura na UTB Tabuleiro Costeiro do Litoral Norte (UTB 3)	Acajutiba, Aporá, Araças, Cardeal da Silva, Conde, Entre Rios, Esplanada, Itanagra, Jandaíra e Rio Real (TI Litoral Norte e Agreste Baiano).	32, 33, 35, 36		Há deficiências de infraestrutura, principalmente no que tange ao transporte.	Incluir as áreas produtoras em programas de infraestrutura de transportes, rodovias, portos, ferrovias e aeroportos, em infraestrutura energética e em programas de armazenamento a frio.
Infraestrutura na UTB Tabuleiro Costeiro do Litoral Sul (UTB 4)	Belmonte, Eunápolis, Guaratinga, Itabela, Porto Seguro e Santa Cruz Cabralia (TI Costa do Descobrimento);  Alcobaça, Caravelas, Ibirapuã, Itamaraju, Lajedão, Medeiros Neto, Mucuri, Nova Viçosa, Prado, Teixeira de Freitas e Vereda (TI Extremo Sul);  Canavieiras, Mascote, Santa Luzia e Una (TI Litoral Sul);  Valença, Teolândia, Gandu, Wenceslau Guimarães e Presidente Tancredo Neves (TI Baixo Sul).	20, 22, 25, 26, 27, 28, 29, 36		Há deficiências de infraestrutura, principalmente no que tange ao transporte.	Incluir as áreas produtoras em programas de infraestrutura de transportes, rodovias, portos, ferrovias e aeroportos, em infraestrutura energética e em programas de armazenamento a frio.

(Continua)

ASPECTO: ARRANJO DA BOVINOCULTURA					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Município(s) onde ocorre(m) o(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) os critério(s)	Atributo(s) que potencializa(m) o arranjo	Fator(es) que impede(m) ou restringe(m) o arranjo	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) do arranjo
Infraestrutura na UTB Depressão Sertaneja (UTB 62)	Baixa Grande, Capela do Alto Alegre, Gavião, Ipirá, Mairi, Nova Fátima, Pé de Serra, Pintadas, Riachão do Jacuípe, São José do Jacuípe, Serra Preta e Várzea da Roça (TI Bacia do Jacuípe); Paramirim (TI Bacia do Paramirim); Abaíra, Barra da Estiva, Ibicoara, Iramaia, Itaeté, Jussiape, Marcionílio Souza, Mucugê e Rio de Contas (TI Chapada Diamantina); Ouriçangas, Pedrão e Sátiro Dias (TI Litoral Norte e Agreste Baiano); Manoel Vitorino (TI Médio Rio de Contas); Capim Grosso (TI Piemonte da Diamantina); Boa Vista do Tupim, Iaçú, Itaberaba, Itatim, Macajuba, Rafael Jambeiro, Ruy Barbosa e Santa Teresinha (TI Piemonte do Paraguaçu); Andorinha, Antônio Gonçalves, Campo Formoso, Filadélfia, Jaguarari e Senhor do Bonfim (TI Piemonte Norte do Itapicuru); Água Fria, Anguera, Antônio Cardoso, Conceição da Feira, Conceição do Jacuípe, Coração de Maria, Feira de Santana, Ipecaetá, Irará, Santa Bárbara, Santanópolis, Santo Estêvão, São Gonçalo dos Campos, Tanquinho e Teodoro Sampaio (TI Portal do Sertão); Cabaceiras do Paraguaçu, Castro Alves e Conceição do Almeida (TI Recôncavo); Euclides da Cunha (TI Semi-Árido Nordeste II); Canudos, Casa Nova, Curaçá, Juazeiro, Sento Sé, Sobradinho e Uauá (TI Sertão do São Francisco); Brumado, Caculé, Caetitê, Contendas do Sincorá, Dom Basílio, Ituaçu, Lagoa Real, Livramento de Nossa Senhora, Malhada de Pedras, Rio do Antônio e Tanhaçu (TI Sertão Produtivo); Araci, Barrocas, Biritinga, Candéal, Cansanção, Conceição do Coité, Ichu, Itiúba, Lamarão, Monte Santo, Nordestina, Queimadas, Quijingue, Retirolândia, Santaluz, São Domingos, Serrinha, Teofilândia, Tucano e Valente (TI Sisal); Amargosa, Elísio Medrado, Maracás e Milagres (TI Vale do Jiquiriçá);	6, 7, 8, 9, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 30, 32, 33		Há deficiências de infraestrutura, principalmente no que tange ao transporte	Incluir as áreas produtoras em programas de infraestrutura de transportes, rodovias, portos, ferrovias e aeroportos, em infraestrutura energética e em programas de armazenamento a frio.

(Continua)

ASPECTO: ARRANJO DA BOVINOCULTURA					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Município(s) onde ocorre(m) o(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) os critério(s)	Atributo(s) que potencializa(m) o arranjo	Fator(es) que impede(m) ou restringe(m) o arranjo	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) do arranjo
Infraestrutura na UTB Depressão Interplanáltica de Itabuna/Itapetinga (UTB 63)	Itambé (TI Litoral Sul); Itapetinga e Itarantim (TI Médio Sudoeste da Bahia); Itororó (TI Litoral Sul); Macarani (TI Médio Sudoeste da Bahia); Maiquinique (TI Vitória da Conquista).	22, 26, 27, 28, 36		Há deficiências de infraestrutura, principalmente no que tange ao transporte	Incluir as áreas produtoras em programas de infraestrutura de transportes, rodovias, portos, ferrovias e aeroportos, em infraestrutura energética e em programas de armazenamento a frio.
Infraestrutura na UTB Chapada do Oeste Baiano (UTB 30)	Brejolândia, Canápolis e Cocos (TI Bacia do Rio Grande); Coribe e Correntina (TI Bacia do Rio Corrente); Jaborandi (TI Bacia do Rio Grande); Santa Maria da Vitória, Santana e Serra Dourada (TI Bacia do Rio Corrente); Tabocas do Brejo Velho, Angical e Baianópolis (TI Bacia do Rio Grande); Barreiras (TI Bacia do Rio Corrente); Catolândia (TI Bacia do Rio Grande); Cotegipe (TI Velho Chico); Cristópolis (TI Bacia do Rio Grande); Formosa do Rio Preto (TI Bacia do Rio Corrente); Luís Eduardo Magalhães (TI Bacia do Rio Grande); Riachão das Neves (TI Bacia do Rio Corrente); Santa Rita de Cássia (TI Bacia do Rio Grande); São Desidério e Wanderley (TI Bacia do Rio Corrente); Muquém de São Francisco (TI Bacia do Rio Grande); Brejolândia, Canápolis e Cocos (TI Bacia do Rio Grande); Coribe e Correntina (TI Bacia do Rio Corrente); Jaborandi (TI Bacia do Rio Grande); Santa Maria da Vitória, Santana e Serra Dourada (TI Bacia do Rio Corrente); Tabocas do Brejo Velho, Angical e Baianópolis (TI Bacia do Rio Grande); Barreiras (TI Bacia do Rio Corrente); Catolândia (TI Bacia do Rio Grande); Cotegipe (TI Velho Chico);	1, 2, 3, 4, 5, 6		Há deficiências de infraestrutura, principalmente no que tange ao transporte.	Incluir as áreas produtoras em programas de infraestrutura de transportes, rodovias, portos, ferrovias e aeroportos, em infraestrutura energética e em programas de armazenamento a frio.

(Continua)

Continuação do **Quadro 48** – Síntese de potencialidades, limitações e recomendações referentes ao tema **Arranjos Produtivos Rurais: Arranjo da Bovinocultura**

ASPECTO: ARRANJO DA BOVINOCULTURA					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Município(s) onde ocorre(m) o(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) os critério(s)	Atributo(s) que potencializa(m) o arranjo	Fator(es) que impede(m) ou restringe(m) o arranjo	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) do arranjo
Agricultura familiar na UTB Tabuleiro Costeiro do Litoral Norte (UTB 3)	Acajutiba, Aporá, Araças, Cardeal da Silva, Conde, Entre Rios, Esplanada, Itanagra, Jandaíra e Rio Real (TI Litoral Norte e Agreste Baiano).	32, 33, 35, 36		Estagnação da bovinocultura extensiva, com indicadores de desempenho inferiores aos de outras regiões do país.  Pastoreio semi-intensivo pouco atraente para a agricultura familiar devido à necessidade de grandes áreas para a atividade.	Promover programas de acesso à terra, de financiamento e de assistência técnica, pois podem vir a ampliar a participação da unidade produtiva familiar na bovinocultura.  Incentivar uma maior racionalidade no sistema produtivo, com a evolução da criação extensiva para a semi-intensiva. Desta forma, a atividade poderá concorrer para diferenciação e prosperidade da unidade de produção familiar.
Agricultura familiar na UTB Tabuleiro Costeiro do Litoral Sul (UTB 4)	Belmonte, Eunápolis, Guaratinga, Itabela, Porto Seguro e Santa Cruz Cabrália (TI Costa do Descobrimento); Alcobaça, Caravelas, Ibirapuã, Itamaraju, Lajedão, Medeiros Neto, Mucuri, Nova Viçosa, Prado, Teixeira de Freitas e Vereda (TI Extremo Sul); Canavieiras, Mascote, Santa Luzia e Una (TI Litoral Sul); Valença, Teolândia, Gandu, Wenceslau Guimarães e Presidente Tancredo Neves (TI Baixo Sul);	20, 22, 25, 26, 27, 28, 29, 36		Estagnação da bovinocultura extensiva, com indicadores de desempenho inferiores aos de outras regiões do país.  Pastoreio semi-intensivo pouco atraente para a agricultura familiar devido à necessidade de grandes áreas para a atividade.	Promover programas de acesso à terra, de financiamento e de assistência técnica, pois podem vir a ampliar a participação da unidade produtiva familiar na bovinocultura.  Incentivar uma maior racionalidade no sistema produtivo, com a evolução da criação extensiva para a semi-intensiva. Desta forma, a atividade poderá concorrer para diferenciação e prosperidade da unidade de produção familiar.
Agricultura familiar na UTB Depressão Sertaneja (UTB 62)	Baixa Grande, Capela do Alto Alegre, Gavião, Ipirá, Mairi, Nova Fátima, Pé de Serra, Pintadas, Riachão do Jacuípe, São José do Jacuípe, Serra Preta e Várzea da Roça (TI Bacia do Jacuípe); Paramirim (TI Bacia do Paramirim); Abaíra, Barra da Estiva, Ibicoara, Iramaia, Itaeté, Jussiape, Marcionílio Souza, Mucugê e Rio de Contas (TI Chapada Diamantina); Ouriçangas, Pedrão e Sátiro Dias (TI Litoral Norte e Agreste Baiano); Manoel Vitorino (TI Médio Rio de Contas); Capim Grosso (TI Piemonte da Diamantina); Boa Vista do Tupim, Iaçú, Itaberaba, Itatim, Macajuba, Rafael Jambeiro, Ruy Barbosa e Santa Teresinha (TI Piemonte do Paraguaçu); Andorinha, Antônio Gonçalves, Campo Formoso, Filadélfia, Jaguarari e Senhor do Bonfim (TI Piemonte Norte do Itapicuru);	6, 7, 8, 9, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 30, 32, 33	Atividade voltada para o consumo familiar ou para o pequeno comércio de trocas ou constituição de reserva de valor.		Promover programas de acesso à terra, de financiamento e de assistência técnica, pois podem vir a ampliar a participação da unidade produtiva familiar na bovinocultura.  Incentivar uma maior racionalidade no sistema produtivo, com a evolução da criação extensiva para a semi-intensiva. Desta forma, a atividade poderá concorrer para diferenciação e prosperidade da unidade de produção familiar.

(Continua)

ASPECTO: ARRANJO DA BOVINOCULTURA					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Município(s) onde ocorre(m) o(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) os critério(s)	Atributo(s) que potencializa(m) o arranjo	Fator(es) que impede(m) ou restringe(m) o arranjo	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) do arranjo
Agricultura familiar na UTB Depressão Sertaneja (UTB 62) - continuação	Água Fria, Anguera, Antônio Cardoso, Conceição da Feira, Conceição do Jacuípe, Coração de Maria, Feira de Santana, Ipecaetá, Irará, Santa Bárbara, Santanópolis, Santo Estêvão, São Gonçalo dos Campos, Tanquinho e Teodoro Sampaio (TI Portal do Sertão); Cabaceiras do Paraguaçu, Castro Alves e Conceição do Almeida (TI Recôncavo); Euclides da Cunha (TI Semi-Árido Nordeste II); Canudos, Casa Nova, Curaçá, Juazeiro, Sento Sé, Sobradinho e Uauá (TI Sertão do São Francisco); Brumado, Caculé, Caetitê, Contendas do Sincorá, Dom Basílio, Ituaçu, Lagoa Real, Livramento de Nossa Senhora, Malhada de Pedras, Rio do Antônio e Tanhaçu (TI Sertão Produtivo); Araci, Barrocas, Biritinga, Candéal, Cansanção, Conceição do Coité, Ichu, Itiúba, Lamarão, Monte Santo, Nordestina, Queimadas, Quijingue, Retirolândia, Santaluz, São Domingos, Serrinha, Teofilândia, Tucano e Valente (TI Sisal); Amargosa, Elísio Medrado, Maracás e Milagres (TI Vale do Jiquiriçá); Anagé, Aracatu, Belo Campo, Caetanos, Caraíbas, Guajeru, Maetinga, Mirante, Presidente Jânio Quadros, Tremedal e Vitória da Conquista (TI Vitória da Conquista).	6, 7, 8, 9, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 30, 32, 33	Atividade voltada para o consumo familiar ou para economia solidária ou constituição de reserva de valor.		Promover programas de acesso à terra, de financiamento e de assistência técnica, pois podem vir a ampliar a participação da unidade produtiva familiar na bovinocultura.  Incentivar uma maior racionalidade no sistema produtivo, com a evolução da criação extensiva para a semi-intensiva. Desta forma, a atividade poderá concorrer para diferenciação e prosperidade da unidade de produção familiar.
Agricultura familiar na UTB Depressão Interplanáltica de Itabuna/Itapetinga (UTB 63)	Aurelino Leal, Barro Preto, Buerarema, Floresta Azul, Ibicaraí, Itabuna, Itaju do Colônia, Itajuípe, Itapé, Jussari, Pau Brasil, São José da Vitória e Uruçuca (TI Litoral Sul); Caatiba, Firmino Alves, Itambé, Itapetinga, Itarantim, Itororó, Macarani, Maiquinique, Potiraguá e Santa Cruz da Vitória (TI Médio Sudoeste da Bahia); Ribeirão do Largo (TI Vitória da Conquista).	13, 22, 26, 27		Estagnação da bovinocultura extensiva, com indicadores de desempenho inferiores aos de outras regiões do país.  Pastoreio semi-intensivo pouco atraente para a agricultura familiar devido à necessidade de grandes áreas para a atividade.	Promover programas de acesso à terra, de financiamento e de assistência técnica, pois podem vir a ampliar a participação da unidade produtiva familiar na bovinocultura.  Incentivar uma maior racionalidade no sistema produtivo, com a evolução da criação extensiva para a semi-intensiva. Desta forma, a atividade poderá concorrer para diferenciação e prosperidade da unidade de produção familiar.
Agricultura familiar na UTB Chapada do Oeste Baiano (UTB 30)	Brejolândia, Canápolis, Cocos, Coribe, Correntina, Jaborandi, Santa Maria da Vitória, Santana, Serra Dourada e Tabocas do Brejo Velho (TI Bacia do Rio Corrente); Angical, Baianópolis, Barreiras, Catolândia, Cotegipe, Cristópolis, Formosa do Rio Preto, Luís Eduardo Magalhães, Riachão das Neves, Santa Rita de Cássia, São Desidério e Wanderley (TI Bacia do Rio Grande); Muquém de São Francisco (TI Velho Chico).	1, 2, 3, 4, 5, 6		A bovinocultura extensiva não oferece o mesmo retorno que a agricultura intensiva de grãos.	Promover programas de acesso à terra, de financiamento e de assistência técnica, pois podem vir a ampliar a participação da unidade produtiva familiar na bovinocultura.  Incentivar uma maior racionalidade no sistema produtivo, com a evolução da criação extensiva para a semi-intensiva. Desta forma, a atividade poderá concorrer para diferenciação e prosperidade da unidade de produção familiar.

(Continua)



ASPECTO: ARRANJO DA BOVINOCULTURA					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Município(s) onde ocorre(m) o(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) os critério(s)	Atributo(s) que potencializa(m) o arranjo	Fator(es) que impede(m) ou restringe(m) o arranjo	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) do arranjo
Agricultura familiar nas UTBs Tabuleiro Costeiro do Litoral Sul (UTB 4) e Depressão Interplanáltica de Itabuna/Itapetinga (UTB 63)	Itapebi (TI Costa do Descobrimento); Ihéus (TI Litoral Sul).	22, 26, 27, 28, 36		Estagnação da bovinocultura extensiva, com indicadores de desempenho inferiores aos de outras regiões do país.  Pastoreio semi-intensivo pouco atraente para a agricultura familiar devido à necessidade de grandes áreas para a atividade.	Criar programas de acesso à terra, de financiamento e de assistência técnica, pois podem vir a ampliar a participação da unidade produtiva familiar na bovinocultura.  Incentivar uma maior racionalidade no sistema produtivo, com a evolução da criação extensiva para a semi-intensiva. Desta forma, a atividade poderá concorrer para diferenciação e prosperidade da unidade de produção familiar.
Municípios produtores não inseridos nas principais regiões de produção	Quixabeira e Várzea do Poço (TI Bacia do Jacuípe);  Boquira, Botuporã, Caturama, Érico Cardoso, Ibipitanga, Macaúbas, Rio do Pires e Tanque Novo (TI Bacia do Paramirim); São Félix do Coribe (TI Bacia do Rio Corrente);  Buritirama e Mansidão (TI Bacia do Rio Grande);  Aratuípe, Cairu, Camamu, Gandu, Ibirapitanga, Igrapiúna, Ituberá, Jaguaripe, Nilo Peçanha, Piraf do Norte, Presidente Tancredo Neves, Taperoá, Teolândia, Valença e Wenceslau Guimarães (TI Baixo Sul); Andaraí, Boninal, Bonito, Ibitiara, Iraquara, Lençóis, Morro do Chapéu, Nova Redenção, Novo Horizonte, Palmeiras, Piatã, Seabra, Souto Soares, Utinga e Wagner (TI Chapada Diamantina); Itagimirim (TI Costa do Descobrimento);  Itanhém e Jucuruçu (TI Extremo Sul);  América Dourada, Barra do Mendes, Barro Alto, Cafarnaum, Canarana, Central, Gentio do Ouro, Ibipeba, Ibititá, Ipupiara, Irecê, Itaguaçu da Bahia, João Dourado, Jussara, Lapão, Mulungu do Morro, Presidente Dutra, São Gabriel, Uibaí e Xique-Xique (TI Irecê); Abaré, Chorrochó, Glória, Macururé, Paulo Afonso e Rodelas (TI Itaparica); Alagoinhas, Aramarí, Catu, Crisópolis, Inhambupe, Itapicuru, Mata de São João, Olindina e Pojuca (TI Litoral Norte e Agreste Baiano); Almadina, Arataca, Camacan, Coaraci, Itacaré, Itapitanga, Maraú e Ubaitaba (TI Litoral Sul);	3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36		Municípios não inseridos nas principais áreas de produção do arranjo e que não usufruem das vantagens locacionais dessas áreas, como: acesso a insumos e serviços relacionados ao arranjo, facilidades para escoamento da produção e disponibilidade de assistência técnica e mão de obra especializada etc.	

(Continua)

ASPECTO: ARRANJO DA BOVINOCULTURA					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Município(s) onde ocorre(m) o(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) os critério(s)	Atributo(s) que potencializa(m) o arranjo	Fator(es) que impede(m) ou restringe(m) o arranjo	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) do arranjo
Municípios produtores não inseridos nas principais regiões de produção - continuação	<p>Aiquara, Apuarema, Barra do Rocha, Boa Nova, Dário Meira, Gongogi, Ibirataia, Ipiaú, Itagi, Itagibá, Itamari, Jequié, Jitaúna, Nova Ibiá e Ubatã (TI Médio Rio de Contas);</p> <p>Ibicuí, Iguai e Nova Canaã (TI Médio Sudoeste da Bahia);</p> <p>Caém, Jacobina, Miguel Calmon, Mirangaba, Ourolândia, Saúde, Serrolândia, Umburanas e Várzea Nova (TI Piemonte da Diamantina);</p> <p>Ibiquera, Lajedinho, Mundo Novo, Piritiba e Tapiramutá (TI Piemonte do Paraguçu);</p> <p>Caldeirão Grande, Pindobaçu e Ponto Novo (TI Piemonte Norte do Itapicuru);</p> <p>Amélia Rodrigues e Terra Nova (TI Portal do Sertão);</p> <p>Cachoeira, Cruz das Almas, Dom Macedo Costa, Governador Mangabeira, Maragogipe, Muniz Ferreira, Muritiba, Nazaré, Santo Amaro, Santo Antônio de Jesus, São Felipe, São Félix, São Francisco do Conde, São Sebastião do Passé, Sapeaçu, Saubara e Varzedo (TI Recôncavo);</p> <p>Camaçari, Candeias, Dias d'Ávila, Itaparica, Lauro de Freitas, Salinas da Margarida, Salvador, Simões Filho e Vera Cruz (TI Região Metropolitana de Salvador);</p> <p>Adustina, Antas, Banzaê, Cícero Dantas, Cipó, Coronel João Sá, Fátima, Heliópolis, Jeremoabo, Nova Soure, Novo Triunfo, Paripiranga, Pedro Alexandre, Ribeira do Amparo, Ribeira do Pombal, Santa Brígida e Sítio do Quinto (TI Semi-Árido Nordeste II);</p> <p>Campo Alegre de Lourdes, Pilão Arcado e Remanso (TI Sertão do São Francisco);</p> <p>Candiba, Guanambi, Ibiassucê, Iuiú, Palmas de Monte Alto, Pindaí, Sebastião Laranjeiras e Urandi (TI Sertão Produtivo);</p> <p>Brejões, Cravolândia, Irajuba, Itaquara, Itiruçu, Jaguaquara, Jiquiriçá, Lafaiete Coutinho, Laje, Lajedo do Tabocal, Mutuípe, Nova Itarana, Planaltino, Santa Inês, São Miguel das Matas e Ubaíra (TI Vale do Jiquiriçá);</p> <p>Barra, Bom Jesus da Lapa, Brotas de Macaúbas, Carinhanha, Feira da Mata, Ibotirama, Igaporã, Malhada, Matina, Morpará, Oliveira dos Brejinhos, Paratinga, Riacho de Santana, Serra do Ramalho e Sítio do Mato (TI Velho Chico);</p> <p>Barra do Choça, Bom Jesus da Serra, Cândido Sales, Condeúba, Cordeiros, Encruzilhada, Jacaraci, Licínio de Almeida, Mortugaba, Piripá, Planalto e Poções (TI Vitória da Conquista).</p>	3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36		Municípios não inseridos nas principais áreas de produção do arranjo e que não usufruem das vantagens locais dessas áreas, como: acesso a insumos e serviços relacionados ao arranjo, facilidades para escoamento da produção e disponibilidade de assistência técnica e mão de obra especializada etc.	

Fonte: Consórcio Geohidro-Sondotécnica, 2013

**Quadro 49** – Síntese de potencialidades, limitações e recomendações referentes ao tema **Arranjos Produtivos Rurais: Arranjo do Cacau**

ASPECTO: ARRANJO DO CACAU					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Município(s) onde ocorre(m) o(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) os critério(s)	Atributo(s) que potencializa(m) o arranjo	Fator(es) que impede(m) ou restringe(m) o arranjo	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) do arranjo
Desempenho do arranjo na UTB Planalto Pré-Litorâneo (UTB 47)	Aratuípe, Presidente Tancredo Neves e Taperoá (TI Baixo Sul); Muniz Ferreira e Santo Antônio de Jesus (TI Recôncavo).	20, 25, 26, 36	Sistema com condições de se expandir seja pela disponibilidade de terra como também de mercado.  Predominância do sistema sombreado que, por sua natureza de consórcio ou agroflorestal, é incomparavelmente superior em produtividade ao de pleno sol. Além disso, com ele já se exercitam preceitos de agroecologia.	Perspectiva de concorrência com o Pará, uma vez que, este vem obtendo em sistemas sombreados produtividade duplicada em relação à Bahia, podendo atrair investimentos para o norte do país.  Suscetibilidade das lavouras a praga “vassoura de bruxa”.  Endividamento dos cacauicultores, dificultando a realização de novos investimentos.	Realizar estudos que aprofundem os conhecimentos sobre as diferenças de produtividade e de impactos ambientais entre os diferentes sistemas de produção de cacau (cabruca, consórcio com seringueiras ou lavoura solteira).  Promover o beneficiamento e associá-lo à industrialização com vista à obter derivados semi-processados com alto valor agregado ou mesmo produzir o chocolate.  Incentivos para produção orgânica certificada, pois se trata de um crescente mercado internacional, com taxas significativas de rendimento físico.  Produção de cacau fino, inclusive para exportação, que possui maior valor de mercado.  Realizar análise da situação de endividamento para adesão aos planos de renegociação.
Desempenho do arranjo nas UTBs Planalto Pré-Litorâneo (UTB 47) e Colinas e Serras Pré-Litorâneas (UTB 48)	Teolândia (TI Baixo Sul); Buerarema, Itabuna, Itacaré e Uruçuca (TI Litoral Sul); Laje (TI Vale do Jiquiriçá).	20, 22, 25, 26, 27	Sistema com condições de se expandir seja pela disponibilidade de terra como também de mercado.  Predominância do sistema sombreado que, por sua natureza de consórcio ou agroflorestal, é incomparavelmente superior em produtividade ao de pleno sol. Além disso, com ele já se exercitam preceitos de agroecologia.	Perspectiva de concorrência com o Pará, uma vez que, este vem obtendo em sistemas sombreados produtividade duplicada em relação à Bahia, podendo atrair investimentos para o norte do país.  Suscetibilidade das lavouras a praga “vassoura de bruxa”.  Endividamento dos cacauicultores, dificultando a realização de novos investimentos.	Realizar estudos que aprofundem os conhecimentos sobre as diferenças de produtividade e de impactos ambientais entre os diferentes sistemas de produção de cacau (cabruca, consórcio com seringueiras ou lavoura solteira).  Promover o beneficiamento e associá-lo à industrialização com vista à obter derivados semi-processados com alto valor agregado ou mesmo produzir o chocolate.  Incentivos para produção orgânica certificada, pois se trata de um crescente mercado internacional, com taxas significativas de rendimento físico.  Produção de cacau fino, inclusive para exportação, que possui maior valor de mercado.  Realizar análise da situação de endividamento para adesão aos planos de renegociação.

(Continua)

Continuação do Quadro 49 – Síntese de potencialidades, limitações e recomendações referentes ao tema Arranjos Produtivos Rurais: Arranjo do Cacau

ASPECTO: ARRANJO DO CACAU					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Município(s) onde ocorre(m) o(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) os critério(s)	Atributo(s) que potencializa(m) o arranjo	Fator(es) que impede(m) ou restringe(m) o arranjo	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) do arranjo
Desempenho do arranjo nas UTBs Baixada Litorânea do Recôncavo (UTB 13) e Planalto Pré-Litorâneo (UTB 47)	Valença (TI Baixo Sul); Cachoeira e Nazaré (TI Recôncavo).	25, 26, 33, 36	Sistema com condições de se expandir seja pela disponibilidade de terra como também de mercado.  Predominância do sistema sombreado que, por sua natureza de consórcio ou agroflorestal, é incomparavelmente superior em produtividade ao de pleno sol. Além disso, com ele já se exercitam preceitos de agroecologia.	Perspectiva de concorrência com o Pará, uma vez que, este vem obtendo em sistemas sombreados produtividade duplicada em relação à Bahia, podendo atrair investimentos para o norte do país.  Suscetibilidade das lavouras a praga “vassoura de bruxa”.  Endividamento dos cacauicultores, dificultando a realização de novos investimentos.	Realizar estudos que aprofundem os conhecimentos sobre as diferenças de produtividade e de impactos ambientais entre os diferentes sistemas de produção de cacau (cabruca, consórcio com seringueiras ou lavoura solteira).  Promover o beneficiamento e associá-lo à industrialização com vista à obter derivados semi-processados com alto valor agregado ou mesmo produzir o chocolate.  Incentivos para produção orgânica certificada, pois se trata de um crescente mercado internacional, com taxas significativas de rendimento físico.  Produção de cacau fino, inclusive para exportação, que possui maior valor de mercado.  Realizar análise da situação de endividamento para adesão aos planos de renegociação.
Desempenho do arranjo nas UTBs Tabuleiro Costeiro do Litoral Sul (UTB 4), Planalto Pré-Litorâneo (UTB 47) e Colinas e Serras Pré-Litorâneas (UTB 48)	Ilhéus, Mascote, Santa Luzia e Una (TI Litoral Sul).	22, 26, 27, 28, 36	Sistema com condições de se expandir seja pela disponibilidade de terra como também de mercado.  Predominância do sistema sombreado que, por sua natureza de consórcio ou agroflorestal, é incomparavelmente superior em produtividade ao de pleno sol. Além disso, com ele já se exercitam preceitos de agroecologia.  Possibilidade de mecanização, na área da Zona Tabuleiro Costeiro do Litoral Sul, respondendo pelo diferencial de lucratividade em relação ao sistema sombreado, que possui elevadas despesa de mão de obra.	Perspectiva de concorrência com o Pará, uma vez que, este vem obtendo em sistemas sombreados produtividade duplicada em relação à Bahia, podendo atrair investimentos para o norte do país.  Presença do sistema a pleno sol, de pior rendimento físico que o sombreado e sem preceitos de agroecologia.  Suscetibilidade das lavouras a praga “vassoura de bruxa”.  Endividamento dos cacauicultores, dificultando a realização de novos investimentos.	Realizar estudos que aprofundem os conhecimentos sobre as diferenças de produtividade e de impactos ambientais entre os diferentes sistemas de produção de cacau (cabruca, consórcio com seringueiras ou lavoura solteira).  Promover o beneficiamento e associá-lo à industrialização com vista à obter derivados semi-processados com alto valor agregado ou mesmo produzir o chocolate.  Incentivos para produção orgânica certificada, pois se trata de um crescente mercado internacional, com taxas significativas de rendimento físico.  Produção de cacau fino, inclusive para exportação, que possui maior valor de mercado.  Realizar análise da situação de endividamento para adesão aos planos de renegociação.
Desempenho do arranjo nas UTBs Baixada Litorânea do Recôncavo (UTB 13), Planalto Pré-Litorâneo (UTB 47) e Colinas e Serras Pré-Litorâneas (UTB 48)	Camamu, Igrapiúna, Ituberá e Nilo Peçanha (TI Baixo Sul); Maraú (TI Litoral Sul).	26, 27, 36	Sistema com condições de se expandir seja pela disponibilidade de terra como também de mercado.  Predominância do sistema sombreado que, por sua natureza de consórcio ou agroflorestal, é incomparavelmente superior em produtividade ao de pleno sol. Além disso, com ele já se exercitam preceitos de agroecologia.	Perspectiva de concorrência com o Pará, uma vez que, este vem obtendo em sistemas sombreados produtividade duplicada em relação à Bahia, podendo atrair investimentos para o norte do país.  Suscetibilidade das lavouras a praga “vassoura de bruxa”.  Endividamento dos cacauicultores, dificultando a realização de novos investimentos.	Realizar estudos que aprofundem os conhecimentos sobre as diferenças de produtividade e de impactos ambientais entre os diferentes sistemas de produção de cacau (cabruca, consórcio com seringueiras ou lavoura solteira).  Promover o beneficiamento e associá-lo à industrialização com vista à obter derivados semi-processados com alto valor agregado ou mesmo produzir o chocolate.  Incentivos para produção orgânica certificada, pois se trata de um crescente mercado internacional, com taxas significativas de rendimento físico.  Produção de cacau fino, inclusive para exportação, que possui maior valor de mercado.  Realizar análise da situação de endividamento para adesão aos planos de renegociação.

(Continua)

ASPECTO: ARRANJO DO CACAU					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Município(s) onde ocorre(m) o(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) os critério(s)	Atributo(s) que potencializa(m) o arranjo	Fator(es) que impede(m) ou restringe(m) o arranjo	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) do arranjo
Desempenho do arranjo na UTB Colinas e Serras Pré-Litorâneas (UTB 48)	Gandu, Ibirapitanga, Piraiá do Norte e Wenceslau Guimarães (TI Baixo Sul); Almadina, Arataca, Aurelino Leal, Barro Preto, Camacan, Coaraci, Floresta Azul, Ibicaraí, Itaju do Colônia, Itajuípe, Itapé, Itapitanga, Jussari, Pau Brasil, São José da Vitória e Ubaitaba (TI Litoral Sul); Aiquara, Apuarema, Barra do Rocha, Boa Nova, Dário Meira, Gongogi, Ibirataia, Ipiaú, Itagi, Itagibá, Itamari, Jequié, Jitaúna, Nova Ibiá e Ubatã (TI Médio Rio de Contas); Firmino Alves, Ibicuí, Iguaiá, Nova Canaã e Santa Cruz da Vitória (TI Médio Sudoeste da Bahia); Varzedo (TI Recôncavo); Amargosa, Elísio Medrado, Jaguaquara, Jiquiriçá, Mutuípe, São Miguel das Matas e Ubaíra (TI Vale do Jiquiriçá).	20, 21, 22, 25, 27	Sistema com condições de se expandir seja pela disponibilidade de terra como também de mercado.  Predominância do sistema sombreado que, por sua natureza de consórcio ou agroflorestal, é incomparavelmente superior em produtividade ao de pleno sol. Além disso, com ele já se exercitam preceitos de agroecologia.	Perspectiva de concorrência com o Pará, uma vez que, este vem obtendo em sistemas sombreados produtividade duplicada em relação à Bahia, podendo atrair investimentos para o norte do país.  Suscetibilidade das lavouras a praga “vassoura de bruxa”.  Endividamento dos cacauicultores, dificultando a realização de novos investimentos.	Realizar estudos que aprofundem os conhecimentos sobre as diferenças de produtividade e de impactos ambientais entre os diferentes sistemas de produção de cacau (cabruca, consórcio com seringueiras ou lavoura solteira).  Promover o beneficiamento e associá-lo à industrialização com vista à obter derivados semi-processados com alto valor agregado ou mesmo produzir o chocolate.  Incentivos para produção orgânica certificada, pois se trata de um crescente mercado internacional, com taxas significativas de rendimento físico.  Produção de cacau fino, inclusive para exportação, que possui um maior valor de mercado.  Realizar análise da situação de endividamento para adesão aos planos de renegociação.
Desempenho do arranjo na UTB Baixada Litorânea do Recôncavo (UTB 13)	Amélia Rodrigues (TI Portal do Sertão); Santo Amaro, São Francisco do Conde e São Sebastião do Passé (TI Recôncavo); Candeias e Simões Filho (TI Região Metropolitana de Salvador).	25, 33, 34, 35	Sistema com condições de se expandir seja pela disponibilidade de terra como também de mercado.  Predominância do sistema sombreado que, por sua natureza de consórcio ou agroflorestal, é incomparavelmente superior em produtividade ao de pleno sol. Além disso, com ele já se exercitam preceitos de agroecologia.	Perspectiva de concorrência com o Pará, uma vez que, este vem obtendo em sistemas sombreados produtividade duplicada em relação à Bahia, podendo atrair investimentos para o norte do país.  Suscetibilidade das lavouras a praga “vassoura de bruxa”.  Endividamento dos cacauicultores, dificultando a realização de novos investimentos.	Realizar estudos que aprofundem os conhecimentos sobre as diferenças de produtividade e de impactos ambientais entre os diferentes sistemas de produção de cacau (cabruca, consórcio com seringueiras ou lavoura solteira).  Promover o beneficiamento e associá-lo à industrialização com vista à obter derivados semi-processados com alto valor agregado ou mesmo produzir o chocolate.  Incentivos para produção orgânica certificada, pois se trata de um crescente mercado internacional, com taxas significativas de rendimento físico.  Produção de cacau fino, inclusive para exportação, que possui um maior valor de mercado.  Realizar análise da situação de endividamento para adesão aos planos de renegociação.

(Continua)

Continuação do **Quadro 49** – Síntese de potencialidades, limitações e recomendações referentes ao tema **Arranjos Produtivos Rurais: Arranjo do Cacau**

ASPECTO: ARRANJO DO CACAU					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Município(s) onde ocorre(m) o(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) os critério(s)	Município(s) onde ocorre(m) o(s) critério(s)	Fator(es) que impede(m) ou restringe(m) o arranjo	Fator(es) que impede(m) ou restringe(m) o arranjo
Desempenho do arranjo na UTB Tabuleiro Costeiro do Litoral Sul (UTB 4)	Belmonte, Eunápolis, Guaratinga, Itabela, Itapebi, Porto Seguro e Santa Cruz Cabrália (TI Costa do Descobrimento);  Alcobaça, Caravelas, Itamaraju, Mucuri, Nova Viçosa, Prado, Teixeira de Freitas e Vereda (TI Extremo Sul);  Canavieiras (TI Litoral Sul).	22, 27, 28, 29, 36	Sistema com condições de se expandir seja pela disponibilidade de terra como também de mercado.  Possibilidade de mecanização, respondendo pelo diferencial de lucratividade em relação ao sistema sombreado, que possui elevadas despesa de mão de obra.	Perspectiva de concorrência com o Pará, uma vez que, este vem obtendo em sistemas sombreados produtividade duplicada em relação à Bahia, podendo atrair investimentos para o norte do país.  Predominância do sistema a pleno sol, de pior rendimento físico que o sombreado e sem preceitos de agroecologia.  Suscetibilidade das lavouras a praga “vassoura de bruxa”.  Endividamento dos cacaicultores, dificultando a realização de novos investimentos.	Realizar estudos que aprofundem os conhecimentos sobre as diferenças de produtividade e de impactos ambientais entre os diferentes sistemas de produção de cacau (cabruca, consórcio com seringueiras ou lavoura solteira).  Promover o beneficiamento e associá-lo à industrialização com vista à obter derivados semi-processados com alto valor agregado ou mesmo produzir o chocolate.  Incentivos para produção orgânica certificada, pois se trata de um crescente mercado internacional, com taxas significativas de rendimento físico.  Realizar análise da situação de endividamento para adesão aos planos de renegociação.
Capital humano na UTB Planalto Pré-Litorâneo (UTB 47)	Aratuípe, Presidente Tancredo Neves e Taperoá (TI Baixo Sul);  Muniz Ferreira e Santo Antônio de Jesus (TI Recôncavo).	20, 25, 26, 36	Qualificação da força de trabalho e dos operadores em nível técnico e de gestão na cacaicultura com nível bastante satisfatório. O treinamento se dá no nível fundamental, médio e superior. De outro lado, também existe capacitação para Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (P&D&I), realizada pela UESC, pelo CEPEC/CEPLAC e por ONGs como o Instituto Cabruca.  Oferta de mão de obra qualificada ao longo da cadeia.		Ampliar a oferta de capacitação técnica especializada no arranjo do cacau e criar linhas de pesquisa apropriadas nas universidades e centros de pesquisa com vistas a analisar a viabilidade dos diferentes sistemas, sem deixar de contemplar os benefícios e os custos do sistema sombreado na manutenção da cobertura vegetal.  Estimular o associativismo e cooperativismo e a troca de experiências entre cacaicultores.

(Continua)



Continuação do **Quadro 49** – Síntese de potencialidades, limitações e recomendações referentes ao tema **Arranjos Produtivos Rurais: Arranjo do Cacau**

ASPECTO: ARRANJO DO CACAU					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Município(s) onde ocorre(m) o(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) os critério(s)	Atributo(s) que potencializa(m) o arranjo	Fator(es) que impede(m) ou restringe(m) o arranjo	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) do arranjo
Capital humano nas UTBs Planalto Pré-Litorâneo (UTB 47) e Colinas e Serras Pré-Litorâneas (UTB 48)	Teolândia (TI Baixo Sul); Buerarema, Itabuna, Itacaré e Uruçuca (TI Litoral Sul); Laje (TI Vale do Jiquiriçá).	20, 22, 25, 26, 27	Qualificação da força de trabalho e dos operadores em nível técnico e de gestão na cacauicultura com nível bastante satisfatório. O treinamento se dá no nível fundamental, médio e superior. De outro lado, também existe capacitação para Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (P&D&I), realizada pela UESC, pelo CEPEC/CEPLAC e por ONGs como o Instituto Cabruca.  Oferta de mão de obra qualificada ao longo da cadeia.		Ampliar a oferta de capacitação técnica especializada no arranjo do cacau e criar linhas de pesquisa apropriadas nas universidades e centros de pesquisa com vistas a analisar a viabilidade dos diferentes sistemas, sem deixar de contemplar os benefícios e os custos do sistema sombreado na manutenção da cobertura vegetal.  Estimular o associativismo e cooperativismo, além da troca de experiências entre cacauicultores.
Capital humano nas UTBs Baixada Litorânea do Recôncavo (UTB 13) e Planalto Pré-Litorâneo (UTB 47)	Valença (TI Baixo Sul); Cachoeira e Nazaré (TI Recôncavo).	25, 26, 33, 36	Qualificação da força de trabalho e dos operadores em nível técnico e de gestão na cacauicultura com nível bastante satisfatório. O treinamento se dá no nível fundamental, médio e superior. De outro lado, também existe capacitação para Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (P&D&I), realizada pela UESC, pelo CEPEC/CEPLAC e por ONGs como o Instituto Cabruca.  Oferta de mão de obra qualificada ao longo da cadeia.		Ampliar a oferta de capacitação técnica especializada no arranjo do cacau e criar linhas de pesquisa apropriadas nas universidades e centros de pesquisa com vistas a analisar a viabilidade dos diferentes sistemas, sem deixar de contemplar os benefícios e os custos do sistema sombreado na manutenção da cobertura vegetal.  Estimular o associativismo e cooperativismo, além da troca de experiências entre cacauicultores.
Capital humano nas UTBs Tabuleiro Costeiro do Litoral Sul (UTB 4), Planalto Pré-Litorâneo (UTB 47) e Colinas e Serras Pré-Litorâneas (UTB 48)	Ilhéus, Mascote, Santa Luzia e Una (TI Litoral Sul).	22, 26, 27, 28, 36	Qualificação da força de trabalho e dos operadores em nível técnico e de gestão na cacauicultura com nível bastante satisfatório. O treinamento se dá no nível fundamental, médio e superior. De outro lado, também existe capacitação para Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (P&D&I), realizada pela UESC, pelo CEPEC/CEPLAC e por ONGs como o Instituto Cabruca.  Oferta de mão de obra qualificada ao longo da cadeia.		Ampliar a oferta de capacitação técnica especializada no arranjo do cacau e criar linhas de pesquisa apropriadas nas universidades e centros de pesquisa com vistas a analisar a viabilidade dos diferentes sistemas, sem deixar de contemplar os benefícios e os custos do sistema sombreado na manutenção da cobertura vegetal.  Estimular o associativismo e cooperativismo, além da troca de experiências entre cacauicultores.
Capital humano nas UTBs Baixada Litorânea do Recôncavo (UTB 13), Planalto Pré-Litorâneo (UTB 47) e Colinas e Serras Pré-Litorâneas (UTB 48)	Camamu, Igrapiúna, Ituberá e Nilo Peçanha (TI Baixo Sul); Maraú (TI Litoral Sul).	26, 27, 36	Qualificação da força de trabalho e dos operadores em nível técnico e de gestão na cacauicultura com nível bastante satisfatório. O treinamento se dá no nível fundamental, médio e superior. De outro lado, também existe capacitação para Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (P&D&I), realizada pela UESC, pelo CEPEC/CEPLAC e por ONGs como o Instituto Cabruca.  Oferta de mão de obra qualificada ao longo da cadeia.		Ampliar a oferta de capacitação técnica especializada no arranjo do cacau e criar linhas de pesquisa apropriadas nas universidades e centros de pesquisa com vistas a analisar a viabilidade dos diferentes sistemas, sem deixar de contemplar os benefícios e os custos do sistema sombreado na manutenção da cobertura vegetal.  Estimular o associativismo e cooperativismo, além da troca de experiências entre cacauicultores.

(Continua)

ASPECTO: ARRANJO DO CACAU					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Município(s) onde ocorre(m) o(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) os critério(s)	Atributo(s) que potencializa(m) o arranjo	Fator(es) que impede(m) ou restringe(m) o arranjo	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) do arranjo
Capital humano na UTB Colinas e Serras Pré-Litorâneas (UTB 48)	Gandu, Ibirapitanga, Piraf do Norte e Wenceslau Guimarães (TI Baixo Sul); Almadina, Arataca, Aurelino Leal, Barro Preto, Camacan, Coaraci, Floresta Azul, Ibicaraí, Itaju do Colônia, Itajuípe, Itapé, Itapitanga, Jussari, Pau Brasil, São José da Vitória e Ubaitaba (TI Litoral Sul); Aiquara, Apuarema, Barra do Rocha, Boa Nova, Dário Meira, Gongogi, Ibirataia, Ipiaú, Itagi, Itagibá, Itamari, Jequié, Jitaúna, Nova Ibiá e Ubatã (TI Médio Rio de Contas); Firmino Alves, Ibicuá, Iguai, Nova Canaã e Santa Cruz da Vitória (TI Médio Sudoeste da Bahia); Varzedo (TI Recôncavo); Amargosa, Elísio Medrado, Jaguaquara, Jiquiriçá, Mutuípe, São Miguel das Matas e Ubaíra (TI Vale do Jiquiriçá).	20, 21, 22, 25, 27	Qualificação da força de trabalho e dos operadores em nível técnico e de gestão na cacauicultura com nível bastante satisfatório. O treinamento se dá no nível fundamental, médio e superior. De outro lado, também existe capacitação para Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (P&D&I), realizada pela UESC, pelo CEPEC/CEPLAC e por ONGs como o Instituto Cabruca  Oferta de mão de obra qualificada ao longo da cadeia.		Ampliar a oferta de capacitação técnica especializada no arranjo do cacau e criar linhas de pesquisa apropriadas nas universidades e centros de pesquisa com vistas à analisar a viabilidade dos diferentes sistemas, sem deixar de contemplar os benefícios e os custos do sistema sombreado na manutenção da cobertura vegetal.  Estimular o associativismo e cooperativismo , além da troca de experiências entre cacauicultores.
Capital humano na UTB Baixada Litorânea do Recôncavo (UTB 13)	Amélia Rodrigues (TI Portal do Sertão); Santo Amaro, São Francisco do Conde e São Sebastião do Passé (TI Recôncavo); Candeias e Simões Filho (TI Região Metropolitana de Salvador).	25, 33, 34, 35	Qualificação da força de trabalho e dos operadores em nível técnico e de gestão na cacauicultura com nível bastante satisfatório. O treinamento se dá no nível fundamental, médio e superior. De outro lado, também existe capacitação para Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (P&D&I), realizada pela UESC, pelo CEPEC/CEPLAC e por ONGs como o Instituto Cabruca.  Oferta de mão de obra qualificada ao longo da cadeia.		Ampliar a oferta de capacitação técnica especializada no arranjo do cacau e criar linhas de pesquisa apropriadas nas universidades e centros de pesquisa com vistas à analisar a viabilidade dos diferentes sistemas, sem deixar de contemplar os benefícios e os custos do sistema sombreado na manutenção da cobertura vegetal.
Capital humano na UTB Tabuleiro Costeiro do Litoral Sul (UTB 4)	Belmonte, Eunápolis, Guaratinga, Itabela, Itapebi, Porto Seguro e Santa Cruz Cabralia (TI Costa do Descobrimento); Alcobaça, Caravelas, Itamaraju, Mucuri, Nova Viçosa, Prado, Teixeira de Freitas e Vereda (TI Extremo Sul); Canavieiras (TI Litoral Sul).	22, 27, 28, 29, 36	Qualificação da força de trabalho e dos operadores em nível técnico e de gestão na cacauicultura com nível bastante satisfatório. O treinamento se dá no nível fundamental, médio e superior. De outro lado, também existe capacitação para Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (P&D&I), realizada pela UESC, pelo CEPEC/CEPLAC e por ONGs como o Instituto Cabruca.  Oferta de mão de obra qualificada ao longo da cadeia.		Ampliar a oferta de capacitação técnica especializada no arranjo do cacau e criar linhas de pesquisa apropriadas nas universidades e centros de pesquisa com vistas à analisar a viabilidade dos diferentes sistemas, sem deixar de contemplar os benefícios e os custos do sistema sombreado na manutenção da cobertura vegetal.  Estimular o associativismo e cooperativismo , além da troca de experiências entre cacauicultores.
Capital social na UTB Planalto Pré-Litorâneo (UTB 47)	Aratuípe, Presidente Tancredo Neves e Taperoá (TI Baixo Sul); Muniz Ferreira e Santo Antônio de Jesus (TI Recôncavo).	20, 25, 26, 36	Propensão ao associativismo e ao cooperativismo que já vem apresentando bons resultados, mormente no que concerne à produção do cacau orgânico, que se dá de forma cooperativa. Da mesma forma esta propensão se manifesta nos modelos de sistemas agroflorestais múltiplos ou polivalentes.		Estimular mais ainda o associativismo por meio de ações de mobilização comunitária e apresentar os casos de sucesso da Instituto/Cooperativa Cabruca e outras na região. A Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Cacau poderia atuar mais organicamente nesta direção.
Capital social nas UTBs Planalto Pré-Litorâneo (UTB 47) e Colinas e Serras Pré-Litorâneas (UTB 48)	Teolândia (TI Baixo Sul); Buerarema, Itabuna, Itacaré e Uruçuca (TI Litoral Sul); Laje (TI Vale do Jiquiriçá).	20, 22, 25, 26, 27	Propensão ao associativismo e ao cooperativismo que já vem apresentando bons resultados, mormente no que concerne à produção do cacau orgânico, que se dá de forma cooperativa. Da mesma forma esta propensão se manifesta nos modelos de sistemas agroflorestais múltiplos ou polivalentes.		Estimular o associativismo e cooperativismo, por meio de ações de mobilização comunitária e de apresentação de experiências bem sucedidas. A Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Cacau poderia atuar mais organicamente nesta direção.

(Continua)

Continuação do **Quadro 49** – Síntese de potencialidades, limitações e recomendações referentes ao tema **Arranjos Produtivos Rurais: Arranjo do Cacau**

ASPECTO: ARRANJO DO CACAU					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Município(s) onde ocorre(m) o(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) os critério(s)	Atributo(s) que potencializa(m) o arranjo	Fator(es) que impede(m) ou restringe(m) o arranjo	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) do arranjo
Capital social nas UTBs Baixada Litorânea do Recôncavo (UTB 13) e Planalto Pré-Litorâneo (UTB 47)	Valença (TI Baixo Sul); Cachoeira e Nazaré (TI Recôncavo).	25, 26, 33, 36	Propensão ao associativismo e ao cooperativismo que já vem apresentando bons resultados, mormente no que concerne à produção do cacau orgânico, que se dá de forma cooperativa. Da mesma forma esta propensão se manifesta nos modelos de sistemas agroflorestais múltiplos ou polivalentes.		Estimular o associativismo e cooperativismo, por meio de ações de mobilização comunitária e de apresentação de experiências bem sucedidas. A Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Cacau poderia atuar mais organicamente nesta direção.
Capital social nas UTBs Tabuleiro Costeiro do Litoral Sul (UTB 4), Planalto Pré-Litorâneo (UTB 47) e Colinas e Serras Pré-Litorâneas (UTB 48)	Ilhéus, Mascote, Santa Luzia e Una (TI Litoral Sul).	22, 26, 27, 28, 36	Propensão ao associativismo e ao cooperativismo que já vem apresentando bons resultados, mormente no que concerne à produção do cacau orgânico, que se dá de forma cooperativa. Da mesma forma esta propensão se manifesta nos modelos de sistemas agroflorestais múltiplos ou polivalentes.		Estimular o associativismo e cooperativismo, por meio de ações de mobilização comunitária e de apresentação de experiências bem sucedidas. A Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Cacau poderia atuar mais organicamente nesta direção.
Capital social nas UTBs Baixada Litorânea do Recôncavo (UTB 13), Planalto Pré-Litorâneo (UTB 47) e Colinas e Serras Pré-Litorâneas (UTB 48)	Camamu, Igrapiúna, Ituberá e Nilo Peçanha (TI Baixo Sul); Maraú (TI Litoral Sul).	26, 27, 36	Propensão ao associativismo e ao cooperativismo que já vem apresentando bons resultados, mormente no que concerne à produção do cacau orgânico, que se dá de forma cooperativa. Da mesma forma esta propensão se manifesta nos modelos de sistemas agroflorestais múltiplos ou polivalentes.		Estimular o associativismo e cooperativismo, por meio de ações de mobilização comunitária e de apresentação de experiências bem sucedidas. A Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Cacau poderia atuar mais organicamente nesta direção.
Capital social na UTB Colinas e Serras Pré-Litorâneas (UTB 48)	Gandu, Ibirapitanga, Piraf do Norte e Wenceslau Guimarães (TI Baixo Sul);  Almadina, Arataca, Aurelino Leal, Barro Preto, Camacan, Coaraci, Floresta Azul, Ibicaraí, Itaju do Colônia, Itajuípe, Itapé, Itapitanga, Jussari, Pau Brasil, São José da Vitória e Ubaitaba (TI Litoral Sul);  Aiquara, Apuarema, Barra do Rocha, Boa Nova, Dário Meira, Gongogi, Ibirataia, Ipiauí, Itagi, Itagibá, Itamari, Jequié, Jitaúna, Nova Ibiá e Ubatã (TI Médio Rio de Contas);  Firmino Alves, Ibicuí, Iguai, Nova Canaã e Santa Cruz da Vitória (TI Médio Sudoeste da Bahia);  Varzedo (TI Recôncavo);  Amargosa, Elísio Medrado, Jaguaquara, Jiquiriçá, Mutuípe, São Miguel das Matas e Ubaíra (TI Vale do Jiquiriçá).	20, 21, 22, 25, 27	Propensão ao associativismo e ao cooperativismo que já vem apresentando bons resultados, mormente no que concerne à produção do cacau orgânico, que se dá de forma cooperativa. Da mesma forma esta propensão se manifesta nos modelos de sistemas agroflorestais múltiplos ou polivalentes.		Estimular o associativismo e cooperativismo, por meio de ações de mobilização comunitária e de apresentação de experiências bem sucedidas. A Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Cacau poderia atuar mais organicamente nesta direção.
Capital social na UTB Baixada Litorânea do Recôncavo (UTB 13)	Amélia Rodrigues (TI Portal do Sertão); Santo Amaro, São Francisco do Conde e São Sebastião do Passé (TI Recôncavo); Candeias e Simões Filho (TI Região Metropolitana de Salvador).	25, 33, 34, 35		Capital social menos desenvolvido que em outras regiões.	Estimular o associativismo e cooperativismo, por meio de ações de mobilização comunitária e de apresentação de experiências bem sucedidas. A Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Cacau poderia atuar mais organicamente nesta direção.

(Continua)

ASPECTO: ARRANJO DO CACAU					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Município(s) onde ocorre(m) o(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) os critério(s)	Atributo(s) que potencializa(m) o arranjo	Fator(es) que impede(m) ou restringe(m) o arranjo	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) do arranjo
Capital social na UTB Tabuleiro Costeiro do Litoral Sul (UTB 4)	Belmonte, Eunápolis, Guaratinga, Itabela, Itapebi, Porto Seguro e Santa Cruz Cabrália (TI Costa do Descobrimento); Alcobaça, Caravelas, Itamaraju, Mucuri, Nova Viçosa, Prado, Teixeira de Freitas e Vereda (TI Extremo Sul); Canavieiras (TI Litoral Sul).	22, 27, 28, 29, 36		Capital social menos desenvolvido que em outras regiões	Estimular o associativismo e cooperativismo, por meio de ações de mobilização comunitária e de apresentação de experiências bem sucedidas. A Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Cacau poderia atuar mais organicamente nesta direção.
Mercado na UTB Planalto Pré-Litorâneo (UTB 47)	Aratuípe, Presidente Tancredo Neves e Taperoá (TI Baixo Sul); Muniz Ferreira e Santo Antônio de Jesus (TI Recôncavo).	20, 25, 26, 36	Perspectiva de crescimento sustentado da demanda nos próximos anos. O aumento per capita do consumo de chocolate aponta para déficits crescentes na relação produção/consumo efetivo, não se tendo horizonte de quando o Brasil voltará ser autossuficiente na produção de amêndoas de cacau.	Atividade produtiva do cacau sombreado inviável em escala empresarial, pois a remuneração da força de trabalho no Brasil em relação aos países africanos e asiáticos pode variar de 3 a 10 vezes mais.	Estimular políticas de diferenciação do produto na linha do cacau orgânico ou <i>fine flavour</i> , os únicos que conseguem cotações internacionais que cobrem os custos de produção
Mercado nas UTBs Planalto Pré-Litorâneo (UTB 47) e Colinas e Serras Pré-Litorâneas (UTB 48)	Teolândia (TI Baixo Sul); Buerarema, Itabuna, Itacaré e Uruçuca (TI Litoral Sul); Laje (TI Vale do Jiquiriçá).	20, 22, 25, 26, 27	Perspectiva de crescimento sustentado da demanda nos próximos anos. O aumento per capita do consumo de chocolate aponta para déficits crescentes na relação produção/consumo efetivo, não se tendo horizonte de quando o Brasil voltará ser autossuficiente na produção de amêndoas de cacau.	Atividade produtiva do cacau sombreado inviável em escala empresarial, pois a remuneração da força de trabalho no Brasil em relação aos países africanos e asiáticos pode variar de 3 a 10 vezes mais.	Estimular políticas de diferenciação do produto na linha do cacau orgânico ou <i>fine flavour</i> , os únicos que conseguem cotações internacionais que cobrem os custos de produção.
Mercado nas UTBs Baixada Litorânea do Recôncavo (UTB 13) e Planalto Pré-Litorâneo (UTB 47)	Valença (TI Baixo Sul); Cachoeira e Nazaré (TI Recôncavo).	25, 26, 33, 36	Perspectiva de crescimento sustentado da demanda nos próximos anos. O aumento per capita do consumo de chocolate aponta para déficits crescentes na relação produção/consumo efetivo, não se tendo horizonte de quando o Brasil voltará ser autossuficiente na produção de amêndoas de cacau.	Atividade produtiva do cacau sombreado inviável em escala empresarial, pois a remuneração da força de trabalho no Brasil em relação aos países africanos e asiáticos pode variar de 3 a 10 vezes mais.	Estimular políticas de diferenciação do produto na linha do cacau orgânico ou <i>fine flavour</i> , os únicos que conseguem cotações internacionais que cobrem os custos de produção.
Mercado nas UTBs Tabuleiro Costeiro do Litoral Sul (UTB 4), Planalto Pré-Litorâneo (UTB 47) e Colinas e Serras Pré-Litorâneas (UTB 48)	Ilhéus, Mascote, Santa Luzia e Una (TI Litoral Sul).	22, 26, 27, 28, 36	Perspectiva de crescimento sustentado da demanda nos próximos anos. O aumento per capita do consumo de chocolate aponta para déficits crescentes na relação produção/consumo efetivo, não se tendo horizonte de quando o Brasil voltará ser autossuficiente na produção de amêndoas de cacau.	Atividade produtiva do cacau sombreado, inviável em escala empresarial, pois a remuneração da força de trabalho no Brasil em relação aos países africanos e asiáticos pode variar de 3 a 10 vezes mais.	Estimular políticas de diferenciação do produto na linha do cacau orgânico ou <i>fine flavour</i> , os únicos que conseguem cotações internacionais que cobrem os custos de produção.  Estimular estudos socioeconômicos e programas de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (P&D&I), visando definir escalas, organização produtiva e processos de produção que viabilizem a cacauicultura, inclusive em modalidade de integração vertical com fábricas de chocolate.  Estimular o surgimento de pequenas e médias empresas que atuem na produção de matéria prima integrada com a produção de derivados do cacau, pois a amêndoa de cacau com preços de commodities só se constitui um produto viável do ponto de vista de mercado no sistema de monocultura irrigada à pleno sol.
Mercado nas UTBs Baixada Litorânea do Recôncavo (UTB 13), Planalto Pré-Litorâneo (UTB 47) e Colinas e Serras Pré-Litorâneas (UTB 48)	Camamu, Igrapiúna, Ituberá e Nilo Peçanha (TI Baixo Sul); Maraú (TI Litoral Sul).	26, 27, 36	Perspectiva de crescimento sustentado da demanda nos próximos anos. O aumento per capita do consumo de chocolate aponta para déficits crescentes na relação produção/consumo efetivo, não se tendo horizonte de quando o Brasil voltará ser autossuficiente na produção de amêndoas de cacau.	Atividade produtiva do cacau sombreado inviável em escala empresarial, pois a remuneração da força de trabalho no Brasil em relação aos países africanos e asiáticos pode variar de 3 a 10 vezes mais.	Estimular políticas de diferenciação do produto na linha do cacau orgânico ou <i>fine flavour</i> , os únicos que conseguem cotações internacionais que cobrem os custos de produção.

(Continua)



ASPECTO: ARRANJO DO CACAU					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Município(s) onde ocorre(m) o(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) os critério(s)	Atributo(s) que potencializa(m) o arranjo	Fator(es) que impede(m) ou restringe(m) o arranjo	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) do arranjo
Mercado na UTB Colinas e Serras Pré-Litorâneas (UTB 48)	Gandu, Ibirapitanga, Pirai do Norte e Wenceslau Guimarães (TI Baixo Sul); Almadina, Arataca, Aurelino Leal, Barro Preto, Camacan, Coaraci, Floresta Azul, Ibicaraí, Itaju do Colônia, Itajuípe, Itapé, Itapitanga, Jussari, Pau Brasil, São José da Vitória e Ubaitaba (TI Litoral Sul); Aiquara, Apuarema, Barra do Rocha, Boa Nova, Dário Meira, Gongogi, Ibirataia, Ipiáú, Itagi, Itagibá, Itamari, Jequié, Jitaúna, Nova Ibiá e Ubatã (TI Médio Rio de Contas); Firmino Alves, Ibicuí, Iguai, Nova Canaã e Santa Cruz da Vitória (TI Médio Sudoeste da Bahia); Varzedo (TI Recôncavo); Amargosa, Elísio Medrado, Jaguaquara, Jiquiriçá, Mutuípe, São Miguel das Matas e Ubaíra (TI Vale do Jiquiriçá).	20, 21, 22, 25, 27	Perspectiva de crescimento sustentado da demanda nos próximos anos. O aumento per capita do consumo de chocolate aponta para déficits crescentes na relação produção/consumo efetivo, não se tendo horizonte de quando o Brasil voltará ser autossuficiente na produção de amêndoas de cacau.	Atividade produtiva do cacau sombreado inviável em escala empresarial, pois a remuneração da força de trabalho no Brasil em relação aos países africanos e asiáticos pode variar de 3 a 10 vezes mais.	Estimular políticas de diferenciação do produto na linha do cacau orgânico ou <i>fine flavour</i> , os únicos que conseguem cotações internacionais que cobrem os custos de produção.
Mercado na UTB Baixada Litorânea do Recôncavo (UTB 13)	Amélia Rodrigues (TI Portal do Sertão); Santo Amaro, São Francisco do Conde e São Sebastião do Passé (TI Recôncavo); Candeias e Simões Filho (TI Região Metropolitana de Salvador).	25, 33, 34, 35	Perspectiva de crescimento sustentado da demanda nos próximos anos. O aumento per capita do consumo de chocolate aponta para déficits crescentes na relação produção/consumo efetivo, não se tendo horizonte de quando o Brasil voltará ser autossuficiente na produção de amêndoas de cacau.	Atividade produtiva do cacau sombreado inviável em escala empresarial, pois a remuneração da força de trabalho no Brasil em relação aos países africanos e asiáticos pode variar de 3 a 10 vezes mais.	Estimular políticas de diferenciação do produto na linha do cacau orgânico ou <i>fine flavour</i> , os únicos que conseguem cotações internacionais que cobrem os custos de produção.
Mercado na UTB Tabuleiro Costeiro do Litoral Sul (UTB 4)	Belmonte, Eunápolis, Guaratinga, Itabela, Itapebi, Porto Seguro e Santa Cruz Cabrália (TI Costa do Descobrimento); Alcobaça, Caravelas, Itamaraju, Mucuri, Nova Viçosa, Prado, Teixeira de Freitas e Vereda (TI Extremo Sul); Canavieiras (TI Litoral Sul).	22, 27, 28, 29, 36	Perspectiva de crescimento sustentado da demanda nos próximos anos. O aumento per capita do consumo de chocolate aponta para déficits crescentes na relação produção/consumo efetivo, não se tendo horizonte de quando o Brasil voltará ser autossuficiente na produção de amêndoas de cacau.		Estimular estudos socioeconômicos e programas de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (P&D&I), visando definir escalas, organização produtiva e processos de produção que viabilizem a cacauicultura, inclusive em modalidade de integração vertical com fábricas de chocolate.  Estimular o surgimento de pequenas e médias empresas que atuem na produção de matéria prima integrada com a produção de derivados do cacau pois a amêndoa de cacau com preços de commodities só se constitui um produto viável do ponto de vista de mercado no sistema de monocultura irrigada à pleno sol.
Infraestrutura na UTB Planalto Pré-Litorâneo (UTB 47)	Aratuípe, Presidente Tancredo Neves e Taperoá (TI Baixo Sul); Muniz Ferreira e Santo Antônio de Jesus (TI Recôncavo).	20, 25, 26, 36		Deficiências em termos de estradas vicinais e eletrificação, sem grandes variações nos municípios produtores.	Incluir os municípios produtores em programas de infraestrutura de transportes, rodovias, ferrovias, portos e aeroportos, bem como melhorar o fornecimento de energia elétrica para o meio rural.
Infraestrutura nas UTBs Planalto Pré-Litorâneo (UTB 47) e Colinas e Serras Pré-Litorâneas (UTB 48)	Teolândia (TI Baixo Sul); Buerarema, Itabuna, Itacaré e Uruçuca (TI Litoral Sul); Laje (TI Vale do Jiquiriçá).	20, 22, 25, 26, 27		Deficiências em termos de estradas vicinais e eletrificação, sem grandes variações nos municípios produtores.	Incluir os municípios produtores em programas de infraestrutura de transportes, rodovias, ferrovias, portos e aeroportos, bem como melhorar o fornecimento de energia elétrica para o meio rural.

(Continua)

ASPECTO: ARRANJO DO CACAU					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Município(s) onde ocorre(m) o(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) os critério(s)	Atributo(s) que potencializa(m) o arranjo	Fator(es) que impede(m) ou restringe(m) o arranjo	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) do arranjo
Infraestrutura nas UTBs Baixada Litorânea do Recôncavo (UTB 13) e Planalto Pré-Litorâneo (UTB 47)	Valença (TI Baixo Sul); Cachoeira e Nazaré (TI Recôncavo).	25, 26, 33, 36		Deficiências em termos de estradas vicinais e eletrificação, sem grandes variações nos municípios produtores.	Incluir os municípios produtores em programas de infraestrutura de transportes, rodovias, ferrovias, portos e aeroportos, bem como melhorar o fornecimento de energia elétrica para o meio rural.
Infraestrutura nas UTBs Tabuleiro Costeiro do Litoral Sul (UTB 4), Planalto Pré-Litorâneo (UTB 47) e Colinas e Serras Pré-Litorâneas (UTB 48)	Ilhéus, Mascote, Santa Luzia e Una (TI Litoral Sul).	22, 26, 27, 28, 36		Deficiências em termos de estradas vicinais e eletrificação, sem grandes variações nos municípios produtores.	Incluir os municípios produtores em programas de infraestrutura de transportes, rodovias, ferrovias, portos e aeroportos, bem como melhorar o fornecimento de energia elétrica para o meio rural.
Infraestrutura nas UTBs Baixada Litorânea do Recôncavo (UTB 13), Planalto Pré-Litorâneo (UTB 47) e Colinas e Serras Pré-Litorâneas (UTB 48)	Camamu, Igrapiúna, Ituberá e Nilo Peçanha (TI Baixo Sul); Maraú (TI Litoral Sul).	26, 27, 36		Deficiências em termos de estradas vicinais e eletrificação, sem grandes variações nos municípios produtores.	Incluir os municípios produtores em programas de infraestrutura de transportes, rodovias, ferrovias, portos e aeroportos, bem como melhorar o fornecimento de energia elétrica para o meio rural.
Infraestrutura na UTB Colinas e Serras Pré-Litorâneas (UTB 48)	Gandu, Ibirapitanga, Piraf do Norte e Wenceslau Guimarães (TI Baixo Sul); Almadina, Arataca, Aurelino Leal, Barro Preto, Camacan, Coaraci, Floresta Azul, Ibicaraí, Itaju do Colônia, Itajuípe, Itapé, Itapitanga, Jussari, Pau Brasil, São José da Vitória e Ubaitaba (TI Litoral Sul); Aiquara, Apuarema, Barra do Rocha, Boa Nova, Dário Meira, Gongogi, Ibirataia, Ipiaú, Itagi, Itagibá, Itamarí, Jequié, Jitaúna, Nova Ibiá e Ubatã (TI Médio Rio de Contas); Firmino Alves, Ibicuí, Iguai, Nova Canaã e Santa Cruz da Vitória (TI Médio Sudoeste da Bahia); Varzedo (TI Recôncavo); Amargosa, Elísio Medrado, Jaguaquara, Jiquiriçá, Mutuípe, São Miguel das Matas e Ubaíra (TI Vale do Jiquiriçá).	20, 21, 22, 25, 27		Deficiências em termos de estradas vicinais e eletrificação, sem grandes variações nos municípios produtores.	Incluir os municípios produtores em programas de infraestrutura de transportes, rodovias, ferrovias, portos e aeroportos, bem como melhorar o fornecimento de energia elétrica para o meio rural.
Infraestrutura na UTB Baixada Litorânea do Recôncavo (UTB 13)	Amélia Rodrigues (TI Portal do Sertão); Santo Amaro, São Francisco do Conde e São Sebastião do Passé (TI Recôncavo); Candeias e Simões Filho (TI Região Metropolitana de Salvador).	25, 33, 34, 35		Deficiências em termos de estradas vicinais e eletrificação, sem grandes variações nos municípios produtores.	Incluir os municípios produtores em programas de infraestrutura de transportes, rodovias, ferrovias, portos e aeroportos, bem como melhorar o fornecimento de energia elétrica para o meio rural.
Infraestrutura na UTB Tabuleiro Costeiro do Litoral Sul (UTB 4)	Belmonte, Eunápolis, Guaratinga, Itabela, Itapebi, Porto Seguro e Santa Cruz Cabrália (TI Costa do Descobrimento); Alcobaça, Caravelas, Itamaraju, Mucuri, Nova Viçosa, Prado, Teixeira de Freitas e Vereda (TI Extremo Sul); Canavieiras (TI Litoral Sul).	22, 27, 28, 29, 36		Deficiências em termos de estradas vicinais e eletrificação, sem grandes variações nos municípios produtores.	Incluir os municípios produtores em programas de infraestrutura de transportes, rodovias, ferrovias, portos e aeroportos, bem como melhorar o fornecimento de energia elétrica para o meio rural.

(Continua)



ASPECTO: ARRANJO DO CACAU					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Município(s) onde ocorre(m) o(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) os critério(s)	Atributo(s) que potencializa(m) o arranjo	Fator(es) que impede(m) ou restringe(m) o arranjo	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) do arranjo
Agricultura familiar na UTB Planalto Pré-Litorâneo (UTB 47)	Aratuípe, Presidente Tancredo Neves e Taperoá (TI Baixo Sul); Muniz Ferreira e Santo Antônio de Jesus (TI Recôncavo).	20, 25, 26, 36	Elevado potencial de Incorporação para agricultura familiar havendo já predominância deste agente com experiências bem sucedidas.		Promover programas de acesso à terra, de conversão de remanescentes de latifúndios extrativistas em condomínios produtivos familiares. Associados ao financiamento e à assistência técnica podem vir a mudar o tecido produtivo dos territórios com arranjo produtivo cacau e a ampliar a participação da agricultura familiar.
Agricultura familiar nas UTBs Planalto Pré-Litorâneo (UTB 47) e Colinas e Serras Pré-Litorâneas (UTB 48)	Teolândia (TI Baixo Sul); Buerarema, Itabuna, Itacaré e Uruçuca (TI Litoral Sul); Laje (TI Vale do Jiquiriçá).	20, 22, 25, 26, 27	Elevado potencial de Incorporação para agricultura familiar havendo já predominância deste agente com experiências bem sucedidas.		Promover programas de acesso à terra, de conversão de remanescentes de latifúndios extrativistas em condomínios produtivos familiares. Associados ao financiamento e à assistência técnica podem vir a mudar o tecido produtivo dos territórios com arranjo produtivo cacau e a ampliar a participação da agricultura familiar.
Agricultura familiar nas UTBs Baixada Litorânea do Recôncavo (UTB 13) e Planalto Pré-Litorâneo (UTB 47)	Valença (TI Baixo Sul); Cachoeira e Nazaré (TI Recôncavo).	25, 26, 33, 36	Elevado potencial de Incorporação para agricultura familiar havendo já predominância deste agente com experiências bem sucedidas.		Promover programas de acesso à terra, de conversão de remanescentes de latifúndios extrativistas em condomínios produtivos familiares. Associados ao financiamento e à assistência técnica podem vir a mudar o tecido produtivo dos territórios com arranjo produtivo cacau e a ampliar a participação da agricultura familiar.
Agricultura familiar nas UTBs Tabuleiro Costeiro do Litoral Sul (UTB 4), Planalto Pré-Litorâneo (UTB 47) e Colinas e Serras Pré-Litorâneas (UTB 48)	Ihéus, Mascote, Santa Luzia e Una (TI Litoral Sul).	22, 26, 27, 28, 36	Elevado potencial de Incorporação para agricultura familiar, em algumas áreas, havendo já agentes com experiências bem sucedidas.		Promover programas de acesso à terra, de conversão de remanescentes de latifúndios extrativistas em condomínios produtivos familiares. Associados ao financiamento e à assistência técnica podem vir a mudar o tecido produtivo dos territórios com arranjo produtivo cacau e a ampliar a participação da agricultura familiar.
Agricultura familiar nas UTBs Baixada Litorânea do Recôncavo (UTB 13), Planalto Pré-Litorâneo (UTB 47) e Colinas e Serras Pré-Litorâneas (UTB 48)	Camamu, Igrapiúna, Ituberá e Nilo Peçanha (TI Baixo Sul); Maraú (TI Litoral Sul).	26, 27, 36	Elevado potencial de Incorporação para agricultura familiar havendo já predominância deste agente com experiências bem sucedidas.		Promover programas de acesso à terra, de conversão de remanescentes de latifúndios extrativistas em condomínios produtivos familiares. Associados ao financiamento e à assistência técnica podem vir a mudar o tecido produtivo dos territórios com arranjo produtivo cacau e a ampliar a participação da agricultura familiar.
Agricultura familiar na UTB Colinas e Serras Pré-Litorâneas (UTB 48)	Gandu, Ibirapitanga, Piraf do Norte e Wenceslau Guimarães (TI Baixo Sul); Almadina, Arataca, Aurelino Leal, Barro Preto, Camacan, Coaraci, Floresta Azul, Ibicarai, Itaju do Colônia, Itajuípe, Itapé, Itapitanga, Jussari, Pau Brasil, São José da Vitória e Ubaitaba (TI Litoral Sul); Aiquara, Apuarema, Barra do Rocha, Boa Nova, Dário Meira, Gongogi, Ibirataia, Ipiauí, Itagi, Itagibá, Itamari, Jequié, Jitaúna, Nova Ibiá e Ubatã (TI Médio Rio de Contas); Firmino Alves, Ibicuí, Iguai, Nova Canaã e Santa Cruz da Vitória (TI Médio Sudoeste da Bahia); Varzedo (TI Recôncavo); Amargosa, Elísio Medrado, Jaguaquara, Jiquiriçá, Mutuípe, São Miguel das Matas e Ubaíra (TI Vale do Jiquiriçá).	20, 21, 22, 25, 27	Elevado potencial de Incorporação para agricultura familiar havendo já predominância deste agente com experiências bem sucedidas.		Promover programas de acesso à terra, de conversão de remanescentes de latifúndios extrativistas em condomínios produtivos familiares. Associados ao financiamento e à assistência técnica podem vir a mudar o tecido produtivo dos territórios com arranjo produtivo cacau e a ampliar a participação da agricultura familiar.

(Continua)

Continuação do **Quadro 49** – Síntese de potencialidades, limitações e recomendações referentes ao tema **Arranjos Produtivos Rurais: Arranjo do Cacau**

ASPECTO: ARRANJO DO CACAU					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Município(s) onde ocorre(m) o(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) os critério(s)	Atributo(s) que potencializa(m) o arranjo	Fator(es) que impede(m) ou restringe(m) o arranjo	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) do arranjo
Agricultura familiar na UTB Baixada Litorânea do Recôncavo (UTB 13)	Amélia Rodrigues (TI Portal do Sertão); Santo Amaro, São Francisco do Conde e São Sebastião do Passé (TI Recôncavo); Candeias e Simões Filho (TI Região Metropolitana de Salvador).	25, 33, 34, 35	Elevado potencial de Incorporação para agricultura familiar.		Promover programas de acesso à terra, de conversão de remanescentes de latifúndios extrativistas em condomínios produtivos familiares. Associados ao financiamento e à assistência técnica podem vir a mudar o tecido produtivo dos territórios com arranjo produtivo cacau e a ampliar a participação da agricultura familiar.
Agricultura familiar na UTB Tabuleiro Costeiro do Litoral Sul (UTB 4)	Belmonte, Eunápolis, Guaratinga, Itabela, Itapebi, Porto Seguro e Santa Cruz Cabralia (TI Costa do Descobrimento); Alcobaça, Caravelas, Itamaraju, Mucuri, Nova Viçosa, Prado, Teixeira de Freitas e Vereda (TI Extremo Sul); Canavieiras (TI Litoral Sul).	22, 27, 28, 29, 36	Potencial de incorporação para agricultura familiar.		Promover programas de acesso à terra, de conversão de remanescentes de latifúndios extrativistas em condomínios produtivos familiares. Associados ao financiamento e à assistência técnica podem vir a mudar o tecido produtivo dos territórios com arranjo produtivo cacau e a ampliar a participação da agricultura familiar.  Realizar estudos com vistas à avaliar as vantagens de escala de produção e também do sistema se como uma lavoura solteira, consórcio com outros produtos a exemplo da seringueira ou no sistema Cabruca, que significa sombreamento com mata nativa ou recuperada com espécies da Mata Atlântica. Explorar também possibilidades de melhorar o beneficiamento e associá-lo à industrialização com vista à obter o derivados semi-processados com alto valor agregado ou mesmo produzir o chocolate.  Incentivos para produção orgânica certificada, pois se trata de um crescente mercado internacional, com taxas significativas de rendimento físico.  Produção de cacau fino, inclusive para exportação, que possui maior valor de mercado.
Municípios produtores não inseridos nas principais regiões de produção	Itagimirim (TI Costa do Descobrimento); Itanhém e Jucuruçu (TI Extremo Sul); Mata de São João (TI Litoral Norte e Agreste Baiano); Caatiba, Itambé, Itapetinga, Itororó e Potiraguá (TI Médio Sudoeste da Bahia); Terra Nova (TI Portal do Sertão); Cravolândia (TI Vale do Jiquiriçá); Bom Jesus da Lapa (TI Velho Chico).	5, 8, 20, 22, 27, 28, 29, 33, 35, 36		Municípios não inseridos nas principais áreas de produção do arranjo e que não usufruem das vantagens locais dessas áreas, como: acesso a insumos e serviços relacionados ao arranjo, facilidades para escoamento da produção e disponibilidade de assistência técnica e mão de obra especializada etc.	

Fonte: Consórcio Geohidro-Sondotécnica, 2013

**Quadro 50 – Síntese de potencialidades, limitações e recomendações referentes ao tema Arranjos Produtivos Rurais: Arranjo do Café**

ASPECTO: ARRANJO DO CAFÉ					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Município(s) onde ocorre(m) o(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) os critério(s)	Atributo(s) que potencializa(m) o arranjo	Fator(es) que impede(m) ou restringe(m) o arranjo	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) do arranjo
Desempenho do arranjo na UTB Chapada do Oeste Baiano (UTB 30)	Serra Dourada (TI Bacia do Rio Corrente).	3, 5	<p>Produtividade excede 100 sacas por hectare.</p> <p>Potencial da cafeicultura expressivo em termos de produtividades a serem alcançadas.</p> <p>Sistema mais propenso à aderência ao conceito de sustentabilidade e à adoção de preceitos de agroecologia.</p>	<p>Limitação no que tange à dotação de água, vistas as restrições de novas outorgas.</p> <p>Alta dependência de recursos hídricos limita a expansão da cafeicultura irrigada no oeste baiano.</p>	<p>Apoiar atividades de pesquisa e de assistência técnica, sobretudo voltadas para as áreas que vêm enfrentando maiores problemas decorrentes do clima e da gestão do negócio agrícola.</p> <p>Aumentar o rigor na regionalização das recomendações de plantio do café.</p> <p>Restringir ocupação em locais com baixa disponibilidade hídrica.</p>
Desempenho do arranjo nas UTBs Planícies Fluviais (UTB 2) e Chapada do Oeste Baiano (UTB 30)	Cocos, Correntina e Santana (TI Bacia do Rio Corrente); Barreiras, Luís Eduardo Magalhães e São Desidério (TI Bacia do Rio Grande).	1, 2, 3, 5	<p>Produtividade excede 100 sacas por hectare, com exceção das áreas de planícies fluviais.</p> <p>Potencial da cafeicultura expressivo em termos de produtividades a serem alcançadas.</p> <p>Sistema mais propenso à aderência ao conceito de sustentabilidade e à adoção de preceitos de agroecologia. Pode vir a manifestar propensão na linha da sustentabilidade a depender do manejo.</p> <p>Produção, nas áreas de planícies fluviais, de café robusta, com algum grau de qualificação em decorrência dos agentes produtivos. É um café considerado inferior para consumo na forma de infusão, mas essencial insumo para a produção do café solúvel.</p>	<p>Limitação no que tange à dotação de água, vistas as restrições de novas outorgas.</p> <p>Alta dependência de recursos hídricos limita a expansão da cafeicultura irrigada no oeste baiano.</p>	<p>Apoiar atividades de pesquisa e de assistência técnica, sobretudo voltadas para as áreas que vêm enfrentando maiores problemas decorrentes do clima e da gestão do negócio agrícola.</p> <p>Aumentar o rigor na regionalização das recomendações de plantio do café.</p> <p>Estimular o uso de tecnologias de menor consumo de água no processo produtivo.</p> <p>Restringir ocupação em locais com baixa disponibilidade hídrica.</p> <p>Não estimular a ampliação da atividade de cultivo do café robusta, tentando por meio da assistência técnica obter melhores resultados em termos de produção e qualidade.</p>
Desempenho do arranjo na UTB Superfície Dissecada de Barra da Estiva (UTB 37)	Barra da Estiva (TI Chapada Diamantina); Contendas do Sincorá e Tanhaçu (TI Sertão Produtivo).	9, 11, 12	<p>Possibilidade de manifestar propensão na linha da sustentabilidade, a depender do manejo.</p>	<p>Desempenho mais limitado, em função da dependência de terras profundas em altitude e de uma pluviosidade entre 800 a 1000.mm/ano.</p>	<p>Apoiar atividades de pesquisa e de assistência técnica, sobretudo voltadas para as áreas que vêm enfrentando maiores problemas decorrentes do clima e da gestão do negócio agrícola.</p> <p>Aumentar o rigor na regionalização das recomendações de plantio do café.</p>
Desempenho do arranjo nas UTBs Gerais da Chapada Diamantina (UTB 36) e Superfície Dissecada de Barra da Estiva (UTB 37)	Ibicoara e Jussiape (TI Chapada Diamantina); Ituaçu (TI Sertão Produtivo).	9, 11, 12	<p>Área com potencial para melhorar a qualidade, do ponto de vista das características dos recursos naturais .</p> <p>Sistema mais propenso à aderência ao conceito de sustentabilidade e à adoção de preceitos de agroecologia.</p>	<p>Menor produtividade quando comparado a outras regiões do estado, sendo a situação menos favorável ao sul do Parque Nacional da Chapada Diamantina.</p> <p>Limitações de expansão, em decorrência de outras lavouras que concorrem pelo espaço.</p>	<p>Apoiar atividades de pesquisa e de assistência técnica, sobretudo voltadas para as áreas que vêm enfrentando maiores problemas decorrentes do clima e da gestão do negócio agrícola.</p> <p>Aumentar o rigor na regionalização das recomendações de plantio do café.</p>

(Continua)

Continuação do **Quadro 50** – Síntese de potencialidades, limitações e recomendações referentes ao tema **Arranjos Produtivos Rurais: Arranjo do Café**

ASPECTO: ARRANJO DO CAFÉ					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Município(s) onde ocorre(m) o(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) os critério(s)	Atributo(s) que potencializa(m) o arranjo	Fator(es) que impede(m) ou restringe(m) o arranjo	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) do arranjo
Desempenho do arranjo na UTB Gerais da Chapada Diamantina (UTB 36)	Abaíra, Boninal, Ibitiara, Mucugê, Palmeiras, Piatã e Seabra (TI Chapada Diamantina); Barra do Mendes (TI Irecê).	8, 9, 10, 11	Área com potencial para melhorar a qualidade, do ponto de vista das características dos recursos naturais .  Sistema mais propenso à aderência ao conceito de sustentabilidade e à adoção de preceitos de agroecologia.	Menor produtividade quando comparado a outras regiões do estado, sendo a situação menos favorável ao sul do Parque Nacional da Chapada Diamantina.  Limitações de expansão, em decorrência de outras lavouras que concorrem pelo espaço.	Apoiar atividades de pesquisa e de assistência técnica, sobretudo voltadas para as áreas que vêm enfrentando maiores problemas decorrentes do clima e da gestão do negócio agrícola.  Aumentar o rigor na regionalização das recomendações de plantio do café
Desempenho do arranjo nas UTBs Planalto Sul Baiano (UTB 12) e Pat. Oriental do Planalto de Vitória da Conquista (UTB 58)	Boa Nova (TI Médio Rio de Contas); Caatiba, Itambé, Macarani e Nova Canaã (TI Médio Sudoeste da Bahia); Caculé e Ibiassucê (TI Sertão Produtivo); Amargosa, Brejões, Irajuba, Itiruçu, Jaguaquara, Lafaiete Coutinho, Lajedo do Tabocal, Maracás, Nova Itarana, Planaltino, Santa Inês e Ubaíra (TI Vale do Jiquiriçá); Barra do Choça, Encruzilhada, Jacaraci, Licínio de Almeida, Mortugaba, Planalto, Poções, Ribeirão do Largo e Vitória da Conquista (TI Vitória da Conquista).	9, 12, 13, 20, 21, 22, 27	Possibilidade de manifestar propensão na linha da sustentabilidade, a depender do manejo.	Menor produtividade quando comparado a outras regiões do estado, sendo a situação menos favorável nas proximidades do município de Vitória da Conquista.	Apoiar atividades de pesquisa e de assistência técnica, sobretudo voltadas para as áreas que vêm enfrentando maiores problemas decorrentes do clima e da gestão do negócio agrícola.  Aumentar o rigor na regionalização das recomendações de plantio do café.
Desempenho do arranjo nas UTBs Planícies Fluviais (UTB 2) e Tabuleiro Costeiro do Litoral Sul (UTB 4)	Belmonte, Eunápolis, Guaratinga, Itabela, Itapebi, Porto Seguro e Santa Cruz Cabrália (TI Costa do Descobrimento); Alcobaça, Caravelas, Ibirapuã, Itamaraju, Lajedão, Medeiros Neto, Nova Viçosa, Prado, Teixeira de Freitas e Vereda (TI Extremo Sul); Canavieiras, Ilhéus, Mascote e Santa Luzia (TI Litoral Sul).	20, 22, 26, 27, 28, 29, 36	Possibilidade de manifestar propensão na linha da sustentabilidade, a depender do manejo.  Produção de café robusta, com algum grau de qualificação em decorrência dos agentes produtivos.  Café considerado essencial insumo para a produção do café solúvel.	Café considerado inferior para consumo na forma de infusão.	Desestimular a ampliação da atividade espacial da atividade, tentando por meio da assistência técnica obter melhores resultados em termos de produção e qualidade.
Capital humano na UTB Chapada do Oeste Baiano (UTB 30)	Serra Dourada (TI Bacia do Rio Corrente).	3, 5	Capital humano e empreendedorismo elevados.		Ampliar a oferta de capacitação técnica especializada no arranjo do café e criar linhas de pesquisa apropriadas na UESB, além de fazer convênio com o Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia do Café, localizado em Lavras, MG.
Capital humano nas UTBs Planícies Fluviais (UTB 2) e Chapada do Oeste Baiano (UTB 30)	Cocos, Correntina e Santana (TI Bacia do Rio Corrente); Barreiras, Luís Eduardo Magalhães e São Desidério (TI Bacia do Rio Grande).	1, 2, 3, 5	Capital humano e empreendedorismo elevados.		Ampliar a oferta de capacitação técnica especializada no arranjo do café e criar linhas de pesquisa apropriadas na UESB, além de fazer convênio com o Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia do Café, localizado em Lavras, MG.
Capital humano na UTB Superfície Dissecada de Barra da Estiva (UTB 37)	Barra da Estiva (TI Chapada Diamantina); Contendas do Sincorá e Tanhaçu (TI Sertão Produtivo).	9, 11, 12		Baixa oferta de capacitação profissional específica para o arranjo do café e elevada dependência de assistência técnica de Minas Gerais.  Restrição da competitividade do arranjo em função da reduzida oferta de mão de obra especializada.	Ampliar a oferta de capacitação técnica especializada no arranjo do café e criar linhas de pesquisa apropriadas na UESB, além de fazer convênio com o Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia do Café, localizado em Lavras, MG.
Capital humano nas UTBs Gerais da Chapada Diamantina (UTB 36) e Superfície Dissecada de Barra da Estiva (UTB 37)	Ibicoara e Jussiape (TI Chapada Diamantina); Ituaçu (TI Sertão Produtivo).	9, 11, 12		Baixa oferta de capacitação profissional específica para o arranjo do café e elevada dependência de assistência técnica de Minas Gerais.  Restrição da competitividade do arranjo em função da reduzida oferta de mão de obra especializada.	Ampliar a oferta de capacitação técnica especializada no arranjo do café e criar linhas de pesquisa apropriadas na UESB, além de fazer convênio com o Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia do Café, localizado em Lavras, MG.

(Continua)

ASPECTO: ARRANJO DO CAFÉ					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Município(s) onde ocorre(m) o(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) os critério(s)	Atributo(s) que potencializa(m) o arranjo	Fator(es) que impede(m) ou restringe(m) o arranjo	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) do arranjo
Capital humano na UTB Gerais da Chapada Diamantina (UTB 36)	Abaíra, Boninal, Ibitiara, Mucugê, Palmeiras, Piatã e Seabra (TI Chapada Diamantina); Barra do Mendes (TI Irecê).	8, 9, 10, 11		Baixa oferta de capacitação profissional específica para o arranjo do café e elevada dependência de assistência técnica de Minas Gerais.  Restrição da competitividade do arranjo, em função da reduzida oferta de mão de obra especializada.	Ampliar a oferta de capacitação técnica especializada no arranjo do café e criar linhas de pesquisa apropriadas na UESB, além de fazer convênio com o Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia do Café, localizado em Lavras, MG.
Capital humano nas UTBs Planalto Sul Baiano (UTB 12) e Pat. Oriental do Planalto de Vitória da Conquista (UTB 58)	Boa Nova (TI Médio Rio de Contas); Caatiba, Itambé, Macarani e Nova Canaã (TI Médio Sudoeste da Bahia); Caculé e Ibiassucê (TI Sertão Produtivo); Amargosa, Brejões, Irajuba, Itiruçu, Jaguaquara, Lafaiete Coutinho, Lajedo do Tabocal, Maracás, Nova Itarana, Planaltino, Santa Inês e Ubaíra (TI Vale do Jiquiriçá); Barra do Choça, Encruzilhada, Jacaraci, Licínio de Almeida, Mortugaba, Planalto, Poções, Ribeirão do Largo e Vitória da Conquista (TI Vitória da Conquista).	9, 12, 13, 20, 21, 22, 27		Restrição da competitividade do arranjo em função da reduzida oferta de mão de obra especializada.	Ampliar a oferta de capacitação técnica especializada no arranjo do café e criar linhas de pesquisa apropriadas na UESB, além de fazer convênio com o Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia do Café, localizado em Lavras, MG.
Capital humano nas UTBs Planícies Fluviais (UTB 2) e Tabuleiro Costeiro do Litoral Sul (UTB 4)	Belmonte, Eunápolis, Guaratinga, Itabela, Itapebi, Porto Seguro e Santa Cruz Cabrália (TI Costa do Descobrimento); Alcobaça, Caravelas, Ibirapuã, Itamaraju, Lajedão, Medeiros Neto, Nova Viçosa, Prado, Teixeira de Freitas e Vereda (TI Extremo Sul); Canavieiras, Ilhéus, Mascote e Santa Luzia (TI Litoral Sul).	20, 22, 26, 27, 28, 29, 36		Baixa propensão ao associativismo e fragilidade da câmara setorial, que carece de propostas políticas mais abrangentes.  Restrição da competitividade do arranjo em função da reduzida oferta de mão de obra especializada.	Ampliar a oferta de capacitação técnica especializada no arranjo do café e criar linhas de pesquisa apropriadas na UESB, além de fazer convênio com o Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia do Café, localizado em Lavras, MG.
Capital social na UTB Chapada do Oeste Baiano (UTB 30)	Serra Dourada (TI Bacia do Rio Corrente).	3, 5		Baixa propensão ao associativismo e fragilidade da câmara setorial, que carece de propostas políticas mais abrangentes.  Restrição da competitividade do arranjo em função das dificuldades de conceber e implantar ações coletivas na linha de construções de instituições para cooperar.	Estimular o associativismo e cooperativismo, por meio de ações de mobilização comunitária e apresentar casos de sucesso aos produtores de todas as regiões. Atuar através da Câmara Setorial e em cooperação com a ASSOCAFÉ, CCCB e AIBA.
Capital social nas UTBs Planícies Fluviais (UTB 2) e Chapada do Oeste Baiano (UTB 30)	Cocos, Correntina e Santana (TI Bacia do Rio Corrente); Barreiras, Luís Eduardo Magalhães e São Desidério (TI Bacia do Rio Grande).	1, 2, 3, 5		Baixa propensão ao associativismo e fragilidade da câmara setorial, que carece de propostas políticas mais abrangentes  Restrição da competitividade do arranjo em função das dificuldades de conceber e implantar ações coletivas na linha de construções de instituições para cooperar.	Estimular o associativismo e cooperativismo, por meio de ações de mobilização comunitária e apresentar casos de sucesso aos produtores de todas as regiões. Atuar através da Câmara Setorial e em cooperação com a ASSOCAFÉ, CCCB e AIBA.
Capital social na UTB Superfície Dissecada de Barra da Estiva (UTB 37)	Barra da Estiva (TI Chapada Diamantina); Contendas do Sincorá e Tanhaçu (TI Sertão Produtivo).	9, 11, 12		Baixa propensão ao associativismo e fragilidade da câmara setorial, que carece de propostas políticas mais abrangentes.  Restrição da competitividade do arranjo em função das dificuldades de conceber e implantar ações coletivas na linha de construções de instituições para cooperar.	Estimular o associativismo e cooperativismo, por meio de ações de mobilização comunitária e apresentar casos de sucesso aos produtores de todas as regiões. Atuar através da Câmara Setorial e em cooperação com a ASSOCAFÉ, CCCB e AIBA.

(Continua)



ASPECTO: ARRANJO DO CAFÉ					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Município(s) onde ocorre(m) o(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) os critério(s)	Atributo(s) que potencializa(m) o arranjo	Fator(es) que impede(m) ou restringe(m) o arranjo	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) do arranjo
Capital social nas UTBs Gerais da Chapada Diamantina (UTB 36) e Superfície Dissecada de Barra da Estiva (UTB 37)	Ibicoara e Jussiape (TI Chapada Diamantina); Ituaçu (TI Sertão Produtivo).	9, 11, 12		Baixa propensão ao associativismo e fragilidade da câmara setorial, que carece de propostas políticas mais abrangentes.  Restrição da competitividade do arranjo em função das dificuldades de conceber e implantar ações coletivas na linha de construções de instituições para cooperar.	Estimular o associativismo e cooperativismo, por meio de ações de mobilização comunitária e apresentar casos de sucesso aos produtores de todas as regiões. Atuar através da Câmara Setorial e em cooperação com a ASSOCAFÉ, CCCB e AIBA.
Capital social na UTB Gerais da Chapada Diamantina (UTB 36)	Abaíra, Boninal, Ibitiara, Mucugê, Palmeiras, Piatã e Seabra (TI Chapada Diamantina); Barra do Mendes (TI Irecê).	8, 9, 10, 11		Baixa propensão ao associativismo e fragilidade da câmara setorial, que carece de propostas políticas mais abrangentes.  Restrição da competitividade do arranjo em função das dificuldades de conceber e implantar ações coletivas na linha de construções de instituições para cooperar.	Estimular o associativismo e cooperativismo, por meio de ações de mobilização comunitária e apresentar casos de sucesso aos produtores de todas as regiões. Atuar através da Câmara Setorial e em cooperação com a ASSOCAFÉ, CCCB e AIBA.
Capital social nas UTBs Planalto Sul Baiano (UTB 12) e Pat. Oriental do Planalto de Vitória da Conquista (UTB 58)	Boa Nova (TI Médio Rio de Contas); Caatiba, Itambé, Macarani e Nova Canaã (TI Médio Sudoeste da Bahia); Caculé e Ibiassucê (TI Sertão Produtivo); Amargosa, Brejões, Irajuba, Itiruçu, Jaguaquara, Lafaiete Coutinho, Lajedo do Tabocal, Maracás, Nova Itarana, Planaltino, Santa Inês e Ubaíra (TI Vale do Jiquiriçá); Barra do Choça, Encruzilhada, Jacaraci, Licínio de Almeida, Mortugaba, Planalto, Poções, Ribeirão do Largo e Vitória da Conquista (TI Vitória da Conquista).	9, 12, 13, 20, 21, 22, 27		Baixa propensão ao associativismo e fragilidade da câmara setorial, que carece de propostas políticas mais abrangentes.  Restrição da competitividade do arranjo em função das dificuldades de conceber e implantar ações coletivas na linha de construções de instituições para cooperar.	Estimular o associativismo e cooperativismo, por meio de ações de mobilização comunitária e apresentar casos de sucesso aos produtores de todas as regiões. Atuar através da Câmara Setorial e em cooperação com a ASSOCAFÉ, CCCB e AIBA.
Capital social nas UTBs Planícies Fluviais (UTB 2) e Tabuleiro Costeiro do Litoral Sul (UTB 4)	Belmonte, Eunápolis, Guaratinga, Itabela, Itapebi, Porto Seguro e Santa Cruz Cabrália (TI Costa do Descobrimento); Alcobaça, Caravelas, Ibirapuã, Itamaraju, Lajedão, Medeiros Neto, Nova Viçosa, Prado, Teixeira de Freitas e Vereda (TI Extremo Sul); Canavieiras, Ilhéus, Mascote e Santa Luzia (TI Litoral Sul).	20, 22, 26, 27, 28, 29, 36		Baixa propensão ao associativismo e fragilidade da câmara setorial, que carece de propostas políticas mais abrangentes.  Restrição da competitividade do arranjo, em função das dificuldades de conceber e implantar ações coletivas na linha de construções de instituições para cooperar.	Estimular o associativismo e cooperativismo, por meio de ações de mobilização comunitária e apresentar casos de sucesso aos produtores de todas as regiões. Atuar através da Câmara Setorial e em cooperação com a ASSOCAFÉ, CCCB e AIBA.
Mercado na UTB Chapada do Oeste Baiano (UTB 30)	Serra Dourada (TI Bacia do Rio Corrente).	3, 5	Crescente importância do mercado nacional, principalmente para o Robusta na Bahia e o Gourmet da Chapada.	Alguma vulnerabilidade à demanda internacional.  Baixo grau de beneficiamento local e industrialização do café.  Por se tratar de uma <i>commodity</i> , sua própria dinâmica de mercado cafeeiro torna o arranjo e as economias locais de municípios produtores mais vulneráveis às variações da economia mundial.	Estimular, o consumo e o beneficiamento local, regional e nacional.

(Continua)



ASPECTO: ARRANJO DO CAFÉ					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Município(s) onde ocorre(m) o(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) os critério(s)	Atributo(s) que potencializa(m) o arranjo	Fator(es) que impede(m) ou restringe(m) o arranjo	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) do arranjo
Mercado nas UTBs Planícies Fluviais (UTB 2) e Chapada do Oeste Baiano (UTB 30)	Cocos, Correntina e Santana (TI Bacia do Rio Corrente); Barreiras, Luís Eduardo Magalhães e São Desidério (TI Bacia do Rio Grande).	1, 2, 3, 5	Crescente importância do mercado nacional, principalmente para o Robusta na Bahia e o Gourmet da Chapada.	Alguma vulnerabilidade à demanda internacional.  Baixo grau de beneficiamento local e industrialização do café.  O mercado no caso do café torna o arranjo e as economias locais de municípios produtores mais vulneráveis às variações da economia mundial.	Estimular o consumo e o beneficiamento local, regional e nacional.
Mercado na UTB Superfície Dissecada de Barra da Estiva (UTB 37)	Barra da Estiva (TI Chapada Diamantina); Contendas do Sincorá e Tanhaçu (TI Sertão Produtivo).	9, 11, 12	Crescente importância do mercado nacional, principalmente para o Robusta na Bahia e o Gourmet da Chapada.	Alguma vulnerabilidade à demanda internacional.  Baixo grau de beneficiamento local e industrialização do café.  Por se tratar de uma <i>commodity</i> , sua própria dinâmica de mercado cafeeiro torna o arranjo e as economias locais de municípios produtores mais vulneráveis às variações da economia mundial.	Estimular o consumo e o beneficiamento local, regional e nacional.
Mercado nas UTBs Gerais da Chapada Diamantina (UTB 36) e Superfície Dissecada de Barra da Estiva (UTB 37)	Ibicoara e Jussape (TI Chapada Diamantina); Ituaçu (TI Sertão Produtivo).	9, 11, 12	Crescente importância do mercado nacional, principalmente para o Robusta na Bahia e o Gourmet da Chapada.	Alguma vulnerabilidade à demanda internacional.  Baixo grau de beneficiamento local e industrialização do café.  Por se tratar de uma <i>commodity</i> , sua própria dinâmica de mercado cafeeiro torna o arranjo e as economias locais de municípios produtores mais vulneráveis às variações da economia mundial.	Estimular o consumo e o beneficiamento local, regional e nacional.
Mercado na UTB Gerais da Chapada Diamantina (UTB 36)	Abaíra, Boninal, Ibitiara, Mucugê, Palmeiras, Piatã e Seabra (TI Chapada Diamantina); Barra do Mendes (TI Irecê).	8, 9, 10, 11	Crescente importância do mercado nacional, principalmente para o Robusta na Bahia e o Gourmet da Chapada.	Alguma vulnerabilidade à demanda internacional.  Baixo grau de beneficiamento local e industrialização do café.  Por se tratar de uma <i>commodity</i> , sua própria dinâmica de mercado cafeeiro torna o arranjo e as economias locais de municípios produtores mais vulneráveis às variações da economia mundial.	Estimular o consumo e o beneficiamento local, regional e nacional.
Mercado nas UTBs Planalto Sul Baiano (UTB 12) e Pat. Oriental do Planalto de Vitória da Conquista (UTB 58)	Boa Nova (TI Médio Rio de Contas); Caatiba, Itambé, Macarani e Nova Canaã (TI Médio Sudoeste da Bahia); Caculé e Ibiassucê (TI Sertão Produtivo); Amargosa, Brejões, Irajuba, Itiruçu, Jaguaquara, Lafaiete Coutinho, Lajedo do Tabocal, Maracás, Nova Itarana, Planaltino, Santa Inês e Ubaíra (TI Vale do Jiquiriçá); Barra do Choça, Encruzilhada, Jacaraci, Licínio de Almeida, Mortugaba, Planalto, Poções, Ribeirão do Largo e Vitória da Conquista (TI Vitória da Conquista).	9, 12, 13, 20, 21, 22, 27	Crescente importância do mercado nacional, principalmente para o Robusta na Bahia e o Gourmet da Chapada.	Alguma vulnerabilidade à demanda internacional.  Baixo grau de beneficiamento local e industrialização do café.  Por se tratar de uma <i>commodity</i> , sua própria dinâmica de mercado cafeeiro torna o arranjo e as economias locais de municípios produtores mais vulneráveis às variações da economia mundial.	Estimular o consumo e o beneficiamento local, regional e nacional.

(Continua)

ASPECTO: ARRANJO DO CAFÉ					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Município(s) onde ocorre(m) o(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) os critério(s)	Atributo(s) que potencializa(m) o arranjo	Fator(es) que impede(m) ou restringe(m) o arranjo	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) do arranjo
Mercado nas UTBs Planícies Fluviais (UTB 2) e Tabuleiro Costeiro do Litoral Sul (UTB 4)	Belmonte, Eunápolis, Guaratinga, Itabela, Itapebi, Porto Seguro e Santa Cruz Cabrália (TI Costa do Descobrimento); Alcobaça, Caravelas, Ibirapuã, Itamaraju, Lajedão, Medeiros Neto, Nova Viçosa, Prado, Teixeira de Freitas e Vereda (TI Extremo Sul); Canavieiras, Ilhéus, Mascote e Santa Luzia (TI Litoral Sul).	20, 22, 26, 27, 28, 29, 36	Crescente importância do mercado nacional, principalmente para o Robusta na Bahia e o <i>Gourmet</i> da Chapada.	Alguma vulnerabilidade à demanda internacional.  Baixo grau de beneficiamento local e industrialização do café.  Por se tratar de uma <i>commodity</i> , sua própria dinâmica de mercado cafeeiro torna o arranjo e as economias locais de municípios produtores mais vulneráveis às variações da economia mundial.	Estimular o consumo e o beneficiamento local, regional e nacional.
Infraestrutura na UTB Chapada do Oeste Baiano (UTB 30)	Serra Dourada (TI Bacia do Rio Corrente).	3, 5		Ausência de uma infraestrutura adequada, elevando os custos de transporte de insumos e produtos e reduzindo a competitividade.	Incluir as áreas produtoras em programas de infraestrutura de transportes, rodovias, portos e ferrovias, de infraestrutura energética e em programas de armazenamento.
Infraestrutura nas UTBs Planícies Fluviais (UTB 2) e Chapada do Oeste Baiano (UTB 30)	Cocos, Correntina e Santana (TI Bacia do Rio Corrente); Barreiras, Luís Eduardo Magalhães e São Desidério (TI Bacia do Rio Grande).	1, 2, 3, 5		Ausência de uma infraestrutura adequada, elevando os custos de transporte de insumos e produtos e reduzindo a competitividade.	Incluir as áreas produtoras em programas de infraestrutura de transportes, rodovias, portos e ferrovias, de infraestrutura energética e em programas de armazenamento.
Infraestrutura na UTB Superfície Dissecada de Barra da Estiva (UTB 37)	Barra da Estiva (TI Chapada Diamantina); Contendas do Sincorá e Tanhaçu (TI Sertão Produtivo).	9, 11, 12		Ausência de uma infraestrutura adequada, elevando os custos de transporte de insumos e produtos e reduzindo a competitividade.	Incluir as áreas produtoras em programas de infraestrutura de transportes, rodovias, portos e ferrovias, de infraestrutura energética e em programas de armazenamento.
Infraestrutura nas UTBs Gerais da Chapada Diamantina (UTB 36) e Superfície Dissecada de Barra da Estiva (UTB 37)	Ibicoara e Jussiape (TI Chapada Diamantina); Ituaçu (TI Sertão Produtivo).	9, 11, 12		Ausência de uma infraestrutura adequada, elevando os custos de transporte de insumos e produtos e reduzindo a competitividade.	Incluir as áreas produtoras em programas de infraestrutura de transportes, rodovias, portos e ferrovias, de infraestrutura energética e em programas de armazenamento.
Infraestrutura na UTB Gerais da Chapada Diamantina (UTB 36)	Abaíra, Boninal, Ibitiara, Mucugê, Palmeiras, Piatã e Seabra (TI Chapada Diamantina); Barra do Mendes (TI Irecê).	8, 9, 10, 11		Ausência de uma infraestrutura adequada, elevando os custos de transporte de insumos e produtos e reduzindo a competitividade.	Incluir as áreas produtoras em programas de infraestrutura de transportes, rodovias, portos e ferrovias, de infraestrutura energética e em programas de armazenamento.
Infraestrutura nas UTBs Planalto Sul Baiano (UTB 12) e Pat. Oriental do Planalto de Vitória da Conquista (UTB 58)	Boa Nova (TI Médio Rio de Contas); Caatiba, Itambé, Macarani e Nova Canaã (TI Médio Sudoeste da Bahia); Caculé e Ibiassucê (TI Sertão Produtivo); Amargosa, Brejões, Irajuba, Itiruçu, Jaguaquara, Lafaiete Coutinho, Lajedo do Tabocal, Maracás, Nova Itarana, Planaltino, Santa Inês e Ubaíra (TI Vale do Jiquiriçá); Barra do Choça, Encruzilhada, Jacaraci, Licínio de Almeida, Mortugaba, Planalto, Poções, Ribeirão do Largo e Vitória da Conquista (TI Vitória da Conquista).	9, 12, 13, 20, 21, 22, 27		Ausência de uma infraestrutura adequada, elevando os custos de transporte de insumos e produtos e reduzindo a competitividade.	Incluir as áreas produtoras em programas de infraestrutura de transportes, rodovias, portos e ferrovias, de infraestrutura energética e em programas de armazenamento.

(Continua)

ASPECTO: ARRANJO DO CAFÉ					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Município(s) onde ocorre(m) o(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) os critério(s)	Atributo(s) que potencializa(m) o arranjo	Fator(es) que impede(m) ou restringe(m) o arranjo	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) do arranjo
Infraestrutura nas UTBs Planícies Fluviais (UTB 2) e Tabuleiro Costeiro do Litoral Sul (UTB 4)	Belmonte, Eunápolis, Guaratinga, Itabela, Itapebi, Porto Seguro e Santa Cruz Cabrália (TI Costa do Descobrimento); Alcobaça, Caravelas, Ibirapuã, Itamaraju, Lajedão, Medeiros Neto, Nova Viçosa, Prado, Teixeira de Freitas e Vereda (TI Extremo Sul); Canavieiras, Ilhéus, Mascote e Santa Luzia (TI Litoral Sul).	20, 22, 26, 27, 28, 29, 36		Ausência de uma infraestrutura adequada, elevando os custos de transporte de insumos e produtos, reduzindo a competitividade.	Incluir as áreas produtoras em programas de infraestrutura de transportes, rodovias, portos e ferrovias, de infraestrutura energética e em programas de armazenamento.
Agricultura familiar na UTB Chapada do Oeste Baiano (UTB 30)	Serra Dourada (TI Bacia do Rio Corrente).	3, 5		Baixo potencial de incorporação para agricultura familiar, havendo praticamente bloqueio em algumas regiões.	Fomentar programas de acesso à terra, de financiamento e de assistência técnica, que podem vir a ampliar a participação da agricultura familiar.
Agricultura familiar nas UTBs Planícies Fluviais (UTB 2) e Chapada do Oeste Baiano (UTB 30)	Cocos, Correntina e Santana (TI Bacia do Rio Corrente); Barreiras, Luís Eduardo Magalhães e São Desidério (TI Bacia do Rio Grande).	1, 2, 3, 5		Baixo potencial de incorporação para agricultura familiar, havendo praticamente bloqueio em algumas regiões.	Fomentar programas de acesso à terra, de financiamento e de assistência técnica, que podem promover a participação da agricultura familiar.
Agricultura familiar na UTB Superfície Dissecada de Barra da Estiva (UTB 37)	Barra da Estiva (TI Chapada Diamantina); Contendas do Sincorá e Tanhaçu (TI Sertão Produtivo).	9, 11, 12	Maior presença da agricultura familiar, que se bem orientada pode se especializar na produção do café com melhor qualidade, com repercussões e benefícios sociais relevantes.		Fomentar programas de pesquisa e de assistência técnica para a agricultura familiar.  Promover programas de acesso à terra, de financiamento e de assistência técnica, que podem vir a ampliar a participação da agricultura familiar, especialmente na produção de café de alta qualidade .
Agricultura familiar nas UTBs Gerais da Chapada Diamantina (UTB 36) e Superfície Dissecada de Barra da Estiva (UTB 37)	Ibicoara e Jussiape (TI Chapada Diamantina); Ituaçu (TI Sertão Produtivo).	9, 11, 12	Maior presença da agricultura familiar, que se bem orientada pode se especializar na produção do café com melhor qualidade, com repercussões e benefícios sociais relevantes.		Fomentar programas de pesquisa e de assistência técnica para a agricultura familiar.  Promover programas de acesso à terra, de financiamento e de assistência técnica, que podem vir a ampliar a participação da agricultura familiar, especialmente na produção de café de alta qualidade .
Agricultura familiar na UTB Gerais da Chapada Diamantina (UTB 36)	Abaíra, Boninal, Ibitiara, Mucugê, Palmeiras, Piatã e Seabra (TI Chapada Diamantina); Barra do Mendes (TI Irecê).	8, 9, 10, 11	Maior presença da agricultura familiar, que se bem orientada pode se especializar na produção do café com melhor qualidade, com repercussões e benefícios sociais relevantes.		Promover programas de acesso à terra, de financiamento e de assistência técnica, que podem vir a ampliar a participação da agricultura familiar, especialmente na produção de café de alta qualidade .
Agricultura familiar nas UTBs Planalto Sul Baiano (UTB 12) e Pat. Oriental do Planalto de Vitória da Conquista (UTB 58)	Boa Nova (TI Médio Rio de Contas); Caatiba, Itambé, Macarani e Nova Canaã (TI Médio Sudoeste da Bahia); Caculé e Ibiassucê (TI Sertão Produtivo); Amargosa, Brejões, Irajuba, Itiruçu, Jaguaquara, Lafaiete Coutinho, Lajedo do Tabocal, Maracás, Nova Itarana, Planaltino, Santa Inês e Ubaíra (TI Vale do Jiquiriçá); Barra do Choça, Encruzilhada, Jacaraci, Licínio de Almeida, Mortugaba, Planalto, Poções, Ribeirão do Largo e Vitória da Conquista (TI Vitória da Conquista).	9, 12, 13, 20, 21, 22, 27	Maior Presença da agricultura familiar, que se bem orientada pode se especializar na produção do café com melhor qualidade, com repercussões e benefícios sociais relevantes.		Fomentar programas de pesquisa e de assistência técnica para a agricultura familiar.  Promover programas de acesso à terra, de financiamento e de assistência técnica, que podem vir a ampliar a participação da agricultura familiar, especialmente na produção de café de alta qualidade .

(Continua)

ASPECTO: ARRANJO DO CAFÉ					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Município(s) onde ocorre(m) o(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) os critério(s)	Atributo(s) que potencializa(m) o arranjo	Fator(es) que impede(m) ou restringe(m) o arranjo	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) do arranjo
Agricultura familiar nas UTBs Planícies Fluviais (UTB 2) e Tabuleiro Costeiro do Litoral Sul (UTB 4)	Belmonte, Eunápolis, Guaratinga, Itabela, Itapebi, Porto Seguro e Santa Cruz Cabrália (TI Costa do Descobrimento); Alcobaça, Caravelas, Ibirapuã, Itamaraju, Lajedão, Medeiros Neto, Nova Viçosa, Prado, Teixeira de Freitas e Vereda (TI Extremo Sul); Canavieiras, Ilhéus, Mascote e Santa Luzia (TI Litoral Sul).	20, 22, 26, 27, 28, 29, 36			Promover programas de acesso à terra, de financiamento e de assistência técnica, que podem vir a ampliar a participação da agricultura familiar, especialmente na produção de café de alta qualidade .
Municípios produtores não inseridos nas principais regiões de produção	Érico Cardoso, Macaúbas e Paramirim (TI Bacia do Paramirim); Camamu, Gandu, Ibirapitanga, Igrapiúna, Ituberá, Nilo Peçanha, Piraí do Norte, Presidente Tancredo Neves, Taperoá, Valença e Wenceslau Guimarães (TI Baixo Sul); Andaraí, Bonito, Iramaia, Iraquara, Itaeté, Lençóis, Morro do Chapéu, Rio de Contas, Souto Soares, Utinga e Wagner (TI Chapada Diamantina); Itagimirim (TI Costa do Descobrimento); Itanhém e Jucuruçu (TI Extremo Sul); Barro Alto, Canarana, Ibipeba, Ibititá, João Dourado e Uibaí (TI Irecê); Almadina, Arataca, Camacan, Coaraci, Floresta Azul, Ibicaraí, Itabuna, Itacaré, Itajuípe, Itapé, Itapitanga, Jussari, Marau, Pau Brasil e São José da Vitória (TI Litoral Sul); Aiquara, Dário Meira, Ibirataia, Itagi, Itagibá, Itamari, Jequié, Jitaúna, Nova Ibiá e Ubatã (TI Médio Rio de Contas); Ibicuí, Iguai e Itororó (TI Médio Sudoeste da Bahia); Jacobina, Miguel Calmon e Mirangaba (TI Piemonte da Diamantina); Mundo Novo, Ruy Barbosa e Tapiramutá (TI Piemonte do Paraguaçu); Antônio Gonçalves, Campo Formoso, Jaguarari, Pindobaçu, Ponto Novo e Senhor do Bonfim (TI Piemonte Norte do Itapicuru); Cachoeira, Governador Mangabeira e Santo Antônio de Jesus (TI Recôncavo); Caetité, Lagoa Real e Urandi (TI Sertão Produtivo); Itiúba (TI Sisal); Cravolândia, Elísio Medrado, Itaquara, Jiquiriçá, Laje, Mutuípe e São Miguel das Matas (TI Vale do Jiquiriçá); Igaporã (TI Velho Chico).	5, 7, 8, 9, 10, 12, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 33, 36		Municípios não inseridos nas principais áreas de produção do arranjo e que não usufruem das vantagens locais dessas áreas, como: acesso a insumos e serviços relacionados ao arranjo, facilidades para escoamento da produção e disponibilidade de assistência técnica e mão de obra especializada etc.	

Fonte: Consórcio Geohidro-Sondotécnica, 2013

**Quadro 51** – Síntese de potencialidades, limitações e recomendações referentes ao tema **Arranjos Produtivos Rurais: Arranjo da Cana de Açúcar**

ASPECTO: ARRANJO DA CANA DE AÇÚCAR					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Município(s) onde ocorre(m) o(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) os critério(s)	Atributo(s) que potencializa(m) o arranjo	Fator(es) que impede(m) ou restringe(m) o arranjo	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) do arranjo
Desempenho do arranjo nas UTBs Tabuleiro Costeiro do Litoral Sul (UTB 4), Colinas e Residuais das Coberturas (UTB 50) e Piemonte Oriental do Maciço de Jucuruçu (UTB 51)	Belmonte, Eunápolis, Guaratinga, Itabela, Itagimirim, Itapebi, Porto Seguro e Santa Cruz Cabrália (TI Costa do Descobrimento); Alcobaça, Caravelas, Ibirapuã, Itamaraju, Itanhém, Jucuruçu, Lajedão, Medeiros Neto, Mucuri, Nova Viçosa, Prado, Teixeira de Freitas e Vereda (TI Extremo Sul); Buerarema, Mascote e Una (TI Litoral Sul).	22, 27, 28, 29, 36	Há potencial de expansão da área cultivada e de aprimoramento da gestão produtiva.  Destaque para o modelo de aderência aos princípios da agricultura sustentável, em função da adoção de práticas de agroecologia.		Apoiar com pesquisa e assistência técnica, os municípios produtores .
Desempenho do arranjo nas UTBs Baixada Litorânea do Recôncavo (UTB 13) e Tabuleiro Dissecado do Recôncavo (UTB 14)	Aratuípe, Cairu, Camamu, Igrapiúna, Ituberá, Jaguaripe, Nilo Peçanha e Valença (TI Baixo Sul); Alagoinhas, Araças e Entre Rios (TI Litoral Norte e Agreste Baiano); Maraú (TI Litoral Sul); Amélia Rodrigues e Terra Nova (TI Portal do Sertão); Cachoeira, Maragogipe, Nazaré, Santo Amaro, São Francisco do Conde e São Sebastião do Passé (TI Recôncavo); Candeias, Simões Filho e Vera Cruz (TI Região Metropolitana de Salvador).	25, 26, 27, 32, 33, 34, 35, 36		Limitações de área e gestão da produção.  Presença de um modelo de organização produtiva tradicional com baixa viabilidade técnica e econômica e que dificilmente pode ser expandido, até porque social e economicamente não é a melhor alternativa de uso das terras.	Apoiar com pesquisa e assistência técnica o sistema implantado no Recôncavo ou avaliar se seria melhor desestimulá-lo, orientando a área para horticultura e fruticultura.  Considerar que a atividade agro-canavieira deve ser repensada em decorrência das melhores alternativas de uso do solo.
Desempenho do arranjo nas UTBs Tabuleiro Dissecado do Recôncavo (UTB 14) e Depressão Sertaneja (UTB 62)	Conceição do Jacuípe, Irará e Teodoro Sampaio (TI Portal do Sertão).	23, 25, 33	Há potencial para aumento da produtividade e aprimoramento da gestão produtiva.  Alta produtividade com sistema irrigado, quando comparado ao regime de sequeiro.	Limitações de área e gestão da produção.  Presença de um modelo de organização produtiva tradicional com baixa viabilidade técnica e econômica e que dificilmente pode ser expandido, até porque social e economicamente não é a melhor alternativa de uso das terras.	Apoiar com pesquisa e assistência técnica o sistema implantado no Recôncavo ou avaliar se seria melhor desestimulá-lo, orientando a área para horticultura e fruticultura.  Considerar que a atividade agro-canavieira deve ser repensada em decorrência das melhores alternativas de uso do solo.
Desempenho do arranjo na UTB Depressão Sertaneja (UTB 62)	Paramirim (TI Bacia do Paramirim); Abaíra, Barra da Estiva, Ibicoara, Iramaia, Itaeté, Jussiape, Mucugê e Rio de Contas (TI Chapada Diamantina); Antônio Gonçalves, Campo Formoso e Senhor do Bonfim (TI Piemonte Norte do Itapicuru); São Gonçalo dos Campos (TI Portal do Sertão); Euclides da Cunha (TI Semi-Árido Nordeste II); Casa Nova e Juazeiro (TI Sertão do São Francisco); Caculé, Caetitê, Contendas do Sincorá, Ituaçu, Lagoa Real, Livramento de Nossa Senhora, Rio do Antônio e Tanhaçu (TI Sertão Produtivo);	6, 7, 8, 9, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 22, 23, 25, 30, 32	Há potencial para aumento da produtividade e aprimoramento da gestão produtiva.  Alta produtividade com sistema irrigado, quando comparado ao regime de sequeiro.	Limitação no que tange à área cultivada.  Dificilmente pode ser expandido, até porque social e economicamente não é a melhor alternativa de uso da terra nos perímetros irrigados.	Fomentar pesquisas socioeconômicas que possam contextualizar as decisões políticas que permitiram a implantação no Polo Juazeiro-Petrolina de sistemas sucoalcooleiros.

(Continua)



Continuação do **Quadro 51** – Síntese de potencialidades, limitações e recomendações referentes ao tema **Arranjos Produtivos Rurais: Arranjo da Cana de Açúcar**

ASPECTO: ARRANJO DA CANA DE AÇÚCAR					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Município(s) onde ocorre(m) o(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) os critério(s)	Atributo(s) que potencializa(m) o arranjo	Fator(es) que impede(m) ou restringe(m) o arranjo	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) do arranjo
Desempenho do arranjo na UTB Depressão Sertaneja (UTB 62) - continuação	Cansanção, Itiúba, Monte Santo, Quijingue e Tucano (TI Sisal); Amargosa e Elísio Medrado (TI Vale do Jiquiriçá); Anagé, Belo Campo, Caraíbas, Maetinga, Mirante, Presidente Jânio Quadros, Tremedal e Vitória da Conquista (TI Vitória da Conquista).	6, 7, 8, 9, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 22, 23, 25, 30, 32	Há potencial para aumento da produtividade e aprimoramento da gestão produtiva.  Alta produtividade com sistema irrigado, quando comparado ao regime de sequeiro.	Limitação no que tange à área cultivada.  Difícilmente pode ser expandido, até porque social e economicamente não é a melhor alternativa de uso da terra nos perímetros irrigados.	Fomentar pesquisas socioeconômicas que possam contextualizar as decisões políticas que permitiram a implantação no Polo Juazeiro-Petrolina de sistemas sucroalcooleiros.
Capital humano nas UTBs Tabuleiro Costeiro do Litoral Sul (UTB 4), Colinas e Residuais das Coberturas (UTB 50) e Piemonte Oriental do Maciço de Jucuruçu (UTB 51)	Belmonte, Eunápolis, Guaratinga, Itabela, Itagimirim, Itapebi, Porto Seguro e Santa Cruz Cabralia (TI Costa do Descobrimento); Alcobaça, Caravelas, Ibirapuã, Itamaraju, Itanhém, Jucuruçu, Lajedão, Medeiros Neto, Mucuri, Nova Viçosa, Prado, Teixeira de Freitas e Vereda (TI Extremo Sul); Buerarema, Mascote e Una (TI Litoral Sul).	22, 27, 28, 29, 36		Deficiências de capital humano.	Incrementar a oferta de capacitação técnica especializada e criar linhas de pesquisa apropriadas nas universidades e centros de pesquisa.
Capital humano nas UTBs Baixada Litorânea do Recôncavo (UTB 13) e Tabuleiro Dissecado do Recôncavo (UTB 14)	Aratuípe, Cairu, Camamu, Igrapiúna, Ituberá, Jaguaripe, Nilo Peçanha e Valença (TI Baixo Sul); Alagoinhas, Araças e Entre Rios (TI Litoral Norte e Agreste Baiano); Maraú (TI Litoral Sul); Amélia Rodrigues e Terra Nova (TI Portal do Sertão); Cachoeira, Maragogipe, Nazaré, Santo Amaro, São Francisco do Conde e São Sebastião do Passé (TI Recôncavo); Candeias, Simões Filho e Vera Cruz (TI Região Metropolitana de Salvador).	25, 26, 27, 32, 33, 34, 35, 36	Boa oferta de capacitação de mão de obra, nos níveis superior e técnico.  Existência de dois cursos superiores em ciências agrárias, além de iniciativas de sindicatos, cooperativas e associações que oferecem cursos sobre agronegócio.  Não há deficiências de capital humano que possam trazer problemas de desempenho ao longo da cadeia produtiva, na fase produção da cana e no processamento.		
Capital humano nas UTBs Tabuleiro Dissecado do Recôncavo (UTB 14) e Depressão Sertaneja (UTB 62)	Conceição do Jacuípe, Irará e Teodoro Sampaio (TI Portal do Sertão).	23, 25, 33	Boa oferta de capacitação de mão de obra nos níveis superior e técnico.  Existência de dois cursos superiores em ciências agrárias, além de iniciativas de sindicatos, cooperativas e associações que oferecem cursos sobre agronegócio..  Não há deficiências de capital humano que possam trazer problemas de desempenho ao longo da cadeia produtiva, na fase produção da cana e no processamento.		

(Continua)

ASPECTO: ARRANJO DA CANA DE AÇÚCAR					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Município(s) onde ocorre(m) o(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) os critério(s)	Atributo(s) que potencializa(m) o arranjo	Fator(es) que impede(m) ou restringe(m) o arranjo	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) do arranjo
Capital humano na UTB Depressão Sertaneja (UTB 62)	Paramirim (TI Bacia do Paramirim); Abaíra, Barra da Estiva, Ibicoara, Iramaia, Itaeté, Jussiape, Mucugê e Rio de Contas (TI Chapada Diamantina); Antônio Gonçalves, Campo Formoso e Senhor do Bonfim (TI Piemonte Norte do Itapicuru); São Gonçalo dos Campos (TI Portal do Sertão); Euclides da Cunha (TI Semi-Árido Nordeste II); Casa Nova e Juazeiro (TI Sertão do São Francisco); Caculé, Caetitê, Contendas do Sincorá, Ituaçu, Lagoa Real, Livramento de Nossa Senhora, Rio do Antônio e Tanhaçu (TI Sertão Produtivo); Cansanção, Itiúba, Monte Santo, Quijingue e Tucano (TI Sisal); Amargosa e Elísio Medrado (TI Vale do Jiquiriçá); Anagé, Belo Campo, Caraíbas, Maetinga, Mirante, Presidente Jânio Quadros, Tremedal e Vitória da Conquista (TI Vitória da Conquista).	6, 7, 8, 9, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 22, 23, 25, 30, 32	Boa oferta de capacitação de mão de , nos níveis superior e técnico.  Existência de dois cursos superiores em ciências agrárias, além de iniciativas de sindicatos, cooperativas e associações que oferecem cursos sobre agronegócio.  Não há deficiências de capital humano que possam trazer problemas de desempenho ao longo da cadeia produtiva, na fase produção da cana e no processamento.		
Capital social nas UTBs Tabuleiro Costeiro do Litoral Sul (UTB 4), Colinas e Residuais das Coberturas (UTB 50) e Piemonte Oriental do Maciço de Jucuruçu (UTB 51)	Belmonte, Eunápolis, Guaratinga, Itabela, Itagimirim, Itapebi, Porto Seguro e Santa Cruz Cabrália (TI Costa do Descobrimento); Alcobaça, Caravelas, Ibirapuã, Itamaraju, Itanhém, Jucuruçu, Lajedão, Medeiros Neto, Mucuri, Nova Viçosa, Prado, Teixeira de Freitas e Vereda (TI Extremo Sul); Buerarema, Mascote e Una (TI Litoral Sul).	22, 27, 28, 29, 36	Potencial para formação de cooperativa, pois observa-se a terceirização e produção por fornecedores que poderiam agrupar-se em uma cooperativa ou realizar empoderamentos para se constituírem processadores de cana e fabricantes de álcool.	Não há expressiva propensão ao associativismo e ao cooperativismo, uma vez que predominam modelos de produção empresarial, integrados verticalmente.  Limitação da competitividade dos segmentos de fornecedores, devido a baixa dotação de capital social, em função da característica empresarial da organização produtiva.	Estimular o associativismo e o cooperativismo por meio de ações de mobilização comunitária, apresentando casos de sucesso em outras realidades.
Capital social nas UTBs Baixada Litorânea do Recôncavo (UTB 13) e Tabuleiro Dissecado do Recôncavo (UTB 14)	Aratuípe, Cairu, Camamu, Igrapiúna, Ituberá, Jaguaripe, Nilo Peçanha e Valença (TI Baixo Sul); Alagoinhas, Araças e Entre Rios (TI Litoral Norte e Agreste Baiano); Maraú (TI Litoral Sul); Amélia Rodrigues e Terra Nova (TI Portal do Sertão); Cachoeira, Maragogipe, Nazaré, Santo Amaro, São Francisco do Conde e São Sebastião do Passé (TI Recôncavo); Candeias, Simões Filho e Vera Cruz (TI Região Metropolitana de Salvador).	25, 26, 27, 32, 33, 34, 35, 36		Não há expressiva propensão ao associativismo e ao cooperativismo, uma vez que predominam modelos de produção empresarial, integrados verticalmente.	Estimular o associativismo e o cooperativismo por meio de ações de mobilização comunitária, apresentando casos de sucesso em outras realidades.

(Continua)

ASPECTO: ARRANJO DA CANA DE AÇÚCAR					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Município(s) onde ocorre(m) o(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) os critério(s)	Atributo(s) que potencializa(m) o arranjo	Fator(es) que impede(m) ou restringe(m) o arranjo	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) do arranjo
Capital social nas UTBs Tabuleiro Dissecado do Recôncavo (UTB 14) e Depressão Sertaneja (UTB 62)	Conceição do Jacuípe, Iará e Teodoro Sampaio (TI Portal do Sertão).	23, 25, 33		Não há expressiva propensão ao associativismo e ao cooperativismo, uma vez que predominam modelos de produção empresarial, integrados verticalmente.	Estimular o associativismo e o cooperativismo por meio de ações de mobilização comunitária, apresentando casos de sucesso em outras realidades.
Capital social na UTB Depressão Sertaneja (UTB 62)	Paramirim (TI Bacia do Paramirim); Abaíra, Barra da Estiva, Ibicoara, Iramaia, Itaeté, Jussiape, Mucugê e Rio de Contas (TI Chapada Diamantina); Antônio Gonçalves, Campo Formoso e Senhor do Bonfim (TI Piemonte Norte do Itapicuru); São Gonçalo dos Campos (TI Portal do Sertão); Euclides da Cunha (TI Semi-Árido Nordeste II); Casa Nova e Juazeiro (TI Sertão do São Francisco); Caculé, Caetité, Contendas do Sincorá, Ituaçu, Lagoa Real, Livramento de Nossa Senhora, Rio do Antônio e Tanhaçu (TI Sertão Produtivo); Cansanção, Itiúba, Monte Santo, Quijingue e Tucano (TI Sisal); Amargosa e Elísio Medrado (TI Vale do Jiquiriçá); Anagé, Belo Campo, Caraíbas, Maetinga, Mirante, Presidente Jânio Quadros, Tremedal e Vitória da Conquista (TI Vitória da Conquista).	6, 7, 8, 9, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 22, 23, 25, 30, 32		Não há expressiva propensão ao associativismo e ao cooperativismo, uma vez que predominam modelos de produção empresarial, integrados verticalmente.	Estimular o associativismo e o cooperativismo por meio de ações de mobilização comunitária, apresentando casos de sucesso em outras realidades.
Mercado nas UTBs Tabuleiro Costeiro do Litoral Sul (UTB 4), Colinas e Residuais das Coberturas (UTB 50) e Piemonte Oriental do Maciço de Jucuruçu (UTB 51)	Belmonte, Eunápolis, Guaratinga, Itabela, Itagimirim, Itapebi, Porto Seguro e Santa Cruz Cabrália (TI Costa do Descobrimento); Alcobaça, Caravelas, Ibirapuã, Itamaraju, Itanhém, Jucuruçu, Lajedão, Medeiros Neto, Mucuri, Nova Viçosa, Prado, Teixeira de Freitas e Vereda (TI Extremo Sul); Buerarema, Mascote e Una (TI Litoral Sul).	22, 27, 28, 29, 36	Grande lucratividade.  O mercado interno e o externo revelam oportunidades tanto para a produção de etanol como de açúcar de cana.  O mercado não é uma limitação, devido à política de combustíveis.  Melhores perspectivas de mercado podem ser obtidas se o arranjo adotar práticas agroecológicas, como o menor uso de defensivos agrícolas, produzindo açúcar e álcool orgânicos.	Elevado custo de transporte, prejudicando o alcance de melhores indicadores e conseqüentemente, maior competitividade ao arranjo.	Ampliar o fomento do segmento.

(Continua)

ASPECTO: ARRANJO DA CANA DE AÇÚCAR					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Município(s) onde ocorre(m) o(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) os critério(s)	Atributo(s) que potencializa(m) o arranjo	Fator(es) que impede(m) ou restringe(m) o arranjo	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) do arranjo
Mercado nas UTBs Baixada Litorânea do Recôncavo (UTB 13) e Tabuleiro Dissecado do Recôncavo (UTB 14)	Aratuípe, Cairu, Camamu, Igrapiúna, Ituberá, Jaguaripe, Nilo Peçanha e Valença (TI Baixo Sul); Alagoinhas, Araças e Entre Rios (TI Litoral Norte e Agreste Baiano); Marauí (TI Litoral Sul); Amélia Rodrigues e Terra Nova (TI Portal do Sertão); Cachoeira, Maragogipe, Nazaré, Santo Amaro, São Francisco do Conde e São Sebastião do Passé (TI Recôncavo); Candeias, Simões Filho e Vera Cruz (TI Região Metropolitana de Salvador).	25, 26, 27, 32, 33, 34, 35, 36	O mercado interno e o externo revelam oportunidades tanto para a produção de etanol como de açúcar de cana.  Boas perspectivas de mercado podem ser obtidas se o arranjo adotar práticas agroecológicas, como o menor uso de defensivos agrícolas, produzindo açúcar e álcool orgânicos.	Elevado custo de transporte, prejudicando o alcance de melhores indicadores e consequentemente, maior competitividade ao arranjo.	Estimular estudos socioeconômicos e avaliações técnicas que informem sobre a possibilidade do mesmo vir a se modernizar, obtendo eficiência.
Mercado nas UTBs Tabuleiro Dissecado do Recôncavo (UTB 14) e Depressão Sertaneja (UTB 62)	Conceição do Jacuípe, Irará e Teodoro Sampaio (TI Portal do Sertão).	23, 25, 33	O mercado interno e o externo revelam oportunidades tanto para a produção de etanol como de açúcar de cana.  Grande lucratividade, na área mais avançada.  O mercado não é uma limitação, devido à política de combustíveis.  Boas perspectivas de mercado podem ser obtidas se o arranjo adotar práticas agroecológicas, como o menor uso de defensivos agrícolas, produzindo açúcar e álcool orgânicos.	Elevado custo de transporte. Melhores indicadores dependeriam da redução deste custo, o que conferiria maior competitividade ao arranjo.	Estimular estudos socioeconômicos e avaliações técnicas que informem sobre a possibilidade do mesmo vir a se modernizar, obtendo eficiência.  Ampliar o fomento do segmento, na área mais avançada.
Mercado na UTB Depressão Sertaneja (UTB 62)	Paramirim (TI Bacia do Paramirim); Abaíra, Barra da Estiva, Ibicoara, Iramaia, Itaeté, Jussiape, Mucugê e Rio de Contas (TI Chapada Diamantina); Antônio Gonçalves, Campo Formoso e Senhor do Bonfim (TI Piemonte Norte do Itapicuru); São Gonçalo dos Campos (TI Portal do Sertão); Euclides da Cunha (TI Semi-Árido Nordeste II); Casa Nova e Juazeiro (TI Sertão do São Francisco); Caculé, Caetitê, Contendas do Sincorá, Ituaçu, Lagoa Real, Livramento de Nossa Senhora, Rio do Antônio e Tanhaçu (TI Sertão Produtivo); Cansanção, Itiúba, Monte Santo, Quijingue e Tucano (TI Sisal); Amargosa e Elísio Medrado (TI Vale do Jiquiriçá); Anagé, Belo Campo, Caraíbas, Maetinga, Mirante, Presidente Jânio Quadros, Tremedal e Vitória da Conquista (TI Vitória da Conquista).	6, 7, 8, 9, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 22, 23, 25, 30, 32	O mercado interno e o externo revelam oportunidades tanto para a produção de etanol como de açúcar de cana.  Grande lucratividade.  O mercado não é uma limitação, devido à política de combustíveis.  Melhores perspectivas de mercado podem ser obtidas se o arranjo adotar práticas agroecológicas, como o menor uso de defensivos agrícolas, produzindo açúcar e álcool orgânicos.	Elevado custo de transporte, prejudicando o alcance de melhores indicadores e consequentemente, maior competitividade ao arranjo.	Ampliar o fomento do segmento.

(Continua)

ASPECTO: ARRANJO DA CANA DE AÇÚCAR					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Município(s) onde ocorre(m) o(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) os critério(s)	Atributo(s) que potencializa(m) o arranjo	Fator(es) que impede(m) ou restringe(m) o arranjo	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) do arranjo
Infraestrutura nas UTBs Tabuleiro Costeiro do Litoral Sul (UTB 4), Colinas e Residuais das Coberturas (UTB 50) e Piemonte Oriental do Maciço de Jucuruçu (UTB 51)	Belmonte, Eunápolis, Guaratinga, Itabela, Itagimirim, Itapebí, Porto Seguro e Santa Cruz Cabrália (TI Costa do Descobrimento); Alcobaça, Caravelas, Ibirapuã, Itamaraju, Itanhém, Jucuruçu, Lajedão, Medeiros Neto, Mucuri, Nova Viçosa, Prado, Teixeira de Freitas e Vereda (TI Extremo Sul); Buerarema, Mascote e Una (TI Litoral Sul).	22, 27, 28, 29, 36		Algumas deficiências em termos de estradas vicinais, ferrovias, rodovias, hidrovias e eletrificação.  Há gargalos de escoamento da produção que merecem atenção, pois contribuem para aumentar os custos de transporte de insumos e produtos.	Incluir os municípios produtores em programas de infraestrutura de transportes, rodovias, hidrovias e ferrovias, de energia e de armazenamento, cogitando também a utilização de transporte marítimo e por meio de dutos.
Infraestrutura nas UTBs Baixada Litorânea do Recôncavo (UTB 13) e Tabuleiro Dissecado do Recôncavo (UTB 14)	Aratuípe, Cairu, Camamu, Igrapiúna, Ituberá, Jaguaripe, Nilo Peçanha e Valença (TI Baixo Sul); Alagoinhas, Araças e Entre Rios (TI Litoral Norte e Agreste Baiano); Maraú (TI Litoral Sul); Amélia Rodrigues e Terra Nova (TI Portal do Sertão); Cachoeira, Maragogipe, Nazaré, Santo Amaro, São Francisco do Conde e São Sebastião do Passé (TI Recôncavo); Candeias, Simões Filho e Vera Cruz (TI Região Metropolitana de Salvador).	25, 26, 27, 32, 33, 34, 35, 36		Algumas deficiências em termos de estradas vicinais, ferrovias, rodovias, hidrovias e eletrificação.	Incluir os municípios produtores em programas de infraestrutura de transportes, rodovias, hidrovias e ferrovias, de energia e de armazenamento.
Infraestrutura nas UTBs Tabuleiro Dissecado do Recôncavo (UTB 14) e Depressão Sertaneja (UTB 62)	Conceição do Jacuípe, Irará e Teodoro Sampaio (TI Portal do Sertão).	23, 25, 33		Algumas deficiências em termos de estradas vicinais, ferrovias, rodovias, hidrovias e eletrificação.	Incluir os municípios produtores em programas de infraestrutura de transportes, rodovias, hidrovias e ferrovias, de energia e de armazenamento.
Infraestrutura na UTB Depressão Sertaneja (UTB 62)	Paramirim (TI Bacia do Paramirim); Abaíra, Barra da Estiva, Ibicoara, Iramaia, Itaeté, Jussiape, Mucugê e Rio de Contas (TI Chapada Diamantina); Antônio Gonçalves, Campo Formoso e Senhor do Bonfim (TI Piemonte Norte do Itapicuru); São Gonçalo dos Campos (TI Portal do Sertão); Euclides da Cunha (TI Semi-Árido Nordeste II); Casa Nova e Juazeiro (TI Sertão do São Francisco); Caculé, Caetité, Contendas do Sincorá, Ituaçu, Lagoa Real, Livramento de Nossa Senhora, Rio do Antônio e Tanhaçu (TI Sertão Produtivo); Cansanção, Itiúba, Monte Santo, Quijingue e Tucano (TI Sisal); Amargosa e Elísio Medrado (TI Vale do Jiquiriçá); Anagé, Belo Campo, Carafbas, Maetinga, Mirante, Presidente Jânio Quadros, Tremedal e Vitória da Conquista (TI Vitória da Conquista).	6, 7, 8, 9, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 22, 23, 25, 30, 32		Algumas deficiências em termos de estradas vicinais, ferrovias, rodovias, hidrovias e eletrificação.	Incluir os municípios produtores em programas de infraestrutura de transportes, rodovias, hidrovias e ferrovias, de energia e de armazenamento.

(Continua)



Continuação do **Quadro 51** – Síntese de potencialidades, limitações e recomendações referentes ao tema **Arranjos Produtivos Rurais: Arranjo da Cana de Açúcar**

ASPECTO: ARRANJO DA CANA DE AÇÚCAR					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Município(s) onde ocorre(m) o(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) os critério(s)	Atributo(s) que potencializa(m) o arranjo	Fator(es) que impede(m) ou restringe(m) o arranjo	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) do arranjo
Agricultura familiar nas UTBs Tabuleiro Costeiro do Litoral Sul (UTB 4), Colinas e Residuais das Coberturas (UTB 50) e Piemonte Oriental do Maciço de Jucuruçu (UTB 51)	Belmonte, Eunápolis, Guaratinga, Itabela, Itagimirim, Itapebi, Porto Seguro e Santa Cruz Cabralia (TI Costa do Descobrimento); Alcobaça, Caravelas, Ibirapuã, Itamaraju, Itanhém, Jucuruçu, Lajedão, Medeiros Neto, Mucuri, Nova Viçosa, Prado, Teixeira de Freitas e Vereda (TI Extremo Sul); Buerarema, Mascote e Una (TI Litoral Sul).	22, 27, 28, 29, 36	Presença residual da agricultura familiar com papel de segmento fornecedor de cana para a usina.  Algum potencial para a expansão da agricultura familiar no papel de fornecedor, mas o sucesso depende de intervenções voltadas para obtenção de maior escala de produção e maior eficiência.	Muito baixo potencial de incorporação para agricultura familiar, havendo predominância de empresas em todos os segmentos do arranjo.  Limitação do acesso da agricultura familiar, devido a integração da atividade e produção de cana com a de álcool e açúcar.  É uma atividade na qual a agricultura familiar raramente se faz presente, exceto nos casos de fabricação de cachaça artesanal e rapadura.	Promover programas de acesso à terra, de financiamento e de assistência técnica para os sistemas de produção artesanal de cachaça e rapadura.  Promover programas de fomento à atividades comunitárias de beneficiamento e industrialização e qualificação de produtos artesanais, visando consolidar agricultura familiar.
Agricultura familiar nas UTBs Baixada Litorânea do Recôncavo (UTB 13) e Tabuleiro Dissecado do Recôncavo (UTB 14)	Aratuípe, Cairu, Camamu, Igrapiúna, Ituberá, Jaguaripe, Nilo Peçanha e Valença (TI Baixo Sul); Alagoinhas, Araças e Entre Rios (TI Litoral Norte e Agreste Baiano); Marau (TI Litoral Sul); Amélia Rodrigues e Terra Nova (TI Portal do Sertão); Cachoeira, Maragogipe, Nazaré, Santo Amaro, São Francisco do Conde e São Sebastião do Passé (TI Recôncavo); Candeias, Simões Filho e Vera Cruz (TI Região Metropolitana de Salvador).	25, 26, 27, 32, 33, 34, 35, 36		Muito baixo potencial de incorporação para agricultura familiar, havendo predominância de empresas em todos os segmentos do arranjo.  Limitação do acesso da agricultura familiar, devido a integração da atividade e produção de cana com a de álcool e açúcar.  É uma atividade na qual a agricultura familiar raramente se faz presente, exceto nos casos de fabricação de cachaça artesanal e rapadura.	Promover programas de acesso à terra, de financiamento e de assistência técnica para os sistemas de produção artesanal de cachaça e rapadura.  Promover programas de fomento à atividades comunitárias de beneficiamento e industrialização e qualificação de produtos artesanais, visando consolidar agricultura familiar.
Agricultura familiar nas UTBs Tabuleiro Dissecado do Recôncavo (UTB 14) e Depressão Sertaneja (UTB 62)	Conceição do Jacuípe, Irará e Teodoro Sampaio (TI Portal do Sertão).	23, 25, 33		Muito baixo potencial de incorporação para agricultura familiar, havendo predominância de empresas em todos os segmentos do arranjo.  Limitação do acesso da agricultura familiar, devido a integração da atividade e produção de cana com a de álcool e açúcar.  É uma atividade na qual a agricultura familiar raramente se faz presente, exceto nos casos de fabricação de cachaça artesanal e rapadura.	Promover programas de acesso à terra, de financiamento e de assistência técnica para os sistemas de produção artesanal de cachaça e rapadura.  Promover programas de fomento à atividades comunitárias de beneficiamento, industrialização e qualificação de produtos artesanais, visando consolidar agricultura familiar.  Fomentar programas de pesquisa e de assistência técnica para a agricultura familiar.
Agricultura familiar na UTB Depressão Sertaneja (UTB 62)	Paramirim (TI Bacia do Paramirim); Abaíra, Barra da Estiva, Ibicoara, Iramaia, Itaeté, Jussiape, Mucugê e Rio de Contas (TI Chapada Diamantina); Antônio Gonçalves, Campo Formoso e Senhor do Bonfim (TI Piemonte Norte do Itapicuru); São Gonçalo dos Campos (TI Portal do Sertão); Euclides da Cunha (TI Semi-Árido Nordeste II);	6, 7, 8, 9, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 22, 23, 25, 30, 32		Muito baixo potencial de incorporação para agricultura familiar, havendo predominância de empresas em todos os segmentos do arranjo.  Limitação do acesso da agricultura familiar, devido a integração da atividade e produção de cana com a de álcool e açúcar.  É uma atividade na qual a agricultura familiar raramente se faz presente, exceto nos casos de fabricação de cachaça artesanal e rapadura.	Promover programas de acesso à terra, de financiamento e de assistência técnica para os sistemas de produção artesanal de cachaça e rapadura.  Promover programas de fomento à atividades comunitárias de beneficiamento, industrialização e qualificação de produtos artesanais, visando consolidar agricultura familiar.  Fomentar programas de pesquisa e de assistência técnica para a agricultura familiar.

(Continua)

ASPECTO: ARRANJO DA CANA DE AÇÚCAR					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Município(s) onde ocorre(m) o(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) os critério(s)	Atributo(s) que potencializa(m) o arranjo	Fator(es) que impede(m) ou restringe(m) o arranjo	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) do arranjo
Agricultura familiar na UTB Depressão Sertaneja (UTB 62) - continuação	Casa Nova e Juazeiro (TI Sertão do São Francisco); Caculé, Caetitê, Contendas do Sincorá, Ituaçu, Lagoa Real, Livramento de Nossa Senhora, Rio do Antônio e Tanhaçu (TI Sertão Produtivo); Cansanção, Itiúba, Monte Santo, Quijingue e Tucano (TI Sisal); Amargosa e Elísio Medrado (TI Vale do Jiquiriçá);  Anagé, Belo Campo, Caraíbas, Maetinga, Mirante, Presidente Jânio Quadros, Tremedal e Vitória da Conquista (TI Vitória da Conquista).	6, 7, 8, 9, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 22, 23, 25, 30, 32		Muito baixo potencial de incorporação para agricultura familiar, havendo predominância de empresas em todos os segmentos do arranjo.  Limitação do acesso da agricultura familiar, devido a integração da atividade e produção de cana com a de álcool e açúcar.  É uma atividade na qual a agricultura familiar raramente se faz presente, exceto nos casos de fabricação de cachaça artesanal e rapadura.	Promover programas de acesso à terra, de financiamento e de assistência técnica para os sistemas de produção artesanal de cachaça e rapadura.  Promover programas de fomento à atividades comunitárias de beneficiamento, industrialização e qualificação de produtos artesanais, visando consolidar agricultura familiar.  Fomentar programas de pesquisa e de assistência técnica para a agricultura familiar.
Municípios produtores não inseridos nas principais regiões de produção	Boquira, Botuporã, Caturama, Érico Cardoso, Ibipitanga, Macaúbas, Rio do Pires e Tanque Novo (TI Bacia do Paramirim); Brejolândia, Canápolis, Cocos, Coribe, Correntina, Jaborandi, Santa Maria da Vitória, Santana, São Félix do Coribe, Serra Dourada e Tabocas do Brejo Velho (TI Bacia do Rio Corrente); Angical, Baianópolis, Barreiras, Buritirama, Catolândia, Cotegipe, Cristópolis, Formosa do Rio Preto, Luís Eduardo Magalhães, Mansidão, Riachão das Neves, Santa Rita de Cássia, São Desidério e Wanderley (TI Bacia do Rio Grande); Gandu, Piraí do Norte, Presidente Tancredo Neves, Taperoá e Wenceslau Guimarães (TI Baixo Sul); Andaraí, Boninal, Ibitiara, Iraquara, Lençóis, Morro do Chapéu, Piatã, Souto Soares, Utinga e Wagner (TI Chapada Diamantina); Canarana, Central, Gentio do Ouro, Ipupiara, Itaguaçu da Bahia, São Gabriel, Uibaí e Xique-Xique (TI Irecê); Almadina, Arataca, Camacan, Coaraci, Floresta Azul, Ibicaraí, Itabuna, Itaju do Colônia, Itajuípe, Itapé, Itapitanga, Jussari, Pau Brasil, São José da Vitória e Uruçuca (TI Litoral Sul); Aiquara, Barra do Rocha, Boa Nova, Dário Meira, Gongogi, Ibirataia, Ipiaú, Itagi, Itagibá, Jequié e Jitaúna (TI Médio Rio de Contas); Caatiba, Firmino Alves, Ibicuí, Iguai, Itambé, Itapetinga, Itarantim, Itororó, Macarani, Maiquinique, Nova Canaã, Potiraguá e Santa Cruz da Vitória (TI Médio Sudoeste da Bahia); Caém, Jacobina, Miguel Calmon, Mirangaba e Saúde (TI Piemonte da Diamantina);	1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 15, 16, 18, 19, 20, 22, 25, 26, 27, 32		Municípios não inseridos nas principais áreas de produção do arranjo e que não usufruem das vantagens locais dessas áreas, como: acesso a insumos e serviços relacionados ao arranjo, facilidades para escoamento da produção e disponibilidade de assistência técnica e mão de obra especializada etc.	

(Continua)

Continuação do **Quadro 51** – Síntese de potencialidades, limitações e recomendações referentes ao tema **Arranjos Produtivos Rurais: Arranjo da Cana de Açúcar**

ASPECTO: ARRANJO DA CANA DE AÇÚCAR					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Município(s) onde ocorre(m) o(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) os critério(s)	Atributo(s) que potencializa(m) o arranjo	Fator(es) que impede(m) ou restringe(m) o arranjo	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) do arranjo
Municípios produtores não inseridos nas principais regiões de produção - continuação	Pindobaçu e Ponto Novo (TI Piemonte Norte do Itapicuru); Dom Macedo Costa, Muniz Ferreira, Santo Antônio de Jesus, São Felipe, São Félix e Varzedo (TI Recôncavo); Ribeira do Amparo (TI Semi-Árido Nordeste II); Pilão Arcado (TI Sertão do São Francisco); Candiba, Guanambi, Ibiassucê, Iuiú, Palmas de Monte Alto, Pindaí, Sebastião Laranjeiras e Urandi (TI Sertão Produtivo); Jiquiriçá, Lafaiete Coutinho, Laje, Mutuípe e São Miguel das Matas (TI Vale do Jiquiriçá); Barra, Bom Jesus da Lapa, Brotas de Macaúbas, Carinhanha, Feira da Mata, Ibotirama, Igaporã, Malhada, Morpará, Muquém de São Francisco, Oliveira dos Brejinhos, Paratinga, Riacho de Santana, Serra do Ramalho e Sítio do Mato (TI Velho Chico); Barra do Choça, Cândido Sales, Condeúba, Cordeiros, Encruzilhada, Jacaraci, Licínio de Almeida, Mortugaba, Piripá, Planalto, Poções e Ribeirão do Largo (TI Vitória da Conquista).	1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 15, 16, 18, 19, 20, 22, 25, 26, 27, 32		Municípios não inseridos nas principais áreas de produção do arranjo e que não usufruem das vantagens locais dessas áreas, como: acesso a insumos e serviços relacionados ao arranjo, facilidades para escoamento da produção e disponibilidade de assistência técnica e mão de obra especializada etc.	

Fonte: Consórcio Geohidro-Sondotécnica, 2013

Quadro 52 – Síntese de potencialidades, limitações e recomendações referentes ao tema Arranjos Produtivos Rurais: Arranjo da Caprinocultura

ASPECTO: ARRANJO DA CAPRINOCULTURA					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Município(s) onde ocorre(m) o(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) os critério(s)	Atributo(s) que potencializa(m) o arranjo	Fator(es) que impede(m) ou restringe(m) o arranjo	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) do arranjo
Desempenho do arranjo nas UTBs Depressão Sertaneja de Curaçá (UTB 61), Depressão Sertaneja (UTB 62) e Residuais nas Depressões Interplanálticas (UTB 65)	Baixa Grande, Capela do Alto Alegre, Gavião, Ipirá, Mairi, Nova Fátima, Pé de Serra, Pintadas, Riachão do Jacuípe, São José do Jacuípe, Serra Preta e Várzea da Roça (TI Bacia do Jacuípe); Paramirim (TI Bacia do Paramirim); Abaíra, Barra da Estiva, Ibicoara, Iramaia, Itaeté, Jussiape, Marcionílio Souza, Mucugê e Rio de Contas (TI Chapada Diamantina); Abaré, Chorrochó, Macururé e Rodelas (TI Itaparica); Ouriçangas, Pedrão e Sátiro Dias (TI Litoral Norte e Agreste Baiano); Manoel Vitorino (TI Médio Rio de Contas); Capim Grosso (TI Piemonte da Diamantina); Boa Vista do Tupim, Iaçú, Itaberaba, Itatim, Macajuba, Rafael Jambeiro, Ruy Barbosa e Santa Teresinha (TI Piemonte do Paraguaçu); Andorinha, Antônio Gonçalves, Campo Formoso, Filadélfia, Jaguarari e Senhor do Bonfim (TI Piemonte Norte do Itapicuru); Água Fria, Anguera, Antônio Cardoso, Conceição da Feira, Conceição do Jacuípe, Coração de Maria, Feira de Santana, Ipecaetá, Irará, Santa Bárbara, Santanópolis, Santo Estêvão, São Gonçalo dos Campos, Tanquinho e Teodoro Sampaio (TI Portal do Sertão); Cabaceiras do Paraguaçu, Castro Alves, Conceição do Almeida e Varzedo (TI Recôncavo); Euclides da Cunha (TI Semi-Árido Nordeste II); Canudos, Casa Nova, Curaçá, Juazeiro, Sento Sé, Sobradinho e Uauá (TI Sertão do São Francisco); Brumado, Caculé, Caetité, Contendas do Sincorá, Dom Basílio, Ituaçu, Lagoa Real, Livramento de Nossa Senhora, Malhada de Pedras, Rio do Antônio e Tanhaçu (TI Sertão Produtivo); Araci, Barrocas, Biritinga, Candeal, Cansanção, Conceição do Coité, Ichu, Itiúba, Lamarão, Monte Santo, Nordestina, Queimadas, Quijingue, Retirolândia, Santaluz, São Domingos, Serrinha, Teofilândia, Tucano e Valente (TI Sisal); Amargosa, Maracás, Milagres e São Miguel das Matas (TI Vale do Jiquiriçá); Anagé, Aracatu, Belo Campo, Caetanos, Caraíbas, Guajeru, Maetinga, Mirante, Presidente Jânio Quadros, Tremedal e Vitória da Conquista (TI Vitória da Conquista).	6, 7, 8, 9, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 30, 32, 33		Atividades são consideradas de alto risco e remuneração insignificante, sobretudo se praticadas em baixios assentados sobre o cristalino, condição na qual a capacidade de suporte das pastagens naturais, a vegetação de caatinga, é muito reduzida, chegando, no máximo a 2 cabeças/ha/ano.  Não obedece preceitos agroecológicos, da forma como é praticado, embora o pastoreio na caatinga seja a rigor um sistema silvopastoril.  Atividade realizada de modo extensivo contribui para a degradação dos solos.  Dificuldade dos agentes produtivos em acessar inovações tecnológicas e gerenciais que garantam a sustentabilidade do arranjo.  Incapacidade de investimento, implicando, em muitos casos, utilização do caprino para fins de alimentação própria e familiar, ou como moedas de troca local dos agentes produtivos que conduzem a criação.	Apoiar atividades de pesquisa e de assistência técnica em todos os municípios produtores, visando verificar se existem vantagens significativas de escala na produção isolada e integrada com laticínios e frigoríficos.

(Continua)

ASPECTO: ARRANJO DA CAPRINOCULTURA					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Município(s) onde ocorre(m) o(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) os critério(s)	Atributo(s) que potencializa(m) o arranjo	Fator(es) que impede(m) ou restringe(m) o arranjo	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) do arranjo
Capital humano nas UTBs Depressão Sertaneja de Curaçá (UTB 61), Depressão Sertaneja (UTB 62) e Residuais nas Depressões Interplanálticas (UTB 65)	Baixa Grande, Capela do Alto Alegre, Gavião, Ipirá, Mairi, Nova Fátima, Pé de Serra, Pintadas, Riachão do Jacuípe, São José do Jacuípe, Serra Preta e Várzea da Roça (TI Bacia do Jacuípe); Paramirim (TI Bacia do Paramirim); Abaíra, Barra da Estiva, Ibicoara, Iramaia, Itaeté, Jussiape, Marcionílio Souza, Mucugê e Rio de Contas (TI Chapada Diamantina); Abaré, Chorrochó, Macururé e Rodelas (TI Itaparica); Ouriçangas, Pedrão e Sátiro Dias (TI Litoral Norte e Agreste Baiano); Manoel Vitorino (TI Médio Rio de Contas); Capim Grosso (TI Piemonte da Diamantina); Boa Vista do Tupim, Iaçú, Itaberaba, Itatim, Macajuba, Rafael Jambeiro, Ruy Barbosa e Santa Teresinha (TI Piemonte do Paraguaçu); Andorinha, Antônio Gonçalves, Campo Formoso, Filadélfia, Jaguarari e Senhor do Bonfim (TI Piemonte Norte do Itapicuru); Água Fria, Anguera, Antônio Cardoso, Conceição da Feira, Conceição do Jacuípe, Coração de Maria, Feira de Santana, Ipecaetá, Irará, Santa Bárbara, Santanópolis, Santo Estêvão, São Gonçalo dos Campos, Tanquinho e Teodoro Sampaio (TI Portal do Sertão); Cabaceiras do Paraguaçu, Castro Alves, Conceição do Almeida e Varzedo (TI Recôncavo); Euclides da Cunha (TI Semi-Árido Nordeste II); Canudos, Casa Nova, Curaçá, Juazeiro, Sento Sé, Sobradinho e Uauá (TI Sertão do São Francisco); Brumado, Caculé, Caetitê, Contendas do Sincorá, Dom Basílio, Ituaçu, Lagoa Real, Livramento de Nossa Senhora, Malhada de Pedras, Rio do Antônio e Tanhaçu (TI Sertão Produtivo); Araci, Barrocas, Biritinga, Candeal, Cansanção, Conceição do Coité, Ichu, Itiúba, Lamarão, Monte Santo, Nordestina, Queimadas, Quijingue, Retirolândia, Santaluz, São Domingos, Serrinha, Teofilândia, Tucano e Valente (TI Sisal); Amargosa, Maracás, Milagres e São Miguel das Matas (TI Vale do Jiquiriçá); Anagé, Aracatu, Belo Campo, Caetanos, Caraíbas, Guajeru, Maetinga, Mirante, Presidente Jânio Quadros, Tremedal e Vitória da Conquista (TI Vitória da Conquista).	6, 7, 8, 9, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 30, 32, 33	Existência de inúmeros programas de treinamento realizados por universidades, ONGs e órgãos governamentais.	Baixa oferta de capacitação profissional específica para o arranjo de caprinos.  Deficiências de capital humano, que trazem problemas de eficiência ao longo da cadeia produtiva, nas fases de cria, recria, engorda dos animais e na fase de lactação.	Ampliar a oferta de capacitação técnica especializada no arranjo de caprinos e promover linhas de pesquisa apropriadas nas universidades e centros de pesquisa, tanto na Bahia quanto fora do estado, para aprimorar a produção de carne e de leite. Recomenda-se a parceria com os cursos de ciências agrárias da UNEB no semiárido.

(Continua)



ASPECTO: ARRANJO DA CAPRINOCULTURA					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Município(s) onde ocorre(m) o(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) os critério(s)	Atributo(s) que potencializa(m) o arranjo	Fator(es) que impede(m) ou restringe(m) o arranjo	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) do arranjo
Capital social nas UTBs Depressão Sertaneja de Curaçá (UTB 61), Depressão Sertaneja (UTB 62) e Residuais nas Depressões Interplanálticas (UTB 65)	Baixa Grande, Capela do Alto Alegre, Gavião, Ipirá, Mairi, Nova Fátima, Pé de Serra, Pintadas, Riachão do Jacuípe, São José do Jacuípe, Serra Preta e Várzea da Roça (TI Bacia do Jacuípe); Paramirim (TI Bacia do Paramirim); Abaíra, Barra da Estiva, Ibicoara, Iramaia, Itaeté, Jussiapé, Marcionílio Souza, Mucugê e Rio de Contas (TI Chapada Diamantina); Abaré, Chorrochó, Macururé e Rodelas (TI Itaparica); Ouriçangas, Pedrão e Sátiro Dias (TI Litoral Norte e Agreste Baiano); Manoel Vitorino (TI Médio Rio de Contas); Capim Grosso (TI Piemonte da Diamantina); Boa Vista do Tupim, Iaçú, Itaberaba, Itatim, Macajuba, Rafael Jambeiro, Ruy Barbosa e Santa Teresinha (TI Piemonte do Paraguaçu); Andorinha, Antônio Gonçalves, Campo Formoso, Filadélfia, Jaguarari e Senhor do Bonfim (TI Piemonte Norte do Itapicuru); Água Fria, Anguera, Antônio Cardoso, Conceição da Feira, Conceição do Jacuípe, Coração de Maria, Feira de Santana, Ipecaetá, Irará, Santa Bárbara, Santanópolis, Santo Estêvão, São Gonçalo dos Campos, Tanquinho e Teodoro Sampaio (TI Portal do Sertão); Cabaceiras do Paraguaçu, Castro Alves, Conceição do Almeida e Varzedo (TI Recôncavo); Euclides da Cunha (TI Semi-Árido Nordeste II); Canudos, Casa Nova, Curaçá, Juazeiro, Sento Sé, Sobradinho e Uauá (TI Sertão do São Francisco); Brumado, Caculé, Caetité, Contendas do Sincorá, Dom Basílio, Ituaçu, Lagoa Real, Livramento de Nossa Senhora, Malhada de Pedras, Rio do Antônio e Tanhaçu (TI Sertão Produtivo); Araci, Barrocas, Biritinga, Candeal, Cansanção, Conceição do Coité, Ichu, Itiúba, Lamarão, Monte Santo, Nordestina, Queimadas, Quijingue, Retirolândia, Santaluz, São Domingos, Serrinha, Teofilândia, Tucano e Valente (TI Sisal); Amargosa, Maracás, Milagres e São Miguel das Matas (TI Vale do Jiquiriçá); Anagé, Aracatu, Belo Campo, Caetanos, Caraíbas, Guajeru, Maetinga, Mirante, Presidente Jânio Quadros, Tremedal e Vitória da Conquista (TI Vitória da Conquista).	6, 7, 8, 9, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 30, 32, 33	Elevada propensão ao associativismo e ao cooperativismo, mesmo Pintadas não sendo um grande produtor de caprinos e ovinos.  A dotação de capital social amplia a competitividade do arranjo, em função das possibilidades de produzir em escala maior, ampliar o processamento mediante uso múltiplo de equipamentos de abate e fabricação de produtos lácteos, promovendo maior sinergia na cadeia produtiva.	Baixa propensão ao associativismo nos demais municípios onde o arranjo está presente.  A fragilidade da Subcâmara Setorial da Cadeia Produtiva de Caprinos e Ovinos faz com que não sejam conduzidas propostas de políticas setoriais mais abrangentes.	Estimular o associativismo por meio de ações de mobilização comunitária e apresentar casos de sucesso de Valente e de Pintadas aos produtores de todas as regiões.

(Continua)

ASPECTO: ARRANJO DA CAPRINOCULTURA					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Município(s) onde ocorre(m) o(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) os critério(s)	Atributo(s) que potencializa(m) o arranjo	Fator(es) que impede(m) ou restringe(m) o arranjo	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) do arranjo
<p>Mercado nas UTBs Depressão Sertaneja de Curaçá (UTB 61), Depressão Sertaneja (UTB 62) e Residuais nas Depressões Interplanálticas (UTB 65)</p>	<p>Baixa Grande, Capela do Alto Alegre, Gavião, Ipirá, Mairi, Nova Fátima, Pé de Serra, Pintadas, Riachão do Jacuípe, São José do Jacuípe, Serra Preta e Várzea da Roça (TI Bacia do Jacuípe); Paramirim (TI Bacia do Paramirim); Abaíra, Barra da Estiva, Ibicoara, Iramaia, Itaeté, Jussiape, Marcionílio Souza, Mucugê e Rio de Contas (TI Chapada Diamantina); Abaré, Chorrochó, Macururé e Rodelas (TI Itaparica); Ouriçangas, Pedrão e Sátiro Dias (TI Litoral Norte e Agreste Baiano); Manoel Vitorino (TI Médio Rio de Contas); Capim Grosso (TI Piemonte da Diamantina); Boa Vista do Tupim, Iaçú, Itaberaba, Itatim, Macajuba, Rafael Jambeiro, Ruy Barbosa e Santa Teresinha (TI Piemonte do Paraguaçu); Andorinha, Antônio Gonçalves, Campo Formoso, Filadélfia, Jaguarari e Senhor do Bonfim (TI Piemonte Norte do Itapicuru); Água Fria, Anguera, Antônio Cardoso, Conceição da Feira, Conceição do Jacuípe, Coração de Maria, Feira de Santana, Ipecaetá, Irará, Santa Bárbara, Santanópolis, Santo Estêvão, São Gonçalo dos Campos, Tanquinho e Teodoro Sampaio (TI Portal do Sertão); Cabaceiras do Paraguaçu, Castro Alves, Conceição do Almeida e Varzedo (TI Recôncavo); Euclides da Cunha (TI Semi-Árido Nordeste II); Canudos, Casa Nova, Curaçá, Juazeiro, Sento Sé, Sobradinho e Uauá (TI Sertão do São Francisco); Brumado, Caculé, Caetité, Contendas do Sincorá, Dom Basílio, Ituaçu, Lagoa Real, Livramento de Nossa Senhora, Malhada de Pedras, Rio do Antônio e Tanhaçu (TI Sertão Produtivo); Araci, Barrocas, Biritinga, Candeal, Cansanção, Conceição do Coité, Ichu, Itiúba, Lamarão, Monte Santo, Nordestina, Queimadas, Quijingue, Retirolândia, Santaluz, São Domingos, Serrinha, Teofilândia, Tucano e Valente (TI Sisal); Amargosa, Maracás, Milagres e São Miguel das Matas (TI Vale do Jiquiriçá); Anagé, Aracatu, Belo Campo, Caetanos, Caraíbas, Guajeru, Maetinga, Mirante, Presidente Jânio Quadros, Tremedal e Vitória da Conquista (TI Vitória da Conquista).</p>	<p>6, 7, 8, 9, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 30, 32, 33</p>	<p>Mercado de carne de caprinos e ovinos diferenciado e em expansão.  Valorização dos produtos lácteos do leite de cabra.  O potencial de mercado de queijos de cabra é elevado para variados tipos convencionais como: Frescal, Boursin, Moleson, Chevrotin, Chabichou, Crotin, Saint Maure, Pirâmide, etc. e também para queijos de coagulação enzimática, massa semi dura com olhaduras propiônicas, como o Gran Caprino, Caprino Serrano e Caprino Esférico.</p>		<p>Estimular programas de pesquisas visando nutrição animal, com racionalização do pastejo e visando o melhoramento do rebanho, que deve vir acompanhado de mudanças no manejo reprodutivo, com utilização de híbridos.  Estabelecer padrões de produção compatíveis com a exigência dos mercados, baseados na racionalização da produção e do processamento lácteo.</p>

(Continua)

ASPECTO: ARRANJO DA CAPRINOCULTURA					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Município(s) onde ocorre(m) o(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) os critério(s)	Atributo(s) que potencializa(m) o arranjo	Fator(es) que impede(m) ou restringe(m) o arranjo	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) do arranjo
Infraestrutura nas UTBs Depressão Sertaneja de Curaçá (UTB 61), Depressão Sertaneja (UTB 62) e Residuais nas Depressões Interplanálticas (UTB 65)	Baixa Grande, Capela do Alto Alegre, Gavião, Ipirá, Mairi, Nova Fátima, Pé de Serra, Pintadas, Riachão do Jacuípe, São José do Jacuípe, Serra Preta e Várzea da Roça (TI Bacia do Jacuípe); Paramirim (TI Bacia do Paramirim); Abaíra, Barra da Estiva, Ibicoara, Iramaia, Itaeté, Jussiape, Marcionílio Souza, Mucugê e Rio de Contas (TI Chapada Diamantina); Abaré, Chorrochó, Macururé e Rodelas (TI Itaparica); Ouriçangas, Pedrão e Sátiro Dias (TI Litoral Norte e Agreste Baiano); Manoel Vitorino (TI Médio Rio de Contas); Capim Grosso (TI Piemonte da Diamantina); Boa Vista do Tupim, Iaçú, Itaberaba, Itatim, Macajuba, Rafael Jambeiro, Ruy Barbosa e Santa Teresinha (TI Piemonte do Paraguaçu); Andorinha, Antônio Gonçalves, Campo Formoso, Filadélfia, Jaguarari e Senhor do Bonfim (TI Piemonte Norte do Itapicuru); Água Fria, Anguera, Antônio Cardoso, Conceição da Feira, Conceição do Jacuípe, Coração de Maria, Feira de Santana, Ipecaetá, Irará, Santa Bárbara, Santanópolis, Santo Estêvão, São Gonçalo dos Campos, Tanquinho e Teodoro Sampaio (TI Portal do Sertão); Cabaceiras do Paraguaçu, Castro Alves, Conceição do Almeida e Varzedo (TI Recôncavo); Euclides da Cunha (TI Semi-Árido Nordeste II); Canudos, Casa Nova, Curaçá, Juazeiro, Sento Sé, Sobradinho e Uauá (TI Sertão do São Francisco); Brumado, Caculé, Caetité, Contendas do Sincorá, Dom Basílio, Ituaçu, Lagoa Real, Livramento de Nossa Senhora, Malhada de Pedras, Rio do Antônio e Tanhaçu (TI Sertão Produtivo); Araci, Barrocas, Biritinga, Candeal, Cansanção, Conceição do Coité, Ichu, Itiúba, Lamarão, Monte Santo, Nordestina, Queimadas, Quijingue, Retirolândia, Santaluz, São Domingos, Serrinha, Teofilândia, Tucano e Valente (TI Sisal); Amargosa, Maracás, Milagres e São Miguel das Matas (TI Vale do Jiquiriçá); Anagé, Aracatu, Belo Campo, Caetanos, Caraíbas, Guajeru, Maetinga, Mirante, Presidente Jânio Quadros, Tremedal e Vitória da Conquista (TI Vitória da Conquista).	6, 7, 8, 9, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 30, 32, 33		Deficiências em termos de estradas vicinais, eletrificação, e estruturas de abate e armazenamento a frio e sem grandes variações nos municípios produtores. Uma melhor infraestrutura contribuiria para prover acesso e externalidades positivas, além da redução dos custos de transporte de insumos e produtos, melhorando a competitividade da cadeia produtiva.	Incluir os municípios produtores em programas de infraestrutura de transportes (rodovias e ferrovias), de energia e de fomento à agroindustrialização, com implantação de frigoríficos e laticínios.

(Continua)

ASPECTO: ARRANJO DA CAPRINOCULTURA					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Município(s) onde ocorre(m) o(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) os critério(s)	Atributo(s) que potencializa(m) o arranjo	Fator(es) que impede(m) ou restringe(m) o arranjo	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) do arranjo
Agricultura familiar nas UTBs Depressão Sertaneja de Curaçá (UTB 61), Depressão Sertaneja (UTB 62) e Residuais nas Depressões Interplanálticas (UTB 65)	Baixa Grande, Capela do Alto Alegre, Gavião, Ipirá, Mairi, Nova Fátima, Pé de Serra, Pintadas, Riachão do Jacuípe, São José do Jacuípe, Serra Preta e Várzea da Roça (TI Bacia do Jacuípe); Paramirim (TI Bacia do Paramirim); Abaíra, Barra da Estiva, Ibicoara, Iramaia, Itaeté, Jussiape, Marcionílio Souza, Mucugê e Rio de Contas (TI Chapada Diamantina); Abaré, Chorrochó, Macururé e Rodelas (TI Itaparica); Ouriçangas, Pedrão e Sátiro Dias (TI Litoral Norte e Agreste Baiano); Manoel Vitorino (TI Médio Rio de Contas); Capim Grosso (TI Piemonte da Diamantina); Boa Vista do Tupim, Iaçú, Itaberaba, Itatim, Macajuba, Rafael Jambeiro, Ruy Barbosa e Santa Teresinha (TI Piemonte do Paraguaçu); Andorinha, Antônio Gonçalves, Campo Formoso, Filadélfia, Jaguarari e Senhor do Bonfim (TI Piemonte Norte do Itapicuru); Água Fria, Anguera, Antônio Cardoso, Conceição da Feira, Conceição do Jacuípe, Coração de Maria, Feira de Santana, Ipecaetá, Irará, Santa Bárbara, Santanópolis, Santo Estêvão, São Gonçalo dos Campos, Tanquinho e Teodoro Sampaio (TI Portal do Sertão); Cabaceiras do Paraguaçu, Castro Alves, Conceição do Almeida e Varzedo (TI Recôncavo); Euclides da Cunha (TI Semi-Árido Nordeste II); Canudos, Casa Nova, Curaçá, Juazeiro, Sento Sé, Sobradinho e Uauá (TI Sertão do São Francisco); Brumado, Caculé, Caetité, Contendas do Sincorá, Dom Basílio, Ituaçu, Lagoa Real, Livramento de Nossa Senhora, Malhada de Pedras, Rio do Antônio e Tanhaçu (TI Sertão Produtivo); Araci, Barrocas, Biritinga, Candeal, Cansanção, Conceição do Coité, Ichu, Itiúba, Lamarão, Monte Santo, Nordestina, Queimadas, Quijingue, Retírolândia, Santaluz, São Domingos, Serrinha, Teofilândia, Tucano e Valente (TI Sisal); Amargosa, Maracás, Milagres e São Miguel das Matas (TI Vale do Jiquiriçá); Anagé, Aracatu, Belo Campo, Caetanos, Caraíbas, Guajeru, Maetinga, Mirante, Presidente Jânio Quadros, Tremedal e Vitória da Conquista (TI Vitória da Conquista).	6, 7, 8, 9, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 30, 32, 33	O potencial de incorporação para agricultura familiar é bastante elevado, havendo predominância deste agente e experiências bem sucedidas, sobretudo no município de Pintadas.		Estimular programas de acesso a terra, de financiamento e de assistência técnica para melhorar o estado da arte da produção familiar de animais para o abate ou produção leiteira.  Criar cooperativas e associações, visando beneficiamento e industrialização comunitários e ampliando a participação da agricultura familiar.  Favorecer a utilização de técnicas avançadas de produção e beneficiamento para maior retorno social.

(Continua)

ASPECTO: ARRANJO DA CAPRINOCULTURA					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Município(s) onde ocorre(m) o(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) os critério(s)	Atributo(s) que potencializa(m) o arranjo	Fator(es) que impede(m) ou restringe(m) o arranjo	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) do arranjo
Municípios produtores não inseridos nas principais regiões de produção	<p>Quixabeira e Várzea do Poço (TI Bacía do Jacuípe);</p> <p>Boquira, Botuporã, Caturama, Érico Cardoso, Ibitipanga, Macaúbas, Rio do Pires e Tanque Novo (TI Bacía do Paramirim);</p> <p>Brejolândia, Canápolis, Cocos, Coribe, Correntina, Jaborandi, Santa Maria da Vitória, Santana, São Félix do Coribe, Serra Dourada e Tabocas do Brejo Velho (TI Bacía do Rio Corrente);</p> <p>Angical, Baianópolis, Barreiras, Buritirama, Catolândia, Cotegipe, Cristópolis, Formosa do Rio Preto, Luís Eduardo Magalhães, Mansidão, Riachão das Neves, Santa Rita de Cássia, São Desidério e Wanderley (TI Bacía do Rio Grande);</p> <p>Camamu, Gandu, Ibirapitanga, Jaguaripe, Pirai do Norte, Teolândia, Valença e Wenceslau Guimarães (TI Baixo Sul);</p> <p>Andaraí, Boninal, Bonito, Ibitiara, Iraquara, Lençóis, Morro do Chapéu, Nova Redenção, Novo Horizonte, Palmeiras, Piatã, Seabra, Souto Soares, Utinga e Wagner (TI Chapada Diamantina);</p> <p>Belmonte, Eunápolis, Guaratinga, Itabela, Itagimirim, Itapebi, Porto Seguro e Santa Cruz Cabralia (TI Costa do Descobrimento);</p> <p>Alcobaça, Caravelas, Ibirapuã, Itamaraju, Itanhém, Jucuruçu, Lajedão, Medeiros Neto, Mucuri, Nova Viçosa, Prado, Teixeira de Freitas e Vereda (TI Extremo Sul);</p> <p>América Dourada, Barra do Mendes, Barro Alto, Cafarnaum, Canarana, Central, Gentio do Ouro, Ibipéba, Ibititá, Ipupiara, Irecê, Itaguaçu da Bahia, João Dourado, Jussara, Lapão, Mulungu do Morro, Presidente Dutra, São Gabriel, Uibaí e Xique-Xique (TI Irecê);</p> <p>Glória e Paulo Afonso (TI Itaparica);</p> <p>Acajutiba, Alagoinhas, Aporá, Araças, Aramari, Cardeal da Silva, Catu, Conde, Crisópolis, Entre Rios, Esplanada, Inhambupe, Itanagra, Itapicuru, Jandaíra, Mata de São João, Olindina, Pojuca e Rio Real (TI Litoral Norte e Agreste Baiano);</p> <p>Almadina, Aurelino Leal, Barro Preto, Buerarema, Camacan, Coaraci, Floresta Azul, Ibicaraí, Ilhéus, Itaju do Colônia, Itajuípe, Itapé, Itapitanga, Jussari, Maraú, Mascote, Pau Brasil, São José da Vitória e Una (TI Litoral Sul);</p> <p>Aiquara, Barra do Rocha, Boa Nova, Dário Meira, Gongogi, Ibirataia, Ipiáú, Itagi, Itagibá, Itamari, Jequié, Jitaúna e Nova Ibiá (TI Médio Rio de Contas);</p>	1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 18, 19, 20, 21, 22, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36		Municípios não inseridos nas principais áreas de produção do arranjo e que não usufruem das vantagens locais dessas áreas, como: acesso a insumos e serviços relacionados ao arranjo, facilidades para escoamento da produção e disponibilidade de assistência técnica e mão de obra especializada etc.	

(Continua)



ASPECTO: ARRANJO DA CAPRINOCULTURA					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Município(s) onde ocorre(m) o(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) os critério(s)	Atributo(s) que potencializa(m) o arranjo	Fator(es) que impede(m) ou restringe(m) o arranjo	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) do arranjo
Municípios produtores não inseridos nas principais regiões de produção - continuação	Caatiba, Firmino Alves, Ibicuí, Iguai, Itambé, Itapetinga, Itarantim, Itororó, Macarani, Maiquinique, Nova Canaã, Potiraguá e Santa Cruz da Vitória (TI Médio Sudoeste da Bahia); Caém, Jacobina, Miguel Calmon, Mirangaba, Ourolândia, Saúde, Serrolândia, Umburanas e Várzea Nova (TI Piemonte da Diamantina); Ibiquera, Lajedinho, Mundo Novo, Piritiba e Tapiramutá (TI Piemonte do Paraguaçu); Caldeirão Grande, Pindobaçu e Ponto Novo (TI Piemonte Norte do Itapicuru); Amélia Rodrigues e Terra Nova (TI Portal do Sertão); Cachoeira, Cruz das Almas, Governador Mangabeira, Maragogipe, Muritiba, Santo Amaro, São Felipe, São Félix, São Francisco do Conde, São Sebastião do Passé, Sapeaçu e Saubara (TI Recôncavo); Camaçari, Candeias, Dias d'Ávila e Simões Filho (TI Região Metropolitana de Salvador); Ajustina, Antas, Banzaê, Cícero Dantas, Cipó, Coronel João Sá, Fátima, Heliópolis, Jeremoabo, Nova Soure, Novo Triunfo, Paripiranga, Pedro Alexandre, Ribeira do Amparo, Ribeira do Pombal, Santa Brígida e Sítio do Quinto (TI Semi-Árido Nordeste II); Campo Alegre de Lourdes, Pilão Arcado e Remanso (TI Sertão do São Francisco); Candiba, Guanambi, Ibiassucê, Iuiú, Palmas de Monte Alto, Pindaí, Sebastião Laranjeiras e Urandi (TI Sertão Produtivo); Brejões, Cravolândia, Irajuba, Itaquara, Itiruçu, Jaguaquara, Jiquiriçá, Lafaiete Coutinho, Laje, Lajedo do Tabocal, Mutuípe, Nova Itarana, Planaltino, Santa Inês e Ubaíra (TI Vale do Jiquiriçá); Barra, Bom Jesus da Lapa, Brotas de Macaúbas, Carinhanha, Feira da Mata, Ibotirama, Igaporã, Malhada, Matina, Morpará, Muquém de São Francisco, Oliveira dos Brejinhos, Paratinga, Riacho de Santana, Serra do Ramalho e Sítio do Mato (TI Velho Chico); Barra do Choça, Bom Jesus da Serra, Cândido Sales, Condeúba, Cordeiros, Encruzilhada, Jacaraci, Licínio de Almeida, Mortugaba, Piripá, Planalto, Poções e Ribeirão do Largo (TI Vitória da Conquista).	1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 18, 19, 20, 21, 22, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36		Municípios não inseridos nas principais áreas de produção do arranjo e que não usufruem das vantagens locais dessas áreas, como: acesso a insumos e serviços relacionados ao arranjo, facilidades para escoamento da produção e disponibilidade de assistência técnica e mão de obra especializada etc.	

Fonte: Consórcio Geohidro-Sondotécnica, 2013

Quadro 53 – Síntese de potencialidades, limitações e recomendações referentes ao tema Arranjos Produtivos Rurais: Arranjo de Citros

ASPECTO: ARRANJO DE CITROS					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Município(s) onde ocorre(m) o(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) os critério(s)	Atributo(s) que potencializa(m) o arranjo	Fator(es) que impede(m) ou restringe(m) o arranjo	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) do arranjo
Desempenho do arranjo nas UTBs Tabuleiro da Bacia do Tucano Sul (UTB 16) e Planalto Dissecado do Aporá (UTB 45)	Acajutiba, Alagoinhas, Aporá, Araças, Aramari, Conde, Crisópolis, Entre Rios, Esplanada, Inhambupe, Itapicuru, Jandaíra, Olindina, Rio Real e Sátiro Dias (TI Litoral Norte e Agreste Baiano); Água Fria (TI Portal do Sertão); Biritinga (TI Sisal).	6, 7, 8, 9, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 30, 32, 33	Potencial de expansão da área cultivada e aprimoramento dos padrões de produção, graças às pesquisas no setor.  Situação melhor no que tange à laranja na região e entorno de Rio Real.  O estado da arte da citricultura pode ser definido como medianamente tecnificado, para os padrões da Revolução Verde.  Área de maior potencial para expansão.	Limitação no que tange à gestão produtiva devido ao conservadorismo dos agentes.  Concorrência de outras lavouras que disputam o espaço.	Fomentar a assistência técnica, uma vez que a produção científica sobre citricultura é elevada graças ao CNPMF da EMBRAPA.  Reduzir as diferenças e elevar a produtividade tanto de laranja como de limão.
Desempenho do arranjo na UTB Tabuleiro Pré-Litorâneo (UTB 5)	Aratuípe, Jaguaripe, Presidente Tancredo Neves e Valença (TI Baixo Sul); Conceição da Feira, Feira de Santana e São Gonçalo dos Campos (TI Portal do Sertão); Cabaceiras do Paraguaçu, Cachoeira, Castro Alves, Conceição do Almeida, Cruz das Almas, Dom Macedo Costa, Governador Mangabeira, Maragogipe, Muritiba, Santo Amaro, Santo Antônio de Jesus, São Felipe, São Félix, Sapeaçu e Varzedo (TI Recôncavo); Amargosa, Elísio Medrado, Laje, Mutuípe e São Miguel das Matas (TI Vale do Jiquiriçá).	20, 23, 24, 25, 26, 33, 36	Potencial de expansão da área cultivada e aprimoramento dos padrões de produção, graças às pesquisas no setor.  Proximidade do CNPMF EMBRAPA e da pós-graduação da UFRB em fruticultura, podendo tornar os agentes produtivos mais sensíveis a práticas agroecológicas.  Situação melhor no que tange ao limão.  O padrão de produção da citricultura pode ser definido como medianamente tecnificado, para os padrões da Revolução Verde.  Área mais tradicional e que no passado chegou a responder por uma maior oferta ao nível nacional, sendo por isto contemplada com a fundação de um centro de pesquisas da rede da EMBRAPA.	Limitação no que tange à gestão produtiva devido ao conservadorismo dos agentes.	Fomentar a assistência técnica, uma vez que a produção científica sobre citricultura é elevada graças ao CNPMF da EMBRAPA.  Reduzir as diferenças e elevar a produtividade tanto de laranja como de limão.
Capital humano nas UTBs Tabuleiro da Bacia do Tucano Sul (UTB 16) e Planalto Dissecado do Aporá (UTB 45)	Acajutiba, Alagoinhas, Aporá, Araças, Aramari, Conde, Crisópolis, Entre Rios, Esplanada, Inhambupe, Itapicuru, Jandaíra, Olindina, Rio Real e Sátiro Dias (TI Litoral Norte e Agreste Baiano); Água Fria (TI Portal do Sertão); Biritinga (TI Sisal).	6, 7, 8, 9, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 30, 32, 33		Baixa oferta de capacitação profissional específica.  A elevação da competitividade do arranjo está comprometida em razão da reduzida absorção de mão de obra qualificada e da não adoção de preceitos de gestão moderna.	Ampliar a oferta de capacitação técnica especializada.
Capital humano na UTB Tabuleiro Pré-Litorâneo (UTB 5)	Aratuípe, Jaguaripe, Presidente Tancredo Neves e Valença (TI Baixo Sul); Conceição da Feira, Feira de Santana e São Gonçalo dos Campos (TI Portal do Sertão); Cabaceiras do Paraguaçu, Cachoeira, Castro Alves, Conceição do Almeida, Cruz das Almas, Dom Macedo Costa, Governador Mangabeira, Maragogipe, Muritiba, Santo Amaro, Santo Antônio de Jesus, São Felipe, São Félix, Sapeaçu e Varzedo (TI Recôncavo); Amargosa, Elísio Medrado, Laje, Mutuípe e São Miguel das Matas (TI Vale do Jiquiriçá).	20, 23, 24, 25, 26, 33, 36	Oferta satisfatória de capacitação profissional específica.  Presença de centro de pesquisa e curso de agronomia oferecido pela UFRB que oferece também um mestrado e um doutorado em fruticultura tropical, havendo centenas de dissertações e teses sobre citricultura.	Baixa apropriação de conhecimento, resultado da má gestão do negócio agrícola.	

(Continua)

ASPECTO: ARRANJO DE CITROS					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Município(s) onde ocorre(m) o(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) os critério(s)	Atributo(s) que potencializa(m) o arranjo	Fator(es) que impede(m) ou restringe(m) o arranjo	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) do arranjo
Capital social nas UTBs Tabuleiro da Bacia do Tucano Sul (UTB 16) e Planalto Dissecado do Aporá (UTB 45)	Acajutiba, Alagoinhas, Aporá, Araças, Aramari, Conde, Crisópolis, Entre Rios, Esplanada, Inhambupe, Itapicuru, Jandaíra, Olindina, Rio Real e Sátiro Dias (TI Litoral Norte e Agreste Baiano); Água Fria (TI Portal do Sertão); Biritinga (TI Sisal).	6, 7, 8, 9, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 30, 32, 33		Baixa propensão ao associativismo e fragilidade da câmara setorial que não conduz propostas de políticas mais abrangentes para a citricultura regional.  Restrição da competitividade do arranjo em função da incapacidade de promover ações comuns, inclusive aquelas que poderiam aumentar a propensão a investir e assumir riscos, nesse sentido, a Subcâmara da cadeia produtiva da citricultura poderia contribuir.	Estimular o associativismo por meio de ações de mobilização comunitária e apresentar casos de sucesso do associativismo da Coopealnor e da Associação dos Citricultores da Bahia (ASCIBA).
Capital social na UTB Tabuleiro Pré-Litorâneo (UTB 5)	Aratuípe, Jaguaripe, Presidente Tancredo Neves e Valença (TI Baixo Sul); Conceição da Feira, Feira de Santana e São Gonçalo dos Campos (TI Portal do Sertão); Cabaceiras do Paraguaçu, Cachoeira, Castro Alves, Conceição do Almeida, Cruz das Almas, Dom Macedo Costa, Governador Mangabeira, Maragogipe, Muritiba, Santo Amaro, Santo Antônio de Jesus, São Felipe, São Félix, Sapeaçu e Varzedo (TI Recôncavo); Amargosa, Elísio Medrado, Laje, Mutuípe e São Miguel das Matas (TI Vale do Jiquiriçá).	20, 23, 24, 25, 26, 33, 36		Baixa propensão ao associativismo e fragilidade da câmara setorial que não conduz propostas de políticas mais abrangentes para a citricultura regional.  Restrição da competitividade do arranjo em função da incapacidade de promover ações comuns, inclusive aquelas que poderiam aumentar a propensão a investir e assumir riscos.	Estimular o associativismo por meio de ações de mobilização comunitária e apresentar casos de sucesso do associativismo da Coopealnor e da Associação dos Citricultores da Bahia (ASCIBA).
Mercado nas UTBs Tabuleiro da Bacia do Tucano Sul (UTB 16) e Planalto Dissecado do Aporá (UTB 45)	Acajutiba, Alagoinhas, Aporá, Araças, Aramari, Conde, Crisópolis, Entre Rios, Esplanada, Inhambupe, Itapicuru, Jandaíra, Olindina, Rio Real e Sátiro Dias (TI Litoral Norte e Agreste Baiano); Água Fria (TI Portal do Sertão); Biritinga (TI Sisal).	6, 7, 8, 9, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 30, 32, 33		Limitação para o mercado nacional devido à qualidade das frutas, inferiores em relação às provenientes do Sudeste e Sul do Brasil e à pequena produção da Chapada Diamantina.  Não há empenho de produtores em melhorar a qualidade da laranja e nem cogitação de busca de qualidade para exportação.	Estimular a produção de variedades e espécies de maior aceitação no mercado de frutas frescas.  Promover o aumento de escala da planta de extração desuco da Coopealnor, visto que, para produção de suco concentrado, o produto não tem desvantagem.
Mercado na UTB Tabuleiro Pré-Litorâneo (UTB 5)	Aratuípe, Jaguaripe, Presidente Tancredo Neves e Valença (TI Baixo Sul); Conceição da Feira, Feira de Santana e São Gonçalo dos Campos (TI Portal do Sertão); Cabaceiras do Paraguaçu, Cachoeira, Castro Alves, Conceição do Almeida, Cruz das Almas, Dom Macedo Costa, Governador Mangabeira, Maragogipe, Muritiba, Santo Amaro, Santo Antônio de Jesus, São Felipe, São Félix, Sapeaçu e Varzedo (TI Recôncavo); Amargosa, Elísio Medrado, Laje, Mutuípe e São Miguel das Matas (TI Vale do Jiquiriçá).	20, 23, 24, 25, 26, 33, 36		Limitação para o mercado nacional devido à qualidade das frutas, inferiores em relação às provenientes do Sudeste e Sul do Brasil e à pequena produção da Chapada Diamantina.  Não há empenho de produtores em melhorar a qualidade da laranja e nem cogitação de busca de qualidade para exportação.	Estimular a produção de variedades e espécies de maior aceitação no mercado de frutas frescas.  Promover o aumento de escala da planta de extração de suco da Coopealnor, visto que para produção de suco concentrado o produto não tem desvantagem.

(Continua)

ASPECTO: ARRANJO DE CITROS					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Município(s) onde ocorre(m) o(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) os critério(s)	Atributo(s) que potencializa(m) o arranjo	Fator(es) que impede(m) ou restringe(m) o arranjo	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) do arranjo
Infraestrutura nas UTBs Tabuleiro da Bacia do Tucano Sul (UTB 16) e Planalto Dissecado do Aporá (UTB 45)	Acajutiba, Alagoinhas, Aporá, Araças, Aramari, Conde, Crisópolis, Entre Rios, Esplanada, Inhambupe, Itapicuru, Jandaíra, Olindina, Rio Real e Sátiro Dias (TI Litoral Norte e Agreste Baiano); Água Fria (TI Portal do Sertão); Birtinga (TI Sisal).	6, 7, 8, 9, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 30, 32, 33		Ausência de uma infraestrutura adequada, o que eleva os custos de transporte de insumos e produtos, reduzindo a competitividade.	Incluir as áreas produtoras em programas de infraestrutura de transportes, rodovias, portos e ferrovias, em infraestrutura energética e em programas de armazenamento.
Infraestrutura na UTB Tabuleiro Pré-Litorâneo (UTB 5)	Aratuípe, Jaguaripe, Presidente Tancredo Neves e Valença (TI Baixo Sul); Conceição da Feira, Feira de Santana e São Gonçalo dos Campos (TI Portal do Sertão); Cabaceiras do Paraguaçu, Cachoeira, Castro Alves, Conceição do Almeida, Cruz das Almas, Dom Macedo Costa, Governador Mangabeira, Maragogipe, Muritiba, Santo Amaro, Santo Antônio de Jesus, São Felipe, São Félix, Sapeaçu e Varzedo (TI Recôncavo); Amargosa, Elísio Medrado, Laje, Mutuípe e São Miguel das Matas (TI Vale do Jiquiriçá).	20, 23, 24, 25, 26, 33, 36		Ausência de uma infraestrutura adequada, o que eleva os custos de transporte de insumos e produtos, reduzindo a competitividade.	Incluir as áreas produtoras em programas de infraestrutura de transportes, rodovias, portos e ferrovias, em infraestrutura energética e em programas de armazenamento.  Melhorar a infraestrutura de transportes rodoviários e ferroviário e conceber um terminal de embarque frutas nas proximidades de Maraogipe, visando o transporte de limão, por via marítima até o porto de Salvador.
Agricultura familiar nas UTBs Tabuleiro da Bacia do Tucano Sul (UTB 16) e Planalto Dissecado do Aporá (UTB 45)	Acajutiba, Alagoinhas, Aporá, Araças, Aramari, Conde, Crisópolis, Entre Rios, Esplanada, Inhambupe, Itapicuru, Jandaíra, Olindina, Rio Real e Sátiro Dias (TI Litoral Norte e Agreste Baiano); Água Fria (TI Portal do Sertão); Birtinga (TI Sisal).	6, 7, 8, 9, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 30, 32, 33		Médio a baixo potencial de incorporação da agricultura familiar, devido aos elevados investimentos e custos de produção, sem retorno imediato.  Existência de concentração de terras, e prática da citricultura como atividade secundária de grandes pecuaristas, comerciantes e profissionais liberais.	Estimular programas de acesso à terra, de financiamento e de assistência técnica, que podem vir a ampliar a participação da agricultura familiar no arranjo citros.  Promover a melhoria da qualidade dos frutos mediante material genético adequado e assistência técnica, o que garantirá uma maior receita.
Agricultura familiar na UTB Tabuleiro Pré-Litorâneo (UTB 5)	Aratuípe, Jaguaripe, Presidente Tancredo Neves e Valença (TI Baixo Sul); Conceição da Feira, Feira de Santana e São Gonçalo dos Campos (TI Portal do Sertão); Cabaceiras do Paraguaçu, Cachoeira, Castro Alves, Conceição do Almeida, Cruz das Almas, Dom Macedo Costa, Governador Mangabeira, Maragogipe, Muritiba, Santo Amaro, Santo Antônio de Jesus, São Felipe, São Félix, Sapeaçu e Varzedo (TI Recôncavo); Amargosa, Elísio Medrado, Laje, Mutuípe e São Miguel das Matas (TI Vale do Jiquiriçá).	20, 23, 24, 25, 26, 33, 36	Menor concentração de terra e maior presença da agricultura familiar, que bem orientada pode se especializar na produção de citros e abandonar a produção de fumo e mandioca.	É uma atividade na qual, com poucas exceções, a agricultura familiar não se faz presente. Isto se explica pelos elevados investimentos e custos de produção, com retorno dependendo da primeira safra que se dá, em geral, a partir do 3º ano após o plantio. Além disso, há concentração de terra e a citricultura é, em muitos casos, uma atividade secundária de grandes pecuaristas, comerciantes, profissionais liberais etc.	Estimular programas de acesso à terra, de financiamento e de assistência técnica, que podem vir a ampliar a participação da agricultura familiar no arranjo citros.  Promover a melhoria da qualidade dos frutos mediante material genético adequado e assistência técnica, o que garantirá uma maior receita.

(Continua)

ASPECTO: ARRANJO DE CITROS					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Município(s) onde ocorre(m) o(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) os critério(s)	Atributo(s) que potencializa(m) o arranjo	Fator(es) que impede(m) ou restringe(m) o arranjo	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) do arranjo
Municípios produtores não inseridos nas principais regiões de produção	<p>Érico Cardoso, Macaúbas, Paramirim e Tanque Novo (TI Bacia do Paramirim);</p> <p>Brejolândia, Cocos, Coribe, Correntina, Jaborandi, Santa Maria da Vitória, Santana, São Félix do Coribe, Serra Dourada e Tabocas do Brejo Velho (TI Bacia do Rio Corrente);</p> <p>Barreiras, Formosa do Rio Preto, Luís Eduardo Magalhães, Riachão das Neves e São Desidério (TI Bacia do Rio Grande);</p> <p>Camamu, Gandu, Ibirapitanga, Igrapiúna, Ituberá, Nilo Peçanha, Piraí do Norte, Taperoá e Wenceslau Guimarães (TI Baixo Sul);</p> <p>Abaíra, Barra da Estiva, Bonito, Ibicoara, Ibitiara, Itaeté, Jussiape, Marcionílio Souza, Morro do Chapéu, Mucugê, Piatã, Rio de Contas, Seabra, Souto Soares e Wagner (TI Chapada Diamantina);</p> <p>Eunápolis, Itabela e Porto Seguro (TI Costa do Descobrimento);</p> <p>Alcobaça, Caravelas, Ibirapuã, Itamaraju, Itanhém, Jucuruçu, Lajedão, Mucuri, Nova Viçosa, Prado, Teixeira de Freitas e Vereda (TI Extremo Sul);</p> <p>Barra do Mendes, Barro Alto, Central, Gentio do Ouro, Ibititá, Irecê, Itaguaçu da Bahia, Uibaí e Xique-Xique (TI Irecê);</p> <p>Cardeal da Silva, Catu, Mata de São João, Pedrão e Pojuca (TI Litoral Norte e Agreste Baiano);</p> <p>Maraú (TI Litoral Sul);</p> <p>Apuarema, Dário Meira, Ibirataia, Itagibá, Itamari e Nova Ibiá (TI Médio Rio de Contas);</p> <p>Caatiba, Itarantim e Itororó (TI Médio Sudoeste da Bahia);</p> <p>Caém, Jacobina, Miguel Calmon, Mirangaba, Saúde e Serrolândia (TI Piemonte da Diamantina);</p> <p>Boa Vista do Tupim, Iaçú, Itaberaba, Macajuba e Ruy Barbosa (TI Piemonte do Paraguaçu);</p> <p>Antônio Gonçalves, Campo Formoso, Pindobaçu e Senhor do Bonfim (TI Piemonte Norte do Itapicuru);</p> <p>Amélia Rodrigues, Conceição do Jacuípe, Coração de Maria, Ipecaetá, Irará, Santa Bárbara, Santanópolis, Santo Estêvão, Teodoro Sampaio e Terra Nova (TI Portal do Sertão);</p>	Todas		Municípios não inseridos nas principais áreas de produção do arranjo e que não usufruem das vantagens locais dessas áreas, como: acesso a insumos e serviços relacionados ao arranjo, facilidades para escoamento da produção e disponibilidade de assistência técnica e mão de obra especializada etc.	

(Continua)



ASPECTO: ARRANJO DE CITROS					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Município(s) onde ocorre(m) o(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) os critério(s)	Atributo(s) que potencializa(m) o arranjo	Fator(es) que impede(m) ou restringe(m) o arranjo	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) do arranjo
Municípios produtores não inseridos nas principais regiões de produção - continuação	Muniz Ferreira, Nazaré e São Sebastião do Passé (TI Recôncavo); Camaçari, Lauro de Freitas e Simões Filho (TI Região Metropolitana de Salvador); Cícero Dantas, Euclides da Cunha, Fátima e Paripiranga (TI Semi-Árido Nordeste II); Canudos, Casa Nova, Curaçá, Juazeiro e Sobradinho (TI Sertão do São Francisco); Caculé, Caetité, Guanambi, Ibiassucê, Ituaçu, Lagoa Real, Pindaí, Rio do Antônio, Sebastião Laranjeiras, Tanhaçu e Urandi (TI Sertão Produtivo); Cansanção, Itiúba, Lamarão, Monte Santo, Quijingue e Serrinha (TI Sisal); Itaquara, Itiruçu, Jaguaquara, Jiquiriçá, Lajedo do Tabocal e Ubaíra (TI Vale do Jiquiriçá); Barra, Bom Jesus da Lapa, Brotas de Macaúbas, Igaporã, Oliveira dos Brejinhos, Paratinga, Riacho de Santana e Sítio do Mato (TI Velho Chico); Barra do Choça, Condeúba, Encruzilhada, Jacaraci, Licínio de Almeida, Mortugaba e Vitória da Conquista (TI Vitória da Conquista).	Todas		Municípios não inseridos nas principais áreas de produção do arranjo e que não usufruem das vantagens locais dessas áreas, como: acesso a insumos e serviços relacionados ao arranjo, facilidades para escoamento da produção e disponibilidade de assistência técnica e mão de obra especializada etc.	

Fonte: Consórcio Geohidro-Sondotécnica, 2013

Quadro 54 – Síntese de potencialidades, limitações e recomendações referentes ao tema Arranjos Produtivos Rurais: Arranjo do Coco

ASPECTO: ARRANJO DO COCO					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Município(s) onde ocorre(m) o(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) os critério(s)	Atributo(s) que potencializa(m) o arranjo	Fator(es) que impede(m) ou restringe(m) o arranjo	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) do arranjo
Desempenho do arranjo nas UTBs Tabuleiro Costeiro do Litoral Norte (UTB 3), Baixada Litorânea do Recôncavo (UTB 13) e Planalto Oriental (UTB 46)	Aratuípe, Cairu, Camamu, Igrapiúna, Ituberá, Jaguaripe, Nilo Peçanha e Valença (TI Baixo Sul); Acajutiba, Aporá, Araças, Cardeal da Silva, Conde, Entre Rios, Esplanada, Itanagra, Jandaíra, Mata de São João e Rio Real (TI Litoral Norte e Agreste Baiano); Maraú (TI Litoral Sul); Amélia Rodrigues (TI Portal do Sertão); Cachoeira, Maragogipe, Nazaré, Santo Amaro, São Francisco do Conde, São Sebastião do Passé e Saubara (TI Recôncavo); Camaçari, Dias d'Ávila, Itaparica, Lauro de Freitas, Salinas da Margarida, Salvador, Simões Filho e Vera Cruz (TI Região Metropolitana de Salvador).	25, 26, 27, 32, 33, 34, 35, 36	Padrão de produção da lavoura de coco medianamente tecnificado nas áreas tradicionais de produção, podendo-se adotar preceitos de agroecologia, inclusive o plantio em consórcios.  Possibilidade de melhoria da produtividade, possibilitando o alcance de alta produtividade (até 200 frutos por pé), já que o grau de racionalidade é acima da média  Disponibilidade de área.	Capacidade pouco inovadora e limitada de gestão dos agentes produtores.	Fomentar a assistência técnica e a capacitação em gestão em todas as áreas produtivas.  Estimular a melhoria da qualidade dos pomares e frutos mediante material genético adequado e assistência técnica com apoio do CPATC da EMBRAPA, o que garantirá uma maior receita.
Desempenho do arranjo nas UTBs Depressão Sertaneja (UTB 62) e Residuais nas Depressões Interplanálticas (UTB 65)	Paramirim (TI Bacia do Paramirim); Iramaia e Rio de Contas (TI Chapada Diamantina); Abaré (TI Itaparica); Ouriçangas, Pedrão e Sátiro Dias (TI Litoral Norte e Agreste Baiano); Manoel Vitorino (TI Médio Rio de Contas); Boa Vista do Tupim, Iaçú, Itaberaba e Santa Teresinha (TI Piemonte do Paraguaçu); Antônio Gonçalves, Campo Formoso, Filadélfia e Senhor do Bonfim (TI Piemonte Norte do Itapicuru); Água Fria, Antônio Cardoso, Conceição da Feira, Conceição do Jacuípe, Coração de Maria, Feira de Santana, Ipecaetá, Irará, Santa Bárbara, Santo Estêvão, São Gonçalo dos Campos e Teodoro Sampaio (TI Portal do Sertão); Cabaceiras do Paraguaçu, Castro Alves, Conceição do Almeida e Varzedo (TI Recôncavo); Euclides da Cunha (TI Semi-Árido Nordeste II); Canudos, Casa Nova, Curaçá, Juazeiro, Sento Sé e Sobradinho (TI Sertão do São Francisco); Brumado, Caculé, Caetitê, Contendas do Sincorá, Dom Basílio, Ituaçu, Lagoa Real, Livramento de Nossa Senhora e Tanhaçu (TI Sertão Produtivo); Cansanção, Itiúba, Monte Santo e Quijingue (TI Sisal); Amargosa e Elísio Medrado (TI Vale do Jiquiriçá); Anagé, Caraíbas, Maetinga e Tremedal (TI Vitória da Conquista).	6, 7, 8, 9, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 23, 24, 25, 26, 30, 32, 33	Alta produtividade, pois predomina a condição de sistema irrigado, podendo obter-se até 450 frutos por planta em plantio solteiro. .  Situação melhor no que tange à lavoura de coco na condição de sistema irrigado, em que se pode obter até 450 frutos por planta em plantio solteiro.  Avançado padrão de produção da lavoura de coco, que pode ser definido como avançado no sistema irrigado.  É uma lavoura na qual se pode adotar preceitos de agroecologia, inclusive o plantio em consórcios.  O potencial do sistema irrigado é expressivo, graças aos elevados rendimentos físicos das árvores e à higidez dos sistemas produtivos quando a produção se dá no semiárido.	Dotação de terra e água nos perímetros de irrigação.	Fomentar a assistência técnica e a capacitação em gestão em todas as áreas produtivas.  Estimular a melhoria da qualidade dos pomares e frutos mediante material genético adequado e assistência técnica com apoio do CPATC da EMBRAPA, o que garantirá uma maior receita.

(Continua)

ASPECTO: ARRANJO DO COCO					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Município(s) onde ocorre(m) o(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) os critério(s)	Atributo(s) que potencializa(m) o arranjo	Fator(es) que impede(m) ou restringe(m) o arranjo	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) do arranjo
Capital humano nas UTBs Tabuleiro Costeiro do Litoral Norte (UTB 3), Baixada Litorânea do Recôncavo (UTB 13) e Planalto Oriental (UTB 46)	Aratuípe, Cairu, Camamu, Igrapiúna, Ituberá, Jaguaripe, Nilo Peçanha e Valença (TI Baixo Sul); Acajutiba, Aporá, Araças, Cardeal da Silva, Conde, Entre Rios, Esplanada, Itanagra, Jandaíra, Mata de São João e Rio Real (TI Litoral Norte e Agreste Baiano); Maraú (TI Litoral Sul); Amélia Rodrigues (TI Portal do Sertão); Cachoeira, Maragogipe, Nazaré, Santo Amaro, São Francisco do Conde, São Sebastião do Passé e Saubara (TI Recôncavo); Camaçari, Dias d'Ávila, Itaparica, Lauro de Freitas, Salinas da Margarida, Salvador, Simões Filho e Vera Cruz (TI Região Metropolitana de Salvador).	25, 26, 27, 32, 33, 34, 35, 36		Baixa oferta de capacitação profissional específica.  Desestímulo para a contratação de mão de obra mais qualificada, devido aos baixos preços pagos atualmente aos produtores que não se organizam para participar da cadeia de comercialização nas regiões tradicionais.	Ampliar a oferta de capacitação técnica especializada.  Estimular o envolvimento dos centros de ciências agrárias da UFRB e da EMBRAPA CNPMF e atrair a ação do CPATC da EMBRAPA, localizado em Aracaju, com excelência na pesquisa sobre a lavoura do coco.
Capital humano nas UTBs Depressão Sertaneja (UTB 62) e Residuais nas Depressões Interplanálticas (UTB 65)	Paramirim (TI Bacia do Paramirim); Iramaia e Rio de Contas (TI Chapada Diamantina); Abaré (TI Itaparica); Ouriçangas, Pedrão e Sátiro Dias (TI Litoral Norte e Agreste Baiano); Manoel Vitorino (TI Médio Rio de Contas); Boa Vista do Tupim, Iaçu, Itaberaba e Santa Teresinha (TI Piemonte do Paraguaçu); Antônio Gonçalves, Campo Formoso, Filadélfia e Senhor do Bonfim (TI Piemonte Norte do Itapicuru); Água Fria, Antônio Cardoso, Conceição da Feira, Conceição do Jacuípe, Coração de Maria, Feira de Santana, Ipecaetá, Irará, Santa Bárbara, Santo Estêvão, São Gonçalo dos Campos e Teodoro Sampaio (TI Portal do Sertão); Cabaceiras do Paraguaçu, Castro Alves, Conceição do Almeida e Varzedo (TI Recôncavo); Euclides da Cunha (TI Semi-Árido Nordeste II); Canudos, Casa Nova, Curaçá, Juazeiro, Sento Sé e Sobradinho (TI Sertão do São Francisco); Brumado, Caculé, Caetitê, Contendas do Sincorá, Dom Basílio, Ituaçu, Lagoa Real, Livramento de Nossa Senhora e Tanhaçu (TI Sertão Produtivo); Cansanção, Itiúba, Monte Santo e Quijingue (TI Sisal); Amargosa e Elísio Medrado (TI Vale do Jiquiriçá); Anagé, Caraíbas, Maetinga e Tremedal (TI Vitória da Conquista).	6, 7, 8, 9, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 23, 24, 25, 26, 30, 32, 33	Capacitação profissional específica satisfatória, sobretudo pela presença de curso superior de agronomia e pela cultura do agronegócio, destacando-se o CPTSA, centro da EMBRAPA, que mesmo voltado para o semiárido, estimula a capacitação gerencial em lavouras irrigadas, sobretudo a fruticultura.		

(Continua)

ASPECTO: ARRANJO DO COCO					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Município(s) onde ocorre(m) o(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) os critério(s)	Atributo(s) que potencializa(m) o arranjo	Fator(es) que impede(m) ou restringe(m) o arranjo	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) do arranjo
Capital social nas UTBs Tabuleiro Costeiro do Litoral Norte (UTB 3), Baixada Litorânea do Recôncavo (UTB 13) e Planalto Oriental (UTB 46)	Aratuípe, Cairu, Camamu, Igrapiúna, Ituberá, Jaguaripe, Nilo Peçanha e Valença (TI Baixo Sul); Acajutiba, Aporá, Araças, Cardeal da Silva, Conde, Entre Rios, Esplanada, Itanagra, Jandaíra, Mata de São João e Rio Real (TI Litoral Norte e Agreste Baiano); Maraú (TI Litoral Sul); Amélia Rodrigues (TI Portal do Sertão); Cachoeira, Maragogipe, Nazaré, Santo Amaro, São Francisco do Conde, São Sebastião do Passé e Saubara (TI Recôncavo); Camaçari, Dias d'Ávila, Itaparica, Lauro de Freitas, Salinas da Margarida, Salvador, Simões Filho e Vera Cruz (TI Região Metropolitana de Salvador).	25, 26, 27, 32, 33, 34, 35, 36		Baixa propensão ao associativismo.  Ausência de câmara setorial específica.  Os produtores de coco não se sentem representados na câmara de fruticultura.  Fragilidade da câmara setorial, que não conduz propostas de políticas mais abrangentes para a lavoura de coco.  Incapacidade de promover ações comuns, inclusive aquelas que poderiam aumentar a propensão a investir e assumir riscos, restringindo a competitividade do arranjo.	Estimular o associativismo por meio de ações de mobilização comunitária e apresentar casos de sucesso do associativismo da Coopealnor.
Capital social nas UTBs Depressão Sertaneja (UTB 62) e Residuais nas Depressões Interplanálticas (UTB 65)	Paramirim (TI Bacia do Paramirim); Iramaia e Rio de Contas (TI Chapada Diamantina); Abaré (TI Itaparica); Ouriçangas, Pedrão e Sátiro Dias (TI Litoral Norte e Agreste Baiano); Manoel Vitorino (TI Médio Rio de Contas); Boa Vista do Tupim, Iaçú, Itaberaba e Santa Teresinha (TI Piemonte do Paraguaçu); Antônio Gonçalves, Campo Formoso, Filadélfia e Senhor do Bonfim (TI Piemonte Norte do Itapicuru); Água Fria, Antônio Cardoso, Conceição da Feira, Conceição do Jacuípe, Coração de Maria, Feira de Santana, Ipecaetá, Irará, Santa Bárbara, Santo Estêvão, São Gonçalo dos Campos e Teodoro Sampaio (TI Portal do Sertão); Cabaceiras do Paraguaçu, Castro Alves, Conceição do Almeida e Varzedo (TI Recôncavo); Euclides da Cunha (TI Semi-Árido Nordeste II); Canudos, Casa Nova, Curaçá, Juazeiro, Sento Sé e Sobradinho (TI Sertão do São Francisco); Brumado, Caculé, Caetitê, Contendas do Sincorá, Dom Basílio, Ituaçu, Lagoa Real, Livramento de Nossa Senhora e Tanhaçu (TI Sertão Produtivo); Cansanção, Itiúba, Monte Santo e Quijingue (TI Sisal); Amargosa e Elísio Medrado (TI Vale do Jiquiriçá); Anagé, Caraíbas, Maetinga e Tremedal (TI Vitória da Conquista).	6, 7, 8, 9, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 23, 24, 25, 26, 30, 32, 33		Baixa propensão ao associativismo.  Ausência de câmara setorial específica.  Os produtores de coco não se sentem representados na câmara de fruticultura.  Fragilidade da câmara setorial, que não conduz propostas de políticas mais abrangentes para a lavoura de coco.  Incapacidade de promover ações comuns, inclusive aquelas que poderiam aumentar a propensão a investir e assumir riscos, restringindo a competitividade do arranjo.	Estimular o associativismo por meio de ações de mobilização comunitária e apresentar casos de sucesso do associativismo da Coopealnor.

(Continua)

ASPECTO: ARRANJO DO COCO					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Município(s) onde ocorre(m) o(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) os critério(s)	Atributo(s) que potencializa(m) o arranjo	Fator(es) que impede(m) ou restringe(m) o arranjo	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) do arranjo
Mercado nas UTBs Tabuleiro Costeiro do Litoral Norte (UTB 3), Baixada Litorânea do Recôncavo (UTB 13) e Planalto Oriental (UTB 46)	Aratuípe, Cairu, Camamu, Igrapiúna, Ituberá, Jaguaripe, Nilo Peçanha e Valença (TI Baixo Sul); Acajutiba, Aporá, Araças, Cardeal da Silva, Conde, Entre Rios, Esplanada, Itanagra, Jandaíra, Mata de São João e Rio Real (TI Litoral Norte e Agreste Baiano); Maraú (TI Litoral Sul); Amélia Rodrigues (TI Portal do Sertão); Cachoeira, Maragogipe, Nazaré, Santo Amaro, São Francisco do Conde, São Sebastião do Passé e Saubara (TI Recôncavo); Camaçari, Dias d'Ávila, Itaparica, Lauro de Freitas, Salinas da Margarida, Salvador, Simões Filho e Vera Cruz (TI Região Metropolitana de Salvador).	25, 26, 27, 32, 33, 34, 35, 36	Mercado em expansão de coco fresco para consumo de água de coco, devido a associação do seu consumo com práticas saudáveis.  Produção em perímetros de irrigação, configurando-se como um potencial inequívoco, principalmente próximo de áreas turísticas.  O mercado de derivados pode ser atrativo, desde que o processamento combine o engarrafamento de água com aproveitamento do meso e do endocarpo de coco fresco.	O mercado de derivados não tem o dinamismo do coco fresco.  Não regularidade da oferta e do custo de oportunidade do coco fresco, o que contribui para o a redução da vantagem da Bahia sediar a agroindústria de processamento de coco.  Necessidade de elevar a produtividade.	Estimular a produção de variedades e espécies de maior aceitação no mercado de água de coco e tentar estabelecer, junto com o CPATC da EMBRAPA, padrões de classificação das frutas frescas.  Estimular a substituição dos pomares mais velhos por variedades de coco anão mais precoces e mais produtivas.
Mercado nas UTBs Depressão Sertaneja (UTB 62) e Residuais nas Depressões Interplanálticas (UTB 65)	Paramirim (TI Bacia do Paramirim); Iramaia e Rio de Contas (TI Chapada Diamantina); Abaré (TI Itaparica); Ouriçangas, Pedrão e Sátiro Dias (TI Litoral Norte e Agreste Baiano); Manoel Vitorino (TI Médio Rio de Contas); Boa Vista do Tupim, Iaçú, Itaberaba e Santa Teresinha (TI Piemonte do Paraguaçu); Antônio Gonçalves, Campo Formoso, Filadélfia e Senhor do Bonfim (TI Piemonte Norte do Itapicuru); Água Fria, Antônio Cardoso, Conceição da Feira, Conceição do Jacuípe, Coração de Maria, Feira de Santana, Ipecaetá, Irará, Santa Bárbara, Santo Estêvão, São Gonçalo dos Campos e Teodoro Sampaio (TI Portal do Sertão); Cabaceiras do Paraguaçu, Castro Alves, Conceição do Almeida e Varzedo (TI Recôncavo); Euclides da Cunha (TI Semi-Árido Nordeste II); Canudos, Casa Nova, Curaçá, Juazeiro, Sento Sé e Sobradinho (TI Sertão do São Francisco); Brumado, Caculé, Caetité, Contendas do Sincorá, Dom Basílio, Ituaçu, Lagoa Real, Livramento de Nossa Senhora e Tanhaçu (TI Sertão Produtivo); Cansanção, Itiúba, Monte Santo e Quijingue (TI Sisal); Amargosa e Elísio Medrado (TI Vale do Jiquiriçá); Anagé, Caraíbas, Maetinga e Tremedal (TI Vitória da Conquista).	6, 7, 8, 9, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 23, 24, 25, 26, 30, 32, 33	Mercado em expansão de coco fresco para consumo de água de coco, devido a associação do seu consumo com práticas saudáveis.  Produção em perímetros de irrigação, configurando-se como um potencial inequívoco, principalmente próximo de áreas turísticas.  O mercado de derivados pode ser atrativo, desde que o processamento combine a etapa de engarrafamento de água de coco com aproveitamento do mesmo e do endocarpo de coco fresco.	O mercado de derivados não tem o dinamismo do coco fresco.  Ausência de regularidade da oferta e do custo de oportunidade do coco fresco, o que contribui para o a redução da vantagem da Bahia sediar a agroindústria de processamento de coco..	Estimular a produção de variedades e espécies de maior aceitação no mercado de água de coco e tentar estabelecer, junto com o CPATC da EMBRAPA, padrões de classificação das frutas frescas.  Estimular a substituição dos pomares mais velhos por variedades de coco anão mais precoces e mais produtivas.

(Continua)



ASPECTO: ARRANJO DO COCO					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Município(s) onde ocorre(m) o(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) os critério(s)	Atributo(s) que potencializa(m) o arranjo	Fator(es) que impede(m) ou restringe(m) o arranjo	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) do arranjo
Infraestrutura nas UTBs Tabuleiro Costeiro do Litoral Norte (UTB 3), Baixada Litorânea do Recôncavo (UTB 13) e Planalto Oriental (UTB 46)	Aratuípe, Cairu, Camamu, Igrapiúna, Ituberá, Jaguaripe, Nilo Peçanha e Valença (TI Baixo Sul); Acajutiba, Aporá, Araças, Cardeal da Silva, Conde, Entre Rios, Esplanada, Itanagra, Jandaíra, Mata de São João e Rio Real (TI Litoral Norte e Agreste Baiano); Maraú (TI Litoral Sul); Amélia Rodrigues (TI Portal do Sertão); Cachoeira, Maragogipe, Nazaré, Santo Amaro, São Francisco do Conde, São Sebastião do Passé e Saubara (TI Recôncavo); Camaçari, Dias d'Ávila, Itaparica, Lauro de Freitas, Salinas da Margarida, Salvador, Simões Filho e Vera Cruz (TI Região Metropolitana de Salvador).	25, 26, 27, 32, 33, 34, 35, 36		Ausência de uma infraestrutura adequada, elevando os custos de transporte de insumos e produtos e reduzindo a competitividade.	Incluir as áreas produtoras em programas de infraestrutura de transportes, rodovias e ferrovias, em infraestrutura energética e em programas de fomento à industrialização de médio porte visando o envasamento da água de coco.
Infraestrutura nas UTBs Depressão Sertaneja (UTB 62) e Residuais nas Depressões Interplanálticas (UTB 65)	Paramirim (TI Bacia do Paramirim); Iramaia e Rio de Contas (TI Chapada Diamantina); Abaré (TI Itaparica); Ouriçangas, Pedrão e Sátiro Dias (TI Litoral Norte e Agreste Baiano); Manoel Vitorino (TI Médio Rio de Contas); Boa Vista do Tupim, Iaçú, Itaberaba e Santa Teresinha (TI Piemonte do Paraguaçu); Antônio Gonçalves, Campo Formoso, Filadélfia e Senhor do Bonfim (TI Piemonte Norte do Itapicuru); Água Fria, Antônio Cardoso, Conceição da Feira, Conceição do Jacuípe, Coração de Maria, Feira de Santana, Ipecaetá, Irará, Santa Bárbara, Santo Estêvão, São Gonçalo dos Campos e Teodoro Sampaio (TI Portal do Sertão); Cabaceiras do Paraguaçu, Castro Alves, Conceição do Almeida e Varzedo (TI Recôncavo); Euclides da Cunha (TI Semi-Árido Nordeste II); Canudos, Casa Nova, Curaçá, Juazeiro, Sento Sé e Sobradinho (TI Sertão do São Francisco); Brumado, Caculé, Caetité, Contendas do Sincorá, Dom Basílio, Ituaçu, Lagoa Real, Livramento de Nossa Senhora e Tanhaçu (TI Sertão Produtivo); Cansanção, Itiúba, Monte Santo e Quijingue (TI Sisal); Amargosa e Elísio Medrado (TI Vale do Jiquiriçá); Anagé, Caraíbas, Maetinga e Tremedal (TI Vitória da Conquista).	6, 7, 8, 9, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 23, 24, 25, 26, 30, 32, 33		Ausência de infraestrutura adequada o que eleva os custos de transporte de insumos e produtos, reduzindo a competitividade.	Incluir as áreas produtoras em programas de infraestrutura de transportes, rodovias e ferrovias, em infraestrutura energética e em programas de fomento à industrialização de médio porte visando o envasamento da água de coco.

(Continua)

ASPECTO: ARRANJO DO COCO					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Município(s) onde ocorre(m) o(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) os critério(s)	Atributo(s) que potencializa(m) o arranjo	Fator(es) que impede(m) ou restringe(m) o arranjo	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) do arranjo
Agricultura familiar nas UTBs Tabuleiro Costeiro do Litoral Norte (UTB 3), Baixada Litorânea do Recôncavo (UTB 13) e Planalto Oriental (UTB 46)	Aratuípe, Cairu, Camamu, Igrapiúna, Ituberá, Jaguaripe, Nilo Peçanha e Valença (TI Baixo Sul); Acajutiba, Aporá, Araças, Cardeal da Silva, Conde, Entre Rios, Esplanada, Itanagra, Jandaíra, Mata de São João e Rio Real (TI Litoral Norte e Agreste Baiano); Maraú (TI Litoral Sul); Amélia Rodrigues (TI Portal do Sertão); Cachoeira, Maragogipe, Nazaré, Santo Amaro, São Francisco do Conde, São Sebastião do Passé e Saubara (TI Recôncavo); Camaçari, Dias d'Ávila, Itaparica, Lauro de Freitas, Salinas da Margarida, Salvador, Simões Filho e Vera Cruz (TI Região Metropolitana de Salvador).	25, 26, 27, 32, 33, 34, 35, 36	Menor concentração de terra e maior presença da agricultura familiar, que bem orientada pode se especializar na produção de coco fresco, comparativamente às lavouras tradicionais já conduzidas de fumo e mandioca.  A estrutura agrária sendo menos concentrada pode favorecer o desenvolvimento de um segmento da agricultura familiar.	Médio a baixo potencial de incorporação da Agricultura Familiar.  Há concentração de terra.  Médio a baixo potencial de incorporação da agricultura familiar, devido aos elevados investimentos e custos de produção, sem retorno imediato.  Existência de concentração de terras, e prática da citricultura como atividade secundária de grandes pecuaristas, comerciantes e profissionais liberais.	Fomentar programas de acesso à terra, de financiamento e de assistência técnica voltada para a produção familiar, que podem vir a ampliar a participação da agricultura de pequenos produtores.
Agricultura familiar nas UTBs Depressão Sertaneja (UTB 62) e Residuais nas Depressões Interplanálticas (UTB 65)	Paramirim (TI Bacia do Paramirim); Iramaia e Rio de Contas (TI Chapada Diamantina); Abaré (TI Itaparica); Ouriçangas, Pedrão e Sátiro Dias (TI Litoral Norte e Agreste Baiano); Manoel Vitorino (TI Médio Rio de Contas); Boa Vista do Tupim, Iaçú, Itaberaba e Santa Teresinha (TI Piemonte do Paraguaçu); Antônio Gonçalves, Campo Formoso, Filadélfia e Senhor do Bonfim (TI Piemonte Norte do Itapicuru); Água Fria, Antônio Cardoso, Conceição da Feira, Conceição do Jacuípe, Coração de Maria, Feira de Santana, Ipecaetá, Irará, Santa Bárbara, Santo Estêvão, São Gonçalo dos Campos e Teodoro Sampaio (TI Portal do Sertão); Cabaceiras do Paraguaçu, Castro Alves, Conceição do Almeida e Varzedo (TI Recôncavo); Euclides da Cunha (TI Semi-Árido Nordeste II); Canudos, Casa Nova, Curaçá, Juazeiro, Sento Sé e Sobradinho (TI Sertão do São Francisco); Brumado, Caculé, Caetitê, Contendas do Sincorá, Dom Basílio, Ituaçu, Lagoa Real, Livramento de Nossa Senhora e Tanhaçu (TI Sertão Produtivo); Cansanção, Itiúba, Monte Santo e Quijingue (TI Sisal); Amargosa e Elísio Medrado (TI Vale do Jiquiriçá); Anagé, Caraíbas, Maetinga e Tremedal (TI Vitória da Conquista).	6, 7, 8, 9, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 23, 24, 25, 26, 30, 32, 33		Médio a baixo potencial de incorporação da agricultura familiar, devido aos elevados investimentos e custos de produção, sem retorno imediato.  Há concentração de terra.  Existência de concentração de terras, e prática da citricultura como atividade secundária de grandes pecuaristas, comerciantes e profissionais liberais	Fomentar programas de acesso à terra, de financiamento e de assistência técnica voltada para a produção familiar, que podem vir a ampliar a participação da agricultura de pequenos produtores.

(Continua)

ASPECTO: ARRANJO DO COCO					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Município(s) onde ocorre(m) o(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) os critério(s)	Atributo(s) que potencializa(m) o arranjo	Fator(es) que impede(m) ou restringe(m) o arranjo	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) do arranjo
Municípios produtores não inseridos nas principais regiões de produção	Boquira, Botuporã, Caturama, Érico Cardoso, Macaúbas, Rio do Pires e Tanque Novo (TI Bacia do Paramirim); Brejolândia, Cocos, Coribe, Santa Maria da Vitória, Santana, São Félix do Coribe e Serra Dourada (TI Bacia do Rio Corrente); Barreiras, Luís Eduardo Magalhães, Riachão das Neves e São Desidério (TI Bacia do Rio Grande); Gandu, Ibirapitanga, Pirai do Norte, Presidente Tancredo Neves, Taperoá, Teolândia e Wenceslau Guimarães (TI Baixo Sul); Ibitiara, Iraquara, Palmeiras e Wagner (TI Chapada Diamantina); Belmonte, Eunápolis, Itabela, Porto Seguro e Santa Cruz Cabralia (TI Costa do Descobrimento); Alcobaça, Caravelas, Ibirapuã, Itamaraju, Itanhém, Jucuruçu, Lajedão, Medeiros Neto, Mucuri, Nova Viçosa, Prado, Teixeira de Freitas e Vereda (TI Extremo Sul); Barra do Mendes, Barro Alto, Canarana, Central, Gentio do Ouro, Ibipêba, Ibititá, Ipupiara, Irecê, Itaguaçu da Bahia, João Dourado, Jussara, Lapão, Presidente Dutra, São Gabriel, Uibaí e Xique-Xique (TI Irecê); Chorrochó, Glória, Paulo Afonso e Rodelas (TI Itaparica); Alagoinhas, Aramari, Catu, Crisópolis, Inhambupe, Itapicuru e Pojuca (TI Litoral Norte e Agreste Baiano); Arataca, Aurelino Leal, Buerarema, Canavieiras, Floresta Azul, Ibicaraí, Ilhéus, Itabuna, Itacaré, Itapé, Jussari, Mascote, Santa Luzia, Una e Uruçuca (TI Litoral Sul); Aiquara, Apurema, Barra do Rocha, Dário Meira, Gongogi, Ibirataia, Ipiáú, Itagi, Itagibá, Itamari, Jequié, Jitaúna, Nova Ibiá e Ubatã (TI Médio Rio de Contas); Itarantim, Itororó, Macarani e Potiraguá (TI Médio Sudoeste da Bahia); Jacobina, Miguel Calmon, Mirangaba e Serrolândia (TI Piemonte da Diamantina); Pindobaçu e Ponto Novo (TI Piemonte Norte do Itapicuru); Terra Nova (TI Portal do Sertão); Cruz das Almas, Dom Macedo Costa, Governador Mangabeira, Muniz Ferreira, Muritiba, Santo Antônio de Jesus, São Felipe, São Félix e Sapeaçu (TI Recôncavo); Cipó, Jeremoabo, Ribeira do Amparo e Ribeira do Pombal (TI Semi-Árido Nordeste II);	1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 35, 36		Municípios não inseridos nas principais áreas de produção do arranjo e que não usufruem das vantagens locais dessas áreas, como: acesso a insumos e serviços relacionados ao arranjo, facilidades para escoamento da produção e disponibilidade de assistência técnica e mão de obra especializada etc.	

(Continua)

Continuação do **Quadro 54** – Síntese de potencialidades, limitações e recomendações referentes ao tema **Arranjos Produtivos Rurais: Arranjo do Coco**

ASPECTO: ARRANJO DO COCO					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Município(s) onde ocorre(m) o(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) os critério(s)	Atributo(s) que potencializa(m) o arranjo	Fator(es) que impede(m) ou restringe(m) o arranjo	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) do arranjo
Municípios produtores não inseridos nas principais regiões de produção - continuação	<p>Pilão Arcado e Remanso (TI Sertão do São Francisco);</p> <p>Guanambi, Ibiassucê, Iuiú, Pindaí, Sebastião Laranjeiras e Urandi (TI Sertão Produtivo);</p> <p>Jaguaquara, Jiquiriçá, Laje, Mutuípe e Ubaíra (TI Vale do Jiquiriçá);</p> <p>Barra, Bom Jesus da Lapa, Brotas de Macaúbas, Carinhanha, Feira da Mata, Ibotirama, Igaporã, Malhada, Oliveira dos Brejinhos, Paratinga, Riacho de Santana, Serra do Ramalho e Sítio do Mato (TI Velho Chico);</p> <p>Encruzilhada, Jacaraci, Licínio de Almeida e Mortugaba (TI Vitória da Conquista).</p>	1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 35, 36		Municípios não inseridos nas principais áreas de produção do arranjo e que não usufruem das vantagens locais dessas áreas, como: acesso a insumos e serviços relacionados ao arranjo, facilidades para escoamento da produção e disponibilidade de assistência técnica e mão de obra especializada etc.	

Fonte: Consórcio Geohidro-Sondotécnica, 2013

**Quadro 55 – Síntese de potencialidades, limitações e recomendações referentes ao tema Arranjos Produtivos Rurais: Arranjo do Dendê**

ASPECTO: ARRANJO DO DENDÊ					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Município(s) onde ocorre(m) o(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) os critério(s)	Atributo(s) que potencializa(m) o arranjo	Fator(es) que impede(m) ou restringe(m) o arranjo	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) do arranjo
Desempenho do arranjo na UTB Baixada Litorânea do Recôncavo (UTB 13)	Cairu (TI Baixo Sul); Santo Amaro (TI Recôncavo).	25, 33, 36	Disponibilidade de área e adaptabilidade em termos edafo-climáticos.  Lavoura perfeitamente adaptável aos preceitos da agroecologia, podendo assumir a forma de lavoura solteira ou consorciada, até mesmo assumindo a forma de sistema agroflorestal.  O sistema produtivo, ademais de apropriado, é fixador do solo e gerador de alelopatia positiva.  A palmicultura possibilita a recomposição de espaço florestal em processo adiantado de degradação, por “florestas de cultivo”, capazes de contribuir com o sequestro de 29,3t de carbono/ha/ano na fase adulta.	Capacidade de gestão dos estabelecimentos, sejam eles integrados com as indústrias ou na condição de fornecedores.  Baixa produtividade, quando comparada à obtida no Pará e em outros países, devido aos plantios solteiros com o híbrido Tenera, resultante do cruzamento da variedade Psifera com a variedade Dura.  Escassez de produção científica sobre lavoura do dendê.	Definir diretrizes claras em relação ao fomento da atividade, criando expectativas positivas entre os agentes.  Promover a integração da atividade de produção primária com a extração de óleo, seja com implantação de novas unidades industriais ou promovendo por meio de cooperativas o empoderamento das unidades existentes, que pagam preços baixos aos produtores e funcionam com capacidade ociosa.  Fomentar a assistência técnica e a capacitação em gestão em todas as áreas produtivas.  Estimular a produção científica sobre lavoura do dendê, especialmente na UFRB e no CEPEC CEPLAC.
Desempenho do arranjo nas UTBs Baixada Litorânea do Recôncavo (UTB 13) e Planalto Pré-Litorâneo (UTB 47)	Camamu, Igrapiúna, Ituberá, Jaguaripe e Nilo Peçanha (TI Baixo Sul); Maraú (TI Litoral Sul); Cachoeira e Nazaré (TI Recôncavo).	25, 26, 27, 33, 36	Disponibilidade de área e adaptabilidade em termos edafo-climáticos.  Lavoura perfeitamente adaptável aos preceitos da agroecologia, podendo assumir a forma de lavoura solteira ou consorciada, até mesmo assumindo a forma de sistema agroflorestal.  O sistema produtivo, ademais de apropriado, é fixador do solo e gerador de alelopatia positiva.  A palmicultura possibilita a recomposição de espaço florestal em processo adiantado de degradação, por “florestas de cultivo”, capazes de contribuir com o sequestro de 29,3t de carbono/ha/ano na fase adulta.	Capacidade de gestão dos estabelecimentos, sejam eles integrados com a as indústrias ou na condição de fornecedores.  Expansão da palmicultura iria concorrer com a cacauicultura, onde o cacau é produzido.  Baixa produtividade, quando comparada à obtida no Pará e em outros países, devido aos plantios solteiros com o híbrido Tenera, resultante do cruzamento da variedade Psifera com a variedade Dura.  Escassez de produção científica sobre lavoura do dendê.	Definir diretrizes claras em relação ao fomento da atividade, criando expectativas positivas entre os agentes.  Promover a integração da atividade de produção primária com a extração de óleo, seja com implantação de novas unidades industriais ou promovendo por meio de cooperativas o empoderamento das unidades existentes, que pagam preços baixos aos produtores e funcionam com capacidade ociosa.  Fomentar a assistência técnica e a capacitação em gestão em todas as áreas produtivas.  Estimular a produção científica sobre lavoura do dendê , especialmente na UFRB e no CEPEC CEPLAC.
Desempenho do arranjo na UTB Planalto Pré-Litorâneo (UTB 47)	Aratuípe, Presidente Tancredo Neves, Taperoá, Valença e Wenceslau Guimarães (TI Baixo Sul); Ihéus, Itacaré, Una e Uruçuca (TI Litoral Sul); Muniz Ferreira e Santo Antônio de Jesus (TI Recôncavo).	20, 25, 26, 27, 28, 36	Disponibilidade de área e adaptabilidade em termos edafo-climáticos.  Lavoura perfeitamente adaptável aos preceitos da agroecologia, podendo assumir a forma de lavoura solteira ou consorciada, até mesmo assumindo a forma de sistema agroflorestal.  O sistema produtivo, ademais de apropriado, é fixador do solo e gerador de alelopatia positiva.  A palmicultura possibilita a recomposição de espaço florestal em processo adiantado de degradação, por “florestas de cultivo”, capazes de contribuir com o sequestro de 29,3t de carbono/ha/ano na fase adulta.	Capacidade de gestão dos estabelecimentos, sejam eles integrados com a as indústrias ou na condição de fornecedores.  Expansão da palmicultura iria concorrer com a cacauicultura.  Baixa produtividade, quando comparada à obtida no Pará e em outros países, devido aos plantios solteiros com o híbrido Tenera, resultante do cruzamento da variedade Psifera com a variedade Dura.  Escassez de produção científica sobre lavoura do dendê.	Definir diretrizes claras em relação ao fomento da atividade, criando expectativas positivas entre os agentes.  Promover a integração da atividade de produção primária com a extração de óleo, seja com implantação de novas unidades industriais ou promovendo por meio de cooperativas o empoderamento das unidades existentes, que pagam preços baixos aos produtores e funcionam com capacidade ociosa.  Fomentar a assistência técnica e a capacitação em gestão em todas as áreas produtivas.  Estimular a produção científica sobre lavoura do dendê , especialmente na UFRB e no CEPEC CEPLAC.

(Continua)



Continuação do **Quadro 55** – Síntese de potencialidades, limitações e recomendações referentes ao tema **Arranjos Produtivos Rurais: Arranjo do Dendê**

ASPECTO: ARRANJO DO DENDÊ					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Município(s) onde ocorre(m) o(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) os critério(s)	Atributo(s) que potencializa(m) o arranjo	Fator(es) que impede(m) ou restringe(m) o arranjo	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) do arranjo
Capital humano na UTB Baixada Litorânea do Recôncavo (UTB 13)	Cairu (TI Baixo Sul); Santo Amaro (TI Recôncavo).	25, 33, 36	Há oferta de cursos superiores e técnicos que podem contribuir para acelerar a recuperação da lavoura de dendê em bases mais avançadas. Merecem registro os cursos de agronomia da UFRB, sediado em Cruz das Almas. Há que se considerar também toda a atividade da CEPLAC voltada para difusão do conhecimento na produção do dendê.	Desestímulo para a contratação de mão de obra mais qualificada, devido aos baixos preços pagos aos produtores independentes que não se organizam para participar da cadeia de comercialização e industrialização.	Ampliar a oferta de capacitação técnica especializada no segmento do arranjo e estimular pesquisas no tema por parte dos grupos de ciências agrárias da UFRB e da CEPLAC, mormente a pós-graduação em fruticultura da UFRB.  Fomentar o ensino de técnicas de gestão e empreendedorismo, pois há margem para a palmicultura elevar a sua produtividade e se tornar competitiva, visto a diferença entre os preços pagos por cacho e o preço do óleo bruto ou refinado.
Capital humano nas UTBs Baixada Litorânea do Recôncavo (UTB 13) e Planalto Pré-Litorâneo (UTB 47)	Camamu, Igrapiúna, Ituberá, Jaguaripe e Nilo Peçanha (TI Baixo Sul); Maraú (TI Litoral Sul); Cachoeira e Nazaré (TI Recôncavo).	25, 26, 27, 33, 36	Há oferta de cursos superiores e técnicos que podem contribuir para acelerar a recuperação da lavoura de dendê em bases mais avançadas, a exemplo dos cursos de agronomia da UFRB, sediado em Cruz das Almas, e a atividade da CEPLAC voltada para difusão do conhecimento na produção do dendê.	Desestímulo para a contratação de mão de obra mais qualificada, devido aos baixos preços pagos aos produtores independentes que não se organizam para participar da cadeia de comercialização e industrialização.	Ampliar a oferta de capacitação técnica especializada no segmento do arranjo e estimular pesquisas no tema por parte dos grupos de ciências agrárias da UFRB e da CEPLAC, principalmente a pós-graduação em fruticultura da UFRB.  Fomentar o ensino de técnicas de gestão e empreendedorismo, pois há margem para a palmicultura elevar a sua produtividade e se tornar competitiva, visto a diferença entre os preços pagos por cacho e o preço do óleo bruto ou refinado.
Capital humano na UTB Planalto Pré-Litorâneo (UTB 47)	Aratuípe, Presidente Tancredo Neves, Taperoá, Valença e Wenceslau Guimarães (TI Baixo Sul); Ilhéus, Itacaré, Una e Uruçuca (TI Litoral Sul); Muniz Ferreira e Santo Antônio de Jesus (TI Recôncavo).	20, 25, 26, 27, 28, 36	Há oferta de cursos superiores e técnicos que podem contribuir para acelerar a recuperação da lavoura de dendê em bases mais avançadas, a exemplo dos cursos de agronomia da UFRB, sediado em Cruz das Almas, e a atividade da CEPLAC voltada para difusão do conhecimento na produção do dendê.	Desestímulo para a contratação de mão de obra mais qualificada, devido aos baixos preços pagos aos produtores independentes que não se organizam para participar da cadeia de comercialização e industrialização.	Ampliar a oferta de capacitação técnica especializada no segmento do arranjo e estimular pesquisas no tema por parte dos grupos de ciências agrárias da UFRB e da CEPLAC.  Fomentar o ensino de técnicas de gestão e empreendedorismo, pois há margem para a palmicultura elevar a sua produtividade e se tornar competitiva, visto a diferença entre os preços pagos por cacho e o preço do óleo bruto ou refinado.

(Continua)

Continuação do **Quadro 55** – Síntese de potencialidades, limitações e recomendações referentes ao tema **Arranjos Produtivos Rurais: Arranjo do Dendê**

ASPECTO: ARRANJO DO DENDÊ					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Município(s) onde ocorre(m) o(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) os critério(s)	Atributo(s) que potencializa(m) o arranjo	Fator(es) que impede(m) ou restringe(m) o arranjo	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) do arranjo
Capital social na UTB Baixada Litorânea do Recôncavo (UTB 13)	Cairu (TI Baixo Sul); Santo Amaro (TI Recôncavo).	25, 33, 36		<p>Baixa propensão ao associativismo , apesar de o número de cooperativas existentes, o que sugere ser um paradoxo.</p> <p>Muitas cooperativas visam obter benefícios do Estado e não têm vida orgânica.</p> <p>Não obstante haver uma câmara setorial de oleaginosas, o seu espectro muito amplo deixa a palmicultura em desvantagem, faltando ao subsetor de dendê propostas de políticas mais abrangentes.</p> <p>Restrição da competitividade, devido a baixa dotação de capital social, em função da incapacidade de promover ações comuns, inclusive aquelas que poderiam aumentar a propensão a investir e assumir riscos e ampliar o setor de transformação, evoluindo para complexo de óleoquímica no qual a matéria prima óleo de dendê tem um expressivo potencial.</p>	Estimular o associativismo por meio de ações de mobilização comunitária e apresentar casos de sucesso do associativismo do Instituto Cabruca e outras cooperativas regionais.
Capital social nas UTBs Baixada Litorânea do Recôncavo (UTB 13) e Planalto Pré-Litorâneo (UTB 47)	Camamu, Igrapiúna, Ituberá, Jaguaripe e Nilo Peçanha (TI Baixo Sul); Maraú (TI Litoral Sul); Cachoeira e Nazaré (TI Recôncavo).	25, 26, 27, 33, 36		<p>Baixa propensão ao associativismo malgrado o número de cooperativas existentes, o que sugere ser um paradoxo.</p> <p>Muitas cooperativas visam obter benefícios do Estado e não têm vida orgânica.</p> <p>Não obstante haver uma câmara setorial de oleaginosas, o seu espectro muito amplo deixa a palmicultura em desvantagem, faltando ao subsetor de dendê propostas de políticas mais abrangentes.</p> <p>Restrição da competitividade, devido a baixa dotação de capital social, em função da incapacidade de promover ações comuns, inclusive aquelas que poderiam aumentar a propensão a investir e assumir riscos e ampliar o setor de transformação, evoluindo para complexo de óleoquímica no qual a matéria prima óleo de dendê tem um expressivo potencial.</p>	Estimular o associativismo por meio de ações de mobilização comunitária e apresentar casos de sucesso do associativismo do Instituto Cabruca e outras cooperativas regionais.

(Continua)

ASPECTO: ARRANJO DO DENDÊ					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Município(s) onde ocorre(m) o(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) os critério(s)	Atributo(s) que potencializa(m) o arranjo	Fator(es) que impede(m) ou restringe(m) o arranjo	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) do arranjo
Capital social na UTB Planalto Pré-Litorâneo (UTB 47)	Aratuípe, Presidente Tancredo Neves, Taperoá, Valença e Wenceslau Guimarães (TI Baixo Sul); Ilhéus, Itacaré, Una e Uruçuca (TI Litoral Sul); Muniz Ferreira e Santo Antônio de Jesus (TI Recôncavo).	20, 25, 26, 27, 28, 36		Baixa propensão ao associativismo malgrado o número de cooperativas existentes, o que sugere ser um paradoxo.  Muitas cooperativas visam obter benefícios do Estado e não têm vida orgânica.  Não obstante haver uma câmara setorial de oleaginosas, o seu espectro muito amplo deixa a palmicultura em desvantagem, faltando ao subsetor de dendê propostas de políticas mais abrangentes.  Restrição da competitividade, devido a baixa dotação de capital social, em função da incapacidade de promover ações comuns, inclusive aquelas que poderiam aumentar a propensão a investir e assumir riscos e ampliar o setor de transformação, evoluindo para complexo de oleoquímica no qual a matéria prima óleo de dendê tem um expressivo potencial.	Estimular o associativismo por meio de ações de mobilização comunitária e apresentar casos de sucesso do associativismo do Instituto Cabruca e outras cooperativas regionais.
Mercado na UTB Baixada Litorânea do Recôncavo (UTB 13)	Cairu (TI Baixo Sul); Santo Amaro (TI Recôncavo).	25, 33, 36		Baixo adensamento nos dendezais nativos da variedade dura e por isso, pouco produtivos.  Sistema atualmente voltado para mini-cadeias produtivas e de comercialização.	Estimular a produção e a difusão de variedades e espécies de maior produtividade e tentar motivar a comunidade de pesquisadores a realizar estudos sobre toda a cadeia produtiva do óleo de dendê, com ênfase no mercado de derivados com maior valor agregado decorrente do foco na oleoquímica.
Mercado nas UTBs Baixada Litorânea do Recôncavo (UTB 13) e Planalto Pré-Litorâneo (UTB 47)	Camamu, Igrapiúna, Ituberá, Jaguaripe e Nilo Peçanha (TI Baixo Sul); Maraú (TI Litoral Sul); Cachoeira e Nazaré (TI Recôncavo).	25, 26, 27, 33, 36		Baixo adensamento nos dendezais nativos da variedade dura e por isso, pouco produtivos.  Sistema atualmente voltado para mini-cadeias produtivas e de comercialização.	Estimular a produção e a difusão de variedades e espécies de maior produtividade e tentar motivar a comunidade de pesquisadores a realizar estudos sobre toda a cadeia produtiva do óleo de dendê, com ênfase no mercado de derivados com maior valor agregado decorrente do foco na oleoquímica.
Mercado na UTB Planalto Pré-Litorâneo (UTB 47)	Aratuípe, Presidente Tancredo Neves, Taperoá, Valença e Wenceslau Guimarães (TI Baixo Sul); Ilhéus, Itacaré, Una e Uruçuca (TI Litoral Sul); Muniz Ferreira e Santo Antônio de Jesus (TI Recôncavo).	20, 25, 26, 27, 28, 36		Baixo adensamento nos dendezais nativos da variedade dura e por isso, pouco produtivos.  Sistema atualmente voltado para mini-cadeias produtivas e de comercialização.	Estimular a produção e a difusão de variedades e espécies de maior produtividade e tentar motivar a comunidade de pesquisadores a realizar estudos sobre toda a cadeia produtiva do óleo de dendê, com ênfase no mercado de derivados com maior valor agregado decorrente do foco na oleoquímica.
Infraestrutura na UTB Baixada Litorânea do Recôncavo (UTB 13)	Cairu (TI Baixo Sul); Santo Amaro (TI Recôncavo).	25, 33, 36		Ausência de uma infraestrutura adequada, elevando os custos de transporte de insumos e produtos, reduzindo a competitividade. Além disso, as estradas vicinais são precárias.	Incluir as áreas produtoras em programas de infraestrutura de transportes que contemplem rodovias e ferrovias e em infraestrutura energética.  Avaliar a possibilidade de racionalizar o transporte marítimo nas Baías de Camamu e de Cairú.

(Continua)

Continuação do **Quadro 55** – Síntese de potencialidades, limitações e recomendações referentes ao tema **Arranjos Produtivos Rurais: Arranjo do Dendê**

ASPECTO: ARRANJO DO DENDÊ					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Município(s) onde ocorre(m) o(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) os critério(s)	Atributo(s) que potencializa(m) o arranjo	Fator(es) que impede(m) ou restringe(m) o arranjo	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) do arranjo
Infraestrutura nas UTBs Baixada Litorânea do Recôncavo (UTB 13) e Planalto Pré-Litorâneo (UTB 47)	Camamu, Igrapiúna, Ituberá, Jaguaripe e Nilo Peçanha (TI Baixo Sul); Maraú (TI Litoral Sul); Cachoeira e Nazaré (TI Recôncavo).	25, 26, 27, 33, 36		Ausência de uma infraestrutura adequada, elevando os custos de transporte de insumos e produtos, reduzindo a competitividade. Além disso, as estradas vicinais são precárias.	Incluir as áreas produtoras em programas de infraestrutura de transportes que contemplem rodovias e ferrovias e em infraestrutura energética.  Avaliar a possibilidade de racionalizar o transporte marítimo nas Baías de Camamu e de Cairú.
Infraestrutura na UTB Planalto Pré-Litorâneo (UTB 47)	Aratuípe, Presidente Tancredo Neves, Taperoá, Valença e Wenceslau Guimarães (TI Baixo Sul); Ilhéus, Itacaré, Una e Uruçuca (TI Litoral Sul); Muniz Ferreira e Santo Antônio de Jesus (TI Recôncavo).	20, 25, 26, 27, 28, 36		Ausência de uma infraestrutura adequada, elevando os custos de transporte de insumos e produtos, reduzindo a competitividade.	Incluir as áreas produtoras em programas de infraestrutura de transportes que contemplem rodovias e ferrovias e em infraestrutura energética.  Avaliar a possibilidade de racionalizar o transporte marítimo nas Baías de Camamu e de Cairú.
Agricultura familiar na UTB Baixada Litorânea do Recôncavo (UTB 13)	Cairu (TI Baixo Sul); Santo Amaro (TI Recôncavo).	25, 33, 36	Há produtor familiar polivalente, diferenciado, competitivo e propenso a inovar, a cooperar e a desenvolver uma economia criativa.  Presença intensa da agricultura familiar no que concerne ao extrativismo dos dendezais subespontâneos, visto haver mercado para o óleo artesanal visando o consumo local e a utilização culinária.	Médio a baixo potencial de incorporação da agricultura familiar.  Dificuldades para se organizar e a ter cooperativamente uma indústria de processamento de escala média.  O grupo produtor familiar existente não está estimulado a se dedicar à palmicultura.  Organização produtiva familiar que se beneficia da variedade dura com baixo adensamento é pouco eficiente em termos de geração de renda, sendo um sistema voltado para mini-cadeias produtivas e de comercialização.	Fomentar programas de acesso a terra, de financiamento e de assistência técnica dirigidos para a produção familiar, para ampliar a participação de pequenos produtores na palmicultura.  Recomendar aos produtores familiares associação com a agro-industrialização, evitando que os produtores independentes continuem reféns da agroindústria de extração de óleo, podendo garantir uma maior participação no produto final.
Agricultura familiar nas UTBs Baixada Litorânea do Recôncavo (UTB 13) e Planalto Pré-Litorâneo (UTB 47)	Camamu, Igrapiúna, Ituberá, Jaguaripe e Nilo Peçanha (TI Baixo Sul); Maraú (TI Litoral Sul); Cachoeira e Nazaré (TI Recôncavo).	25, 26, 27, 33, 36	Há produtor familiar polivalente, diferenciado, competitivo e propenso a inovar, a cooperar e a desenvolver uma economia criativa.  Presença intensa da agricultura familiar no que concerne ao extrativismo dos dendezais subespontâneos, visto haver mercado para o óleo artesanal visando o consumo local e a utilização culinária.	Médio a baixo potencial de incorporação da agricultura familiar.  Dificuldades para se organizar e a ter cooperativamente uma indústria de processamento de escala média.  Nos municípios de Nilo Peçanha e Ituberá as plantas de processamento em escala média são propriedade de empresas e concorrem com as grandes fábricas da Odesa e da Opalma.  O grupo produtor familiar existente não está estimulado a se dedicar à palmicultura.  Organização produtiva familiar que se beneficia da variedade dura com baixo adensamento é pouco eficiente em termos de geração de renda, sendo um sistema voltado para mini-cadeias produtivas e de comercialização.	Fomentar programas de acesso a terra, de financiamento e de assistência técnica dirigidos para a produção familiar, para ampliar a participação de pequenos produtores na palmicultura.  Recomendar aos produtores familiares associação com a agro-industrialização, evitando que os produtores independentes continuem reféns da agroindústria de extração de óleo, podendo garantir uma maior participação no produto final.

(Continua)

ASPECTO: ARRANJO DO DENDÊ					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Município(s) onde ocorre(m) o(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) os critério(s)	Atributo(s) que potencializa(m) o arranjo	Fator(es) que impede(m) ou restringe(m) o arranjo	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) do arranjo
Agricultura familiar na UTB Planalto Pré-Litorâneo (UTB 47)	Aratuípe, Presidente Tancredo Neves, Taperoá, Valença e Wenceslau Guimarães (TI Baixo Sul); Ilhéus, Itacaré, Una e Uruçuca (TI Litoral Sul); Muniz Ferreira e Santo Antônio de Jesus (TI Recôncavo).	20, 25, 26, 27, 28, 36	Há produtor familiar polivalente, diferenciado, competitivo e propenso a inovar, a cooperar e a desenvolver uma economia criativa.  Presença intensa da agricultura familiar no que concerne ao extrativismo dos dendezais subespontâneos, visto haver mercado para o óleo artesanal visando o consumo local e a utilização culinária.	Médio a baixo potencial de incorporação da Agricultura Familiar.  Dificuldades para se organizar e a ter cooperativamente uma indústria de processamento de escala média.  Nos municípios de Nilo Peçanha e Ituberá as plantas de processamento em escala média são propriedade de empresas e concorrem com as grandes fábricas da Odesa e da Opalma.  O grupo produtor familiar existente não está estimulado a se dedicar à palmicultura.  Organização produtiva familiar que se beneficia da variedade dura com baixo adensamento é pouco eficiente em termos de geração de renda, sendo um sistema voltado para mini-cadeias produtivas e de comercialização.	Fomentar programas de acesso a terra, de financiamento e de assistência técnica dirigidos para a produção familiar, para ampliar a participação de pequenos produtores na palmicultura.  Recomendar aos produtores familiares associação com a agro-industrialização, evitando que os produtores independentes continuem reféns da agroindústria de extração de óleo, podendo garantir uma maior participação no produto final.
Municípios produtores não inseridos nas principais regiões de produção	Gandu e Ibirapitanga (TI Baixo Sul); Belmonte e Eunápolis (TI Costa do Descobrimento); Alcobaça e Caravelas (TI Extremo Sul); Dário Meira e Ubatã (TI Médio Rio de Contas).	20, 22, 27, 28, 29, 36		Municípios não inseridos nas principais áreas de produção do arranjo e que não usufruem das vantagens locais dessas áreas, como: acesso a insumos e serviços relacionados ao arranjo, facilidades para escoamento da produção e disponibilidade de assistência técnica e mão de obra especializada etc.	

Fonte: Consórcio Geohidro-Sondotécnica, 2013



Quadro 56 – Síntese de potencialidades, limitações e recomendações referentes ao tema **Arranjos Produtivos Rurais: Arranjo do Feijão**

ASPECTO: ARRANJO DO FEIJÃO					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Município(s) onde ocorre(m) o(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) os critério(s)	Atributo(s) que potencializa(m) o arranjo	Fator(es) que impede(m) ou restringe(m) o arranjo	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) do arranjo
Desempenho do arranjo na UTB Chapada do Oeste Baiano (UTB 30)	Brejolândia, Canápolis, Cocos, Coribe, Correntina, Jaborandi, Santa Maria da Vitória, Santana, Serra Dourada e Tabocas do Brejo Velho (TI Bacia do Rio Corrente); Angical, Baianópolis, Barreiras, Catolândia, Cotegipe, Cristópolis, Formosa do Rio Preto, Luís Eduardo Magalhães, Riachão das Neves, Santa Rita de Cássia, São Desidério e Wanderley (TI Bacia do Rio Grande); Muquém de São Francisco (TI Velho Chico).	1, 2, 3, 4, 5, 6	Sistema avançado tecnicamente, com alta produtividade em lavoura intensiva com mecanização e insumos químicos, com possibilidade de obtenção de até duas safras por ano.  Potencial para elevar a produtividade.  Possibilidade de ampliar significativamente a área cultivada.  Promoção da rotação de lavouras e manejo do solo de acordo com preceitos de agroecologia e de agricultura de precisão.	Elevada dependência de insumos químicos, para corrigir e fertilizar os solos e para controlar pragas e doenças e de sementes melhoradas, mesmo com a generalização de variedades transgênicas, mais resistentes às enfermidades.  O avanço do arranjo em direção à sustentabilidade depende de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) em biofertilizantes e biopesticidas, fungicidas e inseticidas biológicos.	Apoiar atividades de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) voltadas para a busca de maior eficiência no usos da energia e dos insumos químicos e para a busca de biofertilizantes e biopesticidas.
Desempenho do arranjo na UTB Depressão Sertaneja (UTB 62)	Baixa Grande, Capela do Alto Alegre, Gavião, Ipirá, Mairi, Nova Fátima, Pé de Serra, Pintadas, Riachão do Jacuípe, São José do Jacuípe e Serra Preta (TI Bacia do Jacuípe); Paramirim (TI Bacia do Paramirim); Abaíra, Barra da Estiva, Ibicoara, Iramaia, Itaeté, Jussiape, Marcionílio Souza, Mucugê e Rio de Contas (TI Chapada Diamantina); Ouriçangas, Pedrão e Sátiro Dias (TI Litoral Norte e Agreste Baiano); Manoel Vitorino (TI Médio Rio de Contas); Capim Grosso (TI Piemonte da Diamantina); Boa Vista do Tupim, Iaçú, Itaberaba, Itatim, Macajuba, Rafael Jambeiro, Ruy Barbosa e Santa Teresinha (TI Piemonte do Paraguaçu); Andorinha, Antônio Gonçalves, Campo Formoso, Filadélfia, Jaguarari e Senhor do Bonfim (TI Piemonte Norte do Itapicuru); Água Fria, Anguera, Antônio Cardoso, Conceição da Feira, Conceição do Jacuípe, Coração de Maria, Feira de Santana, Ipecaetá, Irará, Santa Bárbara, Santanópolis, Santo Estêvão, São Gonçalo dos Campos, Tanquinho e Teodoro Sampaio (TI Portal do Sertão); Cabaceiras do Paraguaçu, Castro Alves e Conceição do Almeida (TI Recôncavo); Euclides da Cunha (TI Semi-Árido Nordeste II);	6, 7, 8, 9, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 30, 32, 33	Possibilidade de aumento de produtividade, nas áreas de maior precipitação e solos mais argilosos e profundos, sendo possível obter rendimentos maiores.	Baixa a muito baixa produtividade, em virtude dos produtores não adotarem procedimentos de especialização e racionalização produtiva, além do risco climático, o que leva o feijão a ser produzido com restrições hídricas ou em consórcio.  Condições desfavoráveis de solo e clima, com risco de déficit hídrico severo e solos predominantemente rasos e degradados, que aliadas à baixa capacidade de gestão, são responsáveis pelo insucesso do arranjo do ponto de vista do desempenho.  Dependência de insumos químicos, mesmo com a generalização de variedades transgênicas mais resistentes às enfermidades.  O avanço do arranjo em direção à sustentabilidade depende de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) em biofertilizantes e biopesticidas, fungicidas e inseticidas biológicos.	Promover programas de pesquisa e assistência técnica que orientem no sentido de uma maior eficiência ou de redirecionamento para outras atividades, diante da adversidade do meio físico.

(Continua)

ASPECTO: ARRANJO DO FEIJÃO					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Município(s) onde ocorre(m) o(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) os critério(s)	Atributo(s) que potencializa(m) o arranjo	Fator(es) que impede(m) ou restringe(m) o arranjo	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) do arranjo
Desempenho do arranjo na UTB Depressão Sertaneja (UTB 62) - continuação	Canudos, Casa Nova, Curaçá, Juazeiro, Sento Sé, Sobradinho e Uauá (TI Sertão do São Francisco); Brumado, Caculé, Caetité, Contendas do Sincorá, Dom Basílio, Ituaçu, Lagoa Real, Livramento de Nossa Senhora, Malhada de Pedras, Rio do Antônio e Tanhaçu (TI Sertão Produtivo); Araci, Barrocas, Biringinga, Candéal, Cansanção, Conceição do Coité, Ichu, Itiúba, Lamarão, Monte Santo, Nordestina, Queimadas, Quijingue, Retirolândia, Santaluz, São Domingos, Serrinha, Teofilândia, Tucano e Valente (TI Sisal); Amargosa, Elísio Medrado, Maracás e Milagres (TI Vale do Jiquiriçá); Anagé, Aracatu, Belo Campo, Caetanos, Caraíbas, Guajeru, Maetinga, Mirante, Presidente Jânio Quadros, Tremedal e Vitória da Conquista (TI Vitória da Conquista).	6, 7, 8, 9, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 30, 32, 33	Possibilidade de aumento de produtividade, nas áreas de maior precipitação e solos mais argilosos e profundos, sendo possível obter rendimentos maiores.	Baixa a muito baixa produtividade, em virtude dos produtores não adotarem procedimentos de especialização e racionalização produtiva, além do risco climático, o que leva o feijão a ser produzido com restrições hídricas ou em consórcio.  Condições desfavoráveis de solo e clima, com risco de déficit hídrico severo e solos predominantemente rasos e degradados, que aliadas à baixa capacidade de gestão, são responsáveis pelo insucesso do arranjo do ponto de vista do desempenho.  Dependência de insumos químicos, mesmo com a generalização de variedades transgênicas mais resistentes às enfermidades.  O avanço do arranjo em direção à sustentabilidade depende de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) em biofertilizantes e biopesticidas, fungicidas e inseticidas biológicos.	Promover programas de pesquisa e assistência técnica que orientem no sentido de uma maior eficiência ou de redirecionamento para outras atividades, diante da adversidade do meio físico.
Capital humano na UTB Chapada do Oeste Baiano (UTB 30)	Brejolândia, Canápolis, Cocos, Coribe, Correntina, Jaborandi, Santa Maria da Vitória, Santana, Serra Dourada e Tabocas do Brejo Velho (TI Bacia do Rio Corrente); Angical, Baianópolis, Barreiras, Catolândia, Cotequipe, Cristópolis, Formosa do Rio Preto, Luís Eduardo Magalhães, Riachão das Neves, Santa Rita de Cássia, São Desidério e Wanderley (TI Bacia do Rio Grande); Muquém de São Francisco (TI Velho Chico).	1, 2, 3, 4, 5, 6	Oferta de capacitação profissional específica para o arranjo.	Dependência de pesquisa e transferência de tecnologia da parte do centro de pesquisa EMBRAPA/Cerrado.	Ampliar a oferta de capacitação técnica regional e local especializada no arranjo feijão e criar linhas de pesquisa apropriadas no curso de ciências agrárias da UNEB.
Capital humano na UTB Depressão Sertaneja (UTB 62)	Baixa Grande, Capela do Alto Alegre, Gavião, Ipirá, Mairi, Nova Fátima, Pé de Serra, Pintadas, Riachão do Jacuípe, São José do Jacuípe e Serra Preta (TI Bacia do Jacuípe); Paramirim (TI Bacia do Paramirim); Abaíra, Barra da Estiva, Ibicoara, Iramaia, Itaeté, Jussiapé, Marcionílio Souza, Mucugê e Rio de Contas (TI Chapada Diamantina); Ouriçangas, Pedrão e Sátiro Dias (TI Litoral Norte e Agreste Baiano); Manoel Vitorino (TI Médio Rio de Contas); Capim Grosso (TI Piemonte da Diamantina); Boa Vista do Tupim, Iaçú, Itaberaba, Itatim, Macajuba, Rafael Jambeiro, Ruy Barbosa e Santa Teresinha (TI Piemonte do Paraguaçu);	6, 7, 8, 9, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 30, 32, 33		Capacitação profissional específica é insuficiente e dependente de centros de formação mais distantes como os cursos superiores de ciências agrárias da UNEB e da UESB.  Forte restrição de competitividade, devido a falta de conhecimento adequado.	Ampliar a oferta de capacitação técnica regional e local especializada no arranjo feijão e criar linhas de pesquisa apropriadas no curso de ciências agrárias da UNEB e do campus da UFBA em Barreiras.

(Continua)

ASPECTO: ARRANJO DO FEIJÃO					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Município(s) onde ocorre(m) o(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) os critério(s)	Atributo(s) que potencializa(m) o arranjo	Fator(es) que impede(m) ou restringe(m) o arranjo	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) do arranjo
Capital humano na UTB Depressão Sertaneja (UTB 62) - continuação	Andorinha, Antônio Gonçalves, Campo Formoso, Filadélfia, Jaguarari e Senhor do Bonfim (TI Piemonte Norte do Itapicuru); Água Fria, Anguera, Antônio Cardoso, Conceição da Feira, Conceição do Jacuípe, Coração de Maria, Feira de Santana, Ipecaetá, Irará, Santa Bárbara, Santanópolis, Santo Estêvão, São Gonçalo dos Campos, Tanquinho e Teodoro Sampaio (TI Portal do Sertão); Cabaceiras do Paraguaçu, Castro Alves e Conceição do Almeida (TI Recôncavo); Euclides da Cunha (TI Semi-Árido Nordeste II); Canudos, Casa Nova, Curaçá, Juazeiro, Sento Sé, Sobradinho e Uauá (TI Sertão do São Francisco); Brumado, Caculé, Caetitê, Contendas do Sincorá, Dom Basílio, Ituaçu, Lagoa Real, Livramento de Nossa Senhora, Malhada de Pedras, Rio do Antônio e Tanhaçu (TI Sertão Produtivo); Araci, Barrocas, Biritinga, Candéal, Cansanção, Conceição do Coité, Ichu, Itiúba, Lamarão, Monte Santo, Nordestina, Queimadas, Quijingue, Retirolândia, Santaluz, São Domingos, Serrinha, Teofilândia, Tucano e Valente (TI Sisal); Amargosa, Elísio Medrado, Maracás e Milagres (TI Vale do Jiquiriçá); Anagé, Aracatu, Belo Campo, Caetanos, Caraíbas, Guajeru, Maetinga, Mirante, Presidente Jânio Quadros, Tremedal e Vitória da Conquista (TI Vitória da Conquista).	6, 7, 8, 9, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 30, 32, 33		Capacitação profissional específica é insuficiente e dependente de centros de formação mais distantes como os cursos superiores de ciências agrárias da UNEB e da UESB.  Forte restrição de competitividade, devido a falta de conhecimento adequado.	Ampliar a oferta de capacitação técnica regional e local especializada no arranjo feijão e criar linhas de pesquisa apropriadas no curso de ciências agrárias da UNEB e do campus da UFBA em Barreiras.
Capital social na UTB Chapada do Oeste Baiano (UTB 30)	Brejolândia, Canápolis, Cocos, Coribe, Correntina, Jaborandi, Santa Maria da Vitória, Santana, Serra Dourada e Tabocas do Brejo Velho (TI Bacia do Rio Corrente); Angical, Baianópolis, Barreiras, Catolândia, Cotegipe, Cristópolis, Formosa do Rio Preto, Luís Eduardo Magalhães, Riachão das Neves, Santa Rita de Cássia, São Desidério e Wanderley (TI Bacia do Rio Grande); Muquém de São Francisco (TI Velho Chico).	1, 2, 3, 4, 5, 6	Razoável propensão a se associar e a cooperar, devido a fatores culturais e ao protagonismo da AIBA, muito atuante no território.	Fragilidade da câmara setorial da cadeia produtiva de grãos, que não dá destaque à lavoura de feijão e não conduz propostas de políticas mais abrangentes.	Estimular o associativismo por meio de ações de mobilização comunitária e apresentar casos de sucesso aos produtores.

(Continua)

ASPECTO: ARRANJO DO FEIJÃO					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Município(s) onde ocorre(m) o(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) os critério(s)	Atributo(s) que potencializa(m) o arranjo	Fator(es) que impede(m) ou restringe(m) o arranjo	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) do arranjo
Capital social na UTB Depressão Sertaneja (UTB 62)	Baixa Grande, Capela do Alto Alegre, Gavião, Ipirá, Mairi, Nova Fátima, Pé de Serra, Pintadas, Riachão do Jacuípe, São José do Jacuípe e Serra Preta (TI Bacia do Jacuípe); Paramirim (TI Bacia do Paramirim); Abaíra, Barra da Estiva, Ibicoara, Iramaia, Itaeté, Jussiape, Marcionílio Souza, Mucugê e Rio de Contas (TI Chapada Diamantina); Ouricangas, Pedrão e Sátiro Dias (TI Litoral Norte e Agreste Baiano); Manoel Vitorino (TI Médio Rio de Contas); Capim Grosso (TI Piemonte da Diamantina); Boa Vista do Tupim, Iaçú, Itaberaba, Itatim, Macajuba, Rafael Jambeiro, Ruy Barbosa e Santa Teresinha (TI Piemonte do Paraguaçu); Andorinha, Antônio Gonçalves, Campo Formoso, Filadélfia, Jaguarari e Senhor do Bonfim (TI Piemonte Norte do Itapicuru); Água Fria, Anguera, Antônio Cardoso, Conceição da Feira, Conceição do Jacuípe, Coração de Maria, Feira de Santana, Ipecaetá, Irará, Santa Bárbara, Santanópolis, Santo Estêvão, São Gonçalo dos Campos, Tanquinho e Teodoro Sampaio (TI Portal do Sertão); Cabaceiras do Paraguaçu, Castro Alves e Conceição do Almeida (TI Recôncavo); Euclides da Cunha (TI Semi-Árido Nordeste II); Canudos, Casa Nova, Curaçá, Juazeiro, Sento Sé, Sobradinho e Uauá (TI Sertão do São Francisco); Brumado, Caculé, Caetité, Contendas do Sincorá, Dom Basílio, Ituaçu, Lagoa Real, Livramento de Nossa Senhora, Malhada de Pedras, Rio do Antônio e Tanhaçu (TI Sertão Produtivo); Araci, Barrocas, Biritinga, Candeal, Cansanção, Conceição do Coité, Ichu, Itiúba, Lamarão, Monte Santo, Nordestina, Queimadas, Quijingue, Retirolândia, Santaluz, São Domingos, Serrinha, Teofilândia, Tucano e Valente (TI Sisal); Amargosa, Elísio Medrado, Maracás e Milagres (TI Vale do Jiquiriçá); Anagé, Aracatu, Belo Campo, Caetanos, Caraíbas, Guajeru, Maetinga, Mirante, Presidente Jânio Quadros, Tremedal e Vitória da Conquista (TI Vitória da Conquista).	6, 7, 8, 9, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 30, 32, 33	Existência de emblemáticos exemplos de cooperação, como da APEB.	Baixa propensão a se associar e a cooperar, restringindo a competitividade em função das dificuldades de conceber e implantar ações coletivas na linha de construções de instituições e infraestrutura para cooperar, iniciativa essencial onde as condições para exercício da agricultura não são favoráveis.  Fragilidade da câmara setorial da cadeia produtiva de grãos, que não dá destaque à lavoura de feijão e não conduz propostas de políticas mais abrangentes.	Estimular o associativismo por meio de ações de mobilização comunitária e apresentar casos de sucesso aos produtores.

(Continua)

ASPECTO: ARRANJO DO FEIJÃO					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Município(s) onde ocorre(m) o(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) os critério(s)	Atributo(s) que potencializa(m) o arranjo	Fator(es) que impede(m) ou restringe(m) o arranjo	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) do arranjo
Mercado na UTB Chapada do Oeste Baiano (UTB 30)	Brejolândia, Canápolis, Cocos, Coribe, Correntina, Jaborandi, Santa Maria da Vitória, Santana, Serra Dourada e Tabocas do Brejo Velho (TI Bacia do Rio Corrente); Angical, Baianópolis, Barreiras, Catolândia, Cotegipe, Cristópolis, Formosa do Rio Preto, Luís Eduardo Magalhães, Riachão das Neves, Santa Rita de Cássia, São Desidério e Wanderley (TI Bacia do Rio Grande); Muquém de São Francisco (TI Velho Chico).	1, 2, 3, 4, 5, 6	O Brasil é o maior produtor e consumidor de feijão do mundo.	Produção é limitada, mesmo com rendimentos elevados, em função do custo de oportunidade da soja, milho e algodão.  Instabilidades frequentes dos preços, a depender da safra brasileira.  Investimento pouco atrativo na Bahia do ponto de vista do mercado, pois normalmente há superávit.  O mercado de feijão não se revela promissor a ponto de estimular o aumento da área cultivada.	Estimular políticas de pesquisa agropecuária e Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) para conferir maior competitividade à produção primária e para criar oportunidades de produção de vários tipos de feijão, como o preto, o cores e o caupi.
Mercado na UTB Depressão Sertaneja (UTB 62)	Baixa Grande, Capela do Alto Alegre, Gavião, Ipirá, Mairi, Nova Fátima, Pé de Serra, Pintadas, Riachão do Jacuípe, São José do Jacuípe e Serra Preta (TI Bacia do Jacuípe); Paramirim (TI Bacia do Paramirim); Abaíra, Barra da Estiva, Ibicoara, Iramaia, Itaeté, Jussiape, Marcionílio Souza, Mucugê e Rio de Contas (TI Chapada Diamantina); Ouriçangas, Pedrão e Sátiro Dias (TI Litoral Norte e Agreste Baiano); Manoel Vitorino (TI Médio Rio de Contas); Capim Grosso (TI Piemonte da Diamantina); Boa Vista do Tupim, Iaçú, Itaberaba, Itatim, Macajuba, Rafael Jambeiro, Ruy Barbosa e Santa Teresinha (TI Piemonte do Paraguaçu); Andorinha, Antônio Gonçalves, Campo Formoso, Filadélfia, Jaguarari e Senhor do Bonfim (TI Piemonte Norte do Itapicuru); Água Fria, Anguera, Antônio Cardoso, Conceição da Feira, Conceição do Jacuípe, Coração de Maria, Feira de Santana, Ipecaetá, Irará, Santa Bárbara, Santanópolis, Santo Estêvão, São Gonçalo dos Campos, Tanquinho e Teodoro Sampaio (TI Portal do Sertão); Cabaceiras do Paraguaçu, Castro Alves e Conceição do Almeida (TI Recôncavo); Euclides da Cunha (TI Semi-Árido Nordeste II); Canudos, Casa Nova, Curaçá, Juazeiro, Sento Sé, Sobradinho e Uauá (TI Sertão do São Francisco); Brumado, Caculé, Caetitê, Contendas do Sincorá, Dom Basílio, Ituaçu, Lagoa Real, Livramento de Nossa Senhora, Malhada de Pedras, Rio do Antônio e Tanhaçu (TI Sertão Produtivo); Araci, Barrocas, Biritinga, Candeal, Cansanção, Conceição do Coité, Ichu, Itiúba, Lamarão, Monte Santo, Nordestina, Queimadas, Quijingue, Retirolândia, Santaluz, São Domingos, Serrinha, Teofilândia, Tucano e Valente (TI Sisal); Amargosa, Elísio Medrado, Maracás e Milagres (TI Vale do Jiquiriçá); Anagé, Aracatu, Belo Campo, Caetanos, Caraíbas, Guajeru, Maetinga, Mirante, Presidente Jânio Quadros, Tremedal e Vitória da Conquista (TI Vitória da Conquista).	6, 7, 8, 9, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 30, 32, 33	O Brasil é o maior produtor e consumidor de feijão do mundo.	Instabilidades frequentes dos preços, a depender da safra brasileira.  Investimento pouco atrativo na Bahia do ponto de vista do mercado, pois normalmente há superávit.  O mercado de feijão não se revela promissor a ponto de estimular o aumento da área cultivada.	Estimular políticas de pesquisa agropecuária e Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) para conferir maior competitividade à produção primária e para criar oportunidades de produção de vários tipos de feijão, como o preto, o cores e o caupi.

(Continua)



ASPECTO: ARRANJO DO FEIJÃO					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Município(s) onde ocorre(m) o(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) os critério(s)	Atributo(s) que potencializa(m) o arranjo	Fator(es) que impede(m) ou restringe(m) o arranjo	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) do arranjo
Infraestrutura na UTB Chapada do Oeste Baiano (UTB 30)	Paramirim (TI Bacia do Paramirim); Abaíra, Barra da Estiva, Ibicoara, Iramaia, Itaeté, Jussiape, Marcionílio Souza, Mucugê e Rio de Contas (TI Chapada Diamantina); Ouriçangas, Pedrão e Sátiro Dias (TI Litoral Norte e Agreste Baiano);	1, 2, 3, 4, 5, 6	Potencial de uso ferroviário, através da FIOLE, que, quando implantada, poderá exercer um papel significativo tanto no escoamento da produção, como na provisão de insumos e equipamentos.	Elevada dependência da rede rodoviária federal e estadual, limitando a expansão dos volumes transportados.  Ausência de uma infraestrutura adequada, elevando os custos de transporte de insumos e produtos e reduzindo a competitividade.	Incluir as áreas produtoras em programas de infraestrutura de transportes, rodovias e eventuais ferrovias, em infraestrutura energética e em infraestrutura de armazenamento.
Infraestrutura na UTB Depressão Sertaneja (UTB 62)	Baixa Grande, Capela do Alto Alegre, Gavião, Ipirá, Mairi, Nova Fátima, Pé de Serra, Pintadas, Riachão do Jacuípe, São José do Jacuípe e Serra Preta (TI Bacia do Jacuípe); Paramirim (TI Bacia do Paramirim); Abaíra, Barra da Estiva, Ibicoara, Iramaia, Itaeté, Jussiape, Marcionílio Souza, Mucugê e Rio de Contas (TI Chapada Diamantina); Ouriçangas, Pedrão e Sátiro Dias (TI Litoral Norte e Agreste Baiano); Manoel Vitorino (TI Médio Rio de Contas); Capim Grosso (TI Piemonte da Diamantina);  Boa Vista do Tupim, Iacu, Itaberaba, Itatim, Macajuba, Rafael Jambeiro, Ruy Barbosa e Santa Teresinha (TI Piemonte do Paraguaçu); Andorinha, Antônio Gonçalves, Campo Formoso, Filadélfia, Jaguarari e Senhor do Bonfim (TI Piemonte Norte do Itapicuru); Água Fria, Anguera, Antônio Cardoso, Conceição da Feira, Conceição do Jacuípe, Coração de Maria, Feira de Santana, Ipecaetá, Irará, Santa Bárbara, Santanópolis, Santo Estêvão, São Gonçalo dos Campos, Tanquinho e Teodoro Sampaio (TI Portal do Sertão); Cabaceiras do Paraguaçu, Castro Alves e Conceição do Almeida (TI Recôncavo); Euclides da Cunha (TI Semi-Árido Nordeste II); Canudos, Casa Nova, Curaçá, Juazeiro, Sento Sé, Sobradinho e Uauá (TI Sertão do São Francisco); Brumado, Caculé, Caetité, Contendas do Sincorá, Dom Basílio, Ituaçu, Lagoa Real, Livramento de Nossa Senhora, Malhada de Pedras, Rio do Antônio e Tanhaçu (TI Sertão Produtivo); Araci, Barrocas, Biritinga, Candeal, Cansanção, Conceição do Coité, Ichu, Itiúba, Lamarão, Monte Santo, Nordestina, Queimadas, Quijingue, Retirolândia, Santaluz, São Domingos, Serrinha, Teofilândia, Tucano e Valente (TI Sisal); Amargosa, Elísio Medrado, Maracás e Milagres (TI Vale do Jiquiriçá); Anagé, Aracatu, Belo Campo, Caetanos, Caraíbas, Guajeru, Maetinga, Mirante, Presidente Jânio Quadros, Tremedal e Vitória da Conquista (TI Vitória da Conquista).	6, 7, 8, 9, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 30, 32, 33	Potencial de uso ferroviário, através da FIOLE, que, quando implantada, poderá exercer um papel significativo tanto no escoamento da produção, como na provisão de insumos e equipamentos.	Elevada dependência da rede rodoviária federal e estadual, limitando a expansão dos volumes transportados.  Ausência de uma infraestrutura adequada, elevando os custos de transporte de insumos e produtos e reduzindo a competitividade.	Incluir as áreas produtoras em programas de infraestrutura de transportes, rodovias e eventuais ferrovias, em infraestrutura energética e em infraestrutura de armazenamento.

(Continua)

Continuação do **Quadro 56** – Síntese de potencialidades, limitações e recomendações referentes ao tema **Arranjos Produtivos Rurais: Arranjo do Feijão**

ASPECTO: ARRANJO DO FEIJÃO					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Município(s) onde ocorre(m) o(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) os critério(s)	Atributo(s) que potencializa(m) o arranjo	Fator(es) que impede(m) ou restringe(m) o arranjo	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) do arranjo
Agricultura familiar na UTB Chapada do Oeste Baiano (UTB 30)	Brejolândia, Canápolis, Cocos, Coribe, Correntina, Jaborandi, Santa Maria da Vitória, Santana, Serra Dourada e Tabocas do Brejo Velho (TI Bacia do Rio Corrente); Angical, Baianópolis, Barreiras, Catolândia, Cotegipe, Cristópolis, Formosa do Rio Preto, Luís Eduardo Magalhães, Riachão das Neves, Santa Rita de Cássia, São Desidério e Wanderley (TI Bacia do Rio Grande); Muquém de São Francisco (TI Velho Chico).	1, 2, 3, 4, 5, 6	Elevado potencial de incorporação na agricultura familiar, uma vez que o principal agente responsável pela lavoura é o produtor familiar, modernizado e com escala produtiva.  Elevada capacidade de gestão dos agentes produtivos.		Promover programas de acesso à terra, de financiamento e de assistência técnica, que podem vir a ampliar a participação da agricultura familiar com alguma melhoria de desempenho, a depender de zoneamentos mais precisos que desestimulem plantios em área com risco de elevado déficit hídrico.
Agricultura familiar na UTB Depressão Sertaneja (UTB 62)	Baixa Grande, Capela do Alto Alegre, Gavião, Ipirá, Mairi, Nova Fátima, Pé de Serra, Pintadas, Riachão do Jacuípe, São José do Jacuípe e Serra Preta (TI Bacia do Jacuípe); Paramirim (TI Bacia do Paramirim); Abaíra, Barra da Estiva, Ibicoara, Iramaia, Itaeté, Jussiape, Marcionílio Souza, Mucugê e Rio de Contas (TI Chapada Diamantina); Ouriçangas, Pedrão e Sátiro Dias (TI Litoral Norte e Agreste Baiano); Manoel Vitorino (TI Médio Rio de Contas); Capim Grosso (TI Piemonte da Diamantina); Boa Vista do Tupim, Iaçú, Itaberaba, Itatim, Macajuba, Rafael Jambeiro, Ruy Barbosa e Santa Teresinha (TI Piemonte do Paraguaçu);	6, 7, 8, 9, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 30, 32, 33	Elevado potencial de incorporação na agricultura familiar, uma vez que o principal agente responsável pela lavoura é o produtor familiar, tradicional e minifundiário.  Baixa capacidade de gestão dos agentes produtivos.	Dificuldade em se adotar o modelo de sucesso da produção de feijão nos cerrados baianos.	Promover programas de acesso à terra, de financiamento e de assistência técnica, que podem vir a ampliar a participação da agricultura familiar com alguma melhoria de desempenho, a depender de zoneamentos mais precisos que desestimulem plantios em área com risco de elevado déficit hídrico.

(Continua)

ASPECTO: ARRANJO DO FEIJÃO					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Município(s) onde ocorre(m) o(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) os critério(s)	Atributo(s) que potencializa(m) o arranjo	Fator(es) que impede(m) ou restringe(m) o arranjo	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) do arranjo
Agricultura familiar na UTB Depressão Sertaneja (UTB 62) - continuação	Andorinha, Antônio Gonçalves, Campo Formoso, Filadélfia, Jaguarari e Senhor do Bonfim (TI Piemonte Norte do Itapicuru); Água Fria, Anguera, Antônio Cardoso, Conceição da Feira, Conceição do Jacuípe, Coração de Maria, Feira de Santana, Ipecaetá, Irará, Santa Bárbara, Santanópolis, Santo Estêvão, São Gonçalo dos Campos, Tanquinho e Teodoro Sampaio (TI Portal do Sertão); Cabaceiras do Paraguaçu, Castro Alves e Conceição do Almeida (TI Recôncavo); Euclides da Cunha (TI Semi-Árido Nordeste II); Canudos, Casa Nova, Curaçá, Juazeiro, Sento Sé, Sobradinho e Uauá (TI Sertão do São Francisco); Brumado, Caculé, Caetitê, Contendas do Sincorá, Dom Basílio, Ituaçu, Lagoa Real, Livramento de Nossa Senhora, Malhada de Pedras, Rio do Antônio e Tanhaçu (TI Sertão Produtivo); Araci, Barrocas, Biritinga, Candéal, Cansanção, Conceição do Coité, Ichu, Itiúba, Lamarão, Monte Santo, Nordestina, Queimadas, Quijingue, Retirolândia, Santaluz, São Domingos, Serrinha, Teofilândia, Tucano e Valente (TI Sisal); Amargosa, Elísio Medrado, Maracás e Milagres (TI Vale do Jiquiriçá); Anagé, Aracatu, Belo Campo, Caetanos, Caraíbas, Guajeru, Maetinga, Mirante, Presidente Jânio Quadros, Tremedal e Vitória da Conquista (TI Vitória da Conquista).	6, 7, 8, 9, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 30, 32, 33	Elevado potencial de incorporação na agricultura familiar, uma vez que o principal agente responsável pela lavoura é o produtor familiar, tradicional e minifundiário.  Baixa capacidade de gestão dos agentes produtivos.	Dificuldade em se adotar o modelo de sucesso da produção de feijão nos cerrados baianos.	Promover programas de acesso à terra, de financiamento e de assistência técnica, que podem vir a ampliar a participação da agricultura familiar com alguma melhoria de desempenho, a depender de zoneamentos mais precisos que desestimulem plantios em área com risco de elevado déficit hídrico.
Municípios produtores não inseridos nas principais regiões de produção	Quixabeira e Várzea do Poço (TI Bacia do Jacuípe); Boquira, Botuporã, Caturama, Érico Cardoso, Ibipitanga, Macaúbas, Rio do Pires e Tanque Novo (TI Bacia do Paramirim); São Félix do Coribe (TI Bacia do Rio Corrente); Buritirama e Mansidão (TI Bacia do Rio Grande); Aratuípe, Camamu, Gandu, Ibirapitanga, Igrapiúna, Ituberá, Jaguaripe, Nilo Peçanha, Piraí do Norte, Presidente Tancredo Neves, Taperoá, Teolândia, Valença e Wenceslau Guimarães (TI Baixo Sul); Andaraí, Boninal, Bonito, Ibitiara, Iraquara, Lençóis, Morro do Chapéu, Nova Redenção, Novo Horizonte, Palmeiras, Piatã, Seabra, Souto Soares, Utinga e Wagner (TI Chapada Diamantina); Belmonte, Eunápolis, Guaratinga, Itabela, Itagimirim e Santa Cruz Cabralia (TI Costa do Descobrimento);	3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36		Municípios não inseridos nas principais áreas de produção do arranjo e que não usufruem das vantagens locais dessas áreas, como: acesso a insumos e serviços relacionados ao arranjo, facilidades para escoamento da produção e disponibilidade de assistência técnica e mão de obra especializada etc.	

(Continua)

ASPECTO: ARRANJO DO FEIJÃO					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Município(s) onde ocorre(m) o(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) os critério(s)	Atributo(s) que potencializa(m) o arranjo	Fator(es) que impede(m) ou restringe(m) o arranjo	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) do arranjo
Municípios produtores não inseridos nas principais regiões de produção - continuação	<p>Alcobaça, Caravelas, Ibirapuã, Itamaraju, Itanhém, Jucuruçu, Lajedão, Medeiros Neto, Mucuri, Nova Viçosa, Prado, Teixeira de Freitas e Vereda (TI Extremo Sul);</p> <p>América Dourada, Barra do Mendes, Barro Alto, Cafarnaum, Canarana, Central, Gentio do Ouro, Ibipecta, Ibititá, Ipupiara, Irecê, Itaguaçu da Bahia, João Dourado, Jussara, Lapão, Mulungu do Morro, Presidente Dutra, São Gabriel, Uibaí e Xique-Xique (TI Irecê);</p> <p>Abaré, Chorrochó, Glória, Macururé, Paulo Afonso e Rodelas (TI Itaparica);</p> <p>Acajutiba, Alagoinhas, Aporá, Araças, Aramari, Cardeal da Silva, Catu, Conde, Crisópolis, Entre Rios, Esplanada, Inhambupe, Itanagra, Itapicuru, Jandaíra, Mata de São João, Olindina, Pojuca e Rio Real (TI Litoral Norte e Agreste Baiano);</p> <p>Almadina, Buerarema, Camacan, Coaraci e Itapitanga (TI Litoral Sul);</p> <p>Aiquara, Apuarema, Barra do Rocha, Boa Nova, Dário Meira, Gongogi, Ibirataia, Ipiá, Itagi, Itagibá, Itamari, Jequié, Jitaúna, Nova Ibiá e Ubatã (TI Médio Rio de Contas);</p> <p>Caatiba, Firmino Alves, Ibicuí, Iguai, Itambé, Itapetinga, Itarantim, Itororó, Macarani, Maiquinique, Nova Canaã, Potiraguá e Santa Cruz da Vitória (TI Médio Sudoeste da Bahia);</p> <p>Caém, Jacobina, Miguel Calmon, Mirangaba, Ourolândia, Saúde, Umburanas e Várzea Nova (TI Piemonte da Diamantina);</p> <p>Ibiquera, Lajedinho, Mundo Novo, Piritiba e Tapiramutá (TI Piemonte do Paraguaçu);</p> <p>Caldeirão Grande, Pindobaçu e Ponto Novo (TI Piemonte Norte do Itapicuru);</p> <p>Amélia Rodrigues e Terra Nova (TI Portal do Sertão);</p> <p>Cachoeira, Cruz das Almas, Dom Macedo Costa, Governador Mangabeira, Maragogipe, Muniz Ferreira, Muritiba, Nazaré, Santo Amaro, Santo Antônio de Jesus, São Felipe, São Félix, São Sebastião do Passé, Sapeaçu e Varzedo (TI Recôncavo);</p> <p>Camaçari, Dias d'Ávila, Simões Filho e Vera Cruz (TI Região Metropolitana de Salvador);</p> <p>Adustina, Antas, Banzaê, Cícero Dantas, Cipó, Coronel João Sá, Fátima, Heliópolis, Jeremoabo, Nova Soure, Novo Triunfo, Paripiranga, Pedro Alexandre, Ribeira do Amparo, Ribeira do Pombal, Santa Brígida e Sítio do Quinto (TI Semi-Árido Nordeste II);</p>	3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36		Municípios não inseridos nas principais áreas de produção do arranjo e que não usufruem das vantagens locais dessas áreas, como: acesso a insumos e serviços relacionados ao arranjo, facilidades para escoamento da produção e disponibilidade de assistência técnica e mão de obra especializada etc.	

(Continua)

ASPECTO: ARRANJO DO FEIJÃO					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Município(s) onde ocorre(m) o(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) os critério(s)	Atributo(s) que potencializa(m) o arranjo	Fator(es) que impede(m) ou restringe(m) o arranjo	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) do arranjo
Municípios produtores não inseridos nas principais regiões de produção - continuação	<p>Campo Alegre de Lourdes, Pilão Arcado e Remanso (TI Sertão do São Francisco);</p> <p>Candiba, Guanambi, Ibiassucê, Iuiú, Palmas de Monte Alto, Pindaí, Sebastião Laranjeiras e Urandi (TI Sertão Produtivo);</p> <p>Brejões, Cravolândia, Irajuba, Itaquara, Itiruçu, Jaguaquara, Jiquiriçá, Lafaiete Coutinho, Laje, Lajedo do Tabocal, Mutuípe, Nova Itarana, Planaltino, Santa Inês, São Miguel das Matas e Ubaira (TI Vale do Jiquiriçá);</p> <p>Barra, Bom Jesus da Lapa, Brotas de Macaúbas, Carinhanha, Feira da Mata, Ibotirama, Igaporã, Malhada, Matina, Morpará, Oliveira dos Brejinhos, Paratinga, Riacho de Santana, Serra do Ramalho e Sítio do Mato (TI Velho Chico);</p> <p>Barra do Choça, Bom Jesus da Serra, Cândido Sales, Condeúba, Cordeiros, Encruzilhada, Jacaraci, Licínio de Almeida, Mortugaba, Piripá, Planalto, Poções e Ribeirão do Largo (TI Vitória da Conquista).</p>	3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36		Municípios não inseridos nas principais áreas de produção do arranjo e que não usufruem das vantagens locais dessas áreas, como: acesso a insumos e serviços relacionados ao arranjo, facilidades para escoamento da produção e disponibilidade de assistência técnica e mão de obra especializada etc.	

Fonte: Consórcio Geohidro-Sondotécnica, 2013



Quadro 57 – Síntese de potencialidades, limitações e recomendações referentes ao tema **Arranjos Produtivos Rurais: Arranjo da Fruticultura Irrigada**

ASPECTO: ARRANJO DA FRUTICULTURA IRRIGADA					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Município(s) onde ocorre(m) o(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) os critério(s)	Atributo(s) que potencializa(m) o arranjo	Fator(es) que impede(m) ou restringe(m) o arranjo	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) do arranjo
Desempenho do arranjo na região de Bom Jesus da Lapa	Macaúbas (TI Bacia do Paramirim); Guanambi (TI Sertão Produtivo); Bom Jesus da Lapa, Paratinga, Riacho de Santana, Serra do Ramalho e Sítio do Mato (TI Velho Chico).	3, 5, 8, 9	Expressivo potencial para incorporação de técnicas no processo produtivo com vistas a se produzir mais e com melhor qualidade, adotando-se, progressivamente, avançados como a PIF (Produção Integrada de Fruticultura), que é um sistema de transição do paradigma da revolução verde para a agricultura sustentável.  Dinamismo em termos de agronegócio no semiárido baiano, produzindo com técnicas de gotejamento, micro-aspersão, aspersão e gravitacional.	Dotação de terra e água com características apropriadas para sistemas de irrigação.	Fomentar a assistência técnica e a capacitação em gestão em todas as áreas produtivas, malgrado elas já se distinguem de outros arranjos produtivos por exibirem no seu entorno competências suficientes para uma gestão produtiva racional.
Desempenho do arranjo na região de Juazeiro	Abaré (TI Itaparica); Casa Nova, Curaçá, Juazeiro, Sento Sé e Sobradinho (TI Sertão do São Francisco).	6, 7, 14, 17, 23	Expressivo potencial para incorporação de técnicas no processo produtivo com vistas a se produzir mais e com melhor qualidade, adotando-se, progressivamente, avançados como a PIF (Produção Integrada de Fruticultura), que é um sistema de transição do paradigma da revolução verde para a agricultura sustentável.  Dinamismo em termos de agronegócio no semiárido baiano, produzindo com técnicas de gotejamento, micro-aspersão, aspersão e gravitacional.	Dotação de terra e água com características apropriadas para sistemas de irrigação.	Fomentar a assistência técnica e a capacitação em gestão em todas as áreas produtivas, malgrado elas já se distinguem de outros arranjos produtivos por exibirem no seu entorno competências suficientes para uma gestão produtiva racional.
Desempenho do arranjo na região de Brumado	Rio de Contas (TI Chapada Diamantina); Euclides da Cunha (TI Semi-Árido Nordeste II); Brumado, Dom Basílio, Ituaçu e Livramento de Nossa Senhora (TI Sertão Produtivo).	9, 11, 12, 23, 30, 32	Expressivo potencial para incorporação de técnicas no processo produtivo com vistas a se produzir mais e com melhor qualidade, adotando-se, progressivamente, avançados como a PIF (Produção Integrada de Fruticultura), que é um sistema de transição do paradigma da revolução verde para a agricultura sustentável.  Dinamismo em termos de agronegócio no semiárido baiano, produzindo com técnicas de gotejamento, micro-aspersão, aspersão e gravitacional.	Dotação de terra e água com características apropriadas para sistemas de irrigação.	Fomentar a assistência técnica e a capacitação em gestão em todas as áreas produtivas, malgrado elas já se distinguem de outros arranjos produtivos por exibirem no seu entorno competências suficientes para uma gestão produtiva racional.
Capital humano na região de Bom Jesus da Lapa	Macaúbas (TI Bacia do Paramirim); Guanambi (TI Sertão Produtivo); Bom Jesus da Lapa, Paratinga, Riacho de Santana, Serra do Ramalho e Sítio do Mato (TI Velho Chico).	3, 5, 8, 9	Oferta razoável de capacitação profissional específica para o arranjo, principalmente dada à proximidade de cursos superiores de ciências agrárias na UNEB e na UESB.		Estimular o maior envolvimento, não obstante os casos de sucesso da gestão do negócio agrícola, dos institutos de pesquisa em ciências agrárias que têm a fruticultura como foco, entre eles o CNPMF e o CPATSA, ambos da EMBRAPA.  Fomentar a capacitação em pós-colheita e em comercialização para reduzir as perdas, que costumam ser elevadas na fruticultura.  Fomentar a capacitação de empresários para empreendimentos agroindustriais, visto que o processamento de frutas já deve ser cogitado nos segmentos do arranjo.

(Continua)

Continuação do **Quadro 57** – Síntese de potencialidades, limitações e recomendações referentes ao tema **Arranjos Produtivos Rurais: Arranjo da Fruticultura Irrigada**

ASPECTO: ARRANJO DA FRUTICULTURA IRRIGADA					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Município(s) onde ocorre(m) o(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) os critério(s)	Atributo(s) que potencializa(m) o arranjo	Fator(es) que impede(m) ou restringe(m) o arranjo	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) do arranjo
Capital humano na região de Juazeiro	Abaré (TI Itaparica); Casa Nova, Curaçá, Juazeiro, Sento Sé e Sobradinho (TI Sertão do São Francisco).	6, 7, 14, 17, 23	Oferta razoável de capacitação profissional específica para o arranjo, principalmente dada à proximidade de cursos superiores de ciências agrárias na UNEB e na UESB.  Presença de centro da EMBRAPA, o CPTSA, que mesmo voltado para o semiárido, focando mais atividades de sequeiro, estimula a capacitação gerencial em lavouras irrigadas, sobretudo fruticultura.		Estimular o maior envolvimento, não obstante os casos de sucesso da gestão do negócio agrícola, dos institutos de pesquisa em ciências agrárias que têm a fruticultura como foco, entre eles o CNPMF e o CPATSA, ambos da EMBRAPA.  Fomentar a capacitação em pós-colheita e em comercialização para reduzir as perdas, que costumam ser elevadas na fruticultura.  Fomentar a capacitação de empresários para empreendimentos agroindustriais, visto que o processamento de frutas já deve ser cogitado nos segmentos do arranjo.
Capital humano na região de Brumado	Rio de Contas (TI Chapada Diamantina); Euclides da Cunha (TI Semi-Árido Nordeste II); Brumado, Dom Basílio, Ituaçu e Livramento de Nossa Senhora (TI Sertão Produtivo).	9, 11, 12, 23, 30, 32	Oferta razoável de capacitação profissional específica para o arranjo, principalmente dada à proximidade de cursos superiores de ciências agrárias na UNEB e na UESB.		Estimular o maior envolvimento, não obstante os casos de sucesso da gestão do negócio agrícola, dos institutos de pesquisa em ciências agrárias que têm a fruticultura como foco, entre eles o CNPMF e o CPATSA, ambos da EMBRAPA.  Fomentar a capacitação em pós-colheita e em comercialização para reduzir as perdas, que costumam ser elevadas na fruticultura.  Fomentar a capacitação de empresários para empreendimentos agroindustriais, visto que o processamento de frutas já deve ser cogitado nos segmentos do arranjo.
Capital social na região de Bom Jesus da Lapa	Macaúbas (TI Bacia do Paramirim); Guanambi (TI Sertão Produtivo); Bom Jesus da Lapa, Paratinga, Riacho de Santana, Serra do Ramalho e Sítio do Mato (TI Velho Chico).	3, 5, 8, 9	Propensão ao associativismo.		Estimular ainda mais o associativismo por meio de ações de mobilização comunitária e apresentar casos de sucesso como o da VALEXPORT, no Médio São Francisco
Capital social na região de Juazeiro	Abaré (TI Itaparica); Casa Nova, Curaçá, Juazeiro, Sento Sé e Sobradinho (TI Sertão do São Francisco).	6, 7, 14, 17, 23	Propensão ao associativismo.  Polo Juazeiro-Petrolina, onde existe a VALEXPORT, uma associação de fruticultores que tem organizado inúmeras ações em comum em benefício dos fruticultores irrigantes.		Estimular ainda mais o associativismo por meio de ações de mobilização comunitária e apresentar casos de sucesso como o da VALEXPORT, no Médio São Francisco
Capital social na região de Brumado	Rio de Contas (TI Chapada Diamantina); Euclides da Cunha (TI Semi-Árido Nordeste II); Brumado, Dom Basílio, Ituaçu e Livramento de Nossa Senhora (TI Sertão Produtivo).	9, 11, 12, 23, 30, 32	Propensão ao associativismo.		Estimular ainda mais o associativismo por meio de ações de mobilização comunitária e apresentar casos de sucesso como o da VALEXPORT, no Médio São Francisco

(Continua)

ASPECTO: ARRANJO DA FRUTICULTURA IRRIGADA					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Município(s) onde ocorre(m) o(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) os critério(s)	Atributo(s) que potencializa(m) o arranjo	Fator(es) que impede(m) ou restringe(m) o arranjo	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) do arranjo
Mercado na região de Bom Jesus da Lapa	Macaúbas (TI Bacía do Paramirim); Guanambi (TI Sertão Produtivo); Bom Jesus da Lapa, Paratinga, Riacho de Santana, Serra do Ramalho e Sítio do Mato (TI Velho Chico).	3, 5, 8, 9	Tendências de crescimento sustentado na produção física e no valor de exportação, o que revela ser acertada a decisão dos agentes de aumentar a escala, devido aos atrativos de mercado.  Grande aceitação no mercado internacional, mesmo em períodos de crise.		Conviria que se começasse a pensar na possibilidade de associar a produção de frutas frescas para exportação <i>in natura</i> com a produção de derivados como sucos, pastas, geléias, passas, destilados não de uva etc., o que poderia significar novas oportunidades de negócios
Mercado na região de Juazeiro	Abaré (TI Itaparica); Casa Nova, Curaçá, Juazeiro, Sento Sé e Sobradinho (TI Sertão do São Francisco).	6, 7, 14, 17, 23	Tendências de crescimento sustentado na produção física e no valor de exportação, o que revela ser acertada a decisão dos agentes de aumentar a escala, devido aos atrativos de mercado.  Grande aceitação no mercado internacional, mesmo em períodos de crise.		Conviria que se começasse a pensar na possibilidade de associar a produção de frutas frescas para exportação <i>in natura</i> com a produção de derivados como sucos, pastas, geléias, passas, destilados não de uva etc., o que poderia significar novas oportunidades de negócios.
Mercado na região de Brumado	Rio de Contas (TI Chapada Diamantina); Euclides da Cunha (TI Semi-Árido Nordeste II); Brumado, Dom Basílio, Ituaçu e Livramento de Nossa Senhora (TI Sertão Produtivo).	9, 11, 12, 23, 30, 32	Tendências de crescimento sustentado na produção física e no valor de exportação, o que revela ser acertada a decisão dos agentes de aumentar a escala, devido aos atrativos de mercado.  Grande aceitação no mercado internacional, mesmo em períodos de crise.		Verificar a possibilidade de associar a produção de frutas frescas para exportação <i>in natura</i> com a produção de derivados como sucos, pastas, geléias, passas, destilados não de uva etc., o que poderia significar novas oportunidades de negócios
Infraestrutura na região de Bom Jesus da Lapa	Macaúbas (TI Bacía do Paramirim); Guanambi (TI Sertão Produtivo); Bom Jesus da Lapa, Paratinga, Riacho de Santana, Serra do Ramalho e Sítio do Mato (TI Velho Chico).	3, 5, 8, 9		Deficiências na Infraestrutura logística, sendo mais graves nas áreas polarizadas por Bom Jesus da Lapa, elevando os custos de transporte de insumos e produtos, reduzindo a competitividade.	Incluir as áreas produtoras em programas de infraestrutura de transportes, rodovias, hidrovias, ferrovias e aeroportos, de infraestrutura energética e em programas de fomento à industrialização de médio e grande porte visando aos derivados das frutas.
Infraestrutura na região de Juazeiro	Abaré (TI Itaparica); Casa Nova, Curaçá, Juazeiro, Sento Sé e Sobradinho (TI Sertão do São Francisco).	6, 7, 14, 17, 23		Deficiências na Infraestrutura logística, elevando os custos de transporte de insumos e produtos, reduzindo a competitividade.	Incluir as áreas produtoras em programas de infraestrutura de transportes, rodovias, hidrovias, ferrovias e aeroportos, de infraestrutura energética e em programas de fomento à industrialização de médio e grande porte visando aos derivados das frutas.
Infraestrutura na região de Brumado	Rio de Contas (TI Chapada Diamantina); Euclides da Cunha (TI Semi-Árido Nordeste II); Brumado, Dom Basílio, Ituaçu e Livramento de Nossa Senhora (TI Sertão Produtivo).	9, 11, 12, 23, 30, 32		Deficiências na Infraestrutura logística, sendo mais graves nas áreas polarizadas por Livramento do Brumado, elevando os custos de transporte de insumos e produtos, reduzindo a competitividade.	Incluir as áreas produtoras em programas de infraestrutura de transportes, rodovias, hidrovias, ferrovias e aeroportos, de infraestrutura energética e em programas de fomento à industrialização de médio e grande porte visando aos derivados das frutas.

(Continua)

ASPECTO: ARRANJO DA FRUTICULTURA IRRIGADA					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Município(s) onde ocorre(m) o(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) os critério(s)	Atributo(s) que potencializa(m) o arranjo	Fator(es) que impede(m) ou restringe(m) o arranjo	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) do arranjo
Agricultura familiar na região de Bom Jesus da Lapa	Macaúbas (TI Bacia do Paramirim); Guanambi (TI Sertão Produtivo); Bom Jesus da Lapa, Paratinga, Riacho de Santana, Serra do Ramalho e Sítio do Mato (TI Velho Chico).	3, 5, 8, 9		Médio a baixo potencial de incorporação da agricultura familiar, inclusive nos distritos de irrigação, nos quais predomina o médio estabelecimento empresarial.  Agricultura familiar quase não se faz presente devido aos elevados investimentos e custos de produção ao nível do lote, onerados pelas despesas com água e energia, valor da terra, e pelas exigências que o DNOCS e a CODEVASF fazem em relação ao perfil dos irrigantes.	Fomentar programas de acesso à terra com possibilidade de irrigação, de financiamento e de assistência técnica voltada para a produção familiar, que podem vir a ampliar a participação da agricultura de pequenos produtores.
Agricultura familiar na região de Juazeiro	Abaré (TI Itaparica); Casa Nova, Curaçá, Juazeiro, Sento Sé e Sobradinho (TI Sertão do São Francisco).	6, 7, 14, 17, 23		Médio a baixo potencial de incorporação da agricultura familiar, inclusive nos distritos de irrigação, nos quais predomina o médio estabelecimento empresarial.  Agricultura familiar quase não se faz presente devido aos elevados investimentos e custos de produção ao nível do lote, onerados pelas despesas com água e energia, valor da terra, e pelas exigências que o DNOCS e a CODEVASF fazem em relação ao perfil dos irrigantes.	Fomentar programas de acesso à terra com possibilidade de irrigação, de financiamento e de assistência técnica voltada para a produção familiar, que podem vir a ampliar a participação da agricultura de pequenos produtores.
Agricultura familiar na região de Brumado	Rio de Contas (TI Chapada Diamantina); Euclides da Cunha (TI Semi-Árido Nordeste II); Brumado, Dom Basílio, Ituaçu e Livramento de Nossa Senhora (TI Sertão Produtivo).	9, 11, 12, 23, 30, 32		Médio a baixo potencial de incorporação da agricultura familiar, inclusive nos distritos de irrigação, nos quais predomina o médio estabelecimento empresarial.  Agricultura familiar quase não se faz presente devido aos elevados investimentos e custos de produção ao nível do lote, onerados pelas despesas com água e energia, valor da terra, e pelas exigências que o DNOCS e a CODEVASF fazem em relação ao perfil dos irrigantes.	Fomentar programas de acesso à terra com possibilidade de irrigação, de financiamento e de assistência técnica voltada para a produção familiar, que podem vir a ampliar a participação da agricultura de pequenos produtores.
Municípios produtores de manga ou uva não inseridos nas principais regiões de produção	Boquira, Caturama, Érico Cardoso, Paramirim e Rio do Pires (TI Bacia do Paramirim); Brejolândia, Coribe, Correntina, Jaborandi, Santa Maria da Vitória, Santana, São Félix do Coribe e Tabocas do Brejo Velho (TI Bacia do Rio Corrente); Baianópolis, Barreiras, Buritirama, Formosa do Rio Preto, Luís Eduardo Magalhães, Riachão das Neves e São Desidério (TI Bacia do Rio Grande); Iraquara, Itaeté, Lençóis, Marcionílio Souza, Morro do Chapéu, Mucugê, Souto Soares e Wagner (TI Chapada Diamantina); Alcobaça (TI Extremo Sul);	1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36			

(Continua)

ASPECTO: ARRANJO DA FRUTICULTURA IRRIGADA					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Município(s) onde ocorre(m) o(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) os critério(s)	Atributo(s) que potencializa(m) o arranjo	Fator(es) que impede(m) ou restringe(m) o arranjo	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) do arranjo
Municípios produtores de manga ou uva não inseridos nas principais regiões de produção - continuação	<p>Barra do Mendes, Barro Alto, Canarana, Central, Gentio do Ouro, Ibipeba, Ibititá, Ipupiara, Itaguaçu da Bahia, Presidente Dutra, São Gabriel, Uibaí e Xique-Xique (TI Irecê);</p> <p>Chorrochó, Glória, Paulo Afonso e Rodelas (TI Itaparica);</p> <p>Maraú (TI Litoral Sul);</p> <p>Itagi, Jequié e Manoel Vitorino (TI Médio Rio de Contas);</p> <p>Iaçú, Itaberaba, Mundo Novo, Piritiba, Ruy Barbosa e Santa Teresinha (TI Piemonte do Paraguaçu);</p> <p>Antônio Gonçalves, Campo Formoso, Jaguarari, Pindobaçu, Ponto Novo e Senhor do Bonfim (TI Piemonte Norte do Itapicuru);</p> <p>Santo Amaro e Saubara (TI Recôncavo);</p> <p>Itaparica, Lauro de Freitas, Simões Filho e Vera Cruz (TI Região Metropolitana de Salvador);</p> <p>Banzaê, Cícero Dantas, Cipó, Fátima, Heliópolis, Nova Soure, Paripiranga, Ribeira do Amparo e Ribeira do Pombal (TI Semi-Árido Nordeste II);</p> <p>Canudos (TI Sertão do São Francisco);</p> <p>Contendas do Sincorá, Palmas de Monte Alto, Sebastião Laranjeiras e Tanhaçu (TI Sertão Produtivo);</p> <p>Biritinga, Itiúba, Monte Santo, Quijingue, Serrinha e Tucano (TI Sisal);</p> <p>Elísio Medrado (TI Vale do Jiquiriçá);</p> <p>Barra, Brotas de Macaúbas, Carinhanha, Ibotirama, Malhada, Morpará e Oliveira dos Brejinhos (TI Velho Chico);</p> <p>Anagé, Caraíbas, Condeúba, Maetinga, Mirante, Piripá e Presidente Jânio Quadros (TI Vitória da Conquista).</p>	1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36			

Fonte: Consórcio Geohidro-Sondotécnica, 2013

**Quadro 58 – Síntese de potencialidades, limitações e recomendações referentes ao tema Arranjos Produtivos Rurais: Arranjo da Heveicultura**

ASPECTO: ARRANJO DA HEVEICULTURA					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Município(s) onde ocorre(m) o(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) os critério(s)	Atributo(s) que potencializa(m) o arranjo	Fator(es) que impede(m) ou restringe(m) o arranjo	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) do arranjo
Desempenho do arranjo nas UTBs Baixada Litorânea do Recôncavo (UTB 13) e Planalto Pré-Litorâneo (UTB 47)	Camamu, Igrapiúna, Ituberá, Nilo Peçanha e Valença (TI Baixo Sul); Maraú (TI Litoral Sul).	25, 26, 27, 36	Atividade compatível com os preceitos de sustentabilidade, adaptada a consórcios e, se conduzida racionalmente, permite auferir rentabilidade adequada.  Rendimento físico elevado nas terras baixas, próximas à costa atlântica, onde se pratica mais intensamente a integração vertical com a indústria de beneficiamento de látex.  Mercado garantido e a possibilidade de expandir a área cultivada, graças a disponibilidade de terras aptas.	Dificuldade de acesso a clones/variedades mais produtivos e mais resistentes às pragas e doenças.  Produção científica sobre heveicultura não é muito elevada na Bahia, tendo sido conduzida pelo CEPEC CEPLAC.  Parte da área produtiva é prejudicada pela concorrência da cacauicultura.	Fomentar a assistência técnica e a capacitação em gestão em todas as áreas produtiva.  Promover o incremento da produção científica sobre heveicultura.
Desempenho do arranjo na UTB Planalto Pré-Litorâneo (UTB 47)	Piraí do Norte, Presidente Tancredo Neves, Taperoá e Wenceslau Guimarães (TI Baixo Sul); Arataca, Buerarema, Ilhéus, Itabuna, Itacaré, Mascote, Santa Luzia, Una e Uruçuca (TI Litoral Sul); Mutuípe (TI Vale do Jiquiriçá).	20, 22, 25, 26, 27, 28, 36	Atividade compatível com os preceitos de sustentabilidade, adaptada a consórcios e, se conduzida racionalmente, permite auferir rentabilidade adequada.  Rendimento físico elevado nas terras baixas, próximas à costa atlântica, onde se pratica mais intensamente a integração vertical com a indústria de beneficiamento de látex.  Mercado garantido e a possibilidade de expandir a área cultivada, graças a disponibilidade de terras aptas.	Dificuldade de acesso a clones/variedades mais produtivos e mais resistentes às pragas e doenças.  Produção científica sobre heveicultura não é muito elevada na Bahia, tendo sido conduzida pelo CEPEC CEPLAC.  Parte da área produtiva é prejudicada pela concorrência da cacauicultura.	Fomentar a assistência técnica e a capacitação em gestão em todas as áreas produtivas.  Promover o incremento da produção científica sobre heveicultura.
Capital humano nas UTBs Baixada Litorânea do Recôncavo (UTB 13) e Planalto Pré-Litorâneo (UTB 47)	Camamu, Igrapiúna, Ituberá, Nilo Peçanha e Valença (TI Baixo Sul); Maraú (TI Litoral Sul).	25, 26, 27, 36		Baixa oferta de capacitação profissional específica, mesmo com a oferta de cursos de capacitação e assistência técnica à heveicultura pela a CEPLAC.	Ampliar a oferta de capacitação técnica especializada.  Estimular o envolvimento no tema de pesquisa da competência em ciências agrárias disponível no CEPEC / CEPLAC.
Capital humano na UTB Planalto Pré-Litorâneo (UTB 47)	Piraí do Norte, Presidente Tancredo Neves, Taperoá e Wenceslau Guimarães (TI Baixo Sul); Arataca, Buerarema, Ilhéus, Itabuna, Itacaré, Mascote, Santa Luzia, Una e Uruçuca (TI Litoral Sul); Mutuípe (TI Vale do Jiquiriçá).	20, 22, 25, 26, 27, 28, 36		Baixa oferta de capacitação profissional específica, mesmo com a proximidade de instituições de nível técnico e superior de ensino de ciências agrárias, entre elas a UESC, e oferta de cursos de capacitação e assistência técnica à heveicultura pela a CEPLAC .	Ampliar a oferta de capacitação técnica especializada.  Estimular o envolvimento no tema de pesquisa da competência em ciências agrárias disponível no CEPEC / CEPLAC.
Capital social nas UTBs Baixada Litorânea do Recôncavo (UTB 13) e Planalto Pré-Litorâneo (UTB 47)	Camamu, Igrapiúna, Ituberá, Nilo Peçanha e Valença (TI Baixo Sul); Maraú (TI Litoral Sul).	25, 26, 27, 36		Baixa propensão ao associativismo.  Pouca presença de cooperativas e associações, restringindo a competitividade do arranjo em função da incapacidade de promover ações comuns, inclusive aquelas que poderiam aumentar a propensão a investir e assumir riscos.  Câmara setorial específica com pouco dinamismo, a julgar pela pouca presença de cooperativas e associações.	Estimular o associativismo por meio de ações de mobilização comunitária e apresentar casos de sucesso do associativismo ocorridos no território Litoral Sul, sobretudo a do Instituto Cabruca.  Fomentar a implantação de médias e pequenas indústrias de látex beneficiado para reduzir a dependência em relação aos processadores autônomos.

(Continua)



Continuação do **Quadro 58** – Síntese de potencialidades, limitações e recomendações referentes ao tema **Arranjos Produtivos Rurais: Arranjo da Heveicultura**

ASPECTO: ARRANJO DA HEVEICULTURA					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Município(s) onde ocorre(m) o(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) os critério(s)	Atributo(s) que potencializa(m) o arranjo	Fator(es) que impede(m) ou restringe(m) o arranjo	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) do arranjo
Capital social na UTB Planalto Pré-Litorâneo (UTB 47)	Pirai do Norte, Presidente Tancredo Neves, Taperoá e Wenceslau Guimarães (TI Baixo Sul); Arataca, Buerarema, Ilhéus, Itabuna, Itacaré, Mascote, Santa Luzia, Una e Uruçuca (TI Litoral Sul); Mutuípe (TI Vale do Jiquiriçá).	20, 22, 25, 26, 27, 28, 36		Baixa propensão ao associativismo.  Pouca presença de cooperativas e associações, restringindo a competitividade do arranjo em função da incapacidade de promover ações comuns, inclusive aquelas que poderiam aumentar a propensão a investir e assumir riscos.  Câmara setorial específica com pouco dinamismo, a julgar pela pouca presença de cooperativas e associações.	Estimular o associativismo por meio de ações de mobilização comunitária e apresentar casos de sucesso do associativismo ocorridos no território Litoral Sul, sobretudo o do Instituto Cabruca.  Fomentar a implantação de médias e pequenas indústrias de látex beneficiado para reduzir a dependência em relação aos processadores autônomos.
Mercado nas UTBs Baixada Litorânea do Recôncavo (UTB 13) e Planalto Pré-Litorâneo (UTB 47)	Camamu, Igrapiúna, Ituberá, Nilo Peçanha e Valença (TI Baixo Sul); Marauá (TI Litoral Sul).	25, 26, 27, 36	As perspectivas para mercado de látex beneficiado são positivas do lado da demanda, de modo que há uma clara necessidade de maior produção.  Mercado de borracha natural em expansão, o que de alguma forma resulta em uma valorização da borracha natural em relação à borracha sintética.  Grande diversidade de mercados consumidores de produtos da cadeia de borracha.	Concorrência do produto internacional, uma vez que o Brasil não produz o suficiente para o mercado interno, e esta dependência faz com que os preços pagos aos produtores esteja referenciado ao preço de importação.	Estimular a produção de variedades e clones com maior aceitação no mercado interno.

(Continua)

ASPECTO: ARRANJO DA HEVEICULTURA					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Município(s) onde ocorre(m) o(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) os critério(s)	Atributo(s) que potencializa(m) o arranjo	Fator(es) que impede(m) ou restringe(m) o arranjo	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) do arranjo
Mercado na UTB Planalto Pré-Litorâneo (UTB 47)	Pirai do Norte, Presidente Tancredo Neves, Taperoá e Wenceslau Guimarães (TI Baixo Sul); Arataca, Buerarema, Ilhéus, Itabuna, Itacaré, Mascote, Santa Luzia, Una e Uruçuca (TI Litoral Sul); Mutuípe (TI Vale do Jiquiriçá).	20, 22, 25, 26, 27, 28, 36	As perspectivas para mercado de látex beneficiado, são positivas do lado da demanda, de modo que há uma clara necessidade de maior produção, que dependerá da superação de gargalos, entre eles o investimento.  Mercado de borracha natural em expansão, o que de alguma forma resulta em uma valorização da borracha natural em relação à borracha sintética.  Grande diversidade de mercados consumidores de produtos da cadeia de borracha.	Concorrência do produto internacional, uma vez que o Brasil não produz o suficiente para o mercado interno, e esta dependência faz com que os preços pagos aos produtores esteja referenciado ao preço de importação.	Estimular a produção de variedades e clones com maior aceitação no mercado interno.
Infraestrutura nas UTBs Baixada Litorânea do Recôncavo (UTB 13) e Planalto Pré-Litorâneo (UTB 47)	Camamu, Igrapiúna, Ituberá, Nilo Peçanha e Valença (TI Baixo Sul); Maraú (TI Litoral Sul).	25, 26, 27, 36		Deficiências que elevam os custos de transporte de insumos e produtos, reduzindo a competitividade.	Incluir as áreas produtoras em programas de infraestrutura de transportes, rodovias e ferrovias, portos e aeroportos, de infraestrutura energética e em programas de fomento à industrialização de médio porte visando a produção de látex corrugado.
Infraestrutura na UTB Planalto Pré-Litorâneo (UTB 47)	Pirai do Norte, Presidente Tancredo Neves, Taperoá e Wenceslau Guimarães (TI Baixo Sul); Arataca, Buerarema, Ilhéus, Itabuna, Itacaré, Mascote, Santa Luzia, Una e Uruçuca (TI Litoral Sul); Mutuípe (TI Vale do Jiquiriçá).	20, 22, 25, 26, 27, 28, 36		Deficiências que elevam os custos de transporte de insumos e produtos, reduzindo a competitividade.	Incluir as áreas produtoras em programas de infraestrutura de transportes, rodovias e ferrovias, portos e aeroportos, de infraestrutura energética e em programas de fomento à industrialização de médio porte visando a produção de látex corrugado.
Agricultura familiar nas UTBs Baixada Litorânea do Recôncavo (UTB 13) e Planalto Pré-Litorâneo (UTB 47)	Camamu, Igrapiúna, Ituberá, Nilo Peçanha e Valença (TI Baixo Sul); Maraú (TI Litoral Sul).	25, 26, 27, 36	A estrutura agrária, nas áreas menos concentradas, pode favorecer o desenvolvimento de um segmento da agricultura familiar.	Médio a baixo potencial de incorporação da Agricultura Familiar.  Concentração de terra.  Predominância de lavoura empresarial.  A agricultura familiar quase não se faz presente, devido ao valor da terra nas áreas tradicionais de cultivo e pelos elevados investimentos e custos de produção, com retorno dependendo da primeira safra que se dá, em geral, a partir do 6º ano.	Fomentar programas de acesso à terra, de financiamento e de assistência técnica voltada para a produção familiar, que podem vir a ampliar a participação de pequenos produtores.  Estimular a melhoria da qualidade dos clones e variedades, tornando-os mais produtivos.

(Continua)

Continuação do **Quadro 58** – Síntese de potencialidades, limitações e recomendações referentes ao tema **Arranjos Produtivos Rurais: Arranjo da Heveicultura**

ASPECTO: ARRANJO DA HEVEICULTURA					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Município(s) onde ocorre(m) o(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) os critério(s)	Atributo(s) que potencializa(m) o arranjo	Fator(es) que impede(m) ou restringe(m) o arranjo	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) do arranjo
Agricultura familiar na UTB Planalto Pré-Litorâneo (UTB 47)	Pirai do Norte, Presidente Tancredo Neves, Taperoá e Wenceslau Guimarães (TI Baixo Sul); Arataca, Buerarema, Ilhéus, Itabuna, Itacaré, Mascote, Santa Luzia, Una e Uruçuca (TI Litoral Sul); Mutuípe (TI Vale do Jiquiriçá).	20, 22, 25, 26, 27, 28, 36	A estrutura agrária, sendo menos concentrada, pode favorecer o desenvolvimento de um segmento da agricultura familiar.	Médio a baixo potencial de incorporação da Agricultura Familiar. Concentração de terra. Predominância de lavoura empresarial. A agricultura familiar quase não se faz presente, devido ao valor da terra nas áreas tradicionais de cultivo e pelos elevados investimentos e custos de produção, com retorno dependendo da primeira safra que se dá, em geral, a partir do 6º ano.	Fomentar programas de acesso à terra, de financiamento e de assistência técnica voltada para a produção familiar, que podem vir a ampliar a participação de pequenos produtores. Estimular a melhoria da qualidade dos clones e variedades, tornando-os mais produtivos.
Municípios produtores não inseridos nas principais regiões de produção	Gandu e Ibirapitanga (TI Baixo Sul); Guaratinga, Itabela, Porto Seguro e Santa Cruz Cabralia (TI Costa do Descobrimento); Alcobaça, Caravelas, Itamaraju, Jucuruçu e Prado (TI Extremo Sul); Barro Preto, Camacan, Coaraci, Ibicaí, Itajuípe, Pau Brasil e São José da Vitória (TI Litoral Sul); Ibirataia (TI Médio Rio de Contas); Jiquiriçá (TI Vale do Jiquiriçá).	22, 27, 28, 29, 36		Municípios não inseridos nas principais áreas de produção do arranjo e que não usufruem das vantagens locais dessas áreas, como: acesso a insumos e serviços relacionados ao arranjo, facilidades para escoamento da produção e disponibilidade de assistência técnica e mão de obra especializada etc.	

Fonte: Consórcio Geohidro-Sondotécnica, 2013

**Quadro 59 – Síntese de potencialidades, limitações e recomendações referentes ao tema Arranjos Produtivos Rurais: Arranjo do Mamão**

ASPECTO: ARRANJO DO MAMÃO					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Município(s) onde ocorre(m) o(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) os critério(s)	Atributo(s) que potencializa(m) o arranjo	Fator(es) que impede(m) ou restringe(m) o arranjo	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) do arranjo
Desempenho do arranjo nas UTBs Tabuleiro Costeiro do Litoral Norte (UTB 3) e Planalto Dissecado do Aporá (UTB 45)	Esplanada e Rio Real (TI Litoral Norte e Agreste Baiano).	32, 35	<p>Potencialidade de expansão, determinada pelo mercado e por áreas com uso alternativo com baixa rentabilidade, como pastagens degradadas.</p> <p>Lavoura perfeitamente adaptável aos preceitos da agroecologia, podendo assumir a forma de lavoura solteira ou consorciada, até mesmo tomando a forma de sistema agroflorestal.</p> <p>Sistema produtivo, ademais de apropriado aos ecossistemas, é fixador do solo e gerador de alelopatia positiva.</p>	Falta de visão dos agentes produtivos.	<p>Apoiar com pesquisa e assistência técnica, visto que o sistema pode ser melhorado tanto na fase de produção como de pós-colheita e, que no caso do mamão, é essencial para aumentar a resistência ao transporte e à manipulação.</p> <p>Estimular procedimentos essenciais para atender mercados mais exigentes, sobretudo para exportação, na pós-colheita, como: tratamentos térmicos e de refrigeração; imersão em soluções que evitam a ação de insetos, fungos, bactérias, e também o apodrecimento precoce, melhorando a cor e o sabor.</p>
Desempenho do arranjo na UTB Tabuleiro Costeiro do Litoral Sul (UTB 4)	<p>Belmonte, Eunápolis, Guaratinga, Itabela, Porto Seguro e Santa Cruz Cabralia (TI Costa do Descobrimento);</p> <p>Alcobaça, Caravelas, Ibirapuã, Itamaraju, Mucuri, Nova Viçosa, Prado, Teixeira de Freitas e Vereda (TI Extremo Sul);</p> <p>Canavieiras, Ilhéus e Una (TI Litoral Sul).</p>	20, 22, 25, 26, 27, 28, 36	<p>Potencialidade de expansão, determinada pelo mercado e por áreas com uso alternativo com baixa rentabilidade, como pastagens degradadas.</p> <p>Lavoura perfeitamente adaptável aos preceitos da agroecologia, podendo assumir a forma de lavoura solteira ou consorciada, até mesmo tomando a forma de sistema agroflorestal.</p> <p>Sistema produtivo, ademais de apropriado aos ecossistemas, é fixador do solo e gerador de alelopatia positiva.</p> <p>Atividade empresarial de médio e grande porte com adoção de sistemas de produção avançados, em alguns casos irrigados, que contemplam também pós-colheita em todas as suas etapas, produzindo com qualidade visando a exportação e mercados exigentes.</p>		<p>Apoiar com pesquisa e assistência técnica, visto que o sistema pode ser melhorado tanto na fase de produção como de pós-colheita e, que no caso do mamão, é essencial para aumentar a resistência ao transporte e à manipulação.</p> <p>Estimular procedimentos essenciais para atender mercados mais exigentes, sobretudo para exportação, na pós-colheita, como: tratamentos térmicos e de refrigeração; imersão em soluções que evitam a ação de insetos, fungos, bactérias, e também o apodrecimento precoce, melhorando a cor e o sabor.</p>
Desempenho do arranjo na UTB Chapada do Oeste Baiano (UTB 30)	<p>Coribe, Correntina e Santa Maria da Vitória (TI Bacia do Rio Corrente);</p> <p>Barreiras, Formosa do Rio Preto e Luís Eduardo Magalhães (TI Bacia do Rio Grande).</p>	1, 2, 3, 5	<p>Potencialidade de expansão, determinada pelo mercado e por áreas com uso alternativo com baixa rentabilidade, como pastagens degradadas.</p> <p>Lavoura perfeitamente adaptável aos preceitos da agroecologia, podendo assumir a forma de lavoura solteira ou consorciada, até mesmo tomando a forma de sistema agroflorestal.</p> <p>Sistema produtivo, ademais de apropriado aos ecossistemas, é fixador do solo e gerador de alelopatia positiva.</p> <p>Atividade empresarial de médio e grande porte com adoção de sistemas de produção avançados, em alguns casos irrigados, que contemplam também pós-colheita em todas as suas etapas, produzindo com qualidade visando a exportação e mercados exigentes.</p>		<p>Apoiar com pesquisa e assistência técnica, visto que o sistema pode ser melhorado tanto na fase de produção como de pós-colheita e, que no caso do mamão, é essencial para aumentar a resistência ao transporte e à manipulação.</p> <p>Estimular procedimentos essenciais para atender mercados mais exigentes, sobretudo para exportação, na pós-colheita, como: tratamentos térmicos e de refrigeração; imersão em soluções que evitam a ação de insetos, fungos, bactérias, e também o apodrecimento precoce, melhorando a cor e o sabor.</p>

(Continua)

Continuação do **Quadro 59** – Síntese de potencialidades, limitações e recomendações referentes ao tema **Arranjos Produtivos Rurais: Arranjo do Mamão**

ASPECTO: ARRANJO DO MAMÃO					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Município(s) onde ocorre(m) o(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) os critério(s)	Atributo(s) que potencializa(m) o arranjo	Fator(es) que impede(m) ou restringe(m) o arranjo	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) do arranjo
Capital humano nas UTBs Tabuleiro Costeiro do Litoral Norte (UTB 3) e Planalto Dissecado do Aporá (UTB 45)	Esplanada e Rio Real (TI Litoral Norte e Agreste Baiano).	32, 35	Existência de um Campus do Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia (IF Baiano) na cidade de Catu, que oferece os cursos Técnico em Agropecuária e Técnico em Alimentos.	Escassez de oferta de cursos superiores e técnicos que possam contribuir para acelerar a racionalização da produção de mamão em bases avançadas.	Incrementar a oferta de capacitação técnica especializada e criar linhas de pesquisa apropriadas nas universidades e centros de pesquisa mais próximos, visando expandir o sistema tecnicamente mais avançado para as mesmas.
Capital humano na UTB Tabuleiro Costeiro do Litoral Sul (UTB 4)	Belmonte, Eunápolis, Guaratinga, Itabela, Porto Seguro e Santa Cruz Cabrália (TI Costa do Descobrimento);  Alcobaça, Caravelas, Ibirapuã, Itamaraju, Mucuri, Nova Viçosa, Prado, Teixeira de Freitas e Vereda (TI Extremo Sul);  Canavieiras, Ilhéus e Una (TI Litoral Sul).	20, 22, 25, 26, 27, 28, 36	Existência de alguns cursos de captação.	Escassez de oferta de cursos superiores e técnicos que possam contribuir para acelerar a racionalização da produção de mamão em bases avançadas.	
Capital humano na UTB Chapada do Oeste Baiano (UTB 30)	Coribe, Correntina e Santa Maria da Vitória (TI Bacia do Rio Corrente);  Barreiras, Formosa do Rio Preto e Luís Eduardo Magalhães (TI Bacia do Rio Grande).	1, 2, 3, 5	Existência de curso superior e cursos de nível médio em ciências agrárias.		
Capital social nas UTBs Tabuleiro Costeiro do Litoral Norte (UTB 3) e Planalto Dissecado do Aporá (UTB 45)	Esplanada e Rio Real (TI Litoral Norte e Agreste Baiano).	32, 35	Existência de cinco cooperativas de produção, sendo que entre estas se encontra a CEALNOR, um dos mais emblemáticos exemplos de cooperativismo no Estado da Bahia, principalmente por atuar em cadeias completas, incluindo o processamento.	A Subcâmara Setorial da Cadeia Produtiva da Fruticultura Tropical e Temperada não é atuante no incremento de capital social da papaicultura.	Estimular o associativismo e o cooperativismo por meio de ações de mobilização comunitária, recomendadas para que os produtores familiares e os pequenos e médios empresários possam constituir <i>facilities</i> , tipo <i>packing house</i> , para uso da comunidade de produtores, as quais permitem adicionar valor à produção de frutas frescas.
Capital social na UTB Tabuleiro Costeiro do Litoral Sul (UTB 4)	Belmonte, Eunápolis, Guaratinga, Itabela, Porto Seguro e Santa Cruz Cabrália (TI Costa do Descobrimento);  Alcobaça, Caravelas, Ibirapuã, Itamaraju, Mucuri, Nova Viçosa, Prado, Teixeira de Freitas e Vereda (TI Extremo Sul);  Canavieiras, Ilhéus e Una (TI Litoral Sul).	20, 22, 25, 26, 27, 28, 36	Existência de 16 cooperativas de produção e comercialização voltadas para a agricultura.	A Subcâmara Setorial da Cadeia Produtiva da Fruticultura Tropical e Temperada não é atuante no incremento de capital social da papaicultura.	Estimular o associativismo e o cooperativismo por meio de ações de mobilização comunitária, recomendadas para que os produtores familiares e os pequenos e médios empresários possam constituir <i>facilities</i> , tipo <i>packing house</i> , para uso da comunidade de produtores, as quais permitem adicionar valor à produção de frutas frescas.
Capital social na UTB Chapada do Oeste Baiano (UTB 30)	Coribe, Correntina e Santa Maria da Vitória (TI Bacia do Rio Corrente);  Barreiras, Formosa do Rio Preto e Luís Eduardo Magalhães (TI Bacia do Rio Grande).	1, 2, 3, 5	Elevado número de cooperativas.  Razoável propensão a se associar e a cooperar, o que se deve a fatores culturais e ao protagonismo da AIBA (Associação de Agricultores e Irrigantes da Bahia), que cobre toda a região.	A Subcâmara Setorial da Cadeia Produtiva da Fruticultura Tropical e Temperada não é atuante no incremento de capital social da papaicultura.	Estimular o associativismo e o cooperativismo por meio de ações de mobilização comunitária, recomendadas para que os produtores familiares e os pequenos e médios empresários possam constituir <i>facilities</i> , tipo <i>packing house</i> , para uso da comunidade de produtores, as quais permitem adicionar valor à produção de frutas frescas.

(Continua)

ASPECTO: ARRANJO DO MAMÃO					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Município(s) onde ocorre(m) o(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) os critério(s)	Atributo(s) que potencializa(m) o arranjo	Fator(es) que impede(m) ou restringe(m) o arranjo	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) do arranjo
Mercado nas UTBs Tabuleiro Costeiro do Litoral Norte (UTB 3) e Planalto Dissecado do Aporá (UTB 45)	Esplanada e Rio Real (TI Litoral Norte e Agreste Baiano).	32, 35	<p>O Brasil encontra-se entre os principais países exportadores de mamão, principalmente para o mercado europeu.</p> <p>Possibilidade de exportação contínua devido à disponibilidade ao longo do ano, o que permite o hábito dos diferentes consumidores ao seu uso, além de representar um fruto que pode ser comercializado como produto alternativo, principalmente no período de inverno e durante a entre safra dos produtos locais.</p> <p>Destaque da Bahia na produção brasileira de mamão, com crescente volume exportado de mamão papaia fresco por produtores baianos na última década.</p>		Estimular estudos socioeconômicos e avaliações técnicas que informem sobre a possibilidade de modernização, obtendo maior eficiência e se tornando competitivo.
Mercado na UTB Tabuleiro Costeiro do Litoral Sul (UTB 4)	Belmonte, Eunápolis, Guaratinga, Itabela, Porto Seguro e Santa Cruz Cabralia (TI Costa do Descobrimento);  Alcobaça, Caravelas, Ibirapuã, Itamaraju, Mucuri, Nova Viçosa, Prado, Teixeira de Freitas e Vereda (TI Extremo Sul);  Canavieiras, Ilhéus e Una (TI Litoral Sul).	20, 22, 25, 26, 27, 28, 36	<p>O Brasil encontra-se entre os principais países exportadores de mamão, principalmente para o mercado europeu.</p> <p>Possibilidade de exportação contínua devido à disponibilidade ao longo do ano, o que permite o hábito dos diferentes consumidores ao seu uso, além de representar um fruto que pode ser comercializado como produto alternativo, principalmente no período de inverno e durante a entre safra dos produtos locais.</p> <p>Destaque da Bahia na produção brasileira de mamão, com crescente volume exportado de mamão papaia fresco por produtores baianos na última década.</p>		Ampliar o fomento do segmento.
Mercado na UTB Chapada do Oeste Baiano (UTB 30)	Coribe, Correntina e Santa Maria da Vitória (TI Bacia do Rio Corrente);  Barreiras, Formosa do Rio Preto e Luís Eduardo Magalhães (TI Bacia do Rio Grande).	1, 2, 3, 5	<p>O Brasil encontra-se entre os principais países exportadores de mamão, principalmente para o mercado europeu.</p> <p>Possibilidade de exportação contínua devido à disponibilidade ao longo do ano, o que permite o hábito dos diferentes consumidores ao seu uso, além de representar um fruto que pode ser comercializado como produto alternativo, principalmente no período de inverno e durante a entre safra dos produtos locais.</p> <p>Destaque da Bahia na produção brasileira de mamão, com crescente volume exportado de mamão papaia fresco por produtores baianos na última década.</p>		Ampliar o fomento do segmento.

(Continua)



ASPECTO: ARRANJO DO MAMÃO					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Município(s) onde ocorre(m) o(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) os critério(s)	Atributo(s) que potencializa(m) o arranjo	Fator(es) que impede(m) ou restringe(m) o arranjo	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) do arranjo
Infraestrutura nas UTBs Tabuleiro Costeiro do Litoral Norte (UTB 3) e Planalto Dissecado do Aporá (UTB 45)	Esplanada e Rio Real (TI Litoral Norte e Agreste Baiano).	32, 35		Deficiências em termos de estradas vicinais, ferrovias, rodovias, hidrovias e eletrificação.	Incluir os municípios produtores em programas de infraestrutura de transportes, rodovias, hidrovias e ferrovias e de energia.
Infraestrutura na UTB Tabuleiro Costeiro do Litoral Sul (UTB 4)	Belmonte, Eunápolis, Guaratinga, Itabela, Porto Seguro e Santa Cruz Cabrália (TI Costa do Descobrimento); Alcobaça, Caravelas, Ibirapuã, Itamaraju, Mucuri, Nova Viçosa, Prado, Teixeira de Freitas e Vereda (TI Extremo Sul); Canavieiras, Ilhéus e Una (TI Litoral Sul).	20, 22, 25, 26, 27, 28, 36		Deficiências em termos de estradas vicinais, ferrovias, rodovias, hidrovias e eletrificação.  Existência de gargalos de escoamento da produção que merecem atenção, pois contribuem para aumentar os custos de transporte de insumos e produtos, bem como para comprometer a qualidade dos frutos.	Incluir os municípios produtores em programas de infraestrutura de transportes, rodovias, hidrovias e ferrovias e de energia, cogitando também a utilização de transporte marítimo.
Infraestrutura na UTB Chapada do Oeste Baiano (UTB 30)	Coribe, Correntina e Santa Maria da Vitória (TI Bacia do Rio Corrente); Barreiras, Formosa do Rio Preto e Luís Eduardo Magalhães (TI Bacia do Rio Grande).	1, 2, 3, 5		Deficiências em termos de estradas vicinais, ferrovias, rodovias, hidrovias e eletrificação.  Existência de gargalos de escoamento da produção que merecem atenção, pois contribuem para aumentar os custos de transporte de insumos e produtos, bem como para comprometer a qualidade dos frutos.	Incluir os municípios produtores em programas de infraestrutura de transportes, rodovias, hidrovias e ferrovias e de energia.
Agricultura familiar nas UTBs Tabuleiro Costeiro do Litoral Norte (UTB 3) e Planalto Dissecado do Aporá (UTB 45)	Esplanada e Rio Real (TI Litoral Norte e Agreste Baiano).	32, 35	Presença de um modelo de organização produtiva que contempla agricultura familiar, em alguns casos, como o dos associados à CEALNOR, motivada para ações comunitárias visando cooperação na fase de produção e comercialização, eventualmente com estágio de beneficiamento.  O acesso à agricultura familiar é mais óbvio por não adotar técnicas modernas.		Fomentar programas de acesso à terra, de financiamento e de assistência técnica, podendo também contemplar atividades comunitárias de pós-colheita e de práticas de <i>packing house</i> , beneficiamento, industrialização e qualificação destes produtos, visando consolidar a agricultura familiar.
Agricultura familiar na UTB Tabuleiro Costeiro do Litoral Sul (UTB 4)	Belmonte, Eunápolis, Guaratinga, Itabela, Porto Seguro e Santa Cruz Cabrália (TI Costa do Descobrimento); Alcobaça, Caravelas, Ibirapuã, Itamaraju, Mucuri, Nova Viçosa, Prado, Teixeira de Freitas e Vereda (TI Extremo Sul); Canavieiras, Ilhéus e Una (TI Litoral Sul).	20, 22, 25, 26, 27, 28, 36	Possibilidade da atividade integrada de produção de mamão, com fornecedores operando em menor escala ao estabelecimento maior e integrador, permitir o acesso da agricultura familiar.	Muito baixo potencial de incorporação da agricultura familiar nos sistemas de produção, devido a predominância de empresas em todos os segmentos do arranjo.	Fomentar programas de acesso à terra, de financiamento e de assistência técnica, podendo também contemplar atividades comunitárias de pós-colheita e de práticas de <i>packing house</i> , beneficiamento, industrialização e qualificação destes produtos, visando consolidar a agricultura familiar.
Agricultura familiar na UTB Chapada do Oeste Baiano (UTB 30)	Coribe, Correntina e Santa Maria da Vitória (TI Bacia do Rio Corrente); Barreiras, Formosa do Rio Preto e Luís Eduardo Magalhães (TI Bacia do Rio Grande).	1, 2, 3, 5		Muito baixo potencial de incorporação da agricultura familiar nos sistemas de produção, devido a predominância de empresas em todos os segmentos do arranjo.	Fomentar programas de acesso à terra, de financiamento e de assistência técnica, podendo também contemplar atividades comunitárias de pós-colheita e de práticas de <i>packing house</i> , beneficiamento, industrialização e qualificação destes produtos, visando consolidar a agricultura familiar.

(Continua)

Continuação do **Quadro 59** – Síntese de potencialidades, limitações e recomendações referentes ao tema **Arranjos Produtivos Rurais: Arranjo do Mamão**

CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Município(s) onde ocorre(m) o(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) os critério(s)	Atributo(s) que potencializa(m) o arranjo	Fator(es) que impede(m) ou restringe(m) o arranjo	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) do arranjo
Municípios produtores não inseridos nas principais regiões de produção	<p>São Félix do Coribe (TI Bacia do Rio Corrente);</p> <p>Camamu, Gandu, Ituberá, Nilo Peçanha, Piraí do Norte, Presidente Tancredo Neves, Taperoá, Valença e Wenceslau Guimarães (TI Baixo Sul);</p> <p>Andaraí, Iraquara, Itaeté, Marcionílio Souza, Morro do Chapéu, Seabra, Utinga e Wagner (TI Chapada Diamantina);</p> <p>Itanhém (TI Extremo Sul);</p> <p>Barra do Mendes, Barro Alto, Canarana, Ibipoba, Irecê e Lapão (TI Irecê);</p> <p>Abaré, Glória e Rodelas (TI Itaparica);</p> <p>Mata de São João e Pojuca (TI Litoral Norte e Agreste Baiano);</p> <p>Itacaré (TI Litoral Sul);</p> <p>Barra do Rocha, Dário Meira, Ibirataia, Itagi, Jequié e Ubatã (TI Médio Rio de Contas);</p> <p>Boa Vista do Tupim, Iaçú, Itaberaba e Ruy Barbosa (TI Piemonte do Paraguaçu);</p> <p>Campo Formoso, Ponto Novo e Senhor do Bonfim (TI Piemonte Norte do Itapicuru);</p> <p>Coração de Maria e Santo Estêvão (TI Portal do Sertão);</p> <p>Cruz das Almas, Maragogipe, Santo Antônio de Jesus, Sapeaçu e Varzedo (TI Recôncavo);</p> <p>Camaçari e Dias d'Ávila (TI Região Metropolitana de Salvador);</p> <p>Curaçá, Juazeiro e Sobradinho (TI Sertão do São Francisco);</p> <p>Jiquiriçá, Laje e Mutuípe (TI Vale do Jiquiriçá);</p> <p>Bom Jesus da Lapa, Carinhanha e Paratinga (TI Velho Chico);</p> <p>Anagé, Caraíbas, Encruzilhada e Vitória da Conquista (TI Vitória da Conquista).</p>	3, 5, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 29, 30, 31, 33, 35, 36		Municípios não inseridos nas principais áreas de produção do arranjo e que não usufruem das vantagens locais dessas áreas, como: acesso a insumos e serviços relacionados ao arranjo, facilidades para escoamento da produção e disponibilidade de assistência técnica e mão de obra especializada etc.	

Fonte: Consórcio Geohidro-Sondotécnica, 2013

Quadro 60 – Síntese de potencialidades, limitações e recomendações referentes ao tema Arranjos Produtivos Rurais: Arranjo da Mamona

ASPECTO: ARRANJO DA MAMONA					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Município(s) onde ocorre(m) o(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) os critério(s)	Atributo(s) que potencializa(m) o arranjo	Fator(es) que impede(m) ou restringe(m) o arranjo	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) do arranjo
Desempenho do arranjo na UTB Chapada do Oeste Baiano (UTB 30)	Muquém de São Francisco (TI Velho Chico).	4, 5, 6	Importância ambiental na recuperação da caatinga degradada, desde que se sejam aplicados preceitos de agroecologia, em plantios solteiros ou consorciados, e usadas variedades da mamona aptas a conviverem com a seca.	<p>Área colhida inexpressiva, tratando-se de uma produção experimental ou praticada em terras marginais.</p> <p>Incerteza no que diz respeito a variedades adaptadas (mais produtivas e mais resistentes), possibilidades de consórcio e de adensamento e necessidade de políticas específicas que recomendem a pesquisa agropecuária e a Pesquisa e Desenvolvimento (P&amp;D).</p> <p>Não é adaptada ao semiárido, sendo apenas mais resistentes que outras espécies.</p> <p>Impossibilidade das lavouras de mamona suprirem as usinas de biodiesel com oferta suficiente do produto a ponto torná-las viáveis economicamente.</p> <p>Não há variedades resistentes e produtivas para este ecossistema.</p>	Apoiar atividades de pesquisa e de assistência técnica em todas as áreas produtoras, levando em consideração a possibilidade de existir vantagens significativas de escala na produção da matéria prima produzida como atividade isolada ou como atividade integrada a uma usina de biodiesel.
Desempenho do arranjo nas UTBs Chapada de Irecê (UTB 22) e Depressão Sertaneja (UTB 62)	<p>Baixa Grande e São José do Jacuípe (TI Bacia do Jacuípe);</p> <p>Paramirim (TI Bacia do Paramirim);</p> <p>Iramaia, Iraquara, Itaeté, Marcionílio Souza, Morro do Chapéu, Palmeiras, Rio de Contas, Seabra e Souto Soares (TI Chapada Diamantina);</p> <p>América Dourada, Barra do Mendes, Barro Alto, Cafarnaum, Canarana, Central, Ibipeba, Ibititá, Irecê, Itaguaçu da Bahia, João Dourado, Jussara, Lapão, Mulungu do Morro, Presidente Dutra, São Gabriel e Uibaí (TI Irecê);</p> <p>Manoel Vitorino (TI Médio Rio de Contas);</p> <p>Capim Grosso e Ourolândia (TI Piemonte da Diamantina);</p> <p>Boa Vista do Tupim, Iaçú, Itaberaba, Itatim, Macajuba e Ruy Barbosa (TI Piemonte do Paraguçu);</p> <p>Andorinha, Antônio Gonçalves, Campo Formoso, Filadélfia, Jaguarari e Senhor do Bonfim (TI Piemonte Norte do Itapicuru);</p> <p>Santo Estêvão (TI Portal do Sertão);</p> <p>Juazeiro e Sento Sé (TI Sertão do São Francisco);</p>	7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 23, 24	<p>Geração de emprego e renda em proporções expressivas nas lavouras, visando a produção do biodiesel.</p> <p>Importância ambiental na recuperação da caatinga degradada, desde que se sejam aplicados preceitos de agroecologia, em plantios solteiros ou consorciados, e usadas variedades da mamona aptas a conviverem com a seca.</p>	<p>Incerteza no que diz respeito a variedades adaptadas (mais produtivas e mais resistentes), possibilidades de consórcio e de adensamento e necessidade de políticas específicas que recomendem a pesquisa agropecuária e a Pesquisa e Desenvolvimento (P&amp;D).</p> <p>Não é adaptada ao semiárido, sendo apenas mais resistentes que outras espécies.</p> <p>Impossibilidade das lavouras de mamona suprirem as usinas de biodiesel com oferta suficiente do produto a ponto torná-las viáveis economicamente.</p> <p>Não há variedades resistentes e produtivas para este ecossistema.</p>	Apoiar atividades de pesquisa e de assistência técnica em todas as áreas produtoras, levando em consideração a possibilidade de existir vantagens significativas de escala na produção da matéria prima produzida como atividade isolada ou como atividade integrada a uma usina de biodiesel.

(Continua)

ASPECTO: ARRANJO DA MAMONA					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Município(s) onde ocorre(m) o(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) os critério(s)	Atributo(s) que potencializa(m) o arranjo	Fator(es) que impede(m) ou restringe(m) o arranjo	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) do arranjo
Desempenho do arranjo nas UTBs Chapada de Irecê (UTB 22) e Depressão Sertaneja (UTB 62) - continuação	Brumado, Caculé, Caetitê, Contendas do Sincorá, Dom Basílio, Ituaçu, Lagoa Real, Livramento de Nossa Senhora, Malhada de Pedras, Rio do Antônio e Tanhaçu (TI Sertão Produtivo); Itiúba (TI Sisal); Maracás e Milagres (TI Vale do Jiquiriçá); Aracatu, Belo Campo, Caetanos, Guajeru, Maetinga, Mirante e Presidente Jânio Quadros (TI Vitória da Conquista).	7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 23, 24	Geração de emprego e renda em proporções expressivas nas lavouras, visando a produção do biodiesel.  Importância ambiental na recuperação da caatinga degradada, desde que se sejam aplicados preceitos de agroecologia, em plantios solteiros ou consorciados, e usadas variedades da mamona aptas a conviverem com a seca.	<p>Incerteza no que diz respeito a variedades adaptadas (mais produtivas e mais resistentes), possibilidades de consórcio e de adensamento e necessidade de políticas específicas que recomendem a pesquisa agropecuária e a Pesquisa e Desenvolvimento (P&amp;D).</p> <p>Não é adaptada ao semiárido, sendo apenas mais resistentes que outras espécies.</p> <p>Impossibilidade das lavouras de mamona suprirem as usinas de biodiesel com oferta suficiente do produto a ponto torná-las viáveis economicamente.</p> <p>Não há variedades resistentes e produtivas para este ecossistema.</p>	Apoiar atividades de pesquisa e de assistência técnica em todas as áreas produtoras, levando em consideração a possibilidade de existir vantagens significativas de escala na produção da matéria prima produzida como atividade isolada ou como atividade integrada a uma usina de biodiesel.
Capital humano na UTB Chapada do Oeste Baiano (UTB 30)	Muquém de São Francisco (TI Velho Chico).	4, 5, 6	Capacidade instalada para formação de capital humano, com os seguintes destaques: Curso de agronomia no Campus IX (UNEB); Curso Técnico em Agropecuária e Agroindústria no Centro Territorial de Educação Profissional do Oeste Baiano e Cursos superiores de formação em ciências sociais aplicadas e recursos naturais na UFBA.	Baixa oferta de capacitação profissional específica, que traz problemas de gestão ao longo da cadeia produtiva da mamona, determinando a prática de um sistema de produção tradicional que leva à baixa produção de sementes e consequentemente de óleo.	Ampliar a oferta de capacitação técnica especializada para o arranjo da mamona e criar linhas de pesquisa apropriadas nas universidades e centros de pesquisa na Bahia, viabilizando o aproveitamento integral do óleo de mamona, não apenas como combustível, mas para a oleoquímica.
Capital humano nas UTBs Chapada de Irecê (UTB 22) e Depressão Sertaneja (UTB 62)	Baixa Grande e São José do Jacuípe (TI Bacia do Jacuípe); Paramirim (TI Bacia do Paramirim); Iramaia, Iraquara, Itaeté, Marcionílio Souza, Morro do Chapéu, Palmeiras, Rio de Contas, Seabra e Souto Soares (TI Chapada Diamantina); América Dourada, Barra do Mendes, Barro Alto, Cafarnaum, Canarana, Central, Ibipeba, Ibititá, Irecê, Itaguaçu da Bahia, João Dourado, Jussara, Lapão, Mulungu do Morro, Presidente Dutra, São Gabriel e Uibaí (TI Irecê); Manoel Vitorino (TI Médio Rio de Contas); Capim Grosso e Ourolândia (TI Piemonte da Diamantina); Boa Vista do Tupim, Iaçú, Itaberaba, Itatim, Macajuba e Ruy Barbosa (TI Piemonte do Paraguaçu); Andorinha, Antônio Gonçalves, Campo Formoso, Filadélfia, Jaguarari e Senhor do Bonfim (TI Piemonte Norte do Itapicuru); Santo Estêvão (TI Portal do Sertão); Juazeiro e Sento Sé (TI Sertão do São Francisco);	7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 23, 24	Capacidade instalada para formação de recursos humanos no campus da UNEB de Juazeiro e oferta de cursos agrotécnicos em boa parte dos municípios.	Baixa oferta de capacitação profissional específica, que traz problemas de gestão ao longo da cadeia produtiva da mamona, determinando a prática de um sistema de produção tradicional que leva à baixa produção de sementes, e consequentemente, de óleo.	Ampliar a oferta de capacitação técnica especializada para o arranjo da mamona e criar linhas de pesquisa apropriadas nas universidades e centros de pesquisa na Bahia, viabilizando o aproveitamento integral do óleo de mamona, não apenas como combustível, mas para a oleoquímica.

(Continua)

ASPECTO: ARRANJO DA MAMONA					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Município(s) onde ocorre(m) o(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) os critério(s)	Atributo(s) que potencializa(m) o arranjo	Fator(es) que impede(m) ou restringe(m) o arranjo	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) do arranjo
Capital humano nas UTBs Chapada de Irecê (UTB 22) e Depressão Sertaneja (UTB 62) - continuação	Brumado, Caculé, Caetité, Contendas do Sincorá, Dom Basílio, Ituaçu, Lagoa Real, Livramento de Nossa Senhora, Malhada de Pedras, Rio do Antônio e Tanhaçu (TI Sertão Produtivo); Itiúba (TI Sisal); Maracás e Milagres (TI Vale do Jiquiriçá); Aracatu, Belo Campo, Caetanos, Guajeru, Maetinga, Mirante e Presidente Jânio Quadros (TI Vitória da Conquista).	7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 23, 24	Capacidade instalada para formação de recursos humanos no campus da UNEB de Juazeiro e oferta de cursos agrotécnicos em boa parte dos municípios.	Baixa oferta de capacitação profissional específica, que traz problemas de gestão ao longo da cadeia produtiva da mamona, determinando a prática de um sistema de produção tradicional que leva à baixa produção de sementes, e conseqüentemente, de óleo.	Ampliar a oferta de capacitação técnica especializada para o arranjo da mamona e criar linhas de pesquisa apropriadas nas universidades e centros de pesquisa na Bahia, viabilizando o aproveitamento integral do óleo de mamona, não apenas como combustível, mas para a oleoquímica.
Capital social na UTB Chapada do Oeste Baiano (UTB 30)	Muquém de São Francisco (TI Velho Chico).	4, 5, 6		Baixa expectativa de ações voltadas à construção do capital social pela Câmara Setorial das Oleaginosas, por ser muito ampla, e a mamona ser pouco representativa.	Estimular o associativismo por meio de ações de mobilização comunitária.
Capital social nas UTBs Chapada de Irecê (UTB 22) e Depressão Sertaneja (UTB 62)	Baixa Grande e São José do Jacuípe (TI Bacia do Jacuípe); Paramirim (TI Bacia do Paramirim); Iramaia, Iraquara, Itaeté, Marcionílio Souza, Morro do Chapéu, Palmeiras, Rio de Contas, Seabra e Souto Soares (TI Chapada Diamantina); América Dourada, Barra do Mendes, Barro Alto, Cafarnaum, Canarana, Central, Ibipeba, Ibititá, Irecê, Itaguaçu da Bahia, João Dourado, Jussara, Lapão, Mulungu do Morro, Presidente Dutra, São Gabriel e Uibaí (TI Irecê); Manoel Vitorino (TI Médio Rio de Contas); Capim Grosso e Ouroelândia (TI Piemonte da Diamantina); Boa Vista do Tupim, Iaçú, Itaberaba, Itatim, Macajuba e Ruy Barbosa (TI Piemonte do Paraguaçu); Andorinha, Antônio Gonçalves, Campo Formoso, Filadélfia, Jaguarari e Senhor do Bonfim (TI Piemonte Norte do Itapicuru); Santo Estêvão (TI Portal do Sertão); Juazeiro e Sento Sé (TI Sertão do São Francisco); Brumado, Caculé, Caetité, Contendas do Sincorá, Dom Basílio, Ituaçu, Lagoa Real, Livramento de Nossa Senhora, Malhada de Pedras, Rio do Antônio e Tanhaçu (TI Sertão Produtivo); Itiúba (TI Sisal); Maracás e Milagres (TI Vale do Jiquiriçá); Aracatu, Belo Campo, Caetanos, Guajeru, Maetinga, Mirante e Presidente Jânio Quadros (TI Vitória da Conquista).	7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 23, 24		Baixa expectativa de ações voltadas à construção do capital social pela Câmara Setorial das Oleaginosas, por ser muito ampla, e a mamona ser pouco representativa.	Estimular o associativismo por meio de ações de mobilização comunitária.

(Continua)

ASPECTO: ARRANJO DA MAMONA					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Município(s) onde ocorre(m) o(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) os critério(s)	Atributo(s) que potencializa(m) o arranjo	Fator(es) que impede(m) ou restringe(m) o arranjo	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) do arranjo
Mercado na UTB Chapada do Oeste Baiano (UTB 30)	Muquém de São Francisco (TI Velho Chico).	4, 5, 6	Demanda expressiva pela mamona em casca, de onde se obtém óleo e torta, a julgar pela capacidade instalada de usinas de biodiesel.  Mercado promissor, sobretudo na possibilidade da indústria química utilizar o óleo como matéria-prima para derivados de maior valor agregado, comparativamente ao biodiesel.	Oferta absolutamente inelástica às necessidades do parque de processamento.	Estimular políticas de diversificação do produto e dos subprodutos através de programas de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (P&D&I), visando a ampliação do beneficiamento local em maior escala.  Estimular o surgimento de pequenas e médias empresas que aproveitem integralmente o óleo de mamona para fins de oleoquímica.
Mercado nas UTBs Chapada de Irecê (UTB 22) e Depressão Sertaneja (UTB 62)	Baixa Grande e São José do Jacuípe (TI Bacia do Jacuípe); Paramirim (TI Bacia do Paramirim); Iramaia, Iraquara, Itaeté, Marcionílio Souza, Morro do Chapéu, Palmeiras, Rio de Contas, Seabra e Souto Soares (TI Chapada Diamantina); América Dourada, Barra do Mendes, Barro Alto, Cafarnaum, Canarana, Central, Ibipeba, Ibititá, Irecê, Itaguaçu da Bahia, João Dourado, Jussara, Lapão, Mulungu do Morro, Presidente Dutra, São Gabriel e Uibaí (TI Irecê); Manoel Vitorino (TI Médio Rio de Contas); Capim Grosso e Ourolândia (TI Piemonte da Diamantina); Boa Vista do Tupim, Iaçú, Itaberaba, Itatim, Macajuba e Ruy Barbosa (TI Piemonte do Paraguaçu); Andorinha, Antônio Gonçalves, Campo Formoso, Filadélfia, Jaguarari e Senhor do Bonfim (TI Piemonte Norte do Itapicuru); Santo Estêvão (TI Portal do Sertão); Juazeiro e Sento Sé (TI Sertão do São Francisco); Brumado, Caculé, Caetitê, Contendas do Sincorá, Dom Basílio, Ituaçu, Lagoa Real, Livramento de Nossa Senhora, Malhada de Pedras, Rio do Antônio e Tanhaçu (TI Sertão Produtivo); Itiúba (TI Sisal); Maracás e Milagres (TI Vale do Jiquiriçá); Aracatu, Belo Campo, Caetanos, Guajeru, Maetinga, Mirante e Presidente Jânio Quadros (TI Vitória da Conquista).	7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 23, 24	Demanda expressiva pela mamona em casca, de onde se obtém óleo e torta, a julgar pela capacidade instalada de usinas de biodiesel.  Mercado promissor, sobretudo na possibilidade da indústria química utilizar o óleo como matéria-prima para derivados de maior valor agregado, comparativamente ao biodiesel.	Oferta absolutamente inelástica às necessidades do parque de processamento.	Estimular políticas de diversificação do produto e dos subprodutos através de programas de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (P&D&I), visando a ampliação do beneficiamento local em maior escala.  Estimular o surgimento de pequenas e médias empresas que aproveitem integralmente o óleo de mamona para fins de oleoquímica.
Infraestrutura na UTB Chapada do Oeste Baiano (UTB 30)	Muquém de São Francisco (TI Velho Chico).	4, 5, 6		Deficiências em termos de estradas vicinais e eletrificação.	Incluir os municípios produtores em programas de infraestrutura de transportes, rodovias e ferrovias, de energia e de beneficiamento, com industrialização que vá além da extração de óleo.

(Continua)



ASPECTO: ARRANJO DA MAMONA					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Município(s) onde ocorre(m) o(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) os critério(s)	Atributo(s) que potencializa(m) o arranjo	Fator(es) que impede(m) ou restringe(m) o arranjo	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) do arranjo
Infraestrutura nas UTBs Chapada de Irecê (UTB 22) e Depressão Sertaneja (UTB 62)	Baixa Grande e São José do Jacuípe (TI Bacia do Jacuípe); Paramirim (TI Bacia do Paramirim); Iramaia, Iraquara, Itaeté, Marcionílio Souza, Morro do Chapéu, Palmeiras, Rio de Contas, Seabra e Souto Soares (TI Chapada Diamantina); América Dourada, Barra do Mendes, Barro Alto, Cafarnaum, Canarana, Central, Ibipeba, Ibititá, Irecê, Itaguaçu da Bahia, João Dourado, Jussara, Lapão, Mulungu do Morro, Presidente Dutra, São Gabriel e Uibaí (TI Irecê); Manoel Vitorino (TI Médio Rio de Contas); Capim Grosso e Ouroândia (TI Piemonte da Diamantina); Boa Vista do Tupim, Iaçú, Itaberaba, Itatim, Macajuba e Ruy Barbosa (TI Piemonte do Paraguaçu); Andorinha, Antônio Gonçalves, Campo Formoso, Filadélfia, Jaguarari e Senhor do Bonfim (TI Piemonte Norte do Itapicuru); Santo Estêvão (TI Portal do Sertão); Juazeiro e Sento Sé (TI Sertão do São Francisco); Brumado, Caculé, Caetitê, Contendas do Sincorá, Dom Basílio, Ituaçu, Lagoa Real, Livramento de Nossa Senhora, Malhada de Pedras, Rio do Antônio e Tanhaçu (TI Sertão Produtivo); Itiúba (TI Sisal); Maracás e Milagres (TI Vale do Jiquiriçá); Aracatu, Belo Campo, Caetanos, Guajeru, Maetinga, Mirante e Presidente Jânio Quadros (TI Vitória da Conquista).	7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 23, 24		Deficiências em termos de estradas vicinais e eletrificação.	Incluir os municípios produtores em programas de infraestrutura de transportes, rodovias e ferrovias, de energia e de beneficiamento, com industrialização que vá além da extração de óleo.
Agricultura familiar na UTB Chapada do Oeste Baiano (UTB 30)	Muquém de São Francisco (TI Velho Chico).	4, 5, 6	Elevado potencial de incorporação da agricultura familiar, com predominância deste agente no segmento de produção vegetal.	A atividade não tem ensejado diferenciação e prosperidade no meio rural.	Promover programas de acesso à terra, de financiamento e de assistência técnica, que podem vir a constituir um parque de beneficiamento e industrialização um pouco mais complexa que a extração do óleo, bem como programas governamentais que contemplem a possibilidade da produção familiar se associar à comercialização da torta de mamona.

(Continua)

ASPECTO: ARRANJO DA MAMONA					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Município(s) onde ocorre(m) o(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) os critério(s)	Atributo(s) que potencializa(m) o arranjo	Fator(es) que impede(m) ou restringe(m) o arranjo	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) do arranjo
Agricultura familiar nas UTBs Chapada de Irecê (UTB 22) e Depressão Sertaneja (UTB 62)	Baixa Grande e São José do Jacuípe (TI Bacia do Jacuípe); Paramirim (TI Bacia do Paramirim); Iramaia, Iraquara, Itaeté, Marcionílio Souza, Morro do Chapéu, Palmeiras, Rio de Contas, Seabra e Souto Soares (TI Chapada Diamantina); América Dourada, Barra do Mendes, Barro Alto, Cafarnaum, Canarana, Central, Ibipeba, Ibititá, Irecê, Itaguaçu da Bahia, João Dourado, Jussara, Lapão, Mulungu do Morro, Presidente Dutra, São Gabriel e Uibaí (TI Irecê); Manoel Vitorino (TI Médio Rio de Contas); Capim Grosso e Ouroândia (TI Piemonte da Diamantina); Boa Vista do Tupim, Iaçú, Itaberaba, Itatim, Macajuba e Ruy Barbosa (TI Piemonte do Paraguaçu); Andorinha, Antônio Gonçalves, Campo Formoso, Filadélfia, Jaguarari e Senhor do Bonfim (TI Piemonte Norte do Itapicuru); Santo Estêvão (TI Portal do Sertão); Juazeiro e Sento Sé (TI Sertão do São Francisco); Brumado, Caculé, Caetitê, Contendas do Sincorá, Dom Basílio, Ituaçu, Lagoa Real, Livramento de Nossa Senhora, Malhada de Pedras, Rio do Antônio e Tanhaçu (TI Sertão Produtivo); Itiúba (TI Sisal); Maracás e Milagres (TI Vale do Jiquiriçá); Aracatu, Belo Campo, Caetanos, Guajeru, Maetinga, Mirante e Presidente Jânio Quadros (TI Vitória da Conquista).	7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 23, 24	Elevado potencial de incorporação da agricultura familiar, com predominância deste agente no segmento de produção vegetal.	A atividade não tem ensejado diferenciação e prosperidade no meio rural.	Promover programas de acesso à terra, de financiamento e de assistência técnica, que podem vir a constituir um parque de beneficiamento e industrialização um pouco mais complexa que a extração do óleo, bem como programas governamentais que contemplem a possibilidade da produção familiar se associar à comercialização da torta de mamona.
Municípios produtores não inseridos nas principais regiões de produção	Quixabeira e Várzea do Poço (TI Bacia do Jacuípe); Boquira, Botuporã, Caturama, Érico Cardoso, Macaúbas, Rio do Pires e Tanque Novo (TI Bacia do Paramirim); Buritirama (TI Bacia do Rio Grande); Andaraí, Boninal, Bonito, Lençóis, Nova Redenção, Novo Horizonte e Wagner (TI Chapada Diamantina); Gentio do Ouro, Ipuiara e Xique-Xique (TI Irecê); Boa Nova e Jequié (TI Médio Rio de Contas); Caém, Jacobina, Miguel Calmon, Mirangaba, Saúde, Serrolândia, Umburanas e Várzea Nova (TI Piemonte da Diamantina);	3, 5, 6, 7, 8, 9, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 18, 19, 20, 21, 22, 27, 32		Municípios não inseridos nas principais áreas de produção do arranjo e que não usufruem das vantagens locais dessas áreas, como: acesso a insumos e serviços relacionados ao arranjo, facilidades para escoamento da produção e disponibilidade de assistência técnica e mão de obra especializada etc.	

(Continua)

ASPECTO: ARRANJO DA MAMONA					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Município(s) onde ocorre(m) o(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) os critério(s)	Atributo(s) que potencializa(m) o arranjo	Fator(es) que impede(m) ou restringe(m) o arranjo	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) do arranjo
Municípios produtores não inseridos nas principais regiões de produção - continuação	Ibiquera, Lajedinho e Piritiba (TI Piemonte do Paraguaçu); Caldeirão Grande, Pindobaçu e Ponto Novo (TI Piemonte Norte do Itapicuru); Banzaê e Ribeira do Pombal (TI Semi-Árido Nordeste II); Campo Alegre de Lourdes, Pilão Arcado e Remanso (TI Sertão do São Francisco); Candiba, Guanambi, Ibiassucê, Iuiú, Palmas de Monte Alto, Pindaí, Sebastião Laranjeiras e Urandi (TI Sertão Produtivo); Brejões, Irajuba, Lafaiete Coutinho e Santa Inês (TI Vale do Jiquiriçá); Barra, Bom Jesus da Lapa, Carinhanha, Ibotirama, Malhada, Matina, Morpará, Oliveira dos Brejinhos, Paratinga, Riacho de Santana, Serra do Ramalho e Sítio do Mato (TI Velho Chico); Bom Jesus da Serra, Condeúba, Cordeiros, Encruzilhada, Licínio de Almeida, Mortugaba, Piripá, Planalto e Poções (TI Vitória da Conquista).	3, 5, 6, 7, 8, 9, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 18, 19, 20, 21, 22, 27, 32		Municípios não inseridos nas principais áreas de produção do arranjo e que não usufruem das vantagens locais dessas áreas, como: acesso a insumos e serviços relacionados ao arranjo, facilidades para escoamento da produção e disponibilidade de assistência técnica e mão de obra especializada etc.	

Fonte: Consórcio Geohidro-Sondotécnica, 2013

**Quadro 61** – Síntese de potencialidades, limitações e recomendações referentes ao tema **Arranjos Produtivos Rurais: Arranjo da Mandioca**

ASPECTO: ARRANJO DA MANDIOCA					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Município(s) onde ocorre(m) o(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) os critério(s)	Atributo(s) que potencializa(m) o arranjo	Fator(es) que impede(m) ou restringe(m) o arranjo	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) do arranjo
Desempenho do arranjo nas UTBs Tabuleiro Pré-Litorâneo (UTB 5) e Baixada Litorânea do Recôncavo (UTB 13)	Aratuípe, Cairu, Camamu, Igrapiúna, Ituberá, Jaguaripe, Nilo Peçanha, Presidente Tancredo Neves e Valença (TI Baixo Sul); Maraú (TI Litoral Sul); Amélia Rodrigues (TI Portal do Sertão); Cachoeira, Conceição do Almeida, Cruz das Almas, Dom Macedo Costa, Governador Mangabeira, Maragogipe, Muritiba, Nazaré, Santo Amaro, Santo Antônio de Jesus, São Felipe, São Félix, São Francisco do Conde, São Sebastião do Passé, Sapeaçu, Saubara e Varzedo (TI Recôncavo); Camaçari, Candeias, Dias d'Ávila, Salinas da Margarida, Simões Filho e Vera Cruz (TI Região Metropolitana de Salvador); Elísio Medrado, Laje, Mutuípe e São Miguel das Matas (TI Vale do Jiquiriçá).	20, 25, 26, 27, 33, 34, 35, 36	Rendimentos físicos mais elevados do que em outras regiões do estado.  Margem para adoção de práticas agroecológicas na lavoura da mandioca, sobretudo experimentando a rotação com outras lavouras.	Gestão das atividades permite baixa absorção das inovações existentes.  Predominância do processo produtivo rotineiro, com baixa utilização de mecanização e insumos modernos, salvo casos específicos como o do município Presidente Tancredo Neves.  Os preceitos de sustentabilidade aplicados na lavoura de mandioca enfrentam resistências de ordem cultural, uma vez que o agente produtivo mais comum é o produtor familiar desassistido.	Fomentar a assistência técnica, visando utilizar a expressiva produção científica sobre o cultivo da mandioca, elevada graças ao CNPMF da EMBRAPA.
Desempenho do arranjo nas UTBs Tabuleiro Pré-Litorâneo (UTB 5) e Depressão Sertaneja (UTB 62)	Santa Teresinha (TI Piemonte do Paraguaçu); Conceição da Feira e São Gonçalo dos Campos (TI Portal do Sertão); Cabaceiras do Paraguaçu e Castro Alves (TI Recôncavo); Amargosa (TI Vale do Jiquiriçá).	20, 24, 25	Margem para adoção de práticas agroecológicas na lavoura da mandioca, sobretudo experimentando a rotação com outras lavouras.	Gestão das atividades permite baixa absorção das inovações existentes.  Predominância do processo produtivo rotineiro, com baixa utilização de mecanização e insumos modernos.  Os preceitos de sustentabilidade aplicados na lavoura de mandioca enfrentam resistências de ordem cultural, uma vez que o agente produtivo mais comum é o produtor familiar desassistido.	Fomentar a assistência técnica, visando utilizar a expressiva produção científica sobre o cultivo da mandioca, elevada graças ao CNPMF da EMBRAPA.
Desempenho do arranjo na UTB Depressão Sertaneja (UTB 62)	Baixa Grande, Capela do Alto Alegre, Gavião, Ipirá, Mairi, Nova Fátima, Pé de Serra, Pintadas, Riachão do Jacuípe, São José do Jacuípe, Serra Preta e Várzea da Roça (TI Bacia do Jacuípe); Paramirim (TI Bacia do Paramirim); Abaíra, Barra da Estiva, Ibicoara, Iramaia, Itaeté, Jussiape, Marcionlio Souza, Mucugê e Rio de Contas (TI Chapada Diamantina); Ouriçangas, Pedrão e Sátiro Dias (TI Litoral Norte e Agreste Baiano); Manoel Vitorino (TI Médio Rio de Contas); Capim Grosso (TI Piemonte da Diamantina); Boa Vista do Tupim, Iaçú, Itaberaba, Itatim, Macajuba, Rafael Jambeiro e Ruy Barbosa (TI Piemonte do Paraguaçu);	6, 7, 8, 9, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 30, 32, 33	Margem para adoção de práticas agroecológicas na lavoura da mandioca, sobretudo experimentando a rotação com outras lavouras.	Gestão das atividades permite baixa absorção das inovações existentes.  Predominância do processo produtivo rotineiro, com baixa utilização de mecanização e insumos modernos.  Os preceitos de sustentabilidade aplicados na lavoura de mandioca enfrentam resistências de ordem cultural, uma vez que o agente produtivo mais comum é o produtor familiar desassistido.	Fomentar a assistência técnica, visando utilizar a expressiva produção científica sobre o cultivo da mandioca, elevada graças ao CNPMF da EMBRAPA.

(Continua)

ASPECTO: ARRANJO DA MANDIOCA					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Município(s) onde ocorre(m) o(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) os critério(s)	Atributo(s) que potencializa(m) o arranjo	Fator(es) que impede(m) ou restringe(m) o arranjo	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) do arranjo
Desempenho do arranjo na UTB Depressão Sertaneja (UTB 62) - continuação	Andorinha, Antônio Gonçalves, Campo Formoso, Filadélfia, Jaguarari e Senhor do Bonfim (TI Piemonte Norte do Itapicuru); Água Fria, Anguera, Antônio Cardoso, Conceição do Jacuípe, Coração de Maria, Feira de Santana, Ipecaetá, Irará, Santa Bárbara, Santanópolis, Santo Estêvão, Tanquinho e Teodoro Sampaio (TI Portal do Sertão); Euclides da Cunha (TI Semi-Árido Nordeste II); Canudos, Casa Nova, Curaçá, Juazeiro, Sento Sé, Sobradinho e Uauá (TI Sertão do São Francisco); Brumado, Caculé, Caetitê, Contendas do Sincorá, Dom Basílio, Ituaçu, Lagoa Real, Livramento de Nossa Senhora, Malhada de Pedras, Rio do Antônio e Tanhaçu (TI Sertão Produtivo); Araci, Barrocas, Biritinga, Candeal, Cansação, Conceição do Coité, Ichu, Itiúba, Lamarão, Monte Santo, Nordestina, Queimadas, Quijingue, Retirolândia, Santaluz, São Domingos, Serrinha, Teofilândia, Tucano e Valente (TI Sisal); Maracás e Milagres (TI Vale do Jiquiriçá); Anagé, Aracatu, Belo Campo, Caetanos, Caraíbas, Guajeru, Maetinga, Mirante, Presidente Jânio Quadros, Tremedal e Vitória da Conquista (TI Vitória da Conquista).	6, 7, 8, 9, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 30, 32, 33	Margem para adoção de práticas agroecológicas na lavoura da mandioca, sobretudo experimentando a rotação com outras lavouras.	Gestão das atividades permite baixa absorção das inovações existentes.  Predominância do processo produtivo rotineiro, com baixa utilização de mecanização e insumos modernos.  Os preceitos de sustentabilidade aplicados na lavoura de mandioca enfrentam resistências de ordem cultural, uma vez que o agente produtivo mais comum é o produtor familiar desassistido.	Fomentar a assistência técnica, visando utilizar a expressiva produção científica sobre o cultivo da mandioca, elevada graças ao CNPMF da EMBRAPA.
Capital humano nas UTBs Tabuleiro Pré-Litorâneo (UTB 5) e Baixada Litorânea do Recôncavo (UTB 13)	Aratuípe, Cairu, Camamu, Igrapiúna, Ituberá, Jaguaripe, Nilo Peçanha, Presidente Tancredo Neves e Valença (TI Baixo Sul); Maraú (TI Litoral Sul); Amélia Rodrigues (TI Portal do Sertão); Cachoeira, Conceição do Almeida, Cruz das Almas, Dom Macedo Costa, Governador Mangabeira, Maragogipe, Muritiba, Nazaré, Santo Amaro, Santo Antônio de Jesus, São Felipe, São Félix, São Francisco do Conde, São Sebastião do Passé, Sapeaçu, Saubara e Varzedo (TI Recôncavo); Camaçari, Candeias, Dias d'Ávila, Salinas da Margarida, Simões Filho e Vera Cruz (TI Região Metropolitana de Salvador); Elísio Medrado, Laje, Mutuípe e São Miguel das Matas (TI Vale do Jiquiriçá).	20, 25, 26, 27, 33, 34, 35, 36	Oferta satisfatória de capacitação profissional específica: centro de pesquisa e curso de agronomia pela UFRB, que oferece também um mestrado e um doutorado em fitotecnia, havendo centenas de dissertações e teses sobre lavoura de mandioca.	Elevação da competitividade do arranjo comprometida em razão da reduzida absorção de mão de obra qualificada e da não adoção de preceitos de gestão moderna.	Ampliar a oferta de capacitação técnica especializada em todo o arranjo.

(Continua)

ASPECTO: ARRANJO DA MANDIOCA					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Município(s) onde ocorre(m) o(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) os critério(s)	Atributo(s) que potencializa(m) o arranjo	Fator(es) que impede(m) ou restringe(m) o arranjo	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) do arranjo
Capital humano nas UTBs Tabuleiro Pré-Litorâneo (UTB 5) e Depressão Sertaneja (UTB 62)	Santa Teresinha (TI Piemonte do Paraguaçu); Conceição da Feira e São Gonçalo dos Campos (TI Portal do Sertão); Cabaceiras do Paraguaçu e Castro Alves (TI Recôncavo); Amargosa (TI Vale do Jiquiriçá).	20, 24, 25	Oferta satisfatória de capacitação profissional específica: centro de pesquisa e curso de agronomia pela UFRB, que oferece também um mestrado e um doutorado em fitotecnia, havendo centenas de dissertações e teses sobre lavoura de mandioca.	Elevação da competitividade do arranjo comprometida em razão da reduzida absorção de mão de obra qualificada e da não adoção de preceitos de gestão moderna.	Ampliar a oferta de capacitação técnica especializada em todo o arranjo.
Capital humano na UTB Depressão Sertaneja (UTB 62)	Baixa Grande, Capela do Alto Alegre, Gavião, Ipirá, Mairi, Nova Fátima, Pé de Serra, Pintadas, Riachão do Jacuípe, São José do Jacuípe, Serra Preta e Várzea da Roça (TI Bacia do Jacuípe); Paramirim (TI Bacia do Paramirim); Abaíra, Barra da Estiva, Ibicoara, Iramaia, Itaeté, Jussiape, Marcionílio Souza, Mucugê e Rio de Contas (TI Chapada Diamantina); Ouriçangas, Pedrão e Sátiro Dias (TI Litoral Norte e Agreste Baiano); Manoel Vitorino (TI Médio Rio de Contas); Capim Grosso (TI Piemonte da Diamantina); Boa Vista do Tupim, Iaçú, Itaberaba, Itatim, Macajuba, Rafael Jambeiro e Ruy Barbosa (TI Piemonte do Paraguaçu); Andorinha, Antônio Gonçalves, Campo Formoso, Filadélfia, Jaguarari e Senhor do Bonfim (TI Piemonte Norte do Itapicuru); Água Fria, Anguera, Antônio Cardoso, Conceição do Jacuípe, Coração de Maria, Feira de Santana, Ipecaetá, Irará, Santa Bárbara, Santanópolis, Santo Estêvão, Tanquinho e Teodoro Sampaio (TI Portal do Sertão); Euclides da Cunha (TI Semi-Árido Nordeste II); Canudos, Casa Nova, Curaçá, Juazeiro, Sento Sé, Sobradinho e Uauá (TI Sertão do São Francisco); Brumado, Caculé, Caetitê, Contendas do Sincorá, Dom Basílio, Ituaçu, Lagoa Real, Livramento de Nossa Senhora, Malhada de Pedras, Rio do Antônio e Tanhaçu (TI Sertão Produtivo); Araci, Barrocas, Biritinga, Candeal, Cansanção, Conceição do Coité, Ichu, Itiúba, Lamarão, Monte Santo, Nordestina, Queimadas, Quijingue, Retirolândia, Santaluz, São Domingos, Serrinha, Teofilândia, Tucano e Valente (TI Sisal);	6, 7, 8, 9, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 30, 32, 3c		Baixa oferta de capacitação profissional específica.  Elevação da competitividade do arranjo comprometida em razão da reduzida absorção de mão de obra qualificada e da não adoção de preceitos de gestão moderna.	Ampliar a oferta de capacitação técnica especializada em todo o arranjo.

(Continua)



Continuação do **Quadro 61** – Síntese de potencialidades, limitações e recomendações referentes ao tema **Arranjos Produtivos Rurais: Arranjo da Mandioca**

ASPECTO: ARRANJO DA MANDIOCA					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Município(s) onde ocorre(m) o(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) os critério(s)	Atributo(s) que potencializa(m) o arranjo	Fator(es) que impede(m) ou restringe(m) o arranjo	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) do arranjo
Capital humano na UTB Depressão Sertaneja (UTB 62) - continuação	Maracás e Milagres (TI Vale do Jiquiriçá); Anagé, Aracatu, Belo Campo, Caetanos, Caraíbas, Guajeru, Maetinga, Mirante, Presidente Jânio Quadros, Tremedal e Vitória da Conquista (TI Vitória da Conquista).	6, 7, 8, 9, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 30, 32, 3		Baixa oferta de capacitação profissional específica.  Elevação da competitividade do arranjo comprometida em razão da reduzida absorção de mão de obra qualificada e da não adoção de preceitos de gestão moderna.	Ampliar a oferta de capacitação técnica especializada em todo o arranjo.
Capital social nas UTBs Tabuleiro Pré-Litorâneo (UTB 5) e Baixada Litorânea do Recôncavo (UTB 13)	Aratuípe, Cairu, Camamu, Igrapiúna, Ituberá, Jaguaripe, Nilo Peçanha, Presidente Tancredo Neves e Valença (TI Baixo Sul); Maraú (TI Litoral Sul); Amélia Rodrigues (TI Portal do Sertão); Cachoeira, Conceição do Almeida, Cruz das Almas, Dom Macedo Costa, Governador Mangabeira, Maragogipe, Muritiba, Nazaré, Santo Amaro, Santo Antônio de Jesus, São Felipe, São Félix, São Francisco do Conde, São Sebastião do Passé, Sapeaçu, Saubara e Varzedo (TI Recôncavo); Camaçari, Candeias, Dias d'Ávila, Salinas da Margarida, Simões Filho e Vera Cruz (TI Região Metropolitana de Salvador); Elísio Medrado, Laje, Mutuípe e São Miguel das Matas (TI Vale do Jiquiriçá).	20, 25, 26, 27, 33, 34, 35, 36	Existência na região de cooperativa induzida de fora pela Fundação Odebrecht, que apresenta bons resultados, beneficiando os associados.	Baixa propensão ao associativismo  Fragilidade da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva da Mandioca que não conduz propostas de políticas mais abrangentes para a lavoura.  Escassez de experiências de cooperativas de “casa de farinha” que dão certo, se emancipam e prosperam na direção de produzir bens com maior valor agregado.	Estimular o associativismo por meio de ações de mobilização comunitária e apresentar casos de sucesso do associativismo da CEALNOR, da APAEB e de Pintadas.
Capital social nas UTBs Tabuleiro Pré-Litorâneo (UTB 5) e Depressão Sertaneja (UTB 62)	Santa Teresinha (TI Piemonte do Paraguaçu); Conceição da Feira e São Gonçalo dos Campos (TI Portal do Sertão); Cabaceiras do Paraguaçu e Castro Alves (TI Recôncavo); Amargosa (TI Vale do Jiquiriçá).	20, 24, 25		Baixa propensão ao associativismo.  Fragilidade da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva da Mandioca que não conduz propostas de políticas mais abrangentes para a lavoura de mandioca.  Escassez de experiências de cooperativas de “casa de farinha” que dão certo, se emancipam e prosperam na direção de produzir bens com maior valor agregado.	Estimular o associativismo por meio de ações de mobilização comunitária e apresentar casos de sucesso do associativismo da CEALNOR, da APAEB e de Pintadas.
Capital social na UTB Depressão Sertaneja (UTB 62)	Baixa Grande, Capela do Alto Alegre, Gavião, Ipirá, Mairi, Nova Fátima, Pé de Serra, Pintadas, Riachão do Jacuípe, São José do Jacuípe, Serra Preta e Várzea da Roça (TI Bacia do Jacuípe); Paramirim (TI Bacia do Paramirim); Abaíra, Barra da Estiva, Ibicoara, Iramaia, Itaeté, Jussape, Marcionílio Souza, Mucugê e Rio de Contas (TI Chapada Diamantina); Ouriçangas, Pedrão e Sátiro Dias (TI Litoral Norte e Agreste Baiano); Manoel Vitorino (TI Médio Rio de Contas); Capim Grosso (TI Piemonte da Diamantina);	6, 7, 8, 9, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 30, 32, 33		Baixa propensão ao associativismo.  Fragilidade da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva da Mandioca que não conduz propostas de políticas mais abrangentes para a lavoura de mandioca.  Escassez de experiências de cooperativas de “casa de farinha” que dão certo, se emancipam e prosperam na direção de produzir bens com maior valor agregado.	Estimular o associativismo por meio de ações de mobilização comunitária e apresentar casos de sucesso do associativismo da CEALNOR, da APAEB e de Pintadas.

(Continua)

ASPECTO: ARRANJO DA MANDIOCA					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Município(s) onde ocorre(m) o(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) os critério(s)	Atributo(s) que potencializa(m) o arranjo	Fator(es) que impede(m) ou restringe(m) o arranjo	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) do arranjo
Capital social na UTB Depressão Sertaneja (UTB 62) - continuação	Boa Vista do Tupim, Iaçú, Itaberaba, Itatim, Macajuba, Rafael Jambeiro e Ruy Barbosa (TI Piemonte do Paraguaçu); Andorinha, Antônio Gonçalves, Campo Formoso, Filadélfia, Jaguarari e Senhor do Bonfim (TI Piemonte Norte do Itapicuru); Água Fria, Anguera, Antônio Cardoso, Conceição do Jacuípe, Coração de Maria, Feira de Santana, Ipecaetá, Irará, Santa Bárbara, Santanópolis, Santo Estêvão, Tanquinho e Teodoro Sampaio (TI Portal do Sertão); Euclides da Cunha (TI Semi-Árido Nordeste II); Canudos, Casa Nova, Curaçá, Juazeiro, Sento Sé, Sobradinho e Uauá (TI Sertão do São Francisco); Brumado, Caculé, Caetité, Contendas do Sincorá, Dom Basílio, Ituaçu, Lagoa Real, Livramento de Nossa Senhora, Malhada de Pedras, Rio do Antônio e Tanhaçu (TI Sertão Produtivo); Araci, Barrocas, Biringinga, Candeal, Cansanção, Conceição do Coité, Ichu, Itiúba, Lamarão, Monte Santo, Nordestina, Queimadas, Quijingue, Retirolândia, Santaluz, São Domingos, Serrinha, Teofilândia, Tucano e Valente (TI Sisal); Maracás e Milagres (TI Vale do Jiquiriçá); Anagé, Aracatu, Belo Campo, Caetanos, Carafbas, Guajeru, Maetinga, Mirante, Presidente Jânio Quadros, Tremedal e Vitória da Conquista (TI Vitória da Conquista).	6, 7, 8, 9, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 30, 32, 33		Baixa propensão ao associativismo.  Fragilidade da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva da Mandioca que não conduz propostas de políticas mais abrangentes para a lavoura de mandioca.  Escassez de experiências de cooperativas de “casa de farinha” que dão certo, se emancipam e prosperam na direção de produzir bens com maior valor agregado.	Estimular o associativismo por meio de ações de mobilização comunitária e apresentar casos de sucesso do associativismo da CEALNOR, da APAEB e de Pintadas.
Mercado nas UTBs Tabuleiro Pré-Litorâneo (UTB 5) e Baixada Litorânea do Recôncavo (UTB 13)	Aratuípe, Cairu, Camamu, Igrapiúna, Ituberá, Jaguaripe, Nilo Peçanha, Presidente Tancredo Neves e Valença (TI Baixo Sul); Maraú (TI Litoral Sul); Amélia Rodrigues (TI Portal do Sertão); Cachoeira, Conceição do Almeida, Cruz das Almas, Dom Macedo Costa, Governador Mangabeira, Maragogipe, Muritiba, Nazaré, Santo Amaro, Santo Antônio de Jesus, São Felipe, São Félix, São Francisco do Conde, São Sebastião do Passé, Sapeaçu, Saubara e Varzedo (TI Recôncavo); Camaçari, Candeias, Dias d'Ávila, Salinas da Margarida, Simões Filho e Vera Cruz (TI Região Metropolitana de Salvador); Elísio Medrado, Laje, Mutuípe e São Miguel das Matas (TI Vale do Jiquiriçá).	20, 25, 26, 27, 33, 34, 35, 36	A farinha de mandioca é um típico produto com elasticidade da demanda negativa à variação da renda, com demanda expressiva para a farinha e seus derivados mais nobres, sendo o consumo associado às comidas típicas a maior garantia de estabilidade da demanda.	A remuneração pela mandioca não processada, em raiz, é muito baixa, salvo no caso de mandioca mansa ou aipim, com produção apenas quando na área há fábrica para produção de farinha, por isso os produtores preferem produzir sua própria farinha para comercializá-la ou para auto-abastecimento.  Elasticidade renda demanda negativa.	Estimular a produção de variedades e espécies com maior rendimento em farinha e derivados, da produção de aipim e de experiências de aprimoramento do estado da arte das casas de farinha para que produzam bens com maior aceitação no mercado.  Promover o aumento de escala da plantas de casa de farinha espalhadas pelo estado para desestimular a fabricação doméstica de farinha.

(Continua)

ASPECTO: ARRANJO DA MANDIOCA					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Município(s) onde ocorre(m) o(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) os critério(s)	Atributo(s) que potencializa(m) o arranjo	Fator(es) que impede(m) ou restringe(m) o arranjo	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) do arranjo
Mercado nas UTBs Tabuleiro Pré-Litorâneo (UTB 5) e Depressão Sertaneja (UTB 62)	Santa Teresinha (TI Piemonte do Paraguaçu); Conceição da Feira e São Gonçalo dos Campos (TI Portal do Sertão); Cabaceiras do Paraguaçu e Castro Alves (TI Recôncavo); Amargosa (TI Vale do Jiquiriçá).	20, 24, 25	A farinha de mandioca é um típico produto com elasticidade da demanda negativa à variação da renda, com demanda expressiva para a farinha e seus derivados mais nobres, sendo o consumo associado às comidas típicas a maior garantia de estabilidade da demanda.	A remuneração pela mandioca não processada, em raiz, é muito baixa, salvo no caso de mandioca mansa ou aipim, com produção apenas quando na área há fábrica para produção de farinha, por isso os produtores preferem produzir sua própria farinha para comercializá-la ou para auto-abastecimento.  Elasticidade renda demanda negativa.	Estimular a produção de variedades e espécies com maior rendimento em farinha e derivados, da produção de aipim e de experiências de aprimoramento do estado da arte das casas de farinha para que produzam bens com maior aceitação no mercado.  Promover o aumento de escala da plantas de casa de farinha espalhadas pelo estado para desestimular a fabricação doméstica de farinha.
Mercado na UTB Depressão Sertaneja (UTB 62)	Baixa Grande, Capela do Alto Alegre, Gavião, Ipirá, Mairi, Nova Fátima, Pé de Serra, Pintadas, Riachão do Jacuípe, São José do Jacuípe, Serra Preta e Várzea da Roça (TI Bacia do Jacuípe); Paramirim (TI Bacia do Paramirim); Abaíra, Barra da Estiva, Ibicoara, Iramaia, Itaeté, Jussiape, Marcionílio Souza, Mucugê e Rio de Contas (TI Chapada Diamantina); Ouriçangas, Pedrão e Sátiro Dias (TI Litoral Norte e Agreste Baiano); Manoel Vitorino (TI Médio Rio de Contas); Capim Grosso (TI Piemonte da Diamantina); Boa Vista do Tupim, Iaçú, Itaberaba, Itatim, Macajuba, Rafael Jambeiro e Ruy Barbosa (TI Piemonte do Paraguaçu); Andorinha, Antônio Gonçalves, Campo Formoso, Filadélfia, Jaguarari e Senhor do Bonfim (TI Piemonte Norte do Itapicuru); Água Fria, Anguera, Antônio Cardoso, Conceição do Jacuípe, Coração de Maria, Feira de Santana, Ipecaetá, Irará, Santa Bárbara, Santanópolis, Santo Estêvão, Tanquinho e Teodoro Sampaio (TI Portal do Sertão); Euclides da Cunha (TI Semi-Árido Nordeste II); Canudos, Casa Nova, Curaçá, Juazeiro, Sento Sé, Sobradinho e Uauá (TI Sertão do São Francisco); Brumado, Caculé, Caetité, Contendas do Sincorá, Dom Basílio, Ituaçu, Lagoa Real, Livramento de Nossa Senhora, Malhada de Pedras, Rio do Antônio e Tanhaçu (TI Sertão Produtivo); Araci, Barrocas, Biritinga, Candeal, Cansanção, Conceição do Coité, Ichu, Itiúba, Lamarão, Monte Santo, Nordestina, Queimadas, Quijingue, Retirolândia, Santaluz, São Domingos, Serrinha, Teofilândia, Tucano e Valente (TI Sisal); Maracás e Milagres (TI Vale do Jiquiriçá);	6, 7, 8, 9, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 30, 32, 33	A farinha de mandioca é um típico produto com elasticidade da demanda negativa à variação da renda, com demanda expressiva para a farinha e seus derivados mais nobres, sendo o consumo associado às comidas típicas a maior garantia de estabilidade da demanda.	A remuneração pela mandioca não processada, em raiz, é muito baixa, salvo no caso de mandioca mansa ou aipim, com produção apenas quando na área há fábrica para produção de farinha, por isso os produtores preferem produzir sua própria farinha para comercializá-la ou para auto-abastecimento.  Elasticidade renda demanda negativa.	Estimular a produção de variedades e espécies com maior rendimento em farinha e derivados, da produção de aipim e de experiências de aprimoramento do estado da arte das casas de farinha para que produzam bens com maior aceitação no mercado.  Promover o aumento de escala da plantas de casa de farinha espalhadas pelo estado para desestimular a fabricação doméstica de farinha.

(Continua)

Continuação do **Quadro 61** – Síntese de potencialidades, limitações e recomendações referentes ao tema **Arranjos Produtivos Rurais: Arranjo da Mandioca**

ASPECTO: ARRANJO DA MANDIOCA					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Município(s) onde ocorre(m) o(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) os critério(s)	Atributo(s) que potencializa(m) o arranjo	Fator(es) que impede(m) ou restringe(m) o arranjo	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) do arranjo
Mercado na UTB Depressão Sertaneja (UTB 62) - continuação	Anagé, Aracatu, Belo Campo, Caetanos, Caraíbas, Guajeru, Maetinga, Mirante, Presidente Jânio Quadros, Tremedal e Vitória da Conquista (TI Vitória da Conquista).	6, 7, 8, 9, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 30, 32, 33	A farinha de mandioca é um típico produto com elasticidade da demanda negativa à variação da renda, com demanda expressiva para a farinha e seus derivados mais nobres, sendo o consumo associado às comidas típicas a maior garantia de estabilidade da demanda.	A remuneração pela mandioca não processada, em raiz, é muito baixa, salvo no caso de mandioca mansa ou aipim, com produção apenas quando na área há fábrica para produção de farinha, por isso os produtores preferem produzir sua própria farinha para comercializá-la ou para auto-abastecimento.  Elasticidade renda demanda negativa.	Estimular a produção de variedades e espécies com maior rendimento em farinha e derivados, da produção de aipim e de experiências de aprimoramento do estado da arte das casas de farinha para que produzam bens com maior aceitação no mercado.  Promover o aumento de escala da plantas de casa de farinha espalhadas pelo estado para desestimular a fabricação doméstica de farinha.
Infraestrutura nas UTBs Tabuleiro Pré-Litorâneo (UTB 5) e Baixada Litorânea do Recôncavo (UTB 13)	Aratuípe, Cairu, Camamu, Igrapiúna, Ituberá, Jaguaripe, Nilo Peçanha, Presidente Tancredo Neves e Valença (TI Baixo Sul); Maraú (TI Litoral Sul); Amélia Rodrigues (TI Portal do Sertão); Cachoeira, Conceição do Almeida, Cruz das Almas, Dom Macedo Costa, Governador Mangabeira, Maragogipe, Muritiba, Nazaré, Santo Amaro, Santo Antônio de Jesus, São Felipe, São Félix, São Francisco do Conde, São Sebastião do Passé, Sapeaçu, Saubara e Varzedo (TI Recôncavo); Camaçari, Candeias, Dias d'Ávila, Salinas da Margarida, Simões Filho e Vera Cruz (TI Região Metropolitana de Salvador); Elísio Medrado, Laje, Mutuípe e São Miguel das Matas (TI Vale do Jiquiriçá).	20, 25, 26, 27, 33, 34, 35, 36		Ausência de infraestrutura adequada, elevando os custos de transporte de insumos e produtos e reduzindo a competitividade.	Incluir as áreas produtoras em programas de infraestrutura de transportes, rodovias, portos e ferrovias, de infraestrutura energética e em programas de dinamização da economia familiar, visando substituir a produção de farinha no tacho pela produção nas casas de farinha.
Infraestrutura nas UTBs Tabuleiro Pré-Litorâneo (UTB 5) e Depressão Sertaneja (UTB 62)	Santa Teresinha (TI Piemonte do Paraguaçu); Conceição da Feira e São Gonçalo dos Campos (TI Portal do Sertão); Cabaceiras do Paraguaçu e Castro Alves (TI Recôncavo); Amargosa (TI Vale do Jiquiriçá).	20, 24, 25		Ausência de infraestrutura adequada, elevando os custos de transporte de insumos e produtos e reduzindo a competitividade.	Incluir as áreas produtoras em programas de infraestrutura de transportes, rodovias, portos e ferrovias, de infraestrutura energética e em programas de dinamização da economia familiar, visando substituir a produção de farinha no tacho pela produção nas casas de farinha.
Infraestrutura na UTB Depressão Sertaneja (UTB 62)	Baixa Grande, Capela do Alto Alegre, Gavião, Ipirá, Mairi, Nova Fátima, Pé de Serra, Pintadas, Riachão do Jacuípe, São José do Jacuípe, Serra Preta e Várzea da Roça (TI Bacia do Jacuípe); Paramirim (TI Bacia do Paramirim); Abaíra, Barra da Estiva, Ibicoara, Iramaia, Itaeté, Jussiape, Marcionílio Souza, Mucugê e Rio de Contas (TI Chapada Diamantina); Ouriçangas, Pedrão e Sátiro Dias (TI Litoral Norte e Agreste Baiano); Manoel Vitorino (TI Médio Rio de Contas); Capim Grosso (TI Piemonte da Diamantina);	6, 7, 8, 9, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 30, 32, 33		Ausência de infraestrutura adequada, elevando os custos de transporte de insumos e produtos e reduzindo a competitividade.	Incluir as áreas produtoras em programas de infraestrutura de transportes, rodovias, portos e ferrovias, de infraestrutura energética e em programas de dinamização da economia familiar, visando substituir a produção de farinha no tacho pela produção nas casas de farinha.

(Continua)

ASPECTO: ARRANJO DA MANDIOCA					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Município(s) onde ocorre(m) o(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) os critério(s)	Atributo(s) que potencializa(m) o arranjo	Fator(es) que impede(m) ou restringe(m) o arranjo	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) do arranjo
Infraestrutura na UTB Depressão Sertaneja (UTB 62) - continuação	Boa Vista do Tupim, Iaçú, Itaberaba, Itatim, Macajuba, Rafael Jambeiro e Ruy Barbosa (TI Piemonte do Paraguaçu); Andorinha, Antônio Gonçalves, Campo Formoso, Filadélfia, Jaguarari e Senhor do Bonfim (TI Piemonte Norte do Itapicuru); Água Fria, Anguera, Antônio Cardoso, Conceição do Jacuípe, Coração de Maria, Feira de Santana, Ipecaetá, Irará, Santa Bárbara, Santanópolis, Santo Estêvão, Tanquinho e Teodoro Sampaio (TI Portal do Sertão);  Euclides da Cunha (TI Semi-Árido Nordeste II); Canudos, Casa Nova, Curaçá, Juazeiro, Sento Sé, Sobradinho e Uauá (TI Sertão do São Francisco); Brumado, Caculé, Caetité, Contendas do Sincorá, Dom Basílio, Ituaçu, Lagoa Real, Livramento de Nossa Senhora, Malhada de Pedras, Rio do Antônio e Tanhaçu (TI Sertão Produtivo); Araci, Barrocas, Biritinga, Candeal, Cansanção, Conceição do Coité, Ichu, Itiúba, Lamarão, Monte Santo, Nordestina, Queimadas, Quijingue, Retirolândia, Santaluz, São Domingos, Serrinha, Teofilândia, Tucano e Valente (TI Sisal); Maracás e Milagres (TI Vale do Jiquiriçá); Anagé, Aracatu, Belo Campo, Caetanos, Caraíbas, Guajeru, Maetinga, Mirante, Presidente Jânio Quadros, Tremedal e Vitória da Conquista (TI Vitória da Conquista).	6, 7, 8, 9, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 30, 32, 33		Ausência de infraestrutura adequada, elevando os custos de transporte de insumos e produtos e reduzindo a competitividade.	Incluir as áreas produtoras em programas de infraestrutura de transportes, rodovias, portos e ferrovias, de infraestrutura energética e em programas de dinamização da economia familiar, visando substituir a produção de farinha no tacho pela produção nas casas de farinha.
Agricultura familiar nas UTBs Tabuleiro Pré-Litorâneo (UTB 5) e Baixada Litorânea do Recôncavo (UTB 13)	Aratuípe, Cairu, Camamu, Igrapiúna, Ituberá, Jaguaripe, Nilo Peçanha, Presidente Tancredo Neves e Valença (TI Baixo Sul); Maraú (TI Litoral Sul); Amélia Rodrigues (TI Portal do Sertão); Cachoeira, Conceição do Almeida, Cruz das Almas, Dom Macedo Costa, Governador Mangabeira, Maragogipe, Muritiba, Nazaré, Santo Amaro, Santo Antônio de Jesus, São Felipe, São Félix, São Francisco do Conde, São Sebastião do Passé, Sapeaçu, Saubara e Varzedo (TI Recôncavo); Camaçari, Candeias, Dias d'Ávila, Salinas da Margarida, Simões Filho e Vera Cruz (TI Região Metropolitana de Salvador); Elísio Medrado, Laje, Mutuípe e São Miguel das Matas (TI Vale do Jiquiriçá).	20, 25, 26, 27, 33, 34, 35, 36	Mão de obra utilizada neste arranjo é quase que totalmente familiar, registrando-se pouca ocorrência de atividade assalariada.  Possibilidade de levar a uma maior prosperidade, mantido o perfil de atividade predominantemente familiar, caso se associe a produção de mandioca em raiz a uma transformação mais diversificada.		Promover programas de acesso à terra, de financiamento e de assistência técnica, podendo ampliar a participação da agricultura familiar no arranjo da mandioca, com melhoria da qualidade e diversificação dos produtos mediante material genético adequado e apoio à industrialização.

(Continua)



ASPECTO: ARRANJO DA MANDIOCA					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Município(s) onde ocorre(m) o(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) os critério(s)	Atributo(s) que potencializa(m) o arranjo	Fator(es) que impede(m) ou restringe(m) o arranjo	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) do arranjo
Agricultura familiar nas UTBs Tabuleiro Pré-Litorâneo (UTB 5) e Depressão Sertaneja (UTB 62)	Santa Teresinha (TI Piemonte do Paraguaçu); Conceição da Feira e São Gonçalo dos Campos (TI Portal do Sertão); Cabaceiras do Paraguaçu e Castro Alves (TI Recôncavo); Amargosa (TI Vale do Jiquiriçá).	20, 24, 25	Mão de obra utilizada neste arranjo é quase que totalmente familiar, registrando-se pouca ocorrência de atividade assalariada.  Possibilidade de levar a uma maior prosperidade, mantido o perfil de atividade predominantemente familiar, caso se associe a produção de mandioca em raiz a uma transformação mais diversificada.	Dificuldade de desenvolvimento de um segmento da agricultura familiar dinâmico e integrado com a indústria, devido à estrutura agrária mais concentrada, na área dos Tabuleiros Interioranos do Recôncavo.	Promover programas de acesso à terra, de financiamento e de assistência técnica, podendo ampliar a participação da agricultura familiar no arranjo da mandioca, com melhoria da qualidade e diversificação dos produtos mediante material genético adequado e apoio à industrialização.
Agricultura familiar na UTB Depressão Sertaneja (UTB 62)	Baixa Grande, Capela do Alto Alegre, Gavião, Ipirá, Mairi, Nova Fátima, Pé de Serra, Pintadas, Riachão do Jacuípe, São José do Jacuípe, Serra Preta e Várzea da Roça (TI Bacia do Jacuípe); Paramirim (TI Bacia do Paramirim); Abaíra, Barra da Estiva, Ibicoara, Iramaia, Itaeté, Jussiape, Marcionílio Souza, Mucugê e Rio de Contas (TI Chapada Diamantina); Ouriçangas, Pedrão e Sátiro Dias (TI Litoral Norte e Agreste Baiano); Manoel Vitorino (TI Médio Rio de Contas); Capim Grosso (TI Piemonte da Diamantina); Boa Vista do Tupim, Iaçú, Itaberaba, Itatim, Macajuba, Rafael Jambeiro e Ruy Barbosa (TI Piemonte do Paraguaçu); Andorinha, Antônio Gonçalves, Campo Formoso, Filadélfia, Jaguarari e Senhor do Bonfim (TI Piemonte Norte do Itapicuru); Água Fria, Anguera, Antônio Cardoso, Conceição do Jacuípe, Coração de Maria, Feira de Santana, Ipecaetá, Irará, Santa Bárbara, Santanópolis, Santo Estêvão, Tanquinho e Teodoro Sampaio (TI Portal do Sertão); Euclides da Cunha (TI Semi-Árido Nordeste II); Canudos, Casa Nova, Curaçá, Juazeiro, Sento Sé, Sobradinho e Uauá (TI Sertão do São Francisco); Brumado, Caculé, Caetité, Contendas do Sincorá, Dom Basílio, Ituaçu, Lagoa Real, Livramento de Nossa Senhora, Malhada de Pedras, Rio do Antônio e Tanhaçu (TI Sertão Produtivo); Araci, Barrocas, Biritinga, Candeal, Cansanção, Conceição do Coité, Ichu, Itiúba, Lamarão, Monte Santo, Nordestina, Queimadas, Quijingue, Retirolândia, Santaluz, São Domingos, Serrinha, Teofilândia, Tucano e Valente (TI Sisal); Maracás e Milagres (TI Vale do Jiquiriçá);	6, 7, 8, 9, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 30, 32, 33	Mão de obra utilizada neste arranjo é quase que totalmente familiar, registrando-se pouca ocorrência de atividade assalariada.  Possibilidade de levar a uma maior prosperidade, mantido o perfil de atividade predominantemente familiar, caso se associe a produção de mandioca em raiz a uma transformação mais diversificada.	Dificuldade de desenvolvimento de um segmento da agricultura familiar dinâmico e integrado com a indústria, devido à estrutura agrária mais concentrada.	Promover programas de acesso à terra, de financiamento e de assistência técnica, podendo ampliar a participação da agricultura familiar no arranjo da mandioca, com melhoria da qualidade e diversificação dos produtos mediante material genético adequado e apoio à industrialização.

(Continua)



ASPECTO: ARRANJO DA MANDIOCA					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Município(s) onde ocorre(m) o(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) os critério(s)	Atributo(s) que potencializa(m) o arranjo	Fator(es) que impede(m) ou restringe(m) o arranjo	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) do arranjo
Agricultura familiar na UTB Depressão Sertaneja (UTB 62) - continuação	Anagé, Aracatu, Belo Campo, Caetanos, Caraíbas, Guajeru, Maetinga, Mirante, Presidente Jânio Quadros, Tremedal e Vitória da Conquista (TI Vitória da Conquista).	6, 7, 8, 9, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 30, 32, 33	Mão de obra utilizada neste arranjo é quase que totalmente familiar, registrando-se pouca ocorrência de atividade assalariada.  Possibilidade de levar a uma maior prosperidade, mantido o perfil de atividade predominantemente familiar, caso se associe a produção de mandioca em raiz a uma transformação mais diversificada.	Dificuldade de desenvolvimento de um segmento da agricultura familiar dinâmico e integrado com a indústria, devido à estrutura agrária mais concentrada.	Promover programas de acesso à terra, de financiamento e de assistência técnica, podendo vir a ampliar a participação da agricultura familiar no arranjo manicultura. Contudo, é essencial que se procure melhorar a qualidade e diversificar os produtos mediante material genético adequado, assistência técnica e apoio à industrialização.
Municípios produtores não inseridos nas principais regiões de produção	Quixabeira e Várzea do Poço (TI Bacia do Jacuípe); Boquira, Botuporã, Caturama, Érico Cardoso, Ibipitanga, Macaúbas, Rio do Pires e Tanque Novo (TI Bacia do Paramirim); Brejolândia, Canápolis, Cocos, Coribe, Correntina, Jaborandi, Santa Maria da Vitória, Santana, São Félix do Coribe, Serra Dourada e Tabocas do Brejo Velho (TI Bacia do Rio Corrente); Angical, Baianópolis, Barreiras, Buritirama, Catolândia, Cotegipe, Cristópolis, Formosa do Rio Preto, Luís Eduardo Magalhães, Mansidão, Riachão das Neves, Santa Rita de Cássia, São Desidério e Wanderley (TI Bacia do Rio Grande); Gandu, Ibirapitanga, Pirai do Norte, Taperoá, Teolândia e Wenceslau Guimarães (TI Baixo Sul); Andaraí, Boninal, Bonito, Ibitiara, Iraquara, Lençóis, Morro do Chapéu, Nova Redenção, Novo Horizonte, Palmeiras, Piatã, Seabra, Souto Soares, Utinga e Wagner (TI Chapada Diamantina); Belmonte, Eunápolis, Guaratinga, Itabela, Itagimirim, Itapebi, Porto Seguro e Santa Cruz Cabrália (TI Costa do Descobrimento); Alcobaça, Caravelas, Ibirapuã, Itamaraju, Itanhém, Jucuruçu, Lajedão, Medeiros Neto, Mucuri, Nova Viçosa, Prado, Teixeira de Freitas e Vereda (TI Extremo Sul); América Dourada, Barra do Mendes, Barro Alto, Cafarnaum, Canarana, Central, Gentio do Ouro, Ibipeba, Ibititá, Ipupiara, Irecê, Itaguaçu da Bahia, João Dourado, Jussara, Lapão, Mulungu do Morro, Presidente Dutra, São Gabriel, Uibaí e Xique-Xique (TI Irecê); Abaré, Chorrochó, Glória, Paulo Afonso e Rodelas (TI Itaparica); Acajutiba, Alagoinhas, Aporá, Araças, Aramari, Cardeal da Silva, Catu, Conde, Crisópolis, Entre Rios, Esplanada, Inhambupe, Itanagra, Itapicuru, Jandaíra, Mata de São João, Olindina, Pojuca e Rio Real (TI Litoral Norte e Agreste Baiano);	1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36		Municípios não inseridos nas principais áreas de produção do arranjo e que não usufruem das vantagens locais dessas áreas, como: acesso a insumos e serviços relacionados ao arranjo, facilidades para escoamento da produção e disponibilidade de assistência técnica e mão de obra especializada etc.	

(Continua)

ASPECTO: ARRANJO DA MANDIOCA					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Município(s) onde ocorre(m) o(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) os critério(s)	Atributo(s) que potencializa(m) o arranjo	Fator(es) que impede(m) ou restringe(m) o arranjo	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) do arranjo
Municípios produtores não inseridos nas principais regiões de produção - continuação	Almadina, Arataca, Aurelino Leal, Barro Preto, Buerarema, Camacan, Canavieiras, Coaraci, Floresta Azul, Ibicaraí, Ilhéus, Itabuna, Itacaré, Itaju do Colônia, Itajuípe, Itapé, Itapitanga, Jussari, Mascote, Pau Brasil, Santa Luzia, São José da Vitória, Ubaitaba, Una e Uruçuca (TI Litoral Sul); Aiquara, Apuarema, Barra do Rocha, Boa Nova, Dário Meira, Gongogi, Ibirataia, Ipiauí, Itagi, Itagibá, Itamari, Jequié, Jitaúna, Nova Ibiá e Ubatã (TI Médio Rio de Contas); Caatiba, Firmino Alves, Ibicuá, Iguai, Itambé, Itapetinga, Itarantim, Itororó, Macarani, Maiquinique, Nova Canaã, Potiraguá e Santa Cruz da Vitória (TI Médio Sudoeste da Bahia); Caém, Jacobina, Miguel Calmon, Mirangaba, Orolândia, Saúde, Serrolândia, Umburanas e Várzea Nova (TI Piemonte da Diamantina); Ibiquera, Lajedinho, Mundo Novo, Piritiba e Tapiramutá (TI Piemonte do Paraguaçu); Caldeirão Grande, Pindobaçu e Ponto Novo (TI Piemonte Norte do Itapicuru); Terra Nova (TI Portal do Sertão); Muniz Ferreira (TI Recôncavo); Lauro de Freitas (TI Região Metropolitana de Salvador); Antas, Banzaê, Cícero Dantas, Cipó, Fátima, Heliópolis, Jeremoabo, Nova Soure, Novo Triunfo, Paripiranga, Pedro Alexandre, Ribeira do Amparo, Ribeira do Pombal, Santa Brígida e Sítio do Quinto (TI Semi-Árido Nordeste II); Campo Alegre de Lourdes, Pilão Arcado e Remanso (TI Sertão do São Francisco); Candiba, Guanambi, Ibiassucê, Iuiú, Palmas de Monte Alto, Pindaí, Sebastião Laranjeiras e Urandi (TI Sertão Produtivo); Brejões, Cravolândia, Irajuba, Itaquara, Itiruçu, Jaguaquara, Jiquiriçá, Lafaiete Coutinho, Lajedo do Tabocal, Nova Itarana, Planaltino, Santa Inês e Ubaíra (TI Vale do Jiquiriçá); Barra, Bom Jesus da Lapa, Brotas de Macaúbas, Carinhanha, Feira da Mata, Ibotirama, Igaporã, Malhada, Matina, Morpará, Muquém de São Francisco, Oliveira dos Brejinhos, Paratinga, Riacho de Santana, Serra do Ramalho e Sítio do Mato (TI Velho Chico); Barra do Choça, Bom Jesus da Serra, Cândido Sales, Condeúba, Cordeiros, Encruzilhada, Jacaraci, Licínio de Almeida, Mortugaba, Piripá, Planalto, Poções e Ribeirão do Largo (TI Vitória da Conquista).	1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36		Municípios não inseridos nas principais áreas de produção do arranjo e que não usufruem das vantagens locais dessas áreas, como: acesso a insumos e serviços relacionados ao arranjo, facilidades para escoamento da produção e disponibilidade de assistência técnica e mão de obra especializada etc.	

Fonte: Consórcio Geohidro-Sondotécnica, 2013

Quadro 62 – Síntese de potencialidades, limitações e recomendações referentes ao tema Arranjos Produtivos Rurais: Arranjo do Maracujá

ASPECTO: ARRANJO DO MARACUJÁ					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Município(s) onde ocorre(m) o(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) os critério(s)	Atributo(s) que potencializa(m) o arranjo	Fator(es) que impede(m) ou restringe(m) o arranjo	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) do arranjo
Desempenho do arranjo na UTB Tabuleiro Costeiro do Litoral Norte (UTB 3)	Acajutiba, Aporá, Araças, Conde, Entre Rios, Esplanada, Jandaíra e Rio Real (TI Litoral Norte e Agreste Baiano).	32, 33, 35, 36	<p>Parte da produção integrada com o processamento de suco concentrado visando o comércio exterior.</p> <p>Variedades plantadas apresentam resistência.</p> <p>Qualidade dos frutos adequada ao processamento.</p> <p>A lavoura do maracujá é perfeitamente adaptável aos preceitos da agroecologia, podendo assumir a forma de lavoura solteira ou consorciada, até mesmo tomando a forma de sistema agroflorestal.</p> <p>Sistema produtivo fixador do solo e gerador de alelopatia positiva.</p> <p>Passicultura pode com brevidade vir a adotar o sistema PIF (Produção Integrada de Fruticultura), que é uma etapa para o cultivo sustentável.</p>	Não apresentam produtividade expressiva.	Apoiar com pesquisa e assistência o sistema de produção, que pode ser melhorado tanto na fase de produção como de pós-colheita e processamento.
Desempenho do arranjo na UTB Tabuleiro Costeiro do Litoral Sul (UTB 4)	Belmonte, Eunápolis, Porto Seguro e Santa Cruz Cabralia (TI Costa do Descobrimento); Alcobaça, Caravelas, Ibirapuã, Itamaraju, Medeiros Neto, Mucuri, Nova Viçosa, Prado, Teixeira de Freitas e Vereda (TI Extremo Sul); Canavieiras, Ilhéus, Santa Luzia e Una (TI Litoral Sul).	22, 26, 27, 28, 29, 36	<p>A lavoura do maracujá é perfeitamente adaptável aos preceitos da agroecologia, podendo assumir a forma de lavoura solteira ou consorciada, até mesmo tomando a forma de sistema agroflorestal.</p> <p>Sistema produtivo fixador do solo e gerador de alelopatia positiva.</p> <p>Passicultura pode com brevidade vir a adotar o sistema PIF (Produção Integrada de Fruticultura), que é uma etapa para o cultivo sustentável.</p>		<p>Apoiar com pesquisa e assistência o sistema de produção, que pode ser melhorado tanto na fase de produção como de pós-colheita e processamento.</p> <p>Fomentar a produção de suco concentrado, dada a elasticidade da demanda para o suco de maracujá.</p>
Desempenho do arranjo na UTB Depressão Sertaneja (UTB 62)	Paramirim (TI Bacia do Paramirim); Iramaia, Marcionílio Souza e Mucugê (TI Chapada Diamantina); Sátiro Dias (TI Litoral Norte e Agreste Baiano); Manoel Vitorino (TI Médio Rio de Contas); Capim Grosso (TI Piemonte da Diamantina); Iaçú, Itaberaba e Ruy Barbosa (TI Piemonte do Paraguaçu); Campo Formoso e Senhor do Bonfim (TI Piemonte Norte do Itapicuru); Água Fria, Conceição da Feira, Conceição do Jacuípe, Coração de Maria, Feira de Santana, Ipecaetá, Irará, Santa Bárbara, Santanópolis, Santo Estêvão, São Gonçalo dos Campos e Teodoro Sampaio (TI Portal do Sertão);	7, 8, 9, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 32, 33	<p>A lavoura do maracujá é perfeitamente adaptável aos preceitos da agroecologia, podendo assumir a forma de lavoura solteira ou consorciada, até mesmo tomando a forma de sistema agroflorestal.</p> <p>Sistema produtivo fixador do solo e gerador de alelopatia positiva.</p> <p>Passicultura pode com brevidade vir a adotar o sistema PIF (Produção Integrada de Fruticultura), que é uma etapa para o cultivo sustentável.</p>	Não possui performance equivalente a outras fruteiras irrigadas, por problemas ainda não analisados.	<p>Apoiar com pesquisa e assistência o sistema de produção, que pode ser melhorado tanto na fase de produção como de pós-colheita e processamento.</p> <p>Fomentar a produção de suco concentrado, dada a elasticidade da demanda para o suco de maracujá.</p>

(Continua)

ASPECTO: ARRANJO DO MARACUJÁ					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Município(s) onde ocorre(m) o(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) os critério(s)	Atributo(s) que potencializa(m) o arranjo	Fator(es) que impede(m) ou restringe(m) o arranjo	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) do arranjo
Desempenho do arranjo na UTB Depressão Sertaneja (UTB 62) - continuação	Cabaceiras do Paraguaçu (TI Recôncavo); Curaçá, Juazeiro, Sento Sé e Sobradinho (TI Sertão do São Francisco); Caculé, Caetitê, Contendas do Sincorá, Dom Basílio, Livramento de Nossa Senhora e Tanhaçu (TI Sertão Produtivo); Birtinga (TI Sisal); Amargosa, Elísio Medrado e Maracás (TI Vale do Jiquiriçá); Anagé, Mirante e Vitória da Conquista (TI Vitória da Conquista).	7, 8, 9, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 32, 33	A lavoura do maracujá é perfeitamente adaptável aos preceitos da agroecologia, podendo assumir a forma de lavoura solteira ou consorciada, até mesmo tomando a forma de sistema agroflorestal.  Sistema produtivo fixador do solo e gerador de alelopatia positiva.  Passicultura pode com brevidade vir a adotar o sistema PIF (Produção Integrada de Fruticultura), que é uma etapa para o cultivo sustentável.	Não possui performance equivalente a outras fruteiras irrigadas, por problemas ainda não analisados.	Apoiar com pesquisa e assistência o sistema de produção, que pode ser melhorado tanto na fase de produção como de pós-colheita e processamento.  Fomentar a produção de suco concentrado, dada a elasticidade da demanda para o suco de maracujá.
Capital humano na UTB Tabuleiro Costeiro do Litoral Norte (UTB 3)	Acajutiba, Aporá, Araças, Conde, Entre Rios, Esplanada, Jandaíra e Rio Real (TI Litoral Norte e Agreste Baiano).	32, 33, 35, 36	Presença, em Santa Inês, do IF Baiano com oferta dos Cursos Técnicos em Agricultura e Agropecuária, além de um Campus do Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia (IF Baiano) na cidade de Catu, que oferece cursos de Técnico em Agropecuária e Curso Técnico em Alimentos.  Proximidade do Centro de Pesquisas Agropecuárias Tabuleiros Costeiros da EMBRAPA, o CPATC.  Não há severas restrições de capital humano.	O arranjo não se encontra próximo da oferta de cursos superiores e técnicos que possam contribuir para acelerar a racionalização da produção da fruta em bases avançadas.	Incrementar a oferta de capacitação técnica especializada e criar linhas de pesquisa apropriadas nas universidades e centros de pesquisa mais próximos, visando expandir o sistema tecnicamente mais avançado para as mesmas.  Estimular parcerias com a UESB, que detém competências em ciências agrárias e com o CPATC da EMBRAPA, para parcerias no processo de modernização dos sistemas produtivos.
Capital humano na UTB Tabuleiro Costeiro do Litoral Sul (UTB 4)	Belmonte, Eunápolis, Porto Seguro e Santa Cruz Cabralia (TI Costa do Descobrimento); Alcobaça, Caravelas, Ibirapuã, Itamaraju, Medeiros Neto, Mucuri, Nova Viçosa, Prado, Teixeira de Freitas e Vereda (TI Extremo Sul); Canavieiras, Ilhéus, Santa Luzia e Una (TI Litoral Sul).	22, 26, 27, 28, 29, 36	Existência de cursos de agronomia da UESC sediado em Ilhéus, além de campi do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia IF Baiano em Uruçuca e Eunápolis, que oferecem Curso Técnico em Agropecuária, e o Tecnólogo em Agroecologia.  Não há severas restrições de capital humano.	O arranjo não se encontra próximo da oferta de cursos superiores e técnicos que possam contribuir para acelerar a racionalização da produção da fruta em bases avançadas.	Estimular parcerias com a UESB, que detém competências em ciências agrárias e com o CPATC da EMBRAPA, para parcerias no processo de modernização dos sistemas produtivos.
Capital humano na UTB Depressão Sertaneja (UTB 62)	Paramirim (TI Bacia do Paramirim); Iramaia, Marcionílio Souza e Mucugê (TI Chapada Diamantina); Sátiro Dias (TI Litoral Norte e Agreste Baiano); Manoel Vitorino (TI Médio Rio de Contas); Capim Grosso (TI Piemonte da Diamantina); Iaçu, Itaberaba e Ruy Barbosa (TI Piemonte do Paraguaçu); Campo Formoso e Senhor do Bonfim (TI Piemonte Norte do Itapicuru); Água Fria, Conceição da Feira, Conceição do Jacuípe, Coração de Maria, Feira de Santana, Ipecaetá, Irará, Santa Bárbara, Santanópolis, Santo Estêvão, São Gonçalo dos Campos e Teodoro Sampaio (TI Portal do Sertão);	7, 8, 9, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 32, 33	Existência de formação superior em ciências agrárias com vários cursos nos campi da UESB.  Não há severas restrições de capital humano.	O arranjo não se encontra próximo da oferta de cursos superiores e técnicos que possam contribuir para acelerar a racionalização da produção da fruta em bases avançadas.	Incrementar a oferta de capacitação técnica especializada e criar linhas de pesquisa apropriadas nas universidades e centros de pesquisa mais próximos, visando expandir o sistema tecnicamente mais avançado para as mesmas.  Estimular parcerias com a UESB, que detém competências em ciências agrárias e com o CPATC da EMBRAPA, para parcerias no processo de modernização dos sistemas produtivos.

(Continua)

ASPECTO: ARRANJO DO MARACUJÁ					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Município(s) onde ocorre(m) o(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) os critério(s)	Atributo(s) que potencializa(m) o arranjo	Fator(es) que impede(m) ou restringe(m) o arranjo	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) do arranjo
Capital humano na UTB Depressão Sertaneja (UTB 62) - continuação	Cabaceiras do Paraguaçu (TI Recôncavo); Curaçá, Juazeiro, Sento Sé e Sobradinho (TI Sertão do São Francisco); Caculé, Caetitê, Contendas do Sincorá, Dom Basílio, Livramento de Nossa Senhora e Tanhaçu (TI Sertão Produtivo); Biritinga (TI Sisal); Amargosa, Elísio Medrado e Maracás (TI Vale do Jiquiriçá); Anagé, Mirante e Vitória da Conquista (TI Vitória da Conquista).	7, 8, 9, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 32, 33	Existência de formação superior em ciências agrárias com vários cursos nos campi da UESB.  Não há severas restrições de capital humano.	O arranjo não se encontra próximo da oferta de cursos superiores e técnicos que possam contribuir para acelerar a racionalização da produção da fruta em bases avançadas.	Incrementar a oferta de capacitação técnica especializada e criar linhas de pesquisa apropriadas nas universidades e centros de pesquisa mais próximos, visando expandir o sistema tecnicamente mais avançado para as mesmas.  Estimular parcerias com a UESB, que detém competências em ciências agrárias e com o CPATC da EMBRAPA, para parcerias no processo de modernização dos sistemas produtivos.
Capital social na UTB Tabuleiro Costeiro do Litoral Norte (UTB 3)	Acajutiba, Aporá, Araças, Conde, Entre Rios, Esplanada, Jandaíra e Rio Real (TI Litoral Norte e Agreste Baiano).	32, 33, 35, 36	Existência, na região, de diversas cooperativas de produção e comercialização voltadas para a agricultura, entre estas a CEALNOR, um dos mais emblemáticos exemplos de cooperativismo no estado da Bahia, principalmente por atuar em cadeias completas, incluindo o processamento.		Estimular o associativismo e o cooperativismo por meio de ações de mobilização comunitária para que os produtores familiares e os pequenos e médios empresários possam constituir plantas de processamento de suco, que tem elevado valor comercial.
Capital social na UTB Tabuleiro Costeiro do Litoral Sul (UTB 4)	Belmonte, Eunápolis, Porto Seguro e Santa Cruz Cabrália (TI Costa do Descobrimento); Alcobaça, Caravelas, Ibirapuã, Itamaraju, Medeiros Neto, Mucuri, Nova Viçosa, Prado, Teixeira de Freitas e Vereda (TI Extremo Sul); Canavieiras, Ilhéus, Santa Luzia e Una (TI Litoral Sul).	22, 26, 27, 28, 29, 36	Existência de 16 cooperativas de produção e comercialização voltadas para a agricultura.		Estimular o associativismo e o cooperativismo por meio de ações de mobilização comunitária para que os produtores familiares e os pequenos e médios empresários possam constituir plantas de processamento de suco, que tem elevado valor comercial.
Capital social na UTB Depressão Sertaneja (UTB 62)	Paramirim (TI Bacia do Paramirim); Iramaia, Marcionílio Souza e Mucugê (TI Chapada Diamantina); Sátiro Dias (TI Litoral Norte e Agreste Baiano); Manoel Vitorino (TI Médio Rio de Contas); Capim Grosso (TI Piemonte da Diamantina); Iaçu, Itaberaba e Ruy Barbosa (TI Piemonte do Paraguaçu); Campo Formoso e Senhor do Bonfim (TI Piemonte Norte do Itapicuru); Água Fria, Conceição da Feira, Conceição do Jacuípe, Coração de Maria, Feira de Santana, Ipecaetá, Irará, Santa Bárbara, Santanópolis, Santo Estêvão, São Gonçalo dos Campos e Teodoro Sampaio (TI Portal do Sertão); Cabaceiras do Paraguaçu (TI Recôncavo); Curaçá, Juazeiro, Sento Sé e Sobradinho (TI Sertão do São Francisco);	7, 8, 9, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 32, 33	Protagonismo da Sub-câmara Setorial da Cadeia Produtiva da Fruticultura Tropical e Temperada, estimulando o associativismo nos projetos de irrigação do DNOCS, sobretudo no de Livramento de Nossa Senhora onde foi constituída a Associação do Distrito de Águas de Brumado – ADIB.		Estimular o associativismo e o cooperativismo por meio de ações de mobilização comunitária para que os produtores familiares e os pequenos e médios empresários possam constituir plantas de processamento de suco, que tem elevado valor comercial.

(Continua)



ASPECTO: ARRANJO DO MARACUJÁ					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Município(s) onde ocorre(m) o(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) os critério(s)	Atributo(s) que potencializa(m) o arranjo	Fator(es) que impede(m) ou restringe(m) o arranjo	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) do arranjo
Capital social na UTB Depressão Sertaneja (UTB 62) - continuação	Caculé, Caetité, Contendas do Sincorá, Dom Basílio, Livramento de Nossa Senhora e Tanhaçu (TI Sertão Produtivo); Biringinga (TI Sisal); Amargosa, Elísio Medrado e Maracás (TI Vale do Jiquiriçá); Anagé, Mirante e Vitória da Conquista (TI Vitória da Conquista).	7, 8, 9, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 32, 33	Protagonismo da Sub-câmara Setorial da Cadeia Produtiva da Fruticultura Tropical e Temperada, estimulando o associativismo nos projetos de irrigação do DNOCS, sobretudo no de Livramento de Nossa Senhora onde foi constituída a Associação do Distrito de Águas de Brumado – ADIB.		Estimular o associativismo e o cooperativismo por meio de ações de mobilização comunitária para que os produtores familiares e os pequenos e médios empresários possam constituir plantas de processamento de suco, que tem elevado valor comercial.
Mercado na UTB Tabuleiro Costeiro do Litoral Norte (UTB 3)	Acajutiba, Aporá, Araças, Conde, Entre Rios, Esplanada, Jandaíra e Rio Real (TI Litoral Norte e Agreste Baiano).	32, 33, 35, 36	Possibilidade de aumento da exportação, com ampliação da escala de processamento.  O suco de maracujá produzido pela CEALNOR se beneficia de nicho de mercado internacional mediante o <i>fair trade</i> .  Mercado promissor, tanto para processamento como para consumo <i>in natura</i> .		Estimular estudos socioeconômicos e avaliações técnicas que informem sobre a possibilidade do mesmo vir a se modernizar, obtendo maior eficiência e se tornando competitivo.
Mercado na UTB Tabuleiro Costeiro do Litoral Sul (UTB 4)	Belmonte, Eunápolis, Porto Seguro e Santa Cruz Cabralia (TI Costa do Descobrimento); Alcobaça, Caravelas, Ibirapuã, Itamaraju, Medeiros Neto, Mucuri, Nova Viçosa, Prado, Teixeira de Freitas e Vereda (TI Extremo Sul); Canavieiras, Ilhéus, Santa Luzia e Una (TI Litoral Sul).	22, 26, 27, 28, 29, 36	Mercado promissor, tanto para processamento como para consumo <i>in natura</i> .		Ampliar o fomento do segmento.
Mercado na UTB Depressão Sertaneja (UTB 62)	Paramirim (TI Bacia do Paramirim); Iramaia, Marcionílio Souza e Mucugê (TI Chapada Diamantina); Sátiro Dias (TI Litoral Norte e Agreste Baiano); Manoel Vitorino (TI Médio Rio de Contas); Capim Grosso (TI Piemonte da Diamantina); Iaçu, Itaberaba e Ruy Barbosa (TI Piemonte do Paraguaçu); Campo Formoso e Senhor do Bonfim (TI Piemonte Norte do Itapicuru); Água Fria, Conceição da Feira, Conceição do Jacuípe, Coração de Maria, Feira de Santana, Ipecaetá, Irará, Santa Bárbara, Santanópolis, Santo Estêvão, São Gonçalo dos Campos e Teodoro Sampaio (TI Portal do Sertão); Cabaceiras do Paraguaçu (TI Recôncavo); Curaçá, Juazeiro, Sento Sé e Sobradinho (TI Sertão do São Francisco); Caculé, Caetité, Contendas do Sincorá, Dom Basílio, Livramento de Nossa Senhora e Tanhaçu (TI Sertão Produtivo);	7, 8, 9, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 32, 33	Mercado promissor, tanto para processamento como para consumo <i>in natura</i> .		Estimular estudos socioeconômicos e avaliações técnicas que informem sobre a possibilidade do mesmo vir a se modernizar, obtendo maior eficiência e se tornando competitivo.

(Continua)



ASPECTO: ARRANJO DO MARACUJÁ					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Município(s) onde ocorre(m) o(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) os critério(s)	Atributo(s) que potencializa(m) o arranjo	Fator(es) que impede(m) ou restringe(m) o arranjo	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) do arranjo
Mercado na UTB Depressão Sertaneja (UTB 62) - continuação	Biritinga (TI Sisal); Amargosa, Elísio Medrado e Maracás (TI Vale do Jiquiriçá); Anagé, Mirante e Vitória da Conquista (TI Vitória da Conquista).	7, 8, 9, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 32, 33	Mercado promissor, tanto para processamento como para consumo <i>in natura</i> .		Estimular estudos socioeconômicos e avaliações técnicas que informem sobre a possibilidade do mesmo vir a se modernizar, obtendo maior eficiência e se tornando competitivo.
Infraestrutura na UTB Tabuleiro Costeiro do Litoral Norte (UTB 3)	Acajutiba, Aporá, Araças, Conde, Entre Rios, Esplanada, Jandaíra e Rio Real (TI Litoral Norte e Agreste Baiano).	32, 33, 35, 36	Potencial para reduzir a carência de infraestrutura de transporte com a construção da FIOL.	Deficiências em termos de estradas vicinais, ferrovias, rodovias e eletrificação e os gargalos existentes contribuem para aumentar os custos de transporte de insumos e produtos, bem como o comprometimento da qualidade dos frutos.	Incluir os municípios produtores em programas de infraestrutura de transportes, rodovias e ferrovias, e de energia.
Infraestrutura na UTB Tabuleiro Costeiro do Litoral Sul (UTB 4)	Belmonte, Eunápolis, Porto Seguro e Santa Cruz Cabrália (TI Costa do Descobrimento); Alcobaça, Caravelas, Ibirapuã, Itamaraju, Medeiros Neto, Mucuri, Nova Viçosa, Prado, Teixeira de Freitas e Vereda (TI Extremo Sul); Canavieiras, Ilhéus, Santa Luzia e Una (TI Litoral Sul).	22, 26, 27, 28, 29, 36	Potencial para reduzir a carência de infraestrutura de transporte com a construção da FIOL.	Deficiências em termos de estradas vicinais, ferrovias, rodovias e eletrificação e os gargalos existentes contribuem para aumentar os custos de transporte de insumos e produtos, bem como o comprometimento da qualidade dos frutos.	Incluir os municípios produtores em programas de infraestrutura de transportes, rodovias e ferrovias, e de energia, cogitando também a utilização de transporte marítimo.
Infraestrutura na UTB Depressão Sertaneja (UTB 62)	Paramirim (TI Bacia do Paramirim); Iramaia, Marcionílio Souza e Mucugê (TI Chapada Diamantina); Sátiro Dias (TI Litoral Norte e Agreste Baiano); Manoel Vitorino (TI Médio Rio de Contas); Capim Grosso (TI Piemonte da Diamantina); Iaçú, Itaberaba e Ruy Barbosa (TI Piemonte do Paraguai); Campo Formoso e Senhor do Bonfim (TI Piemonte Norte do Itapicuru); Água Fria, Conceição da Feira, Conceição do Jacuípe, Coração de Maria, Feira de Santana, Ipecaetá, Irará, Santa Bárbara, Santanópolis, Santo Estêvão, São Gonçalo dos Campos e Teodoro Sampaio (TI Portal do Sertão); Cabaceiras do Paraguai (TI Recôncavo); Curaçá, Juazeiro, Sento Sé e Sobradinho (TI Sertão do São Francisco); Caculé, Caetitê, Contendas do Sincorá, Dom Basílio, Livramento de Nossa Senhora e Tanhaçu (TI Sertão Produtivo); Biritinga (TI Sisal); Amargosa, Elísio Medrado e Maracás (TI Vale do Jiquiriçá); Anagé, Mirante e Vitória da Conquista (TI Vitória da Conquista).	7, 8, 9, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 32, 33	Potencial para reduzir a carência de infraestrutura de transporte com a construção da FIOL.	Deficiências em termos de estradas vicinais, ferrovias, rodovias e eletrificação e os gargalos existentes contribuem para aumentar os custos de transporte de insumos e produtos, bem como o comprometimento da qualidade dos frutos.	Incluir os municípios produtores em programas de infraestrutura de transportes, rodovias e ferrovias, e de energia.

(Continua)

ASPECTO: ARRANJO DO MARACUJÁ					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Município(s) onde ocorre(m) o(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) os critério(s)	Atributo(s) que potencializa(m) o arranjo	Fator(es) que impede(m) ou restringe(m) o arranjo	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) do arranjo
Agricultura familiar na UTB Tabuleiro Costeiro do Litoral Norte (UTB 3)	Acajutiba, Aporá, Araças, Conde, Entre Rios, Esplanada, Jandaíra e Rio Real (TI Litoral Norte e Agreste Baiano).	32, 33, 35, 36	Potencial para a expansão da agricultura empresarial e familiar, no entanto, o sucesso depende de disponibilidade de terra e de intervenções voltadas para obtenção de maior escala de produção e da adoção de preceitos de gestão que tornem o negócio mais eficiente para produção familiar.	Baixo potencial de incorporação de agricultura familiar, devido a predominância de empresas em todos os segmentos do arranjo integrado com a industrialização do suco concentrado.	Criar programas de acesso à terra, de financiamento e de assistência técnica para os sistemas minimamente organizados, podendo também ser contemplados com o fomento para atividades comunitárias de processamento da fruta, ajudando a consolidar a agricultura familiar.
Agricultura familiar na UTB Tabuleiro Costeiro do Litoral Sul (UTB 4)	Belmonte, Eunápolis, Porto Seguro e Santa Cruz Cabralia (TI Costa do Descobrimento); Alcobaça, Caravelas, Ibirapuã, Itamaraju, Medeiros Neto, Mucuri, Nova Viçosa, Prado, Teixeira de Freitas e Vereda (TI Extremo Sul); Canavieiras, Ilhéus, Santa Luzia e Una (TI Litoral Sul).	22, 26, 27, 28, 29, 36	Potencial para a expansão da agricultura empresarial e familiar, no entanto, o sucesso depende de disponibilidade de terra e de intervenções voltadas para obtenção de maior escala de produção e da adoção de preceitos de gestão que tornem o negócio mais eficiente para produção familiar.		Criar programas de acesso à terra, de financiamento e de assistência técnica para os sistemas minimamente organizados, podendo também ser contemplados com o fomento para atividades comunitárias de processamento da fruta, ajudando a consolidar a agricultura familiar.
Agricultura familiar na UTB Depressão Sertaneja (UTB 62)	Paramirim (TI Bacia do Paramirim); Iramaia, Marcionílio Souza e Mucugê (TI Chapada Diamantina); Sátiro Dias (TI Litoral Norte e Agreste Baiano); Manoel Vitorino (TI Médio Rio de Contas); Capim Grosso (TI Piemonte da Diamantina); Iaçu, Itaberaba e Ruy Barbosa (TI Piemonte do Paraguaçu); Campo Formoso e Senhor do Bonfim (TI Piemonte Norte do Itapicuru); Água Fria, Conceição da Feira, Conceição do Jacuípe, Coração de Maria, Feira de Santana, Ipecaetá, Irará, Santa Bárbara, Santanópolis, Santo Estêvão, São Gonçalo dos Campos e Teodoro Sampaio (TI Portal do Sertão); Cabaceiras do Paraguaçu (TI Recôncavo); Curaçá, Juazeiro, Sento Sé e Sobradinho (TI Sertão do São Francisco); Caculé, Caetité, Contendas do Sincorá, Dom Basílio, Livramento de Nossa Senhora e Tanhaçu (TI Sertão Produtivo); Birtinga (TI Sisal); Amargosa, Elísio Medrado e Maracás (TI Vale do Jiquiriçá); Anagé, Mirante e Vitória da Conquista (TI Vitória da Conquista).	7, 8, 9, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 32, 33		Baixo potencial de incorporação de agricultura familiar.	Criar programas de acesso à terra, de financiamento e de assistência técnica para os sistemas minimamente organizados, podendo também ser contemplados com o fomento para atividades comunitárias de processamento da fruta, ajudando a consolidar a agricultura familiar.  Fomentar pesquisas socioeconômicas e em ciências agrárias que possam fazer avançar técnica e organizacionalmente a agricultura familiar voltada para a produção de maracujá em uma perspectiva de crescente adoção de práticas agroecológicas.

(Continua)

ASPECTO: ARRANJO DO MARACUJÁ					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Município(s) onde ocorre(m) o(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) os critério(s)	Atributo(s) que potencializa(m) o arranjo	Fator(es) que impede(m) ou restringe(m) o arranjo	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) do arranjo
Municípios produtores não inseridos nas principais regiões de produção	<p>Caturama, Érico Cardoso e Rio do Pires (TI Bacia do Paramirim);</p> <p>Barreiras, Formosa do Rio Preto e São Desidério (TI Bacia do Rio Grande);</p> <p>Aratuípe, Camamu, Gandu, Ibirapitanga, Igrapiúna, Ituberá, Jaguaripe, Nilo Peçanha, Piraí do Norte, Presidente Tancredo Neves, Taperoá, Teolândia, Valença e Wenceslau Guimarães (TI Baixo Sul);</p> <p>Bonito, Ibitiara, Iraquara, Morro do Chapéu, Novo Horizonte, Palmeiras, Seabra, Utinga e Wagner (TI Chapada Diamantina);</p> <p>Itanhém (TI Extremo Sul);</p> <p>Canarana, Ibipoba, Ibititá, Irecê, João Dourado, Jussara e São Gabriel (TI Irecê);</p> <p>Abaré e Rodelas (TI Itaparica);</p> <p>Alagoinhas, Crisópolis, Inhambupe, Itapicuru, Mata de São João, Olindina e Pojuca (TI Litoral Norte e Agreste Baiano);</p> <p>Almadina, Camacan, Ibicaraí, Itabuna, Itacaré, Itajuípe, Pau Brasil e Uruçuca (TI Litoral Sul);</p> <p>Aiquara, Apuarema, Barra do Rocha, Boa Nova, Dário Meira, Ibirataia, Ipiaú, Itagi, Itagibá, Itamari, Jequié, Jitaúna, Nova Ibiá e Ubatã (TI Médio Rio de Contas);</p> <p>Saúde (TI Piemonte da Diamantina);</p> <p>Piritiba e Tapiramutá (TI Piemonte do Paraguaçu);</p> <p>Caldeirão Grande e Ponto Novo (TI Piemonte Norte do Itapicuru);</p> <p>Amélia Rodrigues (TI Portal do Sertão);</p> <p>Cachoeira, Cruz das Almas, Dom Macedo Costa, Governador Mangabeira, Maragogipe, Muniz Ferreira, Muritiba, Santo Amaro, Santo Antônio de Jesus, São Felipe, São Félix, São Sebastião do Passé, Sapeaçu e Varzedo (TI Recôncavo);</p> <p>Camaçari e Dias d'Ávila (TI Região Metropolitana de Salvador);</p> <p>Guanambi, Ibiassucê e Sebastião Laranjeiras (TI Sertão Produtivo);</p> <p>Brejões, Cravolândia, Irajuba, Itaquara, Itiruçu, Jaguaquara, Jiquiriçá, Lafaiete Coutinho, Laje, Lajedo do Tabocal, Mutuípe, Nova Itarana, Planaltino, Santa Inês e Ubaíra (TI Vale do Jiquiriçá);</p> <p>Barra do Choça, Encruzilhada, Planalto e Poções (TI Vitória da Conquista).</p>	1, 2, 3, 5, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 25, 26, 27, 29, 30, 32, 33, 35, 36		Municípios não inseridos nas principais áreas de produção do arranjo e que não usufruem das vantagens locais dessas áreas, como: acesso a insumos e serviços relacionados ao arranjo, facilidades para escoamento da produção e disponibilidade de assistência técnica e mão de obra especializada etc.	

Fonte: Consórcio Geohidro-Sondotécnica, 2013

**Quadro 63 – Síntese de potencialidades, limitações e recomendações referentes ao tema Arranjos Produtivos Rurais: Arranjo do Milho**

ASPECTO: ARRANJO DO MILHO					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Município(s) onde ocorre(m) o(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) o(s) critério(s)	Atributo(s) que potencializa(m) o arranjo	Fator(es) que impede(m) ou restringe(m) o arranjo	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) do arranjo
Desempenho do arranjo na UTB Chapada do Oeste Baiano (UTB 30)	Brejolândia, Canápolis, Cocos, Coribe, Correntina, Jaborandi, Santa Maria da Vitória, Santana, Serra Dourada e Tabocas do Brejo Velho (TI Bacia do Rio Corrente);  Angical, Baianópolis, Barreiras, Catolândia, Cotegipe, Cristópolis, Formosa do Rio Preto, Luís Eduardo Magalhães, Riachão das Neves, Santa Rita de Cássia, São Desidério e Wanderley (TI Bacia do Rio Grande);  Muquém de São Francisco (TI Velho Chico).	1, 2, 3, 4, 5, 6	Sistema avançado tecnicamente, com produtividade alta e elevada capacidade de gestão dos agentes produtivos, com margem para crescimento.  Possibilidade de ampliação significativa da área cultivada.  Promoção da rotação de lavouras e manejo do solo de acordo com preceitos de agroecologia e de agricultura de precisão.	Elevada dependência de insumos químicos, para corrigir e fertilizar os solos e para controlar pragas e doenças e de sementes melhoradas, mesmo com a generalização de variedades transgênicas, menos exigentes de pesticidas químicos.  Dependência de pesquisa e desenvolvimento em biofertilizantes e biopesticidas, fungicidas e inseticidas biológicos para o avanço do arranjo em direção à sustentabilidade.	Apoiar atividades de Pesquisa e Desenvolvimento voltadas para a busca de maior eficiência no usos da energia e dos insumos químicos e para a busca de biofertilizantes e biopesticidas.
Desempenho do arranjo na UTB Planalto Dissecado do Aporá (UTB 45)	Acajutiba, Aporá, Conde, Crisópolis, Entre Rios, Esplanada, Inhambupe, Jandaíra e Rio Real (TI Litoral Norte e Agreste Baiano).	32, 33, 35, 36	Sistema medianamente avançado tecnicamente, com produtividade média, e mediana capacidade de gestão dos agentes produtivos, com alguma demanda de insumos químicos e de sementes melhoradas.  Promoção da rotação de lavouras e manejo do solo de acordo com preceitos de agroecologia e de agricultura de precisão.	Dependência de insumos químicos elevada, mesmo com a generalização de variedades transgênicas, menos exigentes de pesticidas químicos.  Dependência de pesquisa e desenvolvimento em biofertilizantes e biopesticidas, fungicidas e inseticidas biológicos para o avanço do arranjo em direção à sustentabilidade.	Conduzir programas de pesquisa e assistência técnica que orientem no sentido de uma maior eficiência ou de reorientação para outras atividades, diante da adversidade do meio.
Desempenho do arranjo na UTB Planalto Soerguido (UTB 49)	Presidente Tancredo Neves e Wenceslau Guimarães (TI Baixo Sul);  Apuarema, Boa Nova, Dário Meira, Itagi, Jequié e Jitaúna (TI Médio Rio de Contas);  Caatiba, Ibicuí, Iguai, Itambé, Itapetinga, Itarantim, Itororó e Nova Canaã (TI Médio Sudoeste da Bahia);  Lajedinho e Mundo Novo (TI Piemonte do Paraguaçu);  Brejões, Cravolândia, Irajuba, Itaquara, Itiruçu, Jaguaquara, Jiquiriçá, Lafaiete Coutinho, Lajedo do Tabocal, Mutuípe, Nova Itarana, Planaltino, Santa Inês e Ubaíra (TI Vale do Jiquiriçá);  Bom Jesus da Serra, Planalto e Poções (TI Vitória da Conquista).	13, 16, 18, 20, 21, 22, 25, 26, 27		Produtores não adotam os procedimentos de especialização e racionalização produtiva.  Baixa produtividade, devido especialmente a localização do arranjo apresentar risco de déficit hídrico severo e solos predominantemente rasos.  Sistema atrasado tecnicamente e com baixa capacidade de gestão dos agentes produtivos, na forma predominante de consórcio, com produtividade de baixa a muito baixa e quase sem demanda de insumos modernos e de sementes melhoradas.	Conduzir programas de pesquisa e assistência técnica que orientem no sentido de uma maior eficiência ou de reorientação para outras atividades, diante da adversidade do meio.

(Continua)

Continuação do **Quadro 63** – Síntese de potencialidades, limitações e recomendações referentes ao tema **Arranjos Produtivos Rurais: Arranjo do Milho**

ASPECTO: ARRANJO DO MILHO					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Município(s) onde ocorre(m) o(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) o(s) critério(s)	Atributo(s) que potencializa(m) o arranjo	Fator(es) que impede(m) ou restringe(m) o arranjo	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) do arranjo
Desempenho do arranjo nas UTBs Planalto Soerguido (UTB 49) e Depressão Sertaneja (UTB 62)	Marcionílio Souza (TI Chapada Diamantina); Manoel Vitorino (TI Médio Rio de Contas); Boa Vista do Tupim, Iaçú, Itaberaba, Macajuba e Ruy Barbosa (TI Piemonte do Paraguaçu); Amargosa, Maracás e Milagres (TI Vale do Jiquiriçá); Anagé, Caetanos e Mirante (TI Vitória da Conquista).	12, 13, 16, 18, 20, 21, 24		Produtores não adotam os procedimentos de especialização e racionalização produtiva.  Baixa produtividade, devido especialmente a localização do arranjo apresentar risco de déficit hídrico severo e solos predominantemente rasos.  Sistema atrasado tecnicamente e com baixa capacidade de gestão dos agentes produtivos, na forma predominante de consórcio, com produtividade de baixa a muito baixa e quase sem demanda de insumos modernos e de sementes melhoradas.	Conduzir programas de pesquisa e assistência técnica que orientem no sentido de uma maior eficiência ou de reorientação para outras atividades, diante da adversidade do meio.
Desempenho do arranjo na UTB Patamar da Serra de Jacobina (UTB 54)	Várzea do Poço (TI Bacia do Jacuípe); Caém, Jacobina, Miguel Calmon, Mirangaba, Saúde e Serrolândia (TI Piemonte da Diamantina); Piritiba (TI Piemonte do Paraguaçu); Antônio Gonçalves, Caldeirão Grande, Filadélfia, Pindobaçu e Ponto Novo (TI Piemonte Norte do Itapicuru).	7, 15, 18, 19		Produtores não adotam os procedimentos de especialização e racionalização produtiva.  Baixa produtividade, devido especialmente a localização do arranjo apresentar risco de déficit hídrico severo e solos predominantemente rasos.  Sistema atrasado tecnicamente e com baixa capacidade de gestão dos agentes produtivos, na forma predominante de consórcio, com produtividade de baixa a muito baixa e quase sem demanda de insumos modernos e de sementes melhoradas.	Conduzir programas de pesquisa e assistência técnica que orientem no sentido de uma maior eficiência ou de reorientação para outras atividades, diante da adversidade do meio.
Desempenho do arranjo nas UTBs Patamar da Serra de Jacobina (UTB 54) e Depressão Sertaneja (UTB 62)	Campo Formoso, Jaguarari e Senhor do Bonfim (TI Piemonte Norte do Itapicuru).	7, 14, 15, 17, 18, 19, 23		Produtores não adotam os procedimentos de especialização e racionalização produtiva.  Baixa produtividade, devido especialmente a localização do arranjo apresentar risco de déficit hídrico severo e solos predominantemente rasos.  Sistema atrasado tecnicamente e com baixa capacidade de gestão dos agentes produtivos, na forma predominante de consórcio, com produtividade de baixa a muito baixa e quase sem demanda de insumos modernos e de sementes melhoradas.	Conduzir programas de pesquisa e assistência técnica que orientem no sentido de uma maior eficiência ou de reorientação para outras atividades, diante da adversidade do meio.

(Continua)

ASPECTO: ARRANJO DO MILHO					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Município(s) onde ocorre(m) o(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) o(s) critério(s)	Atributo(s) que potencializa(m) o arranjo	Fator(es) que impede(m) ou restringe(m) o arranjo	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) do arranjo
Desempenho do arranjo na UTB Depressão Sertaneja (UTB 62)	Baixa Grande, Capela do Alto Alegre, Gavião, Ipirá, Mairi, Nova Fátima, Pé de Serra, Pintadas, Riachão do Jacuípe, São José do Jacuípe, Serra Preta e Várzea da Roça (TI Bacia do Jacuípe); Paramirim (TI Bacia do Paramirim); Abaíra, Ibicoara, Iramaia, Itaeté, Jussiape, Mucugê e Rio de Contas (TI Chapada Diamantina); Ouriçangas, Pedrão e Sátiro Dias (TI Litoral Norte e Agreste Baiano); Itatim, Rafael Jambeiro e Santa Teresinha (TI Piemonte do Paraguçu); Andorinha (TI Piemonte Norte do Itapicuru); Água Fria, Anguera, Antônio Cardoso, Conceição da Feira, Conceição do Jacuípe, Coração de Maria, Feira de Santana, Ipecaetá, Irará, Santa Bárbara, Santanópolis, Santo Estêvão, São Gonçalo dos Campos, Tanquinho e Teodoro Sampaio (TI Portal do Sertão); Cabaceiras do Paraguçu, Castro Alves e Conceição do Almeida (TI Recôncavo); Euclides da Cunha (TI Semi-Árido Nordeste II); Canudos, Casa Nova, Curaçá, Juazeiro, Sento Sé, Sobradinho e Uauá (TI Sertão do São Francisco); Caculé, Caetitê, Contendas do Sincorá, Dom Basílio, Lagoa Real, Livramento de Nossa Senhora e Rio do Antônio (TI Sertão Produtivo); Araci, Barrocas, Biritinga, Candeal, Cansanção, Conceição do Coité, Ichu, Itiúba, Lamarão, Monte Santo, Nordestina, Queimadas, Quijingue, Retirolândia, Santaluz, São Domingos, Serrinha, Teofilândia, Tucano e Valente (TI Sisal); Elísio Medrado (TI Vale do Jiquiriçá); Belo Campo, Caraíbas, Maetinga, Presidente Jânio Quadros, Tremedal e Vitória da Conquista (TI Vitória da Conquista).	6, 7, 8, 9, 11, 12, 13, 14, 16, 17, 18, 19, 20, 22, 23, 24, 25, 26, 30, 32, 33		Produtores não adotam os procedimentos de especialização e racionalização produtiva.  Baixa produtividade, devido especialmente a localização do arranjo apresentar risco de déficit hídrico severo e solos predominantemente rasos.  Sistema atrasado tecnicamente e com baixa capacidade de gestão dos agentes produtivos, na forma predominante de consórcio, com produtividade de baixa a muito baixa e quase sem demanda de insumos modernos e de sementes melhoradas.	Conduzir programas de pesquisa e assistência técnica que orientem no sentido de uma maior eficiência ou de reorientação para outras atividades, diante da adversidade do meio.
Capital humano na UTB Chapada do Oeste Baiano (UTB 30)	Brejolândia, Canápolis, Cocos, Coribe, Correntina, Jaborandi, Santa Maria da Vitória, Santana, Serra Dourada e Tabocas do Brejo Velho (TI Bacia do Rio Corrente); Angical, Baianópolis, Barreiras, Catolândia, Cotegipe, Cristópolis, Formosa do Rio Preto, Luís Eduardo Magalhães, Riachão das Neves, Santa Rita de Cássia, São Desidério e Wanderley (TI Bacia do Rio Grande); Muquém de São Francisco (TI Velho Chico).	1, 2, 3, 4, 5, 6	Oferta de capacitação profissional específica para o arranjo de milho.	Dependência de pesquisa e transferência de tecnologia da parte do centro de pesquisa EMBRAPA/CERRADO.	Estimular o interesse dos cursos superiores de formação em ciências sociais aplicadas e recursos naturais pela lavoura de milho, no campus da UFBA em Barreiras.

(Continua)



ASPECTO: ARRANJO DO MILHO					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Município(s) onde ocorre(m) o(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) o(s) critério(s)	Atributo(s) que potencializa(m) o arranjo	Fator(es) que impede(m) ou restringe(m) o arranjo	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) do arranjo
Capital humano na UTB Planalto Dissecado do Aporá (UTB 45)	Acajutiba, Aporá, Conde, Crisópolis, Entre Rios, Esplanada, Inhambupe, Jandaíra e Rio Real (TI Litoral Norte e Agreste Baiano).	32, 33, 35, 36		Competitividade do arranjo restringida pela capacitação profissional específica insuficiente, dependendo de centros de formação de outras localidades.	Ampliar a oferta de capacitação técnica regional e local especializada no arranjo do milho e criar linhas de pesquisa apropriadas no curso de ciências agrárias da UNEB em Barreiras, Juazeiro e Vitória da Conquista.
Capital humano na UTB Planalto Soerguido (UTB 49)	Presidente Tancredo Neves e Wenceslau Guimarães (TI Baixo Sul); Apuarema, Boa Nova, Dário Meira, Itagi, Jequié e Jitaúna (TI Médio Rio de Contas); Caatiba, Ibicuí, Iguaiá, Itambé, Itapetinga, Itarantim, Itororó e Nova Canaã (TI Médio Sudoeste da Bahia); Lajedinho e Mundo Novo (TI Piemonte do Paraguaçu); Brejões, Cravolândia, Irajuba, Itaquara, Itiruçu, Jaguaquara, Jiquiriçá, Lafaiete Coutinho, Lajedo do Tabocal, Mutuípe, Nova Itarana, Planaltino, Santa Inês e Ubaíra (TI Vale do Jiquiriçá); Bom Jesus da Serra, Planalto e Poções (TI Vitória da Conquista).	13, 16, 18, 20, 21, 22, 25, 26, 27		Competitividade do arranjo restringida pela capacitação profissional específica insuficiente, dependendo de centros de formação de outras localidades.	Ampliar a oferta de capacitação técnica regional e local especializada no arranjo do milho e criar linhas de pesquisa apropriadas no curso de ciências agrárias da UNEB em Barreiras, Juazeiro e Vitória da Conquista.
Capital humano nas UTBs Planalto Soerguido (UTB 49) e Depressão Sertaneja (UTB 62)	Marcionílio Souza (TI Chapada Diamantina); Manoel Vitorino (TI Médio Rio de Contas); Boa Vista do Tupim, Iaçú, Itaberaba, Macajuba e Ruy Barbosa (TI Piemonte do Paraguaçu); Amargosa, Maracás e Milagres (TI Vale do Jiquiriçá); Anagé, Caetanos e Mirante (TI Vitória da Conquista).	12, 13, 16, 18, 20, 21, 24		Competitividade do arranjo restringida pela capacitação profissional específica insuficiente, dependendo de centros de formação de outras localidades.	Ampliar a oferta de capacitação técnica regional e local especializada no arranjo do milho e criar linhas de pesquisa apropriadas no curso de ciências agrárias da UNEB em Barreiras, Juazeiro e Vitória da Conquista.
Capital humano na UTB Patamar da Serra de Jacobina (UTB 54)	Várzea do Poço (TI Bacia do Jacuípe); Caém, Jacobina, Miguel Calmon, Mirangaba, Saúde e Serrolândia (TI Piemonte da Diamantina); Piritiba (TI Piemonte do Paraguaçu); Antônio Gonçalves, Caldeirão Grande, Filadélfia, Pindobaçu e Ponto Novo (TI Piemonte Norte do Itapicuru).	7, 15, 18, 19		Competitividade do arranjo restringida pela capacitação profissional específica insuficiente, dependendo de centros de formação de outras localidades.	Ampliar a oferta de capacitação técnica regional e local especializada no arranjo do milho e criar linhas de pesquisa apropriadas no curso de ciências agrárias da UNEB em Barreiras, Juazeiro e Vitória da Conquista.
Capital humano nas UTBs Patamar da Serra de Jacobina (UTB 54) e Depressão Sertaneja (UTB 62)	Campo Formoso, Jaguarari e Senhor do Bonfim (TI Piemonte Norte do Itapicuru).	7, 14, 15, 17, 18, 19, 23		Competitividade do arranjo restringida pela capacitação profissional específica insuficiente, dependendo de centros de formação de outras localidades.	Ampliar a oferta de capacitação técnica regional e local especializada no arranjo do milho e criar linhas de pesquisa apropriadas no curso de ciências agrárias da UNEB em Barreiras, Juazeiro e Vitória da Conquista.

(Continua)

ASPECTO: ARRANJO DO MILHO					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Município(s) onde ocorre(m) o(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) o(s) critério(s)	Atributo(s) que potencializa(m) o arranjo	Fator(es) que impede(m) ou restringe(m) o arranjo	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) do arranjo
Capital humano na UTB Depressão Sertaneja (UTB 62)	Baixa Grande, Capela do Alto Alegre, Gavião, Ipirá, Mairi, Nova Fátima, Pé de Serra, Pintadas, Riachão do Jacuípe, São José do Jacuípe, Serra Preta e Várzea da Roça (TI Bacia do Jacuípe); Paramirim (TI Bacia do Paramirim); Abaíra, Ibicoara, Iramaia, Itaeté, Jussiape, Mucugê e Rio de Contas (TI Chapada Diamantina); Ouriçangas, Pedrão e Sátiro Dias (TI Litoral Norte e Agreste Baiano); Itatim, Rafael Jambeiro e Santa Teresinha (TI Piemonte do Paraguaçu); Andorinha (TI Piemonte Norte do Itapicuru); Água Fria, Anguera, Antônio Cardoso, Conceição da Feira, Conceição do Jacuípe, Coração de Maria, Feira de Santana, Ipecaetá, Irará, Santa Bárbara, Santanópolis, Santo Estêvão, São Gonçalo dos Campos, Tanquinho e Teodoro Sampaio (TI Portal do Sertão); Cabaceiras do Paraguaçu, Castro Alves e Conceição do Almeida (TI Recôncavo); Euclides da Cunha (TI Semi-Árido Nordeste II); Canudos, Casa Nova, Curaçá, Juazeiro, Sento Sé, Sobradinho e Uauá (TI Sertão do São Francisco); Caculé, Caetité, Contendas do Sincorá, Dom Basílio, Lagoa Real, Livramento de Nossa Senhora e Rio do Antônio (TI Sertão Produtivo); Araci, Barrocas, Biritinga, Candeal, Cansanção, Conceição do Coité, Ichu, Itiúba, Lamarão, Monte Santo, Nordestina, Queimadas, Quijingue, Retirolândia, Santaluz, São Domingos, Serrinha, Teofilândia, Tucano e Valente (TI Sisal); Elísio Medrado (TI Vale do Jiquiriçá); Belo Campo, Caraíbas, Maetinga, Presidente Jânio Quadros, Tremedal e Vitória da Conquista (TI Vitória da Conquista).	6, 7, 8, 9, 11, 12, 13, 14, 16, 17, 18, 19, 20, 22, 23, 24, 25, 26, 30, 32, 33		Competitividade do arranjo restringida pela capacitação profissional específica insuficiente, dependendo de centros de formação de outras localidades.	Ampliar a oferta de capacitação técnica regional e local especializada no arranjo do milho e criar linhas de pesquisa apropriadas no curso de ciências agrárias da UNEB em Barreiras, Juazeiro e Vitória da Conquista.
Capital social na UTB Chapada do Oeste Baiano (UTB 30)	Brejolândia, Canápolis, Cocos, Coribe, Correntina, Jaborandi, Santa Maria da Vitória, Santana, Serra Dourada e Tabocas do Brejo Velho (TI Bacia do Rio Corrente); Angical, Baianópolis, Barreiras, Catolândia, Cotegipe, Cristópolis, Formosa do Rio Preto, Luís Eduardo Magalhães, Riachão das Neves, Santa Rita de Cássia, São Desidério e Wanderley (TI Bacia do Rio Grande); Muquém de São Francisco (TI Velho Chico).	1, 2, 3, 4, 5, 6	Propensão à se associar e a cooperar, o que se deve a fatores culturais, ao protagonismo da AIBA e da CEALNOR, ambas muito atuantes em seus respectivos territórios, compensando a fragilidade da câmara setorial da cadeia produtiva de grãos, que não dá destaque à lavoura de milho e não conduz propostas de políticas mais abrangentes.		Buscar estimular o associativismo por meio de ações de mobilização comunitária e apresentar casos de sucesso aos produtores de toda a região.

(Continua)

Continuação do **Quadro 63** – Síntese de potencialidades, limitações e recomendações referentes ao tema **Arranjos Produtivos Rurais: Arranjo do Milho**

ASPECTO: ARRANJO DO MILHO					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Município(s) onde ocorre(m) o(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) o(s) critério(s)	Atributo(s) que potencializa(m) o arranjo	Fator(es) que impede(m) ou restringe(m) o arranjo	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) do arranjo
Capital social na UTB Planalto Dissecado do Aporá (UTB 45)	Acajutiba, Aporá, Conde, Crisópolis, Entre Rios, Esplanada, Inhambupe, Jandaíra e Rio Real (TI Litoral Norte e Agreste Baiano).	32, 33, 35, 36	Propensão à se associar e a cooperar, o que se deve a fatores culturais, ao protagonismo da AIBA e da CEALNOR, ambas muito atuantes em seus respectivos territórios, compensando a fragilidade da câmara setorial da cadeia produtiva de grãos, que não dá destaque à lavoura de milho e não conduz propostas de políticas mais abrangentes.		Buscar estimular o associativismo por meio de ações de mobilização comunitária e apresentar casos de sucesso aos produtores de toda a região.
Capital social na UTB Planalto Soerguido (UTB 49)	Presidente Tancredo Neves e Wenceslau Guimarães (TI Baixo Sul); Apuarema, Boa Nova, Dário Meira, Itagi, Jequié e Jitaúna (TI Médio Rio de Contas); Caatiba, Ibicuí, Iguai, Itambé, Itapetinga, Itarantim, Itororó e Nova Canaã (TI Médio Sudoeste da Bahia); Lajedinho e Mundo Novo (TI Piemonte do Paraguaçu); Brejões, Cravolândia, Irajuba, Itaquara, Itiruçu, Jaguaquara, Jiquiriçá, Lafaiete Coutinho, Lajedo do Tabocal, Mutuípe, Nova Itarana, Planaltino, Santa Inês e Ubaíra (TI Vale do Jiquiriçá); Bom Jesus da Serra, Planalto e Poções (TI Vitória da Conquista).	13, 16, 18, 20, 21, 22, 25, 26, 27		Baixa propensão a se associar e a cooperar, restringindo a competitividade do arranjo em função das dificuldades de conceber e implantar ações coletivas na linha de construções de instituições para cooperar, iniciativa essencial onde as condições para exercício da agricultura não são favoráveis.	Buscar estimular o associativismo por meio de ações de mobilização comunitária e apresentar casos de sucesso aos produtores de toda a região.
Capital social nas UTBs Planalto Soerguido (UTB 49) e Depressão Sertaneja (UTB 62)	Marcionílio Souza (TI Chapada Diamantina); Manoel Vitorino (TI Médio Rio de Contas); Boa Vista do Tupim, Iaçú, Itaberaba, Macajuba e Ruy Barbosa (TI Piemonte do Paraguaçu); Amargosa, Maracás e Milagres (TI Vale do Jiquiriçá); Anagé, Caetanos e Mirante (TI Vitória da Conquista).	12, 13, 16, 18, 20, 21, 24		Baixa propensão a se associar e a cooperar, restringindo a competitividade do arranjo em função das dificuldades de conceber e implantar ações coletivas na linha de construções de instituições para cooperar, iniciativa essencial onde as condições para exercício da agricultura não são favoráveis.	Buscar estimular o associativismo por meio de ações de mobilização comunitária e apresentar casos de sucesso aos produtores de toda a região.
Capital social na UTB Patamar da Serra de Jacobina (UTB 54)	Várzea do Poço (TI Bacia do Jacuípe); Caém, Jacobina, Miguel Calmon, Mirangaba, Saúde e Serrolândia (TI Piemonte da Diamantina); Piritiba (TI Piemonte do Paraguaçu); Antônio Gonçalves, Caldeirão Grande, Filadélfia, Pindobaçu e Ponto Novo (TI Piemonte Norte do Itapicuru).	7, 15, 18, 19		Baixa propensão a se associar e a cooperar, restringindo a competitividade do arranjo em função das dificuldades de conceber e implantar ações coletivas na linha de construções de instituições para cooperar, iniciativa essencial onde as condições para exercício da agricultura não são favoráveis.	Buscar estimular o associativismo por meio de ações de mobilização comunitária e apresentar casos de sucesso aos produtores de toda a região.
Capital social nas UTBs Patamar da Serra de Jacobina (UTB 54) e Depressão Sertaneja (UTB 62)	Campo Formoso, Jaguarari e Senhor do Bonfim (TI Piemonte Norte do Itapicuru).	7, 14, 15, 17, 18, 19, 23		Baixa propensão a se associar e a cooperar, restringindo a competitividade do arranjo em função das dificuldades de conceber e implantar ações coletivas na linha de construções de instituições para cooperar, iniciativa essencial onde as condições para exercício da agricultura não são favoráveis.	Buscar estimular o associativismo por meio de ações de mobilização comunitária e apresentar casos de sucesso aos produtores de toda a região.

(Continua)

ASPECTO: ARRANJO DO MILHO					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Município(s) onde ocorre(m) o(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) o(s) critério(s)	Atributo(s) que potencializa(m) o arranjo	Fator(es) que impede(m) ou restringe(m) o arranjo	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) do arranjo
Capital social na UTB Depressão Sertaneja (UTB 62)	Baixa Grande, Capela do Alto Alegre, Gavião, Ipirá, Mairi, Nova Fátima, Pé de Serra, Pintadas, Riachão do Jacuípe, São José do Jacuípe, Serra Preta e Várzea da Roça (TI Bacia do Jacuípe); Paramirim (TI Bacia do Paramirim); Abaíra, Ibicoara, Iramaia, Itaeté, Jussiape, Mucugê e Rio de Contas (TI Chapada Diamantina); Ouriçangas, Pedrão e Sátiro Dias (TI Litoral Norte e Agreste Baiano); Itatim, Rafael Jambeiro e Santa Teresinha (TI Piemonte do Paraguaçu); Andorinha (TI Piemonte Norte do Itapicuru); Água Fria, Anguera, Antônio Cardoso, Conceição da Feira, Conceição do Jacuípe, Coração de Maria, Feira de Santana, Ipecaetá, Irará, Santa Bárbara, Santanópolis, Santo Estêvão, São Gonçalo dos Campos, Tanquinho e Teodoro Sampaio (TI Portal do Sertão); Cabaceiras do Paraguaçu, Castro Alves e Conceição do Almeida (TI Recôncavo); Euclides da Cunha (TI Semi-Árido Nordeste II); Canudos, Casa Nova, Curaçá, Juazeiro, Sento Sé, Sobradinho e Uauá (TI Sertão do São Francisco); Caculé, Caetitê, Contendas do Sincorá, Dom Basílio, Lagoa Real, Livramento de Nossa Senhora e Rio do Antônio (TI Sertão Produtivo); Araci, Barrocas, Biritinga, Candéal, Cansanção, Conceição do Coité, Ichu, Itiúba, Lamarão, Monte Santo, Nordestina, Queimadas, Quijingue, Retirolândia, Santaluz, São Domingos, Serrinha, Teofilândia, Tucano e Valente (TI Sisal); Elísio Medrado (TI Vale do Jiquiriçá); Belo Campo, Caraíbas, Maetinga, Presidente Jânio Quadros, Tremedal e Vitória da Conquista (TI Vitória da Conquista).	6, 7, 8, 9, 11, 12, 13, 14, 16, 17, 18, 19, 20, 22, 23, 24, 25, 26, 30, 32, 33		Baixa propensão a se associar e a cooperar, restringindo a competitividade do arranjo em função das dificuldades de conceber e implantar ações coletivas na linha de construções de instituições para cooperar, iniciativa essencial onde as condições para exercício da agricultura não são favoráveis.	Buscar estimular o associativismo por meio de ações de mobilização comunitária e apresentar casos de sucesso aos produtores de toda a região.
Mercado na UTB Chapada do Oeste Baiano (UTB 30)	Brejo Velho (TI Bacia do Rio Corrente); Angical, Baianópolis, Barreiras, Catolândia, Cotegipe, Cristópolis, Formosa do Rio Preto, Luís Eduardo Magalhães, Riachão das Neves, Santa Rita de Cássia, São Desidério e Wanderley (TI Bacia do Rio Grande); Muquém de São Francisco (TI Velho Chico).	1, 2, 3, 4, 5, 6	O mercado de milho se apresenta estável e a demanda tende a aumentar, sobretudo com a redução da disponibilidade de milho para ração e alimentação humana nos Estados Unidos, em decorrência do uso da semente para a produção de etanol.  Possibilidade de crescimento da participação baiana como exportador, pois, anualmente, o Brasil eleva sua participação no mercado internacional de milho.		Estimular políticas de pesquisa agropecuária e Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (P&D&I) para conferir maior competitividade à produção primária e para criar oportunidades de produção de derivados de milho, além da ração.

(Continua)

ASPECTO: ARRANJO DO MILHO					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Município(s) onde ocorre(m) o(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) o(s) critério(s)	Atributo(s) que potencializa(m) o arranjo	Fator(es) que impede(m) ou restringe(m) o arranjo	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) do arranjo
Mercado na UTB Planalto Dissecado do Aporá (UTB 45)	Acajutiba, Aporá, Conde, Crisópolis, Entre Rios, Esplanada, Inhambupe, Jandaíra e Rio Real (TI Litoral Norte e Agreste Baiano).	32, 33, 35, 36	O mercado de milho se apresenta estável e a demanda tende a aumentar, sobretudo com a redução da disponibilidade de milho para ração e alimentação humana nos Estados Unidos, em decorrência do uso da semente para a produção de etanol.  Possibilidade de crescimento da participação baiana como exportador, pois, anualmente, o Brasil eleva sua participação no mercado internacional de milho.		Estimular políticas de pesquisa agropecuária e Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) para conferir maior competitividade à produção primária e para criar oportunidades de produção de derivados de milho, além da ração.
Mercado na UTB Planalto Soerguido (UTB 49)	Presidente Tancredo Neves e Wenceslau Guimarães (TI Baixo Sul);  Apuarema, Boa Nova, Dário Meira, Itagi, Jequié e Jitaúna (TI Médio Rio de Contas);  Caatiba, Ibicuí, Iguai, Itambé, Itapetinga, Itarantim, Itororó e Nova Canaã (TI Médio Sudoeste da Bahia);  Lajedinho e Mundo Novo (TI Piemonte do Paraguaçu);  Brejões, Cravolândia, Irajuba, Itaquara, Itiruçu, Jaguaquara, Jiquiriçá, Lafaiete Coutinho, Lajedo do Tabocal, Mutuípe, Nova Itarana, Planaltino, Santa Inês e Ubaíra (TI Vale do Jiquiriçá);  Bom Jesus da Serra, Planalto e Poções (TI Vitória da Conquista).	13, 16, 18, 20, 21, 22, 25, 26, 27	O mercado de milho se apresenta estável e a demanda tende a aumentar, sobretudo com a redução da disponibilidade de milho para ração e alimentação humana nos Estados Unidos, em decorrência do uso da semente para a produção de etanol.  Possibilidade de crescimento da participação baiana como exportador, pois, anualmente, o Brasil eleva sua participação no mercado internacional de milho.		Estimular políticas de pesquisa agropecuária e Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) para conferir maior competitividade à produção primária e para criar oportunidades de produção de derivados de milho, além da ração.
Mercado nas UTBs Planalto Soerguido (UTB 49) e Depressão Sertaneja (UTB 62)	Marcionílio Souza (TI Chapada Diamantina);  Manoel Vitorino (TI Médio Rio de Contas);  Boa Vista do Tupim, Iaçú, Itaberaba, Macajuba e Ruy Barbosa (TI Piemonte do Paraguaçu);  Amargosa, Maracás e Milagres (TI Vale do Jiquiriçá);  Anagé, Caetanos e Mirante (TI Vitória da Conquista).	12, 13, 16, 18, 20, 21, 24	O mercado de milho se apresenta estável e a demanda tende a aumentar, sobretudo com a redução da disponibilidade de milho para ração e alimentação humana nos Estados Unidos, em decorrência do uso da semente para a produção de etanol.  Possibilidade de crescimento da participação baiana como exportador, pois, anualmente, o Brasil eleva sua participação no mercado internacional de milho.		Estimular políticas de pesquisa agropecuária e Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) para conferir maior competitividade à produção primária e para criar oportunidades de produção de derivados de milho, além da ração.
Mercado na UTB Patamar da Serra de Jacobina (UTB 54)	Várzea do Poço (TI Bacia do Jacuípe);  Caém, Jacobina, Miguel Calmon, Mirangaba, Saúde e Serrolândia (TI Piemonte da Diamantina);  Piritiba (TI Piemonte do Paraguaçu);  Antônio Gonçalves, Caldeirão Grande, Filadélfia, Pindobaçu e Ponto Novo (TI Piemonte Norte do Itapicuru).	7, 15, 18, 19	O mercado de milho se apresenta estável e a demanda tende a aumentar, sobretudo com a redução da disponibilidade de milho para ração e alimentação humana nos Estados Unidos, em decorrência do uso da semente para a produção de etanol.  Possibilidade de crescimento da participação baiana como exportador, pois, anualmente, o Brasil eleva sua participação no mercado internacional de milho.		Estimular políticas de pesquisa agropecuária e Pesquisa e Desenvolvimento e Inovação (P&D) para conferir maior competitividade à produção primária e para criar oportunidades de produção de derivados de milho, além da ração.

(Continua)



ASPECTO: ARRANJO DO MILHO					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Município(s) onde ocorre(m) o(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) o(s) critério(s)	Atributo(s) que potencializa(m) o arranjo	Fator(es) que impede(m) ou restringe(m) o arranjo	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) do arranjo
<p>Mercado nas UTBs Patamar da Serra de Jacobina (UTB 54) e Depressão Sertaneja (UTB 62)</p>	<p>Campo Formoso, Jaguarari e Senhor do Bonfim (TI Piemonte Norte do Itapicuru).</p>	<p>7, 14, 15, 17, 18, 19, 23</p>	<p>O mercado de milho se apresenta estável e a demanda tende a aumentar, sobretudo com a redução da disponibilidade de milho para ração e alimentação humana nos Estados Unidos, em decorrência do uso da semente para a produção de etanol.</p> <p>Possibilidade de crescimento da participação baiana como exportador, pois, anualmente, o Brasil eleva sua participação no mercado internacional de milho.</p>		<p>Estimular políticas de pesquisa agropecuária e Pesquisa e Desenvolvimento (P&amp;D) para conferir maior competitividade à produção primária e para criar oportunidades de produção de derivados de milho, além da ração.</p>
<p>Mercado na UTB Depressão Sertaneja (UTB 62)</p>	<p>Baixa Grande, Capela do Alto Alegre, Gavião, Ipirá, Mairi, Nova Fátima, Pé de Serra, Pintadas, Riachão do Jacuípe, São José do Jacuípe, Serra Preta e Várzea da Roça (TI Bacia do Jacuípe);</p> <p>Paramirim (TI Bacia do Paramirim);</p> <p>Abaíra, Ibicoara, Iramaia, Itaeté, Jussiape, Mucugê e Rio de Contas (TI Chapada Diamantina);</p> <p>Ouriçangas, Pedrão e Sátiro Dias (TI Litoral Norte e Agreste Baiano);</p> <p>Itatim, Rafael Jambeiro e Santa Teresinha (TI Piemonte do Paraguaçu);</p> <p>Andorinha (TI Piemonte Norte do Itapicuru);</p> <p>Água Fria, Anguera, Antônio Cardoso, Conceição da Feira, Conceição do Jacuípe, Coração de Maria, Feira de Santana, Ipecaetá, Irará, Santa Bárbara, Santanópolis, Santo Estêvão, São Gonçalo dos Campos, Tanquinho e Teodoro Sampaio (TI Portal do Sertão);</p> <p>Cabaceiras do Paraguaçu, Castro Alves e Conceição do Almeida (TI Recôncavo);</p> <p>Euclides da Cunha (TI Semi-Árido Nordeste II);</p> <p>Canudos, Casa Nova, Curaçá, Juazeiro, Sento Sé, Sobradinho e Uauá (TI Sertão do São Francisco);</p> <p>Caculé, Caetité, Contendas do Sincorá, Dom Basílio, Lagoa Real, Livramento de Nossa Senhora e Rio do Antônio (TI Sertão Produtivo);</p> <p>Araci, Barrocas, Biritinga, Candeal, Cansanção, Conceição do Coité, Ichu, Itiúba, Lamarão, Monte Santo, Nordestina, Queimadas, Quijingue, Retirolândia, Santaluz, São Domingos, Serrinha, Teofilândia, Tucano e Valente (TI Sisal);</p> <p>Elísio Medrado (TI Vale do Jiquiriçá);</p> <p>Belo Campo, Caraibas, Maetinga, Presidente Jânio Quadros, Tremedal e Vitória da Conquista (TI Vitória da Conquista).</p>	<p>6, 7, 8, 9, 11, 12, 13, 14, 16, 17, 18, 19, 20, 22, 23, 24, 25, 26, 30, 32, 33</p>	<p>O mercado de milho se apresenta estável e a demanda tende a aumentar, sobretudo com a redução da disponibilidade de milho para ração e alimentação humana nos Estados Unidos, em decorrência do uso da semente para a produção de etanol.</p> <p>Possibilidade de crescimento da participação baiana como exportador, pois, anualmente, o Brasil eleva sua participação no mercado internacional de milho.</p>		<p>Estimular políticas de pesquisa agropecuária e Pesquisa e Desenvolvimento (P&amp;D) para conferir maior competitividade à produção primária e para criar oportunidades de produção de derivados de milho, além da ração.</p>

(Continua)



ASPECTO: ARRANJO DO MILHO					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Município(s) onde ocorre(m) o(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) o(s) critério(s)	Atributo(s) que potencializa(m) o arranjo	Fator(es) que impede(m) ou restringe(m) o arranjo	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) do arranjo
Infraestrutura na UTB Chapada do Oeste Baiano (UTB 30)	Brejolândia, Canápolis, Cocos, Coribe, Correntina, Jaborandi, Santa Maria da Vitória, Santana, Serra Dourada e Tabocas do Brejo Velho (TI Bacia do Rio Corrente);  Angical, Baianópolis, Barreiras, Catolândia, Cotegipe, Cristópolis, Formosa do Rio Preto, Luís Eduardo Magalhães, Riachão das Neves, Santa Rita de Cássia, São Desidério e Wanderley (TI Bacia do Rio Grande);  Muquém de São Francisco (TI Velho Chico).	1, 2, 3, 4, 5, 6	Possibilidade da FIOLE (ferrovia Oeste-Leste) exercer um papel significativo tanto no escoamento como na provisão de insumos e equipamentos.	Grande dependência da rede rodoviária federal e estadual.	Incluir as áreas produtoras em programas de infraestrutura de transportes, rodovias e eventuais ferrovias, de infraestrutura energética e de infraestrutura de armazenamento.
Infraestrutura na UTB Planalto Dissecado do Aporá (UTB 45)	Acajutiba, Aporá, Conde, Crisópolis, Entre Rios, Esplanada, Inhambupe, Jandaíra e Rio Real (TI Litoral Norte e Agreste Baiano).	32, 33, 35, 36		Grande dependência da rede rodoviária federal e estadual.  Ausência de expectativas de curto prazo para que outros modos de transporte venham a corrigir deficiências e gargalos do modo rodoviário.	Incluir as áreas produtoras em programas de infraestrutura de transportes, rodovias e eventuais ferrovias, de infraestrutura energética e de infraestrutura de armazenamento.
Infraestrutura na UTB Planalto Soerguido (UTB 49)	Presidente Tancredo Neves e Wenceslau Guimarães (TI Baixo Sul); Apurema, Boa Nova, Dário Meira, Itagi, Jequié e Jitaúna (TI Médio Rio de Contas); Caatiba, Ibicuí, Iguai, Itambé, Itapetinga, Itarantim, Itororó e Nova Canaã (TI Médio Sudoeste da Bahia); Lajedinho e Mundo Novo (TI Piemonte do Paraguaçu); Brejões, Cravolândia, Irajuba, Itaquare, Itiruçu, Jaguaquara, Jiquiriçá, Lafaiete Coutinho, Lajedo do Tabocal, Mutuípe, Nova Itarana, Planaltino, Santa Inês e Ubaíra (TI Vale do Jiquiriçá); Bom Jesus da Serra, Planalto e Poções (TI Vitória da Conquista).	13, 16, 18, 20, 21, 22, 25, 26, 27		Grande dependência da rede rodoviária federal e estadual.  Ausência de expectativas de curto prazo para que outros modos de transporte venham a corrigir deficiências e gargalos do modo rodoviário.	Incluir as áreas produtoras em programas de infraestrutura de transportes, rodovias e eventuais ferrovias, de infraestrutura energética e de infraestrutura de armazenamento.
Infraestrutura nas UTBs Planalto Soerguido (UTB 49) e Depressão Sertaneja (UTB 62)	Marcionílio Souza (TI Chapada Diamantina); Manoel Vitorino (TI Médio Rio de Contas); Boa Vista do Tupim, Iaçú, Itaberaba, Macajuba e Ruy Barbosa (TI Piemonte do Paraguaçu); Amargosa, Maracás e Milagres (TI Vale do Jiquiriçá); Anagé, Caetanos e Mirante (TI Vitória da Conquista).	12, 13, 16, 18, 20, 21, 24	Possibilidade da FIOLE (ferrovia Oeste-Leste), quando implantada, exercer um papel significativo tanto no escoamento como na provisão de insumos e equipamentos.	Grande dependência da rede rodoviária federal e estadual.	Incluir as áreas produtoras em programas de infraestrutura de transportes, rodovias e eventuais ferrovias, de infraestrutura energética e de infraestrutura de armazenamento.
Infraestrutura na UTB Patamar da Serra de Jacobina (UTB 54)	Várzea do Poço (TI Bacia do Jacuípe); Caém, Jacobina, Miguel Calmon, Mirangaba, Saúde e Serrolândia (TI Piemonte da Diamantina); Piritiba (TI Piemonte do Paraguaçu); Antônio Gonçalves, Caldeirão Grande, Filadélfia, Pindobaçu e Ponto Novo (TI Piemonte Norte do Itapicuru).	7, 15, 18, 19		Grande dependência da rede rodoviária federal e estadual.  Ausência de expectativas de curto prazo para que outros modos de transporte venham a corrigir deficiências e gargalos do modo rodoviário.	Incluir as áreas produtoras em programas de infraestrutura de transportes, rodovias e eventuais ferrovias, de infraestrutura energética e de infraestrutura de armazenamento.

(Continua)

ASPECTO: ARRANJO DO MILHO					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Município(s) onde ocorre(m) o(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) o(s) critério(s)	Atributo(s) que potencializa(m) o arranjo	Fator(es) que impede(m) ou restringe(m) o arranjo	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) do arranjo
Infraestrutura nas UTBs Patamar da Serra de Jacobina (UTB 54) e Depressão Sertaneja (UTB 62)	Campo Formoso, Jaguarari e Senhor do Bonfim (TI Piemonte Norte do Itapicuru).	7, 14, 15, 17, 18, 19, 23	Possibilidade da FIOLE (ferrovia Oeste-Leste) exercer um papel significativo tanto no escoamento como na provisão de insumos e equipamentos.	Grande dependência da rede rodoviária federal e estadual.	Incluir as áreas produtoras em programas de infraestrutura de transportes, rodovias e eventuais ferrovias, de infraestrutura energética e de infraestrutura de armazenamento.
Infraestrutura na UTB Depressão Sertaneja (UTB 62)	Baixa Grande, Capela do Alto Alegre, Gavião, Ipirá, Mairi, Nova Fátima, Pé de Serra, Pintadas, Riachão do Jacuípe, São José do Jacuípe, Serra Preta e Várzea da Roça (TI Bacia do Jacuípe); Paramirim (TI Bacia do Paramirim); Abaíra, Ibicoara, Iramaia, Itaeté, Jussiape, Mucugê e Rio de Contas (TI Chapada Diamantina); Ouricangas, Pedrão e Sátiro Dias (TI Litoral Norte e Agreste Baiano); Itatim, Rafael Jambeiro e Santa Teresinha (TI Piemonte do Paraguaçu); Andorinha (TI Piemonte Norte do Itapicuru); Água Fria, Anguera, Antônio Cardoso, Conceição da Feira, Conceição do Jacuípe, Coração de Maria, Feira de Santana, Ipecaetá, Irará, Santa Bárbara, Santanópolis, Santo Estêvão, São Gonçalo dos Campos, Tanquinho e Teodoro Sampaio (TI Portal do Sertão); Cabaceiras do Paraguaçu, Castro Alves e Conceição do Almeida (TI Recôncavo); Euclides da Cunha (TI Semi-Árido Nordeste II); Canudos, Casa Nova, Curaçá, Juazeiro, Sento Sé, Sobradinho e Uauá (TI Sertão do São Francisco); Caculé, Caetitê, Contendas do Sincorá, Dom Basílio, Lagoa Real, Livramento de Nossa Senhora e Rio do Antônio (TI Sertão Produtivo); Araci, Barrocas, Biritinga, Candeal, Cansanção, Conceição do Coité, Ichu, Itiúba, Lamarão, Monte Santo, Nordestina, Queimadas, Quijingue, Retirolândia, Santaluz, São Domingos, Serrinha, Teofilândia, Tucano e Valente (TI Sisal); Elísio Medrado (TI Vale do Jiquiriçá); Belo Campo, Carafbas, Maetinga, Presidente Jânio Quadros, Tremedal e Vitória da Conquista (TI Vitória da Conquista).	6, 7, 8, 9, 11, 12, 13, 14, 16, 17, 18, 19, 20, 22, 23, 24, 25, 26, 30, 32, 33	Possibilidade da FIOLE (ferrovia Oeste-Leste), quando implantada, exercer um papel significativo tanto no escoamento como na provisão de insumos e equipamentos.	Grande dependência da rede rodoviária federal e estadual.	Incluir as áreas produtoras em programas de infraestrutura de transportes, rodovias e eventuais ferrovias, de infraestrutura energética e de infraestrutura de armazenamento.

(Continua)

ASPECTO: ARRANJO DO MILHO					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Município(s) onde ocorre(m) o(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) o(s) critério(s)	Atributo(s) que potencializa(m) o arranjo	Fator(es) que impede(m) ou restringe(m) o arranjo	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) do arranjo
Agricultura familiar na UTB Chapada do Oeste Baiano (UTB 30)	Brejolândia, Canápolis, Cocos, Coribe, Correntina, Jaborandi, Santa Maria da Vitória, Santana, Serra Dourada e Tabocas do Brejo Velho (TI Bacia do Rio Corrente); Angical, Baianópolis, Barreiras, Catolândia, Cotegipe, Cristópolis, Formosa do Rio Preto, Luís Eduardo Magalhães, Riachão das Neves, Santa Rita de Cássia, São Desidério e Wanderley (TI Bacia do Rio Grande); Muquém de São Francisco (TI Velho Chico).	1, 2, 3, 4, 5, 6	Elevado potencial de incorporação da agricultura familiar, pois o principal agente responsável pela lavoura é o produtor familiar modernizado e com escala produtiva.		Criar programas de acesso à terra, de financiamento e de assistência técnica, que podem vir a ampliar a participação da agricultura familiar com alguma melhoria de desempenho, a depender de zoneamentos mais precisos que desestimulem plantios em área com risco de elevado déficit hídrico.
Agricultura familiar na UTB Planalto Dissecado do Aporá (UTB 45)	Acajutiba, Aporá, Conde, Crisópolis, Entre Rios, Esplanada, Inhambupe, Jandaíra e Rio Real (TI Litoral Norte e Agreste Baiano).	32, 33, 35, 36	Elevado potencial de incorporação da agricultura familiar, pois o principal agente responsável pela lavoura é semimodernizado, tradicional ou atrasado e minifundiário.		Criar programas de acesso à terra, de financiamento e de assistência técnica, que podem vir a ampliar a participação da agricultura familiar com alguma melhoria de desempenho, a depender de zoneamentos mais precisos que desestimulem plantios em área com risco de elevado déficit hídrico.
Agricultura familiar na UTB Planalto Soerguido (UTB 49)	Presidente Tancredo Neves e Wenceslau Guimarães (TI Baixo Sul); Apuarema, Boa Nova, Dário Meira, Itagi, Jequié e Jitaúna (TI Médio Rio de Contas); Caatiba, Ibicuí, Iguai, Itambé, Itapetinga, Itarantim, Itororó e Nova Canaã (TI Médio Sudoeste da Bahia); Lajedinho e Mundo Novo (TI Piemonte do Paraguaçu); Brejões, Cravolândia, Irajuba, Itaquara, Itiruçu, Jaguaquara, Jiquiriçá, Lafaiete Coutinho, Lajedo do Tabocal, Mutuípe, Nova Itarana, Planaltino, Santa Inês e Ubaíra (TI Vale do Jiquiriçá); Bom Jesus da Serra, Planalto e Poções (TI Vitória da Conquista).	13, 16, 18, 20, 21, 22, 25, 26, 27	Elevado potencial de incorporação da agricultura familiar, pois o principal agente responsável pela lavoura é semimodernizado, tradicional ou atrasado e minifundiário.		Criar programas de acesso à terra, de financiamento e de assistência técnica, que podem vir a ampliar a participação da agricultura familiar com alguma melhoria de desempenho, a depender de zoneamentos mais precisos que desestimulem plantios em área com risco de elevado déficit hídrico.
Agricultura familiar nas UTBs Planalto Soerguido (UTB 49) e Depressão Sertaneja (UTB 62)	Marcionílio Souza (TI Chapada Diamantina); Manoel Vitorino (TI Médio Rio de Contas); Boa Vista do Tupim, Iaçú, Itaberaba, Macajuba e Ruy Barbosa (TI Piemonte do Paraguaçu); Amargosa, Maracás e Milagres (TI Vale do Jiquiriçá); Anagé, Caetanos e Mirante (TI Vitória da Conquista).	12, 13, 16, 18, 20, 21, 24	Elevado potencial de incorporação da agricultura familiar, pois o principal agente responsável pela lavoura é semimodernizado, tradicional ou atrasado e minifundiário.		Criar programas de acesso à terra, de financiamento e de assistência técnica, que podem vir a ampliar a participação da agricultura familiar com alguma melhoria de desempenho, a depender de zoneamentos mais precisos que desestimulem plantios em área com risco de elevado déficit hídrico.
Agricultura familiar na UTB Patamar da Serra de Jacobina (UTB 54)	Várzea do Poço (TI Bacia do Jacuípe); Caém, Jacobina, Miguel Calmon, Mirangaba, Saúde e Serrolândia (TI Piemonte da Diamantina); Piritiba (TI Piemonte do Paraguaçu); Antônio Gonçalves, Caldeirão Grande, Filadélfia, Pindobaçu e Ponto Novo (TI Piemonte Norte do Itapicuru).	7, 15, 18, 19	Elevado potencial de incorporação da agricultura familiar, pois o principal agente responsável pela lavoura é semimodernizado, tradicional ou atrasado e minifundiário.		Criar programas de acesso à terra, de financiamento e de assistência técnica, que podem vir a ampliar a participação da agricultura familiar com alguma melhoria de desempenho, a depender de zoneamentos mais precisos que desestimulem plantios em área com risco de elevado déficit hídrico.

(Continua)

ASPECTO: ARRANJO DO MILHO					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Município(s) onde ocorre(m) o(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) o(s) critério(s)	Atributo(s) que potencializa(m) o arranjo	Fator(es) que impede(m) ou restringe(m) o arranjo	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) do arranjo
Agricultura familiar nas UTBs Patamar da Serra de Jacobina (UTB 54) e Depressão Sertaneja (UTB 62)	Campo Formoso, Jaguarari e Senhor do Bonfim (TI Piemonte Norte do Itapicuru).	7, 14, 15, 17, 18, 19, 23	Elevado potencial de incorporação da agricultura familiar, pois o principal agente responsável pela lavoura é semimodernizado, tradicional ou atrasado e minifundiário.		Criar programas de acesso à terra, de financiamento e de assistência técnica, que podem vir a ampliar a participação da agricultura familiar com alguma melhoria de desempenho, a depender de zoneamentos mais precisos que desestimulem plantios em área com risco de elevado déficit hídrico.
Agricultura familiar na UTB Depressão Sertaneja (UTB 62)	Baixa Grande, Capela do Alto Alegre, Gavião, Ipirá, Mairi, Nova Fátima, Pé de Serra, Pintadas, Riachão do Jacuípe, São José do Jacuípe, Serra Preta e Várzea da Roça (TI Bacia do Jacuípe); Paramirim (TI Bacia do Paramirim); Abaíra, Ibicoara, Iramaia, Itaeté, Jussiape, Mucugê e Rio de Contas (TI Chapada Diamantina); Ouriçangas, Pedrão e Sátiro Dias (TI Litoral Norte e Agreste Baiano); Itatim, Rafael Jambeiro e Santa Teresinha (TI Piemonte do Paraguaçu); Andorinha (TI Piemonte Norte do Itapicuru); Água Fria, Anguera, Antônio Cardoso, Conceição da Feira, Conceição do Jacuípe, Coração de Maria, Feira de Santana, Ipecaetá, Irará, Santa Bárbara, Santanópolis, Santo Estêvão, São Gonçalo dos Campos, Tanquinho e Teodoro Sampaio (TI Portal do Sertão); Cabaceiras do Paraguaçu, Castro Alves e Conceição do Almeida (TI Recôncavo); Euclides da Cunha (TI Semi-Árido Nordeste II); Canudos, Casa Nova, Curaçá, Juazeiro, Sento Sé, Sobradinho e Uauá (TI Sertão do São Francisco); Caculé, Caetitê, Contendas do Sincorá, Dom Basílio, Lagoa Real, Livramento de Nossa Senhora e Rio do Antônio (TI Sertão Produtivo); Araci, Barrocas, Biritinga, Candeal, Cansanção, Conceição do Coité, Ichu, Itiúba, Lamarão, Monte Santo, Nordestina, Queimadas, Quijingue, Retirolândia, Santaluz, São Domingos, Serrinha, Teofilândia, Tucano e Valente (TI Sisal); Elísio Medrado (TI Vale do Jiquiriçá); Belo Campo, Carafbas, Maetinga, Presidente Jânio Quadros, Tremedal e Vitória da Conquista (TI Vitória da Conquista).	6, 7, 8, 9, 11, 12, 13, 14, 16, 17, 18, 19, 20, 22, 23, 24, 25, 26, 30, 32, 33	Elevado potencial de incorporação da agricultura familiar, pois o principal agente responsável pela lavoura é semimodernizado, tradicional ou atrasado e minifundiário.		Criar programas de acesso à terra, de financiamento e de assistência técnica, que podem vir a ampliar a participação da agricultura familiar com alguma melhoria de desempenho, a depender de zoneamentos mais precisos que desestimulem plantios em área com risco de elevado déficit hídrico.

(Continua)

ASPECTO: ARRANJO DO MILHO					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Município(s) onde ocorre(m) o(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) o(s) critério(s)	Atributo(s) que potencializa(m) o arranjo	Fator(es) que impede(m) ou restringe(m) o arranjo	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) do arranjo
Municípios produtores não inseridos nas principais regiões de produção	<p>Quixabeira (TI Bacía do Jacuípe);</p> <p>Boquirá, Botuporã, Caturama, Érico Cardoso, Ibitipanga, Macaúbas, Rio do Pires e Tanque Novo (TI Bacía do Paramirim);</p> <p>São Félix do Coribe (TI Bacía do Rio Corrente);</p> <p>Buritirama e Mansidão (TI Bacía do Rio Grande);</p> <p>Aratuípe, Cairu, Camamu, Gandu, Ibirapitanga, Igrapiúna, Ituberá, Jaguaripe, Nilo Peçanha, Piraí do Norte, Taperoá e Valença (TI Baixo Sul);</p> <p>Boninal, Bonito, Ibitiara, Iraquara, Lençóis, Morro do Chapéu, Nova Redenção, Novo Horizonte, Palmeiras, Piatã, Seabra, Souto Soares, Utinga e Wagner (TI Chapada Diamantina);</p> <p>Belmonte, Eunápolis, Guaratinga, Itabela, Itapebi e Santa Cruz Cabralia (TI Costa do Descobrimento);</p> <p>Alcobaça, Ibirapuã, Itamaraju, Itanhém, Jucuruçu, Lajedão, Medeiros Neto, Mucuri, Nova Viçosa, Prado, Teixeira de Freitas e Vereda (TI Extremo Sul);</p> <p>América Dourada, Barra do Mendes, Barro Alto, Cafarnaum, Canarana, Central, Gentio do Ouro, Ibipeba, Ibititá, Ipupiara, Irecê, Itaguaçu da Bahia, João Dourado, Jussara, Lapão, Mulungu do Morro, Presidente Dutra, São Gabriel, Uibaí e Xique-Xique (TI Irecê);</p> <p>Abaré, Chorrochó, Glória, Macururé, Paulo Afonso e Rodelas (TI Itaparica);</p> <p>Alagoinhas, Araças, Aramari, Cardeal da Silva, Catu, Itanagra, Itapicuru, Mata de São João, Olindina e Pojuca (TI Litoral Norte e Agreste Baiano);</p> <p>Almadina, Floresta Azul, Ibicaraí, Ilhéus, Itabuna, Itacaré, Itaju do Colônia, Itajuípe, Itapitanga, Una e Uruçuca (TI Litoral Sul);</p> <p>Aiquara, Barra do Rocha, Gongogi, Ibirataia, Ipiauí, Itagibá, Itamari, Nova Ibiá e Ubatã (TI Médio Rio de Contas);</p> <p>Macarani, Maiquinique, Potiraguá e Santa Cruz da Vitória (TI Médio Sudoeste da Bahia);</p> <p>Ourolândia, Umburanas e Várzea Nova (TI Piemonte da Diamantina);</p> <p>Ibiquera e Tapiramutá (TI Piemonte do Paraguaçu);</p> <p>Amélia Rodrigues e Terra Nova (TI Portal do Sertão);</p>	3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 22, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36		Municípios não inseridos nas principais áreas de produção do arranjo e que não usufruem das vantagens locais dessas áreas, como: acesso a insumos e serviços relacionados ao arranjo, facilidades para escoamento da produção e disponibilidade de assistência técnica e mão de obra especializada etc.	

(Continua)

ASPECTO: ARRANJO DO MILHO					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Município(s) onde ocorre(m) o(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) o(s) critério(s)	Atributo(s) que potencializa(m) o arranjo	Fator(es) que impede(m) ou restringe(m) o arranjo	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) do arranjo
Municípios produtores não inseridos nas principais regiões de produção - continuação	<p>Cachoeira, Cruz das Almas, Dom Macedo Costa, Governador Mangabeira, Maragogipe, Muniz Ferreira, Muritiba, Nazaré, Santo Amaro, Santo Antônio de Jesus, São Felipe, São Félix, São Sebastião do Passé, Sapeaçu e Varzedo (TI Recôncavo);</p> <p>Camaçari, Dias d'Ávila, Simões Filho e Vera Cruz (TI Região Metropolitana de Salvador);</p> <p>A dustina, Antas, Banzaê, Cícero Dantas, Cipó, Coronel João Sá, Fátima, Heliópolis, Jeremoabo, Nova Soure, Novo Triunfo, Paripiranga, Pedro Alexandre, Ribeira do Amparo, Ribeira do Pombal, Santa Brígida e Sítio do Quinto (TI Semi-Árido Nordeste II);</p> <p>Campo Alegre de Lourdes, Pilão Arcado e Remanso (TI Sertão do São Francisco);</p> <p>Candiba, Guanambi, Ibiassucê, Iuiú, Palmas de Monte Alto, Pindaí, Sebastião Laranjeiras e Urandi (TI Sertão Produtivo);</p> <p>Laje e São Miguel das Matas (TI Vale do Jiquiriçá);</p> <p>Barra, Bom Jesus da Lapa, Brotas de Macaúbas, Carinhanha, Feira da Mata, Ibotirama, Igaporã, Malhada, Matina, Morpará, Oliveira dos Brejinhos, Paratinga, Riacho de Santana, Serra do Ramalho e Sítio do Mato (TI Velho Chico);</p> <p>Barra do Choça, Cândido Sales, Condeúba, Cordeiros, Encruzilhada, Jacaraci, Licínio de Almeida, Mortugaba, Piripá e Ribeirão do Largo (TI Vitória da Conquista).</p>			Municípios não inseridos nas principais áreas de produção do arranjo e que não usufruem das vantagens locais dessas áreas, como: acesso a insumos e serviços relacionados ao arranjo, facilidades para escoamento da produção e disponibilidade de assistência técnica e mão de obra especializada etc.	

Fonte: Consórcio Geohidro-Sondotécnica, 2013



**Quadro 64 – Síntese de potencialidades, limitações e recomendações referentes ao tema Arranjos Produtivos Rurais: Arranjo da Silvicultura**

ASPECTO: ARRANJO DA SILVICULTURA					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Município(s) onde ocorre(m) o(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) o(s) critério(s)	Atributo(s) que potencializa(m) o arranjo	Fator(es) que impede(m) ou restringe(m) o arranjo	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) do arranjo
Desempenho do arranjo na UTB Tabuleiro Costeiro do Litoral Norte (UTB 3)	Araças, Cardeal da Silva, Conde e Itanagra (TI Litoral Norte e Agreste Baiano).	32, 33, 35, 36		Sistema menos avançado em termos de rendimento físico, alcançando rendimento médio não muito elevado no primeiro ciclo.  Dificuldade em se adaptar aos preceitos da agroecologia.	Apoiar pesquisas que visem converter a silvicultura como monocultivo em sistemas agroflorestais ou silvopastoris, em cooperação com as empresas produtoras de celulose.  Estimular o estabelecimento nas áreas de reserva de sistemas agroflorestais, com predominância de espécies nativas, tanto no que se refere às árvores de grande porte como em relação à frutas, tubérculos etc.
Desempenho do arranjo na UTB Tabuleiro Costeiro do Litoral Sul (UTB 4)	Belmonte, Eunápolis, Itabela, Itapebi, Porto Seguro e Santa Cruz Cabralia (TI Costa do Descobrimento);  Alcobaça, Caravelas, Ibirapuã, Lajedão, Medeiros Neto, Mucuri, Nova Viçosa, Prado, Teixeira de Freitas e Vereda (TI Extremo Sul).	22, 28, 29, 36	Presença de atividade empresarial de grande porte, com adoção de sistemas de produção avançados, produzindo celulose com qualidade visando mercados exigentes e bom rendimento físico.	Dificuldade em se adaptar aos preceitos da agroecologia.	Apoiar pesquisas que visem converter a silvicultura como monocultivo em sistemas agroflorestais ou silvopastoris, em cooperação com as empresas produtoras de celulose.  Estimular o estabelecimento nas áreas de reserva de sistemas agroflorestais, com predominância de espécies nativas, tanto no que se refere às árvores de grande porte como em relação à frutas, tubérculos etc.
Desempenho do arranjo nas UTBs Tabuleiro Costeiro do Litoral Norte (UTB 3) e Planalto Dissecado do Aporá (UTB 45)	Entre Rios, Esplanada, Jandaíra e Rio Real (TI Litoral Norte e Agreste Baiano).	32, 33, 35, 36		Sistema menos avançado em termos de rendimento físico, alcançando rendimento médio não muito elevado no primeiro ciclo.  Dificuldade em se adaptar aos preceitos da agroecologia.	Apoiar pesquisas que visem converter a silvicultura como monocultivo em sistemas agroflorestais ou silvopastoris, em cooperação com as empresas produtoras de celulose.  Estimular o estabelecimento nas áreas de reserva de sistemas agroflorestais, com predominância de espécies nativas, tanto no que se refere às árvores de grande porte como em relação à frutas, tubérculos etc.
Desempenho do arranjo na UTB Planalto Dissecado do Aporá (UTB 45)	Inhambupe (TI Litoral Norte e Agreste Baiano).	32		Sistema menos avançado em termos de rendimento físico, alcançando rendimento médio não muito elevado no primeiro ciclo.  Dificuldade em se adaptar aos preceitos da agroecologia.	Apoiar pesquisas que visem converter a silvicultura como monocultivo em sistemas agroflorestais ou silvopastoris, em cooperação com as empresas produtoras de celulose.  Estimular o estabelecimento nas áreas de reserva de sistemas agroflorestais, com predominância de espécies nativas, tanto no que se refere às árvores de grande porte como em relação à frutas, tubérculos etc.
Capital humano na UTB Tabuleiro Costeiro do Litoral Norte (UTB 3)	Araças, Cardeal da Silva, Conde e Itanagra (TI Litoral Norte e Agreste Baiano).	32, 33, 35, 36	Empresas autossuficientes em termos de capital humano, no que tange às técnicas de produção florestal.  Oferta próxima de cursos superiores e técnicos que possam contribuir para acelerar a adoção destes sistemas que poderão ser alternativas à monocultura de eucalipto ou outras espécies de essências florestais, com destaque para o Campus do Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia (IF Baiano) na cidade de Catu, que oferece Cursos Técnicos em Agropecuária e em Alimentos.		Estimular a cooperação entre as empresas.

(Continua)

ASPECTO: ARRANJO DA SILVICULTURA					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Município(s) onde ocorre(m) o(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) o(s) critério(s)	Atributo(s) que potencializa(m) o arranjo	Fator(es) que impede(m) ou restringe(m) o arranjo	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) do arranjo
Capital humano na UTB Tabuleiro Costeiro do Litoral Sul (UTB 4)	Belmonte, Eunápolis, Itabela, Itapebi, Porto Seguro e Santa Cruz Cabrália (TI Costa do Descobrimento);  Alcobaça, Caravelas, Ibirapuã, Lajedão, Medeiros Neto, Mucuri, Nova Viçosa, Prado, Teixeira de Freitas e Vereda (TI Extremo Sul).	22, 28, 29, 36	Empresas autossuficientes em termos de capital humano, no que tange às técnicas de produção florestal.  Oferta próxima de cursos superiores e técnicos que podem contribuir para acelerar a adoção destes sistemas que poderão ser alternativas à monocultura de eucalipto ou outras espécies de essências florestais, com destaque para: Curso de agronomia na UESC, em Ilhéus; Curso Técnico em Agropecuária, e o Tecnólogo em Agroecologia no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia em Uruçuca e Eunápolis, e os Cursos Técnicos em Agricultura e Agropecuária em Santa Inês.		Estimular a cooperação entre as empresas, principalmente no caso da adoção de sistemas agroflorestais e silvo pastoris.
Capital humano nas UTBs Tabuleiro Costeiro do Litoral Norte (UTB 3) e Planalto Dissecado do Aporá (UTB 45)	Entre Rios, Esplanada, Jandaíra e Rio Real (TI Litoral Norte e Agreste Baiano).	32, 33, 35, 36	Empresas autossuficientes em termos de capital humano, no que tange às técnicas de produção florestal.  Oferta próxima de cursos superiores e técnicos que possam contribuir para acelerar a adoção destes sistemas que poderão ser alternativas à monocultura de eucalipto ou outras espécies de essências florestais, com destaque para o Campus do Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia (IF Baiano) na cidade de Catu, que oferece Cursos Técnicos em Agropecuária e em Alimentos.		Estimular a cooperação entre as empresas.
Capital humano na UTB Planalto Dissecado do Aporá (UTB 45)	Inhambupe (TI Litoral Norte e Agreste Baiano).	32	Empresas autossuficientes em termos de capital humano, no que tange às técnicas de produção florestal.  Oferta próxima de cursos superiores e técnicos que possam contribuir para acelerar a adoção destes sistemas que poderão ser alternativas à monocultura de eucalipto ou outras espécies de essências florestais, com destaque para o Campus do Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia (IF Baiano) na cidade de Catu, que oferece Cursos Técnicos em Agropecuária e em Alimentos.		Estimular a cooperação entre as empresas.
Capital social na UTB Tabuleiro Costeiro do Litoral Norte (UTB 3)	Araças, Cardeal da Silva, Conde e Itanagra (TI Litoral Norte e Agreste Baiano).	32, 33, 35, 36	A dotação de capital social não é um requisito relevante para o dinamismo setorial, não limitando a competitividade do arranjo, em função da organização produtiva ser predominantemente empresarial.		Estabelecer sistemas produtivos de madeira que integrem produtores familiares.

(Continua)

ASPECTO: ARRANJO DA SILVICULTURA					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Município(s) onde ocorre(m) o(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) o(s) critério(s)	Atributo(s) que potencializa(m) o arranjo	Fator(es) que impede(m) ou restringe(m) o arranjo	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) do arranjo
Capital social na UTB Tabuleiro Costeiro do Litoral Sul (UTB 4)	Belmonte, Eunápolis, Itabela, Itapebi, Porto Seguro e Santa Cruz Cabralia (TI Costa do Descobrimento); Alcobaça, Caravelas, Ibirapuã, Lajedão, Medeiros Neto, Mucuri, Nova Viçosa, Prado, Teixeira de Freitas e Vereda (TI Extremo Sul).	22, 28, 29, 36	A dotação de capital social não é um requisito relevante para o dinamismo setorial, não limitando a competitividade do arranjo, em função da organização produtiva ser predominantemente empresarial.  Interesse de se constituir um segmento de fornecedores de madeira, alguns até com gestão familiar, que possa responder por 10% da oferta de madeira.		Estimular o associativismo e o cooperativismo por meio de ações de mobilização comunitária para os produtores familiares que eventualmente se interessem para serem fornecedores e ou parceiros em sistemas agroflorestais ou silvopastoris.  Estabelecer sistemas produtivos de madeira que integrem produtores familiares.
Capital social nas UTBs Tabuleiro Costeiro do Litoral Norte (UTB 3) e Planalto Dissecado do Aporá (UTB 45)	Entre Rios, Esplanada, Jandaíra e Rio Real (TI Litoral Norte e Agreste Baiano).	32, 33, 35, 36	A dotação de capital social não é um requisito relevante para o dinamismo setorial, não limitando a competitividade do arranjo, em função da organização produtiva ser predominantemente empresarial.		Estabelecer sistemas produtivos de madeira que integrem produtores familiares.
Capital social na UTB Planalto Dissecado do Aporá (UTB 45)	Inhambupe (TI Litoral Norte e Agreste Baiano).	32	A dotação de capital social não é um requisito relevante para o dinamismo setorial, não limitando a competitividade do arranjo, em função da organização produtiva ser predominantemente empresarial.		Estabelecer sistemas produtivos de madeira que integrem produtores familiares.
Mercado na UTB Tabuleiro Costeiro do Litoral Norte (UTB 3)	Araças, Cardeal da Silva, Conde e Itanagra (TI Litoral Norte e Agreste Baiano).	32, 33, 35, 36	O mercado de celulose se mantém em discreta expansão, e mesmo com a redução do uso de papel destinado a impressão, novos usos estão sendo descobertos para a celulose e para o papel, como roupas, embalagens recicláveis etc.		Realizar estudos socioeconômicos e avaliações técnicas que informem sobre a possibilidade da modernização, obtendo maior eficiência e competitividade, considerando que as empresas nas áreas próprias decidam praticar modelos agroflorestais e silvopastoris.
Mercado na UTB Tabuleiro Costeiro do Litoral Sul (UTB 4)	Belmonte, Eunápolis, Itabela, Itapebi, Porto Seguro e Santa Cruz Cabralia (TI Costa do Descobrimento); Alcobaça, Caravelas, Ibirapuã, Lajedão, Medeiros Neto, Mucuri, Nova Viçosa, Prado, Teixeira de Freitas e Vereda (TI Extremo Sul).	22, 28, 29, 36	O mercado de celulose se mantém em discreta expansão, e mesmo com a redução do uso de papel destinado a impressão, novos usos estão sendo descobertos para a celulose e para o papel, como roupas, embalagens recicláveis etc.  Empresas produtoras de celulose têm vantagem competitivas, sobretudo por produzirem para exportação.		
Mercado nas UTBs Tabuleiro Costeiro do Litoral Norte (UTB 3) e Planalto Dissecado do Aporá (UTB 45)	Entre Rios, Esplanada, Jandaíra e Rio Real (TI Litoral Norte e Agreste Baiano).	32, 33, 35, 36	O mercado de celulose se mantém em discreta expansão, e mesmo com a redução do uso de papel destinado a impressão, novos usos estão sendo descobertos para a celulose e para o papel, como roupas, embalagens recicláveis etc.		Realizar estudos socioeconômicos e avaliações técnicas que informem sobre a possibilidade da modernização, obtendo maior eficiência e competitividade, considerando que as empresas nas áreas próprias decidam praticar modelos agroflorestais e silvopastoris.

(Continua)

ASPECTO: ARRANJO DA SILVICULTURA					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Município(s) onde ocorre(m) o(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) o(s) critério(s)	Atributo(s) que potencializa(m) o arranjo	Fator(es) que impede(m) ou restringe(m) o arranjo	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) do arranjo
Mercado na UTB Planalto Dissecado do Aporá (UTB 45)	Inhambupe (TI Litoral Norte e Agreste Baiano).	32	O mercado de celulose se mantém em discreta expansão, e mesmo com a redução do uso de papel destinado a impressão, novos usos estão sendo descobertos para a celulose e para o papel, como roupas, embalagens recicláveis etc.		Realizar estudos socioeconômicos e avaliações técnicas que informem sobre a possibilidade da modernização, obtendo maior eficiência e competitividade, considerando que as empresas nas áreas próprias decidam praticar modelos agroflorestais e silvopastoris.
Infraestrutura na UTB Tabuleiro Costeiro do Litoral Norte (UTB 3)	Araças, Cardeal da Silva, Conde e Itanagra (TI Litoral Norte e Agreste Baiano).	32, 33, 35, 36		Deficiências em termos de estradas vicinais, ferrovias, rodovias, hidrovias e eletrificação.	Incluir os municípios produtores em programas de infraestrutura de transportes, rodovias, hidrovias e ferrovias e de energia.
Infraestrutura na UTB Tabuleiro Costeiro do Litoral Sul (UTB 4)	Belmonte, Eunápolis, Itabela, Itapebi, Porto Seguro e Santa Cruz Cabrália (TI Costa do Descobrimento); Alcobaça, Caravelas, Ibirapuã, Lajedão, Medeiros Neto, Mucuri, Nova Viçosa, Prado, Teixeira de Freitas e Vereda (TI Extremo Sul).	22, 28, 29, 36		Deficiências em termos de estradas vicinais, ferrovias, rodovias, hidrovias e eletrificação.	Incluir os municípios produtores em programas de infraestrutura de transportes, rodovias, hidrovias e ferrovias e de energia.
Infraestrutura nas UTBs Tabuleiro Costeiro do Litoral Norte (UTB 3) e Planalto Dissecado do Aporá (UTB 45)	Entre Rios, Esplanada, Jandaíra e Rio Real (TI Litoral Norte e Agreste Baiano).	32, 33, 35, 36		Deficiências em termos de estradas vicinais, ferrovias, rodovias, hidrovias e eletrificação.	Incluir os municípios produtores em programas de infraestrutura de transportes, rodovias, hidrovias e ferrovias e de energia.
Infraestrutura na UTB Planalto Dissecado do Aporá (UTB 45)	Inhambupe (TI Litoral Norte e Agreste Baiano).	32		Deficiências em termos de estradas vicinais, ferrovias, rodovias, hidrovias e eletrificação.	Incluir os municípios produtores em programas de infraestrutura de transportes, rodovias, hidrovias e ferrovias e de energia.
Agricultura familiar na UTB Tabuleiro Costeiro do Litoral Norte (UTB 3)	Araças, Cardeal da Silva, Conde e Itanagra (TI Litoral Norte e Agreste Baiano).	32, 33, 35, 36		Dificuldade para a incorporação na agricultura familiar, devido à adoção de tecnologias avançadas e também de resistências culturais.	
Agricultura familiar na UTB Tabuleiro Costeiro do Litoral Sul (UTB 4)	Belmonte, Eunápolis, Itabela, Itapebi, Porto Seguro e Santa Cruz Cabrália (TI Costa do Descobrimento); Alcobaça, Caravelas, Ibirapuã, Lajedão, Medeiros Neto, Mucuri, Nova Viçosa, Prado, Teixeira de Freitas e Vereda (TI Extremo Sul).	22, 28, 29, 36		Dificuldade para a incorporação na agricultura familiar, devido à adoção de tecnologias avançadas e também de resistências culturais.	Promover alternativas que insiram a população excluída pela silvicultura na economia, devido às grandes empresas de celulose se constituírem em verdadeiros enclaves quando se pensa na relação do tecido produtivo com o tecido social, sem contar outras consequências sociais, ambientais, culturais e econômicas.

(Continua)

Continuação do **Quadro 64** – Síntese de potencialidades, limitações e recomendações referentes ao tema **Arranjos Produtivos Rurais: Arranjo da Silvicultura**

ASPECTO: ARRANJO DA SILVICULTURA					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Município(s) onde ocorre(m) o(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) o(s) critério(s)	Atributo(s) que potencializa(m) o arranjo	Fator(es) que impede(m) ou restringe(m) o arranjo	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) do arranjo
Agricultura familiar nas UTBs Tabuleiro Costeiro do Litoral Norte (UTB 3) e Planalto Dissecado do Aporá (UTB 45)	Entre Rios, Esplanada, Jandaíra e Rio Real (TI Litoral Norte e Agreste Baiano).	32, 33, 35, 36		Dificuldade para a incorporação na agricultura familiar, devido à adoção de tecnologias avançadas e também de resistências culturais.	
Agricultura familiar na UTB Planalto Dissecado do Aporá (UTB 45)	Inhambupe (TI Litoral Norte e Agreste Baiano).	32		Dificuldade para a incorporação na agricultura familiar, devido à adoção de tecnologias avançadas e também de resistências culturais.	
Municípios produtores não inseridos nas principais regiões de produção	Itagimirim (TI Costa do Descobrimento); Jucuruçu (TI Extremo Sul); Alagoinhas, Aramari e Ouriçangas (TI Litoral Norte e Agreste Baiano); Água Fria (TI Portal do Sertão).	22, 23, 28, 29, 32, 33		Municípios não inseridos nas principais áreas de produção do arranjo e que não usufruem das vantagens locais dessas áreas, como: acesso a insumos e serviços relacionados ao arranjo, facilidades para escoamento da produção e disponibilidade de assistência técnica e mão de obra especializada etc.	

Fonte: Consórcio Geohidro-Sondotécnica, 2013

**Quadro 65 – Síntese de potencialidades, limitações e recomendações referentes ao tema Arranjos Produtivos Rurais: Arranjo do Sisal**

ASPECTO: ARRANJO DO SISAL					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Município(s) onde ocorre(m) o(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) o(s) critério(s)	Atributo(s) que potencializa(m) o arranjo	Fator(es) que impede(m) ou restringe(m) o arranjo	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) do arranjo
Desempenho do arranjo na UTB Depressão Sertaneja (UTB 62)	Capela do Alto Alegre, Gavião, Mairi, Nova Fátima, Pé de Serra, Riachão do Jacuípe e São José do Jacuípe (TI Bacia do Jacuípe); Capim Grosso (TI Piemonte da Diamantina); Itatim e Santa Teresinha (TI Piemonte do Paraguaçu); Andorinha e Campo Formoso (TI Piemonte Norte do Itapicuru); Euclides da Cunha (TI Semi-Árido Nordeste II); Canudos e Uauá (TI Sertão do São Francisco); Araci, Barrocas, Cansanção, Conceição do Coité, Itiúba, Monte Santo, Nordestina, Queimadas, Quijingue, Retirolândia, Santaluz, São Domingos, Serrinha, Teofilândia, Tucano e Valente (TI Sisal); Milagres (TI Vale do Jiquiriçá).	7, 14, 15, 17, 18, 19, 20, 23, 24, 25, 30, 32		Produção abaixo da média internacional e muito abaixo dos dados experimentais da EBDA (Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola).	Apoiar atividades de pesquisa e de assistência técnica em todos os municípios produtores, atentando para verificar se existem vantagens significativas de escala na produção da matéria prima, uma vez que esta está presente no beneficiamento.
Capital humano na UTB Depressão Sertaneja (UTB 62)	Capela do Alto Alegre, Gavião, Mairi, Nova Fátima, Pé de Serra, Riachão do Jacuípe e São José do Jacuípe (TI Bacia do Jacuípe); Capim Grosso (TI Piemonte da Diamantina); Itatim e Santa Teresinha (TI Piemonte do Paraguaçu); Andorinha e Campo Formoso (TI Piemonte Norte do Itapicuru); Euclides da Cunha (TI Semi-Árido Nordeste II); Canudos e Uauá (TI Sertão do São Francisco); Araci, Barrocas, Cansanção, Conceição do Coité, Itiúba, Monte Santo, Nordestina, Queimadas, Quijingue, Retirolândia, Santaluz, São Domingos, Serrinha, Teofilândia, Tucano e Valente (TI Sisal); Milagres (TI Vale do Jiquiriçá).	7, 14, 15, 17, 18, 19, 20, 23, 24, 25, 30, 32		Baixa oferta de capacitação profissional específica para o arranjo.	Ampliar a oferta de capacitação técnica especializada no arranjo do sisal e criar linhas de pesquisa apropriadas nas universidades e centros de pesquisa na Bahia e fora do estado, para viabilizar o aproveitamento integral do sisal, o que inclui a fibra e os subprodutos provenientes da mucilagem e da raiz, como vasos de plantas feito de material orgânico.

(Continua)



Continuação do **Quadro 65** – Síntese de potencialidades, limitações e recomendações referentes ao tema **Arranjos Produtivos Rurais: Arranjo do Sisal**

ASPECTO: ARRANJO DO SISAL					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Município(s) onde ocorre(m) o(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) o(s) critério(s)	Atributo(s) que potencializa(m) o arranjo	Fator(es) que impede(m) ou restringe(m) o arranjo	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) do arranjo
Capital social na UTB Depressão Sertaneja (UTB 62)	Capela do Alto Alegre, Gavião, Mairi, Nova Fátima, Pé de Serra, Riachão do Jacuípe e São José do Jacuípe (TI Bacia do Jacuípe); Capim Grosso (TI Piemonte da Diamantina); Itatim e Santa Teresinha (TI Piemonte do Paraguauçu); Andorinha e Campo Formoso (TI Piemonte Norte do Itapicuru); Euclides da Cunha (TI Semi-Árido Nordeste II); Canudos e Uauá (TI Sertão do São Francisco); Araci, Barrocas, Cansanção, Conceição do Coité, Itiúba, Monte Santo, Nordestina, Queimadas, Quijingue, Retirolândia, Santaluz, São Domingos, Serrinha, Teofilândia, Tucano e Valente (TI Sisal); Milagres (TI Vale do Jiquiriçá).	7, 14, 15, 17, 18, 19, 20, 23, 24, 25, 30, 32	Propensão ao associativismo e ao cooperativismo nos municípios de Valente e de Pintadas.	Baixa propensão ao associativismo e ao cooperativismo.  Fragilidade da Câmara Setorial de Fibras Naturais, devido a não condução de propostas de políticas mais abrangentes.	Estimular o associativismo por meio de ações de engajamento comunitário e apresentar casos de sucesso, como os de Valente e Pintadas, aos produtores de todas as regiões.
Mercado na UTB Depressão Sertaneja (UTB 62)	Capela do Alto Alegre, Gavião, Mairi, Nova Fátima, Pé de Serra, Riachão do Jacuípe e São José do Jacuípe (TI Bacia do Jacuípe); Capim Grosso (TI Piemonte da Diamantina); Itatim e Santa Teresinha (TI Piemonte do Paraguauçu); Andorinha e Campo Formoso (TI Piemonte Norte do Itapicuru); Euclides da Cunha (TI Semi-Árido Nordeste II); Canudos e Uauá (TI Sertão do São Francisco); Araci, Barrocas, Cansanção, Conceição do Coité, Itiúba, Monte Santo, Nordestina, Queimadas, Quijingue, Retirolândia, Santaluz, São Domingos, Serrinha, Teofilândia, Tucano e Valente (TI Sisal); Milagres (TI Vale do Jiquiriçá).	7, 14, 15, 17, 18, 19, 20, 23, 24, 25, 30, 32	Possibilidade de melhoria no quadro de competitividade e de inserção em novos mercados com aproveitamento integral do produto e seus subprodutos.	Vulnerabilidades no mercado externo e interno em decorrência da qualidade da fibra e da baixa competitividade associada ao baixo rendimento.	Estimular políticas de diversificação do produto e dos subprodutos através de programas de Pesquisa e Desenvolvimento e de ampliação do beneficiamento local em maior escala, regional e nacional.  Estimular o surgimento de pequenas e médias empresas que aproveitem integralmente o sisal.

(Continua)

ASPECTO: ARRANJO DO SISAL					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Município(s) onde ocorre(m) o(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) o(s) critério(s)	Atributo(s) que potencializa(m) o arranjo	Fator(es) que impede(m) ou restringe(m) o arranjo	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) do arranjo
Infraestrutura na UTB Depressão Sertaneja (UTB 62)	Capela do Alto Alegre, Gavião, Mairi, Nova Fátima, Pé de Serra, Riachão do Jacuípe e São José do Jacuípe (TI Bacia do Jacuípe); Capim Grosso (TI Piemonte da Diamantina); Itatim e Santa Teresinha (TI Piemonte do Paraguai); Andorinha e Campo Formoso (TI Piemonte Norte do Itapicuru); Euclides da Cunha (TI Semi-Árido Nordeste II); Canudos e Uauá (TI Sertão do São Francisco); Araci, Barrocas, Cansanção, Conceição do Coité, Itiúba, Monte Santo, Nordestina, Queimadas, Quijingue, Retirolândia, Santaluz, São Domingos, Serrinha, Teofilândia, Tucano e Valente (TI Sisal); Milagres (TI Vale do Jiquiriçá).	7, 14, 15, 17, 18, 19, 20, 23, 24, 25, 30, 32		Deficiências em termos de estradas vicinais e eletrificação.	Incluir os municípios produtores em programas de infraestrutura de transportes, rodovias e ferrovias, de energia, de beneficiamento, de industrialização e de armazenamento.
Agricultura familiar na UTB Depressão Sertaneja (UTB 62)	Capela do Alto Alegre, Gavião, Mairi, Nova Fátima, Pé de Serra, Riachão do Jacuípe e São José do Jacuípe (TI Bacia do Jacuípe); Capim Grosso (TI Piemonte da Diamantina); Itatim e Santa Teresinha (TI Piemonte do Paraguai); Andorinha e Campo Formoso (TI Piemonte Norte do Itapicuru); Euclides da Cunha (TI Semi-Árido Nordeste II); Canudos e Uauá (TI Sertão do São Francisco); Araci, Barrocas, Cansanção, Conceição do Coité, Itiúba, Monte Santo, Nordestina, Queimadas, Quijingue, Retirolândia, Santaluz, São Domingos, Serrinha, Teofilândia, Tucano e Valente (TI Sisal); Milagres (TI Vale do Jiquiriçá).	7, 14, 15, 17, 18, 19, 20, 23, 24, 25, 30, 32	Elevado potencial de incorporação na agricultura familiar, havendo predominância deste agente e experiências bem sucedidas.		Criar programas de acesso à terra, de financiamento e de assistência técnica, de beneficiamento e de industrialização comunitários, que poderiam vir a ampliar a participação da agricultura familiar.
Municípios produtores não inseridos nas principais regiões de produção	Quixabeira e Várzea do Poço (TI Bacia do Jacuípe); Bonito, Iraquara, Morro do Chapéu, Souto Soares e Utinga (TI Chapada Diamantina); Barra do Mendes, Barro Alto, Canarana, Ibipêba, Ibititá, João Dourado e Presidente Dutra (TI Irecê); Caém, Jacobina, Miguel Calmon, Mirangaba, Ouralândia, Serrolândia, Umburanas e Várzea Nova (TI Piemonte da Diamantina); Piritiba e Tapiramutá (TI Piemonte do Paraguai); Caldeirão Grande, Pindobaçu e Ponto Novo (TI Piemonte Norte do Itapicuru); Brejões, Cravolândia, Irajuba, Nova Itarana, Planaltino e Santa Inês (TI Vale do Jiquiriçá).	7, 9, 10, 11, 14, 15, 16, 18, 19, 20, 21		Municípios não inseridos nas principais áreas de produção do arranjo e que não usufruem das vantagens locais dessas áreas, como: acesso a insumos e serviços relacionados ao arranjo, facilidades para escoamento da produção e disponibilidade de assistência técnica e mão de obra especializada etc.	

Fonte: Consórcio Geohidro-Sondotécnica, 2013

Quadro 66 - Síntese de potencialidades, limitações e recomendações referentes ao tema **Arranjos Produtivos Rurais: Arranjo da Soja**

ASPECTO: ARRANJO DA SOJA					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Município(s) onde ocorre(m) o(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) o(s) critério(s)	Atributo(s) que potencializa(m) o arranjo	Fator(es) que impede(m) ou restringe(m) o arranjo	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) do arranjo
Desempenho do arranjo na UTB Chapada do Oeste Baiano (UTB 30)	Cocos, Correntina, Jaborandi e Santana (TI Bacia do Rio Corrente); Baianópolis, Barreiras, Formosa do Rio Preto, Luís Eduardo Magalhães, Riachão das Neves e São Desidério (TI Bacia do Rio Grande).	1, 2, 3, 4, 5	Lavoura intensiva em mecanização e insumos químicos. Elevada produtividade, com tendência de crescimento. Disponibilidade de área para ampliação significativa do cultivo. Promoção de rotação de lavouras e manejo do solo utilizando preceitos de agroecologia e de agricultura de precisão.	Dependência de insumos químicos para correção e fertilização do solo e no controle de pragas e doenças. Dependência de pesquisa e desenvolvimento em biofertilizantes e biopesticidas, fungicidas e inseticidas biológicos para alcance do desenvolvimento mais sustentável do arranjo.	Apoiar atividades de pesquisa e desenvolvimento voltadas para a busca de maior eficiência no usos da energia e dos insumos químicos e para a composição e aprimoramento de biofertilizantes e biopesticidas.
Capital humano na UTB Chapada do Oeste Baiano (UTB 30)	Cocos, Correntina, Jaborandi e Santana (TI Bacia do Rio Corrente); Baianópolis, Barreiras, Formosa do Rio Preto, Luís Eduardo Magalhães, Riachão das Neves e São Desidério (TI Bacia do Rio Grande).	1, 2, 3, 4, 5	Oferta de capacitação profissional específica para o arranjo soja.	Dependência de pesquisa e transferência de tecnologia do centro de pesquisa Embrapa/Cerrado.	Ampliar a oferta de capacitação técnica regional e local especializada neste arranjo. Estimular a criação de linhas de pesquisa nas universidades do estado, voltadas para o desenvolvimento e aprimoramento da sojicultura.
Capital social na UTB Chapada do Oeste Baiano (UTB 30)	Cocos, Correntina, Jaborandi e Santana (TI Bacia do Rio Corrente); Baianópolis, Barreiras, Formosa do Rio Preto, Luís Eduardo Magalhães, Riachão das Neves e São Desidério (TI Bacia do Rio Grande).	1, 2, 3, 4, 5	Propensão a fazer novos associados e cooperadores, devido a fatores culturais e a atuação da Associação de Agricultores e Irrigantes da Bahia (AIBA).	Fragilidade da câmara setorial de oleaginosas que não conduz propostas de políticas mais abrangentes.	Estimular mais o associativismo, por meio de ações de mobilização comunitária e apresentação de casos de sucesso aos produtores de toda a região.
Mercado na UTB Chapada do Oeste Baiano (UTB 30)	Cocos, Correntina, Jaborandi e Santana (TI Bacia do Rio Corrente); Baianópolis, Barreiras, Formosa do Rio Preto, Luís Eduardo Magalhães, Riachão das Neves e São Desidério (TI Bacia do Rio Grande).	1, 2, 3, 4, 5	O mercado de soja sinaliza para uma demanda crescente em decorrência do peso desta oleaginosa na indústria de alimentos e na indústria de rações. Baixo risco de frustrações de safra ou choques de oferta, mais comuns em países produtores com maiores riscos climáticos, o que permite que o país e a Bahia continue elevando a participação no mercado internacional como exportador de soja.		Estimular políticas de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) para a indústria de óleo e derivados localizados na Bahia, para que o estado deixe de ser predominantemente exportado de uma <i>commodity</i> .
Infraestrutura na UTB Chapada do Oeste Baiano (UTB 30)	Cocos, Correntina, Jaborandi e Santana (TI Bacia do Rio Corrente); Baianópolis, Barreiras, Formosa do Rio Preto, Luís Eduardo Magalhães, Riachão das Neves e São Desidério (TI Bacia do Rio Grande).	1, 2, 3, 4, 5	Possibilidade de redução dos custos de transporte da soja, significando maior competitividade para a sojicultura baiana, com a construção da FIOL.	Ausência de uma infraestrutura adequada, elevando os custos de transporte de insumos e produtos, reduzindo a competitividade. Extremamente dependente da rede rodoviária federal, como as BR-242 e a BR-020 e algumas rodovias estaduais como as BA- 458, 462, 449, 830, 460, 451, 225, 161A, limitando a expansão dos volumes transportados.	Incluir as áreas produtoras em programas de infraestrutura de transportes (rodovias, hidrovias, portos e ferrovias), de energia e de armazenamento.

(Continua)

Continuação do **Quadro 66** - Síntese de potencialidades, limitações e recomendações referentes ao tema **Arranjos Produtivos Rurais: Arranjo da Soja**

ASPECTO: ARRANJO DA SOJA					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Município(s) onde ocorre(m) o(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) o(s) critério(s)	Atributo(s) que potencializa(m) o arranjo	Fator(es) que impede(m) ou restringe(m) o arranjo	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) do arranjo
Agricultura familiar na UTB Chapada do Oeste Baiano (UTB 30)	Cocos, Correntina, Jaborandi e Santana (TI Bacia do Rio Corrente); Baianópolis, Barreiras, Formosa do Rio Preto, Luís Eduardo Magalhães, Riachão das Neves e São Desidério (TI Bacia do Rio Grande).	1, 2, 3, 4, 5	Elevado potencial para incorporação na agricultura familiar, uma vez que, os principais agentes responsáveis pela sojicultura na Bahia são: produtor familiar modernizado e com escala produtiva e, em menor proporção, os empresários inovadores de médio e grande porte.		Incentivar a ampliação do arranjo na agricultura familiar, operando em menor escala e com maior cooperação, por meio de programas de acesso a terra, financiamento e assistência técnica.
Município produtor não inserido nas principais regiões de produção	Serra do Ramalho (TI Velho Chico).	3, 5			

Fonte: Consórcio Geohidro-Sondotécnica, 2013

A análise das atividades agropecuárias, sistematizadas nos Quadros de 45 a 66, permite apontar alguns destaques de potencialidades e limitações do tema, por macrorregião.

Na macrorregião Cerrado, destaca-se como potencial a produção de cereais e fibras, de café irrigado e também a produção animal confinada de bovinos, suínos e aves, preferencialmente de forma consorciada. A prática da pecuária bovinocultura extensiva apresenta como limitação a utilização das terras produção de cana-de-açúcar para açúcar e álcool e produção de madeira para carvão e celulose.

Na macrorregião Semiárido destaca-se como potencial a fruticultura irrigada nas áreas onde há combinação de disponibilidades de água, energia e solo com aptidão apropriada – o que corresponde a áreas com extensão muito restrita –, assim como a horticultura, floricultura, fruticultura e produção de café nos ecossistemas de altitude, embora as áreas com essas condições já estejam quase totalmente utilizadas. Nos ecossistemas de altitude as limitações dizem respeito à observância dos limites das áreas de unidades de conservação ou de preservação permanente. O Semiárido apresenta limitações para qualquer atividade de produção agropecuária assentada sobre as formações geológicas do Cristalino, dada as severas restrições de déficit hídrico e de profundidade de solo, o que inviabiliza lavouras e criações intensivas com viabilidade econômica assegurada. À exceção destes casos são os segmentos territoriais e eventuais zonas de transição para o bioma Mata Atlântica, com formações calcárias, que podem permitir a pecuária semi-intensiva e a fruticultura.

Observa-se que na macrorregião Litoral Norte o potencial mais expressivo é de fruticultura (citros, maracujá, mamão, coco etc.), bovinocultura semi-intensiva e avicultura intensiva. Como limitações a essas atividades há que se considerar a tendência de ocupação imobiliária e turística das terras mais próximas ao litoral, e a ocorrência de déficits hídricos dos solos nos setores mais distantes da faixa litorânea, basicamente na porção inserida sobre a bacia sedimentar de Tucano.

Na macrorregião Litoral Sul os arranjos produtivos agropecuários de maior potencial são a silvicultura integrada, a produção de cana-de-açúcar para etanol, a heveicultura e os sistemas agroflorestais contemplando o cacau isoladamente (cabruca), o cacau e a seringueira e numerosas espécies frutícolas e especiarias. As limitações verificadas ficam por conta das restrições ao uso do solo com lavouras de ciclo curto e com a pecuária extensiva.

A manicultura racional, a fruticultura, a avicultura, a horticultura e a bovinocultura intensiva e semi-intensiva são os maiores potenciais da macrorregião Recôncavo em termos de arranjos produtivos agropecuários. As limitações são semelhantes àquelas observadas para o bioma Mata Atlântica nas macrorregiões Litoral Norte e Litoral Sul, na linha de não ameaçar as áreas de proteção e não adotar atividades que contribuem para degradação dos solos, a exemplo das lavouras de ciclo curto.



## 10. AQUICULTURA E PESCA

### 10.1. Introdução

Considerados verdadeiras iguarias das águas, os pescados estão presentes em nossas mesas, costumes e cultura, sendo, de acordo com a Food and Agriculture Organization of the United Nations – FAO (2010), o tipo de proteína de maior produção e consumo em todo o mundo. A produção pesqueira é oriunda das águas doces de rios e lagos, chamados de continentais, e das águas marinhas, as quais englobam os mares e estuários. Nestes ambientes é praticada a pesca extrativa, onde ocorre captura e coleta dos estoques pesqueiros naturais, além da aquicultura, responsável pela criação de organismos aquáticos. Apesar de ter respondido por cerca de 62% da produção mundial em 2009, a captura em águas salgadas e doces tem permanecido estacionada em cerca de 90 milhões de toneladas (t) ao longo dos últimos anos, e o crescimento do mercado mundial de pescado, de modo geral, tem sido sustentado pela aquicultura. (FAO, 2010). Essa estagnação na produção de pescados por captura decorre da saturação na exploração dos recursos pesqueiros, gerando sobre pesca, que segundo SILVA & SOUZA (1998), é a pesca excessiva, além do limite que possibilita a manutenção de um estoque pesqueiro em exploração.

A pesca no Brasil é uma atividade praticada tradicionalmente pelos índios, há gerações, desde os povos primitivos, que possuem como parte importante de sua dieta alimentar, os peixes, crustáceos e moluscos capturados. Ao longo do litoral brasileiro, a importância histórica dessa atividade está registrada através dos inúmeros sítios arqueológicos encontrados, formados por depósitos de conchas, conhecidos como *sambaquis*. Segundo Ellis (1969), ainda no período colonial, além da pesca indígena de subsistência, teve início a organização da pesca da baleia, que se constituía num monopólio da Coroa Portuguesa. A concessão dessa pesca era dada a pescadores portugueses e bascos. A mão de obra utilizada na captura da baleia era constituída, sobretudo, por escravos africanos (LANGESDORF, 1996). Posteriormente também por "negros libertos", principalmente a partir do século XIX (SILVA, 1996). Esse ramo de produção foi introduzido, inicialmente na Bahia, nos primeiros anos do século XVII, quando a Coroa ibérica (época da união entre Portugal e Espanha), através do rei Felipe III, em 9 de agosto de 1602, autorizou dois estrangeiros, os biscaínhos Pêro de Urecha e seu sócio Julião Miguel, a pescarem baleias em costas brasileiras, pelo prazo de dez anos, a partir do dia de São João daquele ano, até a igual data de 1612. A pesca da baleia praticada nas águas da Baía de Todos os Santos foi um importante empreendimento econômico, cujo produto final estava voltado para a exportação, assim como para atender às demandas das populações da região, principalmente os habitantes de Salvador e Recôncavo baiano, que utilizavam seus derivados para diversas finalidades, desde a alimentação até a construção civil. A administração do Brasil Colônia, vivendo sob o regime de monopólio, expandiu aquela atividade por todo o seu litoral. Em Salvador, armações foram instaladas na Pituba, no Rio Vermelho, nas proximidades do Forte de Santo Antônio da Barra, na Pedra Furada e em Itapuã. No Sul do Brasil Colônia, primeiro foram as armações fluminenses, chegando depois ao litoral paulista, para em seguida alcançar, em meados do século XVIII, as águas de Santa Catarina, cuja região ficaria conhecida como área baleeira do Brasil meridional. No decorrer dos mais de três séculos de pesca da baleia, essa atividade ganhou maior importância econômica, e seus derivados se constituíram em gêneros de primeira necessidade para a sobrevivência dos moradores do Novo Mundo e em lucros para os empreendedores que firmaram os contratos para aquela exploração.

Um importante marco histórico nas relações entre o homem e os recursos pesqueiros foi a revolução industrial, a partir

PESCA EXTRATIVA			AQUICULTURA			TOTAL (T)
MARINHA(T)	CONTINENTAL (T)	SUB-TOTAL PESCA (T)	MARINHA (T)	CONTINENTAL (T)	SUB-TOTAL AQUICULTURA (T)	114.530,3
74.043,0	17.699,9	91.712,9	6.560,8	16.256,6	22.817,4	

da qual as formas de organização social da produção pesqueira, (em que os seres humanos retiravam da natureza pequenas quantidades, sem grandes danos ambientais), foram radicalmente modificadas pelas grandes transformações tecnológicas e pela rápida urbanização, inerentes ao período, além da construção de portos pesqueiros urbanos, já no século XIX. (MARRUL FILHO, 2003).

Do ponto de vista tecnológico, a primeira grande modificação se deu nos meios de propulsão. Os barcos pesqueiros, até então movidos apenas à vela, tendo suas condições de operação condicionadas pelas próprias forças da natureza, passaram a ser movidos por máquina a vapor e, mais tarde, por máquinas movidas a combustíveis fósseis, ampliando assim seus raios de ação e podendo ir até pesqueiros nunca antes explorados. As transformações tecnológicas e o maquinismo logo atingiram as tarefas de captura, permitindo o desenvolvimento de grandes redes e equipamentos de auxílio à pesca. Além disso, o desenvolvimento das tecnologias de resfriamento a bordo proporcionou o aumento do número de dias que uma embarcação podia passar no mar, assim como a melhora significativa da qualidade do pescado desembarcado, com fortes reflexos nos preços dos produtos pesqueiros. Portanto, ampliou-se o poder de captura para limites até então desconhecidos (MARRULFILHO, 2003). No Pós-Guerra, o poder de pesca das frotas mundiais foi

de novo ampliado na medida em que toda a tecnologia naval desenvolvida com fins militares foi sendo rapidamente apropriada e adaptada para as embarcações pesqueiras (MARRUL-FILHO, 2003).

A partir desse momento, surgiram novas técnicas de navegação e localização de cardumes, com a utilização de radares e ecossondas, além de novos avanços nos sistemas de refrigeração que permitiam o congelamento a bordo. Na atualidade, a navegação orientada por satélite e o uso incessante de computadores que controlam várias tarefas pesqueiras com precisão, permitiram um expressivo avanço entre os seres humanos e a natureza, no que se refere à apropriação dos recursos pesqueiros em termos globais.

O segundo período, mais recente, tem origem no momento em que o desenvolvimento das forças produtivas do capital foi surpreendido pelos primeiros sinais de que os recursos ambientais, entre eles os pesqueiros, não eram inesgotáveis. A partir de então, teve início um processo de resignificação da natureza que, de externa, passa a ser entendida como interna ao próprio capital, sendo seus bens agora vistos como estoques e classificados como elementos de uma natureza considerada como capital para a finalidade da reprodução expandida de capital, chamados de capital natural (O'CONNOR, 1994).

No Brasil, desde a fundação das colônias de pescadores, sob a tutela do Estado, no início do século XX, os pescadores artesanais estiveram sob o controle e dominação política de órgãos governamentais. A partir da promulgação da Constituição Federal de 1988, os pescadores artesanais conquistaram avanços no que tange aos direitos sociais e políticos, quando as colônias de pescadores, através do artigo 8º foram equiparadas aos sindicatos de trabalhadores rurais, recebendo a configuração sindical. As primeiras colônias de pescadores do Brasil foram fundadas a partir de 1919, e fomentadas pela Marinha de Guerra. Dois grandes fatores contribuíram para essa investida do Estado. Primeiro, o país começou o século XX importando peixes, apesar de possuir um vasto litoral e uma diversidade de águas interiores. Segundo, após a primeira guerra mundial, aumentou o interesse do Estado em defender a costa brasileira. O discurso instituído para fundar as colônias baseou-se na defesa nacional, pois ninguém melhor do que os pescadores, empiricamente, conhecem os "segredos" do mar. O lema adotado pela Marinha para a fundação das colônias de pescadores foi: Pátria e Dever, evidenciando o pensamento positivista. No ano de 1985, a Confederação Nacional de Pescadores, fez uma convocação a todas as Federações Estaduais, encaminhando a realização de assembléias, e que elessem delegados para compor um grupo que veio a denominar-se de "Movimento Constituinte da Pesca". Este movimento teve como finalidade discutir, elaborar e apresentar propostas aos deputados e senadores constituintes, reivindicando a inclusão das demandas dos pescadores artesanais na nova Constituição. Na capital federal, os pescadores artesanais somavam às outras categorias de trabalhadores urbanos e rurais, entre eles, agricultores, professores e outros, que também reivindicavam seus direitos sociais e políticos.

Analisando-se a série histórica (1950-2010) dos dados de produção pesqueira extrativista do Brasil, observa-se um crescimento acentuado da captura de 1950 até 1985, quando foi registrada a maior produção, atingindo 956.684 t. Neste período, os acontecimentos mais importantes foram: o programa de industrialização da pesca, implantado pelo Governo Juscelino Kubitschek no final da década de 50; a criação da Superintendência de Desenvolvimento da Pesca (SUDEPE) em 1962; e a promulgação do novo Código de Pesca através do Decreto-Lei 221, de 28/02/1967. Esses episódios impulsionaram o crescimento da atividade pesqueira entre 1950 e 1985. Entre 1986 e 1990 houve um declínio gradativo das capturas, quando a produção pesqueira diminuiu de 946.560 t para 619.805 t, evidenciando o início do processo de sobrepesca de alguns estoques, tais como, o da sardinha-verdadeira, dos camarões e dos peixes demersais da região Sul. Além disso, em meados da década de 80 houve a desativação dos incentivos fiscais, o que também contribuiu para o declínio da produção pesqueira entre 1985 e 1990. De 1990 até o ano 2000, a produção pesqueira ficou caracterizada por um período de estabilidade. A partir do ano 2000, a produção voltou a crescer, passando de 666.846 t para 825.164 t em 2009. Este crescimento se deveu, principalmente, pela recuperação, ainda que tímida, de alguns estoques, tais como o da sardinha verdadeira. Ainda que tenha sido observado um declínio da captura entre 2009 e 2010, quando foi registrada uma produção de 785.366 t, o período entre 2000 e 2010 foi caracterizado por uma recuperação da produção pesqueira nacional em relação à década precedente. Neste contexto, segundo as estimativas do IBAMA (2007) e do MPA (2010), a produção de pescado na Bahia cresceu 57% entre 2006 e 2009, alcançando a marca de 114.530,3 t, e ocupando o 3º lugar entre os maiores produtores do país, frente à produção brasileira que cresceu 18% no mesmo período.

A Tabela 2 apresenta a produção de pescados na Bahia no ano 2010.

**Tabela 2** - Produção de pescados na Bahia em 2010

**Fonte:** Boletim Estatístico 2010, MPA (2012).

O litoral do Estado possui uma extensão de 1.188 km, que corresponde a 14,5% do litoral brasileiro, e abriga aproximadamente 172 comunidades pesqueiras, distribuídas em 44 municípios, os quais podem ser agrupados em cinco regiões pesqueiras, com características específicas distintas: Litoral Norte, Baía de Todos os Santos/Recôncavo, Baixo Sul, Litoral Sul e Extremo Sul (BAHIA PESCA, 1994).

Ao contrário do que se acreditou durante muito tempo, os oceanos do mundo não são um celeiro inesgotável de alimentos. Na verdade, pode-se afirmar que, do ponto de vista de sua produtividade, as áreas oceânicas assemelham-se muito mais a um imenso deserto, com alguns oásis isolados de elevada produtividade, do que a um campo cultivado. Atestam este fato as estimativas de que cerca de 90% da produção mundial de pescado advém de menos de 3% da área total dos oceanos. Estes oásis estão geralmente associados à presença dos fenômenos de ressurgência costeira, ocasionados pela associação entre o efeito de rotação da terra e o atrito dos ventos na superfície do mar, que empurra as águas costeiras de superfície para longe da costa, gerando movimentos ascendentes de massas d'água profundas (até 350 m), ricas em nutrientes. Ao atingir a camada eufótica



(onde há a presença de luz), essas águas promovem desenvolvimento acelerado do fitoplâncton (plantas microscópicas) e, conseqüentemente, um aumento importante da produção primária, cujos efeitos podem ser observados ao longo de toda a cadeia trófica marinha. Na costa brasileira, o único processo de ressurgência bem conhecido é o da região de Cabo Frio, no Rio de Janeiro, onde ocorrem concentrações importantes de pequenos peixes pelágicos, como a sardinha, as quais são as presas preferenciais do bonito listrado, espécie de atum também abundante na região.

Segundo o MPA (2010), a pesca extrativa, essencialmente artesanal, foi responsável pela captura de 91.712,9 t de pescados, representando 80,1% do total produzido na Bahia, demonstrando a atual importância deste segmento em nossa atividade pesqueira. A pesca marinha manteve a terceira posição de maior produtor nacional em 2009, com 74.043 t (13,8% do total nacional), apesar de registrar um decréscimo de 11,4% em relação a 2008. Ao analisarmos a série de dados estatísticos pesqueiros do IBAMA, os territórios de identidade do Recôncavo, da Metropolitana de Salvador e do Baixo Sul, através das Baías de Todos os Santos e de Camamu, respondem historicamente, respectivamente, por cerca de 40 e 20% do total de pescados marinhos extraídos no mar, estuários e baías baianas. Pode-se também verificar que o território de identidade do Extremo Sul também merece destaque, sendo responsável por cerca de 20% da produção da pesca extrativa marinha baiana.

Na Bahia a pesca é artesanal, sendo realizada com objetivo comercial e/ou para a subsistência. Caracteriza-se como uma alternativa sazonal de renda, podendo o trabalhador atuar, por exemplo, ora como agricultor, ora como pescador. A aprendizagem do ofício passa de pai para filho e de mãe para filha, processo baseado na unidade familiar ou no grupo de vizinhança que é característico deste segmento. Independente da pescaria verifica-se que a propriedade dos meios de produção associada ao conhecimento sobre a melhor estratégia de pesca, reflete na divisão de trabalho no interior da embarcação e define o sistema de partilha adotado. Desta forma, a mão de obra utilizada neste arranjo é predominantemente familiar, registrando pouca atividade assalariada, mais presente na pesca embarcada.

As águas da pesca artesanal não são simplesmente águas, tanto elas quanto seus habitantes são norteados por constantes e complexos simbolismos, assim, o ato de capturar o peixe como principal meio da família está associado tanto com a aguda percepção do trabalhador, quanto com a capacidade de fazer os meios de produção próprios para essa extração, e com o desenvolvimento de técnicas corporais peculiares no manejo dos petrechos (Valêncio e Martins, 2004). Nesse sentido, pode-se destacar no contexto da formação das identidades, o aspecto de resistência dos pescadores artesanais, os quais tendo diferenciações no âmago da atividade pesqueira estabelecem e perpetuam suas peculiaridades. As comunidades tradicionais caracterizam-se pela importância das simbologias, mitos e rituais associados à caça, pesca e atividades extrativistas, assim como pela identificação do pertencimento a uma cultura distinta das outras e pela noção de território ou espaço em que o grupo social se reproduz econômica e socialmente por várias gerações (DIEGUES, 1995). O pescador artesanal tradicionalmente herdou e aprendeu a lidar com ambiente natural, como também, possui um aguçado conhecimento do saber-fazer de seus instrumentos de trabalho. Caracterizada como uma atividade notoriamente insalubre, a pesca artesanal é exercida por típicos trabalhadores informais, sem proteção e garantias trabalhistas. Os pescadores convivem com vários riscos, no seu dia a dia, tais como acidentes com embarcações, com os petrechos de pesca, com o próprio pescado, afogamentos, além de estarem expostos à grande radiação e às variações climáticas. Há ainda a sobrecarga de trabalho e a própria atividade noturna, em função favorabilidade das marés à pesca, o que potencializa ainda mais os riscos, acarretando o surgimento de doenças também relacionadas à sobrecarga de peso, à grande jornada de trabalho e todas as situações de periculosidade, o que emana a necessidade urgente de encontrar medidas que possam melhorar suas condições de trabalho e vida. Segundo dados do Registro Geral da Pesca (RGP) do MPA, a Bahia possui cerca de 126 mil pessoas, entre pescadores e marisqueiras, registrados no ano de 2013, reunindo o terceiro maior contingente do país. A mariscagem é realizada predominante por mulheres, sendo uma prática que consiste no processo de coleta de moluscos nos bancos de areias das praias e manguezais, além da captura de pequenos crustáceos, ambos conhecidos popularmente por mariscos. Esta atividade envolve relações de trabalho em grupo, que perpetua uma tradição marcada por aspectos próprios, referenciando a luta pela sobrevivência das marisqueiras e suas famílias.

Enquanto a pesca está baseada na captura e coleta dos recursos pesqueiros, a aquicultura é o processo de produção em cativeiro de organismos com habitat predominantemente aquático, tais como peixes, camarões, rãs, algas, entre outras espécies. A aquicultura é uma prática milenar, que apesar das inovações tecnológicas mundiais da atualidade no setor pesqueiro, inicialmente prosperou com o cultivo das ostras, sendo praticado na antiga Roma. Há ainda outros relatos mais intrínsecos que determinaram que a propagação artificial de peixes, provém de um legendário chinês chamado Fan-Li, do quinto século a.c, o qual criava carpas em uma lagoa (BARDACH et al, 1972). De acordo com Petreter Jr et al (1997), os primeiros estudos científicos na aquicultura, com ênfase na piscicultura, no Brasil, foram realizados pelo Dr. Rodolpho VonIhering nos anos de 1920 e 1930. Desde então, a atividade teve grande impulso, principalmente a partir de 1970, com a organização e aperfeiçoamento de várias estações de pesquisa e produção de peixes. De acordo com a FAO, a produção aquícola brasileira teve início em 1968, quando foram reportadas menos de 0,5 t de pescados. Desde então, a aquicultura nacional tem mostrado um crescimento gradual, atingindo o pico de produção em 2003, com 273.268 t. Após uma pequena queda nos anos de 2004 e 2005, a produção retomou o crescimento, registrando os maiores valores em 2008, 2009 e 2010, com 365.367 t, 415.649 t e 479.398 t, respectivamente. Em 2010, a produção aquícola nacional de 479.399 t, representou um incremento de 15,3% em relação à produção de 2009. Comparando-se a produção atual com o montante produzido em 2008 (365.366 t), fica evidente o crescimento do setor no país, com um incremento de 31,2% na produção durante o triênio 2008-2010. Seguindo o padrão observado nos anos anteriores, a maior parcela da produção aquícola é oriunda da aquicultura continental, na qual se destaca a piscicultura, que representou 82,3% da produção total nacional. A produção aquícola de origem marinha, onde predomina a carcinicultura, por sua vez, apesar de ter sofrido uma redução de sua participação na produção aquícola total nacional em relação aos anos anteriores (22,8% em 2008 contra 17,7% em 2010), vem se recuperando após uma queda da produção verificada de 2008 para 2009.

O Brasil conta com mais de 30 mil reservatórios construídos para geração de energia, irrigação e alívio das secas em diversos estados. Cerca de 600 são reservatórios de grandes dimensões, que juntos somam 3,5 milhões de hectares. Estima-se que ao todo, o Brasil reúna mais de cinco milhões de hectares em áreas de reservatório que podem ser usadas para a criação de peixes em tanques-rede. Através de uma política efetiva que promova a aquicultura em tanques-rede no país, com o uso de apenas 0,01% da área destes reservatórios seria possível produzir pelo menos um milhão de toneladas a mais de pescado, com a tilápia seguramente representando a maior parte deste total. O Brasil também conta com extensas áreas de várzeas, com solo adequado para construção de tanques e em locais com clima que possibilite o crescimento dos peixes o ano todo. Um exemplo, dentre muitos, é o baixo trecho do Rio São Francisco (estados de Alagoas e Sergipe), que reúne mais de 50 mil hectares de áreas adequadas para construção de tanques e grande disponibilidade de água. Cerca de 30% destas áreas já se encontram dentro de perímetros irrigados da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF, com infraestrutura de canais e estrada. A aquicultura baiana produziu apenas 22.817,4 t no ano de 2010, correspondente a 19,1% da produção total de pescados no estado, evidenciando o grande potencial a ser ainda explorado. No cenário nacional a aquicultura representa mais de 38% da produção total de pescados. A aquicultura continental baiana, com destaque para a tilapicultura, produziu 16.256,6 t, representando mais que o dobro das 6.560,8 t cultivadas pela carcinicultura, nos ambientes marinhos e estuarinos da Bahia. A produção de pescados baiana atual está muito aquém do seu efetivo potencial de desenvolvimento, principalmente oriunda da aquicultura. A Bahia possui 144 corpos hídricos continentais, duas grandes baías e cinco complexos estuarinos, com condições favoráveis para o desenvolvimento da aquicultura continental e marinho/estuarina, assim como para a implementação de ações de gestão para o fomento da pesca responsável.

Além da aquicultura em tanques-redes e viveiros escavados, na Bahia, existem diversas ações de peixamento promovidas por agências governamentais como a CODEVASF, o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS e a Bahia Pesca, em parceria com as prefeituras municipais. Estes programas consistem na soltura de alevinos de peixes como tilápias, tambaqui e curimatãs em açudes públicos, visando uma melhoria da pesca de subsistência, um incremento na qualidade da alimentação das famílias locais, bem como uma economia de recursos na compra de alimentos. Em algumas localidades, os peixamentos também têm servido como ferramenta de auxílio no combate ao caramujo hospedeiro intermediário da esquistossomose e, nos tempos de dengue, até mesmo o combate à propagação dos mosquitos. Infelizmente houve uma sensível redução nas ações de **peixamento** em virtude da insuficiente produção de alevinos nas estações de piscicultura do governo, que trabalham com limitados recursos humanos (sem reposição de funcionários que se aposentam ou se afastam por problemas de saúde) e, lutam contra os entraves burocráticos das instituições governamentais nas decisões sobre compra de insumos, equipamentos, bem como na manutenção de suas instalações, além de sofrerem constantes perdas decorrentes do roubo de peixes (geralmente matrizes). **Ainda há de se lamentar o fato de que os peixamentos ocorrem, em sua maioria, para atender a promoção pública de políticos, sem consideração aos requisitos técnicos e reais necessidades da população.** Outro fato preocupante é a atitude desonesta e egoísta de alguns moradores locais que, logo após o peixamento, lançam redes na água, capturando indiscriminadamente os próprios alevinos que foram soltos, em desrespeito aos seus próprios vizinhos, que também são beneficiários do peixamento. Apesar disso, as ações de peixamento realizadas ao longo de décadas por estas instituições foram extremamente benéficas às populações rurais e devem ser mantidas, intensificadas e aprimoradas.

As previsões da FAO (2010) são de que até 2030 a demanda internacional por pescado aumente em mais 100 milhões de toneladas por ano, frente a uma produção global de 145,1 milhões de toneladas em 2009. Em oito anos, o Brasil aumentou em mais de 600% as suas despesas com as importações de pescados, saltando de 202.863 para 1.252.788 milhões de dólares, no período de 2003 a 2011, respectivamente, conforme dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior - MDIC/AliceWeb, em 2011. Em seis anos, o consumo per capita brasileiro cresceu em torno de 38%, saltando de pouco menos que 6,5 kg/habitante/ano, em 2003, para cerca de 9 kg em 2009, representando apenas 53% da média mundial, que alcançou aproximadamente 17 kg naquele mesmo ano. Segundo os dados censitários do IBGE de 2000a 2010, o crescimento da população foi de 20%, aumentando de quase 170 milhões de habitantes para mais de 190 milhões, respectivamente. A Organização Mundial da Saúde – OMS recomenda um consumo per capita de 12 kg, e uma elevação na média nacional aos patamares recomendados pela OMS representaria a necessidade de um aumento de mais de 45% na produção brasileira, para atender apenas ao consumo do mercado interno. Além disso, o crescimento da classe média nacional e da tendência no aumento do consumo de alimentos saudáveis revela um cenário bastante favorável ao incremento na demanda nacional por pescados.

O Brasil é um dos poucos países que tem condições de atender à crescente demanda mundial por produtos de origem pesqueira, sobretudo por meio da aquicultura, por possuir cerca de 12% da água doce disponível do planeta, 218 reservatórios federais (equivalente a 55 mil hectares de lâmina d água), um litoral com mais de oito mil quilômetros e uma faixa marítima (Zona Econômica Exclusiva - ZEE), equivalente ao tamanho da Amazônia. Segundo a FAO (2010), o Brasil poderá se tornar um dos maiores produtores do mundo até 2030, ano em que a produção pesqueira nacional teria condições de atingir 20 milhões de toneladas. Outros aspectos favoráveis são o clima propício para o crescimento de organismos cultivados e a diversidade de espécies, com alto valor comercial. Mesmo dispondo de condições favoráveis, de empresas globalmente competitivas no setor de carnes e de um expressivo mercado consumidor potencial, o Brasil ocupou apenas a 17ª posição no ranking mundial, em 2009, caindo uma posição em relação a 2008. Este cenário evidencia as perspectivas de desenvolvimento da aquicultura e da pesca no mundo e o desafio para assumir o papel de protagonista que o Brasil precisa enfrentar para suprir a demanda crescente pelo consumo de pescados.

## 10.2. Metodologia

Os principais conceitos de referência relacionados ao arranjo da Pesca e Aquicultura, que estão abordados neste documento serão apresentados a seguir:

- **Recursos pesqueiros:** Os animais e os vegetais hidróbios passíveis de exploração, estudo ou pesquisa pela pesca amadora, de subsistência, científica, comercial e pela aquicultura. Os organismos hidróbios são aqueles cujo ciclo de vida em condições naturais se dá total ou parcialmente em meio aquático;
- **Atividade pesqueira:** Compreende a todos os processos de pesca, exploração e exploração, cultivo, conservação, processamento, transporte, comercialização e pesquisa dos recursos pesqueiros;
- **Pescado:** A denominação genérica compreende os peixes, crustáceos, moluscos, anfíbios, quelônios e mamíferos de água doce ou salgada, usados na alimentação humana;
- **Aquicultura:** A atividade de cultivo de organismos cujo ciclo de vida em condições naturais se dá total ou parcialmente em meio aquático, implicando a propriedade do estoque sob cultivo, equiparada à atividade agropecuária;
- **Pesca:** Toda operação, ação ou ato tendente a extrair, colher, apanhar, apreender ou capturar recursos pesqueiros;
- **Águas continentais:** Os rios, bacias, ribeirões, lagos, lagoas, açudes ou quaisquer depósitos de água não marinha, naturais ou artificiais, e os canais que não tenham ligação com o mar;
- **Zona econômica exclusiva:** Faixa que se estende das 12 (doze) às 200 (duzentas) milhas marítimas, contadas a partir das linhas de base que servem para medir a largura do mar territorial;
- **Pesca artesanal:** Quando praticada diretamente por pescador profissional, de forma autônoma ou em regime de economia familiar, com meios de produção próprios ou mediante contrato de parceria, desembarcado, podendo utilizar embarcações de pequeno porte;
- **Pescador profissional:** A pessoa física, brasileira ou estrangeira residente no País que, licenciada pelo órgão público competente, exerce a pesca com fins comerciais, atendidos os critérios estabelecidos em legislação específica;
- **Pesca de subsistência:** Quando praticada com fins de consumo doméstico ou escambo sem fins de lucro e utilizando petrechos previstos em legislação específica;
- **Registro Geral da Atividade Pesqueira – RGP:** Toda pessoa, física ou jurídica, que exerça atividade pesqueira bem como a embarcação de pesca devem ser previamente inscritas no RGP.

Para verificar o potencial do arranjo da pesca e aquicultura na Bahia, no âmbito do Zoneamento Ecológico Econômico – ZEE foi adotada como premissa metodológica a utilização de indicadores que, além de retratarem aspectos relevantes ao tema e pudessem ser georreferenciados para a espacialização, também possuíssem uma base segura de informações. Um dos indicadores geralmente utilizado para se conhecer o potencial da pesca e aquicultura em uma região é a sua produção pesqueira. Apesar de oficiais, os dados de produção de pescados nacional publicados pelo MPA são notoriamente frágeis, com raras exceções em alguns Estados que assumiram a responsabilidade das suas estatísticas, a exemplo de Santa Catarina e do Paraná. Como não há na maioria dos estados um sistema regular de informações específico da produção, essas estatísticas apresentam algumas distorções quantitativas e qualitativas que precisam ser consideradas. Desde 2007 a Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República (SEAP/PR), atualmente o Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA) é responsável pela coleta, armazenamento, processamento e disponibilização de informações sobre a produção de pescados no Brasil. Essa atribuição, além de ser uma das tarefas mais importantes do MPA, compreende uma cooperação técnica com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a qual visa coordenar o Sistema Nacional de Informações da Pesca e Aquicultura (SINPESQ). Historicamente, as informações utilizadas para a consolidação da estatística de pesca e aquicultura nacional eram coletadas, em sumo, pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), através do programa de monitoramento EstatPESCA. Com a inserção do MPA na atribuição da consolidação da estatística pesqueira nacional o Programa EstatPESCA vem sendo gradativamente substituído por uma nova metodologia de monitoramento baseada no modelo do SINPESQ. O MPA, através da celebração de convênios com instituições públicas, privadas e de caráter misto visa à implementação dessa nova metodologia com o objetivo de tornar a coleta de dados de produção de pescado mais robusta, ágil e eficaz. Desse modo, a consolidação da estatística pesqueira nacional para o ano de 2010, de certo modo, repetiu o método utilizado dos dois últimos anos (i.e. Boletim Estatístico da Pesca e Aquicultura - Ano 2008 e 2009). A metodologia consistiu na utilização dos modelos de imputação para dados ausentes ou faltantes, com base em informações oficiais pretéritas publicadas pelo Brasil. Adicionalmente, vale destacar que as informações geradas pelos convênios celebrados pelo MPA também foram incorporadas na íntegra na presente análise e funcionaram como balizadores para as estimativas de produção de pescado. Portanto, atualmente os trabalhos para o desenvolvimento da estatística pesqueira e aquícola nacional podem ser inseridos numa fase de transição, uma vez que para a consolidação destas informações contidas no boletim de 2010, ainda se fez necessário a

utilização de dados pretéritos (Programa EstatPESCA) para os locais onde não houveram coletas. As informações geradas através dos convênios celebrados pelo MPA, visaram à coleta de informações pesqueiras e a implementação da metodologia e plano do SINPESQ. No caso da Bahia, apesar da celebração de dois convênios entre o MPA e organizações do terceiro setor, destinados à coleta de dados estatísticos, não termos nem a definição da produção de pescados por município baiano, apenas os dados consolidados para o estado, o que inviabiliza a sua utilização como indicador.

Neste sentido, foram definidos três indicadores estruturantes, que atenderam as premissas metodológicas estabelecidas para o trabalho, e permitiram avaliar o potencial da Bahia para o desenvolvimento do arranjo da pesca e aquicultura, por município, sendo estes:

- a) A presença de corpos hídricos continentais, estuarinos e marinhos, que tenham dimensões com potencial para o desenvolvimento da atividade, através do fomento governamental;
- b) O contingente de pescadores e marisqueiras registrados em cada município, como o capital humano que necessita de ações de apoio e organização para o pleno exercício do seu trabalho; e
- c) O quantitativo em hectares, das áreas de viveiros de carcinicultura já implantados nos municípios baianos, demonstrando um atributo relevante a ser reestruturado e fomentado para o desenvolvimento da aquicultura baiana.

Como fonte de dados para identificar a presença dos corpos hídricos continentais com potencial para o desenvolvimento da atividade, foram utilizadas as informações disponibilizadas pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia – SEI (ver Apêndice 1), os quais relacionam os municípios que possuem barragens, açudes ou represas com capacidade de acumulação igual ou superior a 100.000m<sup>3</sup>. Os dados sistematizados pela SEI foram obtidos junto a CODEVASF, o DNOCS, a antiga Superintendência de Recursos Hídricos - SRH, e ao Grupo NEOENERGIA. Os corpos hídricos continentais identificados foram agrupados em três classes distintas, em função do seu volume e usos compatíveis, sendo estas: Classe 01: Volume igual ou superior a 100.000.000 m<sup>3</sup>, sendo estes os grandes corpos d'água com alto potencial para a aquicultura em tanques-rede e pesca comercial; Classe 02: Volume inferior a 100.000.000 m<sup>3</sup> e igual ou superior a 1.000.000m<sup>3</sup>, sendo estes os corpos d'água com bom potencial para a aquicultura e a pesca artesanal; e Classe 03: Volume inferior a 1.000.000 m<sup>3</sup> e igual ou superior a 130.000m<sup>3</sup>, sendo estes os corpos d'água com alto potencial para peixamento, voltado à pesca artesanal e de subsistência.

Para definir a presença dos principais corpos hídricos estuarinos e marinhos da Bahia, com dimensões relevantes ao fomento governamental da atividade, os mesmos foram identificados através de consultas às cartas planialtimétricas da base cartográfica da SEI, além da visualização de imagens de satélite no programa Google Earth. Estes corpos foram reunidos em duas classes distintas, em função do porte e tipo de ambiente predominante (Baías, complexos estuarinos e estuários), sendo estas: Classe 01: Grandes corpos d'água marinhos/estuarinos com alto potencial para a aquicultura e pesca artesanal; e Classe 02: Corpos d'água marinhos/estuarinos com alto papel social na pesca artesanal e favorável para a aquicultura artesanal e de subsistência.

Os dados referentes ao contingente de pescadores e marisqueiras registrados em cada município baiano foram obtidos através de consulta ao banco de dados do Registro Geral da Atividade Pesqueira–RGP, na data de 21 de março de 2013, disponibilizado no site do MPA. Vale destacar que se encontra em andamento o processo de recadastramento dos pescadores em todo o território nacional, em virtude do aumento significativo no número de profissionais cadastrados. O contingente de pescadores e marisqueiras por município foi dividido em 04 classes, diferenciadas quanto ao número de profissionais registrados, conforme apresentado a seguir: Classe 01: Número de pescadores total igual ou superior a 10.000 profissionais, sendo estes considerados com um contingente Muito Alto de pescadores; Classe02: Número de pescadores total inferior a 10.000 e igual ou superior a 1.000 profissionais, sendo estes considerados com um contingente Alto de pescadores; Classe03: Número de pescadores total inferior a 1.000 e igual ou superior a 100profissionais, sendo estes considerados com um contingente Moderado de pescadores; e Classe04: Número de pescadores total inferior a 100profissionais, sendo estes considerados com um contingente Baixo de pescadores. Vale destacar que o MPA possui também um Registro Geral de Aquicultores, embora a não obrigatoriedade de cadastramento para o desenvolvimento da atividade implicou em um número insignificante de profissionais cadastrados.

As informações referentes ao quantitativo em hectares, das áreas de viveiros de carcinicultura existentes nos municípios baianos, foram obtidas junto a Associação Brasileira de Criadores de Camarões – ABCC, utilizadas pelo Censo da Carcinicultura Nacional de 2011. Os municípios identificados foram agrupados em função do total em hectares de áreas de viveiros utilizados na carcinicultura em três classes distintas, sendo estas: Classe 01: Municípios com superfície de viveiros igual ou superior a 1.000 hectares, com Excelente potencial instalado para maricultura; Classe 02: Municípios com superfície de viveiros inferior a 1.000 hectares e igual ou superior a 500 hectares com Alto potencial instalado para maricultura; e Classe 03: Municípios com superfície de viveiros inferior a 500 hectares e igual ou superior a 250 hectares, com Moderado potencial instalado para maricultura. Apesar da notória existência de um grande número em hectares de áreas com viveiros de piscicultura continental na Bahia, não há qualquer registro no estado que contemple as informações deste importante segmento da aquicultura baiana.

Com base no sentimento de pertencimento das comunidades locais, o Governo da Bahia passou a reconhecer a existência de 27 Territórios de Identidade, constituídos, a partir da especificidade de cada região, com o objetivo de identificar prioridades temáticas definidas a partir da realidade local, possibilitando o desenvolvimento equilibrado e sustentável entre as regiões. Neste contexto, visando contribuir com a geração de informações que subsidiem o planejamento territorial do Estado, em relação ao arranjo da pesca e aquicultura baiana, os dados referentes aos indicadores trabalhados foram sistematizados em função dos Territórios de Identidade com potencial para o desenvolvimento da atividade.



### 10.3. Resultados

O vasto potencial para o crescimento sustentável do arranjo pesca e aquicultura na Bahia é notável. Segundo dados da Secretaria de Comércio Exterior - SECEX (2013), o Brasil importou em 2011 um volume de 344.555 toneladas de pescados, o que equivaleu ao montante de US\$ 1.252.788. Em 2012, a Bahia importou 1.756 t de bacalhaus polares, lings, zarbos, secos, entre outros, utilizando mais de US\$ 9,245 milhões na aquisição desses pescados (SECEX, 2013). A pesca e aquicultura baiana apresentam um grande potencial para intervenções nos diversos elos da sua cadeia produtiva. Para reverter este cenário atual, a Bahia precisa adotar algumas ações estratégicas, tais como, fomentar a aquicultura, principalmente em reservatórios continentais e baías, com base em estudos para estimar a capacidade de suporte destes ambientes, considerando os seus múltiplos usos e o constante monitoramento das condições de qualidade das águas nos locais de cultivo. É fundamental aproveitar esta grande disponibilidade de corpos hídricos do estado para que a Bahia possa atender de forma plena ao seu mercado interno e externo (nacional e internacional), incrementando a comercialização para outros estados brasileiros e países consumidores. Mediante o fomento ao desenvolvimento da aquicultura na Bahia, considerando o grande contingente de pescadores e marisqueiras inseridos na atividade pesqueira que se encontra em condições desfavoráveis, o esforço de captura sobre a pesca diminuiria, permitindo a recuperação ou melhoria dos estoques naturais de pescados, hoje explorados acima da sua capacidade de suporte.

Há a necessidade de integrar as regiões com volumes de produção mais significativos, às estruturas regionais de beneficiamento, agregação de valor e comercialização de pescados, de maneira que estas unidades desempenhem o papel de prestadoras de serviço ao setor produtivo. Estas unidades seriam remuneradas pelos serviços de processamento e comercialização prestados, direcionando o lucro das vendas dos pescados aos pescadores e aquicultores que os produziram, incrementando substancialmente a renda dos mesmos, sem depender necessariamente, de um aumento da produção baiana de pescados. É preciso elaborar estudos voltados à recuperação e gestão dos estoques naturais, e ao ordenamento da pesca artesanal, além de apoiar o desenvolvimento da atividade, considerando os contingentes de pescadores e marisqueiras envolvidos no município e corpo hídrico em questão. Também há uma demanda importante para a criação de fóruns municipais representativos visando à articulação com as instituições de fomento, assistência técnica (ATER) e pesquisa, com vistas ao desenvolvimento do setor e ao atendimento de demandas prioritárias das comunidades pesqueiras, além da eminente necessidade de implementação de cursos profissionalizantes para estimular a inserção dos filhos de pescadores em trabalhos especializados da atividade. Além disso, devem-se implementar ações de assistência técnica continuada na criação de projetos sócio produtivos e capacitação de agentes comunitários locais para o desenvolvimento das ações de fomento à pesca e aquicultura.

Neste sentido, serão discutidas, com maior detalhamento, as potencialidades e limitações de cada um dos três indicadores estruturantes definidos anteriormente, abordando os resultados e suas repercussões na pesca e aquicultura baiana. O Quadro 67, Quadro 68, Quadro 69 e Quadro 70 ilustram esses resultados.

Quadro 67 - Síntese de potencialidades, limitações e recomendações referentes ao tema **Aquicultura e Pesca: Corpos d'Água Continentais (Barragem, Represa e Açude)**

ASPECTO: CORPOS D'ÁGUA CONTINENTAIS (BARRAGEM, REPRESA E AÇUDE)					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Município(s) onde ocorre(m) o(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) o(s) critério(s)	Atributo(s) que potencializa(m) a pesca e a aquicultura	Fator(es) que impede(m) ou restringe(m) a pesca e a aquicultura	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) da pesca e da aquicultura
Ocorrência de reservatório(s) com volume de acumulação igual ou superior a 100 hm <sup>3</sup>	<p>Casa Nova, Pilão Arcado, Remanso, Sento Sé e Sobradinho (TI Sertão do São Francisco) - Reservatório de Sobradinho;</p> <p>Glória (TI Itaparica) - Reservatório de Itaparica;</p> <p>Glória (TI Itaparica) - Reservatório de Moxotó;</p> <p>São Desidério (TI Bacia do Rio Grande) - Reservatório de Alto Fêmea;</p> <p>Gentio do Ouro e Ibipeba (TI Irecê) - Reservatório de Mirorós;</p> <p>Sebastião Laranjeiras e Urandi (TI Sertão Produtivo) - Reservatório de Cova da Mandioca;</p> <p>Canudos (TI Sertão do São Francisco) - Reservatório de Cocorobó;</p> <p>Cansação e Itiúba (TI Sisal) - Reservatório de Jacurici;</p> <p>São José do Jacuípe e Várzea da Roça (TI Bacia do Jacuípe) - Reservatório de São José do Jacuípe;</p> <p>Itaeté (TI Chapada Diamantina) - Reservatório de Bandeira de Melo;</p> <p>Mucugê (TI Chapada Diamantina) - Reservatório de Apertado;</p> <p>Camaçari e Dias d'Ávila (TI Metropolitano de Salvador) - Reservatório de Santa Helena;</p> <p>Mata de São João (TI Litoral Norte e Agreste Baiano) - Reservatório de Santa Helena;</p> <p>Candeias, Dias d'Ávila e Simões Filho (TI Metropolitano de Salvador) - Reservatório de Joanes II;</p> <p>Rio de Contas (TI Chapada Diamantina) - Reservatório de Brumado;</p> <p>Paulo Afonso (TI Itaparica) - Reservatório de Paulo Afonso;</p> <p>Jequié (TI Médio Rio de Contas) - Reservatório de Pedra;</p> <p>Anagé e Carafbas (TI Vitória da Conquista) - Reservatório de Anagé;</p>	1, 2, 3, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 16, 17, 19, 20, 23, 24, 25, 26, 27, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36	Grandes corpos d'água (barragens, represas ou açudes) com alto potencial para a aquicultura em tanques-rede e a pesca comercial. Os grandes reservatórios possuem maiores áreas e volumes, o que possibilita o desenvolvimento da pesca e aquicultura em uma escala maior de produção.	<p>Implantação de cultivos em áreas com condições inadequadas para suas características ambientais (qualidade de água e profundidade) e físicas (correntes, ondas e ventos). A localização das estruturas de cultivo em áreas tecnicamente inadequadas implica em baixo desempenho dos organismos em produção, e por consequência, baixa rentabilidade, além de favorecer o surgimento e a disseminação de doenças no corpo hídrico.</p> <p>Carência de assistência técnica e organização de grupos produtivos comunitários após a implantação do cultivo. A falta ou ineficiência da assistência técnica e de apoio à gestão são os principais motivos de insucesso da atividade aquícola, gerando ainda um olhar pessimista e frustrante sobre a atividade por parte dos seus potenciais beneficiários.</p> <p>Baixa remuneração dos pescadores e aquicultores em comparação às demais etapas da cadeia produtiva (intermediários e beneficiamento). Na cadeia produtiva de pescados, os maiores lucros são obtidos pelos intermediários, indústrias de beneficiamento e agregação de valor, assim como pelos distribuidores. Em contrapartida, os maiores risco na atividade são enfrentados pelos pescadores e aquicultores.</p> <p>Ineficiência na gestão da cadeia produtiva local de pescados, dificultando um melhor aproveitamento do mercado (nicho agregação de valor) e a organização produtiva cooperativista. Há uma grande demanda por estudos que contemplem uma visão sistêmica e integrada das cadeias produtivas locais destes corpos hídricos, que identifiquem as melhores oportunidades de mercado e apoiem as suas organizações produtivas para atuarem nessa direção.</p> <p>Poucas unidades de beneficiamento possuem Selo de Inspeção Federal (SIF) com vistas a viabilizar o acesso ao mercado em outros estados. O SIF é uma exigência legal para a comercialização em outros Estados e países. Há uma grande demanda por pescados em mercados mais valorizados, como o RJ, SP e DF, que importam esses produtos de outros países e estados.</p>	<p>Adotar inicialmente o parâmetro para utilização de no máximo 1% da lâmina d'água do corpo hídrico com aquicultura e iniciar monitoramento ambiental.</p> <p>Implementar política de assistência técnica e extensão rural (ATER) orientada para a organização da produção e estratégias de comercialização.</p> <p>Verificar padrão de qualidade da água, principalmente quanto às concentrações de fósforo e nitrogênio total, para utilização dos corpos oligotróficos.</p> <p>Verificar compatibilidade para uso aquícola do corpo d'água (abastecimento humano, unidade de conservação, navegação, níveis de poluição e áreas tradicionais de pesca).</p> <p>Implementar planos de monitoramento ambiental nos corpos d'água que possuem produção aquícola ou que serão destinados a este fim, visando subsidiar o desenvolvimento da produção.</p> <p>Priorizar o desenvolvimento aquícola em áreas que possuam estrutura para o aporte de insumos (ração e alevinos), beneficiamento (filé, couro, óleo, farinha) e comercialização.</p> <p>Elaborar estudos para a determinação da capacidade de suporte dos corpos d'água, visando à criação de áreas e parques aquícolas estaduais e federais (águas da União).</p> <p>Elaborar planos de desenvolvimento da cadeia produtiva aquícola para cada polo produtor.</p> <p>Elaborar estudos voltados à recuperação e à gestão dos estoques naturais, e ao ordenamento da pesca comercial.</p> <p>Desenvolver políticas de certificação de pescados para acesso a mercados mais exigentes, que permitam a prática de maiores preços na comercialização.</p> <p>Realizar estudos de pré-investimento e fomentar a pesca e a aquicultura, com o fortalecimento das associações de pescadores e colônias de pesca, com a diminuição de intermediários na comercialização, bem como com a implantação de infraestrutura para armazenamento e transporte nos pólos de produção de pescado.</p>

(continua)

Continuação do **Quadro 67** - Síntese de potencialidades, limitações e recomendações referentes ao tema **Aquicultura e Pesca: Corpos d'Água Continentais (Barragem, Represa e Açude)**

ASPECTO: CORPOS D'ÁGUA CONTINENTAIS (BARRAGEM, REPRESA E AÇUDE)					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Município(s) onde ocorre(m) o(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) o(s) critério(s)	Atributo(s) que potencializa(m) a pesca e a aquicultura	Fator(es) que impede(m) ou restringe(m) a pesca e a aquicultura	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) da pesca e da aquicultura
Ocorrência de reservatório(s) com volume de acumulação igual ou superior a 100 hm <sup>3</sup> (continuação)	Antônio Cardoso, Conceição da Feira, Feira de Santana e Santo Estêvão (TI Portal do Sertão) - Reservatório de Pedra do Cavalo;  Cachoeira, Cabaceiras do Paraguaçu, Cruz das Almas, Governador Mangabeiras, Muritiba e São Félix, (TI Recôncavo) - Reservatório de Pedra do Cavalo.	1, 2, 3, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 16, 17, 19, 20, 23, 24, 25, 26, 27, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36		Ausência de estudos voltados à recuperação e à gestão dos estoques naturais, e ao ordenamento da pesca comercial. Os estudos para o ordenamento pesqueiro e a gestão dos estoques naturais são ferramentas imprescindíveis para o planejamento e a sustentabilidade da atividade pesqueira nestes ambientes.  Ausência de ações voltadas à definição e implementação de cotas de produção familiares de pescado, que assegurem renda digna e manutenção dos estoques. As cotas são implantadas através de acordos de pesca, e são projetadas para assegurar uma renda digna às famílias envolvidas na atividade. São definidas em função dos estudos de gestão e ordenamento pesqueiro.  Ineficiência de ações e estratégias de peixamento, por não oportunizarem o incremento dos estoques locais. Grande parte das ações de peixamento não incorpora em sua estratégia alguns aspectos técnicos, tais como a soltura de juvenis, ao invés de alevinos, além da mobilização e capacitação dos beneficiários para a utilização do recurso e o monitoramento da efetividade da ação.	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) da pesca e da aquicultura  Aprimorar os mecanismos para licenciamento ambiental de empreendimentos de aquicultura, com vistas à celeridade dos processos de autorização, especialmente para pequenos produtores.  Fornecer assistência técnica gratuita (ou subsidiada) para o licenciamento ambiental da aquicultura de pequeno porte.  Elaborar estudos voltados à definição de cotas de produção familiares que compatibilizem a manutenção dos estoques naturais e renda digna às famílias.

(continua)

ASPECTO: CORPOS D'ÁGUA CONTINENTAIS (BARRAGEM, REPRESA E AÇUDE)					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Município(s) onde ocorre(m) o(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) o(s) critério(s)	Atributo(s) que potencializa(m) a pesca e a aquicultura	Fator(es) que impede(m) ou restringe(m) a pesca e a aquicultura	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) da pesca e da aquicultura
Ocorrência de reservatórios com volume de acumulação igual ou superior a 1 hm <sup>3</sup> e inferior a 100 hm <sup>3</sup>	<p>Paramirim (TI Bacia do Paramirim) - Reservatório de Zabumbão;</p> <p>Urandi (TI Sertão Produtivo) - Reservatório de Estreito;</p> <p>Guanambi (TI Sertão Produtivo) - Reservatório de Cerafina;</p> <p>Guanambi (TI Sertão Produtivo) - Reservatório de Poço do Magro;</p> <p>Umburanas (TI Piemonte da Diamantina) - Reservatório de Delfino;</p> <p>Campo Formoso (TI Piemonte Norte do Itapicuru) - Reservatório de Delfino;</p> <p>Macaúbas (TI Bacia do Paramirim) - Reservatório de Macaúbas;</p> <p>Curaçá e Juazeiro (TI Sertão do São Francisco) - Reservatório de Pinhões;</p> <p>Buritirama (TI Bacia do Rio Grande) - Reservatório de Baixão do Cecílio;</p> <p>Jacobina (TI Piemonte da Diamantina) - Reservatório de Caatinga do Moura;</p> <p>Barra do Mendes (TI Irecê) - Reservatório de Landulfo Alves;</p> <p>Sebastião Laranjeiras (TI Sertão Produtivo) - Reservatório de Mandiroba II;</p> <p>Itaguaçu da Bahia (TI Irecê) - Reservatório de Maravilha;</p> <p>Ibititá (TI Irecê) - Reservatório de Ibititá;</p> <p>Campo Alegre de Lourdes (TI Sertão do São Francisco) - Reservatório de Riacho do Peixe;</p> <p>Buritirama (TI Bacia do Rio Grande) - Reservatório de Caldeirão;</p> <p>Barra do Mendes (TI Irecê) - Reservatório de Barra do Mendes)</p> <p>Adustina (TI Semiárido Nordeste II) - Reservatório de Adustina;</p> <p>Uauá (TI Sertão do São Francisco) - Reservatório de Rodeador;</p>	5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 22, 23, 24, 26, 27, 28, 31, 32, 33, 34, 35, 36	Corpos d'água (barragens, represas ou açudes) com bom potencial para a aquicultura e a pesca artesanal. Estes reservatórios possuem áreas e volumes que possibilitam o desenvolvimento da pesca em escala artesanal e da aquicultura em uma escala comercial de produção.	<p>Implantação de cultivos em áreas com condições inadequadas para suas características ambientais (qualidade de água e profundidade) e físicas (correntes, ondas e ventos). A localização das estruturas de cultivo em áreas tecnicamente inadequadas implica em baixo desempenho dos organismos em produção, e por consequência baixa rentabilidade, além de favorecer o surgimento e a disseminação de doenças no corpo hídrico.</p> <p>Carência de assistência técnica e organização de grupos produtivos comunitários após a implantação do cultivo. A falta ou ineficiência da assistência técnica e de apoio à gestão são os principais motivos de insucesso da atividade aquícola, gerando ainda um olhar pessimista e frustrante sobre a atividade por parte dos seus potenciais beneficiários.</p> <p>Baixa remuneração dos pescadores e aquicultores em comparação às demais etapas da cadeia produtiva (intermediários e beneficiamento). Na cadeia produtiva de pescados, os maiores lucros são obtidos pelos intermediários, indústrias de beneficiamento e agregação de valor, assim como pelos distribuidores. Em contrapartida, os maiores risco na atividade são enfrentados pelos pescadores e aquicultores.</p> <p>Ineficiência na gestão da cadeia produtiva local de pescados, dificultando um melhor aproveitamento do mercado (nicho e agregação de valor) e a organização produtiva cooperativista. Há uma grande demanda por estudos que contemplem uma visão sistêmica e integrada das cadeias produtivas locais destes corpos hídricos, que identifiquem as melhores oportunidades de mercado e apoiem as suas organizações produtivas para atuarem nessa direção.</p> <p>Poucas unidades de beneficiamento possuem Selo de Inspeção Estadual (SIE) com vistas a viabilizar o acesso ao mercado em outros municípios. O SIE é uma exigência legal para a comercialização em outros municípios do Estado, possibilitando melhor escoamento da produção e acesso a possíveis mercados mais valorizados na Bahia.</p>	<p>Adotar inicialmente o parâmetro para utilização de no máximo 1% da lâmina d'água do corpo hídrico com aquicultura e iniciar monitoramento ambiental.</p> <p>Implementar política de assistência técnica e extensão rural (ATER) orientada para a organização da produção e estratégias de comercialização.</p> <p>Verificar padrão de qualidade da água, principalmente quanto às concentrações de fósforo e nitrogênio total, para utilização dos corpos oligotróficos.</p> <p>Verificar compatibilidade para uso aquícola do corpo d'água (abastecimento humano, unidade de conservação, navegação, níveis de poluição e áreas tradicionais de pesca).</p> <p>Implementar planos de monitoramento ambiental nos corpos d'água que possuem produção aquícola ou que serão destinados a este fim, visando subsidiar o desenvolvimento da produção.</p> <p>Priorizar o desenvolvimento aquícola em áreas que possuam estrutura para o aporte de insumos (ração e alevinos), beneficiamento (filé, couro, óleo, farinha) e comercialização.</p> <p>Elaborar estudos para a determinação da capacidade de suporte dos corpos d'água, visando à criação de áreas e parques aquícolas estaduais e federais (águas da União).</p> <p>Elaborar planos de desenvolvimento da cadeia produtiva aquícola para cada polo produtor.</p> <p>Elaborar estudos voltados à recuperação e à gestão dos estoques naturais, e ao ordenamento da pesca artesanal.</p> <p>Desenvolver políticas de certificação de pescados para acesso a mercados mais exigentes, que permitam a prática de maiores preços na comercialização.</p> <p>Realizar estudos de pré-investimento e fomentar a pesca e a aquicultura, com o fortalecimento das associações de pescadores e colônias de pesca, com a diminuição de intermediários na comercialização, bem como com a implantação de infraestrutura para armazenamento e transporte nos pólos de produção de pescado.</p>

(continua)



ASPECTO: CORPOS D'ÁGUA CONTINENTAIS (BARRAGEM, REPRESA E AÇUDE)					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Município(s) onde ocorre(m) o(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) o(s) critério(s)	Atributo(s) que potencializa(m) a pesca e a aquicultura	Fator(es) que impede(m) ou restringe(m) a pesca e a aquicultura	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) da pesca e da aquicultura
Ocorrência de reservatórios com volume de acumulação igual ou superior a 1 hm <sup>3</sup> e inferior a 100 hm <sup>3</sup> (continuação)	<p>Uauá (TI Sertão do São Francisco) - Reservatório de Santana;</p> <p>Araci (TI Sisal) - Reservatório de Araci;</p> <p>Ponto Novo (TI Piemonte Norte do Itapicuru) - Reservatório de Ponto Novo;</p> <p>Caém e Capim Grosso (TI Piemonte da Diamantina) - Reservatório de Pedras Altas;</p> <p>Senhor do Bonfim (TI Piemonte Norte do Itapicuru) - Reservatório de Sohen;</p> <p>Andorinha (TI Piemonte Norte do Itapicuru) - Reservatório de Andorinha II;</p> <p>Serrolândia (TI Piemonte da Diamantina) - Reservatório de Serrote;</p> <p>Capim Grosso (TI Piemonte da Diamantina) - Reservatório de Rio do Peixe;</p> <p>Senhor do Bonfim (TI Piemonte Norte do Itapicuru) - Reservatório de Quicé;</p> <p>Monte Santo (TI Sisal) - Reservatório de Cariacá;</p> <p>Queimadas e Nordestina (TI Sisal) - Reservatório de Monteiro;</p> <p>Santaluz (TI Sisal) - Reservatório de Tapera;</p> <p>Queimadas (TI Sisal) - Reservatório de Riacho da Onça;</p> <p>Antônio Gonçalves e Pindobaçu (TI Piemonte Norte do Itapicuru) - Reservatório de Aipim;</p> <p>Cansanção (TI Sisal) - Reservatório de Pedra Riscada;</p> <p>Ribeira do Pombal (TI Semiárido Nordeste II) - Reservatório de Curral Falso;</p> <p>Conceição do Coité (TI Sisal) - Reservatório de Baixa do Governo;</p> <p>Itiúba (TI Sisal) - Reservatório de Genipapo;</p> <p>Nordestina (TI Sisal) - Reservatório de Poço das Colheres;</p> <p>Pindobaçu (TI Piemonte Norte do Itapicuru) - Reservatório de Pindobaçu;</p>	5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 22, 23, 24, 26, 27, 28, 31, 32, 33, 34, 35, 36		<p>Ausência de estudos voltados à recuperação e à gestão dos estoques naturais, e ao ordenamento da pesca artesanal. Os estudos para o ordenamento pesqueiro e a gestão dos estoques naturais são ferramentas imprescindíveis para o planejamento e a sustentabilidade da atividade pesqueira artesanal nestes ambientes.</p> <p>Ausência de ações voltadas à definição e implementação de cotas de produção familiares de pescado, que assegurem renda digna e manutenção dos estoques. As cotas são implantadas através de acordos de pesca, e são projetadas para assegurar uma renda digna às famílias envolvidas na atividade. São definidas em função dos estudos de gestão e ordenamento pesqueiro.</p> <p>Ineficiência de ações e estratégias de peixamento, por não oportunizarem o incremento dos estoques locais. Grande parte das ações de peixamento não incorpora em sua estratégia alguns aspectos técnicos, tais como a soltura de juvenis, ao invés de alevinos, além da mobilização e capacitação dos beneficiários para a utilização do recurso e o monitoramento da efetividade da ação.</p>	<p>Aprimorar os mecanismos para licenciamento ambiental de empreendimentos de aquicultura, com vistas à celeridade dos processos de autorização, especialmente para pequenos produtores.</p> <p>Fornecer assistência técnica gratuita (ou subsidiada) para o licenciamento ambiental da aquicultura de pequeno porte.</p> <p>Elaborar estudos voltados à definição de cotas de produção familiares que compatibilizem a manutenção dos estoques naturais e renda digna às famílias.</p>

(continua)

Continuação do **Quadro 67** - Síntese de potencialidades, limitações e recomendações referentes ao tema **Aquicultura e Pesca: Corpos d'Água Continentais (Barragem, Represa e Açude)**

ASPECTO: CORPOS D'ÁGUA CONTINENTAIS (BARRAGEM, REPRESA E AÇUDE)					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Município(s) onde ocorre(m) o(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) o(s) critério(s)	Atributo(s) que potencializa(m) a pesca e a aquicultura	Fator(es) que impede(m) ou restringe(m) a pesca e a aquicultura	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) da pesca e da aquicultura
Ocorrência de reservatórios com volume de acumulação igual ou superior a 1 hm <sup>3</sup> e inferior a 100 hm <sup>3</sup> (continuação)	Ribeira do Amparo (TI Semiárido Nordeste II) - Reservatório de Heliópolis; Piritiba (TI Piemonte do Paraguaçu) - Reservatório de França; Miguel Calmon (TI Piemonte da Diamantina) - Reservatório de França; Boa Vista do Tupim (TI Piemonte do Paraguaçu) - Reservatório de Riacho dos Poços; Itaberaba (TI Piemonte do Paraguaçu) - Reservatório de Juracy Magalhães; Valente (TI Sisal) - Reservatório de Valente; Mairi (TI Bacia do Jacuípe) - Reservatório de Angico; São Domingos (TI Sisal) - Reservatório de São Domingos; Piritiba (TI Piemonte do Paraguaçu) - Reservatório de Arroz; Serrinha (TI Sisal) - Reservatório de Quinji; Salvador (TI Metropolitano de Salvador) - Reservatório de Ipitanga I; Salvador, Simões Filho e Lauro de Freitas (TI Metropolitano de Salvador) - Reservatório de Ipitanga III; Simões Filho, Camaçari e Lauro de Freitas (TI Metropolitano de Salvador) - Reservatório de Joanes I; Salvador e Simões Filho (TI Metropolitano de Salvador) - Reservatório de Ipitanga II; Salvador (TI Metropolitano de Salvador) - Reservatório de Pituaçu; Salvador (TI Metropolitano de Salvador) - Reservatório de Cobre; Livramento de Nossa Senhora (TI Sertão Produtivo) - Reservatório de Riacho do Paulo; Ubaitaba (TI Litoral Sul) - Reservatório de Funil; Caculé (TI Sertão Produtivo) - Reservatório de Truvisco; Licínio de Almeida (TI Vitória da Conquista) - Reservatório de Truvisco; Tremedal (TI Vitória da Conquista) - Reservatório de Tremedal;	5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 22, 23, 24, 26, 27, 28, 31, 32, 33, 34, 35, 36			

(continua)

Continuação do **Quadro 67** - Síntese de potencialidades, limitações e recomendações referentes ao tema **Aquicultura e Pesca: Corpos d'Água Continentais (Barragem, Represa e Açude)**

ASPECTO: CORPOS D'ÁGUA CONTINENTAIS (BARRAGEM, REPRESA E AÇUDE)					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Município(s) onde ocorre(m) o(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) o(s) critério(s)	Atributo(s) que potencializa(m) a pesca e a aquicultura	Fator(es) que impede(m) ou restringe(m) a pesca e a aquicultura	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) da pesca e da aquicultura
Ocorrência de reservatórios com volume de acumulação igual ou superior a 1 hm <sup>3</sup> e inferior a 100 hm <sup>3</sup> (continuação)	Brumado (TI Sertão Produtivo) - Reservatório de Cristalândia; Livramento de Nossa Senhora (TI Sertão Produtivo) - Reservatório de Várzea de Dentro; Brumado (TI Sertão Produtivo) - Reservatório de Rio do Antônio; Livramento de Nossa Senhora (TI Sertão Produtivo) - Reservatório de Jurema; Condeúba (TI Vitória da Conquista) - Reservatório de Champrão; Ibiassucê (TI Sertão Produtivo) - Reservatório de Jacaré.	5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 22, 23, 24, 26, 27, 28, 31, 32, 33, 34, 35, 36			

(continua)

ASPECTO: CORPOS D'ÁGUA CONTINENTAIS (BARRAGEM, REPRESA E AÇUDE)					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Município(s) onde ocorre(m) o(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) o(s) critério(s)	Atributo(s) que potencializa(m) a pesca e a aquicultura	Fator(es) que impede(m) ou restringe(m) a pesca e a aquicultura	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) da pesca e da aquicultura
Ocorrência de reservatórios com volume de acumulação igual ou superior a 130 mil m <sup>3</sup> e inferior a 1 hm <sup>3</sup>	<p>João Dourado (TI Irecê) - Reservatório de Mata do Milho;</p> <p>Morro do Chapéu (TI Chapada Diamantina) - Reservatório de Tamboril;</p> <p>Brejoândia (TI Bacia do Rio Corrente) - Reservatório de Alagoinha do Barreiro;</p> <p>Santa Maria da Vitória (TI Bacia do Rio Corrente) - Reservatório de Mutum;</p> <p>Paratinga (TI Velho Chico) - Reservatório de Barreiro Grande;</p> <p>Rio do Pires (TI Bacia do Paramirim) - Reservatório de Rio da Caixa;</p> <p>Uibaí (TI Irecê) - Reservatório de Baixão do Fantino;</p> <p>Rio do Pires (TI Bacia do Paramirim) - Reservatório de Curral Queimado;</p> <p>Serra Dourada (TI Bacia do Rio Corrente) - Reservatório de Tauá;</p> <p>Santa Maria da Vitória (TI Bacia do Rio Corrente) - Reservatório de São Lourenço;</p> <p>Jaborandi (TI Bacia do Rio Corrente) - Reservatório de Cabaceiras do Brejo;</p> <p>Tabocas do Brejo Velho (TI Bacia do Rio Corrente) - Reservatório de Caraíbas;</p> <p>Riacho de Santana (TI Velho Chico) - Reservatório de Mateus;</p> <p>Coribe (TI Bacia do Rio Corrente) - Reservatório de Morrão;</p> <p>Botuporã (TI Bacia do Paramirim) - Reservatório de Tanque Novo;</p> <p>Riacho de Santana (TI Velho Chico) - Reservatório de Barreiro Vermelho;</p> <p>Riachão das Neves (TI Bacia do Rio Grande) - Reservatório de Canudos;</p> <p>São Desidério (TI Bacia do Rio Grande) - Reservatório de São Desidério;</p>	1, 2, 3, 4, 5, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 15, 16, 18, 19, 20, 22, 23, 24, 30, 32, 34, 35	Corpos d'água (barragens, represas ou açudes) com alto potencial para peixamento, voltado à pesca artesanal e de subsistência. Estes reservatórios possuem pequenas áreas e volumes que possibilitam o seu aproveitamento pela pesca em escala artesanal e de subsistência.	<p>Carência de assistência técnica e organização de grupos produtivos comunitários após a implantação do cultivo. A falta ou ineficiência da assistência técnica e de apoio à gestão são os principais motivos de insucesso da atividade aquícola, gerando ainda um olhar pessimista e frustrante sobre a atividade por parte dos seus potenciais beneficiários.</p> <p>Baixa remuneração dos pescadores em comparação às demais etapas da cadeia produtiva (intermediários e beneficiamento). Na cadeia produtiva de pescados os maiores lucros são obtidos pelos intermediários, indústrias de beneficiamento e agregação de valor, assim como pelos distribuidores. Em contrapartida, os maiores riscos na atividade são enfrentados pelos pescadores e aquicultores.</p> <p>Ausência de estudos voltados à recuperação e à gestão dos estoques naturais, e ao ordenamento da pesca artesanal. Os estudos para o ordenamento pesqueiro e a gestão dos estoques naturais são ferramentas imprescindíveis para o planejamento e a sustentabilidade da atividade pesqueira artesanal e de subsistência nestes ambientes.</p> <p>Ausência de ações voltadas à definição e implementação de cotas de produção familiares de pescado, que assegurem renda digna e manutenção dos estoques. As cotas são implantadas através de acordos de pesca, e são projetadas para assegurar uma renda digna às famílias envolvidas na atividade. São definidas em função dos estudos de gestão e ordenamento pesqueiro.</p> <p>Ineficiência de ações e estratégias de peixamento, por não oportunizarem o incremento dos estoques locais. Grande parte das ações de peixamento não incorpora em sua estratégia alguns aspectos técnicos, tais como a soltura de juvenis, ao invés de alevinos, além da mobilização e capacitação dos beneficiários para a utilização do recurso e o monitoramento da efetividade da ação.</p>	<p>Implementar política de assistência técnica e extensão rural (ATER) orientada para a organização da produção e estratégias de comercialização.</p> <p>Estimular o peixamento mediante levantamento das espécies de pescado presentes nos corpos hídricos, considerando seu nível trófico e grau de aceitação no comércio local.</p> <p>Implementar estratégias de pré-estocagem dos alevinos e pós-larvas, a serem utilizados no peixamento, visando assegurar uma maior taxa de sobrevivência.</p> <p>Fomentar o peixamento de camarões (pitu e camarão da malásia) nos corpos d'água, devido ao seu alto valor de comercialização.</p> <p>Fomentar pesquisas para subsidiar a implementação de estratégias de manejo dos corpos hídricos.</p> <p>Elaborar estudos voltados à recuperação e à gestão dos estoques naturais, e ao ordenamento da pesca artesanal.</p> <p>Elaborar estudos voltados à definição de cotas de produção familiares que compatibilizem a manutenção dos estoques naturais e renda digna às famílias.</p>

(continua)

ASPECTO: CORPOS D'ÁGUA CONTINENTAIS (BARRAGEM, REPRESA E AÇUDE)					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Município(s) onde ocorre(m) o(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) o(s) critério(s)	Atributo(s) que potencializa(m) a pesca e a aquicultura	Fator(es) que impede(m) ou restringe(m) a pesca e a aquicultura	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) da pesca e da aquicultura
Ocorrência de reservatórios com volume de acumulação igual ou superior a 130 mil m <sup>3</sup> e inferior a 1 hm <sup>3</sup> (continuação)	<p>Antas (TI Semiárido Nordeste II) - Reservatório de Antas;</p> <p>Senhor do Bonfim (TI Piemonte Norte do Itapicuru) - Reservatório de Rio da Prata;</p> <p>Andorinha (TI Piemonte Norte do Itapicuru) - Reservatório de Riacho do Sítio;</p> <p>Ribeira do Pombal (TI Semiárido Nordeste II) - Reservatório de Pedra;</p> <p>Monte Santo (TI Sisal) - Reservatório de Laginha;</p> <p>Itiúba (TI Sisal) - Reservatório de Coité;</p> <p>Cansação (TI Sisal) - Reservatório de Caldeirão Grande;</p> <p>Conceição do Coité (TI Sisal) - Reservatório de Boa Vista;</p> <p>Euclides da Cunha (TI Semiárido Nordeste II) - Reservatório de Melância;</p> <p>Euclides da Cunha (TI Semiárido Nordeste II) - Reservatório de Pedregulho;</p> <p>Boninal (TI Chapada Diamantina) - Reservatório de Rocinha;</p> <p>Boninal e Seabra (TI Chapada Diamantina) - Reservatório de Cotia;</p> <p>Riachão do Jacuípe (TI Bacia do Jacuípe) - Reservatório de Cedro;</p> <p>Serrinha (TI Sisal) - Reservatório de Miguel Calmon;</p> <p>Pintadas (TI Bacia do Jacuípe) - Reservatório de Macaco;</p> <p>Palmeiras (TI Chapada Diamantina) - Reservatório de Gavião;</p> <p>Ruy Barbosa (TI Piemonte do Paraguaçu) - Reservatório de Saracura;</p> <p>Marcionílio Souza (TI Chapada Diamantina) - Reservatório de Juraci;</p> <p>Aporá (TI Litoral Norte e Agreste Baiano) - Reservatório de Itamira;</p> <p>Salvador (TI Metropolitano de Salvador) - Reservatório de Mata Escura;</p>	1, 2, 3, 4, 5, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 15, 16, 18, 19, 20, 22, 23, 24, 30, 32, 34, 35			

(continua)



Continuação do **Quadro 67** - Síntese de potencialidades, limitações e recomendações referentes ao tema **Aquicultura e Pesca: Corpos d'Água Continentais (Barragem, Represa e Açude)**

ASPECTO: CORPOS D'ÁGUA CONTINENTAIS (BARRAGEM, REPRESA E AÇUDE)					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Município(s) onde ocorre(m) o(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) o(s) critério(s)	Atributo(s) que potencializa(m) a pesca e a aquicultura	Fator(es) que impede(m) ou restringe(m) a pesca e a aquicultura	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) da pesca e da aquicultura
Ocorrência de reservatórios com volume de acumulação igual ou superior a 130 mil m <sup>3</sup> e inferior a 1 hm <sup>3</sup> (continuação)	<p>Salvador (TI Metropolitano de Salvador) - Reservatório de Cachoeirinha;</p> <p>Salvador (TI Metropolitano de Salvador) - Reservatório de Pedra;</p> <p>Tremedal (TI Vitória da Conquista) - Reservatório de Gameleira;</p> <p>Caculé (TI Sertão Produtivo) - Reservatório de Mocambo;</p> <p>Caculé (TI Sertão Produtivo) - Reservatório de Barreiro;</p> <p>Presidente Jânio Quadros (TI Vitória da Conquista) - Reservatório de Jardim;</p> <p>Maetinga (TI Vitória da Conquista) - Reservatório de Maetinga;</p> <p>Presidente Jânio Quadros (TI Vitória da Conquista) - Reservatório de Panela;</p> <p>Presidente Jânio Quadros (TI Vitória da Conquista) - Reservatório de Mergulhão;</p> <p>Mirante (TI Vitória da Conquista) - Reservatório de Cipó;</p> <p>Condeúba (TI Vitória da Conquista) - Reservatório de Guajeru;</p> <p>Caetitê (TI Sertão Produtivo) - Reservatório de Lagoa do Barro;</p> <p>Piripá (TI Vitória da Conquista) - Reservatório de Barreiro;</p> <p>Itapebi (TI Costa do Descobrimento) - Reservatório de Itapebi.</p>	1, 2, 3, 4, 5, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 15, 16, 18, 19, 20, 22, 23, 24, 30, 32, 34, 35			

Fonte: Elaboração Consórcio Geohidro-Sondotécnica, 2013.

**Quadro 68** - Síntese de potencialidades, limitações e recomendações referentes tema **Aquicultura e Pesca: Quantidade de Pescadores**

ASPECTO: QUANTIDADE DE PESCADORES					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Município(s) onde ocorre(m) o(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) o(s) critério(s)	Atributo(s) que potencializa(m) a pesca e a aquicultura	Fator(es) que impede(m) ou restringe(m) a pesca e a aquicultura	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) da pesca e da aquicultura
Contingente igual ou superior a 10 mil	Salvador (TI Região Metropolitana de Salvador).	34	Muito alto contingente de pescadores. Neste município encontra-se mais de 40% dos pescadores baianos que necessitam de apoio à produção e à sua organização.	<p>Forte pressão do esforço de pesca nos estoques pesqueiros já sobre-explorados. Os altos números de pescadores e marisqueiras envolvidos na atividade neste município podem gerar um desequilíbrio entre a oferta natural de pescados e o esforço de pesca sobre estes estoques.</p> <p>Grande produção de pescados em ambientes notoriamente poluídos por efluentes industriais e domésticos. Há registros de áreas notoriamente poluídas por metais pesados e outros compostos, onde se produz e se consome pescados, na Baía de Todos os Santos.</p> <p>Ausência de fórum municipal para definição das demandas prioritárias das comunidades pesqueiras, dificultando a articulação necessária ao desenvolvimento do setor. Devido ao grande contingente de pescadores e organizações sociais pesqueiras envolvidas, há a necessidade da criação de um fórum municipal e/ou regional que congregue a todos e viabilize um canal de discussão permanente.</p> <p>Ausência de política de estímulo à profissionalização dos filhos de pescadores para a atividade. Mais de 20% do contingente de pescadores e marisqueiras baianos estarão em idade de aposentadoria compulsória em 2033 e aproximadamente 4% destes já se encontrarão nesta condição em 2023. Por outro lado, há a participação de apenas 0,5% de jovens menores que 20 anos na atividade pesqueira da Bahia, o que revela a ausência de políticas e ações efetivas para a inserção deste público na atividade.</p> <p>Insuficiência de ações voltadas à assistência técnica continuada na implementação de projetos socioprodutivos. A falta ou ineficiência da assistência técnica e de apoio à gestão são os principais motivos de insucesso de projetos socioprodutivos, gerando ainda um olhar pessimista e frustrante sobre a atividade por parte dos seus potenciais beneficiários.</p>	<p>Apoiar o desenvolvimento da atividade, considerando o contingente envolvido e suas respectivas demandas.</p> <p>Apoiar a implementação da aquicultura comunitária, envolvendo os pescadores, para a diminuição do esforço de pesca nos estoques naturais.</p> <p>Criar fóruns municipais e regionais, que assegurem a participação das comunidades e instituições do setor, em reuniões semestrais que definam as prioridades locais e articulem as ações a ser adotadas.</p> <p>Implementar programas técnicos e profissionalizantes voltados à inserção dos jovens, filhos(as) dos pescadores, na pesca e em atividades de apoio, ligadas a gestão da produção, organização social, educação ambiental, empreendedorismo e ordenamento pesqueiro.</p> <p>Elaborar estudos voltados à recuperação e à gestão dos estoques naturais, proteção dos territórios pesqueiros e ao ordenamento da pesca artesanal.</p> <p>Criar fóruns municipais representativos visando à articulação para o desenvolvimento do setor e o atendimento de demandas prioritárias das comunidades pesqueiras.</p> <p>Implementar cursos profissionalizantes para estimular a inserção dos filhos de pescadores na atividade.</p> <p>Implementar ações de assistência técnica continuada na criação de projetos socioprodutivos e capacitação de agentes comunitários locais para o desenvolvimento das ações.</p>

(continua)

Continuação do **Quadro 68** - Síntese de potencialidades, limitações e recomendações referentes tema **Aquicultura e Pesca: Quantidade de Pescadores**

ASPECTO: QUANTIDADE DE PESCADORES					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Município(s) onde ocorre(m) o(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) o(s) critério(s)	Atributo(s) que potencializa(m) a pesca e a aquicultura	Fator(es) que impede(m) ou restringe(m) a pesca e a aquicultura	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) da pesca e da aquicultura
Contingente igual ou superior a 1 mil e inferior a 10 mil	Cairu, Camamu e Jaguaripe (TI Baixo Sul); Caravelas e Prado (TI Extremo Sul); Conde (TI Litoral Norte e Agreste Baiano); Canavieiras (TI Litoral Sul); Cachoeira, Maragogipe, Santo Amaro e Saubara (TI Recôncavo); Itaparica, Madre de Deus, Salinas da Margarida e Vera Cruz (TI Região Metropolitana de Salvador); Casa Nova, Juazeiro, Remanso e Sobradinho (TI Sertão do São Francisco); Barra, Bom Jesus da Lapa, Ibotirama, Paratinga (TI Velho Chico).	5, 6, 8, 9, 14, 17, 25, 26, 27, 28, 29, 33, 35, 36	Alto contingente de pescadores. Nestes municípios encontram-se grandes números de pescadores que necessitam de apoio à produção e à sua organização.	<p>Forte pressão do esforço de pesca nos estoques pesqueiros explorados. Os grandes números de pescadores e marisqueiras envolvidos na atividade nestes municípios podem gerar um desequilíbrio entre a oferta natural de pescados e o esforço de pesca sobre estes estoques.</p> <p>Ausência de fórum municipal para definição das demandas prioritárias das comunidades pesqueiras, dificultando a articulação necessária ao desenvolvimento do setor. Devido ao grande contingente de pescadores e de organizações sociais pesqueiras envolvidas, há a necessidade da criação de um fórum municipal e/ou regional que congregue a todos e viabilize um canal de discussão permanente.</p> <p>Ausência de política de estímulo à profissionalização dos filhos de pescadores para a atividade. Mais de 20% do contingente de pescadores e marisqueiras baianos estarão em idade de aposentadoria compulsória em 2033 e aproximadamente 4% destes já se encontrarão nesta condição em 2023. Por outro lado, há a participação de apenas 0,5% de jovens menores que 20 anos na atividade pesqueira da Bahia, o que revela a ausência de políticas e ações efetivas para a inserção deste público na atividade.</p> <p>Insuficiência de ações voltadas à assistência técnica continuada na implementação de projetos socioprodutivos. A falta ou ineficiência da assistência técnica e de apoio à gestão são os principais motivos de insucesso de projetos socioprodutivos, gerando ainda um olhar pessimista e frustrante sobre a atividade por parte dos seus potenciais beneficiários.</p>	<p>Apoiar o desenvolvimento da atividade, considerando o contingente envolvido e suas respectivas demandas.</p> <p>Criar fóruns municipais e regionais, que assegurem a participação das comunidades e instituições do setor, em reuniões semestrais que definam as prioridades locais e articulem as ações a ser adotadas.</p> <p>Implementar programas técnicos e profissionalizantes voltados à inserção dos jovens, filhos(as) dos pescadores, na pesca e em atividades de apoio, ligadas a gestão da produção, organização social, educação ambiental, empreendedorismo e ordenamento pesqueiro.</p> <p>Elaborar estudos voltados à recuperação e à gestão dos estoques naturais, proteção dos territórios pesqueiros e ao ordenamento da pesca artesanal.</p> <p>Criar fóruns municipais representativos visando à articulação para o desenvolvimento do setor e o atendimento de demandas prioritárias das comunidades pesqueiras.</p> <p>Implementar cursos profissionalizantes para estimular a inserção dos filhos de pescadores na atividade.</p> <p>Implementar ações de assistência técnica continuada na criação de projetos socioprodutivos e capacitação de agentes comunitários locais para o desenvolvimento das ações.</p>

(continua)

ASPECTO: QUANTIDADE DE PESCADORES					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Município(s) onde ocorre(m) o(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) o(s) critério(s)	Atributo(s) que potencializa(m) a pesca e a aquicultura	Fator(es) que impede(m) ou restringe(m) a pesca e a aquicultura	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) da pesca e da aquicultura
Contingente igual ou superior a 100 e inferior a 1 mil	Barreiras, Cotegipe e Wanderley (TI Bacia do Rio Grande); Belmonte e Porto Seguro (TI Costa do Descobrimento); Itamaraju, Medeiros Neto e Mucuri (TI Extremo Sul); Rodelas (TI Itaparica); Entre Rios (TI Litoral Norte e Agreste Baiano); Mascote, Ubaitaba e Una (TI Litoral Sul); Ponto Novo e Senhor do Bonfim (TI Piemonte Norte do Itapicuru); Feira de Santana (TI Portal do Sertão); Muniz Ferreira (TI Recôncavo); Candeias (TI Região Metropolitana de Salvador); Canudos (TI Sertão do São Francisco); Guanambi (TI Sertão Produtivo); Araci (TI Sisal); Carinhanha, Malhada e Serra do Ramalho (TI Velho Chico).	1, 2, 3, 4, 5, 8, 9, 17, 18, 19, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 32, 33, 34, 35, 36	Moderado contingente de pescadores. Nestes municípios encontram-se números consideráveis de pescadores que necessitam de apoio à produção e organização.	Forte pressão do esforço de pesca nos estoques pesqueiros explorados. Os moderados números de pescadores e marisqueiras envolvidos na atividade neste município podem gerar um desequilíbrio entre a oferta natural de pescados e o esforço de pesca sobre estes estoques.  Ausência de fórum municipal para definição das demandas prioritárias das comunidades pesqueiras, dificultando a articulação necessária ao desenvolvimento do setor. Devido ao contingente de pescadores e organizações sociais pesqueiras envolvidas, há a necessidade da criação de um fórum municipal e/ou regional que congregue a todos e viabilize um canal de discussão permanente.  Ausência de política de estímulo à profissionalização dos filhos de pescadores para a atividade. Mais de 20% do contingente de pescadores e marisqueiras baianos estarão em idade de aposentadoria compulsória em 2033 e aproximadamente 4% destes já se encontrarão nesta condição em 2023. Por outro lado, há a participação de apenas 0,5% de jovens menores que 20 anos na atividade pesqueira da Bahia, o que revela a ausência de políticas e ações efetivas para a inserção deste público na atividade.  Insuficiência de ações voltadas à assistência técnica continuada na implementação de projetos socioprodutivos. A falta ou ineficiência da assistência técnica e de apoio à gestão são os principais motivos de insucesso de projetos socioprodutivos, gerando ainda um olhar pessimista e frustrante sobre a atividade por parte dos seus potenciais beneficiários.	Apoiar o desenvolvimento da atividade, considerando o contingente envolvido e suas respectivas demandas.  Criar fóruns municipais e regionais, que assegurem a participação das comunidades e instituições do setor, em reuniões semestrais que definam as prioridades locais e articulem as ações a ser adotadas.  Implementar programas técnicos e profissionalizantes voltados à inserção dos jovens, filhos(as) dos pescadores, na pesca e em atividades de apoio, ligadas a gestão da produção, organização social, educação ambiental, empreendedorismo e ordenamento pesqueiro.  Elaborar estudos voltados à recuperação e à gestão dos estoques naturais, proteção dos territórios pesqueiros e ao ordenamento da pesca artesanal.  Criar fóruns municipais representativos visando à articulação para o desenvolvimento do setor e o atendimento de demandas prioritárias das comunidades pesqueiras.  Implementar cursos profissionalizantes para estimular a inserção dos filhos de pescadores na atividade.  Implementar ações de assistência técnica continuada na criação de projetos socioprodutivos e capacitação de agentes comunitários locais para o desenvolvimento das ações.
Contingente inferior a 100	Baixa Grande e Mairi (TI Bacia do Jacuípe); Coribe, Correntina, Jaborandi, Santa Maria da Vitória, Santana, Serra Dourada e Tabocas do Brejo Velho (TI Bacia do Rio Corrente); Angical, Buritirama e Riachão das Neves (TI Bacia do Rio Grande); Aratuípe, Ibirapitanga, Nilo Peçanha, Taperoá e Valença (TI Baixo Sul); Barra da Estiva, Ibitiara, Iramaia, Novo Horizonte, Palmeiras, Rio de Contas, Seabra, Souto Soares, Utinga e Wagner (TI Chapada Diamantina); Guaratinga, Itabela, Itagimirim, Itapebi e Santa Cruz Cabrália (TI Costa do Descobrimento);	1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36	Baixo contingente de pescadores.	Ausência de fórum municipal para definição das demandas prioritárias das comunidades pesqueiras, dificultando a articulação necessária ao desenvolvimento do setor. Devido à presença de pescadores e organizações sociais pesqueiras envolvidas, há a necessidade da criação de um fórum municipal e/ou regional que congregue a todos e viabilize um canal de discussão permanente.  Ausência de política de estímulo à profissionalização dos filhos de pescadores para a atividade. Mais de 20% do contingente de pescadores e marisqueiras baianos estarão em idade de aposentadoria compulsória em 2033 e aproximadamente 4% destes já se encontrarão nesta condição em 2023. Por outro lado, há a participação de apenas 0,5% de jovens menores que 20 anos na atividade pesqueira da Bahia, o que revela a ausência de políticas e ações efetivas para a inserção deste público na atividade.	Criar fóruns municipais e regionais, que assegurem a participação das comunidades e instituições do setor, em reuniões semestrais que definam as prioridades locais e articulem as ações a ser adotadas.  Implementar programas técnicos e profissionalizantes voltados à inserção dos jovens, filhos(as) dos pescadores, na pesca e em atividades de apoio, ligadas a gestão da produção, organização social, educação ambiental, empreendedorismo e ordenamento pesqueiro.  Apoiar o desenvolvimento da atividade, considerando o contingente envolvido e suas respectivas demandas.

(continua)

Continuação do **Quadro 68** - Síntese de potencialidades, limitações e recomendações referentes tema **Aquicultura e Pesca: Quantidade de Pescadores**

ASPECTO: QUANTIDADE DE PESCADORES					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Município(s) onde ocorre(m) o(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) o(s) critério(s)	Atributo(s) que potencializa(m) a pesca e a aquicultura	Fator(es) que impede(m) ou restringe(m) a pesca e a aquicultura	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) da pesca e da aquicultura
Contingente inferior a 100 (continuação)	Alcobaça, Nova Viçosa, Teixeira de Freitas e Vereda (TI Extremo Sul); Central, Gentio do Ouro, Presidente Dutra e Xique-Xique (TI Irecê); Paulo Afonso (TI Itaparica); Alagoinhas, Cardeal da Silva, Catu, Esplanada, Jandaíra, Olindina e Pojuca (TI Litoral Norte e Agreste Baiano); Arataca, Aurelino Leal, Camacan, Floresta Azul, Ilhéus, Itabuna, Itacaré, Itapitanga, Jussari, Marau, Pau Brasil e Santa Luzia (TI Litoral Sul); Barra do Rocha, Boa Nova, Gongogi e Manoel Vitorino (TI Médio Rio de Contas); Caatiba e Maiquinique (TI Médio Sudoeste da Bahia); Miguel Calmon (TI Piemonte da Diamantina); Boa Vista do Tupim, Itaberaba, Macajuba, Piritiba e Ruy Barbosa (TI Piemonte do Paraguaçu); Andorinha e Jaguarari (TI Piemonte Norte do Itapicuru); Tanquinho e Terra Nova (TI Portal do Sertão); Castro Alves, Muritiba, Nazaré, São Francisco do Conde e Varzedo (TI Recôncavo); Lauro de Freitas e Simões Filho (TI Região Metropolitana de Salvador); Adestina, Nova Soure, Novo Triunfo, Paripiranga e Ribeira do Amparo (TI Semi-Árido Nordeste II); Campo Alegre de Lourdes, Curaçá e Pilão Arcado (TI Sertão do São Francisco); Malhada de Pedras, Palmas de Monte Alto e Urandi (TI Sertão Produtivo); Candeal, Cansanção, Ichu, Itiúba, Monte Santo, Nordestina, Queimadas, Quijingue, Serrinha e Valente (TI Sisal); Irajuba (TI Vale do Jiquiriçá); Feira da Mata e Sítio do Mato (TI Velho Chico); Aracatu, Belo Campo, Bom Jesus da Serra, Cordeiros, Mirante e Tremedal (TI Vitória da Conquista).	1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36			

Fonte: Elaboração Consórcio Geohidro-Sondotécnica, 2013.



**Quadro 69** - Síntese de potencialidades, limitações e recomendações referentes ao tema **Aquicultura e Pesca: Corpos d'Água Marinhos/Estuarinos (Baía e Estuário)**

ASPECTO: CORPOS D'ÁGUA MARINHOS/ESTUARINOS (BAÍA E ESTUÁRIO)					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Município(s) onde ocorre(m) o(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) o(s) critério(s)	Atributo(s) que potencializa(m) a pesca e a aquicultura	Fator(es) que impede(m) ou restringe(m) a pesca e a aquicultura	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) da pesca e da aquicultura
Área de abrangência direta da Baía de Todos os Santos	Jaguaripe (TI Baixo Sul); Cachoeira, Maragogipe, Santo Amaro, São Francisco do Conde e Saubara (TI Recôncavo); Candeias, Itaparica, Madre de Deus, Salinas da Margarida, Salvador, Simões Filho e Vera Cruz (TI Região Metropolitana de Salvador).	25, 26, 33, 34, 35, 36	Grandes corpos d'água marinho-estuarinos com alto potencial para a aquicultura e pesca artesanal. As águas abrigadas e de grandes dimensão e volume deste corpo hídrico possibilitam o desenvolvimento da pesca artesanal e aquicultura em uma escala maior de produção.	<p>Produção e comercialização de pescados em grandes áreas poluídas por efluentes industriais e domésticos. Há registros de áreas notoriamente poluídas por metais pesados e outros compostos, onde se produz e se consome pescados oriundos deste ambiente.</p> <p>Alta incidência de pesca com bombas. Este modo de pesca é altamente predatório e perigoso, causando danos de grandes proporções aos recursos pesqueiros locais.</p> <p>Intensos conflitos de interesse entre atividades diversas (navegação, indústria e turismo), ocasionando impactos negativos diretos na oferta de pescados. As atividades elencadas são de grande porte, com interesses distintos e, em sua maioria, sem integração entre as suas ações no ambiente.</p> <p>Ausência de plano de manejo da APA Baía de Todos os Santos, dificultando a gestão ambiental, embora haja grandes empresas que historicamente geram impactos negativos neste ambiente. O plano de manejo estabelece normas, procedimentos e critérios legais para o uso, gestão e monitoramento dos impactos neste ambiente.</p> <p>Sobre-exploração de estoques pesqueiros. O estado atual dos recursos pesqueiros, somado ao alto contingente de pescadores, aponta um cenário pouco promissor, caso não ocorram intervenções no sentido de minimizar ou eliminar os agentes causadores dos danos.</p>	<p>Adotar inicialmente o parâmetro para utilização de no máximo 1% da lâmina d'água do corpo hídrico com aquicultura e iniciar monitoramento ambiental.</p> <p>Implementar ações rígidas de fiscalização e punição dos praticantes da pesca com bomba, envolvendo as comunidades impactadas, tendo em vista ser uma prática criminosa que extrapola as atribuições dos órgãos de controle ambiental, demandando uma integração com instituições relacionadas à segurança, saúde e educação.</p> <p>Desenvolver instrumentos legais para a gestão integrada destes ambientes, inclusive zoneamentos específicos, considerando seus múltiplos usos e potenciais impactos na pesca e aquicultura.</p> <p>Verificar padrão de qualidade da água, principalmente quanto às concentrações de fósforo e nitrogênio total, para utilização de áreas oligotróficas e não poluídas.</p> <p>Verificar compatibilidade para uso aquícola do corpo d'água (abastecimento humano, unidade de conservação, navegação, níveis de poluição e áreas tradicionais de pesca).</p> <p>Implementar planos de monitoramento ambiental nos corpos d'água que possuem produção aquícola ou que serão destinados a este fim, visando subsidiar o desenvolvimento da produção.</p> <p>Priorizar o desenvolvimento aquícola em áreas que possuam estrutura para o aporte de insumos (ração e alevinos), beneficiamento (filé, couro, óleo, farinha) e comercialização.</p> <p>Elaborar estudos para a determinação da capacidade de suporte dos corpos d'água, visando à criação de áreas e parques aquícolas estaduais e federais (águas da União).</p> <p>Elaborar planos de desenvolvimento da cadeia produtiva aquícola para cada polo produtor, em consonância com estudos para a implementação dos Planos de manejo das unidades de conservação existentes.</p>

(Continua)

Continuação do **Quadro 69** - Síntese de potencialidades, limitações e recomendações referentes ao tema **Aquicultura e Pesca: Corpos d'Água Marinhos/Estuarinos (Baía e Estuário)**

ASPECTO: CORPOS D'ÁGUA MARINHOS/ESTUARINOS (BAÍA E ESTUÁRIO)					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Município(s) onde ocorre(m) o(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) o(s) critério(s)	Atributo(s) que potencializa(m) a pesca e a aquicultura	Fator(es) que impede(m) ou restringe(m) a pesca e a aquicultura	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) da pesca e da aquicultura
Área de abrangência direta da Baía de Todos os Santos (continuação)	Jaguaripe (TI Baixo Sul); Cachoeira, Maragogipe, Santo Amaro, São Francisco do Conde e Saubara (TI Recôncavo); Candeias, Itaparica, Madre de Deus, Salinas da Margarida, Salvador, Simões Filho e Vera Cruz (TI Região Metropolitana de Salvador).	25, 26, 33, 34, 35, 36			<p>Implantar estruturas de monitoramento estatístico e biológico da produção de pescados nos pontos de desembarque, visando reduzir deficiências nos dados oficiais e fornecer informações para uma gestão adequada dos recursos pesqueiros naturais.</p> <p>Monitorar as condições higiênicas e sanitárias dos produtos produzidos (especialmente moluscos), haja vista a poluição e contaminação crônica em áreas tradicionalmente produtoras.</p> <p>Realizar estudos de pré-investimento e fomentar a pesca e a aquicultura, com o fortalecimento das associações de pescadores e colônias de pesca, com a diminuição de intermediários na comercialização, bem como com a implantação de infraestrutura para armazenamento e transporte nos pólos de produção de pescado.</p> <p>Aprimorar os mecanismos para licenciamento ambiental de empreendimentos de aquicultura, com vistas à celeridade dos processos de autorização, especialmente para pequenos produtores.</p> <p>Fornecer assistência técnica gratuita (ou subsidiada) para o licenciamento ambiental da aquicultura de pequeno porte.</p>
Área de abrangência direta da Baía de Camamu	Camamu e Igrapiúna (TI Baixo Sul); Maraú (TI Litoral Sul).	26, 27, 36	Grandes corpos d'água marinho-estuarinos com alto potencial para a aquicultura e pesca artesanal. As águas abrigadas e de grandes dimensão e volume deste corpo hídrico possibilitam o desenvolvimento da pesca artesanal e aquicultura em uma escala maior de produção.	<p>Produção e comercialização de pescados em grandes áreas poluídas por efluentes industriais e domésticos. Há registros de áreas notoriamente poluídas por metais pesados e outros compostos, onde se produz e se consome pescados oriundos deste ambiente.</p> <p>Alta incidência de pesca com bombas. Este modo de pesca é altamente predatório e perigoso, causando danos de grandes proporções aos recursos pesqueiros locais.</p> <p>Intensos conflitos de interesse entre atividades diversas (indústria de petróleo e gás, turismo e agricultura), ocasionando impactos negativos diretos na oferta de pescados. As atividades elencadas são de grande porte, com interesses distintos e, em sua maioria, sem integração entre as suas ações no ambiente.</p>	<p>Adotar inicialmente o parâmetro para utilização de no máximo 1% da lâmina d'água do corpo hídrico com aquicultura e iniciar monitoramento ambiental.</p> <p>Implementar ações rígidas de fiscalização e punição dos praticantes da pesca com bomba, envolvendo as comunidades impactadas, tendo em vista ser uma prática criminosa que extrapola as atribuições dos órgãos de controle ambiental, demandando uma integração com instituições relacionadas à segurança, saúde e educação.</p> <p>Desenvolver instrumentos legais para a gestão integrada destes ambientes, inclusive zoneamentos específicos, considerando seus múltiplos usos e potenciais impactos na pesca e aquicultura.</p> <p>Verificar padrão de qualidade da água, principalmente quanto às concentrações de fósforo e nitrogênio total, para utilização de áreas oligotróficas e não poluídas.</p>

(Continua)

ASPECTO: CORPOS D'ÁGUA MARINHOS/ESTUARINOS (BAÍA E ESTUÁRIO)					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Município(s) onde ocorre(m) o(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) o(s) critério(s)	Atributo(s) que potencializa(m) a pesca e a aquicultura	Fator(es) que impede(m) ou restringe(m) a pesca e a aquicultura	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) da pesca e da aquicultura
Área de abrangência direta da Baía de Camamu (continuação)	Camamu e Igrapiúna (TI Baixo Sul); Maraú (TI Litoral Sul).	26, 27, 36		<p>Ausência de plano de manejo da APA Baía de Camamu, dificultando a gestão ambiental, embora haja grandes empresas que historicamente geram impactos negativos neste ambiente. O plano de manejo estabelece normas, procedimentos e critérios legais para o uso, gestão e monitoramento dos impactos neste ambiente.</p> <p>Sobre-exploração de estoques pesqueiros. O estado atual dos recursos pesqueiros, somado ao alto contingente de pescadores, aponta um cenário pouco promissor, caso não ocorram intervenções no sentido de minimizar ou eliminar os agentes causadores dos danos.</p>	<p>Verificar compatibilidade para uso aquícola do corpo d'água (abastecimento humano, unidade de conservação, navegação, níveis de poluição e áreas tradicionais de pesca).</p> <p>Implementar planos de monitoramento ambiental nos corpos d'água que possuem produção aquícola ou que serão destinados a este fim, visando subsidiar o desenvolvimento da produção.</p> <p>Priorizar o desenvolvimento aquícola em áreas que possuam estrutura para o aporte de insumos (ração e alevinos), beneficiamento (filé, couro, óleo, farinha) e comercialização.</p> <p>Elaborar estudos para a determinação da capacidade de suporte dos corpos d'água, visando à criação de áreas e parques aquícolas estaduais e federais (águas da União).</p> <p>Elaborar planos de desenvolvimento da cadeia produtiva aquícola para cada polo produtor, em consonância com estudos para a implementação dos Planos de manejo das unidades de conservação existentes.</p> <p>Implantar estruturas de monitoramento estatístico e biológico da produção de pescados nos pontos de desembarque, visando reduzir deficiências nos dados oficiais e fornecer informações para uma gestão adequada dos recursos pesqueiros naturais.</p> <p>Monitorar as condições higiênicas e sanitárias dos produtos produzidos (especialmente moluscos), haja vista a poluição e contaminação crônica em áreas tradicionalmente produtoras.</p> <p>Realizar estudos de pré-investimento e fomentar a pesca e a aquicultura, com o fortalecimento das associações de pescadores e colônias de pesca, com a diminuição de intermediários na comercialização, bem como com a implantação de infraestrutura para armazenamento e transporte nos pólos de produção de pescado.</p> <p>Aprimorar os mecanismos para licenciamento ambiental de empreendimentos de aquicultura, com vistas à celeridade dos processos de autorização, especialmente para pequenos produtores.</p> <p>Fornecer assistência técnica gratuita (ou subsidiada) para o licenciamento ambiental da aquicultura de pequeno porte.</p>

(continua)

ASPECTO: CORPOS D'ÁGUA MARINHOS/ESTUARINOS (BAÍA E ESTUÁRIO)					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Município(s) onde ocorre(m) o(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) o(s) critério(s)	Atributo(s) que potencializa(m) a pesca e a aquicultura	Fator(es) que impede(m) ou restringe(m) a pesca e a aquicultura	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) da pesca e da aquicultura
Área de abrangência direta do Estuário do Rio Real	Jandaíra, Rio Real (TI Litoral Norte e Agreste Baiano).	32, 35, 36	Grandes corpos d'água marinho-estuarinos com alto potencial para a aquicultura e pesca artesanal. As grandes dimensão e volume deste corpo hídrico possibilitam o desenvolvimento da pesca artesanal e aquicultura em uma escala maior de produção.	<p>Dificuldades decorrentes das implicações do uso compartilhado entre Bahia e Sergipe. É necessário um esforço maior quanto à articulação governamental entre os Estados e à integração entre as instituições estaduais responsáveis pela gestão e ordenamento da atividade.</p> <p>Conflitos de interesse entre atividades diversas (turismo e agricultura), ocasionando impactos negativos diretos na oferta de pescados. As atividades elencadas são de grande porte, com interesses distintos e, em sua maioria, sem integração entre as suas ações no ambiente.</p> <p>Ausência de plano de manejo da APA Mangue Seco, dificultando a gestão ambiental, embora haja grandes empresas que historicamente geram impactos negativos neste ambiente. O plano de manejo estabelece normas, procedimentos e critérios legais para o uso, gestão e monitoramento dos impactos neste ambiente.</p> <p>Sobre-exploração de estoques pesqueiros. O estado atual dos recursos pesqueiros, somado ao alto contingente de pescadores, aponta um cenário pouco promissor, caso não ocorram intervenções no sentido de minimizar ou eliminar os agentes causadores dos danos.</p> <p>Baixo potencial para piscicultura em tanques-rede, devido às fortes correntezas. Esta condição aliada a baixas profundidades constituem-se em características técnicas desfavoráveis à produção em tanques-rede.</p>	<p>Desenvolver instrumento para a gestão compartilhada deste ambiente, considerando a legislação vigente para águas públicas federais.</p> <p>Desenvolver instrumentos legais para a gestão integrada destes ambientes, inclusive zoneamentos específicos, considerando seus múltiplos usos e potenciais impactos na pesca e aquicultura.</p> <p>Realizar estudos prévios às ações de fomento à piscicultura em tanques-rede, a fim de identificar os locais mais abrigados de fortes correntes.</p> <p>Adotar inicialmente o parâmetro para utilização de no máximo 1% da lâmina d'água do corpo hídrico com aquicultura e iniciar monitoramento ambiental.</p> <p>Verificar padrão de qualidade da água, principalmente quanto às concentrações de fósforo e nitrogênio total, para utilização de áreas oligotróficas e não poluídas.</p> <p>Verificar compatibilidade para uso aquícola do corpo d'água (abastecimento humano, unidade de conservação, navegação, níveis de poluição e áreas tradicionais de pesca).</p> <p>Implementar planos de monitoramento ambiental nos corpos d'água que possuem produção aquícola ou que serão destinados a este fim, visando subsidiar o desenvolvimento da produção.</p> <p>Priorizar o desenvolvimento aquícola em áreas que possuam estrutura para o aporte de insumos (ração e alevinos), beneficiamento (filé, couro, óleo, farinha) e comercialização.</p> <p>Elaborar estudos para a determinação da capacidade de suporte dos corpos d'água, visando à criação de áreas e parques aquícolas estaduais e federais (águas da União).</p> <p>Elaborar planos de desenvolvimento da cadeia produtiva aquícola para cada polo produtor, em consonância com estudos para a implementação dos Planos de manejo das unidades de conservação existentes.</p>

(Continua)

Continuação do **Quadro 69** - Síntese de potencialidades, limitações e recomendações referentes ao tema **Aquicultura e Pesca: Corpos d'Água Marinhos/Estuarinos (Baía e Estuário)**

ASPECTO: CORPOS D'ÁGUA MARINHOS/ESTUARINOS (BAÍA E ESTUÁRIO)					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Município(s) onde ocorre(m) o(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) o(s) critério(s)	Atributo(s) que potencializa(m) a pesca e a aquicultura	Fator(es) que impede(m) ou restringe(m) a pesca e a aquicultura	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) da pesca e da aquicultura
Área de abrangência direta do Estuário do Rio Real (continuação)	Jandaíra, Rio Real (TI Litoral Norte e Agreste Baiano).	32, 35, 36			<p>Implantar estruturas de monitoramento estatístico e biológico da produção de pescados nos pontos de desembarque, visando reduzir deficiências nos dados oficiais e fornecer informações para uma gestão adequada dos recursos pesqueiros naturais.</p> <p>Monitorar as condições higiênicas e sanitárias dos produtos produzidos (especialmente moluscos), haja vista a poluição e contaminação crônica em áreas tradicionalmente produtoras.</p> <p>Realizar estudos de pré-investimento e fomentar a pesca e a aquicultura, com o fortalecimento das associações de pescadores e colônias de pesca, com a diminuição de intermediários na comercialização, bem como com a implantação de infraestrutura para armazenamento e transporte nos pólos de produção de pescado.</p> <p>Aprimorar os mecanismos para licenciamento ambiental de empreendimentos de aquicultura, com vistas à celeridade dos processos de autorização, especialmente para pequenos produtores.</p> <p>Fornecer assistência técnica gratuita (ou subsidiada) para o licenciamento ambiental da aquicultura de pequeno porte.</p>

(Continua)



ASPECTO: CORPOS D'ÁGUA MARINHOS/ESTUARINOS (BAÍA E ESTUÁRIO)					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Município(s) onde ocorre(m) o(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) o(s) critério(s)	Atributo(s) que potencializa(m) a pesca e a aquicultura	Fator(es) que impede(m) ou restringe(m) a pesca e a aquicultura	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) da pesca e da aquicultura
Área de abrangência direta do Complexo Estuarino do Baixo Sul (de Aratuípe a Ituberá)	Aratuípe, Cairu, Ituberá, Jaguaripe, Nilo Peçanha, Taperoá, Valença (TI Baixo Sul).	25, 26, 27, 36	Grandes corpos d'água marinho-estuarinos com alto potencial para a aquicultura e pesca artesanal. As grandes dimensão e volume deste corpo hídrico possibilitam o desenvolvimento da pesca artesanal e aquicultura em uma escala maior de produção.	<p>Produção e comercialização de pescados em grandes áreas poluídas por efluentes industriais e domésticos. Há registros de áreas notoriamente poluídas por metais pesados e outros compostos, onde se produz e se consome pescados oriundos deste ambiente.</p> <p>Alta incidência de pesca com bombas. Este modo de pesca é altamente predatório e perigoso, causando danos de grandes proporções aos recursos pesqueiros locais.</p> <p>Intensos conflitos de interesse entre atividades diversas (indústria de petróleo e gás, turismo e agricultura), ocasionando impactos negativos diretos na oferta de pescados. As atividades elencadas são de grande porte, com interesses distintos e, em sua maioria, sem integração entre as suas ações no ambiente.</p> <p>Ausência de planos de manejo das unidades de conservação existentes, dificultando a gestão ambiental, embora haja grandes empresas que historicamente geram impactos negativos neste ambiente. O plano de manejo estabelece normas, procedimentos e critérios legais para o uso, gestão e monitoramento dos impactos neste ambiente.</p> <p>Sobre-exploração de estoques pesqueiros. O estado atual dos recursos pesqueiros, somado ao alto contingente de pescadores, aponta um cenário pouco promissor, caso não ocorram intervenções no sentido de minimizar ou eliminar os agentes causadores dos danos.</p> <p>Baixo potencial para piscicultura em tanques-rede, devido às fortes correntezas. Esta condição aliada a baixas profundidades constituem-se em características técnicas desfavoráveis à produção em tanques-rede.</p>	<p>Adotar inicialmente o parâmetro para utilização de no máximo 1% da lâmina d'água do corpo hídrico com aquicultura e iniciar monitoramento ambiental.</p> <p>Implementar ações rígidas de fiscalização e punição dos praticantes da pesca com bomba, envolvendo as comunidades impactadas, tendo em vista ser uma prática criminosa que extrapola as atribuições dos órgãos de controle ambiental, demandando uma integração com instituições relacionadas à segurança, saúde e educação.</p> <p>Desenvolver instrumentos legais para a gestão integrada destes ambientes, inclusive zoneamentos específicos, considerando seus múltiplos usos e potenciais impactos na pesca e aquicultura.</p> <p>Realizar estudos prévios às ações de fomento à piscicultura em tanques-rede, a fim de identificar os locais mais abrigados de fortes correntes.</p> <p>Verificar padrão de qualidade da água, principalmente quanto às concentrações de fósforo e nitrogênio total, para utilização de áreas oligotróficas e não poluídas.</p> <p>Verificar compatibilidade para uso aquícola do corpo d'água (abastecimento humano, unidade de conservação, navegação, níveis de poluição e áreas tradicionais de pesca).</p> <p>Implementar planos de monitoramento ambiental nos corpos d'água que possuem produção aquícola ou que serão destinados a este fim, visando subsidiar o desenvolvimento da produção.</p> <p>Priorizar o desenvolvimento aquícola em áreas que possuam estrutura para o aporte de insumos (ração e alevinos), beneficiamento (filé, couro, óleo, farinha) e comercialização.</p> <p>Elaborar estudos para a determinação da capacidade de suporte dos corpos d'água, visando à criação de áreas e parques aquícolas estaduais e federais (águas da União).</p>

(continua)

Continuação do **Quadro 69** - Síntese de potencialidades, limitações e recomendações referentes ao tema **Aquicultura e Pesca: Corpos d'Água Marinhos/Estuarinos (Baía e Estuário)**

ASPECTO: CORPOS D'ÁGUA MARINHOS/ESTUARINOS (BAÍA E ESTUÁRIO)					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Município(s) onde ocorre(m) o(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) o(s) critério(s)	Atributo(s) que potencializa(m) a pesca e a aquicultura	Fator(es) que impede(m) ou restringe(m) a pesca e a aquicultura	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) da pesca e da aquicultura
Área de abrangência direta do Complexo Estuarino do Baixo Sul (de Aratuípe a Ituberá) (continuação)	Aratuípe, Cairu, Ituberá, Jaguaripe, Nilo Peçanha, Taperoá, Valença (TI Baixo Sul).	25, 26, 27, 36			<p>Elaborar planos de desenvolvimento da cadeia produtiva aquícola para cada polo produtor, em consonância com estudos para a implementação dos planos de manejo das unidades de conservação existentes.</p> <p>Implantar estruturas de monitoramento estatístico e biológico da produção de pescados nos pontos de desembarque, visando reduzir deficiências nos dados oficiais e fornecer informações para uma gestão adequada dos recursos pesqueiros naturais.</p> <p>Monitorar as condições higiênicas e sanitárias dos produtos produzidos (especialmente moluscos), haja vista a poluição e contaminação crônica em áreas tradicionalmente produtoras.</p> <p>Realizar estudos de pré-investimento e fomentar a pesca e a aquicultura, com o fortalecimento das associações de pescadores e colônias de pesca, com a diminuição de intermediários na comercialização, bem como com a implantação de infraestrutura para armazenamento e transporte nos pólos de produção de pescado.</p> <p>Aprimorar os mecanismos para licenciamento ambiental de empreendimentos de aquicultura, com vistas à celeridade dos processos de autorização, especialmente para pequenos produtores.</p> <p>Fornecer assistência técnica gratuita (ou subsidiada) para o licenciamento ambiental da aquicultura de pequeno porte.</p>

(continua)

ASPECTO: CORPOS D'ÁGUA MARINHOS/ESTUARINOS (BAÍA E ESTUÁRIO)					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Município(s) onde ocorre(m) o(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) o(s) critério(s)	Atributo(s) que potencializa(m) a pesca e a aquicultura	Fator(es) que impede(m) ou restringe(m) a pesca e a aquicultura	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) da pesca e da aquicultura
Área de abrangência direta do Estuário de Canavieiras	Canavieiras (TI Litoral Sul).	27, 28, 36	Corpos d'água marinho-estuarinos com alto papel social na pesca artesanal e favorável para a aquicultura artesanal e de subsistência. As grandes dimensão e volume deste corpo hídrico possibilitam o desenvolvimento da pesca artesanal e aquicultura em uma escala maior de produção.	<p>Produção e comercialização de pescados em grandes áreas poluídas por efluentes industriais e domésticos. Há registros de áreas notoriamente poluídas por metais pesados e outros compostos, onde se produz e se consome pescados oriundos deste ambiente.</p> <p>Alta incidência de pesca com bombas. Este modo de pesca é altamente predatório e perigoso, causando danos de grandes proporções aos recursos pesqueiros locais.</p> <p>Intensos conflitos de interesse entre atividades diversas (indústria de petróleo e gás, turismo e agricultura), ocasionando impactos negativos diretos na oferta de pescados. As atividades elencadas são de grande porte, com interesses distintos e, em sua maioria, sem integração entre as suas ações no ambiente.</p> <p>Ausência de planos de manejo das unidades de conservação existentes, dificultando a gestão ambiental, embora haja grandes empresas que historicamente geram impactos negativos neste ambiente. O plano de manejo estabelece normas, procedimentos e critérios legais para o uso, gestão e monitoramento dos impactos neste ambiente.</p> <p>Sobre-exploração de estoques pesqueiros. O estado atual dos recursos pesqueiros, somado ao alto contingente de pescadores, aponta um cenário pouco promissor, caso não ocorram intervenções no sentido de minimizar ou eliminar os agentes causadores dos danos.</p> <p>Baixo potencial para piscicultura em tanques-rede, devido às fortes correntezas. Esta condição aliada a baixas profundidades constituem-se em características técnicas desfavoráveis à produção em tanques-rede.</p>	<p>Adotar inicialmente o parâmetro para utilização de no máximo 1% da lâmina d'água do corpo hídrico com aquicultura e iniciar monitoramento ambiental.</p> <p>Implementar ações rígidas de fiscalização e punição dos praticantes da pesca com bomba, envolvendo as comunidades impactadas, tendo em vista ser uma prática criminosa que extrapola as atribuições dos órgãos de controle ambiental, demandando uma integração com instituições relacionadas à segurança, saúde e educação.</p> <p>Desenvolver instrumentos legais para a gestão integrada destes ambientes, inclusive zoneamentos específicos, considerando seus múltiplos usos e potenciais impactos na pesca e aquicultura.</p> <p>Realizar estudos prévios às ações de fomento à piscicultura em tanques-rede, a fim de identificar os locais mais abrigados de fortes correntes.</p> <p>Verificar padrão de qualidade da água, principalmente quanto às concentrações de fósforo e nitrogênio total, para utilização de áreas oligotróficas e não poluídas.</p> <p>Verificar compatibilidade para uso aquícola do corpo d'água (abastecimento humano, unidade de conservação, navegação, níveis de poluição e áreas tradicionais de pesca).</p> <p>Implementar planos de monitoramento ambiental nos locais de produção e desembarque de pescados, e nas áreas de produção aquícola ou que serão destinados a este fim, visando atender aos padrões de segurança alimentar.</p> <p>Priorizar o desenvolvimento aquícola em áreas que possuam estrutura para o aporte de insumos (ração e alevinos), beneficiamento (filé, couro, óleo, farinha) e comercialização.</p> <p>Elaborar estudos para a determinação da capacidade de suporte dos corpos d'água, visando à criação de áreas e parques aquícolas estaduais e federais (águas da União).</p>

(continua)

Continuação do **Quadro 69** - Síntese de potencialidades, limitações e recomendações referentes ao tema **Aquicultura e Pesca: Corpos d'Água Marinhos/Estuarinos (Baía e Estuário)**

ASPECTO: CORPOS D'ÁGUA MARINHOS/ESTUARINOS (BAÍA E ESTUÁRIO)					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Município(s) onde ocorre(m) o(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) o(s) critério(s)	Atributo(s) que potencializa(m) a pesca e a aquicultura	Fator(es) que impede(m) ou restringe(m) a pesca e a aquicultura	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) da pesca e da aquicultura
Área de abrangência direta do Estuário de Canavieiras (continuação)	Canavieiras (TI Litoral Sul).	27, 28, 36			<p>Elaborar planos de desenvolvimento da cadeia produtiva de pescados, em consonância com estudos para a implementação dos planos de manejo das unidades de conservação existentes.</p> <p>Implantar estruturas de monitoramento estatístico e biológico da produção de pescados nos pontos de desembarque, visando reduzir deficiências nos dados oficiais e fornecer informações para uma gestão adequada dos recursos pesqueiros naturais.</p> <p>Monitorar as condições higiênicas e sanitárias dos produtos produzidos (especialmente moluscos), haja vista a poluição e contaminação crônica em áreas tradicionalmente produtoras.</p> <p>Realizar estudos de pré-investimento e fomentar a pesca e a aquicultura, com o fortalecimento das associações de pescadores e colônias de pesca, com a diminuição de intermediários na comercialização, bem como com a implantação de infraestrutura para armazenamento e transporte nos pólos de produção de pescado.</p> <p>Criar políticas de incentivos para a gestão pesqueira.</p>

(continua)

ASPECTO: CORPOS D'ÁGUA MARINHOS/ESTUARINOS (BAÍA E ESTUÁRIO)					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Município(s) onde ocorre(m) o(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) o(s) critério(s)	Atributo(s) que potencializa(m) a pesca e a aquicultura	Fator(es) que impede(m) ou restringe(m) a pesca e a aquicultura	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) da pesca e da aquicultura
Área de abrangência direta do Estuário do Prado	Prado (TI Extremo Sul).	28, 29, 36	Corpos d'água marinho-estuarinos com alto papel social na pesca artesanal e favorável para a aquicultura artesanal e de subsistência. As grandes dimensão e volume deste corpo hídrico possibilitam o desenvolvimento da pesca artesanal de subsistência, além da aquicultura.	<p>Pouco estímulo para o aproveitamento do potencial pesca artesanal oceânica de atuns e afins. A pesca oceânica de atuns e afins pode ser uma excelente alternativa para a atividade, diversificando a sua atuação e diminuindo a pressão sobre os recursos já explorados.</p> <p>Ocorrência de pesca com bombas. Este modo de pesca é altamente predatório e perigoso, causando danos de grandes proporções aos recursos pesqueiros locais.</p> <p>Intensos conflitos de interesse entre atividades diversas (indústria, turismo e agricultura), ocasionando impactos negativos diretos na oferta de pescados. As atividades elencadas são de grande porte, com interesses distintos e, em sua maioria, sem integração entre as suas ações no ambiente.</p> <p>Ausência de planos de manejo das unidades de conservação existentes, dificultando a gestão ambiental, embora haja grandes empresas que historicamente geram impactos negativos neste ambiente. O plano de manejo estabelece normas, procedimentos e critérios legais para o uso, gestão e monitoramento dos impactos neste ambiente.</p> <p>Sobre-exploração de estoques pesqueiros. O estado atual dos recursos pesqueiros, somado ao alto contingente de pescadores, aponta um cenário pouco promissor, caso não ocorram intervenções no sentido de minimizar ou eliminar os agentes causadores dos danos.</p> <p>Baixo potencial para piscicultura em tanques-rede, devido às fortes correntezas. Esta condição aliada a baixas profundidades constituem-se em características técnicas desfavoráveis à produção em tanques-rede.</p>	<p>Adotar inicialmente o parâmetro para utilização de no máximo 1% da lâmina d'água do corpo hídrico com aquicultura e iniciar monitoramento ambiental.</p> <p>Desenvolver instrumentos legais para a gestão integrada destes ambientes, inclusive zoneamentos específicos, considerando seus múltiplos usos e potenciais impactos na pesca e aquicultura.</p> <p>Realizar estudos prévios às ações de fomento à piscicultura em tanques-rede, a fim de identificar os locais mais abrigados de fortes correntes.</p> <p>Verificar padrão de qualidade da água, principalmente quanto às concentrações de fósforo e nitrogênio total, para utilização de áreas oligotróficas e não poluídas.</p> <p>Verificar compatibilidade para uso aquícola do corpo d'água (abastecimento humano, unidade de conservação, navegação, níveis de poluição e áreas tradicionais de pesca).</p> <p>Implementar planos de monitoramento ambiental nos locais de produção e desembarque de pescados, e nas áreas de produção aquícola ou que serão destinados a este fim, visando atender aos padrões de segurança alimentar.</p> <p>Priorizar o desenvolvimento aquícola em áreas que possuam estrutura para o aporte de insumos (ração e alevinos), beneficiamento (filé, couro, óleo, farinha) e comercialização.</p> <p>Elaborar estudos para a determinação da capacidade de suporte dos corpos d'água, visando à criação de áreas e parques aquícolas estaduais e federais (água da União).</p> <p>Elaborar planos de desenvolvimento da cadeia produtiva de pescados, em consonância com estudos para a implementação dos planos de manejo das unidades de conservação existentes.</p>

(continua)



Continuação do **Quadro 69** - Síntese de potencialidades, limitações e recomendações referentes ao tema **Aquicultura e Pesca: Corpos d'Água Marinhos/Estuarinos (Baía e Estuário)**

ASPECTO: CORPOS D'ÁGUA MARINHOS/ESTUARINOS (BAÍA E ESTUÁRIO)					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Município(s) onde ocorre(m) o(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) o(s) critério(s)	Atributo(s) que potencializa(m) a pesca e a aquicultura	Fator(es) que impede(m) ou restringe(m) a pesca e a aquicultura	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) da pesca e da aquicultura
Área de abrangência direta do Estuário do Prado (continuação)	Prado (TI Extremo Sul).	28, 29, 36			<p>Implantar estruturas de monitoramento estatístico e biológico da produção de pescados nos pontos de desembarque, visando reduzir deficiências nos dados oficiais e fornecer informações para uma gestão adequada dos recursos pesqueiros naturais.</p> <p>Monitorar as condições higiênicas e sanitárias dos produtos produzidos (especialmente moluscos), haja vista a poluição e contaminação crônica em áreas tradicionalmente produtoras.</p> <p>Realizar estudos de pré-investimento e fomentar a pesca e a aquicultura, com o fortalecimento das associações de pescadores e colônias de pesca, com a diminuição de intermediários na comercialização, bem como com a implantação de infraestrutura para armazenamento e transporte nos pólos de produção de pescado.</p> <p>Criar políticas de incentivos para a gestão pesqueira.</p>

(continua)

ASPECTO: CORPOS D'ÁGUA MARINHOS/ESTUARINOS (BAÍA E ESTUÁRIO)					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Município(s) onde ocorre(m) o(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) o(s) critério(s)	Atributo(s) que potencializa(m) a pesca e a aquicultura	Fator(es) que impede(m) ou restringe(m) a pesca e a aquicultura	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) da pesca e da aquicultura
Área de abrangência direta do Estuário de Caravelas	Caravelas e Nova Viçosa (TI Extremo Sul).	28, 36	Corpos d'água marinho-estuarinos com alto papel social na pesca artesanal e favorável para a aquicultura artesanal e de subsistência. As grandes dimensão e volume deste corpo hídrico possibilitam o desenvolvimento da pesca artesanal e de subsistência, além da aquicultura.	<p>Pouco estímulo para o aproveitamento do potencial da pesca artesanal oceânica de atuns e afins. A pesca oceânica de atuns e afins pode ser uma excelente alternativa para a atividade, diversificando a sua atuação e diminuindo a pressão sobre os recursos já explorados.</p> <p>Ocorrência de pesca com bombas. Este modo de pesca é altamente predatório e perigoso, causando danos de grandes proporções aos recursos pesqueiros locais.</p> <p>Intensos conflitos de interesse entre atividades diversas (indústria, turismo e agricultura), ocasionando impactos negativos diretos na oferta de pescados. As atividades elencadas são de grande porte, com interesses distintos e, em sua maioria, sem integração entre as suas ações no ambiente.</p> <p>Ausência de planos de manejo das unidades de conservação existentes, dificultando a gestão ambiental, embora haja grandes empresas que historicamente geram impactos negativos neste ambiente. O plano de manejo estabelece normas, procedimentos e critérios legais para o uso, gestão e monitoramento dos impactos neste ambiente.</p> <p>Sobre-exploração de estoques pesqueiros. O estado atual dos recursos pesqueiros, somado ao alto contingente de pescadores, aponta um cenário pouco promissor, caso não ocorram intervenções no sentido de minimizar ou eliminar os agentes causadores dos danos.</p> <p>Baixo potencial para piscicultura em tanques-rede, devido às fortes correntezas. Esta condição aliada a baixas profundidades constituem-se em características técnicas desfavoráveis à produção em tanques-rede.</p>	<p>Adotar inicialmente o parâmetro para utilização de no máximo 1% da lâmina d'água do corpo hídrico com aquicultura e iniciar monitoramento ambiental.</p> <p>Desenvolver instrumentos legais para a gestão integrada destes ambientes, inclusive zoneamentos específicos, considerando seus múltiplos usos e potenciais impactos na pesca e aquicultura.</p> <p>Realizar estudos prévios às ações de fomento à piscicultura em tanques-rede, a fim de identificar os locais mais abrigados de fortes correntes.</p> <p>Verificar padrão de qualidade da água, principalmente quanto às concentrações de fósforo e nitrogênio total, para utilização de áreas oligotróficas e não poluídas.</p> <p>Verificar compatibilidade para uso aquícola do corpo d'água (abastecimento humano, unidade de conservação, navegação, níveis de poluição e áreas tradicionais de pesca).</p> <p>Implementar planos de monitoramento ambiental nos locais de produção e desembarque de pescados, e nas áreas de produção aquícola ou que serão destinados a este fim, visando atender aos padrões de segurança alimentar.</p> <p>Priorizar o desenvolvimento aquícola em áreas que possuam estrutura para o aporte de insumos (ração e alevinos), beneficiamento (filé, couro, óleo, farinha) e comercialização.</p> <p>Elaborar estudos para a determinação da capacidade de suporte dos corpos d'água, visando à criação de áreas e parques aquícolas estaduais e federais (águas da União).</p> <p>Elaborar planos de desenvolvimento da cadeia produtiva de pescados, em consonância com estudos para a implementação dos planos de manejo das unidades de conservação existentes.</p> <p>Implantar estruturas de monitoramento estatístico e biológico da produção de pescados nos pontos de desembarque, visando reduzir deficiências nos dados oficiais e fornecer informações para uma gestão adequada dos recursos pesqueiros naturais.</p>

(continua)

Continuação do **Quadro 69** - Síntese de potencialidades, limitações e recomendações referentes ao tema **Aquicultura e Pesca: Corpos d'Água Marinhos/Estuarinos (Baía e Estuário)**

ASPECTO: CORPOS D'ÁGUA MARINHOS/ESTUARINOS (BAÍA E ESTUÁRIO)					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Município(s) onde ocorre(m) o(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) o(s) critério(s)	Atributo(s) que potencializa(m) a pesca e a aquicultura	Fator(es) que impede(m) ou restringe(m) a pesca e a aquicultura	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) da pesca e da aquicultura
Área de abrangência direta do Estuário de Caravelas (continuação)	Caravelas e Nova Viçosa (TI Extremo Sul).	28, 36			<p>Monitorar as condições higiênicas e sanitárias dos produtos produzidos (especialmente moluscos), haja vista a poluição e contaminação crônica em áreas tradicionalmente produtoras.</p> <p>Realizar estudos de pré-investimento e fomentar a pesca e a aquicultura, com o fortalecimento das associações de pescadores e colônias de pesca, com a diminuição de intermediários na comercialização, bem como com a implantação de infraestrutura para armazenamento e transporte nos pólos de produção de pescado.</p> <p>Criar políticas de incentivos para a gestão pesqueira.</p>

Fonte: Elaboração Consórcio Geohidro-Sondotécnica, 2013

Quadro 70 - Síntese de potencialidades, limitações e recomendações referentes ao tema **Aquicultura e Pesca: Viveiros de Maricultura**

ASPECTO: VIVEIROS DE MARICULTURA					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Município(s) onde ocorre(m) o(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) o(s) critério(s)	Atributo(s) que potencializa(m) a pesca e a aquicultura	Fator(es) que impede(m) ou restringe(m) a pesca e a aquicultura	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) da pesca e da aquicultura
Área igual ou superior a 1 mil ha de viveiros	Valença (TI Baixo Sul).	25, 26, 36	Excelente potencial instalado para maricultura, uma vez que há grande concentração de áreas com viveiros aptos à produção de organismos marinho-estuarinos.	<p>Dificuldades para obtenção ou renovação de licença ambiental, devido à ausência de alternativas eficientes para mitigação dos impactos negativos decorrentes do lançamento dos seus efluentes. Grande parte das fazendas de produção encontra-se sem licença ou sem renovação das mesmas, por falta de estratégias eficientes de controle, monitoramento e mitigação dos seus efluentes.</p> <p>Conflitos socioambientais entre as fazendas de maricultura e as comunidades de pescadores. Estes conflitos estão trazendo impactos negativos a ambas as partes, sem que haja uma mediação eficiente, por parte das instituições competentes.</p> <p>Inexistência de estudos sobre a capacidade de suporte dos ambientes com relação ao lançamento de efluentes, nas áreas onde estão implantadas as fazendas de maricultura. Estes estudos servem como parâmetros para o licenciamento ambiental e a gestão da atividade neste ambiente, assim como para ordenar o desenvolvimento da maricultura em viveiros.</p>	<p>Realizar estudos para definição de medidas mitigadoras compensatórias proporcionais aos níveis de impactos dos efluentes lançados, principalmente para os empreendimentos de médio e grande porte. Dentre as medidas destaca-se a adoção da aquicultura multitrófica integrada, com moluscos e macroalgas, que proporciona uma redução significativa no volume de efluentes.</p> <p>Fomentar a produção de organismos marinhos (peixes, camarões, moluscos e algas) em cultivos multitróficos.</p> <p>Mitigar os conflitos socioambientais através do envolvimento das comunidades de pescadores na produção de moluscos e algas, fomentadas pelos maricultores.</p> <p>Elaborar estudos sobre a capacidade de suporte dos ambientes nas áreas onde estão implantadas as fazendas de maricultura, visando estabelecer normas e limites para os si temas de produção e manejo para cada local.</p> <p>Aprimorar os mecanismos para licenciamento ambiental de empreendimentos de aquicultura, com vistas à celeridade dos processos de autorização, especialmente para pequenos produtores.</p> <p>Fornecer assistência técnica gratuita (ou subsidiada) para o licenciamento ambiental da aquicultura de pequeno porte.</p>
Área igual ou superior a 500 ha e inferior a 1 mil ha de viveiros	Jandaíra (TI Litoral Norte e Agreste Baiano).	35, 36	Alto potencial instalado para maricultura, uma vez que há grande concentração de áreas com viveiros aptos à produção de organismos marinho-estuarinos.	<p>Dificuldades para obtenção ou renovação de licença ambiental, devido à ausência de alternativas eficientes para mitigação dos impactos negativos decorrentes do lançamento dos seus efluentes. Grande parte das fazendas de produção encontra-se sem licença ou sem renovação das mesmas, por falta de estratégias eficientes de controle, monitoramento e mitigação dos seus efluentes.</p> <p>Conflitos socioambientais entre as fazendas de maricultura e as comunidades de pescadores. Estes conflitos estão trazendo impactos negativos a ambas as partes, sem que haja uma mediação eficiente, por parte das instituições competentes.</p> <p>Inexistência de estudos sobre a capacidade de suporte dos ambientes com relação ao lançamento de efluentes, nas áreas onde estão implantadas as fazendas de maricultura. Estes estudos servem como parâmetros para o licenciamento ambiental e a gestão da atividade neste ambiente, assim como para ordenar o desenvolvimento da maricultura em viveiros.</p>	<p>Realizar estudos para definição de medidas mitigadoras compensatórias proporcionais aos níveis de impactos dos efluentes lançados, principalmente para os empreendimentos de médio e grande porte. Dentre as medidas destaca-se a adoção da aquicultura multitrófica integrada, com moluscos e macroalgas, que proporciona uma redução significativa no volume de efluentes.</p> <p>Fomentar a produção de organismos marinhos (peixes, camarões, moluscos e algas) em cultivos multitróficos.</p> <p>Mitigar os conflitos socioambientais através do envolvimento das comunidades de pescadores na produção de moluscos e algas, fomentadas pelos maricultores.</p> <p>Elaborar estudos sobre a capacidade de suporte dos ambientes nas áreas onde estão implantadas as fazendas de maricultura, visando estabelecer normas e limites para os si temas de produção e manejo para cada local.</p>

(Continua)

Continuação do **Quadro 70** - Síntese de potencialidades, limitações e recomendações referentes ao tema **Aquicultura e Pesca: Viveiros de Maricultura**

ASPECTO: VIVEIROS DE MARICULTURA					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Município(s) onde ocorre(m) o(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) o(s) critério(s)	Atributo(s) que potencializa(m) a pesca e a aquicultura	Fator(es) que impede(m) ou restringe(m) a pesca e a aquicultura	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) da pesca e da aquicultura
Área igual ou superior a 500 ha e inferior a 1 mil ha de viveiros (continuação)	Jandaíra (TI Litoral Norte e Agreste Baiano).	35, 36			<p>Aprimorar os mecanismos para licenciamento ambiental de empreendimentos de aquicultura, com vistas à celeridade dos processos de autorização, especialmente para pequenos produtores.</p> <p>Fornecer assistência técnica gratuita (ou subsidiada) para o licenciamento ambiental da aquicultura de pequeno porte.</p>
Área igual ou superior a 250 ha e inferior a 500 ha de viveiros	Canavieiras (TI Litoral Sul); Santo Amaro (TI Recôncavo); Salinas da Margarida (TI Região Metropolitana de Salvador).	25, 27, 28, 33, 36	Moderado potencial instalado para maricultura, uma vez que há grande concentração de áreas com viveiros aptos à produção de organismos marinho-estuarinos.	<p>Dificuldades para obtenção ou renovação de licença ambiental, devido à ausência de alternativas eficientes para mitigação dos impactos negativos decorrentes do lançamento dos seus efluentes. Grande parte das fazendas de produção encontra-se sem licença ou sem renovação das mesmas, por falta de estratégias eficientes de controle, monitoramento e mitigação dos impactos de seus efluentes.</p> <p>Conflitos socioambientais entre as fazendas de maricultura e as comunidades de pescadores. Estes conflitos estão trazendo impactos negativos a ambas as partes, sem que haja uma mediação eficiente, por parte das instituições competentes.</p> <p>Inexistência de estudos sobre a capacidade de suporte dos ambientes com relação ao lançamento de efluentes, nas áreas onde estão implantadas as fazendas de maricultura. Estes estudos servem como parâmetros para o licenciamento ambiental e a gestão da atividade neste ambiente, assim como para ordenar o desenvolvimento da maricultura em viveiros.</p>	<p>Realizar estudos para definição de medidas mitigadoras compensatórias proporcionais aos níveis de impactos dos efluentes lançados, principalmente para os empreendimentos de médio e grande porte. Dentre as medidas destaca-se a adoção da aquicultura multitrófica integrada, com moluscos e macroalgas, que proporciona uma redução significativa no volume de efluentes.</p> <p>Fomentar a produção de organismos marinhos (peixes, camarões, moluscos e algas) em cultivos multitróficos.</p> <p>Mitigar os conflitos socioambientais através do envolvimento das comunidades de pescadores na produção de moluscos e algas, fomentadas pelos maricultores.</p> <p>Elaborar estudos sobre a capacidade de suporte dos ambientes nas áreas onde estão implantadas as fazendas de maricultura, visando estabelecer normas e limites para os si temas de produção e manejo para cada local.</p> <p>Aprimorar os mecanismos para licenciamento ambiental de empreendimentos de aquicultura, com vistas à celeridade dos processos de autorização, especialmente para pequenos produtores.</p> <p>Fornecer assistência técnica gratuita (ou subsidiada) para o licenciamento ambiental da aquicultura de pequeno porte.</p>

Fonte: Elaboração Consórcio Geohidro-Sondotécnica, 2013



**a) A presença de corpos hídricos continentais, estuarinos e marinhos, que tenham dimensões com potencial para o desenvolvimento da atividade, através do fomento governamental.**

**▪ Corpos hídricos continentais**

Segundo dados do MPA (2010), a produção baiana de pescados em ambientes continentais, no ano de 2009, alcançou um total de 33.956,50 t, representando pouco mais de 29% do total produzido no estado naquele ano. A pesca foi responsável por cerca de 52% da produção baiana continental, enquanto a aquicultura alcançou quase 48% desse total, com apenas 16.256,60 t. Isto evidencia o grande potencial baiano, em águas continentais, a ser desenvolvido.

A Bahia possui 143 corpos hídricos continentais com potencial (capacidade de acumulação igual ou superior a 100.000 m<sup>3</sup>) para o desenvolvimento da atividade, através do fomento governamental, sejam barragens, açudes e represas, que juntos podem acumular aproximadamente 55.365.402 m<sup>3</sup> de água. Destes reservatórios, 17 são considerados grandes corpos d'água continentais com alto potencial para a aquicultura em tanques-rede e para a pesca comercial. Outros 74 corpos hídricos apresentam excelentes volumes, com bom potencial para a aquicultura e a pesca artesanal. Além destes, 52 reservatórios de menor volume apresentam alto potencial para peixamento, voltado à pesca artesanal e de subsistência.

Ao analisar a distribuição geográfica destes corpos hídricos continentais nos Territórios de Identidade baianos, conforme a Tabela 3, é possível verificar que cerca de 84% da capacidade de acumulação de água destes reservatórios está localizada nos territórios do Sertão do São Francisco e de Itaparica, distribuídos em nove corpos hídricos. Nos territórios do Portal do Sertão e do Médio Rio das Contas encontram-se aproximadamente 11% da capacidade de acumulação de água dos corpos hídricos baianos com potencial para a pesca e aquicultura, distribuídos em três reservatórios.

**Tabela 3 - Volume total e número de corpos hídricos continentais da Bahia por Território de Identidade.**

TERRITÓRIO DE IDENTIDADE	VOLUME TOTAL (1.000 M <sup>3</sup> )	PERCENTUAL NO TOTAL	QUANTIDADE DE CORPOS HÍDRICOS	PERCENTUAL NO TOTAL
10 Sertão do São Francisco	34.120.827	62%	5	3%
24 Itaparica	12.078.216	22%	4	3%
19 Portal do Sertão	4.650.000	8%	1	1%
22 Médio Rio das Contas	1.691.406	3%	2	1%
13 Sertão Produtivo	437.186	1%	19	13%
26 Metropolitana de Salvador	398.146	1%	11	8%
15 Bacia do Jacuípe	361.179	1%	4	3%
03 Chapada Diamantina	329.536	1%	8	6%
20 Vitória da Conquista	304.112	1%	15	10%
Demais TIs com corpos de água continentais*	994.794	2%	74	52%
<b>TOTAL</b>	<b>55.365.402</b>	<b>100%</b>	<b>143</b>	<b>100%</b>

Fonte: Adaptado pelo autor com dados da SEI / CERB / EMBASA / CHESF / CODEVASF / DNOCS / SRH / Grupo Neoenergia Nota: Barramentos com volume de acumulação superior a 100.000 m<sup>3</sup>. \*Não foram registrados corpos hídricos com este volume nos territórios 6, 8, 9 e 21.

Para transformar este grande potencial hídrico continental em produção de pescados, a Bahia precisa inovar ao investir esforços e recursos para a demarcação de áreas aquícolas e parques aquícolas estaduais, com base na legislação federal vigente. O Decreto Federal nº 4.895/2003, que dispõe sobre a autorização de uso de espaços físicos de corpos d'água de domínio da União para fins de aquicultura e a INI 06/2004, a qual estabelece normas complementares sobre o uso de espaços físicos de corpos d'água de domínio da União para fins de aquicultura, são as principais referências para este fim. As áreas aquícolas são definidas como espaços físicos contínuos em meio aquático, delimitados, destinados a projetos de aquicultura, individuais ou coletivos. Os parques aquícolas são entendidos como espaços físicos contínuos em meio aquático, delimitados, que compreendem um conjunto de áreas aquícolas afins, em cujos espaços físicos intermediários também podem ser desenvolvidas outras atividades compatíveis

e/ou complementares com a prática da aquicultura, como a pesca. Os parques aquícolas só podem ser demarcados após a realização de estudos detalhados, os quais podem ser executados por instituições baianas de pesquisa. Devem ser realizadas modelagens matemáticas para a escolha dos locais de instalação dos empreendimentos, além de estudos de qualidade das águas, socioeconômicos e dos múltiplos usos (dentre eles a pesca) daquele corpo hídrico. Além de subsidiar todo o planejamento do desenvolvimento da aquicultura no corpo hídrico, estes estudos são a base para tornar o licenciamento ambiental mais rápido e eficiente, e para a realização de um monitoramento mais eficaz da qualidade ambiental, o qual assegurará que a expansão da atividade não comprometa as condições de equilíbrio do corpo hídrico. Ainda nesse contexto, a significativa demora na concessão das licenças ambientais necessárias (licença prévia, licença de instalação, licença de operação) contribui para uma maior informalidade do setor, e conseqüente insuficiência de controle e gestão pelo estado.

No processo de cessão de **parques aquícolas** da União, cerca de 60% das áreas são cedidas de forma não onerosa, com foco em empreendimentos sociais comunitários. O percentual restante pode ser concedido às empresas interessadas, de forma onerosa. Já as **áreas aquícolas** são integralmente entregues de forma onerosa, sendo que a empresa interessada deve tomar a iniciativa em requisitar a concessão. Entre 1998 e 2008 nenhum processo de cessão foi concluído, mas de 2008 a 2011 foram entregues quase três mil áreas aquícolas. Todavia, há demanda nacional para mais de cem mil áreas (MPA, 2012). Na Bahia, foram licitadas pelo MPA, em agosto de 2013, seis áreas aquícolas continentais, sendo cinco no Reservatório da UHE Moxotó e um no próprio rio São Francisco, totalizando 13,41 hectares, com capacidade para a produção de 4.260,8 t/ano de tilápia (*Oreochromis niloticus*). Isto poderá representar nos próximos anos um incremento de aproximadamente 26% na produção da aquicultura baiana continental.

A maior parte da produção aquícola da Bahia está concentrada na tilápia, criada em tanques-rede nos reservatórios do rio São Francisco, além da produção de peixes redondos, com destaque para o tambaqui e o pacu. A tilápia, espécie pouco valorizada até meados da década de 90, é hoje a principal espécie cultivada no Brasil, com a produção de 155.450 toneladas em 2010 (MPA, 2012). De acordo com os dados oficiais, entre 2000 e 2010 a produção de tilápia cresceu em média 17% ao ano, mais do que o crescimento médio de 10% experimentado pela aquicultura. A produção massiva de alevinos monossexo (machos), a adoção do cultivo em tanques-rede, a introdução de linhagens de melhor potencial genético, o desenvolvimento de rações de alta qualidade, o aproveitamento dos grandes reservatórios do país e a oferta de produtos (filé) com alta qualidade, foram fatores importantes na expansão do cultivo da tilápia nacional. A Bahia conta com diversos canais de mercado que levam a tilápia à mesa do consumidor, entre eles supermercados, peixarias e restaurantes. Transportadores de peixes, frigoríficos e atacadistas de pescado geralmente agem como intermediários nesta cadeia, comprando a tilápia a preços menores junto ao produtor. Supermercados, peixarias e restaurantes geralmente compram tilápia dos frigoríficos, pois exigem certificado de inspeção estadual ou federal, que geralmente os tilapicultores não dispõem. Os preços atualmente pagos nas pisciculturas da Bahia para vendas no atacado variam entre R\$ 2,50 e 4,80/kg, dependendo da região, tamanho do peixe, tipo de mercado e volume negociado, entre outros fatores.

A Bahia pode se posicionar entre os principais estados aquícolas do Brasil, pois dispõe de clima quente, terras amplas, muita água, produção de grãos, infraestrutura básica, mercado interno, estabilidade econômica, social e política, suprimento de energia, diversas espécies aquáticas, entre outros aspectos positivos para a aquicultura. As principais limitações e desafios para a expansão da pesca e aquicultura baiana continental são:

- Implantação de cultivos em tanques-redes em áreas com condições inadequadas para suas características ambientais (qualidade de água, profundidade) e físicas (correntes, ondas, ventos). A localização das estruturas de cultivo em áreas tecnicamente inadequadas implica em um baixo desempenho dos organismos em produção, e por conseqüência uma baixa rentabilidade, além de favorecer o surgimento e disseminação de doenças no corpo hídrico;
- Carência de assistência técnica e organização de grupos produtivos comunitários após a implantação do cultivo. A falta ou ineficiência da assistência técnica e de apoio à gestão são os principais motivos de insucesso da atividade aquícola, gerando ainda um olhar pessimista e frustrante sobre a atividade por parte dos seus potenciais beneficiários;
- Baixa remuneração dos pescadores e aquicultores em comparação às demais etapas da cadeia produtiva (intermediários e beneficiamento). Na cadeia produtiva de pescados os maiores lucros são obtidos pelos intermediários, indústrias de beneficiamento e agregação de valor, assim como pelos distribuidores. Para piorar, os maiores riscos na atividade são enfrentados pelos pescadores e aquicultores;
- Ineficiência na gestão da cadeia produtiva local de pescados, dificultando um melhor aproveitamento do mercado (aproveitamento de nichos e agregação de valor) e uma melhor organização produtiva cooperativista. Há uma grande demanda por estudos que contemplem uma visão sistêmica e integrada das cadeias produtivas locais destes corpos hídricos, que identifiquem as melhores oportunidades de mercado e apoiem as suas organizações produtivas para atuarem nessa direção;
- Poucas unidades de beneficiamento possuem Selo de Inspeção Federal (SIF) ou Estadual (SIE) com vistas a viabilizar o acesso ao mercado em outros estados ou municípios. Os Selos de Inspeção são uma exigência legal para a comercialização em outros municípios, estados e países. Há uma grande demanda nacional por pescados em mercados mais valorizados, como nos estados de RJ, SP e DF, que



importam esses produtos de outros países e estados. O SIE é uma exigência legal para a comercialização entre municípios do estado, possibilitando um melhor escoamento da produção e o acesso a possíveis mercados mais valorizados na Bahia.

Destaca-se também a necessidade de enfrentamento dos seguintes desafios para o desenvolvimento sustentável da piscicultura baiana: Redução nos custos, através do manejo mais eficiente da produção e aumento na rentabilidade com economia de escala, tanto nas pisciculturas, como nos frigoríficos; Aumento na participação de peixes no mercado consumidor de pescado, através da apresentação de produtos mais elaborados, com valor agregado e a preços mais competitivos; Adoção de procedimentos padronizados e boas práticas de produção para uma piscicultura sustentável; Manejo sanitário e biossegurança para prevenir que a indústria seja severamente atingida por doenças infecciosas, como o ocorrido em outros países; e a coordenação técnica e política da atividade, estimulando o crescimento sustentável da piscicultura em tanques-rede nos reservatórios estaduais e federais, além da formação de polos de produção em viveiros com reaproveitamento de água.

Dentre as principais recomendações para o desenvolvimento da aquicultura continental baiana, destacamos: Adotar inicialmente o parâmetro para utilização de no máximo 1% da lâmina d'água do corpo hídrico com aquicultura e iniciar monitoramento ambiental com vistas ao acompanhamento das condições ao longo do tempo; Verificar padrão de qualidade da água, principalmente quanto às concentrações de fósforo e nitrogênio total, para utilização dos corpos oligotróficos; Verificar compatibilidade para uso aquícola do corpo d'água (abastecimento humano, unidade de conservação, navegação, níveis de poluição e áreas tradicionais de pesca); Implementar planos de monitoramento ambiental nos corpos d'água que possuem produção aquícola ou que serão destinados a este fim, visando subsidiar o desenvolvimento sustentável da produção; Priorizar o desenvolvimento aquícola em áreas que possuam estrutura para o aporte de insumos (ração e alevinos), beneficiamento (filé, couro, óleo, farinha) e comercialização; Elaborar estudos para a determinação da capacidade de suporte dos corpos d'água, visando à criação de áreas e parques aquícolas estaduais e federais (águas da União); e Elaborar planos de desenvolvimento da cadeia produtiva aquícola para cada polo produtor.

Além do potencial de crescimento da piscicultura em tanques-rede nos grandes e médios corpos hídricos da Bahia, será fundamental o estímulo ao desenvolvimento de polos de produção de peixes e camarões (*Macrobrachium rosenbergii*) nos reservatórios menores, com alto potencial para peixamento, voltado à pesca artesanal e de subsistência. Nestes corpos a principal limitação está relacionada à ineficiência de ações e estratégias de peixamento, por não oportunizarem, na sua maioria, o incremento dos estoques locais. Grande parte das ações de peixamento não incorpora, em sua estratégia, alguns aspectos técnicos, tais como a soltura de juvenis, ao invés de alevinos, além da mobilização e capacitação dos beneficiários para a utilização do recurso e o monitoramento da efetividade da ação. Há hoje conhecimento suficiente sobre tecnologias de produção de peixes e camarões, em sistemas de policultivo, que demandam baixo investimento, utilizam recursos disponíveis nas propriedades rurais e se compatibilizam com a rotina de trabalho das famílias rurais. A produção geralmente ocorrerá de forma semi-intensiva, em pequenos açudes e viveiros, com o uso de restos de alimentos, de fertilizantes químicos ou orgânicos, subprodutos da roça (sobras de grãos, hortaliças, frutas, entre outros), forragens, eventualmente alguma ração, se for disponível, entre outros insumos. O sistema de criação ideal para isso é o policultivo, com o uso de espécies de peixes que exploram diferentes fontes de alimentos disponíveis nos viveiros, assegurando maior produtividade. Policultivos bem conduzidos, manejados com o uso de fertilizantes e subprodutos disponíveis nas propriedades, podem alcançar produtividade anual superior a quatro toneladas de peixes por hectare (40 kg de peixes a cada 100 m<sup>2</sup>). Seguindo o conceito de produção para subsistência ou de produção com o mínimo custo, alguns pré-requisitos básicos precisam ser obedecidos, de maneira que seja possível maximizar as chances de sucesso dessas produções, entre eles:

a) A criação deve ser baseada no uso de peixes onívoros e camarões, ou seja, aqueles que aceitam diversos tipos de alimentos, e que possibilitam, assim, o aproveitamento de diversos tipos de alimentos e subprodutos disponíveis nas propriedades rurais. Entre muitas espécies, merecem destaque aquelas com habilidade de consumir fitoplâncton e zooplâncton (espécies planctófagas), que são organismos animais e vegetais bem pequenos que se desenvolvem na água dos viveiros e podem ter sua biomassa aumentada através da adubação. As tilápias, a carpa prateada, a carpa cabeça grande e o próprio tambaqui são exemplos de peixes planctófagos. Peixes onívoros capazes de consumir e aproveitar bem alimentos vegetais (peixes com hábito alimentar herbívoro), como a carpa capim, a piapara e alguns tipos de pias, bem como peixes que aproveitam frutas e sementes, como o tambaqui, o pacu, a pirapitinga e seus híbridos, possibilitam o aproveitamento de forragens, sobras de hortaliças, de frutas e grãos, que sempre ocorrem em propriedades rurais. Ainda há os peixes onívoros com hábito alimentar bentóforo, ou seja, aproveitam organismos animais e vegetais que se desenvolvem no fundo ou no substrato dos viveiros (algas, pequenos moluscos, larvas de insetos, vermes, entre outros). Alguns exemplos de peixes de hábito alimentar bentóforo são: a carpa comum, o curimatã, a curimatã, entre outros. O camarão da Malásia (*Macrobrachium rosenbergii*) é um camarão de água doce da família dos palemonídeos, muito parecido com o nosso pitu. Também chamado de "lagostim de água doce" e "gigante da Malásia", é uma das espécies mais procuradas com alto valor de mercado e com cultivo no Brasil e em vários países. A sua reprodução ocorre naturalmente em rios, lagos e reservatórios que se comunicam com águas salobras, onde o desenvolvimento larval se completa. Pode atingir 32 cm de comprimento e 500 gramas de peso (comercialmente entre 15 e 50 gramas). Na natureza sua dieta é bem diversificada, consumindo vermes, moluscos, larvas e insetos aquáticos e vegetais, como algas, plantas aquáticas, folhas tenras, sementes e frutas;

b) Uso de espécies de peixes de fácil obtenção dos alevinos por meio de desovas naturais que ocorram na propriedade, sem a necessidade de grande intervenção humana, a exemplo do que pode ser obtido em peixes como as tilápias, as carpas, os

lambaris, entre outros. Ou, então, que estes alevinos estejam disponíveis localmente a preços acessíveis, como já ocorre em diversas regiões com peixes como o tambaqui, tambacu, pacu e pias;

c) Os peixes devem ser alimentados preferencialmente com resíduos e subprodutos que não podem ser aproveitados na alimentação humana, como restos de culturas, forragens, frutas passadas ou excedentes/sobras de comida, farelos vegetais, entre outros;

d) Uso de sistemas de baixa manutenção, onde o produtor não tenha de despender muito do seu tempo, de modo que possa realizar outras atividades produtivas, por exemplo, aplicando adubo 1 a 2 vezes/semana ou fornecendo algum tipo de alimento uma vez ao dia. Diversas espécies podem ser utilizadas, respeitando as preferências e restrições regionais (restrições ambientais e ou quanto à disponibilidade de alevinos). A tilápia, o tambaqui e o pacu são espécies-chaves em uma piscicultura de subsistência, seja pela diversidade dos alimentos que aproveitam, pela qualidade da carne e bons índices de crescimento, bem como pela facilidade de obter alevinos a preços acessíveis em quase todo o país. Outros peixes planctófagos, como as carpas prateadas e a carpa cabeça grande, também são adequados para uso nos policultivos. A carpa capim e os pias também são indicados, pois possibilitam o aproveitamento de vegetais (forragens, plantas aquáticas, restos de hortaliças, entre outros), e apresentam rápido crescimento e carne de boa qualidade. O curimatã, curimatã e a carpa comum também são espécies que podem ser utilizadas nestes policultivos, aproveitando resíduos orgânicos e alimentos naturais no substrato dos viveiros.

Peixes de hábitos carnívoros, como as traíras, tucunaré, pintado e outros, não são adequados como espécie principal em um sistema onde praticamente não se usa ração. No entanto, podem ser ferramentas úteis em um policultivo, controlando a população de peixes pequenos que pode aumentar excessivamente com a reprodução natural de algumas espécies (como a tilápia e as carpas, por exemplo) ou com a entrada indesejada de indivíduos nos reservatórios de criação através da água de abastecimento. A maioria destas espécies, com exceção da tilápia e da carpa comum, demanda uma reposição periódica de alevinos, pois não se reproduzem naturalmente nos viveiros.

Os alevinos das espécies escolhidas podem ser estocados diretamente nos reservatórios. No entanto, seria melhor contar com um pequeno viveiro de alevinagem, ou mesmo um cercado no próprio viveiro de criação, protegido com linha, tela ou rede antipássaro, onde estes alevinos possam ser mantidos por um ou dois meses, evitando predações por aves e mesmo por peixes maiores que possam já estar presentes nos viveiros. Na Bahia, assim como ocorre em diversos países na Ásia, África e América Latina, a tilápia é uma das melhores opções de peixe para programas de piscicultura familiar de subsistência. Esta espécie atende a maioria dos pré-requisitos para produção semi-intensiva e de subsistência. Tilápias são bastante prolíficas desde jovem, sendo assim um ótimo instrumento para a produção de grande biomassa de alimento em curto espaço de tempo, suprindo, dessa forma, a carência por proteína das populações rurais mais pobres. Na Bahia, as tilápias estão disseminadas em açudes na maioria das propriedades, e constituem uma importante fonte de proteína para as famílias rurais. A grande capacidade de reprodução da tilápia traz a vantagem ao produtor rural de ter autonomia na obtenção dos alevinos, reduzindo a dependência de compra de alevinos de terceiros ou de obter doações de instituições governamentais. No entanto, a reprodução natural da tilápia pode levar a uma excessiva população nos viveiros e redução no porte e valor dos peixes obtidos, embora isso contribua com o aumento da produção de proteína por unidade de área, que geralmente é o objetivo em uma piscicultura de subsistência. Ainda assim, o produtor pode amenizar este problema da excessiva reprodução da tilápia usando a sexagem manual dos juvenis que serão estocados nos viveiros de produção. A assistência técnica é fundamental, pois as boas práticas da atividade ainda são pouco disseminadas entre os produtores. Em virtude da falta de conhecimento e da ausência de assistência técnica, surgem problemas de manejo, como o excesso ou insuficiência de ração, doenças, maior mortalidade, problemas de higiene etc. Quando o manejo é inadequado, determinadas espécies (como tilápia, dourados e camarões) costumam ingerir algas que conferem à carne um gosto de lama. O consumidor passa a rejeitar aquele alimento, julgando que é um problema daquela espécie, o que é prejudicial à indústria, inclusive aos que realizam um bom manejo.

No que se refere à pesca extrativista baiana continental, há poucas informações disponíveis, essas mais direcionadas à bacia do São Francisco, publicadas pelo IBAMA (2006), como resultado do Programa de Revitalização do São Francisco, no relatório do Censo Estrutural da Pesca - Estatística de Desembarque Pesqueiro. Segundo este relatório, a bacia do São Francisco possui uma extensão em torno de 1.269 km entre os municípios de Carinhanha e Paulo Afonso. O estado da Bahia possui três dos dez afluentes principais de contribuição importante para o seu volume total, representados pelos Rios Carinhanha, Corrente e Grande. A bacia é composta neste trecho, por 236 municípios e uma população em torno de seis milhões de habitantes (IBGE, 2000), porém, apenas 29 municípios estão localizados na sua calha principal e na do Rio Grande, que por isso possuem expressividade na atividade pesqueira. A pesca é exercida essencialmente de forma artesanal, sendo importante fonte proteica para as comunidades localizadas ao longo da calha do rio. Além de fonte de alimento, a pesca é uma das principais atividades geradoras de renda para a população, onde se estima que ela congregue cerca de 30 mil pessoas entre pescadores, familiares diretamente envolvidos e atravessadores.

Esta produção pesqueira continental vem sofrendo declínio nas últimas décadas, fato motivado por ações antrópicas, como: barramentos, redução do caudal nas lagoas marginais, impedimento da migração das espécies rio acima, desmatamento da vegetação natural e destruição das matas ciliares, além da poluição proveniente dos esgotos domésticos e de atividades agrícolas. Nas 29 cidades onde há atividade pesqueira, existe cerca de 332 locais de desembarque, com destaque para os municípios de Ibotirama, Barra, Xique-Xique e Sento Sé, que juntas reúnem 142 pontos. Além da pesca, outras atividades também são desenvolvidas nas localidades onde ocorrem desembarques de pescado, tais como agricultura, pecuária e comércio. Os municípios de Paulo Afonso, Juazeiro, Bom Jesus da Lapa, Xique-Xique e Barreiras são aqueles em que se verifica um maior desenvolvimento econômico. Durante um Censo Pesqueiro realizado na região, dos 9.531 produtores cadastrados no Estado da

Bahia, 2.020 (21,2%) estão concentrados nos municípios de Xique-Xique, Sento Sé com 1.233 (12,9%), Pilão Arcado com 834 (8,8%) e Barra com 823 (8,6%). Já os municípios de Wanderley, Riachão das Neves, Serra do Ramalho, Paulo Afonso e Mansidão, são os que apresentam os menores números, com 11, 21, 86, 5 e 3 pescadores, respectivamente. No entanto, estes dados não refletem a realidade de todos os pescadores envolvidos na atividade pesqueira na bacia, pois esta informação resultou do cruzamento de dados do programa ESTATWEB, obtidos apenas dos pescadores organizados junto às Colônias durante a etapa de execução do censo, muito embora se estime um número bem superior ao levantado por município. A frota pesqueira nesta região é constituída por 11.344 embarcações, onde, deste total, 10.369 (91,4%) são canoas e regatas movidas a remo, 930 (8,2%) canoas a motor e apenas 45 (0,4%) barcos de pesca. O maior quantitativo de embarcações cadastradas foi encontrado nos municípios de Xique-Xique, Sento Sé, Pilão Arcado, Barra e Ibotirama, correspondendo a 20,4 % (2.315), 11,7% (1.326), 10,2 % (1.153), 8,6% (973) e 7,5% (853) em relação ao total, respectivamente. Por outro lado, em Barreiras, Mansidão, Itaguaçu, Paulo Afonso e Wanderley foram cadastrados apenas os seguintes quantitativos: 2, 3, 4, 11 e 11 embarcações, respectivamente. A pesca nesta região não apresenta diferenças entre os municípios, ou seja, as redes de emalhar, as linhas de mão e os espinhéis são os aparelhos de pesca mais utilizados, sendo que grande parte do pescado é capturado através de redes ceceias operadas preferencialmente à deriva. A maior parte das espécies de importância comercial capturadas é composta por: curimatã, dourado, pescada do Piauí, piau verdadeiro, piranha, surubim, entre outras. As redes ceceias são o apetrecho de pesca com um maior número de espécies capturadas, salientando-se que várias espécies são apanhadas por mais de um tipo de equipamento. Apenas nas pescarias com linhas se utiliza como isca, o camarão.

Dentre as principais limitações da pesca artesanal continental na Bahia está a ausência de estudos voltados à recuperação e gestão dos estoques naturais, e ao ordenamento da pesca comercial. Os estudos para o ordenamento pesqueiro e a gestão dos estoques naturais são ferramentas imprescindíveis para o planejamento e a sustentabilidade da atividade pesqueira nestes ambientes. Também se observa a ausência de ações voltadas à definição e implementação de cotas de produção familiares de pescado, que assegurem renda digna e manutenção dos estoques. As cotas de produção familiares de pescado são implementadas através de acordos de pesca, e são projetadas para assegurar uma renda digna e adequadamente distribuída às famílias envolvidas na atividade. Estas cotas são definidas em função dos estudos de gestão e ordenamento pesqueiro.

Como recomendação se destaca a necessidade de elaborar estudos voltados à recuperação e gestão dos estoques naturais, e ao ordenamento da pesca comercial, além das recomendações anteriormente citadas, que estão relacionadas à cadeia produtiva de pescados.

#### • **Corpos hídricos estuarinos e marinhos**

Para definir a presença dos principais corpos hídricos estuarinos e marinhos da Bahia, com dimensões relevantes ao fomento governamental da atividade, foram identificadas as principais baías, complexos estuarinos e estuários, em função do porte e tipo de ambiente predominante. Estes corpos foram reunidos em duas classes distintas. Na primeira Classe, estão as baías de Todos os Santos e de Camamu, grandes corpos d'água marinhos/estuarinos com alto potencial para a aquicultura e pesca artesanal na Bahia.

A Baía de Todos os Santos (BTS) é uma reentrância costeira localizada no estado da Bahia, sendo considerada a maior e mais importante baía navegável da costa tropical do Brasil, e a segunda maior baía do mundo (depois do Golfo de Bengala). Sua área superficial é de 1.233 km<sup>2</sup>, com profundidade média de 9,8 metros, chegando até 42 metros, com visibilidade de mergulho entre 10 e 20 metros. A região da BTS abrange 16 municípios nos quais há diversas comunidades cuja atividade principal é a pesca. A atividade extrativista é realizada através da pesca e da mariscagem, sendo uma importante fonte de alimentação, emprego ou de complementação de renda, através da venda do excedente e/ou de pescados mais nobres. A pesca é realizada principalmente por homens, que utilizam embarcações e múltiplos petrechos de pesca para a captura de peixes, lagostas e camarões. A mariscagem é exercida, principalmente, por mulheres e crianças, nas praias, coroas e nos manguezais, para a extração de moluscos e crustáceos (sirís e caranguejos). O mergulho também é uma atividade predominantemente masculina, sendo praticado para a captura manual de moluscos e lagostas, ou para a caça, com arbalète, de lagostas e peixes. De acordo com os dados estatísticos oficiais do EstatPESCA, historicamente, Salvador, Maragogipe e Vera Cruz são os municípios com maior número de embarcações, sendo a canoa a remo a principal embarcação cadastrada (68,3%, nesses três municípios), representando mais de 90% do total de embarcações em oito dos municípios da BTS. Nesses três principais municípios, a quantidade de embarcações, excetuando-se a canoa a remo, é: bote a remo (10,6%), saveiro (6,6%), bote motorizado (6,0%) e outros tipos de embarcação (8,5%). Um total de 18 petrechos ou a combinação de vários petrechos, a coleta manual e o mergulho livre são utilizados para a extração de pescados na área estuarina e costeira dos municípios da BTS. A rede de espera é o petrecho mais importante, contribuindo com mais da metade das capturas em Simões Filho, aproximadamente 1/3 das capturas em Madre de Deus, Aratuípe, Jaguaripe, São Felix e Saubara, e mais de 16% das capturas em outros sete municípios da BTS. Rede de cerco, rede camaroeira, rede de arrasto de praia, linhas, curral (sinônimo de camboa) e coleta manual também são importantes. Nos 16 municípios da BTS, a produção é composta por 86 tipos de pescados, sendo 67 peixes, 12 moluscos e 7 crustáceos. Nos municípios, a proporção da produção de peixes, crustáceos e moluscos segue a mesma tendência da distribuição geral da BTS. Os principais produtores de peixes são os municípios de Salvador e Maragogipe, sendo que neste último, ocorre menor variação anual da produção de peixes. As maiores variações ocorrem em Candeias e em Salinas da Margarida. Os principais municípios produtores de crustáceos são Maragogipe e Vera Cruz. As menores variações interanuais ocorrem em Santo Amaro e Jaguaripe. A principal contribuição para a produção de moluscos é proveniente de Maragogipe. Com exceção de Candeias, todos os outros municípios possuem grande variabilidade de produtos.

A Baía de Camamu é a terceira maior baía do Brasil e a segunda do estado da Bahia, ficando em volume de água, atrás da baía de Todos os Santos e da baía de Guanabara, esta última no estado do Rio de Janeiro. A Baía de Camamu possui uma área de aproximadamente 24 km de largura e 43 km de fundo, na região conhecida como Costa do Dendê. Nesta baía destacam-se alguns ambientes pela sua beleza cênica e importância ecológica, tais como: a lagoa do Cassange, com 8 km de extensão, permeada em parte por restinga ainda preservada; extensos manguezais; resquícios de Mata Atlântica em bom estado de regeneração (ou conservação?); cachoeiras e muitas praias com enseadas e piscinas naturais. Situada no litoral sul da Bahia, há 335 km da capital Salvador, possui lugares históricos e turísticos como Barra Grande, Camamu e Marau.

Dentre as principais limitações destes grandes corpos hídricos estão: Produção e comercialização de pescados em grandes áreas poluídas por efluentes industriais e domésticos, com registros de áreas notoriamente poluídas por metais pesados e outros compostos, onde se produz e se consome pescados oriundos destes ambientes; Alta incidência de pesca com bombas, prática essa altamente predatória e perigosa, causando danos de grandes proporções aos recursos pesqueiros locais; Intensos conflitos de interesse entre atividades diversas (navegação, indústria e turismo), ocasionando impactos negativos diretos na oferta de pescados, sendo que tais atividades elencadas são de grande porte com interesses distintos e, em sua maioria, sem integração entre as suas ações no ambiente; Ausência de planos de manejo da APA Baía de Todos os Santos e da APA de Camamu, embora haja grandes empresas que historicamente geram impactos negativos neste ambiente, o que dificulta a gestão ambiental, visto que tais planos estabelecem normas, procedimentos e critérios legais para o uso, gestão e monitoramento dos impactos neste ambiente; e Sobre-exploração de estoques pesqueiros, sendo que o estado atual dos recursos pesqueiros, somado ao alto contingente de pescadores, aponta um cenário pouco promissor, caso não ocorram intervenções neste sentido.

As principais recomendações são: Adotar inicialmente o parâmetro para utilização de no máximo 1% da lâmina d'água do corpo hídrico com aquicultura e iniciar monitoramento ambiental; Verificar padrão de qualidade da água, principalmente quanto às concentrações de fósforo e nitrogênio total, para utilização de áreas oligotróficas e não poluídas; Verificar compatibilidade para uso aquícola do corpo d'água, em consonância com outros usos, como: abastecimento humano, unidade de conservação, navegação, níveis de poluição e áreas tradicionais de pesca; Implementar planos de monitoramento ambiental nos corpos d'água que possuem produção aquícola ou que serão destinados a este fim, visando subsidiar o desenvolvimento da produção; Priorizar o desenvolvimento aquícola em áreas que possuam estrutura para o aporte de insumos (ração e alevinos), beneficiamento (filé, couro, óleo, farinha) e comercialização; Elaborar estudos para a determinação da capacidade de suporte dos corpos d'água, visando à criação de áreas e parques aquícolas estaduais e federais (águas da União); Elaborar planos de desenvolvimento da cadeia produtiva aquícola para cada polo produtor, em consonância com estudos para a implementação dos Planos de Manejo das Unidades de Conservação existentes; Implantar estruturas de monitoramento estatístico e biológico da produção de pescados nos pontos de desembarque, visando reduzir deficiências nos dados oficiais e fornecer informações para uma gestão adequada dos recursos pesqueiros naturais; Monitorar as condições higiênicas e sanitárias dos produtos produzidos (especialmente moluscos), haja vista a poluição e contaminação crônica em áreas tradicionalmente produtoras; e Criar políticas de incentivos para o licenciamento ambiental.

Na segunda classe, os corpos d'água marinhos/estuarinos baianos possuem relevante papel social na pesca artesanal e são favoráveis à aquicultura artesanal e de subsistência. São eles: Área de abrangência direta do Estuário do Rio Real; Área de abrangência direta do Complexo Estuarino do Baixo Sul (de Aratuípe a Ituberá); Área de abrangência direta do Estuário de Canavieiras; e Área de abrangência direta do Estuário do Prado.

O Baixo Sul é composto por onze municípios, perfazendo uma área de 6.139 km<sup>2</sup>. O caráter urbano dos municípios costeiros incide predominante em seus respectivos distritos sede, os quais compõem uma rede de cidades interligadas pela dinâmica de suas atividades econômicas. A distribuição desta população não ocorre de forma regular, estando concentrada na estreita faixa litorânea. Nesse espaço se particulariza uma dinâmica dirigida a dois segmentos: o turístico e às populações residentes. De acordo com dados do projeto Centro Integrado da Pesca Artesanal (CIPAR) Baixo Sul, com relação à pesca costeira marinha, oito municípios estão situados na porção litorânea do Baixo Sul com um universo total de 95 comunidades pesqueiras artesanais. Estima-se que haja algo em torno de 14.000 pescadores e marisqueiras no Baixo Sul (5.831, segundo dados do RGP), empregando um universo aproximado de quase 2.000 embarcações, responsáveis por entre 20 e 32,5% da produção total do litoral baiano. É, portanto, a segunda maior produção pesqueira do estado da Bahia segundo dados oficiais. A expressividade social e econômica da pesca e dos pescadores artesanais na região é afirmada pelo papel do pescador na produção de alimentos, sobretudo se considerarmos que o escoamento da produção oriunda dessas localidades destina-se ao abastecimento do mercado interno, local, regional e estadual e, em menor escala, do mercado internacional. A produção total dos frutos do mar do Baixo Sul é resultado da captura de mais de sessenta espécies, dentre os quais, onze deles – vermelhos, camarão (grande, médio e pequeno), sardinhas (faca e do reino), carapeba, tainha, arraia, pescada e robalo – respondem historicamente por cerca de 63,5% da produção total.

Além das limitações já mencionadas para os corpos marinhos/estuarinos da Classe 1, pode-se acrescentar para a Classe 2, o seguinte: Baixo potencial para piscicultura em tanques redes, devido às fortes correntezas e baixas profundidades, tendo em vista que essas não são características técnicas favoráveis à produção em tanques-rede; e no caso do estuário do rio real, as dificuldades decorrentes das implicações do uso compartilhado entre os estados de Bahia e Sergipe. Nesse caso, há necessidade de um esforço maior quanto à articulação governamental entre os dois Estados e à integração entre as instituições estaduais responsáveis pela gestão e ordenamento da atividade. Apesar do enorme potencial, a aquicultura marinha em corpos hídricos marinhos/estuarinos da Bahia é incipiente, e a produção do estado se restringe praticamente à carcinicultura praticada em viveiros, a qual será abordada em outro indicador.



**b) O contingente de pescadores e marisqueiras registrados em cada município, como o capital humano que necessita de ações de apoio e organização para o pleno exercício do seu trabalho**

A Bahia alcançou o contingente de mais de 126 mil pescadores registrados no ano de 2013 (MPA, 2013), reunindo o terceiro maior contingente do país, segundo consulta ao banco de dados do RGP. (MPA, 2013). Em 2009, este contingente era formado por cerca de 50,3% de homens e por 49,7% de mulheres, as quais atuam como marisqueiras. Os pescadores e marisqueiras baianos estão distribuídos por faixa etária, com apenas cerca de 0,5% de jovens menores que 20 anos, frente a aproximadamente 76,6% de adultos entre 20 e 49 anos, somados aos cerca de 20,7% entre pessoas 50 e 69 anos e 0,2% de pescadores com mais de 70 anos (MPA, 2010). Mais de 20% do contingente de pescadores e marisqueiras baianos estarão em idade de aposentadoria compulsória em 2033 e aproximadamente 4% destes já se encontrarão nesta condição em 2023. Por outro lado, destacamos uma ínfima participação de 0,5% de jovens menores de 20 anos na atividade pesqueira da Bahia, revelando a ausência de políticas e ações efetivas para a inserção deste público na atividade, o que preocupa quanto à manutenção da secular cultura pesqueira entre as próximas gerações das populações ribeirinhas. Conforme apresentado na Tabela 4, a análise dos dados do RGP em 2013 demonstra que o contingente de pescadores e marisqueiras está mal distribuído, situando-se em 39% dos 417 municípios baianos. Dentre estes 216 municípios, cerca de 41% dos pescadores e marisqueiras estão registrados em Salvador, utilizando a costa soteropolitana, a Baía de Todos os Santos e os reservatórios continentais para as suas atividades, e outros 46% estão distribuídos em mais 19 municípios. Entre os cerca de 87% do contingente pertencente a esses 20 municípios, temos quase 81% habitando em regiões marinhas e/ou estuarinas e cerca de 19% atuando em ambientes continentais. Vale destacar que entre os municípios pesqueiros, em 86 ocorre o registro de menos de 10 pescadores e marisqueiras, sendo que em 35 destes registra-se apenas 1 pescador, demonstrando a necessidade iminente de maiores esforços governamentais estaduais com vistas a ampliar e articular o cadastramento de novos pescadores e marisqueiras nestes municípios, e inseri-los nas políticas de combate a pobreza e seguridade social. Um fator facilitador desta ação são os benefícios imediatos obtidos pelos trabalhadores cadastrados no RGP, como o seguro defeso e a comprovação de tempo de serviço para a aposentadoria.

**Tabela 4** - Quantidade de pescadores e marisqueiras da Bahia por Território de Identidade, cadastrados no Registro Geral da Pesca (RGP), em maio de 2013

TERRITÓRIO DE IDENTIDADE	NÚMERO DE PESCADORES (RGP)	PERCENTUAL NO TOTAL	
26	Metropolitana de Salvador	68.486	54%
02	Velho Chico	15.335	12%
21	Recôncavo	13.055	10%
10	Sertão do São Francisco	9.122	7%
06	Baixo Sul	5.831	5%
07	Extremo Sul	5.589	4%
05	Litoral Sul	2.920	2%
18	Agreste de Alagoinhas/Litoral Norte	2.456	2%
11	Oeste Baiano	1.298	1%
	Demais TIs com pescadores*	1.912	3%
	<b>TOTAL</b>	<b>126.004</b>	<b>100%</b>

Fonte: Adaptado pelo autor com dados do RGP do MPA (2013). \*Não foram registrados pescadores nos territórios 12 e 16.

Dentre as principais limitações relacionadas aos pescadores e marisqueiras da Bahia, estão: i) pressão do esforço de pesca nos estoques pesqueiros já sobre explorados, sendo que o contingente de pescadores e marisqueiras envolvidos na atividade no município ou corpo hídrico pode gerar um desequilíbrio entre a oferta natural de pescados e o esforço de pesca sobre estes estoques; ii) produção de pescados em ambientes notoriamente poluídos por efluentes industriais e domésticos, havendo registros de áreas notoriamente poluídas por metais pesados e outros compostos, onde se produz e se consome pescados, principalmente na Baía de Todos os Santos; iii) ausência de fórum municipal para definição das demandas prioritárias das comunidades pesqueiras,

dificultando a articulação necessária ao desenvolvimento do setor, havendo necessidade de criação de um fórum municipal e/ou regional que congregue a todos e viabilize um canal de discussão permanente; iv) ausência de política de estímulo à profissionalização dos filhos de pescadores para a atividade, haja vista que a participação de jovens menores que 20 anos na atividade pesqueira da Bahia é de apenas 0,5%, o que revela a ausência de políticas e ações efetivas para a inserção deste público na atividade; v) insuficiência de ações voltadas à assistência técnica continuada e apoio à gestão na implementação de projetos sócios produtivos. Esses motivos de insucesso de projetos socioprodutivos geram ainda um olhar pessimista e frustrante sobre a atividade, por parte dos seus potenciais beneficiários.

Segundo informações da Superintendência Federal da Pesca e Aquicultura no Estado da Bahia – SFPA-BA, em 2008, o Arranjo da Pesca e Aquicultura na Bahia possui 190 instituições representantes do capital social nos municípios em que a atividade pesqueira está presente, onde se destacam as 74 Colônias de Pescadores, cerca de 114 Associações, além de Cooperativas e Sindicatos de trabalhadores da pesca e da aquicultura. As colônias são as representações mais antigas da pesca e estão vinculadas principalmente a Federação de Pescadores da Bahia – FEPEBSA. As associações surgiram, em sua maioria, na tentativa de suprir as deficiências de gestão das colônias, como também para atender a um número maior de pescadores. Outras formas de representação social são os sindicatos e cooperativas. É importante destacar que salvo exceções, as organizações do setor pesqueiro na Bahia são carentes na prática do espírito cooperativo entre seus integrantes e entre as organizações de um mesmo território ou macrorregião. As instituições pesqueiras estão presentes em cerca de 96 municípios baianos, onde em quase 63% destes, há o registro de apenas uma organização social, frente ao fato de 68% das instituições pesqueiras baianas estarem concentradas em 36 municípios, com destaque para Salvador, Maragogipe, Salinas das Margaridas e São Francisco do Conde, que juntos reúnem cerca de 22% destas representações sociais.

Um dos entraves para o desenvolvimento do setor pesqueiro baiano é a pouca disponibilidade de profissionais especializados nesta área, disponíveis para a prestação de assistência técnica aos produtores, além de observarmos poucas iniciativas para o desenvolvimento de pesquisas aplicadas às reais necessidades deste público, assim como estudos direcionados ao planejamento e monitoramento do desenvolvimento local da atividade. Na Bahia há uma oferta de cursos superiores que podem contribuir para desenvolvimento do arranjo da pesca e aquicultura, em que merecem registro os cursos de Engenharia de Pesca da UNEB e da UFRB, sediados respectivamente em Paulo Afonso e Cruz das Almas, além do curso de oceanografia da UFBA e outros cursos de áreas afins, presentes na UEFS, UNIVASF, UESC, além de outras faculdades particulares, que também formam outros profissionais que atuam na atividade pesqueira. Apesar disso, há apenas um curso técnico de pesca e aquicultura do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IF Baiano) em Valença, o que demonstra a necessidade da criação de mais cursos técnicos de formação específica, como também de ações que fomentem a inserção destes profissionais nas áreas de produção ou com potencial para tal. Além da insuficiência de profissionais ante as dimensões territoriais da Bahia, há pouca integração entre as pesquisas destas instituições com as demandas do setor produtivo, nas áreas de tecnologia, ambiental, capacitação e de controle de qualidade dos fornecedores de insumos da cadeia produtiva da pesca e aquicultura na Bahia. No caso da pesca, destacamos a carência de estudos voltados à recuperação e gestão dos estoques naturais, e ao ordenamento da pesca comercial, que viabilizem a implementação de ações voltadas às cotas de produção familiares de pescado, que assegurem renda digna e manutenção dos estoques. Além disso, outra ação emergencial a ser pesquisada está relacionada às estratégias de peixamento atualmente praticadas, visto que grande parte destas, não incorporam alguns aspectos técnicos, tais como a soltura de juvenis, ao invés de alevinos, além da mobilização e capacitação dos beneficiários para a utilização do recurso e o monitoramento da efetividade da ação. No tocante a aquicultura, um dos gargalos de maior relevância no setor aquícola é o desenvolvimento tecnológico, visto que o peixe que se encontra com pacote tecnológico mais otimizado na Bahia é a tilápia. Além disso, um ponto que merece destaque é a produção de alevinos, que apesar da pouca importância dispensada pelo setor e dos baixos custos na sua aquisição, a genética dos alevinos é o elo de maior relevância da cadeia aquícola. É preciso também envolver as instituições de pesquisa e extensão nos estudos voltados à demarcação de áreas aquícolas e parques aquícolas, estaduais e federais, no caso dos corpos hídricos que também estão inseridos em outros estados, além da Bahia, a fim de aumentar a oferta de pescados no estado.

O pescado é uma das fontes de proteína mais equilibradas em aminoácidos essenciais, é rico em minerais e em ácidos graxos essenciais de grande importância na nutrição humana. Assim, é inquestionável sua qualidade nutricional e sua importância para o incremento do valor nutricional das dietas das populações mais carentes. No entanto, o pescado hoje na Bahia, adquirido nas gôndolas de supermercados e peixarias, ainda é um produto pouco acessível à boa parte a população. Em zonas rurais e ribeirinhas, o pescado consumido geralmente é proveniente da pesca local ou de alguma forma extensiva de criação.

Em diversos países asiáticos e africanos, a aquicultura, em particular a criação de peixes, tem sido uma das alternativas aplicadas com o intuito de melhorar a qualidade da alimentação e gerar uma alternativa de renda para populações rurais. Na China, por meio do estímulo governamental à piscicultura, como estratégia para contribuir com a segurança alimentar, em duas décadas a oferta de pescado cultivado aumentou de menos de 10 para 30 kg/habitante/ano.

A FAO vem coordenando diversos projetos de aquicultura familiar como alternativa de redução da fome e melhoria da qualidade nutricional de famílias rurais em diversos países da África. Na Índia, a piscicultura é uma das atividades de produção de alimento que mais tem crescido nos últimos anos, e é encarada como um dos mais importantes meios de promoção de segurança alimentar naquele país. O consumo de pescado representa uma despesa maior sobre a renda dos indianos mais pobres do que sobre a renda dos mais abastados. Isso indica que o aumento na produção de peixes na Índia trará maior benefício às classes mais pobres. Na Bahia, diante das restrições em recursos humanos e de autonomia dos técnicos responsáveis na gestão

das estações de piscicultura governamentais, há algumas alternativas que poderiam mudar o atual cenário pelo qual passam estas estações e serviriam de estímulo ao empreendedorismo e ao desenvolvimento da piscicultura regional, dentre estas:

- A concessão do uso das instalações das pisciculturas governamentais, hoje ociosas, para empreendimentos privados de produção de alevinos, com a contrapartida de atender aos programas governamentais;
- O direcionamento do trabalho da equipe técnica das atuais estações para suporte técnico e extensão junto aos produtores locais, de forma a dar o apoio necessário ao desenvolvimento da piscicultura regional e coordenação e monitoramento das ações de peixamento;
- A compra de alevinos junto aos produtores particulares para atender as necessidades dos programas de peixamento. Isso resultaria em significativa redução nas despesas de manutenção e operação das estações de piscicultura do governo, que hoje operam com pouca eficiência, produzindo alevinos a custos muito superiores ao praticado no mercado, se forem consideradas as despesas anuais de manutenção e operação das estações divididas pela produção anual de alevinos das mesmas. Além de criar uma demanda adicional por alevinos e juvenis, as estações governamentais também deixariam de concorrer, de forma desleal, com empreendimentos privados, estimulando os empreendedores a desenvolver a produção de alevinos na região;
- A criação de programas individuais de peixamento, priorizando o fornecimento de alevinos para estocagem em pequenos açudes ou viveiros particulares manejados por famílias rurais previamente selecionadas, onde há uma expectativa de melhor aproveitamento dos recursos, alevinos e suporte técnico, providos pelo governo.

Os programas de estímulo e fomento à piscicultura na Bahia precisam fugir do padrão assistencialista, praticamente paternalista, que marcaram diversos programas de incentivo ao desenvolvimento da agricultura familiar no país. É preciso identificar beneficiários que realmente tenham a capacidade de levar adiante o empreendimento, sem criar uma eterna dependência com a instituição que o fomentou.

Há hoje um grande contingente de famílias rurais que não consegue obter crédito, não tem acesso à tecnologia e não conta com capital suficiente para implantar uma infraestrutura mínima para a produção de peixes (barragens, viveiros, tanques-redes, etc.) e para a compra dos insumos de produção (alevinos, ração, fertilizantes, etc.). Também não contam com suficiente capacidade de gerenciamento, nem experiência prévia com um trabalho associativo. Assim, quando estas famílias ou produtores são estimulados a participar ou gerir empreendimentos intensivos de produção de peixes, que demandam investimentos, capital de giro e conhecimento técnico, estas apenas o fazem se houver um patrocinador, geralmente uma instituição que fomenta o empreendimento, custeie a infraestrutura e os recursos para o início da produção e a obtenção da primeira safra. Estes produtores, iniciantes e desavisados, invariavelmente vão se deparar com dificuldades geradas pela falta de conhecimento e suporte técnico efetivo, mortalidades por doenças, dificuldade no abastecimento dos alevinos, uso de rações de baixa qualidade, roubos de peixes, deficiências nas instalações e equipamentos, desconhecimento dos canais de mercado, entre outras. Os produtores então se desestimulam e os empreendimentos apenas se sustentam enquanto houver recursos sendo providos pelos patrocinadores. Quando estes recursos escasseiam, os projetos geralmente se desintegram ou acabam sendo assumidos por um único associado. Temos vários exemplos aqui na Bahia que refletem este cenário de insucesso. Uma das formas para realizar o recrutamento de produtores/famílias para um programa de piscicultura familiar é através da divulgação, na comunidade/município alvo, da existência de um programa de apoio à piscicultura familiar e cadastramento dos produtores/famílias interessadas. Estas famílias e produtores devem então ser convidados a participar de um programa de capacitação, que consistirá de uma série de reuniões onde serão apresentados e discutidos os aspectos fundamentais relacionados à implantação e condução da atividade (requisitos básicos do local para a implantação do empreendimento, estratégias de produção de peixes em pequena escala usando recursos locais, conceitos básicos de qualidade de água, alternativas de conservação e comercialização do pescado produzido, conceitos básicos de gestão da atividade, entre outros assuntos). A efetiva participação das famílias nestas reuniões é uma forma de avaliação do real interesse no programa, e isso é pré-requisito para que as famílias recebam o apoio para a implantação e operação do empreendimento (apoio na construção dos viveiros, na aquisição dos alevinos e suporte técnico periódico para avaliar os resultados do empreendimento). Outro critério a ser considerado na seleção das famílias e produtores é a aptidão da propriedade para a implantação do empreendimento, que deve ser verificada pelo técnico responsável pela coordenação dos trabalhos. O programa de capacitação serve como um filtro aos participantes, restando, ao seu final, aqueles que realmente estão interessados em levar adiante a produção de peixes, seja ela para consumo próprio da família, ou como uma atividade econômica complementar na propriedade. Com isso os recursos do programa são aplicados de forma mais eficiente, e os resultados mais expressivos.

Como recomendações gerais para mitigar as limitações relacionadas ao contingente de pescadores e marisqueiras da Bahia, destaca-se a necessidade em elaborar estudos voltados à recuperação e gestão dos estoques naturais, e ao ordenamento e apoio ao desenvolvimento da pesca artesanal, considerando o contingente de pescadores e marisqueiras envolvido e suas respectivas demandas. Também há uma demanda importante à criação de fóruns municipais representativos visando à articulação para o desenvolvimento do setor e o atendimento de demandas prioritárias das comunidades pesqueiras, além da iminente necessidade na implementação de cursos profissionalizantes para estimular a inserção dos filhos de pescadores para o apoio especializado à atividade. Além disso, devem-se implementar programas de assistência técnica (ATER) continuada na criação de projetos sócio produtivos e capacitação de agentes comunitários locais para o desenvolvimento das ações.

**c) O quantitativo das áreas (em hectares) de viveiros de carcinicultura já implantados em municípios baianos, demonstrando um atributo relevante a ser reestruturado e fomentado para o desenvolvimento da aqüicultura baiana.**

Segundo informações do Censo da Carcinicultura Nacional, produzido pela ABCC, em sete anos, entre 2004 e 2011, a carcinicultura no Brasil cresceu de maneira expressiva em número de produtores e apenas moderado em área total de cultivo, ocorrendo um leve decaimento da produção total (em torno de 8%) e considerável queda da produtividade (cerca de 22,27%), além de uma radical mudança no destino final da produção, com um decréscimo de 99,55% nas exportações. Este desempenho foi reflexo de diversos fatores, dentre eles o surgimento de doenças virais, como a *Mionecrose Infecciosa* (INMV), causadoras de mortalidades em massa, dos efeitos de uma crise que, desde meados de 2003 a 2009 afetou o desempenho da atividade, agravada adicionalmente pela combinação de fatores como as dificuldades para obtenção dos legítimos e necessários licenciamentos ambientais, o que limita de forma contundente os investimentos no setor, além da aplicação pelos Estados Unidos da Lei Antidumping contra o camarão de vários países, inclusive o do Brasil e a progressiva desvalorização do Dólar em relação à moeda brasileira, além das enchentes (nos anos de 2004; 2008 e 2009) que devastaram grandes polos brasileiros de produção de camarão.

A Bahia possui um total de 2.213 hectares de viveiros, destinados atualmente à produção de camarões marinhos. Cerca de 48% deste total encontra-se no Território de Identidade do Baixo Sul e mais 23% no território de Agreste de Alagoinhas/Litoral Norte, conforme apresentado na Tabela 5.

**Tabela 5** - Áreas de fazendas de mariculturada Bahia por Território de Identidade, e produção e produtividade média para o Estado

Território de Identidade	Áreas de fazendas de maricultura (ha)	Percentual no Total	Produção (t)	Produtividade (kg/ha/ano)	
21	Recôncavo	264	12%	7.050*	3.363*
06	Baixo Sul	1.056	48%		
18	Agreste de Alagoinhas/Litoral Norte	512	23%		
05	Litoral Sul	381	17%		
<b>TOTAL</b>		<b>2.213</b>	<b>100%</b>		

Fonte: Adaptado pelo autor com dados Censo da Carcinicultura em 2011 dos dados da ABCC 2012.

\* Os valores consideram um total de 2.096 ha produtivos neste ano.

Em 2011, um total de 2.096 hectares de viveiros manteve-se em produção, distribuídos em 63 produtores, o que resultou em um total de 7.050 t de camarão, com uma produtividade média de 3.363 kg/ha. Dentre as principais limitações para o desenvolvimento da maricultura, destacamos: Dificuldades para obtenção ou renovação de licença ambiental, devido à ausência de alternativas eficientes para mitigação dos impactos negativos decorrentes do lançamento dos seus efluentes, sendo que grande parte das fazendas de produção encontra-se sem licença ou sem renovação das mesmas, por falta de estratégias eficientes de controle, monitoramento e mitigação dos seus efluentes; Conflitos socioambientais entre as fazendas de maricultura e as comunidades de pescadores, ocasionando impactos negativos a ambas as partes, sem que haja uma mediação eficiente por parte das instituições competentes; e a inexistência de estudos sobre a capacidade de suporte dos ambientes com relação ao lançamento de efluentes, nas áreas onde estão implantadas as fazendas de maricultura, o que poderia viabilizar efetivos parâmetros para o licenciamento ambiental e a gestão da atividade nestes ambientes, assim como para ordenar o desenvolvimento da maricultura em viveiros.

A representação percentual dos produtores de camarões cultivados na Bahia, classificados segundo o tamanho de suas 63 unidades produtivas revela que 35 produtores são micro ( $\leq 5$  hectares), possuem 63 ha e produziram 162 t em 2011. Outros 5 produtores são pequenos ( $> 5$  e  $>10$  hectares), possuem 44 ha e produziram juntos 66 t. Mais 17 produtores são médios ( $> 10$  e  $>50$  hectares), possuem 407 há e produziram 979 t de camarões. Os 6 grandes ( $> 50$  hectares) produtores possuem 1582 ha e produziram juntos 5.843 t em 2011. A análise destes números permite verificar que cerca de 83% da produção de camarões em 2011 foi oriunda de apenas 10% dos produtores, os quais concentram aproximadamente 75% das áreas de produção. Em contrapartida, mais de 55% dos produtores foram responsáveis por cerca de 2% da produção baiana, no mesmo ano. Outro dado que merece destaque está relacionado às produtividades médias obtidas nos diferentes perfis de produtores. Os micro ( $\leq 5$  hectares) produtores representam mais de 62% do total de carcinicultores baianos, e alcançaram uma produtividade média, em torno de 2,57 toneladas/ha, enquanto os grandes ( $> 50$  hectares) alcançaram cerca de 3,69 toneladas/ha, o que representa uma diferença de aproximadamente 30% entre estes perfis extremos.

A tecnologia atualmente em uso no cultivo comercial de camarão no Brasil, tendo presente a produtividade média alcançada, deverá ser objeto de um amplo debate setorial com vistas à sua verticalização, para o quê faz-se imperiosa a adoção das Boas Práticas de Manejo combinadas com as Medidas de Biossegurança que se fazem necessárias. Nesse sentido, a ABCC participou e venceu um Edital de Chamamento Público do MPA para a realização, nos anos de 2013 e 2014, do maior plano regional de capacitação jamais levado a cabo no setor, para atualização de produtores e técnicos.

Quanto aos segmentos que complementam a cadeia produtiva da carcinicultura, a Bahia conta com oito laboratórios de produção de pós-larvas, que juntos podem produzir até 297 milhões de pós-larvas mensalmente. Possui três unidades de beneficiamento, com capacidade de processar por mês até 1.620 t e estocar 560 t. Além disso, possui duas fábricas de ração com capacidade de produzir 6.000 t mensalmente.



Os dados setoriais colhidos pelo Censo 2011 constituem um valioso acervo não apenas para revelar a situação momentânea da carcinicultura baiana, mas também e principalmente para que, uma vez analisados e interpretados sob uma ótica técnica, social, econômica e ambiental mais apurada, indiquem os rumos que devam ser tomados pelos agentes públicos e privados na busca de maior eficiência produtiva.

O desenvolvimento sustentável da maricultura é dependente de ações e controle ambiental severo para garantia da minimização dos impactos ambientais causados pela atividade produtiva. É importante frisar que a qualidade do meio ambiente é pré-requisito para o sucesso produtivo e econômico da atividade aquícola. Tendo em vista que as descargas geradas pelo cultivo são diferentes das demais atividades produtivas terrestres, usualmente lançados sem tratamento no ambiente marinho, atenções especiais devem ser direcionadas para a aplicação de medidas de controle e monitoramento, visando à minimização dos impactos.

O desenvolvimento da aquicultura mundial está em uma encruzilhada, com muitos aspectos críticos da sustentabilidade, que precisam ser trabalhados. A maricultura aumentou em todo o mundo e, em muitos países tropicais, este aumento resultou em uma mudança do uso dos sistemas tradicionais extensivos com várias práticas para produções aquícolas mais intensivas, com espécies economicamente mais atraentes aos mercados globais. Em termos de impactos, sustentabilidade e meio ambiente, os sistemas de aquicultura costeira devem, entre outras coisas, se esforçar para implementarem abordagens que minimizem a dependência de combustíveis fósseis, reduzam os desperdícios e aumentem a eficiência do uso de recursos. Além disso, existe uma necessidade para o desenvolvimento de sistemas sustentáveis e adequados para pequena escala visando atender aos pescadores carentes que vivem em ambientes costeiros, onde esses sistemas devem incorporar tanto a geração de renda, como a segurança alimentar. Neste cenário surge a aquicultura integrada multitrófica-IMTA, que pode definir-se como uma prática em que os dejetos de uma espécie são “reciclados” para se converter em “alimentos” para outra, de maneira que diferentes recursos hidrobiológicos interagem positivamente entre si. A implementação deste conceito no enquadramento da aquicultura tem por objeto melhorar o aproveitamento dos recursos aquáticos, bem como incrementar a rentabilidade das atividades aquícolas e garantir a sustentabilidade da maricultura desde o ponto de vista ambiental. Nos últimos anos a ideia da aquicultura multitrófica integrada foi com frequência considerada uma focagem para mitigar o efeito de nutrientes gerados pelas atividades de aquicultura intensiva, já que a biorremediação ambiental é um dos benefícios mais relevantes da integração de cultivos. A este respeito às macroalgas possuem um papel decisivo já que são produtores primários que, graças à luz solar, são capazes de converter em biomassa de alto valor acrescentado as substâncias dissolvidas no médio, excretadas por organismos de outros níveis tróficos como os moluscos ou peixes. Nos sistemas multitróficos integrados todos os seus elos se vêem beneficiados, atingindo níveis de produção superiores, ao mesmo tempo em que se minimiza o impacto ambiental da atividade aquícola pelo reciclado de nutrientes.

Dentre as recomendações para o desenvolvimento da maricultura baiana destacam-se: Fomentar a produção de organismos marinhos (peixes, camarões, moluscos e algas) em cultivos multitróficos; Mitigar os conflitos socioambientais através do envolvimento das comunidades de pescadores na produção de moluscos e algas, fomentadas pelos maricultores; Elaborar estudos sobre a capacidade de suporte dos ambientes nas áreas onde estão implantadas as fazendas de maricultura, visando estabelecer normas e limites para os sistemas de produção e manejo para cada local; e criar políticas de incentivos para o licenciamento ambiental.

#### ▪ Considerações Finais

A Bahia possui um grande potencial para o desenvolvimento da pesca e aquicultura, e com ótimas perspectivas de cenário, quanto ao aumento no consumo de pescados. É importante destacar que a expansão do arranjo da pesca e aquicultura baiana deve seguir o modelo dos países onde a atividade pesqueira é desenvolvida, em que estes setores atuam de forma integrada e sinérgica, ao invés de competirem entre si. Nesses países, os estoques pesqueiros naturais possuem cotas estabelecidas legalmente para a captura, com seus respectivos pescadores e marisqueiras autorizados, onde são preconizadas a manutenção daquele recurso e a viabilidade econômica da atividade. Além disso, a aquicultura produz as formas jovens (alevinos de peixes, pós-larvas de camarão, sementes de moluscos, entre outras) de diversas espécies, que são destinadas não apenas ao cultivo, mas também ao repovoamento dos estoques naturais, em épocas e quantidades definidas, para promoverem um aumento nas cotas de captura. Para isso, estes recursos são monitorados continuamente, em relação ao seu comportamento reprodutivo, alimentar, de crescimento de indivíduos e da dinâmica das suas populações, em sinergia com a sazonalidade climática, a fim de nortear as melhores estratégias para manejo e ordenamento destes recursos. Atualmente há uma grande demanda interna, no mercado baiano e nacional, suprida pelas importações, a qual deve ser definida com meta inicial a ser alcançada, e para isso é necessário que o governo Baiano promova este desenvolvimento, articulando recursos e esforços em ações definidas, com base em um planejamento que contemple uma visão de curto, médio e longo prazo.





## 11. TURISMO

### 11.1. Introdução

O território é a base de toda a atividade turística. A qualidade, a singularidade e a diversidade do seu patrimônio natural e dos seus bens culturais, as peculiaridades de suas paisagens, suas vilas e cidades históricas e convencionais, o modo de ser diferenciado de seu povo, sua gente e sua história são os atributos que a Bahia possui e que se constituem em potencialidades para a atividade no Estado.

Esse patrimônio natural e cultural fascinou os primeiros turistas da Bahia – os viajantes europeus que, a partir do final do século XVIII, logo após a abertura dos portos, em 1888, cujos relatos e inocularam e consolidaram na Europa esse imaginário todo especial, do ponto de vista paisagístico, histórico e cultural do Brasil e da Bahia.

A formação da atividade turística contemporânea na Bahia se deu concomitante à evolução dos meios de transporte e de comunicação no Brasil. Até os anos 60, a navegação como principal meio de transporte entre capitais litorâneas favoreceu a implantação da primeira estrutura hoteleira de porte em Salvador.

A partir daí, com a consolidação da malha rodoviária brasileira e, mais especificamente, com a abertura da BR-116 – a rodovia “Rio-Bahia” – o automóvel e o ônibus se tornaram os principais veículos de turismo no país e no estado.

A partir dos anos 70, o avanço da aviação civil proporcionou um salto para um novo patamar do turismo no Brasil e na Bahia, transformando-o gradativamente num setor de relevância e vetor de crescimento da economia nacional e regional, passando a acessar-mercados emissores significativos para o Estado, tanto do sul do país, quanto da Europa e dos EUA. Este fato contribuiu para consolidar o segmento de turismo de praia e lazer – o “turismo de litoral” –, e do turismo de eventos e negócios, tendo como produto-âncora a própria cidade do Salvador.

Com a criação, nos anos 70, do Instituto Brasileiro de Turismo (Embratur) e da Empresa de Turismo da Bahia (BAHIATURSA), o turismo na Bahia passa a se constituir, no âmbito das políticas públicas do Estado, num componente estratégico do desenvolvimento econômico estadual. É a partir daí que começam a se formar os primeiros núcleos turísticos na faixa litorânea e na parte continental da Bahia.

O processo de evolução e expansão do turismo para todo o território baiano teve início no final dos anos 70 com base numa ação de interiorização do turismo no Estado, através do programa “Caminhos da Bahia”, apoiado numa rede de hotéis e pousadas de propriedade do Estado implantada nos principais centros urbanos de potencial turístico – Itaparica, Ilhéus, Porto Seguro, Lençóis, Juazeiro, Cachoeira, Euclides da Cunha – e atuando como logística e instrumento de indução do processo de desenvolvimento turístico em áreas de interesse do Estado.

Com foco na redução das deficiências estruturais e infraestruturais e no estímulo à vinda de investimentos externos, em 1991 foi implantado na Bahia um amplo programa de turismo sustentável, baseado no potencial natural e cultural do seu território: o Prodetur-BA, posteriormente, incorporado ao Prodetur-Nordeste. O Prodetur-BA realizou um zoneamento turístico do Estado, resultando na definição de Zonas Turísticas, também utilizadas como elementos de referência para espacialização do tema no ZEE-BA.

Esta abordagem do tema turismo no ZEE-BA teve como objetivos identificar, qualificar e especializar as principais bases estruturais do turismo na Bahia, correlacionando-as com os modos de apropriação mais e menos favoráveis para o turismo, sempre numa perspectiva de sua integração e contribuição para o desenvolvimento sustentável, objetivo maior do ZEE.

Para esta leitura, buscou-se identificar e orientar os modos mais sustentáveis de integração do turismo com aqueles elementos e características naturais ou culturais potenciais para a atividade, conforme especifica o TDR: “apesar de apresentar inúmeras vantagens para a formação de arranjos socioprodutivos, apresenta, também, desvantagens, tais como riscos ao patrimônio ambiental. Além disso, nem sempre os recursos financeiros que promove são compatíveis com a elevação das condições e da qualidade de vida das populações que deveriam ser as primeiras a usufruir de suas vantagens”.

### 11.2. Metodologia

Para a caracterização das potencialidades e limitações para o desenvolvimento do turismo no Estado, optou-se por adotar como potencialidades os atributos territoriais passíveis de se constituir em atrativos turísticos, bem como aqueles relacionados à infraestrutura e serviços públicos e privados sem os quais a atividade turística não se viabiliza ou fica prejudicada. Já as

limitações tiveram como foco os fatores que podem contribuir para a descaracterização e comprometimento, por usos inadequados ou predatórios, daquilo que é patrimônio natural ou cultural com potencial para ser integrado ao turismo, assim como as deficiências em termos de infraestrutura, serviços, legislação e gestão que podem limitar ou inviabilizar o desenvolvimento da atividade. Por fim, as recomendações relacionadas às ocorrências de potencialidades e limitações, foram produzidas na perspectiva de promover o aproveitamento sustentável das potencialidades e a minimização ou superação das limitações para o turismo, numa perspectiva de contribuição do turismo para o desenvolvimento sustentável do Estado.

Para tanto, o processo de construção desta abordagem se deu em três etapas básicas:

- a primeira, como definidora das potencialidades das bases estruturais para o turismo;
- a segunda das limitações, e
- a terceira, propositiva, com as recomendações.

#### ▪ Identificação das potencialidades

Foram identificados como elementos de análise das potencialidades para o turismo, as bases estruturais do turismo na Bahia, isto é, os atributos territoriais que podem se constituir como potenciais atrativos para o turismo, assim como a existência de infraestrutura e serviços essenciais para o seu funcionamento.

O propósito desta abordagem, alinhada aos preceitos de elaboração do ZEE presentes tanto no PZEE (MMA, 2006) quanto no TDR, é apontar os atributos capazes de impulsionar diretamente ou contribuir para o desenvolvimento da atividade turística numa determinada zona ou região do Estado.

Tendo com pré requisito a identificação de atributos passíveis de espacialização, na abordagem do tema turismo foram utilizadas os seguintes recortes territoriais:

- a) território estadual: para aquelas potencialidades, limitações e recomendações que se aplicam a todo o território do estado;
- b) zonas turísticas: para aquelas potencialidades, limitações e recomendações que ocorrem (ou apresentam potencial) naquele conjunto de municípios que compõem determinada zona turística;
- c) territórios municipais: para aquelas potencialidades, limitações e recomendações que ocorrem (ou apresentam potencial) em determinados municípios.

A adoção do município como menor unidade territorial da análise do turismo se deu pela maior disponibilidade de informações, pela natureza macro-orientadora do desenvolvimento deste ZEE-BA e pelo fato das zonas turísticas serem constituídas por conjuntos de municípios.

Dentre os recortes territoriais adotados, as zonas turísticas foram as mais utilizadas por se constituírem em regiões convergentes para uma série de atributos potenciais para o turismo. Deve-se isso ao fato de tais zonas turísticas definidas, pelo PRODETUR, terem sido planejadas enquanto elementos territoriais que agregam valor turístico, tais como as unidades de conservação e as áreas indígenas ou os principais corredores geográficos do estado, a exemplo dos vales do rio Paraguaçu e do rio São Francisco. Foram considerados ainda os mais importantes corredores de mobilidade turística, que extrapolam as vias de acesso ao destino turístico principal por envolverem um contexto paisagístico e cultural mais amplo.

São 13 Zonas Turísticas oficiais na Bahia, com seus respectivos municípios, conforme indicadas no Quadro 71.

**Quadro 71** – Municípios por zonas turísticas do estado da Bahia

ZONA TURÍSTICA	MUNICÍPIOS
Baía de Todos os Santos	Aratuípe, Cachoeira, Candeias, Itaparica, Jaguaripe, Madre de Deus, Maragogipe, Muniz Ferreira, Muritiba, Nazaré, Salinas da Margarida, Salvador, Santo Amaro, São Félix, São Francisco do Conde, Saubara e Vera Cruz.
Caminhos do Jiquiriçá	Amargosa, Cravolândia, Elísio Medrado, Itiruçu, Jiquiriçá, Laje, Milagres, Mutuípe, Santa Inês, São Miguel das Matas, Ubaíra, Castro Alves, Conceição do Almeida, Cruz das Almas, Dom Macedo Costa, Ititim, Santa Teresinha, Santo Antônio de Jesus, São Felipe e Varzedo.
Caminhos do Oeste	Bom Jesus da Lapa, Correntina, Ibotirama, Santa Maria da Vitória, Santana e São Félix do Coribe, Barra, Barreiras, Formosa do Rio Preto, Luís Eduardo Magalhães, Riachão das Neves, Santa Rita de Cássia e São Desidério.
Caminhos do Sertão	Araci, Banzaê, Candeal, Canudos, Cipó, Euclides da Cunha, Feira de Santana, Itapicuru, Monte Santo, Nova Soure, Ribeira do Pombal, Serrinha, Teofilândia, Tucano e Uauá.
Caminhos do Sudoeste	Iguaí e Vitória da Conquista.
Chapada Diamantina	Andorinha, Bonito, Caém, Campo Formoso, Jacobina, Jaguarari, Miguel Calmon, Morro do Chapéu, Ouroândia, Pindobaçu, Piritiba, Saúde, Senhor do Bonfim, Utinga e Wagner, Barra do Mendes, Brotas de Macaúbas, Central, Gentio do Ouro, Ipuirara e Xique-Xique, Andaraí, Ibicoara, Iramaia, Iraquara, Itaeté, Lençóis, Mucugê, Nova Redenção, Palmeiras, Seabra e Souto Soares, Abaíra, Érico Cardoso, Jussiape, Livramento de Nossa Senhora, Paramirim, Piatã, Rio de Contas e Rio do Pires.
Costa das Baleias	Alcobaça, Caravelas, Itamaraju, Mucuri, Nova Viçosa, Prado e Teixeira de Freitas.
Costa do Cacau	Canavieiras, Ilhéus, Itabuna, Itacaré, Pau Brasil, Santa Luzia, Una e Uruçuca.
Costa do Dendê	Cairu, Camamu, Igrapiúna, Ituberá, Maraú, Nilo Peçanha, Presidente Tancredo Neves, Taperoá e Valença.
Costa do Descobrimento	Belmonte, Eunápolis, Itabela, Porto Seguro e Santa Cruz Cabrália.
Costa dos Coqueiros	Camaçari, Conde, Entre Rios, Esplanada, Itanagra, Jandaíra, Lauro de Freitas e Mata de São João.
Lagos e Cânions do São Francisco	Abaré, Glória, Paulo Afonso, Rodelas e Santa Brígida.
Vale do São Francisco	Casa Nova, Curaçá, Juazeiro, Remanso e Sobradinho.

Fonte: Consórcio Geohidro-Sondotécnica, 2013

Para esta aplicação espacial das potencialidades do turismo foram utilizados os seguintes planos de informação como fontes e referências as cartografias sistêmicas e temáticas:

- divisão político-administrativa do Estado da Bahia,
- hidrografia;
- sistema viário;
- relevo;
- zonas turísticas;
- áreas especiais: áreas indígenas, pontos/locais especiais, corredores geográficos e Unidades de Conservação.
- regiões cársticas.
- Unidade Territorial Básica – UTB.

Cada atributo territorial analisado foi enquadrado em uma das cinco categorias de turismo entre as mais representativas do produto turístico “Bahia”, conforme as classificações utilizadas pelo Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDITS) da Secretaria do Turismo do Estado da Bahia (SETUR). Ressalta-se que determinados atributos territoriais, pela possibilidade de estar vinculado a mais de um tipo de turismo, foi enquadrado em mais de uma categoria. As categorias de turismo utilizadas foram:

- turismo de lazer e entretenimento
- turismo ecológico/natureza
- turismo de esporte e aventura
- turismo cultural/religioso
- turismo de negócios

Cada atributo territorial analisado, no contexto da tipologia dos atrativos e das condições logísticas e infraestruturais, foi analisado a partir de três tipos de potencialidades: matéria-prima/atrativos; infraestrutura básica para o turismo e infraestrutura turística hoteleira. Cujos aspectos considerados são abordados a seguir:

a) Atrativos para o turismo

Atrativo turístico é todo elemento material ou imaterial com capacidade própria ou em combinação com outros de atrair visitantes a uma determinada localidade ou região (Ruschmann, 1997). Segundo Beni, a matéria-prima constitui em oferta original sem a qual não se poderia realizar nenhum processo produtivo relacionado ao turismo. Com relação a esse conceito, considerou-se como matéria-prima aos atrativos turísticos os seguintes aspectos:

- patrimônio natural: conjuntos geográficos, conjunto natural integrado e de uso agrícola/agroflorestal, ecossistema, paisagem costeira, e sistema hidrográfico;
- patrimônio histórico e monumental: núcleo histórico, e edificação e monumento histórico;
- patrimônio natural especial: patrimônio espeleológico, e recurso hidrotérmico subterrâneo;
- patrimônio imaterial: comunidade autêntica, comunidade étnica, e produção e manifestação artística e cultural.

b) Infraestrutura turística

A infraestrutura básica é fundamental para o desenvolvimento do turismo, de modo a garantir a sustentabilidade da atividade turística e a melhoria dos produtos e serviços ofertados. A avaliação da infraestrutura baseou-se nos principais elementos estruturais e funcionais que viabilizam tal atividade no estado, considerando-se a disponibilidade e a função das várias modalidades de acesso (aeroviário, hidroviário, rodoviário e ferroviário), enquanto aspecto condicionante à realização da atividade turística, e as infraestruturas de comunicação e básica local.

c) Infraestrutura turística hoteleira

A infraestrutura turística hoteleira envolve basicamente o conjunto de unidades hoteleiras e leitos instalados. A avaliação desse aspecto foi considerada relevante por se constituir na base física e de serviços para recepcionar o visitante, uma vez que a falta dessa infraestrutura (ou sua baixa qualidade) compromete o desenvolvimento do turismo.

Para avaliação da infraestrutura hoteleira no âmbito das 13 zonas turísticas do estado, enquanto oferta turística agregada, foram considerados os seguintes fatores/requisitos: porte, tipologia, importância, diversidade e abrangência da estrutura da demanda no contexto das zonas turísticas do estado.

d) Turismo x outros setores produtivos

Além de identificar as potencialidades que o território apresenta para a realização da atividade turística, foram consideradas também as potencialidades do turismo como indutor/promotor de setores produtivos ligados ao contexto geográfico e cultural e à disponibilidade de matéria-prima típica para seu beneficiamento e manufatura em escala. Dessa forma, há potencial para a promoção de uma estratégia de desenvolvimento regional dentro de uma simbiose que associe turismo, demais segmentos produtivos e conservação ambiental.

Esta avaliação implicou identificar os impactos positivos da atividade turística sobre as estruturas produtivas e socioeconômicas, assim como para preservação de recursos, locais e microrregionais, ou seja, na perspectiva do desenvolvimento sustentável.

▪ **Identificação das limitações:**

Foram identificadas situações e aspectos que podem comprometer ou até mesmo inviabilizar a atividade setorial no âmbito das zonas turísticas do estado, apesar das suas potencialidades naturais, ambientais, infraestruturais, sociais e culturais e de potencial para um turismo sustentável. Estas situações, que se constituem limitações, foram avaliadas considerando os mesmos aspectos utilizados para potencialidades, porém com enfoques diferenciados:

a) Atrativos para o turismo

Foram identificados questões/problemas associados a comprometimento visual, descontrole do uso do solo, falta de saneamento básico, degradação socioambiental e deficiência de fiscalização das áreas especiais, sobretudo nas áreas formais de proteção ambiental, como as unidades de conservação.

b) Infraestrutura turística

Nessa abordagem, identificaram-se principalmente questões/problemas afetos à acessibilidade e à mobilidade, bem como à inexistência de infraestrutura básica local e, sobretudo, à insuficiência/deficiência de infraestrutura de acesso.

c) Infraestrutura turística hoteleira

No tocante a esse aspecto, buscou-se identificar principalmente questões/problemas de acessibilidade e de qualidade socioambiental e paisagística, tais como ocupações irregulares, usos do solo inadequados, depredação/degradação do patrimônio histórico e monumental, conflitos socioculturais, poluição de recursos naturais ou degradação da paisagem natural ou urbana.

d) Turismo x outros setores produtivos

Para identificação das limitações foram destacadas questões relacionadas à falta de cadeias produtivas locais, profissionalização dos prestadores de serviços e fornecedores e controle de qualidade de produtos e serviços direta ou indiretamente utilizados pelo turismo.

No Quadro 72 constam as fontes de informação utilizadas para a identificação das potencialidades e limitações.

**Quadro 72** - Fontes de informação utilizadas para a identificação das potencialidades

INSTITUIÇÃO	FONTES/DOCUMENTOS
Secretaria do Turismo do Estado da Bahia (SETUR)	PDTIS da Costa do Descobrimento, 2002
	PDTIS da Salvador e Entorno, 2003
	PDTIS do Litoral Sul, 2003
	PDTIS da Costa das Baleias, 2004
	Indicadores estatísticos (disponível em site da instituição)
Secretaria da Cultura e Turismo (SECULT)	Guia Cultural da Bahia. Primeiro Censo Cultural da Bahia, 1998
Infraero	Infraestrutura aeroviária (disponível em site da instituição)
Codeba	Infraestrutura portuária (disponível em site da instituição)

Fonte: Consórcio Geohidro-Sondotécnica, 2013

#### ▪ **Recomendações e proposições**

A partir da identificação das potencialidades e limitações para o desenvolvimento do turismo numa perspectiva sustentável foram formuladas recomendações gerais e específicas que buscam orientar a atuação tanto do poder público quanto dos setores produtivos privados.

Para o poder público, as recomendações estão alinhadas com a necessidade de considerar o elemento “paisagem” nos processos de planejamento e de licenciamento de atividades produtivas, além de incorporar critérios paisagísticos na implantação de projetos e obras de impactos visuais, ao tempo em que outras recomendações foram pautadas na atuação efetiva diante de suas competências de planejamento e gestão urbana, territorial e setorial. Para o setor privado, o foco das recomendações é o direcionamento para investimentos, atividades produtivas e intervenções mais sustentáveis observando as restrições funcionais e paisagísticas que cada zona/região apresenta.

O quadro das potencialidades, limitações e recomendações do turismo apresenta, de forma sintética e objetiva, os resultados da aplicação desta abordagem realizada. Nesse, cada linha corresponde a uma característica/atributo territorial para o qual foram identificadas potencialidades e limitações e propostas recomendações para sua utilização ou apropriação mais sustentável.

### 11.3. Resultados

O quadro das potencialidades, limitações e recomendações do turismo na Bahia, com seus vários ângulos de análise e definições temáticas e funcionais, se constitui num conjunto prático e abrangente para a identificação de potenciais e riscos para atividade turística dentro da estrutura do ZEE-BA. O tema do turismo no ZEE-BA deve contribuir para o planejamento e a gestão territorial, favorecendo a visualização de soluções locais que compatibilizem o turismo com outros setores produtivos com a promoção, proteção e conservação do rico e diversificado patrimônio natural e cultural e com a melhoria das condições sociais da população.

É dentro dessa concepção e perspectiva que se pode vislumbrar a proteção e valorização do patrimônio natural e cultural da Bahia, tanto como garantia de preservação da herança cultural e identidade de sua gente, como também fator de desenvolvimento econômico e de criação de atividades e oportunidades regionais de geração de renda. Dessa forma é possível ter como base um turismo sustentável de expressão econômica de relevância para o Estado, que possui como atrativos âncora amplas áreas de natureza ainda preservada integradas às suas paisagens singulares – costeiras e interioranas – bem como as suas autênticas manifestações culturais, locais ou regionais, fazendo assim toda a diferença num mundo globalizado cada vez mais antropizado.

**Quadro 73 - Síntese de potencialidades, limitações e recomendações referentes ao tema Turismo: Patrimônio Natural - Conjunto Geográfico**

ASPECTO: PATRIMÔNIO NATURAL – CONJUNTO GEOGRÁFICO					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Município(s) em que ocorre(m) o(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) o(s) critério(s)	Fator(es) que potencializa(m) o turismo	Fator(es) que limita(m) o turismo	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) referentes ao turismo
Ocorrência de serra	Andorinha, Bonito, Caém, Campo Formoso, Jacobina, Jaguarari, Miguel Calmon, Morro do Chapéu, Ourolândia, Pindobaçu, Piritiba, Saúde, Senhor do Bonfim, Utinga e Wagner (Zona Turística Chapada Diamantina - Chapada Norte); Barra do Mendes, Brotas de Macaúbas, Central, Gentio do Ouro, Ipupiara e Xique-Xique (Zona Turística Chapada Diamantina - Chapada Velha); Andaraí, Ibicoara, Iramaia, Iraquara, Itaeté, Lençóis, Mucugê, Nova Redenção, Palmeiras, Seabra e Souto Soares (Zona Turística Chapada Diamantina - Circuito do Diamante); Abaíra, Érico Cardoso, Jussiape, Livramento de Nossa Senhora, Paramirim, Piatã, Rio de Contas e Rio do Pires (Zona Turística Chapada Diamantina - Circuito do Ouro); Abaré, Glória, Paulo Afonso, Rodelas e Santa Brígida (Zona Turística Lagos e Cânions do São Francisco); Casa Nova, Curaçá, Juazeiro, Remanso e Sobradinho (Zona Turística Vale do São Francisco).	6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 23, 30, 31	A rica e diversificada expressão da geografia local faz parte do produto “identidade Bahia”. São paisagens tropicais interioranas variadas e autênticas, principalmente nas zonas turísticas Chapada Diamantina, Lagos e Cânions do São Francisco e Vale do São Francisco.  Potencial para os seguimentos turísticos de lazer e entretenimento, ecológico e de natureza, de esporte e aventura, cultural e religioso, e de negócios.	Integridade visual comprometida por intervenções de porte, como a infraestrutura de telecomunicações, e outras intervenções e empreendimentos.	Introduzir o elemento "paisagem" nos processos de planejamento e licenciamento ambiental.  Incorporar critérios paisagísticos na implantação de projetos e obras de impactos visuais.  Promover a cadeia do turismo sustentável, de inclusão social, proteção cultural e conservação da biodiversidade.
Ocorrência de chapada	Andorinha, Bonito, Caém, Campo Formoso, Jacobina, Jaguarari, Miguel Calmon, Morro do Chapéu, Ourolândia, Pindobaçu, Piritiba, Saúde, Senhor do Bonfim, Utinga e Wagner (Zona Turística Chapada Diamantina - Chapada Norte); Barra do Mendes, Brotas de Macaúbas, Central, Gentio do Ouro, Ipupiara e Xique-Xique (Zona Turística Chapada Diamantina - Chapada Velha); Andaraí, Ibicoara, Iramaia, Iraquara, Itaeté, Lençóis, Mucugê, Nova Redenção, Palmeiras, Seabra e Souto Soares (Zona Turística Chapada Diamantina - Circuito do Diamante); Abaíra, Érico Cardoso, Jussiape, Livramento de Nossa Senhora, Paramirim, Piatã, Rio de Contas e Rio do Pires (Zona Turística Chapada Diamantina - Circuito do Ouro); Abaré, Glória, Paulo Afonso, Rodelas e Santa Brígida (Zona Turística Lagos e Cânions do São Francisco); Casa Nova, Curaçá, Juazeiro, Remanso e Sobradinho (Zona Turística Vale do São Francisco).	6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 23, 30, 31	A rica e diversificada expressão da geografia local faz parte do produto “identidade Bahia”. São paisagens tropicais interioranas variadas e autênticas, principalmente nas zonas turísticas Chapada Diamantina, Lagos e Cânions do São Francisco e Vale do São Francisco.  Potencial para os seguimentos turísticos de lazer e entretenimento, ecológico e de natureza, de esporte e aventura, cultural e religioso, e de negócios.	Integridade visual comprometida por intervenções de porte, como a infraestrutura de telecomunicações, e outras intervenções.	Introduzir o elemento "paisagem" nos processos de planejamento e licenciamento ambiental.  Incorporar critérios paisagísticos na implantação de projetos e obras de impactos visuais.  Promover a cadeia do turismo sustentável, de inclusão social, proteção cultural e conservação da biodiversidade.
Ocorrência de planície	Amargosa, Cravolândia, Elísio Medrado, Itiruçu, Jiquiriçá, Laje, Milagres, Mutuípe, Santa Inês, São Miguel das Matas e Ubaíra (Zona Turística Caminhos do Jiquiriçá - Circuito do Vale do Jiquiriçá); Castro Alves, Conceição do Almeida, Cruz das Almas, Dom Macedo Costa, Itatim, Santa Teresinha, Santo Antônio de Jesus, São Felipe e Varzedo (Zona Turística Caminhos do Jiquiriçá - Circuito Recôncavo Sul); Bom Jesus da Lapa, Correntina, Ibotirama, Santa Maria da Vitória, Santana e São Félix do Coribe (Zona Turística Caminhos do Oeste - Circuito do Rio Corrente);	Todas	A rica e diversificada expressão da geografia local faz parte do produto “identidade Bahia”. São paisagens costeiras tropicais singulares em toda a extensão da faixa litorânea, assim como paisagens tropicais interioranas variadas e autênticas, principalmente nas zonas turísticas Chapada Diamantina, Lagos e Cânions do São Francisco e Vale do São Francisco.	Integridade visual comprometida por intervenções de porte, como a infraestrutura de telecomunicações, e outras intervenções.	Introduzir o elemento "paisagem" nos processos de planejamento e licenciamento ambiental.  Incorporar critérios paisagísticos na implantação de projetos e obras de impactos visuais.

(Continua)



ASPECTO: PATRIMÔNIO NATURAL – CONJUNTO GEOGRÁFICO					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Município(s) em que ocorre(m) o(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) o(s) critério(s)	Fator(es) que potencializa(m) o turismo	Fator(es) que limita(m) o turismo	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) referentes ao turismo
Ocorrência de planície (continuação)	<p>Barra, Barreiras, Formosa do Rio Preto, Luís Eduardo Magalhães, Riachão das Neves, Santa Rita de Cássia e São Desidério (Zona Turística Caminhos do Oeste - Circuito do Rio Grande);</p> <p>Araci, Banzaê, Candéal, Canudos, Cipó, Euclides da Cunha, Feira de Santana, Itapicuru, Monte Santo, Nova Soure, Ribeira do Pombal, Serrinha, Teofilândia, Tucano e Uauá (Zona Turística Caminhos do Sertão);</p> <p>Iguaí e Vitória da Conquista (Zona Turística Caminhos do Sudoeste);</p> <p>Andorinha, Bonito, Caém, Campo Formoso, Jacobina, Jaguarari, Miguel Calmon, Morro do Chapéu, Ourolândia, Pindobaçu, Piritiba, Saúde, Senhor do Bonfim, Utinga e Wagner (Zona Turística Chapada Diamantina - Chapada Norte);</p> <p>Barra do Mendes, Brotas de Macaúbas, Central, Gentio do Ouro, Ipupiara e Xique-Xique (Zona Turística Chapada Diamantina - Chapada Velha);</p> <p>Andaraí, Ibicoara, Iramaia, Iraquara, Itaeté, Lençóis, Mucugê, Nova Redenção, Palmeiras, Seabra e Souto Soares (Zona Turística Chapada Diamantina - Circuito do Diamante);</p> <p>Abaíra, Érico Cardoso, Jussiape, Livramento de Nossa Senhora, Paramirim, Piatã, Rio de Contas e Rio do Pires (Zona Turística Chapada Diamantina - Circuito do Ouro);</p> <p>Alcobaça, Caravelas, Itamaraju, Mucuri, Nova Viçosa, Prado e Teixeira de Freitas (Zona Turística Costa das Baleias);</p> <p>Canavieiras, Ilhéus, Itabuna, Itacaré, Pau Brasil, Santa Luzia, Una e Uruçuca (Zona Turística Costa do Cacau);</p> <p>Cairu, Camamu, Igrapiúna, Ituberá, Maraú, Nilo Peçanha, Presidente Tancredo Neves, Taperoá e Valença (Zona Turística Costa do Dendê);</p> <p>Belmonte, Eunápolis, Itabela, Porto Seguro e Santa Cruz Cabrália (Zona Turística Costa do Descobrimento);</p> <p>Camaçari, Conde, Entre Rios, Esplanada, Itanagra, Jandaíra, Lauro de Freitas e Mata de São João (Zona Turística Costa dos Coqueiros);</p> <p>Abaré, Glória, Paulo Afonso, Rodelas e Santa Brígida (Zona Turística Lagos e Cânions do São Francisco);</p> <p>Casa Nova, Curaçá, Juazeiro, Juazeiro, Remanso e Sobradinho (Zona Turística Vale do São Francisco).</p>	Todas	Potencial para os seguimentos turísticos de lazer e entretenimento, ecológico e de natureza, de esporte e aventura, cultural e religioso, e de negócios.		

(Continua)



ASPECTO: PATRIMÔNIO NATURAL – CONJUNTO GEOGRÁFICO					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Município(s) em que ocorre(m) o(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) o(s) critério(s)	Fator(es) que potencializa(m) o turismo	Fator(es) que limita(m) o turismo	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) referentes ao turismo
Ocorrência de rio	<p>Aratuípe, Cachoeira, Candeias, Itaparica, Jaguaripe, Madre de Deus, Maragogipe, Muniz Ferreira, Muritiba, Nazaré, Salinas da Margarida, Salvador, Santo Amaro, São Félix, São Francisco do Conde, Saubara e Vera Cruz (Zona Turística Baía de Todos os Santos);</p> <p>Amargosa, Cravolândia, Elísio Medrado, Itiruçu, Jiquiriçá, Laje, Milagres, Mutuípe, Santa Inês, São Miguel das Matas e Ubaíra (Zona Turística Caminhos do Jiquiriçá - Circuito do Vale do Jiquiriçá);</p> <p>Castro Alves, Conceição do Almeida, Cruz das Almas, Dom Macedo Costa, Itatim, Santa Teresinha, Santo Antônio de Jesus, São Felipe e Varzedo (Zona Turística Caminhos do Jiquiriçá - Circuito Recôncavo Sul);</p> <p>Bom Jesus da Lapa, Correntina, Ibotirama, Santa Maria da Vitória, Santana e São Félix do Coribe (Zona Turística Caminhos do Oeste - Circuito do Rio Corrente);</p> <p>Barra, Barreiras, Formosa do Rio Preto, Luís Eduardo Magalhães, Riachão das Neves, Santa Rita de Cássia e São Desidério (Zona Turística Caminhos do Oeste - Circuito do Rio Grande);</p> <p>Araci, Banzaê, Candeal, Canudos, Cipó, Euclides da Cunha, Feira de Santana, Itapicuru, Monte Santo, Nova Soure, Ribeira do Pombal, Serrinha, Teofilândia, Tucano e Uauá (Zona Turística Caminhos do Sertão);</p> <p>Iguaí e Vitória da Conquista (Zona Turística Caminhos do Sudoeste);</p> <p>Andorinha, Bonito, Caém, Campo Formoso, Jacobina, Jaguarari, Miguel Calmon, Morro do Chapéu, Ouriolândia, Pindobaçu, Piritiba, Saúde, Senhor do Bonfim, Utinga e Wagner (Zona Turística Chapada Diamantina - Chapada Norte);</p> <p>Barra do Mendes, Brotas de Macaúbas, Central, Gentio do Ouro, Ipupiara e Xique-Xique (Zona Turística Chapada Diamantina - Chapada Velha);</p> <p>Andaraí, Ibicoara, Iramaia, Iraquara, Itaeté, Lençóis, Mucugê, Nova Redenção, Palmeiras, Seabra e Souto Soares (Zona Turística Chapada Diamantina - Circuito do Diamante);</p> <p>Abaíra, Érico Cardoso, Jussiape, Livramento de Nossa Senhora, Paramirim, Piatã, Rio de Contas e Rio do Pires (Zona Turística Chapada Diamantina - Circuito do Ouro);</p> <p>Alcobaça, Caravelas, Itamaraju, Mucuri, Nova Viçosa, Prado e Teixeira de Freitas (Zona Turística Costa das Baleias);</p> <p>Canavieiras, Ilhéus, Itabuna, Itacaré, Pau Brasil, Santa Luzia, Una e Uruçuca (Zona Turística Costa do Cacau);</p> <p>Cairu, Camamu, Igrapiúna, Ituberá, Marau, Nilo Peçanha, Presidente Tancredo Neves, Taperoá e Valença (Zona Turística Costa do Dendê);</p>	Todas	<p>A rica e diversificada expressão da geografia local faz parte do produto “identidade Bahia”. São paisagens costeiras tropicais singulares em toda a extensão da faixa litorânea, assim como paisagens tropicais interioranas variadas e autênticas, principalmente nas zonas turísticas Chapada Diamantina, Lagos e Cânions do São Francisco e Vale do São Francisco.</p> <p>Potencial para os seguimentos turísticos de lazer e entretenimento, ecológico e de natureza, de esporte e aventura, cultural e religioso, e de negócios.</p>	Integridade visual comprometida por intervenções de porte, como a infraestrutura de telecomunicações, e outras intervenções.	<p>Introduzir o elemento "paisagem" nos processos de planejamento e licenciamento ambiental.</p> <p>Incorporar critérios paisagísticos na implantação de projetos e obras de impactos visuais.</p> <p>Garantir a preservação dos rios, matas ciliares, bem como, incentivar nas comunidades o manejo adequado dos resíduos sólidos e tratamento dos efluentes.</p>

(Continua)

ASPECTO: PATRIMÔNIO NATURAL – CONJUNTO GEOGRÁFICO					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Município(s) em que ocorre(m) o(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) o(s) critério(s)	Fator(es) que potencializa(m) o turismo	Fator(es) que limita(m) o turismo	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) referentes ao turismo
Ocorrência de rio (continuação)	Belmonte, Eunápolis, Itabela, Porto Seguro e Santa Cruz Cabrália (Zona Turística Costa do Descobrimento); Camaçari, Conde, Entre Rios, Esplanada, Itanagra, Jandaíra, Lauro de Freitas e Mata de São João (Zona Turística Costa dos Coqueiros); Abaré, Glória, Paulo Afonso, Rodelas e Santa Brígida (Zona Turística Lagos e Cânions do São Francisco); Casa Nova, Curaçá, Juazeiro, Remanso e Sobradinho (Zona Turística Vale do São Francisco).	Todas			
Ocorrência de vale	Aratuípe, Cachoeira, Candeias, Itaparica, Jaguaripe, Madre de Deus, Maragogipe, Muniz Ferreira, Muritiba, Nazaré, Salinas da Margarida, Salvador, Santo Amaro, São Félix, São Francisco do Conde, Saubara e Vera Cruz (Zona Turística Baía de Todos os Santos); Amargosa, Cravolândia, Elísio Medrado, Itiruçu, Jiquiriçá, Laje, Milagres, Mutuípe, Santa Inês, São Miguel das Matas e Ubaíra (Zona Turística Caminhos do Jiquiriçá - Circuito do Vale do Jiquiriçá); Castro Alves, Conceição do Almeida, Cruz das Almas, Dom Macedo Costa, Itatim, Santa Teresinha, Santo Antônio de Jesus, São Felipe e Varzedo (Zona Turística Caminhos do Jiquiriçá - Circuito Recôncavo Sul); Bom Jesus da Lapa, Correntina, Ibotirama, Santa Maria da Vitória, Santana e São Félix do Coribe (Zona Turística Caminhos do Oeste - Circuito do Rio Corrente); Barra, Barreiras, Formosa do Rio Preto, Luís Eduardo Magalhães, Riachão das Neves, Santa Rita de Cássia e São Desidério (Zona Turística Caminhos do Oeste - Circuito do Rio Grande); Iguaí e Vitória da Conquista (Zona Turística Caminhos do Sudoeste); Andorinha, Bonito, Caém, Campo Formoso, Jacobina, Jaguarari, Miguel Calmon, Morro do Chapéu, Orolândia, Pindobaçu, Piritiba, Saúde, Senhor do Bonfim, Utinga e Wagner (Zona Turística Chapada Diamantina - Chapada Norte); Barra do Mendes, Brotas de Macaúbas, Central, Gentio do Ouro, Ipupiara e Xique-Xique (Zona Turística Chapada Diamantina - Chapada Velha); Andaraí, Ibicoara, Iramaia, Iraquara, Itaeté, Lençóis, Mucugê, Nova Redenção, Palmeiras, Seabra e Souto Soares (Zona Turística Chapada Diamantina - Circuito do Diamante); Abaíra, Érico Cardoso, Jussiape, Livramento de Nossa Senhora, Paramirim, Piatã, Rio de Contas e Rio do Pires (Zona Turística Chapada Diamantina - Circuito do Ouro); Alcobaça, Caravelas, Itamaraju, Mucuri, Nova Viçosa, Prado e Teixeira de Freitas (Zona Turística Costa das Baleias); Canavieiras, Ilhéus, Itabuna, Itacaré, Pau Brasil, Santa Luzia, Una e Uruçuca (Zona Turística Costa do Cacau);	Todas	A rica e diversificada expressão da geografia local faz parte do produto “identidade Bahia”. São paisagens costeiras tropicais singulares em toda a extensão da faixa litorânea, assim como paisagens tropicais interioranas variadas e autênticas, principalmente nas zonas turísticas Chapada Diamantina, Lagos e Cânions do São Francisco e Vale do São Francisco.  Potencial para os seguimentos turísticos de lazer e entretenimento, ecológico e de natureza, de esporte e aventura, cultural e religioso, e de negócios.	Integridade visual comprometida por intervenções de porte, como a infraestrutura de telecomunicações, e outras intervenções.	Introduzir o elemento "paisagem" nos processos de planejamento e licenciamento ambiental.  Incorporar critérios paisagísticos na implantação de projetos e obras de impactos visuais.

(Continua)

ASPECTO: PATRIMÔNIO NATURAL – CONJUNTO GEOGRÁFICO					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Município(s) em que ocorre(m) o(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) o(s) critério(s)	Fator(es) que potencializa(m) o turismo	Fator(es) que limita(m) o turismo	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) referentes ao turismo
Ocorrência de vale (continuação)	<p>Cairu, Camamu, Igrapiúna, Ituberá, Maraú, Nilo Peçanha, Presidente Tancredo Neves, Taperoá e Valença (Zona Turística Costa do Dendê);</p> <p>Belmonte, Eunápolis, Itabela, Porto Seguro e Santa Cruz Cabrália (Zona Turística Costa do Descobrimento);</p> <p>Camaçari, Conde, Entre Rios, Esplanada, Itanagra, Jandaíra, Lauro de Freitas e Mata de São João (Zona Turística Costa dos Coqueiros);</p> <p>Abaré, Glória, Paulo Afonso, Rodelas e Santa Brígida (Zona Turística Lagos e Cânions do São Francisco);</p> <p>Casa Nova, Curaçá, Juazeiro, Remanso e Sobradinho (Zona Turística Vale do São Francisco).</p>	Todas			
Ocorrência de baía	<p>Cachoeira, Candeias, Itaparica, Jaguaripe, Madre de Deus, Maragogipe, Salinas da Margarida, Salvador, Santo Amaro, São Francisco do Conde, Saubara e Vera Cruz (Zona Turística Baía de Todos os Santos);</p> <p>Cairu, Camamu, Igrapiúna, Ituberá, Maraú, Nilo Peçanha, Taperoá e Valença (Zona Turística Costa do Dendê).</p>	25, 26, 27, 33, 34, 36	<p>A rica e diversificada expressão da geografia local faz parte do produto “identidade Bahia”. São paisagens costeiras tropicais singulares da sua faixa litorânea.</p> <p>Potencial para os seguimentos turísticos de lazer e entretenimento, ecológico e de natureza, de esporte e aventura, cultural e religioso, e de negócios.</p>	Integridade visual comprometida por intervenções de porte, como a infraestrutura de telecomunicações, e outras intervenções.	<p>Introduzir o elemento "paisagem" nos processos de planejamento e licenciamento ambiental.</p> <p>Incorporar critérios paisagísticos na implantação de projetos e obras de impactos visuais.</p>

Fonte: Elaboração Consórcio Geohidro-Sondotécnica, 2013.

**Quadro 74** - Síntese de potencialidades, limitações e recomendações referentes ao tema **Turismo: Patrimônio Natural - Conjunto Natural Integrado e de Uso Agrícola/Agroflorestal**

ASPECTO: PATRIMÔNIO NATURAL - CONJUNTO NATURAL INTEGRADO E DE USO AGRÍCOLA/AGROFLORESTAL					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Município(s) em que ocorre(m) o(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) o(s) critério(s)	Fator(es) que potencializa(m) o turismo	Fator(es) que limita(m) o turismo	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) referentes ao turismo
Ocorrência de coqueiral, canavial, dendezal, cacau-cabruca ou outra modalidade de cultivo	<p>Abaíra, Érico Cardoso, Jussiape, Livramento de Nossa Senhora, Paramirim, Piatã, Rio de Contas e Rio do Pires (Zona Turística Chapada Diamantina - Circuito do Ouro);</p> <p>Canavieiras, Ilhéus, Itabuna, Itacaré, Pau Brasil, Santa Luzia, Una e Uruçuca (Zona Turística Costa do Cacau);</p> <p>Cairu, Camamu, Igrapiúna, Ituberá, Maraú, Nilo Peçanha, Presidente Tancredo Neves, Taperoá e Valença (Zona Turística Costa do Dendê).</p>	8, 9, 11, 12, 20, 22, 25, 26, 27, 28, 36	<p>As características e integridades das paisagens regionais constituem panos de fundo à qualidade dos roteiros nos polos e zonas turísticas da Bahia. São paisagens, produtos, resultantes do “construído” e da convivência/simbiose do homem com a natureza tropical, criando uma mescla singular de paisagens naturais e culturas agro-florestais autênticas.</p> <p>Potencial para os seguimentos turísticos de lazer e entretenimento, ecológico e de natureza, de esporte e aventura, cultural e religioso, e de negócios.</p>	<p>Falta de controle efetivo do uso do solo, com ocupações irregulares e invasões.</p> <p>Dependência da dinâmica econômica local.</p> <p>Ocorrência de intervenções e obras de porte, comprometendo a integridade visual das áreas.</p> <p>Ausência de estrutura apropriada de coleta de lixo e disposição dos resíduos sólidos.</p>	<p>Realizar o controle efetivo do uso do solo urbano e regional, através de planos regionais, planos diretores e outros instrumentos de gestão.</p> <p>Favorecer a adequação dos usos agrícolas com as características regionais.</p> <p>Condicionar a implantação de obras ou instalações de porte a critérios de proteção visual paisagística.</p> <p>Priorizar a implantação de zonas e corredores de proteção paisagística.</p> <p>Promover e incentivar a criação de programas específicos para educação ambiental.</p>

Fonte: Elaboração Consórcio Geohidro-Sondotécnica, 2013.

Quadro 75 - Síntese de potencialidades, limitações e recomendações referentes ao tema **Turismo: Patrimônio Natural - Ecossistema**

ASPECTO: PATRIMÔNIO NATURAL - ECOSSISTEMA					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Município(s) em que ocorre(m) o(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) o(s) critério(s)	Fator(es) que potencializa(m) o turismo	Fator(es) que limita(m) o turismo	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) referentes ao turismo
Ocorrência de Mata Atlântica	Cachoeira, Itaparica, Jaguaripe, Madre de Deus, Maragogipe, Nazaré, Salinas da Margarida, Salvador, Santo Amaro, São Francisco do Conde, Saubara e Vera Cruz (Zona Turística Baía de Todos os Santos);  Alcobaça, Caravelas, Itamaraju, Mucuri, Nova Viçosa, Prado e Teixeira de Freitas (Zona Turística Costa das Baleias);  Canavieiras, Ilhéus, Itabuna, Itacaré, Pau Brasil, Santa Luzia, Una e Uruçuca (Zona Turística Costa do Cacau);  Cairu, Camamu, Igrapiúna, Ituberá, Marau, Nilo Peçanha, Presidente Tancredo Neves, Taperoá e Valença (Zona Turística Costa do Dendê);  Belmonte, Eunápolis, Itabela, Porto Seguro e Santa Cruz Cabrália (Zona Turística Costa do Descobrimento);  Camaçari, Conde, Entre Rios, Esplanada, Itanagra, Jandaíra, Lauro de Freitas e Mata de São João (Zona Turística Costa dos Coqueiros).	20, 22, 25, 26, 27, 28, 29, 32, 33, 34, 35, 36	A diversidade e a integridade dos ecossistemas locais fazem parte da qualidade paisagística e ecológica das áreas de interesse turístico, constituindo, sobretudo, atrativos propícios para o turismo de natureza e para o próprio ecoturismo.  Mesmo com o progressivo avanço do homem território adentro, a Bahia preserva amplas áreas de recursos originais, diferencial decisivo com relação a outros destinos turísticos concorrentes em áreas dos trópicos. São conjuntos preservados de mata atlântica, constituindo-se em grande potencial para o turismo.	Deficiência da estrutura de fiscalização e monitoramento do patrimônio natural, apesar da existência de áreas de proteção ambiental, parques estaduais e nacionais.  Pressões socioeconômicas sobre o ecossistema, prejudicando sua manutenção.  Presença de agricultura e pecuária extensivas e agroindústrias.  Avanços das frentes urbanas e estruturais, como estradas.	Promover a sistematização da estrutura de monitoramento das áreas de proteção e de gestão ambiental nas esferas municipal, estadual e federal.  Implantar sistema de monitoramento ambiental integrado.  Favorecer condições de sustentabilidade socioeconômica no contexto da agricultura familiar e das comunidades tradicionais.  Implantar zonas e corredores de proteção paisagístico-florestal.  Incentivar atividades agroflorestais compatíveis nas áreas antropizadas.
Ocorrência de restinga	Aratuípe, Cachoeira, Candeias, Itaparica, Jaguaripe, Madre de Deus, Maragogipe, Muniz Ferreira, Muritiba, Nazaré, Salinas da Margarida, Salvador, Santo Amaro, São Félix, São Francisco do Conde, Saubara e Vera Cruz (Zona Turística Baía de Todos os Santos);  Alcobaça, Caravelas, Itamaraju, Mucuri, Nova Viçosa, Prado e Teixeira de Freitas (Zona Turística Costa das Baleias);  Canavieiras, Ilhéus, Itabuna, Itacaré, Pau Brasil, Santa Luzia, Una e Uruçuca (Zona Turística Costa do Cacau);  Cairu, Camamu, Igrapiúna, Ituberá, Marau, Nilo Peçanha, Presidente Tancredo Neves, Taperoá e Valença (Zona Turística Costa do Dendê);  Belmonte, Eunápolis, Itabela, Porto Seguro e Santa Cruz Cabrália (Zona Turística Costa do Descobrimento);  Camaçari, Conde, Entre Rios, Esplanada, Itanagra, Jandaíra, Lauro de Freitas e Mata de São João (Zona Turística Costa dos Coqueiros).	20, 22, 25, 26, 27, 28, 29, 32, 33, 34, 35, 36	A diversidade e a integridade dos ecossistemas locais fazem parte da qualidade paisagística e ecológica das áreas de interesse turístico, constituindo, sobretudo, atrativos propícios para o turismo de natureza e para o próprio ecoturismo.  Mesmo com o progressivo avanço do homem território adentro, a Bahia preserva amplas áreas de recursos originais, diferencial decisivo com relação a outros destinos turísticos concorrentes em áreas dos trópicos. São vastos conjuntos preservados de ecossistemas costeiros de restingas, constituindo-se em grande potencial para o turismo.	Deficiência da estrutura de fiscalização e monitoramento do patrimônio natural, apesar da existência de áreas de proteção ambiental, parques estaduais e nacionais.  Pressões socioeconômicas sobre o ecossistema, prejudicando sua manutenção.  Presença de agricultura e pecuária extensivas e agroindústrias, além de expansão urbana.  Avanços das frentes urbanas e estruturais, como estradas.  Área sujeita a variações climáticas.	Promover a sistematização da estrutura de monitoramento das áreas de proteção e de gestão ambiental nas esferas municipal, estadual e federal.  Implantar sistema de monitoramento ambiental integrado.  Favorecer condições de sustentabilidade socioeconômica no contexto da agricultura familiar e das comunidades tradicionais.  Implantar zonas e corredores de proteção paisagístico-florestal.  Incentivar atividades agroflorestais compatíveis nas áreas antropizadas.
Ocorrência de manguezal	Aratuípe, Cachoeira, Candeias, Itaparica, Jaguaripe, Madre de Deus, Maragogipe, Muniz Ferreira, Muritiba, Nazaré, Salinas da Margarida, Salvador, Santo Amaro, São Félix, São Francisco do Conde, Saubara e Vera Cruz (Zona Turística Baía de Todos os Santos);  Alcobaça, Caravelas, Itamaraju, Mucuri, Nova Viçosa, Prado e Teixeira de Freitas (Zona Turística Costa das Baleias);  Canavieiras, Ilhéus, Itabuna, Itacaré, Pau Brasil, Santa Luzia, Una e Uruçuca (Zona Turística Costa do Cacau);  Cairu, Camamu, Igrapiúna, Ituberá, Marau, Nilo Peçanha, Presidente Tancredo Neves, Taperoá e Valença (Zona Turística Costa do Dendê);  Belmonte, Eunápolis, Itabela, Porto Seguro e Santa Cruz Cabrália (Zona Turística Costa do Descobrimento);	20, 22, 25, 26, 27, 28, 29, 32, 33, 34, 35, 36	A diversidade e a integridade dos ecossistemas locais fazem parte da qualidade paisagística e ecológica das áreas de interesse turístico, constituindo, sobretudo, atrativos propícios para o turismo de natureza e para o próprio ecoturismo.  Mesmo com o progressivo avanço do homem território adentro, a Bahia preserva amplas áreas de recursos originais, diferencial decisivo com relação a outros destinos turísticos concorrentes em áreas dos trópicos. São vastos conjuntos preservados de ecossistemas costeiros de manguezais, constituindo-se em grande potencial para o turismo.	Deficiência da estrutura de fiscalização e monitoramento do patrimônio natural, apesar da existência de áreas de proteção ambiental, parques estaduais e nacionais.  Pressões socioeconômicas sobre o ecossistema, prejudicando sua manutenção.  Pressão pela agricultura, pecuária extensivas, expansão urbana e agroindústrias.  Avanços das frentes urbanas e estruturais, como estradas.  Área sujeita a variações climáticas.	Promover a sistematização da estrutura de monitoramento das áreas de proteção e de gestão ambiental nas esferas municipal, estadual e federal.  Implantar sistema de monitoramento ambiental integrado.  Favorecer condições de sustentabilidade socioeconômica, especialmente atividades extrativistas de comunidades tradicionais.  Implantar zonas e corredores de proteção paisagístico-florestal.

(Continua)



ASPECTO: PATRIMÔNIO NATURAL - ECOSSISTEMA					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Município(s) em que ocorre(m) o(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) o(s) critério(s)	Fator(es) que potencializa(m) o turismo	Fator(es) que limita(m) o turismo	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) referentes ao turismo
Ocorrência de manguezal (continuação)	Camaçari, Conde, Entre Rios, Esplanada, Itanagra, Jandaíra, Lauro de Freitas e Mata de São João (Zona Turística Costa dos Coqueiros).	20, 22, 25, 26, 27, 28, 29, 32, 33, 34, 35, 36	A diversidade e a integridade dos ecossistemas locais fazem parte da qualidade paisagística e ecológica das áreas de interesse turístico, constituindo, sobretudo, atrativos propícios para o turismo de natureza e para o próprio ecoturismo.  Mesmo com o progressivo avanço do homem território adentro, a Bahia preserva amplas áreas de recursos originais, diferencial decisivo com relação a outros destinos turísticos concorrentes em áreas dos trópicos. São vastos conjuntos preservados de ecossistemas costeiros de manguezais, constituindo-se em grande potencial para o turismo.	Deficiência da estrutura de fiscalização e monitoramento do patrimônio natural, apesar da existência de áreas de proteção ambiental, parques estaduais e nacionais.  Pressões socioeconômicas sobre o ecossistema, prejudicando sua manutenção.  Pressão pela agricultura, pecuária extensivas, expansão urbana e agroindústrias.  Avanços das frentes urbanas e estruturais, como estradas.  Área sujeita a variações climáticas.	Promover a sistematização da estrutura de monitoramento das áreas de proteção e de gestão ambiental nas esferas municipal, estadual e federal.  Implantar sistema de monitoramento ambiental integrado.  Favorecer condições de sustentabilidade socioeconômica, especialmente atividades extrativistas de comunidades tradicionais.  Implantar zonas e corredores de proteção paisagístico-florestal.
Ocorrência de caatinga	Bom Jesus da Lapa, Correntina, Ibotirama, Santa Maria da Vitória, Santana e São Félix do Coribe (Zona Turística Caminhos do Oeste - Circuito do Rio Corrente);  Barra, Barreiras, Formosa do Rio Preto, Luís Eduardo Magalhães, Riachão das Neves, Santa Rita de Cássia e São Desidério (Zona Turística Caminhos do Oeste - Circuito do Rio Grande);  Araci, Banzaê, Candeal, Canudos, Cipó, Euclides da Cunha, Feira de Santana, Itapicuru, Monte Santo, Nova Soure, Ribeira do Pombal, Serrinha, Teofilândia, Tucano, Uauá (Zona Turística Caminhos do Sertão);  Iguaí e Vitória da Conquista (Zona Turística Caminhos do Sudoeste);  Andorinha, Bonito, Caém, Campo Formoso, Jacobina, Jaguarari, Miguel Calmon, Morro do Chapéu, Ouroândia, Pindobaçu, Piritiba, Saúde, Senhor do Bonfim, Utinga e Wagner (Zona Turística Chapada Diamantina - Chapada Norte);  Abaré, Glória, Paulo Afonso, Rodelas e Santa Brígida (Zona Turística Lagos e Cânions do São Francisco);  Casa Nova, Curaçá, Juazeiro, Remanso e Sobradinho (Zona Turística Vale do São Francisco).	1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 22, 23, 24, 25, 27, 30, 31, 32	A diversidade e a integridade dos ecossistemas locais fazem parte da qualidade paisagística e ecológica das áreas de interesse turístico, constituindo, sobretudo, atrativos propícios para o turismo de natureza e para o próprio ecoturismo.  Mesmo com o progressivo avanço do homem território adentro, a Bahia preserva amplas áreas de recursos originais, diferencial decisivo com relação a outros destinos turísticos concorrentes em áreas dos trópicos. São vastos conjuntos preservados de caatinga, constituindo-se em grande potencial para o turismo.	Deficiência da estrutura de fiscalização e monitoramento do patrimônio natural, apesar da existência de áreas de proteção ambiental, parques estaduais e nacionais.  Pressões socioeconômicas sobre o ecossistema, prejudicando sua manutenção.  Presença de agricultura e pecuária extensivas e agroindústrias.  Avanços das frentes urbanas e estruturais, como estradas.  Área sujeita a variações climáticas.	Promover a sistematização da estrutura de monitoramento das áreas de proteção e de gestão ambiental nas esferas municipal, estadual e federal.  Implantar sistema de monitoramento ambiental integrado.  Favorecer condições de sustentabilidade socioeconômica no contexto da agricultura familiar e das comunidades tradicionais.  Implantar zonas e corredores de proteção paisagístico-florestal.  Incentivar atividades agroflorestais compatíveis nas áreas antropizadas.

Fonte: Elaboração Consórcio Geohidro-Sondotécnica, 2013.

Quadro 76 - Síntese de potencialidades, limitações e recomendações referentes ao tema **Turismo: Patrimônio Natural - Paisagem Costeira**

ASPECTO: PATRIMÔNIO NATURAL - PAISAGEM COSTEIRA					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Município(s) em que ocorre(m) o(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) o(s) critério(s)	Fator(es) que potencializa(m) o turismo	Fator(es) que limita(m) o turismo	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) referentes ao turismo
Ocorrência de praia, coqueiral ou escarpa	Aratuípe, Cachoeira, Candeias, Itaparica, Jaguaripe, Madre de Deus, Maragogipe, Muniz Ferreira, Muritiba, Nazaré, Salinas da Margarida, Salvador, Santo Amaro, São Félix, São Francisco do Conde, Saubara e Vera Cruz (Zona Turística Baía de Todos os Santos);  Alcobaça, Caravelas, Itamaraju, Mucuri, Nova Viçosa, Prado e Teixeira de Freitas (Zona Turística Costa das Baleias);  Canavieiras, Ilhéus, Itabuna, Itacaré, Santa Luzia, Una e Uruçuca (Zona Turística Costa do Cacau);  Cairu, Camamu, Igrapiúna, Ituberá, Maraú, Nilo Peçanha, Presidente Tancredo Neves, Taperoá e Valença (Zona Turística Costa do Dendê);  Belmonte, Eunápolis, Itabela, Porto Seguro e Santa Cruz Cabrália (Zona Turística Costa do Descobrimento);  Camaçari, Conde, Entre Rios, Esplanada, Itanagra, Jandaíra, Lauro de Freitas e Mata de São João (Zona Turística Costa dos Coqueiros).	20, 22, 25, 26, 27, 28, 29, 32, 33, 34, 35, 36	Constituem o principal atrativo turístico da Bahia, sobretudo para o turismo de lazer e entretenimento e o turismo ecológico e de natureza, envolvendo todo o litoral baiano.  Estão presentes em todas as zonas turísticas do litoral baiano, constituindo-se nas diversificadas paisagens costeiras encontradas ao longo dos quase 1.000 km de extensão do litoral atlântico da Bahia e envolvendo: as singulares paisagens de dunas e coqueirais, no Litoral Norte; as variadas paisagens costeiras no Litoral Sul, entrecortadas por baías, enseadas e braços de mar; e as amplas paisagens costeiras naturais do Extremo Sul, moduladas por escarpas, desembocaduras fluviais e ilhas e tendo o Arquipélago de Abrolhos como um atrativo natural singular.	Níveis de monitoramento e fiscalização diferenciados das unidades de conservação costeiras.  Áreas sujeitas a conflitos ambientais e socioculturais.  Ocupações desordenadas de faixas litorâneas externas às áreas de proteção ambiental.	Garantir o monitoramento e a fiscalização sistemáticos de todas as unidades de conservação litorâneas.  Assegurar, nos planos urbanos territoriais municipais, a incorporação das Zonas Especiais com seus parâmetros de uso e ocupação do solo, implantando-se estruturas de monitoramento e fiscalização.  Buscar alinhamento de objetivos e soluções na solução dos conflitos ambientais e socioculturais.  Favorecer o oportunidades de aproveitamento social e econômico das paisagens costeiras.  Realizar processo de planejamento para implantação dos investimentos.  Considerar os aspectos paisagísticos, locais ambientais e urbanos locais na elaboração e execução dos projetos.
Ocorrência de baía, enseada ou braço de mar	Aratuípe, Cachoeira, Candeias, Itaparica, Jaguaripe, Madre de Deus, Maragogipe, Muniz Ferreira, Muritiba, Nazaré, Salinas da Margarida, Salvador, Santo Amaro, São Félix, São Francisco do Conde, Saubara e Vera Cruz (Zona Turística Baía de Todos os Santos);  Alcobaça, Caravelas, Itamaraju, Mucuri, Nova Viçosa, Prado e Teixeira de Freitas (Zona Turística Costa das Baleias);  Canavieiras, Ilhéus, Itabuna, Itacaré, Santa Luzia, Una e Uruçuca (Zona Turística Costa do Cacau);  Cairu, Camamu, Igrapiúna, Ituberá, Maraú, Nilo Peçanha, Presidente Tancredo Neves, Taperoá e Valença (Zona Turística Costa do Dendê);  Belmonte, Eunápolis, Itabela, Porto Seguro e Santa Cruz Cabrália (Zona Turística Costa do Descobrimento);  Camaçari, Conde, Entre Rios, Esplanada, Itanagra, Jandaíra, Lauro de Freitas e Mata de São João (Zona Turística Costa dos Coqueiros).	20, 22, 25, 26, 27, 28, 29, 32, 33, 34, 35, 36	Constituem o principal atrativo turístico da Bahia, sobretudo para o turismo de lazer e entretenimento e o turismo ecológico e de natureza que envolvem todo o litoral baiano.  Estão presentes em todas as zonas turísticas do litoral baiano, constituindo-se nas diversificadas paisagens costeiras encontradas ao longo dos quase 1.000 km de extensão do litoral atlântico da Bahia e envolvendo: as singulares paisagens de dunas e coqueirais, no Litoral Norte; as variadas paisagens costeiras no Litoral Sul, entrecortadas por baías, enseadas e braços de mar; e as amplas paisagens costeiras naturais do Extremo Sul, moduladas por escarpas, desembocaduras fluviais e ilhas.	Níveis de monitoramento e fiscalização diferenciados das unidades de conservação costeiras.  Áreas sujeitas a conflitos ambientais e socioculturais.  Ocupações desordenadas de faixas litorâneas externas às áreas de proteção ambiental.	Garantir o monitoramento e a fiscalização sistemáticos de todas as unidades de conservação litorâneas.  Assegurar, nos planos urbanos territoriais municipais, a incorporação da incorporação de Zonas Especiais com seus parâmetros de uso e ocupação do solo, implantando-se estruturas de monitoramento e fiscalização.  Buscar alinhamento de objetivos e soluções na solução dos conflitos ambientais e socioculturais.  Favorecer oportunidades de aproveitamento social e econômico das paisagens costeiras.  Realizar processo de planejamento para implantação dos investimentos.  Considerar os aspectos paisagísticos, ambientais e urbanos locais na elaboração e execução dos projetos.

(Continua)

ASPECTO: PATRIMÔNIO NATURAL - PAISAGEM COSTEIRA					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Município(s) em que ocorre(m) o(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) o(s) critério(s)	Fator(es) que potencializa(m) o turismo	Fator(es) que limita(m) o turismo	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) referentes ao turismo
Ocorrência de ilha ou arquipélago	<p>Cachoeira, Candeias, Itaparica, Jaguaripe, Madre de Deus, Maragogipe, Muritiba, Salinas da Margarida, Salvador, Santo Amaro, São Félix, São Francisco do Conde, Saubara e Vera Cruz (Zona Turística Baía de Todos os Santos);</p> <p>Alcobaça, Caravelas, Mucuri, Nova Viçosa e Prado (Zona Turística Costa das Baleias);</p> <p>Cairu, Camamu, Igrapiúna, Ituberá, Marauá, Nilo Peçanha, Taperoá e Valença (Zona Turística Costa do Dendê).</p>	25, 26, 27, 28, 29, 33, 34, 36	<p>Constituem o principal atrativo turístico da Bahia, sobretudo para o turismo de lazer e entretenimento e o turismo ecológico e de natureza que envolvem todo o litoral baiano.</p> <p>Estão presentes em todas as zonas turísticas do litoral baiano, constituindo-se nas diversificadas paisagens costeiras encontradas ao longo dos quase 1.000 km de extensão do litoral atlântico da Bahia e envolvendo: as singulares paisagens de dunas e coqueirais, no Litoral Norte; as variadas paisagens costeiras no Litoral Sul, entrecortadas por baías, enseadas e braços de mar; e as amplas paisagens costeiras naturais do Extremo Sul, moduladas por escarpas, desembocaduras fluviais e ilhas, tendo o Arquipélago de Abrolhos como um atrativo natural singular.</p>	<p>Níveis de monitoramento e fiscalização diferenciados das unidades de conservação costeiras.</p> <p>Áreas sujeitas a conflitos ambientais e socioculturais.</p> <p>Ocupações desordenadas de faixas litorâneas externas às áreas de proteção ambiental.</p>	<p>Garantir o monitoramento e a fiscalização sistemáticos de todas as unidades de conservação litorâneas.</p> <p>Assegurar, nos planos urbanos territoriais municipais, a incorporação das Zonas Especiais com seus parâmetros de uso e ocupação do solo, implantando-se estruturas de monitoramento e fiscalização.</p> <p>Buscar alinhamento de objetivos e soluções na solução dos conflitos ambientais e socioculturais.</p> <p>Favorecer oportunidades de aproveitamento social e econômico das paisagens costeiras.</p> <p>Realizar processo de planejamento para implantação dos investimentos.</p> <p>Considerar os aspectos paisagísticos, locais ambientais e urbanos locais na elaboração e execução dos projetos.</p>

Fonte: Elaboração Consórcio Geohidro-Sondotécnica, 2013.

Quadro 77 - Síntese de potencialidades, limitações e recomendações referentes ao tema **Turismo: Patrimônio Natural - Sistema Hidrográfico**

ASPECTO: PATRIMÔNIO NATURAL - SISTEMA HIDROGRÁFICO					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Município(s) em que ocorre(m) o(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) o(s) critério(s)	Fator(es) que potencializa(m) o turismo	Fator(es) que limita(m) o turismo	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) referentes ao turismo
Ocorrência de rio navegável	Cachoeira, Jaguaripe, Madre de Deus e Nazaré (Zona Turística Baía de Todos os Santos);  Bom Jesus da Lapa, Correntina e Santa Maria da Vitória (Zona Turística Caminhos do Oeste - Circuito do Rio Corrente);  Barra e Barreiras (Zona Turística Caminhos do Oeste - Circuito do Rio Grande);  Abaré, Glória, Paulo Afonso, Rodelas e Santa Brígida (Zona Turística Lagos e Cânions do São Francisco);  Casa Nova, Curaçá, Juazeiro, Remanso e Sobradinho (Zona Turística Vale do São Francisco).	1, 2, 3, 4, 5, 8, 6, 14, 17, 23, 25, 26, 30, 31, 33, 36	O extenso e diversificado sistema hidrográfico do território baiano, com suas abundantes corredeiras, suas cachoeiras e suas represas naturais, constitui uma extraordinária plataforma para o turismo de lazer e entretenimento (roteiros e circuitos náuticos) bem como para o turismo ecológico e de natureza e para o turismo de esporte e aventura (prática de rafting, canoagem etc.).  Compõem essa importante plataforma hidroviária baiana os seus grandes e tradicionais rios navegáveis, verdadeiros caminhos históricos de penetração ou interiorização do território baiano, com roteiros turísticos até hoje em operação, como é o caso do baixo rio Paraguaçu e, sobretudo, do rio São Francisco.	Assoreamento dos rios, causado, principalmente, pela eliminação de matas ciliares e manejos agrícolas inadequados.  Poluição hídrica causada, principalmente, pelo lançamento de efluentes domésticos e industriais e de defensivos agrícolas.  Supressão de trechos e de corredores em projetos de hidrelétricas.	Promover programas de recuperação de matas ciliares e de reflorestamento.  Favorecer e estimular a inovação de sistemas de manejos agrícolas.  Implantar sistemas completos de esgotamento sanitário.  Implantar sistemas de tratamento e coleta de resíduos sólidos e líquidos.  Articular a exclusão de trechos estratégicos para o turismo de esporte de aventura, o turismo de lazer e entretenimento, o turismo ecológico e de natureza do programa de construção de hidrelétricas.  Favorecer oportunidades de aproveitamento social e econômico do sistema hidrográfico.  Priorizar a implantação de projetos de florestamento no contexto de uma silvicultura diversificada.  Considerar os imperativos e requisitos de conservação da paisagem natural dos componentes do sistema hidrográfico.
Ocorrência de rio acidentado ou caudaloso	São Desidério (Zona Turística Caminhos do Oeste - Circuito do Rio Grande);  Itacaré (Zona Turística Costa do Cacau);  Ituberá, Nilo Peçanha e Taperoá (Zona Turística Costa do Dendê).	1, 2, 3, 26, 27, 36	O extenso e diversificado sistema hidrográfico do território baiano, com suas abundantes corredeiras, suas cachoeiras e suas represas naturais, constitui uma extraordinária plataforma para o turismo de lazer e entretenimento (roteiros e circuitos náuticos), bem como para o turismo ecológico e de natureza e para o turismo de esporte e aventura (prática de rafting, canoagem etc.).	Assoreamento dos rios, causado, principalmente, pela eliminação de matas ciliares e manejos agrícolas inadequados.  Poluição hídrica, causada, principalmente, pelo lançamento de efluentes domésticos e industriais e de defensivos agrícolas.  Supressão de trechos, de corredores e de cachoeiras em projetos de hidrelétricas.	Promover programas de recuperação de matas ciliares e de reflorestamento.  Favorecer e estimular a inovação de sistemas de manejos agrícolas.  Implantar sistemas completos de esgotamento sanitário.  Implantar sistemas de tratamento e coleta de resíduos sólidos e líquidos.  Articular a exclusão de trechos estratégicos para o turismo de esporte de aventura, o turismo de lazer e entretenimento, o turismo ecológico e de natureza do programa de construção de hidrelétricas.  Favorecer oportunidades de aproveitamento social e econômico do sistema hidrográfico.  Priorizar a implantação de projetos de florestamento no contexto de uma silvicultura diversificada.

(Continua)

ASPECTO: PATRIMÔNIO NATURAL - SISTEMA HIDROGRÁFICO					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Município(s) em que ocorre(m) o(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) o(s) critério(s)	Fator(es) que potencializa(m) o turismo	Fator(es) que limita(m) o turismo	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) referentes ao turismo
Ocorrência de rio acidentado ou caudaloso (continuação)	São Desidério (Zona Turística Caminhos do Oeste - Circuito do Rio Grande); Itacaré (Zona Turística Costa do Cacau); Ituberá, Nilo Peçanha e Taperoá (Zona Turística Costa do Dendê).	1, 2, 3, 26, 27, 36			Considerar os imperativos e requisitos da conservação da paisagem natural dos componentes do sistema hidrográfico.
Ocorrência de lago	Aratuípe, Cachoeira, Candeias, Itaparica, Jaguaripe, Madre de Deus, Maragogipe, Muniz Ferreira, Muritiba, Nazaré, Salinas da Margarida, Salvador, Santo Amaro, São Félix, São Francisco do Conde, Saubara e Vera Cruz (Zona Turística Baía de Todos os Santos); Amargosa, Cravolândia, Elísio Medrado, Itiruçu, Jiquiriçá, Laje, Milagres, Mutuípe, Santa Inês, São Miguel das Matas e Ubaíra (Zona Turística Caminhos do Jiquiriçá - Circuito do Vale do Jiquiriçá); Castro Alves, Conceição do Almeida, Cruz das Almas, Dom Macedo Costa, Itatim, Santa Teresinha, Santo Antônio de Jesus, São Felipe e Varzedo (Zona Turística Caminhos do Jiquiriçá - Circuito Recôncavo Sul); Bom Jesus da Lapa, Correntina, Ibotirama, Santa Maria da Vitória, Santana e São Félix do Coribe (Zona Turística Caminhos do Oeste - Circuito do Rio Corrente); Barra, Barreiras, Formosa do Rio Preto, Luís Eduardo Magalhães, Riachão das Neves, Santa Rita de Cássia e São Desidério (Zona Turística Caminhos do Oeste - Circuito do Rio Grande); Araci, Banzaê, Candeal, Canudos, Cipó, Euclides da Cunha, Feira de Santana, Itapicuru, Monte Santo, Nova Soure, Ribeira do Pombal, Serrinha, Teofilândia, Tucano e Uauá (Zona Turística Caminhos do Sertão); Iguaí e Vitória da Conquista (Zona Turística Caminhos do Sudoeste); Andorinha, Bonito, Caém, Campo Formoso, Jacobina, Jaguarari, Miguel Calmon, Morro do Chapéu, Ourolândia, Pindobaçu, Piritiba, Saúde, Senhor do Bonfim, Utinga e Wagner (Zona Turística Chapada Diamantina - Chapada Norte); Barra do Mendes, Brotas de Macaúbas, Central, Gentio do Ouro, Ipupiara e Xique-Xique (Zona Turística Chapada Diamantina - Chapada Velha); Andaraí, Ibicoara, Iramaia, Iraquara, Itaeté, Lençóis, Mucugê, Nova Redenção, Palmeiras, Seabra e Souto Soares (Zona Turística Chapada Diamantina - Circuito do Diamante); Abaíra, Érico Cardoso, Jussiape, Livramento de Nossa Senhora, Paramirim, Piatã, Rio de Contas e Rio do Pires (Zona Turística Chapada Diamantina - Circuito do Ouro); Alcobaça, Caravelas, Itamaraju, Mucuri, Nova Viçosa, Prado e Teixeira de Freitas (Zona Turística Costa das Baleias); Canavieiras, Ilhéus, Itabuna, Itacaré, Pau Brasil, Santa Luzia, Una e Uruçuca (Zona Turística Costa do Cacau); Cairu, Camamu, Igrapiúna, Ituberá, Maraú, Nilo Peçanha, Presidente Tancredo Neves, Taperoá e Valença (Zona Turística Costa do Dendê);	Todas	O extenso e diversificado sistema hidrográfico do território baiano, com suas abundantes corredeiras, suas cachoeiras e suas represas naturais, constitui uma extraordinária plataforma para o turismo de lazer e entretenimento (roteiros e circuitos náuticos), bem como para o turismo ecológico e de natureza e para o turismo de esporte e aventura (prática de rafting, canoagem etc.).	Assoreamento dos rios, causado, principalmente, pela eliminação de matas ciliares e manejos agrícolas inadequados.  Poluição hídrica, causada, principalmente, pelo lançamento de efluentes domésticos e industriais e de defensivos agrícolas.  Supressão de trechos, de corredores e de cachoeiras em projetos de hidrelétricas.	Promover programas de recuperação de matas ciliares e de reflorestamento.  Estimular a inovação de sistemas de manejos agrícolas.  Implantar sistemas completos de esgotamento sanitário.  Implantar sistemas de tratamento e coleta de resíduos sólidos e líquidos.  Articular a exclusão de trechos estratégicos para o turismo de esporte de aventura, o turismo de lazer e entretenimento, o turismo ecológico e de natureza do programa de construção de hidrelétricas.  Favorecer o aproveitamento social e econômico do sistema hidrográfico.  Priorizar a implantação de projetos de florestamento no contexto de uma silvicultura diversificada.  Considerar os imperativos e requisitos da conservação da paisagem natural dos componentes do sistema hidrográfico.

(Continua)



ASPECTO: PATRIMÔNIO NATURAL - SISTEMA HIDROGRÁFICO					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Município(s) em que ocorre(m) o(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) o(s) critério(s)	Fator(es) que potencializa(m) o turismo	Fator(es) que limita(m) o turismo	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) referentes ao turismo
Ocorrência de lago (continuação)	Belmonte, Eunápolis, Itabela, Porto Seguro e Santa Cruz Cabrália (Zona Turística Costa do Descobrimento); Camaçari, Conde, Entre Rios, Esplanada, Itanagra, Jandaíra, Lauro de Freitas e Mata de São João (Zona Turística Costa dos Coqueiros); Abaré, Glória, Paulo Afonso, Rodelas e Santa Brígida (Zona Turística Lagos e Cânions do São Francisco); Casa Nova, Curaçá, Juazeiro, Remanso e Sobradinho (Zona Turística Vale do São Francisco).	Todas	O extenso e diversificado sistema hidrográfico do território baiano, com suas abundantes corredeiras, suas cachoeiras e suas represas naturais, constitui uma extraordinária plataforma para o turismo de lazer e entretenimento (roteiros e circuitos náuticos), bem como para o turismo ecológico e de natureza e para o turismo de esporte e aventura (prática de rafting, canoagem etc.).	Assoreamento dos rios, causado, principalmente, pela eliminação de matas ciliares e manejos agrícolas inadequados.  Poluição hídrica, causada, principalmente, pelo lançamento de efluentes domésticos e industriais e de defensivos agrícolas.  Supressão de trechos, de corredores e de cachoeiras em projetos de hidrelétricas.	Promover programas de recuperação de matas ciliares e de reflorestamento.  Estimular a inovação de sistemas de manejos agrícolas.  Implantar sistemas completos de esgotamento sanitário.  Implantar sistemas de tratamento e coleta de resíduos sólidos e líquidos.  Articular a exclusão de trechos estratégicos para o turismo de esporte de aventura, o turismo de lazer e entretenimento, o turismo ecológico e de natureza do programa de construção de hidrelétricas.  Favorecer o aproveitamento social e econômico do sistema hidrográfico.  Priorizar a implantação de projetos de florestamento no contexto de uma silvicultura diversificada.  Considerar os imperativos e requisitos da conservação da paisagem natural dos componentes do sistema hidrográfico.

Fonte: Elaboração Consórcio Geohidro-Sondotécnica, 2013.

Quadro 78 - Síntese de potencialidades, limitações e recomendações referentes ao tema **Turismo: Patrimônio Histórico e Monumental - Núcleo Histórico**

ASPECTO: PATRIMÔNIO HISTÓRICO E MONUMENTAL - NÚCLEO HISTÓRICO					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Município(s) em que ocorre(m) o(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) o(s) critério(s)	Fator(es) que potencializa(m) o turismo	Fator(es) que limita(m) o turismo	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) referentes ao turismo
Cidade histórica ou centro histórico	<p>Aratuípe, Cachoeira, Candeias, Itaparica, Jaguaripe, Madre de Deus, Maragogipe, Muniz Ferreira, Muritiba, Nazaré, Salinas da Margarida, Salvador, Santo Amaro, São Félix, São Francisco do Conde, Saubara e Vera Cruz (Zona Turística Baía de Todos os Santos);</p> <p>Bom Jesus da Lapa, Correntina, Ibotirama, Santa Maria da Vitória, Santana e São Félix do Coribe (Zona Turística Caminhos do Oeste - Circuito do Rio Corrente);</p> <p>Barra, Barreiras, Formosa do Rio Preto, Luís Eduardo Magalhães, Riachão das Neves, Santa Rita de Cássia e São Desidério (Zona Turística Caminhos do Oeste - Circuito do Rio Grande);</p> <p>Araci, Banzaê, Candeal, Canudos, Cipó, Euclides da Cunha, Feira de Santana, Itapicuru, Monte Santo, Nova Soure, Ribeira do Pombal, Serrinha, Teofilândia, Tucano e Uauá (Zona Turística Caminhos do Sertão);</p> <p>Iguaí e Vitória da Conquista (Zona Turística Caminhos do Sudoeste);</p> <p>Andorinha, Bonito, Caém, Campo Formoso, Jacobina, Jaguarari, Miguel Calmon, Morro do Chapéu, Ouroilândia, Pindobaçu, Piritiba, Saúde, Senhor do Bonfim, Utinga e Wagner (Zona Turística Chapada Diamantina - Chapada Norte);</p> <p>Barra do Mendes, Brotas de Macaúbas, Central, Gentio do Ouro, Ipupiara e Xique-Xique (Zona Turística Chapada Diamantina - Chapada Velha);</p> <p>Andaraí, Ibicoara, Iramaia, Iraquara, Itaeté, Lençóis, Mucugê, Nova Redenção, Palmeiras, Seabra e Souto Soares (Zona Turística Chapada Diamantina - Circuito do Diamante);</p> <p>Abaíra, Érico Cardoso, Jussiape, Livramento de Nossa Senhora, Paramirim, Piatã, Rio de Contas e Rio do Pires (Zona Turística Chapada Diamantina - Circuito do Ouro);</p> <p>Alcobaça, Caravelas, Itamaraju, Mucuri, Nova Viçosa, Prado e Teixeira de Freitas (Zona Turística Costa das Baleias);</p> <p>Canavieiras, Ilhéus, Itabuna, Itacaré, Pau Brasil, Santa Luzia, Una e Uruçuca (Zona Turística Costa do Cacau);</p> <p>Cairu, Camamu, Igrapiúna, Ituberá, Maraú, Nilo Peçanha, Presidente Tancredo Neves, Taperoá e Valença (Zona Turística Costa do Dendê);</p> <p>Belmonte, Eunápolis, Itabela, Porto Seguro e Santa Cruz Cabrália (Zona Turística Costa do Descobrimento);</p> <p>Camaçari, Conde, Entre Rios, Esplanada, Itanagra, Jandaíra, Lauro de Freitas e Mata de São João (Zona Turística Costa dos Coqueiros).</p>	1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 32, 33, 34, 35, 36	<p>O patrimônio histórico e monumental da Bahia, formado por elementos e núcleos artísticos, arquitetônicos e urbanísticos singulares, constitui uma importante âncora para o turismo em geral e, em especial, para o turismo cultural e para o turismo de contemplação e fruição.</p> <p>Formado pelo conjunto de cidades e vilas históricas, em sua maioria do período colonial, concentrando uma rica variedade de edificações e monumentos, tendo como referência básica e exponencial, Salvador e o seu centro histórico, o maior conjunto barroco da América do Sul, instituído pela UNESCO como Patrimônio da Humanidade.</p> <p>Inserem-se, ainda, nesse conjunto, a expressiva rede de cidades históricas do Interior e seus respectivos entornos, marcos fundamentais no processo histórico de povoamento, interiorização e desenvolvimento do território baiano. São destaques: Porto Seguro e Cabrália (Costa do Descobrimento); Cachoeira, São Félix e Santo Amaro (Recôncavo); Lençóis, Mucugê, Andaraí, Palmeiras e Rio de Contas (Chapada Diamantina).</p>	<p>Falta de controle efetivo de uso e ocupação do solo, urbano ou rural, que garanta a preservação do patrimônio histórico e monumental.</p> <p>Desconfiguração da morfologia urbana tradicional.</p> <p>Falta de legislação específica de preservação do patrimônio histórico e monumental.</p> <p>Desinformação quanto ao valor e à necessidade de preservação do patrimônio histórico e monumental.</p> <p>Pressão imobiliária nas áreas históricas e de entorno.</p> <p>Depredação e degradação do patrimônio histórico e monumental.</p>	<p>Controlar de forma sistemática o uso e ocupação do solo.</p> <p>Promover o efetivo cumprimento das normas estabelecidas nos planos diretores municipais.</p> <p>Tornar efetiva a legislação de controle e fiscalização de preservação do patrimônio histórico e monumental.</p> <p>Definir parâmetros de níveis de proteção do patrimônio histórico e monumental.</p> <p>Compatibilizar os usos do solo e das edificações com as características e potencialidades do patrimônio, caso a caso, maximizando as condições de sustentabilidade.</p> <p>Garantir a manutenção dos padrões estruturais e volumétricos em intervenções nas áreas históricas e de seu entorno imediato.</p>

(Continua)

ASPECTO: PATRIMÔNIO HISTÓRICO E MONUMENTAL - NÚCLEO HISTÓRICO					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Município(s) em que ocorre(m) o(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) o(s) critério(s)	Fator(es) que potencializa(m) o turismo	Fator(es) que limita(m) o turismo	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) referentes ao turismo
Sítio histórico	<p>Aratuípe, Cachoeira, Candeias, Itaparica, Jaguaripe, Madre de Deus, Maragogipe, Muniz Ferreira, Muritiba, Nazaré, Salinas da Margarida, Salvador, Santo Amaro, São Félix, São Francisco do Conde, Saubara e Vera Cruz (Zona Turística Baía de Todos os Santos);</p> <p>Amargosa, Cravolândia, Elísio Medrado, Itiruçu, Jiquiriçá, Laje, Milagres, Mutuípe, Santa Inês, São Miguel das Matas e Ubaíra (Zona Turística Caminhos do Jiquiriçá - Circuito do Vale do Jiquiriçá);</p> <p>Castro Alves, Conceição do Almeida, Cruz das Almas, Dom Macedo Costa, Itatim, Santa Teresinha, Santo Antônio de Jesus, São Felipe e Varzedo (Zona Turística Caminhos do Jiquiriçá - Circuito Recôncavo Sul);</p> <p>Bom Jesus da Lapa, Correntina, Ibotirama, Santa Maria da Vitória, Santana e São Félix do Coribe (Zona Turística Caminhos do Oeste - Circuito do Rio Corrente);</p> <p>Barra, Barreiras, Formosa do Rio Preto, Luís Eduardo Magalhães, Riachão das Neves, Santa Rita de Cássia e São Desidério (Zona Turística Caminhos do Oeste - Circuito do Rio Grande);</p> <p>Araci, Banzaê, Candeal, Canudos, Cipó, Euclides da Cunha, Feira de Santana, Itapicuru, Monte Santo, Nova Soure, Ribeira do Pombal, Serrinha, Teofilândia, Tucano e Uauá (Zona Turística Caminhos do Sertão);</p> <p>Iguaí e Vitória da Conquista (Zona Turística Caminhos do Sudoeste);</p> <p>Andorinha, Bonito, Caém, Campo Formoso, Jacobina, Jaguarari, Miguel Calmon, Morro do Chapéu, Ouroelândia, Pindobaçu, Piritiba, Saúde, Senhor do Bonfim, Utinga e Wagner (Zona Turística Chapada Diamantina - Chapada Norte);</p> <p>Barra do Mendes, Brotas de Macaúbas, Central, Gentio do Ouro, Ipupiara e Xique-Xique (Zona Turística Chapada Diamantina - Chapada Velha);</p> <p>Andaraí, Ibicoara, Iramaia, Iraquara, Itaeté, Lençóis, Mucugê, Nova Redenção, Palmeiras, Seabra e Souto Soares (Zona Turística Chapada Diamantina - Circuito do Diamante);</p> <p>Abaíra, Érico Cardoso, Jussiape, Livramento de Nossa Senhora, Paramirim, Piatã, Rio de Contas e Rio do Pires (Zona Turística Chapada Diamantina - Circuito do Ouro);</p> <p>Alcobaça, Caravelas, Itamaraju, Mucuri, Nova Viçosa, Prado e Teixeira de Freitas (Zona Turística Costa das Baleias);</p> <p>Canavieiras, Ilhéus, Itabuna, Itacaré, Pau Brasil, Santa Luzia, Una e Uruçuca (Zona Turística Costa do Cacau);</p> <p>Cairu, Camamu, Igrapiúna, Ituberá, Maraú, Nilo Peçanha, Presidente Tancredo Neves, Taperoá e Valença (Zona Turística Costa do Dendê);</p> <p>Belmonte, Eunápolis, Itabela, Porto Seguro e Santa Cruz Cabralia (Zona Turística Costa do Descobrimento);</p>	Todas	<p>O patrimônio histórico e monumental da Bahia, formado por elementos e núcleos artísticos, arquitetônicos e urbanísticos singulares, constitui uma importante âncora para o turismo em geral e, em especial, para o turismo cultural e para o turismo de contemplação e fruição.</p> <p>Formado pelo conjunto de sítios históricos, em sua maioria do período colonial, concentrando uma rica variedade de edificações e monumentos, tendo como referência básica e exponencial, Salvador e o seu centro histórico, o maior conjunto barroco da América do Sul, instituído pela UNESCO como Patrimônio da Humanidade.</p>	<p>Falta de controle efetivo de uso e ocupação do solo, urbano ou rural, que garanta a preservação do patrimônio histórico e monumental.</p> <p>Desconfiguração da morfologia urbana tradicional.</p> <p>Falta de legislação específica de preservação do patrimônio histórico e monumental.</p> <p>Desinformação quanto ao valor e à necessidade de preservação do patrimônio histórico e monumental.</p> <p>Pressão imobiliária nas áreas históricas e de entorno.</p> <p>Depredação e degradação do patrimônio histórico e monumental.</p>	<p>Controlar de forma sistemática o uso e ocupação do solo.</p> <p>Promover o efetivo cumprimento das normas estabelecidas nos planos diretores municipais.</p> <p>Aumentar a efetividade da legislação de controle e fiscalização de preservação do patrimônio histórico e monumental.</p> <p>Definir parâmetros de níveis de proteção do patrimônio histórico e monumental.</p> <p>Compatibilizar os usos do solo e das edificações com as características e potencialidades do patrimônio, caso a caso, maximizando as condições de sustentabilidade.</p> <p>Garantir a manutenção dos padrões estruturais e volumétricos em intervenções nas áreas históricas e de seu entorno imediato.</p>

(Continua)

ASPECTO: PATRIMÔNIO HISTÓRICO E MONUMENTAL - NÚCLEO HISTÓRICO					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Município(s) em que ocorre(m) o(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) o(s) critério(s)	Fator(es) que potencializa(m) o turismo	Fator(es) que limita(m) o turismo	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) referentes ao turismo
Sítio histórico (continuação)	<p>Camaçari, Conde, Entre Rios, Esplanada, Itanagra, Jandaíra, Lauro de Freitas e Mata de São João (Zona Turística Costa dos Coqueiros);</p> <p>Abaré, Glória, Paulo Afonso, Rodelas e Santa Brígida (Zona Turística Lagos e Cânions do São Francisco);</p> <p>Casa Nova, Curaçá, Juazeiro, Remanso e Sobradinho (Zona Turística Vale do São Francisco).</p>	Todas	<p>O patrimônio histórico e monumental da Bahia, formado por elementos e núcleos artísticos, arquitetônicos e urbanísticos singulares, constitui uma importante âncora para o turismo em geral e, em especial, para o turismo cultural e para o turismo de contemplação e fruição.</p> <p>Formado pelo conjunto de sítios históricos, em sua maioria do período colonial, concentrando uma rica variedade de edificações e monumentos, tendo como referência básica e exponencial, Salvador e o seu centro histórico, o maior conjunto barroco da América do Sul, instituído pela UNESCO como Patrimônio da Humanidade.</p>	<p>Falta de controle efetivo de uso e ocupação do solo, urbano ou rural, que garanta a preservação do patrimônio histórico e monumental.</p> <p>Desconfiguração da morfologia urbana tradicional.</p> <p>Falta de legislação específica de preservação do patrimônio histórico e monumental.</p> <p>Desinformação quanto ao valor e à necessidade de preservação do patrimônio histórico e monumental.</p> <p>Pressão imobiliária nas áreas históricas e de entorno.</p> <p>Depredação e degradação do patrimônio histórico e monumental.</p>	<p>Controlar de forma sistemática o uso e ocupação do solo.</p> <p>Promover o efetivo cumprimento das normas estabelecidas nos planos diretores municipais.</p> <p>Aumentar a efetividade da legislação de controle e fiscalização de preservação do patrimônio histórico e monumental.</p> <p>Definir parâmetros de níveis de proteção do patrimônio histórico e monumental.</p> <p>Compatibilizar os usos do solo e das edificações com as características e potencialidades do patrimônio, caso a caso, maximizando as condições de sustentabilidade.</p> <p>Garantir a manutenção dos padrões estruturais e volumétricos em intervenções nas áreas históricas e de seu entorno imediato.</p>
Sítio arqueológico	<p>Aratuípe, Cachoeira, Candeias, Itaparica, Jaguaripe, Madre de Deus, Maragogipe, Muniz Ferreira, Muritiba, Nazaré, Salinas da Margarida, Salvador, Santo Amaro, São Félix, São Francisco do Conde, Saubara e Vera Cruz (Zona Turística Baía de Todos os Santos);</p> <p>Amargosa, Cravolândia, Elísio Medrado, Itiruçu, Jiquiriçá, Laje, Milagres, Mutuípe, Santa Inês, São Miguel das Matas e Ubaíra (Zona Turística Caminhos do Jiquiriçá - Circuito do Vale do Jiquiriçá);</p> <p>Castro Alves, Conceição do Almeida, Cruz das Almas, Dom Macedo Costa, Itatim, Santa Teresinha, Santo Antônio de Jesus, São Felipe e Varzedo (Zona Turística Caminhos do Jiquiriçá - Circuito Recôncavo Sul);</p> <p>Bom Jesus da Lapa, Correntina, Ibotirama, Santa Maria da Vitória, Santana e São Félix do Coribe (Zona Turística Caminhos do Oeste - Circuito do Rio Corrente);</p> <p>Barra, Barreiras, Formosa do Rio Preto, Luís Eduardo Magalhães, Riachão das Neves, Santa Rita de Cássia e São Desidério (Zona Turística Caminhos do Oeste - Circuito do Rio Grande);</p> <p>Araci, Banzaê, Candeal, Canudos, Cipó, Euclides da Cunha, Feira de Santana, Itapicuru, Monte Santo, Nova Soure, Ribeira do Pombal, Serrinha, Teofilândia, Tucano e Uauá (Zona Turística Caminhos do Sertão);</p> <p>Iguaí e Vitória da Conquista (Zona Turística Caminhos do Sudoeste);</p> <p>Andorinha, Bonito, Caém, Campo Formoso, Jacobina, Jaguarari, Miguel Calmon, Morro do Chapéu, Ourolândia, Pindobaçu, Piritiba, Saúde, Senhor do Bonfim, Utinga e Wagner (Zona Turística Chapada Diamantina - Chapada Norte);</p>	Todas	<p>O patrimônio histórico e monumental da Bahia relacionado aos elementos paleontológicos singulares constitui uma importante âncora para o turismo em geral e, em especial, para o turismo cultural e para o turismo de contemplação e fruição.</p> <p>Constituído por um conjunto de sítios arqueológicos que revelam importantes vestígios de uma civilização pré-histórica na região, a partir, entre outros, de caracteres e elementos paleontológicos, configurados, sobretudo, nos desenhos e pinturas rupestres e nos esqueletos e ossadas de animais existentes naquele período.</p>	<p>Falta de controle efetivo de uso e ocupação do solo, urbano ou rural, que garanta a preservação do patrimônio histórico e monumental.</p> <p>Falta de legislação específica de preservação do patrimônio histórico e monumental.</p> <p>Desinformação quanto ao valor e à necessidade de preservação do patrimônio histórico e monumental.</p> <p>Pressão imobiliária nas áreas históricas e de entorno.</p> <p>Depredação e degradação do patrimônio histórico e monumental.</p>	<p>Controlar de forma sistemática o uso e ocupação do solo.</p> <p>Promover o efetivo cumprimento das normas estabelecidas nos planos diretores municipais.</p> <p>Aumentar a efetividade da legislação de controle e fiscalização de preservação do patrimônio histórico e monumental.</p> <p>Definir parâmetros de níveis de proteção do patrimônio histórico e monumental.</p> <p>Compatibilizar os usos do solo e das edificações com as características e potencialidades do patrimônio, caso a caso, maximizando as condições de sustentabilidade.</p> <p>Garantir a manutenção dos padrões estruturais e volumétricos em intervenções nas áreas históricas e de seu entorno imediato.</p>

(Continua)

ASPECTO: PATRIMÔNIO HISTÓRICO E MONUMENTAL - NÚCLEO HISTÓRICO					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Município(s) em que ocorre(m) o(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) o(s) critério(s)	Fator(es) que potencializa(m) o turismo	Fator(es) que limita(m) o turismo	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) referentes ao turismo
Sítio arqueológico (continuação)	<p>Barra do Mendes, Brotas de Macaúbas, Central, Gentio do Ouro, Ipuiara e Xique-Xique (Zona Turística Chapada Diamantina - Chapada Velha);</p> <p>Andaraí, Ibicoara, Iramaia, Iraquara, Itaeté, Lençóis, Mucugê, Nova Redenção, Palmeiras, Seabra e Souto Soares (Zona Turística Chapada Diamantina - Circuito do Diamante);</p> <p>Abaíra, Érico Cardoso, Jussiape, Livramento de Nossa Senhora, Paramirim, Piatã, Rio de Contas e Rio do Pires (Zona Turística Chapada Diamantina - Circuito do Ouro);</p> <p>Alcobaça, Caravelas, Itamaraju, Mucuri, Nova Viçosa, Prado e Teixeira de Freitas (Zona Turística Costa das Baleias);</p> <p>Canavieiras, Ilhéus, Itabuna, Itacaré, Pau Brasil, Santa Luzia, Una e Uruçuca (Zona Turística Costa do Cacau);</p> <p>Cairu, Camamu, Igrapiúna, Ituberá, Maraú, Nilo Peçanha, Presidente Tancredo Neves, Taperoá e Valença (Zona Turística Costa do Dendê);</p> <p>Belmonte, Eunápolis, Itabela, Porto Seguro e Santa Cruz Cabrália (Zona Turística Costa do Descobrimento);</p> <p>Camaçari, Conde, Entre Rios, Esplanada, Itanagra, Jandaíra, Lauro de Freitas e Mata de São João (Zona Turística Costa dos Coqueiros);</p> <p>Abaré, Glória, Paulo Afonso, Rodelas e Santa Brígida (Zona Turística Lagos e Cânions do São Francisco);</p> <p>Casa Nova, Curaçá, Juazeiro, Remanso e Sobradinho (Zona Turística Vale do São Francisco).</p>	Todas	<p>O patrimônio histórico e monumental da Bahia relacionado aos elementos paleontológicos singulares constitui uma importante âncora para o turismo em geral e, em especial, para o turismo cultural e para o turismo de contemplação e fruição.</p> <p>Constituído por um conjunto de sítios arqueológicos que revelam importantes vestígios de uma civilização pré-histórica na região, a partir, entre outros, de caracteres e elementos paleontológicos, configurados, sobretudo, nos desenhos e pinturas rupestres e nos esqueletos e ossadas de animais existentes naquele período.</p>	<p>Falta de controle efetivo de uso e ocupação do solo, urbano ou rural, que garanta a preservação do patrimônio histórico e monumental.</p> <p>Falta de legislação específica de preservação do patrimônio histórico e monumental.</p> <p>Desinformação quanto ao valor e à necessidade de preservação do patrimônio histórico e monumental.</p> <p>Pressão imobiliária nas áreas históricas e de entorno.</p> <p>Depredação e degradação do patrimônio histórico e monumental.</p>	<p>Controlar de forma sistemática o uso e ocupação do solo.</p> <p>Promover o efetivo cumprimento das normas estabelecidas nos planos diretores municipais.</p> <p>Aumentar a efetividade da legislação de controle e fiscalização de preservação do patrimônio histórico e monumental.</p> <p>Definir parâmetros de níveis de proteção do patrimônio histórico e monumental.</p> <p>Compatibilizar os usos do solo e das edificações com as características e potencialidades do patrimônio, caso a caso, maximizando as condições de sustentabilidade.</p> <p>Garantir a manutenção dos padrões estruturais e volumétricos em intervenções nas áreas históricas e de seu entorno imediato.</p>

Fonte: Elaboração Consórcio Geohidro-Sondotécnica, 2013.



Quadro 79 - Síntese de potencialidades, limitações e recomendações referentes ao tema **Turismo: Patrimônio Histórico e Monumental - Edificação e Monumento Histórico**

ASPECTO: PATRIMÔNIO HISTÓRICO E MONUMENTAL - EDIFICAÇÃO E MONUMENTO HISTÓRICO					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Município(s) em que ocorre(m) o(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) o(s) critério(s)	Fator(es) que potencializa(m) o turismo	Fator(es) que limita(m) o turismo	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) referentes ao turismo
Edificação ou monumento cívico, religioso ou militar	<p>Aratuípe, Cachoeira, Candeias, Itaparica, Jaguaripe, Madre de Deus, Maragogipe, Muniz Ferreira, Muritiba, Nazaré, Salinas da Margarida, Salvador, Santo Amaro, São Félix, São Francisco do Conde, Saubara e Vera Cruz (Zona Turística Baía de Todos os Santos);</p> <p>Amargosa, Cravolândia, Elísio Medrado, Itiruçu, Jiquiriçá, Laje, Milagres, Mutuípe, Santa Inês, São Miguel das Matas e Ubaíra (Zona Turística Caminhos do Jiquiriçá - Circuito do Vale do Jiquiriçá);</p> <p>Castro Alves, Conceição do Almeida, Cruz das Almas, Dom Macedo Costa, Itatim, Santa Teresinha, Santo Antônio de Jesus, São Felipe e Varzedo (Zona Turística Caminhos do Jiquiriçá - Circuito Recôncavo Sul);</p> <p>Bom Jesus da Lapa, Correntina, Ibotirama, Santa Maria da Vitória, Santana e São Félix do Coribe (Zona Turística Caminhos do Oeste - Circuito do Rio Corrente);</p> <p>Barra, Barreiras, Formosa do Rio Preto, Luís Eduardo Magalhães, Riachão das Neves, Santa Rita de Cássia e São Desidério (Zona Turística Caminhos do Oeste - Circuito do Rio Grande);</p> <p>Araci, Banzaê, Candeal, Canudos, Cipó, Euclides da Cunha, Feira de Santana, Itapicuru, Monte Santo, Nova Soure, Ribeira do Pombal, Serrinha, Teofilândia, Tucano e Uauá (Zona Turística Caminhos do Sertão);</p> <p>Iguaí e Vitória da Conquista (Zona Turística Caminhos do Sudoeste);</p> <p>Andorinha, Bonito, Caém, Campo Formoso, Jacobina, Jaguarari, Miguel Calmon, Morro do Chapéu, Ouroilândia, Pindobaçu, Piritiba, Saúde, Senhor do Bonfim, Utinga e Wagner (Zona Turística Chapada Diamantina - Chapada Norte);</p> <p>Barra do Mendes, Brotas de Macaúbas, Central, Gentio do Ouro, Ipupiara e Xique-Xique (Zona Turística Chapada Diamantina - Chapada Velha);</p> <p>Andaraí, Ibicoara, Iramaia, Iraquara, Itaeté, Lençóis, Mucugê, Nova Redenção, Palmeiras, Seabra e Souto Soares (Zona Turística Chapada Diamantina - Circuito do Diamante);</p> <p>Abaíra, Érico Cardoso, Jussiape, Livramento de Nossa Senhora, Paramirim, Piatã, Rio de Contas e Rio do Pires (Zona Turística Chapada Diamantina - Circuito do Ouro);</p> <p>Alcobaça, Caravelas, Itamaraju, Mucuri, Nova Viçosa, Prado e Teixeira de Freitas (Zona Turística Costa das Baleias);</p> <p>Canavieiras, Ilhéus, Itabuna, Itacaré, Pau Brasil, Santa Luzia, Una e Uruçuca (Zona Turística Costa do Cacau);</p> <p>Cairu, Camamu, Igrapiúna, Ituberá, Maraú, Nilo Peçanha, Presidente Tancredo Neves, Taperoá e Valença (Zona Turística Costa do Dendê);</p> <p>Belmonte, Eunápolis, Itabela, Porto Seguro e Santa Cruz Cabralia (Zona Turística Costa do Descobrimento);</p>	Todas	<p>Nesse conjunto de cidades e vilas monumentais contextualiza-se a própria história matricial da Bahia, de interesse cultural específico, compondo um rico e diversificado conjunto patrimonial em seu conteúdo e iconografia.</p> <p>Constitui, individualmente e no global, um variado e significativo conjunto de criações ou edificações artísticas e arquitetônicas, com finalidade cívica, religiosa e/ou militar, inseridas no contexto das cidades, vilas e sítios históricos configuradas por casarões, solares, prédios administrativos, casarios, fontes, chafarizes, obeliscos, adornos, brasões etc. (finalidade cívica); igrejas, templos, capelas, conventos, mosteiros, com seus mobiliário e imaginário etc. (finalidade religiosa); e fortes, fortalezas, faróis, sentinelas etc. (finalidade militar).</p> <p>Potencial para o seguimento turístico cultural e religioso.</p>	<p>Falta de manutenção predial efetiva.</p> <p>Baixa disponibilidade de recursos para manutenção das edificações.</p> <p>Ausência, ou deficiência, de sistemas locais de controle e fiscalização das áreas.</p> <p>Utilização dos espaços sem sustentabilidade financeira.</p> <p>Baixa inserção do patrimônio no contexto sociocultural local.</p> <p>Deficiência, ou ausência, no controle do uso e ocupação do solo.</p>	<p>Priorizar recursos para recuperação e manutenção nos orçamentos públicos e em contrapartidas de empreendimentos privados relevantes.</p> <p>Promover a adequação dos usos de cada monumento ou edificação no contexto cultural onde se insere.</p> <p>Priorizar a sustentabilidade econômico-financeira dos monumentos e edificações.</p> <p>Criar sistema e medidas de fiscalização adequadas de uso do patrimônio.</p> <p>Promover campanhas educativas de conscientização patrimonial junto à população.</p> <p>Promover a valorização dos sítios e nichos urbanos e rurais, a partir da incorporação de critérios paisagísticos de volumetria das edificações e demais monumentos.</p>

(Continua)

<b>ASPECTO: PATRIMÔNIO HISTÓRICO E MONUMENTAL - EDIFICAÇÃO E MONUMENTO HISTÓRICO</b>					
<b>CRITÉRIO(S)</b>	<b>LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)</b>	<b>ZONA(S)</b>	<b>POTENCIALIDADE(S)</b>	<b>LIMITAÇÃO(ÕES)</b>	<b>RECOMENDAÇÃO(ÕES)</b>
	Município(s) em que ocorre(m) o(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) o(s) critério(s)	Fator(es) que potencializa(m) o turismo	Fator(es) que limita(m) o turismo	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) referentes ao turismo
Edificação ou monumento cívico, religioso ou militar (continuação)	<p>Camaçari, Conde, Entre Rios, Esplanada, Itanagra, Jandaíra, Lauro de Freitas e Mata de São João (Zona Turística Costa dos Coqueiros);</p> <p>Abaré, Glória, Paulo Afonso, Rodelas e Santa Brígida (Zona Turística Lagos e Cânions do São Francisco);</p> <p>Casa Nova, Curaçá, Juazeiro, Remanso e Sobradinho (Zona Turística Vale do São Francisco).</p>	Todas	<p>Nesse conjunto de cidades e vilas monumentais contextualiza-se a própria história matricial da Bahia, de interesse cultural específico, compondo um rico e diversificado conjunto patrimonial em seu conteúdo e iconografia.</p> <p>Constitui, individualmente e no global, um variado e significativo conjunto de criações ou edificações artísticas e arquitetônicas, com finalidade cívica, religiosa e/ou militar, inseridas no contexto das cidades, vilas e sítios históricos configuradas por casarões, solares, prédios administrativos, casarios, fontes, chafarizes, obeliscos, adornos, brasões etc. (finalidade cívica); igrejas, templos, capelas, conventos, mosteiros, com seus mobiliário e imaginário etc. (finalidade religiosa); e fortes, fortalezas, faróis, sentinelas etc. (finalidade militar).</p> <p>Potencial para o seguimento turístico cultural e religioso.</p>	<p>Falta de manutenção predial efetiva.</p> <p>Baixa disponibilidade de recursos para manutenção das edificações.</p> <p>Ausência, ou deficiência, de sistemas locais de controle e fiscalização das áreas.</p> <p>Utilização dos espaços sem sustentabilidade financeira.</p> <p>Baixa inserção do patrimônio no contexto sociocultural local.</p> <p>Deficiência, ou ausência, no controle do uso e ocupação do solo.</p>	<p>Priorizar recursos para recuperação e manutenção nos orçamentos públicos e em contrapartidas de empreendimentos privados relevantes.</p> <p>Promover a adequação dos usos de cada monumento ou edificação no contexto cultural onde se insere.</p> <p>Priorizar a sustentabilidade econômico-financeira dos monumentos e edificações.</p> <p>Criar sistema e medidas de fiscalização adequadas de uso do patrimônio.</p> <p>Promover campanhas educativas de conscientização patrimonial junto à população.</p> <p>Promover a valorização dos sítios e nichos urbanos e rurais, a partir da incorporação de critérios paisagísticos de volumetria das edificações e demais monumentos.</p>

Fonte: Elaboração Consórcio Geohidro-Sondotécnica, 2013.

**Quadro 80** - Síntese de potencialidades, limitações e recomendações referentes ao tema **Turismo: Patrimônio Natural Especial - Patrimônio Espeleológico**

ASPECTO: PATRIMÔNIO NATURAL ESPECIAL - PATRIMÔNIO ESPELEOLÓGICO					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Município(s) em que ocorre(m) o(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) o(s) critério(s)	Fator(es) que potencializa(m) o turismo	Fator(es) que limita(m) o turismo	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) referentes ao turismo
Ocorrência de caverna, gruta, dolina ou espeleotema	Andorinha, Bonito, Caém, Campo Formoso, Jacobina, Jaguarari, Miguel Calmon, Morro do Chapéu, Ourolândia, Pindobaçu, Piritiba, Saúde, Senhor do Bonfim, Utinga e Wagner (Zona Turística Chapada Diamantina - Chapada Norte);  Barra do Mendes, Brotas de Macaúbas, Central, Gentio do Ouro, Ipupiara e Xique-Xique (Zona Turística Chapada Diamantina - Chapada Velha);  Andaraí, Ibicoara, Iramaia, Iraquara, Itaeté, Lençóis, Mucugê, Nova Redenção, Palmeiras, Seabra e Souto Soares (Zona Turística Chapada Diamantina - Circuito do Diamante);  Abaíra, Érico Cardoso, Jussiape, Livramento de Nossa Senhora, Paramirim, Piatã, Rio de Contas e Rio do Pires (Zona Turística Chapada Diamantina - Circuito do Ouro).	7, 8, 9, 10, 11, 12, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 23	Importante memória/patrimônio geológico da Bahia, configurando-se como um excepcional atrativo às atividades de ecoturismo, turismo de esporte e aventura e turismo científico.  Presente em grandes áreas do território baiano, com grande concentração nas áreas cársticas da Chapada Diamantina, sobretudo na ampla planície de Iraquara.	Depredação do patrimônio, por falta de conhecimento e conscientização de parte da população.  Presença de atividades agrícolas locais com técnicas de irrigação incompatíveis com a manutenção do patrimônio.  Número de visitantes acima da capacidade de carga de visita para as áreas.  Falta de uma estrutura de monitoramento e fiscalização das áreas.  Falta de recursos para fiscalização e monitoramento sistemáticos das áreas.	Promover e apoiar a implantação de uma estrutura de pesquisa, monitoramento e fiscalização do patrimônio espeleológico.  Promover e apoiar a implementação de um processo de conscientização patrimonial da população.  Promover o controle das atividades agrícolas, restringindo a aplicação de técnicas de irrigação com o uso de implementos agroquímicos.  Desestimular a implantação de novas construções e a expansão urbana em áreas com risco de desabamento.
Ocorrência de rio subterrâneo	Iraquara (Zona Turística Chapada Diamantina - Circuito do Diamante).	9, 10, 15	Importante memória/patrimônio geológico da Bahia, configurando-se como um excepcional atrativo às atividades de ecoturismo, turismo de esporte e aventura e turismo científico.  Presente em grandes áreas do território baiano, com grande concentração nas áreas cársticas da Chapada Diamantina, sobretudo na ampla planície de Iraquara.	Depredação do patrimônio, por falta de conhecimento e conscientização de parte da população.  Presença de atividades agrícolas locais com técnicas de irrigação incompatíveis com a manutenção do patrimônio.  Número de visitantes acima da capacidade de carga de visita para as áreas.  Falta de uma estrutura de monitoramento e fiscalização das áreas.  Falta de recursos para fiscalização e monitoramento sistemáticos das áreas.	Promover e apoiar a implantação de uma estrutura de pesquisa, monitoramento e fiscalização do patrimônio espeleológico.  Promover e apoiar a implementação de um processo de conscientização patrimonial da população.  Promover o controle das atividades agrícolas, restringindo a aplicação de técnicas de irrigação com o uso de implementos agroquímicos.  Desestimular a implantação de novas construções e a expansão urbana em áreas com risco de desabamento.

Fonte: Elaboração Consórcio Geohidro-Sondotécnica, 2013.

**Quadro 81** - Síntese de potencialidades, limitações e recomendações referentes ao tema **Turismo: Patrimônio Natural Especial - Recurso Hidrotérmico Subterrâneo**

ASPECTO: PATRIMÔNIO NATURAL ESPECIAL - RECURSO HIDROTÉRMICO SUBTERRÂNEO					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Município(s) em que ocorre(m) o(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) o(s) critério(s)	Fator(es) que potencializa(m) o turismo	Fator(es) que limita(m) o turismo	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) referentes ao turismo
Ocorrência de água termal	Cipó e Tucano (Zona Turística Caminhos do Sertão).	23, 32	<p>A Bahia é rica em águas subterrâneas e tem tradição no aproveitamento deste bem, especialmente pelas estações hidrotermais de Cipó e Tucano, situadas no nordeste baiano.</p> <p>Outrora relevantes no contexto brasileiro e atualmente em processo de decadência, considera-se que ainda há grande potencial para comporem roteiros turísticos.</p> <p>Potencial para o seguimento turístico de lazer e entretenimento.</p>	<p>Degradação nas áreas urbanas das estações termais.</p> <p>Falta de programas de promoção do segmento hidromineral, envolvendo pesquisas geológicas, mercados potenciais e identificação e valorização de sítios potenciais com projetos pilotos.</p>	<p>Implementar mecanismos efetivos de proteção dos sítios e das áreas de entorno dos recursos hidrotérmicos subterrâneos, evitando seu comprometimento pela ocupação do solo, urbano ou rural.</p> <p>Realizar investimentos específicos para eliminar discontinuidades no desenvolvimento da atividade.</p> <p>Favorecer a incorporação no setor de atividades econômicas vinculadas a recursos hidrotérmicos.</p> <p>Evitar, nas áreas potenciais para aproveitamento dos recursos hidrotérmicos, que edificações e obras descaracterizem o contexto das estações hidrominerais.</p>

Fonte: Elaboração Consórcio Geohidro-Sondotécnica, 2013.

Quadro 82 - Síntese de potencialidades, limitações e recomendações referentes ao tema **Turismo: Patrimônio Imaterial - Comunidade Autêntica**

ASPECTO: PATRIMÔNIO IMATERIAL - COMUNIDADE AUTÊNTICA					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Município(s) em que ocorre(m) o(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) o(s) critério(s)	Fator(es) que potencializa(m) o turismo	Fator(es) que limita(m) o turismo	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) referentes ao turismo
Ocorrência de comunidade urbana ou rural diferenciadas	<p>Aratuípe, Cachoeira, Candeias, Itaparica, Jaguaripe, Madre de Deus, Maragogipe, Muniz Ferreira, Muritiba, Nazaré, Salinas da Margarida, Salvador, Santo Amaro, São Félix, São Francisco do Conde, Saubara e Vera Cruz (Zona Turística Baía de Todos os Santos);</p> <p>Amargosa, Cravolândia, Elísio Medrado, Itiruçu, Jiquiriçá, Laje, Milagres, Mutuípe, Santa Inês, São Miguel das Matas e Ubaíra (Zona Turística Caminhos do Jiquiriçá - Circuito do Vale do Jiquiriçá);</p> <p>Castro Alves, Conceição do Almeida, Cruz das Almas, Dom Macedo Costa, Itatim, Santa Teresinha, Santo Antônio de Jesus, São Felipe e Varzedo (Zona Turística Caminhos do Jiquiriçá - Circuito Recôncavo Sul);</p> <p>Bom Jesus da Lapa, Correntina, Ibotirama, Santa Maria da Vitória, Santana e São Félix do Coribe (Zona Turística Caminhos do Oeste - Circuito do Rio Corrente);</p> <p>Barra, Barreiras, Formosa do Rio Preto, Luís Eduardo Magalhães, Riachão das Neves, Santa Rita de Cássia e São Desidério (Zona Turística Caminhos do Oeste - Circuito do Rio Grande);</p> <p>Araci, Banzaê, Candeal, Canudos, Cipó, Euclides da Cunha, Feira de Santana, Itapicuru, Monte Santo, Nova Soure, Ribeira do Pombal, Serrinha, Teofilândia, Tucano e Uauá (Zona Turística Caminhos do Sertão);</p> <p>Iguaí e Vitória da Conquista (Zona Turística Caminhos do Sudoeste);</p> <p>Andorinha, Bonito, Caém, Campo Formoso, Jacobina, Jaguarari, Miguel Calmon, Morro do Chapéu, Ouroândia, Pindobaçu, Piritiba, Saúde, Senhor do Bonfim, Utinga e Wagner (Zona Turística Chapada Diamantina - Chapada Norte);</p> <p>Barra do Mendes, Brotas de Macaúbas, Central, Gentio do Ouro, Ipupiara e Xique-Xique (Zona Turística Chapada Diamantina - Chapada Velha);</p> <p>Andaraí, Ibicoara, Iramaia, Iraquara, Itaeté, Lençóis, Mucugê, Nova Redenção, Palmeiras, Seabra e Souto Soares (Zona Turística Chapada Diamantina - Circuito do Diamante);</p> <p>Abaíra, Érico Cardoso, Jussiape, Livramento de Nossa Senhora, Paramirim, Piatã, Rio de Contas e Rio do Pires (Zona Turística Chapada Diamantina - Circuito do Ouro);</p> <p>Alcobaça, Caravelas, Itamaraju, Mucuri, Nova Viçosa, Prado e Teixeira de Freitas (Zona Turística Costa das Baleias);</p> <p>Canavieiras, Ilhéus, Itabuna, Itacaré, Pau Brasil, Santa Luzia, Una e Uruçuca (Zona Turística Costa do Cacau);</p> <p>Cairu, Camamu, Igrapiúna, Ituberá, Maraú, Nilo Peçanha, Presidente Tancredo Neves, Taperoá e Valença (Zona Turística Costa do Dendê);</p> <p>Belmonte, Eunápolis, Itabela, Porto Seguro e Santa Cruz Cabralia (Zona Turística Costa do Descobrimento);</p>	Todas	<p>Comunidades com características e/ou modos de ser próprios, constituindo um dos elementos estruturais do patrimônio cultural imaterial singular da Bahia, evidenciando-se como uma manifestação “viva” peculiar da cultura local e/ou regional e como um dos principais eixos ou motivações de sustentação ao turismo cultural e ao turismo de contemplação no estado.</p> <p>O contato ou convivência com as comunidades tradicionais locais constitui, sobretudo nos seus aspectos socioculturais, elemento-chave à qualidade da atividade turística no estado, ao atender, por um lado, às expectativas do visitante de vivenciar costumes e modos socioculturais autênticos diferentes aos da sua origem e, por outro lado, ao se constituir ainda, do ponto de vista sócio econômico, em um importante meio de geração e distribuição local de renda turística.</p> <p>Potencial para o seguimento turístico cultural ou religioso.</p>	<p>Comprometimento do patrimônio em decorrência da desqualificação dos espaços urbanos específicos, da ocupação desordenada e irregular e da falta de saneamento básico e de espaços físicos apropriados para contatos e contextualização.</p>	<p>Promover a requalificação das áreas urbanas, polos e centros turísticos.</p> <p>Promover a qualificação dos logradouros, espaços e equipamentos públicos de afluência, contato e convívio social, como praças, mercados, feiras livres etc.</p> <p>Promover expressões e manifestações culturais autênticas, centros de cultura, núcleos de referência, museus etc.</p> <p>Criar oportunidades de fortalecimento das atividades econômicas, a partir da qualificação física e sociocultural das comunidades.</p>

(Continua)



ASPECTO: PATRIMÔNIO IMATERIAL - COMUNIDADE AUTÊNTICA					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Município(s) em que ocorre(m) o(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) o(s) critério(s)	Fator(es) que potencializa(m) o turismo	Fator(es) que limita(m) o turismo	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) referentes ao turismo
Ocorrência de comunidade urbana ou rural diferenciadas (continuação)	<p>Camaçari, Conde, Entre Rios, Esplanada, Itanagra, Jandaíra, Lauro de Freitas e Mata de São João (Zona Turística Costa dos Coqueiros);</p> <p>Abaré, Glória, Paulo Afonso, Rodelas e Santa Brígida (Zona Turística Lagos e Cânions do São Francisco);</p> <p>Casa Nova, Curaçá, Juazeiro, Remanso e Sobradinho (Zona Turística Vale do São Francisco).</p>	Todas	<p>Comunidades com características e/ou modos de ser próprios, constituindo um dos elementos estruturais do patrimônio cultural imaterial singular da Bahia, evidenciando-se como uma manifestação “viva” peculiar da cultura local e/ou regional e como um dos principais eixos ou motivações de sustentação ao turismo cultural e ao turismo de contemplação no estado.</p> <p>O contato ou convivência com as comunidades tradicionais locais constitui, sobretudo nos seus aspectos socioculturais, elemento-chave à qualidade da atividade turística no estado, ao atender, por um lado, às expectativas do visitante de vivenciar costumes e modos socioculturais autênticos diferentes aos da sua origem e, por outro lado, ao se constituir ainda, do ponto de vista sócio econômico, em um importante meio de geração e distribuição local de renda turística.</p> <p>Potencial para o seguimento turístico cultural ou religioso.</p>	Comprometimento do patrimônio em decorrência da desqualificação dos espaços urbanos específicos, da ocupação desordenada e irregular e da falta de saneamento básico e de espaços físicos apropriados para contatos e contextualização.	<p>Promover a requalificação das áreas urbanas, polos e centros turísticos.</p> <p>Promover a qualificação dos logradouros, espaços e equipamentos públicos de afluência, contato e convívio social, como praças, mercados, feiras livres etc.</p> <p>Promover expressões e manifestações culturais autênticas, centros de cultura, núcleos de referência, museus etc.</p> <p>Criar oportunidades de fortalecimento das atividades econômicas, a partir da qualificação física e sociocultural das comunidades.</p>

Fonte: Elaboração Consórcio Geohidro-Sondotécnica, 2013.

Quadro 83 - Síntese de potencialidades, limitações e recomendações referentes ao tema **Turismo: Patrimônio Imaterial - Comunidade Étnica**

ASPECTO: PATRIMÔNIO IMATERIAL - COMUNIDADE ÉTNICA					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Município(s) em que ocorre(m) o(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) o(s) critério(s)	Fator(es) que potencializa(m) o turismo	Fator(es) que limita(m) o turismo	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) referentes ao turismo
Ocorrência de comunidade quilombola	<p>Aratuípe, Cachoeira, Candeias, Itaparica, Jaguaripe, Madre de Deus, Maragogipe, Muniz Ferreira, Muritiba, Nazaré, Salinas da Margarida, Salvador, Santo Amaro, São Félix, São Francisco do Conde, Saubara e Vera Cruz (Zona Turística Baía de Todos os Santos);</p> <p>Amargosa, Cravolândia, Elísio Medrado, Itiruçu, Jiquiriçá, Laje, Milagres, Mutuípe, Santa Inês, São Miguel das Matas e Ubaíra (Zona Turística Caminhos do Jiquiriçá - Circuito do Vale do Jiquiriçá);</p> <p>Castro Alves, Conceição do Almeida, Cruz das Almas, Dom Macedo Costa, Itatim, Santa Teresinha, Santo Antônio de Jesus, São Felipe e Varzedo (Zona Turística Caminhos do Jiquiriçá - Circuito Recôncavo Sul);</p> <p>Bom Jesus da Lapa, Correntina, Ibotirama, Santa Maria da Vitória, Santana e São Félix do Coribe (Zona Turística Caminhos do Oeste - Circuito do Rio Corrente);</p> <p>Barra, Barreiras, Formosa do Rio Preto, Luís Eduardo Magalhães, Riachão das Neves, Santa Rita de Cássia e São Desidério (Zona Turística Caminhos do Oeste - Circuito do Rio Grande);</p> <p>Araci, Banzaê, Candeal, Canudos, Cipó, Euclides da Cunha, Feira de Santana, Itapicuru, Monte Santo, Nova Soure, Ribeira do Pombal, Serrinha, Teofilândia, Tucano e Uauá (Zona Turística Caminhos do Sertão);</p> <p>Iguaí e Vitória da Conquista (Zona Turística Caminhos do Sudoeste);</p> <p>Andorinha, Bonito, Caém, Campo Formoso, Jacobina, Jaguarari, Miguel Calmon, Morro do Chapéu, Ourolândia, Pindobaçu, Piritiba, Saúde, Senhor do Bonfim, Utinga e Wagner (Zona Turística Chapada Diamantina - Chapada Norte);</p> <p>Barra do Mendes, Brotas de Macaúbas, Central, Gentio do Ouro, Ipupiara e Xique-Xique (Zona Turística Chapada Diamantina - Chapada Velha);</p> <p>Andaraí, Ibicoara, Iramaia, Iraquara, Itaeté, Lençóis, Mucugê, Nova Redenção, Palmeiras, Seabra e Souto Soares (Zona Turística Chapada Diamantina - Circuito do Diamante);</p> <p>Abaíra, Érico Cardoso, Jussiape, Livramento de Nossa Senhora, Paramirim, Piatã, Rio de Contas e Rio do Pires (Zona Turística Chapada Diamantina - Circuito do Ouro);</p> <p>Alcobaça, Caravelas, Itamaraju, Mucuri, Nova Viçosa, Prado e Teixeira de Freitas (Zona Turística Costa das Baleias);</p> <p>Canavieiras, Ilhéus, Itabuna, Itacaré, Pau Brasil, Santa Luzia, Una e Uruçuca (Zona Turística Costa do Cacau);</p> <p>Cairu, Camamu, Igrapiúna, Ituberá, Maraú, Nilo Peçanha, Presidente Tancredo Neves, Taperoá e Valença (Zona Turística Costa do Dendê);</p> <p>Belmonte, Eunápolis, Itabela, Porto Seguro e Santa Cruz Cabralia (Zona Turística Costa do Descobrimento);</p>	Todas	<p>O turismo étnico é um segmento novo na atividade setorial na Bahia, mas que tende a crescer na oferta turística do Estado, atendendo, sobretudo, a interesses ou motivações de natureza cultural, religiosa e científica.</p> <p>Vinculado às características e especificidades étnicas, antropológicas e socioculturais da Bahia, colocando-se como forte vetor de valorização e transparência da cultura afrobaiana, promovendo o resgate da sua memória, em função da valorização das suas diversidades humanas e culturais, no contexto do processo histórico e civilizatório global da Bahia.</p> <p>Potencial para o seguimento turístico cultural ou religioso.</p>	<p>Degradação do patrimônio físico arquitetônico e desorganização de espaços próprios e autênticos.</p> <p>Áreas com ocupação informal, em geral, em condições precárias.</p> <p>Perda da identidade cultural, devido à presença de influências externas às comunidades.</p>	<p>Promover a valorização da memória cultural.</p> <p>Promover a melhoria das condições habitacionais e de infraestrutura locais.</p> <p>Promover a regularização fundiária.</p> <p>Estimular a incorporação dos potenciais agrícolas do artesanato nos circuitos de comercialização.</p>

(Continua)

ASPECTO: PATRIMÔNIO IMATERIAL - COMUNIDADE ÉTNICA					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Município(s) em que ocorre(m) o(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) o(s) critério(s)	Fator(es) que potencializa(m) o turismo	Fator(es) que limita(m) o turismo	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) referentes ao turismo
Ocorrência de comunidade quilombola (continuação)	Camaçari, Conde, Entre Rios, Esplanada, Itanagra, Jandaíra, Lauro de Freitas e Mata de São João (Zona Turística Costa dos Coqueiros); Abaré, Glória, Paulo Afonso, Rodelas e Santa Brígida (Zona Turística Lagos e Cânions do São Francisco); Casa Nova, Curaçá, Juazeiro, Remanso e Sobradinho (Zona Turística Vale do São Francisco).	Todas	O turismo étnico é um segmento novo na atividade setorial na Bahia, mas que tende a crescer na oferta turística do Estado, atendendo, sobretudo, a interesses ou motivações de natureza cultural, religiosa e científica.  Vinculado às características e especificidades étnicas, antropológicas e socioculturais da Bahia, colocando-se como forte vetor de valorização e transparência da cultura afrobaiana, promovendo o resgate da sua memória, em função da valorização das suas diversidades humanas e culturais, no contexto do processo histórico e civilizatório global da Bahia.  Potencial para o seguimento turístico cultural ou religioso.	Degradação do patrimônio físico arquitetônico e desorganização de espaços próprios e autênticos.  Áreas com ocupação informal, em geral, em condições precárias.  Perda da identidade cultural, devido à presença de influências externas às comunidades.	Promover a valorização da memória cultural.  Promover a melhoria das condições habitacionais e de infraestrutura locais.  Promover a regularização fundiária.  Estimular a incorporação dos potenciais agrícolas do artesanato nos circuitos de comercialização.
Ocorrência de comunidade ou área indígena	Araci, Banzaê, Candéal, Canudos, Cipó, Euclides da Cunha, Feira de Santana, Itapicuru, Monte Santo, Nova Soure, Ribeira do Pombal, Serrinha, Teofilândia, Tucano e Uauá (Zona Turística Caminhos do Sertão);  Canavieiras, Ilhéus, Itabuna, Itacaré, Pau Brasil, Santa Luzia, Una e Uruçuca (Zona Turística Costa do Cacau);  Belmonte, Eunápolis, Itabela, Porto Seguro e Santa Cruz Cabrália (Zona Turística Costa do Descobrimento).	17, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 32, 36	O turismo étnico é um segmento novo na atividade setorial na Bahia, mas que tende a crescer na oferta turística do Estado, atendendo, sobretudo, a interesses ou motivações de natureza cultural, religiosa e científica.  Vinculado às características e especificidades étnicas, antropológicas e socioculturais da Bahia, colocando-se como forte vetor de valorização e transparência da cultura indígena, promovendo o resgate da sua memória, em função da valorização das suas diversidades humanas e culturais, no contexto do processo histórico e civilizatório global da Bahia.  Potencial para o seguimento turístico cultural ou religioso.	Degradação do patrimônio físico arquitetônico e desorganização de espaços próprios e autênticos.  Áreas com ocupação informal, em geral, em condições precárias.  Perda da identidade cultural, devido à presença de influências externas às comunidades.	Promover a valorização da memória cultural.  Promover a melhoria das condições habitacionais e de infraestrutura locais.  Promover a regularização fundiária.  Estimular a incorporação dos potenciais agrícolas do artesanato nos circuitos de comercialização.

Fonte: Elaboração Consórcio Geohidro-Sondotécnica, 2013.

**Quadro 84 - Síntese de potencialidades, limitações e recomendações referentes ao tema Turismo: Patrimônio Imaterial - Produção e Manifestação Artística e Cultural**

ASPECTO: PATRIMÔNIO IMATERIAL - PRODUÇÃO E MANIFESTAÇÃO ARTÍSTICA E CULTURAL					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Município(s) em que ocorre(m) o(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) o(s) critério(s)	Fator(es) que potencializa(m) o turismo	Fator(es) que limita(m) o turismo	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) referentes ao turismo
Manifestação popular, cívica ou religiosa	<p>Aratuípe, Cachoeira, Candeias, Itaparica, Jaguaripe, Madre de Deus, Maragogipe, Muniz Ferreira, Muritiba, Nazaré, Salinas da Margarida, Salvador, Santo Amaro, São Félix, São Francisco do Conde, Saubara e Vera Cruz (Zona Turística Baía de Todos os Santos);</p> <p>Amargosa, Cravolândia, Elísio Medrado, Itiruçu, Jiquiriçá, Laje, Milagres, Mutuípe, Santa Inês, São Miguel das Matas e Ubaíra (Zona Turística Caminhos do Jiquiriçá - Circuito do Vale do Jiquiriçá);</p> <p>Castro Alves, Conceição do Almeida, Cruz das Almas, Dom Macedo Costa, Itatim, Santa Teresinha, Santo Antônio de Jesus, São Felipe e Varzedo (Zona Turística Caminhos do Jiquiriçá - Circuito Recôncavo Sul);</p> <p>Bom Jesus da Lapa, Correntina, Ibotirama, Santa Maria da Vitória, Santana e São Félix do Coribe (Zona Turística Caminhos do Oeste - Circuito do Rio Corrente);</p> <p>Barra, Barreiras, Formosa do Rio Preto, Luís Eduardo Magalhães, Riachão das Neves, Santa Rita de Cássia e São Desidério (Zona Turística Caminhos do Oeste - Circuito do Rio Grande);</p> <p>Araci, Banzaê, Candeal, Canudos, Cipó, Euclides da Cunha, Feira de Santana, Itapicuru, Monte Santo, Nova Soure, Ribeira do Pombal, Serrinha, Teofilândia, Tucano e Uauá (Zona Turística Caminhos do Sertão);</p> <p>Iguaí e Vitória da Conquista (Zona Turística Caminhos do Sudoeste);</p> <p>Andorinha, Bonito, Caém, Campo Formoso, Jacobina, Jaguarari, Miguel Calmon, Morro do Chapéu, Ourolândia, Pindobaçu, Piritiba, Saúde, Senhor do Bonfim, Utinga e Wagner (Zona Turística Chapada Diamantina - Chapada Norte);</p> <p>Barra do Mendes, Brotas de Macaúbas, Central, Gentio do Ouro, Ipupiara e Xique-Xique (Zona Turística Chapada Diamantina - Chapada Velha);</p> <p>Andaraí, Ibicoara, Iramaia, Iraquara, Itaeté, Lençóis, Mucugê, Nova Redenção, Palmeiras, Seabra e Souto Soares (Zona Turística Chapada Diamantina - Circuito do Diamante);</p> <p>Abaíra, Érico Cardoso, Jussiape, Livramento de Nossa Senhora, Paramirim, Piatã, Rio de Contas e Rio do Pires (Zona Turística Chapada Diamantina - Circuito do Ouro);</p> <p>Alcobaça, Caravelas, Itamaraju, Mucuri, Nova Viçosa, Prado e Teixeira de Freitas (Zona Turística Costa das Baleias);</p> <p>Canavieiras, Ilhéus, Itabuna, Itacaré, Pau Brasil, Santa Luzia, Una e Uruçuca (Zona Turística Costa do Cacau);</p> <p>Cairu, Camamu, Igrapiúna, Ituberá, Maraú, Nilo Peçanha, Presidente Tancredo Neves, Taperoá e Valença (Zona Turística Costa do Dendê);</p> <p>Belmonte, Eunápolis, Itabela, Porto Seguro e Santa Cruz Cabrália (Zona Turística Costa do Descobrimento);</p>	Todas	<p>A Bahia é um estado culturalmente forte, tendo no segmento Cultura o principal diferencial da sua oferta turística, seja em decorrência das peculiaridades de suas festividades populares e religiosas, seja pelo próprio jeito de ser de sua gente.</p> <p>Potencial para o seguimento turístico cultural ou religioso.</p>	<p>Questões organizacionais e logísticas que comprometem a efetividade de atuação do setor.</p> <p>Falta de informações sistematizadas sobre as manifestações.</p> <p>Falta de estruturas de divulgação, predominando segmentos informais, sem estruturas profissionais de divulgação e marketing do patrimônio.</p> <p>Produção artesanal de objetos genéricos, via de regra, sem identidade própria local.</p> <p>Inexistência de assistência técnica para criação de produtos com linguagem regional.</p> <p>Carência de capacitação para a profissionalização do setor.</p>	<p>Promover a valorização das diversas manifestações tradicionais e contemporâneas, nos âmbitos do folclore, culinária, artesanato, música, dança, literatura etc.</p> <p>Fortalecer o calendário de festas populares tradicionais, mantendo e resgatando seus aspectos matriciais, como fatores de preservação da autenticidade e de potencialização e diferenciação da oferta no contexto do turismo cultural de qualidade.</p> <p>Estimular manifestações populares de cultura.</p> <p>Favorecer o desenvolvimento de pequenos empreendimentos de geração de renda.</p> <p>Promover a valorização da identidade cultural local e regional, e o fortalecimento do “produto cultural Bahia”.</p> <p>Favorecer a cidadania e as dinâmicas culturais, locais e regionais.</p>

(Continua)

ASPECTO: PATRIMÔNIO IMATERIAL - PRODUÇÃO E MANIFESTAÇÃO ARTÍSTICA E CULTURAL					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Município(s) em que ocorre(m) o(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) o(s) critério(s)	Fator(es) que potencializa(m) o turismo	Fator(es) que limita(m) o turismo	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) referentes ao turismo
Manifestação popular, cívica ou religiosa (continuação)	<p>Camaçari, Conde, Entre Rios, Esplanada, Itanagra, Jandaíra, Lauro de Freitas e Mata de São João (Zona Turística Costa dos Coqueiros);</p> <p>Abaré, Glória, Paulo Afonso, Rodelas e Santa Brígida (Zona Turística Lagos e Cânions do São Francisco);</p> <p>Casa Nova, Curaçá, Juazeiro, Remanso e Sobradinho (Zona Turística Vale do São Francisco).</p>	Todas	<p>A Bahia é um estado culturalmente forte, tendo no segmento Cultura o principal diferencial da sua oferta turística, seja em decorrência das peculiaridades de suas festividades populares e religiosas, seja pelo próprio jeito de ser de sua gente.</p> <p>Potencial para o seguimento turístico cultural ou religioso.</p>	<p>Questões organizacionais e logísticas que comprometem a efetividade de atuação do setor.</p> <p>Falta de informações sistematizadas sobre as manifestações.</p> <p>Falta de estruturas de divulgação, predominando segmentos informais, sem estruturas profissionais de divulgação e marketing do patrimônio.</p> <p>Produção artesanal de objetos genéricos, via de regra, sem identidade própria local.</p> <p>Inexistência de assistência técnica para criação de produtos com linguagem regional.</p> <p>Carência de capacitação para a profissionalização do setor.</p>	<p>Promover a valorização das diversas manifestações tradicionais e contemporâneas, nos âmbitos do folclore, culinária, artesanato, música, dança, literatura etc.</p> <p>Fortalecer o calendário de festas populares tradicionais, mantendo e resgatando seus aspectos matriciais, como fatores de preservação da autenticidade e de potencialização e diferenciação da oferta no contexto do turismo cultural de qualidade.</p> <p>Estimular manifestações populares de cultura.</p> <p>Favorecer o desenvolvimento de pequenos empreendimentos de geração de renda.</p> <p>Promover a valorização da identidade cultural local e regional, e o fortalecimento do “produto cultural Bahia”.</p> <p>Favorecer a cidadania e as dinâmicas culturais, locais e regionais.</p>
Folclore	<p>Aratuípe, Cachoeira, Candeias, Itaparica, Jaguaripe, Madre de Deus, Maragogipe, Muniz Ferreira, Muritiba, Nazaré, Salinas da Margarida, Salvador, Santo Amaro, São Félix, São Francisco do Conde, Saubara e Vera Cruz (Zona Turística Baía de Todos os Santos);</p> <p>Amargosa, Cravolândia, Elísio Medrado, Itiruçu, Jiquiriçá, Laje, Milagres, Mutuípe, Santa Inês, São Miguel das Matas e Ubaíra (Zona Turística Caminhos do Jiquiriçá - Circuito do Vale do Jiquiriçá);</p> <p>Castro Alves, Conceição do Almeida, Cruz das Almas, Dom Macedo Costa, Itatim, Santa Teresinha, Santo Antônio de Jesus, São Felipe e Varzedo (Zona Turística Caminhos do Jiquiriçá - Circuito Recôncavo Sul);</p> <p>Bom Jesus da Lapa, Correntina, Ibotirama, Santa Maria da Vitória, Santana e São Félix do Coribe (Zona Turística Caminhos do Oeste - Circuito do Rio Corrente);</p> <p>Barra, Barreiras, Formosa do Rio Preto, Luís Eduardo Magalhães, Riachão das Neves, Santa Rita de Cássia e São Desidério (Zona Turística Caminhos do Oeste - Circuito do Rio Grande);</p> <p>Araci, Banzaê, Candeal, Canudos, Cipó, Euclides da Cunha, Feira de Santana, Itapicuru, Monte Santo, Nova Soure, Ribeira do Pombal, Serrinha, Teofilândia, Tucano e Uauá (Zona Turística Caminhos do Sertão);</p> <p>Iguaí e Vitória da Conquista (Zona Turística Caminhos do Sudoeste);</p> <p>Andorinha, Bonito, Caém, Campo Formoso, Jacobina, Jaguarari, Miguel Calmon, Morro do Chapéu, Ouroilândia, Pindobaçu, Piritiba, Saúde, Senhor do Bonfim, Utinga e Wagner (Zona Turística Chapada Diamantina - Chapada Norte);</p>	Todas	<p>A Bahia é um estado culturalmente forte, tendo no segmento Cultura o principal diferencial da sua oferta turística, seja em decorrência das peculiaridades de seu folclore, seja pelo próprio jeito de ser de sua gente.</p> <p>Potencial para o seguimento turístico cultural ou religioso.</p>	<p>Questões organizacionais e logísticas que comprometem a efetividade de atuação do setor.</p> <p>Falta de informações sistematizadas sobre as manifestações.</p> <p>Falta de estruturas de divulgação, predominando segmentos informais, sem estruturas profissionais de divulgação e marketing do patrimônio.</p> <p>Produção artesanal de objetos genéricos, via de regra, sem identidade própria local.</p> <p>Inexistência de assistência técnica para criação de produtos com linguagem regional.</p> <p>Carência de capacitação para a profissionalização do setor.</p>	<p>Promover a valorização das diversas manifestações tradicionais e contemporâneas, nos âmbitos de folclore, culinária, artesanato, música, dança, literatura etc.</p> <p>Fortalecer o calendário de festas populares tradicionais, mantendo e resgatando seus aspectos matriciais, como fatores de preservação da autenticidade e de potencialização e diferenciação da oferta no contexto do turismo cultural de qualidade.</p> <p>Estimular manifestações populares de cultura.</p> <p>Favorecer o desenvolvimento de pequenos empreendimentos de geração de renda.</p> <p>Promover a valorização da identidade cultural local e regional, e o fortalecimento do “produto cultural Bahia”.</p> <p>Favorecer a cidadania e as dinâmicas culturais, locais e regionais.</p>

(Continua)



ASPECTO: PATRIMÔNIO IMATERIAL - PRODUÇÃO E MANIFESTAÇÃO ARTÍSTICA E CULTURAL					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Município(s) em que ocorre(m) o(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) o(s) critério(s)	Fator(es) que potencializa(m) o turismo	Fator(es) que limita(m) o turismo	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) referentes ao turismo
Folclore (continuação)	<p>Barra do Mendes, Brotas de Macaúbas, Central, Gentio do Ouro, Ipupiara e Xique-Xique (Zona Turística Chapada Diamantina - Chapada Velha);</p> <p>Andaraí, Ibicoara, Iramaia, Iraquara, Itaeté, Lençóis, Mucugê, Nova Redenção, Palmeiras, Seabra e Souto Soares (Zona Turística Chapada Diamantina - Circuito do Diamante);</p> <p>Abaíra, Érico Cardoso, Jussiape, Livramento de Nossa Senhora, Paramirim, Piatã, Rio de Contas e Rio do Pires (Zona Turística Chapada Diamantina - Circuito do Ouro);</p> <p>Alcobaça, Caravelas, Itamaraju, Mucuri, Nova Viçosa, Prado e Teixeira de Freitas (Zona Turística Costa das Baleias);</p> <p>Canavieiras, Ilhéus, Itabuna, Itacaré, Pau Brasil, Santa Luzia, Una e Uruçuca (Zona Turística Costa do Cacau);</p> <p>Cairu, Camamu, Igrapiúna, Ituberá, Marau, Nilo Peçanha, Presidente Tancredo Neves, Taperoá e Valença (Zona Turística Costa do Dendê);</p> <p>Belmonte, Eunápolis, Itabela, Porto Seguro e Santa Cruz Cabrália (Zona Turística Costa do Descobrimento);</p> <p>Camaçari, Conde, Entre Rios, Esplanada, Itanagra, Jandaíra, Lauro de Freitas e Mata de São João (Zona Turística Costa dos Coqueiros);</p> <p>Abaré, Glória, Paulo Afonso, Rodelas e Santa Brígida (Zona Turística Lagos e Cânions do São Francisco);</p> <p>Casa Nova, Curaçá, Juazeiro, Remanso e Sobradinho (Zona Turística Vale do São Francisco).</p>	Todas	<p>A Bahia é um estado culturalmente forte, tendo no segmento Cultura o principal diferencial da sua oferta turística, seja em decorrência das peculiaridades de seu folclore, seja pelo próprio jeito de ser de sua gente.</p> <p>Potencial para o seguimento turístico cultural ou religioso.</p>	<p>Questões organizacionais e logísticas que comprometem a efetividade de atuação do setor.</p> <p>Falta de informações sistematizadas sobre as manifestações.</p> <p>Falta de estruturas de divulgação, predominando segmentos informais, sem estruturas profissionais de divulgação e marketing do patrimônio.</p> <p>Produção artesanal de objetos genéricos, via de regra, sem identidade própria local.</p> <p>Inexistência de assistência técnica para criação de produtos com linguagem regional.</p> <p>Carência de capacitação para a profissionalização do setor.</p>	<p>Promover a valorização das diversas manifestações tradicionais e contemporâneas, nos âmbitos de folclore, culinária, artesanato, música, dança, literatura etc.</p> <p>Fortalecer o calendário de festas populares tradicionais, mantendo e resgatando seus aspectos matriciais, como fatores de preservação da autenticidade e de potencialização e diferenciação da oferta no contexto do turismo cultural de qualidade.</p> <p>Estimular manifestações populares de cultura.</p> <p>Favorecer o desenvolvimento de pequenos empreendimentos de geração de renda.</p> <p>Promover a valorização da identidade cultural local e regional, e o fortalecimento do “produto cultural Bahia”.</p> <p>Favorecer a cidadania e as dinâmicas culturais, locais e regionais.</p>
Culinária	<p>Aratuípe, Cachoeira, Candeias, Itaparica, Jaguaripe, Madre de Deus, Maragogipe, Muniz Ferreira, Muritiba, Nazaré, Salinas da Margarida, Salvador, Santo Amaro, São Félix, São Francisco do Conde, Saubara e Vera Cruz (Zona Turística Baía de Todos os Santos);</p> <p>Amargosa, Cravolândia, Elísio Medrado, Itiruçu, Jiquiriçá, Laje, Milagres, Mutuípe, Santa Inês, São Miguel das Matas e Ubaíra (Zona Turística Caminhos do Jiquiriçá - Circuito do Vale do Jiquiriçá);</p> <p>Castro Alves, Conceição do Almeida, Cruz das Almas, Dom Macedo Costa, Itatim, Santa Teresinha, Santo Antônio de Jesus, São Felipe e Varzedo (Zona Turística Caminhos do Jiquiriçá - Circuito Recôncavo Sul);</p> <p>Bom Jesus da Lapa, Correntina, Ibotirama, Santa Maria da Vitória, Santana e São Félix do Coribe (Zona Turística Caminhos do Oeste - Circuito do Rio Corrente);</p> <p>Barra, Barreiras, Formosa do Rio Preto, Luís Eduardo Magalhães, Riachão das Neves, Santa Rita de Cássia e São Desidério (Zona Turística Caminhos do Oeste - Circuito do Rio Grande);</p> <p>Araci, Banzaê, Candeal, Canudos, Cipó, Euclides da Cunha, Feira de Santana, Itapicuru, Monte Santo, Nova Soure, Ribeira do Pombal, Serrinha, Teofilândia, Tucano e Uauá (Zona Turística Caminhos do Sertão);</p>	Todas	<p>A Bahia é um estado culturalmente forte, tendo no segmento Cultura o principal diferencial da sua oferta turística, seja em decorrência das peculiaridades de sua culinária, seja pelo próprio jeito de ser de sua gente.</p> <p>Potencial para o seguimento turístico cultural ou religioso.</p>	<p>Questões organizacionais e logísticas que comprometem a efetividade de atuação do setor.</p> <p>Falta de informações sistematizadas sobre as manifestações.</p> <p>Falta de estruturas de divulgação, predominando segmentos informais, sem estruturas profissionais de divulgação e marketing do patrimônio.</p> <p>Produção artesanal de objetos genéricos, via de regra, sem identidade própria local.</p> <p>Inexistência de assistência técnica para criação de produtos com linguagem regional.</p> <p>Carência de capacitação para a profissionalização do setor.</p>	<p>Promover a valorização das diversas manifestações tradicionais e contemporâneas, nos âmbitos de folclore, culinária, artesanato, música, dança, literatura etc.</p> <p>Apoiar o calendário de festas populares tradicionais, mantendo e resgatando seus aspectos matriciais, como fatores de preservação da autenticidade e de potencialização e diferenciação da oferta no contexto do turismo cultural de qualidade.</p> <p>Estimular manifestações populares de cultura.</p> <p>Favorecer o desenvolvimento de pequenos empreendimentos de geração de renda.</p> <p>Promover a valorização da identidade cultural local e regional, e o fortalecimento do “produto cultural Bahia”.</p> <p>Favorecer a cidadania e as dinâmicas culturais, locais e regionais.</p>

(Continua)

<b>ASPECTO: PATRIMÔNIO IMATERIAL - PRODUÇÃO E MANIFESTAÇÃO ARTÍSTICA E CULTURAL</b>					
<b>CRITÉRIO(S)</b>	<b>LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)</b>	<b>ZONA(S)</b>	<b>POTENCIALIDADE(S)</b>	<b>LIMITAÇÃO(ÕES)</b>	<b>RECOMENDAÇÃO(ÕES)</b>
	Município(s) em que ocorre(m) o(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) o(s) critério(s)	Fator(es) que potencializa(m) o turismo	Fator(es) que limita(m) o turismo	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) referentes ao turismo
Culinária (continuação)	<p>Iguaí e Vitória da Conquista (Zona Turística Caminhos do Sudoeste);</p> <p>Andorinha, Bonito, Caém, Campo Formoso, Jacobina, Jaguarari, Miguel Calmon, Morro do Chapéu, Ourorândia, Pindobaçu, Piritiba, Saúde, Senhor do Bonfim, Utinga e Wagner (Zona Turística Chapada Diamantina - Chapada Norte);</p> <p>Barra do Mendes, Brotas de Macaúbas, Central, Gentio do Ouro, Ipupiara e Xique-Xique (Zona Turística Chapada Diamantina - Chapada Velha);</p> <p>Andaraí, Ibicoara, Iramaia, Iraquara, Itaeté, Lençóis, Mucugê, Nova Redenção, Palmeiras, Seabra e Souto Soares (Zona Turística Chapada Diamantina - Circuito do Diamante);</p> <p>Abaíra, Érico Cardoso, Jussiape, Livramento de Nossa Senhora, Paramirim, Piañã, Rio de Contas e Rio do Pires (Zona Turística Chapada Diamantina - Circuito do Ouro);</p> <p>Alcobaça, Caravelas, Itamaraju, Mucuri, Nova Viçosa, Prado e Teixeira de Freitas (Zona Turística Costa das Baleias);</p> <p>Canavieiras, Ilhéus, Itabuna, Itacaré, Pau Brasil, Santa Luzia, Una e Uruçuca (Zona Turística Costa do Cacau);</p> <p>Cairu, Camamu, Igrapiúna, Ituberá, Marau, Nilo Peçanha, Presidente Tancredo Neves, Taperoá e Valença (Zona Turística Costa do Dendê);</p> <p>Belmonte, Eunápolis, Itabela, Porto Seguro e Santa Cruz Cabrália (Zona Turística Costa do Descobrimento);</p> <p>Camaçari, Conde, Entre Rios, Esplanada, Itanagra, Jandaíra, Lauro de Freitas e Mata de São João (Zona Turística Costa dos Coqueiros);</p> <p>Abaré, Glória, Paulo Afonso, Rodelas e Santa Brígida (Zona Turística Lagos e Cânions do São Francisco);</p> <p>Casa Nova, Curaçá, Juazeiro, Remanso e Sobradinho (Zona Turística Vale do São Francisco).</p>	Todas	<p>A Bahia é um estado culturalmente forte, tendo no segmento Cultura o principal diferencial da sua oferta turística, seja em decorrência das peculiaridades de sua culinária, seja pelo próprio jeito de ser de sua gente.</p> <p>Potencial para o seguimento turístico cultural ou religioso.</p>	<p>Questões organizacionais e logísticas que comprometem a efetividade de atuação do setor.</p> <p>Falta de informações sistematizadas sobre as manifestações.</p> <p>Falta de estruturas de divulgação, predominando segmentos informais, sem estruturas profissionais de divulgação e marketing do patrimônio.</p> <p>Produção artesanal de objetos genéricos, via de regra, sem identidade própria local.</p> <p>Inexistência de assistência técnica para criação de produtos com linguagem regional.</p> <p>Carência de capacitação para a profissionalização do setor.</p>	<p>Promover a valorização das diversas manifestações tradicionais e contemporâneas, nos âmbitos de folclore, culinária, artesanato, música, dança, literatura etc.</p> <p>Apoiar o calendário de festas populares tradicionais, mantendo e resgatando seus aspectos matriciais, como fatores de preservação da autenticidade e de potencialização e diferenciação da oferta no contexto do turismo cultural de qualidade.</p> <p>Estimular manifestações populares de cultura.</p> <p>Favorecer o desenvolvimento de pequenos empreendimentos de geração de renda.</p> <p>Promover a valorização da identidade cultural local e regional, e o fortalecimento do “produto cultural Bahia”.</p> <p>Favorecer a cidadania e as dinâmicas culturais, locais e regionais.</p>
Produção artística	<p>Aratuípe, Cachoeira, Candeias, Itaparica, Jaguaripe, Madre de Deus, Maragogipe, Muniz Ferreira, Muritiba, Nazaré, Salinas da Margarida, Salvador, Santo Amaro, São Félix, São Francisco do Conde, Saubara e Vera Cruz (Zona Turística Baía de Todos os Santos);</p> <p>Amargosa, Cravolândia, Elísio Medrado, Itiruçu, Jiquiriçá, Laje, Milagres, Mutuípe, Santa Inês, São Miguel das Matas e Ubaíra (Zona Turística Caminhos do Jiquiriçá - Circuito do Vale do Jiquiriçá);</p> <p>Castro Alves, Conceição do Almeida, Cruz das Almas, Dom Macedo Costa, Itatim, Santa Teresinha, Santo Antônio de Jesus, São Felipe e Varzedo (Zona Turística Caminhos do Jiquiriçá - Circuito Recôncavo Sul);</p> <p>Bom Jesus da Lapa, Correntina, Ibotirama, Santa Maria da Vitória, Santana e São Félix do Coribe (Zona Turística Caminhos do Oeste - Circuito do Rio Corrente);</p>	Todas	<p>A Bahia é um estado culturalmente forte, tendo no segmento Cultura o principal diferencial da sua oferta turística, seja em decorrência das peculiaridades de sua música, literatura, dança, teatro, seja pelo próprio jeito de ser de sua gente.</p> <p>Potencial para o seguimento turístico cultural ou religioso.</p>	<p>Questões organizacionais e logísticas que comprometem a efetividade de atuação do setor.</p> <p>Falta de informações sistematizadas sobre as manifestações.</p> <p>Falta de estruturas de divulgação, predominando segmentos informais, sem estruturas profissionais de divulgação e marketing do patrimônio.</p> <p>Produção artesanal de objetos genéricos, via de regra, sem identidade própria local.</p> <p>Inexistência de assistência técnica para criação de produtos com linguagem regional.</p>	<p>Promover a valorização das diversas manifestações tradicionais e contemporâneas, nos âmbitos de folclore, culinária, artesanato, música, dança, literatura etc.</p> <p>Apoiar o calendário de festas populares tradicionais, mantendo e resgatando seus aspectos matriciais, como fatores de preservação da autenticidade e de potencialização e diferenciação da oferta no contexto do turismo cultural de qualidade.</p> <p>Estimular manifestações populares de cultura.</p> <p>Favorecer o desenvolvimento de pequenos empreendimentos de geração de renda.</p>

(Continua)

ASPECTO: PATRIMÔNIO IMATERIAL - PRODUÇÃO E MANIFESTAÇÃO ARTÍSTICA E CULTURAL					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Município(s) em que ocorre(m) o(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) o(s) critério(s)	Fator(es) que potencializa(m) o turismo	Fator(es) que limita(m) o turismo	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) referentes ao turismo
Produção artística (continuação)	<p>Barra, Barreiras, Formosa do Rio Preto, Luís Eduardo Magalhães, Riachão das Neves, Santa Rita de Cássia e São Desidério (Zona Turística Caminhos do Oeste - Circuito do Rio Grande);</p> <p>Araci, Banzaê, Candeal, Canudos, Cipó, Euclides da Cunha, Feira de Santana, Itapicuru, Monte Santo, Nova Soure, Ribeira do Pombal, Serrinha, Teofilândia, Tucano e Uauá (Zona Turística Caminhos do Sertão);</p> <p>Iguaí e Vitória da Conquista (Zona Turística Caminhos do Sudoeste);</p> <p>Andorinha, Bonito, Caém, Campo Formoso, Jacobina, Jaguarari, Miguel Calmon, Morro do Chapéu, Ourolândia, Pindobaçu, Piritiba, Saúde, Senhor do Bonfim, Utinga e Wagner (Zona Turística Chapada Diamantina - Chapada Norte);</p> <p>Barra do Mendes, Brotas de Macaúbas, Central, Gentio do Ouro, Ipupiara e Xique-Xique (Zona Turística Chapada Diamantina - Chapada Velha);</p> <p>Andaraí, Ibicoara, Iramaia, Iraquara, Itaeté, Lençóis, Mucugê, Nova Redenção, Palmeiras, Seabra e Souto Soares (Zona Turística Chapada Diamantina - Circuito do Diamante);</p> <p>Abaíra, Érico Cardoso, Jussiape, Livramento de Nossa Senhora, Paramirim, Piatã, Rio de Contas e Rio do Pires (Zona Turística Chapada Diamantina - Circuito do Ouro);</p> <p>Alcobaça, Caravelas, Itamaraju, Mucuri, Nova Viçosa, Prado e Teixeira de Freitas (Zona Turística Costa das Baleias);</p> <p>Canavieiras, Ilhéus, Itabuna, Itacaré, Pau Brasil, Santa Luzia, Una e Uruçuca (Zona Turística Costa do Cacau);</p> <p>Cairu, Camamu, Igrapiúna, Ituberá, Marauí, Nilo Peçanha, Presidente Tancredo Neves, Taperoá e Valença (Zona Turística Costa do Dendê);</p> <p>Belmonte, Eunápolis, Itabela, Porto Seguro e Santa Cruz Cabrália (Zona Turística Costa do Descobrimento);</p> <p>Camaçari, Conde, Entre Rios, Esplanada, Itanagra, Jandaíra, Lauro de Freitas e Mata de São João (Zona Turística Costa dos Coqueiros);</p> <p>Abaré, Glória, Paulo Afonso, Rodelas e Santa Brígida (Zona Turística Lagos e Cânions do São Francisco);</p> <p>Casa Nova, Curaçá, Juazeiro, Remanso e Sobradinho (Zona Turística Vale do São Francisco).</p>	Todas		Carência de capacitação para a profissionalização do setor.	<p>Promover a valorização da identidade cultural local e regional, e o fortalecimento do “produto cultural Bahia”.</p> <p>Favorecer a cidadania e as dinâmicas culturais, locais e regionais.</p>
Produção artesanal	<p>Aratuípe, Cachoeira, Candeias, Itaparica, Jaguaripe, Madre de Deus, Maragogipe, Muniz Ferreira, Muritiba, Nazaré, Salinas da Margarida, Salvador, Santo Amaro, São Félix, São Francisco do Conde, Saubara e Vera Cruz (Zona Turística Baía de Todos os Santos);</p> <p>Amargosa, Cravolândia, Elísio Medrado, Itiruçu, Jiquiriçá, Laje, Milagres, Mutuípe, Santa Inês, São Miguel das Matas e Ubaíra (Zona Turística Caminhos do Jiquiriçá - Circuito do Vale do Jiquiriçá);</p>	Todas	A Bahia é um estado culturalmente forte, tendo no segmento Cultura o principal diferencial da sua oferta turística, seja em decorrência das peculiaridades de seu, seja pelo próprio jeito de ser de sua gente.	Questões organizacionais e logísticas que comprometem a efetividade de atuação do setor.	Promover a valorização das diversas manifestações tradicionais e contemporâneas, nos âmbitos de folclore, culinária, artesanato, música, dança, literatura etc.

(Continua)

ASPECTO: PATRIMÔNIO IMATERIAL - PRODUÇÃO E MANIFESTAÇÃO ARTÍSTICA E CULTURAL					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Município(s) em que ocorre(m) o(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) o(s) critério(s)	Fator(es) que potencializa(m) o turismo	Fator(es) que limita(m) o turismo	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) referentes ao turismo
Produção artesanal (continuação)	<p>Castro Alves, Conceição do Almeida, Cruz das Almas, Dom Macedo Costa, Itatim, Santa Teresinha, Santo Antônio de Jesus, São Felipe e Varzedo (Zona Turística Caminhos do Jiquiriçá - Circuito Recôncavo Sul);</p> <p>Bom Jesus da Lapa, Correntina, Ibotirama, Santa Maria da Vitória, Santana e São Félix do Coribe (Zona Turística Caminhos do Oeste - Circuito do Rio Corrente);</p> <p>Barra, Barreiras, Formosa do Rio Preto, Luís Eduardo Magalhães, Riachão das Neves, Santa Rita de Cássia e São Desidério (Zona Turística Caminhos do Oeste - Circuito do Rio Grande);</p> <p>Araci, Banzaê, Candéal, Canudos, Cipó, Euclides da Cunha, Feira de Santana, Itapicuru, Monte Santo, Nova Soure, Ribeira do Pombal, Serrinha, Teofilândia, Tucano e Uauá (Zona Turística Caminhos do Sertão);</p> <p>Iguaí e Vitória da Conquista (Zona Turística Caminhos do Sudoeste);</p> <p>Andorinha, Bonito, Caém, Campo Formoso, Jacobina, Jaguarari, Miguel Calmon, Morro do Chapéu, Ourolândia, Pindobaçu, Piritiba, Saúde, Senhor do Bonfim, Utinga e Wagner (Zona Turística Chapada Diamantina - Chapada Norte);</p> <p>Barra do Mendes, Brotas de Macaúbas, Central, Gentio do Ouro, Ipupiara e Xique-Xique (Zona Turística Chapada Diamantina - Chapada Velha);</p> <p>Andaraí, Ibicoara, Iramaia, Iraquara, Itaeté, Lençóis, Mucugê, Nova Redenção, Palmeiras, Seabra e Souto Soares (Zona Turística Chapada Diamantina - Circuito do Diamante);</p> <p>Abaíra, Érico Cardoso, Jussiape, Livramento de Nossa Senhora, Paramirim, Piatã, Rio de Contas e Rio do Pires (Zona Turística Chapada Diamantina - Circuito do Ouro);</p> <p>Alcobaça, Caravelas, Itamaraju, Mucuri, Nova Viçosa, Prado e Teixeira de Freitas (Zona Turística Costa das Baleias);</p> <p>Canavieiras, Ilhéus, Itabuna, Itacaré, Pau Brasil, Santa Luzia, Una e Uruçuca (Zona Turística Costa do Cacau);</p> <p>Cairu, Camamu, Igrapiúna, Ituberá, Marau, Nilo Peçanha, Presidente Tancredo Neves, Taperoá e Valença (Zona Turística Costa do Dendê);</p> <p>Belmonte, Eunápolis, Itabela, Porto Seguro e Santa Cruz Cabralia (Zona Turística Costa do Descobrimento);</p> <p>Camaçari, Conde, Entre Rios, Esplanada, Itanagra, Jandaíra, Lauro de Freitas e Mata de São João (Zona Turística Costa dos Coqueiros);</p> <p>Abaré, Glória, Paulo Afonso, Rodelas e Santa Brígida (Zona Turística Lagos e Cânions do São Francisco);</p> <p>Casa Nova, Curaçá, Juazeiro, Remanso e Sobradinho (Zona Turística Vale do São Francisco).</p>	Todas	Potencial para o seguimento turístico cultural ou religioso.	<p>Falta de informações sistematizadas sobre as manifestações.</p> <p>Falta de estruturas de divulgação, predominando segmentos informais, sem estruturas profissionais de divulgação e marketing do patrimônio.</p> <p>Produção artesanal de objetos genéricos, via de regra, sem identidade própria local.</p> <p>Inexistência de assistência técnica para criação de produtos com linguagem regional.</p> <p>Carência de capacitação para a profissionalização do setor.</p>	<p>Apoiar o calendário de festas populares tradicionais, mantendo e resgatando seus aspectos matriciais, como fatores de preservação da autenticidade e de potencialização e diferenciação da oferta no contexto do turismo cultural de qualidade.</p> <p>Estimular manifestações populares de cultura.</p> <p>Favorecer o desenvolvimento de pequenos empreendimentos de geração de renda.</p> <p>Promover a valorização da identidade cultural local e regional, e o fortalecimento do “produto cultural Bahia”.</p> <p>Favorecer a cidadania e as dinâmicas culturais, locais e regionais.</p>

Fonte:

Elaboração

Consórcio

Geohidro-Sondotécnica,

2013.

**Quadro 85** - Síntese de potencialidades, limitações e recomendações referentes ao tema **Turismo: Infraestrutura Turística - Acesso Aeroviário**

ASPECTO: INFRAESTRUTURA TURÍSTICA - ACESSO AEROVIÁRIO					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Município(s) em que ocorre(m) o(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) o(s) critério(s)	Fator(es) que potencializa(m) o turismo	Fator(es) que limita(m) o turismo	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) referentes ao turismo
Aeroporto portal de entrada em Salvador	Salvador (Zona Turística Baía de Todos os Santos).	34	<p>Presença do modal aeroviário e aeroporto de grande porte são requisitos básicos para a mobilidade turística por permitir conexões com mercados nacionais e internacionais.</p> <p>Principal portal de entrada na Bahia das demandas turísticas nacional e internacional.</p> <p>Potencial para os seguimentos turísticos de lazer e entretenimento, ecológico e de natureza, de esporte e aventura, cultural e religioso, e de negócios.</p>	<p>Comprometimento da capacidade operacional do aeroporto.</p> <p>Precária intermodalidade aero-rodoviária urbana.</p>	<p>Promover a ampliação da estrutura dos aeroportos.</p> <p>Promover a implantação de uma estrutura intermodal integrada.</p> <p>Favorecer oportunidades de investimentos nos setores de hotelaria e de serviços turísticos.</p> <p>Favorecer oportunidades de investimentos imobiliários comerciais na área de influência do aeroporto.</p>
Aeroporto/aeródromo auxiliar de Ilhéus	Ilhéus (Zona Turística Costa do Cacau).	26, 27, 28, 36	<p>Portal aeroviário da Zona Turística Costa do Cacau.</p> <p>Potencial para os seguimentos turísticos de lazer e entretenimento, ecológico e de natureza, de esporte e aventura, cultural e religioso, e de negócios.</p>	<p>Pista de pouso autônoma, limitada e sem estrutura alfandegária.</p>	<p>Promover a relocação do aeroporto de Ilhéus</p> <p>Favorecer investimentos imobiliários na área do aeroporto.</p>
Aeroporto/aeródromo auxiliar de Porto Seguro	Porto Seguro (Zona Turística Costa do Descobrimento).	28, 29, 36	<p>Principal portal aeroviário da Zona Turística Costa do Descobrimento.</p> <p>Potencial para os seguimentos turísticos de lazer e entretenimento, ecológico e de natureza, de esporte e aventura, cultural e religioso, e de negócios.</p>	<p>Pista de pouso autônoma, limitada e sem estrutura alfandegária.</p>	<p>Promover a relocação do aeroporto de Porto Seguro</p> <p>Favorecer oportunidades de investimentos imobiliários na área do aeroporto.</p>
Aeroporto/aeródromo regional de Barreiras	Barreiras (Zona Turística Caminhos do Oeste - Circuito do Rio Grande).	1, 2, 4	<p>A acessibilidade aeroviária compõe a base para aceleração do desenvolvimento da atividade turística.</p> <p>Potencial para os seguimentos turísticos de lazer e entretenimento, ecológico e de natureza, de esporte e aventura, cultural e religioso, e de negócios.</p>	<p>Subutilização da estrutura aeroportuária, com voos regionais limitados.</p> <p>Aeroporto localizado em área urbana.</p> <p>Infraestrutura básica precária.</p>	<p>Favorecer o sistema de voos regulares nacionais.</p> <p>Favorecer oportunidades imobiliárias e de empreendimentos ligados ao agronegócio.</p> <p>Favorecer oportunidades de investimentos nos segmentos de hotelaria e de serviços turísticos.</p>
Aeroporto/aeródromo regional de Bom Jesus da Lapa	Bom Jesus da Lapa (Zona Turística Caminhos do Oeste - Circuito do Rio Corrente).	5, 8	<p>A acessibilidade aeroviária compõe a base para aceleração do desenvolvimento da atividade turística.</p> <p>Potencial para os seguimentos turísticos de lazer e entretenimento, ecológico e natureza, esporte e aventura, cultural e religioso, e de negócios.</p>	<p>Subutilização da estrutura aeroportuária, com voos regionais limitados.</p> <p>Aeroporto localizado em área urbana.</p> <p>Infraestrutura básica precária.</p>	<p>Favorecer o sistema de voos regulares nacionais.</p> <p>Promover a relocação do Aeroporto/Aeródromo Regional de Bom Jesus da Lapa.</p> <p>Favorecer oportunidades imobiliárias e de empreendimentos ligados ao agronegócio.</p> <p>Favorecer oportunidades de investimentos nos segmentos de hotelaria e de serviços turísticos.</p>
Aeroporto/aeródromo regional de Paulo Afonso	Paulo Afonso (Zona Turística Lagos e Cânions do São Francisco).	30, 31	<p>A acessibilidade aeroviária compõe a base para aceleração do desenvolvimento da atividade turística.</p> <p>Potencial para os seguimentos turísticos ecológico e de natureza, de esporte e aventura, cultural e religioso, e de negócios.</p>	<p>Subutilização da estrutura aeroportuária, com voos regionais limitados.</p> <p>Aeroporto localizado em área urbana.</p> <p>Infraestrutura básica precária.</p>	<p>Favorecer o sistema de voos regulares nacionais.</p> <p>Favorecer oportunidades de investimentos nos segmentos de hotelaria e de serviços turísticos.</p>

(Continua)



ASPECTO: INFRAESTRUTURA TURÍSTICA - ACESSO AEROVIÁRIO					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Município(s) em que ocorre(m) o(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) o(s) critério(s)	Fator(es) que potencializa(m) o turismo	Fator(es) que limita(m) o turismo	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) referentes ao turismo
Aeroporto/aeródromo turístico de Lençóis	Lençóis (Zona Turística Chapada Diamantina - Circuito do Diamante).	9, 16	A acessibilidade aeroviária compõe a base para aceleração do desenvolvimento da atividade turística.  Potencial para os seguimentos turísticos de lazer e entretenimento, ecológico e de natureza, de esporte e aventura, e cultural e religioso.	Subutilização da estrutura aeroportuária, com voos regionais limitados.  Aeroporto localizado em área urbana.  Infraestrutura básica precária.	Favorecer o sistema de voos regulares nacionais, com articulação internacional.  Favorecer oportunidades de investimentos nos segmentos de hotelaria e de serviços turísticos.
Aeroporto/aeródromo turístico de Valença	Valença (Zona Turística Costa do Dendê).	25, 26, 36	Acesso para o Baixo Sul do estado e a região de Morro de São Paulo.  Potencial para os seguimentos turísticos de lazer e entretenimento, ecológico e de natureza, de esporte e aventura, e cultural e religioso.	Ausência de operações regulares.  Falta de operação devido a questões institucionais.	Favorecer as atividades agroflorestais e manufaturadas, tendo o turismo como agente promotor.
Aeroporto/aeródromo turístico de Caravelas	Caravelas (Zona Turística Costa das Baleias).	28, 36	Portal de acesso potencial do Extremo Sul do estado.  Potencial para os seguimentos turísticos de lazer e entretenimento, ecológico e de natureza, de esporte e aventura, e cultural e religioso.	Ausência de operações regulares.  Falta de operação devido a questões institucionais.	Articular com a Aeronáutica o uso da infraestrutura do aeroporto militar de Caravelas para fins turísticos.
Pista de pouso/aeródromo	Aratuípe, Cachoeira, Candeias, Itaparica, Jaguaripe, Madre de Deus, Maragogipe, Muniz Ferreira, Muritiba, Nazaré, Salinas da Margarida, Santo Amaro, São Félix, São Francisco do Conde, Saubara e Vera Cruz (Zona Turística Baía de Todos os Santos); Amargosa, Cravolândia, Elísio Medrado, Itiruçu, Jiquiriçá, Laje, Milagres, Mutuípe, Santa Inês, São Miguel das Matas e Ubaíra (Zona Turística Caminhos do Jiquiriçá - Circuito do Vale do Jiquiriçá); Castro Alves, Conceição do Almeida, Cruz das Almas, Dom Macedo Costa, Itatim, Santa Teresinha, Santo Antônio de Jesus, São Felipe e Varzedo (Zona Turística Caminhos do Jiquiriçá - Circuito Recôncavo Sul); Bom Jesus da Lapa, Correntina, Ibotirama, Santa Maria da Vitória, Santana e São Félix do Coribe (Zona Turística Caminhos do Oeste - Circuito do Rio Corrente); Barra, Barreiras, Formosa do Rio Preto, Luís Eduardo Magalhães, Riachão das Neves, Santa Rita de Cássia e São Desidério (Zona Turística Caminhos do Oeste - Circuito do Rio Grande); Araci, Banzaê, Candeal, Canudos, Cipó, Euclides da Cunha, Feira de Santana, Itapicuru, Monte Santo, Nova Soure, Ribeira do Pombal, Serrinha, Teofilândia, Tucano e Uauá (Zona Turística Caminhos do Sertão); Iguaí e Vitória da Conquista (Zona Turística Caminhos do Sudoeste); Andorinha, Bonito, Caém, Campo Formoso, Jacobina, Jaguarari, Miguel Calmon, Morro do Chapéu, Ouroândia, Pindobaçu, Piritiba, Saúde, Senhor do Bonfim, Utinga e Wagner (Zona Turística Chapada Diamantina - Chapada Norte); Barra do Mendes, Brotas de Macaúbas, Central, Gentio do Ouro, Ipupiara e Xique-Xique (Zona Turística Chapada Diamantina - Chapada Velha);	Todas	Possibilidade de atendimento das emergências locais.  Facilidade de acesso às localidades distantes dos aeroportos regionais.  Potencial para os seguimentos turísticos de lazer e entretenimento, ecológico e de natureza, de esporte e aventura, cultural e religioso, e de negócios.	Características físicas diversas, geralmente sem estrutura (especialmente de segurança) e serviços de apoio à aviação.	Elaborar plano de regionalização e melhoria das pistas de pouso.  Criar oportunidades de ampliação das estruturas de apoio aos segmentos produtivos, a exemplo de agronegócio, mineração etc.

(Continua)

ASPECTO: INFRAESTRUTURA TURÍSTICA - ACESSO AEROVIÁRIO					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Município(s) em que ocorre(m) o(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) o(s) critério(s)	Fator(es) que potencializa(m) o turismo	Fator(es) que limita(m) o turismo	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) referentes ao turismo
Pista de pouso/aeródromo (continuação)	<p>Andaraí, Ibiçara, Iramaia, Iraquara, Itaeté, Lençóis, Mucugê, Nova Redenção, Palmeiras, Seabra e Souto Soares (Zona Turística Chapada Diamantina - Circuito do Diamante);</p> <p>Abaíra, Érico Cardoso, Jussiapé, Livramento de Nossa Senhora, Paramirim, Piatã, Rio de Contas e Rio do Pires (Zona Turística Chapada Diamantina - Circuito do Ouro);</p> <p>Alcobaça, Caravelas, Itamaraju, Mucuri, Nova Viçosa, Prado e Teixeira de Freitas (Zona Turística Costa das Baleias);</p> <p>Canavieiras, Ilhéus, Itabuna, Itacaré, Pau Brasil, Santa Luzia, Una e Uruçuca (Zona Turística Costa do Cacau);</p> <p>Cairu, Camamu, Igrapiúna, Ituberá, Marauá, Nilo Peçanha, Presidente Tancredo Neves, Taperoá e Valença (Zona Turística Costa do Dendê);</p> <p>Belmonte, Eunápolis, Itabela, Porto Seguro e Santa Cruz Cabrália (Zona Turística Costa do Descobrimento);</p> <p>Camaçari, Conde, Entre Rios, Esplanada, Itanagra, Jandaíra, Lauro de Freitas e Mata de São João (Zona Turística Costa dos Coqueiros);</p> <p>Abaré, Glória, Paulo Afonso, Rodelas e Santa Brígida (Zona Turística Lagos e Cânions do São Francisco);</p> <p>Casa Nova, Curaçá, Juazeiro, Remanso e Sobradinho (Zona Turística Vale do São Francisco).</p>	Todas	<p>Possibilidade de atendimento das emergências locais.</p> <p>Facilidade de acesso às localidades distantes dos aeroportos regionais.</p> <p>Potencial para os seguimentos turísticos de lazer e entretenimento, ecológico e de natureza, de esporte e aventura, cultural e religioso, e de negócios.</p>	<p>Características físicas diversas, geralmente sem estrutura (especialmente de segurança) e serviços de apoio à aviação.</p>	<p>Elaborar plano de regionalização e melhoria das pistas de pouso.</p> <p>Criar oportunidades de ampliação das estruturas de apoio aos segmentos produtivos, a exemplo de agronegócio, mineração etc.</p>

Fonte: Elaboração Consórcio Geohidro-Sondotécnica, 2013.

Quadro 86 - Síntese de potencialidades, limitações e recomendações referentes ao tema **Turismo: Infraestrutura Turística - Acesso Hidroviário**

ASPECTO: INFRAESTRUTURA TURÍSTICA - ACESSO HIDROVIÁRIO					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Município(s) em que ocorre(m) o(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) o(s) critério(s)	Fator(es) que potencializa(m) o turismo	Fator(es) que limita(m) o turismo	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) referentes ao turismo
Porto âncora de Salvador	Salvador (Zona Turística Baía de Todos os Santos).	34	Um dos principais portos de atracação e visitação das rotas de cruzeiros turísticos nacionais e internacionais.  Potencial para os seguimentos turísticos de lazer e entretenimento, ecológico e de natureza, de esporte e aventura, cultural e religioso, e de negócios.	Infraestrutura de receptivo turístico precária.	Implantar um terminal turístico com infraestrutura receptiva adequada à demanda, a ser aferida em estudos específicos.  Promover a melhoria do sistema operacional do porto para fins turísticos.  Priorizar investimentos nos serviços turísticos.  Implementar estruturas de apoio ao turismo náutico.  Estruturar o transporte hidroviário como forma de potencializar o turismo náutico.
Porto regional de apoio a cruzeiros de Ilhéus	Ilhéus (Zona Turística Costa do Cacau).	26, 27, 28, 36	Acessibilidade a pontos e a cidades de interesse turístico regional.  Potencial para os seguimentos turísticos de lazer e entretenimento, ecológico e de natureza, de esporte e aventura, cultural e religioso, e de negócios.	Inexistência de infraestrutura receptiva.	Promover a implantação de infraestrutura receptiva adequada à demanda, a ser aferida em estudos específicos.  Promover a melhoria do sistema operacional do porto para fins turísticos.  Favorecer investimentos em serviços turísticos e atividades produtivas afins.
Porto regional de apoio a cruzeiros de Porto Seguro	Porto Seguro (Zona Turística Costa do Descobrimento).	28, 29, 36	Acessibilidade a pontos e a cidades de interesse turístico regional.  Potencial para os seguimentos turísticos de lazer e entretenimento, ecológico e de natureza, de esporte e aventura, cultural e religioso, e de negócios.	Inexistência de infraestrutura receptiva.  Ancoradouro <i>off shore</i> desativado.	Promover a implantação de infraestrutura receptiva adequada à demanda, a ser aferida em estudos específicos.  Promover a melhoria do sistema operacional do porto para fins turísticos.  Favorecer investimentos em serviços turísticos e atividades produtivas afins.
Porto potencial de apoio ao turismo	Cachoeira, Candeias, Itaparica, Jaguaripe, Madre de Deus, Maragogipe, Salinas da Margarida, Salvador, Santo Amaro, São Félix, São Francisco do Conde, Saubara e Vera Cruz (Zona Turística Baía de Todos os Santos);  Alcobaça, Caravelas, Mucuri, Nova Viçosa e Prado (Zona Turística Costa das Baleias);  Canavieiras, Ilhéus, Itacaré e Una (Zona Turística Costa do Cacau);  Cairu, Camamu, Igrapiúna, Ituberá, Marau, Nilo Peçanha, Taperoá e Valença (Zona Turística Costa do Dendê);  Belmonte, Porto Seguro e Santa Cruz Cabralia (Zona Turística Costa do Descobrimento);  Conde, Jandaíra e Mata de São João (Zona Turística Costa dos Coqueiros).	22, 25, 26, 27, 28, 29, 33, 34, 35, 36	Portos localizados em áreas de extrema qualidade paisagística tropical.  Potencial para os seguimentos turísticos de lazer e entretenimento, ecológico e de natureza, e de esporte e aventura.	Existência de píeres e ancoradouros apenas para navios de baixo calado.	Implantar infraestrutura mínima de apoio à operação portuária, considerando o regime das marés.  Avaliar a possibilidade de priorização do porto para atividades exclusivamente turísticas.

(Continua)

ASPECTO: INFRAESTRUTURA TURÍSTICA - ACESSO HIDROVIÁRIO					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Município(s) em que ocorre(m) o(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) o(s) critério(s)	Fator(es) que potencializa(m) o turismo	Fator(es) que limita(m) o turismo	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) referentes ao turismo
Porto local de mobilidade turística	Cachoeira, Itaparica, Jaguaripe, Maragogipe, Salinas da Margarida, Salvador, São Félix, Saubara e Vera Cruz (Zona Turística Baía de Todos os Santos); Alcobaça, Caravelas, Mucuri, Nova Viçosa e Prado (Zona Turística Costa das Baleias); Canavieiras, Ilhéus, Itacaré e Una (Zona Turística Costa do Cacau); Camamu, Igrapiúna, Ituberá, Maraú, Nilo Peçanha e Taperoá (Zona Turística Costa do Dendê); Belmonte, Porto Seguro e Santa Cruz Cabralia (Zona Turística Costa do Descobrimento); Camaçari, Conde, Entre Rios, Esplanada, Itanagra, Jandaíra, Lauro de Freitas e Mata de São João (Zona Turística Costa dos Coqueiros).	22, 25, 26, 27, 28, 29, 32, 33, 34, 35, 36	Portos fundamentais para a logística de mobilidade turística, local e regional.  Potencial para os seguimentos turísticos de lazer e entretenimento, e ecológico e de natureza.	Precariedade na estrutura de apoio terrestre.	Promover a melhoria das estruturas terrestres.  Criar oportunidades de investimentos em serviços turísticos.
Porto tradicional de pesca.	Cachoeira, Candeias, Itaparica, Jaguaripe, Madre de Deus, Maragogipe, Nazaré, Salinas da Margarida, Salvador, Santo Amaro, São Félix, São Francisco do Conde, Saubara e Vera Cruz (Zona Turística Baía de Todos os Santos); Alcobaça, Caravelas, Mucuri, Nova Viçosa e Prado (Zona Turística Costa das Baleias); Canavieiras, Ilhéus, Itacaré, Santa Luzia, Una e Uruçuca (Zona Turística Costa do Cacau); Cairu, Camamu, Igrapiúna, Ituberá, Maraú, Nilo Peçanha, Taperoá e Valença (Zona Turística Costa do Dendê); Belmonte, Porto Seguro e Santa Cruz Cabralia (Zona Turística Costa do Descobrimento); Camaçari, Conde, Entre Rios, Esplanada, Itanagra, Jandaíra, Lauro de Freitas e Mata de São João (Zona Turística Costa dos Coqueiros).	22, 25, 26, 27, 28, 29, 32, 33, 34, 35, 36	Pontos de visitação turística.  Potencial para uso náutico.  Potencial para o seguimento turístico de esporte e aventura.	Portos com problemas de acessibilidade.	Promover a melhoria da infraestrutura portuária e de apoio turístico.  Criar oportunidades de investimentos no setor pesqueiro.
Porto ou ancoradouro para o turismo náutico	Aratuípe, Cachoeira, Candeias, Itaparica, Jaguaripe, Madre de Deus, Maragogipe, Nazaré, Salinas da Margarida, Salvador, Santo Amaro, São Félix, São Francisco do Conde, Saubara e Vera Cruz (Zona Turística Baía de Todos os Santos); Alcobaça, Caravelas, Mucuri, Nova Viçosa e Prado (Zona Turística Costa das Baleias); Canavieiras, Ilhéus, Itacaré, Santa Luzia, Una e Uruçuca (Zona Turística Costa do Cacau); Cairu, Camamu, Igrapiúna, Ituberá, Maraú, Nilo Peçanha, Taperoá e Valença (Zona Turística Costa do Dendê); Belmonte, Porto Seguro e Santa Cruz Cabralia (Zona Turística Costa do Descobrimento); Camaçari, Conde, Entre Rios, Esplanada, Itanagra, Jandaíra, Lauro de Freitas e Mata de São João (Zona Turística Costa dos Coqueiros).	22, 25, 26, 27, 28, 29, 32, 33, 34, 35, 36	As águas da Baía de Todos os Santos têm vocação especial para o desenvolvimento do turismo náutico, devendo contar para tanto com a infraestrutura adequada.  Potencial para os seguimentos turísticos ecológico e de natureza, e de esporte e aventura.	Limitações dos projetos originais, em que foi implantado porto ou ancoradouro apenas em algumas localidades.	Promover a ampliação da infraestrutura básica aeroportuária no litoral da Bahia.  Criar oportunidades de investimentos em serviços turísticos.

(Continua)

ASPECTO: INFRAESTRUTURA TURÍSTICA - ACESSO HIDROVIÁRIO					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Município(s) em que ocorre(m) o(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) o(s) critério(s)	Fator(es) que potencializa(m) o turismo	Fator(es) que limita(m) o turismo	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) referentes ao turismo
Porto ou ancoradouro fluvial	Aratuípe, Cachoeira, Candeias, Itaparica, Jaguaripe, Madre de Deus, Maragogipe, Muniz Ferreira, Muritiba, Nazaré, Salinas da Margarida, Santo Amaro, São Félix, São Francisco do Conde, Saubara e Vera Cruz (Zona Turística Baía de Todos os Santos);  Bom Jesus da Lapa, Correntina, Ibotirama, Santa Maria da Vitória, Santana e São Félix do Coribe (Zona Turística Caminhos do Oeste - Circuito do Rio Corrente);  Barra, Barreiras, Formosa do Rio Preto, Luís Eduardo Magalhães, Riachão das Neves, Santa Rita de Cássia e São Desidério (Zona Turística Caminhos do Oeste - Circuito do Rio Grande);	1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 14, 17, 23, 25, 26, 30, 31, 33, 34, 36	O rio São Francisco e o baixo rio Paraguaçu têm tradição no transporte fluvial de passageiros, atividade hoje paralisada.  O potencial para roteiros de turismo náutico é altamente significativo, requerendo um plano específico de investimentos.  Potencial para os seguimentos turísticos de lazer e entretenimento, ecológico e de natureza, e cultural e religioso.	Ausência de infraestrutura adequada e de roteiros turísticos regulares.	Promover a melhoria da infraestrutura portuária fluvial.  Promover a criação de roteiros regulares de turismo fluvial.  Elaborar planos diretores simplificados para os portos fluviais.  Criar oportunidades de investimentos em serviços turísticos.
Porto ou ancoradouro fluvial (continuação)	Xique-Xique (Zona Turística Chapada Diamantina - Chapada Velha);  Abaré, Glória, Paulo Afonso, Rodelas e Santa Brígida (Zona Turística Lagos e Cânions do São Francisco);  Casa Nova, Curaçá, Juazeiro, Remanso e Sobradinho (Zona Turística Vale do São Francisco).	1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 14, 17, 23, 25, 26, 30, 31, 33, 34, 36	O rio São Francisco e o baixo rio Paraguaçu têm tradição no transporte fluvial de passageiros, atividade hoje paralisada.  O potencial para roteiros de turismo náutico é altamente significativo, requerendo um plano específico de investimentos.  Potencial para os seguimentos turísticos de lazer e entretenimento, ecológico e de natureza, e cultural e religioso.	Ausência de infraestrutura adequada e de roteiros turísticos regulares.	Promover a melhoria da infraestrutura portuária fluvial.  Promover a criação de roteiros regulares de turismo fluvial.  Elaborar planos diretores simplificados para os portos fluviais.  Criar oportunidades de investimentos em serviços turísticos.

Fonte: Elaboração Consórcio Geohidro-Sondotécnica, 2013.



Quadro 87 - Síntese de potencialidades, limitações e recomendações referentes ao tema **Turismo: Infraestrutura Turística - Acesso Rodoviário**

ASPECTO: INFRAESTRUTURA TURÍSTICA - ACESSO RODOVIÁRIO					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Município(s) em que ocorre(m) o(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) o(s) critério(s)	Fator(es) que potencializa(m) o turismo	Fator(es) que limita(m) o turismo	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) referentes ao turismo
Sistema de rodovias federais e estaduais	<p>Aratuípe, Cachoeira, Candeias, Itaparica, Jaguaripe, Madre de Deus, Maragogipe, Muniz Ferreira, Muritiba, Nazaré, Salinas da Margarida, Salvador, Santo Amaro, São Félix, São Francisco do Conde, Saubara e Vera Cruz (Zona Turística Baía de Todos os Santos);</p> <p>Amargosa, Cravolândia, Elísio Medrado, Itiruçu, Jiquiriçá, Laje, Milagres, Mutuípe, Santa Inês, São Miguel das Matas e Ubaíra (Zona Turística Caminhos do Jiquiriçá - Circuito do Vale do Jiquiriçá);</p> <p>Castro Alves, Conceição do Almeida, Cruz das Almas, Dom Macedo Costa, Itatim, Santa Teresinha, Santo Antônio de Jesus, São Felipe e Varzedo (Zona Turística Caminhos do Jiquiriçá - Circuito Recôncavo Sul);</p> <p>Bom Jesus da Lapa, Correntina, Ibotirama, Santa Maria da Vitória, Santana e São Félix do Coribe (Zona Turística Caminhos do Oeste - Circuito do Rio Corrente);</p> <p>Barra, Barreiras, Formosa do Rio Preto, Luís Eduardo Magalhães, Riachão das Neves, Santa Rita de Cássia e São Desidério (Zona Turística Caminhos do Oeste - Circuito do Rio Grande);</p> <p>Araci, Banzaê, Candeal, Canudos, Cipó, Euclides da Cunha, Feira de Santana, Itapicuru, Monte Santo, Nova Soure, Ribeira do Pombal, Serrinha, Teofilândia, Tucano e Uauá (Zona Turística Caminhos do Sertão);</p> <p>Iguaí e Vitória da Conquista (Zona Turística Caminhos do Sudoeste);</p> <p>Andorinha, Bonito, Caém, Campo Formoso, Jacobina, Jaguarari, Miguel Calmon, Morro do Chapéu, Ouroilândia, Pindobaçu, Piritiba, Saúde, Senhor do Bonfim, Utinga e Wagner (Zona Turística Chapada Diamantina - Chapada Norte);</p> <p>Barra do Mendes, Brotas de Macaúbas, Central, Gentio do Ouro, Ipupiara e Xique-Xique (Zona Turística Chapada Diamantina - Chapada Velha);</p> <p>Andaraí, Ibicoara, Iramaia, Iraquara, Itaeté, Lençóis, Mucugê, Nova Redenção, Palmeiras, Seabra e Souto Soares (Zona Turística Chapada Diamantina - Circuito do Diamante);</p> <p>Abaíra, Érico Cardoso, Jussiape, Livramento de Nossa Senhora, Paramirim, Piatã, Rio de Contas e Rio do Pires (Zona Turística Chapada Diamantina - Circuito do Ouro);</p> <p>Alcobaça, Caravelas, Itamaraju, Mucuri, Nova Viçosa, Prado e Teixeira de Freitas (Zona Turística Costa das Baleias);</p> <p>Canavieiras, Ilhéus, Itabuna, Itacaré, Pau Brasil, Santa Luzia, Una e Uruçuca (Zona Turística Costa do Cacau);</p> <p>Cairu, Camamu, Igrapiúna, Ituberá, Maraú, Nilo Peçanha, Presidente Tancredo Neves, Taperoá e Valença (Zona Turística Costa do Dendê);</p> <p>Belmonte, Eunápolis, Itabela, Porto Seguro e Santa Cruz Cabrália (Zona Turística Costa do Descobrimento);</p>	Todas	<p>Modalidade principal de mobilidade turística no estado.</p> <p>Matriz básica de mobilidade rodoviária do estado da Bahia.</p> <p>Rodovias federais e estaduais concentram a maior base de circulação ou movimentação turística da Bahia, constituindo-se, ainda, como os principais vetores de acesso às diversas zonas turísticas do interior do estado.</p> <p>Potencial para os seguimentos turísticos de lazer e entretenimento, ecológico e de natureza, de esporte e aventura, cultural e religioso, e de negócios.</p>	<p>Falta de manutenção das rodovias.</p> <p>Existência de trechos com a capacidade de tráfego saturada.</p> <p>Falta de sinalização turística e de segurança nas vias.</p>	<p>Estimular a demanda do segmento turístico e a inserção deste nas programações setoriais, em níveis estadual e federal.</p> <p>Apoiar o processo de planejamento e manutenção viária em áreas de interesse turístico buscando minimizar impactos negativos sobre as potencialidades turísticas.</p>

(Continua)

ASPECTO: INFRAESTRUTURA TURÍSTICA - ACESSO RODOVIÁRIO					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Município(s) em que ocorre(m) o(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) o(s) critério(s)	Fator(es) que potencializa(m) o turismo	Fator(es) que limita(m) o turismo	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) referentes ao turismo
Sistema de rodovias federais e estaduais (continuação)	Camaçari, Conde, Entre Rios, Esplanada, Itanagra, Jandaíra, Lauro de Freitas e Mata de São João (Zona Turística Costa dos Coqueiros); Abaré, Glória, Paulo Afonso, Rodelas e Santa Brígida (Zona Turística Lagos e Cânions do São Francisco); Casa Nova, Curaçá, Juazeiro, Remanso e Sobradinho (Zona Turística Vale do São Francisco).	Todas	Modalidade principal de mobilidade turística no estado.  Matriz básica de mobilidade rodoviária do estado da Bahia.  Rodovias federais e estaduais concentram a maior base de circulação ou movimentação turística da Bahia, constituindo-se, ainda, como os principais vetores de acesso às diversas zonas turísticas do interior do estado.  Potencial para os seguimentos turísticos de lazer e entretenimento, ecológico e de natureza, de esporte e aventura, cultural e religioso, e de negócios.	Falta de manutenção das rodovias.  Existência de trechos com a capacidade de tráfego saturada.  Falta de sinalização turística e de segurança nas vias.	Estimular a demanda do segmento turístico e a inserção deste nas programações setoriais, em níveis estadual e federal.  Apoiar o processo de planejamento e manutenção viária em áreas de interesse turístico buscando minimizar impactos negativos sobre as potencialidades turísticas.
Corredor rodoviário de mobilidade turística - Litoral Norte (BA-099)	Salvador (Zona Turística Baía de Todos os Santos);  Camaçari, Conde, Entre Rios, Esplanada, Itanagra, Jandaíra, Lauro de Freitas e Mata de São João (Zona Turística Costa dos Coqueiros).	32, 33, 34, 35, 36	Acesso à Zona Turística Costa dos Coqueiros e ao Estado de Sergipe.  Potencial para os seguimentos turísticos de lazer e entretenimento, ecológico e de natureza, e de negócios.	Travessia da rodovia BA-001 pela área urbana de Lauro de Freitas.	Implantar um desvio rodoviário da BA-099 na área urbana de Lauro de Freitas.  Promover novos investimentos no corredor visando ao atendimento do setor turístico.
Corredor rodoviário de mobilidade turística - Litoral Sul Costeiro (BA-001)	Aratuípe, Cachoeira, Candeias, Itaparica, Jaguaripe, Madre de Deus, Maragogipe, Muniz Ferreira, Muritiba, Nazaré, Salinas da Margarida, Salvador, Santo Amaro, São Félix, São Francisco do Conde, Saubara e Vera Cruz (Zona Turística Baía de Todos os Santos);  Alcobaça, Caravelas, Itamaraju, Mucuri, Nova Viçosa, Prado e Teixeira de Freitas (Zona Turística Costa das Baleias);  Canavieiras, Ilhéus, Itabuna, Itacaré, Pau Brasil, Santa Luzia, Una e Uruçuca (Zona Turística Costa do Cacau);  Cairu, Camamu, Igrapiúna, Ituberá, Maraú, Nilo Peçanha, Presidente Tancredo Neves, Taperoá e Valença (Zona Turística Costa do Dendê);  Belmonte, Eunápolis, Itabela, Porto Seguro e Santa Cruz Cabrália (Zona Turística Costa do Descobrimento).	20, 22, 25, 26, 27, 28, 29, 33, 34, 36	Acesso, via sistema Ferry-boat (Salvador - Itaparica), às zonas turísticas Baía de Todos os Santos, Costa do Dendê, Costa do Cacau, Costa do Descobrimento e Costa das Baleias.  Potencial para os seguimentos turísticos de lazer e entretenimento, ecológico e de natureza, de esporte e aventura, e cultural e religioso.	Precariedade do sistema ferry-boat Salvador-Bom Despacho.  Travessias urbanas nas cidades de Nazaré, Valença, Taperoá, Nilo Peçanha, Ituberá, Igrapiúna e Camamu.  Descontinuidade do eixo da BA-001.	Promover a melhoria das condições de travessia Salvador - Ilha de Itaparica.  Implantar desvios urbanos contribuindo para melhoria da mobilidade turística regional.  Promover novos investimentos no corredor visando ao atendimento do setor turístico.  Promover a melhoria local da via para atividades afins e produtos diversos do setor agroflorestal, das pequenas indústrias e manufaturas etc.
Corredor rodoviário de mobilidade turística - Litoral Sul Continental (BR-101)	Aratuípe, Cachoeira, Candeias, Itaparica, Jaguaripe, Madre de Deus, Maragogipe, Muniz Ferreira, Muritiba, Nazaré, Salinas da Margarida, Salvador, Santo Amaro, São Félix, São Francisco do Conde, Saubara e Vera Cruz (Zona Turística Baía de Todos os Santos);  Amargosa, Cravolândia, Elísio Medrado, Itiruçu, Jiquiriçá, Laje, Milagres, Mutuípe, Santa Inês, São Miguel das Matas e Ubaíra (Zona Turística Caminhos do Jiquiriçá - Circuito do Vale do Jiquiriçá);  Castro Alves, Conceição do Almeida, Cruz das Almas, Dom Macedo Costa, Itatim, Santa Teresinha, Santo Antônio de Jesus, São Felipe e Varzedo (Zona Turística Caminhos do Jiquiriçá - Circuito Recôncavo Sul);	20, 21, 22, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 33, 34, 36	Acesso, via BR-101, às zonas turísticas Baía de Todos os Santos, Caminhos do Jiquiriçá, Costa do Dendê, Costa do Cacau, Costa do Descobrimento e Costa das Baleias.  Potencial para os seguimentos turísticos de lazer e entretenimento, ecológico e de natureza, de esporte e aventura, cultural e religioso, e de negócios.	Presença de tráfego pesado de carga no corredor.	Promover a melhoria dos apoios turísticos urbanos.  Promover a melhoria da mobilidade viária para as atividades produtivas.

(Continua)

ASPECTO: INFRAESTRUTURA TURÍSTICA – ACESSO RODOVIÁRIO					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Município(s) em que ocorre(m) o(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) o(s) critério(s)	Fator(es) que potencializa(m) o turismo	Fator(es) que limita(m) o turismo	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) referentes ao turismo
Corredor rodoviário de mobilidade turística - Litoral Sul Continental (BR-101) (continuação)	Alcobaça, Caravelas, Itamaraju, Mucuri, Nova Viçosa, Prado e Teixeira de Freitas (Zona Turística Costa das Baleias); Canavieiras, Ilhéus, Itabuna, Itacaré, Pau Brasil, Santa Luzia, Una e Uruçuca (Zona Turística Costa do Cacau); Cairu, Camamu, Igrapiúna, Ituberá, Marauá, Nilo Peçanha, Presidente Tancredo Neves, Taperoá e Valença (Zona Turística Costa do Dendê); Belmonte, Eunápolis, Itabela, Porto Seguro e Santa Cruz Cabrália (Zona Turística Costa do Descobrimento).	20, 21, 22, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 33, 34, 36	Acesso, via BR-101, às zonas turísticas Baía de Todos os Santos, Caminhos do Jiquiriçá, Costa do Dendê, Costa do Cacau, Costa do Descobrimento e Costa das Baleias.  Potencial para os seguimentos turísticos de lazer e entretenimento, ecológico e de natureza, de esporte e aventura, cultural e religioso, e de negócios.	Presença de tráfego pesado de carga no corredor.	Promover a melhoria dos apoios turísticos urbanos.  Promover a melhoria da mobilidade viária para as atividades produtivas.
Corredor rodoviário de mobilidade turística - Chapada Diamantina e Oeste baiano	Salvador (Zona Turística Baía de Todos os Santos); Bom Jesus da Lapa, Correntina, Ibotirama, Santa Maria da Vitória, Santana e São Félix do Coribe (Zona Turística Caminhos do Oeste - Circuito do Rio Corrente); Barra, Barreiras, Formosa do Rio Preto, Luís Eduardo Magalhães, Riachão das Neves, Santa Rita de Cássia e São Desidério (Zona Turística Caminhos do Oeste - Circuito do Rio Grande); Andorinha, Bonito, Caém, Campo Formoso, Jacobina, Jaguarari, Miguel Calmon, Morro do Chapéu, Ourolândia, Pindobaçu, Piritiba, Saúde, Senhor do Bonfim, Utinga e Wagner (Zona Turística Chapada Diamantina - Chapada Norte); Barra do Mendes, Brotas de Macaúbas, Central, Gentio do Ouro, Ipupiara e Xique-Xique (Zona Turística Chapada Diamantina - Chapada Velha); Andaraí, Ibicoara, Iramaia, Iraquara, Itaeté, Lençóis, Mucugê, Nova Redenção, Palmeiras, Seabra e Souto Soares (Zona Turística Chapada Diamantina - Circuito do Diamante); Abaíra, Érico Cardoso, Jussiapé, Livramento de Nossa Senhora, Paramirim, Piatã, Rio de Contas e Rio do Pires (Zona Turística Chapada Diamantina - Circuito do Ouro).	1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 23, 34	Acesso, via BR-242, às zonas turísticas Chapada Diamantina e Caminhos do Oeste.  Potencial para os seguimentos turísticos de lazer e entretenimento, ecológico e de natureza, de esporte e aventura, e cultural e religioso.	Congestionamentos constantes na BR-116.  Presença de tráfego pesado e falta de manutenção permanente da BR-242.  Corredor rodoviário usado também para exportação de soja do Oeste da Bahia.  Falta de manutenção da BA-488.	Concluir a duplicação do trecho entre Feira de Santana e o rio Paraguaçu da BR-116.  Promover a melhoria da rodovia BA-488.  Promover a transferência do transporte de carga, principalmente de soja, para o sistema ferroviário, considerando, inclusive, a possibilidade de uso de outros modais de transporte (disponíveis ou em implantação).  Promover a melhoria da mobilidade viária para as atividades produtivas desenvolvidas na área de influência da BR-202.  Promover estruturação da BR-242 para apoio ao turismo na região.  Promover a melhoria da mobilidade viária para os setores produtivos da região, incluindo o turismo.
Corredor rodoviário de mobilidade turística - Sertão	Salvador (Zona Turística Baía de Todos os Santos);  Araci, Banzaê, Candeal, Canudos, Cipó, Euclides da Cunha, Feira de Santana, Itapicuru, Monte Santo, Nova Soure, Ribeira do Pombal, Serrinha, Teofilândia, Tucano e Uauá (Zona Turística Caminhos do Sertão).	17, 23, 24, 25, 30, 32, 34	Acesso, via BR-324, às áreas de interesse turístico hidromineral da zona turística Caminhos do Sertão.  Potencial para os seguimentos turísticos de lazer e entretenimento, e ecológico e de natureza.	Falta de manutenção e de sinalização turística no eixo.	Promover a manutenção sistemática das vias e da sinalização turística.  Promover a melhoria da mobilidade viária para os setores produtivos.
Vias de mobilidade local	Aratuípe, Cachoeira, Candeias, Itaparica, Jaguaripe, Madre de Deus, Maragogipe, Muniz Ferreira, Murituba, Nazaré, Salinas da Margarida, Salvador, Santo Amaro, São Félix, São Francisco do Conde, Saubara e Vera Cruz (Zona Turística Baía de Todos os Santos); Amargosa, Cravolândia, Elísio Medrado, Itiruçu, Jiquiriçá, Laje, Milagres, Mutuípe, Santa Inês, São Miguel das Matas e Ubaíra (Zona Turística Caminhos do Jiquiriçá - Circuito do Vale do Jiquiriçá); Castro Alves, Conceição do Almeida, Cruz das Almas, Dom Macedo Costa, Itatim, Santa Teresinha, Santo Antônio de Jesus, São Felipe e Varzedo (Zona Turística Caminhos do Jiquiriçá - Circuito Recôncavo Sul);	Todas	Infraestrutura fundamental para a operação turística hoteleira local.  Potencial para operação e integração turística local.  Potencial para os seguimentos turísticos de lazer e entretenimento, ecológico e de natureza, de esporte e aventura, e cultural e religioso.	Falta de manutenção e de sinalização das vias.  Inexistência de tratamento paisagístico dos corredores.  Vias para pedestres e ciclovias precárias ou inexistentes.	Definir a hierarquização do sistema viário local.  Definir a priorização de uso das vias e os caminhos de uso prioritariamente turístico.  Promover a melhoria dos serviços turísticos.  Promover a melhoria da mobilidade viária para os setores produtivos da região.

(Continua)

ASPECTO: INFRAESTRUTURA TURÍSTICA - ACESSO RODOVIÁRIO					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Município(s) em que ocorre(m) o(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) o(s) critério(s)	Fator(es) que potencializa(m) o turismo	Fator(es) que limita(m) o turismo	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) referentes ao turismo
Vias de mobilidade local (continuação)	<p>Bom Jesus da Lapa, Correntina, Ibotirama, Santa Maria da Vitória, Santana e São Félix do Coribe (Zona Turística Caminhos do Oeste - Circuito do Rio Corrente);</p> <p>Barra, Barreiras, Formosa do Rio Preto, Luís Eduardo Magalhães, Riachão das Neves, Santa Rita de Cássia e São Desidério (Zona Turística Caminhos do Oeste - Circuito do Rio Grande);</p> <p>Araci, Banaê, Candéal, Canudos, Cipó, Euclides da Cunha, Feira de Santana, Itapicuru, Monte Santo, Nova Soure, Ribeira do Pombal, Serrinha, Teofilândia, Tucano e Uauá (Zona Turística Caminhos do Sertão);</p> <p>Iguaí e Vitória da Conquista (Zona Turística Caminhos do Sudoeste);</p> <p>Andorinha, Bonito, Caém, Campo Formoso, Jacobina, Jaguarari, Miguel Calmon, Morro do Chapéu, Ouro-lândia, Pindobaçu, Piritiba, Saúde, Senhor do Bonfim, Utinga e Wagner (Zona Turística Chapada Diamantina - Chapada Norte);</p> <p>Barra do Mendes, Brotas de Macaúbas, Central, Gentio do Ouro, Ipupiara e Xique-Xique (Zona Turística Chapada Diamantina - Chapada Velha);</p> <p>Andaraí, Ibicoara, Iramaia, Iraquara, Itaeté, Lençóis, Mucugê, Nova Redenção, Palmeiras, Seabra e Souto Soares (Zona Turística Chapada Diamantina - Circuito do Diamante);</p> <p>Abaíra, Érico Cardoso, Jussiape, Livramento de Nossa Senhora, Paramirim, Piatã, Rio de Contas e Rio do Pires (Zona Turística Chapada Diamantina - Circuito do Ouro);</p> <p>Alcobaça, Caravelas, Itamaraju, Mucuri, Nova Viçosa, Prado e Teixeira de Freitas (Zona Turística Costa das Baleias);</p> <p>Canavieiras, Ilhéus, Itabuna, Itacaré, Pau Brasil, Santa Luzia, Una e Uruçuca (Zona Turística Costa do Cacau);</p> <p>Cairu, Camamu, Igrapiúna, Ituberá, Maraú, Nilo Peçanha, Presidente Tancredo Neves, Taperoá e Valença (Zona Turística Costa do Dendê);</p> <p>Belmonte, Eunápolis, Itabela, Porto Seguro e Santa Cruz Cabrália (Zona Turística Costa do Descobrimento);</p> <p>Camaçari, Conde, Entre Rios, Esplanada, Itanagra, Jandaíra, Lauro de Freitas e Mata de São João (Zona Turística Costa dos Coqueiros);</p> <p>Abaré, Glória, Paulo Afonso, Rodelas e Santa Brígida (Zona Turística Lagos e Cânions do São Francisco);</p> <p>Casa Nova, Curaçá, Juazeiro, Remanso e Sobradinho (Zona Turística Vale do São Francisco).</p>	Todas	<p>Infraestrutura fundamental para a operação turística hoteleira local.</p> <p>Potencial para operação e integração turística local.</p> <p>Potencial para os seguimentos turísticos de lazer e entretenimento, ecológico e de natureza, de esporte e aventura, e cultural e religioso.</p>	<p>Falta de manutenção e de sinalização das vias.</p> <p>Inexistência de tratamento paisagístico dos corredores.</p> <p>Vias para pedestres e ciclovias precárias ou inexistentes.</p>	<p>Definir a hierarquização do sistema viário local.</p> <p>Definir a priorização de uso das vias e os caminhos de uso prioritariamente turístico.</p> <p>Promover a melhoria dos serviços turísticos.</p> <p>Promover a melhoria da mobilidade viária para os setores produtivos da região.</p>

(Continua)

ASPECTO: INFRAESTRUTURA TURÍSTICA - ACESSO RODOVIÁRIO					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Município(s) em que ocorre(m) o(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) o(s) critério(s)	Fator(es) que potencializa(m) o turismo	Fator(es) que limita(m) o turismo	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) referentes ao turismo
Circuito turístico microrregional	<p>Aratuípe, Cachoeira, Candeias, Itaparica, Jaguaripe, Madre de Deus, Maragogipe, Muniz Ferreira, Muritiba, Nazaré, Salinas da Margarida, Salvador, Santo Amaro, São Félix, São Francisco do Conde, Saubara e Vera Cruz (Zona Turística Baía de Todos os Santos);</p> <p>Amargosa, Cravolândia, Elísio Medrado, Itiruçu, Jiquiriçá, Laje, Milagres, Mutuípe, Santa Inês, São Miguel das Matas e Ubaíra (Zona Turística Caminhos do Jiquiriçá - Circuito do Vale do Jiquiriçá);</p> <p>Castro Alves, Conceição do Almeida, Cruz das Almas, Dom Macedo Costa, Itatim, Santa Teresinha, Santo Antônio de Jesus, São Felipe e Varzedo (Zona Turística Caminhos do Jiquiriçá - Circuito Recôncavo Sul);</p> <p>Bom Jesus da Lapa, Correntina, Ibotirama, Santa Maria da Vitória, Santana e São Félix do Coribe (Zona Turística Caminhos do Oeste - Circuito do Rio Corrente);</p> <p>Barra, Barreiras, Formosa do Rio Preto, Luís Eduardo Magalhães, Riachão das Neves, Santa Rita de Cássia e São Desidério (Zona Turística Caminhos do Oeste - Circuito do Rio Grande);</p> <p>Araci, Banzaê, Candeal, Canudos, Cipó, Euclides da Cunha, Feira de Santana, Itapicuru, Monte Santo, Nova Soure, Ribeira do Pombal, Serrinha, Teofilândia, Tucano e Uauá (Zona Turística Caminhos do Sertão);</p> <p>Iguaí e Vitória da Conquista (Zona Turística Caminhos do Sudoeste);</p> <p>Andorinha, Bonito, Caém, Campo Formoso, Jacobina, Jaguarari, Miguel Calmon, Morro do Chapéu, Ouroilândia, Pindobaçu, Piritiba, Saúde, Senhor do Bonfim, Utinga e Wagner (Zona Turística Chapada Diamantina - Chapada Norte);</p> <p>Barra do Mendes, Brotas de Macaúbas, Central, Gentio do Ouro, Ipupiara e Xique-Xique (Zona Turística Chapada Diamantina - Chapada Velha);</p> <p>Andaraí, Ibicoara, Iramaia, Iraquara, Itaeté, Lençóis, Mucugê, Nova Redenção, Palmeiras, Seabra e Souto Soares (Zona Turística Chapada Diamantina - Circuito do Diamante);</p> <p>Abaíra, Érico Cardoso, Jussiape, Livramento de Nossa Senhora, Paramirim, Piatã, Rio de Contas e Rio do Pires (Zona Turística Chapada Diamantina - Circuito do Ouro);</p> <p>Alcobaça, Caravelas, Itamaraju, Mucuri, Nova Viçosa, Prado e Teixeira de Freitas (Zona Turística Costa das Baleias);</p> <p>Canavieiras, Ilhéus, Itabuna, Itacaré, Pau Brasil, Santa Luzia, Una e Uruçuca (Zona Turística Costa do Cacau);</p> <p>Cairu, Camamu, Igrapiúna, Ituberá, Maraú, Nilo Peçanha, Presidente Tancredo Neves, Taperoá e Valença (Zona Turística Costa do Dendê);</p> <p>Belmonte, Eunápolis, Itabela, Porto Seguro e Santa Cruz Cabrália (Zona Turística Costa do Descobrimento);</p> <p>Camaçari, Conde, Entre Rios, Esplanada, Itanagra, Jandaíra, Lauro de Freitas e Mata de São João (Zona Turística Costa dos Coqueiros);</p>	Todas	<p>Possibilidade de ampliação da oferta de atrativos turísticos e de integração do turismo regional.</p> <p>Potencial para os seguimentos turísticos de lazer e entretenimento, ecológico e de natureza, de esporte e aventura, e cultural e religioso.</p>	Problemas de manutenção das vias e falta de trechos estratégicos para integração regional.	<p>Realizar planejamento viário integrado, municipal e estadual.</p> <p>Promover a melhoria da mobilidade para os setores produtivos.</p>

(Continua)



Continuação do **Quadro 87** - Síntese de potencialidades, limitações e recomendações referentes ao tema **Turismo: Infraestrutura Turística - Acesso Rodoviário**

<b>ASPECTO: INFRAESTRUTURA TURÍSTICA - ACESSO RODOVIÁRIO</b>					
<b>CRITÉRIO(S)</b>	<b>LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)</b>	<b>ZONA(S)</b>	<b>POTENCIALIDADE(S)</b>	<b>LIMITAÇÃO(ÕES)</b>	<b>RECOMENDAÇÃO(ÕES)</b>
	Município(s) em que ocorre(m) o(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) o(s) critério(s)	Fator(es) que potencializa(m) o turismo	Fator(es) que limita(m) o turismo	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) referentes ao turismo
Circuito turístico microrregional (continuação)	Abaré, Glória, Paulo Afonso, Rodelas e Santa Brígida (Zona Turística Lagos e Cânions do São Francisco); Casa Nova, Curaçá, Juazeiro, Remanso e Sobradinho (Zona Turística Vale do São Francisco).	Todas	Possibilidade de ampliação da oferta de atrativos turísticos e de integração do turismo regional.  Potencial para os seguimentos turísticos de lazer e entretenimento, ecológico e de natureza, de esporte e aventura, e cultural e religioso.	Problemas de manutenção das vias e falta de trechos estratégicos para integração regional.	Realizar planejamento viário integrado, municipal e estadual.  Promover a melhoria da mobilidade para os setores produtivos.

Fonte: Elaboração Consórcio Geohidro-Sondotécnica, 2013.

**Quadro 88** - Síntese de potencialidades, limitações e recomendações referentes ao tema **Turismo: Infraestrutura Turística - Acesso Ferroviário**

ASPECTO: INFRAESTRUTURA TURÍSTICA - ACESSO FERROVIÁRIO					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Município(s) em que ocorre(m) o(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) o(s) critério(s)	Fator(es) que potencializa(m) o turismo	Fator(es) que limita(m) o turismo	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) referentes ao turismo
Circuito ferroviário - Ferrovia Centro-Atlântica	<p>Cachoeira, Candeias, Muritiba, Salvador, Santo Amaro e São Félix (Zona Turística Baía de Todos os Santos);</p> <p>Castro Alves, Cruz das Almas e Itatim (Zona Turística Caminhos do Jiquiriçá - Circuito Recôncavo Sul);</p> <p>Serrinha (Zona Turística Caminhos do Sertão);</p> <p>Jaguarari e Senhor do Bonfim (Zona Turística Chapada Diamantina - Chapada Norte);</p> <p>Iramaia e Itaeté (Zona Turística Chapada Diamantina - Circuito do Diamante);</p> <p>Abaíra, Érico Cardoso, Jussiape, Livramento de Nossa Senhora, Paramirim, Piatã, Rio de Contas e Rio do Pires (Zona Turística Chapada Diamantina - Circuito do Ouro);</p> <p>Camaçari, Entre Rios, Esplanada e Mata de São João (Zona Turística Costa dos Coqueiros);</p> <p>Juazeiro (Zona Turística Vale do São Francisco).</p>	8, 9, 11, 12, 16, 17, 18, 19, 23, 24, 25, 26, 32, 33, 34, 35, 36	<p>Corredor ferroviário histórico, envolvendo diversas áreas de interesse turístico na Bahia, a exemplo do Vale de Paraguaçu, sendo atualmente utilizada apenas para transporte de carga, porém com potencial para o uso turístico em determinados trechos.</p> <p>Potencial para os seguimentos turísticos de lazer e entretenimento, ecológico e de natureza, e cultural e religioso.</p>	Ferrovia restrita ao transporte de cargas.	<p>Realizar estudo de utilização da ferrovia para o transporte de passageiros em trechos de interesse turístico.</p> <p>Criar e implantar planos diretores nos pontos ferroviários de apoio turístico.</p> <p>Criar oportunidades de investimentos de apoio turístico.</p>

Fonte: Elaboração Consórcio Geohidro-Sondotécnica, 2013.

Quadro 89 - Síntese de potencialidades, limitações e recomendações referentes ao tema **Turismo: Infraestrutura Turística - Comunicação**

ASPECTO: INFRAESTRUTURA TURÍSTICA - COMUNICAÇÃO					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Município(s) em que ocorre(m) o(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) o(s) critério(s)	Fator(es) que potencializa(m) o turismo	Fator(es) que limita(m) o turismo	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) referentes ao turismo
Telefonia e internet	<p>Aratuípe, Cachoeira, Candeias, Itaparica, Jaguaripe, Madre de Deus, Maragogipe, Muniz Ferreira, Muritiba, Nazaré, Salinas da Margarida, Salvador, Santo Amaro, São Félix, São Francisco do Conde, Saubara e Vera Cruz (Zona Turística Baía de Todos os Santos);</p> <p>Amargosa, Cravolândia, Elísio Medrado, Itiruçu, Jiquiriçá, Laje, Milagres, Mutuípe, Santa Inês, São Miguel das Matas e Ubaíra (Zona Turística Caminhos do Jiquiriçá - Circuito do Vale do Jiquiriçá);</p> <p>Castro Alves, Conceição do Almeida, Cruz das Almas, Dom Macedo Costa, Itatim, Santa Teresinha, Santo Antônio de Jesus, São Felipe e Varzedo (Zona Turística Caminhos do Jiquiriçá - Circuito Recôncavo Sul);</p> <p>Bom Jesus da Lapa, Correntina, Ibotirama, Santa Maria da Vitória, Santana e São Félix do Coribe (Zona Turística Caminhos do Oeste - Circuito do Rio Corrente);</p> <p>Barra, Barreiras, Formosa do Rio Preto, Luís Eduardo Magalhães, Riachão das Neves, Santa Rita de Cássia e São Desidério (Zona Turística Caminhos do Oeste - Circuito do Rio Grande);</p> <p>Araci, Banzaê, Candeal, Canudos, Cipó, Euclides da Cunha, Feira de Santana, Itapicuru, Monte Santo, Nova Soure, Ribeira do Pombal, Serrinha, Teofilândia, Tucano e Uauá (Zona Turística Caminhos do Sertão);</p> <p>Iguaí e Vitória da Conquista (Zona Turística Caminhos do Sudoeste);</p> <p>Andorinha, Bonito, Caém, Campo Formoso, Jacobina, Jaguarari, Miguel Calmon, Morro do Chapéu, Ourolândia, Pindobaçu, Piritiba, Saúde, Senhor do Bonfim, Utinga e Wagner (Zona Turística Chapada Diamantina - Chapada Norte);</p> <p>Barra do Mendes, Brotas de Macaúbas, Central, Gentio do Ouro, Ipupiara e Xique-Xique (Zona Turística Chapada Diamantina - Chapada Velha);</p> <p>Andaraí, Ibicoara, Iramaia, Iraquara, Itaeté, Lençóis, Mucugê, Nova Redenção, Palmeiras, Seabra e Souto Soares (Zona Turística Chapada Diamantina - Circuito do Diamante);</p> <p>Abaíra, Érico Cardoso, Jussiape, Livramento de Nossa Senhora, Paramirim, Piatã, Rio de Contas e Rio do Pires (Zona Turística Chapada Diamantina - Circuito do Ouro);</p> <p>Alcobaça, Caravelas, Itamaraju, Mucuri, Nova Viçosa, Prado e Teixeira de Freitas (Zona Turística Costa das Baleias);</p> <p>Canavieiras, Ilhéus, Itabuna, Itacaré, Pau Brasil, Santa Luzia, Una e Uruçuca (Zona Turística Costa do Cacau);</p> <p>Cairu, Camamu, Igrapiúna, Ituberá, Marau, Nilo Peçanha, Presidente Tancredo Neves, Taperoá e Valença (Zona Turística Costa do Dendê);</p> <p>Belmonte, Eunápolis, Itabela, Porto Seguro e Santa Cruz Cabralia (Zona Turística Costa do Descobrimento);</p>	Todas	<p>Modos de comunicação indispensáveis para operação da atividade turística.</p> <p>Potencial para os seguimentos turísticos de lazer e entretenimento, ecológico e de natureza, de esporte e aventura, cultural e religioso, e de negócios.</p>	Regiões ainda não atendidas pelas operadoras de telefonia móvel.	<p>Prover com cobertura adequada de telefonia e internet todas as regiões turísticas e todo o território estadual.</p> <p>Promover a melhoria do sistema de telecomunicações por telefonia e internet de toda a cadeia produtiva do estado.</p>

(Continua)

ASPECTO: INFRAESTRUTURA TURÍSTICA - COMUNICAÇÃO					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Município(s) em que ocorre(m) o(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) o(s) critério(s)	Fator(es) que potencializa(m) o turismo	Fator(es) que limita(m) o turismo	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) referentes ao turismo
Telefonia e internet (continuação)	Camaçari, Conde, Entre Rios, Esplanada, Itanagra, Jandaíra, Lauro de Freitas e Mata de São João (Zona Turística Costa dos Coqueiros); Abaré, Glória, Paulo Afonso, Rodelas e Santa Brígida (Zona Turística Lagos e Cânions do São Francisco); Casa Nova, Curaçá, Juazeiro, Remanso e Sobradinho (Zona Turística Vale do São Francisco).	Todas	Modos de comunicação indispensáveis para operação da atividade turística.  Potencial para os seguimentos turísticos de lazer e entretenimento, ecológico e de natureza, de esporte e aventura, cultural e religioso, e de negócios.	Regiões ainda não atendidas pelas operadoras de telefonia móvel.	Prover com cobertura adequada de telefonia e internet todas as regiões turísticas e todo o território estadual.  Promover a melhoria do sistema de telecomunicações por telefonia e internet de toda a cadeia produtiva do estado.

Fonte: Elaboração Consórcio Geohidro-Sondotécnica, 2013.

**Quadro 90** - Síntese de potencialidades, limitações e recomendações referentes ao tema **Turismo: Infraestrutura Turística - Infraestrutura Básica Local**

ASPECTO: INFRAESTRUTURA TURÍSTICA - INFRAESTRUTURA BÁSICA LOCAL					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Município(s) em que ocorre(m) o(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) o(s) critério(s)	Fator(es) que potencializa(m) o turismo	Fator(es) que limita(m) o turismo	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) referentes ao turismo
Estrutura ou organização urbana	<p>Aratuípe, Cachoeira, Candeias, Itaparica, Jaguaripe, Madre de Deus, Maragogipe, Muniz Ferreira, Muritiba, Nazaré, Salinas da Margarida, Salvador, Santo Amaro, São Félix, São Francisco do Conde, Saubara e Vera Cruz (Zona Turística Baía de Todos os Santos);</p> <p>Amargosa, Cravolândia, Elísio Medrado, Itiruçu, Jiquiriçá, Laje, Milagres, Mutuípe, Santa Inês, São Miguel das Matas e Ubaíra (Zona Turística Caminhos do Jiquiriçá - Circuito do Vale do Jiquiriçá);</p> <p>Castro Alves, Conceição do Almeida, Cruz das Almas, Dom Macedo Costa, Itatim, Santa Teresinha, Santo Antônio de Jesus, São Felipe e Varzedo (Zona Turística Caminhos do Jiquiriçá - Circuito Recôncavo Sul);</p> <p>Bom Jesus da Lapa, Correntina, Ibotirama, Santa Maria da Vitória, Santana e São Félix do Coribe (Zona Turística Caminhos do Oeste - Circuito do Rio Corrente);</p> <p>Barra, Barreiras, Formosa do Rio Preto, Luís Eduardo Magalhães, Riachão das Neves, Santa Rita de Cássia e São Desidério (Zona Turística Caminhos do Oeste - Circuito do Rio Grande);</p> <p>Araci, Banzaê, Candeal, Canudos, Cipó, Euclides da Cunha, Feira de Santana, Itapicuru, Monte Santo, Nova Soure, Ribeira do Pombal, Serrinha, Teofilândia, Tucano e Uauá (Zona Turística Caminhos do Sertão);</p> <p>Iguaí e Vitória da Conquista (Zona Turística Caminhos do Sudoeste);</p> <p>Andorinha, Bonito, Caém, Campo Formoso, Jacobina, Jaguarari, Miguel Calmon, Morro do Chapéu, Ourolândia, Pindobaçu, Piritiba, Saúde, Senhor do Bonfim, Utinga e Wagner (Zona Turística Chapada Diamantina - Chapada Norte);</p> <p>Barra do Mendes, Brotas de Macaúbas, Central, Gentio do Ouro, Ipupiara e Xique-Xique (Zona Turística Chapada Diamantina - Chapada Velha);</p> <p>Andaraí, Ibicoara, Iramaia, Iraquara, Itaeté, Lençóis, Mucugê, Nova Redenção, Palmeiras, Seabra e Souto Soares (Zona Turística Chapada Diamantina - Circuito do Diamante);</p> <p>Abaíra, Érico Cardoso, Jussiape, Livramento de Nossa Senhora, Paramirim, Piatã, Rio de Contas e Rio do Pires (Zona Turística Chapada Diamantina - Circuito do Ouro);</p> <p>Alcobaça, Caravelas, Itamaraju, Mucuri, Nova Viçosa, Prado e Teixeira de Freitas (Zona Turística Costa das Baleias);</p> <p>Canavieiras, Ilhéus, Itabuna, Itacaré, Pau Brasil, Santa Luzia, Una e Uruçuca (Zona Turística Costa do Cacaú);</p> <p>Cairu, Camamu, Igrapiúna, Ituberá, Maraú, Nilo Peçanha, Presidente Tancredo Neves, Taperoá e Valença (Zona Turística Costa do Dendê);</p> <p>Belmonte, Eunápolis, Itabela, Porto Seguro e Santa Cruz Cabralia (Zona Turística Costa do Descobrimento);</p>	Todas	-	<p>Falta de controle efetivo de uso e ocupação do solo urbano.</p> <p>A falta de qualidade da infraestrutura básica urbana nas localidades de interesse turístico é um componente substancialmente limitador ao desenvolvimento da atividade turística.</p>	<p>Estimular a elaboração e implantação de planos diretores urbanos.</p> <p>Promover a qualificação das intervenções urbanas (ruas, praças, passeios, calçadas, dentre outras).</p>

(Continua)



ASPECTO: INFRAESTRUTURA TURÍSTICA - INFRAESTRUTURA BÁSICA LOCAL					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Município(s) em que ocorre(m) o(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) o(s) critério(s)	Fator(es) que potencializa(m) o turismo	Fator(es) que limita(m) o turismo	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) referentes ao turismo
Estrutura ou organização urbana (continuação)	Camaçari, Conde, Entre Rios, Esplanada, Itanagra, Jandaíra, Lauro de Freitas e Mata de São João (Zona Turística Costa dos Coqueiros); Abaré, Glória, Paulo Afonso, Rodelas e Santa Brígida (Zona Turística Lagos e Cânions do São Francisco); Casa Nova, Curaçá, Juazeiro, Remanso e Sobradinho (Zona Turística Vale do São Francisco).	Todas		Falta de controle efetivo de uso e ocupação do solo urbano.  A falta de qualidade da infraestrutura básica urbana nas localidades de interesse turístico é um componente substancialmente limitador ao desenvolvimento da atividade turística.	Estimular a elaboração e implantação de planos diretores urbanos.  Promover a qualificação das intervenções urbanas (ruas, praças, passeios, calçadas, dentre outras).
Abastecimento de água	Aratuípe, Cachoeira, Candeias, Itaparica, Jaguaripe, Madre de Deus, Maragogipe, Muniz Ferreira, Muritiba, Nazaré, Salinas da Margarida, Salvador, Santo Amaro, São Félix, São Francisco do Conde, Saubara e Vera Cruz (Zona Turística Baía de Todos os Santos); Amargosa, Cravolândia, Elísio Medrado, Itiruçu, Jiquiriçá, Laje, Milagres, Mutuípe, Santa Inês, São Miguel das Matas e Ubaíra (Zona Turística Caminhos do Jiquiriçá - Circuito do Vale do Jiquiriçá); Castro Alves, Conceição do Almeida, Cruz das Almas, Dom Macedo Costa, Itatim, Santa Teresinha, Santo Antônio de Jesus, São Felipe e Varzedo (Zona Turística Caminhos do Jiquiriçá - Circuito Recôncavo Sul); Bom Jesus da Lapa, Correntina, Ibotirama, Santa Maria da Vitória, Santana e São Félix do Coribe (Zona Turística Caminhos do Oeste - Circuito do Rio Corrente); Barra, Barreiras, Formosa do Rio Preto, Luís Eduardo Magalhães, Riachão das Neves, Santa Rita de Cássia e São Desidério (Zona Turística Caminhos do Oeste - Circuito do Rio Grande); Araci, Banzaê, Candeal, Canudos, Cipó, Euclides da Cunha, Feira de Santana, Itapicuru, Monte Santo, Nova Soure, Ribeira do Pombal, Serrinha, Teofilândia, Tucano e Uauá (Zona Turística Caminhos do Sertão); Iguaí e Vitória da Conquista (Zona Turística Caminhos do Sudoeste); Andorinha, Bonito, Caém, Campo Formoso, Jacobina, Jaguarari, Miguel Calmon, Morro do Chapéu, Ouroândia, Pindobaçu, Piritiba, Saúde, Senhor do Bonfim, Utinga e Wagner (Zona Turística Chapada Diamantina - Chapada Norte); Barra do Mendes, Brotas de Macaúbas, Central, Gentio do Ouro, Ipupiara e Xique-Xique (Zona Turística Chapada Diamantina - Chapada Velha); Andaraí, Ibicoara, Iramaia, Iraquara, Itaeté, Lençóis, Mucugê, Nova Redenção, Palmeiras, Seabra e Souto Soares (Zona Turística Chapada Diamantina - Circuito do Diamante); Abaíra, Érico Cardoso, Jussiape, Livramento de Nossa Senhora, Paramirim, Piatã, Rio de Contas e Rio do Pires (Zona Turística Chapada Diamantina - Circuito do Ouro); Alcobaça, Caravelas, Itamaraju, Mucuri, Nova Viçosa, Prado e Teixeira de Freitas (Zona Turística Costa das Baleias); Canavieiras, Ilhéus, Itabuna, Itacaré, Pau Brasil, Santa Luzia, Una e Uruçuca (Zona Turística Costa do Cacau);	Todas	O saneamento básico é parte integral à qualidade de vida das populações urbanas nos destinos e localidades de interesse turístico, bem como, vetor de viabilidade à implantação de estruturas hoteleiras locais.	Inexistência ou funcionamento precário de serviços de saneamento básico na maioria das cidades de interesse turístico do interior da Bahia.	Implantar a infraestrutura básica de saneamento e monitorar sistematicamente sua operação e manutenção.

(Continua)

ASPECTO: INFRAESTRUTURA TURÍSTICA - INFRAESTRUTURA BÁSICA LOCAL					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Município(s) em que ocorre(m) o(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) o(s) critério(s)	Fator(es) que potencializa(m) o turismo	Fator(es) que limita(m) o turismo	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) referentes ao turismo
Abastecimento de água (continuação)	Cairu, Camamu, Igrapiúna, Ituberá, Maraú, Nilo Peçanha, Presidente Tancredo Neves, Taperoá e Valença (Zona Turística Costa do Dendê); Belmonte, Eunápolis, Itabela, Porto Seguro e Santa Cruz Cabrália (Zona Turística Costa do Descobrimento); Camaçari, Conde, Entre Rios, Esplanada, Itanagra, Jandaíra, Lauro de Freitas e Mata de São João (Zona Turística Costa dos Coqueiros); Abaré, Glória, Paulo Afonso, Rodelas e Santa Brígida (Zona Turística Lagos e Cânions do São Francisco); Casa Nova, Curaçá, Juazeiro, Remanso e Sobradinho (Zona Turística Vale do São Francisco).	Todas	O saneamento básico é parte integral à qualidade de vida das populações urbanas nos destinos e localidades de interesse turístico, bem como, vetor de viabilidade à implantação de estruturas hoteleiras locais.	Inexistência ou funcionamento precário de serviços de saneamento básico na maioria das cidades de interesse turístico do interior da Bahia.	Implantar a infraestrutura básica de saneamento e monitorar sistematicamente sua operação e manutenção.
Esgotamento sanitário	Aratuípe, Cachoeira, Candeias, Itaparica, Jaguaripe, Madre de Deus, Maragogipe, Muniz Ferreira, Muritiba, Nazaré, Salinas da Margarida, Salvador, Santo Amaro, São Félix, São Francisco do Conde, Saubara e Vera Cruz (Zona Turística Baía de Todos os Santos); Amargosa, Cravolândia, Elísio Medrado, Itiruçu, Jiquiriçá, Laje, Milagres, Mutuípe, Santa Inês, São Miguel das Matas e Ubaíra (Zona Turística Caminhos do Jiquiriçá - Circuito do Vale do Jiquiriçá); Castro Alves, Conceição do Almeida, Cruz das Almas, Dom Macedo Costa, Itatim, Santa Teresinha, Santo Antônio de Jesus, São Felipe e Varzedo (Zona Turística Caminhos do Jiquiriçá - Circuito Recôncavo Sul); Bom Jesus da Lapa, Correntina, Ibotirama, Santa Maria da Vitória, Santana e São Félix do Coribe (Zona Turística Caminhos do Oeste - Circuito do Rio Corrente); Barra, Barreiras, Formosa do Rio Preto, Luís Eduardo Magalhães, Riachão das Neves, Santa Rita de Cássia e São Desidério (Zona Turística Caminhos do Oeste - Circuito do Rio Grande); Araci, Banzaê, Candeal, Canudos, Cipó, Euclides da Cunha, Feira de Santana, Itapicuru, Monte Santo, Nova Soure, Ribeira do Pombal, Serrinha, Teofilândia, Tucano e Uauá (Zona Turística Caminhos do Sertão); Iguaí e Vitória da Conquista (Zona Turística Caminhos do Sudoeste); Andorinha, Bonito, Caém, Campo Formoso, Jacobina, Jaguarari, Miguel Calmon, Morro do Chapéu, Ouroândia, Pindobaçu, Piritiba, Saúde, Senhor do Bonfim, Utinga e Wagner (Zona Turística Chapada Diamantina - Chapada Norte); Barra do Mendes, Brotas de Macaúbas, Central, Gentio do Ouro, Ipuíara e Xique-Xique (Zona Turística Chapada Diamantina - Chapada Velha); Andaraí, Ibicoara, Iramaia, Iraquara, Itaeté, Lençóis, Mucugê, Nova Redenção, Palmeiras, Seabra e Souto Soares (Zona Turística Chapada Diamantina - Circuito do Diamante); Abaíra, Érico Cardoso, Jussape, Livramento de Nossa Senhora, Paramirim, Piatã, Rio de Contas e Rio do Pires (Zona Turística Chapada Diamantina - Circuito do Ouro);	Todas	O saneamento básico é parte integral à qualidade de vida das populações urbanas nos destinos ou localidades de interesse turístico, bem como, vetor de viabilidade à implantação de estruturas hoteleiras locais.	Inexistência ou funcionamento precário de serviços de saneamento básico na maioria das cidades de interesse turístico do interior da Bahia.	Implantar a infraestrutura básica de saneamento e monitorar sistematicamente sua operação ou manutenção.

(Continua)

ASPECTO: INFRAESTRUTURA TURÍSTICA - INFRAESTRUTURA BÁSICA LOCAL					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Município(s) em que ocorre(m) o(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) o(s) critério(s)	Fator(es) que potencializa(m) o turismo	Fator(es) que limita(m) o turismo	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) referentes ao turismo
Esgotamento sanitário (continuação)	Alcobaça, Caravelas, Itamaraju, Mucuri, Nova Viçosa, Prado e Teixeira de Freitas (Zona Turística Costa das Baleias); Canavieiras, Ilhéus, Itabuna, Itacaré, Pau Brasil, Santa Luzia, Una e Uruçuca (Zona Turística Costa do Cacau); Cairu, Camamu, Igrapiúna, Ituberá, Marau, Nilo Peçanha, Presidente Tancredo Neves, Taperoá e Valença (Zona Turística Costa do Dendê); Belmonte, Eunápolis, Itabela, Porto Seguro e Santa Cruz Cabrália (Zona Turística Costa do Descobrimento); Camaçari, Conde, Entre Rios, Esplanada, Itanagra, Jandaíra, Lauro de Freitas e Mata de São João (Zona Turística Costa dos Coqueiros); Abaré, Glória, Paulo Afonso, Rodelas e Santa Brígida (Zona Turística Lagos e Cânions do São Francisco); Casa Nova, Curaçá, Juazeiro, Remanso e Sobradinho (Zona Turística Vale do São Francisco).	Todas	O saneamento básico é parte integral à qualidade de vida das populações urbanas nos destinos ou localidades de interesse turístico, bem como, vetor de viabilidade à implantação de estruturas hoteleiras locais.	Inexistência ou funcionamento precário de serviços de saneamento básico na maioria das cidades de interesse turístico do interior da Bahia.	Implantar a infraestrutura básica de saneamento e monitorar sistematicamente sua operação ou manutenção.
Coleta e destinação final de lixo	Aratuípe, Cachoeira, Candeias, Itaparica, Jaguaripe, Madre de Deus, Maragogipe, Muniz Ferreira, Muritiba, Nazaré, Salinas da Margarida, Salvador, Santo Amaro, São Félix, São Francisco do Conde, Saubara e Vera Cruz (Zona Turística Baía de Todos os Santos); Amargosa, Cravolândia, Elísio Medrado, Itiruçu, Jiquiriçá, Laje, Milagres, Mutuípe, Santa Inês, São Miguel das Matas e Ubaíra (Zona Turística Caminhos do Jiquiriçá - Circuito do Vale do Jiquiriçá); Castro Alves, Conceição do Almeida, Cruz das Almas, Dom Macedo Costa, Itatim, Santa Teresinha, Santo Antônio de Jesus, São Felipe e Varzedo (Zona Turística Caminhos do Jiquiriçá - Circuito Recôncavo Sul); Bom Jesus da Lapa, Correntina, Ibotirama, Santa Maria da Vitória, Santana e São Félix do Coribe (Zona Turística Caminhos do Oeste - Circuito do Rio Corrente); Barra, Barreiras, Formosa do Rio Preto, Luís Eduardo Magalhães, Riachão das Neves, Santa Rita de Cássia e São Desidério (Zona Turística Caminhos do Oeste - Circuito do Rio Grande); Araci, Banzaê, Candeal, Canudos, Cipó, Euclides da Cunha, Feira de Santana, Itapicuru, Monte Santo, Nova Soure, Ribeira do Pombal, Serrinha, Teofilândia, Tucano e Uauá (Zona Turística Caminhos do Sertão); Iguaí e Vitória da Conquista (Zona Turística Caminhos do Sudoeste); Andorinha, Bonito, Caém, Campo Formoso, Jacobina, Jaguarari, Miguel Calmon, Morro do Chapéu, Ouroândia, Pindobaçu, Piritiba, Saúde, Senhor do Bonfim, Utinga e Wagner (Zona Turística Chapada Diamantina - Chapada Norte); Barra do Mendes, Brotas de Macaúbas, Central, Gentio do Ouro, Ipupiara e Xique-Xique (Zona Turística Chapada Diamantina - Chapada Velha);	Todas	O saneamento básico é parte integral à qualidade de vida das populações urbanas nos destinos ou localidades de interesse turístico, bem como, vetor de viabilidade à implantação de estruturas hoteleiras locais.	Inexistência ou funcionamento precário de serviços de saneamento básico na maioria das cidades de interesse turístico do interior da Bahia.	Implantar a infraestrutura básica e contribuir para a qualificação dos serviços de coleta e destinação final dos resíduos sólidos.

(Continua)

ASPECTO: INFRAESTRUTURA TURÍSTICA - INFRAESTRUTURA BÁSICA LOCAL					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Município(s) em que ocorre(m) o(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) o(s) critério(s)	Fator(es) que potencializa(m) o turismo	Fator(es) que limita(m) o turismo	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) referentes ao turismo
Coleta e destinação final de lixo (continuação)	<p>Andaraí, Ibicoara, Iramaia, Iraquara, Itaeté, Lençóis, Mucugê, Nova Redenção, Palmeiras, Seabra e Souto Soares (Zona Turística Chapada Diamantina - Circuito do Diamante);</p> <p>Abaíra, Érico Cardoso, Jussiape, Livramento de Nossa Senhora, Paramirim, Piatã, Rio de Contas e Rio do Pires (Zona Turística Chapada Diamantina - Circuito do Ouro);</p> <p>Alcobaça, Caravelas, Itamaraju, Mucuri, Nova Viçosa, Prado e Teixeira de Freitas (Zona Turística Costa das Baleias);</p> <p>Canavieiras, Ilhéus, Itabuna, Itacaré, Pau Brasil, Santa Luzia, Una e Uruçuca (Zona Turística Costa do Cacau);</p> <p>Cairu, Camamu, Igrapiúna, Ituberá, Marau, Nilo Peçanha, Presidente Tancredo Neves, Taperoá e Valença (Zona Turística Costa do Dendê);</p> <p>Belmonte, Eunápolis, Itabela, Porto Seguro e Santa Cruz Cabrália (Zona Turística Costa do Descobrimento);</p> <p>Camaçari, Conde, Entre Rios, Esplanada, Itanagra, Jandaíra, Lauro de Freitas e Mata de São João (Zona Turística Costa dos Coqueiros);</p> <p>Abaré, Glória, Paulo Afonso, Rodelas e Santa Brígida (Zona Turística Lagos e Cânions do São Francisco);</p> <p>Casa Nova, Curaçá, Juazeiro, Remanso e Sobradinho (Zona Turística Vale do São Francisco).</p>	Todas	O saneamento básico é parte integral à qualidade de vida das populações urbanas nos destinos ou localidades de interesse turístico, bem como, vetor de viabilidade à implantação de estruturas hoteleiras locais.	Inexistência ou funcionamento precário de serviços de saneamento básico na maioria das cidades de interesse turístico do interior da Bahia.	Implantar a infraestrutura básica e contribuir para a qualificação dos serviços de coleta e destinação final dos resíduos sólidos.
Fornecimento de energia elétrica	<p>Aratuípe, Cachoeira, Candeias, Itaparica, Jaguaripe, Madre de Deus, Maragogipe, Muniz Ferreira, Muritiba, Nazaré, Salinas da Margarida, Salvador, Santo Amaro, São Félix, São Francisco do Conde, Saubara e Vera Cruz (Zona Turística Baía de Todos os Santos);</p> <p>Amargosa, Cravolândia, Elísio Medrado, Itiruçu, Jiquiriçá, Laje, Milagres, Mutuípe, Santa Inês, São Miguel das Matas e Ubaíra (Zona Turística Caminhos do Jiquiriçá - Circuito do Vale do Jiquiriçá);</p> <p>Castro Alves, Conceição do Almeida, Cruz das Almas, Dom Macedo Costa, Itatim, Santa Teresinha, Santo Antônio de Jesus, São Felipe e Varzedo (Zona Turística Caminhos do Jiquiriçá - Circuito Recôncavo Sul);</p> <p>Bom Jesus da Lapa, Correntina, Ibotirama, Santa Maria da Vitória, Santana e São Félix do Coribe (Zona Turística Caminhos do Oeste - Circuito do Rio Corrente);</p> <p>Barra, Barreiras, Formosa do Rio Preto, Luís Eduardo Magalhães, Riachão das Neves, Santa Rita de Cássia e São Desidério (Zona Turística Caminhos do Oeste - Circuito do Rio Grande);</p> <p>Araci, Banzaê, Candeal, Canudos, Cipó, Euclides da Cunha, Feira de Santana, Itapicuru, Monte Santo, Nova Soure, Ribeira do Pombal, Serrinha, Teofilândia, Tucano e Uauá (Zona Turística Caminhos do Sertão);</p> <p>Iguaí e Vitória da Conquista (Zona Turística Caminhos do Sudoeste);</p>	Todas		<p>Inexistência ou funcionamento precário de serviços de saneamento básico na maioria das cidades de interesse turístico do interior da Bahia.</p> <p>Interrupções ou oscilações do fornecimento de energia elétrica podem dificultar as atividades turísticas.</p>	<p>Promover a universalização do fornecimento de energia elétrica.</p> <p>Garantir a estabilidade do sistema de fornecimento de energia elétrica.</p>

(Continua)

ASPECTO: INFRAESTRUTURA TURÍSTICA - INFRAESTRUTURA BÁSICA LOCAL					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Município(s) em que ocorre(m) o(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) o(s) critério(s)	Fator(es) que potencializa(m) o turismo	Fator(es) que limita(m) o turismo	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) referentes ao turismo
Fornecimento de energia elétrica (continuação)	<p>Andorinha, Bonito, Caém, Campo Formoso, Jacobina, Jaguarari, Miguel Calmon, Morro do Chapéu, Ourolândia, Pindobaçu, Piritiba, Saúde, Senhor do Bonfim, Utinga e Wagner (Zona Turística Chapada Diamantina - Chapada Norte);</p> <p>Barra do Mendes, Brotas de Macaúbas, Central, Gentio do Ouro, Ipuipara e Xique-Xique (Zona Turística Chapada Diamantina - Chapada Velha);</p> <p>Andaraí, Ibicoara, Iramaia, Iraquara, Itaeté, Lençóis, Mucugê, Nova Redenção, Palmeiras, Seabra e Souto Soares (Zona Turística Chapada Diamantina - Circuito do Diamante);</p> <p>Abaíra, Érico Cardoso, Jussiape, Livramento de Nossa Senhora, Paramirim, Piatã, Rio de Contas e Rio do Pires (Zona Turística Chapada Diamantina - Circuito do Ouro);</p> <p>Alcobaça, Caravelas, Itamaraju, Mucuri, Nova Viçosa, Prado e Teixeira de Freitas (Zona Turística Costa das Baleias);</p> <p>Canavieiras, Ilhéus, Itabuna, Itacaré, Pau Brasil, Santa Luzia, Una e Uruçuca (Zona Turística Costa do Cacau);</p> <p>Cairu, Camamu, Igrapiúna, Ituberá, Marau, Nilo Peçanha, Presidente Tancredo Neves, Taperoá e Valença (Zona Turística Costa do Dendê);</p> <p>Belmonte, Eunápolis, Itabela, Porto Seguro e Santa Cruz Cabrália (Zona Turística Costa do Descobrimento);</p> <p>Camaçari, Conde, Entre Rios, Esplanada, Itanagra, Jandaíra, Lauro de Freitas e Mata de São João (Zona Turística Costa dos Coqueiros);</p> <p>Abaré, Glória, Paulo Afonso, Rodelas e Santa Brígida (Zona Turística Lagos e Cânions do São Francisco);</p> <p>Casa Nova, Curaçá, Juazeiro, Remanso e Sobradinho (Zona Turística Vale do São Francisco).</p>	Todas		<p>Inexistência ou funcionamento precário de serviços de saneamento básico na maioria das cidades de interesse turístico do interior da Bahia.</p> <p>Interrupções ou oscilações do fornecimento de energia elétrica podem dificultar as atividades turísticas.</p>	<p>Promover a universalização do fornecimento de energia elétrica.</p> <p>Garantir a estabilidade do sistema de fornecimento de energia elétrica.</p>
Serviço de apoio	<p>Aratuípe, Cachoeira, Candeias, Itaparica, Jaguaripe, Madre de Deus, Maragogipe, Muniz Ferreira, Muritiba, Nazaré, Salinas da Margarida, Salvador, Santo Amaro, São Félix, São Francisco do Conde, Saubara e Vera Cruz (Zona Turística Baía de Todos os Santos);</p> <p>Amargosa, Cravolândia, Elísio Medrado, Itiruçu, Jiquiriçá, Laje, Milagres, Mutuípe, Santa Inês, São Miguel das Matas e Ubaíra (Zona Turística Caminhos do Jiquiriçá - Circuito do Vale do Jiquiriçá);</p> <p>Castro Alves, Conceição do Almeida, Cruz das Almas, Dom Macedo Costa, Itatim, Santa Teresinha, Santo Antônio de Jesus, São Felipe e Varzedo (Zona Turística Caminhos do Jiquiriçá - Circuito Recôncavo Sul);</p> <p>Bom Jesus da Lapa, Correntina, Ibotirama, Santa Maria da Vitória, Santana e São Félix do Coribe (Zona Turística Caminhos do Oeste - Circuito do Rio Corrente);</p> <p>Barra, Barreiras, Formosa do Rio Preto, Luís Eduardo Magalhães, Riachão das Neves, Santa Rita de Cássia e São Desidério (Zona Turística Caminhos do Oeste - Circuito do Rio Grande);</p>	Todas	<p>A diversidade e disponibilidade dos serviços comerciais e de apoio técnico como fator de custo e como logística contribui para a consolidação e qualificação da atividade turística.</p> <p>Potencial para os seguimentos turísticos de lazer e entretenimento, ecológico e de natureza, de esporte e aventura, cultural e religioso, e de negócios.</p>	<p>Precariedade das estruturas de serviços, de atividades comerciais e de apoio técnico dificulta a consolidação e o pleno desenvolvimento do turismo.</p>	<p>Criar programas de regionalização de serviços de apoio turístico.</p> <p>Promover programas de qualificação dos serviços prestados, com ênfase para aqueles correlatos ao turismo.</p>

(Continua)



ASPECTO: INFRAESTRUTURA TURÍSTICA - INFRAESTRUTURA BÁSICA LOCAL					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Município(s) em que ocorre(m) o(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) o(s) critério(s)	Fator(es) que potencializa(m) o turismo	Fator(es) que limita(m) o turismo	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) referentes ao turismo
Serviço de apoio (continuação)	<p>Araci, Banzaê, Candéal, Canudos, Cipó, Euclides da Cunha, Feira de Santana, Itapicuru, Monte Santo, Nova Soure, Ribeira do Pombal, Serrinha, Teofilândia, Tucano e Uauá (Zona Turística Caminhos do Sertão);</p> <p>Iguaí e Vitória da Conquista (Zona Turística Caminhos do Sudoeste);</p> <p>Andorinha, Bonito, Caém, Campo Formoso, Jacobina, Jaguarari, Miguel Calmon, Morro do Chapéu, Ourolândia, Pindobaçu, Piritiba, Saúde, Senhor do Bonfim, Utinga e Wagner (Zona Turística Chapada Diamantina - Chapada Norte);</p> <p>Barra do Mendes, Brotas de Macaúbas, Central, Gentio do Ouro, Ipupiara e Xique-Xique (Zona Turística Chapada Diamantina - Chapada Velha);</p> <p>Andaraí, Ibicoara, Iramaia, Iraquara, Itaeté, Lençóis, Mucugê, Nova Redenção, Palmeiras, Seabra e Souto Soares (Zona Turística Chapada Diamantina - Circuito do Diamante);</p> <p>Abaíra, Érico Cardoso, Jussiape, Livramento de Nossa Senhora, Paramirim, Piañã, Rio de Contas e Rio do Pires (Zona Turística Chapada Diamantina - Circuito do Ouro);</p> <p>Alcobaça, Caravelas, Itamaraju, Mucuri, Nova Viçosa, Prado e Teixeira de Freitas (Zona Turística Costa das Baleias);</p> <p>Canavieiras, Ilhéus, Itabuna, Itacaré, Pau Brasil, Santa Luzia, Una e Uruçuca (Zona Turística Costa do Cacau);</p> <p>Cairu, Camamu, Igrapiúna, Ituberá, Marau, Nilo Peçanha, Presidente Tancredo Neves, Taperoá e Valença (Zona Turística Costa do Dendê);</p> <p>Belmonte, Eunápolis, Itabela, Porto Seguro e Santa Cruz Cabrália (Zona Turística Costa do Descobrimento);</p> <p>Camaçari, Conde, Entre Rios, Esplanada, Itanagra, Jandaíra, Lauro de Freitas e Mata de São João (Zona Turística Costa dos Coqueiros);</p> <p>Abaré, Glória, Paulo Afonso, Rodelas e Santa Brígida (Zona Turística Lagos e Cânions do São Francisco);</p> <p>Casa Nova, Curaçá, Juazeiro, Remanso e Sobradinho (Zona Turística Vale do São Francisco).</p>	Todas	<p>A diversidade e disponibilidade dos serviços comerciais e de apoio técnico como fator de custo e como logística contribui para a consolidação e qualificação da atividade turística.</p> <p>Potencial para os seguimentos turísticos de lazer e entretenimento, ecológico e de natureza, de esporte e aventura, cultural e religioso, e de negócios.</p>	<p>Precariedade das estruturas de serviços, de atividades comerciais e de apoio técnico dificulta a consolidação e o pleno desenvolvimento do turismo.</p>	<p>Criar programas de regionalização de serviços de apoio turístico.</p> <p>Promover programas de qualificação dos serviços prestados, com ênfase para aqueles correlatos ao turismo.</p>

Fonte: Elaboração Consórcio Geohidro-Sondotécnica, 2013.

Quadro 91 - Síntese de potencialidades, limitações e recomendações referentes ao tema **Turismo: Infraestrutura Turística - Infraestrutura Hoteleira**

ASPECTO: INFRAESTRUTURA TURÍSTICA - INFRAESTRUTURA HOTELEIRA					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Município(s) em que ocorre(m) o(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) o(s) critério(s)	Fator(es) que potencializa(m) o turismo	Fator(es) que limita(m) o turismo	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) referentes ao turismo
Centro de Convenções	Salvador (Zona Turística Baía de Todos os Santos); Ilhéus (Zona Turística Costa do Cacau); Porto Seguro (Zona Turística Costa do Descobrimento).	26, 27, 28, 29, 34, 36	A presença de espaços adequados para convenções significa potencialidade para o turismo de negócios.	-	Estabelecer e garantir, por meio de planos e zoneamentos turísticos ambientais e de estruturas de fiscalização e monitoramento, os parâmetros urbanísticos e ambientais para as áreas de interesse de implantação de equipamentos turísticos.  Garantir a qualidade desses equipamentos (centros de convenções) para consolidar e ampliar a atratividade da região onde se inserem.  Criar oportunidades para investimentos hoteleiros com sustentabilidade de médio e longo prazo.
Parque hoteleiro de Salvador	Salvador (Zona Turística Baía de Todos os Santos).	34	Salvador, o mais importante destino turístico do estado, é o principal portal de entrada da Bahia para o turismo nacional e internacional.  Acesso aeroviário pelo Aeroporto Internacional de Salvador.  Acesso rodoviário pelas BR-324 e BA001 e pelo terminal rodoviário de Salvador.  Acesso marítimo pelo Porto de Salvador.  Salvador dispõe do mais importante polo hoteleiro do estado, com um parque diversificado, contando atualmente com cerca de 15 mil unidades habitacionais (em hotéis e pousadas).  O parque hoteleiro atende à própria demanda turística de Salvador, funcionando também como ponto de apoio à transferência de visitantes para os diversos polos e zonas turísticas do estado.  O turismo de eventos e negócios constitui atualmente o maior vetor de crescimento do parque hoteleiro, cuja tendência contínua de crescimento na última década foi de 34%.  O parque hoteleiro de Salvador conta com o apoio estratégico do Centro de Convenções da Bahia e de centros de convenções menores, incorporados ao parque hoteleiro.	Problemas de sazonalidade, com variações de demanda durante o ano.  Problemas de mobilidade urbana, com o transporte público precário e o trânsito congestionado.  Violência urbana e social.  Função turística precária do Centro Histórico de Salvador, Patrimônio Cultural da Humanidade e principal ícone de referência histórico-monumental, arquitetônica, urbanística e cultural da Bahia.  Falta de acessibilidade ou dificuldade de acesso aos principais atrativos culturais de interesse turístico da cidade, como museus, igrejas etc.  Orla oceânica de Salvador desestruturada.  Orla interna da Baía de Todos os Santos também desestruturada e não inserida nos programas da oferta turística da Bahia.  Isolamento da Cidade Baixa e do Comércio com relação à sua própria área de referência.  Isolamento da Baía de Todos os Santos, devido à “muralha” criada pelas edificações portuárias.  Impactos e influências das conjunturas internacionais políticas, econômicas e financeiras sobre as demandas turísticas no estado.	Estabelecer e garantir, por meio de planos e zoneamentos turísticos ambientais e de estruturas de fiscalização e monitoramento, os parâmetros urbanísticos e ambientais para as áreas de interesse de implantação de equipamentos turísticos.  Criar oportunidades para investimentos hoteleiros com sustentabilidade de médio e longo prazo.  Promover a melhoria do sistema de transporte público na estrutura de trânsito urbano da cidade.  Promover a melhoria preventiva e ostensiva do sistema de segurança pública.  Estimular a valorização do Centro Histórico de Salvador e sua integração no contexto das atividades de lazer e da cultura dos soteropolitanos.  Ampliar e consolidar o calendário oficial de ventos e manifestações artísticas e culturais, com foco na baixa estação.  Promover a adequação da acessibilidade aos principais pontos e atrativos arquitetônicos, paisagísticos e culturais de interesse turístico de Salvador.  Promover reformas e renovações urbanas da área do Comércio, com a implantação de um terminal turístico para cruzeiros.  Promover a reforma urbanística e paisagística das praias nas áreas da orla oceânica.

(Continua)

ASPECTO: INFRAESTRUTURA TURÍSTICA - INFRAESTRUTURA HOTELEIRA					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Município(s) em que ocorre(m) o(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) o(s) critério(s)	Fator(es) que potencializa(m) o turismo	Fator(es) que limita(m) o turismo	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) referentes ao turismo
Parque hoteleiro de Salvador (continuação)	Salvador (Zona Turística Baía de Todos os Santos).	34	Os principais atrativos e potenciais turísticos são: Centro Histórico de Salvador, maior conjunto histórico-monumental da arquitetura e artes barrocas da América Latina, instituído como Patrimônio da Humanidade; sítios urbanos e paisagísticos diversos; eventos e festividades singulares como o Carnaval e Festivais; festas populares, tradicionais e contemporâneas diferenciadas; culinária típica; eventos programados; porto de Salvador; serviços diversificados de apoio turístico; centralidade de negócios e gestão, com área de influência compreendendo a Bahia e o Nordeste; e centros de convenções.  Potencial para os seguimentos turísticos de lazer e entretenimento, ecológico e de natureza, de esporte e aventura, cultural e religioso, e de negócios.		Promover a integração e valorização da orla interna da Baía de Todos os Santos, a partir de novos atrativos turísticos da área de lazer a para população local.  Promover novas oportunidades para o segmento produtivo.  Promover o reforço para negócios da centralidade de Salvador, com área de influência na Bahia e no Nordeste.  Estimular investimentos imobiliários na área central de Salvador.  Estimular a ampliação de investimentos do setor hoteleiro, equipamentos e serviços turísticos.  Estabelecer restrições a integrações inadequadas dos empreendimentos à condição paisagística e urbanística da morfologia do centro antigo e da orla marítima de Salvador.
Parque hoteleiro da Zona Turística Baía de Todos os Santos	Vera Cruz (Zona Turística Baía de Todos os Santos).	33, 36	Módulo estratégico à ampliação espacial da oferta de atrativos turísticos para a Zona Turística Baía de Todos os Santos e a foz do rio Paraguaçu, importantes patrimônios de natureza paisagística, cultural e histórica do Brasil.  Acesso pelas BA-001, via Ferry-boat, BA099, BR-324 e BA-101.  A zona turística conta com cerca de três mil unidades habitacionais.  A zona turística dispõe de um parque hoteleiro diversificado, de pequenas unidades, concentrando na Ilha de Itaparica mais da metade de toda a capacidade instalada.  Investimentos previstos ou planejados para o horizonte 2013-2015 em um total de cerca de 2.200 unidades habitacionais, na sua maioria, oriundos de capital nacional.	Acessibilidade via sistema Ferry-boat deficiente.  Crescimento e ocupações urbanas desordenados.  Desmatamento de áreas.  Parque hoteleiro de pequeno porte, localizado na parte interiorana da zona turística.  Deficiente ou inexistente sistema de transporte náutico regular para passageiros  Infraestrutura para esportes náuticos precária.	Estabelecer e garantir, por meio de planos e zoneamentos turísticos ambientais e de estruturas de fiscalização e monitoramento, os parâmetros urbanísticos e ambientais para as áreas de interesse de implantação de equipamentos turísticos.  Criar oportunidades para investimentos hoteleiros com sustentabilidade de médio e longo prazo.  Promover a melhoria da estrutura de ligação Salvador - Ilha de Itaparica.  Desenvolver plano diretor turístico urbano e plano de atividades econômicas integrados.  Implantar acesso rodoviário alternativo para a ilha, via contorno da Baía de Todos os Santos.  Estruturar e ampliar a infraestrutura para esportes náuticos.

(Continua)

ASPECTO: INFRAESTRUTURA TURÍSTICA - INFRAESTRUTURA HOTELEIRA					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Município(s) em que ocorre(m) o(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) o(s) critério(s)	Fator(es) que potencializa(m) o turismo	Fator(es) que limita(m) o turismo	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) referentes ao turismo
Parque hoteleiro da Zona Turística Baía de Todos os Santos (continuação)	Vera Cruz (Zona Turística Baía de Todos os Santos).	33, 36	Os principais atrativos e potenciais turísticos são: Baía de Todos os Santos e rio Paraguaçu, com suas paisagens tropicais singulares; Ilha de Itaparica e cidades históricas do Recôncavo; e manifestações culturais autênticas e diversificadas.  Potencial para os seguimentos turísticos de lazer e entretenimento, ecológico e de natureza, de esporte e aventura, cultural e religioso, e de negócios.		Qualificar o sistema de transportes de passageiros com roteiros permanentes, tanto para a população local quanto para os visitantes.  Melhorar a infraestrutura de acesso à ilha, base para investimentos no setor imobiliário, nos serviços e atividades produtivas, principalmente, no campo naval.  Estabelecer restrições a integrações inadequadas dos empreendimentos à condição urbanística, paisagística e ambiental da Baía de Todos os Santos, considerando o contexto da sua priorização e valorização do turismo enquanto novo atrativo estrutural de porte.
Parque hoteleiro da Zona Turística Costa dos Coqueiros	Camaçari e Mata de São João (Zona Turística Costa dos Coqueiros).	33, 35, 36	O Litoral Norte de Salvador é a área de expansão urbana natural da orla de Salvador.  Principal vetor de crescimento turístico imobiliário.  Acesso pela BA-099 - Linha Verde, passando pela área urbana de Salvador e pelo Aeroporto Internacional de Salvador.  Mais importante vetor de crescimento do parque hoteleiro do estado, voltado para o turismo regional, nacional e internacional, contando com mais de 9.200 unidades habitacionais, principalmente concentradas em Praia do Forte, Imbassai e Complexo Sauípe.  Investimentos previstos ou planejados para o horizonte 2013-2020 correspondem a cerca de 13.300 unidades habitacionais, envolvendo, sobretudo, capital estrangeiro.  Os principais atrativos e potenciais turísticos são: praias, paisagens costeiras e amplas áreas naturais preservadas; vilas turísticas estruturadas; estruturas de apoio e complementação das atividades hoteleiras; e Área de Proteção Ambiental (APA) do Litoral Norte, com seus parâmetros de uso do solo definidos e gestão implantados.  Inserida na área de influência direta do Aeroporto Internacional de Salvador, entre 80 e 100 km de distância.  Proximidade da capital baiana, a cidade do Salvador.	Acesso a Salvador, pela BA-099, comprometido pelo estrangulamento da área urbana de Lauro de Freitas.  Ocupações irregulares advinda do crescimento urbano informal.	Estabelecer e garantir, por meio de planos e zoneamentos turísticos ambientais e de estruturas de fiscalização e monitoramento, os parâmetros urbanísticos e ambientais para as áreas de interesse de implantação de equipamentos turísticos.  Criar oportunidades para investimentos hoteleiros com sustentabilidade de médio e longo prazo.  Implantar uma via de contorno à área urbana de Lauro de Freitas.  Ampliar a gestão operacional municipal e estadual de monitoramento e fiscalização do patrimônio natural.  Estimular o novo vetor de investimento imobiliário no trecho urbano da BA-099 inserido na área urbana de Lauro de Freitas.  Promover novas oportunidades de investimento imobiliário e hoteleiro no Litoral Norte.  Estabelecer restrições a integrações inadequadas dos empreendimentos à condição urbanística, paisagística e ecológica da APA do Litoral Norte e dos planos diretores municipais.

(Continua)

ASPECTO: INFRAESTRUTURA TURÍSTICA - INFRAESTRUTURA HOTELEIRA					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Município(s) em que ocorre(m) o(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) o(s) critério(s)	Fator(es) que potencializa(m) o turismo	Fator(es) que limita(m) o turismo	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) referentes ao turismo
Parque hoteleiro da Zona Turística Costa dos Coqueiros (continuação)	Camaçari e Mata de São João (Zona Turística Costa dos Coqueiros).	33, 35, 36	<p>Presença de monumentos do patrimônio histórico e cultural do estado.</p> <p>Presença de sítios urbanos.</p> <p>Boa estrutura de serviços.</p> <p>Potencial para os seguimentos turísticos de lazer e entretenimento, ecológico e de natureza, e de negócios.</p>		
Parque hoteleiro da Zona Turística Costa do Dendê	Cairu (Zona Turística Costa do Dendê).	36	<p>Primeiro módulo das zonas turísticas do Litoral Sul da Bahia, em continuidade à capital e à Zona Turística da Baía de Todos os Santos. Compreende os municípios situados ao longo da via turística BA-001 (Valença, Camamu e Marau), tendo a cidade de Valença, como principal centro regional de serviços e de apoio turístico, e Morro de São Paulo, como um polo pioneiro do turismo na Bahia.</p> <p>Acesso pela BA-001, via sistema Ferry-boat, com alternativa pelas BR-324 e BR-101.</p> <p>A zona turística conta com cerca de 4.800 unidades habitacionais, concentrando cerca de metade da oferta hoteleira no arquipélago de Cairu-Morro de São Paulo e tendo seu vetor de crescimento na península de Marau. Valença se destaca como centro de apoio ao turismo costeiro e ao turismo de negócios agroflorestais e serviços afins, contando com mais de 1.200 unidades habitacionais.</p> <p>Investimentos previstos ou planejados para o horizonte 2013-2020 correspondem a cerca de 1.400 unidades habitacionais, envolvendo capital nacional e estrangeiro.</p>	<p>Acessibilidade rodoviária comprometida: a rodovia BA-001 tem o sistema Ferry-Boat como um pontos de estrangulamento de sua operação, atravessa-urbanas e é influenciada pelo crescimento desordenado das cidades situadas ao longo do seu trajeto.</p> <p>Acessibilidade restrita pelo mar.</p> <p>Aeroporto/Aeródromo Turístico de Valença sem atividade operacional.</p> <p>Parte interiorana ou continental não está inclusa em programas de atividades turísticas.</p>	<p>Estabelecer e garantir, por meio de planos e zoneamentos turísticos ambientais e de estruturas de fiscalização e monitoramento, os parâmetros urbanísticos e ambientais para as áreas de interesse de implantação de equipamentos turísticos.</p> <p>Criar oportunidades para investimentos hoteleiros com sustentabilidade de médio e longo prazo.</p> <p>Promover a melhoria da acessibilidade rodoviária.</p> <p>Estimular a ativação do Aeroporto/Aeródromo Turístico de Valença.</p> <p>Ampliar e qualificar os serviços de comunicação por mar entre a zona turística e Salvador.</p> <p>Promover o controle das ocupações irregulares e a requalificação das áreas urbanas.</p> <p>Implantar plano integrado de atividades turísticas em área urbana.</p> <p>Criar programas e projetos de interiorização do turismo e sua abertura, de modo sustentável, para a Zona Turística Costa do Dendê.</p> <p>Estimular a abertura do vetor sul de crescimento da região metropolitana para os serviços do setor produtivo, sobretudo na área de beneficiamento de produtos agroflorestais e manufaturados, tendo o turismo como elemento de divulgação, promoção e marketing.</p>

(Continua)



ASPECTO: INFRAESTRUTURA TURÍSTICA - INFRAESTRUTURA HOTELEIRA					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Município(s) em que ocorre(m) o(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) o(s) critério(s)	Fator(es) que potencializa(m) o turismo	Fator(es) que limita(m) o turismo	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) referentes ao turismo
Parque hoteleiro da Zona Turística Costa do Dendê (continuação)	Cairu (Zona Turística Costa do Dendê).	36	Os principais atrativos e potenciais turísticos são: faixa litorânea, com paisagens costeiras, baías, arquipélagos, ilhas (Cairu, Morro de São Paulo, Boipeba etc.); Baía de Camamu e suas paisagens tropicais; Península de Marau com suas amplas e diversificadas praias, áreas naturais preservadas e unidades de conservação de Morro de São Paulo, Boipeba, Pratigi e a parte litorânea da Península de Marau; Mata Atlântica, com sua biodiversidade, áreas preservadas e culturas agrofloretais singulares (a Costa das Especiarias do Brasil); diversidade cultural, composta pelos patrimônio histórico e quilombos; manifestações populares diversificadas e culinária regional; rede urbana tradicional, cidades e vilas coloniais, localidades e comunidades ribeirinhas.  Potencial para os seguimentos turísticos de lazer e entretenimento, ecológico e de natureza, de esporte e aventura e de negócios.		

(Continua)

ASPECTO: INFRAESTRUTURA TURÍSTICA - INFRAESTRUTURA HOTELEIRA					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Município(s) em que ocorre(m) o(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) o(s) critério(s)	Fator(es) que potencializa(m) o turismo	Fator(es) que limita(m) o turismo	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) referentes ao turismo
Parque hoteleiro da Zona Turística Costa do Cacau	Ilhéus e Itacaré (Zona Turística Costa do Cacau).	26, 27, 28, 36	<p>A Zona Turística Costa do Cacau, de Itacaré a Canavieiras, envolvendo a cidade histórica de Ilhéus, forma, junto com Itabuna, o principal centro regional tradicional de serviços da Costa Sul da Bahia.</p> <p>Acesso rodoviário pelas BA-001 e BA-101.</p> <p>Acesso aeroviário pelo Aeroporto/Aeródromo Auxiliar de Ilhéus e o Aeroporto/Pista auxiliar de Una, de propriedade do Hotel Transamérica.</p> <p>Módulo estratégico para o turismo sustentável na costa da Bahia, com a cidade Ilhéus como âncora de hospedagem e de atrativo histórico-cultural e, como referência e pano de fundo, a cultura do cacau.</p> <p>O parque hoteleiro conta com mais de 6.300 unidades habitacionais, distribuídas na cidade de Ilhéus e ao longo do seu litoral Norte e litoral Sul</p> <p>Investimentos previstos ou planejados para o horizonte 2013-2014 correspondem a cerca de 850 unidades habitacionais, envolvendo capital nacional e estrangeiro.</p> <p>Os principais atrativos e potenciais turísticos são: paisagens litorâneas diversificadas, com praias, escarpas e coqueirais; Parque Estadual da Serra do Conduru e outras importantes áreas de Mata Atlântica preservadas, juntamente com culturas agroflorestais tradicionais, além da Áreas de Proteção Ambiental (APA) Costa de Itacaré/Serra Grande e APA Lagoa Encantada e Rio Almada; vilas de potencialidades turísticas, a exemplo de Serra Grande, no município de Uruçuca, bem como as vilas do Litoral Norte e do Litoral Sul de Ilhéus, com destaque para Olivença; cidade de Ilhéus; patrimônio ou sítios históricos; manifestações culturais e centro de convenções de Ilhéus.</p> <p>Potencial para os seguimentos turísticos ecológico e de natureza, de esporte e aventura, e de negócios.</p>	<p>Acessibilidade rodoviária comprometida: a rodovia BA-001 tem o sistema Ferry-Boat como um pontos de estrangulamento de sua operação, atravessa áreas urbanas, é influenciada pelo crescimento desordenado das cidades situadas ao longo do seu trajeto e apresenta descontinuidade entre Canavieiras e Belmonte, esta última inserida na Zona Turística Costa do Descobrimento.</p> <p>Aeroporto/Aeródromo Auxiliar de Ilhéus restrito em relação à operação de aviões de maior porte e de linhas internacionais.</p> <p>Porto regional de Ilhéus sem infraestrutura de receptivo para navios de cruzeiros.</p> <p>Crescimento urbano desordenado da cidade de Ilhéus e dos seus litoral Norte e litoral Sul.</p> <p>Conflitos ambiental, paisagístico e funcional devido à implantação de infraestrutura portuária destinada ao transporte de carga.</p> <p>Supressão das culturas tradicionais de cacau cultivado em sistema de cabruca.</p> <p>Fragilidade das estruturas de monitoramento e de fiscalização das áreas de proteção ambiental.</p> <p>Pressões causadas pelo turismo de massa e pela pressão demográfica sobre Itacaré, destino turístico singular no contexto dos turismos de lazer e de natureza.</p>	<p>Estabelecer e garantir, por meio de planos e zoneamentos turísticos ambientais e de estruturas de fiscalização e monitoramento, os parâmetros urbanísticos e ambientais para as áreas de interesse de implantação de equipamentos turísticos.</p> <p>Criar oportunidades para investimentos hoteleiros com sustentabilidade de médio e longo prazo.</p> <p>Promover a requalificação e a complementação da rodovia BA-001, principal via costeira turística da Bahia.</p> <p>Promover a relocação do Aeroporto/Aeródromo Auxiliar de Ilhéus.</p> <p>Criar um plano turístico-ambiental integrado, contemplando as atividades econômicas de Canavieiras e Itacaré.</p> <p>Promover a revisão do plano diretor do município de Ilhéus.</p> <p>Estimular a elaboração de planos urbanísticos e ambientais para os municípios, considerando seus patrimônios paisagísticos, ecológicos e históricos.</p> <p>Promover a valorização das culturas tradicionais da paisagem histórica e natural, como nova fonte de desenvolvimento econômico, a partir, sobretudo, do beneficiamento do cacau em polos especiais de produção de chocolate.</p> <p>Favorecer a abertura do mercado imobiliário para projetos sustentáveis.</p> <p>Favorecer a abertura do mercado para novos projetos do segmento agroflorestal e do seu beneficiamento, além de produtos manufaturados com base em matéria prima regional.</p> <p>Estabelecer integrações adequadas dos empreendimentos que envolvam grandes obras e equipamentos à condição paisagística e ecológica da região e ao contexto vocacional para o turismo sustentável, por meio de soluções técnicas locais e do cumprimento da legislação.</p>

(Continua)

ASPECTO: INFRAESTRUTURA TURÍSTICA - INFRAESTRUTURA HOTELEIRA					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Município(s) em que ocorre(m) o(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) o(s) critério(s)	Fator(es) que potencializa(m) o turismo	Fator(es) que limita(m) o turismo	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) referentes ao turismo
Parque hoteleiro da Zona Turística Costa do Descobrimento	Porto Seguro (Zona Turística Costa do Descobrimento).	28, 29, 36	<p>Principal zona turística costeira da Bahia, com projeção nacional e internacional, localizada entre as zonas turísticas Costa do Cacau e Costa das Baleias, tendo a cidade de Eunápolis como polo de apoio de serviços.</p> <p>Acesso rodoviário pela BA-101.</p> <p>Acesso aeroviário pelo Aeroporto/Aeródromo Auxiliar de Porto Seguro e pistas de pouso particulares.</p> <p>Acesso marítimo pelo ponto de ancoragem para cruzeiros marítimos.</p> <p>O parque hoteleiro conta com mais de 14.800 unidades habitacionais.</p> <p>Investimentos previstos ou planejados para o horizonte 2013-2015 correspondem a cerca de 980 unidades habitacionais, envolvendo, principalmente, capital estrangeiro.</p> <p>Os principais atrativos e potenciais turísticos são: paisagens costeiras com amplas praias; cidade de Porto Seguro, local onde o Brasil nasceu, com seu sítio histórico-monumental; centro de convenções; áreas importantes preservada Mata Atlântica; área de proteção ambiental e vilas turísticas de apoio à atividade turística.</p> <p>Potencial para os seguimentos turísticos de lazer e entretenimento, ecológico e de natureza, de esporte e aventura, cultural e religioso, e de negócios.</p>	<p>Acessibilidade rodoviária limitada por falta de complementação da BR-101, em trechos entre a Costa do Cacau e a Costa das Baleias.</p> <p>Grande distância dos centros emissores de turismo.</p> <p>Canal de tráfego de cargas, competindo com o trânsito de turistas.</p> <p>Pista do Aeroporto/Aeródromo Auxiliar de Porto Seguro comprometida para voos internacionais.</p> <p>Falta de estrutura alfandegária.</p> <p>Falta de condições para ancoragem permanente de navios de cruzeiros.</p> <p>Ocupação urbana desordenada da orla e das faixas de praia do litoral Norte da orla de Porto Seguro, com a presença de equipamentos turísticos de porte.</p> <p>Crescimento desordenado das periferias das áreas urbanas.</p> <p>Tendência de saturação da atividade setorial, a partir do avanço do turismo de massa, dos problemas de acessibilidade e dos impactos da conjuntura econômica internacional.</p>	<p>Estabelecer e garantir, por meio de planos e zoneamentos turísticos ambientais e de estruturas de fiscalização e monitoramento, os parâmetros urbanísticos e ambientais para as áreas de interesse de implantação de equipamentos turísticos.</p> <p>Criar oportunidades para investimentos hoteleiros com sustentabilidade de médio e longo prazo.</p> <p>Requalificação e complementação da rodovia BA-001, principal via costeira turística da Bahia.</p> <p>Promover a relocação do Aeroporto/Aeródromo Auxiliar de Porto Seguro (Pindorama) para o eixo Porto Seguro-Eunápolis.</p> <p>Promover a melhoria das condições portuárias para atracação dos cruzeiros marítimos.</p> <p>Implantar de diretrizes de valorização do turismo sustentável na região, de modo a complementar e monitorar os planos diretores urbanos.</p> <p>Promover a melhoria da acessibilidade à zona turística, de modo a atrair novos investimentos para os setores imobiliário e turístico e para as demais atividades econômicas no eixo Porto Seguro – Eunápolis.</p> <p>Promover o enquadramento dos investimentos ao no contexto paisagístico, cultural, regional e aos nos planos diretores urbanos e ambientais das unidades de conservação existentes.</p>

(Continua)

ASPECTO: INFRAESTRUTURA TURÍSTICA - INFRAESTRUTURA HOTELEIRA					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Município(s) em que ocorre(m) o(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) o(s) critério(s)	Fator(es) que potencializa(m) o turismo	Fator(es) que limita(m) o turismo	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) referentes ao turismo
Parque hoteleiro da Zona Turística Costa das Baleias	Prado (Zona Turística Costa das Baleias).	28, 29, 36	<p>Último módulo das zonas turísticas do litoral da Bahia, entre a Costa do Descobrimento e o Estado do Espírito Santo, tendo como excepcional marco geográfico, o Arquipélago de Abrolhos.</p> <p>Acesso rodoviário pela BR-101.</p> <p>Acesso aeroviário pelo Aeroporto/Aeródromo Auxiliar de Porto Seguro, pelo Aeroporto de Vitória do Espírito Santo e pela pista de pouso da cidade de Teixeira de Freitas.</p> <p>A zona turística conta com cerca de quatro mil unidades habitacionais, principalmente concentradas na sede e no litoral (Distrito de Cumuruxatiba) do município de Prado.</p> <p>Os principais atrativos e potenciais turísticos são: Parque Marinho Nacional de Abrolhos; paisagens costeiras de restinga ainda preservadas; conjunto de praias e escarpas; formações serranas singulares na divisa com Minas Gerais; paisagens naturais formadas por vales, rios e planícies; núcleos e áreas culturais; sedes municipais e vilas de pescadores.</p> <p>Potencial para os seguimentos turísticos de lazer e entretenimento, e ecológico e de natureza.</p>	<p>Acessibilidade restrita, devido aos gargalos da BR-101, às descontinuidades da BA-001, até a Zona Turística Costa do Descobrimento, e às grandes distâncias para o Aeroporto/Aeródromo Auxiliar de Porto Seguro e o Aeroporto de Vitória do Espírito Santo.</p> <p>Crescimento urbano desordenado, sobretudo nas periferias das cidades.</p> <p>Conflitos ambientais e institucionais relacionados à Reserva Extrativista de Cassurubá.</p> <p>Silvicultura de grande escala na parte continental, que contribui para a descaracterização da paisagem natural (rural), bem como para conflitos entre o transporte de cargas (madeira em tora) e os fluxos turísticos nas rodovias da região.</p>	<p>Estabelecer e garantir, por meio de planos e zoneamentos turísticos ambientais e de estruturas de fiscalização e monitoramento, os parâmetros urbanísticos e ambientais para as áreas de interesse de implantação de equipamentos turísticos.</p> <p>Criar oportunidades para investimentos hoteleiros com sustentabilidade de médio e longo prazo.</p> <p>Requalificação e complementação da rodovia BA-001, principal via costeira turística da Bahia.</p> <p>Promover a ativação do Aeroporto/Aeródromo Turístico de Caravelas.</p> <p>Controlar o uso do solo urbano, conforme estabelecido nos planos diretores municipais.</p> <p>Promover a melhoria da infraestrutura dos portos de pesca tradicionais.</p> <p>Estimular a elaboração e implantação de plano urbano integrado, tendo o turismo e a silvicultura como principais atividades existentes e como potenciais econômicos da região.</p> <p>Promover a melhoria da infraestrutura urbana.</p> <p>Promover a melhoria da acessibilidade das rodovias e aeroportos, gerando novos investimentos para o setor turístico e de serviços.</p> <p>Estabelecer integrações adequadas dos investimentos do setor agroindustrial e demais atividades produtivas à condição paisagística e ecológica da região e ao contexto vocacional para o turismo sustentável.</p>

(Continua)

ASPECTO: INFRAESTRUTURA TURÍSTICA - INFRAESTRUTURA HOTELEIRA					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Município(s) em que ocorre(m) o(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) o(s) critério(s)	Fator(es) que potencializa(m) o turismo	Fator(es) que limita(m) o turismo	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) referentes ao turismo
Parque hoteleiro da Zona Turística Chapada Diamantina	Jacobina (Zona Turística Chapada Diamantina - Chapada Norte); Lençóis (Zona Turística Chapada Diamantina - Circuito do Diamante); Rio de Contas (Zona Turística Chapada Diamantina - Circuito do Ouro).	7, 9, 15, 16, 18, 19	Principal zona turística do interior da Bahia, com projeção nacional e internacional, possui atrativos singulares para o turismo de natureza e o turismo ecológico. Tem a cidade de Lençóis, pioneira nesse ramo, como sua principal referência turística.  Acesso rodoviário pela BR-122 e BR-242.  Acesso aeroviário pelo Aeroporto/Aeródromo Turístico de Lençóis.  A zona turística conta com cerca de três mil unidades habitacionais, principalmente concentradas na Subzona Turística Circuito do Diamante.  Investimentos previstos ou planejados para o horizonte 2013-2015 correspondem a cerca de 370 unidades habitacionais, envolvendo, principalmente, capital nacional.  Os principais atrativos e potenciais turísticos são: paisagens singulares, deslumbrantes, de montanhas, chapadas, vales, rios, cachoeiras e corredeiras; Parque Nacional da Chapada Diamantina; Área de Proteção Ambiental de Marimbus/Iraquara; estreitos sítios espeleológicos singulares (formações geológicas singulares compostas por grutas, cavernas, pinturas rupestres etc.); cidades históricas das épocas da exploração do ouro e dos diamantes; cultura regional e manifestações tradicionais diversas; e eventos programados.  Potencial para os seguimentos turísticos de lazer e entretenimento, ecológico e de natureza, de esporte e aventura, e cultural e religioso.	Comprometimento da acessibilidade rodoviária, ocasionada pelo tráfego pesado no corredor de exportação da soja e de importação de fertilizantes do Oeste da Bahia, que compromete a qualidade da rodovia.  Falta complementação e uma integração turística funcional entre os municípios dos circuitos do Diamante e do Ouro.  Ausência de voos nacionais e internacionais regulares no Aeroporto/Aeródromo Turístico de Lençóis.  Infraestrutura de saneamento básico precária, sobretudo nas vilas e áreas periféricas das cidades.  Falta de implantação institucional efetiva do Parque Nacional da Chapada Diamantina.  Presença de cultivos agrícolas nas áreas responsáveis pela conservação das águas subterrâneas e nos distritos espeleológicos das áreas cársticas de Iraquara.	Estabelecer e garantir, por meio de planos e zoneamentos turísticos ambientais e de estruturas de fiscalização e monitoramento, os parâmetros urbanísticos e ambientais para as áreas de interesse de implantação de equipamentos turísticos.  Criar oportunidades para investimentos hoteleiros com sustentabilidade de médio e longo prazo.  Avaliar a possibilidade de transferência do transporte de cargas do Oeste baiano do corredor rodoviário para o sistema ferroviário.  Promover a integração rodoviária complementar dos circuitos da Zona Turística da Chapada Diamantina.  Promover a regulamentação e a fiscalização da atividade agrícola em áreas cársticas.  Estimular a implantação de plano diretor urbano e de estruturas de saneamento básico em toda a zona turística.  Promover o planejamento econômico e turístico integrado em toda zona turística.  Apoiar a implantação efetiva do Parque Nacional da Chapada Diamantina, valendo-se do seu uso para visitação controlada.  Promover a melhoria da fiscalização das áreas de proteção ambiental.  Priorizar a regulamentação das áreas de proteção ainda não implantadas.  Promover a melhoria de acesso à zona turística.  Definir parâmetros de uso e ocupação da área do município.  Promover a abertura da zona turística para novos investimentos turísticos e produtivos sustentáveis na região.  Estabelecer integrações adequadas dos investimentos dos setores agrícola, agroindustrial e minerário à condição paisagística e ecológica da região e ao contexto vocacional para o turismo sustentável de projeção nacional e internacional.

(Continua)



ASPECTO: INFRAESTRUTURA TURÍSTICA - INFRAESTRUTURA HOTELEIRA					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Município(s) em que ocorre(m) o(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) o(s) critério(s)	Fator(es) que potencializa(m) o turismo	Fator(es) que limita(m) o turismo	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) referentes ao turismo
Parque hoteleiro da Zona Turística Caminhos do Oeste	Bom Jesus da Lapa (Zona Turística Caminhos do Oeste - Circuito do Rio Corrente); Barreiras (Zona Turística Caminhos do Oeste - Circuito do Rio Grande).	1, 2, 4, 5, 8	<p>O Oeste da Bahia, das proximidades com o rio São Francisco e a divisa da Bahia com Goiás, “o além São Francisco”, com papel estratégico no desbravamento do interior do Brasil, tem o rio São Francisco como grande corredor de comunicação, através do seu próprio curso e do seu rico sistema hidrográfico composto por rios permanentes.</p> <p>É um dos mais importantes polos de produção de soja e de agricultura irrigada do país, tendo como centros regionais dinâmicos os municípios de Barreiras e Luís Eduardo Magalhães.</p> <p>Acesso rodoviário pela BR-122 e BR-242 e os corredores de passagem para Goiás, Brasília e a Costa Atlântica.</p> <p>Acesso aeroviário pelos aeroportos/aeródromos regionais de Barreiras e de Bom Jesus da Lapa e pela pista de pouso/aeródromo de Luís Eduardo Magalhães.</p> <p>A zona turística conta com cerca de 3.700 unidades habitacionais, sendo mais de 1.500 distribuídas em Barreiras e Luís Eduardo Magalhães, voltadas, principalmente, para o turismo de negócios e mais 1.500 localizadas em Bom Jesus da Lapa, atendendo ao turismo religioso.</p> <p>Os principais atrativos e potenciais turísticos são: amplas paisagens onduladas e planícies de cerrado ainda preservados; áreas de proteção ambiental; rio São Francisco e seus afluentes, base para uma navegação fluvial e para o turismo de contemplação e de natureza, retomando os antigos caminhos e a volta dos tradicionais vapores do rio São Francisco; e Santuário de Bom Jesus da Lapa, um dos mais importantes pontos de peregrinação da Bahia e de um novo modelo agroindustrial da região.</p> <p>Potencial para os seguimentos turísticos ecológico e de natureza, de esporte e aventura, cultural e religioso, e de negócios.</p>	<p>Acesso rodoviário limitado gerado pela falta de manutenção de rodovias e pelas grandes distâncias para os principais portais de emissão: Brasília, Goiânia e Salvador.</p> <p>Aeroporto regional de Barreiras não integrado às rotas aeroviárias regulares, regionais e nacionais.</p> <p>Aeroporto de Bom Jesus da Lapa, com infraestrutura precária, inserido no contexto urbano da cidade.</p> <p>Navegação do rio São Francisco desativada ou pouco aproveitada.</p> <p>Assoreamento do rio São Francisco, gerado pela devastação das suas matas ciliares e por manejos não sustentáveis.</p> <p>Crescimento desordenado das áreas urbanas e descaracterização urbana de Bom Jesus da Lapa.</p> <p>Falta de sistema de esgotamento sanitário.</p> <p>Supressão da vegetação existente para dar lugar às monoculturas de grãos.</p>	<p>Estabelecer e garantir, por meio de planos e zoneamentos turísticos ambientais e de estruturas de fiscalização e monitoramento, os parâmetros urbanísticos e ambientais para as áreas de interesse de implantação de equipamentos turísticos.</p> <p>Criar oportunidades para investimentos hoteleiros com sustentabilidade de médio e longo prazo.</p> <p>Monitorar e manter a qualidade das eixos rodoviários que permitem o acesso à zona turística.</p> <p>Promover a transferência do transporte de carga, principalmente de soja, para o sistema ferroviário, considerando, inclusive, a possibilidade de uso de outros modais de transporte (disponíveis ou em implantação).</p> <p>Articular a inclusão do Aeroporto/Aeródromo Regional de Barreiras nos roteiros das linhas regionais e nacionais.</p> <p>Promover a relocação do Aeroporto/Aeródromo Regional de Bom Jesus da Lapa.</p> <p>Estimular a reativação, em etapas, da navegação no rio São Francisco.</p> <p>Estimular a recuperação das matas ciliares e a implantação de manejos agrícolas sustentáveis.</p> <p>Promover a preservação de áreas estratégicas ecológicas do Cerrado.</p> <p>Fomentar a elaboração de plano ecológico, econômico e turístico integrado do Oeste da Bahia.</p> <p>Promover a requalificação urbanística e paisagística do município de Bom Jesus da Lapa.</p> <p>Promover a melhoria da estrutura de transporte rodoviário e ferroviário que leva à zona turística.</p> <p>Promover a abertura das terras para ampliação de áreas produtivas, sobretudo no segmento agroindustrial.</p> <p>Incentivar o agronegócio específico, voltado para a modernidade ou contemporaneidade.</p>

(Continua)

ASPECTO: INFRAESTRUTURA TURÍSTICA - INFRAESTRUTURA HOTELEIRA					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Município(s) em que ocorre(m) o(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) o(s) critério(s)	Fator(es) que potencializa(m) o turismo	Fator(es) que limita(m) o turismo	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) referentes ao turismo
Parque hoteleiro da Zona Turística Caminhos do Oeste (continuação)	Bom Jesus da Lapa (Zona Turística Caminhos do Oeste - Circuito do Rio Corrente); Barreiras (Zona Turística Caminhos do Oeste - Circuito do Rio Grande).	1, 2, 4, 5, 8			Estabelecer integrações adequadas das atividades econômicas à condição paisagística e ecológica da região.  Estabelecer integrações adequadas das obras de infraestrutura, equipamentos e edificações e dos manejos agrícolas à condição de proteção do sistema hidrográfico da região.
Parque hoteleiro da Zona Turística Vale do São Francisco	Juazeiro (Zona Turística Vale do São Francisco).	17	<p>A zona turística contempla o Lago de Sobradinho e tem como principal polo regional a cidade de Juazeiro. Agrega grandes áreas de Caatinga, além da recente frente agrícola irrigada, concentrada no trecho de Juazeiro.</p> <p>Acesso rodoviário pela BR-122, principal eixo rodoviário de cargas para o Norte e o Nordeste do Brasil.</p> <p>A zona turística conta com mais de 1.100 unidades habitacionais, a maioria localizada no município de Juazeiro, atendendo, principalmente, o turismo de negócios.</p> <p>Grande demanda de infraestrutura de turismo, atualmente coberta pela cidade de Petrolina.</p> <p>Os principais atrativos e potenciais turísticos são: Vale do rio São Francisco; Lago de Sobradinho, com suas diversificadas e preservadas paisagens ribeirinhas; modelos agrícolas de irrigação voltados para produtos hortigranjeiros, frutas tropicais e produção de uvas, com emergente região vinícola de qualidade excepcional; e sítios arqueológicos e espeleológicos.</p> <p>Potencial para os seguimentos turísticos de lazer e entretenimento, ecológico e de natureza, de esporte e aventura (esportes náuticos e radicais), e de negócios.</p>	<p>Acessibilidade rodoviária comprometida pela falta de manutenção dos eixos e pelo intenso tráfego pesado de cargas.</p> <p>Navegação do rio São Francisco desativada ou pouco aproveitada.</p> <p>Falta de estrutura de apoio para o turismo de lazer e de esporte náutico no Lago de Sobradinho.</p> <p>Crescimento urbano desordenado.</p> <p>Falta de saneamento básico urbano.</p> <p>Desmatamento das matas ciliares.</p> <p>Uso excessivo de agrotóxico nas áreas irrigadas.</p>	<p>Estabelecer e garantir, por meio de planos e zoneamentos turísticos ambientais e de estruturas de fiscalização e monitoramento, os parâmetros urbanísticos e ambientais para as áreas de interesse de implantação de equipamentos turísticos.</p> <p>Criar oportunidades para investimentos hoteleiros com sustentabilidade de médio e longo prazo.</p> <p>Realizar a manutenção e promover a ampliação do sistema rodoviário que leva à zona turística.</p> <p>Fomentar a implantação de estruturas sustentáveis de irrigação.</p> <p>Estimular a elaboração e implantação de planos diretores urbanos.</p> <p>Implantar sistema de esgotamento sanitário.</p> <p>Implantar plano integrado de atividades turísticas.</p> <p>Estabelecer plano de utilização, para fins turísticos, do rio São Francisco e do Lago de Sobradinho.</p> <p>Promover programas de proteção e de recuperação de matas ciliares.</p> <p>Promover a melhoria da estrutura de acesso à zona turística.</p> <p>Promover novas oportunidades para o segmento produtivo.</p> <p>Estabelecer integrações adequadas da infraestrutura e dos equipamentos do setor produtivo e das técnicas de manejo agrícola à condição ecológica da região, de modo a garantir, inclusive, a sustentabilidade do agronegócio, no médio e longo prazos.</p>

(Continua)

ASPECTO: INFRAESTRUTURA TURÍSTICA - INFRAESTRUTURA HOTELEIRA					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Município(s) em que ocorre(m) o(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) o(s) critério(s)	Fator(es) que potencializa(m) o turismo	Fator(es) que limita(m) o turismo	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) referentes ao turismo
Parque hoteleiro da Zona Turística Lagos e Cânions do São Francisco	Paulo Afonso (Zona Turística Lagos e Cânions do São Francisco).	30, 31	<p>Acesso rodoviário pela BR-122, principal eixo rodoviário de cargas para o Norte e o Nordeste do Brasil.</p> <p>Acesso aeroviário pelo Aeroporto/Aeródromo Regional de Paulo Afonso e pela Pista de pouso/Aeródromo de Petrolina.</p> <p>A zona turística conta com cerca de 100 unidades habitacionais.</p> <p>Os principais atrativos e potenciais turísticos são: Vale do rio São Francisco; Canyon de Paulo Afonso; modelos agrícolas de irrigação voltados para produtos hortigranjeiros e frutas tropicais; e sítios arqueológicos e espeleológicos.</p> <p>Potencial para os seguimentos turísticos de lazer e entretenimento, ecológico e de natureza, de esporte e aventura (esportes náuticos e radicais), e de negócios.</p>	<p>Acessibilidade rodoviária comprometida pela falta de manutenção dos eixos e pelo intenso tráfego pesado de cargas.</p> <p>Crescimento urbano desordenado.</p> <p>Falta de saneamento básico urbano.</p> <p>Desmatamento das matas ciliares.</p> <p>Uso excessivo de agrotóxico nas áreas irrigadas.</p>	<p>Estabelecer e garantir, por meio de planos e zoneamentos turísticos ambientais e de estruturas de fiscalização e monitoramento, os parâmetros urbanísticos e ambientais para as áreas de interesse de implantação de equipamentos turísticos.</p> <p>Criar oportunidades para investimentos hoteleiros com sustentabilidade de médio e longo prazo.</p> <p>Realizar a manutenção e promover a ampliação do sistema rodoviário que leva à zona turística.</p> <p>Articular a inclusão do Aeroporto/Aeródromo Regional de Paulo Afonso nos roteiros das linhas regionais e nacionais.</p> <p>Fomentar a implantação de estruturas sustentáveis de irrigação.</p> <p>Estimular a elaboração e implantação de planos diretores urbanos.</p> <p>Implantar sistema de esgotamento sanitário.</p> <p>Implantar plano integrado de atividades turísticas.</p> <p>Estabelecer plano de utilização, para fins turísticos, do rio São Francisco e do Lago de Sobradinho.</p> <p>Promover programas de proteção e de recuperação de matas ciliares.</p> <p>Estimular a valorização do patrimônio natural da região de Paulo Afonso.</p> <p>Promover a melhoria da estrutura de acesso à zona turística.</p> <p>Promover novas oportunidades para o segmento produtivo.</p> <p>Estabelecer integrações adequadas da infraestrutura e dos equipamentos do setor produtivo e das técnicas de manejo agrícola à condição ecológica da região, de modo a garantir, inclusive, a sustentabilidade do agronegócio, no médio e longo prazos.</p>

(Continua)

Continuação do **Quadro 91** - Síntese de potencialidades, limitações e recomendações referentes ao tema **Turismo: Infraestrutura Turística - Infraestrutura Hoteleira**

ASPECTO: INFRAESTRUTURA TURÍSTICA - INFRAESTRUTURA HOTELEIRA					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Município(s) em que ocorre(m) o(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) o(s) critério(s)	Fator(es) que potencializa(m) o turismo	Fator(es) que limita(m) o turismo	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) referentes ao turismo
Parque hoteleiro da Zona Turística Caminhos do Jiquiriçá	Amargosa e Mutuípe (Zona Turística Caminhos do Jiquiriçá - Circuito do Vale do Jiquiriçá).	20, 25	<p>Acesso rodoviário pelas BR-101 e BR-116.</p> <p>A zona turística conta com mais de 350 unidades habitacionais.</p> <p>Os principais atrativos e potenciais turísticos são: qualidade paisagística do vale e sua área preservada; rede urbana de cidades tradicionais; e proximidade com a Zona Turística Costa do Dendê.</p> <p>Potencial para os seguimentos turísticos de lazer e entretenimento, ecológico e de natureza, e cultural e religioso.</p>	<p>O rio Jiquiriçá, antes caudaloso, se reduz a riacho na época do verão devido ao desmatamento sistemático de suas matas ciliares.</p> <p>Crescimento desordenado e falta de estruturas de esgotamento sanitário nas áreas urbanas.</p> <p>Inexistência de um programa ou projeto específico para o setor turístico.</p>	<p>Estabelecer e garantir, por meio de planos e zoneamentos turísticos ambientais e de estruturas de fiscalização e monitoramento, os parâmetros urbanísticos e ambientais para as áreas de interesse de implantação de equipamentos turísticos.</p> <p>Criar oportunidades para investimentos hoteleiros com sustentabilidade de médio e longo prazo.</p> <p>Fomentar programas de reflorestamento das bacias e, sobretudo, das áreas marginais ao rio Jiquiriçá.</p> <p>Estimular a elaboração e implantação de planos diretores urbanos.</p> <p>Implantar estruturas sistema de esgotamento sanitário.</p> <p>Promover a elaboração de um plano sustentável integrado de uso turístico e econômico do Vale do Jiquiriçá.</p>

(Continua)

ASPECTO: INFRAESTRUTURA TURÍSTICA - INFRAESTRUTURA HOTELEIRA					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Município(s) em que ocorre(m) o(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) o(s) critério(s)	Fator(es) que potencializa(m) o turismo	Fator(es) que limita(m) o turismo	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) referentes ao turismo
Parque hoteleiro da Zona Turística Caminhos do Sertão	Feira de Santana (Zona Turística Caminhos do Sertão).	23, 24, 25	<p>Zona Turística que contempla as principais vias tropeiras de interiorização do processo de colonização do sertão baiano, tendo como principal portal de entrada e centro regional a cidade de Feira de Santana.</p> <p>Acesso rodoviário pela BR-116</p> <p>Acesso aeroviário pela Pista de pouso/Aeródromo de Feira de Santana e pistas de pouso regionais.</p> <p>A zona turística conta com mais de 2.300 unidades habitacionais, das quais a metade está localizada em Feira de Santana, com estrutura principalmente voltada para o turismo de negócios.</p> <p>Os principais atrativos e potenciais turísticos são: paisagens sertanejas, amplas e preservadas; cidades históricas e vilas tradicionais; estações hidrominerais tradicionais; sítios históricos e culturais, como Canudos; terras indígenas regionais; e cultura sertaneja autêntica.</p> <p>Potencial para os seguimentos turísticos de lazer e entretenimento, ecológico e de natureza, e cultural e religioso.</p>	<p>Sistemas rodoviários comprometidos pela falta de manutenção.</p> <p>Crescimento desordenado das áreas urbanas e falta de sistema de esgotamento sanitário.</p> <p>Descaracterização das cidades e sítios hidrominerais.</p> <p>Infraestrutura de apoio deficiente para o turismo cultural e para o turismo de natureza.</p> <p>Desmatamento de matas ciliares, comprometendo a perenidade dos seus sistemas hidrográficos.</p>	<p>Estabelecer e garantir, por meio de planos e zoneamentos turísticos ambientais e de estruturas de fiscalização e monitoramento, os parâmetros urbanísticos e ambientais para as áreas de interesse de implantação de equipamentos turísticos.</p> <p>Criar oportunidades para investimentos hoteleiros com sustentabilidade de médio e longo prazo.</p> <p>Realizar a manutenção do sistema rodoviário que leva à zona turística.</p> <p>Estimular a elaboração e implantação de planos diretores urbanos e territoriais.</p> <p>Implantar sistemas de esgotamento sanitário.</p> <p>Promover programas de proteção e de recuperação de matas ciliares.</p> <p>Favorecer a reativação e valorização do potencial hidromineral, a partir de pesquisas geológicas e dos mercados nacionais e internacionais.</p> <p>Promover a melhoria da infraestrutura urbana.</p> <p>Incentivar a ampliação de serviços e de áreas de atividade produtivas de pequeno e médio portes.</p> <p>Estabelecer integrações adequadas para a implantação de infraestrutura e de equipamentos do setor produtivo paisagístico à estrutura regional e local.</p> <p>Estabelecer integrações adequadas das técnicas de manejo agrícola à condição ambiental da região, de modo a garantir, inclusive, a sustentabilidade do agronegócio, no médio e longo prazos.</p>

(Continua)



Continuação do **Quadro 91** - Síntese de potencialidades, limitações e recomendações referentes ao tema **Turismo: Infraestrutura Turística - Infraestrutura Hoteleira**

ASPECTO: INFRAESTRUTURA TURÍSTICA - INFRAESTRUTURA HOTELEIRA					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Município(s) em que ocorre(m) o(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) o(s) critério(s)	Fator(es) que potencializa(m) o turismo	Fator(es) que limita(m) o turismo	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) referentes ao turismo
Parque hoteleiro da Zona Turística Caminhos do Sudoeste	Vitória da Conquista (Zona Turística Caminhos do Sudoeste).	12, 13, 22	Zona turística que contempla a terceira maior cidade do Estado, Vitória da Conquista.  Acesso rodoviário pela BR-116.  Acesso aeroviário pela Pista de pouso/Aeródromo de Vitória da Conquista.  A zona turística conta com mais de 1.100 unidades habitacionais, grande parte localizada em Vitória da Conquista.  Potencial para os seguimentos turísticos de lazer e entretenimento, ecológico e de natureza, de esporte e aventura, cultural e religioso e de negócios.		Estabelecer e garantir, por meio de planos e zoneamentos turísticos ambientais e de estruturas de fiscalização e monitoramento, os parâmetros urbanísticos e ambientais para as áreas de interesse de implantação de equipamentos turísticos.  Criar oportunidades para investimentos hoteleiros com sustentabilidade de médio e longo prazo.

Fonte: Elaboração Consórcio Geohidro-Sondotécnica, 2013.

**Quadro 92** - Síntese de potencialidades, limitações e recomendações referentes ao tema **Turismo: Sustentabilidade Socioeconômica Local**

ASPECTO: SUSTENTABILIDADE SOCIOECONÔMICA LOCAL					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Município(s) em que ocorre(m) o(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) o(s) critério(s)	Fator(es) que potencializa(m) o turismo	Fator(es) que limita(m) o turismo	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) referentes ao turismo
Geração de emprego e renda	<p>Aratuípe, Cachoeira, Candeias, Itaparica, Jaguaripe, Madre de Deus, Maragogipe, Muniz Ferreira, Muritiba, Nazaré, Salinas da Margarida, Salvador, Santo Amaro, São Félix, São Francisco do Conde, Saubara e Vera Cruz (Zona Turística Baía de Todos os Santos);</p> <p>Amargosa, Cravolândia, Elísio Medrado, Itiruçu, Jiquiriçá, Laje, Milagres, Mutuípe, Santa Inês, São Miguel das Matas e Ubaíra (Zona Turística Caminhos do Jiquiriçá - Circuito do Vale do Jiquiriçá);</p> <p>Castro Alves, Conceição do Almeida, Cruz das Almas, Dom Macedo Costa, Itatim, Santa Teresinha, Santo Antônio de Jesus, São Felipe e Varzedo (Zona Turística Caminhos do Jiquiriçá - Circuito Recôncavo Sul);</p> <p>Bom Jesus da Lapa, Correntina, Ibotirama, Santa Maria da Vitória, Santana e São Félix do Coribe (Zona Turística Caminhos do Oeste - Circuito do Rio Corrente);</p> <p>Barra, Barreiras, Formosa do Rio Preto, Luís Eduardo Magalhães, Riachão das Neves, Santa Rita de Cássia e São Desidério (Zona Turística Caminhos do Oeste - Circuito do Rio Grande);</p> <p>Araci, Banzaê, Candeal, Canudos, Cipó, Euclides da Cunha, Feira de Santana, Itapicuru, Monte Santo, Nova Soure, Ribeira do Pombal, Serrinha, Teofilândia, Tucano e Uauá (Zona Turística Caminhos do Sertão);</p> <p>Iguaí e Vitória da Conquista (Zona Turística Caminhos do Sudoeste);</p> <p>Andorinha, Bonito, Caém, Campo Formoso, Jacobina, Jaguarari, Miguel Calmon, Morro do Chapéu, Ouroândia, Pindobaçu, Piritiba, Saúde, Senhor do Bonfim, Utinga e Wagner (Zona Turística Chapada Diamantina - Chapada Norte);</p> <p>Barra do Mendes, Brotas de Macaúbas, Central, Gentio do Ouro, Ipuiara e Xique-Xique (Zona Turística Chapada Diamantina - Chapada Velha);</p> <p>Andaraí, Ibicoara, Iramaia, Iraquara, Itaeté, Lençóis, Mucugê, Nova Redenção, Palmeiras, Seabra e Souto Soares (Zona Turística Chapada Diamantina - Circuito do Diamante);</p> <p>Abaíra, Érico Cardoso, Jussiapé, Livramento de Nossa Senhora, Paramirim, Piatã, Rio de Contas e Rio do Pires (Zona Turística Chapada Diamantina - Circuito do Ouro);</p> <p>Alcobaça, Caravelas, Itamaraju, Mucuri, Nova Viçosa, Prado e Teixeira de Freitas (Zona Turística Costa das Baleias);</p> <p>Canaveiras, Ilhéus, Itabuna, Itacaré, Pau Brasil, Santa Luzia, Una e Uruçuca (Zona Turística Costa do Cacau);</p> <p>Cairu, Camamu, Igrapiúna, Ituberá, Marau, Nilo Peçanha, Presidente Tancredo Neves, Taperoá e Valença (Zona Turística Costa do Dendê);</p> <p>Belmonte, Eunápolis, Itabela, Porto Seguro e Santa Cruz Cabrália (Zona Turística Costa do Descobrimento);</p>	Todas	<p>Atividade turística como um impulsionador estratégico à melhoria da estrutura socioeconômica local.</p> <p>Demanda por mão de obra para diferentes níveis de formação. A população local deve ser a maior beneficiária por esta demanda.</p>	Falta de qualificação profissional e de conscientização específica local.	<p>Considerar a atividade turística no planejamento e gestão territorial em nível local.</p> <p>Promover atividades de capacitação para a atividade turística.</p>

(Continua)

ASPECTO: SUSTENTABILIDADE SOCIOECONÔMICA LOCAL					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Município(s) em que ocorre(m) o(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) o(s) critério(s)	Fator(es) que potencializa(m) o turismo	Fator(es) que limita(m) o turismo	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) referentes ao turismo
Geração de emprego e renda (continuação)	Camaçari, Conde, Entre Rios, Esplanada, Itanagra, Jandaíra, Lauro de Freitas e Mata de São João (Zona Turística Costa dos Coqueiros); Abaré, Glória, Paulo Afonso, Rodelas e Santa Brígida (Zona Turística Lagos e Cânions do São Francisco); Casa Nova, Curaçá, Juazeiro, Remanso e Sobradinho (Zona Turística Vale do São Francisco).	Todas	Atividade turística como um impulsionador estratégico à melhoria da estrutura socioeconômica local.  Demanda por mão de obra para diferentes níveis de formação. A população local deve ser a maior beneficiária por esta demanda.	Falta de qualificação profissional e de conscientização específica local.	Considerar a atividade turística no planejamento e gestão territorial em nível local.  Promover atividades de capacitação para a atividade turística.
Abastecimento de alimentos	Aratuípe, Cachoeira, Candeias, Itaparica, Jaguaripe, Madre de Deus, Maragogipe, Muniz Ferreira, Muritiba, Nazaré, Salinas da Margarida, Salvador, Santo Amaro, São Félix, São Francisco do Conde, Saubara e Vera Cruz (Zona Turística Baía de Todos os Santos); Amargosa, Cravolândia, Elísio Medrado, Itiruçu, Jiquiriçá, Laje, Milagres, Mutuípe, Santa Inês, São Miguel das Matas e Ubaíra (Zona Turística Caminhos do Jiquiriçá - Circuito do Vale do Jiquiriçá); Castro Alves, Conceição do Almeida, Cruz das Almas, Dom Macedo Costa, Itatim, Santa Teresinha, Santo Antônio de Jesus, São Felipe e Varzedo (Zona Turística Caminhos do Jiquiriçá - Circuito Recôncavo Sul); Bom Jesus da Lapa, Correntina, Ibotirama, Santa Maria da Vitória, Santana e São Félix do Coribe (Zona Turística Caminhos do Oeste - Circuito do Rio Corrente); Barra, Barreiras, Formosa do Rio Preto, Luís Eduardo Magalhães, Riachão das Neves, Santa Rita de Cássia e São Desidério (Zona Turística Caminhos do Oeste - Circuito do Rio Grande); Araci, Banzaê, Candeal, Canudos, Cipó, Euclides da Cunha, Feira de Santana, Itapicuru, Monte Santo, Nova Soure, Ribeira do Pombal, Serrinha, Teofilândia, Tucano e Uauá (Zona Turística Caminhos do Sertão); Iguaí e Vitória da Conquista (Zona Turística Caminhos do Sudoeste); Andorinha, Bonito, Caém, Campo Formoso, Jacobina, Jaguarari, Miguel Calmon, Morro do Chapéu, Ouroilândia, Pindobaçu, Piritiba, Saúde, Senhor do Bonfim, Utinga e Wagner (Zona Turística Chapada Diamantina - Chapada Norte); Barra do Mendes, Brotas de Macaúbas, Central, Gentio do Ouro, Ipupiara e Xique-Xique (Zona Turística Chapada Diamantina - Chapada Velha); Andaraí, Ibicoara, Iramaia, Iraquara, Itaeté, Lençóis, Mucugê, Nova Redenção, Palmeiras, Seabra e Souto Soares (Zona Turística Chapada Diamantina - Circuito do Diamante); Abaíra, Érico Cardoso, Jussiape, Livramento de Nossa Senhora, Paramirim, Piatã, Rio de Contas e Rio do Pires (Zona Turística Chapada Diamantina - Circuito do Ouro); Alcobaça, Caravelas, Itamaraju, Mucuri, Nova Viçosa, Prado e Teixeira de Freitas (Zona Turística Costa das Baleias);	Todas	A incorporação da cadeia produtiva local de alimentos facilita, por um lado, a logística turística hoteleira e, por outro lado, promove o desenvolvimento socioeconômico local, inclusive o segmento da agricultura familiar.  A inserção e o apoio de programas e de eventos culturais constituem, por um lado, atrativos turísticos e, por outro lado, fortalece os segmentos da atividade cultural.	Cadeia produtiva local não voltada para o fornecimento dos diversos tipos de alimentos e obtenção de produtos com elevada qualidade.	Promover programas de qualificação agrícola e de segurança alimentar.  Promover atividades que favoreçam a sensibilização do potencial turístico, do comércio de produtos locais e a capacitação profissional.

(Continua)

ASPECTO: SUSTENTABILIDADE SOCIOECONÔMICA LOCAL					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Município(s) em que ocorre(m) o(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) o(s) critério(s)	Fator(es) que potencializa(m) o turismo	Fator(es) que limita(m) o turismo	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) referentes ao turismo
Abastecimento de alimentos (continuação)	<p>Canavieiras, Ilhéus, Itabuna, Itacaré, Pau Brasil, Santa Luzia, Una e Uruçuca (Zona Turística Costa do Cacau);</p> <p>Cairu, Camamu, Igrapiúna, Ituberá, Maraú, Nilo Peçanha, Presidente Tancredo Neves, Taperoá e Valença (Zona Turística Costa do Dendê);</p> <p>Belmonte, Eunápolis, Itabela, Porto Seguro e Santa Cruz Cabrália (Zona Turística Costa do Descobrimento);</p> <p>Camaçari, Conde, Entre Rios, Esplanada, Itanagra, Jandaíra, Lauro de Freitas e Mata de São João (Zona Turística Costa dos Coqueiros);</p> <p>Abaré, Glória, Paulo Afonso, Rodelas e Santa Brígida (Zona Turística Lagos e Cânions do São Francisco);</p> <p>Casa Nova, Curaçá, Juazeiro, Remanso e Sobradinho (Zona Turística Vale do São Francisco).</p>	Todas	<p>A incorporação da cadeia produtiva local de alimentos facilita, por um lado, a logística turística hoteleira e, por outro lado, promove o desenvolvimento socioeconômico local, inclusive o segmento da agricultura familiar.</p> <p>A inserção e o apoio de programas e de eventos culturais constituem, por um lado, atrativos turísticos e, por outro lado, fortalece os segmentos da atividade cultural.</p>	<p>Cadeia produtiva local não voltada para o fornecimento dos diversos tipos de alimentos e obtenção de produtos com elevada qualidade.</p>	<p>Promover programas de qualificação agrícola e de segurança alimentar.</p> <p>Promover atividades que favoreçam a sensibilização do potencial turístico, do comércio de produtos locais e a capacitação profissional.</p>
Produção cultural e artesanal	<p>Aratuípe, Cachoeira, Candeias, Itaparica, Jaguaripe, Madre de Deus, Maragogipe, Muniz Ferreira, Muritiba, Nazaré, Salinas da Margarida, Salvador, Santo Amaro, São Félix, São Francisco do Conde, Saubara e Vera Cruz (Zona Turística Baía de Todos os Santos);</p> <p>Amargosa, Cravolândia, Elísio Medrado, Itiruçu, Jiquiriçá, Laje, Milagres, Mutuípe, Santa Inês, São Miguel das Matas e Ubaíra (Zona Turística Caminhos do Jiquiriçá - Circuito do Vale do Jiquiriçá);</p> <p>Castro Alves, Conceição do Almeida, Cruz das Almas, Dom Macedo Costa, Itatim, Santa Teresinha, Santo Antônio de Jesus, São Felipe e Varzedo (Zona Turística Caminhos do Jiquiriçá - Circuito Recôncavo Sul);</p> <p>Bom Jesus da Lapa, Correntina, Ibotirama, Santa Maria da Vitória, Santana e São Félix do Coribe (Zona Turística Caminhos do Oeste - Circuito do Rio Corrente);</p> <p>Barra, Barreiras, Formosa do Rio Preto, Luís Eduardo Magalhães, Riachão das Neves, Santa Rita de Cássia e São Desidério (Zona Turística Caminhos do Oeste - Circuito do Rio Grande);</p> <p>Araci, Banzaê, Candeal, Canudos, Cipó, Euclides da Cunha, Feira de Santana, Itapicuru, Monte Santo, Nova Soure, Ribeira do Pombal, Serrinha, Teofilândia, Tucano e Uauá (Zona Turística Caminhos do Sertão);</p> <p>Iguaí e Vitória da Conquista (Zona Turística Caminhos do Sudoeste);</p> <p>Andorinha, Bonito, Caém, Campo Formoso, Jacobina, Jaguarari, Miguel Calmon, Morro do Chapéu, Ouroilândia, Pindobaçu, Piritiba, Saúde, Senhor do Bonfim, Utinga e Wagner (Zona Turística Chapada Diamantina - Chapada Norte);</p> <p>Barra do Mendes, Brotas de Macaúbas, Central, Gentio do Ouro, Ipupiara e Xique-Xique (Zona Turística Chapada Diamantina - Chapada Velha);</p> <p>Andaraí, Ibicoara, Iramaia, Iraquara, Itaeté, Lençóis, Mucugê, Nova Redenção, Palmeiras, Seabra e Souto Soares (Zona Turística Chapada Diamantina - Circuito do Diamante);</p>	Todas	<p>A produção cultural e artesanal se constitui em elementos atrativos para o turismo, desde que representem as singularidades locais e regionais.</p>	<p>Eventos culturais, programados ou informais, com baixa articulação ou sem conectividade com o mercado turístico.</p> <p>Informação incipiente sobre a produção artesanal.</p>	<p>Promover calendários de eventos culturais, locais e regionais.</p> <p>Priorizar programas de apoio organizacional e financeiro ao segmento cultural.</p> <p>Promover a qualificação profissional da produção artesanal, com criação de objetos utilitários e de decoração, com identidade local.</p> <p>Realizar estudos que favoreçam a identificação de produtos locais com potencial para o setor turístico.</p> <p>Promover atividades de capacitação em educação ambiental.</p>

(Continua)

ASPECTO: SUSTENTABILIDADE SOCIOECONÔMICA LOCAL					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Município(s) em que ocorre(m) o(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) o(s) critério(s)	Fator(es) que potencializa(m) o turismo	Fator(es) que limita(m) o turismo	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) referentes ao turismo
Produção cultural e artesanal (continuação)	<p>Abaíra, Érico Cardoso, Jussiape, Livramento de Nossa Senhora, Paramirim, Piatã, Rio de Contas e Rio do Pires (Zona Turística Chapada Diamantina - Circuito do Ouro);</p> <p>Alcobaça, Caravelas, Itamaraju, Mucuri, Nova Viçosa, Prado e Teixeira de Freitas (Zona Turística Costa das Baleias);</p> <p>Canavieiras, Ilhéus, Itabuna, Itacaré, Pau Brasil, Santa Luzia, Una e Uruçuca (Zona Turística Costa do Cacau);</p> <p>Cairu, Camamu, Igrapiúna, Ituberá, Maraú, Nilo Peçanha, Presidente Tancredo Neves, Taperoá e Valença (Zona Turística Costa do Dendê);</p> <p>Belmonte, Eunápolis, Itabela, Porto Seguro e Santa Cruz Cabralia (Zona Turística Costa do Descobrimento);</p> <p>Camaçari, Conde, Entre Rios, Esplanada, Itanagra, Jandaíra, Lauro de Freitas e Mata de São João (Zona Turística Costa dos Coqueiros);</p> <p>Abaré, Glória, Paulo Afonso, Rodelas e Santa Brígida (Zona Turística Lagos e Cânions do São Francisco);</p> <p>Casa Nova, Curaçá, Juazeiro, Remanso e Sobradinho (Zona Turística Vale do São Francisco).</p>	Todas	A produção cultural e artesanal se constitui em elementos atrativos para o turismo, desde que representem as singularidades locais e regionais.	<p>Eventos culturais, programados ou informais, com baixa articulação ou sem conectividade com o mercado turístico.</p> <p>Informação incipiente sobre a produção artesanal.</p>	<p>Promover calendários de eventos culturais, locais e regionais.</p> <p>Priorizar programas de apoio organizacional e financeiro ao segmento cultural.</p> <p>Promover a qualificação profissional da produção artesanal, com criação de objetos utilitários e de decoração, com identidade local.</p> <p>Realizar estudos que favoreçam a identificação de produtos locais com potencial para o setor turístico.</p> <p>Promover atividades de capacitação em educação ambiental.</p>
Serviço terceirizado	<p>Aratuípe, Cachoeira, Candeias, Itaparica, Jaguaripe, Madre de Deus, Maragogipe, Muniz Ferreira, Muritiba, Nazaré, Salinas da Margarida, Salvador, Santo Amaro, São Félix, São Francisco do Conde, Saubara e Vera Cruz (Zona Turística Baía de Todos os Santos);</p> <p>Amargosa, Cravolândia, Elísio Medrado, Itiruçu, Jiquiriçá, Laje, Milagres, Mutuípe, Santa Inês, São Miguel das Matas e Ubaíra (Zona Turística Caminhos do Jiquiriçá - Circuito do Vale do Jiquiriçá);</p> <p>Castro Alves, Conceição do Almeida, Cruz das Almas, Dom Macedo Costa, Itatim, Santa Teresinha, Santo Antônio de Jesus, São Felipe e Varzedo (Zona Turística Caminhos do Jiquiriçá - Circuito Recôncavo Sul);</p> <p>Bom Jesus da Lapa, Correntina, Ibotirama, Santa Maria da Vitória, Santana e São Félix do Coribe (Zona Turística Caminhos do Oeste - Circuito do Rio Corrente);</p> <p>Barra, Barreiras, Formosa do Rio Preto, Luís Eduardo Magalhães, Riachão das Neves, Santa Rita de Cássia e São Desidério (Zona Turística Caminhos do Oeste - Circuito do Rio Grande);</p> <p>Araci, Banzaê, Candeal, Canudos, Cipó, Euclides da Cunha, Feira de Santana, Itapicuru, Monte Santo, Nova Soure, Ribeira do Pombal, Serrinha, Teofilândia, Tucano e Uauá (Zona Turística Caminhos do Sertão);</p> <p>Iguaí e Vitória da Conquista (Zona Turística Caminhos do Sudoeste);</p> <p>Andorinha, Bonito, Caém, Campo Formoso, Jacobina, Jaguarari, Miguel Calmon, Morro do Chapéu, Ouroândia, Pindobaçu, Piritiba, Saúde, Senhor do Bonfim, Utinga e Wagner (Zona Turística Chapada Diamantina - Chapada Norte);</p>	Todas	A incorporação do setor de serviços técnicos e comerciais locais pelo setor turístico minimiza os custos operacionais do setor e fortalece a estrutura funcional e econômica local.	Estruturas locais de pequeno porte e de profissionalização restritas.	<p>Promover a qualificação do setor de serviços.</p> <p>Promover atividades de capacitação em educação ambiental.</p> <p>Promover políticas de formalização dos empregos ligados às atividades turísticas.</p>

(Continua)



ASPECTO: SUSTENTABILIDADE SOCIOECONÔMICA LOCAL					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Município(s) em que ocorre(m) o(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) o(s) critério(s)	Fator(es) que potencializa(m) o turismo	Fator(es) que limita(m) o turismo	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) referentes ao turismo
Serviço terceirizado (continuação)	<p>Barra do Mendes, Brotas de Macaúbas, Central, Gentio do Ouro, Ipupiara e Xique-Xique (Zona Turística Chapada Diamantina - Chapada Velha);</p> <p>Andaraí, Ibicoara, Iramaia, Iraquara, Itaeté, Lençóis, Mucugê, Nova Redenção, Palmeiras, Seabra e Souto Soares (Zona Turística Chapada Diamantina - Circuito do Diamante);</p> <p>Abaíra, Érico Cardoso, Jussiape, Livramento de Nossa Senhora, Paramirim, Piatã, Rio de Contas e Rio do Pires (Zona Turística Chapada Diamantina - Circuito do Ouro);</p> <p>Alcobaça, Caravelas, Itamaraju, Mucuri, Nova Viçosa, Prado e Teixeira de Freitas (Zona Turística Costa das Baleias);</p> <p>Canavieiras, Ilhéus, Itabuna, Itacaré, Pau Brasil, Santa Luzia, Una e Uruçuca (Zona Turística Costa do Cacau);</p> <p>Cairu, Camamu, Igrapiúna, Ituberá, Maraú, Nilo Peçanha, Presidente Tancredo Neves, Taperoá e Valença (Zona Turística Costa do Dendê);</p> <p>Belmonte, Eunápolis, Itabela, Porto Seguro e Santa Cruz Cabrália (Zona Turística Costa do Descobrimento);</p> <p>Camaçari, Conde, Entre Rios, Esplanada, Itanagra, Jandaíra, Lauro de Freitas e Mata de São João (Zona Turística Costa dos Coqueiros);</p> <p>Abaré, Glória, Paulo Afonso, Rodelas e Santa Brígida (Zona Turística Lagos e Cânions do São Francisco);</p> <p>Casa Nova, Curaçá, Juazeiro, Remanso e Sobradinho (Zona Turística Vale do São Francisco).</p>	Todas	A incorporação do setor de serviços técnicos e comerciais locais pelo setor turístico minimiza os custos operacionais do setor e fortalece a estrutura funcional e econômica local.	Estruturas locais de pequeno porte e de profissionalização restritas.	<p>Promover a qualificação do setor de serviços.</p> <p>Promover atividades de capacitação em educação ambiental.</p> <p>Promover políticas de formalização dos empregos ligados às atividades turísticas.</p>

Fonte: Elaboração Consórcio Geohidro-Sondotécnica, 2013.

**Quadro 93 - Síntese de potencialidades, limitações e recomendações referentes ao tema Turismo: Sustentabilidade Socioeconômica Regional**

ASPECTO: SUSTENTABILIDADE SOCIOECONÔMICA REGIONAL					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Município(s) em que ocorre(m) o(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) o(s) critério(s)	Fator(es) que potencializa(m) o turismo	Fator(es) que limita(m) o turismo	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) referentes ao turismo
Matéria-prima para produtos de origem agroflorestal – Especiarias	Canavieiras, Ilhéus, Itabuna, Itacaré, Pau Brasil, Santa Luzia, Una e Uruçuca (Zona Turística Costa do Cacau); Cairu, Camamu, Igrapiúna, Ituberá, Marauá, Nilo Peçanha, Presidente Tancredo Neves, Taperoá e Valença (Zona Turística Costa do Dendê); Belmonte, Eunápolis, Itabela, Porto Seguro e Santa Cruz Cabrália (Zona Turística Costa do Descobrimento).	20, 22, 25, 26, 27, 28, 29, 36	Obtenção de produtos agroflorestais tropicais destinados à exportação, sem beneficiamento local.  A integração da atividade turística à produção local pode elevar a estrutura de renda do agricultor.	Falta de controle de qualidade dos produtos e baixa produtividade.  Falta de empreendedorismo comprometendo a incorporação da mais valia aos produtos.	Favorecer processos de sensibilização sobre o potencial do segmento turismo.  Promover assistência técnica e gerencial aos produtores.  Incentivar o estabelecimento de processos de controle de qualidade dos produtos agroflorestais.
Matéria-prima para produtos de origem agroflorestal – Cacau	Canavieiras, Ilhéus, Itabuna, Itacaré, Pau Brasil, Santa Luzia, Una e Uruçuca (Zona Turística Costa do Cacau); Cairu, Camamu, Igrapiúna, Ituberá, Marauá, Nilo Peçanha, Presidente Tancredo Neves, Taperoá e Valença (Zona Turística Costa do Dendê); Belmonte, Eunápolis, Itabela, Porto Seguro e Santa Cruz Cabrália (Zona Turística Costa do Descobrimento).	20, 22, 25, 26, 27, 28, 29, 36	Obtenção de produtos agroflorestais tropicais destinados à exportação, sem beneficiamento local.  A integração da atividade turística à produção local pode elevar a estrutura de renda do agricultor.	Falta de controle de qualidade dos produtos e baixa produtividade.  Falta de empreendedorismo comprometendo a incorporação da mais valia aos produtos.	Favorecer processos de sensibilização sobre o potencial do segmento turismo.  Promover assistência técnica e gerencial aos produtores.  Incentivar o estabelecimento de processos de controle de qualidade dos produtos agroflorestais.
Matéria-prima para produtos de origem agroflorestal – Café	Bom Jesus da Lapa, Correntina, Ibotirama, Santa Maria da Vitória, Santana e São Félix do Coribe (Zona Turística Caminhos do Oeste - Circuito do Rio Corrente); Barra, Barreiras, Formosa do Rio Preto, Luís Eduardo Magalhães, Riachão das Neves, Santa Rita de Cássia e São Desidério (Zona Turística Caminhos do Oeste - Circuito do Rio Grande); Iguaí e Vitória da Conquista (Zona Turística Caminhos do Sudoeste); Andorinha, Bonito, Caém, Campo Formoso, Jacobina, Jaguarari, Miguel Calmon, Morro do Chapéu, Ouroândia, Pindobaçu, Piritiba, Saúde, Senhor do Bonfim, Utinga e Wagner (Zona Turística Chapada Diamantina - Chapada Norte); Barra do Mendes, Brotas de Macaúbas, Central, Gentio do Ouro, Ipupiara e Xique-Xique (Zona Turística Chapada Diamantina - Chapada Velha); Andaraí, Ibicoara, Iramaia, Iraquara, Itaeté, Lençóis, Mucugê, Nova Redenção, Palmeiras, Seabra e Souto Soares (Zona Turística Chapada Diamantina - Circuito do Diamante); Abaíra, Érico Cardoso, Jussiape, Livramento de Nossa Senhora, Paramirim, Piatã, Rio de Contas e Rio do Pires (Zona Turística Chapada Diamantina - Circuito do Ouro); Canavieiras, Ilhéus, Itabuna, Itacaré, Pau Brasil, Santa Luzia, Una e Uruçuca (Zona Turística Costa do Cacau); Cairu, Camamu, Igrapiúna, Ituberá, Marauá, Nilo Peçanha, Presidente Tancredo Neves, Taperoá e Valença (Zona Turística Costa do Dendê); Belmonte, Eunápolis, Itabela, Porto Seguro e Santa Cruz Cabrália (Zona Turística Costa do Descobrimento).	1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 22, 23, 25, 26, 27, 28, 29, 36	Obtenção de produtos agroflorestais tropicais destinados à exportação, sem beneficiamento local.  A integração da atividade turística à produção local pode elevar a estrutura de renda do agricultor.	Falta de controle de qualidade dos produtos e baixa produtividade.  Falta de empreendedorismo comprometendo a incorporação da mais valia aos produtos.	Favorecer processos de sensibilização sobre o potencial do segmento turismo.  Promover assistência técnica e gerencial aos produtores.  Incentivar o estabelecimento de processos de controle de qualidade dos produtos agroflorestais.

(Continua)

ASPECTO: SUSTENTABILIDADE SOCIOECONÔMICA REGIONAL					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Município(s) em que ocorre(m) o(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) o(s) critério(s)	Fator(es) que potencializa(m) o turismo	Fator(es) que limita(m) o turismo	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) referentes ao turismo
Matéria-prima para produtos de origem agroflorestal - Óleos e fibras vegetais	<p>Aratuípe, Cachoeira, Candeias, Itaparica, Jaguaripe, Madre de Deus, Maragogipe, Muniz Ferreira, Muritiba, Nazaré, Salinas da Margarida, Salvador, Santo Amaro, São Félix, São Francisco do Conde, Saubara e Vera Cruz (Zona Turística Baía de Todos os Santos);</p> <p>Bom Jesus da Lapa, Correntina, Ibotirama, Santa Maria da Vitória, Santana e São Félix do Coribe (Zona Turística Caminhos do Oeste - Circuito do Rio Corrente);</p> <p>Barra, Barreiras, Formosa do Rio Preto, Luís Eduardo Magalhães, Riachão das Neves, Santa Rita de Cássia e São Desidério (Zona Turística Caminhos do Oeste - Circuito do Rio Grande);</p> <p>Araci, Banzaê, Candeal, Canudos, Cipó, Euclides da Cunha, Feira de Santana, Itapicuru, Monte Santo, Nova Soure, Ribeira do Pombal, Serrinha, Teofilândia, Tucano e Uauá (Zona Turística Caminhos do Sertão);</p> <p>Canavieiras, Ilhéus, Itabuna, Itacaré, Pau Brasil, Santa Luzia, Una e Uruçuca (Zona Turística Costa do Cacau);</p> <p>Cairu, Camamu, Igrapiúna, Ituberá, Marau, Nilo Peçanha, Presidente Tancredo Neves, Taperoá e Valença (Zona Turística Costa do Dendê).</p>	1, 2, 3, 4, 5, 6, 8, 9, 17, 20, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 30, 32, 33, 34, 36	<p>Obtenção de produtos agroflorestais tropicais destinados à exportação, sem beneficiamento local.</p> <p>A integração da atividade turística à produção local pode elevar a estrutura de renda do agricultor.</p>	<p>Falta de controle de qualidade dos produtos e baixa produtividade.</p> <p>Falta de empreendedorismo comprometendo a incorporação da mais valia aos produtos.</p>	<p>Favorecer processos de sensibilização sobre o potencial do segmento turismo.</p> <p>Promover assistência técnica e gerencial aos produtores.</p> <p>Incentivar o estabelecimento de processos de controle de qualidade dos produtos agroflorestais.</p>
Matéria-prima para produtos de origem agroflorestal - Frutas e mel	<p>Aratuípe, Cachoeira, Candeias, Itaparica, Jaguaripe, Madre de Deus, Maragogipe, Muniz Ferreira, Muritiba, Nazaré, Salinas da Margarida, Salvador, Santo Amaro, São Félix, São Francisco do Conde, Saubara e Vera Cruz (Zona Turística Baía de Todos os Santos);</p> <p>Amargosa, Cravolândia, Elísio Medrado, Itiruçu, Jiquiriçá, Laje, Milagres, Mutuípe, Santa Inês, São Miguel das Matas e Ubaíra (Zona Turística Caminhos do Jiquiriçá - Circuito do Vale do Jiquiriçá);</p> <p>Castro Alves, Conceição do Almeida, Cruz das Almas, Dom Macedo Costa, Itatim, Santa Teresinha, Santo Antônio de Jesus, São Felipe e Varzedo (Zona Turística Caminhos do Jiquiriçá - Circuito Recôncavo Sul);</p> <p>Bom Jesus da Lapa, Correntina, Ibotirama, Santa Maria da Vitória, Santana e São Félix do Coribe (Zona Turística Caminhos do Oeste - Circuito do Rio Corrente);</p> <p>Barra, Barreiras, Formosa do Rio Preto, Luís Eduardo Magalhães, Riachão das Neves, Santa Rita de Cássia e São Desidério (Zona Turística Caminhos do Oeste - Circuito do Rio Grande);</p> <p>Araci, Banzaê, Candeal, Canudos, Cipó, Euclides da Cunha, Feira de Santana, Itapicuru, Monte Santo, Nova Soure, Ribeira do Pombal, Serrinha, Teofilândia, Tucano e Uauá (Zona Turística Caminhos do Sertão);</p> <p>Iguaí e Vitória da Conquista (Zona Turística Caminhos do Sudoeste);</p> <p>Andorinha, Bonito, Caém, Campo Formoso, Jacobina, Jaguarari, Miguel Calmon, Morro do Chapéu, Ouroândia, Pindobaçu, Piritiba, Saúde, Senhor do Bonfim, Utinga e Wagner (Zona Turística Chapada Diamantina - Chapada Norte);</p> <p>Barra do Mendes, Brotas de Macaúbas, Central, Gentio do Ouro, Ipuíara e Xique-Xique (Zona Turística Chapada Diamantina - Chapada Velha);</p>	Todas	<p>Obtenção de produtos agroflorestais tropicais destinados à exportação, sem beneficiamento local.</p> <p>A integração da atividade turística à produção local pode elevar a estrutura de renda do agricultor.</p>	<p>Falta de controle de qualidade dos produtos e baixa produtividade.</p> <p>Falta de empreendedorismo comprometendo a incorporação da mais valia aos produtos.</p>	<p>Favorecer processos de sensibilização sobre o potencial do segmento turismo.</p> <p>Promover assistência técnica e gerencial aos produtores.</p> <p>Incentivar o estabelecimento de processos de controle de qualidade dos produtos agroflorestais.</p>

(Continua)

ASPECTO: SUSTENTABILIDADE SOCIOECONÔMICA REGIONAL					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Município(s) em que ocorre(m) o(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) o(s) critério(s)	Fator(es) que potencializa(m) o turismo	Fator(es) que limita(m) o turismo	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) referentes ao turismo
Matéria-prima para produtos de origem agroflorestal - Frutas e mel (continuação)	<p>Andaraí, Ibicoara, Iramaia, Iraquara, Itaeté, Lençóis, Mucugê, Nova Redenção, Palmeiras, Seabra e Souto Soares (Zona Turística Chapada Diamantina - Circuito do Diamante);</p> <p>Abaíra, Érico Cardoso, Jussiape, Livramento de Nossa Senhora, Paramirim, Piatã, Rio de Contas e Rio do Pires (Zona Turística Chapada Diamantina - Circuito do Ouro);</p> <p>Alcobaça, Caravelas, Itamaraju, Mucuri, Nova Viçosa, Prado e Teixeira de Freitas (Zona Turística Costa das Baleias);</p> <p>Canavieiras, Ilhéus, Itabuna, Itacaré, Pau Brasil, Santa Luzia, Una e Uruçuca (Zona Turística Costa do Cacau);</p> <p>Cairu, Camamu, Igrapiúna, Ituberá, Maraú, Nilo Peçanha, Presidente Tancredo Neves, Taperoá e Valença (Zona Turística Costa do Dendê);</p> <p>Belmonte, Eunápolis, Itabela, Porto Seguro e Santa Cruz Cabrália (Zona Turística Costa do Descobrimento);</p> <p>Camaçari, Conde, Entre Rios, Esplanada, Itanagra, Jandaíra, Lauro de Freitas e Mata de São João (Zona Turística Costa dos Coqueiros);</p> <p>Abaré, Glória, Paulo Afonso, Rodelas e Santa Brígida (Zona Turística Lagos e Cânions do São Francisco);</p> <p>Casa Nova, Curaçá, Juazeiro, Remanso e Sobradinho (Zona Turística Vale do São Francisco).</p>	Todas	<p>Obtenção de produtos agroflorestais tropicais destinados à exportação, sem beneficiamento local.</p> <p>A integração da atividade turística à produção local pode elevar a estrutura de renda do agricultor.</p>	<p>Falta de controle de qualidade dos produtos e baixa produtividade.</p> <p>Falta de empreendedorismo comprometendo a incorporação da mais valia aos produtos.</p>	<p>Favorecer processos de sensibilização sobre o potencial do segmento turismo.</p> <p>Promover assistência técnica e gerencial aos produtores.</p> <p>Incentivar o estabelecimento de processos de controle de qualidade dos produtos agroflorestais.</p>
Beneficiamento de produtos de origem agroflorestal	<p>Aratuípe, Cachoeira, Candeias, Itaparica, Jaguaripe, Madre de Deus, Maragogipe, Muniz Ferreira, Muritiba, Nazaré, Salinas da Margarida, Salvador, Santo Amaro, São Félix, São Francisco do Conde, Saubara e Vera Cruz (Zona Turística Baía de Todos os Santos);</p> <p>Amargosa, Cravolândia, Elísio Medrado, Itiruçu, Jiquiriçá, Laje, Milagres, Mutuípe, Santa Inês, São Miguel das Matas e Ubaíra (Zona Turística Caminhos do Jiquiriçá - Circuito do Vale do Jiquiriçá);</p> <p>Castro Alves, Conceição do Almeida, Cruz das Almas, Dom Macedo Costa, Itatim, Santa Teresinha, Santo Antônio de Jesus, São Felipe e Varzedo (Zona Turística Caminhos do Jiquiriçá - Circuito Recôncavo Sul);</p> <p>Bom Jesus da Lapa, Correntina, Ibotirama, Santa Maria da Vitória, Santana e São Félix do Coribe (Zona Turística Caminhos do Oeste - Circuito do Rio Corrente);</p> <p>Barra, Barreiras, Formosa do Rio Preto, Luís Eduardo Magalhães, Riachão das Neves, Santa Rita de Cássia e São Desidério (Zona Turística Caminhos do Oeste - Circuito do Rio Grande);</p> <p>Araci, Banzaê, Candeal, Canudos, Cipó, Euclides da Cunha, Feira de Santana, Itapicuru, Monte Santo, Nova Soure, Ribeira do Pombal, Serrinha, Teofilândia, Tucano e Uauá (Zona Turística Caminhos do Sertão);</p> <p>Iguaí e Vitória da Conquista (Zona Turística Caminhos do Sudoeste);</p>	Todas	Os produtos agroflorestais da Bahia têm, em geral, alto valor agregado no mercado consumidor nacional e internacional, o qual pode ser potencializado, pelo seu beneficiamento local. São exemplos de produtos beneficiados: as especiarias, chocolates certificados, frutas e sucos, óleos vegetais selecionados, frutas e mel, todos conservados em embalagens diferenciadas.	<p>Falta de sua inserção sistemática em cadeias produtivas específicas.</p> <p>Reservas de mercados podem dificultar o beneficiamento e a inserção dos produtos de origem agroflorestal.</p>	<p>Promover processos que favoreçam a qualificação dos produtos agroflorestais para os diversos mercados consumidores.</p> <p>Incentivar o estabelecimento de promover processos de certificação de origem e de qualidade dos produtos agroflorestais.</p>

(Continua)

ASPECTO: SUSTENTABILIDADE SOCIOECONÔMICA REGIONAL					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Município(s) em que ocorre(m) o(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) o(s) critério(s)	Fator(es) que potencializa(m) o turismo	Fator(es) que limita(m) o turismo	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) referentes ao turismo
Beneficiamento de produtos de origem agroflorestal (continuação)	<p>Andorinha, Bonito, Caém, Campo Formoso, Jacobina, Jaguarari, Miguel Calmon, Morro do Chapéu, Ourolândia, Pindobaçu, Piritiba, Saúde, Senhor do Bonfim, Utinga e Wagner (Zona Turística Chapada Diamantina - Chapada Norte);</p> <p>Barra do Mendes, Brotas de Macaúbas, Central, Gentio do Ouro, Ipujiara e Xique-Xique (Zona Turística Chapada Diamantina - Chapada Velha);</p> <p>Andaraí, Ibicoara, Iramaia, Iraquara, Itaeté, Lençóis, Mucugê, Nova Redenção, Palmeiras, Seabra e Souto Soares (Zona Turística Chapada Diamantina - Circuito do Diamante);</p> <p>Abaíra, Érico Cardoso, Jussiape, Livramento de Nossa Senhora, Paramirim, Piatã, Rio de Contas e Rio do Pires (Zona Turística Chapada Diamantina - Circuito do Ouro);</p> <p>Alcobaça, Caravelas, Itamaraju, Mucuri, Nova Viçosa, Prado e Teixeira de Freitas (Zona Turística Costa das Baleias);</p> <p>Canavieiras, Ilhéus, Itabuna, Itacaré, Pau Brasil, Santa Luzia, Una e Uruçuca (Zona Turística Costa do Cacau);</p> <p>Cairu, Camamu, Igrapiúna, Ituberá, Marau, Nilo Peçanha, Presidente Tancredo Neves, Taperoá e Valença (Zona Turística Costa do Dendê);</p> <p>Belmonte, Eunápolis, Itabela, Porto Seguro e Santa Cruz Cabrália (Zona Turística Costa do Descobrimento);</p> <p>Camaçari, Conde, Entre Rios, Esplanada, Itanagra, Jandaíra, Lauro de Freitas e Mata de São João (Zona Turística Costa dos Coqueiros);</p> <p>Abaré, Glória, Paulo Afonso, Rodelas e Santa Brígida (Zona Turística Lagos e Cânions do São Francisco);</p> <p>Casa Nova, Curaçá, Juazeiro, Remanso e Sobradinho (Zona Turística Vale do São Francisco).</p>	Todas	Os produtos agroflorestais da Bahia têm, em geral, alto valor agregado no mercado consumidor nacional e internacional, o qual pode ser potencializado, pelo seu beneficiamento local. São exemplos de produtos beneficiados: as especiarias, chocolates certificados, frutas e sucos, óleos vegetais selecionados, frutas e mel, todos conservados em embalagens diferenciadas.	<p>Falta de sua inserção sistemática em cadeias produtivas específicas.</p> <p>Reservas de mercados podem dificultar o beneficiamento e a inserção dos produtos de origem agroflorestal.</p>	<p>Promover processos que favoreçam a qualificação dos produtos agroflorestais para os diversos mercados consumidores.</p> <p>Incentivar o estabelecimento de promover processos de certificação de origem e de qualidade dos produtos agroflorestais.</p>
Matéria-prima para produtos manufaturados - Madeira	<p>Canavieiras, Ilhéus, Itabuna, Itacaré, Pau Brasil, Santa Luzia, Una e Uruçuca (Zona Turística Costa do Cacau);</p> <p>Cairu, Camamu, Igrapiúna, Ituberá, Marau, Nilo Peçanha, Presidente Tancredo Neves, Taperoá e Valença (Zona Turística Costa do Dendê);</p> <p>Belmonte, Eunápolis, Itabela, Porto Seguro e Santa Cruz Cabrália (Zona Turística Costa do Descobrimento).</p>	20, 22, 25, 26, 27, 28, 29, 36	<p>A Bahia possui matérias primas diversificadas com identidade regional com potencial para inserção no mercado.</p> <p>Matéria-prima com potencial para proporcionar maior rentabilidade e segurança dos segmentos produtivos que envolvem empreendedores de pequeno porte.</p>	Dificuldade de emissão de certificação de madeiras regionais.	<p>Agilizar a emissão de certificação a madeiras regionais.</p> <p>Promoção de capacitação para fortalecimento dos produtos manufaturados.</p>
Matéria-prima para produtos manufaturados - Fibras vegetais	<p>Araci, Banzaê, Candeal, Canudos, Cipó, Euclides da Cunha, Feira de Santana, Itapicuru, Monte Santo, Nova Soure, Ribeira do Pombal, Serrinha, Teofilândia, Tucano e Uauá (Zona Turística Caminhos do Sertão);</p> <p>Cairu, Camamu, Igrapiúna, Ituberá, Marau, Nilo Peçanha, Presidente Tancredo Neves, Taperoá e Valença (Zona Turística Costa do Dendê);</p> <p>Camaçari, Conde, Entre Rios, Esplanada, Itanagra, Jandaíra, Lauro de Freitas e Mata de São João (Zona Turística Costa dos Coqueiros).</p>	17, 20, 23, 24, 25, 26, 27, 30, 32, 33, 34, 35, 36	<p>A Bahia possui matérias primas diversificadas com identidade regional, sem fazer parte, no entanto, de uma cadeia produtiva de maior escala com tradição de seu manejo.</p> <p>Possibilita a melhoria de rentabilidade e de segurança dos segmentos de empreendedores de pequeno porte.</p>	Dificuldade de emissão de certificação de madeiras regionais.	Agilizar a emissão de certificação a madeiras regionais.

(Continua)



ASPECTO: SUSTENTABILIDADE SOCIOECONÔMICA REGIONAL					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Município(s) em que ocorre(m) o(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) o(s) critério(s)	Fator(es) que potencializa(m) o turismo	Fator(es) que limita(m) o turismo	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) referentes ao turismo
Matéria-prima para produtos manufaturados - Argila	<p>Aratuípe, Cachoeira, Candeias, Itaparica, Jaguaripe, Madre de Deus, Maragogipe, Muniz Ferreira, Muritiba, Nazaré, Salinas da Margarida, Salvador, Santo Amaro, São Félix, São Francisco do Conde, Saubara e Vera Cruz (Zona Turística Baía de Todos os Santos);</p> <p>Amargosa, Cravolândia, Elísio Medrado, Itiruçu, Jiquiriçá, Laje, Milagres, Mutuípe, Santa Inês, São Miguel das Matas e Ubaíra (Zona Turística Caminhos do Jiquiriçá - Circuito do Vale do Jiquiriçá);</p> <p>Castro Alves, Conceição do Almeida, Cruz das Almas, Dom Macedo Costa, Itatim, Santa Teresinha, Santo Antônio de Jesus, São Felipe e Varzedo (Zona Turística Caminhos do Jiquiriçá - Circuito Recôncavo Sul);</p> <p>Bom Jesus da Lapa, Correntina, Ibotirama, Santa Maria da Vitória, Santana e São Félix do Coribe (Zona Turística Caminhos do Oeste - Circuito do Rio Corrente);</p> <p>Barra, Barreiras, Formosa do Rio Preto, Luís Eduardo Magalhães, Riachão das Neves, Santa Rita de Cássia e São Desidério (Zona Turística Caminhos do Oeste - Circuito do Rio Grande);</p> <p>Araci, Banzaê, Candeal, Canudos, Cipó, Euclides da Cunha, Feira de Santana, Itapicuru, Monte Santo, Nova Soure, Ribeira do Pombal, Serrinha, Teofilândia, Tucano e Uauá (Zona Turística Caminhos do Sertão);</p> <p>Iguaí e Vitória da Conquista (Zona Turística Caminhos do Sudoeste);</p> <p>Andorinha, Bonito, Caém, Campo Formoso, Jacobina, Jaguarari, Miguel Calmon, Morro do Chapéu, Ouroilândia, Pindobaçu, Piritiba, Saúde, Senhor do Bonfim, Utinga e Wagner (Zona Turística Chapada Diamantina - Chapada Norte);</p> <p>Barra do Mendes, Brotas de Macaúbas, Central, Gentio do Ouro, Ipupiara e Xique-Xique (Zona Turística Chapada Diamantina - Chapada Velha);</p> <p>Andaraí, Ibicoara, Iramaia, Iraquara, Itaeté, Lençóis, Mucugê, Nova Redenção, Palmeiras, Seabra e Souto Soares (Zona Turística Chapada Diamantina - Circuito do Diamante);</p> <p>Abaíra, Érico Cardoso, Jussiape, Livramento de Nossa Senhora, Paramirim, Piatã, Rio de Contas e Rio do Pires (Zona Turística Chapada Diamantina - Circuito do Ouro);</p> <p>Alcobaça, Caravelas, Itamaraju, Mucuri, Nova Viçosa, Prado e Teixeira de Freitas (Zona Turística Costa das Baleias);</p> <p>Canavieiras, Ilhéus, Itabuna, Itacaré, Pau Brasil, Santa Luzia, Una e Uruçuca (Zona Turística Costa do Cacau);</p> <p>Cairu, Camamu, Igrapiúna, Ituberá, Marau, Nilo Peçanha, Presidente Tancredo Neves, Taperoá e Valença (Zona Turística Costa do Dendê);</p> <p>Belmonte, Eunápolis, Itabela, Porto Seguro e Santa Cruz Cabrália (Zona Turística Costa do Descobrimento);</p> <p>Camaçari, Conde, Entre Rios, Esplanada, Itanagra, Jandaíra, Lauro de Freitas e Mata de São João (Zona Turística Costa dos Coqueiros);</p>	Todas	<p>A Bahia possui matérias primas diversificadas com identidade regional, sem fazer parte, no entanto, de uma cadeia produtiva de maior escala com tradição de seu manejo.</p> <p>Possibilita a melhoria de rentabilidade e de segurança dos segmentos de empreendedores de pequeno porte.</p>	Informalidade dos setores de mineração de pequenos portes.	Promover o apoio organizacional e técnico aos segmentos de mineração de pequeno porte.

(Continua)

ASPECTO: SUSTENTABILIDADE SOCIOECONÔMICA REGIONAL					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Município(s) em que ocorre(m) o(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) o(s) critério(s)	Fator(es) que potencializa(m) o turismo	Fator(es) que limita(m) o turismo	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) referentes ao turismo
Matéria-prima para produtos manufaturados – Argila (continuação)	Abaré, Glória, Paulo Afonso, Rodelas e Santa Brígida (Zona Turística Lagos e Cânions do São Francisco); Casa Nova, Curaçá, Juazeiro, Remanso e Sobradinho (Zona Turística Vale do São Francisco).	Todas	A Bahia possui matérias primas diversificadas com identidade regional, sem fazer parte, no entanto, de uma cadeia produtiva de maior escala com tradição de seu manejo.  Possibilita a melhoria de rentabilidade e de segurança dos segmentos de empreendedores de pequeno porte.	Informalidade dos setores de mineração de pequeno porte.	Promover o apoio organizacional e técnico aos segmentos de mineração de pequeno porte.
Matéria-prima para produtos manufaturados - Pedras naturais	Aratuípe, Cachoeira, Candeias, Itaparica, Jaguaripe, Madre de Deus, Maragogipe, Muniz Ferreira, Muritiba, Nazaré, Salinas da Margarida, Salvador, Santo Amaro, São Félix, São Francisco do Conde, Saubara e Vera Cruz (Zona Turística Baía de Todos os Santos); Amargosa, Cravolândia, Elísio Medrado, Itiruçu, Jiquiriçá, Laje, Milagres, Mutuípe, Santa Inês, São Miguel das Matas e Ubaíra (Zona Turística Caminhos do Jiquiriçá - Circuito do Vale do Jiquiriçá); Castro Alves, Conceição do Almeida, Cruz das Almas, Dom Macedo Costa, Itatim, Santa Teresinha, Santo Antônio de Jesus, São Felipe e Varzedo (Zona Turística Caminhos do Jiquiriçá - Circuito Recôncavo Sul); Bom Jesus da Lapa, Correntina, Ibotirama, Santa Maria da Vitória, Santana e São Félix do Coribe (Zona Turística Caminhos do Oeste - Circuito do Rio Corrente); Barra, Barreiras, Formosa do Rio Preto, Luís Eduardo Magalhães, Riachão das Neves, Santa Rita de Cássia e São Desidério (Zona Turística Caminhos do Oeste - Circuito do Rio Grande); Araci, Banzaê, Candeal, Canudos, Cipó, Euclides da Cunha, Feira de Santana, Itapicuru, Monte Santo, Nova Soure, Ribeira do Pombal, Serrinha, Teofilândia, Tucano e Uauá (Zona Turística Caminhos do Sertão); Iguaí e Vitória da Conquista (Zona Turística Caminhos do Sudoeste); Andorinha, Bonito, Caém, Campo Formoso, Jacobina, Jaguarari, Miguel Calmon, Morro do Chapéu, Ourolândia, Pindobaçu, Piritiba, Saúde, Senhor do Bonfim, Utinga e Wagner (Zona Turística Chapada Diamantina - Chapada Norte); Barra do Mendes, Brotas de Macaúbas, Central, Gentio do Ouro, Ipupiara e Xique-Xique (Zona Turística Chapada Diamantina - Chapada Velha); Andaraí, Ibicoara, Iramaia, Iraquara, Itaeté, Lençóis, Mucugê, Nova Redenção, Palmeiras, Seabra e Souto Soares (Zona Turística Chapada Diamantina - Circuito do Diamante); Abaíra, Érico Cardoso, Jussiapé, Livramento de Nossa Senhora, Paramirim, Piatã, Rio de Contas e Rio do Pires (Zona Turística Chapada Diamantina - Circuito do Ouro); Alcobaça, Caravelas, Itamaraju, Mucuri, Nova Viçosa, Prado e Teixeira de Freitas (Zona Turística Costa das Baleias);	Todas	A Bahia possui matérias primas diversificadas com identidade regional, sem fazer parte, no entanto, de uma cadeia produtiva de maior escala com tradição de seu manejo.  Possibilita a melhoria de rentabilidade e de segurança dos segmentos de empreendedores de pequeno porte.	Informalidade dos setores de mineração de pequenos portes.	Promover o apoio organizacional e técnico aos segmentos de mineração de pequeno porte.

(Continua)

ASPECTO: SUSTENTABILIDADE SOCIOECONÔMICA REGIONAL					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Município(s) em que ocorre(m) o(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) o(s) critério(s)	Fator(es) que potencializa(m) o turismo	Fator(es) que limita(m) o turismo	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) referentes ao turismo
Matéria-prima para produtos manufaturados - Pedras naturais (continuação)	Canavieiras, Ilhéus, Itabuna, Itacaré, Pau Brasil, Santa Luzia, Una e Uruçuca (Zona Turística Costa do Cacau); Cairu, Camamu, Igrapiúna, Ituberá, Maraú, Nilo Peçanha, Presidente Tancredo Neves, Taperoá e Valença (Zona Turística Costa do Dendê); Belmonte, Eunápolis, Itabela, Porto Seguro e Santa Cruz Cabralia (Zona Turística Costa do Descobrimento); Camaçari, Conde, Entre Rios, Esplanada, Itanagra, Jandaíra, Lauro de Freitas e Mata de São João (Zona Turística Costa dos Coqueiros); Abaré, Glória, Paulo Afonso, Rodelas e Santa Brígida (Zona Turística Lagos e Cânions do São Francisco); Casa Nova, Curaçá, Juazeiro, Remanso e Sobradinho (Zona Turística Vale do São Francisco).	Todas	A Bahia possui matérias primas diversificadas com identidade regional, sem fazer parte, no entanto, de uma cadeia produtiva de maior escala com tradição de seu manejo.  Possibilita a melhoria de rentabilidade e de segurança dos segmentos de empreendedores de pequeno porte.	Informalidade dos setores de mineração de pequenos portes.	Promover o apoio organizacional e técnico aos segmentos de mineração de pequeno porte.
Matéria-prima para produtos manufaturados - Pedras preciosas e semipreciosas	Andorinha, Bonito, Caém, Campo Formoso, Jacobina, Jaguarari, Miguel Calmon, Morro do Chapéu, Ourolândia, Pindobaçu, Piritiba, Saúde, Senhor do Bonfim, Utinga e Wagner (Zona Turística Chapada Diamantina - Chapada Norte); Barra do Mendes, Brotas de Macaúbas, Central, Gentio do Ouro, Ipupiara e Xique-Xique (Zona Turística Chapada Diamantina - Chapada Velha); Andaraí, Ibicoara, Iramaia, Iraquara, Itaeté, Lençóis, Mucugê, Nova Redenção, Palmeiras, Seabra e Souto Soares (Zona Turística Chapada Diamantina - Circuito do Diamante); Abaíra, Érico Cardoso, Jussiape, Livramento de Nossa Senhora, Paramirim, Piatã, Rio de Contas e Rio do Pires (Zona Turística Chapada Diamantina - Circuito do Ouro).	7, 8, 9, 10, 11, 12, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 23	A Bahia possui matérias primas diversificadas com identidade regional, sem fazer parte, no entanto, de uma cadeia produtiva de maior escala com tradição de seu manejo.  Possibilita a melhoria de rentabilidade e de segurança dos segmentos de empreendedores de pequeno porte.	Informalidade dos setores de mineração de pequenos portes.	Promover o apoio organizacional e técnico aos segmentos de mineração de pequeno porte.
Produtos manufaturados - Moveleira rústica, colonial e contemporânea	Canavieiras, Ilhéus, Itabuna, Itacaré, Pau Brasil, Santa Luzia, Una e Uruçuca (Zona Turística Costa do Cacau); Cairu, Camamu, Igrapiúna, Ituberá, Maraú, Nilo Peçanha, Presidente Tancredo Neves, Taperoá e Valença (Zona Turística Costa do Dendê); Belmonte, Eunápolis, Itabela, Porto Seguro e Santa Cruz Cabralia (Zona Turística Costa do Descobrimento).	20, 22, 25, 26, 27, 28, 29, 36	O turismo pode ter as funções de divulgador e comprador, direto ou por encomenda, bem como a de promover e estimular o surgimento de um novo segmento de micros e médias empresas de produção de manufaturados de expressão regional.  Se constitui em fator estratégico para o desenvolvimento sócio econômico regional, estimulando a geração de empregos e atividades afins, diminuindo assim os riscos de exclusão social e violência.	Falta de visão sobre o potencial do segmento manufaturado para o setor turismo.  Falta de bases gerenciais e tecnológicas.  Falta de empreendedorismo.  Falta de design que expresse autenticidade e padrão de qualidade dos produtos junto aos mercados consumidores, efetivos e potenciais.	Promover a sensibilização sobre o potencial do segmento de manufaturas.  Promover programas de capacitação gerencial e de apoio tecnológico e financeiro.  Identificar oportunidades para médios e grandes negócios de produtos manufaturados.

(Continua)

ASPECTO: SUSTENTABILIDADE SOCIOECONÔMICA REGIONAL					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Município(s) em que ocorre(m) o(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) o(s) critério(s)	Fator(es) que potencializa(m) o turismo	Fator(es) que limita(m) o turismo	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) referentes ao turismo
Produtos manufaturados - seguimentos para construção civil: cerâmica, veneziana, divisória, cantaria e portal	<p>Aratuípe, Cachoeira, Candeias, Itaparica, Jaguaripe, Madre de Deus, Maragogipe, Muniz Ferreira, Muritiba, Nazaré, Salinas da Margarida, Salvador, Santo Amaro, São Félix, São Francisco do Conde, Saubara e Vera Cruz (Zona Turística Baía de Todos os Santos);</p> <p>Bom Jesus da Lapa, Correntina, Ibotirama, Santa Maria da Vitória, Santana e São Félix do Coribe (Zona Turística Caminhos do Oeste - Circuito do Rio Corrente);</p> <p>Barra, Barreiras, Formosa do Rio Preto, Luís Eduardo Magalhães, Riachão das Neves, Santa Rita de Cássia e São Desidério (Zona Turística Caminhos do Oeste - Circuito do Rio Grande);</p> <p>Araci, Banzaê, Candeal, Canudos, Cipó, Euclides da Cunha, Feira de Santana, Itapicuru, Monte Santo, Nova Soure, Ribeira do Pombal, Serrinha, Teofilândia, Tucano e Uauá (Zona Turística Caminhos do Sertão);</p> <p>Iguaí e Vitória da Conquista (Zona Turística Caminhos do Sudoeste);</p> <p>Andorinha, Bonito, Caém, Campo Formoso, Jacobina, Jaguarari, Miguel Calmon, Morro do Chapéu, Ouroilândia, Pindobaçu, Piritiba, Saúde, Senhor do Bonfim, Utinga e Wagner (Zona Turística Chapada Diamantina - Chapada Norte);</p> <p>Barra do Mendes, Brotas de Macaúbas, Central, Gentio do Ouro, Ipupiara e Xique-Xique (Zona Turística Chapada Diamantina - Chapada Velha);</p> <p>Andaraí, Ibicoara, Iramaia, Iraquara, Itaeté, Lençóis, Mucugê, Nova Redenção, Palmeiras, Seabra e Souto Soares (Zona Turística Chapada Diamantina - Circuito do Diamante);</p> <p>Abaíra, Érico Cardoso, Jussiape, Livramento de Nossa Senhora, Paramirim, Piatã, Rio de Contas e Rio do Pires (Zona Turística Chapada Diamantina - Circuito do Ouro);</p> <p>Alcobaça, Caravelas, Itamaraju, Mucuri, Nova Viçosa, Prado e Teixeira de Freitas (Zona Turística Costa das Baleias);</p> <p>Canavieiras, Ilhéus, Itabuna, Itacaré, Pau Brasil, Santa Luzia, Una e Uruçuca (Zona Turística Costa do Cacau);</p> <p>Cairu, Camamu, Igrapiúna, Ituberá, Maraú, Nilo Peçanha, Presidente Tancredo Neves, Taperoá e Valença (Zona Turística Costa do Dendê);</p> <p>Belmonte, Eunápolis, Itabela, Porto Seguro e Santa Cruz Cabralia (Zona Turística Costa do Descobrimento);</p> <p>Camaçari, Conde, Entre Rios, Esplanada, Itanagra, Jandaíra, Lauro de Freitas e Mata de São João (Zona Turística Costa dos Coqueiros).</p>	1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 32, 33, 34, 35, 36	<p>O turismo pode ter as funções de divulgador e comprador, direto ou por encomenda, bem como a de promover e estimular o surgimento de um novo segmento de micros e médias empresas de produção de manufaturados de expressão regional.</p> <p>Se constitui em fator estratégico para o desenvolvimento sócio econômico regional, estimulando a geração de empregos e atividades afins, diminuindo assim os riscos de exclusão social e violência.</p>	<p>Falta de visão sobre o potencial do segmento manufaturado para o setor turismo.</p> <p>Falta de bases gerenciais e tecnológicas.</p> <p>Falta de empreendedorismo.</p> <p>Falta de design que expresse autenticidade e padrão de qualidade dos produtos junto aos mercados consumidores, efetivos e potenciais.</p>	<p>Promover a sensibilização sobre o potencial do segmento de manufaturas.</p> <p>Promover programas de capacitação gerencial e de apoio tecnológico e financeiro.</p> <p>Identificar oportunidades para médios e grandes negócios de produtos manufaturados.</p>

(Continua)

ASPECTO: SUSTENTABILIDADE SOCIOECONÔMICA REGIONAL					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Município(s) em que ocorre(m) o(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) o(s) critério(s)	Fator(es) que potencializa(m) o turismo	Fator(es) que limita(m) o turismo	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) referentes ao turismo
Produtos manufaturados - segmentos para construção civil: objeto utilitário e peça de decoração	<p>Aratuípe, Cachoeira, Candeias, Itaparica, Jaguaripe, Madre de Deus, Maragogipe, Muniz Ferreira, Muritiba, Nazaré, Salinas da Margarida, Salvador, Santo Amaro, São Félix, São Francisco do Conde, Saubara e Vera Cruz (Zona Turística Baía de Todos os Santos);</p> <p>Amargosa, Cravolândia, Elísio Medrado, Itiruçu, Jiquiriçá, Laje, Milagres, Mutuípe, Santa Inês, São Miguel das Matas e Ubaíra (Zona Turística Caminhos do Jiquiriçá - Circuito do Vale do Jiquiriçá);</p> <p>Castro Alves, Conceição do Almeida, Cruz das Almas, Dom Macedo Costa, Itatim, Santa Teresinha, Santo Antônio de Jesus, São Felipe e Varzedo (Zona Turística Caminhos do Jiquiriçá - Circuito Recôncavo Sul);</p> <p>Bom Jesus da Lapa, Correntina, Ibotirama, Santa Maria da Vitória, Santana e São Félix do Coribe (Zona Turística Caminhos do Oeste - Circuito do Rio Corrente);</p> <p>Barra, Barreiras, Formosa do Rio Preto, Luís Eduardo Magalhães, Riachão das Neves, Santa Rita de Cássia e São Desidério (Zona Turística Caminhos do Oeste - Circuito do Rio Grande);</p> <p>Araci, Banzaê, Candéal, Canudos, Cipó, Euclides da Cunha, Feira de Santana, Itapicuru, Monte Santo, Nova Soure, Ribeira do Pombal, Serrinha, Teofilândia, Tucano e Uauá (Zona Turística Caminhos do Sertão);</p> <p>Iguaí e Vitória da Conquista (Zona Turística Caminhos do Sudoeste);</p> <p>Andorinha, Bonito, Caém, Campo Formoso, Jacobina, Jaguarari, Miguel Calmon, Morro do Chapéu, Ouroilândia, Pindobaçu, Piritiba, Saúde, Senhor do Bonfim, Utinga e Wagner (Zona Turística Chapada Diamantina - Chapada Norte);</p> <p>Barra do Mendes, Brotas de Macaúbas, Central, Gentio do Ouro, Ipupiara e Xique-Xique (Zona Turística Chapada Diamantina - Chapada Velha);</p> <p>Andaraí, Ibicoara, Iramaia, Iraquara, Itaeté, Lençóis, Mucugê, Nova Redenção, Palmeiras, Seabra e Souto Soares (Zona Turística Chapada Diamantina - Circuito do Diamante);</p> <p>Abaíra, Érico Cardoso, Jussiape, Livramento de Nossa Senhora, Paramirim, Piatã, Rio de Contas e Rio do Pires (Zona Turística Chapada Diamantina - Circuito do Ouro);</p> <p>Alcobaça, Caravelas, Itamaraju, Mucuri, Nova Viçosa, Prado e Teixeira de Freitas (Zona Turística Costa das Baleias);</p> <p>Canavieiras, Ilhéus, Itabuna, Itacaré, Pau Brasil, Santa Luzia, Una e Uruçuca (Zona Turística Costa do Cacau);</p> <p>Cairu, Camamu, Igrapiúna, Ituberá, Maraú, Nilo Peçanha, Presidente Tancredo Neves, Taperoá e Valença (Zona Turística Costa do Dendê);</p> <p>Belmonte, Eunápolis, Itabela, Porto Seguro e Santa Cruz Cabrália (Zona Turística Costa do Descobrimento);</p>	Todas	<p>O turismo pode ter as funções de divulgador e comprador, direto ou por encomenda, bem como a de promover e estimular o surgimento de um novo segmento de micros e médias empresas de produção de manufaturados de expressão regional.</p> <p>Se constitui em fator estratégico para o desenvolvimento sócio econômico regional, estimulando a geração de empregos e atividades afins, diminuindo assim os riscos de exclusão social e violência.</p>	<p>Falta de visão sobre o potencial do segmento manufaturado para o setor turismo.</p> <p>Falta de bases gerenciais e tecnológicas.</p> <p>Falta de empreendedorismo.</p> <p>Falta de design que expresse autenticidade e padrão de qualidade dos produtos junto aos mercados consumidores, efetivos e potenciais.</p>	<p>Promover a sensibilização sobre o potencial do segmento de manufaturas.</p> <p>Promover programas de capacitação gerencial e de apoio tecnológico e financeiro.</p> <p>Identificar oportunidades para médios e grandes negócios de produtos manufaturados.</p>

(Continua)



<b>ASPECTO: SUSTENTABILIDADE SOCIOECONÔMICA REGIONAL</b>					
<b>CRITÉRIO(S)</b>	<b>LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)</b>	<b>ZONA(S)</b>	<b>POTENCIALIDADE(S)</b>	<b>LIMITAÇÃO(ÕES)</b>	<b>RECOMENDAÇÃO(ÕES)</b>
	Município(s) em que ocorre(m) o(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) o(s) critério(s)	Fator(es) que potencializa(m) o turismo	Fator(es) que limita(m) o turismo	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) referentes ao turismo
Produtos manufaturados - segmentos para construção civil: objeto utilitário e peça de decoração (continuação)	Camaçari, Conde, Entre Rios, Esplanada, Itanagra, Jandaíra, Lauro de Freitas e Mata de São João (Zona Turística Costa dos Coqueiros); Abaré, Glória, Paulo Afonso, Rodelas e Santa Brígida (Zona Turística Lagos e Cânions do São Francisco); Casa Nova, Curaçá, Juazeiro, Remanso e Sobradinho (Zona Turística Vale do São Francisco).	Todas	O turismo pode ter as funções de divulgador e comprador, direto ou por encomenda, bem como a de promover e estimular o surgimento de um novo segmento de micros e médias empresas de produção de manufaturados de expressão regional.  Se constitui em fator estratégico para o desenvolvimento sócio econômico regional, estimulando a geração de empregos e atividades afins, diminuindo assim os riscos de exclusão social e violência.	Falta de visão sobre o potencial do segmento manufaturado para o setor turismo.  Falta de bases gerenciais e tecnológicas.  Falta de empreendedorismo.  Falta de design que expresse autenticidade e padrão de qualidade dos produtos junto aos mercados consumidores, efetivos e potenciais.	Promover a sensibilização sobre o potencial do segmento de manufaturas.  Promover programas de capacitação gerencial e de apoio tecnológico e financeiro.  Identificar oportunidades para médios e grandes negócios de produtos manufaturados.

Fonte: Elaboração Consórcio Geohidro-Sondotécnica, 2013.

## 12. INDÚSTRIA

### 12.1. Introdução

Este capítulo trata da identificação das principais referências regionais relacionadas com a localização da atividade industrial, instalada ou potencial, no estado da Bahia apresentando, como elemento central, um quadro-resumo que exprime os fatores favoráveis, restrições e diretrizes para o desenvolvimento industrial. Estão apresentados também, conteúdos analíticos que versam sobre o mapeamento e a localização regional de potencialidades e limitações ao desenvolvimento socioeconômico e ambiental, acompanhados de análise dos determinantes locais da indústria, além da descrição espacial sobre a concentração regional por tipo de atividade industrial.

#### Base geral da matriz industrial do Estado da Bahia

De acordo com a Política Industrial da Bahia, os componentes principais da matriz industrial do estado da Bahia se estruturam basicamente nas seguintes linhas:

- Agroindústria;
- Indústria automotiva;
- Indústria de calçados e segmentos intensivos em marca e *design*;
- Indústria de celulose e a cadeia da madeira;
- Indústria da construção civil;
- Indústrias intensivas em tecnologia;
- Mineração e transformação mineral na Bahia;
- Indústria naval e *offshore*;
- Indústria de petróleo e gás; e
- Indústria química e petroquímica.

A transformação de minerais acima referida inclui a indicação da ocorrência, disponibilidade e transformação do ferro, magnetita, cromita, ouro, urânio, titânio, tálio, barita, diatomita, salgema e rochas ornamentais, entre outros.

A base industrial ora referida abriga uma quantidade significativa de pequenos e médios estabelecimentos distribuídos nas cinco macrorregiões, com destaque para a forte concentração desses estabelecimentos na Região Metropolitana de Salvador (RMS), conforme os dados da Tabela 6.

**Tabela 6** - Distribuição macrorregional do número de estabelecimentos industriais no estado da Bahia.

MACRORREGIÃO	ESTABELECEMENTOS INDUSTRIAIS	%
Litoral Sul	742	11,9%
Recôncavo-RMS	2.598	41,5%
Litoral Norte	203	3,2%
Semiárido	2.485	39,7%
Cerrado	228	3,6%
<b>TOTAL</b>	<b>6.256</b>	<b>100%</b>

**Fonte:** Federação das Indústrias do Estado da Bahia. – FIEB, 2012.

**Elaboração:** Consórcio Geohidro-Sondotécnica, 2013.

Um rápido exame dos dados da referida Tabela 6 permite observar que na região do Recôncavo-RMS concentram-se 41,5% do total dos estabelecimentos industriais existentes no Estado.

Segundo Uderman (2006), a participação do segmento da indústria de transformação no PIB do Estado passou de 20,1%, em 1996, para 27,9%, em 2002, um dinamismo sem precedentes desde 1984, quando essa participação atingiu o indicador de 26,9%. À vista dos percentuais ora referidos, o fato de a inserção industrial observada no ano de 2002 ter sido

semelhante à participação do setor verificada em 1984 é revelador de que a indústria perdeu terreno para os demais setores da economia baiana entre 1984 e 1996, e que recuperou essa participação entre 1996 e 2002.

A característica marcante da indústria baiana é a sua forte concentração espacial na RMS, acompanhada também de forte concentração setorial em torno de processos de produção industrial intensivos em capital e produtores de bens intermediários de produção. Essa característica de produção intermediária conferiu à estrutura industrial um elevado padrão de complementaridade com a região Centro-Sul do Brasil, cujas instalações industriais são especializadas na fabricação de bens de consumo finais, a partir da demanda de importação de bens intermediários produzidos no estado da Bahia.

Um segmento industrial que inaugurou nova fase da indústria na Bahia no período posterior à chegada da petroquímica foi a implantação da indústria de papel e celulose no extremo sul do Estado. A instalação desses projetos ocorreu em meados de 1995, passando a conferir ao Estado um novo padrão de transformação industrial, além de abrandar a forte concentração industrial que historicamente caracterizou a indústria na Bahia.

### 12.2. Metodologia

A metodologia utilizada revisitou, inicialmente, os fundamentos teóricos dos determinantes da localização industrial, explicitando as abordagens dos principais autores sobre o tema. Em seguida, apresentou a configuração espacial presente da localização industrial no Estado como elemento influente no processo de localização por semelhança. Foi apresentada, também, a distribuição das principais reservas minerais no Estado, importante fator locacional para as indústrias de beneficiamento de minérios, as quais costumam implantar-se ao lado da mina. A metodologia propriamente dita consistiu no confronto dos fatores locais requisitados por cada arranjo produtivo industrial e a ocorrência destes fatores nos diversos Territórios de Identidade (TI). Ao atendimento de cada TI ao requisito do arranjo, com relação aos fatores locais, correspondeu uma potencialidade e, ao não atendimento ao requisito, correspondeu uma limitação. As cadeias produtivas selecionadas foram as que integram as diretrizes para a indústria definidas pelo Governo do Estado.

É oportuno aclarar que os fatores de localização compõem um conjunto assaz numeroso e que, para cada setor industrial, apenas alguns são efetivamente preponderantes. Por exemplo, a água é fator preponderante como matéria prima para qualquer indústria de bebidas; é também preponderante como insumo para a indústria de curtume (água de lavagem do couro dos animais). À sua vez, a energia constitui fator preponderante para indústrias eletroquímicas como as de beneficiamento de cobre, alumínio e outros metais. Essas indústrias são intensivas no uso da energia. A mão de obra é fator preponderante na indústria da construção civil, por exemplo. Por oposição, a água não é importante em indústrias como as de implemento de informática, coureiro-calçadista (excluída a fase do curtimento do couro), a indústria gráfica, todas essas utilizando quantidades muito baixas de água, praticamente apenas a de uso doméstico dos trabalhadores da fábrica.

No objetivo do presente trabalho, para cada um dos dez setores da indústria baiana, selecionaram-se os fatores locais preponderantes em cada setor e este foi o método que permitiu avaliar a potencialidade ou limitação de cada espaço territorial consoante, respectivamente, a abundância (facilidade de obtenção) ou a escassez (dificuldade de obtenção) de cada fator. À guisa de enriquecimento deste trabalho, comentam-se brevemente à continuação algumas das teorias da localização industrial.

#### a) Fundamentos teóricos e determinantes da localização industrial

As principais teorias de localização industrial são úteis para explicar os elementos que influem na escolha do local de produção dos empreendimentos industriais. As bases teóricas dessa explicação partem de Weber e Lösch. Adicionalmente, e com o objetivo da integração dessas teorias com os pressupostos de desenvolvimento regional, é oportuno recorrer às teses de Perroux (1955) e Hirschman (1958).

A seguir são descritas diferentes abordagens teóricas de localização industrial que serviram de base para a investigação das potencialidades e limitações inerentes ao setor, na Bahia. É com base nas diferentes teorias de localização industrial que foram identificadas as principais potencialidades e limitações consideradas no âmbito de uma política integrada de desenvolvimento regional.

Antecipa-se, entretanto, que as potencialidades para atrair e contribuir com a operação eficiente do setor industrial resultam de características da localização geográfica, da facilidade de acesso aos mercados consumidores, da base para o adensamento da cadeia produtiva, de mão de obra abundante, e iniciativas governamentais para implementação de estratégias de desenvolvimento industrial local e regional. De outro lado, as limitações são resultado de fatores como os baixos níveis de escolaridade e de qualificação da mão de obra, a insuficiência da infraestrutura local (sobretudo energia e fatores de transporte das matérias primas e de escoamento da produção), o baixo adensamento das cadeias produtivas, a baixa capacidade de consumo do mercado local, a baixa oferta de serviços nas áreas de educação, saúde e finanças além de insuficiente capacidade tecnológica local e requisitos da preservação ambiental. Discorre-se, a seguir, sobre as distintas abordagens teóricas.

- Modelo de Weber

Alfred Weber desenvolveu o primeiro modelo de localização industrial que consistia na análise das vantagens comparativas entre os custos nas localizações alternativas. A escolha da localização de determinado empreendimento deve

satisfazer às condições econômicas de produção e distribuição. Para Weber, muitos fatores determinam a escolha de localização, partindo-se dos objetivos locais de redução de custos.

Regra geral, os fatores que afetam a decisão locacional das indústrias dizem respeito aos custos de transportes e de mão de obra. Também se consideram os fatores especiais, específicos para cada tipo de indústria e a estrutura geral do mercado e da tecnologia. A aglomeração das indústrias numa dada região depende, de um lado, de fatores naturais e técnicos e, de outro, de fatores socioculturais. Conforme se percebe, a localização industrial está na origem do problema econômico, embora existam aspectos não econômicos que determinam também essa localização, como, por exemplo, variáveis políticas e institucionais. Em termos de custos como fator de decisão na localização, o modelo de Weber considera fundamentalmente os custos de transporte. Assim, muitas atividades industriais dependem da matriz dos custos de transporte e de como estes custos determinam a taxa de lucratividades das empresas. O fator trabalho também é um forte atrativo para a localização, a depender da relação capital-trabalho correspondente à estrutura de produção. O peso dos custos de transporte nas teses de Weber baseia-se na abordagem do triângulo locacional onde se consideram dois pontos diferentes de aquisição de insumos para a indústria e, um terceiro ponto, de localização potencial da demanda por bens e serviços produzidos. Neste sentido, deve haver um equilíbrio entre custos de transporte para a aquisição dos insumos e os custos de distribuição de bens juntos aos consumidores.

- Abordagem de Lösch

Lösch considera o equilíbrio geral entre localizações tendo em vista o planejamento público e privado tomados em conjunto. A demanda por um dado produto é que vai determinar a localização dos empreendimentos industriais. Lösch considera o preço do produto na origem e a receita estimada de vendas. Quanto maior a distância da fábrica ao mercado consumidor, maiores serão os preços em razão dos custos de transporte. Preços crescentes em função da distância contribuem para diminuir a quantidade vendida e, em consequência, a estimativa de receitas para a indústria. Portanto, a função de demanda dependerá da distância entre a origem da produção e o mercado consumidor. Assim, o que determina a escolha da região é a localização física do mercado. Para Lösch, o locus de mercado determina a escolha locacional das indústrias. Essa tese é discutível dado que em inúmeros casos, a fábrica precisa se localizar ao lado da matéria prima, principalmente quando a relação entre o volume e/ou peso do produto final e o volume ou peso da matéria prima for muito baixa, o que implica dizer que é melhor transportar o produto final até o mercado distante do que transportar a matéria prima para transformação ao lado do mercado comprador. É o que ocorre em geral com a indústria de beneficiamento de minérios, especialmente quando a proporção entre a ganga e o substrato químico da rocha é elevada, o que gera dificuldade ou mesmo inviabilidade de movimentação, fazendo com que o determinismo geográfico da localização da mina seja o fator de definição da localização de processos de beneficiamento mineral.

- Perroux e a teoria dos polos industriais

Contrariamente às abordagens anteriores que analisam os determinantes da localização de uma unidade industrial, Perroux considera um aspecto importante que é o padrão de desenvolvimento regional, um ponto importante no plano político dos objetivos do desenvolvimento regional sustentável. Com o conceito de polos de desenvolvimento, algumas indústrias podem dinamizar a economia e exercer o efeito de atração de novos empreendimentos pelos impactos de ligação sobre a economia regional. Assim, o desenvolvimento econômico de uma região deve estar intrinsecamente ligado a certo padrão de industrialização, o que remete a solução do problema à necessidade prévia de uma aglomeração industrial organizada, principalmente em função do efeito de âncora de certo número de indústrias propulsoras. A hipótese de base é que o crescimento depende de fundamentos da demanda agregada e da oferta, em termos da tecnologia e inovação dos empreendedores industriais.

- Hirschman e a distribuição regional de investimentos públicos

Nesta abordagem, a elevação da renda de uma dada região depende de seu dinamismo econômico. Isso remete à existência de centros ou arranjos regionais de crescimento, os quais podem ser desiguais entre si durante o processo de geração de excedentes econômicos. Trata-se de um processo de desenvolvimento não necessariamente bem comportado em que determinadas regiões serão necessariamente mais dinâmicas que outras gerando, assim, uma força de polarização interregional. Em função desse dualismo regional, o setor público deve fazer intervenções no sentido de mitigar os efeitos das desigualdades regionais, recorrendo a mecanismos de estímulo aos fluxos de recursos financeiros, econômicos, e de capital humano nas regiões mais atrasadas. Isso se faz com a adoção de mecanismos de incentivos e subsídios e de dotação intensiva de capitais e infraestrutura no sentido de induzir a atração de investimentos industriais para essas regiões. Pelas teses de Hirschman, o setor público pode potencializar a industrialização de determinada região que esteja fora da matriz de industrialização do estado.

De maneira geral, a localização regional das indústrias depende da infraestrutura física, da qualidade e quantidade da força de trabalho, do grau de competitividade da organização industrial, da taxa de lucratividade esperada, dos custos e eficiência dos transportes, da fonte de aquisição dos insumos usados na produção, da localização e extensão do mercado, da estrutura de demanda pelo produto ou serviço produzido, da disponibilidade e custos da mão de obra e estrutura do mercado de trabalho, do custo da terra, em termos de sua localização rural ou urbana, da disponibilidade de energia e água, do suprimento de matérias primas, de condicionantes ambientais, de dispositivos fiscais e financeiros em termos de incentivos fiscais (isenção de impostos e taxas) e de muitos outros fatores intangíveis e culturais, como por exemplo, os hábitos tradicionais de uma determinada região. As condições do relevo, da terra, qualidade do solo, vias de acesso e de comunicação, disponibilidade de serviços públicos, como o sistema de esgoto sanitário, energia elétrica, linhas telefônicas, coleta de lixo, transportes coletivos, ensino e saúde, e situação legal e fundiária das propriedades são exemplos de elementos que podem influenciar na densidade e desenvolvimento industrial de uma região.

Resumidamente, para os efeitos do presente estudo, foram considerados os seguintes pontos que podem caracterizar restrições ou vantagens locais para as indústrias no estado da Bahia: localização de matéria prima e custo de transporte e de localização dos fornecedores; quantidade e qualidade de mão de obra, disponibilidade de água, energia elétrica e recursos naturais, potencial de mercado consumidor, nível dos incentivos e isenção de impostos, aspectos ambientais, estrutura educacional local e de serviços médicos, transporte e recreação, além da infraestrutura de acesso e de segurança. Na seção imediatamente seguinte, procede-se à estruturação do quadro analítico da indústria no Estado.

Diante da riqueza de considerações teóricas sobre os fatores locais, este trabalho considera o conjunto de todos os fatores que constam nas diversas abordagens, eliminando-se apenas as superposições, isto é, quando um mesmo fator comparece em mais de uma das teorias. Mesmo assim, o fator cuja repetição foi eliminada teve preservada a abordagem de todos os estudiosos do tema.

### b) Configuração espacial da presente localização industrial no estado

Um exame da distribuição espacial da indústria no estado da Bahia permitiu constatar que a maior parte dos fatores locais esteve em jogo no contexto das decisões tomadas pelos empresários sobre a escolha do local onde se estabelecer. No que concerne à visão dos especialistas, esses fatores procederam de dois distintos enfoques: o da teoria clássica, cuja principal característica consiste na indicação locacional baseada na minimização dos custos e na maximização das receitas; e o da teoria contemporânea, que opta por outras variáveis que vêm a ressaltar a primazia de elementos como a flexibilidade e competitividade setorial, o investimento em pesquisa e desenvolvimento e a formação de um estoque de mão de obra qualificada. Essa segunda mostrou-se mais adequada e revelou que o processo de expansão regional da indústria no Estado da Bahia passa pelos determinantes regionais de competitividade e, sobretudo, por meio de formulação de políticas industriais e regionais que atendam aos pressupostos da segunda abordagem. Além dos elementos citados pela teoria clássica, a teoria contemporânea considera as variáveis tempo e espaço e admite imperfeição de mercados, o que é altamente relevante uma vez que a imensa maioria dos mercados é imperfeita. O Quadro 94 apresenta os mais destacados fatores locais comprometidos com os pressupostos da abordagem clássica.

**Quadro 94** - Fatores locais tradicionais

FATORES LOCAIS TRADICIONAIS – ABORDAGEM CLÁSSICA	
Disponibilidade e custo da mão de obra	Proximidade e dimensão dos mercados
Disponibilidade e custo de água e energia	Clima da região e qualidade de vida
Proximidade e suprimento de insumos materiais	Disponibilidade e custo de terrenos
Remoção de esgotos ou resíduos	Topografia
Disponibilidade e custo dos transportes	Custo de construção, montagem e manutenção

Fonte: Consórcio Geohidro-Sondotécnica, 2013.

A nova visão da abordagem contemporânea permitiu explicar, por exemplo, o impacto das inovações tecnológicas, da capacidade local de gestão empresarial, a proximidade dos centros de ensino e pesquisa, a disponibilidade de capital, a cultura empreendedora, os gastos e os níveis de renda sobre o padrão locacional da produção. Os principais fatores de localização industrial dessa teoria estão apresentados no Quadro 95.

**Quadro 95** - Fatores locais tradicionais contemporâneos

FATORES LOCAIS TRADICIONAIS – ABORDAGEM CONTEMPORÂNEA	
Base científica local e qualidade da força de trabalho	Qualidade de vida
Vizinhança a metrópoles	Possibilidade de integração vertical
Telecomunicações e transportes	Condições de acesso à informação
Perfil empresarial da comunidade local	Parcerias público-privadas
Universidades orientadas para pesquisa	Conexão ciência - indústria

Fonte: Consórcio Geohidro-Sondotécnica, 2013.

Apresenta-se, a seguir, a distribuição espacial da indústria no território baiano. As figuras de 1 a 6 mostram o percentual de indústrias, classificadas por tipos, em cada um dos Territórios de Identidade. Os tipos de atividades industriais foram divididos de acordo com a atividade econômica dada pela Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE). Os dados são provenientes do Guia Industrial do Estado da Bahia, divulgado pela FIEB.

Na Figura 6 é possível visualizar o percentual de indústrias extrativas (CNAE B) de cada um dos 27 Territórios de Identidade. Nota-se que há, evidentemente, uma maior concentração desse tipo de indústria no TI Região Metropolitana de Salvador, Piemonte da Diamantina e Litoral Norte e Agreste Baiano. O sul baiano também possui participação significativa na localização das unidades industriais do Estado. Observou-se ainda que os Territórios de Identidade Bacia do Rio Corrente, Bacia do Rio Grande, Extremo Sul e Médio Sudoeste da Bahia têm pouca ou nenhuma participação na distribuição das indústrias pelo Estado. Deve-se notar, contudo, que esta é apenas uma análise da distribuição das unidades industriais no espaço e não do

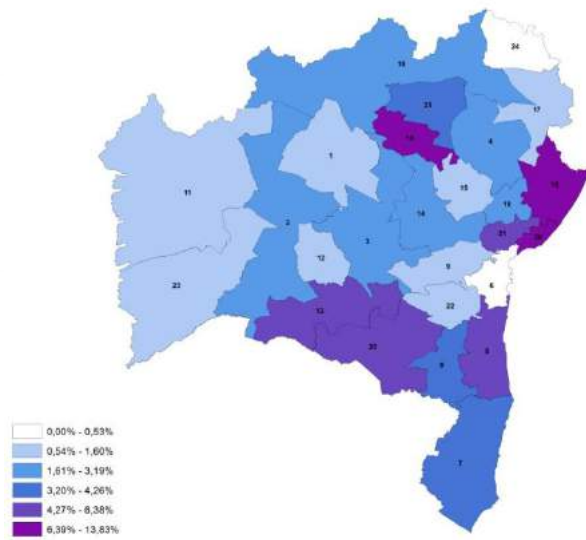


potencial gerador de empregos de cada uma delas. Por exemplo, uma única indústria em determinada localidade poderia gerar mais empregos que todas as unidades de um determinado território.

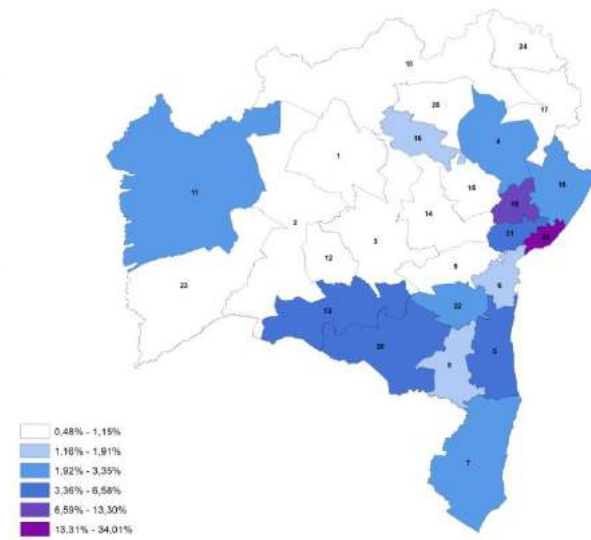
A Figura 7 mostra a participação de cada um dos Territórios de Identidade no total de indústrias de transformação (CNAE C) do Estado. Há uma evidente concentração desse tipo de indústria no TI Metropolitano de Salvador, o que também pode ser observado no TI Portal do Sertão, ainda que em menor escala. Outro fato a ser considerado são as participações virtualmente nulas do centro e leste (exceção feita à do TI Bacia do Rio Grande, onde está inserido o município de Barreiras) do Estado, bem como do nordeste no campo da indústria de transformação. Uma possível explicação para essa circunstância é que, ao contrário de outras atividades que têm na localização da matéria-prima um fator importante, a indústria da transformação tem maior dependência de uma infraestrutura adequada e que viabilize o acesso a mercados consumidores. O sinal negativo do coeficiente estatisticamente significativo obtido na regressão discutida a seguir reforça essa observação.

Observando a Figura 8 é possível notar que as indústrias de eletricidade e gás (CNAE D) estão ainda mais concentradas no entorno da capital. Nesse caso, aproximadamente 11% a 55% dos estabelecimentos industriais encontram-se no TI Metropolitano de Salvador. Uma análise mais detalhada permitiu observar que 20 de 27 dos Territórios de Identidade não têm percentual significativo de unidades nos seus municípios. Além do Metropolitano de Salvador, destacam-se os TI Costa do Descobrimento e Recôncavo que possuem, juntos, aproximadamente, 22% das indústrias.

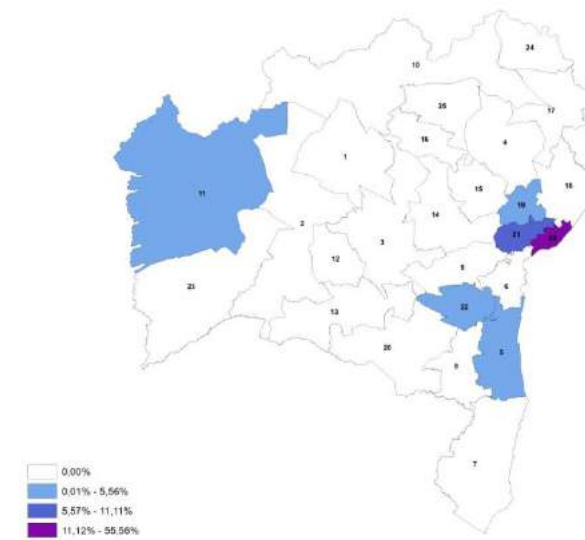
Os percentuais de indústrias de água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação (CNAE E) em cada um dos territórios de identidade da Bahia são mostrados na Figura 9. Ainda que num patamar menor que o observado anteriormente, as indústrias pertencentes a essa atividade também estão bastante concentradas em torno da capital. O TI Portal do Sertão, onde está inserido o município de Feira de Santana, tem participação importante na composição espacial dessa atividade industrial. Outros Territórios de Identidade que apresentam índices de aglomeração significativos são Vitória da Conquista, Litoral Sul, Médio Sudoeste da Bahia e Litoral Norte e Agreste Baiano que, juntamente com Feira de Santana, concentram de representando juntas cerca de 40% das indústrias dessa atividade.



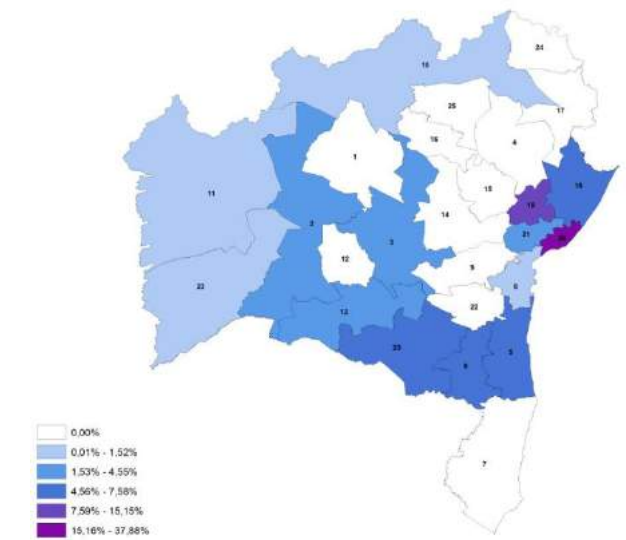
**Figura 6** – Percentual de indústrias extrativas por Território de Identidade



**Figura 7** – Percentual de Indústrias de transformação por Território de Identidade.



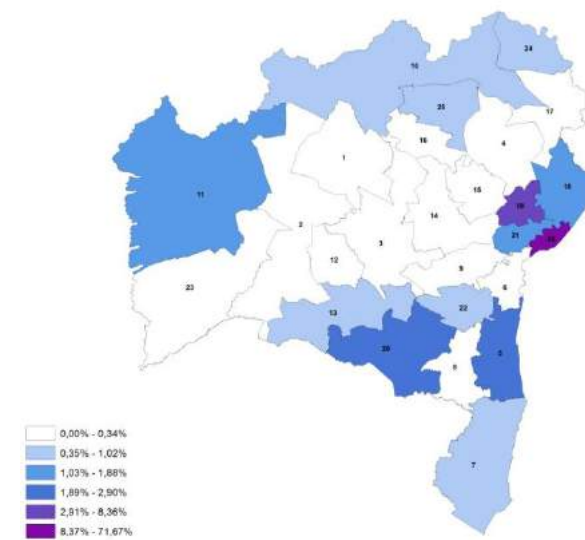
**Figura 8** – Percentual de indústrias de eletricidade e gás por Território de Identidade.



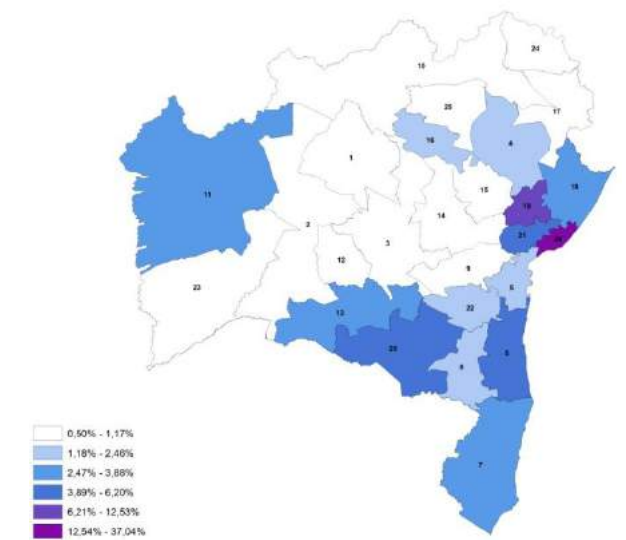
**Figura 9** – Percentual de indústrias de água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação por Território de Identidade.

A Figura 10 sumariza, em seu painel da esquerda, o percentual de indústrias de construção nos Territórios de Identidade da Bahia. Novamente, observou-se que esses estabelecimentos mostram-se fortemente agrupados em torno da capital, seguido pelo TI Portal do Sertão. Observou-se também uma ausência quase completa desse tipo de indústria no centro e no nordeste do Estado.

O percentual total de indústrias em cada um dos Territórios de Identidade pode ser visto na Figura 11, no painel direito. A imagem, ao abranger a totalidade do território estadual, repete, de certa maneira, as conclusões obtidas em cada uma das partes. Isso porque, apesar de alguma variação no grau de concentração, há uma evidente aglomeração dos estabelecimentos industriais em torno do TI Metropolitano de Salvador. É sabido que a Região Metropolitana de Salvador possui a maior parte das indústrias metalúrgicas, mecânicas, gráficas, de material elétrico e comunicações. Em seguida, o TI Portal do Sertão aparece como o segundo território de concentração industrial do Estado. Na tentativa de fornecer alguma explicação para os motivos que levam as indústrias a escolher determinada localidade, a regressão discutida adiante busca avaliar os fatores determinantes mais importantes dessa decisão locacional.



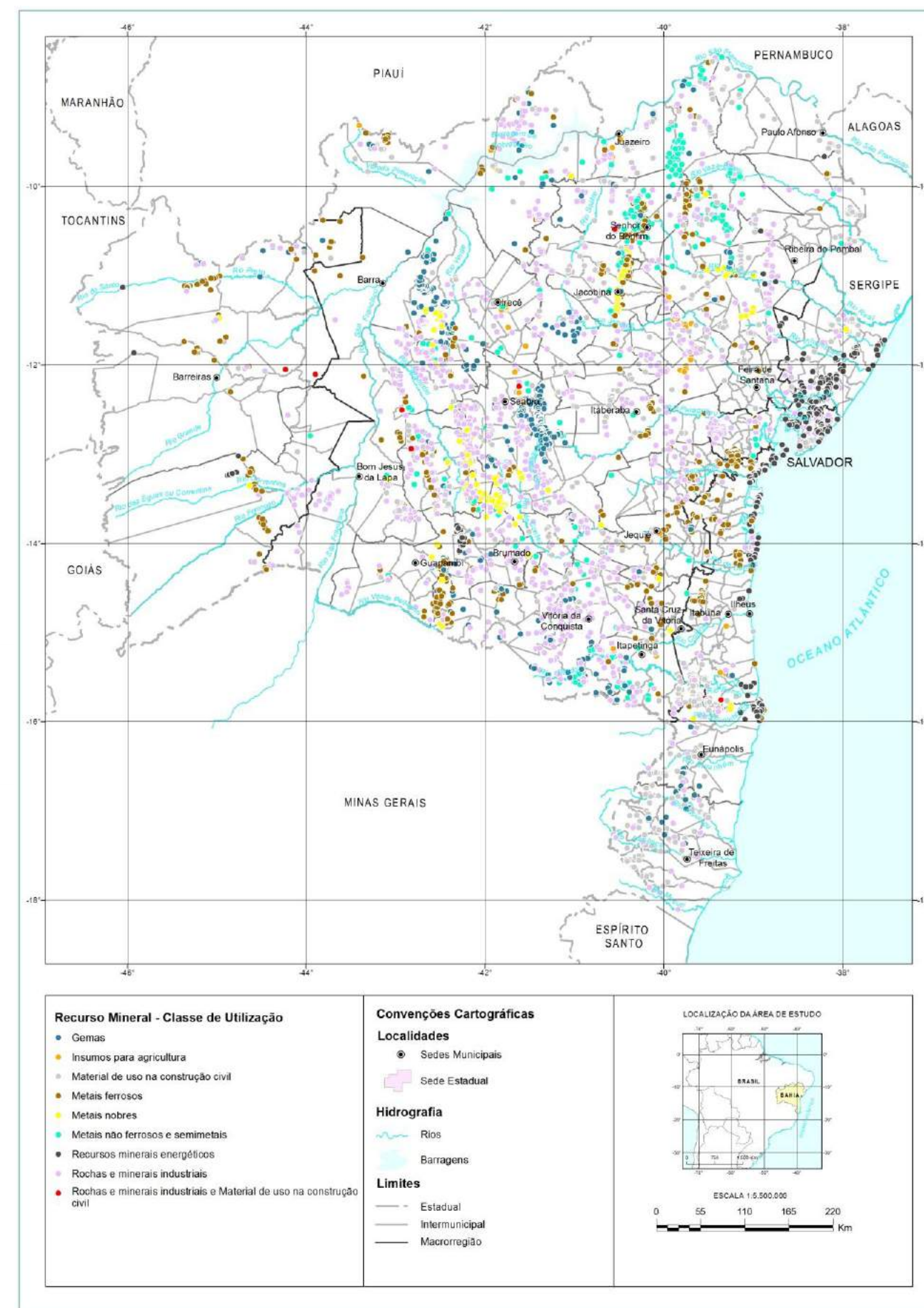
**Figura 10** – Percentual de indústrias de construção por Território de Identidade



**Figura 11** – Percentual do total de indústrias por Território de Identidade

Quanto às indústrias de beneficiamento de minerais, estas se localizam ao lado da mina em razão de o “momento de transporte” tornar-se significativamente menor após a remoção do material estéril. O Cartograma 5 mostra as principais reservas minerais do Estado, classificadas em nove grandes grupos, conforme critério adotado em plano de informação disponibilizado pela CPRM: i) gemas; ii) metais nobres; iii) metais-ferrosos; iv) metais não-ferrosos e semi-metais; v) materiais de uso na construção civil; vi) insumos para agricultura; vii) recursos minerais energéticos; viii) rochas e minerais industriais, e ix) rochas e

minerais industriais e de materiais de uso na construção civil. Nota-se que há, claramente, uma concentração dos recursos minerais energéticos ao longo do litoral e, de modo localizado, no interior, o urânio nos municípios de Caetité e Lagoa Real, além de, com menor relevância, a turfa em Correntina, Barreiras e Formosa do Rio Preto. Em relação aos metais não-ferrosos e semi-metais, verificou-se que o extremo oeste baiano possui poucas ocorrências. Esses não-ferrosos concentram-se basicamente na macrorregião Semiárido, principalmente nos territórios de identidade Sertão do São Francisco, Piemonte do Itapicuru, Bacia do Paramirim e Sisal. Em diversas porções do Estado, são registradas ocorrências de metais ferrosos, com destaque para os territórios de identidade Vitória da Conquista, Piemonte Norte do Itapicuru, Sertão do São Francisco, Bacia do Rio Grande e Baixo Sul. As principais ocorrências de minerais empregados como insumos para a agricultura, se dão predominantemente nos territórios de identidade Bacia do Jacuípe, Irecê e Sertão do São Francisco. Excetuam-se, quanto ao comentário imediatamente anterior, o calcário, dolomítico e/ou calcítico, com ocorrência em diversos locais do Estado, e largamente utilizado na agricultura como corretivo da acidez de solos, mas, também, empregado como *filler* do pavimento rodoviário na fabricação do concreto e areia asfálticos, além de entrar como insumo em outros processos industriais como a produção de papel, por exemplo. No tocante às rochas e minerais com emprego na indústria sobressaem os territórios de identidade Chapada Diamantina, com ocorrência de barita, diatomita e quartzo hialino; Vitória da Conquista, com diatomita, talco e vermiculita; Velho Chico, com quartzo hialino e flúor, e Sertão Produtivo, principalmente com magnesita, talco e vermiculita.



Cartograma 5 - Grandes grupos de minerais por municípios com (reservas minerais conhecidas).

Fonte: CPRM, 2008



Na avaliação propriamente dita das potencialidades e limitações, as reservas minerais consideradas foram as que se relacionam com os principais estímulos ao investimento que vêm sendo concretizados pelo Governo do Estado nos diversos Territórios de Identidade onde são observadas essas ocorrências. Nesse sentido, destaque é dado ao minério de ferro, à bauxita, ao níquel, manganês, tálio e outros minérios cuja exploração ou ampliação da base de exploração já existente muito contribuiu para colocar a Bahia na condição de sexta maior província mineral do País e, mesmo, na iminência de alçar uma posição ainda mais favorável.

Na seção imediatamente seguinte é apresentada a metodologia que foi utilizada para a avaliação das potencialidades e limitações em relação à indústria, a qual promoveu a conjugação de fatores que estão presentes em ambas as abordagens, a clássica e a contemporânea, conferindo, desta forma, uma análise mais minuciosa sobre a presença ou ausência dos fatores favoráveis à decisão sobre localização industrial por Território de Identidade (TI).

### c) Detalhamento dos passos metodológicos

Compreender as dinâmicas da indústria e sua importância tornou-se relevante devido ao desenvolvimento de novas formas de geração de trabalho e renda para a região. Não obstante, na definição de potencialidades e limitações, é preciso considerar as especificidades regionais advindas do que se traduz na existência de vantagens comparativas. Uma das consequências desejáveis da industrialização surge de uma maior diversificação econômica e de novas formas de geração de emprego e renda, além do caráter endógeno de desenvolvimento regional.

Na concepção de potencialidades foram também analisadas as possibilidades de surgimento de atividades relacionadas à produção e distribuição de mercadorias no âmbito de novas aglomerações produtivas especializadas. Num eventual surgimento de novo polo industrial é importante verificar a capacidade de recursos humanos locais no sentido de favorecer novas políticas de inovação e o aumento da competitividade local. Deve-se notar, contudo, que a aglomeração industrial regional resulta de um grau elevado de complementaridade entre as atividades, além das formas de cooperação entre empresas e interação dos diversos agentes locais.

Assim, a avaliação das potencialidades e limitações para a indústria levou em conta a série de fatores locais comentada a seguir, os quais foram confrontados com os requisitos locais dos arranjos produtivos industriais considerados prioritários pelo Governo do Estado. Esses arranjos são apresentados ao final da referida relação comentada dos fatores.

#### (i) Matéria prima

A matéria prima como fator locacional de indústria abrange produtos agrícolas, ocorrências minerais e produtos semi-manufaturados. No caso da agroindústria, a existência de *cultivares* em determinado Território de Identidade tanto pode significar uma potencialidade para esse TI quanto para TIs próximos em função das distâncias economicamente viáveis que podem ser percorridas pelas colheitas. No que se refere ao beneficiamento mineral, a ocorrência de cada um somente foi atribuída como potencialidade para o TI onde esta se verificou, uma vez que, conforme já mencionado, a relação peso/custo de transporte (momento de transporte) é mais vantajosa para o beneficiamento local tendo em vista a eliminação da ganga que representa um significativo peso que deixa de ser transportado. No caso das matérias primas do tipo semi-manufaturados, foi a existência de instalações produtivas destas no próprio TI, ou a facilidade de serem trazidas a partir de outros territórios que deu a conotação de potencialidade.

Em todos os casos, a facilidade de transporte foi avaliada por meio da existência ou não de infraestrutura rodoviária, ferroviária, hidroviária ou aeroviária, comentadas neste texto.

#### (ii) Combustíveis

A utilização de combustíveis como utilidade industrial abrange os combustíveis sólidos, líquidos e gasosos. No caso dos combustíveis sólidos, excluiu-se o carvão mineral pelo baixíssimo nível de ocorrência no estado da Bahia. Com efeito, o carvão mineral brasileiro concentra-se basicamente em Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Quanto ao carvão vegetal, este pode ser utilizado em TIs onde ainda haja viabilidade de exploração madeireira, desde que cumpridos os requisitos ambientais.

Em relação aos combustíveis líquidos, foram consideradas as facilidades de transporte entre as fontes produtoras e cada TI. No que se refere a combustíveis gasosos, o TI Recôncavo-RMS pela ocorrência local, tanto quanto os TIs por onde se dispõe o Gasoduto Sudeste-Nordeste (Gasene), especialmente o TI Litoral Sul, Baixo Sul e Extremo Sul, apresentaram elevada potencialidade, remanescendo este fator como uma limitação em todos os demais.

#### (iii) Energia elétrica

A Bahia já hospeda inúmeras plantas industriais eletrointensivas nos ramos de ferroligas, celulose e papel. Segundo BERMANN<sup>3</sup>, os consumos de energia desses ramos industriais são, respectivamente, de entre 3.300 e 3.500 kWh/t, de 410 a 580 kWh/t, e de 620 a 870 kWh/t. Na avaliação das potencialidades e limitações em relação ao fator energia elétrica foi considerada a

real disponibilidade desta utilidade em cada TI ou nas proximidades de cada um destes. Para tanto, e levando em conta que o sistema nacional de energia tem elevado grau de interligação<sup>4</sup>, foi adotada como potencialidade o fato de uma linha de transmissão de 230 kv ou de 500 kv efetivamente dispor-se pelo Território de Identidade ou em suas cercanias. Esse critério para identificar uma potencialidade ou limitação foi aqui adotado, portanto, para a energia do Sistema Interligado Nacional (SIN).

Uma segunda circunstância aproveitada foi a da geração eólica que encontra, na Bahia, um dos maiores potenciais do Brasil. Neste caso, a avaliação da potencialidade ou limitação procedeu com base no critério seguinte: as “fazendas de vento” (planta eólica) já implantadas e conectadas ao SIN recaem no caso já explicitado acima. As “fazendas de vento” já implantadas e não conectadas ao SIN foram consideradas como uma limitação a ser vencida. Os demais TIs, isto é, os que não têm potencialidade para chegarem a ter uma planta eólica implantada em seus territórios, foram considerados como limitados definitivamente em termos deste fator de localização.

Quanto às plantas térmicas, qualquer Território de Identidade poderá ser, em qualquer momento, beneficiado com uma ou mais unidades. O que comandou a classificação de sua potencialidade foi a distância do centro geográfico do TI ao ponto mais próximo de fornecimento do combustível.

#### (iv) Água

Muitas das indústrias instaladas no estado da Bahia são grandes usuárias de água bruta para o seu processamento. Essas fábricas, de médio e grande portes, utilizam em média, por empregado, capacidades que, segundo Machline<sup>5</sup>, vão de 400 l/dia (têxtil) a 5.000 l/dia (usina de pasteurização), passando por 1.000 l/dia (cervejarias), 2.000 l/dia (curtimento de couro) e 4.800 l/dia (fábricas de papel e papelão).

O estado da Bahia dispõe de uma Política de Recursos Hídricos que já vem sendo desenvolvida há mais de 30 anos e que conta com um sistema adequadamente estruturado de emissão de outorgas de direito de uso da água, o que coloca a questão de natureza institucional em uma posição que dá conforto aos usuários da água.

Quanto às potencialidades e limitações propriamente ditas, o caráter finito dos recursos hídricos induziu o critério à comparação das disponibilidades de cada TI, as quais foram avaliadas pela presença ou ausência de corpos d'água perenes, superficiais e/ou subterrâneos. De certo modo, a macrorregião Semiárido teve na água um fator limitante, à exceção dos TIs por onde se disponham leitos perenes como o rio São Francisco, o rio Paraguaçu, o rio das Contas e outros mais, além de aquíferos como o Tucano, no nordeste do Estado, ou a formação Uruçuaia, na macrorregião Cerrado, dada a possibilidade da adução para uso industrial em cada TI considerado. A competição entre usos da água também foi levada em conta sempre que o uso competidor que estiver presente em algum Território de Identidade tenha sido a irrigação, em razão das vazões significativamente elevadas deste uso dos recursos hídricos. Essa disputa, que eventualmente será encontrada em alguns TIs, poderá prejudicar o conceito atribuído à potencialidade quanto ao fator água. Por fim, para arranjos produtivos industriais pouco intensivos no uso da água, a rede hidráulica da Embasa ou serviço alternativo que existe em cada TI foi considerada uma potencialidade. Essa potencialidade constitui, entretanto, uma versão fraca de potencialidade uma vez que o uso de água potabilizada onde se demanda água bruta reflete uma agressão, ainda que menos violenta ao meio ambiente por tratar-se de setores menos intensivos no uso da água, evidentemente.

#### (v) Destinação dos resíduos industriais

A destinação adequada dos resíduos industriais será sempre uma tarefa a cargo da indústria que se vai implantar, a qual deverá prover seu empreendimento com as instalações de coleta, tratamento e destinação desses resíduos consoante as normas estabelecidas pela legislação. Entretanto, alguns TIs contam com distritos ou outras formas de aglomerações industriais organizadas que oferecem alguns serviços para esta finalidade. O único caso de serviço completo é encontrado no Polo Industrial de Camaçari que, dispondo das instalações da Cetrel, conta com estação de tratamento de efluentes líquidos, incineradores, de líquidos perigosos e de sólidos, além de aterros de lixo vermelho, dotando o TI Recôncavo-RMS de uma potencialidade expressiva quanto a este fator. Considerando que a existência do distrito significa um passo importante para poder-se contar com a destinação adequada dos resíduos industriais, para todos os demais Territórios de Identidade, onde se localizam distritos industriais, a falta desses serviços (destinação de resíduos) reduziu sua potencialidade para a indústria. De outro lado, os TIs que não contam com distritos ou outras formas de aglomeração industrial organizadas tiveram este fator locacional como uma limitação plena.

#### (vi) Mercados e transportes

O fator mercado não foi necessariamente objeto da avaliação uma vez que se trata do primeiro e mais detidamente estudado fator que é abordado pelos próprios empreendedores. O que importa no contexto da elaboração do ZEE é a existência ou não de vias de escoamento que permitam que os bens industriais produzidos em cada TI sejam levados a seus respectivos mercados. Dada a generalidade deste trabalho e sua escala de planejamento regional, a avaliação dos transportes teve-se exclusivamente à existência de infraestrutura em condições operacionais dos distintos modais, levando-se em consideração a

<sup>4</sup> Neste caso, não importa a fonte geradora e sim a real capacidade de entrega da energia no TI.

<sup>5</sup> MACHLINE, CLAUDE et al. *Manual de Administração da Produção*. Volume 1. Capítulo VII (localização de Indústrias). FGV. Rio de Janeiro. 1991.

<sup>3</sup> BERMANN, CÉLIO. *Indústrias eletrointensivas e autoprodução: propostas para uma política energética de resgate do interesse público*. USP. São Paulo. 2003.

existência da malha rodoviária de cada TI, de uma malha ferroviária em funcionamento ou sendo construída para operar em futuro próximo (caso da Ferrovia de Integração Oeste-Leste), de hidrovias, portos e aeroportos. A existência de equipamentos desativados, bem como a inexistência desses mesmos equipamentos foi considerada uma limitação.

#### (vii) Incentivos governamentais

Apesar de os incentivos governamentais para a instalação ou ampliação de indústrias serem habitualmente oferecidos pelos três níveis de poder, foram os incentivos do Poder Executivo estadual os de maior interesse para a espacialização das potencialidades em favor da indústria. Nesse sentido, as estratégias setoriais foram o indicativo mais consistente para a avaliação. Na definição das estratégias, o governo estadual selecionou dez setores industriais e deferiu prioridades a cada uma destes setores, numa clara alusão ao apoio que pode ser dado além daqueles incentivos legais e tributários em vigência. Para o setor da agroindústria, o governo estadual considerou necessário que a atração de investimentos fosse feita de modo seletivo para o que deverá ser definido um programa específico. Além disso, o governo fará o planejamento da espacialização dos investimentos em agroindústria destacando, desde já, o objetivo contar com um sistema logístico que alimente o programa de cargas da Ferrovia de Integração Oeste-Leste (FIOL), um importante indicativo de alta potencialidade para a agroindústria nos TIs por onde o traçado da ferrovia passar. Observou-se, entretanto, que não é somente a articulação com o transporte ferroviário mencionado que constitui elevado potencial para a agroindústria. Fatores outros como, por exemplo, a existência de *cultivares* e a integração da produção agropecuária, industrialização e comércio, aí incluído um programa de marcas, a exemplo do Café *Gourmet* Bahia, Vinhos do São Francisco, foram levados em consideração. O incentivo do governo estadual se estende à capacitação de recursos humanos em gestão empresarial, produção e logística para a agroindústria, potencialidade que beneficia qualquer um dos Territórios de Identidade. Em relação ao setor automotivo, o Governo da Bahia pretende continuar estimulando a sua expansão bem como pretende ver adensada a cadeia de fornecedores, do que resulta um elevado potencial para o setor metal mecânico, de pneumáticos e de fabricantes de componentes dos veículos. No que toca ao CKD (processo de produção que consiste em enviar um veículo completo desmontado para ser finalizado no país onde será vendido), o governo dá ênfase à produção de motocicletas. Há, também, incentivos para os setores intensivos em marca e *design*, com destaque para o ramo calçadista na Bahia, acompanhado da ampliação do conteúdo local da cadeia de fornecedores. Essa informação é relevante como potencialidade para a produção de calçados nos TIs onde já existe infraestrutura e instalações de fábricas que foram desativadas no passado. Ainda quanto a setores intensivos de marca e *design*, há estímulos para a indústria moveleira e de confecções. Para o setor de produção de celulose, os estímulos principais são os de fomentar as atividades industriais para as quais a madeira seja a principal matéria-prima, assim como pretende-se atuar na cadeia industrial deste bem da terra. Os Territórios de Identidade onde a silvicultura é expressiva são dotados, portanto, de elevada potencialidade no que concerne a incentivos governamentais. Para a construção civil, entendendo que um elevado número de materiais industrializados ainda procede de outras unidades da Federação, o governo estadual tem estimulado novos negócios sustentáveis e o aumento da produtividade pela incorporação de novas técnicas construtivas e organização da cadeia construtiva em bases industriais. Quanto aos setores intensivos em tecnologia, faz parte da estratégia do Governo estadual para a indústria o estímulo à agregação de valor à produção de *hardware* e à produção de *software* com os segmentos dinâmicos da economia. No campo da mineração e transformação mineral, há toda a disposição do Estado em fortalecer os serviços e logística, inclusive com formatação de planos para a indústria cerâmica e de rochas ornamentais.

A estratégia do governo do Estado também volta-se para a indústria naval e *offshore*, prevendo-se criar condições, inclusive definição de sítios, para atrair empresas construtoras de navios e plataformas de grande porte, além de sondas e outras unidades *offshore*, e de apoio ao adensamento da cadeia de fornecedores locais para a indústria naval. No campo da produção de petróleo e gás, o governo estadual estimulará a interiorização da oferta de gás canalizado para ampliar sua competitividade, e buscará promover uma maior integração dos campos maduros à cadeia do petróleo. O governo estimula, por fim, a indústria química e petroquímica com a pretensão de contribuir para uma maior integração operacional entre a Refinaria Landulpho Alves e a central de matérias-primas do Polo Industrial de Camaçari, além de buscar a melhoria da integração logística com o mercado do Sudeste do país e com o mercado internacional, incluindo a remodelagem regulatória do Porto de Aratu e o fomento da cabotagem. Na base da cadeia petroquímica faz parte da política pública focar a descomoditização (capacidade de a empresa ou setor crescer e sobreviver de modo sustentável), aproveitando a potencialidade do polo acrílico.

Os elementos acima foram suficientes para a identificação de potencialidades e limitações da indústria com relação aos incentivos governamentais estaduais. Quanto aos incentivos da União e aos oriundos dos municípios, os primeiros são mais gerais e, estes últimos, além de bastante específicos de cada municipalidade, são de interesse maior para os processos de microlocalização, perdendo sentido suas respectivas inclusões neste trabalho.

Além do apoio técnico no processo de localização industrial, da oferta de terrenos a preços baixos em zonas de industrialização (distritos), os incentivos também podem ser oferecidos sob a modalidade de desoneração tributária, no apoio a importação de bens do exterior para comporem os ativos das fábricas, nas operações internas relativas às aquisições de bens produzidos no Estado e crédito presumido de ICMS, entre outras formas de estímulo.

#### (viii) Mão de obra

A mão de obra para a indústria pode ser classificada em três distintos níveis: a especializada, a semi-especializada e a não-especializada. A mão de obra especializada envolve, além de cargos de direção e administrativos, os operadores de máquinas e equipamentos mais complexos implicando a necessidade de formação profissional obtida por meio de cursos e treinamentos a exemplo dos que são oferecidos pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e outras instituições técnicas

voltadas para a capacitação e treinamento. A mão de obra semi-especializada requer do trabalhador a capacidade de operar máquinas mais simples e de manusear ferramentas, realizando trabalhos práticos que impliquem determinado grau de discernimento que não é exigido no trabalho do auxiliar ou servente. E a mão de obra não-especializada, inerente aos serventes, não requer formação prática anterior, correspondendo a trabalhos de auxílio a profissionais semi-especializados, muitos dos quais repetitivos. O setor industrial que oferece a maior quantidade de oportunidades para a mão de obra não-especializada é o da construção civil. Na presente metodologia, o fator mão de obra não-especializada e semi-especializada foi avaliado, em termos de oferta, considerando-se o contingente populacional de cada TI na faixa etária de 20-40 anos, deduzida a parcela já ocupada na indústria. Deixou-se de fazer a avaliação da oferta de mão de obra especializada administrativa em razão dos contingentes reduzidos que são demandados em cada planta fabril. Além disso, o fator existência de instituição de capacitação e treinamento no TI foi considerado uma potencialidade em grau elevado em favor deste. A existência desse mesmo tipo de instituição em TI vizinho foi tomada como potencialidade em grau moderado. E a inexistência de entidades voltadas para capacitação e treinamento no TI e em seus vizinhos foi tomada como uma limitação. Não se incluíram na presente metodologia os sub-fatores *sindicalização local* e *tendência salarial local* em razão da disseminação do ativo papel das entidades de classe laborais em todo o país, como também em razão das políticas salariais que apresentam pequenas diferenças de um Território de Identidade para outro. Por igual, foi descartada a avaliação em relação ao sub-fator *migração da mão de obra*, devido a sua difícil aferição a partir de dados secundários.

#### (ix) Fatores geográficos e clima

Dentre os fatores geográficos considerados como eventuais potencialidades ou limitações para a implantação e operação de unidades industriais, destacaram-se os cursos d'água navegáveis como elemento que integra o fator infraestrutura de transporte, adiante comentado, e outros tipos de corpos d'água como lagos e reservatórios e/ou aquíferos, como fontes de obtenção de água para o processo industrial e como fontes de matérias-primas para a indústria da pesca.

O clima, fator normalmente analisado para a localização industrial em regiões que apresentam diferenças sazonais de temperatura e de umidade apreciáveis, deixou de ser considerado na presente metodologia dada à modesta variabilidade que é encontrada no território baiano, a qual se situa sempre no intervalo de 12°C (inverno) e 28°C (verão), previsto na definição de conforto térmico dada pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), em seu art.165 (parágrafo único).

#### (x) Reações da sociedade local

As reações conhecidas da sociedade do Território de Identidade em relação às possibilidades de implantação de alguns tipos de projeto industrial correspondem a um importante fator nos dias de hoje em que já se pratica na Bahia, de modo concreto, há pelo menos uma década, a chamada democracia participativa. A sociedade civil organizada, uma das revelações do final do século e milênio passados, costuma empunhar algumas bandeiras que devem, tanto quanto possível, ser observadas na avaliação das potencialidades e limitações da indústria.

Um exemplo significativo desse tipo de reação ocorre em relação à produção da energia elétrica de fonte termonuclear, um tipo especial de indústria. O território baiano abriga dois distintos tipos de preocupação em relação às plantas nucleares, a primeira na fase do processo de mineração do urânio no TI Sertão Produtivo e em todos os Territórios de Identidade por onde transita o urânio para o embarque em direção à França onde se produz o *yellow cake*. E, a segunda, nos TIs do extremo norte, especialmente o TI Itaparica, localização que poderá receber uma planta geradora termonuclear, mesmo que não seja em território baiano. Apesar de tratar-se de empreendimentos estratégicos para o país, em relação aos quais, dificilmente reações da sociedade local podem chegar a reverter algumas decisões, a tomada em consideração dessas reações da sociedade é relevante para que a implementação de indústrias ou quaisquer tipos de empreendimentos não desejáveis por algum aspecto possa ser repensada, oportunidade na qual são observados e, por certo, implementados os aspectos de cautela necessários.

Fora do contexto da indústria manufatureira, porém afetando a indústria da construção civil, ocorre situação semelhante em relação a obras de transposições de bacias hidrográficas, normalmente indesejáveis para a sociedade que terá que exportar suas águas. Como o território baiano oferece contrastes de TIs úmidos ao lado de TIs secos, esse tipo de solução torna-se convidativo podendo gerar focos de conflitos que precisam ser evitados ou dirimidos quando já instalados.

Na presente metodologia, consideraram-se as principais reações já conhecidas como a que se refere à indústria de produção de energia termonuclear como limitações do TI a determinados ramos industriais.

#### (xi) Existência de cidades-base e requisitos do apoio da rede urbana

O conceito de cidade-base, instituído pelo TDR, constituiu um fator locacional não somente para a indústria, como também para todas as atividades que requerem apoio mais facilmente obtível no meio urbano. Entre as formas de apoio foram consideradas: os serviços associados ao sistema bancário, as instituições governamentais dos três níveis de poder, assim como presença de escritório regional da Junta Comercial da Bahia, os correios e telégrafos, os serviços médicos e hospitalares, a presença de órgãos do Poder Judiciário, entre outros. O critério adotado nesta metodologia considerou que, a existência de uma cidade-base no TI confere-lhe, por si só, uma potencialidade. Esse mérito em favor das cidades-base resulta do fato de tais cidades serem o destino natural das atividades que se irradiam pelo Território de Identidade, posto que é da essência do processo de interiorização do desenvolvimento a concentração em cidades-polo, aqui denominadas cidades-base, e da necessária densidade infraestrutural, para irradiar o apoio a vários municípios que a elas se circunscrevem. E mesmo que algum dos serviços



relacionados no fator Rede Urbana falte a alguma dessas cidades-base, certamente esperar-se que as políticas públicas, em pouco tempo, encarregar-se-ão de potencializar ações impulsionadoras do preenchimento dessas lacunas.

Nos casos de Territórios de Identidade, que não contam com cidade base, o critério avançou sobre o número de instituições de rede urbana presentes nas cidades que compõe o TI. Para cada TI que disponha de, pelo menos, três desses serviços de apoio, considerou-se uma potencialidade em seu favor. Para aqueles com um número inferior a três, a circunstância foi tomada como uma limitação.

*(xii) Existência de distrito industrial*

A existência de distritos industriais representou uma potencialidade e, por oposição, a falta destes, uma limitação para a indústria instalar-se em determinado Território de Identidade. Há diferenças, entretanto, na oferta de utilidades industriais entre os diversos distritos ou aglomerações organizadas de indústria. O Polo Industrial de Camaçari, conforme já referido, foi a única aglomeração industrial planejada que ofereceu todas as utilidades básicas. A todos os demais distritos industriais da Bahia faltou um sistema centralizado de tratamento de efluentes, implicando a necessidade de cada fábrica ou subconjunto de fábricas construir e operar suas próprias estações de tratamento de efluentes e respectivas redes de descartes. Considerando, entretanto, que a maior parte das utilidades foi encontrada em todos os distritos industriais da Bahia, e que todos estão estrategicamente localizados ao lado de vias de escoamento ou de portos ou, ainda, aeroportos, o critério adotado na presente metodologia foi o de considerar uma potencialidade a existência do distrito e, uma limitação, a falta deste.

*(xiii) Concentração de atividade antrópica*

Este fator locacional compareceu ao rol de fatores com o objetivo de observar a necessária vigilância contra a excessiva concentração antrópica de um modo geral, e industrial de modo específico, em cada Território de Identidade. O critério, neste caso, inclinou-se em favor da promoção da desconcentração da atividade antrópica onde houve excesso desta, com o objetivo de, de um lado aliviar a pressão sobre o meio ambiente onde houve acentuada concentração e, de outro, contribuir para a redução das disparidades regionais no território baiano.

*(xiv) Atração local pela existência de atividades industriais semelhantes*

Considerando que a decisão da escolha do industrial sobre onde implantar sua fábrica também ocorre pelo critério da *localização por semelhança*, os Territórios de Identidade onde já existirem fábricas de determinado arranjo produtivo foram considerados propícios a receber novas unidades do mesmo ramo, fazendo com que esta circunstância fosse uma potencialidade para aquele tipo de arranjo, e uma limitação para arranjos ali inexistentes.

*(xv) Infraestrutura de transporte*

A infraestrutura de transporte inclui todos os modais com destaque para a forte participação do rodoviário em razão do modelo adotado no país desde a segunda metade do século passado até o presente. Em face dessa circunstância, a densidade da malha rodoviária em cada Território de Identidade é que indicou o grau alto de potencialidade, médio ou baixo para que fossem aferidas as potencialidades e limitações. Deixou-se de se considerar, no caso das rodovias, aquelas que não estão pavimentadas. Em menor escala, atuaram os modais ferroviário, hidroviário e dutoviário, onde a infraestrutura existe e se encontra em uso, representando potencialidade em favor dos TIs por onde se dispõem.

*(xvi) Existência de projetos estruturantes implantados ou em implantação*

A existência de projetos estruturantes corresponde a uma potencialidade de grande significado em favor do Território de Identidade uma vez que a chegada destes costuma abrir espaços para mais de um arranjo produtivo, robustecendo a trama local de relações inter-setoriais. Nesta metodologia, a existência de projetos estruturantes em andamento, mesmo que um único, conferiu um grau elevado de potencialidade e, a falta destes, foi indicativa de uma limitação. Os projetos estruturantes que não estão iniciados deixaram de ser considerados.

No que diz respeito aos requisitos dos arranjos produtivos, observa-se que a Política Industrial do Estado da Bahia elegeu, como já referido, dez setores prioritários. A cada um desses setores foi associado um certo número de fatores locais, ditos fatores preponderantes. Tais fatores foram levados ao confronto com as potencialidades levantadas para os Territórios de Identidade, definindo a potencialidade ou limitação ao desenvolvimento industrial. O resultado é apresentado no Quadro 96 e no Quadro 97, os quais sintetizam, para cada arranjo, o(s) território(s) de identidade onde se evidenciam potencialidades e/ou limitações em relação à indústria. Apresentam-se, a seguir, os fatores preponderantes de cada um dos arranjos selecionados.

*(i) Automotivo*

Os fatores de localização preponderantes para o setor automotivo foram a matéria prima, representada especialmente pelos itens da indústria metal mecânica, a mão de obra, principalmente a especializada, além dos incentivos fiscais e governamentais que podem reduzir significativamente os custos de produção e a infraestrutura de transporte.

*(ii) Agroindústria*

Os fatores de localização favoráveis à agroindústria foram a matéria prima, a qual depende das *cultivares* regionais, o que significa afirmar que a Bahia tem potencial em praticamente todos os TIs, à exceção de algumas partes da macrorregião Semiárido; a água para o processamento industrial; a mão de obra semi-especializada; e os mercados e transportes.

*(iii) Calçados e couro e outras intensivas em design*

Os fatores de localização favoráveis à produção de calçados e couro foram: na fase da produção do couro, a proximidade de matadouros refletindo o fator matéria-prima, e a água para o curtimento do couro em fulões; e na fase do fabrico dos calçados, a mão de obra e a infraestrutura de transportes. Para o requisito do design foi levado em consideração a possibilidade de constituição de um conceito de marca ou griffe que a região ou TI possa vir a emprestar.

*(iv) Construção civil*

A construção civil demanda contingentes apreciáveis de mão de obra não-especializada (servente) associada à semi-especializada dos oficiais pedreiros, carpinteiros, armadores e outras categorias em quantidades menores; demanda ainda as matérias primas básicas como o cimento e os agregados, principalmente as areias. Portanto, os fatores preponderantes foram mão de obra e matéria-prima.

*(v) Indústria naval e náutica*

Os fatores preponderantes para a localização da indústria naval e náutica são a proximidade do mar ou de cursos d'água de porte, para o estaleiro entregar facilmente a embarcação, plataforma ou equipamento produzido, assim como a proximidade de plantas siderúrgicas, mão de obra especializada e suprimento de energia elétrica. O fator mercado atua, no caso da grande indústria naval, por encomendas, sendo a Petrobrás o principal cliente que pode assegurar a demanda para este arranjo industrial. Para fabricação em série de embarcações de médio e pequeno portes, matérias-primas adicionais são requeridas, especialmente fibras e outros materiais leves.

*(vi) Mineração*

A mineração tem como fator preponderante principal a ocorrência do minério (matéria-prima), pois o beneficiamento deste ocorre sempre ao lado da mina para reduzir os custos do transporte. Nesse caso, foram consideradas as ocorrências dos minerais que integraram o planejamento estratégico do setor de mineração da Bahia, definindo, desde já, TIs com alta potencialidade. Esses minerais são: o ferro, com uma concentração apreciável de jazidas na região de Caetité; a barita (Camamu, Ibitiara, Contendas do Sincorá e Seabra, Macaúbas e Pirai do Norte); a diatomita (Vitória da Conquista, Mucugê, Ibicoara e Morro do Chapéu); pedras preciosas como a esmeralda em Campo Formoso e Pindobaçu; a bentonita em Vitória da Conquista; o cobre em Jaguarari, a cromita em Campo Formoso, Andorinhas, Itiúba e Santa Luz; a grafita no município de Maiquinique; o níquel em Itagibá; o vanádio em Maracás; a gipsita com 44% das reservas brasileiras na Bahia predominantemente na região de Camamu, o fósforo na região de Campo Alegre de Lourdes; o mármore bege em Orolândia; os granitos comuns em Guaratinga, Itanhém, Medeiros Neto, Itapebi, Jequié, Jitaúna, Itarantim e Riacho de Santana; o granito negro em Ibiassucê e Floresta Azul, além do mármore branco em Belmonte; o salgema (Itaparica); o ouro em Teofilândia, Jacobina e Santaluz; o urânio em Caetité; a bauxita na região ao sul de Santo Antônio de Jesus; e o tálio na região de Barreiras. O segundo fator preponderante foi a disponibilidade de energia elétrica na região de exploração, e, o terceiro, foi a infraestrutura de transportes.

*(vii) Papel e celulose*

Na indústria de papel e celulose foram relevantes os fatores matéria prima, o que indica a necessidade de localização ao lado da floresta; a energia elétrica e a utilização de água, este último fator especialmente utilizado na produção da polpa branqueada, o papel de jornal e o papel fino.

*(viii) Petróleo e gás*

O fator preponderante básico para a produção do petróleo e do gás é a ocorrência da matéria prima em ambos os casos. Em segundo lugar, a existência de infraestrutura de transporte conferiu uma pontuação favorável apenas aos Territórios de Identidade de ocorrência das referidas matérias primas. Na Bahia, as ocorrências estão no Recôncavo e em partes do litoral sul, na altura de Abrolhos, um indicativo da potencialidade dos TIs dessas regiões e limitação de todos os demais TIs do Estado.

*(ix) Química e petroquímica*

A petroquímica domina este arranjo, e seus fatores preponderantes de localização atendem ao ramo da química. Esses fatores são as utilidades industriais básicas, a nafta e o gás natural, os quais já contam com uma infraestrutura de grande porte em Camaçari. Sucede que outros TIs podem oferecer condições favoráveis (fatores preponderantes) para ramos diversificados da química. Desses outros fatores, destacaram-se a existência de distrito industrial e os incentivos fiscais e governamentais associados.

*(x) Indústrias intensivas em tecnologia*

A Política Industrial do estado confere destaque à tecnologia da informação, a qual está relacionada com a produção de *hardwares* e de *softwares*. Em ambos os casos, os fatores de localização preponderantes foram a mão de obra especializada, e as matérias-primas que são os implementos para a montagem de *hardwares*. Um fator adicional foi a atração por atividades industriais semelhantes existentes, isto é, a já mencionada localização por semelhança, que encontra no Distrito Industrial de

Ilhéus elevada potencialidade por abrigar um polo constituído por cinco empresas<sup>6</sup>. Na localização por semelhança, tirou-se proveito de serviços comuns que ensejam a redução dos custos.

### 12.3. Resultados

O conjunto de fatores preponderantes apresentado no capítulo anterior corresponde aos requisitos que conferem as potencialidades a cada arranjo. Constitui, pois, um guia para a identificação das potencialidades e limitações em cada situação analisada. O resultado final, apresentado no Quadro 96 e no Quadro 98 é a reprodução dessa identificação do requisito e sua ocorrência nos diversos Territórios de Identidade.

<sup>6</sup> DATEN Tecnologias, Zmax, Login, Positivo e Unicoba. Recentemente as duas primeiras anunciaram sua fusão.

**Quadro 96** - Síntese de potencialidades, limitações e recomendações referentes ao tema **Indústria: Cadeia ou Setor de Produção**

ASPECTO: CADEIA OU SETOR DE PRODUÇÃO					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Território(s) de Identidade onde ocorre(m) o(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) o(s) critério(s)	Atributo(s) territorial(is) que favorece(m) ou pode(m) ser utilizado(s) pela indústria e a(s) repercussão(ões) positiva(s) dessa atividade	Fator(es) que impede(m) ou restringe(m) o pleno desenvolvimento da atividade industrial	Recomendação(ões) que visam a melhoria do desempenho da atividade industrial e sua contribuição no processo de construção do desenvolvimento sustentável.
Indústria de papel e celulose	Costa do Descobrimento Extremo Sul Litoral Norte e Agreste Baiano	22, 23, 28, 29, 32, 33, 35, 36	Tecnologia de produção de papel e celulose relativamente acessível. Presença local de importantes plantas transformadoras da produção. Demandas de papel e celulose nacional e internacional aquecidas.	Competição pelo uso da terra. Potencial para causar danos ambientais decorrentes das atividades de produção da celulose e/ou papel e da implantação da monocultura da arbórea. Longo prazo de maturação dos investimentos. Reduzida oferta de capital humano. Infraestrutura de transporte para escoamento ainda inadequada. Alta relevância ambiental do entorno da área produtora atual, o que restringe e condiciona a expansão da atividade na região.	Promover a melhoria e expansão de terminais portuários. Promover a melhoria de condições rodoviárias. Estimular a concepção de um ramal ferroviário longitudinalmente ao território de identidade para escoamento da produção de celulose e/ou papel, combinada com outras cargas da região ou de outras regiões. Promover o ordenamento de uso da terra da região, de forma a assegurar área mínima para produção agropecuária e otimizar a repartição do espaço entre as diversas atividades produtivas, conservacionistas ou preservacionistas.
Setores intensivos em tecnologia - "Eletroeletrônicos"	Litoral Sul	22, 26, 27, 28, 36	Boa logística de transporte para escoamento da produção – presença de porto, aeroportos e rodovias com acesso ao sudeste do país. Potencial de acesso a novos mercados, nacional e internacional. Potencial para verticalização das cadeias produtivas existentes, por meio de estímulo à fabricação de componentes microeletrônicos no próprio território, agregando valor à montagem dos equipamentos. Vetor de desconcentração espacial da produção e da atividade e vida urbanas. Ambiente empresarial favorável ao desenvolvimento de plantas "limpas" e de alto valor tecnológico. Disponibilidade de gás natural. Presença de duas cidades-base, do porte de Ilhéus e Itabuna, que servem de apoio às atividades da região. Presença da Zona de Processamento de Exportações (ZPE) no município de Ilhéus.	Baixa qualidade e reduzida disponibilidade de mão de obra especializada. Ausência de programa de incentivos fiscais para os distritos industriais de Itabuna e Ilhéus. Inatividade da Zona de Processamento de Exportações (ZPE) existente no município de Ilhéus. Falta de uma escola técnica voltada para a capacitação, treinamento, pesquisa e ensino na área de eletroeletrônicos.	Promover ações de capacitação da mão de obra local, com foco nas indústrias de base tecnológica. Promover ações de verticalização da produção, integrando a fabricação de componentes e equipamentos de informática (hardware) a serviços de desenvolvimento de programas (software). Ativar a Zona de Processamento de Exportações (ZPE) existente no município de Ilhéus, com institucionalidade necessária ao processamento de produtos oriundos do polo eletroeletrônico. Estimular a pesquisa e o desenvolvimento local avaliando, inclusive, a implantação de parque tecnológico.
Setores intensivos em marca e design - Produtos da madeira e mobiliários	Extremo Sul	28, 29, 36	Disponibilidade de terra e recursos naturais. Boa logística de transporte necessária para escoamento da produção, composta pela BR-101, importante eixo rodoviário Norte-Sul, possibilitando acesso ao sudeste do país. Potencial de acesso a novos mercados. Segmento industrial consolidado.	Capacidade de investimento e tecnologia limitada, voltada ainda para pequenas embarcações artesanais. Baixa dotação de capacitação de mão de obra local. Restrições ambientais pelo uso da terra, desmatamento e ameaças às reservas florestais regionais.	Promover a implantação de incentivos para atração de novas indústrias montadoras. Promover ações de capacitação da mão de obra local. Estimular a certificação da matéria-prima utilizada, evitando o desmatamento, reduzindo as ameaças às reservas florestais regionais e elevando o valor agregado da produção.

(Continua)



ASPECTO: CADEIA OU SETOR DE PRODUÇÃO					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Território(s) de Identidade onde ocorre(m) o(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) o(s) critério(s)	Atributo(s) territorial(is) que favorece(m) ou pode(m) ser utilizado(s) pela indústria e a(s) repercussão(ões) positiva(s) dessa atividade	Fator(es) que impede(m) ou restringe(m) o pleno desenvolvimento da atividade industrial	Recomendação(ões) que visam a melhoria do desempenho da atividade industrial e sua contribuição no processo de construção do desenvolvimento sustentável.
Indústria náutica	Baixo Sul Extremo Sul	20, 25, 26, 27, 28, 29, 36	<p>Cultura manufatureira náutica já consolidada na região.</p> <p>Presença de mercado consumidor local para atividades de manutenção e construção de embarcações e estruturas náuticas.</p> <p>Perspectiva de desenvolvimento do setor pesqueiro e turístico, como fator de demanda por novas embarcações e estruturas náuticas.</p> <p>Boa logística de transporte para escoamento da produção.</p> <p>Potencial de acesso a novos mercados.</p> <p>Segmento industrial alavancado pela presença da indústria do turismo e pesca na região.</p> <p>Possibilidade de estímulo a demanda por meio de programas de estímulo ao transporte aquaviário de passageiros intrarregional.</p>	<p>Capacidade empresarial baixa.</p> <p>Capacidade de investimento e tecnologia limitada.</p> <p>Baixa capacitação de mão de obra local.</p> <p>Restrições ambientais pelo uso da terra, desmatamento e ameaças às reservas florestais regionais.</p> <p>Demanda por embarcações pouco estruturada e desvinculada a uma política de estímulo ao transporte de passageiros.</p>	<p>Promover incentivos para atração de novas indústrias de embarcações e estruturas náuticas.</p> <p>Promover ações de capacitação da mão de obra local.</p> <p>Elaborar políticas de incentivo ao turismo náutico, e ao transporte aquaviário das comunidades locais como forma de estruturar a demanda da cadeia na região.</p>
Indústria naval e <i>offshore</i>	Recôncavo Metropolitano de Salvador	24, 25, 26, 33, 34, 35, 36	<p>Condição natural abrigada da Baía de Todos os Santos favorece a instalação de plataformas de construção de embarcações e estruturas navais.</p> <p>Demandas nacional e internacional aquecidas.</p> <p>Presença do polo naval, especializado em equipamentos <i>off-shore</i>, com importantes investimentos já materializados.</p> <p>Perspectiva de instalação do Distrito Industrial Dois de Julho, como estrutura de apoio à indústria naval na região.</p> <p>Proximidade com a capital do Estado permitindo acesso a serviços urbanos com maior facilidade.</p>	<p>Baixa acessibilidade rodoviária à região de Maragogipe, o que dificulta o acesso terrestre às áreas importantes para o setor.</p> <p>Baixo grau de urbanização nas cidades situadas na foz do rio Paraguaçu, onde estão localizados os investimentos do polo naval.</p> <p>Alto risco de geração de danos ambientais decorrentes da implantação e operação da infraestrutura associada ao polo naval.</p>	<p>Qualificar a infraestrutura de acesso terrestre à região de estaleiros, conectando a região aos eixos rodoviários estruturantes do estado (BR-242 e BR-116).</p> <p>Avaliar e gerenciar os impactos ambientais e sociais decorrentes dos investimentos projetados para a região dos estaleiros.</p>

(Continua)

ASPECTO: CADEIA OU SETOR DE PRODUÇÃO					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Território(s) de Identidade onde ocorre(m) o(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) o(s) critério(s)	Atributo(s) territorial(is) que favorece(m) ou pode(m) ser utilizado(s) pela indústria e a(s) repercussão(ões) positiva(s) dessa atividade	Fator(es) que impede(m)ou restringe(m) o pleno desenvolvimento da atividade industrial	Recomendação(ões) que visam a melhoria do desempenho da atividade industrial e sua contribuição no processo de construção do desenvolvimento sustentável.
Indústria de Petróleo e Gás	Recôncavo Metropolitano de Salvador Baixo Sul Litoral Sul Extremo Sul Sisal	19, 20, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 32, 33, 34, 35, 36	<p>Presença da refinária Landulpho Alves.</p> <p>Existem indícios da existência de reservas nas bacias do Recôncavo, de Camamu-Almada e de Cumuruxatiba; outras ainda pouco exploradas estão localizadas na Bahia, tais como: Tucano, Jacuípe, Jequitinhonha, Mucuri, São Francisco e Jatobá. Há boas perspectivas quanto à existência de gás na Bacia de Tucano, em terra, atualmente em exploração por um consórcio liderado pela Petrobras e, em águas profundas, na Bacia de Jequitinhonha, no Sul do estado. Essa tornou-se uma prioridade para a Petrobras, pois sua formação geológica é comparada à da Bacia de Campos.</p> <p>O número de operadoras petrolíferas atuando na Bahia, isoladamente ou em consórcio, em campos novos, marginais e maduros, cresceu.</p> <p>A reativação de poços maduros ou marginais exige, muitas vezes, o uso de sondas <i>workover</i> – que possuem uma estrutura menor do que uma sonda tradicional de perfuração e equipamentos periféricos também menores –, tancagem para estocagem do óleo produzido e instalação de novas linhas de produção, impactando positivamente no suprimento local de bens e serviços.</p> <p>O crescimento de fontes renováveis na matriz energética brasileira, estimulado por pressões ambientais, cria ameaças (redução na demanda de petróleo e gás).</p>	<p>Falta de uma política clara de compras do óleo por parte da estatal.</p> <p>Falta de disposição para investir por parte dos pequenos produtores.</p> <p>Como os campos baianos são, na maioria, maduros ou marginais, as elevações no preço do petróleo podem garantir a viabilidade econômica desses poços.</p> <p>Oportunidades (novos mercados a serem explorados e uso do petróleo e gás para fins mais nobres) para as empresas petrolíferas.</p> <p>Carência de pessoal qualificado.</p>	<p>Articular o parque fornecedor da Bahia para participar de forma efetiva no esforço de composição do conteúdo nacional para atendimento às demandas de bens e serviços de exploração e produção offshore, inclusive no pre-sal.</p> <p>Promover a interiorização da oferta de gás canalizado e sua inserção competitiva no atendimento das cadeias produtivas do Estado.</p> <p>Promover, de forma competitiva, a maior integração dos campos maduros à cadeia do petróleo, atuando na harmonização de interesses e na agregação de valor.</p>
Indústria química e petroquímica	Recôncavo Metropolitano de Salvador	24, 25, 26, 33, 34, 35, 36	<p>Boa densidade rodoviária e de formas de acesso ao polo.</p> <p>Existência de vias de escoamento de bens e serviços com boa densidade rodoviária e de formas de acesso ao polo.</p> <p>Disponibilidade de infraestrutura de acesso portuário, favorecendo o escoamento de bens e serviços.</p> <p>Boa condição de competitividade devido à economia de aglomeração industrial, contando com diversificada rede de transformação de produtos químicos e petroquímicos.</p> <p>Existência de sistema de gestão ambiental sistêmica.</p> <p>Sinais indicadores de expansão dos investimentos nos setores químico e petroquímico.</p> <p>Boa disponibilidade de água e energia.</p> <p>Considerando a oferta de insumos petroquímicos, há potencial para verticalização da cadeia produtiva.</p>	<p>Dificuldade de acesso aos portos, especialmente ao porto de Salvador devido a congestionamentos frequentes na capital.</p> <p>Indisponibilidade de um segundo terminal de contêineres como alternativa ao TECON.</p> <p>Obsolescência de algumas plantas industriais estruturantes dentro da cadeia petroquímica.</p> <p>Baixa verticalização da cadeia produtiva.</p>	<p>Promover ações de melhoria da qualificação da mão de obra industrial.</p> <p>Intensificar as ações de requalificação logística da Baía de Todos os Santos, especialmente ações de expansão das instalações portuárias e de acesso ferroviário qualificado.</p> <p>Concluir o acesso rodoviário ao porto de Salvador.</p> <p>Avaliar a possibilidade de descentralização da atividade industrial petroquímica associada à produção de terceira geração (transformação), a partir de matérias-primas produzidas no Polo Industrial de Camaçari.</p> <p>Intensificar a atração seletiva de empreendimentos que permitam a verticalização da cadeia produtiva, a exemplo do polo acrílico.</p>

(Continua)

ASPECTO: CADEIA OU SETOR DE PRODUÇÃO					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Território(s) de Identidade onde ocorre(m) o(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) o(s) critério(s)	Atributo(s) territorial(is) que favorece(m) ou pode(m) ser utilizado(s) pela indústria e a(s) repercussão(ões) positiva(s) dessa atividade	Fator(es) que impede(m) ou restringe(m) o pleno desenvolvimento da atividade industrial	Recomendação(ões) que visam a melhoria do desempenho da atividade industrial e sua contribuição no processo de construção do desenvolvimento sustentável.
Agroindústria no litoral	Litoral Sul Baixo Sul	20, 22, 25, 26, 27, 28, 36	<p>Condição de crescimento da demanda real e potencial por produtos regionais como cacau, leite, alimentos, bebidas, vestuários e produtos da pesca.</p> <p>Presença de bases tecnológicas de processamento e comercialização de produtos regionais.</p> <p>Disponibilidade de água e características ambientais favoráveis ao desenvolvimento regional da pesca marítima, aquicultura e piscicultura.</p> <p>Presença de duas cidades-base, do porte de Ilhéus e Itabuna, que servem de apoio às atividades da região.</p> <p>Potencial para geração de emprego e renda por meio de iniciativas de industrialização do pescado e de produtos agropecuários.</p> <p>Potencial para aumento da produtividade agropecuária e possibilidades de diversificação econômica.</p> <p>Proximidade de Salvador, com todas as facilidades oferecidas pela região da capital.</p>	<p>As tecnologias utilizadas ainda apresentam restrições de produtividade e produção quando comparadas as de mercados mais maduros.</p> <p>Localidade dependente da importação de insumos agropecuários.</p> <p>Manejo inadequado com potencial para causar danos ambientais.</p>	<p>Incentivar a implantação de agroindústrias rurais de base familiar ou cooperativas associadas a programas de capa</p> <p>Estimular a expansão do setor agroindustrial de produção de alimentos e bebidas.</p> <p>Promover o fortalecimento do setor pesqueiro.</p> <p>Promover estudos para a melhoria da tecnologia de produção de peixes, especialmente por meio da implantação de parques pesqueiros regionais.</p> <p>Promover políticas alternativas para fortalecimento da indústria agropecuária regional.</p> <p>Estimular as atividades de processamento e beneficiamento industrial do leite.</p> <p>Difundir a experiência de parceiro-empresário da atividade produtiva rural praticada na região de Ituberá, pela qual uma grande propriedade se associa na atividade produtiva a pequenos produtores das circunvizinhanças.</p> <p>Estimular a produção de bens exportáveis para tirar proveito da Zona de Processamento de Exportação (ZPE) de Ilhéus.</p>
Agroindústria no oeste	Bacia do Rio Grande Bacia do Rio Corrente Sertão do São Francisco	1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 14, 17, 23, 30, 32	<p>Abundância e proximidade da oferta de insumos agrícolas para produção industrial, especialmente a base associada ao beneficiamento de culturas com alto rendimento, a exemplo dos grãos e frutas.</p> <p>Oportunidade de utilização da hidrovia do São Francisco como rota de escoamento da produção.</p> <p>Potencial para geração de emprego e renda por meio de iniciativas de industrialização de produtos agropecuários.</p> <p>Potencial para aumento da produtividade agropecuária por meio da intensificação da tecnificação da produção e possibilidade de diversificação econômica.</p> <p>Presença de rede urbana de apoio, polarizada pelo município de Barreiras, no Oeste, e Juazeiro-Petrolina, a Norte.</p> <p>Acesso ao mercado da região da capital federal.</p> <p>Proximidade em relação à ferrovia Norte-Sul.</p> <p>Disponibilidade de água e energia para apoio aos processos manufatureiros.</p>	<p>Alto custo logístico para escoamento da produção.</p> <p>Baixa disponibilidade e qualificação da mão de obra local.</p>	<p>Estimular investimentos estruturantes em logística que permitam o escoamento eficiente da produção.</p> <p>Estimular programas de capacitação da mão de obra local.</p> <p>Incentivar a pesquisa e o desenvolvimento de tecnologias específicas para produção agroindustrial moderna.</p>

(Continua)

ASPECTO: CADEIA OU SETOR DE PRODUÇÃO					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Território(s) de Identidade onde ocorre(m) o(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) o(s) critério(s)	Atributo(s) territorial(is) que favorece(m) ou pode(m) ser utilizado(s) pela indústria e a(s) repercussão(ões) positiva(s) dessa atividade	Fator(es) que impede(m) ou restringe(m) o pleno desenvolvimento da atividade industrial	Recomendação(ões) que visam a melhoria do desempenho da atividade industrial e sua contribuição no processo de construção do desenvolvimento sustentável.
Agroindústria no semiárido	Semiárido Nordeste II Sisal	19, 23, 24, 30, 31, 32	Disponibilidade de água subterrânea, gerada pela presença do Aquífero Tucano, prevista para uso pela pequena agroindústria, além do abastecimento humano e da dessedentação de animais.  Presença do sisal como matéria-prima que vem retomando espaço na indústria.  Mão de obra disponível refletindo potencial para geração de emprego e renda por meio de iniciativas de industrialização de cultivares locais e produtos de laticínios a partir do rebanho local.  Proximidade com o mercado consumidor do Território de Identidade Portal do Sertão e com a cidade-base de Feira de Santana.	As tecnologias utilizadas ainda apresentam restrições de produtividade e produção quando comparadas as de mercados mais tradicionais.  Baixo nível de qualificação da mão de obra local requerendo capacitação e treinamento.  Dependência de importação de insumos agrícolas que podem trazer maior variedade à pequena agroindústria.	Incentivar a implantação de agroindústrias rurais de base familiar ou cooperativas associadas a programas de capacitação.  Estimular a expansão do setor agroindustrial de produção de alimentos e bebidas.  Difundir por entre outras montadoras de veículos automotores do Brasil o uso da fibra de sisal para fabricação de painéis de veículos, a exemplo do que já vem sendo feito pela Ford (Camaçari).  Estimular a ampliação da exportação do artesanato de sisal para a América Central e Europa.  Promover políticas industriais alternativas para o fortalecimento da industrialização agropecuária regional.
Indústria de calçados e segmentos intensivos em marca e <i>design</i>	Médio Sudoeste da Bahia	20, 22, 27	Cultura exportadora consolidada e em expansão.  Posição geográfica privilegiada em face das fontes fornecedoras de matéria prima agropecuária.  Grande contingente de mão de obra, especialmente para o setor de calçados.  Capacidade de criação de empregos diretos e indiretos a partir da atividade industrial.  Possibilidade de favorecer o desenvolvimento de outros setores produtivos, especialmente aqueles associados à moda e <i>design</i> .  Presença de incentivos fiscais e potencial de acesso a novos mercados, assim como de integração dos municípios nos arranjos produtivos.  Relativa proximidade de Vitória da Conquista, que serve de apoio às atividades econômicas da região.  Presença de Itapetinga, cidade dotada de requisitos necessários para apoio às atividades econômicas.	Falta de indústrias que forneçam insumos agroecológicos para a atividade.  Falta de estímulos à elevação de produtividade agrícola regional.  Elevado custo de acesso a portos, dificultando o escoamento dos bens produzidos.  Baixa oferta de fornecedores locais capacitados.  Baixa capacidade de definição de design e agroegação de valor local, sendo boa parte dos projetos definidos por importadores ou escritórios de exportação.	Promover a melhoria das condições das rodovias.  Promover ações de qualificação da mão de obra, de modo a incorporá-las às cadeias indústrias em constante processo de automação.  Formação de fornecedores locais de maneira a atender a padrões de qualidade e de condições de oferta, similares aos praticados nos locais de origem das empresas multiplantas.  Promover a integração regional da atividade com outros setores produtivos, aproveitando a disponibilidade de insumos disponíveis.  Implementar políticas de aproveitamento da cultura manufatureira, especialmente a de produção de calçados, para adensar o setor industrial na região.  Desenvolver iniciativas de construção de marcas locais e desenvolvimento local de produtos.

(Continua)

ASPECTO: CADEIA OU SETOR DE PRODUÇÃO					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Território(s) de Identidade onde ocorre(m) o(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) o(s) critério(s)	Atributo(s) territorial(is) que favorece(m) ou pode(m) ser utilizado(s) pela indústria e a(s) repercussão(ões) positiva(s) dessa atividade	Fator(es) que impede(m) ou restringe(m) o pleno desenvolvimento da atividade industrial	Recomendação(ões) que visam a melhoria do desempenho da atividade industrial e sua contribuição no processo de construção do desenvolvimento sustentável.
Indústria Automotiva	Recôncavo Metropolitano de Salvador	24, 25, 26, 33, 34, 35, 36	<p>Presença de grande montadora instalada com rede de fornecedores de peças e serviços locais já implantada.</p> <p>Presença de centro de capacitação e pesquisa na RMS, a exemplo do CIMATEC e do centro de pesquisa e desenvolvimento da Ford em Camaçari.</p> <p>Proximidade do mercado consumidor nacional e cultura exportadora já estabelecida.</p> <p>Boa densidade rodoviária e de formas de acesso ao pólo, facilitando o escoamento de bens e serviços.</p> <p>Presença de política de incentivo fiscais para empresas da cadeia automotiva no estado.</p> <p>Proximidade do aeroporto internacional da capital.</p> <p>Baixo custo da mão de obra local, quando comparado aos custos médio praticados no mercado internacional.</p> <p>Disponibilidade de infraestrutura de acesso portuário favorecendo o escoamento.</p> <p>Condição de aglomeração industrial e competitiva.</p> <p>Política de gestão ambiental sistêmica e coletiva.</p> <p>Sinais indicadores de expansão dos investimentos, com entrada de novas plantas, a exemplo da Jac Motors e Foton.</p> <p>Disponibilidade de água e energia.</p> <p>Sistema de tratamento de efluentes líquidos e incineradores de líquidos e sólidos sofisticados.</p> <p>Proximidade com a capital do Estado permitindo acesso a serviços urbanos com maior facilidade.</p> <p>Sistema de dutovias interligadas.</p>	<p>Fragilidades da cadeia metal-mecânica e de plásticos indicam falta de apoio aos fornecedores locais.</p> <p>Acesso ferroviário sem condições funcionais adequadas, realizado através de malha com baixa capacidade e não integrada à rede nacional.</p> <p>Dificuldade de acesso ao terminal de contêineres do Porto de Salvador.</p> <p>Limitação de retroárea portuária para estocagem da produção.</p> <p>Baixa capacidade do terminal de cargas do aeroporto internacional de Salvador.</p> <p>Elevada concentração regional da indústria de transformação.</p>	<p>Promover ações de melhoria da qualificação da mão de obra industrial.</p> <p>Intensificar as ações de requalificação logística, especialmente ações de expansão das instalações portuárias e de acesso ferroviário qualificado.</p> <p>Melhorar as condições de acesso rodoviário e requalificar o acesso ferroviário ao porto de Salvador.</p> <p>Estimular ações de expansão do porto de Aratu, principalmente no que se refere ao terminal de veículos.</p> <p>Promover a expansão do terminal de cargas do aeroporto internacional de Salvador.</p> <p>Estimular investimentos em distritos industriais fora da RMS, a exemplo da possibilidade ZPE em Ilhéus.</p> <p>Estimular programas de capacitação e aerfoeçoamento operacional das cadeias de suprimentos automotivos locais.</p> <p>Estimular investimentos para instalação de terminal de contêineres com retroárea, aproveitando a área disponível e as condições naturais da Baía de Todos os Santos.</p>

(Continua)



ASPECTO: CADEIA OU SETOR DE PRODUÇÃO					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Território(s) de Identidade onde ocorre(m) o(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) o(s) critério(s)	Atributo(s) territorial(is) que favorece(m) ou pode(m) ser utilizado(s) pela indústria e a(s) repercussão(ões) positiva(s) dessa atividade	Fator(es) que impede(m) ou restringe(m) o pleno desenvolvimento da atividade industrial	Recomendação(ões) que visam a melhoria do desempenho da atividade industrial e sua contribuição no processo de construção do desenvolvimento sustentável.
Indústria da construção civil	Recôncavo Metropolitano de Salvador Litoral Sul Extremo Sul Portal do Sertão Sertão do São Francisco Vitória da Conquista Bacia do Rio Grande	1, 2, 3, 4, 6, 7, 14, 17, 20, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 32, 33, 34, 35, 36	Alta demanda nas principais cidades do estado por habitação e obras públicas tem dinamizado o setor, promovendo retorno crescente aos investimentos nos setores.  Presença de grandes construtoras e escritórios de consultoria especializados favorecem a profissionalização da cadeia.  Disponibilidade de matérias-primas minerais metálicas e não metálicas relativamente próximas aos centros urbanos.  Presença de rede de fornecedores de insumos minerais e industrializados para o segmento da cadeia como cimento, aços, fios, chapas, solventes, entre outros.	Dificuldades técnicas para o cumprimento de normas para produção de insumos.  Existência de lacunas referentes à produção de insumos diferenciados, que envolvem mais investimentos em P&D&I (Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação) e qualificação da mão de obra. Predomina no estado a produção de mercadorias indiferenciadas e de baixo valor agregado.  Insuficiência de programas de treinamento nas empresas, baixo investimento em formação profissional, declínio do grau de habilidade e baixa qualificação dos trabalhadores, além de sua elevada rotatividade.  Alto impacto ambiental da construção civil, especialmente no setor da construção pesada.  O estado e os municípios ainda apresentam deficiências no estabelecimento de normas claras para o código de obras e normalização da atividade, além de burocracia.  Alto grau de informalidade no exercício da profissão e execução das obras.  Altos custos de transporte dos insumos da construção a médias e longas distâncias.	Estimular processos de capacitação e formação de mão de obra especializadas.  Estimular investimentos em soluções logísticas de modo a tornar mais eficiente o transporte de insumos com baixo valor agregado.  Orimizar os instrumentos regulatórios e diminuir a burocracia para execução de obras de engenharia.  Estimular programas de mitigação dos impactos ambientais, especialmente das grandes obras associadas à construção pesada e reuso de materiais nas obras de edificações.  Investir em novas tecnologias produtivas a fim de melhorar a qualidade dos insumos e produtos gerados pela cadeia.

Fonte: Consórcio Geohidro-Sondotécnica, 2013

**Quadro 97 - Síntese de potencialidades, limitações e recomendações referentes ao tema Indústria: Distrito ou Polo Industrial**

ASPECTO: DISTRITO OU POLO INDUSTRIAL					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Território(s) de Identidade onde ocorre(m) o(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) o(s) critério(s)	Atributo(s) territorial(is) que favorece(m) ou pode(m) ser utilizado(s) pela indústria e a(s) repercussão(ões) positiva(s) dessa atividade	Fator(es) que impede(m) ou restringe(m) o pleno desenvolvimento da atividade industrial	Recomendação(ões) que visam a melhoria do desempenho da atividade industrial e sua contribuição no processo de construção do desenvolvimento sustentável.
Distrito Industrial de Ilhéus - Indústria de informática, equipamentos eletrônicos, computadores, alimentos e bebidas	Litoral Sul	22, 26, 27, 28, 36	<p>Presença de porto marítimo, aeroporto, e proximidade à BR-101, oferecem ao território boas condições logísticas de transporte para escoamento da produção.</p> <p>Alta acessibilidade da região favorece o acesso a novos mercados.</p> <p>Possibilidade de verticalização das cadeias existentes, especialmente para os elos associados ao setor de alta tecnologia.</p> <p>Ambiente empresarial favorável ao desenvolvimento de plantas “limpas” e de alto valor tecnológico.</p> <p>Disponibilidade de gás natural, linhas de alta tensão e disponibilidade hídrica não limitante.</p> <p>Presença de rede urbana de apoio consolidada: Ilhéus e Itabuna.</p>	<p>Baixa qualidade e reduzida disponibilidade de mão de obra especializada para o setor.</p> <p>Ausência de sistemas de tratamento de efluentes centralizados.</p> <p>Baixa verticalização da cadeia de informática, especializada na montagem de equipamentos, limitando o valor agregado na região.</p>	<p>Promover ações de capacitação da mão de obra local com foco nos setores pré-existentes: informática e alimentos.</p> <p>Estimular políticas de verticalização da produção de informática, integrando-a a produção de software e componentes eletrônicos.</p> <p>Elaborar estudos para indicação de soluções de tratamento dos efluentes industriais nos distritos, observando critérios de otimização, de modo a mitigar os impactos danosos agressivos ao meio ambiente.</p>
Distrito Industrial de Teixeira de Freitas - Indústria de petróleo, gás, minerais não metálicos, alimentos, bebidas, química e de serviços	Extremo Sul	28, 29, 36	<p>Áreas de importância estratégica para desconcentração industrial do estado, permitindo a ocorrência de dinâmica industrial importante no Extremo Sul baiano.</p> <p>Boa oferta potencial de mão de obra devido ao processo recente de urbanização acelerada do município de Teixeira de Freitas.</p> <p>Proximidade dos polos ofertadores de insumos agropecuários.</p>	<p>Atividade produtiva adota processos industriais de baixa tecnologia.</p> <p>Elevado custo de acesso portuário, especialmente ao porto de Ilhéus, dificultando o escoamento dos bens produzidos.</p> <p>Indústria baseada na produção de alimentos e bebidas destinada ao mercado local e regional.</p> <p>Ausência de sistemas de tratamento de efluentes centralizados.</p>	<p>Promover a implantação de uma política de integração de pequena produção agropecuária.</p> <p>Estimular a expansão do setor agroindustrial de produção de alimentos e bebidas.</p> <p>Promover a melhoria das condições das rodovias e a expansão dos portos nas proximidades do distrito industrial de modo a permitir o escoamento da produção.</p> <p>Promover ações de capacitação da mão de obra local.</p> <p>Elaborar estudos para indicação de soluções de tratamento dos efluentes industriais nos distritos, observando critérios de otimização, de modo a mitigar os impactos danosos agressivos ao meio ambiente.</p>

(Continua)

ASPECTO: DISTRITO OU POLO INDUSTRIAL					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Território(s) de Identidade onde ocorre(m) o(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) o(s) critério(s)	Atributo(s) territorial(is) que favorece(m) ou pode(m) ser utilizado(s) pela indústria e a(s) repercussão(ões) positiva(s) dessa atividade	Fator(es) que impede(m) ou restringe(m) o pleno desenvolvimento da atividade industrial	Recomendação(ões) que visam a melhoria do desempenho da atividade industrial e sua contribuição no processo de construção do desenvolvimento sustentável.
Polo Industrial de Camaçari - Indústria química, petroquímica, de derivados de petróleo, de produtos do coque, da borracha, automobilística, eólica, de alimentos e bebidas	Recôncavo Metropolitano de Salvador	24, 25, 26, 33, 34, 35, 36	Boa densidade rodoviária e de formas de acesso ao polo, facilitam o escoamento de bens e serviços. Existência de vias de escoamento de bens e serviços. Disponibilidade de infraestrutura de acesso portuário favorecendo o escoamento. Condição de aglomeração industrial e competitiva. Política de gestão ambiental sistêmica e coletiva. Sinais indicadores de expansão dos investimentos. Disponibilidade de água e energia. Sistema de tratamento de efluentes líquidos, incineradores de líquidos e sólidos sofisticados. Proximidade com a capital do Estado permitindo acesso a serviços urbanos com maior facilidade. Sistema de dutovias interligadas.	Acesso ferroviário sem condições funcionais adequadas, realizado através de malha com baixa capacidade e não integrada à rede nacional. Dificuldade de acesso ao terminal de contêineres do Porto de Salvador Elevada concentração regional da indústria de transformação.	Promover ações de melhoria da qualificação da mão de obra industrial. Promover medidas que contribuam para a desconcentração das atividades industriais ora referidas. Avaliar possibilidades de outros TIs atuarem na transformação correspondente à terceira geração petroquímica com base em matérias primas produzidas no polo e que são transportadas para o sul do país e/ou exportadas. Intensificar as ações de requalificação logística, especialmente ações de expansão das instalações portuárias e de acesso ferroviário qualificado. Melhorar as condições de acesso rodoviário e requalificar o acesso ferroviário ao porto de Salvador. Estimular ações de expansão do porto de Aratu, ampliando as áreas dos terminais e armazéns de graneis líquidos e sólidos. Estimular investimentos para instalação de terminal de contêineres com retroárea, aproveitando a área disponível e as condições naturais da Baía de Todos os Santos.
Centro Industrial de Aratu - Indústria química, metalúrgica, farmacêutica, têxtil, da borracha, de plásticos, produtos da madeira, alimentos e bebidas	Recôncavo Metropolitano de Salvador	24, 25, 26, 33, 34, 35, 36	Disponibilidade de infraestrutura de acesso portuário e viário, favorecendo o escoamento da produção. Proximidade ao Polo de Camaçari e à Refinaria Landulpho Alves. Sistemas de dutovias interligados. Proximidade à via de conexão rodoviária regional, composta pela BR-324. Disponibilidade de água e energia elétrica. Baixo custo e grande disponibilidade de lotes para implantação de novas unidades. Proximidade com a capital do Estado permitindo acesso a serviços urbanos com maior facilidade.	Investimentos na região contribuem para elevação do padrão de concentração regional industrial. Ausência de sistemas de tratamento de efluentes centralizados. Baixa eficiência operacional dos portos. Insuficiência de estruturas de armazenagem nos portos.	Criar incentivos específicos para favorecer o desenvolvimento de setores produtivos complementares aos já existentes. Estimular ações de expansão do porto de Aratu, ampliando as áreas dos terminais e armazéns de graneis líquidos e sólidos; estimular investimentos para instalação de terminal de contêineres com retroárea, aproveitando a área disponível e as condições naturais da Baía de Todos os Santos. Prover acesso ferroviário ao porto com as necessárias condições operacionais. Estimular a implantação de terminal de contêineres para o porto de Aratu. Elaborar estudos para indicação de soluções de tratamento dos efluentes industriais nos distritos, observando critérios de otimização, de modo a mitigar os impactos danosos agressivos ao meio ambiente.

(Continua)

ASPECTO: DISTRITO OU POLO INDUSTRIAL					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Território(s) de Identidade onde ocorre(m) o(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) o(s) critério(s)	Atributo(s) territorial(is) que favorece(m) ou pode(m) ser utilizado(s) pela indústria e a(s) repercussão(ões) positiva(s) dessa atividade	Fator(es) que impede(m) ou restringe(m) o pleno desenvolvimento da atividade industrial	Recomendação(ões) que visam a melhoria do desempenho da atividade industrial e sua contribuição no processo de construção do desenvolvimento sustentável.
Distrito Industrial de Subaé - Indústria química, de borracha, de plástico, alimentos, bebidas, minerais não metálicos, vestuário e metalúrgica	Portal do Sertão	23, 24, 25, 32, 33	Disponibilidade de infraestrutura rodoviária e proximidade dos portos, favorecendo o escoamento dos bens produzidos.  Posicionamento do distrito entre eixos rodoviários estruturantes, favorece acesso a novos mercados.  Presença de uma cidade-base, Feira de Santana, que serve de apoio às atividades produtivas da região.	Falta de zoneamento territorial para exploração mineral e potencial de geração de danos ambientais.	Estimular a expansão do setor agroindustrial de produção de alimentos e bebidas.  Promover a melhoria das condições das rodovias e estimular a instalação de centrais logísticas para tirar proveito das vantagens de localização de Feira de Santana.  Concorrer para que os estudos do Ministério dos Transportes sobre a malha ferroviária do Recôncavo deem ênfase ao ramal de Feira de Santana para aproveitar a escala econômica de cargas ferroviárias.  Promover ações de qualificação da mão de obra local, com foco nas cadeias industriais pré-existentes.  Promover a integração regional da atividade com outros setores produtivos.  Estimular serviços de apoio à operação logística, armazenagem e atacado, considerando a centralidade logística da região.  Estimular em Feira de Santana, atividades industriais complementares à dinâmica do Polo Industrial de Camaçari e CIA, aproveitando-se da proximidades de cadeias petroquímicas de primeira e segunda geração.
Distrito Industrial de Alagoinhas - Indústria metalúrgica, da borracha, de plásticos, alimentos, bebidas e reciclagem de materiais	Litoral Norte e Agreste Baiano	23, 32, 33, 35, 36	Potencial para contribuir com a desconcentração industrial da região da capital e para estímulo ao desenvolvimento regional.  Capacidade de suprimento da demanda de insumos para a indústria de construção civil.  Potencialidade em atividades extrativas e de beneficiamento e transformação de minerais.  Facilidade de escoamento de bens produzidos.  Potencial de ampliação da oferta de empregos a partir da atividade industrial.  Água com qualidade adequada e disponibilidade suficiente para produção de alimentos e bebidas.  Proximidade com zonas produtoras de matéria-prima agrícola como cítricos e produtos da pecuária leiteira.	Baixa oferta de mão de obra qualificada e de centros de capacitação profissional.  Baixa capacidade de carregamento, em decorrência de deficiências geométricas da ferrovia, além de precária integração com o modal rodoviário.  Ausência de aeroporto regional, como equipamento com potencialidade para consolidar a centralidade regional de alagoinhas no Litoral Norte, além de promover o turismo de negócios e suporte às atividades industriais e comerciais em franca expansão.	Promover a implantação de uma política de integração de pequena produção agropecuária.  Favorecer a consolidação do crescimento do setor mineral e do seu potencial de atração de investimentos.  Promover a integração da atividade de mineração com outros setores produtivos.  Promover mecanismos de descentralização da gestão e controle ambiental dos empreendimentos de exploração mineral.  Estimular a expansão do setor agroindustrial de produção de alimentos e bebidas.  Promover a melhoria das condições das rodovias.  Promover ações de capacitação da mão de obra local.

(Continua)

ASPECTO: DISTRITO OU POLO INDUSTRIAL					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Território(s) de Identidade onde ocorre(m) o(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) o(s) critério(s)	Atributo(s) territorial(is) que favorece(m) ou pode(m) ser utilizado(s) pela indústria e a(s) repercussão(ões) positiva(s) dessa atividade	Fator(es) que impede(m) ou restringe(m) o pleno desenvolvimento da atividade industrial	Recomendação(ões) que visam a melhoria do desempenho da atividade industrial e sua contribuição no processo de construção do desenvolvimento sustentável.
Distrito Industrial de Vitória da Conquista - Indústria química, metalúrgica, moveleira, da borracha, de plásticos, minerais não metálicos, alimentos e bebidas	Vitória da Conquista	9, 12, 13, 20, 22	<p>Potencial para contribuir com a desconcentração industrial da região da capital e estímulo ao desenvolvimento regional.</p> <p>Ocorrência de matérias-primas necessárias à atividade industrial.</p> <p>Capacidade de implantação de novos polos de desenvolvimento regional.</p> <p>Potencial para geração de emprego e renda a partir da atividade industrial.</p> <p>Potencial para criar um efeito multiplicador regional de transformação mineral.</p> <p>Presença de incentivos fiscais e potencial de acesso a novos mercados.</p> <p>Potencial de contribuição para a formação e expansão do PIB mineral do Estado.</p> <p>Presença de Vitória da Conquista que serve de apoio às atividades da região.</p>	<p>Elevado custo de acesso a portos, dificultando o escoamento dos bens produzidos.</p> <p>Significativas distâncias dos mananciais de água dificultando atividades intensivas no uso da água.</p>	<p>Incentivar a implantação de agroindústrias rurais de base familiar ou cooperativas associadas a programas de capacitação.</p> <p>Estimular a expansão do setor agroindustrial de produção de alimentos e bebidas.</p> <p>Promover a integração da atividade de mineração com outros setores produtivos.</p> <p>Priorizar o aumento da oferta de água e energia elétrica para as atividades produtivas.</p> <p>Promover a melhoria das condições das rodovias.</p> <p>Promover mecanismos para a melhor gestão e controle ambiental das indústrias.</p> <p>Promover ações de capacitação da mão de obra local.</p> <p>Promover o fortalecimento de polos de produção de frutas em áreas de perímetros irrigados.</p> <p>Promover a implantação de uma política de integração de pequena produção agropecuária.</p> <p>Promover a implantação de uma política estadual de exploração mineral e de investimentos para o setor.</p>
Polo Industrial de Juazeiro - Indústria metalúrgica, de minerais não metálicos, couros, produtos da madeira, alimentos, bebidas e serviços	Sertão do São Francisco	6, 7, 14, 17, 23, 30, 32	<p>Potencial para expansão da produção agrícola e do setor agroindustrial para a fruticultura e o cultivo de grãos.</p> <p>Potencial para desenvolvimento de polos de aquicultura e piscicultura de água doce.</p> <p>Capacidade de criação de empregos diretos e indiretos a partir da atividade industrial.</p> <p>Possibilidade de favorecer o desenvolvimento de outros setores produtivos.</p> <p>Presença de Juazeiro, que serve de apoio às atividades produtivas da região.</p> <p>Potencial para utilização da hidrovia como rota de integração com semiárido e oeste do Estado.</p> <p>Contribuição ao pequeno produtor agrícola como fornecedor à produção agroindustrial a partir de propriedades minifundiárias que utilizam águas transpostas do São Francisco para o Salitre por meio de barragens galgáveis.</p>	<p>Baixas capacitação e assistência técnica necessárias para incorporação de tecnologias demandadas para a produção de sistemas gerenciais, com foco no mercado e na cadeia produtiva de produtos agrícolas.</p> <p>Elevado custo de acesso a portos, dificultando o escoamento dos bens produzidos.</p> <p>Investimento insuficiente aplicado ao desenvolvimento de pesquisas agropecuárias.</p>	<p>Promover a implantação de uma política de integração de pequena produção agropecuária.</p> <p>Incentivar a implantação de agroindústrias rurais de base familiar ou cooperativas associadas a programas de capacitação.</p> <p>Promover o fortalecimento de polos de produção de frutas em áreas de perímetros irrigados.</p> <p>Estimular a expansão do setor agroindustrial de produção de alimentos e bebidas.</p> <p>Promover ações de qualificação da mão de obra local.</p> <p>Estimular a pesquisa e o desenvolvimento do setor agropecuário.</p>

(Continua)



ASPECTO: DISTRITO OU POLO INDUSTRIAL					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Território(s) de Identidade onde ocorre(m) o(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) o(s) critério(s)	Atributo(s) territorial(is) que favorece(m) ou pode(m) ser utilizado(s) pela indústria e a(s) repercussão(ões) positiva(s) dessa atividade	Fator(es) que impede(m) ou restringe(m) o pleno desenvolvimento da atividade industrial	Recomendação(ões) que visam a melhoria do desempenho da atividade industrial e sua contribuição no processo de construção do desenvolvimento sustentável.
Distrito Industrial de Luís Eduardo Magalhães - Indústria têxtil, de alimentos, bebidas, serviços e reciclagem de materiais	Bacia do Rio Grande	1, 2, 3, 4, 6	<p>Potencial de desenvolvimento do agronegócio.</p> <p>Potencial para expansão da produção agrícola e do setor agroindustrial para a fruticultura.</p> <p>Capacidade de criação de empregos diretos e indiretos a partir da atividade industrial.</p> <p>Potencial para favorecer o desenvolvimento de outros setores produtivos.</p> <p>Presença de Barreiras, que serve de apoio às atividades produtivas da região.</p> <p>Identificação relativamente recente da ocorrência de tálio que pode gerar divisas para a região.</p> <p>Ligação rodoviária com o mercado consumidor da região da capital federal.</p>	<p>Baixas capacitação e assistência técnica necessárias para incorporação de tecnologias demandadas para a produção de sistemas gerenciais com foco no mercado e na cadeia produtiva de produtos agrícolas.</p> <p>Elevado custo de acesso a portos, dificultando o escoamento dos bens produzidos.</p> <p>Falta de indústrias que forneçam insumos agroecológicos para a atividade.</p> <p>Falta de estímulos à elevação de produtividade agrícola regional.</p>	<p>Promover a implantação de uma política de integração de pequena produção agropecuária.</p> <p>Incentivar a implantação de agroindústrias rurais de base familiar ou cooperativas associadas a programas de capacitação.</p> <p>Promover o fortalecimento de polos de produção de frutas em áreas de perímetros irrigados.</p> <p>Estimular a expansão do setor agroindustrial de produção de alimentos e bebidas.</p> <p>Promover ações de qualificação da mão de obra local.</p> <p>Promover a melhoria das condições das rodovias, e estimular canais alternativos de escoamento ferroviários e hidroviários.</p>
Polo Industrial de Itapetinga - Indústria de alimentos, calçados e reciclagem de materiais	Médio Sudoeste da Bahia	20, 22, 27	<p>Posição geográfica privilegiada em face das fontes fornecedoras de matéria prima agropecuária.</p> <p>Grande contingente de mão de obra, especialmente para o setor de calçados.</p> <p>Capacidade de criação de empregos diretos e indiretos a partir da atividade industrial.</p> <p>Possibilidade de favorecer o desenvolvimento de outros setores produtivos, especialmente aqueles associados à moda e design.</p> <p>Presença de incentivos fiscais e potencial de acesso a novos mercados, assim como de integração dos municípios nos arranjos produtivos.</p> <p>Relativa proximidade a Vitória da Conquista no TI vizinho, que serve de apoio às atividades econômicas da região.</p> <p>Presença de Itapetinga, cidade dotada de requisitos de apoio às atividades econômicas.</p>	<p>Falta de indústrias que forneçam insumos agroecológicos para a atividade.</p> <p>Falta de estímulos à elevação de produtividade agrícola regional.</p> <p>Elevado custo de acesso a portos, dificultando o escoamento dos bens produzidos.</p>	<p>Promover a melhoria das condições das rodovias.</p> <p>Promover ações de qualificação da mão de obra, de modo a incorporá-las às cadeias indústrias existentes de alimentos e calçados.</p> <p>Promover a integração regional da atividade com outros setores produtivos, aproveitando a disponibilidade de insumos disponíveis.</p> <p>Implementar políticas de aproveitamento da cultura manufatureira, especialmente a de produção de calçados, para adensar o setor industrial na região.</p>

(Continua)

Continuação do **Quadro 97** - Síntese de potencialidades, limitações e recomendações referentes ao tema **Indústria: Distrito ou Polo Industrial**

ASPECTO: DISTRITO OU POLO INDUSTRIAL					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Território(s) de Identidade onde ocorre(m) o(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) o(s) critério(s)	Atributo(s) territorial(is) que favorece(m) ou pode(m) ser utilizado(s) pela indústria e a(s) repercussão(ões) positiva(s) dessa atividade	Fator(es) que impede(m) ou restringe(m) o pleno desenvolvimento da atividade industrial	Recomendação(ões) que visam a melhoria do desempenho da atividade industrial e sua contribuição no processo de construção do desenvolvimento sustentável.
Distrito Industrial de Santo Antônio de Jesus - Indústria de calçados, móveis, alimentos e bebidas	Recôncavo	24, 25, 26, 33, 34, 36	<p>Baixo custo relativo de acesso aos portos regionais.</p> <p>Capacidade de criação de empregos diretos e indiretos a partir da atividade industrial.</p> <p>Potencial para favorecer o desenvolvimento de outros setores produtivos.</p> <p>Potencial da cidade de Santo Antônio de Jesus por sua infraestrutura e pela capacidade para sediar atividades produtivas e comerciais.</p>	<p>Falta de indústrias que forneçam insumos agroecológicos para a atividade.</p> <p>Falta de estímulos à elevação de produtividade agrícola regional, inibe a fixação de indústrias transformadoras na região.</p>	<p>Promover a implantação de uma política de integração de pequena produção agropecuária.</p> <p>Incentivar a implantação de agroindústrias rurais de base familiar ou cooperativas associadas a programas de capacitação.</p> <p>Promover ações de qualificação da mão de obra local.</p> <p>Promover a melhoria das condições das rodovias e investimentos em atividades logísticas e atacadistas, considerando a posição estratégica do distrito.</p> <p>Promover a integração regional da atividade com outros setores produtivos.</p>
Distrito Industrial de Jequié - Produção e processamento de alimentos e bebidas, Indústria de madeira, vestuário, couros, borrachas e plásticos	Médio Rio de Contas	12, 20, 27	<p>Facilidade no escoamento de combustíveis.</p> <p>Capacidade de criação de empregos diretos e indiretos a partir da atividade industrial.</p> <p>Potencial para favorecer o desenvolvimento de outros setores produtivos.</p> <p>Potencial para atuação como <i>hub</i> logístico considerando o entroncamento entre a FIOLE e a BR 116, permitindo melhor logística de escoamento para a base instalada, como o desenvolvimento de novos negócios.</p> <p>Presença de uma cidade-base, Jequié, que serve de apoio às atividades produtivas da região.</p>	<p>Falta de indústrias que forneçam insumos agroecológicos para a atividade.</p> <p>Falta de estímulos à elevação de produtividade agrícola regional.</p> <p>Elevado custo de acesso a portos, dificultando o escoamento dos bens produzidos.</p>	<p>Promover a implantação de uma política de integração de pequena produção agropecuária.</p> <p>Incentivar a implantação de agroindústrias rurais de base familiar ou cooperativas associadas a programas de capacitação.</p> <p>Promover ações de qualificação da mão de obra local.</p> <p>Promover a melhoria das condições das rodovias.</p> <p>Promover a integração regional da atividade com outros setores produtivos.</p> <p>Desenvolver políticas de aproveitamento da vantagem logística local</p> <p>Avaliar os efeitos diretos e indiretos da FIOLE quando em operação para prevenir o desenvolvimento quanto a questões de infraestrutura e preventivamente em relação a impactos ambientais.</p>

(Continua)

Continuação do **Quadro 97** - Síntese de potencialidades, limitações e recomendações referentes ao tema **Indústria: Distrito ou Polo Industrial**

ASPECTO: DISTRITO OU POLO INDUSTRIAL					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Território(s) de Identidade onde ocorre(m) o(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) o(s) critério(s)	Atributo(s) territorial(is) que favorece(m) ou pode(m) ser utilizado(s) pela indústria e a(s) repercussão(ões) positiva(s) dessa atividade	Fator(es) que impede(m)ou restringe(m) o pleno desenvolvimento da atividade industrial	Recomendação(ões) que visam a melhoria do desempenho da atividade industrial e sua contribuição no processo de construção do desenvolvimento sustentável.
Distrito Industrial de Barreiras - Indústria metalúrgica, de alimentos, bebidas e reciclagem de materiais	Bacia do Rio Grande	1, 2, 3, 4, 6	<p>Potencial de desenvolvimento do agronegócio.</p> <p>Disponibilidade de terra e recursos naturais com potencial para ocupação, planejada e sustentável de novas fronteiras agropecuárias.</p> <p>Alta disponibilidade de matéria prima agrícola, especialmente grãos.</p> <p>Alta demanda por fertilizantes e insumos agrícolas.</p> <p>Presença de uma cidade-base, Barreiras, que serve de apoio às atividades produtivas da região.</p> <p>Alto padrão tecnológico utilizado nas lavouras.</p> <p>Região em expansão com fluxo migratório positivo.</p> <p>Presença de uma cidade-base, Santa Maria da Vitória, que serve de apoio às atividades produtivas da região.</p> <p>Proximidade em relação à Ferrovia Norte Sul.</p>	Elevado custo de acesso a portos e acesso rodoviário limitado pelo canal BR-242, que compartilha fluxo de carga e passeio.	<p>Promover o fortalecimento de polos de produção de frutas em áreas de perímetros irrigados.</p> <p>Estimular a expansão do setor agroindustrial de produção de alimentos e bebidas.</p> <p>Promover ações de qualificação da mão de obra local.</p> <p>Promover a integração regional da atividade com outros setores produtivos.</p> <p>Promover a melhoria das condições das rodovias, e estimular canais alternativos de escoamento ferroviários e hidroviários.</p>

Fonte: Consórcio Geohidro-Sondotécnica, 2013

Quadro 98 - Síntese de potencialidades, limitações e recomendações referentes ao tema **Indústria: Arranjo Minerário**

ASPECTO: ARRANJO MINERÁRIO					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Microrregião(ões) onde ocorre(m) o(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) o(s) critério(s)	Atributo(s) territorial(is) que favorece(m) ou pode(m) ser utilizado(s) pela indústria e a(s) repercussão(ões) positiva(s) dessa atividade	Fator(es) que impede(m) ou restringe(m) o pleno desenvolvimento da atividade industrial	Recomendação(ões) que visam a melhoria do desempenho da atividade industrial e sua contribuição no processo de construção do desenvolvimento sustentável.
Indústria da extração e transformação mineral - Metais ferrosos, Grupo A	Boquira Brumado Feira de Santana Guanambi Irecê Itaberaba Itapetinga Jacobina Jequié Livramento de Nossa Senhora Seabra Senhor do Bonfim Vitória da Conquista	5, 7, 8, 9, 10 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 32, 33	Potencial para responder a estímulos de políticas de desconcentração espacial e desenvolvimento.  Capacidade de suprimento da demanda de insumos para a indústria de construção civil.  Potencialidades em termos de existência de capacidade de extração, beneficiamento e transformação mineral.	Falta de incentivos públicos para investimentos de risco e com longo prazo de maturação econômica.  Possibilidade de desmatamento e ameaça à manutenção da biodiversidade.	Promover a integração da atividade de mineração com outros setores produtivos.  Promover mecanismos para a melhor gestão e controle ambiental dos empreendimentos de exploração mineral.  Promover ações de capacitação da mão de obra local, como forma de inclusão social.
Indústria da extração e transformação mineral - Metais ferrosos, Grupo B	Barra Barreiras Bom Jesus da Lapa Cotegipe Juazeiro Paulo Afonso Santa Maria da Vitória	1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 14, 17, 23, 30, 31	Potencial para desconcentração espacial e estímulo ao desenvolvimento regional.  Potencial para oferta de emprego e renda a partir da atividade de mineração.	Restrição de acesso portuário, dificultando o escoamento dos bens produzidos.  Possibilidade de desmatamento e ameaça a manutenção da biodiversidade.  Baixa disponibilidade de linhas de transmissão e subestações.	Estimular a consolidação do crescimento do setor mineral no estado.  Promover ações de capacitação da mão de obra local, como forma de inclusão social.  Promover a melhoria da infraestrutura das rodovias.  Estimular investimentos para implantação de linhas de transmissão e subestações.
Indústria da extração e transformação mineral - Metais ferrosos, Grupo C	Santo Antônio de Jesus	24, 25, 26, 33, 36	Grande estoque de minério como base para alavancar a atividade econômica na região.  Facilidade de acesso portuário, favorecendo o escoamento dos bens produzidos na região.  Facilidade de escoamento de bens produzidos.	Potencial de contaminação das águas superficiais e subterrâneas.  Potencial de causar redução das qualidades do solo e do ar.  Infraestrutura de transporte inadequada para exportar minérios.	Promover a implantação de terminais portuários adequados para a exportação do minério.  Promover mecanismos para a melhor gestão e controle ambiental dos empreendimentos de exploração mineral.
Indústria da extração e transformação mineral - Metais ferrosos, Grupo D	Euclides da Cunha Jeremoabo Serrinha	17, 19, 23, 24, 30, 31, 32	Potencial para oferta de emprego e renda a partir da atividade de mineração.  Potencial para responder a estímulos de políticas de desconcentração espacial e desenvolvimento.	Falta de incentivos fiscais e investimentos privados e de políticas de acesso a novos mercados.  Baixa participação na formação e expansão do PIB mineral do estado.  Necessidade de criação de infraestrutura viária (abertura de estradas) e da realização de escavações.	Promover a implantação de incentivos fiscais para a indústria de mineração, de modo a contribuir para formação e expansão do PIB mineral do Estado.  Estimular o acesso do setor a novos mercados.  Promover a melhoria da infraestrutura rodoviária, por meio da abertura de estradas.

(Continua)

ASPECTO: ARRANJO MINERÁRIO					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Microrregião(ões) onde ocorre(m) o(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) o(s) critério(s)	Atributo(s) territorial(is) que favorece(m) ou pode(m) ser utilizado(s) pela indústria e a(s) repercussão(ões) positiva(s) dessa atividade	Fator(es) que impede(m) ou restringe(m) o pleno desenvolvimento da atividade industrial	Recomendação(ões) que visam a melhoria do desempenho da atividade industrial e sua contribuição no processo de construção do desenvolvimento sustentável.
Indústria da extração e transformação mineral - Metais ferrosos, Grupo E	Itabuna/Ilhéus Valença	20, 22, 25, 26, 27, 28, 36	Capacidade de implantação de novos polos de desenvolvimento regional.  Potencial para geração de emprego e renda a partir da atividade de mineração.  Potencial para melhoria da infraestrutura rodoviária e ferroviária de acesso portuário.	Deficitária logística de transporte necessária para escoamento da produção.  Baixo aproveitamento econômico do potencial mineral existente.  Potencial de causar desmatamento e ameaçar a manutenção da biodiversidade na região.  Baixa oferta de energia elétrica, devido à insuficiência de linhas de transmissão e subestações.	Promover a integração da atividade de mineração com outros setores produtivos.  Priorizar o aumento da oferta de água e energia elétrica para as atividades de exploração.  Promover mecanismos para a melhor gestão e controle ambiental dos empreendimentos de exploração mineral.  Promover a melhoria da infraestrutura das rodovias.  Estimular investimentos para implantação de linhas de transmissão e subestações.
Indústria da extração e transformação mineral - Metais não ferrosos e semimetais, Grupo A	Boquira Brumado Guanambi Irecê Itaberaba Itapetinga Jacobina Jequié Livramento de Nossa Senhora Seabra Senhor do Bonfim Vitória da Conquista	5, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27	Potencial para desconcentração espacial e estímulo ao desenvolvimento regional.  Capacidade de suprimento da demanda de insumos para a indústria de construção civil.  Potencial de ampliação da oferta de empregos a partir da atividade de mineração.	Falta de incentivos públicos para investimentos de risco e com longo prazo de maturação econômica na região.  Infraestrutura das rodovias inadequada.  Baixo aproveitamento da mão de obra local.	Promover mecanismos para a melhor gestão e controle ambiental dos empreendimentos de exploração mineral.  Promover a melhoria da infraestrutura das rodovias.  Promover ações de capacitação da mão de obra local.  Promover ações de capacitação e acesso ao mercado de trabalho da mão de obra local.
Indústria da extração e transformação mineral - Metais não ferrosos e semimetais, Grupo B	Barra Barreiras Bom Jesus da Lapa Juazeiro Paulo Afonso Santa Maria da Vitória	1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 14, 17, 23, 30, 31	Possibilidade de beneficiamento e incorporação de atividades de transformação de minerais.	Restrição de acesso portuário, dificultando o escoamento dos bens produzidos.  Potencial de causar desmatamento e ameaçar a manutenção da biodiversidade.  Falta de incentivos públicos para investimentos de risco e com longo prazo de maturação econômica.	Promover a integração da atividade de mineração com outros setores produtivos.  Incentivar a ampliação, criação e melhoria da infraestrutura rodoviária, portuária e ferroviária estadual.  Promover ações de qualificação da mão de obra local.
Indústria da extração e transformação mineral - Metais não ferrosos e semimetais, Grupo C	Santo Antônio de Jesus	24, 25, 26, 33, 36	Facilidade de acesso portuário, favorecendo o escoamento dos bens produzidos.  Potencial de acesso a novos mercados consumidores.	Falta de zoneamento territorial para exploração mineral e potencial de causar impactos ambientais.  Infraestrutura das rodovias inadequada.  Baixo aproveitamento da mão de obra local.  Baixa integração da atividade mineral com outros setores produtivos.	Promover a melhoria da infraestrutura das rodovias.  Promover ações de qualificação da mão de obra local.  Promover a integração regional da atividade com outros setores produtivos.

(Continua)



ASPECTO: ARRANJO MINERÁRIO					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Microrregião(ões) onde ocorre(m) o(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) o(s) critério(s)	Atributo(s) territorial(is) que favorece(m) ou pode(m) ser utilizado(s) pela indústria e a(s) repercussão(ões) positiva(s) dessa atividade	Fator(es) que impede(m) ou restringe(m) o pleno desenvolvimento da atividade industrial	Recomendação(ões) que visam a melhoria do desempenho da atividade industrial e sua contribuição no processo de construção do desenvolvimento sustentável.
Indústria da extração e transformação mineral - Metais não ferrosos e semimetais, Grupo D	Euclides da Cunha Jeremoabo Ribeira do Pombal Serrinha	17, 19, 23, 24, 30, 31, 32	Potencial para desconcentração espacial e estímulo ao desenvolvimento regional.	Deficitária infraestrutura de transporte necessária para escoamento da produção.  Potencial de causar desmatamento e ameaçar a manutenção da biodiversidade.	Estimular a criação de ferrovias para escoamento da produção.  Promover mecanismos para a melhor gestão e controle ambiental dos empreendimentos de exploração mineral.
Indústria da extração e transformação mineral - Metais não ferrosos e semimetais, Grupo E	Itabuna/Ilhéus Valença	20, 22, 25, 26, 27, 28, 36	Capacidade de criação de empregos diretos e indiretos a partir da atividade de mineração.  Estímulo à integração da cadeia produtiva mineral.	Restrições relacionadas à pesquisa e ao desenvolvimento das atividades industriais.  Limitação relacionada à infraestrutura de transporte.	Incentivar a ampliação, criação e melhoria da infraestrutura rodoviária, portuária e ferroviária estadual.  Desenvolver políticas de fomento a pesquisa e atividades industriais.
Indústria da extração e transformação mineral - Recursos energéticos, Grupo A	Boquira Feira de Santana Guanambi	5, 8, 9, 11, 12, 13, 20, 23, 24, 25, 32, 33	Capacidade de criação de empregos diretos e indiretos a partir da atividade de mineração.  Potencial para geração de renda a partir da atividade de mineração.	Deficitária infraestrutura de transporte necessária para escoamento da produção.  Potencial de causar desmatamento e ameaçar a manutenção da biodiversidade.	Promover ações de qualificação da mão de obra local.  Promover a implantação de uma política de atração de investimentos para o setor de mineração.
Indústria da extração e transformação mineral - Recursos energéticos, Grupo B	Barreiras Paulo Afonso Santa Maria da Vitória	1, 2, 3, 4, 5, 17, 30, 31	Capacidade de criação de empregos diretos e indiretos a partir da atividade de mineração.  Potencial para geração de renda a partir da atividade de mineração.	Deficitária infraestrutura de transporte necessária para escoamento da produção.  Potencial de causar desmatamento e ameaçar a manutenção da biodiversidade.  Baixo aproveitamento da mão-de-obra local	Incentivar a ampliação, criação e melhoria da infraestrutura rodoviária, portuária e ferroviária estadual.  Promover ações de qualificação da mão de obra local.  Promover a implantação de uma política de atração de investimentos para o setor de mineração.
Indústria da extração e transformação mineral - Recursos energéticos, Grupo C	Catu Salvador Santo Antônio de Jesus	24, 25, 26, 33, 34, 35, 36	Capacidade de criação de empregos diretos e indiretos a partir da atividade de mineração.  Potencial de acesso a novos mercados consumidores.  Facilidade de acesso às vias de escoamento de bens produzidos.	Potencial de contaminação das águas superficiais e subterrâneas.  Potencial de causar redução das qualidades do solo e do ar.  Infraestrutura de rodovias inadequada	Promover ações de qualificação da mão de obra local.  Promover a implantação de uma política de atração de investimentos para o setor de mineração.
Indústria da extração e transformação mineral - Recursos energéticos, Grupo D	Alagoinhas Entre Rios Euclides da Cunha	17, 19, 23, 30, 32, 33, 35, 36	Capacidade de criação de empregos diretos e indiretos a partir da atividade de mineração.  Potencial para geração de renda a partir da atividade de mineração.	Deficitária infraestrutura de transporte necessária para escoamento da produção.  Potencial de causar desmatamento e ameaçar a manutenção da biodiversidade.  Carência de acesso a novos mercados	Promover ações de qualificação da mão de obra local.  Promover a implantação de uma política de atração de investimentos para o setor de mineração.  Promover melhorias na infraestrutura de transporte.
Indústria da extração e transformação mineral - Recursos energéticos, Grupo E	Itabuna/Ilhéus Valença	20, 22, 25, 26, 27, 28, 36	Áreas de importância estratégica para desconcentração industrial.  Boa oferta potencial de mão-de-obra.  Possibilidade de aproveitamento das condições logísticas para escoamento da produção com a construção da FIOL e Porto Sul.	Atividade produtiva adota processos industriais de baixa tecnologia.  Elevado custo de acesso portuário, especialmente ao porto de Ilhéus, dificultando o escoamento dos bens produzidos.	Promover a implantação de política de integração de pequena produção agropecuária.  Promover a melhoria da infraestrutura das rodovias e ferrovias e a expansão dos portos nas proximidades, de modo a permitir o escoamento da produção.  Promover ações de capacitação da mão de obra local.

Continua)

ASPECTO: ARRANJO MINERÁRIO					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Microrregião(ões) onde ocorre(m) o(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) o(s) critério(s)	Atributo(s) territorial(is) que favorece(m) ou pode(m) ser utilizado(s) pela indústria e a(s) repercussão(ões) positiva(s) dessa atividade	Fator(es) que impede(m) ou restringe(m) o pleno desenvolvimento da atividade industrial	Recomendação(ões) que visam a melhoria do desempenho da atividade industrial e sua contribuição no processo de construção do desenvolvimento sustentável.
Indústria da extração e transformação mineral - Rochas e minerais industriais, Grupo A	Boquira Brumado Feira de Santana Guanambi Irecê Itaberaba Itapetinga Jacobina Jequié Livramento de Nossa Senhora Seabra Senhor do Bonfim Vitória da Conquista	5, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 32, 33	Potencial para geração de renda a partir da atividade de mineração.  Potencial de contribuição para a formação e expansão do PIB mineral do estado.  Potencial paracriação de novos empregos diretos e indiretos.  Potencial para impulsionar o desenvolvimento socioeconômico em áreas afastadas e menos favorecidas.	Insuficiência na oferta de mão-de-obra local.  Ausência de uma política regional de atração de investimentos no setor mineral.	Promover ações de qualificação da mão de obra local.  Promover a implantação de uma política de atração de investimentos para o setor de mineração.
Indústria da extração e transformação mineral - Rochas e minerais industriais, Grupo B	Barra Barreiras Bom Jesus da Lapa Cotegipe Juazeiro Paulo Afonso Santa Maria da Vitória	1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 14, 17, 23, 30, 31	Potencial para geração de renda a partir da atividade de mineração.  Potencial de contribuição para a formação e expansão do PIB mineral do Estado.  Potencial para criação de novos empregos diretos e indiretos.  Potencial para impulsionar o desenvolvimento socioeconômico em áreas afastadas e menos favorecidas.	Insuficiência na oferta de mão-de-obra local.  Ausência de uma política regional de atração de investimentos no setor mineral.	Promover ações de qualificação da mão de obra local.  Promover a implantação de uma política de atração de investimentos para o setor de mineração.
Indústria da extração e transformação mineral - Rochas e minerais industriais, Grupo C	Catu Salvador Santo Antônio de Jesus	24, 25, 26, 33, 34, 35, 36	Potencial de aproveitamento para expansão da indústria de construção civil.  Capacidade de implantação de novos polos de desenvolvimento regional.  Potencial para melhoria da infraestrutura rodoviária.  Potencial para criação de um efeito multiplicador regional de transformação mineral.	Reduzido fomento à inovação e ao desenvolvimento tecnológico.  Condição de favorecimento do desenvolvimento de outros setores produtivos, em detrimento do setor de mineração.	Promover a melhoria da infraestrutura das rodovias.  Promover a integração regional da atividade com outros setores produtivos.  Promover a implantação de incentivos fiscais para a atividade e estimular.  Estimular o acesso do setor a novos a mercados.
Indústria da extração e transformação mineral - Rochas e minerais industriais, Grupo D	Alagoinhas Euclides da Cunha Jeremoabo Ribeira do Pombal Serrinha	17, 19, 23, 24, 30, 31, 32, 33, 35	Potencial para criar um efeito multiplicador regional de transformação mineral.  Potencial para desconcentração espacial e estímulo ao desenvolvimento regional.	Restrição de acesso portuário, dificultando o escoamento dos bens produzidos.	Promover mecanismos para a melhor gestão e controle ambiental dos empreendimentos de exploração mineral.  Promover a melhoria da infraestrutura das rodovias.  Promover ações de capacitação da mão de obra local.

Continua)

Continuação do **Quadro 98** - Síntese de potencialidades, limitações e recomendações referentes ao tema **Indústria: Arranjo Minerário**

ASPECTO: ARRANJO MINERÁRIO					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Microrregião(ões) onde ocorre(m) o(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) o(s) critério(s)	Atributo(s) territorial(is) que favorece(m) ou pode(m) ser utilizado(s) pela indústria e a(s) repercussão(ões) positiva(s) dessa atividade	Fator(es) que impede(m) ou restringe(m) o pleno desenvolvimento da atividade industrial	Recomendação(ões) que visam a melhoria do desempenho da atividade industrial e sua contribuição no processo de construção do desenvolvimento sustentável.
Indústria da extração e transformação mineral - Rochas e minerais industriais, Grupo E	Itabuna/Ilhéus Porto Seguro Valença	20, 22, 25, 26, 27, 28, 29, 36	Potencial para desconcentração espacial e estímulo ao desenvolvimento regional.  Capacidade de criação de empregos diretos e indiretos a partir da atividade de mineração.  Potencial para estímulo à integração vertical e horizontal da cadeia produtiva, resultando em maior adensamento setorial da atividade.	Reduzido fomento à inovação e ao desenvolvimento tecnológico.  Deficitária infraestrutura de transporte necessária para escoamento da produção.	Incentivar a ampliação, criação e melhoria da infraestrutura rodoviária, portuária e ferroviária estadual.

Fonte: Consórcio Geohidro-Sondotécnica, 2013

As potencialidades e limitações ao setor de indústria estão esboçadas na caracterização e espacialização industrial da Bahia, exposto na seção b da metodologia (Configuração espacial da presente localização industrial no Estado). Esse retrato confirma que a localização da indústria está diretamente relacionada com a disponibilidade dos atributos necessários à sua instalação. Este texto, visando compor o conteúdo do ZEE-Ba, não somente aproveitou as indicações históricas da indústria baiana, como também destacou indicações não somente de potencialidades, mas também de limitações apresentadas pelo território baiano, sob diferentes aspectos. Essas indicações são de utilidade para orientar o crescimento da indústria na Bahia com forte probabilidade de alcançar, nos Territórios de Identidade e em relação às cadeias produtivas eleitas no contexto das Diretrizes para a Indústria, níveis elevados de eficiência econômica, mantido a observância das fragilidades do território. Essas indicações são, portanto, um passo em direção ao desenvolvimento sustentável.

Preliminarmente, é visível a potencialidade em termos mais gerais que é apresentada nos TIs Recôncavo, Metropolitano de Salvador, Litoral Sul e Portal do Sertão, nesta ordem e sem retirar a relevância de TIs como Vitória da Conquista, Médio Rio de Contas, e do potencial para abrigar a atividade da indústria que se encontra nos TIs Baixo Sul, Extremo Sul e Bacia do Rio Grande e parte do TI Sertão do São Francisco. São vastas, portanto, as áreas da Bahia que ainda podem crescer de modo expressivo em termos da atividade industrial. Conhecer as potencialidades e limitações dessas áreas em relação às cadeias que conformam a política estadual para a indústria torna-se fundamental para a orientação da localização dos diversos tipos de plantas industriais, e o presente capítulo permitiu encontrar uma série de referências que auxiliarão esta orientação, como se segue.

A avaliação feita demonstrou ser recorrente o tema da infraestrutura, como limitação para a indústria, especialmente a de transportes e, mais particularmente, os modais rodoviário, ferroviário e portuário. De modo localizado, recorreu-se, também e algumas vezes, aos modais hidroviário e aeroviário, o primeiro em função da geografia baiana onde existem cursos d'água navegáveis, ou passíveis de oferecerem condições de navegabilidade por meio de obras hidráulicas, e, o segundo onde a atividade da cadeia produtiva exigiu a rapidez de transporte para bens e mercadorias de pequeno peso e facilidade de movimentação como, por exemplo, os insumos e os muitos dos produtos da indústria eletroeletrônica. Constatou-se, no que concerne à infraestrutura, que o melhoramento e a manutenção de estradas e dos demais elementos de transportes, constitui uma necessidade fundamental para o setor industrial baiano. Em outras palavras, as limitações infraestruturais encontradas em alguns TIs podem ser transformadas em potencialidades pela ação do governo. Ainda no campo dos problemas de infraestrutura, a falta de sistemas centralizados de tratamento de efluentes em distritos industriais é uma limitação a ser superada, porquanto somente o Polo Industrial de Camaçari dispõe desse tipo de utilidade.

Necessidade de qualificação da mão de obra específica para o setor industrial, também demonstrou-se tema recorrente na maioria dos territórios, especialmente naqueles suportados por centros urbanos de menor expressão, ou com urbanização recente, como os situados no extremo sul, litoral norte e oeste do estado. Geralmente valem para esses territórios a necessidade de formação técnica específica da mão de obra local.

A avaliação das potencialidades e limitações demonstrou também que a existência de cidades-base ou, alternativamente, de serviços que as cidades-base em geral oferecem, mesmo que espalhados por alguns municípios de um mesmo TI, ou de TI contíguo, constitui uma importante potencialidade, especialmente para as indústrias rurais. Quando a planta industrial que é localizada fora de zonas urbanas, normalmente requer serviços como o de bancos, correios e de repartições públicas que, forçosamente, levam-na à dependência do meio urbano. Destacar, portanto, o papel das cidades, em particular das cidades-base, é uma recomendação importante para o enfrentamento de limitações que a indústria encontra no campo.

Deve-se considerar, de outro lado, o papel que a FIOLE exercerá sobre a economia de uma vasta região que se estende pelos TIs que compõem a macrorregião Cerrado, pela parte sul do TI Velho Chico, e pelos TIs Sertão Produtivo, Vitória da Conquista, Médio Sudoeste, Médio Rio de Contas e Litoral Sul. Esse eixo ferroviário fortalecerá o conjunto de fatores de localização industrial de toda a mencionada extensão de território por ser o fio condutor de mercadorias e insumos para uma variada gama de ramos da indústria. Trata-se de uma potencialidade ainda em fase de materialização, mas que precisa ser considerada como oportunidade para a interiorização plena da indústria na Bahia contribuindo para a desconcentração da região da capital.

O levantamento das potencialidades e limitações à atividade industrial também apontou a necessidade de um estudo amplo das relações inter-setoriais da indústria na Bahia para orientar processos de complementaridade e, com isto, criar oportunidades para o crescimento da produtividade industrial. Nesse sentido, recomenda-se, entre outras medidas:

- (i) estimular todas as possibilidades de implantação da agroindústria onde as respostas do trinômio solo, água e transporte forem favoráveis;
- (ii) destinar aos TIs da macrorregião Semiárido as cadeias produtivas não intensivas no uso da água;
- (iii) adequar, onde necessário, as escolas técnicas às especificidades industriais de cada Território de Identidade;
- (iv) reavaliar o ordenamento do uso do território em regiões onde a silvicultura constituir uma fonte de matéria prima, como sucede no Extremo Sul em razão da produção de celulose, otimizando o uso múltiplo da terra;
- (v) avaliar a possibilidade de outro(s) TI(s) receberem plantas industriais que produzam a terceira geração de petroquímicos em complementaridade com a produção do Polo Industrial de Camaçari;

(vii) avaliar as perspectivas de crescimento do parque automotivo baiano e buscar formas de associá-lo a fabricantes de peças que produzam localmente, tornando a matriz de insumo e produto desse setor, inteiramente ou em grande proporção, de produção dentro do Estado;

(viii) estimular a implantação de plantas fabris que beneficiem minérios de ocorrência nos diversos TIs, com enfoque especial na fabricação de materiais de construção.

Diante das perspectivas de esgotamento do modelo de competitividade baseado em estratégia centrada na política de incentivos fiscais, necessário cada vez mais que o Estado da Bahia crie condições para o desenvolvimento e expansão do seu tecido industrial baseado em fatores de competitividade contemporâneos e ambientalmente sustentáveis. Como já destacado anteriormente, infraestrutura logística, qualificação de mão de obra, rede urbana equilibrada, respeito às potencialidades e limitações do território, são elementos que precisam de especial atenção para tornar o Estado ambiente propício a fixação e atração de novos investimentos.

Dentro deste contexto, elemento já destacado na política industrial do estado, a estratégia de atração seletiva de investimento, corrobora para o adensamento de setores estratégicos ao desenvolvimento do estado. São setores baseados em tecnologias limpas, ou com capacidade de encadear elos faltantes no estado e que na sua ausência impede que se internalize a externalidades positivas da atividade industrial na economia estadual, deixando muitas vezes, a agregação de valor adicionada fora dos limites estaduais.

Recomenda-se, portanto, o desenvolvimento de uma matriz geral de *inputs-outputs*, de modo a apontar caminhos pelos quais a indústria localizada no Estado possa maximizar os impactos positivos sobre a economia do Estado. Para tal, poderá o Estado elaborar o estudo baseado na teoria da matriz insumo produto (matriz de Leontief) voltada para as cadeias produtivas fabris, que permite a identificação da interdependência das atividades produtivas no que concerne aos insumos e produtos utilizados e decorrentes do processo de produção, permitindo ao governo a identificação precisa dos elos faltantes na cadeia industrial do estado. A partir deste diagnóstico, seria possível ajustar a política industrial de modo a maximizar sua eficiência, constituindo uma forma segura de alicerçarem-se as bases da indústria na Bahia, com reflexos positivos sobre o desenvolvimento econômico, equilíbrio ambiental, a geração de postos de trabalho e de arrecadação.



## 13. INFRAESTRUTURA LOGÍSTICA

### 13.1. Introdução

A precariedade da infraestrutura logística se constitui numa limitação ao desenvolvimento da economia do país, o que não é diferente para o Estado da Bahia. Pensar, portanto, numa perspectiva de desenvolvimento sustentável para a Bahia tem como pré-requisito conhecer as potencialidades e limitações de seu território, considerando inclusive sua infraestrutura logística, de modo a permitir identificar, especialmente aos agentes públicos, as ações necessárias à qualificação do sistema logístico baiano.

A estratégia de desenvolvimento priorizada nas últimas décadas pelas gestões governamentais consolida o país como um importante ator da economia internacional, com forte exportação decorrente da expansão de atividades internas e, com elas, dos níveis de emprego.

A manutenção e o fortalecimento desse vetor dependem, entre outras coisas, da redução do chamado Custo Brasil, que passa, principalmente, pela necessidade de otimizar o atual sistema de transportes (redes, fluxos e cadeias logísticas), sempre atreladas às potencialidades produtivas do território.

A modernização recente do processo de gestão dos transportes implica, como desafio aos agentes públicos, tratar este tema como componente significativo para o processo de desenvolvimento do país e do estado. Presume-se, portanto, que esta qualificação do setor transporte é essencial para o aumento da competitividade da produção da economia nacional, visando o mercado exterior, assim como o mercado interno, cada vez mais aquecido com o aumento do consumo no país

Devido ao caráter sistêmico da multimodalidade, cabe ao Estado da Bahia tornar ainda mais efetiva sua integração na rede logística nacional e internacional, até porque a infraestrutura logística baiana é, em grande parte, constituída de corredores de intercâmbio de produtos advindos de outros centros, fenômeno este, tendendo ao crescimento. Posto que, há de se considerar a centralidade geográfica do estado da Bahia na faixa mais ocupada do território brasileiro, a costa atlântica.

Abordar o tema infraestrutura logística de transportes no ZEE objetiva identificar as potencialidades e, sobretudo, limitações do sistema logístico de cargas da Bahia e em que medida contribui para o desenvolvimento do estado. Procura perceber como a infraestrutura e a logística de transportes influenciam nos demais temas que compõem o ZEE, assim como sua inserção no contexto geopolítico nacional. Nesse enfoque, considera não só as cargas geradas dentro do território baiano, mas, também, aquelas em trânsito para outros estados, uma vez que a produção de transportes em si é um dinamizador e gerador de demandas econômicas, mesmo tratando-se de cargas passantes ou de intercâmbio.

Caracterizar e analisar a infraestrutura logística de transportes existente no Estado da Bahia, identificando seus gargalos e potencialidades, permite compreender como o recorte deste tema pode ajudar no dimensionamento da relevância, da prioridade e dos benefícios econômicos e sociais no planejamento de investimentos. Mais ainda, pode facilitar a visualização de novas potencialidades e limitações para diferentes atividades produtivas.

### 13.2. Metodologia

Para analisar as limitações e identificar os gargalos atuais da infraestrutura logística dos transportes foram utilizados dados secundários, oriundos de fontes diversas, com destaque para os estudos encomendados pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), à consultora Macrologística, denominado: Projeto Nordeste Competitivo – Planejamento Estratégico da Infraestrutura de Transporte e Logística de Carga do Nordeste. Este estudo, bastante utilizado pela Federação das Indústrias do Estado da Bahia (FIEB), filiada à Confederação Nacional da Indústria (CNI), assim como por técnicos de diversos órgãos do Governo da Bahia, de outros estados e por instâncias supraestaduais, a exemplo do Conselho de Secretários de Planejamento do Nordeste (Conseplan), faz um diagnóstico qualificado da logística de carga no nordeste brasileiro, o que inclui análise dos eixos e equipamentos viários mais importantes do território baiano, também objeto de análise deste ZEE-Ba.

Foram também fontes de consulta: o Programa Estadual de Logística de Transporte da Bahia (PELT) e o Plano Nacional de Logística de Transporte (PNLT), além de estudos e informações de instituições que atuam no segmento de transportes como a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) e o Departamento de Infraestrutura de Transportes da Bahia (DERBA), especialmente sobre carregamentos em estradas.

Para definição do grau de carregamento e de nível de gargalo das rodovias e ferrovias foram utilizados os parâmetros do DNIT, já tratados e consolidados em consultas às empresas de operação ferroviária e de central de regulação logística, dentro dos estudos da Macrologística/CNI. Para análise dos portos, aeroportos e hidrovias, foram utilizados os mesmos estudos da Macrologística/CNI, além de dados e informações consultadas das seguintes fontes: Agência Nacional de Transporte Aquaviário (ANTAQ), Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (CODEVASF) e empresas operadoras ou detentoras da função de autoridade portuária.

#### 13.2.1. Critérios para caracterização funcional

Para efeito de caracterização dos corredores, dos fluxos das cadeias e dos eixos logísticos do território baiano, foram definidos os principais corredores e, dentro desses, os eixos por onde dão os deslocamentos de cargas e passageiros. Os eixos nem sempre são constituídos por vias do mesmo modo de transporte, tão pouco por uma mesma via. Os deslocamentos dentro de determinado corredor, pode adotar diferentes eixos em função de fatos circunstanciais como danos ou má conservação em determinados segmentos de vias. Alguns eixos, inclusive, possuem elos faltantes<sup>7</sup>, se constituindo em gargalos.

Além do grande corredor da cabotagem, ao longo da costa marítima, que alimenta seus portos, foram identificados três corredores norte-sul e dois transversais oeste-leste. Destaca-se que um terceiro corredor começa a se formar nesta última direção, embora tendendo ao sentido diagonal centro oeste-nordeste.

A caracterização dos eixos e equipamentos viários, bem como seus principais gargalos identificados, estão apresentados no quadro síntese das potencialidades, limitações e recomendações, integrante do tópico Resultados.

Nesta caracterização, cada eixo viário corresponde a uma rota de deslocamento formada por uma ou mais vias. A partir do agrupamento de eixos foram definidos os corredores, de modo a permitir melhor entendimento sobre a origem e destino dos fluxos, bem como sobre as cadeias logísticas que se formam. O critério para constituição de um corredor foi a existência de carregamento expressivo num determinado sentido.

Dentre os principais corredores e seus respectivos eixos viários, podem ser destacados:

- a) Corredor Norte-Sul Litorâneo – Composto por dois importantes eixos: a) A BA-001, cujos gargalos principais são os elos faltantes mais ao Sul do estado e a intensa interferência ao tráfego urbano; b) A BR-101, uma ligação entre a parte mais ao leste da Região Nordeste, incluindo a Bahia e a Região Sudeste.
- b) Corredor Norte-Sul pelo Interior Central – Constituído por diversos eixos, onde destacam-se a BR-116 – conhecida como Rio-Bahia – de carregamento intenso, já considerado um grande gargalo; além da Ferrovia Linha Sul e Linha Centro da FCA Norte (FCA Sul está em MG, RJ e GO) e a hidrovía Rio São Francisco, ociosas no uso de sua capacidade por razões diversas, explicitadas no quadro síntese de análise das potencialidades, limitações e recomendações. Sendo, a partir deste fato, evidenciada a necessidade de planejamento logístico, onde se inclui a regulação, com seu caráter organizador e indutor de um maior aproveitamento e otimização no uso destes modos de transportes.
- c) Corredor Norte Sul do Extremo Oeste Baiano – Estabelece a ligação dos estados mais ao oeste da Região Nordeste com o Centro Sul, cortando a Região Oeste da Bahia na direção do Planalto Central e Oeste de Minas, São Paulo e Mato Grosso do Sul. Os dois eixos principais são: a BR-020 e a BR-135.
- d) Corredor Transversal Oeste-Leste ao Norte do Estado – Começa pelo eixo BR-235, margeando o Lago Sobradinho no seu lado esquerdo, atravessando para o lado direito em Juazeiro e daí prosseguindo, em duas alternativas de eixos – BR-235 e BA-210 – para a costa atlântica no litoral sergipano e litoral norte baiano.
- e) Corredor Transversal Oeste-Leste no Centro do Estado – Se caracteriza pela BR-242 e a BR-052, ligado a região produtora de grãos do oeste baiano, à Região Metropolitana de Salvador (RMS) e Recôncavo, que se encontra com as BR-101 e BR-116 na altura da cidade de Feira de Santana, para afunilar na BR-324, na direção da RMS, criando o maior gargalo rodoviário do estado. Gargalo este que tende a se agravar caso haja aumento da capacidade dos portos da Baía de Todos os Santos (BTS), cuja capacidade atual é considerada baixa.
- f) Corredor Transversal Oeste-Leste ao Sul do Estado – Atualmente constituído por um eixo que se utiliza de várias vias, sendo as principais as BR-430 e a BR-030, cuja complementação dos elos faltantes estabelecerá ligação de Brasília com a costa baiana, constituindo-se numa boa alternativa de escoamento da produção de grãos não só do oeste baiano, como da região Centro Oeste brasileira. Dentro do Corredor Transversal Oeste-Leste ao Sul deverá ser incluído a Ferrovia de Integração Oeste-Leste (FIOL), em fase de construção, o que proporcionará destaque para este corredor, favorecido pela implantação do novo Porto de Ilhéus (projetado) em sua extremidade leste, por onde está previsto o transporte do carregamento oriundo da exploração do minério de ferro da região de Caetitê.
- g) Corredor Centro Oeste–Nordeste – Corredor ainda pouco definido que liga o Centro-Oeste brasileiro aos estados nordestinos do Ceará até Sergipe, cujo traçado perpassa em diagonal o estado da Bahia. Poderá se constituir de fato, caso venha a se consolidar, a ligação de Brasília com a costa baiana, através da construção da FIOL e consolidação da BR-030.

<sup>7</sup> São trechos interrompidos ou não implantados de vias



Complementa esta espacialização, a localização dos portos e aeroportos, de modo a se enxergar os nós logísticos e possíveis plataformas intermodais que poderão dar eficiência às cadeias logísticas, compostas pelos fluxos de produtos com origem ou destino nos arranjos produtivos baianos ou fluxos de passagem.

### 13.2.2. Critérios para qualificação dos gargalos logísticos

Para melhor avaliação dos níveis de gargalo mais críticos da infraestrutura de transporte foi criado, com base no método “Delphi”<sup>8</sup>, um indicador do Grau de dificuldade de Fluição e Trafegabilidade (GdFT). Este indicador é resultante da síntese de outros três subindicadores definidos neste estudo: Grau de Dificuldade de Trafegabilidade (GdTf); Grau de Dificuldade de Trânsito (GdTs) e Grau de Dificuldade de Regulação (GdRg). O Quadro 99 descreve cada um desses indicadores adotados:

Quadro 99 – Indicadores adotados para qualificação dos gargalos logísticos

DENOMINAÇÃO/SIGLA	DESCRIÇÃO DO INDICADOR OU SUBINDICADOR
Grau de dificuldade de Trafego (GdTf)	Tem relação com o <b>carregamento e uso</b> da capacidade instalada, sendo que para o caso das rodovias são utilizadas as normas do DNIT. A capacidade de um eixo ou instalação é medida em função da maior ou menor eficiência em realizar o transporte que é ofertado. Pode ser melhorada a eficiência quando se agrega qualidade, por exemplo, uma terceira faixa para rampas longas numa rodovia, assim como uma dragagem de um porto para atracação de navios de maior porte.
Grau de dificuldade de Trânsito (GdTs)	Tem relação com a <b>fluidez e movimentação</b> sobre os eixos e equipamentos viários. A dificuldade de transitar com maior ou menor fluidez se dá por maiores ou menores interferências de fatores externos ao eixo ou equipamento. Passagens em nível, entre modais, por exemplo, são fatores que diminuem a velocidade de circulação e aumentam a descontinuidade dos trajetos. A incidência de defeitos causados por fatores inerentes à qualidade do solo, onde se encontra instalado o eixo ou equipamento, podem também alterar os trajetos. Até mesmo a proximidade de elementos que desviem a atenção do operador do veículo pode exercer influência no trânsito. Contudo, os maiores fatores de influência na circulação harmônica, sem descontinuidade, são as interferências com centros urbanos, especialmente quando os fluxos de passagem não são devidamente segregados e exclusivos em relação ao trânsito proposto. Portanto, o fator de maior conflito com o movimento de circulação de um eixo é a convivência com trânsito urbano.
Grau de dificuldade de Regulação (GdRg)	Embora este indicador influencie o Sistema Transporte como um todo, ele pode influenciar na eficiência do eixo ou instalação/equipamento logístico sobre o aspecto da organização dos fluxos. Um sistema de vias e equipamentos viários bem regulado, pode evitar situações de picos de carregamento, orientar alternativas de vias, alertar para riscos, orientar em situações de emergência, etc. Do contrário, um sistema com baixa ou nenhuma regulação amplia sua vulnerabilidade a congestionamento e a riscos de acidentes, além de implicar em menor eficiência logística e, conseqüentemente, maior custo de transporte.
Grau de dificuldade de Fluição e Trafegabilidade (GdFT) (indicador síntese)	Tem relação com o <b>carregamento (tráfego)</b> e com o <b>trânsito</b> e sua <b>fluidez</b> , que sofre influência direta das interferências e conflitos dos eixos e equipamentos viários. O GdFT exprime o gargalo em sua dimensão mais ampla e não apenas por um fator dificultador, como costumeiramente se tende a exprimir (apenas pelo grau de carregamento e uso da capacidade da via). Como expressão de síntese, procura analisar o eixo como um todo, considerando inclusive os elos faltantes e a organização do trânsito em seus aspectos mais amplos: policiamento, sinalização e regulação do uso da via e do conjunto do sistema transporte no corredor (centros logísticos inteligentes, centros de controles de tráfego, etc).

Fonte: Consórcio Geohidro-Sondotécnica, 2013

Seguindo o método de formulação desses índices, foram arbitrados escores tanto para os pesos de cada subindicador, como para as notas GdTs e GdRg. Já as notas do GdTf, que correspondem aos níveis de carregamento das vias ferro e rodoviárias, foram aproveitadas e incluídas nos cálculos aquelas disponíveis no diagnóstico realizado pela Macrologística/CNI.

O Quadro 100 modelo utilizado para sistematização das qualificações e notas atribuídas a cada subindicador, de modo a produzir uma expressão síntese do eixo ou equipamento (GdFT).

Quadro 100 – Classificação dos Indicadores que influenciam no grau de dificuldade de Fluição e Tráfego num eixo ou instalação logística

UTILIZAÇÃO DA CAPACIDADE		GDTF	GDTS	GDRG	GdFT
Capacidade Atual (%)	Capacidade Potencial (2020) (%)	Carregamento (Tráfego) (Peso adotado 65%)	Fluição (Trânsito e Movimento) (Peso adotado 30%)	Regulação e controle (Peso adotado 5%)	Fluição e Trafegabilidade (Peso = GdTf x 0,65 + GdTs x 0,3 + GdRg x 0,05)
		5 = Altíssimo	5 = Dificílimo	5 = Nenhum	Ponderação para subsidiar a qualificação da intensidade dos gargalos
		4 = Muito Alto	4 = Muito Dificil	4 = Pequeno	
		3 = Alto	3 = Dificil	3 = Medianamente	
		2 = Médio	2 = Médio	2 = Boa	
		1 = Baixo	1 = Pequeno	1 = Alto	
0 = Baixíssimo	0 = Inexistente	0 = Totalmente			

Nota: A avaliação da capacidade de utilização utilizada teve como referencial os dados disponíveis nos estudos da Macrologística/CNI (2012).

Fonte: Consórcio Geohidro-Sondotécnica, 2013

Importante registrar que foram sistematizados e qualificados neste quadro apenas os eixos e equipamentos viários que apresentam gargalos logísticos mais relevantes, identificados a partir do estudo da Macrologística/CNI, dos dados de órgãos oficiais e dos conhecimentos dos técnicos envolvidos.

A utilização deste quadro-guia para a caracterização do Grau de Fluição e Trafegabilidade serviu de base para a qualificação da intensidade dos gargalos apresentados no quadro de Potencialidades, Limitações e Recomendações, onde se optou por registrar os gargalos logísticos pela descrição qualitativa de seus aspectos mais relevantes, conforme pode-se observar no anexo do tema, deste relatório. Ressalta-se que os valores alcançados na ponderação apresentada no quadro guia não resultaram em categorização ou classificação de resultados, mas foram empregadas para subsidiar a qualificação dos eixos quando à maior ou menor intensidade da fluidez e trafegabilidade observado.

A opção de adotar o raciocínio do método Delphi mostrou-se útil para análise da logística, especialmente pela insuficiência de dados e informações precisas sobre a fluidez de cargas nos eixos e equipamentos viários. Dessa forma, vale-se do conhecimento e experiência qualitativa acumulada pelos especialistas responsáveis pela análise.

Nesse estudo, foi adotada uma calibragem para os indicadores utilizados que traduz a compreensão sobre o tema pelos técnicos envolvidos nesta leitura. Para uma análise ainda mais precisa (já que esta se limita em escopo e profundidade à natureza do instrumento em que se insere, no caso, o ZEE-Ba), recomenda-se que sejam realizados novos rounds, ainda de acordo com o método Delphi, permitindo a obtenção de novos escores que traduzam a calibragem resultante do envolvimento de um grupo mais amplo de especialistas, ampliando a confiabilidade dos indicadores.

Para a abordagem das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) foram adotados como indicadores, conforme entendimentos com representantes do Grupo de Acompanhamento Técnico do ZEE-Ba, a abrangência territorial do atendimento dos serviços de internet banda larga e de telefonia móvel.

### 13.3. Resultados

Os resultados desta abordagem estão sistematizados no quadro de potencialidades, limitações e recomendações do tema infraestrutura logística de transportes, apresentado a seguir. Nele, os principais gargalos identificados nos corredores, eixos e equipamentos viários mais importantes do estado (enfoque principal do tema, conforme TDR) estão expressos no campo das limitações.

O conteúdo do Quadro 101 ao Quadro 108, que trazem a síntese de potencialidades, limitações e recomendações para o tema infraestrutura logística de transporte, integrado aos demais temas no Banco de Dados e no webSIG do ZEE-Ba, permite visualizar onde se encontram os gargalos logísticos, identificando quais as regiões e atividades produtivas que são por eles mais impactadas. Além disso, podem ser visualizadas as principais potencialidades relacionadas a cada elemento logístico destacado (eixo ou equipamento logístico), bem como as recomendações para o melhor aproveitamento dessas potencialidades e para a superação dos gargalos identificados.

<sup>8</sup> Método Delphi: O princípio do método é intuitivo e iterativo. Implica a constituição de um grupo de especialistas em determinada área do conhecimento, que respondem a uma série de questões. Os resultados dessa primeira fase são analisados, calculando-se a mediana e a amplitude interquartilica. A síntese dos resultados é comunicada aos membros do grupo que, após tomarem conhecimento, respondem novamente. As interações se sucedem desta maneira até que um consenso ou quase consenso seja obtido. As iterações do método são denominadas "rounds". (<http://www.cloviss.massaud.nom.br/prospec.htm>)

Quadro 101 - Síntese de potencialidades, limitações e recomendações para o tema **Infraestrutura Logística: Corredor Norte-Sul Litorâneo**

ASPECTO: CORREDOR NORTE SUL LITORÂNEO					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Eixo(s) ou localidade(s) que representa(m) a ocorrência do(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) o(s) critério(s)	Condição(ões) favorável(is) à infraestrutura e logística	Condição(ões) desfavorável(is) à infraestrutura e logística	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) da infraestrutura e logística
Eixo rodoviário composto pela BR-101	Eixo rodoviário composto pela BR-101.	20, 22, 23, 25, 26, 27, 28, 29, 32, 33, 35	Grande fluxo de cargas de intercâmbios originadas e destinadas a outros estados.  Alto potencial para escoamento de fluxos inter-regionais de curta distância em arranjos produtivos diversos, como: frutas, tora de madeira, celulose, cacau, cítricos, dendê, entre outros.	Gargalos potenciais decorrentes do carregamento em grande parte do eixo, especialmente no trecho de Feira de Santana a Rio Real. Segundo estudos de Macrologística/BIRD, o trecho em questão já possui uma taxa de utilização equivalente a 65% da capacidade calculada para o eixo.  Potencial de aumento considerável no transporte de carga devido à expansão da produção agropecuária.	Ampliara capacidade de fluxo da BR 101, particularmente do trecho Feira de Santana a Rio Real.
Eixo rodoviário composto pelas BA-001, BA-093, BA-099, BA-233 e BA-506	Eixo rodoviário composto pelas BA-001, BA-093, BA-099, BA-233 e BA-506.	26, 27, 28, 33, 34, 35, 36	Alto potencial para mobilidade de pessoas na rede de cidades que compõem a metrópole e os territórios costeiros.  Alto potencial para a atividade turística.	Intensa incidência de tráfego urbano, acarretando em diminuição na velocidade de circulação nas vias e aumento da ocorrência de acidentes.  Deficiências de sinalização, incidência de tráfego urbano e segregação da faixa de domínio constituem fortes inibidores do aumento da atividade turística na faixa litorânea do estado.  Elos faltantes no trecho sul do estado, constituindo-se descontinuidades do eixo.	Priorizar a implantação de intervenções visando ao aumento da capacidade de escoamento das pistas (terceira faixa, duplicações pontuais e alargamento de acostamentos) e à redução de conflitos urbanos (novos contornos viários e melhoria dos trechos de aproximação urbana).  Priorizar a implantação de intervenções estruturais que contribuam para o aumento da atividade turística do eixo, especialmente no trecho Sul do estado, onde existem elos viários faltantes.
Eixo ferroviário composto pela Linha Norte da FCA Norte (antiga Linha Norte da Ferrovia Leste Brasileiro)	Eixo ferroviário composto pela Linha Norte da FCA Norte (antiga Linha Norte da Ferrovia Leste Brasileiro).	32, 33, 34, 35	Capacidade ociosa de carregamento do eixo, com alto potencial de ampliação da movimentação de cargas.	Ferrovia em avançado estado de degradação devido à postergação de sua manutenção.  Intensa incidência de tráfego urbano, acarretando em diminuição na velocidade de circulação na ferrovia.	Articular a elaboração de um plano logístico para transferência de carga do modal rodoviário para o ferroviário.  Priorizar a revitalização do eixo ferroviário, tornando-o mais eficiente e proporcionando a redução dos impactos socioambientais negativos.  Estimular a criação de centros logísticos (plataformas logísticas, zonas de atividades e apoio logístico e terminais multimodais) para regulação e intermodalidade dos fluxos de circulação de mercadorias, em especial para a chamada carga geral (cargas diversas com alto valor agregado).  Estimular a ampliação do transporte de cargas, mediante a incorporação de cargas oriundas da expansão dos atuais arranjos produtivos e da inclusão de novos arranjos.

Fonte: Consórcio Geohidro-Sondotécnica, 2013.

**Quadro 102** - Síntese de potencialidades, limitações e recomendações para o tema **Infraestrutura Logística: Corredor Norte-Sul Interior**

ASPECTO: CORREDOR NORTE SUL INTERIOR					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Eixo(s) ou localidade(s) que representa(m) a ocorrência do(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) o(s) critério(s)	Condição(ões) favorável(is) à infraestrutura e logística	Condição(ões) desfavorável(is) à infraestrutura e logística	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) da infraestrutura e logística
Eixo rodoviário composto pela BR-116	Eixo rodoviário composto pela BR-116.	13, 17, 20, 21, 23, 24, 25, 30, 32	Alto potencial para movimentação de cargas entre as regiões Nordeste e Sudeste.	Gargalos atuais em grande parte do eixo, especialmente no trecho entre a divisa de Minas Gerais e Bahia e a cidade de Feira de Santana, com forte tendência de intensificação dos gargalos.  Previsão de aumento considerável do transporte de carga devido à expansão da produção agropecuária. Segundo estudos da Macrologística/BIRD, projeções reforçam esta previsão, devendo o índice de ocupação da capacidade do eixo aumentar dos atuais 95,6% para 251,1% no trecho entre a divisa de Minas Gerais/Bahia à Feira de Santana. Trata-se de uma via caracterizada pela movimentação de cargas majoritariamente originadas no Sudeste, tendo um volume bem menor com as cargas de retorno.	Priorizar a ampliação da capacidade de escoamento das pistas, particularmente no trecho entre a divisa de Minas Gerais/Bahia e a cidade de Feira de Santana.
Eixo rodoviário composto pelas BR-122, BR-407, BA-130, BA-131 e demais vias difusas (afunilando até Juazeiro)	Eixo rodoviário composto pelas BR-122, BR-407, BA-130, BA-131 e demais vias difusas (afunilando até Juazeiro).	8, 9, 10, 11, 12, 13, 16, 17, 18, 19, 20, 22, 23, 24, 27	Potencial para movimentação de cargas entre a Bahia e os demais estados da região Nordeste.  Importante conexão turística com a região central do estado, especialmente a Chapada Diamantina.  Potencial para escoar a produção agrícola do Centro-Oeste do país e do Oeste do estado, em alternativa a outros eixos estaduais. Com o incremento da produção agrícola do Centro Oeste brasileiro e do oeste baiano, deverá ser encontrado um eixo mais bem definido, de modo a evitar sobrecarga em vias não projetadas para a capacidade eventualmente assumida.	Eixo difuso, sem definição clara das rodovias que o compõem, ocasionando sobrecarga em vias não projetadas para a capacidade assumida para o eixo.	Definir o eixo prioritário entre as vias e estruturá-lo de modo a evitar degradação de rodovias desqualificadas para a capacidade utilizada.  Construir os segmentos de interligações na região central do estado, área de importância fundamental para o turismo na Chapada Diamantina.
Eixo hidroviário composto pelo rio São Francisco, à montante do Lago de Sobradinho (trecho de Sobradinho (trecho de Pirapora/MG a Juazeiro)	Eixo hidroviário composto pelo rio São Francisco, à montante do Lago de Sobradinho (trecho de Pirapora/MG a Juazeiro).	17, 30, 31	Baixo custo operacional para o transporte pelo modal hidroviário.  Custo relativamente baixo para reestruturação da hidrovia do Rio São Francisco.	Ausência de regulação logística relacionada ao controle de tráfego e trânsito (sinalização, comunicação, plataformas logísticas e retroáreas).  Baixa qualidade das estruturas portuárias, retroáreas e plataformas logísticas.	Efetuar estudos de viabilidade para melhor aproveitamento deste eixo hidroviário, em consonância com o princípio da multimodalidade, como forma de racionalizar e otimizar a cadeia logística.
Eixo ferroviário composto pelas Linhas Centro e Sul da FCA Norte (antiga Linha Norte da Ferrovia Leste Brasileiro)	Eixo ferroviário composto pelas Linhas Centro e Sul da FCA Norte (antiga Linha Norte da Ferrovia Leste Brasileiro).	32, 33, 34	Alto potencial para movimentação de cargas entre as regiões Nordeste e Sudeste, haja vista a intensa demanda reprimida.	Ferrovia em avançado estado de degradação devido à postergação de sua manutenção.  Baixa capacidade de carregamento em decorrência de deficiências geométricas da ferrovia.  Demanda atual da capacidade instalada da ferrovia atinge uma taxa superior a 1500%.	Favorecer a implantação de ações de recuperação e revitalização da ferrovia, em parceria com a iniciativa privada, visando ao maior aproveitamento de sua capacidade instalada.  Efetivar o cumprimento dos planos de investimentos previstos para a ferrovia e acordados com a operadora concessionária.  Estimular a criação de centros logísticos (plataformas logísticas, zonas de atividades e apoio logístico e terminais multimodais) para regulação e intermodalidade dos fluxos de circulação de mercadorias, em especial para a chamada carga geral (cargas diversas com alto valor agregado).

(Continua)

Continuação do **Quadro 102** - Síntese de potencialidades, limitações e recomendações para o tema **Infraestrutura Logística: Corredor Norte-Sul Interior**

ASPECTO: CORREDOR NORTE SUL INTERIOR					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Eixo(s) ou localidade(s) que representa(m) a ocorrência do(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) o(s) critério(s)	Condição(ões) favorável(is) à infraestrutura e logística	Condição(ões) desfavorável(is) à infraestrutura e logística	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) da infraestrutura e logística
Eixo ferroviário composto pelas Linhas Centro e Sul da FCA Norte (antiga Linha Norte da Ferrovia Leste Brasileiro) (continuação)	Eixo ferroviário composto pelas Linhas Centro e Sul da FCA Norte (antiga Linha Norte da Ferrovia Leste Brasileiro).	32, 33, 34			Efetuar estudos de viabilidade para melhor aproveitamento deste eixo hidroviário, em consonância com o princípio da multimodalidade, como forma de racionalizar e otimizar a cadeia logística.
Eixo rodoviário composto pelas BA-160 e BA-161 e trechos das BR-030, BR-242 e BR-349	Eixo rodoviário composto pelas BA-160 e BA-161 e trechos das BR-030, BR-242 e BR-349.	5, 6, 7, 8, 9	Potencial para conectar as margens da hidrovia do Rio São Francisco aos eixos transversais do estado.  Potencial para conectar o centro da Bahia ao norte de Minas Gerais, em alternativa à BR-116.		Estimular a requalificação do sistema alimentador complementar a este eixo, com implantação de novos acessos e a melhoria dos acessos existentes.
Porto fluvial de Juazeiro	Porto fluvial de Juazeiro.	17	Capacidade ociosa de transporte, com alto potencial de ampliação do carregamento da movimentação de cargas.	Ausência de plano de requalificação para melhor aproveitamento da hidrovia do rio São Francisco.	Elaborar plano de requalificação visando à implantação de uma hidrovia mais eficiente e comercialmente competitiva.

Fonte: Consórcio Geohidro-Sondotécnica, 2013.

**Quadro 103** - Síntese de potencialidades, limitações e recomendações para o tema **Infraestrutura Logística: Corredor Norte-Sul Oeste**

ASPECTO: CORREDOR NORTE SUL OESTE					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Eixo(s) ou localidade(s) que representa(m) a ocorrência do(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) o(s) critério(s)	Condição(ões) favorável(is) à infraestrutura e logística	Condição(ões) desfavorável(is) à infraestrutura e logística	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) da infraestrutura e logística
Eixo rodoviário composto pela BR-020	Eixo rodoviário composto pela BR-020.	1, 2, 3, 4, 6	Alternativa para o escoamento de grãos do Oeste baiano ante os gargalos da BR-242 e BR-324.	<p>Redução da competitividade da produção de grãos da região Oeste do estado, devido à ampliação do percurso até os portos do Sudeste.</p> <p>Eixo demasiado longo, considerando, como origem, a região produtora de grãos da Bahia e, como destino, os portos exportadores do Sudeste, o que tende a estrangular a expansão da produção de grãos na região. A falta de capacidade para absorver o escoamento de uma grande produção é um fator limitador que reforça a necessidade de se buscar a melhor e mais eficiente alternativa de transporte até os portos exportadores mais próximos, na costa baiana.</p>	Priorizar a implantação de rotas alternativas para o escoamento da produção do estado, via costa baiana, tornando a BR-020 um tronco alimentador do sistema de logística estadual.
Eixo rodoviário composto pela BR-135	Eixo rodoviário composto pela BR-135.	2, 3, 4	Alternativa para o escoamento de grãos do Oeste baiano ante os gargalos da BR-242 e BR-324. O eixo interliga a região de produção de grãos do Oeste baiano com o Norte de Minas Gerais.	<p>Redução da competitividade da produção de grãos da região Oeste do estado, devido à ampliação do percurso até os portos do Sudeste.</p> <p>Eixo demasiado longo, considerando, como origem, a região produtora de grãos da Bahia e, como destino, os portos exportadores do Sudeste, o que tende a estrangular a expansão da produção de grãos na região. A falta de capacidade para absorver o escoamento de uma grande produção é um fator limitador que reforça a necessidade de se buscar a melhor e mais eficiente alternativa de transporte até os portos exportadores mais próximos, na costa baiana.</p>	<p>Priorizar a implantação de rotas alternativas para o escoamento da produção do estado.</p> <p>Priorizar a conclusão da BR-135, com vistas a torná-la um tronco alimentador do sistema de logística estadual.</p>

Fonte: Consórcio Geohidro-Sondotécnica, 2013.



**Quadro 104** - Síntese de potencialidades, limitações e recomendações para o tema **Infraestrutura Logística: Corredor Transversal Oeste-Leste**

ASPECTO: CORREDOR TRANSVERSAL OESTE-LESTE					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Eixo(s) ou localidade(s) que representa(m) a ocorrência do(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) o(s) critério(s)	Condição(ões) favorável(is) à infraestrutura e logística	Condição(ões) desfavorável(is) à infraestrutura e logística	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) da infraestrutura e logística
Eixo rodoviário composto pelas BR-324, BA-052 e trechos da BR-116	Eixo rodoviário composto pelas BR-324, BA-052 e trechos da BR-116.	7, 10, 15, 18, 24, 25, 33, 37	Potencial para escoamento de grãos, hortifrúti e bovinos, em alternativa ao eixo da BR-242.  Capacidade de carregamento ociosa, com potencial de ampliação do transporte de cargas.  Alternativa potencial para o escoamento de grãos do Oeste baiano ante os gargalos da BR-242. O prolongamento deste eixo para além do rio São Francisco, em direção aos municípios de Luís Eduardo Magalhães e de Formosa do Rio Preto, pode vir a se tornar mais uma opção para o escoamento da crescente safra de grãos desta região Oeste da Bahia.		Elaborar estudos com vistas a prolongar o trecho rodoviário na direção dos municípios de Luís Eduardo Magalhães e Formosa do Rio Preto, além de propor articulação da rodovia com as potenciais hidrovias do Rio Preto e Rio Grande.
Eixo rodoviário composto pelas BR-030, BR-330, BR-430, BA-262 e trechos das BR-101, BR-116, BR-349 e BR-430	Eixo rodoviário composto pelas BR-030, BR-330, BR-430, BA-262 e trechos das BR-101, BR-116, BR-349 e BR-430.	2, 3, 4, 5, 7, 8, 9, 12, 13, 20, 21, 22, 27, 36	Potencial de ligação entre o Oeste baiano e a costa Sul baiana, em especial o complexo portuário Sul, em Ilhéus.	Eixo descontínuo com rota composta por diversas vias, dentre as quais a BR-116 em seu trecho mais carregado, considerado um gargalo atual. A complementação deste eixo é necessária, de modo a equilibrar e dar suporte ao escoamento das safras de grãos.	Priorizar a implantação de alternativas para viabilizar o escoamento da produção do Oeste e do centro do estado, via costa Sul baiana.  Priorizar a estruturação do eixo, complementando-o com os elos faltantes.
Eixo rodoviário composto pelas BR-242, BR-324 e trechos das BR-020 e BR-116	Eixo rodoviário composto pelas BR-242, BR-324 e trechos das BR-020 e BR-116.	1, 2, 3, 4, 5, 8, 9, 10, 11, 18, 24, 25, 26, 33, 34	Principal eixo de escoamento da produção de grãos e de carga geral do interior para os portos da BTS.  Eixo com função turística importante na integração litoral-interior, em especial no desenvolvimento da Chapada Diamantina.	Gargalos atuais em todo o eixo, especialmente na BR-324, para onde se direcionam ou concentram diversos fluxos de carga do estado.  Intenso tráfego no eixo, com carregamento acima do limite recomendado e previsão de aumento da demanda por transporte de carga. Segundo estudos da Macrologística/BIRD, o eixo apresenta um carregamento atual da ordem de 66,1% e, projeção para 2020, de 78,3%, portanto, acima do limite máximo tolerável de 65% (limite estabelecido conforme indicadores utilizados pelo DNIT). Além disso, o seguimento final do eixo, composto pela BR-324, apresenta um gargalo ainda maior: atualmente é avaliado em 81,7% e é estimado para 2020 como sendo de 133,1%.	Estimular a ampliação da capacidade de carregamento do eixo.  Priorizar a elaboração de estudos visando prolongar a BR-242 até os portos da BTS (ponte ou contorno) e priorizar ainda a implantação de intervenções estruturais que contribuam para o aumento da atividade turística do eixo.  Estimular a implantação de soluções de curto prazo na BR-324, envolvendo a requalificação do eixo ferroviário e a regulação dos fluxos de carga em Plataformas Logísticas e Zonas de Atividades e Apoio Logístico, tanto nas proximidades dos portos, como nas aproximações com Feira de Santana.

Fonte: Consórcio Geohidro-Sondotécnica, 2013.

**Quadro 105** - Síntese de potencialidades, limitações e recomendações para o tema **Infraestrutura Logística: Corredor Transversal Norte**

ASPECTO: CORREDOR TRANSVERSAL NORTE					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Eixo(s) ou localidade(s) que representa(m) a ocorrência do(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) o(s) critério(s)	Condição(ões) favorável(is) à infraestrutura e logística	Condição(ões) desfavorável(is) à infraestrutura e logística	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) da infraestrutura e logística
Eixo rodoviário composto pela BR-235 e trechos da BR-407	Eixo rodoviário composto pela BR-235 e trechos da BR-407.	6, 17, 23, 30, 31, 32	<p>Potencial para escoamento de grãos do Piauí, Maranhão e Tocantins, frutas do vale do rio São Francisco, e minérios do Norte do estado (Remanso e Sento Sé). A possibilidade de escoamento dos produtos da região Norte do estado com custos de transporte mais baixos, além da expansão da nova fronteira agrícola para o Sul dos estados do Maranhão, Piauí e Tocantins, justifica a avaliação da complementação desta opção de transporte em direção a Costa Sergipana.</p> <p>Potencial para atuar como alternativa de alimentação do Corredor Norte-Sul, composto pela Linha Centro da Ferrovia Centro-Atlântica e pela BR-407.</p>	Existência de trechos em implantação.	Priorizar a elaboração de estudos de viabilidade desse eixo para escoamento de carga via costa sergipana.
Eixo rodoviário composto pelas BA-210 e trechos da BR-110	Eixo rodoviário composto pelas BA-210 e trechos da BR-110.	14, 17, 30, 31	<p>Potencial para atuar como eixo complementar à BR-235. Trata-se de um eixo implantado e pavimentado, que serve de escoadouro de produção local, com um percurso bem mais longo que a BR-325. É um eixo complementar ao corredor, em direção ao estado de Sergipe.</p> <p>Potencial para escoamento de grãos do Piauí, Maranhão e Tocantins, frutas do vale do rio São Francisco, e minérios do Norte do estado (Remanso e Sento Sé). A possibilidade de escoamento dos produtos da região Norte do estado com custos de transporte mais baixos, além da expansão da nova fronteira agrícola para o Sul dos estados do Maranhão, Piauí e Tocantins, justifica a avaliação da complementação desta opção de transporte em direção a Costa Sergipana.</p>		<p>Priorizar a elaboração de estudos de viabilidade desse eixo complementa para escoamento de carga via costa sergipana.</p> <p>Priorizar a requalificação do trecho de modo a viabilizar a absorção de maior carregamento no eixo.</p>
Eixo hidroviário composto pelo rio São Francisco, à jusante do Lago de Sobradinho (trecho Juazeiro/BA à foz do rio)	Eixo hidroviário composto pelo rio São Francisco, à jusante do Lago de Sobradinho (trecho Juazeiro/BA à foz do rio).	2, 3, 4, 5, 6, 8, 17	Baixo custo operacional para o transporte de carga pelo modal hidroviário. A baixa capacidade da infraestrutura baiana tem suscitado o uso desta alternativa, embora com maior custo de transporte que para o trecho à montante de Juazeiro.	Demanda por uma série de obras ou intervenções (eclusas, dragagem e derrocagem) para viabilizar a sua navegabilidade.	Elaborar estudos de viabilidade para implantação da hidrovía como via de grande capacidade.

Fonte: Consórcio Geohidro-Sondotécnica, 2013

Quadro 106 - Síntese de potencialidades, limitações e recomendações para o tema **Infraestrutura Logística: Corredor Norte-Sul Marítimo**

ASPECTO: CORREDOR NORTE-SUL MARÍTIMO					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Eixo(s) ou localidade(s) que representa(m) a ocorrência do(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) o(s) critério(s)	Condição(ões) favorável(is) à infraestrutura e logística	Condição(ões) desfavorável(is) à infraestrutura e logística	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) da infraestrutura e logística
Costa marítima e "águas abrigadas" (baías e estuários)	Linha costeira do estado.	25, 26, 28, 33, 34, 36	Alto potencial para cabotagem e demais atividades náuticas e portuárias. A cabotagem é de longe o modo de transporte mais eficiente e com menor custo para o transporte de cargas. Por isso, constitui-se num potencial extraordinário e em vantagem competitiva para o Estado, uma vez que a Bahia detém a costa marítima mais extensa do país, além de grande quantidade de "águas abrigadas" (baías e estuários), que proporcionam as melhores condições às atividades náuticas e portuárias.  Proximidade com o Centro-Oeste brasileiro, favorecendo o transporte da produção deste território.  Baixo custo operacional para o transporte de carga.		Estimular a implantação de sistema de cabotagem e de atividades náuticas.  Articular a maior participação do estado na política nacional de transporte, de modo a melhor aproveitar proximidade da costa estadual ao Centro-Oeste brasileiro.
Complexo portuário da Baía de Todos os Santos	Porto de Salvador; TUP Ponta da Laje (Ford); TUP Madre de Deus (Petrobras Distribuidora); Porto de Aratu; TUP Cotegipe (Moinho Dias Branco); TUP DOW Aratu (Dow Brasil); TUP GERDAU Salvador (Gerdau).	33, 34	Águas abrigadas que favorecem a atividade portuária, turística, pesqueira e o desenvolvimento local de comunidades ribeirinhas.  Presença do porto de Salvador, com forte aptidão para uso com fins turísticos.	Ocupação excessiva dos berços de atracação, ausência de retroáreas, deficiência nos acessos aos portos, ausência de Zonas de Atividades e Apoio Logístico.  Impossibilidade de atendimento de navios de grande calado. O baixo calado impede a movimentação de navios de grande porte, que poderiam operar numa escala mais elevada proporcionando fretes mais baratos e, conseqüentemente, resultando em maior atratividade de rotas internacionais. Neste particular, os portos da BTS perdem em competitividade para Suape (PE), Pecém (CE), Itaqui (MA), Tubarão (ES).	Elaborar estudos de viabilidade para ampliação da capacidade portuária, avaliando, inclusive, a possibilidade de implantação de um terminal "off shore" na Baía de Todos os Santos.  Estruturar e ampliar o transporte hidroviário na Baía de Todos os Santos, como forma de promover o desenvolvimento das comunidades ribeirinhas, tradicionais de pesca e artesanato, assim como para contribuir com a mobilidade da região metropolitana.  Estimular a exploração da potencialidade turística portuária, proporcionando condições de boa acessibilidade aos usuários e conectando o porto com as demais áreas das cidades, considerando, inclusive, a criação de terminal turístico, centro de compras e apoio etc.
Porto de Ilhéus	Porto de Ilhéus (Malhado).	36		Ausência de retroáreas, deficiência nos acessos ao porto.  Impossibilidade de atendimento de navios de grande calado. O baixo calado impede a movimentação de navios de grande porte, que poderiam operar numa escala mais elevada proporcionando fretes mais baratos e, conseqüentemente, resultando em maior atratividade de rotas internacionais. Neste particular, os portos da BTS perdem em competitividade.	Elaborar estudos de alternativas para utilização do porto para transporte de cargas com alto valor agregado e de passageiros, considerando, inclusive, a construção do Porto Sul.
Porto de Marau/Camamu	Porto de Marau/Camamu.	36	Possibilidade de aproveitamento do porto para turismo e atividades de esporte e lazer, desde que o mesmo seja equipado com acessos rodoviários.  Potencial para atração de cruzeiros marítimos, favorecendo a expansão turística na região.	Falta de acessos viários e ferroviários adequados para o transporte de carga.	Elaborar estudos para implantação dos equipamentos necessários ao receptivo de embarcações no porto existente, envolvendo acessos rodoviários para o transporte de pessoas.

(Continua)

Continuação do **Quadro 106** - Síntese de potencialidades, limitações e recomendações para o tema **Infraestrutura Logística: Corredor Norte-Sul Marítimo**

ASPECTO: CORREDOR NORTE-SUL MARÍTIMO					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Eixo(s) ou localidade(s) que representa(m) a ocorrência do(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) o(s) critério(s)	Condição(ões) favorável(is) à infraestrutura e logística	Condição(ões) desfavorável(is) à infraestrutura e logística	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) da infraestrutura e logística
Terminal de uso privativo da Veracel Celulose	TUP Marítimo de Belmonte (Veracel Celulose).	36		Ocupação excessiva dos berços de atracação do terminal.	Estimular a ampliação da capacidade de atracação do terminal.
Terminal de uso privativo da Fibria	TUP Aracruz (Fibria Celulose).	36		Ocupação excessiva dos berços de atracação do terminal.	Estimular a ampliação da capacidade de atracação do terminal.

Fonte: Consórcio Geohidro-Sondotécnica, 2013

**Quadro 107** - Síntese de potencialidades, limitações e recomendações para o tema **Infraestrutura Logística: Transporte Aeroviário**

ASPECTO: TRANSPORTE AEROVIÁRIO					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Eixo(s) ou localidade(s) que representa(m) a ocorrência do(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) o(s) critério(s)	Condição(ões) favorável(is) à infraestrutura e logística	Condição(ões) desfavorável(is) à infraestrutura e logística	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) da infraestrutura e logística
Aeroportos ou aeródromos principais	Ilhéus; Porto Seguro; Aeroporto Internacional Deputado Luís Eduardo Magalhães.	28, 36, 34		Falta estímulo à criação de uma rede de rotas regionais com foco no aproveitamento do potencial turístico do estado.  Falta planejamento nacional de rotas integradas a outros modos de transporte de cargas (eixos rodoviários e ferroviários).	Estimular o transporte aéreo inter-regional por meio da estruturação dos terminais aeroportuários existentes, estimulando aproveitamento do potencial turístico regional.
Aeroportos ou aeródromos regionais	Barreiras; Bom Jesus da Lapa; Caravelas; Feira de Santana; Guanambi; Irecê; Lençóis; Paulo Afonso; Valença; Vitória da Conquista.	2, 8, 10, 13, 16, 25, 31, 36		Falta estímulo à criação de uma rede de rotas regionais com foco no aproveitamento do potencial turístico do estado.  Deficiência relacionada ao acesso aos aeroportos regionais.  Falta planejamento nacional de rotas integradas a outros modos de transporte de cargas (eixos rodoviários e ferroviários).	Estimular o transporte aéreo inter-regional por meio da estruturação dos terminais aeroportuários existentes, estimulando aproveitamento do potencial turístico regional.  Melhorar a estrutura de acesso aos aeroportos regionais.

Fonte: Consórcio Geohidro-Sondotécnica, 2013



**Quadro 108** - Síntese de potencialidades, limitações e recomendações para o tema **Infraestrutura Logística: Tecnologia de Informática e Comunicação**

ASPECTO: TECNOLOGIA DE INFORMÁTICA E COMUNICAÇÃO					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Município(s) onde ocorre(m) o(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) o(s) critério(s)	Condição(ões) favorável(is) à infraestrutura e logística	Condição(ões) desfavorável(is) à infraestrutura e logística	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) da infraestrutura e logística
Municípios não atendidos por internet banda larga	Buritirama (TI Bacia do Rio Grande); Itapé (TI Litoral Sul); Heliópolis e Pedro Alexandre (TI Semi-Árido Nordeste II); Rio do Antônio (TI Sertão Produtivo).	6, 12, 22, 27, 31, 32		Falta uma rede de banda larga, dificultando o desenvolvimento local.  Dificuldade de universalização dos serviços, considerando a perspectiva de expansão segundo a lógica do mercado, deixando áreas descobertas e impedindo ou atrofiando o desenvolvimento econômico.	Exigir mais investimentos na estruturação do sistema, priorizando sua expansão de modo a atender os municípios ainda não cobertos pela rede.  Priorizar a regulação pública e estruturada das redes de telecomunicações e de transferência de dados (informática), de modo a superar os entraves da ampliação e universalização do sistema.  Regular o sistema, atuando no aumento da oferta das redes de telecomunicações e informática em áreas descobertas, normalmente não consideradas pela iniciativa privada.
Municípios atendidos por uma operadora de internet banda larga	Nova Fátima, Pé de Serra, Várzea da Roça e Várzea do Poço (TI Bacia do Jacuípe); Brejolândia, Coribe, Jaborandi, Serra Dourada e Tabocas do Brejo Velho (TI Bacia do Rio Corrente); Catolândia, Cotegipe, Cristópolis e Mansidão (TI Bacia do Rio Grande); Aratuípe, Ibirapitanga, Jaguaripe, Piraf do Norte e Teolândia (TI Baixo Sul); Andaraí, Iramaia, Iraquara, Itaeté, Marcionílio Souza, Piatã, Rio de Contas e Wagner (TI Chapada Diamantina); Jucuruçu, Lajedão e Vereda (TI Extremo Sul); Barra do Mendes, Cafarnaum, Canarana, Ibipecta, Ibititá, Itaguaçu da Bahia e Uibaí (TI Irecê); Araças, Rio Real e Sátiro Dias (TI Litoral Norte e Agreste Baiano); Almadina, Arataca, Barro Preto, Itaju do Colônia, Itapitanga, Jussari, Pau Brasil e São José da Vitória (TI Litoral Sul); Barra do Rocha, Boa Nova, Dário Meira, Gongogi e Manoel Vitorino (TI Médio Rio de Contas); Potiraguá e Santa Cruz da Vitória (TI Médio Sudoeste da Bahia); Caém, Saúde, Umburanas e Várzea Nova (TI Piemonte da Diamantina); Boa Vista do Tupim, Ibiquera e Lajedinho (TI Piemonte do Paraguaçu); Jaguarari (TI Piemonte Norte do Itapicuru); Anguera, Tanquinho e Terra Nova (TI Portal do Sertão);	1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 35, 36		Concentração do serviço em uma só operadora, podendo comprometer a qualidade do mesmo.  Falta uma rede mais ampla e abrangente, estruturada e com regulação pública, de modo a atingir mais amplamente as áreas.  Dificuldade de universalização dos serviços, considerando a perspectiva de expansão segundo a lógica do mercado, deixando áreas como estas com baixa cobertura ou descobertas, e impedindo ou atrofiando o desenvolvimento econômico.	Exigir mais investimentos na estruturação do sistema, devendo, para tanto, reforçar o sistema de regulação, reavaliando, inclusive, os contratos de concessões.  Priorizar a regulação do sistema, atuando no aumento da oferta das redes de telecomunicações e informática em áreas com baixa cobertura ou descobertas, normalmente não consideradas pela iniciativa privada.

(Continua)

ASPECTO: TECNOLOGIA DE INFORMÁTICA E COMUNICAÇÃO					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Município(s) onde ocorre(m) o(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) o(s) critério(s)	Condição(ões) favorável(is) à infraestrutura e logística	Condição(ões) desfavorável(is) à infraestrutura e logística	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) da infraestrutura e logística
Municípios atendidos por uma operadora de internet banda larga (continuação)	<p>Cabaceiras do Paraguaçu, Conceição do Almeida, Muniz Ferreira e São Felipe (TI Recôncavo);</p> <p>Salinas da Margarida (TI Região Metropolitana de Salvador);</p> <p>Fátima, Paripiranga, Ribeira do Amparo e Santa Brígida (TI Semi-Árido Nordeste II);</p> <p>Campo Alegre de Lourdes, Canudos e Pilão Arcado (TI Sertão do São Francisco);</p> <p>Candiba, Ibiassucê, Ituaçu, Iuiú, Pindaí e Tanhaçu (TI Sertão Produtivo);</p> <p>Barrocas e Biritinga (TI Sisal);</p> <p>Brejões, Elísio Medrado, Itaquara, Laje, Milagres, Mutuípe, Planaltino e São Miguel das Matas (TI Vale do Jiquiriçá);</p> <p>Igaporã e Muquém de São Francisco (TI Velho Chico);</p> <p>Anagé, Cordeiros, Encruzilhada, Jacaraci, Licínio de Almeida, Maetinga, Mirante, Mortugaba, Piripá e Tremedal (TI Vitória da Conquista).</p>	1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 35, 36		<p>Concentração do serviço em uma só operadora, podendo comprometer a qualidade do mesmo.</p> <p>Falta uma rede mais ampla e abrangente, estruturada e com regulação pública, de modo a atingir mais amplamente as áreas.</p> <p>Dificuldade de universalização dos serviços, considerando a perspectiva de expansão segundo a lógica do mercado, deixando áreas como estas com baixa cobertura ou descobertas, e impedindo ou atrofiando o desenvolvimento econômico.</p>	<p>Exigir mais investimentos na estruturação do sistema, devendo, para tanto, reforçar o sistema de regulação, reavaliando, inclusive, os contratos de concessões.</p> <p>Priorizar a regulação do sistema, atuando no aumento da oferta das redes de telecomunicações e informática em áreas com baixa cobertura ou descobertas, normalmente não consideradas pela iniciativa privada.</p>
Municípios atendidos por mais de uma operadora de internet banda larga	<p>Baixa Grande, Capela do Alto Alegre, Gavião, Ipirá, Mairi, Pintadas, Quixabeira, Riachão do Jacuípe, São José do Jacuípe e Serra Preta (TI Bacia do Jacuípe);</p> <p>Boquira, Botuporã, Caturama, Érico Cardoso, Ibipitanga, Macaúbas, Paramirim, Rio do Pires e Tanque Novo (TI Bacia do Paramirim);</p> <p>Canápolis, Cocos, Correntina, Santa Maria da Vitória, Santana e São Félix do Coribe (TI Bacia do Rio Corrente);</p> <p>Angical, Baianópolis, Barreiras, Formosa do Rio Preto, Luís Eduardo Magalhães, Riachão das Neves, Santa Rita de Cássia, São Desidério e Wanderley (TI Bacia do Rio Grande);</p> <p>Cairu, Camamu, Gandu, Igrapiúna, Ituberá, Nilo Peçanha, Presidente Tancredo Neves, Taperoá, Valença e Wenceslau Guimarães (TI Baixo Sul);</p> <p>Abaíra, Barra da Estiva, Boninal, Bonito, Ibicoara, Ibitiara, Jussiape, Lençóis, Morro do Chapéu, Mucugê, Nova Redenção, Novo Horizonte, Palmeiras, Seabra, Souto Soares e Utinga (TI Chapada Diamantina);</p>	Todas	Expansão da rede segundo a demanda do mercado, na lógica do capital privado, sem grandes investimentos governamentais.	<p>Falta uma rede mais ampla e abrangente, estruturada e com regulação pública, de modo a atingir mais amplamente as áreas.</p> <p>Dificuldade de universalização dos serviços, considerando a perspectiva de expansão segundo a lógica do mercado, podendo deixar áreas como estas com baixa cobertura ou descobertas, e impedindo ou atrofiando o desenvolvimento econômico.</p>	<p>Favorecer a ampliação da rede de internet banda larga.</p> <p>Estimular a competitividade entre as operadoras e exigir mais investimentos na estruturação do sistema, devendo, para tanto, reforçar o sistema de regulação, reavaliando, inclusive, os contratos de concessões.</p> <p>Priorizar a regulação do sistema, atuando no aumento da oferta das redes de telecomunicações e informática em áreas com baixa cobertura ou descobertas, normalmente não consideradas pela iniciativa privada.</p>

(Continua)

ASPECTO: TECNOLOGIA DE INFORMÁTICA E COMUNICAÇÃO					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Município(s) onde ocorre(m) o(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) o(s) critério(s)	Condição(ões) favorável(is) à infraestrutura e logística	Condição(ões) desfavorável(is) à infraestrutura e logística	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) da infraestrutura e logística
Municípios atendidos por mais de uma operadora de internet banda larga (continuação)	<p>Belmonte, Eunápolis, Guaratinga, Itabela, Itagimirim, Itapebi, Porto Seguro e Santa Cruz Cabrália (TI Costa do Descobrimento);</p> <p>Alcobaça, Caravelas, Ibirapuã, Itamaraju, Itanhém, Medeiros Neto, Mucuri, Nova Viçosa, Prado e Teixeira de Freitas (TI Extremo Sul);</p> <p>América Dourada, Barro Alto, Central, Gentio do Ouro, Ipuiara, Irecê, João Dourado, Jussara, Lapão, Mulungu do Morro, Presidente Dutra, São Gabriel e Xique-Xique (TI Irecê);</p> <p>Abaré, Chorrochó, Glória, Macururé, Paulo Afonso e Rodelas (TI Itaparica);</p> <p>Acajutiba, Alagoinhas, Aporá, Aramari, Cardeal da Silva, Catu, Conde, Crisópolis, Entre Rios, Esplanada, Inhambupe, Itanagra, Itapicuru, Jandaíra, Mata de São João, Olindina, Ouriçangas, Pedrão e Pojuca (TI Litoral Norte e Agreste Baiano);</p> <p>Aurelino Leal, Buerarema, Camacan, Canavieiras, Coaraci, Floresta Azul, Ibicaraí, Ilhéus, Itabuna, Itacaré, Itajuípe, Maraú, Mascote, Santa Luzia, Ubaitaba, Una e Uruçuca (TI Litoral Sul);</p> <p>Aiquara, Apuarema, Ibirataia, Ipiaú, Itagi, Itagibá, Itamari, Jequié, Jitaúna, Nova Ibiá e Ubatã (TI Médio Rio de Contas);</p> <p>Caatiba, Firmino Alves, Ibicuí, Iguai, Itambé, Itapetinga, Itarantim, Itororó, Macarani, Maiquinique e Nova Canaã (TI Médio Sudoeste da Bahia);</p> <p>Capim Grosso, Jacobina, Miguel Calmon, Mirangaba, Ouroilândia e Serrolândia (TI Piemonte da Diamantina);</p> <p>Iaçu, Itaberaba, Itatim, Macajuba, Mundo Novo, Piritiba, Rafael Jambeiro, Ruy Barbosa, Santa Teresinha e Tapiramutá (TI Piemonte do Paraguaçu);</p> <p>Andorinha, Antônio Gonçalves, Caldeirão Grande, Campo Formoso, Filadélfia, Pindobaçu, Ponto Novo e Senhor do Bonfim (TI Piemonte Norte do Itapicuru);</p> <p>Água Fria, Amélia Rodrigues, Antônio Cardoso, Conceição da Feira, Conceição do Jacuípe, Coração de Maria, Feira de Santana, Ipecaetá, Irará, Santa Bárbara, Santanópolis, Santo Estêvão, São Gonçalo dos Campos e Teodoro Sampaio (TI Portal do Sertão);</p>	Todas	Expansão da rede segundo a demanda do mercado, na lógica do capital privado, sem grandes investimentos governamentais.	<p>Falta uma rede mais ampla e abrangente, estruturada e com regulação pública, de modo a atingir mais amplamente as áreas.</p> <p>Dificuldade de universalização dos serviços, considerando a perspectiva de expansão segundo a lógica do mercado, podendo deixar áreas como estas com baixa cobertura ou descobertas, e impedindo ou atrofiando o desenvolvimento econômico.</p>	<p>Favorecer a ampliação da rede de internet banda larga.</p> <p>Estimular a competitividade entre as operadoras e exigir mais investimentos na estruturação do sistema, devendo, para tanto, reforçar o sistema de regulação, reavaliando, inclusive, os contratos de concessões.</p> <p>Priorizar a regulação do sistema, atuando no aumento da oferta das redes de telecomunicações e informática em áreas com baixa cobertura ou descobertas, normalmente não consideradas pela iniciativa privada.</p>

(Continua)

ASPECTO: TECNOLOGIA DE INFORMÁTICA E COMUNICAÇÃO					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Município(s) onde ocorre(m) o(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) o(s) critério(s)	Condição(ões) favorável(is) à infraestrutura e logística	Condição(ões) desfavorável(is) à infraestrutura e logística	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) da infraestrutura e logística
Municípios atendidos por mais de uma operadora de internet banda larga (continuação)	<p>Cachoeira, Castro Alves, Cruz das Almas, Dom Macedo Costa, Governador Mangabeira, Maragogipe, Muritiba, Nazaré, Santo Amaro, Santo Antônio de Jesus, São Félix, São Francisco do Conde, São Sebastião do Passé, Sapeaçu, Saubara e Varzedo (TI Recôncavo);</p> <p>Camaçari, Candeias, Dias D'Ávila, Itaparica, Lauro de Freitas, Madre de Deus, Salvador, Simões Filho e Vera Cruz (TI Região Metropolitana de Salvador);</p> <p>Ajustina, Antas, Banzaê, Cícero Dantas, Cipó, Coronel João Sá, Euclides da Cunha, Jeremoabo, Nova Soure, Novo Triunfo, Ribeira do Pombal e Sítio do Quinto (TI Semi-Árido Nordeste II);</p> <p>Casa Nova, Curaçá, Juazeiro, Remanso, Sento Sé, Sobradinho e Uauá (TI Sertão do São Francisco);</p> <p>Brumado, Caculé, Caetitê, Contendas do Sincorá, Dom Basílio, Guanambi, Lagoa Real, Livramento de Nossa Senhora, Malhada de Pedras, Palmas de Monte Alto, Sebastião Laranjeiras e Urandi (TI Sertão Produtivo);</p> <p>Araci, Candeal, Cansanção, Conceição do Coité, Ichu, Itiúba, Lamarão, Monte Santo, Nordestina, Queimadas, Quijingue, Retirolândia, Santaluz, São Domingos, Serrinha, Teofilândia, Tucano e Valente (TI Sisal);</p> <p>Amargosa, Cravolândia, Irajuba, Itiruçu, Jaguaquara, Jiquiriçá, Lafaiete Coutinho, Lajedo do Tabocal, Maracás, Nova Itarana, Santa Inês e Ubaíra (TI Vale do Jiquiriçá);</p> <p>Barra, Bom Jesus da Lapa, Brotas de Macaúbas, Carinhanha, Feira da Mata, Ibotirama, Malhada, Matina, Morpará, Oliveira dos Brejinhos, Paratinga, Riacho de Santana, Serra do Ramalho e Sítio do Mato (TI Velho Chico);</p> <p>Aracatu, Barra do Choça, Belo Campo, Bom Jesus da Serra, Caetanos, Cândido Sales, Carafbas, Condeúba, Guajeru, Planalto, Poções, Presidente Jânio Quadros, Ribeirão do Largo e Vitória da Conquista (TI Vitória da Conquista).</p>	Todas	Expansão da rede segundo a demanda do mercado, na lógica do capital privado, sem grandes investimentos governamentais.	<p>Falta uma rede mais ampla e abrangente, estruturada e com regulação pública, de modo a atingir mais amplamente as áreas.</p> <p>Dificuldade de universalização dos serviços, considerando a perspectiva de expansão segundo a lógica do mercado, podendo deixar áreas como estas com baixa cobertura ou descobertas, e impedindo ou atrofiando o desenvolvimento econômico.</p>	<p>Favorecer a ampliação da rede de internet banda larga.</p> <p>Estimular a competitividade entre as operadoras e exigir mais investimentos na estruturação do sistema, devendo, para tanto, reforçar o sistema de regulação, reavaliando, inclusive, os contratos de concessões.</p> <p>Priorizar a regulação do sistema, atuando no aumento da oferta das redes de telecomunicações e informática em áreas com baixa cobertura ou descobertas, normalmente não consideradas pela iniciativa privada.</p>

(Continua)

ASPECTO: TECNOLOGIA DE INFORMÁTICA E COMUNICAÇÃO					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Município(s) onde ocorre(m) o(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) o(s) critério(s)	Condição(ões) favorável(is) à infraestrutura e logística	Condição(ões) desfavorável(is) à infraestrutura e logística	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) da infraestrutura e logística
Municípios atendidos por uma operadora de telefonia móvel	<p>Quixabeira, Serra Preta e Várzea do Poço (TI Bacia do Jacuípe);</p> <p>Boquira, Botuporã, Caturama, Ibipitanga e Rio do Pires (TI Bacia do Paramirim);</p> <p>Brejolândia, Canápolis, Cocos, Coribe, Serra Dourada e Tabocas do Brejo Velho (TI Bacia do Rio Corrente);</p> <p>Baianópolis, Buritirama, Catolândia, Cristópolis, Mansidão e Wanderley (TI Bacia do Rio Grande);</p> <p>Ibirapitanga, Nilo Peçanha, Piraí do Norte e Teolândia (TI Baixo Sul);</p> <p>Abaíra, Andaraí, Boninal, Bonito, Ibitiara, Iramaia, Itaeté, Jussiape, Mucugê, Nova Redenção, Novo Horizonte, Palmeiras, Piatã, Rio de Contas, Souto Soares e Wagner (TI Chapada Diamantina);</p> <p>Barra do Mendes, Cafarnaum, Canarana, Ibipeba, Ipupiara, Itaguaçu da Bahia e Uibaí (TI Irecê);</p> <p>Abaré, Chorrochó e Macururé (TI Itaparica);</p> <p>Acajutiba, Aporá, Araças, Cardeal da Silva, Crisópolis, Itanagra, Itapicuru, Jandaíra e Ouriçangas (TI Litoral Norte e Agreste Baiano);</p> <p>Almadina, Arataca, Barro Preto, Itaju do Colônia, Itapitanga, Jussari, Pau Brasil e São José da Vitória (TI Litoral Sul);</p> <p>Aiquara, Apuarema, Barra do Rocha, Boa Nova, Dário Meira, Gongogi, Itagi, Itagibá, Itamari, Manoel Vitorino e Nova Ibiá (TI Médio Rio de Contas);</p> <p>Firmino Alves, Maiquinique e Potiraguá (TI Médio Sudoeste da Bahia);</p> <p>Mirangaba, Ourolândia, Saúde, Umburanas e Várzea Nova (TI Piemonte da Diamantina);</p> <p>Ibiquera, Itatim e Macajuba (TI Piemonte do Paraguaçu);</p> <p>Antônio Gonçalves (TI Piemonte Norte do Itapicuru);</p> <p>Conceição do Almeida, Muniz Ferreira e Varzedo (TI Recôncavo);</p> <p>Salinas da Margarida (TI Região Metropolitana de Salvador);</p> <p>Antas, Banzaê, Paripiranga, Pedro Alexandre e Ribeira do Amparo (TI Semi-Árido Nordeste II);</p>	1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 30, 31, 32, 33, 35, 36	Expansão da rede segundo a demanda do mercado, na lógica do capital privado, sem grandes investimentos governamentais.	<p>Concentração do serviço em uma só operadora, podendo comprometer a qualidade do mesmo.</p> <p>Falta uma rede mais ampla e abrangente, estruturada e com regulação pública, de modo a atingir mais amplamente as áreas.</p> <p>Dificuldade de universalização dos serviços, considerando a perspectiva de expansão segundo a lógica do mercado, deixando áreas como estas com baixa cobertura ou descobertas, e impedindo ou atrofiando o desenvolvimento econômico.</p>	<p>Exigir mais investimentos na estruturação do sistema, devendo, para tanto, reforçar o sistema de regulação, reavaliando, inclusive, os contratos de concessões.</p> <p>Priorizar a regulação do sistema, atuando no aumento da oferta das redes de telecomunicações e informática em áreas com baixa cobertura ou descobertas, normalmente não consideradas pela iniciativa privada.</p>

(Continua)



ASPECTO: TECNOLOGIA DE INFORMÁTICA E COMUNICAÇÃO					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Município(s) onde ocorre(m) o(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) o(s) critério(s)	Condição(ões) favorável(is) à infraestrutura e logística	Condição(ões) desfavorável(is) à infraestrutura e logística	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) da infraestrutura e logística
Municípios atendidos por uma operadora de telefonia móvel (continuação)	<p>Campo Alegre de Lourdes e Canudos (TI Sertão do São Francisco);</p> <p>Candiba, Dom Basílio, Ibiassucê, Lagoa Real, Malhada de Pedras, Palmas de Monte Alto, Pindaí, Rio do Antônio, Tanhaçu e Urandi (TI Sertão Produtivo);</p> <p>Barrocas, Biritinga e Nordestina (TI Sisal);</p> <p>Brejões, Cravolândia, Elísio Medrado, Itaquara, Itiruçu, Jiquiriçá, Laje, Lajedo do Tabocal, Milagres, Nova Itarana, Planaltino, Santa Inês e São Miguel das Matas (TI Vale do Jiquiriçá);</p> <p>Brotas de Macaúbas, Feira da Mata, Morpará, Muquém de São Francisco, Oliveira dos Brejinhos e Sítio do Mato (TI Velho Chico);</p> <p>Anagé, Bom Jesus da Serra, Cordeiros, Guajeru, Jacaraci, Licínio de Almeida, Maetinga, Mirante, Mortugaba, Piripá e Tremedal (TI Vitória da Conquista).</p>	1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 30, 31, 32, 33, 35, 36	Expansão da rede segundo a demanda do mercado, na lógica do capital privado, sem grandes investimentos governamentais.	<p>Concentração do serviço em uma só operadora, podendo comprometer a qualidade do mesmo.</p> <p>Falta uma rede mais ampla e abrangente, estruturada e com regulação pública, de modo a atingir mais amplamente as áreas.</p> <p>Dificuldade de universalização dos serviços, considerando a perspectiva de expansão segundo a lógica do mercado, deixando áreas como estas com baixa cobertura ou descobertas, e impedindo ou atrofiando o desenvolvimento econômico.</p>	<p>Exigir mais investimentos na estruturação do sistema, devendo, para tanto, reforçar o sistema de regulação, reavaliando, inclusive, os contratos de concessões.</p> <p>Priorizar a regulação do sistema, atuando no aumento da oferta das redes de telecomunicações e informática em áreas com baixa cobertura ou descobertas, normalmente não consideradas pela iniciativa privada.</p>
Municípios atendidos por mais de uma operadora de telefonia móvel	<p>Baixa Grande, Capela do Alto Alegre, Gavião, Ipirá, Mairi, Nova Fátima, Pé de Serra, Pintadas, Riachão do Jacuípe, São José do Jacuípe e Várzea da Roça (TI Bacia do Jacuípe);</p> <p>Érico Cardoso, Macaúbas, Paramirim e Tanque Novo (TI Bacia do Paramirim);</p> <p>Correntina, Jaborandi, Santa Maria da Vitória, Santana e São Félix do Coribe (TI Bacia do Rio Corrente);</p> <p>Angical, Barreiras, Cotegipe, Formosa do Rio Preto, Luís Eduardo Magalhães, Riachão das Neves, Santa Rita de Cássia e São Desidério (TI Bacia do Rio Grande);</p> <p>Aratuípe, Cairu, Camamu, Gandu, Igrapiúna, Ituberá, Jaguaripe, Presidente Tancredo Neves, Taperoá, Valença e Wenceslau Guimarães (TI Baixo Sul);</p> <p>Barra da Estiva, Ibicoara, Iraquara, Lençóis, Marcionílio Souza, Morro do Chapéu, Seabra e Utinga (TI Chapada Diamantina);</p> <p>Belmonte, Eunápolis, Guaratinga, Itabela, Itagimirim, Itapebi, Porto Seguro e Santa Cruz Cabralia (TI Costa do Descobrimento);</p>	Todas	Expansão da rede segundo a demanda do mercado, na lógica do capital privado, sem grandes investimentos governamentais.	<p>Falta uma rede mais ampla e abrangente, estruturada e com regulação pública, de modo a atingir mais amplamente as áreas.</p> <p>Dificuldade de universalização dos serviços, considerando a perspectiva de expansão segundo a lógica do mercado, deixando áreas como estas com baixa cobertura ou descobertas, e impedindo ou atrofiando o desenvolvimento econômico.</p>	<p>Favorecer a ampliação da rede de operadoras de telefonia móvel.</p> <p>Estimular a competitividade entre as operadoras e exigir mais investimentos na estruturação do sistema, devendo, para tanto, reforçar o sistema de regulação, reavaliando, inclusive, os contratos de concessões.</p> <p>Priorizar a regulação do sistema, atuando no aumento da oferta das redes de telecomunicações e informática em áreas com baixa cobertura ou descobertas, normalmente não consideradas pela iniciativa privada.</p>

(Continua)

ASPECTO: TECNOLOGIA DE INFORMÁTICA E COMUNICAÇÃO					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Município(s) onde ocorre(m) o(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) o(s) critério(s)	Condição(ões) favorável(is) à infraestrutura e logística	Condição(ões) desfavorável(is) à infraestrutura e logística	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) da infraestrutura e logística
Municípios atendidos por mais de uma operadora de telefonia móvel (continuação)	<p>Alcobaça, Caravelas, Ibirapuã, Itamaraju, Itanhém, Jucuruçu, Lajedão, Medeiros Neto, Mucuri, Nova Viçosa, Prado, Teixeira de Freitas e Vereda (TI Extremo Sul);</p> <p>América Dourada, Barro Alto, Central, Gentio do Ouro, Ibititá, Irecê, João Dourado, Jussara, Lapão, Mulungu do Morro, Presidente Dutra, São Gabriel e Xique-Xique (TI Irecê);</p> <p>Glória, Paulo Afonso e Rodelas (TI Itaparica);</p> <p>Alagoinhas, Aramari, Catu, Conde, Entre Rios, Esplanada, Inhambupe, Mata de São João, Olindina, Pedrão, Pojuca, Rio Real e Sátiro Dias (TI Litoral Norte e Agreste Baiano);</p> <p>Aurelino Leal, Buerarema, Camacan, Canavieiras, Coaraci, Floresta Azul, Ibicaraí, Ilhéus, Itabuna, Itacaré, Itajuípe, Itapé, Maraú, Mascote, Santa Luzia, Ubaitaba, Una e Uruçuca (TI Litoral Sul);</p> <p>Ibirataia, Ipiauí, Jequié, Jitaúna e Ubatã (TI Médio Rio de Contas);</p> <p>Caatiba, Ibicuí, Iguai, Itambé, Itapetinga, Itarantim, Itororó, Macarani, Nova Canaã e Santa Cruz da Vitória (TI Médio Sudoeste da Bahia);</p> <p>Caém, Capim Grosso, Jacobina, Miguel Calmon e Serrolândia (TI Piemonte da Diamantina);</p> <p>Boa Vista do Tupim, Iaçú, Itaberaba, Lajedinho, Mundo Novo, Piritiba, Rafael Jambeiro, Ruy Barbosa, Santa Teresinha e Tapiramutá (TI Piemonte do Paraguaçu);</p> <p>Andorinha, Caldeirão Grande, Campo Formoso, Filadélfia, Jaguarari, Pindobaçu, Ponto Novo e Senhor do Bonfim (TI Piemonte Norte do Itapicuru);</p> <p>Água Fria, Amélia Rodrigues, Anguera, Antônio Cardoso, Conceição da Feira, Conceição do Jacuípe, Coração de Maria, Feira de Santana, Ipecaetá, Irará, Santa Bárbara, Santanópolis, Santo Estêvão, São Gonçalo dos Campos, Tanquinho, Teodoro Sampaio e Terra Nova (TI Portal do Sertão);</p> <p>Cabaceiras do Paraguaçu, Cachoeira, Castro Alves, Cruz das Almas, Dom Macedo Costa, Governador Mangabeira, Maragogipe, Muritiba, Nazaré, Santo Amaro, Santo Antônio de Jesus, São Felipe, São Félix, São Francisco do Conde, São Sebastião do Passé, Sapeaçu e Saubara (TI Recôncavo);</p>	Todas	Expansão da rede segundo a demanda do mercado, na lógica do capital privado, sem grandes investimentos governamentais.	<p>Falta uma rede mais ampla e abrangente, estruturada e com regulação pública, de modo a atingir mais amplamente as áreas.</p> <p>Dificuldade de universalização dos serviços, considerando a perspectiva de expansão segundo a lógica do mercado, deixando áreas como estas com baixa cobertura ou descobertas, e impedindo ou atrofiando o desenvolvimento econômico.</p>	<p>Favorecer a ampliação da rede de operadoras de telefonia móvel.</p> <p>Estimular a competitividade entre as operadoras e exigir mais investimentos na estruturação do sistema, devendo, para tanto, reforçar o sistema de regulação, reavaliando, inclusive, os contratos de concessões.</p> <p>Priorizar a regulação do sistema, atuando no aumento da oferta das redes de telecomunicações e informática em áreas com baixa cobertura ou descobertas, normalmente não consideradas pela iniciativa privada.</p>

(Continua)

ASPECTO: TECNOLOGIA DE INFORMÁTICA E COMUNICAÇÃO					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Município(s) onde ocorre(m) o(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) o(s) critério(s)	Condição(ões) favorável(is) à infraestrutura e logística	Condição(ões) desfavorável(is) à infraestrutura e logística	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) da infraestrutura e logística
Municípios atendidos por mais de uma operadora de telefonia móvel (continuação)	<p>Camaçari, Candeias, Dias D'Ávila, Itaparica, Lauro de Freitas, Madre de Deus, Salvador, Simões Filho e Vera Cruz (TI Região Metropolitana de Salvador);</p> <p>Ajustina, Cícero Dantas, Cipó, Coronel João Sá, Euclides da Cunha, Fátima, Heliópolis, Jeremoabo, Nova Soure, Novo Triunfo, Ribeira do Pombal, Santa Brígida e Sítio do Quinto (TI Semi-Árido Nordeste II);</p> <p>Casa Nova, Curaçá, Juazeiro, Pilão Arcado, Remanso, Sento Sé, Sobradinho e Uauá (TI Sertão do São Francisco);</p> <p>Brumado, Caculé, Caetité, Contendas do Sincorá, Guanambi, Ituaçu, Iuiú, Livramento de Nossa Senhora e Sebastião Laranjeiras (TI Sertão Produtivo);</p> <p>Araci, Candeal, Cansanção, Conceição do Coité, Ichu, Itiúba, Lamarão, Monte Santo, Queimadas, Quijingue, Retirolândia, Santaluz, São Domingos, Serrinha, Teofilândia, Tucano e Valente (TI Sisal);</p> <p>Amargosa, Irajuba, Jaguaquara, Lafaiete Coutinho, Maracás, Mutuípe e Ubaíra (TI Vale do Jiquiriçá);</p> <p>Barra, Bom Jesus da Lapa, Carinhanha, Ibotirama, Igaporã, Malhada, Matina, Paratinga, Riacho de Santana e Serra do Ramalho (TI Velho Chico);</p> <p>Aracatu, Barra do Choça, Belo Campo, Caetanos, Cândido Sales, Caraíbas, Condeúba, Encruzilhada, Planalto, Poções, Presidente Jânio Quadros, Ribeirão do Largo e Vitória da Conquista (TI Vitória da Conquista).</p>	Todas	Expansão da rede segundo a demanda do mercado, na lógica do capital privado, sem grandes investimentos governamentais.	<p>Falta uma rede mais ampla e abrangente, estruturada e com regulação pública, de modo a atingir mais amplamente as áreas.</p> <p>Dificuldade de universalização dos serviços, considerando a perspectiva de expansão segundo a lógica do mercado, deixando áreas como estas com baixa cobertura ou descobertas, e impedindo ou atrofiando o desenvolvimento econômico.</p>	<p>Favorecer a ampliação da rede de operadoras de telefonia móvel.</p> <p>Estimular a competitividade entre as operadoras e exigir mais investimentos na estruturação do sistema, devendo, para tanto, reforçar o sistema de regulação, reavaliando, inclusive, os contratos de concessões.</p> <p>Priorizar a regulação do sistema, atuando no aumento da oferta das redes de telecomunicações e informática em áreas com baixa cobertura ou descobertas, normalmente não consideradas pela iniciativa privada.</p>

Fonte: Consórcio Geohidro-Sondotécnica, 2013

#### 13.4. Recomendações Destacadas

Entre as recomendações apresentadas no quadro síntese de potencialidades, limitações e recomendações para o tema infraestrutura logística, algumas estão destacadas neste texto em função das potencialidades que elas podem ativar e pela possibilidade de minimização de gargalos mais importantes.

O Estado da Bahia, que detêm a maior extensão costeira do Brasil, é também detentor da maior extensão de baías e regiões estuarinas. Uma riqueza que já foi melhor explorada no passado, que no presente, apesar da evolução tecnológica. A costa baiana é a região praiana mais próxima do Centro-Oeste brasileiro, já tendo até sido proclamado o Porto de Campinho, como o Porto de Brasília. Sobre a possibilidade de aproveitamento desse potencial costeiro, algumas recomendações podem ser destacadas, como:

- Avaliar alternativas de expansão da capacidade portuária da Baía de Todos os Santos (BTS), buscando a adequação aos novos paradigmas internacionais, com calado superior a 20 metros e retro-áreas adequadas a esta nova realidade. Deve-se considerar nesse contexto uma análise de viabilidade os riscos para as demais potencialidades relacionadas à área: patrimônio natural (fauna, flora e aspectos paisagísticos); patrimônio cultural (material e imaterial, incluindo a relação entre as comunidades tradicionais com a BTS); assim como suas potencialidades para as atividades náuticas e turísticas.
- Avaliar o aproveitamento do Porto de Campinho/Maraú para atividades turísticas, recebendo cruzeiros marítimos. Este porto, com obras em fase de conclusão, conta com duas ligações terrestres projetadas (EF-025 e BR-030) em direção ao Planalto Central, instalado numa região de forte apelo turístico, podendo ser ainda aproveitado, especialmente por cruzeiros transatlânticos. Destaca-se ainda que a região é possuidora de riquíssima biodiversidade marinha e terrestre costeira, com manguezais adjacentes à resquícios de Mata Atlântica, embora necessite de investimentos em infraestrutura de apoio e acessibilidade/mobilidade, resguardando, evidentemente, esta riqueza ambiental.
- Adequar a hidrovia do Rio São Francisco, com as devidas dragagens, derrocagens e sinalizações, visando a implantação de um eixo multimodal a partir de Juazeiro, considerando a posição geográfica privilegiada desta cidade. Sistema subutilizado em decorrência da histórica falta de políticas e de infraestrutura que priorizem e garantam a intermodalidade no sistema logístico do Brasil. Para assegurar sua funcionalidade enquanto sistema estratégico para a região, faz-se necessário a revitalização do segmento ferroviário até o Porto de Aratu, por ser o mais próximo da costa marítima que o Porto de Suape, que dista quase 200 km a mais que o de Aratu.
- Criar novo eixo intermodal integrando a hidrovia do Rio Grande e a do Rio Preto, na direção da nova fronteira agrícola que se abre para o município de Formosa do Rio Preto e sul do Piauí, com a hidrovia do Rio São Francisco (Lago do Sobradinho) e com a BA-052, com vistas à ampliação da demanda por cargas e pela integração hidroviária de novas áreas. Assim, pela BA-052 (Estrada do Feijão), gerando um eixo de integração multimodal alternativo aos atuais eixos de escoamento da safra de grãos do Oeste baiano, com boas perspectivas de acesso aos portos da BTS e com barateamento dos custos de transportes, pela realização de parte do trajeto em hidrovias.
- Promover a qualificação e integração dos modais aero e rodoviários em áreas turísticas, especialmente nas regiões detentoras de maiores atrativos, como a Costa Marítima e a Chapada Diamantina, buscando contemplar a potencialidade de expansão das atividades turísticas no Estado, atualmente limitadas pelas deficiências de infraestrutura de logística de transporte e serviços.

Por fim, para se ampliar a eficiência do sistema logístico de transportes e, em consequência, a redução do chamado Custo Brasil, é imprescindível se identificar os centros geradores de cargas de maior relevância, de modo a criar polos ou nós logísticos que irão formar a rede sistêmica necessária e inteligente.

A implantação de plataformas logísticas, portos secos e zonas de apoio e atividades logísticas (ZAALs) são necessárias para obtenção de eficiência multimodal, até como fator de sobrevivência de modos de transportes como o hidroviário e o ferroviário, que não prosperam isoladamente. Neste sentido, as atuais linhas férreas baianas só irão se qualificar, após a revitalização já apontada, quando integradas às hidrovias, rodovias e aerovias, através desses equipamentos multimodais.

## 14. ENERGIA

### 14.1. Introdução

No presente tópico é feita breve apresentação da evolução passada e a situação atual do setor de energia no Estado, com a indicação da demanda por esta utilidade segundo o uso, e, da oferta, por fonte de suprimento. A apresentação desses panoramas, passado e presente, permitirá proceder-se à avaliação das potencialidades e limitações quanto ao tema da energia.

Na avaliação das Potencialidades e Limitações, a questão energética se insere no ZEE em várias dimensões deste. Os Termos de Referência que orientaram a realização do presente trabalho procuraram, entretanto, ressaltar a importância dos elementos seguintes:

#### ▪ Quanto às potencialidades

Deve ser avaliado o proveito que se deve extrair do clima para a produção de energia eólica a 50 m e a 70 m acima do nível do solo.

#### ▪ Quanto às limitações

Torna-se necessária a incorporação de uma análise rápida de informações relativas à geração de energia, além da avaliação do fornecimento de energia elétrica como um dos indicadores da qualidade de vida.

A perseguição dos elementos acima, que refletem a orientação contida nos referidos Termos de Referência do Edital, constitui, por si só, a própria metodologia adotada neste trabalho para a análise da questão energética. Acrescenta-se, no contexto da metodologia, o fato de que foram consideradas todas as modalidades de energia passíveis de geração no território baiano. Uma preocupação presente em todo o trabalho foi, também, a busca permanente da minimização da dependência de energia não-renovável. Comentam-se mais detidamente, a seguir, aspectos metodológicos.

### 14.2. Metodologia

Adicionalmente aos aspectos já avançados relativamente à metodologia utilizada para analisar a questão da energia no contexto do ZEE do estado da Bahia, incluem-se questões que estão separadas no tempo, algumas representativas da evolução passada, outras inerentes ao cenário atual, além de uma referência específica aos problemas ambientais presentes nas diversas modalidades de geração. Essas questões são comentadas nas sub-seções imediatamente seguintes.

#### 14.2.1. Breve análise da evolução passada e da situação atual do setor de energia do estado da Bahia

Em um primeiro momento, procede-se à análise da evolução passada e da situação atual do setor de energia no Estado. Para tanto, levantaram-se demanda e oferta de energia, a primeira segundo o uso e, a segunda, de acordo com a fonte de suprimento. Ambos os levantamentos consideraram, como recortes territoriais, os municípios, os territórios de identidade (TIs) e a Bahia como um todo e estão apresentados no apêndice deste relatório. Muito embora essa tarefa guarde a característica de diagnose, ela se tornou absolutamente necessária para que se ponham em relevo a dinâmica e as tendências do setor vis-à-vis o seu estado de desenvolvimento e as suas perspectivas, no Brasil em geral e na Bahia, em particular. O passar d'olhos por essa evolução ensinará, por certo, um melhor entendimento das recomendações que são feitas mais adiante, neste próprio texto.

Para materializar essa abordagem, foram realizadas as atividades seguintes:

- análise de publicações contendo estatísticas sobre a evolução passada e atual do uso e da oferta de energia nos municípios, nos territórios de identidade (TIs) e na Bahia;
- levantamento de programas de expansão do setor estabelecidos por entidades e órgãos governamentais e por instituições privadas no Estado e sua repercussão sobre os municípios, os territórios de identidade (TIs) e a Bahia como um todo;
- identificação dos problemas atuais que impactam o desenvolvimento do setor de energia no Brasil; e
- apresentação de fontes de energia capazes de ser utilizadas na geração de energia elétrica e na produção de

combustíveis líquidos no Estado.

#### 14.2.2. Potencialidades e limitações por fontes de energia

Para diferentes fontes de energia relacionadas no TDR, buscou-se identificar as potencialidades e limitações de seu uso e emprego nos processos produtivos, sempre considerando-se como expressão territorial os municípios em que essas manifestações ocorrem, e respectivos territórios de identidade, assim entendendo-se:

#### ▪ Potencialidades:

Correspondem aos atributos territoriais que favorecem o aproveitamento de cada fonte de energia, bem como as repercussões positivas desse aproveitamento. As potencialidades foram representadas pela possibilidade de expansão da demanda e da produção de energia, existência de infraestruturas de produção e distribuição, existência de estrutura de prestação de serviços, investimentos programados em sua expansão, aumento das reservas (no caso do petróleo, gás natural, folhelho betuminoso e urânio) e financiamento aos investimentos de expansão de sistemas de geração.

#### ▪ Limitações

As limitações correspondem aos aspectos que inibem ou impedem o pleno uso da fonte de energia do ponto de vista econômico, social e ambiental. As limitações existentes foram representadas pela existência de problemas econômicos e sociais que possam contribuir para baixos níveis de demanda de energia elétrica e de combustíveis pelas populações, pelo comércio e pela indústria a ponto de comprometer o desenvolvimento do setor de energia.

A escolha de cada fonte de energia foi justificada pela importância do aproveitamento para os consumidores, para os produtores, para as municipalidades e territórios atendidos bem como para o território baiano em sua totalidade.

Ressalta-se que todas as informações relativas às potencialidades e limitações, e respectivas áreas beneficiadas pela utilização de cada fonte de energia foram espacializadas por município e TI onde sua ocorrência é mais relevante, possibilitando sua inserção no banco de dados georreferenciado.

#### 14.2.3. Questões ambientais relacionadas com a geração de energia

Em qualquer atividade produtiva, as questões ambientais podem se apresentar de modo favorável (impactos positivos) ou desfavorável (impactos negativos). Por isso mesmo, o TDR prevê a abordagem de tais questões. Assim, o conteúdo ora apresentado em relação ao tema também especifica as externalidades da geração energética por tipo de fonte e em relação aos espaços municipais de dos territórios de identidade. Em particular, são ressaltados os impactos negativos por constituírem aqueles que reclamam a adoção de cuidados mitigatórios preventivos ou mesmo alguma forma de intervenção de natureza corretiva.

#### 14.2.4. Recomendações defluentes das Potencialidades e Limitações

Com base nas potencialidades e limitações, foram traçadas recomendações voltadas para o desenvolvimento da produção e do mercado consumidor das fontes de energia e para mitigação de impactos ambientais resultantes de sua utilização. As recomendações apresentadas neste trabalho de ZEE como um todo estão em sintonia com os demais temas que o compõem, refletindo propostas exequíveis e consonantes com a realidade do Estado, e preterindo eventuais anseios que se caracterizem pela impossibilidade ou grande dificuldade de materialização. Um conjunto de recomendações é exposto no item 14.6, deste texto.

#### 14.2.5. Sistematização metodológica

As potencialidades e limitações e os impactos ambientais identificadas foram sistematizadas em quadros-síntese por fonte de energia, contemplando dois níveis de abordagem assim estruturados:

- Fontes utilizadas e potenciais para o suprimento de energia elétrica no estado da Bahia
- Fontes utilizadas e potenciais para a produção de combustível no estado da Bahia

Em consonância com o TDR, as fontes utilizadas e potenciais para suprimento de energia elétrica no Estado da Bahia consideradas foram as seguintes:



- Solar fotovoltaica
- Termossolar
- Hídricas (Pequenas Centrais Hidrelétricas- PCHs)
- Eólica
- Gás natural
- Biomassa e resíduos de processo produtivos
- Resíduos oriundos de aterro sanitário
- Biogás oriundo de aterros sanitários
- Nuclear

As fontes acima listadas deixam de incluir as hidrelétricas e térmicas que, por constituírem as fontes mais robustas que alimentam o Sistema Interligado Nacional – SIN, são comentadas em tópico à parte. Esse destaque é justificado pelos seguintes atributos que caracterizam o SIN:

1. O sistema opera como elemento de equilíbrio no suprimento de energia elétrica em todo o País, fazendo com que parte da energia produzida em território baiano, o qual abriga grande porção da potência instalada da CHESF, seja conduzida para outras unidades da Federação, ao mesmo tempo em que a Bahia pode receber energia produzida em outros estados, em eventuais períodos de baixos níveis dos reservatórios nordestinos, especialmente os da bacia do rio São Francisco; e
2. Apesar de constituir um sistema que gera impactos positivos (suprimento de energia) tanto no Estado quanto no restante do Brasil, os impactos negativos remanescem nos locais de geração pela inundação de terras para a formação de reservatórios no caso das hidrelétricas, pelas emissões da queima de combustíveis no caso das usinas térmicas, e pela exclusão que as faixas de domínio das linhas de transmissão impõem a inúmeras outras atividades e formas de intervenção sobre o território.

No que concerne às fontes utilizadas e potenciais para produção de combustíveis no estado da Bahia, relacionam-se as seguintes:

- Petróleo
- Gás natural
- Cana de açúcar (etanol)
- Soja, algodão, dendê, mamona, girassol, amendoim, sebo animal e óleos e gorduras residuais (biodiesel)
- Folhelho Betuminoso

### 14.3. Resultados

A seguir, apresenta-se o Quadro 109 e o Quadro 110 que ilustram os resultados das Potencialidades, Limitações, recomendações e os impactos ambientais por fonte de produção energética e às escalas municipal, dos territórios de identidade e da integralidade do Estado.

Oferece-se um plano de recomendações atinentes ao tema da energia buscando-se a construção de uma massa crítica de informações que se preste, a um só tempo, à formulação de medidas mais imediatas e à simulação de cenários futuros que comporão a perspectiva temporal do ZEE.

Por fim, conforme explicitado na Metodologia, apresenta-se no apêndice deste volume, por meio de passagens rápidas, a evolução do setor energético na Bahia com o objetivo exclusivo de reavivar os pontos principais da dinâmica atual que está presente em seus ambientes técnico, tecnológico e institucional.

**Quadro 109** - Síntese de potencialidades, limitações, impactos ambientais e recomendações referentes ao tema **Energia: Fontes Potenciais para o Suprimento de Energia Elétrica**

ASPECTO: FONTES POTENCIAIS PARA O SUPRIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA						
FONTES DE ENERGIA	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DA(S) FONTE(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	IMPACTO(S) AMBIENTAL(IS)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Município(s) em que existe(m) condição(ões) relevante(s) para a(s) fonte(s) de energia	Zona(s) em que se localiza(m) o(s) critério(s)	Fator(es) positivo(s) importante(s) para aproveitamento da(s) fonte(s) de energia	Conflito(s) e restrição(ões) ao uso da(s) fonte(s) de energia	Principal(is) impacto(s) relativo(s) ao uso da(s) fonte(s) de energia	Recomendação(ões) específica(s) para o uso da(s) fonte(s) de energia
Solar fotovoltaica	<p>Baixa Grande, Capela do Alto Alegre, Gavião, Ipirá, Mairi, Nova Fátima, Pé de Serra, Pintadas, Quixabeira, Riachão do Jacuípe, São José do Jacuípe, Serra Preta, Várzea da Roça e Várzea do Poço (TI Bacia do Jacuípe);</p> <p>Abaíra, Andaraí, Barra da Estiva, Boninal, Bonito, Ibicoara, Ibitiara, Iramaia, Iraquara, Itaeté, Jussiape, Lençóis, Marcionílio Souza, Morro do Chapéu, Mucugê, Nova Redenção, Novo Horizonte, Palmeiras, Piatã, Rio de Contas, Seabra, Souto Soares, Utinga e Wagner (TI Chapada Diamantina);</p> <p>América Dourada, Barra do Mendes, Barro Alto, Cafarnaum, Canarana, Central, Gentio do Ouro, Ibipeba, Ibititá, Ipupiara, Irecê, Itaguaçu da Bahia, João Dourado, Jussara, Lapão, Mulungu do Morro, Presidente Dutra, São Gabriel, Uibaí e Xique-Xique (TI Irecê);</p> <p>Abaré, Chorrochó, Glória, Macururé, Paulo Afonso e Rodelas (TI Itaparica);</p> <p>Aiquara, Apuarema, Barra do Rocha, Boa Nova, Dário Meira, Gongogi, Ibirataia, Ipiáú, Itagi, Itagibá, Itamari, Jequié, Jitaúna, Manoel Vitorino, Nova Ibiá e Ubatã (TI Médio Rio de Contas);</p> <p>Caém, Capim Grosso, Jacobina, Miguel Calmon, Mirangaba, Ourolândia, Saúde, Serrolândia, Umburanas e Várzea Nova (TI Piemonte da Diamantina);</p> <p>Boa Vista do Tupim, Iaçú, Ibiquera, Itaberaba, Itatim, Lajedinho, Macajuba, Mundo Novo, Piritiba, Rafael Jambeiro, Ruy Barbosa, Santa Teresinha e Tapiramutá (TI Piemonte do Paraguaçu);</p> <p>Andorinha, Antônio Gonçalves, Caldeirão Grande, Campo Formoso, Filadélfia, Jaguarari, Pindobaçu, Ponto Novo e Senhor do Bonfim (TI Piemonte Norte do Itapicuru);</p> <p>Água Fria, Amélia Rodrigues, Anguera, Antônio Cardoso, Conceição da Feira, Conceição do Jacuípe, Coração de Maria, Feira de Santana, Ipecaetá, Irará, Santa Bárbara, Santanópolis, Santo Estêvão, São Gonçalo dos Campos, Tanquinho, Teodoro Sampaio e Terra Nova (TI Portal do Sertão);</p>	3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 23, 24, 25, 27, 30, 31, 32, 33	<p>Valores máximos de irradiação solar no país são observados na região central do estado da Bahia, no vale do rio São Francisco, estimada com sendo em torno de 6,5 kWh/(m<sup>2</sup>.d).</p> <p>Baixo custo de manutenção dos equipamentos utilizados para geração da energia fotovoltaica.</p> <p>Excelente fonte de energia para localidades com baixa demanda por eletricidade e sem atendimento, distantes no mínimo 10 km do sistema elétrico interligado. A energia solar apresenta baixo custo de manutenção dos equipamentos utilizados em áreas cujo suprimento é inviável economicamente via sistema interligado. O uso de painéis fotovoltaicos para áreas remotas do estado da Bahia poderia atender um total estimado entre 20 e 80 mil residências a serem beneficiadas.</p> <p>Sistemas que utilizam grandes números de painéis fotovoltaicos podem ser interligados à rede, e não utilizam armazenamento de energia, pois toda a geração é entregue diretamente na rede. Os sistemas interligados à rede representam uma fonte complementar ao sistema elétrico de grande porte ao qual esta conectada. Todo o arranjo é conectado em inversores e logo em seguida guiados diretamente na rede. Estes inversores devem satisfazer as exigências de qualidade e segurança para que a rede não seja afetada.</p> <p>A energia solar é limpa e renovável apresentando, portanto, muitas vantagens para o meio ambiente e a saúde das pessoas, pois não há emissão de gases poluentes ou outros tipos de resíduos.</p>	<p>Dependência da incidência de luz solar e dificuldade de armazenamento da energia gerada, o que prejudica a produção e o suprimento de energia em períodos chuvosos e durante a noite.</p> <p>Elevado custo de fabricação e instalação dos painéis solares fotovoltaicos acarretando na baixa utilização desta fonte para geração de energia.</p> <p>Atualmente a fonte solar é três vezes mais cara que as energias eólica e hidráulica.</p> <p>Potencial de causar impacto ambiental durante a fabricação, instalação e remoção de sistemas fotovoltaicos.</p>	<p>Quanto à geração da energia, os impactos ambientais negativos originam-se na fabricação dos materiais usados no sistema fotovoltaico e da implantação do projeto, além dos oriundos do descomissionamento da planta.</p> <p>Relativos à operação de instalações descentralizadas, os impactos mais significativos estão associados à instalação, manutenção e remoção de sistemas fotovoltaicos de telhados, entre os quais incluem-se a degradação visual e os riscos de incêndio e de vazamento de materiais tóxicos.</p> <p>Intensa utilização de energia para produção dos materiais utilizados na geração da energia solar fotovoltaica, o que requer o uso de energia proveniente de outras fontes.</p>	<p>Estabelecer um programa de incentivo à utilização de sistemas fotovoltaicos, utilizando o conceito de tarifa-prêmio para os usuários desta energia.</p> <p>Negociar a garantia da aquisição de energia, gerada a partir de fontes renováveis, pelas concessionárias de energia elétrica.</p> <p>Oferecer incentivos financeiros às empresas que gerem energia solar e fabriquem equipamentos para o setor na Bahia.</p> <p>Adotar medidas mitigadoras dos impactos ambientais negativos oriundos da geração de energia por sistemas fotovoltaicos, relativos à ocupação da área de implementação do projeto, à possível perda de habitats, à degradação visual dos ambientes, aos riscos associados a materiais tóxicos e perigosos e à disposição de resíduos.</p> <p>Implantar sistemas de energia solar fotovoltaica no vale do rio São Francisco e em toda região central do estado da Bahia, em localidades distantes no mínimo 10 km da rede elétrica, utilizando os recursos do Programa Luz Para Todos e do Proinfa.</p>

(Continua)

ASPECTO: FONTES POTENCIAIS PARA O SUPRIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA						
FONTE(S) DE ENERGIA	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DA(S) FONTE(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	IMPACTO(S) AMBIENTAL(IS)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
Solar fotovoltaica (continuação)	<p>Município(s) em que existe(m) condição(ões) relevante(s) para a(s) fonte(s) de energia</p> <p>Adustina, Antas, Banzaê, Cícero Dantas, Cipó, Coronel João Sá, Euclides da Cunha, Fátima, Heliópolis, Jeremoabo, Nova Soure, Novo Triunfo, Paripiranga, Pedro Alexandre, Ribeira do Amparo, Ribeira do Pombal, Santa Brígida e Sítio do Quinto (TI Semi-Árido Nordeste II);</p> <p>Campo Alegre de Lourdes, Canudos, Casa Nova, Curaçá, Juazeiro, Pilão Arcado, Remanso, Sento Sé, Sobradinho e Uauá (TI Sertão do São Francisco);</p> <p>Barra, Bom Jesus da Lapa, Brotas de Macaúbas, Carinhanha, Feira da Mata, Ibotirama, Igaporã, Malhada, Matina, Morpará, Muquém de São Francisco, Oliveira dos Brejinhos, Paratinga, Riacho de Santana, Serra do Ramalho, Sítio do Mato (TI Velho Chico).</p>	<p>Zona(s) em que se localiza(m) o(s) critério(s)</p> <p>3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 23, 24, 25, 27, 30, 31, 32, 33</p>	<p>Fator(es) positivo(s) importante(s) para aproveitamento da(s) fonte(s) de energia</p> <p>Valores máximos de irradiação solar no país são observados na região central do estado da Bahia, no Vale do Rio São Francisco, estimada com sendo em torno de 6,5 kWh/(m<sup>2</sup>.d).</p> <p>Baixo custo de manutenção dos equipamentos utilizados para geração da energia fotovoltaica.</p> <p>Excelente fonte de energia para localidades com baixa demanda por eletricidade e sem atendimento, distantes no mínimo 10 km do sistema elétrico interligado. A energia solar apresenta baixo custo de manutenção dos equipamentos utilizados em áreas cujo suprimento é inviável economicamente via sistema interligado. O uso de painéis fotovoltaicos para áreas remotas do estado da Bahia poderia atender um total estimado entre 20 e 80 mil residências a serem beneficiadas.</p> <p>Sistemas que utilizam grandes números de painéis fotovoltaicos podem ser interligados à rede, e não utilizam armazenamento de energia, pois toda a geração é entregue diretamente na rede. Os sistemas interligados à rede representam uma fonte complementar ao sistema elétrico de grande porte ao qual esta conectada. Todo o arranjo é conectado em inversores e logo em seguida guiados diretamente na rede. Estes inversores devem satisfazer as exigências de qualidade e segurança para que a rede não seja afetada.</p> <p>A energia solar é limpa e renovável apresentando, portanto, muitas vantagens para o meio ambiente e a saúde das pessoas, pois não há emissão de gases poluentes ou outros tipos de resíduos.</p>	<p>Conflito(s) e restrição(ões) ao uso da(s) fonte(s) de energia</p> <p>Dependência da incidência de luz solar e dificuldade de armazenamento da energia gerada, o que prejudica a produção e o suprimento de energia em períodos chuvosos e durante a noite.</p> <p>Elevado custo de fabricação e instalação dos painéis solares fotovoltaicos acarretando na baixa utilização desta fonte para geração de energia.</p> <p>Atualmente a fonte solar é três vezes mais cara que as energias eólica e hidráulica.</p> <p>Potencial de causar impacto ambiental durante a fabricação, instalação e remoção de sistemas fotovoltaicos.</p>	<p>Principal(is) impacto(s) relativo(s) ao uso da(s) fonte(s) de energia</p> <p>Quanto à geração da energia, os impactos ambientais negativos originam-se na fabricação dos materiais usados no sistema fotovoltaico e da implantação do projeto, além dos oriundos do descomissionamento da planta.</p> <p>Relativos à operação de instalações descentralizadas, os impactos mais significativos estão associados à instalação, manutenção e remoção de sistemas fotovoltaicos de telhados, entre os quais incluem-se a degradação visual e os riscos de incêndio e de vazamento de materiais tóxicos.</p> <p>Intensa utilização de energia para produção dos materiais utilizados na geração da energia solar fotovoltaica, o que requer o uso de energia proveniente de outras fontes.</p>	<p>Recomendação(ões) específica(s) para o uso da(s) fonte(s) de energia</p> <p>Estabelecer um programa de incentivo à utilização de sistemas fotovoltaicos, utilizando o conceito de tarifa-prêmio para os usuários desta energia.</p> <p>Negociar a garantia da energia, gerada a partir de fontes renováveis, pelas concessionárias de energia elétrica.</p> <p>Oferecer incentivos às empresas que gerem energia solar e fabriquem equipamentos para o setor na Bahia.</p> <p>Adotar medidas mitigadoras dos impactos ambientais negativos oriundos da geração de energia por sistemas fotovoltaicos, relativos à ocupação da área de implementação do projeto, à possível perda de habitats, à degradação visual dos ambientes, aos riscos associados a materiais tóxicos e perigosos e à disposição de resíduos.</p> <p>Implantar sistemas de energia solar fotovoltaica no vale do rio São Francisco e em toda região central do estado da Bahia, em localidades distantes no mínimo 10 km da rede elétrica, utilizando os recursos do Programa Luz Para Todos e do Proinfa.</p>

(Continua)

ASPECTO: FONTES POTENCIAIS PARA O SUPRIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA						
FUNTE(S) DE ENERGIA	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DA(S) FONTE(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	IMPACTO(S) AMBIENTAL(IS)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Município(s) em que existe(m) condição(ões) relevante(s) para a(s) fonte(s) de energia	Zona(s) em que se localiza(m) o(s) critério(s)	Fator(es) positivo(s) importante(s) para aproveitamento da(s) fonte(s) de energia	Conflito(s) e restrição(ões) ao uso da(s) fonte(s) de energia	Principal(is) impacto(s) relativo(s) ao uso da(s) fonte(s) de energia	Recomendação(ões) específica(s) para o uso da(s) fonte(s) de energia
Termossolar	Boquira, Botuporã, Caturama, Érico Cardoso, Ibipitanga, Macaúbas, Paramirim, Rio do Pires e Tanque Novo (TI Bacia do Paramirim); Angical, Baianópolis, Barreiras, Buritirama, Catolândia, Cotegipe, Cristópolis, Formosa do Rio Preto, Luís Eduardo Magalhães, Mansidão, Riachão das Neves, Santa Rita de Cássia, São Desidério e Wanderley (TI Bacia do Rio Grande); Abaíra, Andaraí, Barra da Estiva, Boninal, Bonito, Ibicoara, Ibitiara, Iramaia, Iraquara, Itaeté, Jussape, Lençóis, Marcionílio Souza, Morro do Chapéu, Mucugê, Nova Redenção, Novo Horizonte, Palmeiras, Piatã, Rio de Contas, Seabra, Souto Soares, Utinga e Wagner (TI Chapada Diamantina); América Dourada, Barra do Mendes, Barro Alto, Cafarnaum, Canarana, Central, Gentio do Ouro, Ibipeba, Ibititá, Ipuiara, Irecê, Itaguaçu da Bahia, João Dourado, Jussara, Lapão, Mulungu do Morro, Presidente Dutra, São Gabriel, Uibaí e Xique-Xique (TI Irecê); Paulo Afonso (TI Itaparica); Jequié (TI Médio Rio de Contas); Caatiba, Firmino Alves, Ibicuí, Iguai, Itambé, Itapetinga, Itarantim, Itororó, Macarani, Maiquinique, Nova Canaã, Potiraguá e Santa Cruz da Vitória (TI Médio Sudoeste da Bahia); Jacobina (TI Piemonte da Diamantina); Boa Vista do Tupim, Iaçú, Ibiquera, Itaberaba, Itatim, Lajedinho, Macajuba, Mundo Novo, Piritiba, Rafael Jambeiro, Ruy Barbosa, Santa Teresinha e Tapiramutá (TI Piemonte do Paraguaçu); Campo Alegre de Lourdes, Canudos, Casa Nova, Curaçá, Juazeiro, Pilão Arcado, Remanso, Sento Sé, Sobradinho e Uauá (TI Sertão do São Francisco); Brumado, Caculé, Caetitê, Candiba, Contendas do Sincorá, Dom Basílio, Guanambi, Ibiassucê, Ituaçu, Iuiú, Lagoa Real, Livramento de Nossa Senhora, Malhada de Pedras, Palmas de Monte Alto, Pindaí, Rio do Antônio, Sebastião Laranjeiras, Tanhaçu e Urandi (TI Sertão Produtivo);	1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 27, 30, 31, 32	Utilização da energia gerada por esta fonte para destilação de água salobra no semiárido Baiano.  Maiores valores de irradiação solar no país são observados na região central do estado da Bahia, em torno de 6,5 kWh/(m².d).  Aplicações dispersas e de pequena escala, ligadas ao fornecimento de água quente e ao aquecimento de residências e empresas. Os benefícios do uso do aquecimento solar para o Setor Elétrico consistem na redução do pico de demanda do sistema provocado pelo chuveiro elétrico, que corresponde aproximadamente a 1% da demanda no horário de ponta.  Combinar o uso de usinas termossolares e hidráulicas pode garantir o fornecimento de energia mesmo em situações de flutuações climáticas, como nos períodos de estiagem. Esta combinação é uma boa opção para a diversificação do sistema de geração elétrica brasileira. Seria uma garantia contra as flutuações climáticas, já que quando há estiagem e o potencial hídrico decresce, o potencial solar aumenta, pois a nebulosidade é menor e a radiação solar é mais intensa.  Há diversos benefícios do uso do aquecimento solar para o meio Ambiente e a sociedade, como não poluição por se tratar de energia limpa, redução de emissão de gases (efeito estufa) com a substituição de combustíveis fósseis e redução média de 30% na conta total de energia residencial.  Utilização para usos produtivos ligados à atividade agropecuária, a exemplo de eletrificação de cercas, resfriamento de tanques e bombeamento de água.  Emprego da energia termossolar em edificações sustentáveis e edifícios verdes.  Fonte potencial para produção de energia térmica.	Elevado custo para geração da energia termossolar, constituindo-se como obstáculo para difusão desta fonte.  Potencial de causar impacto ambiental durante a fabricação, instalação e remoção de sistemas termossolares.	Quanto à geração da energia, os impactos ambientais negativos originam-se na fabricação dos materiais usados no sistema termossolar e na implantação do projeto, além dos oriundos do descomissionamento da planta (descarte de equipamentos).  Relativos à operação de instalações descentralizadas, os impactos mais significativos estão associados à instalação, manutenção e remoção de sistemas termossolares de telhados, entre os quais se incluem a degradação visual e os riscos de incêndio e de vazamento de materiais tóxicos.  Intensa utilização de energia para produção dos materiais utilizados na geração da energia termossolar, o que requer o uso de energia proveniente de outras fontes.	Promover programas de capacitação em projetos de edificações que incorporem tecnologias termossolares.  Incentivar a implantação de sistemas de energia termossolar em edificações onde haja viabilidade técnica e financeira.  Incentivar a implantação de fornos solares para obtenção de água potável na região semiárida do estado e onde haja água salobra.  Buscar o apoio da União para o desenvolvimento de programas de incentivo à utilização de sistemas de energia termossolar.  Garantir a aquisição de energia, gerada a partir de fontes renováveis, pelas concessionárias de energia elétrica.  Oferecer incentivos às empresas que gerem energia solar e fabriquem equipamentos para o setor na Bahia.  Adotar medidas mitigadoras dos impactos ambientais negativos oriundos da geração de energia por sistemas termossolares, relativos à ocupação da área de implementação do projeto, à possível perda de habitats, à degradação visual dos ambientes, aos riscos associados a materiais tóxicos e perigosos e à disposição de resíduos.  Estudar a viabilidade de implantação de uma central termossolar com o uso da tecnologia <i>Stirling Tower</i> na região central da Bahia.

(Continua)

ASPECTO: FONTES POTENCIAIS PARA O SUPRIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA						
FONTE(S) DE ENERGIA	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DA(S) FONTE(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	IMPACTO(S) AMBIENTAL(IS)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Município(s) em que existe(m) condição(ões) relevante(s) para a(s) fonte(s) de energia	Zona(s) em que se localiza(m) o(s) critério(s)	Fator(es) positivo(s) importante(s) para aproveitamento da(s) fonte(s) de energia	Conflito(s) e restrição(ões) ao uso da(s) fonte(s) de energia	Principal(is) impacto(s) relativo(s) ao uso da(s) fonte(s) de energia	Recomendação(ões) específica(s) para o uso da(s) fonte(s) de energia
Termossolar (continuação)	<p>Araci, Barrocas, Biritinga, Candeal, Cansanção, Conceição do Coité, Ichu, Itiúba, Lamarão, Monte Santo, Nordestina, Queimadas, Quijingue, Retrolândia, Santaluz, São Domingos, Serrinha, Teofilândia, Tucano e Valente (TI Sisal);</p> <p>Amargosa, Brejões, Cravolândia, Elísio Medrado, Irajuba, Itaquara, Itiruçu, Jaguaquara, Jiquiriçá, Lafaiete Coutinho, Laje, Lajedo do Tabocal, Maracás, Milagres, Mutuípe, Nova Itarana, Planaltino, Santa Inês, São Miguel das Matas e Ubaíra (TI Vale do Jiquiriçá);</p> <p>Barra, Bom Jesus da Lapa, Brotas de Macaúbas, Carinhanha, Feira da Mata, Ibotirama, Igaporã, Malhada, Matina, Morpará, Muquém de São Francisco, Oliveira dos Brejinhos, Paratinga, Riacho de Santana, Serra do Ramalho, Sítio do Mato (TI Velho Chico).</p>	1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 27, 30, 31, 32	<p>Utilização da energia gerada por esta fonte para destilação de água salobra no semiárido Baiano.</p> <p>Maiores valores de irradiação solar no país são observados na região central do estado da Bahia, em torno de 6,5 kWh/(m<sup>2</sup>.d).</p> <p>Aplicações dispersas e de pequena escala, ligadas ao fornecimento de água quente e ao aquecimento de residências e empresas. Os benefícios do uso do aquecimento solar para o Setor Elétrico consistem na redução do pico de demanda do sistema elétrico provocado pelo chuveiro elétrico que corresponde aproximadamente a 1% da demanda no horário de ponta.</p> <p>Combinar o uso de usinas termossolares e hidráulicas pode garantir o fornecimento de energia mesmo em situações de flutuações climáticas, como nos períodos de estiagem. Esta combinação é uma boa opção para a diversificação do sistema de geração elétrica brasileira. Seria uma garantia contra as flutuações climáticas, já que quando há estiagem e o potencial hídrico decresce, o potencial solar aumenta, pois a nebulosidade é menor e a radiação solar é mais intensa.</p> <p>Há diversos benefícios do uso do aquecimento solar para o meio Ambiente e a sociedade, como não poluição por se tratar de energia limpa, redução de emissão de gases (efeito estufa) com a substituição de combustíveis fósseis e redução média de 30% na conta total de energia residencial.</p> <p>Utilização para usos produtivos ligados à atividade agropecuária, a exemplo de eletrificação de cercas, resfriamento de tanques e bombeamento de água.</p> <p>Emprego da energia termossolar em edificações sustentáveis e edifícios verdes.</p> <p>Fonte potencial para produção de energia térmica.</p>	<p>Elevado custo para geração da energia termossolar, constituindo-se como obstáculo para difusão desta fonte.</p> <p>Potencial de causar impacto ambiental durante a fabricação, instalação e remoção de sistemas termossolares.</p>	<p>Quanto à geração da energia, os impactos ambientais negativos originam-se na fabricação dos materiais usados no sistema termossolar e na implantação do projeto, além dos oriundos do descomissionamento da planta (descarte de equipamentos).</p> <p>Relativos à operação de instalações descentralizadas, os impactos mais significativos estão associados à instalação, manutenção e remoção de sistemas termossolares de telhados, entre os quais se incluem a degradação visual e os riscos de incêndio e de vazamento de materiais tóxicos.</p> <p>Intensa utilização de energia para produção dos materiais utilizados na geração da energia solar termossolar, o que requer o uso de energia proveniente de outras fontes.</p>	<p>Promover programas de capacitação em projetos de edificações que incorporem tecnologias termossolares.</p> <p>Incentivar a implantação de sistemas de energia termossolar em edificações onde haja viabilidade técnica e financeira.</p> <p>Incentivar a implantação de fornos solares para obtenção de água potável na região semiárida do estado e onde haja água salobra.</p> <p>Buscar o apoio da União para o desenvolvimento de programas de incentivo à utilização de sistemas de energia termossolar.</p> <p>Garantir a aquisição de energia, gerada a partir de fontes renováveis, pelas concessionárias de energia elétrica.</p> <p>Oferecer incentivos às empresas que gerem energia solar e fabriquem equipamentos para o setor na Bahia.</p> <p>Adotar medidas mitigadoras dos impactos ambientais negativos oriundos da geração de energia por sistemas termossolares, relativos à ocupação da área de implementação do projeto, à possível perda de habitats, à degradação visual dos ambientes, aos riscos associados a materiais tóxicos e perigosos e à disposição de resíduos.</p> <p>Estudar a viabilidade de implantação de uma central termossolar com o uso da tecnologia Stirling Tower na região central da Bahia.</p>

(Continua)



ASPECTO: FONTES POTENCIAIS PARA O SUPRIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA						
FONTE(S) DE ENERGIA	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DA(S) FONTE(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	IMPACTO(S) AMBIENTAL(IS)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
Hídrica (PCHs)	Santa Maria da Vitória (TI Bacia do Rio Corrente); Barreiras (TI Bacia do Rio Grande); Lençóis e Seabra (TI Chapada Diamantina); Canavieiras (TI Litoral Sul); Ipiaú e Jequié (TI Médio Rio de Contas); Cachoeira (TI Recôncavo).	1, 2, 3, 4, 5, 9, 11, 16, 20, 25, 27, 28, 33, 36	<p>Grande potencial para geração de energia por PCHs no estado da Bahia. Segundo registros do SIPOT, em 2002, havia 914 MW de potencial inventariado de PCH's no estado da Bahia, distribuídos entre 87 centrais. Entretanto, atualmente existem no estado da Bahia apenas oito PCHs em operação que, juntas, correspondem à geração de 91.419 kW.</p> <p>Como são empreendimentos que, em geral, procuram atender demandas próximas aos centros de carga, em áreas periféricas ao sistema de transmissão, as PCHs têm papel cada vez mais relevante na promoção do desenvolvimento da geração distribuída no país.</p> <p>As PCHs contribuem para a redução das perdas na transmissão de energia elétrica, já que elas não exigem a construção de extensas linhas de transmissão, conectando-se, em muitos casos, diretamente à distribuição.</p> <p>As PCHs poderão exercer um papel de indutor de crescimento em regiões mais isoladas, além de colaborar para redução das perdas nas linhas de transmissão de energia do sistema interligado nacional em função de sua capilaridade e estarem nas pontas dos subsistemas.</p> <p>Permite a descentralização na geração de energia, minimizando as perdas decorrentes de sua transmissão e reduzindo os impactos ambientais negativos causados em sua implantação, em comparação àqueles decorrentes de grandes empreendimentos. Normalmente, causam baixos impactos na área ambiental, principalmente quando estão instaladas em regiões com baixa densidade demográfica e os reservatórios formados são muito pequenos por estarem localizados em vales encaixados e utilizando a própria calha do rio como reservatório. Isto permite pouca supressão vegetal e quase nenhuma realocação de populações.</p>	<p>Morosidade na aprovação dos projetos e inventários hidrelétricos, associado ao tempo necessário para o licenciamento ambiental, põe em risco a viabilidade desses projetos, comprometendo e atrasando a implantação das PCHs.</p> <p>Para viabilizar a geração por PCHs, a energia produzida não pode ser vendida por menos de R\$160/MWh, enquanto outras fontes, devido aos incentivos que possuem, são viáveis por valores próximos a R\$ 145/MWH.</p> <p>Falta de investimento em desenvolvimento de tecnologias mais eficientes de geração para o setor, o que dificulta a redução do custo do investimento.</p> <p>PCHs recebem o mesmo tratamento das grandes hidrelétricas no licenciamento ambiental prejudicando a viabilização do empreendimento.</p> <p>Ausência de incentivos para compra dos equipamentos necessários à implantação das PCHs, como o ICMS.</p> <p>Dificuldade de obtenção de outorga de direito de uso da água para geração de energia.</p> <p>Aquecimento do mercado da construção civil, elevando os custos de obras e altos custos de máquinas, equipamentos e turbinas para PCHs impactando no aumento dos gastos de implantação destas centrais hidrelétricas.</p> <p>Baixo potencial para geração de energia por PCHs no estado (914 MW) em comparação com a geração hidroelétrica atual (7.501 MW já utilizados).</p>	<p>Para implantação de PCHs pode-se alagar áreas agriculturáveis, densamente habitadas e/ou importantes para conservação ambiental.</p> <p>Conflitos potenciais com outros usos da água, como o turismo e o lazer.</p> <p>Um conjunto de PCHs numa mesma bacia hidrográfica pode causar danos sociais e ambientais comparáveis aos de grandes hidrelétricas.</p> <p>Interferência na migração de peixes e de perda da biodiversidade.</p> <p>Alteração do regime na calha do rio, no trecho entre a tomada d'água e as saídas das turbinas.</p>	<p>Elaborar programa de aproveitamento do potencial de PCHs (914 MW) existente na Bahia, especialmente nas bacias hidrográficas dos rios Grande, Corrente, de Contas, Paraguaçu e Jequitinhonha.</p> <p>Conceder os mesmos incentivos para a geração de energia por PCHs que são oferecidos aos empreendimentos de energia eólica.</p> <p>Atuar junto à ANEEL para acelerar o processo de aprovação dos projetos de interesse para instalação de PCHs no estado.</p> <p>Apoiar o desenvolvimento dos estudos para reduzir os custos de investimento na implantação de PCHs.</p> <p>Exigir avaliação ambiental estratégica da bacia hidrográfica objetivando melhor avaliar os impactos decorrentes da implantação e operação de PCHs.</p> <p>Estudar a viabilidade de implantação de PCHs nas sub-bacias do rio Grande, nas proximidades de Barreiras; do rio Corrente, nas proximidades de Santa Maria da Vitória; do rio Jequitinhonha, nas proximidades de Canavieiras; do rio Paraguaçu, nas proximidades de Seabra, Lençóis e Cachoeira; e do rio de Contas, nas proximidades de Jequié e Ipiaú.</p>

(Continua)

ASPECTO: FONTES POTENCIAIS PARA O SUPRIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA						
FUNTE(S) DE ENERGIA	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DA(S) FONTE(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	IMPACTO(S) AMBIENTAL(IS)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Município(s) em que existe(m) condição(ões) relevante(s) para a(s) fonte(s) de energia	Zona(s) em que se localiza(m) o(s) critério(s)	Fator(es) positivo(s) importante(s) para aproveitamento da(s) fonte(s) de energia	Conflito(s) e restrição(ões) ao uso da(s) fonte(s) de energia	Principal(is) impacto(s) relativo(s) ao uso da(s) fonte(s) de energia	Recomendação(ões) específica(s) para o uso da(s) fonte(s) de energia
Hídrica (PCHs) (continuação)	Santa Maria da Vitória (TI Bacia do Rio Corrente); Barreiras (TI Bacia do Rio Grande); Lençóis e Seabra (TI Chapada Diamantina); Canavieiras (TI Litoral Sul); Ipiaú e Jequié (TI Médio Rio de Contas); Cachoeira (TI Recôncavo).	1, 2, 3, 4, 5, 9, 11, 16, 20, 25, 27, 28, 33, 36	Incentivos legais e financeiros que favorecem os proprietários de PCHs. A legislação vigente (Lei nº 10.762, de 11/11/2003) beneficia os proprietários de pequenas centrais hidrelétricas, que, se sua capacidade instalada for menor ou igual a 1 MW, pagam só a metade ou menos das tarifas de uso dos sistemas de transmissão e distribuição. A atual legislação do setor elétrico brasileiro permite que proprietários de PCHs possam vender sua energia para “consumidores livres”, caracterizados, só para eles, como aqueles com uma demanda maior ou igual a 0,5 MW. As PCHs também têm isenção relativa à compensação financeira pela utilização de recursos hídricos e podem participar no rateio da Conta de Consumo de Combustíveis (CCC). As PCHs podem ser financiadas pelo BNDES em até 50% dos investimentos.			

(Continua)

ASPECTO: FONTES POTENCIAIS PARA O SUPRIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA						
FORTE(S) DE ENERGIA	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DA(S) FONTE(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	IMPACTO(S) AMBIENTAL(IS)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
Eólica	<p>Abaíra, Andaraí, Barra da Estiva, Boninal, Bonito, Ibicoara, Ibitiara, Iramaia, Iraquara, Itaeté, Jussiapé, Lençóis, Marcionílio Souza, Morro do Chapéu, Mucugê, Nova Redenção, Novo Horizonte, Palmeiras, Piatã, Rio de Contas, Seabra, Souto Soares, Utinga e Wagner (TI Chapada Diamantina);</p> <p>Campo Alegre de Lourdes, Canudos, Casa Nova, Curaçá, Juazeiro, Pilão Arcado, Remanso, Sento Sé, Sobradinho e Uauá (TI Sertão do São Francisco);</p> <p>Brumado, Caculé, Caetitê, Candiba, Contendas do Sincorá, Dom Basílio, Guanambi, Ibiassucê, Ituaçu, Iuiú, Lagoa Real, Livramento de Nossa Senhora, Malhada de Pedras, Palmas de Monte Alto, Pindaí, Rio do Antônio, Sebastião Laranjeiras, Tanhaçu e Urandi (TI Sertão Produtivo);</p> <p>Barra, Bom Jesus da Lapa, Brotas de Macaúbas, Carinhanha, Feira da Mata, Ibotirama, Igaporã, Malhada, Matina, Morpará, Muquém de São Francisco, Oliveira dos Brejinhos, Paratinga, Riacho de Santana, Serra do Ramalho, Sítio do Mato (TI Velho Chico).</p>	3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 20, 23, 30, 32	<p>Os ventos da Bahia são considerados os melhores do mundo, por serem unidirecionais e constantes, características que permitem uma excelente capacidade de geração de energia eólica. O potencial eólico do estado é estimado em 40 GW.</p> <p>Existência de empresas que produzem turbinas eólicas e aerogeradores, configurando-se como um potencial para exploração dessa fonte no estado.</p> <p>Geração de energia de forma distribuída, o que reduz perdas na transmissão e a necessidade de investimentos de ampliação da rede.</p> <p>O aproveitamento da energia eólica possibilita o aquecimento da economia local e estimula a fixação do pequeno agricultor no campo. A energia eólica cria oportunidades de trabalho e de geração de renda no interior da Bahia porque os potenciais mais significativos estão em regiões que registram menores indicadores de desenvolvimento econômico.</p> <p>O regime hidrológico do estado permite uma complementaridade entre as gerações hidrelétrica e eólica, visto que o maior potencial eólico ocorre durante o período de menor disponibilidade hídrica.</p> <p>A energia eólica não provoca emissões de gases na geração, rejeitos efluentes e consumo de outros bens naturais como a água. Um sistema eólico ocupa 1% da área da usina eólica, e o restante pode ser ocupado por lavoura ou pastagem, sem transtornos para animais ou plantas. Pode-se morar a uma distância de 400 metros das usinas eólicas sem que seu ruído cause danos ou perturbações ao ser humano.</p>	<p>Energia cujos custos médios de geração estão na faixa de 70 a 95 US\$/MWh, mais elevados do que as fontes convencionais, mesmo considerando um custo de instalação de 1.200 US\$/kW.</p> <p>Intermitência da geração de energia, uma vez que a velocidade dos ventos não é constante.</p> <p>Ausência de regularização fundiária.</p>	<p>Elevado nível de poluição sonora causado pela operação das turbinas eólicas, além do impacto visual negativo e danos para a fauna e sobre o uso de terras.</p> <p>Impactos na fase de implantação dos parques eólicos, gerados, principalmente, na abertura de vias de acesso, na usina de concretagem e no canteiro de obras.</p> <p>Conflitos associados à especulação fundiária em áreas de parques eólicos.</p> <p>Conflitos associados aos usos da terra.</p>	<p>Garantir a aquisição de energia, gerada a partir de fontes renováveis, pelas concessionárias de energia elétrica, destinando parte da arrecadação com a venda da energia para o pequeno consumidor localizado na mesma região de produção.</p> <p>Fortalecer os incentivos oferecidos às empresas que gerem energia eólica e fabriquem equipamentos para o setor na Bahia.</p> <p>Adotar medidas mitigadoras dos impactos ambientais negativos oriundos da geração de energia por usinas eólicas, relativos à emissão de ruídos, ao impacto sobre a fauna à degradação visual dos ambientes e à formação de sombras sobre as terras.</p> <p>Apoiar o uso consorciado de terras ocupadas pelos parques para outras formas de utilização, como a agropecuária.</p>

(Continua)

ASPECTO: FONTES POTENCIAIS PARA O SUPRIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA						
FUNTE(S) DE ENERGIA	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DA(S) FONTE(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	IMPACTO(S) AMBIENTAL(IS)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
Gás natural	Eunápolis (TI Costa do Descobrimento); Mucuri (TI Extremo Sul); Jaguarari (TI Piemonte Norte do Itapicuru); São Francisco do Conde (TI Recôncavo) Camaçari e Dias d'Ávila (TI Região Metropolitana de Salvador); Juazeiro (TI Sertão do São Francisco); Brumado (TI Sertão Produtivo).	9, 12, 17, 18, 23, 28, 29, 33, 34, 35, 36	<p>A Bahia tem grande potencial para a produção de gás natural. Seu total em reservas de gás natural é o maior do Nordeste. Nesse sentido, algumas ações têm garantido o aumento da produção, como: o aumento da capacidade de produção de gás natural pelo Campo de Manati, localizado na Baía de Camamu, que passou para 6 a 8 milhões de m<sup>3</sup>/d, a construção do Terminal de Regaseificação da Bahia que terá capacidade para regaseificar 14 Milhões de m<sup>3</sup>/dia de Gás Natural Liquefeito - GNL, a retomada da produção de petróleo e gás natural pela Petrobrás no campo de Dom João, localizado no município de São Francisco do Conde. Além disso, o plano da Bahiagás para expansão da rede de gasodutos do estado possibilitará o fornecimento de gás natural para usinas termelétricas que venham a se instalar no interior do estado.</p> <p>Possível existência de reservas de folhelho betuminoso no estado, o que poderá contribuir, por meio da produção de gás proveniente de folhelhos betuminosos (<i>shale gas</i>), para aumento da produção e, conseqüentemente, da oferta de gás natural no estado.</p> <p>As usinas termelétricas a gás natural exercem o papel fundamental de operarem em complementação à geração de base hidrelétrica ou em casos de "black-out" no sistema elétrico.</p>	<p>Déficit entre a demanda e a produção de gás natural do país, necessitando aumentar as importações desta matéria-prima. A demanda de gás natural no Brasil em 2012 foi de 134 milhões de m<sup>3</sup>/dia e a produção interna foi de 72,9 milhões de m<sup>3</sup>/dia com um déficit de 61,1 milhões de m<sup>3</sup> que foi suprido com importações da Bolívia (30 milhões de m<sup>3</sup>/dia) e importações de GNL (31,1 milhões de m<sup>3</sup>/dia).</p> <p>O horizonte temporal da disponibilidade do gás natural no Campo de Manati não vai além do ano 2017, necessitando estudos para o desenvolvimento de alternativa a esta fonte.</p> <p>Dependência da Bahia em relação à importação de gás natural, limitando a expansão desse setor.</p> <p>O déficit de gás natural no Brasil aliado ao aumento da geração termelétrica a gás natural, pode prejudicar a Bahiagás, caso a geração de eletricidade seja prioritária.</p> <p>Incerteza quanto ao suprimento de gás natural para a expansão da geração termelétrica projetada até 2030 no Plano Nacional de Energia - PNE, podendo levar a Bahiagás a suspender o seu fornecimento para os segmentos residencial, comercial e automotivo.</p> <p>Alto custo do gás natural na Bahia, associado à incidência elevada de impostos (PIS, COFINS e ICMS).</p>	<p>Emissão de gases, muitos deles causadores do efeito estufa, como o gás carbônico, os óxidos de enxofre e de nitrogênio e o monóxido de carbono.</p> <p>Aumento da demanda por água para utilização nos sistemas de resfriamento das usinas, pressionando os recursos hídricos da região.</p> <p>Perda por evaporação de parcela da água usada para geração de energia e a parte que retorna aos mananciais contribui para deterioração da qualidade das águas, decorrente, principalmente, das altas temperaturas dos efluentes.</p> <p>Riscos de asfixia, incêndio e explosão nas usinas decorrentes do manuseio do gás natural.</p> <p>Potencial de impacto na construção de gasoduto para transporte do gás natural até as usinas, afetando comunidades, áreas importantes para a biodiversidade, corpos hídricos, entre outros.</p>	<p>Incrementar a disponibilidade de gás natural na Bahia com o aumento da produção de gás natural do Campo de Manati.</p> <p>Apoiar estudos para identificação de fontes alternativas ao gás natural para produção de energia.</p> <p>Estimular a utilização de sistemas de refrigeração mais eficientes, que utilizem menor quantidade de água.</p> <p>Evitar o lançamento de efluentes com características que possam alterar a qualidade das águas dos corpos receptores.</p> <p>Controlar a emissão gasosa das usinas termelétricas, visando ao atendimento dos valores máximos permitidos pela legislação.</p> <p>Reduzir as emissões de gases gerados pelo uso de turbinas a gás natural por meio de um sistema de tratamento de gases de exaustão ou alterações nos parâmetros do processo de queima do combustível.</p> <p>Elaborar projetos de gasodutos que promovam a redução dos impactos ambientais negativos.</p> <p>Condicionar a ampliação da oferta de gás natural à observância e minimização dos impactos socioambientais negativos na Baía de Todos os Santos.</p>

(Continua)

ASPECTO: FONTES POTENCIAIS PARA O SUPRIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA						
FONTES DE ENERGIA	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DA(S) FONTE(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	IMPACTO(S) AMBIENTAL(IS)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Município(s) em que existe(m) condição(ões) relevante(s) para a(s) fonte(s) de energia	Zona(s) em que se localiza(m) o(s) critério(s)	Fator(es) positivo(s) importante(s) para aproveitamento da(s) fonte(s) de energia	Conflito(s) e restrição(ões) ao uso da(s) fonte(s) de energia	Principal(is) impacto(s) relativo(s) ao uso da(s) fonte(s) de energia	Recomendação(ões) específica(s) para o uso da(s) fonte(s) de energia
Biomassa e resíduo de processo produtivo	Formosa do Rio Preto e São Desidério (TI Bacia do Rio Grande) Conde (TI Litoral Norte e Agreste Baiano)	1, 2, 3, 35, 36	<p>Elevada estimativa potencial de geração de energia elétrica no estado pelo aproveitamento de cana-de-açúcar, resíduos agrícolas, resíduos de madeira e óleos vegetais.</p> <p>Com a utilização de resíduos do algodão, arroz, coco-da-baía, milho, café e soja produzidos na Bahia é possível gerar de 2.792 GWh/ano a 3.909 GWh/ano de energia elétrica com uma potência na faixa de 531 MW a 744 MW.</p> <p>Estima-se que na região Oeste do estado pode-se produzir 522.319 MWh/ano, e no Litoral Norte com o uso de resíduos do coco-da-baía, pode-se gerar 313.172 MWh/ano.</p> <p>Existência de legislação que permite a comercialização direta de energia elétrica produzida pela cogeração com o uso de resíduos ou biomassa.</p> <p>Existência de duas áreas promissoras no estado para cogeração: Formosa do Rio Preto e municípios próximos, utilizando algodão, soja e arroz, e o Litoral Norte, com o uso de resíduos do coco-da-baía.</p> <p>Redução das perdas para transmissão da energia elétrica devido à proximidade das centrais de cogeração aos consumidores.</p> <p>A cogeração permite menores custos por kWh; redução das perdas de transporte em virtude da proximidade das centrais de cogeração a unidades consumidoras de energia elétrica, reduções até 50% de emissão de CO2 como resultado da eficiência e eliminação das emissões de óxido de enxofre no caso de sistemas de cogeração a gás natural. Além disso, pequenas centrais de cogeração de energia elétrica e calor ligadas à rede elétrica asseguram operação ininterrupta no caso de falha de abastecimento da rede, e as cogerações com recursos renováveis (biocombustíveis sólidos, biocombustíveis gasosos industriais e com origem em aterros), reduzem a necessidade de combustíveis fósseis, permitem o escoamento de resíduos e a eliminação de odores, potenciando a sustentabilidade ambiental.</p> <p>Fonte potencial para produção de energia térmica.</p>	<p>Inexistência de um programa amplo de desenvolvimento da cogeração no estado.</p> <p>Baixa difusão de tecnologia para transformação da biomassa em energia.</p> <p>Insuficiência de política de assistência técnica e extensão rural (ATER) e crédito para apoiar a produção e utilização da biomassa para geração de energia.</p>	<p>Emissão de gases e materiais particulados, oriundos da queima de material combustível.</p> <p>Aumento da demanda por água para utilização nos sistemas de resfriamento das usinas, pressionando os recursos hídricos da região.</p> <p>Perda por evaporação de parcela da água usada para geração de energia e a parte que retorna aos mananciais contribui para deterioração da qualidade das águas, decorrente, principalmente, das altas temperaturas dos efluentes.</p> <p>Produção de energia usando recursos renováveis (biocombustíveis sólidos, biocombustíveis gasosos industriais e com origem em aterros), reduzindo a demanda por combustíveis fósseis e a geração de resíduos.</p>	<p>Estimular a utilização de sistemas de refrigeração mais eficientes, que utilizem menor quantidade de água.</p> <p>Restringir o lançamento de efluentes com características que possam alterar a qualidade das águas dos corpos receptores.</p> <p>Estimular o uso de filtros de modo a reduzir as emissões atmosféricas.</p> <p>Controlar a emissão gasosa das usinas termelétricas, visando ao atendimento dos valores máximos permitidos pela legislação.</p> <p>Fornecer linhas de crédito e incentivos fiscais para a implantação de sistemas de cogeração no comércio e na indústria.</p> <p>Apoiar a autoprodução de energia elétrica de pequeno porte e o uso de resíduos sólidos urbanos.</p> <p>Incentivar a utilização de resíduos do algodão, arroz, coco-da-baía, milho, café e soja produzidos no estado na geração de energia elétrica.</p>

(Continua)



ASPECTO: FONTES POTENCIAIS PARA O SUPRIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA						
FONTE(S) DE ENERGIA	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DA(S) FONTE(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	IMPACTO(S) AMBIENTAL(IS)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Município(s) em que existe(m) condição(ões) relevante(s) para a(s) fonte(s) de energia	Zona(s) em que se localiza(m) o(s) critério(s)	Fator(es) positivo(s) importante(s) para aproveitamento da(s) fonte(s) de energia	Conflito(s) e restrição(ões) ao uso da(s) fonte(s) de energia	Principal(is) impacto(s) relativo(s) ao uso da(s) fonte(s) de energia	Recomendação(ões) específica(s) para o uso da(s) fonte(s) de energia
Resíduo oriundo de aterro sanitário	Barreiras (TI Bacia do Rio Grande); Eunápolis e Porto Seguro (TI Costa do Descobrimento); Teixeira de Freitas (TI Extremo Sul); Paulo Afonso (TI Itaparica); Alagoinhas (TI Litoral Norte e Agreste Baiano); Ilhéus e Itabuna (TI Litoral Sul); Jequié (TI Médio Rio de Contas); Feira de Santana (TI Portal do Sertão); Camaçari, Lauro de Freitas, Salvador e Simões Filho (TI Região Metropolitana de Salvador); Juazeiro (TI Sertão do São Francisco); Vitória da Conquista (TI Vitória da Conquista).	1, 2, 4, 12, 13, 17, 20, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36	Elevada produção de resíduos sólidos, favorecendo a instalação de usinas termelétricas com a incineração dos materiais depositados em aterros sanitários, principalmente em cidades com população superior a 100 mil habitantes. A cidade de Salvador, por exemplo, poderia gerar energia com uma potência da ordem de 40 MW com a incineração do resíduo urbano.  Atualmente existem bons exemplos de seu uso e potencialidades. A tecnologia de obtenção de energia a partir da combustão de lixo vem sendo usada em mais de 30 países, especialmente na Europa, e é uma das mais interessantes para o tratamento de resíduo sólido. Hoje existem mais de 800 usinas desse tipo no mundo em funcionamento, utilizando 300 mil t de resíduos sólidos por dia.	Riscos consideráveis para a saúde da população e potencial de contaminação do ar, do solo e da água.  Grande emissão de CO <sub>2</sub> por unidade de geração de eletricidade.  Baixa eficiência dos incineradores na geração de energia.  Práticas que buscam e estimulam o objetivo de lixo zero, tais como, reciclagem e compostagem, são capazes de conservar de três a cinco vezes mais energia em comparação à incineração de lixo.  Elevado custo para produção de energia por incineradores de última geração.	Riscos significativos para a saúde de trabalhadores e da população exposta e para o ambiente físico, devido à liberação, pelo processo de incineração, de elementos tóxicos, como dioxinas, furanos, metais pesados etc.  Considerável emissão de CO <sub>2</sub> por unidade de geração de eletricidade, em quantidade superior à emitida por usinas térmicas movidas a carvão.	Incentivar a redução no volume dos resíduos sólidos, favorecendo os processos de reciclagem e de compostagem e aproveitando o material excedente para geração de eletricidade.  Avaliar a viabilidade da implantação de usina termelétrica para incineração de todo o resíduo sólido disponível apenas nos casos em que esta fonte de eletricidade se torne imprescindível.  Estudar a viabilidade de instalação de usina termelétrica abastecida por resíduos sólidos em sedes municipais com população superior a 100 mil habitantes.  Condicionar a implantação e operação de plantas de incineração ao rigoroso atendimento de padrões relativos à queima de resíduos sólidos e de efluentes líquidos e gasosos, destacando-se as dioxinas, furanos, metais pesados e outros materiais tóxicos.  Garantir a adoção de medidas preventivas e mitigadoras dos impactos ambientais negativos oriundos da incineração de resíduos sólidos, envolvendo, principalmente, o controle de emissões.

(Continua)

ASPECTO: FONTES POTENCIAIS PARA O SUPRIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA						
FONTE(S) DE ENERGIA	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DA(S) FONTE(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	IMPACTO(S) AMBIENTAL(IS)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Município(s) em que existe(m) condição(ões) relevante(s) para a(s) fonte(s) de energia	Zona(s) em que se localiza(m) o(s) critério(s)	Fator(es) positivo(s) importante(s) para aproveitamento da(s) fonte(s) de energia	Conflito(s) e restrição(ões) ao uso da(s) fonte(s) de energia	Principal(is) impacto(s) relativo(s) ao uso da(s) fonte(s) de energia	Recomendação(ões) específica(s) para o uso da(s) fonte(s) de energia
Biogás oriundo de aterro sanitário	Barreiras (TI Bacia do Rio Grande); Eunápolis e Porto Seguro (TI Costa do Descobrimento); Teixeira de Freitas (TI Extremo Sul); Paulo Afonso (TI Itaparica); Alagoinhas (TI Litoral Norte e Agreste Baiano); Ilhéus e Itabuna (TI Litoral Sul); Jequié (TI Médio Rio de Contas); Feira de Santana (TI Portal do Sertão); Camaçari, Lauro de Freitas, Salvador e Simões Filho (TI Região Metropolitana de Salvador); Juazeiro (TI Sertão do São Francisco); Vitória da Conquista (TI Vitória da Conquista).	1, 2, 4, 12, 13, 17, 20, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36	Elevada produção de resíduos sólidos, favorecendo a instalação de usinas termelétricas com o aproveitamento do biogás gerado em aterros sanitários, principalmente em cidades com população superior a 100 mil habitantes.  Aterros sanitários são atualmente uma das alternativas mais interessantes para geração do biogás, visto que podem dispor de técnicas de captação dos gases liberados por meio de dutos de captação e queima posterior em chaminés ( <i>flares</i> ).  Redução de emissão de metano, por sua conversão em gás carbônico, e reduzir os efeitos causados por odores desagradáveis, associados aquele gás, à população no entorno do aterro.  Conversão do metano, principal constituinte do biogás, em gás carbônico, cujo potencial de aquecimento global é cerca de 20 vezes menor do que o metano. Geração de créditos de carbono comercializáveis oriundos da conversão de metano em gás carbônico.  Geração de renda para os gestores de aterros sanitários, p. ex. prefeituras municipais, convertendo-se em benefícios para a comunidade.  O resíduo formado no biodigestor pode ser utilizado como biofertilizante.	Possibilidade de ocorrência de auto-ignição e/ou explosão pelas elevadas concentrações de metano na atmosfera.	Redução da emissão de gases de efeito estufa devido ao aproveitamento do metano produzido em aterros sanitários.  Geração de chorume em aterros sanitários, podendo alcançar os corpos hídricos e introduzindo metais pesados e outros materiais tóxicos às águas.  Potencial de ocorrência de explosões devido às altas concentrações de gases inflamáveis.	Incentivar o aproveitamento de metano produzido em aterros sanitários para geração de energia elétrica.  Incentivar as prefeituras municipais de municípios de grande porte (especialmente as regiões metropolitanas de Salvador e de Feira de Santana) a atuarem individualmente ou em consórcio para aproveitamento do biogás de aterros sanitários na geração de eletricidade.  Incentivar a constituição de consórcios para geração de eletricidade cuja fonte seja o biogás.  Adotar a coleta seletiva de resíduos sólidos, bem como a e venda dos materiais reutilizáveis segregados, p. ex., papel e metal.  Estudar a viabilidade de instalação de usina termelétrica abastecida por biogás em sedes municipais com população superior a 100 mil habitantes.

(Continua)

ASPECTO: FONTES POTENCIAIS PARA O SUPRIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA						
FUNTE(S) DE ENERGIA	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DA(S) FONTE(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	IMPACTO(S) AMBIENTAL(IS)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Município(s) em que existe(m) condição(ões) relevante(s) para a(s) fonte(s) de energia	Zona(s) em que se localiza(m) o(s) critério(s)	Fator(es) positivo(s) importante(s) para aproveitamento da(s) fonte(s) de energia	Conflito(s) e restrição(ões) ao uso da(s) fonte(s) de energia	Principal(is) impacto(s) relativo(s) ao uso da(s) fonte(s) de energia	Recomendação(ões) específica(s) para o uso da(s) fonte(s) de energia
Nuclear (continua)	Chorrochó, Paulo Afonso e Rodelas (TI Itaparica); Caetité, Lagoa Real (TI Sertão Produtivo).	9, 12, 17, 30, 31	<p>A Bahia pode se beneficiar com a expansão das usinas nucleares no Brasil porque em Caetité está localizada a única mina de urânio em produção no Brasil, uma unidade de mineração e beneficiamento de urânio que é explorada pela estatal Indústrias Nucleares do Brasil S.A.</p> <p>Caetité possui a única mina de urânio em atividade da América Latina e tem potencial para atender à demanda das novas usinas do Programa Nuclear Brasileiro; sua reserva é estimada em 100 mil t e tem capacidade para ser explorada por, pelo menos, 30 anos.</p> <p>A cada dia são encontradas novas anomalias em Caetité que podem ser exploradas.</p> <p>Caetité possui a única mina de urânio em atividade da América Latina e tem potencial para atender à demanda das novas usinas do Programa Nuclear Brasileiro. A produção de concentrado de urânio em Caetité é estimada em 400 t/ano. O minério extraído, após processamento industrial, pode ser usado para geração de energia em usinas nucleares brasileiras.</p> <p>Não contribui para o efeito estufa, não polui o ar com gases de enxofre, nitrogênio, particulados etc., gera reduzida e compacta quantidade de resíduos e possui reduzido risco no transporte do combustível, quando comparado ao gás e ao óleo das termelétricas.</p> <p>Fonte mais concentrada para geração de energia, requer pequenos espaços para sua instalação, não depende da sazonalidade climática (chuvas ou ventos) e não necessita de baterias para armazenamento da energia produzida.</p> <p>O Brasil possui o conhecimento da tecnologia necessária para todo o ciclo de fabricação do combustível nuclear.</p> <p>Fonte potencial para produção de energia térmica.</p>	<p>Reduzida produção atual do minério na mina de Caetité, atendendo apenas à demanda da Usina Angra 1.</p> <p>Impactos ambientais negativos potenciais que se iniciam com a mineração do urânio e aumentam à medida que o mineral é enriquecido para a fabricação do combustível nuclear, culminando com os rejeitos radioativos.</p> <p>Envolve grande risco de acidentes nucleares, gerando problemas ambientais e requerendo que o lixo nuclear seja armazenado em locais controlados.</p>	<p>Principais impactos associados ao processo de extração e enriquecimento do urânio, na etapa anterior à geração, e aos rejeitos radioativos, que são subprodutos do processo de geração.</p> <p>Danos significativos ao meio ambiente e à saúde das pessoas podem originar da radioatividade dos materiais envolvidos na produção de energia nuclear.</p> <p>Aumento da demanda por água para utilização nos sistemas de resfriamento das usinas, pressionando os recursos hídricos da região.</p> <p>Perda por evaporação de parcela da água usada para geração de energia e a parte que retorna aos mananciais contribui para deterioração da qualidade das águas, decorrente, principalmente, das altas temperaturas dos efluentes.</p> <p>Risco de acidente radiológico.</p>	<p>Intensificar a fiscalização das atividades de mineração e beneficiamento do urânio para assegurar o cumprimento dos Requisitos de Segurança e Proteção Radiológica para Instalações Mínero-Industriais (CNEN-NN-4.01/2005), evitando a contaminação do meio ambiente e seus efeitos sobre a população do entorno.</p> <p>Apoiar a estruturação institucional, logística e técnica dos municípios de Chorrochó, Rodelas e Paulo Afonso necessária para operação de usina nuclear passível de ser implantada às margens do rio São Francisco.</p> <p>Apoiar a elaboração de planos de emergência nuclear para os municípios de Chorrochó, Rodelas e Paulo Afonso.</p> <p>Estimular a utilização de sistemas de refrigeração mais eficientes, que utilizem menor quantidade de água.</p> <p>Restringir o lançamento da água quente usada na refrigeração em usinas termonucleares.</p> <p>Expandir, com segurança e sustentabilidade, a produção de urânio em Caetité, para usufruir dos ganhos relacionados à evolução do preço do minério e suprir a demanda das usinas nucleares a serem implantadas no Brasil.</p>

(Continua)

ASPECTO: FONTES POTENCIAIS PARA O SUPRIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA						
FONTE(S) DE ENERGIA	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DA(S) FONTE(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	IMPACTO(S) AMBIENTAL(IS)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Município(s) em que existe(m) condição(ões) relevante(s) para a(s) fonte(s) de energia	Zona(s) em que se localiza(m) o(s) critério(s)	Fator(es) positivo(s) importante(s) para aproveitamento da(s) fonte(s) de energia	Conflito(s) e restrição(ões) ao uso da(s) fonte(s) de energia	Principal(is) impacto(s) relativo(s) ao uso da(s) fonte(s) de energia	Recomendação(ões) específica(s) para o uso da(s) fonte(s) de energia
Nuclear (continuação)	Chorrochó, Paulo Afonso e Rodelas (TI Itaparica); Caetité, Lagoa Real (TI Sertão Produtivo).	9, 12, 17, 30, 31				Evitar a implantação de usinas nucleares na Bahia devido aos impactos ambientais negativos de grande proporção em caso de acidente radiológico e ao problema não solucionado da disposição final do lixo nuclear.  Adotar medidas preventivas e mitigadoras dos impactos ambientais negativos oriundos de usina nuclear passível de ser implantada às margens do rio São Francisco, por meio do monitoramento e alerta ambiental, capacitação técnica dos profissionais envolvidos e diálogo permanente com a comunidade da área de influência.
Suprimento de energia elétrica pelo Sistema Interligado	Todos os municípios do estado da Bahia.	Todas	Capacidade instalada para geração de energia elétrica em 2011 no estado correspondia a 6.865 MW.  Interligação dos estados do Nordeste e das regiões Norte, Centro-Oeste e Sudeste do Brasil pelo sistema de transmissão da Chesf.  Atendimento ao mercado de energia elétrica do estado da Bahia por três concessionárias COELBA, CHESF e SULGIPE e da permissionária BRASKEN, que atua no Pólo Petroquímico de Camaçari.  Possibilidade de aumento da capacidade de geração de energia elétrica por fontes menos tradicionais, principalmente eólica, biomassa e PCHs. Previsão para os próximos anos de uma adição de 2.980 MW na capacidade de geração do estado, proveniente de 10 empreendimentos em construção e mais 35 outorgados.  Potencial inventariado de 914 MW para geração de energia elétrica por PCHs no estado, distribuídos entre 87 centrais.  Produção de energia em 6 usinas no estado que operam com biomassa corresponde à potência de cerca de 513 MW.  Elevado potencial de geração de energia eólica, em torno de 10 a 15% do total brasileiro.  Construção no estado de 3 usinas eólicas que juntas produzirão 90 MW de energia eólica e outras 16 em fase de licenciamento, que juntas correspondem à potência total de 516 MW.	Proximidade do limite da capacidade de geração de energia pelo sistema elétrico do Nordeste brasileiro, segundo informação do Operador Nacional do Sistema (ONS).  Esgotamento de locais para grandes aproveitamentos hídricos no Nordeste.  Potencial de impacto relacionado à transmissão e distribuição de energia elétrica.  Possibilidade de não atendimento à demanda de geração e transmissão de energia planejada pelo governo federal, devido às dificuldades ambientais.  Potencial de aumento dos casos de interrupção de energia ( <i>black-outs</i> ) devido a eventos climáticos.  Sistemas elétricos de potência exigem técnicas e estudos cada vez mais precisos e refinados, estando expostos a condições adversas e imprevisíveis que podem levar a situações de falha ou má operação.  Insuficiência de linhas de transmissão, linhas de distribuição e subestações da Bahia, gerando riscos de apagões no estado.  Demora para conclusão do processo de licenciamento ambiental de obras de infraestrutura energética, por conta de questões relativas ao patrimônio arqueológico;  Perdas de energia na transmissão e na distribuição pelo Sistema Interligado.	Impactos decorrentes das obras e instalações necessárias à transmissão e distribuição de energia elétrica, relacionadas à supressão de vegetação, à redução de habitats, à ameaça à biodiversidade, às alterações da paisagem e aos danos dos patrimônios arqueológico e histórico.	Elaborar plano de desenvolvimento energético do estado da Bahia aproveitando o potencial existente de fontes de energia alternativas ou renováveis.  Incentivar o desenvolvimento de metodologias para o descarte e a reutilização ambientalmente seguros dos resíduos gerados e materiais utilizados nos processos produtivos da Chesf e Coelba.  Realizar estudos ambientais que busquem a redução dos impactos ambientais negativos, envolvendo equipes multidisciplinares.

Fonte: Elaboração Consórcio Geohidro-Sondotécnica, 2013

**Quadro 110** - Síntese de potencialidades, limitações, impactos ambientais e recomendações referentes ao tema **Energia: Fontes Potenciais para a Produção de Combustível**

ASPECTO: FONTES POTENCIAIS PARA A PRODUÇÃO DE COMBUSTÍVEL						
FONTE(S) DE ENERGIA	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DA(S) FONTE(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	IMPACTO(S) AMBIENTAL(IS)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Município(s) em que existe(m) condição(ões) relevante(s) para a(s) fonte(s) de energia	Zona(s) em que se localiza(m) o(s) critério(s)	Fator(es) positivo(s) importante(s) para aproveitamento da(s) fonte(s) de energia	Conflito(s) e restrição(ões) ao uso da(s) fonte(s) de energia	Principal(is) impacto(s) relativo(s) ao uso da(s) fonte(s) de energia	Recomendação(ões) específica(s) para o uso da(s) fonte(s) de energia
Petróleo	Catu, Mata de São João e Pojuca (TI Litoral Norte e Agreste Baiano); São Francisco do Conde e São Sebastião do Passé (TI Recôncavo); Madre de Deus, Salvador (TI Região Metropolitana de Salvador).	33, 34, 35, 36	Quarta maior produção de petróleo do país.  A Bahia aumentou sua importância relativa na produção de petróleo <i>on shore</i> , no período 2000-2009, porque aumentou a quantidade de reservas provadas de petróleo (milhões barris) e no número de poços produtores de petróleo e gás natural.  Reservas capazes de sustentar o aumento da produção de petróleo e gás natural, localizadas nos campos de Manati e Dom João.  Retomada da produção de petróleo pela Petrobrás no Campo de Dom João.  Atividades de extração e de apoio têm grande importância para a economia local. A produção e a exploração de petróleo na Bahia emprega mão de obra local e gera <i>royalties</i> e é um dos estados cujo efeito multiplicador de investimento nesse “sistema” tem grande importância.  Elevação da produção de petróleo com a exploração dos campos maduros por empresas de menor porte, especialmente na bacia do Recôncavo.	Queda na produção de petróleo na Bahia em 2009, em comparação à produção de 2000.  Déficits de fornecimento de insumos que criam entraves para o setor de exploração de petróleo e gás.  Potencial de comprometimento do ecossistema da Baía de Camamu e do turismo da região.  Possibilidade de ocorrência de impacto ambiental inerente a todo o processo de produção de petróleo e gás natural.  Falta de articulação do setor produtivo regional com um mercado em expansão e falta de conhecimento local sobre a cadeia produtiva e sobre os elos da cadeia dessa indústria.	Impactos originados na extração, produção e refino de petróleo, envolvendo o risco de vazamentos, podendo resultar na contaminação dos solos e das águas, a interferência em rotas de migração e na reprodução de animais, a geração e emissão de gases poluentes sólidos, líquidos e gasosos e o comprometimento do turismo da região.	Incrementar a produção de petróleo na Bahia, priorizando o Campo de Manati, em Camamu, e o Campo de Dom João, em São Francisco do Conde, por disporem de reservas capazes de sustentar o aumento da produção de petróleo.  Adotar medidas mitigadoras dos impactos ambientais negativos da exploração do petróleo e do gás natural.  Dotar de infraestrutura (logística e de energia) e incentivo a serviços de apoio, como qualificação profissional, suporte logístico e tecnologias de informação e comunicação necessários às atividades ligadas ao petróleo.  Incentivar a exploração dos campos maduros de petróleo.

(Continua)



ASPECTO: FONTES POTENCIAIS PARA A PRODUÇÃO DE COMBUSTÍVEL						
FONTE(S) DE ENERGIA	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DA(S) FONTE(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	IMPACTO(S) AMBIENTAL(IS)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Município(s) em que existe(m) condição(ões) relevante(s) para a(s) fonte(s) de energia	Zona(s) em que se localiza(m) o(s) critério(s)	Fator(es) positivo(s) importante(s) para aproveitamento da(s) fonte(s) de energia	Conflito(s) e restrição(ões) ao uso da(s) fonte(s) de energia	Principal(is) impacto(s) relativo(s) ao uso da(s) fonte(s) de energia	Recomendação(ões) específica(s) para o uso da(s) fonte(s) de energia
Gás natural	<p>Santana (TI Bacia do Rio Corrente);</p> <p>Cairu, Camamu, Gandu, Ibirapitanga, Igrapiúna, Jaguaripe, Nilo Peçanha, Pirai do Norte, Presidente Tancredo Neves, Teolândia, Valença e Wenceslau Guimarães (TI Baixo Sul);</p> <p>Belmonte, Eunápolis, Itabela, Itagimirim, Itapebi e Porto Seguro (TI Costa do Descobrimento);</p> <p>Alcobaça, Caravelas, Ibirapuã, Itamaraju, Mucuri, Nova Viçosa, Prado e Teixeira de Freitas (TI Extremo Sul);</p> <p>Alagoinhas, Aporá, Araças, Cardeal da Silva, Catu, Conde, Entre Rios, Esplanada, Inhambupe, Itanagra, Itapicuru, Jandaíra, Mata de São João, Olindina, Ouriçangas, Pojuca e Rio Real (TI Litoral Norte e Agreste Baiano);</p> <p>Arataca, Aurelino Leal, Buerarema, Camacan, Ilhéus, Itabuna, Itacaré, Maraú, Mascote, Santa Luzia, Ubaitaba, Una e Uruçuca (TI Litoral Sul);</p> <p>Amélia Rodrigues, Conceição da Feira, Conceição do Jacuípe, São Gonçalo dos Campos e Teodoro Sampaio (TI Portal do Sertão);</p> <p>Cachoeira, Conceição do Almeida, Cruz das Almas, Dom Macedo Costa, Governador Mangabeira, Muritiba, Santo Amaro, Santo Antônio de Jesus, São Felipe, São Félix, São Francisco do Conde e São Sebastião do Passé (TI Recôncavo);</p> <p>Camaçari, Candeias, Dias d'Ávila, Madre de Deus e Simões Filho (TI Região Metropolitana de Salvador);</p> <p>Cipó e Nova Soure (TI Semi-Árido Nordeste II);</p> <p>Araci e Biritinga (TI Sisal);</p> <p>Laje, São Miguel das Matas (TI Vale do Jiquiriçá).</p>	3, 5, 20, 22, 23, 25, 26, 27, 28, 29, 32, 33, 34, 35, 36	<p>Oferta e demanda em expansão de gás natural na Bahia; a produção em 2009 foi de 3.053,4 milhões de m<sup>3</sup>.</p> <p>Uso crescente do gás natural em veículos automotores, residências, indústrias e termelétricas.</p> <p>Aumento da capacidade de produção pelo Campo de Manati, na Baía de Camamu, em torno de 6 a 8 milhões de m<sup>3</sup>/d.</p> <p>Construção do Terminal de Regaseificação da Bahia que terá capacidade para processar 14 milhões de m<sup>3</sup>/dia de GNL, com conclusão prevista para janeiro de 2014.</p> <p>Aumento significativo da oferta de gás natural com a operação de uma rede de gasodutos no estado, entre eles o Gasene.</p> <p>Construção do Terminal de Regaseificação da Bahia, além da expansão da produção e da rede de distribuição da Bahiagás para atender ao crescimento e à interiorização da demanda desta fonte de energia.</p> <p>Retomada da produção de gás natural pela Petrobrás no Campo de Dom João.</p> <p>Recebimento de 35 mil m<sup>3</sup>/dia de gás natural comprimido do Campo do Morro do Barro, na Ilha de Itaparica, para comercialização pela Bahiagás.</p> <p>A substituição do óleo diesel, gasolina, coque e óleo combustível pelo gás natural gera redução significativa das emissões de dióxido de enxofre (SO<sub>2</sub>), óxidos de nitrogênio, material particulado e dióxido de carbono (CO<sub>2</sub>). Além disso, o gás natural oferece menos riscos à natureza do que outros combustíveis, como o petróleo. O gás natural não produz monóxido de carbono, não há enxofre em sua composição o que evita a chamada chuva ácida.</p>	<p>Localização dos gasodutos considerando a extensão dos dutos e suas diversas interferências em comunidades, áreas de preservação, corpos hídricos etc.</p> <p>Limitada disponibilidade de gás natural na Bahia e, no curto prazo, há considerável demanda reprimida.</p> <p>Potencial de causar impactos ambientais negativos na extração, produção e distribuição do gás natural.</p> <p>O horizonte temporal da disponibilidade do gás natural no Campo de Manati não vai além do ano 2017, necessitando estudos para o desenvolvimento de alternativa a esta fonte.</p> <p>Alto custo do gás natural na Bahia, associado à incidência elevada de impostos (PIS, COFINS e ICMS).</p>	<p>Emissão de gases, muitos deles causadores do efeito estufa, como o gás carbônico, os óxidos de enxofre, os óxidos de nitrogênio e o monóxido de carbono.</p> <p>Aumento da demanda por água para utilização nos sistemas de resfriamento das usinas, pressionando os recursos hídricos da região.</p> <p>Perda por evaporação de parcela da água usada para geração de energia e a parte que retorna aos mananciais contribui para deterioração da qualidade das águas, decorrente, principalmente, das altas temperaturas dos efluentes.</p> <p>Riscos de asfixia, incêndio e explosão nas usinas decorrente do manuseio do gás natural.</p> <p>Potencial de impacto na construção de gasoduto para transporte do gás natural até as usinas, afetando comunidades, áreas importantes para a biodiversidade, corpos hídricos, entre outros.</p>	<p>Incrementar a disponibilidade de gás natural na Bahia com o aumento da produção de gás natural do Campo de Manati, por dispor de reservas capazes de sustentar o aumento da produção de gás natural.</p> <p>Apoiar estudos para identificação de fontes alternativas ao gás natural para produção de energia.</p> <p>Ampliar a rede de gasodutos para incremento da oferta e uso de gás natural na Bahia, especialmente para o suprimento das indústrias, veículos automotores, comércios e domicílios, com destaque para Salvador e Feira de Santana.</p> <p>Estimular a utilização de sistemas de refrigeração mais eficientes, que utilizem menor quantidade de água.</p> <p>Restringir o lançamento da água quente usada na refrigeração em usinas termelétricas.</p> <p>Controlar a emissão gasosa das usinas termelétricas, visando ao atendimento dos valores máximos permitidos pela legislação.</p> <p>Estimular a redução das emissões de gases gerados pelo uso de turbinas a gás natural por meio de um sistema de tratamento de gases de exaustão ou alterações nos parâmetros do processo de queima do combustível.</p> <p>Incentivar a elaboração de projetos de gasodutos que reduzam os impactos ambientais negativos.</p> <p>Apoiar a estruturação de medidas mitigadoras dos impactos ambientais negativos da exploração do petróleo e gás natural.</p>

(Continua)

ASPECTO: FONTES POTENCIAIS PARA A PRODUÇÃO DE COMBUSTÍVEL						
FONTE(S) DE ENERGIA	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DA(S) FONTE(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	IMPACTO(S) AMBIENTAL(IS)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Município(s) em que existe(m) condição(ões) relevante(s) para a(s) fonte(s) de energia	Zona(s) em que se localiza(m) o(s) critério(s)	Fator(es) positivo(s) importante(s) para aproveitamento da(s) fonte(s) de energia	Conflito(s) e restrição(ões) ao uso da(s) fonte(s) de energia	Principal(is) impacto(s) relativo(s) ao uso da(s) fonte(s) de energia	Recomendação(ões) específica(s) para o uso da(s) fonte(s) de energia
Cana-de-açúcar (Etanol)	Santana (TI Bacia do Rio Corrente); Barreiras (TI Bacia do Rio Grande); Abaíra e Lençóis (TI Chapada Diamantina); Porto Seguro (TI Costa do Descobrimento); Itabuna (TI Litoral Sul); Nazaré (TI Recôncavo); Caetité (TI Sertão Produtivo); Itaquara (TI Vale do Jiquiriçá); Barra (TI Velho Chico); Vitória da Conquista (TI Vitória da Conquista).	1, 2, 3, 4, 5, 6, 9, 12, 13, 16, 20, 22, 26, 27, 28, 29, 36	Inúmeros municípios no estado são produtores de cana-de-açúcar, 120 no total.  Demanda crescente por etanol, impulsionada pela venda de carros <i>flex</i> , vendas de automóveis <i>flex</i> em circulação já ultrapassa 12 milhões de unidades, com participação estimada de 43% na frota total de veículos leves.  Apoio do BNDES para o setor sucroalcooleiro, financiando a compra de maquinários e equipamentos e a expansão das áreas plantadas com cana-de-açúcar.	Potencial de causar impactos ambientais negativos no cultivo da cana, na sua extração e na fabricação do etanol.  Grande dimensão logística, resultando em gargalos para produção do etanol e reduzindo a competitividade do setor.  Variações climáticas, sazonais e fitossanitárias que impactam a produção da cana-de-açúcar e consequentemente a de etanol.  A oferta de etanol não acompanhou o aumento da demanda, gerando um crescente descompasso entre a oferta e a demanda por esse produto, principalmente a partir de 2008. Enquanto a oferta de etanol ficou praticamente estagnada desde 2008, o a venda de carros <i>flex</i> aumentou bastante.  Possibilidade de aumento da produção de etanol no estado, a partir do cultivo de cana-de-açúcar nos perímetros irrigados do semiárido, ao longo do vale do São Francisco.  Existência de conflitos com outras atividades produtivas, principalmente silvicultura, no litoral sul e extremo sul.	Danos ambientais decorrentes da produção da cana-de-açúcar, envolvendo o desmatamento, a poluição dos recursos hídricos, a redução da biodiversidade e a erosão e a contaminação dos solos.  Impactos negativos decorrentes da produção do etanol envolvem a emissão de poluentes, entre eles, os materiais particulados, o aumento da demanda por água e a geração de efluentes que pressionam e deterioram os recursos hídricos.	Apoiar a estruturação de medidas mitigadoras dos impactos ambientais negativos do cultivo de cana-de-açúcar e da fabricação de etanol.  Incentivar e financiar, com ajuda do BNDES, a instalação de empresas voltadas para a produção de etanol nos municípios baianos que apresentam como fonte potencial para produção de combustíveis a cana-de-açúcar, considerando a perspectiva de produção desta matéria-prima nos perímetros irrigados do semiárido (ao longo do vale do São Francisco), com base em tecnologias avançadas de irrigação subsuperficial.  Adotar medidas preventivas e mitigadoras dos impactos ambientais negativos oriundos da produção de etanol a partir da cana-de-açúcar, por meio do monitoramento, capacitação técnica dos profissionais envolvidos e diálogo permanente com a comunidade da área de influência.

(Continua)

ASPECTO: FONTES POTENCIAIS PARA A PRODUÇÃO DE COMBUSTÍVEL						
FONTES DE ENERGIA	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DA(S) FONTE(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	IMPACTO(S) AMBIENTAL(IS)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
Dendê, sebo animal e óleos e gorduras residuais (Biodiesel)	<p>Aratuípe, Cairu, Camamu, Gandu, Ibirapitanga, Igrapiúna, Ituberá, Jaguaripe, Nilo Peçanha, Piraf do Norte, Presidente Tancredo Neves, Taperoá, Teolândia, Valença e Wenceslau Guimarães (TI Baixo Sul);</p> <p>Alcobaça, Caravelas, Ibirapuã, Itamaraju, Itanhém, Jucuruçu, Lajedão, Medeiros Neto, Mucuri, Nova Viçosa, Prado, Teixeira de Freitas e Vereda (TI Extremo Sul);</p> <p>Almadina, Arataca, Aurelino Leal, Barro Preto, Buerarema, Camacan, Canaveiras, Coaraci, Floresta Azul, Ibicaraí, Ilhéus, Itabuna, Itacaré, Itaju do Colônia, Itajuípe, Itapé, Itapitanga, Jussari, Marau, Mascote, Pau Brasil, Santa Luzia, São José da Vitória, Ubaitaba, Una e Uruçuca (TI Litoral Sul);</p> <p>Aiquara, Apuarema, Barra do Rocha, Boa Nova, Dário Meira, Gongogi, Ibirataia, Ipiáú, Itagi, Itagibá, Itamari, Jequié, Jitaúna, Manoel Vitorino, Nova Ibiá e Ubatã (TI Médio Rio de Contas);</p> <p>Caatiba, Firmino Alves, Ibicuí, Iguai, Itambé, Itapetinga, Itarantim, Itororó, Macarani, Maiquinique, Nova Canaã, Potiraguá e Santa Cruz da Vitória (TI Médio Sudoeste da Bahia);</p> <p>Amargosa, Brejões, Cravolândia, Elísio Medrado, Irajuba, Itaquara, Itiruçu, Jaguaquara, Jiquiriçá, Lafaiete Coutinho, Laje, Lajedo do Tabocal, Maracás, Milagres, Mutuípe, Nova Itarana, Planaltino, Santa Inês, São Miguel das Matas, Ubaíra (TI Vale do Jiquiriçá).</p>	12, 20, 21, 22, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 36	<p>Produção de biodiesel no estado equivale a 5% da nacional, correspondendo, em 2011, a 132 mil m<sup>3</sup>.</p> <p>Clima favorável, vocação agrícola e disponibilidade de mão de obra e terras boas para a agricultura credenciam o território para uma produção elevada de biodiesel.</p> <p>Unidades de produção de biodiesel no estado: a Petrobrás Biocombustíveis (PBIO), em Candeias; a Brasilecodiesel, em Iraquara; e a Comanche, em Simões Filho.</p> <p>Expansão da produção do dendê na Bahia.</p> <p>Redução da emissão de poluentes atmosféricos, entre eles o CO<sub>2</sub>, partículas de enxofre e material particulado, em comparação a outros fontes de energia, possibilitando, inclusive, a comercialização de créditos de carbono.</p> <p>Material atóxico e não gerador de odores.</p> <p>Obtenção da glicerina como subproduto da produção de biodiesel, importante matéria-prima para produção de tintas, produtos farmacêuticos, têxteis etc.</p>	<p>Potencial de conflito entre a produção voltada ao suprimento de alimentos e à geração de energia.</p> <p>Incentivos insuficientes ao cultivo de outras matérias-primas, que não a soja, e que possibilitam a maior produção de óleo.</p> <p>Potencial de desmatamento caso não sejam criados incentivos para o cultivo de matérias-primas em áreas já desmatadas ou de pastagens.</p> <p>Baixa produção agrícola familiar de insumos usados na produção do biodiesel, comprometendo o Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel (PNPB).</p>	<p>Danos ambientais decorrentes da atividade de agricultura, entre eles, desmatamento de grandes áreas, redução da biodiversidade, aumento da demanda por recursos hídricos, poluição das águas, entre outros.</p> <p>Impactos negativos decorrentes da fabricação do biodiesel, entre eles, redução da disponibilidade de alimentos e contaminação dos recursos hídricos e do solo.</p>	<p>Incentivar a produção de oleaginosas e de biodiesel na Bahia, oferecendo aos investidores, incentivos fiscais e financeiros.</p> <p>Oferecer crédito suficiente ao cultivo de oleaginosas, sementes de qualidade e adaptadas às regiões de produção e melhor qualificar o agricultor familiar para produzir os diversos tipos de oleaginosas.</p> <p>Priorizar o uso de matérias-primas oleaginosas na produção do biodiesel, favorecendo a redução da emissão do CO<sub>2</sub>.</p> <p>Desenvolver a logística necessária ao cultivo de outras oleaginosas, que têm maior concentração de óleo, como alternativa à soja.</p> <p>Aprimorar o desempenho na Bahia do Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel (PNPB).</p> <p>Efetuar o zoneamento agrícola de modo a eliminar o conflito entre a produção de alimentos e a de energia.</p> <p>Apoiar a estruturação de medidas mitigadoras dos impactos ambientais negativos da cadeia produtiva do biodiesel, incluindo a priorização da otimização de áreas tradicionalmente produtoras.</p>

(Continua)

ASPECTO: FONTES POTENCIAIS PARA A PRODUÇÃO DE COMBUSTÍVEL						
FONTE(S) DE ENERGIA	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DA(S) FONTE(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	IMPACTO(S) AMBIENTAL(IS)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Município(s) em que existe(m) condição(ões) relevante(s) para a(s) fonte(s) de energia	Zona(s) em que se localiza(m) o(s) critério(s)	Fator(es) positivo(s) importante(s) para aproveitamento da(s) fonte(s) de energia	Conflito(s) e restrição(ões) ao uso da(s) fonte(s) de energia	Principal(is) impacto(s) relativo(s) ao uso da(s) fonte(s) de energia	Recomendação(ões) específica(s) para o uso da(s) fonte(s) de energia
Dendê e óleos e gorduras residuais (Biodiesel)	<p>Acajutiba, Alagoinhas, Aporá, Araças, Aramari, Cardeal da Silva, Catu, Conde, Crisópolis, Entre Rios, Esplanada, Inhambupe, Itanagra, Itapicuru, Jandaíra, Mata de São João, Olindina, Ouriçangas, Pedrão, Pojuca, Rio Real e Sátiro Dias (TI Litoral Norte e Agreste Baiano);</p> <p>Água Fria, Amélia Rodrigues, Anguera, Antônio Cardoso, Conceição da Feira, Conceição do Jacuípe, Coração de Maria, Feira de Santana, Ipecaetá, Irará, Santa Bárbara, Santanópolis, Santo Estêvão, São Gonçalo dos Campos, Tanquinho, Teodoro Sampaio e Terra Nova (TI Portal do Sertão);</p> <p>Cabaceiras do Paraguaçu, Cachoeira, Castro Alves, Conceição do Almeida, Cruz das Almas, Dom Macedo Costa, Governador Mangabeira, Maragogipe, Muniz Ferreira, Muritiba, Nazaré, Santo Amaro, Santo Antônio de Jesus, São Felipe, São Félix, São Francisco do Conde, São Sebastião do Passé, Sapeaçu, Saubara e Varzedo (TI Recôncavo);</p> <p>Camaçari, Candeias, Dias d'Ávila, Itaparica, Lauro de Freitas, Madre de Deus, Salinas da Margarida, Salvador, Simões Filho, Vera Cruz (TI Região Metropolitana de Salvador).</p>	23, 24, 25, 26, 32, 33, 34, 35, 36	<p>Produção de biodiesel no estado equivale a 5% da nacional, correspondendo, em 2011, a 132 mil m<sup>3</sup>.</p> <p>Clima favorável, vocação agrícola e disponibilidade de mão de obra e terras boas para a agricultura credenciam o território para uma produção elevada de biodiesel.</p> <p>Unidades de produção de biodiesel no estado: a Petrobrás Biocombustíveis (PBIO), em Candeias; a Brasilecodiesel, em Iraquara; e a Comanche, em Simões Filho.</p> <p>Expansão da produção do dendê na Bahia.</p> <p>Redução da emissão de poluentes atmosféricos, entre eles o CO<sub>2</sub>, partículas de enxofre e material particulado, em comparação a outras fontes de energia, possibilitando, inclusive, a comercialização de créditos de carbono.</p> <p>Material atóxico e não gerador de odores.</p> <p>Obtenção da glicerina como subproduto da produção de biodiesel, importante matéria-prima para produção de tintas, produtos farmacêuticos, têxteis etc.</p>	<p>Potencial de conflito entre a produção voltada ao suprimento de alimentos e à geração de energia.</p> <p>Incentivos insuficientes ao cultivo de outras matérias-primas, que não a soja, e que possibilitam a maior produção de óleo.</p> <p>Potencial de desmatamento caso não sejam criados incentivos para o cultivo de matérias-primas em áreas já desmatadas ou de pastagens.</p> <p>Baixa produção agrícola familiar de insumos usados na produção do biodiesel, comprometendo o Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel (PNPB).</p>	<p>Danos ambientais decorrentes da atividade de agricultura, entre eles, desmatamento de grandes áreas, redução da biodiversidade, aumento da demanda por recursos hídricos, poluição das águas, entre outros.</p> <p>Impactos negativos decorrentes da fabricação do biodiesel, entre eles, redução da disponibilidade de alimentos e contaminação dos recursos hídricos e do solo.</p>	<p>Incentivar a produção de oleaginosas e de biodiesel na Bahia, oferecendo aos investidores, incentivos fiscais e financeiros.</p> <p>Oferecer crédito suficiente ao cultivo de oleaginosas, sementes de qualidade e adaptadas às regiões de produção e melhor qualificar o agricultor familiar para produzir os diversos tipos de oleaginosas.</p> <p>Priorizar o uso de matérias-primas oleaginosas na produção do biodiesel, favorecendo a redução da emissão do CO<sub>2</sub>.</p> <p>Desenvolver a logística necessária ao cultivo de outras oleaginosas, que têm maior concentração de óleo, como alternativa à soja.</p> <p>Aprimorar o desempenho na Bahia do Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel (PNPB).</p> <p>Efetuar o zoneamento agrícola de modo a eliminar o conflito entre a produção de alimentos e a de energia.</p> <p>Apoiar a estruturação de medidas mitigadoras dos impactos ambientais negativos da cadeia produtiva do biodiesel, incluindo a priorização da otimização de áreas tradicionalmente produtoras.</p>

(Continua)

ASPECTO: FONTES POTENCIAIS PARA A PRODUÇÃO DE COMBUSTÍVEL						
FONTES DE ENERGIA	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DA(S) FONTE(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	IMPACTO(S) AMBIENTAL(IS)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Município(s) em que existe(m) condição(ões) relevante(s) para a(s) fonte(s) de energia	Zona(s) em que se localiza(m) o(s) critério(s)	Fator(es) positivo(s) importante(s) para aproveitamento da(s) fonte(s) de energia	Conflito(s) e restrição(ões) ao uso da(s) fonte(s) de energia	Principal(is) impacto(s) relativo(s) ao uso da(s) fonte(s) de energia	Recomendação(ões) específica(s) para o uso da(s) fonte(s) de energia
Mamona e amendoim (Biodiesel)	<p>Abaré, Chorrochó, Glória, Macururé, Paulo Afonso e Rodelas (TI Itaparica);</p> <p>Caém, Capim Grosso, Jacobina, Miguel Calmon, Mirangaba, Ourolândia, Saúde, Serrolândia, Umburanas e Várzea Nova (TI Piemonte da Diamantina);</p> <p>Andorinha, Antônio Gonçalves, Caldeirão Grande, Campo Formoso, Filadélfia, Jaguarari, Pindobaçu, Ponto Novo e Senhor do Bonfim (TI Piemonte Norte do Itapicuru);</p> <p>A dustina, Antas, Bana zê, Cícero Dantas, Cipó, Coronel João Sá, Euclides da Cunha, Fátima, Heliópolis, Jeremoabo, Nova Soure, Novo Triunfo, Paripiranga, Pedro Alexandre, Ribeira do Amparo, Ribeira do Pombal, Santa Brígida e Sítio do Quinto (TI Semi-Árido Nordeste II);</p> <p>Campo Alegre de Lourdes, Canudos, Casa Nova, Curaçá, Juazeiro, Pilão Arcado, Remanso, Sento Sé, Sobradinho e Uauá (TI Sertão do São Francisco);</p> <p>Araci, Barrocas, Biringa, Candéal, Cansanção, Conceição do Coité, Ichu, Itiúba, Lamarão, Monte Santo, Nordestina, Queimadas, Quijingue, Retirolândia, Santaluz, São Domingos, Serrinha, Teofilândia, Tucano, Valente (TI Sisal).</p>	6, 7, 10, 14, 15, 17, 18, 19, 23, 24, 30, 31, 32	<p>Produção de biodiesel no estado equivale a 5% da nacional, correspondendo, em 2011, a 132 mil m<sup>3</sup>.</p> <p>Clima favorável, vocação agrícola e disponibilidade de mão de obra e terras boas para a agricultura credenciam o território para uma produção elevada de biodiesel.</p> <p>Unidades de produção de biodiesel no estado: a Petrobrás Biocombustíveis (PBIO), em Candeias; a Brasilecodiesel, em Iraquara; e a Comanche, em Simões Filho.</p> <p>Redução da emissão de poluentes atmosféricos, entre eles o CO<sub>2</sub>, partículas de enxofre e material particulado, em comparação a outras fontes de energia, possibilitando, inclusive, a comercialização de créditos de carbono.</p> <p>Material atóxico e não gerador de odores.</p> <p>Obtenção da glicerina como subproduto da produção de biodiesel, importante matéria-prima para produção de tintas, produtos farmacêuticos, têxteis etc.</p>	<p>Potencial de conflito entre a produção voltada ao suprimento de alimentos e à geração de energia.</p> <p>Incentivos insuficientes ao cultivo de outras matérias-primas, que não a soja, e que possibilitam a maior produção de óleo.</p> <p>Potencial de desmatamento caso não sejam criados incentivos para o cultivo de matérias-primas em áreas já desmatadas ou de pastagens.</p> <p>Baixa produção agrícola familiar de insumos usados na produção do biodiesel, comprometendo o Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel (PNPB).</p> <p>Baixo grau de organização da agricultura familiar.</p> <p>Baixa capacidade de suprimento da mamona para produção de biodiesel.</p> <p>Concorrência com a indústria ricinoquímica pela oferta da mamona.</p>	<p>Danos ambientais decorrentes da atividade de agricultura, entre eles, desmatamento de grandes áreas, redução da biodiversidade, aumento da demanda por recursos hídricos, poluição das águas, entre outros.</p> <p>Impactos negativos decorrentes da fabricação do biodiesel, entre eles, redução da disponibilidade de alimentos e contaminação dos recursos hídricos e do solo.</p>	<p>Incentivar a produção de oleaginosas e de biodiesel na Bahia, oferecendo aos investidores, incentivos fiscais e financeiros.</p> <p>Oferecer crédito suficiente ao cultivo de oleaginosas, sementes de qualidade e adaptadas às regiões de produção e melhor qualificar o agricultor familiar para produzir os diversos tipos de oleaginosas.</p> <p>Priorizar o uso de matérias-primas oleaginosas na produção do biodiesel, favorecendo a redução da emissão do CO<sub>2</sub>.</p> <p>Desenvolver a logística necessária ao cultivo de outras oleaginosas, que têm maior concentração de óleo, como alternativa à soja.</p> <p>Aprimorar o desempenho na Bahia do Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel (PNPB).</p> <p>Efetuar o zoneamento agrícola de modo a eliminar o conflito entre a produção de alimentos e a de energia.</p> <p>Apoiar a estruturação de medidas mitigadoras dos impactos ambientais negativos da cadeia produtiva do biodiesel, incluindo a priorização da otimização de áreas tradicionalmente produtoras.</p>

(Continua)



ASPECTO: FONTES POTENCIAIS PARA A PRODUÇÃO DE COMBUSTÍVEL						
FUNTE(S) DE ENERGIA	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DA(S) FONTE(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	IMPACTO(S) AMBIENTAL(IS)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
Mamona e girassol (Biodiesel)	<p>Boquira, Botuporã, Caturama, Érico Cardoso, Ibitanga, Macaúbas, Paramirim, Rio do Pires e Tanque Novo (TI Bacia do Paramirim);</p> <p>Abaíra, Andaraí, Barra da Estiva, Boninal, Bonito, Ibicoara, Ibitiara, Iramaia, Iraquara, Itaeté, Jussape, Lençóis, Marcionílio Souza, Morro do Chapéu, Mucugê, Nova Redenção, Novo Horizonte, Palmeiras, Piatã, Rio de Contas, Seabra, Souto Soares, Utinga e Wagner (TI Chapada Diamantina);</p> <p>América Dourada, Barra do Mendes, Barro Alto, Cafarnaum, Canarana, Central, Gentio do Ouro, Ibipecta, Ibititá, Ipupiara, Irecê, Itaguaçu da Bahia, João Dourado, Jussara, Lapão, Mulungu do Morro, Presidente Dutra, São Gabriel, Uibaí e Xique-Xique (TI Irecê);</p> <p>Boa Vista do Tupim, Iaçú, Ibiquera, Itaberaba, Itatim, Lajedinho, Macajuba, Mundo Novo, Piritiba, Rafael Jambeiro, Ruy Barbosa, Santa Teresinha e Tapiramutá (TI Piemonte do Paraguaçu);</p> <p>Brumado, Caculé, Caetitê, Candiba, Contendas do Sincorá, Dom Basílio, Guanambi, Ibiassucê, Ituaçu, Iuiú, Lagoa Real, Livramento de Nossa Senhora, Malhada de Pedras, Palmas de Monte Alto, Pindaí, Rio do Antônio, Sebastião Laranjeiras, Tanhaçu e Urandi (TI Sertão Produtivo);</p> <p>Barra, Bom Jesus da Lapa, Brotas de Macaúbas, Carinhanha, Feira da Mata, Ibotirama, Igaporã, Malhada, Matina, Morpará, Muquém de São Francisco, Oliveira dos Brejinhos, Paratinga, Riacho de Santana, Serra do Ramalho, Sítio do Mato (TI Velho Chico).</p>	3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 15, 16, 18, 20, 24, 25	<p>Produção de biodiesel no estado equivale a 5% da nacional, correspondendo, em 2011, a 132 mil m<sup>3</sup>.</p> <p>Clima favorável, vocação agrícola e disponibilidade de mão de obra e terras boas para a agricultura credenciam o território para uma produção elevada de biodiesel.</p> <p>Unidades de produção de biodiesel no estado: a Petrobrás Biocombustíveis (PBIO), em Candeias; a Brasilecodiesel, em Iraquara; e a Comanche, em Simões Filho.</p> <p>Redução da emissão de poluentes atmosféricos, entre eles o CO<sub>2</sub>, partículas de enxofre e material particulado, em comparação a outros fontes de energia, possibilitando, inclusive, a comercialização de créditos de carbono.</p> <p>Material atóxico e não gerador de odores.</p> <p>Obtenção da glicerina como subproduto da produção de biodiesel, importante matéria-prima para produção de tintas, produtos farmacêuticos, têxteis etc.</p>	<p>Conflito(s) e restrição(ões) ao uso da(s) fonte(s) de energia</p> <p>Potencial de conflito entre a produção voltada ao suprimento de alimentos e à geração de energia.</p> <p>Incentivos insuficientes ao cultivo de outras matérias-primas, que não a soja, e que possibilitam a maior produção de óleo.</p> <p>Potencial de desmatamento caso não sejam criados incentivos para o cultivo de matérias-primas em áreas já desmatadas ou de pastagens.</p> <p>Baixa produção agrícola familiar de insumos usados na produção do biodiesel, comprometendo o Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel (PNPB).</p> <p>Baixo grau de organização da agricultura familiar.</p> <p>Baixa capacidade de suprimento da mamona para produção de biodiesel.</p> <p>Concorrência com a indústria ricinoquímica pela oferta da mamona.</p>	<p>Principal(is) impacto(s) relativo(s) ao uso da(s) fonte(s) de energia</p> <p>Danos ambientais decorrentes da atividade de agricultura, entre eles, desmatamento de grandes áreas, redução da biodiversidade, aumento da demanda por recursos hídricos, poluição das águas, entre outros.</p> <p>Impactos negativos decorrentes da fabricação do biodiesel, entre eles, redução da disponibilidade de alimentos e contaminação dos recursos hídricos e do solo.</p>	<p>Recomendação(ões) específica(s) para o uso da(s) fonte(s) de energia</p> <p>Incentivar a produção de oleaginosas e de biodiesel na Bahia, oferecendo aos investidores, incentivos fiscais e financeiros.</p> <p>Oferecer crédito suficiente ao cultivo de oleaginosas, sementes de qualidade e adaptadas às regiões de produção e melhor qualificar o agricultor familiar para produzir os diversos tipos de oleaginosas.</p> <p>Priorizar o uso de matérias-primas oleaginosas na produção do biodiesel, favorecendo a redução da emissão do CO<sub>2</sub>.</p> <p>Desenvolver a logística necessária ao cultivo de outras oleaginosas, que têm maior concentração de óleo, como alternativa à soja.</p> <p>Aprimorar o desempenho na Bahia do Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel (PNPB).</p> <p>Efetuar o zoneamento agrícola de modo a eliminar o conflito entre a produção de alimentos e a de energia.</p> <p>Apoiar a estruturação de medidas mitigadoras dos impactos ambientais negativos da cadeia produtiva do biodiesel, incluindo a priorização da otimização de áreas tradicionalmente produtoras.</p>

(Continua)

ASPECTO: FONTES POTENCIAIS PARA A PRODUÇÃO DE COMBUSTÍVEL						
FUNTE(S) DE ENERGIA	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DA(S) FONTE(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	IMPACTO(S) AMBIENTAL(IS)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Município(s) em que existe(m) condição(ões) relevante(s) para a(s) fonte(s) de energia	Zona(s) em que se localiza(m) o(s) critério(s)	Fator(es) positivo(s) importante(s) para aproveitamento da(s) fonte(s) de energia	Conflito(s) e restrição(ões) ao uso da(s) fonte(s) de energia	Principal(is) impacto(s) relativo(s) ao uso da(s) fonte(s) de energia	Recomendação(ões) específica(s) para o uso da(s) fonte(s) de energia
Soja e algodão (Biodiesel)	Brejolândia, Canápolis, Cocos, Coribe, Correntina, Jaborandi, Santa Maria da Vitória, Santana, São Félix do Coribe, Serra Dourada e Tabocas do Brejo Velho (TI Bacia do Rio Corrente);  Angical, Baianópolis, Barreiras, Buritirama, Catolândia, Cotegipe, Cristópolis, Formosa do Rio Preto, Luís Eduardo Magalhães, Mansidão, Riachão das Neves, Santa Rita de Cássia, São Desidério, Wanderley (TI Bacia do Rio Grande).	1, 2, 3, 4, 5, 6	Produção de biodiesel no estado equivale a 5% da nacional, correspondendo, em 2011, a 132 mil m <sup>3</sup> .  Clima favorável, vocação agrícola e disponibilidade de mão de obra e terras boas para a agricultura credenciam o território para uma produção elevada de biodiesel.  Unidades de produção de biodiesel no estado: a Petrobrás Biocombustíveis (PBIO), em Candeias; a Brasilecodiesel, em Iraquara; e a Comanche, em Simões Filho.  Redução da emissão de poluentes atmosféricos, entre eles o CO <sub>2</sub> , partículas de enxofre e material particulado, em comparação a outras fontes de energia, possibilitando, inclusive, a comercialização de créditos de carbono.  Material atóxico e não gerador de odores.  Obtenção da glicerina como subproduto da produção de biodiesel, importante matéria-prima para produção de tintas, produtos farmacêuticos, têxteis etc.	Potencial de conflito entre a produção voltada ao suprimento de alimentos e à geração de energia.  Incentivos insuficientes ao cultivo de outras matérias-primas, que não a soja, e que possibilitam a maior produção de óleo.  Potencial de desmatamento caso não sejam criados incentivos para o cultivo de matérias-primas em áreas já desmatadas ou de pastagens.  Baixa produção agrícola familiar de insumos usados na produção do biodiesel, comprometendo o Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel (PNPB).	Danos ambientais decorrentes da atividade de agricultura, entre eles, desmatamento de grandes áreas, redução da biodiversidade, aumento da demanda por recursos hídricos, poluição das águas, entre outros.  Impactos negativos decorrentes da fabricação do biodiesel, entre eles, redução da disponibilidade de alimentos e contaminação dos recursos hídricos e do solo.	Incentivar a produção de oleaginosas e de biodiesel na Bahia, oferecendo aos investidores, incentivos fiscais e financeiros.  Oferecer crédito suficiente ao cultivo de oleaginosas, sementes de qualidade e adaptadas às regiões de produção e melhor qualificar o agricultor familiar para produzir os diversos tipos de oleaginosas.  Priorizar o uso de matérias-primas oleaginosas na produção do biodiesel, favorecendo a redução da emissão do CO <sub>2</sub> .  Desenvolver a logística necessária ao cultivo de outras oleaginosas, que têm maior concentração de óleo, como alternativa à soja.  Aprimorar o desempenho na Bahia do Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel (PNPB).  Efetuar o zoneamento agrícola de modo a eliminar o conflito entre a produção de alimentos e a de energia.  Apoiar a estruturação de medidas mitigadoras dos impactos ambientais negativos da cadeia produtiva do biodiesel, incluindo a priorização da otimização de áreas tradicionalmente produtoras.

(Continua)

ASPECTO: FONTES POTENCIAIS PARA A PRODUÇÃO DE COMBUSTÍVEL						
FONTE(S) DE ENERGIA	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DA(S) FONTE(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	IMPACTO(S) AMBIENTAL(IS)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Município(s) em que existe(m) condição(ões) relevante(s) para a(s) fonte(s) de energia	Zona(s) em que se localiza(m) o(s) critério(s)	Fator(es) positivo(s) importante(s) para aproveitamento da(s) fonte(s) de energia	Conflito(s) e restrição(ões) ao uso da(s) fonte(s) de energia	Principal(is) impacto(s) relativo(s) ao uso da(s) fonte(s) de energia	Recomendação(ões) específica(s) para o uso da(s) fonte(s) de energia
Folhelho Betuminoso	Alagoinhas, Aporá, Araças, Catu, Conde, Entre Rios, Esplanada, Inhambupe, Itanagra, Itapicuru, Jandaíra, Mata de São João, Olindina, Ouriçangas e Pojuca (TI Litoral Norte e Agreste Baiano);  São Francisco do Conde e São Sebastião do Passé (TI Recôncavo);  Camaçari, Candeias, Dias d'Ávila, Madre de Deus e Simões Filho (TI Região Metropolitana de Salvador);  Cipó e Nova Soure (TI Semi-Árido Nordeste II);  Araci e Biringinga (TI Sisal).	23, 32, 33, 34, 35, 36	Potencial para produção, por destilação fracionada a seco, de gasolina, gás natural, enxofre etc.  Perspectiva de exploração de petróleo não convencional, proveniente dos folhelhos betuminosos ( <i>shale oil</i> ), nas bacias potenciais do Recôncavo, Tucano Sul e São Francisco.  Inclusão do estado como possível área de exploração dos folhelhos betuminosos. A ANP desenvolverá estudos para a exploração do gás proveniente de folhelhos betuminosos ( <i>shale gas</i> ) no Mato Grosso, na Bahia, no Maranhão e no Piauí que deverão estar concluídos em 2014. O fato de a Bahia estar incluída como possível área de exploração do <i>shale gas</i> no futuro, deve ser considerado nas ações do governo do estado da Bahia.  Insuficiência de gás natural para suprir a demanda do país, tornando necessária a produção de gás proveniente de folhelhos betuminosos ( <i>shale gas</i> ).  Ocorrência potencial de folhelho betuminoso.	Reduzido conhecimento sobre a exploração do gás proveniente dos folhelhos betuminosos.  Potencial de causar impactos ambientais negativos, decorrentes, principalmente, do processo de perfuração do subsolo, conhecido como fraturamento hidráulico.  Tecnologia para exploração do gás e óleo provenientes dos folhelhos betuminosos ( <i>shale gas</i> e <i>shale oil</i> , respectivamente), ainda em desenvolvimento.	Impactos ambientais negativos gerados na exploração do folhelho betuminoso, envolvendo a contaminação das águas subterrâneas, a emissão de gases, inclusive causadores do efeito estufa, a geração de resíduos tóxicos, com potencial para de causar incêndios, e a ocorrência de pequenos tremores de terra.  Riscos de contaminação das águas subterrâneas decorrentes do processo de destilação fracionada utilizado para obtenção do gás proveniente de folhelhos betuminosos ( <i>shale gas</i> ), nos casos em que os túneis de exploração não estejam alinhados corretamente, podendo resultar em vazamentos de produtos químicos utilizados para manter abertos os poros da rocha.	Apoiar e participar ativamente, por meio da Bahiagás, dos estudos da ANP para avaliar a viabilidade de seu aproveitamento e o desenvolvimento da tecnologia do gás proveniente de folhelhos betuminosos ( <i>shale gas</i> ) na Bahia.  Acompanhar os estudos nacionais e estrangeiros dedicados à definição de medidas mitigadoras para os impactos ambientais negativos da exploração do gás proveniente de folhelhos betuminosos ( <i>shale gas</i> ).  Realizar pesquisas para o desenvolvimento de tecnologia de exploração do óleo proveniente de folhelhos betuminosos ( <i>shale oil</i> ).

Fonte: Consórcio Geohidro-Sondotécnica, 2013

## 14.4. Fontes para geração de energia elétrica

Esta seção se ocupa em apresentar e comentar as fontes que são correntemente utilizadas para geração de energia elétrica no Estado, pondo em relevo as potencialidades, limitações e os impactos ambientais de cada uma.

### 14.4.1. Energia solar fotovoltaica

A utilização da energia solar fotovoltaica é uma das fontes que vêm apresentando maior crescimento nos últimos anos. Dados da Agência Internacional de Energia revelam que a capacidade de geração energética solar fotovoltaica cresce cerca de 40% ao ano desde 2000 e que esta modalidade vai corresponder a 11% da produção de eletricidade mundial até 2050 (BANDEIRA, 2012).

A energia solar ainda é pouco utilizada no mundo, pois o custo de fabricação e instalação dos painéis solares ainda é muito elevado. Outro problema reside na inconstância da disponibilidade de luz em virtude das noites, que reduzem à metade o tempo de ocorrência de luz, e dos dias chuvosos e/ou nublados, nos quais a incidência de sol é limitada.

No Brasil, apesar do elevado número de horas de sol por ano (mais de 2.900 horas no nordeste em geral), a produção de energia solar fotovoltaica ainda é pequena, com apenas 7 MW de potência instalada. O Brasil deve chegar até o fim de 2013 com uma capacidade de geração solar de 20 a 30 MW quando os sistemas das distribuidoras e as licitações dos estádios para a Copa do Mundo estiverem totalmente concluídos.

É exatamente o custo elevado que tem feito com que a produção de energia fotovoltaica não tenha experimentado grandes avanços no Brasil. Com efeito, seu custo de produção é aproximadamente o triplo dos custos observados nas produções de fontes como, por exemplo, a hidráulica e a eólica. No entanto, os incentivos concedidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), além da queda de 70% nos preços dos painéis ao longo dos últimos anos podem viabilizar o investimento em novos projetos. O custo da geração fotovoltaica se situa na faixa de R\$ 541 a R\$ 602/MWh para residências com potência de 5 a 10 KWp. Para o usuário comercial corresponde a R\$ 463/MWh com uma potência de 591 KW e para o usuário industrial corresponde a R\$ 402/MWh com uma potência de 1.000 KW não sendo competitiva com a tarifa média de eletricidade do sistema elétrico convencional que, em 2011, para residências, se situou entre R\$ 444 e R\$ 457/MWh, e, para o consumidor comercial, entre R\$ 387 e R\$ 406/MWh. No caso do consumidor industrial, esse mesmo custo situou-se entre R\$ 318 e R\$ 336/MWh.

Na tecnologia de conversão fotovoltaica observam-se impactos ambientais importantes, principalmente nas seguintes fases:

- na produção dos módulos, que constitui uma tecnologia intensiva no uso de energia;
- na operação de instalações descentralizadas de energia; e,
- no fim da vida útil, após 30 anos de geração, no momento do descomissionamento da planta, quando parte é reciclada e o restante disposto em algum aterro sanitário.

O impacto ambiental associado com a operação de instalações descentralizadas de energia solar fotovoltaica é o perigo relativo à instalação, manutenção e remoção de sistemas fotovoltaicos de telhados. Outros possíveis impactos incluem riscos de incêndio, além de considerações estéticas.

Os maiores valores de transformação em energia elétrica com a irradiação solar direta anual do Brasil são observados na bacia do rio São Francisco, particularmente em seu tramo baiano, e na divisa entre os estados de São Paulo e Paraná e entre São Paulo e Mato Grosso do Sul. Os índices máximos de eficiência podem ser alcançados na região central do estado da Bahia (6,5 kWh/m<sup>2</sup>/dia).

Os custos de manutenção dos equipamentos utilizados são baixos, o que faz dessa fonte uma solução prática para a produção e utilização de energia em locais de baixa demanda de eletricidade que ainda não estejam sendo atendidos e que se situem a mais de 10 km do sistema elétrico interligado. Estima-se que o uso de painéis fotovoltaicos para áreas remotas do estado da Bahia poderia beneficiar um total de 20 mil a 80 mil domicílios.

Recentemente, a Aneel expediu outorga para implantação de oito empreendimentos em Bom Jesus da Lapa e Oliveira dos Brejinhos, e já há previsão de 14 novas plantas de transformação fotovoltaica no Estado, o que é indicativo de um movimento crescente na utilização desta fonte de geração de energia elétrica.

O Quadro 109 apresentou uma síntese panorâmica do potencial para suprimento de energia elétrica a partir de fonte fotovoltaica no Estado.

### 14.4.2. Produção de energia termossolar

Tecnologias de energia solar térmica podem ser utilizadas para condicionamento de ar (tanto quente quanto frio) em edifícios, para aquecer água ou para produzir eletricidade e combustíveis. As oportunidades mais promissoras, no momento, são para aplicações dispersas, de pequena escala, normalmente para fornecer água quente e aquecimento de ambientes diretamente a residências e empresas. Observa-se uma crescente utilização de coletores solares planos no aquecimento de água em residências, hospitais, hotéis, etc. devido ao conforto proporcionado e à redução do consumo de energia elétrica. Para essas funções, a prática geral é a utilização de coletores planos de energia solar fixados com orientação para o sol. Dos sistemas de aquecimento solar instalados no Brasil 66% são utilizados em residências (casas); 17% em piscinas; 9% no setor de serviços; 6% em prédios residenciais e 2% na indústria.

Uma das vantagens das usinas termossolares é sua complementaridade com as usinas hidráulicas, uma vez que, nas estiagens, enquanto o potencial hídrico se reduz, a radiação solar é mais intensa pois a nebulosidade é menor e, mesmo, no caso do território do semiárido, sequer se formam nuvens por longas horas do dia. No semiárido, a utilização dessa fonte energética, como forno solar, se presta também à destilação de água salobra.

Quanto aos impactos positivos da energia termossolar, destacam-se:

- ser não poluente (energia limpa);
- proporcionar a redução de emissão de gases (efeito estufa) com a substituição de combustíveis fósseis; e
- contribuir para redução média de 30% na conta total de energia residencial.

O Quadro 109 apresentou uma síntese panorâmica do potencial para suprimento do potencial para suprimento de energia termossolar.

### 14.4.3. Produção de energia por meio de Pequenas Centrais Hidrelétricas – PCHs

Usinas com potência instalada superior a 1 MW e igual ou inferior a 30 MW, as PCHs desempenham papel cada vez mais relevante na promoção do desenvolvimento da geração distribuída no País.

As PCHs poderão exercer um papel de indutor de crescimento, principalmente em regiões mais isoladas. Além de contribuir para redução das perdas nas linhas de transmissão de energia do sistema interligado nacional em função de sua capilaridade e estarem nas pontas dos subsistemas, as PCHs contribuem para a redução das perdas na transmissão de energia elétrica, uma vez que não exigem a construção de extensas linhas de transmissão, conectando-se, em muitos casos, diretamente com a distribuição.

As PCHs trazem consigo as vantagens inerentes à pequena escala. Em primeiro lugar, inundam áreas diminutas (máximo de 3 km<sup>2</sup> por norma) ou, mesmo, utilizam-se da própria calha do rio como reservatório, caso das PCHs a fio d'água. Sua localização coincide, em geral, com regiões de baixa ocupação demográfica, afastando a possibilidade de externalidades sobre o meio antrópico, a não ser as positivas que decorrem da geração e suprimento de energia como se comenta à continuação.

O fato de criar-se uma APP (Área de Preservação Permanente) onde se instalam PCHs, produziu uma outra externalidade positiva que veio associar-se à fiscalização normalmente exercida pelo operador da usina. Em praticamente todos os municípios de áreas de influência de PCHs surgiu ou aumentou o interesse por atividades aquáticas com a consequente criação de espaços de entretenimento, lazer e ócio, trazendo à cena novos usuários que também cumprem o papel de fiscalizadores da preservação do patrimônio.

Adicionalmente, o crescimento da geração de energia por meio de PCHs vem criando, a montante do processo econômico, oportunidades para um mercado produtor de equipamentos, além de um mercado de prestação de serviços especializados que tem gerado postos de trabalho, outro efeito externo positivo dessa modalidade de produção de energia.

Como estímulo ao setor, as PCHs também são beneficiadas com isenção relativa à compensação financeira pela utilização de recursos hídricos e podem participar no rateio da Conta de Consumo de Combustíveis (CCC). As PCHs podem, ainda, ser financiadas pelo BNDES em até 50% dos investimentos.

Em 2002, segundo registros do SIPOT (Eletrobrás), havia 914 MW de potencial inventariado de PCHs no Estado da Bahia, distribuídos entre 87 centrais. O potencial hidrelétrico por sub-bacia hidrográfica na Bahia é o seguinte: rio São Francisco, Grande e outros (777 MW), rio Vaza Barris, Itapicuru e outros (10,5 MW), rios Paraguaçu, Jiquiriçá e outros (641,13 MW), rio de Contas (146,25 MW), rios Pardo, Cachoeira e outros (137,70 MW), rio Jequitinhonha (2.545,28 MW) e rios Mucuri, São Mateus e outros (358,90 MW). Para ter viabilidade, a energia gerada por uma PCH não pode ser vendida por menos de R\$ 160/MWh enquanto outras fontes, pelos incentivos que têm, são viáveis em torno de R\$ 145/MWh.

Entre recomendações oportunas, alinham-se:



- Elaborar programas de aproveitamento do potencial baiano para PCHs (914 MW), especialmente das sub-bacias do Rio Grande, Rio Corrente, Rio de Contas, Rio Paraguacú e Rio Jequitinhonha oferecendo os mesmos incentivos dados aos empreendimentos de energia eólica; e
- Estudar a viabilidade de implantação de PCHs nas sub-bacias do rio Grande nas proximidades de Barreiras, do rio Corrente nas proximidades de Santa Maria da Vitória, do rio Jequitinhonha nas proximidades de Canavieiras, do rio Paraguacu nas proximidades de Seabra, Lençóis e Cachoeira e do rio de Contas nas proximidades de Jequié e Ipiaú.

O Quadro 109 apresentou uma síntese panorâmica do potencial para suprimento do potencial para suprimento de energia elétrica a partir de pequenas centrais hidrelétricas.

#### 14.4.4. Produção de energia elétrica a partir de parques eólicos

O regime de ventos da Bahia é considerado um dos mais favoráveis do mundo por serem unidirecionais e constantes, características que permitem uma excelente capacidade de geração de energia eólica<sup>9</sup>. Esse regime amplamente propício à produção de energia apresenta sinais de complementaridade com o regime de hidrologia de que se beneficiam as hidrelétricas. A energia eólica apresenta características de geração distribuída, o que reduz perdas na transmissão e a necessidade de investimentos de ampliação da rede.

O potencial eólico da Bahia é estimado em 40 GW. A Bahia é o segundo maior estado em potência contratada nos leilões de energia eólica da ANEEL. Os municípios de Caetitê, Guanambi, Igaporã, Brotas de Macaúbas, Sobradinho, Bom Jesus da Lapa e os situados ao longo de toda a margem direita do Rio São Francisco, desde a Serra do Espinhaço até Juazeiro fazem parte das áreas mais promissoras de aproveitamento do potencial eólico da Bahia.

A energia eólica cria oportunidades de trabalho e de geração de renda no interior da Bahia porque os potenciais mais significativos estão em regiões que registram os menores indicadores de desenvolvimento econômico. A maior parte do potencial eólico da Bahia está concentrado no interior, ao longo de toda a margem direita do rio São Francisco, desde a Serra do Espinhaço até Juazeiro.

A energia eólica exerce hoje um papel relevante no desenvolvimento da Bahia, tanto como insumo energético quanto na criação de uma cadeia produtiva local, aliada a todos os benefícios de geração de emprego e renda. O aproveitamento da energia eólica possibilita o aquecimento da economia local e oferece oportunidade ao pequeno agricultor de desenvolver-se e alcançar seu bem estar em seu próprio território.

A despeito da queda do custo unitário de investimento, a energia eólica ainda apresenta custos médios de geração na faixa de 70 a 95 US\$/MWh, mais elevados do que as fontes convencionais, mesmo considerando um custo de instalação de 1.200 US\$/kW.

A Desenvix implantou o primeiro Complexo Eólico em Brotas de Macaúbas. A Renova Energia investiu R\$ 1,2 bilhão na construção do maior Complexo Eólico do Brasil, localizado nos municípios de Caetitê, Igaporã e Guanambi.

A empresa espanhola Gamesa iniciou a produção de turbinas eólicas no polo industrial de Camaçari com investimento de R\$ 50 milhões e vai produzir, nesta primeira etapa, nacelles<sup>10</sup> com capacidade para 300 MW/ano, um total de 150 unidades/ano. A empresa francesa Alstom está implantando sua primeira fábrica de aerogeradores das Américas na Bahia com investimentos de R\$ 50 milhões tendo capacidade instalada de 300 MW/ano.

A empresa americana General Electric Energy já assinou um protocolo de intenções com o governo da Bahia para se tornar a terceira a fabricar aerogeradores na Bahia, com investimento inicial projetado de R\$ 45 milhões. A dinamarquesa Vestas, a maior do mundo no setor de energia eólica, também negocia com o governo da Bahia com o objetivo de realizar produção local. A empresa Torrebrás, subsidiária brasileira da espanhola Windar Renovables, pretende instalar a primeira fábrica de torres eólicas no Estado.

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) tem financiado robustamente iniciativas industriais que visam a produção, no Brasil, de equipamentos para a geração eólica e, atualmente, já existem oito fábricas de aerogeradores operando no País, reunindo uma capacidade de produzir equipamentos para a instalação de 4.100 MW.

A implantação de parques eólicos na Bahia é mais indicada nos municípios de Caetitê, Guanambi, Igaporã, Brotas de Macaúbas, Sobradinho, Bom Jesus da Lapa e ao longo de toda a margem direita do rio São Francisco, desde a Serra do Espinhaço até Juazeiro.

<sup>9</sup>Secretaria da Indústria, Comércio e Mineração. *Bons ventos da Bahia*. In: Bahia Oportunidades. Salvador, 2011

<sup>10</sup> Quando aplicada a turbinas eólicas, o termo *nacelle* refere-se por sua vez à estrutura onde se encontra a totalidade dos seus equipamentos de produção de energia elétrica (entre os quais o gerador), mas também a *caixa de velocidades*, a *transmissão*, etc. (disponível em: <http://www.wikienergia.pt/~edp/index.php?title=Nacelle>. Acesso em 20 de maio 2013)

Em termos de avaliação ambiental, observa-se que a energia eólica não provoca emissões de gases na geração, rejeitos efluentes e uso de outros bens naturais como a água, por exemplo. Um sistema eólico ocupa 1% da área do parque eólico, e o restante pode ser ocupado por lavoura ou pastagem, sem transtornos para animais ou plantas. Pode-se morar a uma distância de 400 metros de uma torre de geração eólica sem que seu ruído cause danos ou perturbações ao ser humano.

O Quadro 109 apresentou uma síntese panorâmica do potencial para suprimento do potencial para suprimento de energia elétrica a partir de parques eólicos.

#### 14.4.5. Produção de energia a partir do gás natural

A demanda de gás natural no Brasil em 2012 foi de 134 milhões de m<sup>3</sup>/dia e a produção interna foi de 72,9 milhões de m<sup>3</sup>/dia, com um déficit de 61,1 milhões de m<sup>3</sup> que foi suprido com importações da Bolívia (30 milhões de m<sup>3</sup>/dia) e importações de GNL (31,1 milhões de m<sup>3</sup>/dia).

As usinas termelétricas a gás natural exercem o papel fundamental de operar em complementação à geração de base hidrelétrica ou em casos de “black-out” no sistema elétrico. A Bahiagás poderá ser prejudicada em suas operações porque não há garantia do suprimento de gás natural para as usinas termelétricas de 6.000 MW a serem implantadas até 2030. Não havendo garantia no suprimento de gás natural para suprir as usinas termelétricas, a tendência é a Bahiagás suspender o fornecimento aos segmentos residencial, comercial e automotivo para ter capacidade de atender os segmentos industrial e as usinas termelétricas.

A insuficiência de gás natural no Brasil para atender à demanda torna uma exigência a produção de gás proveniente de folhelhos betuminosos (*shale gas*), particularmente na Bahia. A produção de *shale gas* é estratégica para o futuro da Bahiagás que poderá ser prejudicada com a insuficiência do gás natural. O governo da Bahia deve participar ativamente, através da Bahiagás, dos estudos da ANP para viabilizar o aproveitamento do *shale gas* na Bahia. Esta seria uma forma de compensar a redução da participação da Bahia na exploração do petróleo e gás natural no Brasil.

O Quadro 109 apresentou uma síntese panorâmica do potencial para suprimento do potencial para suprimento de energia elétrica a partir do gás natural.

#### 14.4.6. Produção de energia a partir de biomassa e resíduos de processos produtivos

A potência instalada no Brasil para produção de eletricidade a partir da biomassa da cana de açúcar é de 2.822 MW, em mais de 250 usinas, representando aproximadamente 14% da capacidade termelétrica atual do país (GOES; MARRA, 2008). As usinas de cogeração<sup>11</sup> em operação no Brasil apresentam uma potência instalada de aproximadamente 2,4 GW em 120 usinas. A Bahia possui quatro usinas de cogeração com uma potência instalada de 135,4 MW. O potencial estimado de geração de energia elétrica no Estado da Bahia através do aproveitamento de cana de açúcar situa-se entre 200 e 1.000 GWh/ano; utilizando-se resíduos agrícolas, esse mesmo potencial está entre 50 a 500 GWh/ano; com resíduos de madeira, entre 200 e 500 GWh/ano e, pelo aproveitamento de óleos vegetais, entre 2 a 10 GWh/ano. Adicionalmente, com a utilização de resíduos do algodão, arroz, coco-da-baía, milho, café e soja produzidos na Bahia é possível gerar de 2.792 GWh/ano a 3.909 GWh/ano de energia elétrica com uma potência na faixa de 531 MW a 744 MW. Outra estimativa aponta que o potencial de geração de energia elétrica com base em resíduos agrícolas no estado da Bahia é da ordem de 800 MW, se for apoiado em tecnologia de combustão, e de 1.300 MW, caso se opte pelo processo de gaseificação (PEREIRA; FIGUEIREDO, 2009). A capacidade instalada de geração de eletricidade do segmento sucroalcooleiro na Bahia é de 11,5 MW.

No Brasil, o Decreto nº 2.003 permitiu ao cogrador a comercialização de energia elétrica junto aos integrantes de seu complexo industrial ou comercial, aos quais forneça vapor ou outro insumo oriundo de processo de cogeração, mesmo que este consumidor venha a ser cativo da concessionária de distribuição ou transmissão. Outro incentivo ao agente cogrador, instituído pela Lei nº. 10.438/2002, consiste na redução em 50% das tarifas de uso dos sistemas elétricos de transmissão e de distribuição incidindo na produção e no consumo da energia gerada por centrais cogradoras de até 30 MW de potência.

Uma parceria entre a Dow Brasil e a empresa Energias Renováveis do Brasil (ERB) irá gerar energia a partir do uso de madeira. O valor total do projeto é de aproximadamente R\$ 265 milhões, incluindo tanto os investimentos industriais quanto o plantio e cultivo de eucalipto. A iniciativa foi financiada pelo BNDES e contou com mais três bancos estruturadores e repassadores.

A cogeração responde de forma eficaz a preocupações de natureza ambiental, uma vez que ao fornecer a mesma energia final com um menor consumo de energia primária, reduz significativamente as emissões para o meio ambiente. A cogeração assume assim, um papel muito importante na redução das emissões de CO<sub>2</sub> para a atmosfera.

Como principais benefícios da cogeração podem ser citados:

<sup>11</sup> Designa-se por cogeração a produção simultânea de energia térmica (vapor) e energia elétrica a partir de um único combustível e de um único conjunto de equipamentos.



- menores custos por kWh;
- redução das perdas durante a fase de transporte devido à proximidade das centrais de cogeração dos consumidores de energia elétrica;
- redução da emissão de CO<sub>2</sub> em até 50% face à eficiência e eliminação das emissões de óxido de enxofre no caso de sistemas de cogeração a gás natural;
- maior garantia de operação ininterrupta, em caso de falha de abastecimento da rede, quando da ligação das pequenas centrais de cogeração de energia elétrica e calor à rede elétrica; e
- redução da necessidade de combustíveis fósseis com as cogerações a partir de recursos renováveis (biocombustíveis sólidos, biocombustíveis gasosos industriais e com origem em aterros), o que permite o escoamento de resíduos e a eliminação de odores.

Na Bahia há duas áreas promissoras para cogeração. A primeira localiza-se no oeste do Estado: Formosa do Rio Preto, que é capaz de produzir 318.147 MWh/ano, além de outros três municípios próximos que, com algodão, soja e arroz, podem produzir 204.172 MWh/ano. A segunda área promissora se situa no Litoral Norte com o uso de resíduos do coco-da-baía, com potencial para gerar 313.172 MWh/ano. Nessa área, destaca-se o município de Conde.

O Quadro 109 apresentou uma síntese panorâmica do potencial para a cogeração.

#### 14.4.7. Produção de energia a partir de resíduos oriundos de aterros sanitários

No processo de geração de energia, estudo recente, feito na Grã-Bretanha, demonstrou que são ainda baixos os níveis de eficiência das tecnologias de incineração mais avançadas.

O kilowatt/hora nos incineradores de última geração custa US\$ 8.232,00, ou seja, mais que o dobro do custo do kilowatt gerado em usinas movidas a carvão e 60% maior que o custo da energia produzida em usinas nucleares, considerada a mais cara do mundo. Uma usina moderna capaz de processar até 10<sup>3</sup> t de resíduos por dia pode gerar 30 MW de forma constante, suficiente para abastecer uma cidade com 200 mil habitantes.

As práticas de reciclagem e compostagem contribuem para conservar de três a cinco vezes mais a quantidade de energia produzida pela incineração de lixo.

Quanto a impactos ambientais, cabe ressaltar que a incineração oferece riscos consideráveis para a saúde e para o ambiente físico das comunidades próximas, bem como para a população em geral. Ainda que construídos em observância às inovações tecnológicas, os incineradores liberam milhares de elementos poluentes que contaminam o ar, o solo e a água. Segundo análise da Agência Ambiental dos Estados Unidos (EPA), a elevada quantidade de dióxido de carbono (CO<sub>2</sub>) liberada por unidade de geração de eletricidade (2.988 libras/ MWh) é superior às de usinas movidas a carvão (2.249 libras/MWh).

Apenas a cidade de Salvador poderia gerar energia com uma potência da ordem de 40 MW com a incineração do resíduo urbano. As cidades da Bahia com mais de 100 mil habitantes têm potencial para instalar usinas termelétricas com a incineração de material de seus aterros sanitários (Salvador, Feira de Santana, Vitória da Conquista, Camaçari, Itabuna, Juazeiro, Ilhéus, Lauro de Freitas, Jequié, Alagoinhas, Teixeira de Freitas, Barreiras, Porto Seguro, Simões Filho, Paulo Afonso e Eunápolis).

O Quadro 109 apresentou uma síntese panorâmica do potencial para suprimento de energia elétrica a partir de resíduos oriundos de aterros sanitários.

#### 14.4.8. Produção de energia a partir do biogás oriundo de aterros sanitários

Os aterros sanitários são considerados atualmente uma das alternativas mais interessantes para geração do biogás, visto que podem dispor de técnicas de captação dos gases liberados cujo poder calorífico varia de 5.000 a 7.000 kcal/m<sup>3</sup>, dependendo da quantidade de metano presente na mistura.

De acordo com a Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental (Cetesb), de São Paulo, a geração de metano em depósitos de resíduos sólidos urbanos no Brasil é de 677 Gg, podendo gerar energia de 2,1 TWh, que alimentaria uma cidade de 875 mil residências com consumo médio mensal de 200 KWh, o que equivale a uma cidade de aproximadamente 3,5 milhões de habitantes.

Uma das vantagens do processo é que as prefeituras municipais passariam a contar com uma receita adicional das usinas de biogás uma vez que estas remuneram o proprietário do aterro que alimenta a planta incineradora com o biogás. Essa vantagem pecuniária pode, então, ser repassada pela prefeitura à comunidade com a redução, por exemplo, da taxa de lixo urbano e/ou da taxa de iluminação pública. Além disso, a prefeitura pode beneficiar-se procedendo à venda de créditos de carbono. Por fim, o sistema elétrico também sairia ganhando pela diversificação da matriz energética com o consequente alívio de sua demanda que, assim, poderia ser destinada para outros usuários de energia.

Em todas as cidades sedes municipais da Bahia com mais de 100 mil habitantes (Salvador, Feira de Santana, Vitória da Conquista, Camaçari, Itabuna, Juazeiro, Ilhéus, Lauro de Freitas, Jequié, Alagoinhas, Teixeira de Freitas, Barreiras, Porto Seguro, Simões Filho, Paulo Afonso e Eunápolis) em que haja viabilidade de aproveitamento do biogás dos aterros sanitários como fonte de energia deve ser priorizada a instalação de usinas termelétricas para gerar eletricidade com o uso do biogás de aterros sanitários.

O Quadro 109 apresentou uma síntese panorâmica do potencial para suprimento de energia elétrica a partir do uso do biogás de aterros sanitários.

#### 14.4.9. Produção de energia termonuclear

Apenas seis países detêm 81% das reservas de urânio conhecidas. O Brasil detém a sexta maior reserva conhecida de urânio em todo o mundo, totalizando 309.370 t. Falta, entretanto, ainda, prospectar cerca de 80% de seu território e estima-se que, no mínimo, as reservas possam vir a ser dobradas com as possibilidades de serem encontradas ocorrências do mineral associados a rochas na região Norte do país.

A produção brasileira de urânio, que se cinge a Caetité, ainda não ostenta a condição de escala industrial e a quantidade produzida é limitada às necessidades das duas usinas que já se encontram em operação, Angra 1 e Angra 2. A inauguração da Usina de Angra 3, prevista para 2016, fará com que a capacidade de produção de energia termonuclear do Brasil se eleve dos atuais 2.007 MW para 3.412 MW. O Plano Nacional de Energia 2030 prevê a implantação de quatro novas usinas nucleares em locais a serem definidos para começar a operar a partir de 2019, a primeira, em 2022, a segunda, em 2025, a terceira usina, e, em 2027, a quarta. Para atender à nova dimensão que se estabelecerá com essas plantas adicionais e mais as três de Angra dos Reis, a mina de urânio de Caetité ainda tem uma capacidade de suporte para mais trinta anos de exploração. Para tanto, deverá passar a extrair 1200 t anuais a partir de 2017.

O que já se conhece em termos de reservas já é suficiente todavia para suprir as necessidades de quase quarenta usinas termonucleares do porte de Angra 2 durante seis décadas e meia. A produção anual de Caetité, única mina de urânio em toda a América Latina, é de 400 t do concentrado do minério.

Como o volume de rejeito nuclear tende a aumentar consideravelmente, está em projeto um grande depósito para armazenar as varetas utilizadas nos reatores. O depósito definitivo, ora em fase de concepção, deve começar a receber os materiais nucleares até 2016. Até lá, o lixo nuclear produzido por Angra 1 e 2 continuará sendo estocado em depósitos da Central Nuclear de Angra dos Reis.

A energia nuclear requer que o lixo nuclear seja armazenado em locais seguros e isolados. Seu custo de produção é ainda oneroso quando comparado a outras formas de energia. Além disso, há o risco de acidentes nucleares e a produção de impactos ambientais devido ao aquecimento de ecossistemas aquáticos pela água de resfriamento dos reatores, prejudicando a biodiversidade local. Há a previsão de que duas das futuras usinas sejam implantadas, podendo a localização recair sobre território baiano, entre os municípios de Glória, Rodelas e Chorrochó.

Os impactos ambientais da geração termonuclear se vão desde a mineração do urânio, passando pelo enriquecimento deste e se estendem até o processo da produção energética propriamente dita com a geração dos rejeitos radioativos. É importante sublinhar que os municípios da região de Caetité e Lagoa Real estão submetidos a impactos perigosos da atividade de mineração do urânio pelas Indústrias Nucleares Brasileiras – INB. A preocupação é ainda maior porque tais impactos envolvem a radioatividade. Nesse sentido, o ZEE deve possibilitar a visualização de meios pelos quais a população desses municípios possa ser compensada por tão negativa externalidade. Veja-se que o preço do urânio evoluiu consideravelmente entre 1990 e 2008, tendo saído de US\$10.00/lb para US\$80.00/lb, isto é um crescimento de 700% em dezoito anos, correspondente a 38,9% ao ano, cálculo feito linearmente. Isso significa que a sociedade local deve ser beneficiada por estar submetida ao referido efeito externo da mineração. Aos programas ambientais e sociais que já estão em prática na região dever-se-iam juntar ações estruturantes nos meios urbano e rural, principalmente em relação à educação, saúde e segurança.

A possibilidade da implantação de uma usina nas margens do rio São Francisco nas imediações dos municípios de Chorrochó e Rodelas, o mercado imobiliário de Paulo Afonso pode ser afetado com uma tendência de queda acentuada nos preços, além de poder causar migração populacional expressiva nas zonas urbanas dos municípios da região, tanto do lado da Bahia quanto na margem pernambucana. Deve-se observar, portanto, a necessidade de medidas estruturantes que tranquilizem suas respectivas populações quanto à convivência com a proximidade física da usina.

É de considerar-se, também, que a Bahia pode se beneficiar economicamente com a expansão das usinas nucleares no Brasil em razão da ocorrência de urânio em seu território, na região de Caetité e Lagoa Real. Na referida região localiza-se a única jazida de urânio já em exploração no Brasil. Esses dois municípios também precisam ser melhor estruturados para conviver adequadamente com essa mineração que tem características especiais.

O Quadro 109 apresentou uma síntese do potencial para suprimento de energia elétrica a partir do urânio.

## 14.5. Fontes utilizadas e potenciais de energia para utilização como combustível no estado da Bahia

Esta seção se ocupa em apresentar e comentar as fontes que são correntemente utilizadas como combustíveis no Estado, pondo em relevo as potencialidades, limitações e os impactos ambientais de cada uma.

### 14.5.1. Petróleo

A Bahia é o quarto estado maior produtor de petróleo do Brasil com reservas conhecidas totais que evoluíram de  $273 \times 10^6$ , em 2000, para  $629 \times 10^3$  barris, em 2009. As bacias produtoras de petróleo na Bahia são as do Recôncavo, Camamu e Tucano. A produção, entretanto, apresentou queda em 2009 em comparação com a produção de 2000.

Os campos de Manati em Camamu e o de Dom João em São Francisco do Conde possuem reservas capazes de sustentar o aumento da produção de petróleo e gás natural. Suspeita-se que o ecossistema da baía de Camamu possa ter sido afetado com prejuízos para o turismo na região. Houve retomada da produção de petróleo e gás natural pela Petrobrás no campo de Dom João, localizado no município de São Francisco do Conde (BA) com investimentos de R\$ 230 milhões.

A Bahia aumentou sua importância relativa na produção de petróleo *on shore*, no período de 2000 a 2009 porque aumentou a quantidade de reservas provadas de petróleo (milhões barris), além de ter ampliado o número de poços produtores de petróleo e gás natural.

A produção e a exploração de petróleo na Bahia emprega mão de obra local, fazendo com que a extração e as atividades de apoio assumam particular importância para a economia da microrregião de Catu, não somente pela manutenção dos postos de trabalho como, também, pelos *royalties* gerados em favor do Estado.

Em Salvador, além da extração e atividades de apoio à extração, encontram-se atividades de fabricação de produtos do refino do petróleo e na fabricação de máquinas e equipamentos para a P&E (perfuração e exploração) de Petróleo, uma externalidade positiva da produção e exploração do petróleo na Bahia em geral e, no Recôncavo baiano, em particular.

A demanda por insumos para a produção de petróleo e gás é superior à oferta propiciada na própria região. Não por outra razão, observam-se algumas iniciativas privadas para ocupar esse espaço de mercado. Um exemplo dessas iniciativas é a implantação, no município de Simões Filho, da Bomcobras Negócios e Equipamentos para Petróleo e Gás, *joint-venture* do Grupo Asperbras e Brasil China Petróleo – BRCP com a Baoji Oilfield Machinery Company (Bomco), empresa pública chinesa. As empresas desse setor estão associadas em torno da RedePetro Bahia, que se ocupa dos interesses conjuntos de ramo de negócio no Estado, abrangendo a produção e fornecimento de bens e serviços para a exploração, produção, refino, petroquímica, transporte e distribuição de óleo e gás.

A produção de petróleo na Bahia já está sendo priorizada nos campos de Campo de Manati (Camamu) e Dom João (São Francisco do Conde). Há linhas de financiamento do BNDES que contemplam atividades desde a exploração à produção de petróleo e gás (*up stream*), passando por atividades intermediárias de produção dos combustíveis (*mid stream*), até a distribuição destes (*down stream*).

O Quadro 110 apresentou uma síntese panorâmica do potencial para a produção de combustíveis a partir do petróleo na Bahia.

### 14.5.2. Gás natural

A disponibilidade de gás natural na Bahia ainda é limitada e, no curto prazo, esta opção ainda apresenta uma demanda reprimida que pode ser melhor aproveitada por meio de uma série de medidas de ativação do potencial existente. A produção em 2009 foi de  $3.053,4 \times 10^6$  m<sup>3</sup>, e vem recebendo significativos incrementos, principalmente a partir do Campo de Manati, localizado na baía de Camamu, que aumentou a sua capacidade para um nível que oscila entre  $6 \times 10^3$  e  $8 \times 10^3$  m<sup>3</sup> por dia. O Terminal de Regaseificação da Bahia, que terá capacidade para regaseificar 14 milhões de m<sup>3</sup>/dia de gás natural liquefeito (GNL), está com sua conclusão prevista para janeiro de 2014.

Presentemente, está sendo reativada a produção de petróleo e gás natural no campo de Dom João, localizado no município de São Francisco do Conde (BA) com investimentos de R\$ 230 milhões. De outro lado, a Bahiagás está implantando infraestrutura para o recebimento do gás proveniente do Campo de Manati. Adicionalmente, prevê-se um aumento significativo da oferta de gás natural com a operação do Gasene e a construção do Terminal de Regaseificação da Bahia – TRBA, na Baía de Todos os Santos, além da expansão da rede de distribuição da Bahiagás com o objetivo da interiorização da oferta desta utilidade.

O gás natural, em razão das características de sua distribuição, as quais implicam a construção de uma rede de dutos, tem uma demanda que cresce a reboque da oferta, porque as comunidades ao longo dessa rede passam a se interessar pelo seu uso. Com isso, é forte a possibilidade de expansão da demanda de gás natural com o suprimento dos municípios situados ao

longo dos gasodutos Candeias- Aratu, Santiago- Camaçari, Candeias- Camaçari, Atalaia (SE)- Catu, Candeias- Feira de Santana, Catu- Alagoinhas e Camaçari- Dias D'Ávila. A expansão da Rede de gasodutos em Salvador e Feira de Santana e dos gasodutos, Gasene, Candeias-Aratu, Santiago- Camaçari I, Santiago- Camaçari II e Candeias- Camaçari também possibilitam o aumento da demanda de gás natural.

É importante observar que escapamentos de gás natural apresentam riscos de asfixia, incêndio e explosão. No caso do gás natural liquefeito (GNL), os riscos decorrem de seus vapores inflamáveis, da baixa temperatura e da possibilidade de asfixia em vazamentos. Por exemplo, o Terminal de Regaseificação da Bahia pode criar restrição de áreas para pesca, levar à perda de vegetação nativa, aumentar o tráfego de embarcações, o que prejudica não apenas os pescadores, mas, também, a vida marinha.

O gás natural oferece menos riscos à natureza do que outros combustíveis, como, por exemplo, o petróleo. O gás natural não produz monóxido de carbono, e é isento de enxofre em sua composição o que evita chuva ácida. A substituição do óleo diesel, gasolina, coque e óleo combustível pelo gás natural possibilita reduzir as emissões de dióxido de enxofre (SO<sub>2</sub>), óxidos de nitrogênio, material particulado e dióxido de carbono (CO<sub>2</sub>). Além disso, o gás natural se caracteriza pela eficiência como combustível, a versatilidade e a limpeza. É mais leve do que o ar, o que evita contaminação ao nível do solo em caso de vazamento. O gás natural, quando usado para fins de cogeração, tem se apresentado como uma das melhores alternativas permitindo a produção simultânea de energia elétrica, térmica e de vapor. Uma boa solução para a cogeração é a utilização de turbinas a gás. Portanto, na perspectiva do desenvolvimento sustentável, é recomendável que se dê prioridade à expansão no suprimento de gás natural em Salvador, Feira de Santana e no entorno dos gasodutos Candeias- Aratu, Santiago- Camaçari, Candeias- Camaçari, Atalaia (SE)- Catu, Candeias- Feira de Santana, Catu- Alagoinhas e Camaçari- Dias D'Ávila. Se a geração de energia elétrica tiver que ser baseada em combustíveis fósseis, a prioridade deve ser dada ao gás natural, por emitir um volume muito menor de gases de efeito estufa.

O Quadro 110 apresentou uma síntese panorâmica do potencial para a produção de combustíveis a partir do petróleo na Bahia.

### 14.5.3. Cana de açúcar (etanol)

Na safra de 2003-2004, a produção nacional de etanol foi de 14,6 bilhões de litros, atingindo na safra 2008-2009, 27,5 bilhões de litros.

No Brasil, o agronegócio da cana-de-açúcar é desenvolvido em um ambiente tecnológico de produção múltipla pois, dele resulta, ao mesmo tempo, álcool e açúcar, no que distingue esse ramo de negócio no Brasil em relação a todos os demais países. Essa característica torna a cadeia produtiva da cana-de-açúcar um ambiente complexo, principalmente por constituir um mercado livre, isto é, sem a interferência do governo, o que leva a que os agentes econômicos busquem seus objetivos ajustando-se ao ambiente que vão encontrando pela frente, condição que exercita, à exaustão, a competitividade. Como resultado desse processo, a produtividade brasileira no aproveitamento dessa *cultivar* se situa entre as mais elevadas em todo o mundo.

A criação da Petrobrás Biocombustíveis em 2008 vem dando uma grande contribuição para o desenvolvimento sustentável por meio da produção do etanol e do biodiesel. A nova empresa tem firmado parceria em várias regiões do Brasil para a produção do etanol, de cujo rejeito (bagaço da cana) é produzida energia para o acionamento das próprias usinas e promovendo-se a venda dos excessos.

Após décadas de forte incerteza institucional e econômica, a partir de 2003, com o advento da tecnologia de motores *flex fuel*, o mercado nacional de etanol recobrou o seu vigor. Entretanto, desde 2008, esse mercado vem apresentando um descompasso entre oferta e demanda. As vendas de automóveis *flex* aumentaram cerca de 11% ao ano entre 2008 e 2010, registrando recordes de vendas em 2010. Já a oferta de etanol ficou praticamente estagnada no mesmo período, gerando um aumento nos preços médios de venda do álcool anidro e do álcool da ordem de 27% entre as safras 2008-2009 e 2010-2011.

A Bahia, no entanto, não avançou muito na produção do etanol. Enquanto São Paulo possui 200 usinas de álcool, encontram-se em território baiano apenas três. A Bahia é importadora de álcool de outros estados do Brasil, especialmente de Minas Gerais que é o segundo produtor de álcool do Brasil.

Em 2011, a demanda pela gasolina superou a capacidade nacional de refino, o que levou o Brasil a importar também gasolina. As áreas cultivadas sofrem processos erosivos além dos limites técnicos de tolerância, devido à remoção da vegetação natural e ao tráfego maquinário pesado, associados à aplicação excessiva de fertilizantes e corretivos agrícolas, comprometendo a assim a a qualidade do solo.

O processo de queima dos canaviais provoca a mortandade de várias espécies de animais em processo de extinção, além da destruição de reservas de matas e florestas, matas ciliares, incorrendo-se, portanto, em descumprimento de normas relativas às Áreas de Preservação Permanente (APPs) e quanto à necessidade de reserva de 20% de matas em cada imóvel rural.

Estudos revelam que a poluição do ar provocada especialmente pelo material particulado fino resultante da queima da cana-de-açúcar guarda correspondência estatística com o aumento dos atendimentos hospitalares para tratamento de asma.



A Bahia possui 96.743 ha de área plantada com de cana-de-açúcar e produtividade estimada em 5.868.709 t de cana (PAN, 2011).

De acordo com estimativas do BNDES (2010), a produção de etanol da Bahia em 2019 será de  $0,222 \times 10^9$  litros e a demanda de  $2,068 \times 10^9$  litros. O déficit em 2019 será de  $1,846 \times 10^9$  litros. Esse déficit indica a necessidade de criarem-se incentivos para a produção interna de álcool no estado da Bahia.

Para reversão do cenário atual e superação dos problemas associados à oferta de etanol no Brasil, fazem-se necessários investimentos do setor sucroalcooleiro para expansão da capacidade produtiva.

Os municípios de Barreiras, Santana, Lençóis, Abaíra, Caetitê, Barra, Piripá, Nazaré, Itabuna, Itaquara, Itarantim, Vitória da Conquista e Porto Seguro se apresentam como polos preferenciais para a produção sucroalcooleira da Bahia.

O Quadro 110 apresentou uma síntese panorâmica do potencial para a produção de combustíveis a partir da cana de açúcar na Bahia.

#### 14.5.4. Soja, algodão, dendê, mamona, girassol, amendoim, sebo animal e óleos e gorduras residuais (biodiesel)

Reconhecidamente, o Brasil possui potencial para ser líder mundial na produção de biodiesel. As condições climáticas adequadas, a disponibilidade de terras férteis e mão de obra rural e a vocação agrícola na produção de diferentes grãos de oleaginosas utilizados para produção do biodiesel contribuem para a produção desta utilidade em larga escala.

O consumo interno de óleo diesel está em torno de 45 bilhões de litros, sendo que apenas cerca de 15% desse total é importado pelo Brasil. A ampliação da área atual de cultivo de oleaginosas em apenas seis milhões de hectares é suficiente para atender por completo à demanda interna do país.

Em 2012, a produção de biodiesel no país atingiu  $2,718 \times 10^9$  litros, a maior dos últimos oito anos. Com esse desempenho, o Brasil se coloca à frente de outros países produtores.

O território baiano, é um dos que possuem maior quantidade de terras agricultáveis com viabilidade para a produção de biocombustíveis, condições estas que se associam ao clima favorável. Hoje, o Estado participa com 5% da produção nacional de biodiesel. A produção em 2011 foi de  $132 \times 10^3$  m<sup>3</sup> e, em 2010, de  $92 \times 10^3$  m<sup>3</sup>, correspondente a uma variação de 43%. Como já referido neste texto, atualmente, existem três usinas de biodiesel na Bahia nos municípios de Candeias (Petrobrás Biocombustíveis - P BIO), Simões Filho (Comanche) e Iraquara (Brasilecodiesel). De acordo com informações da Secretaria Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação (SECTI), o Estado produz  $500 \times 10^6$  litros de biodiesel por ano, sendo o óleo de mamona a matéria-prima mais utilizada na Bahia.

O biodiesel é vantajoso sob vários aspectos. Destacam-se, entre suas vantagens, a econômica, inegável, e a ambiental, tanto por tratar-se de fonte renovável quanto pelos limitados níveis de emissão de CO<sub>2</sub>. Com efeito, o biodiesel emite 98% menos gás carbônico do que o petróleo, não é tóxico e é cem vezes mais biodegradável do que o óleo comum, não contribui para chuva ácida e nem produz fumaça e odores desagradáveis.

Sob o ponto de vista econômico, a adoção do biodiesel, além de ser menos onerosa em termos de processo, enseja a utilização de créditos de carbono no contexto do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL). Ainda como vantagem, as terras plantadas para a sua produção podem ser aquelas inadequadas para a produção de alimentos, limitando externalidades negativas.

A Bahia hoje reúne componentes essenciais para a ampliação da produção de biocombustíveis a partir da inserção da agricultura familiar, contando para tanto com a existência de um programa oficial de estímulo à inserção da agricultura familiar na cadeia produtiva do biodiesel. Entretanto, segundo Rocha<sup>12</sup>(2011), o Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel (PNPB) não está funcionando adequadamente na Bahia porque a produção da agricultura familiar no Estado é limitada. Além disso, no caso da mamona, muitos trabalhadores da agricultura familiar estão vendendo sua produção para as indústrias químicas, que pagam melhor do que as produtoras de biodiesel.

A Bahia em particular oferece uma opção adicional para a produção do biodiesel que é o dendê, o que chama a atenção, em razão de uma das regiões de maior potencial para o cultivo desta fonte ser, também, dotada de expressivo potencial para o turismo, uma das pautas econômicas mais relevantes do Estado.

Dentre os impactos ambientais mais relevantes da produção do biodiesel pode-se mencionar a reduzida emissão de gases de efeito estufa quando comparada aos combustíveis fósseis; o fato de que as matérias primas utilizadas para a sua produção são oriundas de fontes renováveis; a possibilidade de diversificação da matéria prima, o que pode atender a potencialidades regionais; e a possibilidade de inserção na agricultura familiar das tarefas de produção de sua matéria prima. Por outro lado, como impactos negativos, registra-se que a maioria dos cultivos são característicos de áreas onde a prática é da monocultura, o que repercute

sobre a redução da biodiversidade, além da substituição de áreas com plantio destinado à produção de alimentos e a concorrência entre as áreas aptas para o plantio de matéria prima (p. ex. cana de açúcar) e as áreas de relevante interesse ecológico.

O Quadro 110 apresentou sínteses panorâmicas do potencial para a produção de combustíveis a partir das diversas culturas ora comentadas.

#### 14.5.5. Folhelho Betuminoso

A produção americana de gás proveniente de folhelhos betuminosos (*shale gas*), praticamente desprezível, em 2000, passou a representar 25% do gás natural dos Estados Unidos nos últimos anos, devendo atingir metade do total de gás natural no país até 2030.

O crescente destaque do *shale gas* na matriz energética dos Estados Unidos, é um fator de estímulo a mudança nos países visando a não dependência do petróleo importado, sobretudo dos países do Oriente Médio, e portanto da constante ameaça de desabastecimento por esse importante insumo energético.

As baixas observadas no preço do barril de petróleo podem colocá-lo em concorrência com as fontes renováveis de energia inviabilizando a expansão destas.

A busca por gás proveniente de folhelhos betuminosos (*shale gas*), deve estar acompanhada de tecnologias que reduzam o gasto de recursos. como, por exemplo, a água que é utilizada para fragilizar as fraturas da rocha onde ele ocorre, além dos efeitos danosos como o de poder afetar o equilíbrio das estruturas das camadas subjacentes do solo e contribuir para movimentos sísmicos onde estes forem propícios. Além disso, a exploração do folhelho betuminoso pode causar a poluição de águas, superficiais e subterrâneas, a emissão de enxofre produzindo chuva ácida, e de gás metano, contribuindo para o efeito estufa. Pode, também, alterar a paisagem da região explorada.

O fato de a Bahia estar incluída como possível área de exploração do *shale gas* no futuro deve ser considerado nas ações do Governo do estado da Bahia. A insuficiência de gás natural no Brasil para atender à demanda torna uma exigência a produção de *shale gas* no País e, particularmente na Bahia. A produção de *shale gas* é estratégica para o futuro da Bahia que poderá ser prejudicada com a crescente utilização do gás natural para geração termelétrica.

O Quadro 110 apresentou uma síntese panorâmica do potencial para a produção de gás proveniente de folhelhos betuminosos (*shale gas*), na Bahia.

#### 14.6. Propostas de ações de desenvolvimento sustentável para o setor de energia do Estado da Bahia

As informações produzidas, sejam de diagnóstico ou recomendação, foram espacializadas até ao nível da unidade municipal. As informações que dizem respeito a uma localização geográfica contêm a indicação de quais municípios são abrangidos pelo dado produzido ou constatado sem a indicação de coordenadas geográficas e, sim, apenas, com a indicação da unidade municipal onde ocorre o fenômeno.

As ações de desenvolvimento sustentável para o setor de energia no Estado da Bahia levaram em conta as diretrizes gerais e específicas seguintes:

- fonte de energia adequada a cada município, localidade e TI de acordo com sua fragilidade ecológica, capacidade de suporte ambiental e potencialidades;
- necessidades de proteção ambiental em cada município, localidade e TI;
- critérios para orientar as atividades de geração de energia, e
- medidas integradas para promover o desenvolvimento ecológico e economicamente sustentável do setor rural e melhorar a relação entre população e recursos naturais, através de diretrizes para implantação de infraestrutura de energia.

Por fim, deve-se recomendar que, sob a ótica do desenvolvimento sustentável, deve haver um grande esforço no sentido de elevar a produção de substitutos para o petróleo e gás natural, especialmente de derivados de petróleo, como o de biocombustíveis (etanol e biodiesel) no Estado da Bahia para superar sua dependência na importação de petróleo e gás natural.

<sup>12</sup> Rocha, George. Biocombustíveis na Bahia: o aspecto social. Entrevista ao Imprensa Digital 126/FAcon /UFBA. Disponível em <<http://imprensaodigital126.com.br/2011/07/13/biocombustiveis-na-bahia-o-aspecto-social/>>. Acesso em 5 de maio de 2013.

## 15. INSTITUCIONAL

### 15.1. Introdução

Para a avaliação das potencialidades institucionais, o TDR recomenda a avaliação da existência de instituições envolvidas e atuantes, cujo mapeamento sugerido dá ênfase na representação do poder público nos territórios. Entretanto, neste ZEE-BA compreende-se a análise das potencialidades e limitações institucionais do estado como referência fundamental para a proposição dos Arranjos Institucionais para a implementação do ZEE. Nessa perspectiva, optou-se por trabalhar o tema institucional tendo os Territórios de Identidade como eixos estruturantes. Essa opção deveu-se, especialmente, pelo reconhecimento da função estratégica desta unidade de planejamento no contexto da gestão ambiental e territorial no estado da Bahia.

Destaca-se como fundamental que a construção do Arranjo Institucional deverá incluir a articulação do ZEE com os demais colegiados de gestão social de políticas públicas, onde temas fundamentais estão sendo dialogados com a sociedade, tais como: gestão ambiental, gestão da água, desenvolvimento socioeconômico, inclusão de povos e comunidades tradicionais, entre outros. Essa articulação do ZEE-BA com os sistemas de planejamento e gestão das políticas públicas do Estado visa, especialmente, contribuir para a construção da Governança do Território baiano.

### 15.2. Metodologia

Nesse tópico são descritos os critérios e indicadores selecionados para avaliação das potencialidades e limitações institucionais, bem como os procedimentos metodológicos empregados para sistematização das informações e utilizados na análise das potencialidades, limitações e recomendações do tema institucional.

Ressalta-se que, a opção metodológica em trabalhar a análise institucional por Territórios de Identidade deveu-se à compreensão de que a valorização das estruturas já existentes e utilizadas nos processos de planejamento e gestão do Estado constitui elemento facilitador na implementação do sistema de gestão. Nesse caso, os Territórios de Identidade demonstram uma importância estruturante na perspectiva da governança do território baiano. Entretanto, é fundamental destacar que, como elemento estruturante do sistema institucional para a implementação do ZEE-BA, os TIs deverão contemplar a articulação necessária com os demais sistemas de gestão, como o de Recursos Hídricos, Unidades de Conservação, Costeiro, Povos Tradicionais, entre outros.

#### a) Conceito referencial e indicadores das potencialidades e limitações institucionais

A possibilidade de interferência, positiva ou negativa, na implementação do ZEE pelas características da estrutura institucional existente no Estado da Bahia foi o conceito referencial adotado para a definição das potencialidades e limitações institucionais, com base nos seguintes indicadores, identificados por Território de Identidade (TIs): (i) presença física de instituições públicas; (ii) situação atual dos sistemas de gestão ambiental municipal; (iii) participação de instituições públicas em colegiados; (iv) presença de investimentos privados; (v) presença de políticas federais e (vi) presença de políticas estaduais.

#### b) Procedimentos metodológicos empregados para análise dos indicadores

A definição das potencialidades e limitações institucionais para a implementação do ZEE-BA foi elaborada considerando a realidade institucional do Estado e de seus TIs, a partir da análise da representação e atuação das instituições públicas, com ênfase nas estaduais, em colegiados de participação social nas políticas públicas; da situação atual de implantação dos sistemas de gestão ambiental nos municípios; da localização espacial de órgãos e entidades estaduais, por municípios, nos diversos territórios de identidade; investimentos privados; políticas federais e políticas estaduais.

Inicialmente procedeu-se a avaliação do grau de representação das instituições governamentais baianas, a partir de suas participações em colegiados estaduais e regionais, legalmente constituídos, em todos os TIs, pela relevância à análise da institucionalidade de um território.

Para isso foi efetuado levantamento de todos os colegiados legalmente constituídos e ativos, com atuação estadual e regional, a partir de consulta aos diversos sítios eletrônicos oficiais dos órgãos e entidades que compõem o Governo da Bahia e ao Diário Oficial do Estado.

Em seguida, as diversas instituições governamentais, federais e estaduais, com atuação na Bahia, foram mapeadas por TI, de modo a permitir a avaliação de suas participações nas composições dos colegiados.

Além disso, foi realizada também uma caracterização institucional no que diz respeito ao nível de implantação dos sistemas de gestão ambiental dos principais municípios, por territórios de identidade, com o mesmo objetivo de constituir um indicador de desempenho.

Para isso foi consultado, o sítio eletrônico oficial da Secretaria de Meio Ambiente do Estado (SEMA), em 13 de setembro de 2012, e as Resoluções do Conselho de Meio Ambiente (Cepam), que reconhecem os sistemas de gestão ambiental dos municípios baianos, conforme determinações da Resolução Cepam n.º 3.925, de 30 de janeiro de 2009, que trata do Programa Estadual de Gestão Ambiental Compartilhada (GAC) com fins ao fortalecimento da gestão ambiental. Os dados foram analisados a partir de informações do GAC disponíveis no sítio eletrônico da Secretaria de Meio Ambiente.

Considera-se que os municípios que já possuem o sistema de gestão ambiental municipal em funcionamento representam maior potencialidade para a implementação do ZEE, em relação àqueles que ainda não possuem.

Ainda, como critério para o levantamento das potencialidades e limitações dos territórios de identidade, foi utilizada como referência a localização espacial por município, de instalações físicas, de alguns órgãos e entidades públicas estaduais.

Além disso, foram levantadas as informações nos sites oficiais dos Governos Federal e Estadual relacionadas com Planos, Programas e Projetos (PPP) e investimentos privados. Os resultados obtidos foram associados aos respectivos territórios de identidade. Como a informação referente ao território de implantação dos planos, programas e projetos, bem como sobre a concentração dos investimentos privados é indispensável à análise das potencialidades e limitações, foram consideradas dessa avaliação apenas aquelas que possibilitaram a identificação dos territórios de identidade em que se situam.

Para uma melhor análise, os planos, programas e projetos foram distinguidas em Políticas Federais e Estaduais que, por sua vez, foram subdivididas em Políticas Ambientais, Sociais e Econômicas.

A partir de interações entre as potencialidades, limitações e recomendações do tema institucional (Quadros 1 à 6), com os demais temas integrantes do ZEE, foram definidas as recomendações institucionais de atuação do Estado, com vistas à implementação do ZEE e a orientação do seu arranjo institucional.

O primeiro indicador utilizado na análise das potencialidades e limitações Institucionais para a implementação do ZEE-BA foi a presença física de instituições públicas, com o objetivo de avaliar a distribuição regional da estrutura administrativa do Estado, ou seja, a concentração de órgãos estaduais nos territórios dos municípios baianos.

As instituições consideradas para fins de análise da distribuição regional da estrutura administrativa foram: Departamento de Infraestrutura de Transportes da Bahia (Derba), Companhia de Engenharia Ambiental e Recursos Hídricos (Cerb), Departamento Estadual de Trânsito (Detran), Diretorias Regionais de Educação (Direcs), Diretorias Regionais de Saúde (Dires), Junta Comercial do Estado da Bahia (Juceb), Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola (EBDA), Agência Estadual de Regulação de Serviços Públicos de Energia, Transportes e Comunicações da Bahia (Agerba), Empresa Baiana de Águas e Saneamento (Embasa) e Secretaria da Fazenda (Sefaz).

Assim, são considerados *TIs com municípios com estruturas físicas* de instituições estaduais aqueles que possuem, pelo menos, um município com mais de oito instituições.

O segundo indicador utilizado na análise das potencialidades e limitações Institucionais para a implementação do ZEE na Bahia foi a situação dos municípios em relação ao Sistema de Gestão Ambiental Municipal, com o objetivo de avaliar o nível de implantação do sistema e a conseqüente estrutura municipal para a gestão ambiental.

São considerados TIs com municípios com sistema de gestão ambiental implantado aqueles que possuem seus municípios pólo com sistemas de gestão implantados e reconhecidos pelo Conselho Estadual do Meio Ambiente (CEPRAM), conforme diretrizes do Programa de Gestão Ambiental Compartilhada (GAC).

Também foram identificados os TIs com municípios em que o sistema de gestão ambiental está em processo de implantação. São considerados TIs com municípios com sistema de gestão ambiental em implantação aqueles que possuem seus municípios pólo com seus sistemas de gestão em implantação e reconhecidos pelo CEPRAM, conforme diretrizes do GAC.

Por fim, foram identificados os TI com municípios que ainda não possuem o sistema de gestão ambiental implantado. São considerados TIs com municípios sem sistema de gestão ambiental aqueles que possuem seus municípios pólo sem sistemas de gestão implantados ou sistemas não reconhecidos pelo CEPRAM, segundo diretrizes do GAC ou não tiveram seus processos localizados junto à Secretaria do Meio Ambiente (SEMA).

O terceiro indicador utilizado na análise das potencialidades e limitações institucionais foi a participação de instituições públicas em colegiados, com o objetivo de identificar a presença e representação das instituições públicas nos colegiados. Considera-se, neste caso, que a presença de instituições públicas nos colegiados confere uma importante oportunidade para o enraizamento do ZEE nos sistemas de gestão social das demais políticas setoriais, a exemplo da gestão das águas, de territórios de identidade e de unidades de conservação.

Uma vez identificadas as diversas instituições governamentais, federais e estaduais por TI, foi possível a análise quantitativa deste mapeamento institucional e definição de um valor médio que representa o grau de representação e atuação das instituições governamentais nos diversos territórios, e, por sua vez, nas diversas políticas setoriais consideradas.

Dessa forma, com base na faixa de valores obtidos, as médias acima de 3,84 (três vírgula oitenta e quatro) foram consideradas para classificar um TI como um território com alto grau de representação das instituições públicas estaduais nos colegiados. As médias abaixo de 3,60 (três vírgula sessenta) foram consideradas territórios com baixo grau de representação e atuação. Para valores situados entre essas médias foram considerados territórios de médio grau de representação.

As instituições públicas foram consideradas como tendo um alto grau de representação, quando a nota individual, que representa a quantidade de colegiados que as mesmas fazem parte da composição, foi superior a 10 (dez). As instituições com nota inferior a 1 (um) foram consideradas como sendo de baixo grau de representação nos colegiados.

O quarto indicador utilizado na análise das potencialidades e limitações Institucionais para a implementação do ZEE na Bahia foi a concentração de investimentos privados, com o objetivo de avaliar a distribuição regional dos investimentos privados, presentes nos territórios.

Esse indicador ajuda a detectar as áreas de maior concentração dos investimentos privados, que identificam as áreas de maior dinamismo da economia baiana e pode orientar o Estado para que este desenvolva, fortaleça e direcione suas políticas públicas setoriais nos TIs onde a iniciativa privada necessite de maior apoio governamental.

Além disso, pode o Estado, com base nesse indicador, fortalecer suas estruturas de administração pública voltadas a apoiar ou atrair investimentos privados nos TIs que possuem menor número de investimentos.

O quinto indicador utilizado na análise foi a verificação da aplicação das políticas federais, observada a partir da distribuição regional dessas políticas aplicadas.

Esse indicador mostra as áreas e temas considerados prioritários pelo poder público federal no território estadual. Isso permite ao poder público estadual otimizar seus recursos no sentido de apoiar as ações federais em curso e complementar as ações consideradas pertinentes em outras áreas.

Além disso, o referido indicador permite ao Estado buscar apoio do poder público federal no sentido de orientar o direcionamento dos Planos, Programas e Projetos federais para as macrorregiões, considerando as atividades produtivas preponderantes, a realidade e os índices sociais e a situação ambiental das cinco macrorregiões.

O sexto e último indicador utilizado na análise foi presença das políticas estaduais, com o objetivo de avaliar a distribuição regional das políticas estaduais aplicadas no território baiano.

Esse indicador ajuda a identificar quais são os segmentos e em que territórios o Estado está investindo, para que possa planejar suas ações futuras. Isso permite ao Poder Público estadual otimizar seus recursos e redirecionar suas ações de planejamento em prol do desenvolvimento econômico regional.

Para cada indicador trabalhado foram definidas classes de desempenho que correspondem a diferentes graus de potencialidades e limitações e, portanto, para cada um desses foram elaboradas as respectivas recomendações. Diante desta característica metodológica, alguns TIs, mesmo apresentando em seu conjunto características diferenciadas, podem apresentar desempenhos semelhantes em determinado indicador, o que implicam as mesmas recomendações no tratamento dessa potencialidade ou limitação.

Os Planos, Programas e Projetos federais e estaduais indicados neste trabalho foram selecionados pelo Governo do Estado, por meio da Secretaria de Planejamento e da Secretaria de Meio Ambiente, e somente foram considerados aqueles com aplicação por TI.

Os volumes dos recursos injetados pelas políticas públicas federais e estaduais nos Territórios de Identidade, de que tratam o quarto e o quinto indicador, não foram utilizados como critérios de análise da realidade dos territórios, uma vez que não foram localizados dados disponíveis para mensurá-los por TI.

### 15.3. Resultados

A seguir, do Quadro 111 ao Quadro 116, é apresentada uma síntese com as potencialidades e limitações identificadas para os indicadores adotados e recomendações institucionais de atuação do Estado, com vistas à implementação do ZEE e a orientação do seu arranjo institucional.



Quadro 111 - Síntese de potencialidades, limitações e recomendações referentes ao tema **Institucional: Presença Física de Instituições Públicas**

ASPECTO: PRESENÇA FÍSICA DE INSTITUIÇÕES PÚBLICAS					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Território(s) de Identidade onde ocorre(m) o(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) o(s) critério(s)	Fator(es) que potencializa(m) a melhor atuação institucional	Fator(es) que impede(m) ou restringe(m) a melhor atuação institucional	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) referentes à atuação institucional
TIs com pelo menos um município com mais de oito estruturas físicas de instituições públicas estaduais	Bacia do Rio Grande; Chapada Diamantina; Extremo Sul; Irecê; Litoral Norte e Agreste Baiano; Litoral Sul; Médio Rio de Contas; Metropolitana de Salvador; Piemonte da Diamantina; Piemonte do Paraguaçu; Piemonte Norte do Itapicuru; Portal do Sertão; Sertão do São Francisco; Vitória da Conquista.	1, 2, 3, 4, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 32, 33, 34, 35, 36	Forte presença física de instituições públicas no território de identidade, exercendo papel importante no apoio à gestão do Estado no território.  Instituições estaduais com capacidade para atuarem como estruturas executivas governamentais em arranjos institucionais, além de fornecerem espaços físicos para apoio às ações e atividades de gestão dos instrumentos de planejamento.	Ausência de um sistema integrador e articulador de políticas públicas ambientais e territoriais que possa atuar como catalisador das políticas setoriais.	Estimular a qualificação da atuação do Estado no território.  Prever um sistema de gestão ambiental e territorial para o desenvolvimento sustentável, integrando e articulando as políticas ambientais, territoriais e setoriais e seus respectivos sistemas de gestão.  Prever a elaboração de uma política estadual de participação social e governança do território, articulando os sistemas de gestão e participação social nas políticas públicas.
TIs com municípios com até oito estruturas físicas de instituições públicas estaduais	Bacia do Jacuípe; Bacia do Paramirim; Bacia do Rio Corrente; Baixo Sul; Costa do Descobrimento; Itaparica; Médio Sudoeste da Bahia; Recôncavo; Semiárido Nordeste II; Sertão Produtivo; Sisal; Vale do Jiquiriçá; Velho Chico.	1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 11, 12, 13, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 36		Municípios sem instalações físicas de instituições públicas restringindo a implantação dos instrumentos de planejamento do Estado e o processo de desenvolvimento sustentável do território.  Fragilidade institucional decorrente da ausência das representações públicas nos municípios do território de identidade, repercutindo em maiores dificuldades na discussão, internalização e implantação dos instrumentos de planejamento do Estado.  Ausência de um sistema integrador e articulador de políticas públicas ambientais e territoriais que possa atuar como catalisador das políticas setoriais.	Ampliar a atuação do Estado no território.  Estimular a articulação entre as instituições estaduais visando ao aprimoramento de uso das estruturas físicas existentes, de modo a viabilizar o funcionamento compartilhado destes espaços públicos.  Prever um sistema de gestão ambiental e territorial para o desenvolvimento sustentável, integrando e articulando as políticas ambientais, territoriais e setoriais e seus respectivos sistemas de gestão.  Prever a elaboração de uma política estadual de participação social e governança do território, articulando os sistemas de gestão e participação social nas políticas públicas.

Fonte: Consórcio Geohidro-Sondotécnica, 2013.

**Quadro 112** - Síntese de potencialidades, limitações e recomendações referentes ao tema **Institucional: Sistema de Gestão Ambiental Municipal**

ASPECTO: SISTEMA DE GESTÃO AMBIENTAL MUNICIPAL					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Território(s) de Identidade onde ocorre(m) o(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) o(s) critério(s)	Fator(es) que potencializa(m) a melhor atuação institucional	Fator(es) que impede(m) ou restringe(m) a melhor atuação institucional	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) referentes à atuação institucional
TIs que possuem seus municípios polos com sistemas de gestão implantados e reconhecidos pelo CEPRAM	Bacia do Rio Grande; Costa do Descobrimento; Irecê; Litoral Norte e Agreste Baiano; Litoral Sul; Piemonte da Diamantina; Portal do Sertão; Sertão Produtivo; Vitória da Conquista.	1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 18, 19, 20, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 32, 33, 35, 36	Existência de municípios institucionalmente mais estruturados para a gestão ambiental, com Sistema de Gestão Ambiental, apresentando melhores condições para a internalização e a implantação do ZEE.  Existência de municípios com órgãos ambientais de meio ambiente organizados e com potencial para atuarem como gestores ambientais, contribuindo para o processo de descentralização da gestão ambiental no Estado.  Nível avançado de integração entre a União, o Estado e os municípios no que concerne à gestão ambiental, favorecendo à internalização do ZEE nos três níveis governamentais.		Fomentar estratégias de apoio técnico, institucional e capacitação para que os municípios atuem como entes sensibilizadores e multiplicadores da importância da adequada implantação dos instrumentos de planejamento territorial e funcionem como estruturas de apoio à gestão ambiental do Estado.  Proporcionar, por intermédio da SEMA, intensificação da articulação com os municípios onde há maior concentração de intervenções de ordem econômica e social, apoiando, no contexto do SISNAMA, a implantação de uma gestão ambiental mais eficaz.  Avaliar os resultados de desempenho dos municípios no GAC e redirecioná-los para buscar maior eficácia de suas ações e principalmente de seus instrumentos de planejamento.
TIs que possuem seus municípios polos com sistemas de gestão em implantação	Bacia do Paramirim; Chapada Diamantina; Extremo Sul; Médio Sudoeste da Bahia; Piemonte do Paraguaçu; Recôncavo; Sertão do São Francisco; Sisal e Velho Chico.	3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 32, 33, 34, 36	Existência de municípios com órgãos ambientais de meio ambiente em implantação, os quais poderão atuar como gestores ambientais contribuindo para o processo de descentralização da gestão ambiental do Estado.		Fomentar estratégias de apoio técnico, institucional e capacitação para que os municípios atuem como entes sensibilizadores e multiplicadores da importância da adequada implantação dos instrumentos de planejamento territorial e funcionem como estruturas de apoio à gestão ambiental do Estado.  Fortalecer, por meio do GAC, as estratégias de apoio à implantação dos sistemas de gestão ambiental nos municípios, de modo a facilitar o uso dos instrumentos de planejamento e gestão do Governo do Estado, no que concerne ao uso do solo e dos recursos naturais.  Fomentar estratégias para que os municípios atuem como entes sensibilizadores e multiplicadores da importância da adequada implantação dos instrumentos de planejamento territorial e funcionem como estruturas de apoio à gestão ambiental do Estado.
TIs que possuem seus municípios polos sem sistemas de gestão implantados	Bacia do Jacuípe; Bacia do Rio Corrente; Baixo Sul; Itaparica; Médio Rio de Contas; Metropolitana de Salvador; Piemonte Norte do Itapicuru; Semiárido Nordeste II; Vale do Jiquiriçá.	1, 2, 3, 5, 7, 12, 14, 15, 17, 18, 19, 20, 21, 23, 24, 25, 26, 27, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36		Existência de municípios sem sistema de gestão ambiental, limitando a implantação do ZEE, uma vez que, os instrumentos de planejamento não refletirão a realidade local relacionada à demanda por recursos naturais.	Fomentar estratégias de apoio técnico, institucional e capacitação para que os municípios atuem como entes sensibilizadores e multiplicadores da importância da adequada implantação dos instrumentos de planejamento territorial e funcionem como estruturas de apoio à gestão ambiental do Estado.  Fortalecer, por meio do GAC, as estratégias de apoio à implantação dos sistemas de gestão ambiental nos municípios, de modo a facilitar o uso dos instrumentos de planejamento e gestão do Governo do Estado, no que concerne ao uso do solo e dos recursos naturais.

Fonte: Consórcio Geohidro-Sondotécnica, 2013.

**Quadro 113 - Síntese de potencialidades, limitações e recomendações referentes ao tema Institucional: Participação de Instituições Públicas em Colegiados**

ASPECTO: PARTICIPAÇÃO DE INSTITUIÇÕES PÚBLICAS EM COLEGIADOS					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Território(s) de Identidade onde ocorre(m) o(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) o(s) critério(s)	Fator(es) que potencializa(m) a melhor atuação institucional	Fator(es) que impede(m) ou restringe(m) a melhor atuação institucional	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) referentes à atuação institucional
TIs com alto grau de representação das instituições públicas nos colegiados de participação social	Bacia do Jacuípe; Bacia do Rio Corrente; Bacia do Rio Grande; Baixo Sul; Irecê; Recôncavo; Semiárido Nordeste II.	1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 9, 10, 11, 15, 18, 19, 20, 23, 24, 25, 26, 27, 30, 31, 32, 33, 34, 36	<p>Potencial para aproveitamento da capilaridade das secretarias que se destacam pela representação e atuação nos colegiados de discussão pública do Estado.</p> <p>A participação de instituições governamentais em colegiados de discussão de políticas públicas constitui-se em condição favorável à análise da institucionalidade de um território, uma vez que reflete a multiplicidade de interesses da Administração Pública sobre a ocupação de um território, fundamental na implantação do ZEE do Estado.</p>		<p>Promover a valorização da capilaridade das secretarias que se destacam pela representação e atuação nos colegiados de discussão pública do Estado.</p> <p>Criar mecanismos de capacitação e promoção da participação de instituições públicas nos diversos colegiados de participação social.</p> <p>Fomentar a participação de instituições com baixo grau de representação em colegiados de participação social, por meio do acompanhamento e estímulo das instituições com mais atuação no território de identidade.</p> <p>Priorizar a representação das instituições por interlocutores com capacidade de decisão, de modo que a participação não se dê apenas de uma maneira protocolar.</p> <p>Revisar a composição dos colegiados de participação social, de modo a torná-los mais representativos e legítimos das forças que atuam no território.</p>
TIs com médio grau de representação das instituições públicas nos colegiados de participação social	Litoral Sul; Médio Rio de Contas; Médio Sudoeste da Bahia; Metropolitana de Salvador; Piemonte do Paraguaçu; Sertão do São Francisco; Sertão Produtivo; Vitória da Conquista.	5, 6, 7, 8, 9, 11, 12, 13, 14, 16, 17, 18, 20, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 30, 32, 33, 34, 35, 36	<p>Potencial para aproveitamento da capilaridade das secretarias que se destacam pela representação e atuação nos colegiados de discussão pública do Estado.</p> <p>A participação de instituições governamentais em colegiados de discussão de políticas públicas constitui-se em condição favorável à análise da institucionalidade de um território, uma vez que reflete a multiplicidade de interesses da Administração Pública sobre a ocupação de um território, fundamental na implantação do Zoneamento Ecológico Econômico do Estado.</p>	O distanciamento das instituições públicas dos colegiados participativos poderá dificultar a articulação e a integração institucionais para discussão de instrumentos de gestão das diversas políticas pública setoriais existentes.	<p>Promover a valorização da capilaridade das secretarias que se destacam pela representação e atuação nos colegiados de discussão pública do Estado.</p> <p>Criar mecanismos de capacitação e promoção da participação de instituições públicas nos diversos colegiados de participação social.</p> <p>Fomentar a participação de instituições com baixo grau de representação em colegiados de participação social, por meio do acompanhamento e estímulo das instituições com mais atuação no território de identidade.</p> <p>Priorizar a representação das instituições por interlocutores com capacidade de decisão, de modo que a participação não se dê apenas de uma maneira protocolar.</p> <p>Revisar a composição dos colegiados de participação social, de modo a torná-los mais representativos e legítimos das forças que atuam no território.</p> <p>Intensificar a participação das secretarias setoriais do Estado nos colegiados.</p>

(Continua)

ASPECTO: PARTICIPAÇÃO DE INSTITUIÇÕES PÚBLICAS EM COLEGIADOS					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Território(s) de Identidade onde ocorre(m) o(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) o(s) critério(s)	Fator(es) que potencializa(m) a melhor atuação institucional	Fator(es) que impede(m) ou restringe(m) a melhor atuação institucional	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) referentes à atuação institucional
TIs com baixo grau de representação das instituições públicas nos colegiados de participação social	Bacia do Paramirim; Chapada Diamantina; Costa do Descobrimento; Extremo Sul; Itaparica; Litoral Norte e Agreste Baiano; Piemonte da Diamantina; Piemonte Norte do Itapicuru; Portal do Sertão; Sisal; Vale do Jiquiriçá; Velho Chico.	3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 35, 36		O distanciamento das instituições públicas dos colegiados participativos poderá dificultar a articulação e a integração institucionais para discussão de instrumentos de gestão das diversas políticas pública setoriais existentes.	Promover a valorização da capilaridade das secretarias que se destacam pela representação e atuação nos colegiados de discussão pública do Estado.  Criar mecanismos de capacitação e promoção da participação de instituições públicas nos diversos colegiados de participação social.  Fomentar a participação de instituições com baixo grau de representação em colegiados de participação social, por meio do acompanhamento e estímulo das instituições com mais atuação no território de identidade.  Priorizar a representação das instituições por interlocutores com capacidade de decisão, de modo que a participação não se dê apenas de uma maneira protocolar.  Revisar a composição dos colegiados de participação social, de modo a torná-los mais representativos e legítimos das forças que atuam no território.  Intensificar a participação das secretarias setoriais do Estado nos colegiados.

Fonte: Consórcio Geohidro-Sondotécnica, 2013.

Quadro 114 - Síntese de potencialidades, limitações e recomendações referentes ao tema **Institucional: Investimento Privados**

ASPECTO: INVESTIMENTO PRIVADOS					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Território(s) de Identidade onde ocorre(m) o(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) o(s) critério(s)	Fator(es) que potencializa(m) a melhor atuação institucional	Fator(es) que impede(m) ou restringe(m) a melhor atuação institucional	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) referentes à atuação institucional
TIs com 5 a 25 investimentos privados existentes de relevância para o dinamismo econômico regional	Bacia do Rio Grande; Extremo Sul; Litoral Norte e Agreste Baiano; Metropolitana de Salvador; Vale do Jiquiriçá.	1, 2, 3, 4, 6, 12, 20, 21, 23, 24, 25, 28, 29, 32, 33, 34, 35, 36	Alta concentração de investimentos privados sinalizando maior dinamismo econômico da região.  Potencial para orientar o desenvolvimento, fortalecimento e direcionamento das políticas públicas setoriais do Estado.		Articular a participação do setor privado nas instâncias de discussões relacionadas ao ZEE, a exemplo dos colegiados de política pública, promovendo o envolvimento dos diversos segmentos desde a concepção do instrumento, à sua implantação e gestão.  Fortalecer as estruturas da administração pública estadual voltadas a orientar investimentos privados no planejamento da adequação dos empreendimentos no território baiano.  Promover meios de articulação entre os diferentes segmentos econômicos sobre o desenvolvimento sustentável do território.
TIs com 1 a 4 investimentos privados existentes de relevância para o dinamismo econômico regional	Bacia do Rio Corrente; Baixo Sul; Costa do Descobrimento; Irecê; Itaparica; Litoral Sul; Médio Rio de Contas; Médio Sudoeste da Bahia; Piemonte do Paraguaçu; Piemonte Norte do Itapicuru; Portal do Sertão; Recôncavo; Semiárido Nordeste II; Sertão do São Francisco; Sertão Produtivo; Sisal; Velho Chico; Vitória da Conquista.	1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 36		Média representatividade do setor privado na construção e gestão dos instrumentos de planejamento do território gestão ambiental, a exemplo do ZEE.	Articular a participação do setor privado nas instâncias de discussões relacionadas ao ZEE, a exemplo dos colegiados de política pública, promovendo o envolvimento dos diversos segmentos desde a concepção do instrumento, à sua implantação e gestão.  Fortalecer as estruturas da administração pública estadual voltadas a orientar investimentos privados no planejamento da adequação dos empreendimentos no território baiano.  Promover meios de valorização das potencialidades para o desenvolvimento sustentável do território, junto ao setor privado.  Promover meios de articulação entre os diferentes segmentos econômicos sobre o desenvolvimento sustentável do território.
TIs sem investimentos privados existentes de relevância para o dinamismo econômico regional	Bacia do Jacuípe; Bacia do Paramirim; Chapada Diamantina; Piemonte da Diamantina.	7, 8, 9, 10, 11, 12, 14, 15, 16, 18, 19, 20, 23, 24		Nula representatividade do setor privado na construção e gestão dos instrumentos de planejamento do território gestão ambiental, a exemplo do ZEE.	Articular a participação do setor privado nas instâncias de discussões relacionadas ao ZEE, a exemplo dos colegiados de política pública, promovendo o envolvimento dos diversos segmentos desde a concepção do instrumento, à sua implantação e gestão.  Fortalecer as estruturas da administração pública estadual voltadas a orientar investimentos privados no planejamento da adequação dos empreendimentos no território baiano.  Promover meios de valorização das potencialidades para o desenvolvimento sustentável do território, junto ao setor privado.

Fonte: Consórcio Geohidro-Sondotécnica, 2013.



**Quadro 115 - Síntese de potencialidades, limitações e recomendações referentes ao tema Institucional: Políticas Federais**

ASPECTO: POLÍTICAS FEDERAIS					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Território(s) de Identidade onde ocorre(m) o(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) o(s) critério(s)	Fator(es) que potencializa(m) a melhor atuação institucional	Fator(es) que impede(m) ou restringe(m) a melhor atuação institucional	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) referentes à atuação institucional
TIs com 11 a 21 programas federais existentes, principalmente voltados às questões social e econômica	Sertão do São Francisco; Irecê; Velho Chico; Sisal; Sertão Produtivo; Portal do Sertão; Vitória da Conquista.	3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 17, 19, 20, 22, 23, 24, 25, 30, 32, 33	Potencial de articulação e fortalecimento dos programas federais voltados às questões social e econômica. Este indicador mostra as áreas e temáticas consideradas prioritárias pelo Poder Público Federal no território estadual. Tal condição permite ao Estado a otimização dos recursos, no sentido de apoiar as ações federais em curso e complementar as ações que considerar pertinentes em outras áreas.	Território com poucos programas federais voltados à questão ambiental.	Apoiar institucional e tecnicamente os órgãos federais que operam as diversas políticas públicas que se encontram em desenvolvimento no Estado.  Planejar as ações estaduais de modo complementar às ações desenvolvidas pelo Governo Federal, a exemplo de investimentos em infraestrutura (rodovias, ferrovias e telecomunicação) e de apoio ao turismo e à agricultura.  Verificar, junto aos entes federais, a compatibilidade dos projetos sociais, econômicos e ambientais da União com as políticas de desenvolvimento estadual, principalmente relacionadas aos pressupostos e as orientações do ZEE.  Atuar de modo compartilhado com os municípios no estabelecimento de programas relacionados à área social, como saúde e educação.
TIs com 11 a 21 programas federais existentes, principalmente voltados às questões ambiental e econômica	Litoral Norte e Agreste Baiano; Litoral Sul.	22, 23, 26, 27, 28, 32, 33, 35, 36	Potencial de articulação e fortalecimento dos programas federais voltados às questões ambiental e econômica. Este indicador mostra as áreas e temáticas consideradas prioritárias pelo Poder Público Federal no território estadual. Tal condição permite ao Estado a otimização dos recursos, no sentido de apoiar as ações federais em curso e complementar as ações que considerar pertinentes em outras áreas.	Território com poucos programas federais voltados à questão social.	Apoiar institucional e tecnicamente os órgãos federais que operam as diversas políticas públicas que se encontram em desenvolvimento no Estado.  Planejar as ações estaduais de modo complementar às ações desenvolvidas pelo Governo Federal, a exemplo de investimentos em infraestrutura (rodovias, ferrovias e telecomunicação) e de apoio ao turismo e à agricultura.  Verificar, junto aos entes federais, a compatibilidade dos projetos sociais, econômicos e ambientais da União com as políticas de desenvolvimento estadual, principalmente relacionadas aos pressupostos e as orientações do ZEE.
TIs com 11 a 21 programas federais existentes, voltados às questões ambiental, social e econômica	Recôncavo; Metropolitana de Salvador.	24, 25, 26, 33, 34, 35, 36	Potencial de articulação e fortalecimento dos programas federais voltados às questões ambiental, social e econômica. Este indicador mostra as áreas e temáticas consideradas prioritárias pelo Poder Público Federal no território estadual. Tal condição permite ao Estado a otimização dos recursos, no sentido de apoiar as ações federais em curso e complementar as ações que considerar pertinentes em outras áreas.		Apoiar institucional e tecnicamente os órgãos federais que operam as diversas políticas públicas que se encontram em desenvolvimento no Estado.  Planejar as ações estaduais de modo complementar às ações desenvolvidas pelo Governo Federal, a exemplo de investimentos em infraestrutura (rodovias, ferrovias e telecomunicação) e de apoio ao turismo e à agricultura.  Verificar, junto aos entes federais, a compatibilidade dos projetos sociais, econômicos e ambientais da União com as políticas de desenvolvimento estadual, principalmente relacionadas aos pressupostos e as orientações do ZEE.  Atuar de modo compartilhado com os municípios no estabelecimento de programas relacionados à área social, como saúde e educação.

(Continua)

ASPECTO: POLÍTICAS FEDERAIS					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Território(s) de Identidade onde ocorre(m) o(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) o(s) critério(s)	Fator(es) que potencializa(m) a melhor atuação institucional	Fator(es) que impede(m) ou restringe(m) a melhor atuação institucional	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) referentes à atuação institucional
TIs com 7 a 10 programas federais existentes, principalmente voltados à questão econômica	Bacia do Rio Grande.	1, 2, 3, 4, 6	Potencial de articulação e fortalecimento dos programas federais voltados à questão econômica. Este indicador mostra as áreas e temáticas consideradas prioritárias pelo Poder Público Federal no território estadual. Tal condição permite ao Estado a otimização dos recursos, no sentido de apoiar as ações federais em curso e complementar as ações que considerar pertinentes em outras áreas.	Território com poucos programas federais voltados às questões ambiental e social.	<p>Priorizar a atuação estadual nas áreas social e ambiental.</p> <p>Apoiar institucional e tecnicamente os órgãos federais que operam as diversas políticas públicas que se encontram em desenvolvimento no Estado.</p> <p>Planejar as ações estaduais de modo complementar às ações desenvolvidas pelo Governo Federal, a exemplo de investimentos em infraestrutura (rodovias, ferrovias e telecomunicação) e de apoio ao turismo e à agricultura.</p> <p>Verificar, junto aos entes federais, a compatibilidade dos projetos sociais, econômicos e ambientais da União com as políticas de desenvolvimento estadual, principalmente relacionadas aos pressupostos e as orientações do ZEE.</p>
TIs com 7 a 10 programas federais existentes, principalmente voltados às questões social e econômica	Vale do Jiquiriçá; Piemonte do Paraguaçu; Semiárido Nordeste II; Médio Rio de Contas; Itaparica; Piemonte Norte do Itapicuru.	7, 12, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 23, 24, 25, 27, 30, 31, 32	Potencial de articulação e fortalecimento dos programas federais voltados às questões social e econômica. Este indicador mostra as áreas e temáticas consideradas prioritárias pelo Poder Público Federal no território estadual. Tal condição permite ao Estado a otimização dos recursos, no sentido de apoiar as ações federais em curso e complementar as ações que considerar pertinentes em outras áreas.	Território com poucos programas federais voltados à questão ambiental.	<p>Apoiar institucional e tecnicamente os órgãos federais que operam as diversas políticas públicas que se encontram em desenvolvimento no Estado.</p> <p>Planejar as ações estaduais de modo complementar às ações desenvolvidas pelo Governo Federal, a exemplo de investimentos em infraestrutura (rodovias, ferrovias e telecomunicação) e de apoio ao turismo e à agricultura.</p> <p>Verificar, junto aos entes federais, a compatibilidade dos projetos sociais, econômicos e ambientais da União com as políticas de desenvolvimento estadual, principalmente relacionadas aos pressupostos e as orientações do ZEE.</p> <p>Atuar de modo compartilhado com os municípios no estabelecimento de programas relacionados à área social, como saúde e educação.</p>
TIs com 7 a 10 programas federais existentes, principalmente voltados às questões ambiental e econômica	Baixo Sul; Extremo Sul; Costa do Descobrimento.	20, 22, 25, 26, 27, 28, 29, 36	Potencial de articulação e fortalecimento dos programas federais voltados às questões ambiental e econômica. Este indicador mostra as áreas e temáticas consideradas prioritárias pelo Poder Público Federal no território estadual. Tal condição permite ao Estado a otimização dos recursos, no sentido de apoiar as ações federais em curso e complementar as ações que considerar pertinentes em outras áreas.	Território com poucos programas federais voltados à questão social.	<p>Apoiar institucional e tecnicamente os órgãos federais que operam as diversas políticas públicas que se encontram em desenvolvimento no Estado.</p> <p>Planejar as ações estaduais de modo complementar às ações desenvolvidas pelo Governo Federal, a exemplo de investimentos em infraestrutura (rodovias, ferrovias e telecomunicação) e de apoio ao turismo e à agricultura.</p> <p>Atuar de modo compartilhado com os municípios no estabelecimento de programas relacionados à área ambiental.</p> <p>Verificar, junto aos entes federais, a compatibilidade dos projetos sociais, econômicos e ambientais da União com as políticas de desenvolvimento estadual, principalmente relacionadas aos pressupostos e as orientações do ZEE.</p>

(Continua)

ASPECTO: POLÍTICAS FEDERAIS					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Território(s) de Identidade onde ocorre(m) o(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) o(s) critério(s)	Fator(es) que potencializa(m) a melhor atuação institucional	Fator(es) que impede(m) ou restringe(m) a melhor atuação institucional	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) referentes à atuação institucional
TIs com até 6 programas federais existentes, principalmente voltados à questão econômica	Bacia do Rio Corrente.	1, 2, 3, 5	Potencial de articulação e fortalecimento dos programas federais voltados à questão econômica. Este indicador mostra as áreas e temáticas consideradas prioritárias pelo Poder Público Federal no território estadual. Tal condição permite ao Estado a otimização dos recursos, no sentido de apoiar as ações federais em curso e complementar as ações que considerar pertinentes em outras áreas.	Território com poucos programas federais voltados às questões ambiental e social.	<p>Priorizar a atuação estadual nas áreas social e ambiental.</p> <p>Apoiar institucional e tecnicamente os órgãos federais que operam as diversas políticas públicas que se encontram em desenvolvimento no Estado.</p> <p>Planejar as ações estaduais de modo complementar às ações desenvolvidas pelo Governo Federal, a exemplo de investimentos em infraestrutura (rodovias, ferrovias e telecomunicação) e de apoio ao turismo e à agricultura.</p> <p>Verificar, junto aos entes federais, a compatibilidade dos projetos sociais, econômicos e ambientais da União com as políticas de desenvolvimento estadual, principalmente relacionadas aos pressupostos e as orientações do ZEE.</p>
TIs com até 6 programas federais existentes, principalmente voltados às questões social e econômica	Chapada Diamantina; Médio Sudoeste da Bahia; Bacia do Paramirim; Bacia do Jacuípe; Piemonte da Diamantina.	7, 8, 9, 10, 11, 12, 14, 15, 16, 18, 19, 20, 22, 23, 24, 27	Potencial de articulação e fortalecimento dos programas federais voltados às questões social e econômica. Este indicador mostra as áreas e temáticas consideradas prioritárias pelo Poder Público Federal no território estadual. Tal condição permite ao Estado a otimização dos recursos, no sentido de apoiar as ações federais em curso e complementar as ações que considerar pertinentes em outras áreas.	Território com poucos programas federais voltados à questão ambiental.	<p>Apoiar institucional e tecnicamente os órgãos federais que operam as diversas políticas públicas que se encontram em desenvolvimento no Estado.</p> <p>Planejar as ações estaduais de modo complementar às ações desenvolvidas pelo Governo Federal, a exemplo de investimentos em infraestrutura (rodovias, ferrovias e telecomunicação) e de apoio ao turismo e à agricultura.</p> <p>Verificar, junto aos entes federais, a compatibilidade dos projetos sociais, econômicos e ambientais da União com as políticas de desenvolvimento estadual, principalmente relacionadas aos pressupostos e as orientações do ZEE.</p> <p>Atuar de modo compartilhado com os municípios no estabelecimento de programas relacionados à área social, como saúde e educação.</p>

Fonte: Consórcio Geohidro-Sondotécnica, 2013.

**Quadro 116** - Síntese de potencialidades, limitações e recomendações referentes ao tema **Institucional: Políticas Estaduais**

ASPECTO: POLÍTICAS ESTADUAIS					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Território(s) de Identidade onde ocorre(m) o(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) o(s) critério(s)	Fator(es) que potencializa(m) a melhor atuação institucional	Fator(es) que impede(m) ou restringe(m) a melhor atuação institucional	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) referentes à atuação institucional
TIs com 7 a 11 programas estaduais existentes, principalmente voltados à questão social	Litoral Norte e Agreste Baiano.	23, 32, 33, 35, 36	<p>Potencial de fortalecimento das políticas públicas ambientais, sociais e econômicas, dos colegiados de participação social, dos instrumentos de planejamento e dos sistemas de gestão ambiental estaduais.</p> <p>Potencial de otimização dos recursos do Estado e de redirecionamento de suas ações de planejamento voltado ao desenvolvimento econômico regional.</p> <p>Território com muitos programas estaduais voltados à questão social.</p>	Território com poucos programas estaduais voltados às questões ambiental e econômica.	<p>Direcionar as políticas públicas estaduais, buscando adequá-las às necessidades de cada território de identidade.</p> <p>Priorizar o planejamento ambiental, principalmente voltado para redução dos impactos decorrentes da ocupação do território.</p> <p>Atuar fortemente, com base no planejamento ambiental, na fiscalização quanto ao cumprimento da legislação ambiental, visando à garantia da qualidade ambiental.</p> <p>Priorizar a atenção às comunidades tradicionais, quilombolas e indígenas, mediante integração das políticas públicas e articulação com órgãos federais, de modo a garantir os modos de vida e sustento destas comunidades.</p> <p>Verificar, junto às secretarias relacionadas às intervenções econômicas no território, a compatibilidade das políticas setoriais com os pressupostos de orientação do ZEE.</p>
TIs com 7 a 11 programas estaduais existentes, principalmente voltados às questões ambiental e social	Sertão do São Francisco; Médio Rio de Contas.	6, 7, 12, 14, 17, 20, 23, 27, 30, 32	<p>Potencial de fortalecimento das políticas públicas ambientais, sociais e econômicas, dos colegiados de participação social, dos instrumentos de planejamento e dos sistemas de gestão ambiental estaduais.</p> <p>Potencial de otimização dos recursos do Estado e de redirecionamento de suas ações de planejamento voltado ao desenvolvimento econômico regional.</p> <p>Território com muitos programas estaduais voltados às questões ambiental e social.</p>	Território com poucos programas estaduais voltados à questão econômica.	<p>Direcionar as políticas públicas estaduais, buscando adequá-las às necessidades de cada território de identidade.</p> <p>Articular a integração das secretarias do Estado de modo a otimizar os recursos necessários para garantia do abastecimento humano e do desenvolvimento das atividades econômicas e, sobretudo, da melhoria da qualidade de vida.</p> <p>Atuar de modo complementar às ações de investimento em infraestrutura voltadas para o escoamento da produção geradas pelo Governo Federal.</p> <p>Estimular a instalação de novas e a manutenção das atuais atividades geradoras de emprego e renda.</p> <p>Verificar, junto às secretarias relacionadas às intervenções econômicas no território, a compatibilidade das políticas setoriais com os pressupostos de orientação do ZEE.</p>

(Continua)

ASPECTO: POLÍTICAS ESTADUAIS					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Território(s) de Identidade onde ocorre(m) o(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) o(s) critério(s)	Fator(es) que potencializa(m) a melhor atuação institucional	Fator(es) que impede(m) ou restringe(m) a melhor atuação institucional	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) referentes à atuação institucional
TIs com 7 a 11 programas estaduais existentes, voltados às questões ambiental, social e econômica	Metropolitana de Salvador.	33, 34, 35, 36	<p>Potencial de fortalecimento das políticas públicas ambientais, sociais e econômicas, dos colegiados de participação social, dos instrumentos de planejamento e dos sistemas de gestão ambiental estaduais.</p> <p>Potencial de otimização dos recursos do Estado e de redirecionamento de suas ações de planejamento voltado ao desenvolvimento econômico regional.</p> <p>Território com muitos programas estaduais voltados às questões ambiental, social e econômica.</p>		<p>Direcionar as políticas públicas estaduais, buscando adequá-las às necessidades de cada território de identidade.</p> <p>Priorizar o planejamento ambiental, principalmente voltado para redução dos impactos decorrentes da ocupação do território.</p> <p>Atuar fortemente, com base no planejamento ambiental, na fiscalização quanto ao cumprimento da legislação ambiental, visando à garantia da qualidade ambiental.</p> <p>Priorizar a atenção às comunidades tradicionais, quilombolas e indígenas, mediante integração das políticas públicas e articulação com órgãos federais, de modo a garantir os modos de vida e sustento destas comunidades.</p> <p>Verificar, junto às secretarias relacionadas às intervenções econômicas no território, a compatibilidade das políticas setoriais com os pressupostos de orientação do ZEE.</p>
TIs com 5 a 6 programas estaduais existentes, principalmente voltados à questão social	Bacia do Rio Grande; Litoral Sul; Baixo Sul; Costa do Descobrimento.	20, 22, 25, 26, 27, 28, 29, 36	<p>Potencial de fortalecimento das políticas públicas ambientais, sociais e econômicas, dos colegiados de participação social, dos instrumentos de planejamento e dos sistemas de gestão ambiental estaduais.</p> <p>Potencial de otimização dos recursos do Estado e de redirecionamento de suas ações de planejamento voltado ao desenvolvimento econômico regional.</p> <p>Território com muitos programas estaduais voltados à questão social.</p>	Território com poucos programas estaduais voltados às questões ambiental e econômica.	<p>Direcionar as políticas públicas estaduais, buscando adequá-las às necessidades de cada território de identidade.</p> <p>Priorizar a atenção ao território, mediante ações de compartilhamento da gestão ambiental, de modo a reduzir os conflitos por terra e água.</p> <p>Priorizar o planejamento ambiental, principalmente voltado para redução dos impactos decorrentes da ocupação do território.</p> <p>Atuar fortemente, com base no planejamento ambiental, na fiscalização quanto ao cumprimento da legislação ambiental, visando à garantia da qualidade ambiental.</p> <p>Priorizar a atenção às comunidades tradicionais, quilombolas e indígenas, mediante integração das políticas públicas e articulação com órgãos federais, de modo a garantir os modos de vida e sustento destas comunidades.</p> <p>Verificar, junto às secretarias relacionadas às intervenções econômicas no território, a compatibilidade das políticas setoriais com os pressupostos de orientação do ZEE.</p>

(Continua)



ASPECTO: POLÍTICAS ESTADUAIS					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Território(s) de Identidade onde ocorre(m) o(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) o(s) critério(s)	Fator(es) que potencializa(m) a melhor atuação institucional	Fator(es) que impede(m) ou restringe(m) a melhor atuação institucional	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) referentes à atuação institucional
TIs com 5 a 6 programas estaduais existentes, principalmente voltados às questões ambiental e social	Irecê; Velho Chico; Sisal; Médio Sudoeste da Bahia; Vale do Jiquiriçá; Sertão Produtivo; Piemonte do Paraguaçu; Portal do Sertão; Vitória da Conquista; Itaparica; Piemonte Norte do Itapicuru.	3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 27, 30, 31, 32, 33	Potencial de fortalecimento das políticas públicas ambientais, sociais e econômicas, dos colegiados de participação social, dos instrumentos de planejamento e dos sistemas de gestão ambiental estaduais.  Potencial de otimização dos recursos do Estado e de redirecionamento de suas ações de planejamento voltado ao desenvolvimento econômico regional.  Território com muitos programas estaduais voltados às questões ambiental e social.	Território com poucos programas estaduais voltados à questão econômica.	Direcionar as políticas públicas estaduais, buscando adequá-las às necessidades de cada território de identidade.  Articular a integração das secretarias do Estado de modo a otimizar os recursos necessários para garantia do abastecimento humano e do desenvolvimento das atividades econômicas e, sobretudo, da melhoria da qualidade de vida.  Atuar de modo complementar às ações de investimento em infraestrutura voltadas para o escoamento da produção geradas pelo Governo Federal.  Estimular a instalação de novas e a manutenção das atuais atividades geradoras de emprego e renda.  Verificar, junto às secretarias relacionadas às intervenções econômicas no território, a compatibilidade das políticas setoriais com os pressupostos de orientação do ZEE.
TIs com 5 a 6 programas estaduais existentes, voltados às questões ambiental, social e econômica	Recôncavo.	24, 25, 26, 33, 34, 36	Potencial de fortalecimento das políticas públicas ambientais, sociais e econômicas, dos colegiados de participação social, dos instrumentos de planejamento e dos sistemas de gestão ambiental estaduais.  Potencial de otimização dos recursos do Estado e de redirecionamento de suas ações de planejamento voltado ao desenvolvimento econômico regional.  Território com muitos programas estaduais voltados às questões ambiental, social e econômica.		Direcionar as políticas públicas estaduais, buscando adequá-las às necessidades de cada território de identidade.  Priorizar o planejamento ambiental, principalmente voltado para redução dos impactos decorrentes da ocupação do território.  Atuar fortemente, com base no planejamento ambiental, na fiscalização quanto ao cumprimento da legislação ambiental, visando à garantia da qualidade ambiental.  Priorizar a atenção às comunidades tradicionais, quilombolas e indígenas, mediante integração das políticas públicas e articulação com órgãos federais, de modo a garantir os modos de vida e sustento destas comunidades.  Verificar, junto às secretarias relacionadas às intervenções econômicas no território, a compatibilidade das políticas setoriais com os pressupostos de orientação do ZEE.

(Continua)

ASPECTO: POLÍTICAS ESTADUAIS					
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	ZONA(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Território(s) de Identidade onde ocorre(m) o(s) critério(s)	Zona(s) em que se localiza(m) o(s) critério(s)	Fator(es) que potencializa(m) a melhor atuação institucional	Fator(es) que impede(m) ou restringe(m) a melhor atuação institucional	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) referentes à atuação institucional
TIs com até 4 programas estaduais existentes, principalmente voltados à questão social	Extremo Sul; Bacia do Rio Corrente.	1, 2, 3, 5, 28, 29, 36	<p>Potencial de fortalecimento das políticas públicas ambientais, sociais e econômicas, dos colegiados de participação social, dos instrumentos de planejamento e dos sistemas de gestão ambiental estaduais.</p> <p>Potencial de otimização dos recursos do Estado e de redirecionamento de suas ações de planejamento voltado ao desenvolvimento econômico regional.</p> <p>Território com muitos programas estaduais voltados à questão social.</p>	Território com poucos programas estaduais voltados às questões ambiental e econômica.	<p>Direcionar as políticas públicas estaduais, buscando adequá-las às necessidades de cada território de identidade.</p> <p>Priorizar o planejamento ambiental, principalmente voltado para redução dos impactos decorrentes da ocupação do território.</p> <p>Priorizar a atenção ao território, mediante ações de compartilhamento da gestão ambiental, de modo a reduzir os conflitos por terra e água.</p> <p>Atuar fortemente, com base no planejamento ambiental, na fiscalização quanto ao cumprimento da legislação ambiental, visando à garantia da qualidade ambiental.</p> <p>Priorizar a atenção às comunidades tradicionais, quilombolas e indígenas, mediante integração das políticas públicas e articulação com órgãos federais, de modo a garantir os modos de vida e sustento destas comunidades.</p> <p>Verificar, junto às secretarias relacionadas às intervenções econômicas no território, a compatibilidade das políticas setoriais com os pressupostos de orientação do ZEE.</p>
TIs com até 4 programas estaduais existentes, principalmente voltados às questões ambiental e social	Semiárido Nordeste II; Piemonte da Diamantina; Bacia do Jacuípe; Bacia do Paramirim; Chapada Diamantina.	7, 8, 9, 10, 11, 12, 14, 15, 16, 18, 19, 20, 23, 24, 30, 31, 32	<p>Potencial de fortalecimento das políticas públicas ambientais, sociais e econômicas, dos colegiados de participação social, dos instrumentos de planejamento e dos sistemas de gestão ambiental estaduais.</p> <p>Potencial de otimização dos recursos do Estado e de redirecionamento de suas ações de planejamento voltado ao desenvolvimento econômico regional.</p> <p>Território com muitos programas estaduais voltados às questões ambiental e social.</p>	Território com poucos programas estaduais voltados à questão econômica.	<p>Direcionar as políticas públicas estaduais, buscando adequá-las às necessidades de cada território de identidade.</p> <p>Articular a integração das secretarias do Estado de modo a otimizar os recursos necessários para garantia do abastecimento humano e do desenvolvimento das atividades econômicas e, sobretudo, da melhoria da qualidade de vida.</p> <p>Atuar de modo complementar às ações de investimento em infraestrutura voltadas para o escoamento da produção geradas pelo Governo Federal.</p> <p>Estimular a instalação de novas e a manutenção das atuais atividades geradoras de emprego e renda.</p> <p>Verificar, junto às secretarias relacionadas às intervenções econômicas no território, a compatibilidade das políticas setoriais com os pressupostos de orientação do ZEE.</p>

Fonte: Consórcio Geohidro-Sondotécnica, 2013.

A forte presença física das instituições públicas nos TIs pode exercer um papel de apoio à gestão do Estado nos territórios. A ausência de municípios com instalações físicas de instituições públicas pode ser considerada uma limitação na implementação do ZEE e no processo de desenvolvimento sustentável do território, uma vez que pode significar um maior distanciamento do poder público, em suas diferentes esferas, no processo de gestão local do território.

As Tabelas 16 à 42 apresentadas no Apêndice 5 deste relatório, referente ao tema Institucional,, trazem a identificação das principais instituições da estrutura administrativa nos territórios de identidade. Com relação à análise da distribuição regional da estrutura administrativa associada à concentração de órgãos estaduais nos territórios dos municípios baianos, os TIs com municípios que possuem estruturas físicas de instituições são os seguintes: Litoral Sul, Extremo Sul, Metropolitano de Salvador, Litoral Norte e Agreste, Bacia do Rio Grande, Irecê, Chapada Diamantina, Sertão do São Francisco, Piemonte do Paraguaçu, Piemonte da Diamantina, Portal do Sertão, Vitória da Conquista, Médio Rio de Contas e Piemonte Norte do Itapicuru. Nesses TIs estão localizados alguns dos principais centros urbanos que funcionam como polos de serviços regionais.

Já os demais, foram classificados como TIs com municípios sem estruturas físicas de instituições públicas estaduais. São eles: Baixo Sul, Costa do Descobrimento, Recôncavo, Bacia do Rio Corrente, Velho Chico, Sisal, Médio Sudoeste da Bahia, Vale do Jiquiriçá, Bacia do Paramirim, Sertão Produtivo, Bacia do Jacuípe, Semiárido Nordeste II e Itaparica.

Recomenda-se como fator facilitador da implementação do ZEE a ampliação da atuação do Estado nas áreas costeiras, especialmente no Baixo Sul, Costa do Descobrimento e Recôncavo, onde os seus municípios se encontram com pequena estrutura física governamental, já que existe nessas áreas uma grande concentração de projetos públicos e privados que precisam ser otimizados a partir da sua atuação.

O mesmo ocorre no Semiárido onde se encontra em desenvolvimento muitos projetos governamentais sociais, a exemplo dos TIs que se encontram nas margens direita e esquerda do São Francisco. A pouca presença do Governo do Estado nesses TIs constitui uma limitação à implementação do ZEE nessas regiões, visto que esta fragilidade institucional exigirá da SEMA e da SEPLAN, coordenadoras estaduais do ZEE, maior articulação para a internalização desse instrumento de planejamento, especialmente a partir da sua interface com as secretarias estaduais indutoras de desenvolvimento nessas áreas (exemplo da SICM, SEAGRI e SETUR).

Por outro lado, na mesma região litorânea, especialmente nos TIs Litoral Sul, Extremo Sul, Metropolitano de Salvador, Litoral Norte e Agreste, onde também se concentram muitos projetos públicos e privados, existe a possibilidade de uma atuação mais qualificada do estado, já que conta com uma estrutura física mais presente.

No Semiárido, diversos TIs situados especialmente no Piemonte da Chapada se encontram em situação equivalente. Nesse caso, a SEMA e a SEPLAN, na condução do ZEE, encontrarão mais possibilidades de ordem institucional, para desenvolver as ações necessárias ao instrumento, desde que executados mecanismos eficazes de articulação institucional.

No tocante a avaliação das potencialidades e limitações institucionais para a implementação do ZEE no estado, que considera a situação dos municípios institucionalmente mais estruturados para a gestão ambiental por possuir Sistemas de Gestão Ambiental implantados, nos termos da Resolução Cepram n.º 3.925/09, com maior potencial destacam-se os TIs com municípios onde o SISNAMA se encontra em uma fase mais avançada de integração entre União, Estado e Município, que se apresentam como unidades potenciais para internalização do ZEE nas três esferas governamentais, ainda que se reconheça a necessidade de fortalecimento desse processo junto aos municípios.

Com base na Tabela do Apêndice 43 – Nível de implantação dos sistemas de gestão ambiental por município (Apêndice), observa-se que os municípios institucionalmente mais estruturados para a gestão ambiental estão prioritariamente situados nos TIs: Litoral Sul (Itabuna e Ilhéus), Costa do Descobrimento (Porto Seguro), Litoral Norte e Agreste Baiano (Alagoinhas), Bacia do Rio Grande (Luís Eduardo Magalhães), Irecê (Irecê), Sertão Produtivo (Brumado), Piemonte da Diamantina (Jacobina), Portal do Sertão (Feira de Santana), Vitória da Conquista (Vitória da Conquista), Velho Chico (Bom Jesus da Lapa), Metropolitano de Salvador (Camaçari, Candeias), Chapada Diamantina (Morro do Chapéu), Recôncavo (Santo Antônio de Jesus) e Extremo Sul (Teixeira de Freitas).

Outros TIs possuem municípios cujos sistemas de gestão ambiental estão em processo de implantação, são eles: Extremo Sul, Recôncavo, Velho Chico, Chapada Diamantina, Sisal, Médio Sudoeste da Bahia, Sertão do São Francisco, Bacia do Paramirim e Piemonte do Paraguaçu.

Por fim, os demais TIs com municípios sem sistema de gestão ambiental são: Baixo Sul, Metropolitano de Salvador, Bacia do Rio Corrente, Vale do Jiquiriçá, Bacia do Jacuípe, Semiárido Nordeste II, Médio Rio de Contas Itaparica e Piemonte Norte do Itapicuru. Ressalta-se que esse grupo engloba aqueles que possuem seus municípios polo sem sistemas de gestão implantados ou sistemas não reconhecidos pelo CEPRAM, segundo diretrizes do GAC, ou ainda por não terem seus processos localizados junto à Secretaria do Meio Ambiente – SEMA.

O fortalecimento da gestão ambiental nos municípios por meio do GAC cumpre uma diretriz do Governo do Estado da Bahia de descentralizar a gestão pública, fortalecendo os órgãos municipais de meio ambiente para o exercício de sua competência para a gestão ambiental.

O GAC tem como principal objetivo apoiar os municípios, tendo em vista a organização e ampliação da capacidade destes para a gestão ambiental. A ausência de sistemas de gestão ambiental implantados nos municípios nos diversos TIs significa uma limitação à implantação do ZEE na Bahia, uma vez que os sistemas de gestão ambiental municipais podem contribuir com o enraizamento do ZEE, refletindo suas diretrizes no contexto da realidade local, inclusive considerando a demanda de recursos naturais e áreas prioritárias para conservação.

É recomendável sejam fortalecidas as estratégias de apoio à implantação dos sistemas de gestão ambiental nos municípios que ainda não os possui ou que estão em nível inicial de implantação. Isto facilitará o uso dos instrumentos de planejamento e gestão do Governo do Estado, no que concerne aos assuntos ligados ao uso do solo e dos recursos naturais.

Esses municípios também podem se transformar em entes sensibilizadores e multiplicadores da importância de uma adequada implantação dos instrumentos de planejamento territorial na Bahia e funcionar como braços de apoio à gestão do Estado da Bahia nas diversas macrorregiões e TIs.

Considera-se recomendável a intensificação da articulação com os municípios onde ocorrem mais intervenções de ordem econômica e social, a exemplo dos TIs Metropolitano de Salvador e do Rio Corrente, já que os municípios que os integram tem importante papel na gestão ambiental de empreendimentos de impactos local, apoiando o Estado e a União, no contexto do SISNAMA, a uma gestão ambiental mais eficaz.

No entanto, recomenda-se ainda que sejam avaliados os resultados obtidos pelo desempenho dos municípios no Programa GAC, redirecionado aqueles de menor desempenho para a busca de maior eficácia de suas ações e principalmente de seus instrumentos de planejamento.

Em relação à análise da participação de instituições governamentais em colegiados de gestão social de políticas públicas, por ser essa considerada um aspecto positivo na análise da institucionalidade de um território, uma vez que, contribui na construção democrática de sistemas e instrumentos de gestão, que refletem a multiplicidade de interesses sobre a ocupação de um território, fundamental na implementação do ZEE do Estado. A **Tabela 7** traz a média das participações das instituições públicas nos colegiados e o grau de participação, conforme parâmetros referenciais descrito na metodologia adotada.

**Tabela 7 – Participação das instituições públicas nos colegiados**

N.	TERRITÓRIO DE IDENTIDADE	MACRORREGIÃO	INSTITUIÇÕES PÚBLICAS	PARTICIPAÇÃO EM COLEGIADOS	MÉDIA DAS PARTICIPAÇÕES	GRAU DE PARTICIPAÇÃO
1	Irecê	Semiárido	56	230	4,11	Alto
2	Semiárido Nordeste II	Semiárido	55	225	4,09	
3	Recôncavo	Recôncavo-RMS	57	227	3,98	
4	Bacia do Jacuípe	Semiárido	57	225	3,94	
5	Baixo Sul	Litoral Sul	58	226	3,89	
6	Bacia do Rio Corrente	Cerrado	56	216	3,85	
7	Bacia do Rio Grande	Cerrado	55	211	3,84	
8	Piemonte do Paraguaçu	Semiárido	56	209	3,73	Médio
9	Metropolitano de Salvador	Recôncavo-RMS	59	219	3,71	
10	Médio Sudoeste	Semiárido	57	210	3,68	
11	Sertão do São Francisco	Semiárido	55	202	3,67	
12	Litoral Sul	Litoral Sul	58	212	3,65	
13	Médio Rio de Contas	Semiárido	57	207	3,63	
14	Vitoria da Conquista	Semiárido	55	199	3,62	
23	Sertão Produtivo	Semiárido	57	206	3,61	Baixo
15	Vale do Jiquiriçá	Semiárido	57	205	3,59	
16	Litoral Norte e Agreste Baiano	Litoral Norte	56	201	3,58	
17	Portal do Sertão	Semiárido	55	196	3,56	
18	Piemonte Norte do Itapicuru	Semiárido	57	203	3,56	
19	Chapada Diamantina	Semiárido	58	205	3,53	
20	Piemonte da Diamantina	Semiárido	56	198	3,53	
21	Extremo Sul	Litoral Sul	56	194	3,46	
22	Bacia do Paramirim	Semiárido	58	201	3,46	
24	Itaparica	Semiárido	57	197	3,45	
25	Sisal	Semiárido	57	195	3,42	
26	Costa do Descobrimento	Litoral Sul	57	191	3,35	
27	Velho Chico	Semiárido	57	185	3,24	

Fonte: Consórcio Geohidro-Sondotécnica, 2013.

Os TIs identificados como tendo alto grau de representação de instituições públicas, são os seguintes: Recôncavo, Metropolitano de Salvador, Bacia Rio Grande, Bacia Rio Corrente, Irecê, Baixo Sul, Litoral Sul, Bacia do Jacuípe e Semiárido Nordeste II.

Já os TIs Médio Sudoeste da Bahia, Sertão do São Francisco, Sertão Produtivo, Piemonte do Paraguaçu, Vitória da Conquista e Médio Rio de Contas foram identificados como tendo médio grau de representação.

Por fim, os TIs considerados como tendo baixo grau de representação, os seguintes TIs: Litoral Norte e Agreste, Velho Chico, Chapada Diamantina, Sisal, Vale do Jiquiriçá, Bacia do Paramirim, Piemonte da Diamantina, Portal do Sertão, Itaparica e Piemonte Norte do Itapicuru, onde se enquadram a Macrorregião Litoral Norte e 50% dos TIs da Macrorregião Semiárida.

Considera-se fundamental, na implementação do ZEE do Estado, a valorização da capilaridade das secretarias que se destacam pela representação e atuação nos colegiados de discussão pública do Estado. A participação de instituições governamentais em colegiados de discussão de políticas públicas pode ser considerada um aspecto favorável na análise da institucionalidade de um território, uma vez que reflete a presença do Estado na atuação junto à multiplicidade de interesses da administração pública sobre a ocupação de um território, fundamental na implantação do ZEE.

O distanciamento das instituições públicas dos colegiados participativos pode se constituir em uma limitação, uma vez que a ausência do Estado nos colegiados de gestão social pode dificultar a articulação e a integração institucionais para discussão de instrumentos de gestão das diversas políticas públicas setoriais existentes. Ressalta-se que a articulação intersetorial do ZEE junto às diferentes secretarias de estado e suas respectivas áreas de atuação, constitui uma importante estratégia no processo de implementação. A partir dessa articulação, a presença de representações setoriais do estado nos colegiados de política pública poderá configurar uma potencialidade para a capilarização do ZEE em todo o território da Bahia.

Recomenda-se que sejam criados mecanismos de estímulo a participação de instituições públicas nos diversos colegiados. Recomenda-se, neste caso, que aquelas instituições com um maior protagonismo nos TIs estimule e acompanhe a participação das instituições com baixo grau de representação. Além disso, é recomendável que as instituições sejam representadas por pessoas com capacidade de decisão, para que a participação não se dê apenas de uma maneira protocolar.

Entende-se como fundamental para a institucionalização do ZEE, aproveitar-se da capilaridade das secretarias que se destacam pelo envolvimento e atuação nos colegiados de discussão pública estaduais. Recomenda-se a revisão da composição dos colegiados com o objetivo de torná-los mais representativos e legítimos, como meio de construir uma base de governança que possa integrar as diversas políticas públicas e incorporar as práticas que darão sustentação ao ZEE. Nesse sentido ressalta-se a importância de promover a participação das comunidades tradicionais, assim como dos segmentos econômicos predominantes no território, buscando incluir a diversidade e construir pactuações efetivas em relação ao uso do solo e das riquezas naturais.

A análise do indicador de concentração de relevantes investimentos privados permite identificar as áreas de maior dinamismo da economia baiana e que tendem a concentrar os interesses de diferentes segmentos setoriais, que por sua vez requerem fortalecimento de políticas públicas setoriais e arranjos institucionais mais representativos.

Nos TIs Bacia do Rio Grande, Vale do Jiquiriçá, Extremo Sul, Litoral Norte e Metropolitano de Salvador foram identificados entre 5 a 25 investimentos privados de relevância, conforme pode ser observado na Tabela do Apêndice 44 - Investimentos em infraestrutura e empreendimentos privados (Apêndice).

Concentração de investimentos privados relevantes, variando de 1 a 4 investimentos, foram identificados nos TIs Bacia do Rio Corrente, Irecê, Velho Chico, Sisal, Médio Sudoeste Bahia, Sertão do São Francisco, Sertão Produtivo, Piemonte do Paraguaçu, Semiárido Nordeste II, Portal do São Francisco, Vitória da Conquista, Médio Rio de Contas, Itaparica, Piemonte Norte do Itapicuru, Recôncavo, Litoral Sul, Baixo Sul e Costa do Descobrimento.

Já nos TIs Chapada Diamantina, Bacia do Itapicuru, Bacia do Jacuípe e Piemonte da Diamantina, não foram identificados investimentos privados de relevância.

A atuação do setor privado frente ao ZEE é de grande relevância, pois, caso não haja a integração desse setor desde a concepção do instrumento, este terá muita dificuldade para aceitá-lo e incorporá-lo. Assim, o ZEE deve ser visto como instrumento de orientação do desenvolvimento, capaz de interessar ao setor privado para que se constitua em instrumento de desenvolvimento e oportunidades.

Considera-se, portanto que, os instrumentos de gestão ambiental, a exemplo do ZEE, tornar-se-ão mais legítimos com a participação do setor privado, assim como com a participação dos diferentes segmentos da sociedade organizada, que devem se constituir em parceiros fundamentais no processo de implementação. Assim, os atos autorizativos do Estado, a exemplo da outorga pelo uso da água, licenças ambientais, alvarás de funcionamento e anuências, estarão fundamentados com maior segurança para o Estado, para investidores e para a sociedade. A compreensão do ZEE e a participação efetiva dos diferentes



segmentos no seu processo de construção dará ao Estado uma importante base de governança e de sustentação para a implementação do ZEE.

Foi também verificada a aplicação das políticas federais e sua distribuição regional dessas políticas aplicadas, considerando as políticas ambientais, sociais e econômicas e os respectivos TIs a que se destinam, conforme pode se verificar na Tabela do Apêndice 45 – Planos, Programas e Projetos Governamentais Federais (Apêndice), que traz o elenco de intervenções programáticas agrupados pelas respectivas políticas.

Os TIs onde se registrou a maior presença de programas federais, entre 11 e 21 programas, foram: Sertão do São Francisco, Irecê, Velho Chico, Sisal, Sertão do São Francisco, Sertão Produtivo, Portal do Sertão, Vitória da Conquista, Litoral Norte, Recôncavo, Metropolitano de Salvador e Litoral Sul.

Com registros da presença de 7 a 10 programas federais foram identificados os seguintes TIs: Bacia do Rio Grande, Vale do Jiquiriçá, Piemonte do Paraguaçu, Semiárido Nordeste II, Médio Rio de Contas, Itaparica, Piemonte Norte do Itapicuru, Baixo Sul, Extremo Sul e Costa do Descobrimento.

Já nos TIs Bacia do Rio Corrente, Chapada Diamantina, Médio Sudoeste da Bahia, Bacia do Paramirim, Bacia do Jacuípe e Piemonte da Diamantina, foram identificados menos de 6 programas federais.

As macrorregiões Litoral Norte, Recôncavo-RMS e Litoral Sul foram identificadas como com maior número de programas voltados à questão ambiental. As macrorregiões Cerrado e Semiárido foram identificadas como aqueles que possuem poucos programas voltados à questão ambiental.

As macrorregiões Semiárido e Recôncavo-RMS foram identificadas como aquelas que possuem maior número de programas voltados à questão social. As macrorregiões Cerrado, Litoral Norte e Litoral Sul foram identificados como aqueles que possuem menor número de programas voltados à questão social.

Em todas as macrorregiões foram identificados grande número de programas voltados à questão econômica.

Recomenda-se o apoio institucional e técnico por parte do Estado aos órgãos federais que operam as diversas políticas públicas que se encontram em desenvolvimento no território estadual. Visando otimizar o efeito das ações em curso, recomenda-se ao Estado planejar suas ações de modo complementar às ações que estão sendo realizadas pelo Governo Federal, a exemplo de outros investimentos em infraestrutura (rodovias, ferrovias, telecomunicação), bem como, de apoio ao turismo e à agricultura, seja de agricultura familiar como para o agronegócio.

Devido às lacunas de atuação do Governo Federal nas áreas social e ambiental na Macrorregião Cerrado, recomenda-se atenção especial em relação a essa área onde grandes transformações estão ocorrendo na área econômica. Na área social, as políticas federais priorizaram as macrorregiões Recôncavo-RMS e Semiárido, possibilitando ao Estado, especialmente através dos órgãos das áreas sistêmicas, como saúde e educação, atuar de modo compartilhado com os municípios da região.

Ressalta-se a importância atual da Região Metropolitana como o território com maior concentração das políticas federais, seja na área social como econômica. Isso mostra a oportunidade do Estado para realização de ações de apoio e complementação das ações desse ente federado, assim como, para atuar como articulador junto aos municípios dessa Macrorregião. Recomenda-se que o Estado verifique junto aos entes federais (União) se os projetos sociais, econômicos e ambientais estão compatíveis com as políticas de desenvolvimento estaduais e principalmente com os pressupostos e as orientações do ZEE.

A presença de presença das políticas estaduais, também foi avaliada como indicativo de potencialidade e limitações institucional para a implementação do ZEE, de modo a possibilitar a otimização da aplicação de recursos e fortalecimento das políticas públicas voltadas aos segmentos ambientais, sociais e econômicas, conforme pode se verificar na Tabela do Apêndice 46 – Planos, Programas e Projetos Governamentais Estaduais (Apêndice), que traz o elenco de intervenções programáticas agrupados pelas respectivas políticas.

Além disso, essa informação permite ao Estado direcionar o fortalecimento das políticas públicas - ambientais, sociais e econômicas – e seus sistemas de gestão, colegiados e instrumentos, considerando as atividades produtivas preponderantes, a realidade local, os índices sociais e a situação ambiental das cinco macrorregiões.

Os TIs nos quais se identificou de 7 e 11 programas estaduais implantados foram: Sertão do São Francisco, Médio Rio de Contas, Litoral Norte e Metropolitano de Salvador.

Com a presença de 5 ou 6 programas estaduais implantados, foram identificados os seguintes TIs: Bacia do Rio Grande, Irecê, Velho Chico, Sisal, Médio Sudoeste da Bahia, Vale do Jiquiriçá, Sertão Produtivo, Piemonte do Paraguaçu, Portal do

Sertão, Vitória da Conquista, Itaparica, Piemonte Norte do Itapicuru, Recôncavo, Litoral Sul, Baixo Sul e Costa do Descobrimento. Cujos TIs estão concentrados na Macrorregião Semiárida e Litoral Sul, à exceção do TI Bacia do Rio Grande (Macrorregião Cerrado).

Nos TIs Extremo Sul, Semiárido Nordeste II, Piemonte da Diamantina, Bacia do Jacuípe, Bacia do Paramirim, Chapada Diamantina e Bacia do Rio Corrente foram identificados no máximo 4 programas estaduais implantados, dentre aqueles selecionados para análise.

Nas macrorregiões Semiárido e Recôncavo-RMS foi constatado um maior número de programas voltados à questão ambiental. Nas macrorregiões Cerrado, Litoral Norte e Litoral Sul foram identificados poucos programas voltados à questão ambiental.

A partir dessa visualização das políticas públicas aplicadas aos TIs, recomenda-se ao Estado avaliar o direcionamento de suas políticas públicas, buscando adequá-las às necessidades de cada território de identidade. Existem muitos TIs com menor atuação do Estado, especialmente na região da Chapada Diamantina, no semiárido e no oeste do Estado.

Recomenda-se uma atuação especialmente focada no planejamento ambiental (ZEE, ZEEC, Planos de Bacia Hidrográfica, Planos de Manejo de UCs), nas macrorregiões que se situam na área litorânea (Recôncavo-RMS, Litoral Norte e Litoral Sul), com reforço nas ações de fiscalização e cumprimento da legislação ambiental, para se garantir minimamente a qualidade ambiental, buscada a partir da criação das UCs.

Nesse particular, recomenda-se a atenção às comunidades tradicionais, quilombolas e indígenas (mediante integração das políticas públicas e a articulação com órgãos federais), no sentido de garantir seus modos de vida e seu sustento, já que as alterações que vêm ocorrendo nessas áreas impactam fortemente essas comunidades.

Recomenda-se ao Estado também especial atenção para a Macrorregião Cerrado, pela forte demanda por terra e água, em razão da expansão de fronteira agrícola, atuando cada vez mais com ações de compartilhamento da gestão, especialmente na área ambiental.

Na Macrorregião Semiárido, que ocupa 70% do território do Estado, onde existem muitos problemas sociais, recomenda-se buscar a integração entre as Secretarias de Estado para otimizar os recursos necessários a garantir as atividades econômicas e, principalmente, com ações voltadas para o abastecimento humano e melhoria das condições de vida, condições econômicas e qualidade de vida, elevando assim os indicadores sociais.

Recomenda-se, ainda, complementar as ações em curso pelo Governo Federal nos investimentos em infraestrutura para facilitar o escoamento da produção e estimular a instalação e manutenção das atuais atividades geradoras de emprego e renda.

Recomenda-se que o Estado verifique junto às secretarias setoriais, especialmente aquelas mais relacionadas com as intervenções econômicas nos TIs, se suas políticas setoriais se encontram em consonância com os pressupostos de orientação do ZEE. Faz-se necessário conhecer como são direcionados os incentivos tributários, fiscais e econômicos a partir dessas políticas setoriais e como incidem, positiva e negativamente, no âmbito do ZEE. Considera-se fundamental que para a melhor implantação do ZEE em todo o Estado, sejam identificados pelas secretarias gestoras do ZEE os principais pontos de divergência e convergência entre as políticas setoriais e as orientações do ZEE, buscando minimizar conflitos e potencializar oportunidade ao desenvolvimento sustentável.



## 16. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Princípios Norteadores do ZEE**. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/gestao-territorial/zonamento-territorial/item/8187-princ%C3%ADpios-norteadores-do-zee>>. Acesso em: 10 maio 2013.

PALAVIZINI, Roseane. **Gestão Transdisciplinar do Ambiente: uma perspectiva aos processos de planejamento e gestão social no Brasil**. Tese de Doutorado do Programa de Engenharia Ambiental da Universidade Federal de Santa Catarina – PPGEA/UFSC, Florianópolis, 2006.

### TEMA: SOLOS

RAMALHO FILHO, A.; BEEK, K, J. Sistema de avaliação da aptidão agrícola das terras. 3. ed. rev. Rio de Janeiro: EMBRAPA-CNPQ, 1995, 65p.

BRASIL. Ministério da Agricultura. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. Serviço Nacional de Levantamento e Conservação de Solos. **Levantamento Exploratório-Reconhecimento de Solos da Margem Esquerda do Rio São Francisco**. Recife, 1976.

BRASIL. Ministério da Agricultura. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. Serviço Nacional de Levantamento e Conservação de Solos. **Levantamento Exploratório-Reconhecimento de Solos da Margem Direita do Rio São Francisco**. Recife, 1977.

BRASIL. Ministério de Minas e Energia. Departamento Nacional de Pesquisa Mineral. **Projeto RADAMBRASIL. Levantamento de recursos naturais. Vol. 24. Folha SD 24 – Salvador**. Anexo: Legenda de identificação das unidades do mapa exploratório de solos. Rio de Janeiro, 1981.

BRASIL. Ministério de Minas e Energia. Departamento Nacional de Pesquisa Mineral. **Projeto RADAMBRASIL. Levantamento de recursos naturais. Vol. 29. Folha SD 23 – Brasília**. Anexo: Legenda de identificação das unidades do mapa exploratório de solos. Rio de Janeiro, 1982.

BRASIL. Ministério de Minas e Energia. Departamento Nacional de Pesquisa Mineral. **Projeto RADAMBRASIL. Levantamento de recursos naturais. Vol. 30. Folhas SC 24/25 – Aracaju/Recife**. Anexo: Legenda de identificação das unidades do mapa exploratório de solos. Rio de Janeiro, 1983.

BRASIL. Ministério de Minas e Energia. Departamento Nacional de Pesquisa Mineral. **Projeto RADAMBRASIL. Levantamento de recursos naturais. Vol. 34. Folhas SE 24 – Rio Doce**. Anexo: Legenda de identificação das unidades do mapa exploratório de solos. Rio de Janeiro, 1987.

### TEMA: RECURSOS HÍDRICOS SUPERFICIAIS E SUBTERRÂNEOS

BAHIA. Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos. **Plano Estadual de Recursos Hídricos do Estado da Bahia**. Salvador, 2005.

MIRANDA, J. M. G.; MIRANDA, R. V. M. G.; SANTANA, N. S. **Balanço Hídrico para a Revisão do Plano Estadual de Recursos Hídricos**: Quarto produto – relatório técnico. IICA Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura. 2010. Disponível em: <<http://www.iica.int/Esp/regiones/sur/brasil/Lists/DocumentosTecnicosAbertos/DispForm.aspx?ID=156>>. Acesso em: 24 out. 2011.

COSTA, Waldir Duarte. Avaliação de reservas, potencialidade e disponibilidade de aquíferos. **Águas Subterrâneas**, n. 1, 1998.

BAHIA. DEPARTAMENTO NACIONAL DE PESQUISA MINERAL. **Mapa Metalogenético do Estado da Bahia**. DNPM, 2006.

BAHIA. COMPANHIA DE PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS. **Mapa de domínios / subdomínios hidrogeológicos da Bahia**. CPRM, 2007. Escala 1:1.000.000.

BAHIA. COMPANHIA DE PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS. **Mapa Geológico do Estado da Bahia**. CPRM, 2006.

### TEMA: RECURSOS MINERAIS

BAHIA. Secretaria de Indústria, Comércio e Mineração da Bahia. Disponível em: < [www.sicm.ba.gov.br](http://www.sicm.ba.gov.br)>. Acesso em: 15 nov. 2011.

CBPM. Companhia Baiana de Pesquisa Mineral. **Mapa Metalogenético Digital do Estado da Bahia**. Convênio CBPM/SICM/CPGG-UFBA/CNPq. Salvador, 2006.

CBPM. Companhia Baiana de Pesquisa Mineral. **Nota Explicativa do Mapa Metalogenético Digital do Estado da Bahia**. Convênio CBPM/SICM/CPGG-UFBA/CNPq. Salvador, 2006. 221p.

CPRM. Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais. **Mapa Geológico do Estado da Bahia**. 2006. Arquivo *Shapefile*. Disponível em: <[http://geobank.sa.cprm.gov.br/pls/publico/geobank.documents.download?usuario=1&file=bahia\\_lito.zip](http://geobank.sa.cprm.gov.br/pls/publico/geobank.documents.download?usuario=1&file=bahia_lito.zip)>. Acesso em 15 mar. 2013.

CPRM. Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais. **Mapa Geodiversidade do estado da Bahia**. 2010. Arquivo *Shapefile*. Disponível em: <[http://geobank.sa.cprm.gov.br/pls/publico/geobank.documents.download?usuario=1&file=bahia\\_lito.zip](http://geobank.sa.cprm.gov.br/pls/publico/geobank.documents.download?usuario=1&file=bahia_lito.zip)>. Acesso em 12 jun. 2013.

CONCEIÇÃO FILHO, V. M.; Monteiro, M. D.; Carvalho, M. P.; Souza, W. S. T. **Estratigrafia, sedimentologia e recursos minerais a Formação Salitre, Bacia de Irecê, Bahia**. (Série Arquivos Abertos, v.2). Org. Augusto Pedreira. Salvador: CBPM, 1993. 14 p.

DNPM. Departamento Nacional de Pesquisa Mineral. Disponível em: <[www.dnpm.gov.br](http://www.dnpm.gov.br)>. Acesso em: 15 out. 2011.

### TEMA: CULTURA

SEI. Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia; Secretaria da Cultura. **Panorama Cultural da Bahia Contemporânea**. Série Estudos e Pesquisas nº 92. Salvador, 2012. 335p.

BAHIA. Secretaria da Cultura e Turismo. **1º Censo Cultural da Bahia**. Levantamento realizado entre 2002 e 2006. Salvador: Coordenação de Cultura.

### TEMA: SOCIAL

AVSI. **Plano de Desenvolvimento Social e Ambiental do Programa Ribeira Azul**. Salvador, 2001.

BAHIA. CENTRO DE ESTATÍSTICA E INFORMAÇÕES. **Riscos de seca e graus de severidade do Semiárido no Estado da Bahia**. CEI, Salvador, 1991.

BAHIA. SECRETARIA DO TRABALHO, EMPREGO, RENDA E ESPORTE. **CATÁLOGO DE ENTIDADES SINDICAIS DO ESTADO DA BAHIA**. 2010 e 2011.

BAHIA. SUPERINTENDENCIA DE RECURSOS HIDRICOS. **Plano Estadual de Recursos Hídricos do Estado da Bahia (PERH)**. SRH, Salvador, 2004.

BECKER, B. K.; EGLER, C. A. G. **Detalhamento da Metodologia para Execução do Zoneamento Ecológico-Econômico pelos Estados da Amazônia Legal, SAE e MMA**. Laboratório de Gestão do Território, UFRJ, 1996. Disponível em: <[http://www.laget.igeo.ufrj.br/egler/pdf/Metodo\\_ZEE.pdf](http://www.laget.igeo.ufrj.br/egler/pdf/Metodo_ZEE.pdf)>. Acesso em: 19 set. 2011.

BRASIL. MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO. **Diretrizes Ambientais para Projeto e Construção de Barragens e Operação de Reservatórios**. Secretaria de Infraestrutura Física. Brasília, 2005.

BRASIL. MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. COORDENAÇÃO DE ENTIDADES SOCIAIS. **Lista das OCIPs e UPFs do Estado da Bahia**. 2012.

BRASIL. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Secretaria de Políticas para o Desenvolvimento Sustentável. **Programa Zoneamento Ecológico-Econômico: Diretrizes metodológicas para o Zoneamento Ecológico-Econômico do Brasil**. 3ª ed. rev. Brasília: MMA/SDS, 2006. 132p. il.

BRASIL. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Vulnerabilidade Ambiental** / Rozely Ferreira dos Santos, organizadora. Brasília, 2007.

CASTEL, Robert. **A dinâmica dos processos de marginalização: da vulnerabilidade à “desfiliação”**. Cadernos CRH, nº 26 e 27, pp. 19-40, 1997a.

CEM-CEBRAP. **Mapa de Vulnerabilidade Social e do Déficit de Atenção a Crianças e Adolescentes no Município de São Paulo**. Secretaria de Assistência Social do Município de São Paulo (SAS/PMSP). São Paulo, 2003.

CPRM. COMPANHIA DE PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS. **Mapa Metalogenético do Estado da Bahia**. CPRM, 1983.

CPRM. COMPANHIA DE PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS. **Mapa de domínios/subdomínios hidrogeológicos da Bahia**. CPRM, 2004. Escala 1:1.000.000.

CPRM. COMPANHIA DE PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS. **Domínios Hidrológicamente Homogêneos**. CPRM, 2005.

CPRM. COMPANHIA DE PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS. **Mapa Geológico do Estado da Bahia**. CPRM, 2006.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA. **Sistema Brasileiro de Classificação de Solos**. Centro Nacional de Pesquisa de Solos (Rio de Janeiro, RJ). EMBRAPA Solos, Rio de Janeiro, RJ, 2ª ed., 2006, 306p.

FAVARETO, A.; BRANCHER, P.; MAGALHAES, R. **Indicadores de desenvolvimento – do crescimento à sustentabilidade**. Escola Sindical São Paulo. São Paulo, 2003.

FERNANDES, E. A.; SILVA, R. G.; BATISTA, S. M. A. **Índice Relativo de Qualidade de Vida brasileiro**: Uma alternativa ao Índice de Desenvolvimento Humano. Revista Redes, Santa Cruz do Sul, V. 10, N. 01, p. 85-101, jan/abril, 2005.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Condições de vida nos municípios de Minas Gerais 1970, 1980, 1991**. Belo Horizonte, 1996. \_\_\_\_\_. **Déficit habitacional no Brasil - 1991**. Belo Horizonte, 1995.

GERMANI, G. I. **A Geografia (e) (da) Reforma Agrária. Trabalho Apresentado no “Encontro de Técnicos e Dirigentes de Cooperativas e Associações do MST”, organizado pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, Direção Estadual da Bahia, em Salvador (BA)**. 1998.

GERMANI, G. I. **Assentamentos de Reforma Agrária: Produção de novos espaços de vida e de conflitos**. Caderno Vozes. São Paulo: Vozes, 2002.

GIRARDI, E. P. Atlas da Questão Agrária Brasileira. NERA/UNESP. Presidente Prudente, 2008. Disponível em <http://www2.fct.unesp.br/nera/atlas/index.htm>. Acesso em 21 janeiro 2013.

HERCULANO, S. C. **A qualidade de vida e seus indicadores**. Revista Ambiente e Sociedade, Campinas, UNICAMP/NEPAM, Ano 1, nº 2, 1998. Disponível em: <http://www.uff.br/lacta/publicações/nepamqv.htm>.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Subsídios ao zoneamento ecológico-econômico da bacia do rio Itapicuru – MA: diretrizes gerais para ordenação territorial**. IBGE, Primeira Divisão de Geociências do Nordeste. Rio de Janeiro, 1998. 187 p. (Estudos e Pesquisas em geociências, n.5).

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010**. Disponível em: <http://censo2010.ibge.gov.br/>. Acesso em: 13 jun. 2012.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/censo/>. Acesso em: 13 jun. 2012.

INEMA. INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS. **Revisão do Balanço Hídrico do Plano Estadual de Recursos Hídricos**, IICA. INEMA, Salvador, 2011.

KAZTMAN, et al. **Vulnerabilidad, activos y exclusión social en Argentina y Uruguay**. Santiago do Chile: OIT, 1999a. (Documento de Trabajo, 107).

KOGA, D. **Medida de Cidades: entre territórios de vida e territórios vividos**. São Paulo: Cortez, 2003.

MEDEIROS, L. S.; LEITE, S. P. **Os impactos regionais dos assentamentos rurais: Dimensões econômicas, política e sociais**. Projeto apresentado a FINEP. São Paulo: FINEP, 1996.

MOLLE, F. E CADIER, E. **Manual do Pequeno Açude**. SUDENE. Recife, 1992.

MOREIRA, P. A. M. S. **Índice de Vulnerabilidade Social para o Estado da Bahia**. Consórcio Geohidro/, 2010.

OLIVEIRA, A. U. **A Geografia Agrária e as Transformações Territoriais Recentes no Campo Brasileiro**. São Paulo: Contexto, 1999.

PARAGUASSÚ, M. A. **Documento Base do Programa Viver Melhor II/ CONDER**. Salvador, 2003.

PROJETO GeografAR. **DADOS DAS FORMAS DE LUTA NA TERRA E PELA TERRA**, 2010.

PROJETO GeografAR. **A Geografia dos Assentamentos na Área Rural. Banco de Dados**. Grupo de Pesquisa do Programa de Pós Graduação em Geografia. Salvador: POSGEO/IGEO/UFBA/CNPq, 2011.

SANTOS, M. **Espaço e Método**. São Paulo: Edusp, 1982.

SANTOS, M. **O Espaço Dividido: Os dois circuitos da economia urbana nos países subdesenvolvidos**. São Paulo. 2.ed. Editora USP, 2008.

SILVA, R. G.; FERNANDES, E. A.; BATISTA, S. M. A. **Índice de Qualidade de Vida no Brasil**: Uma Aplicação da Estatística Multivariada. Revista Redes, Santa Cruz do Sul, V. 12, N. 02, p. 47-59, dezembro de 2004.

SOUZA, M. L. **Planejamento Urbano e ativismos sociais**. São Paulo: UNESP, 2004.

SOUZA, M. L. **Mudar a Cidade: Uma introdução crítica ao Planejamento Urbano e à gestão Pública**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

TRICART, J. **Ecodinâmica**. SUPREN/IBGE. Rio de Janeiro, 1977. 97p.

## TEMA: ARRANJOS PRODUTIVOS RURAIS

BAHIA. Secretaria de Agricultura Irrigação e Reforma Agrária. **Planejamento Estratégico para a Agropecuária Baiana**. Dezembro, 2010. Disponível em: [http://www.seagri.ba.gov.br/Planejamento\\_estrategico\\_para\\_a\\_agropecuaria\\_baiana.pdf](http://www.seagri.ba.gov.br/Planejamento_estrategico_para_a_agropecuaria_baiana.pdf). Acesso em: 12 set. 2011.

BAIARDI, A. **Natureza e formas da agricultura familiar no Brasil e sua propensão à cooperar em projetos de desenvolvimento rural sustentável**. Anais do Seminário Comemorativo dos 30 anos do CPDA. Rio de Janeiro. CPGA/UFRRJ, 2007.

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO. **Perfil do setor de açúcar e do álcool no Brasil**. (2012). Disponível em: [http://www.cnpab.com.br/2009a10\\_perfil\\_setor\\_acucar\\_alcool\\_conab.pdf](http://www.cnpab.com.br/2009a10_perfil_setor_acucar_alcool_conab.pdf). Acesso em: 10 set 2012.

EMBRAPA. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária: **Centro Nacional de Pesquisa em Mandioca e Fruticultura (CNPMPF)**. Disponível em: [www.cnpmpf.embrapa.br](http://www.cnpmpf.embrapa.br). Acesso em: 20 dez 2011.

GUIMARÃES, J. A. **A logística da soja na Bahia**. (Dissertação de mestrado). Salvador: Unifacs, 2005.

ROCHA, A. S.; ALCANTARA, A. ANA, P. **Crise financeira e agronegócio: repercussões para o Oeste baiano**. Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI). Bahia Análise & Dados: Salvador (BA): SEI, vol. 18, nº 03, pp. 407-417, out./nov. 2008.

## TEMA: AQUICULTURA E PESCA

ABCC. Associação Brasileira dos Criadores de Camarão. **Censo da Carcinicultura Nacional 2011**. Natal, 2013.

BAHIA PESCA, 1994. **Perfil do Setor Pesqueiro (Litoral do estado da Bahia)**. Salvador, janeiro de 1994.

BARDACH, J.E. et al. **Aquaculture - the farming and husbandry of freshwater and marine organisms**. New York: John Wiley & Sons, 1972. 868p.

BRASIL. MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA. **Programa pesca e aquicultura (PPA)**, 2010. Disponível em: [http://www.mpa.gov.br/mpa/seap/conape/doc\\_reunioes/2011/PPA%20Caracteriza%C3%A7%C3%A3o%20Aquicultura%20e%20Pesca%20vers%C3%A3o%20completa%20final.pdf](http://www.mpa.gov.br/mpa/seap/conape/doc_reunioes/2011/PPA%20Caracteriza%C3%A7%C3%A3o%20Aquicultura%20e%20Pesca%20vers%C3%A3o%20completa%20final.pdf). Acesso em: mar. 2013.

\_\_\_\_\_. MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA. **Aquicultura brasileira**, 2011. Disponível em: [http://www.mpa.gov.br/mpa/seap/Jonathan/mpa3/seminario/Sem\\_aquicultura\\_Eletrbras.pdf](http://www.mpa.gov.br/mpa/seap/Jonathan/mpa3/seminario/Sem_aquicultura_Eletrbras.pdf). Acesso em: abr. 2013.

\_\_\_\_\_. MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA. **Aquicultura e pesca: tilápias**. 2008. (Série Estudos de Mercado). 461. Disponível em: [http://201.2.114.147/bds/bds.nsf/77dbf2893a380b398325749e0067e2c5/\\$file/nt00038bee.pdf](http://201.2.114.147/bds/bds.nsf/77dbf2893a380b398325749e0067e2c5/$file/nt00038bee.pdf). Acesso em: mai. 2013.

\_\_\_\_\_. MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA. **Boletim estatístico da pesca e aquicultura**. Governo Federal: Brasília, fev. 2012. Disponível em: [http://www.mpa.gov.br/images/Docs/Informacoes\\_e\\_Estatisticas/Boletim%20Estat%3ADstico%20MPA%202010.pdf](http://www.mpa.gov.br/images/Docs/Informacoes_e_Estatisticas/Boletim%20Estat%3ADstico%20MPA%202010.pdf). Acesso em: mai. 2013.

\_\_\_\_\_. MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA. **O potencial brasileiro para a aquicultura**. Governo Federal: Brasília, 29 ago. 2011. Disponível em: <http://www.mpa.gov.br/index.php/aquiculturampa/informacoes/potencial-brasileiro>. Acesso em: jun. 2013.

\_\_\_\_\_. MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA. **Valor Econômico destaca crescimento do mercado de pescado no Brasil**. Governo Federal: Brasília, out. 2010. Disponível em: <http://www.mpa.gov.br/index.php/imprensa/noticias/1109-valoreconomico-destaca-crescimento-do-mercado-de-pescado-no-brasil>. Acesso em: mai. 2013.

\_\_\_\_\_. MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA. **Balança comercial do pescado 2009**. Disponível em: <http://www.mpa.gov.br/mpa/seap/Jonathan/mpa3/docs/Balan%C3%A7a%20Comercial%20do%20Pescado%202009.doc>. Acesso em: jul. 2013.

DIEGUES, A. C. S., **Povos e Mares**. São Paulo: NUPAUB/USP, 1995.

ELLIS, M. A., 1969, **A Baleia no Brasil Colonial**, São Paulo, Melhoramentos.

FAO – Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação. **The State of World Fisheries and Aquaculture**, 2010. Disponível em: <http://www.fao.org/fishery/sofia/en>. Acesso em: abr. 2013.



IBAMA. INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS. **Estatística da Pesca 2007** – Brasil: Grandes Regiões e Unidades da Federação. Tamandaré: IBAMA, 2000. Acesso em: mai. 2013

\_\_\_\_\_. INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS. **Estatística da Pesca 2006** – Brasil: Grandes Regiões e Unidades da Federação. Tamandaré: IBAMA, 2000. Acesso em: mai. 2013

\_\_\_\_\_. INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS. **Estatística da Pesca 2005** – Brasil: Grandes Regiões e Unidades da Federação. Tamandaré: IBAMA, 2000. Acesso em: mai. 2013

\_\_\_\_\_. INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS. **Estatística da Pesca 2004** – Brasil: Grandes Regiões e Unidades da Federação. Tamandaré: IBAMA, 2000. Acesso em: mai. 2013

\_\_\_\_\_. INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS. **Estatística da Pesca 2003** – Brasil: Grandes Regiões e Unidades da Federação. Tamandaré: IBAMA, 2000. Acesso em: mai. 2013

\_\_\_\_\_. INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS. **Estatística da Pesca 2002** – Brasil: Grandes Regiões e Unidades da Federação. Tamandaré: IBAMA, 2000. Acesso em: mai. 2013

\_\_\_\_\_. INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS. **Estatística da Pesca 2001** – Brasil: Grandes Regiões e Unidades da Federação. Tamandaré: IBAMA, 2000. Acesso em: mai. 2013

\_\_\_\_\_. INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS. **Estatística da Pesca 2000** – Brasil: Grandes Regiões e Unidades da Federação. Tamandaré: IBAMA, 2000. Acesso em: mai. 2013

IBGE. **Censo demográfico 2000: Características da população e dos domicílios**. IBGE. Rio de Janeiro. 519p. 2001.

\_\_\_\_\_. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa de Orçamentos Familiares 2008-2009 (POF)**. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicao\\_de\\_vida/pof/2008\\_2009\\_analise\\_consumo/pofanalise\\_2008\\_2009.pdf](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicao_de_vida/pof/2008_2009_analise_consumo/pofanalise_2008_2009.pdf)>. Acesso em: jun. 2013

LANGESDORF, G., 1996, “Anotações de uma viagem em torno da terra (1803-1807)”, **Ilha de Santa Catarina: relato de viajantes estrangeiros nos séculos XVIII e XIX**, Florianópolis, Editora Lunardeli/Universidade Federal de Santa Catarina, 157-184.

MARRUL-FILHO, S. 2003 **Síntese da Situação da Pesca Extrativa Marinha no Brasil**.

O'CONNOR, M., Codependency and Interdependency: **A Critique of Theory of Production**. In O'CONNOR, M (Ed.), *Is Capitalism Sustainable? Political Economy and the Politics of Ecology*. New York: The Guilford Press, 1994(a).

O'CONNOR, M., On the Misadventures of Capitalist nature. In O'CONNOR, M (Ed.), *Is Capitalism Sustainable? Political Economy and the Politics of Ecology*. New York: The Guilford Press, 1994(b).

PETREIRE Jr., M. et al. **Diretrizes ambientais para o setor pesqueiro: diagnóstico e diretrizes para a aquicultura**. Brasília: MMA, 1997. p. 8-9.

SILVA & SOUZA, 1988, “**Tudo o que tem na Terra tem no Mar. A Classificação dos Seres Vivos entre os Trabalhadores da Pesca em Piratininga**”, DIEGUES, A. C., e R. SALLES, II Encontro de Ciências Sociais e o Mar, São Paulo, Nupaub/USP.

SILVA, L. G. Caiçaras e Jangadeiros: **Cultura Marítima e Modernização no Brasil**, São Paulo, 1996.

SECEX. ALICEWEB (2013). Disponível em: <http://aliceweb.desenvolvimento.gov.br>. Acesso em: mai. 2013.

SEI. SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. Anuário estatístico da Bahia. v. 1 (1972). Salvador: SEI, 2011.

VALENCIO, N.; MARTINS, R., 2004. **Novas Institucionalidades na Gestão de Águas e Poder Local: Os Limites Territoriais da Democracia Decisória**. In: Revista Internacional de Desenvolvimento Local. Vol. 5. n 8.

## TEMA: TURISMO

BAHIA. Secretaria do Turismo do Estado da Bahia. **Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável da Costa do Descobrimento**. Salvador, 2002

BAHIA. Secretaria do Turismo do Estado da Bahia. **Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável de Salvador e Entorno**. Salvador, 2003.

BAHIA. Secretaria do Turismo do Estado da Bahia. **Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável do Litoral Sul**. Salvador, 2003.

BAHIA. Secretaria do Turismo do Estado da Bahia. **Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável da Costa das Baleias**. Salvador, 2004.

BAHIA. Secretaria do Turismo do Estado da Bahia. **Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável da Chapada Diamantina**. Salvador, 2004.

BAHIA. Secretaria da Cultura e Turismo. **Guia Cultural da Bahia. Primeiro Censo Cultural da Bahia; Primeiro Mapeamento Cultural da Bahia**. Coordenação de Cultura/SECULT. Salvador, 1998.

BAHIA. Secretaria do Turismo do Estado da Bahia. **Indicadores estatísticos**. Disponível em <<http://observatorio.turismo.ba.gov.br/indicadores/>>. Acesso em: 4 mai. 2013.

BENI, Mário Carlos. **Análise estrutural do turismo**. 12. ed; São Paulo: Senac, 2007. p.179-182.

CODEBA. **Infraestrutura**. Disponível em: <http://www.codeba.com.br/eficiente/sites/portalcodiba/pt-br/site.php?secao=infraestrutura>. Acesso em: 4 mai. 2013.

INFRAERO. **Aeroportos**. Disponível em: <<http://www.infraero.gov.br/index.php/br/aeroportos.html>>. Acesso em: 4 mai. 2013.

RUSCHMANN, D. M. **Turismo e Desenvolvimento Sustentável – A Proteção do Meio Ambiente**. Ed. Papirus. Campinas, São Paulo, 1997.

## TEMA: INDÚSTRIA

ALCOFORADO, F. **Os Condicionantes do Desenvolvimento do Estado da Bahia**. Tese (Doutorado em Planificación Territorial y Desarrollo Regional) - Universidade de Barcelona, 415 f. Barcelona. 2003.

BERMANN, C. **Indústrias eletrointensivas e autoprodução: propostas para uma política energética de resgate do interesse público**. USP. São Paulo. 2003.

COIMBRA, R. ; ROSA, A L. T. **Determinantes de localização industrial no Ceará: 1991 – 1995**. Revista Econômica do Nordeste, Fortaleza, v. 30, n. Especial p. 668-684, dez. 1999.

DIAS, D. F.; ALVES, A. F. **Um estudo sobre a localização industrial do estado de São Paulo**. A Economia em Revista, v. 19, nº 1, São Paulo, jul. 2011.

DOMINGUES, E.P. **Aglomeramentos e periferias industriais no Brasil**. Revista Econômica do Nordeste, Fortaleza, v. 36, nº 4, p. 508-523, out-dez. 2005

Ferreira, M. F. S. ; LEMOS, M. B. **Localização industrial e fatos estilizados da reconfiguração espacial do nordeste**. Revista Econômica do Nordeste, Fortaleza, v. 31, nº Especial p. 484-507, nov. 2000.

GOUVEIA, C. R. M. **Localização industrial e atração de investimentos industriais para o estado da Bahia no período de 1993 a 2004**. 2006. 130f. Tese (Doutorado em Administração) - Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador. 2006

FIEB. **Guia Industrial do Estado da Bahia**. Superintendência de Desenvolvimento Industrial (SDI). Recife: EBGE, 2012.

SOUZA, L. A.; MUNIZ, A. L. **Os fatores determinantes da localização das indústrias**. Revista CEPPG, nº 23, p. 161-175, 2010.

MACHLINE, C. et al. **Manual de Administração da Produção**. Volume 1. Capítulo VII (localização de Indústrias). Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro. 1991.

PACHECO, C. A. **Novos Padrões de Localização Industrial? Tendências Recentes dos Indicadores da Produção e do Investimento Industrial**. Texto para discussão nº 633. IPEA, Brasília. 1999.

PARAVIDINO, T. C.; MANHAES, E. P. P. S.; HORA, H. R. M.; COSTA, H. G. **Localização industrial: um estudo de caso para locação espacial de uma unidade de envasamento de água de coco**. In: XXXI Encontro Nacional de Engenharia de Produção, Inovação Tecnológica e Propriedade Intelectual: Desafios da Engenharia de Produção na Consolidação do Brasil no Cenário Econômico Mundial, 2011, Belo Horizonte, 2011.

PESSOTI, G., SAMPAIO, M. G. **Transformações na dinâmica da economia baiana: políticas de industrialização e expansão das relações comerciais internacionais**. Conjuntura & Planejamento, Salvador, nº 162, p. 36-49, jan./mar. 2009

MAIA, M. F. R. **A Importância da Indústria Têxtil no Desenvolvimento do Município de Montes Claros**. 2001. 114 p. Tese (Mestrado do Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional) Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte. 2001.

Spínola, N. D. Política de localização industrial e desenvolvimento regional: a experiência da Bahia. UNIFACS/Departamento de Ciências Sociais Aplicadas II/Programa de Pós- Graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano. Salvador. 2003.

TEIXEIRA, F. L. C.; SOUSA, S. V. A. **Desenvolvimento Regional e Aglomerações Produtivas na Bahia: Uma Visão a Partir do Emprego e dos Territórios de Identidade**. Documentos Técnicos – científicos 808, v. 42, nº 04, out. – dez. 2011.

TEIXEIRA, F. L. C.; SOUSA, S. V. A. **Desenvolvimento regional e aglomerações produtivas no estado da Bahia: uma visão a partir do emprego e dos territórios de identidade.** Revista Econômica do Nordeste, Fortaleza, v. 42, n° 4, p. 807-826, out./dez. 2011.

UDERMAN, S. **Padrões de Organização Industrial e Políticas de Desenvolvimento Regional: uma análise das estratégias de industrialização na Bahia. 2006.** 221f. Tese (Doutorado em Administração) - Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador. 2006.

### TEMA: INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA

ALBAN, M. **Transportes e Logística - Os modais e os desafios da multimodalidade na Bahia.** Cadernos da Fundação Luís Eduardo Magalhães. Salvador, 2002.

BAHIA. SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA. **Programa Estadual de Logística de Transportes do Estado da Bahia - PELT BAHIA.** Salvador, 2004.

BRASIL. MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES. **Programa Nacional de Logística de Transportes (PNLT).** Brasília, 2011. Disponível em: <http://www.transportes.gov.br/conteudo/69407>. Acesso em 16 mai. 2013.

CNI. **Projeto Nordeste Competitivo.** Macrologística Consultoria. Brasília, 2012.

DUARTE, P. C. **Plataforma Logística: desenvolvimento de um mapa estratégico para medir os benefícios com sua implantação.** Revista Gestão Industrial, Universidade Tecnológica do Paraná (UTFPR), 2009.

KAYO, E. K.; SECURATO, J. R. **Método Delphi: fundamentos, críticas e vieses.** Cadernos de Pesquisa em Administração, São Paulo, v. 1, n. 4, p. 51-61, 1997. Disponível em: <http://www.regeusp.com.br/arquivos/c4-art5.pdf>. Acesso em: 10 mai. 2013.

### TEMA: ENERGIA

ABREU, Fábio Viana; AVELINO, Mila Rosendal; MONACO, Diego Preza. Estudo Técnico, Econômico e Ambiental da geração de energia através do biogás de lixo - o caso do aterro sanitário de Gramacho. **Cadernos UniFOA.** Volta Redonda, Ano VI, n. 16, agosto 2011. Disponível em: <http://www.unifoa.edu.br/cadernos/edicao/16/37.pdf>

ALCOFORADO, Fernando. **A ameaça de racionamento de energia elétrica é mais um caso de incompetência do governo federal.** Disponível em <<http://fernando.alcoforado.zip.net>>.

ALCOFORADO, Fernando. *Asustainableenergy policyrequiredto Brazil.* Revista Medamerica, 2013.

ALCOFORADO, Fernando. **Desabastecimento de combustíveis - sinal de incompetência gerencial e falta de planejamento eficaz do governo federal no setor petrolífero.** Disponível em <<http://fernando.alcoforado.zip.net>>.

ALCOFORADO, Fernando. *Energias renováveis, a experiência do Brasil: Estratégias de gestões energéticas sustentáveis. Seminário os dilemas da energia e do desenvolvimento: transições regionais da energia.* Salvador: IPS – Instituto de Pesquisas Sociais e INTEGRO – Instituto de Tecnologia, Educação e Gestão organizacional, 2012.

ALCOFORADO, Fernando. **Não a centrais elétricas nucleares na Bahia, no Brasil e no Mundo.** Disponível em <http://fernando.alcoforado.zip.net>.

ALCOFORADO, Fernando. **O petróleo e seu impacto ambiental.** Disponível em <<http://fernando.alcoforado.zip.net>>.

ALCOFORADO, Fernando. **Os absurdos do Plano Nacional de Energia 2030 no Brasil.** Disponível em <<http://fernando.alcoforado.zip.net>>.

ALCOFORADO, Fernando. **Os conflitos mundiais pelo petróleo.** Disponível em <<http://fernando.alcoforado.zip.net>>.

ALCOFORADO, Fernando. **A ineficácia do governo federal no controle da inflação e na redução do Custo Brasil.** Disponível em <<http://fernando.alcoforado.zip.net>>.

ALCOFORADO, Fernando. **Impactos da revolução energética dos Estados Unidos sobre a indústria de petróleo, a geopolítica, o meio ambiente, o pré-sal no Brasil e as energias renováveis.** Blog de Falcoforado (<http://fernando.alcoforado.zip.net>).

ALCOFORADO, Fernando. *O futuro do suprimento de energia no Brasil.* Revista Politécnica 12 E, dezembro 2011. Disponível em <[http://www.ipolitecnicobahia.com.br/uploads/publicacoes/2010\\_11\\_27\\_Revista%208%20E\\_.pdf](http://www.ipolitecnicobahia.com.br/uploads/publicacoes/2010_11_27_Revista%208%20E_.pdf)>.

ALCOFORADO, Fernando. **O futuro energético necessário ao Brasil.** Disponível em <<http://fernando.alcoforado.zip.net>>.

ALCOFORADO, Fernando. **O sistema mundial de energia requerido para combater o aquecimento global.** Disponível em <<http://fernando.alcoforado.zip.net>>.

ALCOFORADO, Fernando. **O sistema mundial de energia sustentável.** Salvador:Revista Politécnica 10 E, junho 2010. Disponível em <[http://www.ipolitecnicobahia.com.br/uploads/publicacoes/2010\\_11\\_27\\_Revista%208%20E\\_.pdf](http://www.ipolitecnicobahia.com.br/uploads/publicacoes/2010_11_27_Revista%208%20E_.pdf)>.

ALCOFORADO, Fernando. **Os apagões no sistema elétrico brasileiro.** Disponível em <<http://fernando.alcoforado.zip.net>>.

ALVES, Jose Jakson Amancio. **Análise regional da energia eólica no Brasil.** Disponível em <<http://www.rbgdr.net/012010/artigo8.pdf>>.

ANEEL - AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA. **Panorama do Potencial de Biomassa no Brasil.** Disponível no website <[http://www.aneel.gov.br/biblioteca/downloads/livros/panorama\\_biomassa.pdf](http://www.aneel.gov.br/biblioteca/downloads/livros/panorama_biomassa.pdf)>, 2002.

ANEEL- AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA. **Geração.** Disponível em <<http://www.brasil.gov.br/sobre/economia/energia/setor-eletrico/geracao>>.

ANEEL- AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA. **PCHs.** Disponível em <<http://www.aneel.gov.br/68.htm>>.

ANEEL- AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA. **Sistema Interligado Nacional.** Disponível em <<http://www.brasil.gov.br/sobre/economia/energia/setor-eletrico/sistema-interligado-nacional>>.

ANEEL COELBA/IBERDOLA. Estado da Bahia- **Atlas do potencial eólico.** Disponível no website <[http://www.cresesb.cepel.br/publicacoes/download/atlas\\_eolico/atlas\\_eolico\\_BA.pdf](http://www.cresesb.cepel.br/publicacoes/download/atlas_eolico/atlas_eolico_BA.pdf)>.

ANEEL. **A produção de energia elétrica a partir da biomassa.** Brasília: Atlas de energia elétrica do Brasil, 2010. Disponível no website <[http://www.aneel.gov.br/arquivos/pdf/atlas\\_par2\\_cap4.pdf](http://www.aneel.gov.br/arquivos/pdf/atlas_par2_cap4.pdf)>.

ANP AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO. **Produção Nacional de Gás Natural (barris equivalentes de petróleo).** Rio, 2011.

BAHIAGÁS. **A Empresa.** Disponível em <<http://www.bahiagas.com.br/bahiagas/a-empresa>>.

BAJAY, Sérgio Valdir et al. Perspectivas da geração distribuída de eletricidade nos estados de São Paulo, Bahia e Mato Grosso. **Proceedings of the 6. Encontro de Energia no Meio Rural,** 2006.

BANDEIRA, Fausto de Paula Menezes. **O aproveitamento da energia solar no Brasil – situação e perspectivas.** Brasília: Câmara dos Deputados, 2012. Disponível em <[http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/9008/aproveitamento\\_energia\\_bandeira.pdf?sequence=1](http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/9008/aproveitamento_energia_bandeira.pdf?sequence=1)>.

BARJA, Gabriel de Jesus Azevedo. **A cogeração e sua inserção ao sistema elétrico.** Brasília: Faculdade de Tecnologia - Departamento de Engenharia Mecânica, 2006. Disponível em <[http://www.aneel.gov.br/biblioteca/trabalhos/trabalhos/Dissertacao\\_Gabriel\\_de\\_Jesus.pdf](http://www.aneel.gov.br/biblioteca/trabalhos/trabalhos/Dissertacao_Gabriel_de_Jesus.pdf)>.

BARROS, Paulo. **Usinas Nucleares, sérios riscos para Paulo Afonso.** Paulo Afonso: PAN- Paulo Afonso Notícias. Disponível em <<http://www.panoticias.com.br/contato/>>.

BBC Brasil. **'Novo petróleo' promete mudar mapa geopolítico da energia.** Disponível em <[http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2012/05/120501\\_petroleo\\_geopolitica\\_rc.shtml](http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2012/05/120501_petroleo_geopolitica_rc.shtml)>.

BNDES- Agência Nacional de Petróleo. **Reservas Brasileiras de gás convencional e Potencial para gás não convencional.** Disponível em <[http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes\\_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/seminario/Seminario\\_Gas\\_Nao\\_Convencional/olavo\\_coelba\\_anp.pdf](http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/seminario/Seminario_Gas_Nao_Convencional/olavo_coelba_anp.pdf)>.

BNDES. **Impactos da indústria canavieira no Brasil.** Rio, 2008. Disponível em <<http://www.riosvivos.org.br/Noticia/Plataforma+BNDES+++Impactos+da+industria+canavieira+no+Brasil/18087>>

CAMARGO, Ivan Marques de Toledo. **Panorama da oferta e do consumo de energia elétrica no Brasil para os próximos anos.** São Paulo: SBPE, Revista Brasileira de Energia, Vol. 13, No 1. Disponível no website <<http://www.sbpe.org.br/socios/download.php?id=207>>.

CEPRAM. **Resolução nº 4.119 de 30 de agosto de 2010. Norma técnica NT-01/ 2010 Licenciamento Ambiental de Linhas de Transmissão ou de Distribuição de Energia Elétrica.** Disponível no website <<http://www.inema.ba.gov.br/download/358/>>.

CHESF. **Sistemas de Transmissão.** Disponível no website <[http://www.chesf.gov.br/portal/page/portal/chesf\\_portal/paginas/sistema\\_chesf/sistema\\_chesf\\_sistema\\_transmissao/container\\_sistema\\_transmissao?p\\_name=8A2EEABD3BEED002E0430A803301D002](http://www.chesf.gov.br/portal/page/portal/chesf_portal/paginas/sistema_chesf/sistema_chesf_sistema_transmissao/container_sistema_transmissao?p_name=8A2EEABD3BEED002E0430A803301D002)>.

CNI. **A indústria e o Brasil- gás natural: uma proposta de política para o País.** Brasília, 2010. Disponível em <[http://arquivos.portaldaindustria.com.br/app/conteudo\\_24/2012/09/04/205/20121123174408536062e.pdf](http://arquivos.portaldaindustria.com.br/app/conteudo_24/2012/09/04/205/20121123174408536062e.pdf)>.

CNI/IEL. **Cenários Prospectivos para a Cadeia de Petróleo & Gás Natural na Bahia: uma visão para 2020.** Brasília, 2011. Disponível no website <[http://sagres.org.br/artigos/nipe/cenarios\\_prospectivos\\_iel.pdf](http://sagres.org.br/artigos/nipe/cenarios_prospectivos_iel.pdf)>.

CNI/MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO. **O Futuro da Indústria: Biodiesel.** Brasília, 2006. Disponível no website <[http://www.desenvolvimento.gov.br/arquivos/dwnl\\_1201279825.pdf](http://www.desenvolvimento.gov.br/arquivos/dwnl_1201279825.pdf)>.



COELBA. **Relatório de Sustentabilidade 2011.** Disponível em [http://www.coelba.com.br/ARQUIVOS\\_ANEXO/Coelba\\_RELATORIO%20DE%20SUSTENTABILIDADE%20FINAL2011;0201;20120625.pdf](http://www.coelba.com.br/ARQUIVOS_ANEXO/Coelba_RELATORIO%20DE%20SUSTENTABILIDADE%20FINAL2011;0201;20120625.pdf).

COELHO, Suani Teixeira Maria Beatriz et alli. **Atlas de bionergia do Brasil.** São Paulo: Cenbio, 2008. Disponível no website [http://cenbio.iee.usp.br/download/atlas\\_cenbio.pdf](http://cenbio.iee.usp.br/download/atlas_cenbio.pdf).

COSTA, Ana Clara. **Uma nova era do petróleo está a caminho.** Disponível em <http://exame.abril.com.br/meio-ambiente-e-energia/energia/noticias/uma-nova-era-do-petroleo-esta-a-caminho>.

DEPARTAMENTO DA CANA-DE-AÇÚCAR E AGROENERGIA. **Açúcar e álcool no Brasil.** Disponível em [www.agricultura.gov.br](http://www.agricultura.gov.br).

ECODEBATE. **Energia Termosolar: A usina Gemasolar, na Andaluzia, funciona até de noite.** Disponível em <http://www.ecodebate.com.br/2012/03/21/energia-termosolar-a-usina-gemasolar-na-andaluzia-funciona-ate-de-noite/>

EMBRAPA. **Biodiesel: Impactos ambientais da produção de oleaginosas são avaliados.** Disponível em <http://www.embrapa.br/imprensa/noticias/2007/janeiro/foldernoticia.2007-01-29.2271372077/noticia.2007-01-30.7031276368>.

EPE/ MME. **Anuário Estatístico de energia elétrica 2012.** Rio, 2012. Disponível no website <http://www.epe.gov.br/Estudos/Paginas/default.aspx?CategoriaID=363>.

EPE/ MME. **Contexto mundial e preço do petróleo: uma visão de longo prazo.** Rio, 2011. Disponível em [http://www.epe.gov.br/Petroleo/Documents/Estudos\\_29/Contexto%20Mundial%20e%20Pre%C3%A7o%20do%20Petr%C3%B3leo%20Uma%20Vis%C3%A3o%20de%20Longo%20Prazo.pdf](http://www.epe.gov.br/Petroleo/Documents/Estudos_29/Contexto%20Mundial%20e%20Pre%C3%A7o%20do%20Petr%C3%B3leo%20Uma%20Vis%C3%A3o%20de%20Longo%20Prazo.pdf).

EPE/MME. **Análise da Inserção da Geração Solar na Matriz Elétrica Brasileira.** Rio, 2012. Disponível no website [http://www.epe.gov.br/geracao/Documents/Estudos\\_23/NT\\_EnergiaSolar\\_2012.pdf](http://www.epe.gov.br/geracao/Documents/Estudos_23/NT_EnergiaSolar_2012.pdf).

EPE/MME. BEN 2012. **Balanco Energético Nacional.** Rio, 2012. Disponível no website <http://ben.epe.gov.br/>.

EPE/MME. **Benefícios da cogeração para o sistema energético.** Disponível no em <http://www.slideshare.net/seminariosulgas/beneficios-da-cogerao-para-o-sistema-energetico>

EPE/MME. **Estudos do Plano Decenal de Expansão do Setor Elétrico Estudos da Expansão da Transmissão - Análise dos Sistemas Regionais - Subsistema Nordeste Ciclo 2006-2015.** Rio, 2005. Disponível no website [http://www.epe.gov.br/Transmissao/Documents/Estudos\\_10/PDEE\\_TRANSMISSAO\\_NORDESTE.pdf](http://www.epe.gov.br/Transmissao/Documents/Estudos_10/PDEE_TRANSMISSAO_NORDESTE.pdf).

EPE/MME. **Plano Nacional de Energia 2030 (PNE 2030).** Disponível em [http://www.epe.gov.br/Estudos/Paginas/Plano%20Nacional%20de%20Energia%20E2%80%93%20PNE/Estudos\\_12.aspx?CategoriaID=346](http://www.epe.gov.br/Estudos/Paginas/Plano%20Nacional%20de%20Energia%20E2%80%93%20PNE/Estudos_12.aspx?CategoriaID=346).

EPE/MME. **Projeção da demanda de energia elétrica para os próximos 10 anos (2013-2022).** Rio, 2011. Disponível no website [http://www.epe.gov.br/mercado/Documents/S%20C3%A9rie%20Estudos%20de%20Energia/20130117\\_1.pdf](http://www.epe.gov.br/mercado/Documents/S%20C3%A9rie%20Estudos%20de%20Energia/20130117_1.pdf).

ERB. **Florestas energéticas substituindo combustíveis fósseis em aplicações industriais.** Salvador, 2012. Disponível no website <http://www.sif.org.br/palestras/biomassa/eb3.pdf>.

ESTADO DE SÃO PAULO. **Gás de xisto tem futuro promissor.** Disponível no website <http://www.estadao.com.br/noticias/impreso,gas-de-xisto-tem-futuro-promissor--,948293,0.htm>.

FERNÁNDEZ, María A. Pérez. **Impacto ambiental de las energías renovables. Extremadura: Consejería de Industria, Energía y Medio Ambiente.** Disponível em [http://eg.unex.es/curso%20de%20verano/curso%20de%20verano1/Maria\\_Perez.pdf](http://eg.unex.es/curso%20de%20verano/curso%20de%20verano1/Maria_Perez.pdf).

FERREIRA JÚNIOR, Hamilton de Moura et alli. A indústria do petróleo e gás natural e seus impactos na economia baiana: uma análise de insumo-produto. Salvador: **Revista Desenbahia** no 15 / set. 2011. Disponível em [http://www.desenbahia.ba.gov.br/uploads/3009201116257132RD-15\\_Set%2011\\_Cap.%206%20-%20A%20Ind%C3%A9ria%20do%20Petr%C3%B3leo.pdf](http://www.desenbahia.ba.gov.br/uploads/3009201116257132RD-15_Set%2011_Cap.%206%20-%20A%20Ind%C3%A9ria%20do%20Petr%C3%B3leo.pdf).

FIGUEIREDO, Natalie Jimenez Vérdi. **“Utilização do biogás de aterro sanitário para geração de energia elétrica e iluminação a gás – estudo de caso”.** São Paulo, 2007. Disponível em <http://www.alunosonline.com.br/>.

FINGUERUT, Jaime. **A Evolução da Produção de Etanol no Brasil: Perspectivas Para o Futuro.** Rio, 2013. Disponível em [http://www.tottalmarketing.com/descrioes\\_noticia.php?go=21&index=31](http://www.tottalmarketing.com/descrioes_noticia.php?go=21&index=31).

FORTUNA NETO, João da Silva. **Aproveitamento Energético de Aterros Sanitários.** Salvador, 2007. Disponível em [http://www.aneel.gov.br/biblioteca/downloads/livros/panorama\\_biomassa.pdf](http://www.aneel.gov.br/biblioteca/downloads/livros/panorama_biomassa.pdf).

FOSTER, Graça Silva. **Suprimento de Gás Natural no Brasil - 2007/2012.** Brasília: Senado Federal- Comissão de Serviços de Infraestrutura, 2007. Disponível no website [http://www.senado.gov.br/comissoes/ci/ap/AP\\_20071120\\_PETROBRAS\\_GasBolivia.pdf](http://www.senado.gov.br/comissoes/ci/ap/AP_20071120_PETROBRAS_GasBolivia.pdf).

FUNDAÇÃO LUÍS EDUARDO MAGALHÃES. **Energia novos cenários- universalização do acesso, uso racional e fontes alternativas para o futuro.** Salvador: **Cadernos da Fundação Luís Eduardo Magalhães, 2002.** Disponível em <http://www.flem.org.br/paginas/cadernosflem/pdfs/CadernosFLEM3-VersaoCompleta.pdf>.

FUSER, Igor. **Petróleo e Poder – O Envolvimento Militar dos Estados Unidos no Golfo Pérsico.** São Paulo: Editora Unesp, 2008.

GODET, Michel. **Manual de Prospectiva Estratégica.** Lisboa: Dom Quixote, 1993.

GOES, Tarcizio; ARAÚJO, Marlene e MARRA, Renner. **Novas fronteiras tecnológicas da cana-de-açúcar no Brasil.** Disponível em <http://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/25258/1/NovasFronteirasTecnologicasdacana-de-acucarnoBrasilp.50-59.pdf>.

GREENPEACE. **Ciclo do perigo - Impactos da produção de combustível nuclear no Brasil.** Disponível em <http://www.greenpeace.com.br>.

GREENPEACE. **Incineração e saúde humana.** Disponível em [http://www.greenpeace.org.br/toxicos/pdf/sumario\\_exec\\_health.pdf](http://www.greenpeace.org.br/toxicos/pdf/sumario_exec_health.pdf).

GUERRINI, Iria. **Fontes alternativas de energia. São Carlos: CDCC – USP.** Disponível no website [http://fisica.cdcc.sc.usp.br/olimpiadas/01/artigo1/fontes\\_eletrica.html](http://fisica.cdcc.sc.usp.br/olimpiadas/01/artigo1/fontes_eletrica.html).

HORTA NOGUEIRA, Luiz Augusto. **Produção e processamento de petróleo e gás natural no Brasil: perspectivas e sustentabilidade nos próximos 20 anos.** Rio: ANP- Agência Nacional do Petróleo. Disponível no website <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=18>.

IBP- INSTITUTO BRASILEIRO DE PETRÓLEO, GÁS E BIOCOMBUSTÍVEIS. **Preço Internacional do Petróleo no Mercado Spot.** Disponível em <http://200.189.102.61/SIEE/Relatorios/PrecoInternacionalDoPetroleoNoMercadoSpot>.

ICLEI. **Manual para Aproveitamento de Biogás. Volume 1 - Aterros Sanitários.** Disponível no website [http://www.resol.com.br/cartilha12/manual\\_iclei\\_brazil.pdf](http://www.resol.com.br/cartilha12/manual_iclei_brazil.pdf).

INESC. **Exploração de urânio na Bahia.** Disponível em <http://www.inesc.org.br/noticias/noticias-do-inesc/2010/agosto/exploracao-de-uranio-na-bahia>.

IPEN/CNEN/INB/ABEN. **Urânio e derivados.** Disponível no website <http://www.brasil.gov.br/sobre/economia/energia/matriz-energetica/uranio-e-derivados>.

JANK, Marcos S. **A competitividade do etanol brasileiro.** Brasília: Senado Federal, 2009. Disponível em [http://www.senado.gov.br/comissoes/ci/ap/AP20090831\\_Comissao\\_Infraestrutura\\_Marcos%20Jank\\_\(res\).pdf](http://www.senado.gov.br/comissoes/ci/ap/AP20090831_Comissao_Infraestrutura_Marcos%20Jank_(res).pdf).

KLARE, Michael. **Blood and Oil.** New York: Metropolitan Books, 2004.

LANDIM, Ana Luiza Pinto Ferreira e AZEVEDO, Lizandra Prado. **O aproveitamento energético do biogás em aterros sanitários: unindo o inútil ao sustentável.** Rio: BNDES, 2006. Disponível em [http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes\\_pt/Institucional/Publicacoes/Consulta\\_Expressa/Setor/Meio\\_Ambiente/2008\\_03\\_2.html](http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/Publicacoes/Consulta_Expressa/Setor/Meio_Ambiente/2008_03_2.html).

LEITE, Rogério Cerqueira e CORTEZ, Luís Augusto Barbosa. **O Etanol Combustível no Brasil.** Disponível em [http://www.agencia.cnptia.embrapa.br/Repositorio/etanol3\\_000g7gq2cz702wx5ok0wtedt3xdrmfk.pdf](http://www.agencia.cnptia.embrapa.br/Repositorio/etanol3_000g7gq2cz702wx5ok0wtedt3xdrmfk.pdf).

MARTINS, João. **Energia “Termosolar”- A Potência da “Nova Matriz Energética Mundial”.** Disponível em <http://www.physorg.com/news/2011-07-gemasolar-solar-thermal-power-hours.html>.

MDA- MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel.** Disponível em <http://comunidades.mda.gov.br/portal/saf/programas/biodiesel/2286217>. MEIRELLES, Fábio de Salles. **Biodiesel.** São Paulo: Federação da Agricultura do Estado de São Paulo, 2003.

MILANEZ, Artur Yabe et alli. **Logística para o etanol: situação atual e desafios futuros.** Rio: BNDES *Setorial* 31. Disponível em [http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes\\_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/bnset/set3102.pdf](http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/bnset/set3102.pdf).

MINEROPAR. **Produção e Industrialização de Xisto Betuminoso.** Disponível em <http://www.mineropar.pr.gov.br/modules/menu/mapadosite.php>.

MMA- MINISTÉRIO DE MEIO AMBIENTE. **Plano Nacional de Resíduos Sólidos: diagnóstico dos resíduos urbanos, agrosilvopastoris e a questão dos catadores.** Rio, 2012. Disponível em [http://www.mma.gov.br/port/conama/reuniao/dir1529/PNRS\\_consultaspublicas.pdf](http://www.mma.gov.br/port/conama/reuniao/dir1529/PNRS_consultaspublicas.pdf).

NAIME, Roberto. **Impactos de termelétricas.** Disponível em <http://www.ecodebate.com.br/2010/09/29/impactos-de-termeletricas-artigo-de-roberto-naime/>.

NOVA COMUNICAR. **Brasil já avalia potenciais reservas de 'shale gas'.** Disponível em <http://richtweets.com/about>.



O GLOBO. **Capacidade de geração elétrica do Nordeste está quase no limite.** Disponível em <<http://oglobo.globo.com/economia/capacidade-de-geracao-eletrica-do-nordeste-esta-quase-no-limite-6582303#ixzz2NLatfWS>>.

PARENTE, Expedito José de Sá. **Produção de biodiesel em miniusinas.** TECBIO. Disponível em <[http://www.abepro.org.br/arquivos/websites/4/Expedito\\_Parente.pdf](http://www.abepro.org.br/arquivos/websites/4/Expedito_Parente.pdf)>.

PDE 2019. **Pequenas Centrais Hidrelétricas – PCHs na Matriz Brasileira. Desafios e Oportunidades.** Recife, 2010. Disponível em <<http://www.slideshare.net/glapido/pde-2019>>.

PEDESENVOLVIMENTO.COM. **Chesf vai investir R\$ 2 bilhões no Nordeste em 2013.** Disponível no website <<http://pedesenvolvimento.com/2013/02/04/chesf-vai-investir-r-2-bilhoes-no-nordeste-em-2013/>>.

PEREIRA, Osvaldo Lívio Soliano e FIGUEIREDO, Maria das Graças Pimentel. Um futuro energético sustentável para a Bahia. **Revista Desenhahia** nº 10 / mar. 2009. Disponível no website <<http://www.desenhahia.ba.gov.br/uploads/2508201111384375Cap7.pdf>>.

PIQUEIRA, José Roberto Castilho e BRUNORO, Claudio Marcelo. **Energia: uso, geração e impactos ambientais.** São Paulo: Editora Ave Maria, Anglo Sistema de Ensino. Disponível no website <<http://www.agracadaquimica.com.br/quimica/arealegal/outros/198.pdf>>.

PIRES, Adriano. **Tendências do Mercado de Petróleo e Gás no Brasil.** Rio: CBIE- Centro Brasileiro de Infraestrutura, 2009. São Paulo: Federação da Agricultura do Estado de São Paulo, 2009. Disponível em <[http://www.senado.gov.br/comissoes/ci/ap/AP20090831\\_Senado.pdf](http://www.senado.gov.br/comissoes/ci/ap/AP20090831_Senado.pdf)>.

PORTELA, Carlos. **Sistema elétrico brasileiro – Realidades e opções.** Disponível em <http://www.portugues.rfi.fr/economia/20120927-preco-do-petroleo-poderia-cair-pela-metade-gracas-exploracao-do-gas-de-xisto-diz-e> <<http://www.pee.ufrj.br/labs/corona/portela/PortelaPalestraSymp1205cpc.pdf>>. Rio: COPPE/UFRJ, 2005.

RFI. **Gás de xisto pode derrubar preço do petróleo pela metade, diz estudo.** Disponível em <<http://www.portugues.rfi.fr/economia/20120927-preco-do-petroleo-poderia-cair-pela-metade-gracas-exploracao-do-gas-de-xisto-diz-e>>.

SECRETARIA DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E MINERAÇÃO. **Bons ventos da Bahia.** Disponível em <<http://www.sicm.ba.gov.br/vs-arquivos/imagens/revista-pdf-2648.pdf>>.

SECRETARIA DE CIÊNCIA TECNOLOGIA E INOVAÇÃO – SECTI. **Plano de desenvolvimento do APL de derivados de cana-de-açúcar.** Salvador, 2011. Disponível em <[http://www.desenvolvimento.gov.br/arquivos/dwnl\\_1247146507.pdf](http://www.desenvolvimento.gov.br/arquivos/dwnl_1247146507.pdf)>.

SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA DA BAHIA. **Balanco Energético da Bahia 2009.** Salvador, 2010. Disponível em <[http://www.forumdeenergia.com.br/nucleo/pub/balancoenergetico\\_bahia\\_2009.pdf](http://www.forumdeenergia.com.br/nucleo/pub/balancoenergetico_bahia_2009.pdf)>.

SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA DA BAHIA. **Uma Visão do Balanço Energético da Bahia. Balanço Energético da Bahia 2011.** Salvador, 2012. Disponível em <<http://www.sicm.ba.gov.br/vs-arquivos/imagens/revista-pdf-4007.pdf>>.

SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA DA BAHIA. **Uma Visão do Balanço Energético da Bahia.** Salvador, 2011. Disponível em <<http://www.sicm.ba.gov.br/vs-arquivos/imagens/revista-pdf-4007.pdf>>.

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO DO ESTADO DA BAHIA. Bahia. **Visão Estratégica.** Salvador, 2012. Disponível em <<http://www.ufrb.edu.br/simposiocetec/imagens/palestras/bahia-visao-estrategica.pdf>>.

SEI. **Produto Interno Bruto a Preços Correntes por Territórios de Identidade e Municípios da Bahia 2005-2010.** Salvador, 2011. Disponível em <[http://www.sei.ba.gov.br/images/pib/xls/municipal/pib\\_territorios\\_de\\_identidade.xls](http://www.sei.ba.gov.br/images/pib/xls/municipal/pib_territorios_de_identidade.xls)>.

SEI. *Bahia 2011.* Salvador: **Anuário Estatístico**, v. 25. Disponível em <[http://www.sei.ba.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=73&Itemid=110](http://www.sei.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=73&Itemid=110)>.

SEI. **Consumidores de energia elétrica por classe, segundo o território de identidade e municípios**, Bahia – 2006. Salvador, 2007. Disponível em <[http://www.sei.ba.gov.br/images/publicacoes/sumario/estatisticas\\_municipios/sumario\\_est\\_mun\\_2011\\_v20.pdf](http://www.sei.ba.gov.br/images/publicacoes/sumario/estatisticas_municipios/sumario_est_mun_2011_v20.pdf)>.

SETTI, Ricardo. **O Brasil está atrasado na exploração de uma fonte de energia limpa — o gás de xisto, em ascensão nos EUA.** Disponível em <<http://veja.abril.com.br/blog/ricardo-setti/tema-livre/o-brasil-esta-atrasado-na-exploracao-de-uma-fonte-de-energia-limpa-o-gas-de-xisto-em-ascensao-nos-eua/>>.

SILVEIRA, José Luz. **Cogeração.** São Paulo: Simpósio Energias Alternativas, UNESP, 2009.

SOUSA, Francisco José Rocha. **A evolução das tarifas de energia elétrica e do salário mínimo.** Brasília: Câmara dos Deputados, 2005. Disponível no website <<http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/1224>>

SOUZA, Jonas. Dendê. **Potencial para produção de energia renovável.** Disponível em <<http://www.ceplac.gov.br/radar/Artigos/artigo9.htm>>

UCHOA, Arthur O. e BASTOS, Paulo R. F. de M. **Estimativa da produção de energia elétrica na Bahia usando resíduos agrícolas.** Salvador: UFBA – Universidade Federal da Bahia. Disponível em <<http://www.clade2012.com/SalaB/42.pptx>>.

UNICA. **Produção e uso do Etanol combustível no Brasil.** Disponível em <[http://www.ambiente.sp.gov.br/wp-content/uploads/publicacoes/etanol/producao\\_etanol\\_unica.pdf](http://www.ambiente.sp.gov.br/wp-content/uploads/publicacoes/etanol/producao_etanol_unica.pdf)>.

VANZIN, Emerson et alli. Análise dos impactos ambientais do uso do biogás de aterros sanitários para a geração de energia elétrica. **Canas: Revista de Ciências Ambientais**, v.3, n.2, p. 27 a 48, 2009. Disponível em <<http://www.revistas.unilasalle.edu.br/index.php/Rbca/article/view/97>>.

VEIGA, Mario. **Evolução do custo da energia elétrica no Brasil.** Rio: Enase, 2009.

VIEIRA, J. M. et alli. **Uma análise de competitividade para geração de energia elétrica.** XIII ERIAC- Décimo Terceiro Encontro Regional Iberoamericano de Cigré, 2009.

VILASBOAS, Zoraide. **Pesquisa confirma danos causados pela exploração de urânio na Bahia.** Disponível no Portal EcoDebate (<http://www.ecodebate.com.br/2011/12/30/pesquisa-confirma-danos-causados-pela-exploracao-de-uranio-na-bahia/>).

WIKIPEDIA. **Etanol como combustível no Brasil.** Disponível em <[http://pt.wikipedia.org/wiki/Etanol\\_como\\_combust%C3%ADvel\\_no\\_Brasil](http://pt.wikipedia.org/wiki/Etanol_como_combust%C3%ADvel_no_Brasil)>.

## TEMA: INSTITUCIONAL

AGÊNCIA ESTADUAL DE REGULAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE ENERGIA, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES DA BAHIA. Disponível em <<http://www.agerba.ba.gov.br/estruturaPolosRegionais.htm>> Acesso em: 09 de setembro de 2012.

CASA CIVIL DO GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA. **Balanco das Ações: Governo do Estado 5 anos e meio.** Disponível em <<http://www.casacivil.ba.gov.br/images/stories/balancogoverno/balancinho2012.pdf>> Acesso em: 19 de setembro de 2012.

COMPANHIA DE ENGENHARIA AMBIENTAL E RECURSOS HÍDRICOS DA BAHIA. Disponível em <[www.cerb.ba.gov.br](http://www.cerb.ba.gov.br)> Acesso em: 09 de setembro de 2012.

DEPARTAMENTO DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES DA BAHIA. Disponível em <[www.derba.ba.gov.br](http://www.derba.ba.gov.br)> Acesso em: 09 de setembro de 2012.

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO. Disponível em <[www.detrans.ba.gov.br](http://www.detrans.ba.gov.br)> Acesso em: 09 de setembro de 2012.

EMPRESA BAIANA DE ÁGUAS E SANEAMENTO. Disponível em <<http://www.embasa.ba.gov.br/>> Acesso em: 09 de setembro de 2012.

EMPRESA BAIANA DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA S.A. Disponível em <<http://www.ebda.ba.gov.br/ebda-institucional/unidades-organizacionais/>> Acesso em: 09 de setembro de 2012.

FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES. Disponível em <<http://www.palmars.gov.br/quilombola/>> Acesso em: 18 de maio de 2013.

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO. Disponível em <[www.funai.gov.br](http://www.funai.gov.br)> Acesso em: 18 de maio de 2013.

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA. Disponível em <[www.bahia.ba.gov.br](http://www.bahia.ba.gov.br)> Acesso em: 10 de setembro de 2012.

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DA BAHIA. Disponível em <<http://www.juceb.ba.gov.br/>> Acesso em: 09 de setembro de 2012.

BRASIL. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. Disponível em <<http://www.agricultura.gov.br>> Acesso em: 20 de setembro de 2012.

BRASIL. MINISTÉRIO DAS CIDADES. Disponível em: <<http://www.cidades.gov.br>> Acesso em: 19 de setembro de 2012.

BRASIL. MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO. Disponível em <<http://mct.gov.br>> Acesso em: 19 de setembro de 2012.

BRASIL. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. Disponível em <<http://www.mda.gov.br>> Acesso em: 19 de setembro de 2012.

BRASIL. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR. Disponível em <<http://www.desenvolvimento.gov.br/sitio/>> Acesso em: 21 de setembro de 2012.

BRASIL. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. Disponível em <<http://www.mds.gov.br>> Acesso em: 19 de setembro de 2012.

BRASIL. MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL. Disponível em <<http://www.integracao.gov.br>> Acesso em: 19 de setembro de 2012.

BRASIL. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Disponível em <<http://www.mma.gov.br/component/k2/item/8272-programas-mma>> Acesso em 19 de setembro de 2012.

BRASIL. MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA. Disponível em <<http://www.mme.gov.br>> Acesso em: 19 de setembro de 2012.

BRASIL. MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA. Disponível em <<http://www.mpa.gov.br>> Acesso em: 20 de setembro de 2012.

BRASIL. MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES. Disponível em <<http://www.transportes.gov.br>> Acesso em: 21 de setembro de 2012.

BRASIL. MINISTÉRIO DO TURISMO. Disponível em <<http://www.turismo.gov.br>> Acesso em: 19 de setembro de 2012.

SECRETARIA DE AGRICULTURA, IRRIGAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA DO ESTADO DA BAHIA. Disponível em: <<http://www.seagri.ba.gov.br/>> Acesso em: 18 de setembro de 2012.

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO DO ESTADO DA BAHIA. Disponível em <<http://www.seplan.ba.gov.br/territorios-de-identidade/mapa>> Acesso em: 13 de junho de 2012.

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A POBREZA DO ESTADO DA BAHIA. Disponível em <<http://www.sedes.ba.gov.br/>> Acesso em: 18 de setembro de 2012.

SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO E INTEGRAÇÃO REGIONAL DO ESTADO DA BAHIA. Disponível em <<http://www.sedir.ba.gov.br/projetos.asp>> Acesso em 17 de setembro de 2012.

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO DO ESTADO DA BAHIA. **Programas.** Disponível em <<http://www.sedur.ba.gov.br/>> Acesso em: 18 de setembro de 2012.

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DA BAHIA. **Diretorias Regionais de Educação.** Disponível em <<http://institucional.educacao.ba.gov.br/>> Acesso em: 09 de setembro de 2012.

SECRETARIA EXTRAORDINÁRIA DA INDÚSTRIA NAVAL E PORTUÁRIA DO ESTADO DA BAHIA. Disponível em <<http://www.seinp.ba.gov.br/>> Acesso em: 22 de setembro de 2012.

SECRETARIA DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E MINERAÇÃO DO ESTADO DA BAHIA. Disponível em <<http://www.sicm.ba.gov.br/>> Acesso em: 17 de setembro de 2012.

SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA DO ESTADO DA BAHIA. Disponível em <<http://www.seinfra.ba.gov.br/>> Acesso em: 17 de setembro de 2012.

SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO DA BAHIA. **Diretorias Regionais de Saúde.** Disponível em <[http://www.saude.ba.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=458&catid=8&Itemid=49](http://www.saude.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=458&catid=8&Itemid=49)> Acesso em: 09 de setembro de 2012.

SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DA BAHIA. Disponível em <<http://www.sefaz.ba.gov.br/>> Acesso em: 09 de setembro de 2012.

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE DO ESTADO DA BAHIA. **Programa de Gestão Ambiental Compartilhada.** Disponível em <[http://www.meioambiente.ba.gov.br/mapa\\_gac\\_new.html](http://www.meioambiente.ba.gov.br/mapa_gac_new.html)> Acesso em: 13 de setembro de 2012.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. **A Geografia dos Assentamentos na área rural.** Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico: Bahia, 2011.



## 17. APÊNDICES



**APÊNDICE 1 – TEMA: SOCIAL**

**APÊNDICE 2 – TEMA: AQUICULTURA E PESCA**

**APÊNDICE 3 – TEMA: INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA**

**APÊNDICE 4 – TEMA: ENERGIA**

**APÊNDICE 5 – TEMA: INSTITUCIONAL**

## APÊNDICE 1 – SOCIAL

Apêndice 1 - Indicadores Dimensionais – Condição de Vida.

MUNICÍPIO	1 - NÚMERO DE SEM RENDIMENTOS ATÉ 1/4 SALÁRIO MÍNIMO PER CAPITA		2 - OBITO INFANTIL		3 - ESPERANÇA DE VIDA		4 - PRESENÇA DE CRIANÇAS DE ATÉ 4 ANOS DE IDADE		5 - GRAVIDEZ NA ADOLESCENCIA		6 - OBITO POR CAUSA EXTERNA		7 - PESSOAS MAIORES DE 15 ANOS ANALFABETAS		8 - DENSIDADE DOMICILIAR		ICV	
	%XP1	NE1	%XP3	NE3	%XP3	NE3	%XP4	NE4	%XP5	NE5	%XP6	NE6	%XP8	NE8	%XP10	NE10	SOMATORIO	DIV POR 8
Abaíra	8,5370	1,8976	21,2766	0,6300	68,7100	4,9332	5,2739	4,8182	8,0257	4,9996	6,9767	0,9685	19,4539	0,5513	8,5947	3,3368	22,1352	2,7669
Abaré	11,5750	1,3996	19,6078	0,6836	59,4000	4,2648	9,3233	2,7255	42,5294	0,9435	20,2899	0,3330	26,8532	1,0680	18,5751	1,5439	12,9619	1,6202
Acajutiba	11,3010	1,4335	36,7347	0,3649	59,3300	4,2598	8,4228	3,0169	39,0625	1,0272	14,5455	0,4645	22,3010	1,2860	14,7978	1,9380	13,7908	1,7239
Adustina	12,9252	1,2534	5,2632	2,5469	56,3100	4,0429	7,2621	3,4991	31,3076	1,2816	24,3243	0,2778	35,5260	0,8073	11,8103	2,4283	16,1373	2,0172
Água Fria	12,1328	1,3352	16,3043	0,8222	60,5800	4,3495	6,9630	3,6494	28,3688	1,4144	8,0645	0,8378	27,2640	1,0519	13,6720	2,0976	15,5581	1,9448
Aiquara	7,6271	2,1240	14,9254	0,8981	62,6500	4,4981	7,4750	3,3995	52,0095	0,7715	10	0,6757	23,7555	1,2072	11,0704	2,5906	16,1647	2,0206
Alagoinhas	5,3464	3,0301	15,0447	0,8910	65,3400	4,6913	6,7988	3,7376	32,8875	1,2201	15,8940	0,4251	10,1578	2,8233	9,9734	2,8755	19,6939	2,4617
Alcobaça	8,0392	2,0151	20,1342	0,6658	61,1500	4,3904	8,9476	2,8400	40,9617	0,9796	19,8113	0,3411	23,5893	1,2157	12,8248	2,2362	14,6839	1,8355
Almadina	8,6074	1,8821	10,5263	1,2735	64,4100	4,6245	7,0496	3,6046	48,7805	0,8226	7,5472	0,8953	31,8220	0,9012	10,0664	2,8489	16,8526	2,1066
Amargosa	8,3766	1,9340	25,4777	0,5261	64,8500	4,6561	6,6295	3,8330	33,7734	1,1881	8,3721	0,8071	20,8514	1,3754	10,3051	2,7829	17,1026	2,1378
Amélia Rodrigues	6,9487	2,3314	22,1607	0,6049	64,7900	4,6518	7,5963	3,3452	30,4613	1,3172	15,2439	0,4432	13,2219	2,1690	12,2660	2,3380	17,2007	2,1501
América Dourada	13,4139	1,2077	15,4440	0,8680	56,3200	4,0437	9,4230	2,6967	46,7869	0,8576	12,0690	0,5598	27,5282	1,0418	13,9981	2,0487	13,3240	1,6655
Anagé	10,8054	1,4992	10,9091	1,2288	63,8900	4,5872	6,7921	3,7413	20,9274	1,9173	8,4746	0,7973	33,8677	0,8468	11,2881	2,5406	17,1585	2,1448
Andaraí	12,4865	1,2974	16,3934	0,8177	55,7700	4,0042	8,1855	3,1044	35,2480	1,1384	16,0000	0,4223	26,5614	1,0797	17,7282	1,6177	13,4817	1,6852
Andorinha	10,5234	1,5394	27,3224	0,4906	58,9700	4,2339	6,8999	3,6828	30,8597	1,3002	10,1695	0,6644	25,7061	1,1156	7,0888	4,0456	17,0726	2,1341
Angical	9,6545	1,6780	13,1579	1,0188	66,2000	4,7530	7,3226	3,4702	30,3254	1,3231	2,9851	2,2635	24,5524	1,1681	14,9842	1,9139	17,5886	2,1986
Anguera	6,9029	2,3468	0	0	61,9600	4,4486	6,7467	3,7664	20,3851	1,9684	7,2727	0,9291	23,1256	1,2401	21,2614	1,3489	16,0482	2,2926
Antas	10,5319	1,5382	19,3548	0,6926	62,0500	4,4551	6,2676	4,0544	23,5849	1,7013	6,2500	1,0811	28,3296	1,0123	13,8781	2,0665	16,6013	2,0752
Antônio Cardoso	7,8414	2,0659	16,3043	0,8222	68,5700	4,9232	8,1271	3,1267	35,2349	1,1388	2,6667	2,5338	29,0669	0,9866	21,8251	1,3140	16,9112	2,1139
Antônio Gonçalves	8,9803	1,8039	0	0	60,3900	4,3359	7,9270	3,2056	27,4882	1,4597	0	0	19,7180	1,4544	13,5179	2,1215	14,3811	2,0544
Aporá	14,1309	1,1464	13,2743	1,0098	64,4100	4,6245	7,8612	3,2325	25,2747	1,5876	16,9811	0,3979	27,8126	1,0311	11,7886	2,4327	15,4625	1,9328
Apuarema	9,3507	1,7325	0	0	63,9700	4,5929	7,7408	3,2827	63,4921	0,6320	14,7059	0,4595	31,0345	0,9241	12,5059	2,2932	13,9168	1,9881
Araças	10,4143	1,5555	0	0	56,0300	4,0228	8,7795	2,8944	32,0062	1,2537	5,6604	1,1937	23,1523	1,2387	16,3422	1,7549	13,9137	1,9877
Aracatu	6,8835	2,3535	20,2703	0,6613	64,6800	4,6439	6,9417	3,6606	21,8623	1,8353	8,0000	0,8446	29,3764	0,9762	15,4142	1,8605	16,8360	2,1045
Araci	12,5804	1,2877	16,3711	0,8188	61,2100	4,3947	8,5942	2,9568	27,7402	1,4465	13,8756	0,4870	34,4058	0,8335	16,8796	1,6990	13,9240	1,7405

Nota: %XP = percentual do valor da variável indicada por município em relação ao universo total do mesmo.

NE = pontuação do município em relação a melhor situação %XP municipal do Estado da Bahia.

(Continua)

Continuação do Apêndice 1 – Indicadores Dimensionais – Condição de Vida

MUNICIPIO	1 - NÚMERO DE SEM RENDIMENTOS ATÉ 1/4 SALÁRIO MÍNIMO PER CAPITA		2 - OBITO INFANTIL		3 - ESPERANÇA DE VIDA		4 - PRESENÇA DE CRIANÇAS DE ATÉ 4 ANOS DE IDADE		5 - GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA		6 - OBITO POR CAUSA EXTERNA		7 - PESSOAS MAIORES DE 15 ANOS ANALFABETAS		8 - DENSIDADE DOMICILIAR		ICV	
	%XP1	NE1	%XP3	NE3	%XP3	NE3	%XP4	NE4	%XP5	NE5	%XP6	NE6	%XP8	NE8	%XP10	NE10	SOMATORIO	DIV POR 8
Aramari	7,6900	2,1066	7,8740	1,7024	57,5800	4,1341	6,5929	3,8543	22,6571	1,7710	6,8966	0,9797	19,5826	1,4645	16,5859	1,7291	17,7418	2,2177
Arataca	8,4031	1,9279	19,1083	0,7015	59,2000	4,2504	9,8662	2,5756	45,7579	0,8769	10,8108	0,6250	31,5805	0,9081	13,3685	2,1452	14,0106	1,7513
Aratuípe	9,9732	1,6243	20,8333	0,6434	62,8600	4,5132	7,2850	3,4881	27,7186	1,4476	10,5263	0,6419	24,6159	1,1650	14,2680	2,0100	15,5336	1,9417
Aurelino Leal	8,6797	1,8664	37,2093	0,3603	59,2000	4,2504	8,6282	2,9451	47,3293	0,8478	6,8493	0,9865	26,7245	1,0731	13,2856	2,1586	14,4882	1,8110
Baianópolis	12,1661	1,3316	5,0251	2,6676	62,3400	4,4759	8,7365	2,9086	27,4074	1,4640	4,4444	1,5203	30,6235	0,9365	12,0554	2,3789	17,6833	2,2104
Baixa Grande	11,5348	1,4044	38,6266	0,3470	69,1500	4,9648	8,6000	2,9548	27,4779	1,4603	14,7368	0,4585	25,5630	1,1219	13,1368	2,1831	14,8948	1,8618
Banzaê	9,3195	1,7383	9,5238	1,4075	58,8700	4,2267	8,6000	2,9548	36,0656	1,1126	6,5217	1,0360	26,3314	1,0891	18,4245	1,5565	15,1216	1,8902
Barra	12,2072	1,3271	14,8064	0,9053	64,0300	4,5972	9,5281	2,6670	40,1388	0,9997	8,8372	0,7646	23,5925	1,2156	25,2035	1,1379	13,6143	1,7018
Barra da Estiva	10,4527	1,5498	21,3333	0,6284	66,5500	4,7781	7,9624	3,1914	32,0781	1,2509	11,6667	0,5792	18,0269	1,5909	14,7387	1,9458	15,5144	1,9393
Barra do Choça	8,5830	1,8874	28,1426	0,4763	63,5000	4,5592	8,7009	2,9205	37,2758	1,0764	12,5628	0,5378	27,7142	1,0348	15,2032	1,8863	14,3788	1,7974
Barra do Mendes	9,8619	1,6427	30,7692	0,4357	59,8400	4,2964	7,4787	3,3978	37,0370	1,0834	3,5088	1,9257	14,7483	1,9445	11,7089	2,4493	17,1754	2,1469
Barra do Rocha	8,6171	1,8800	0	0	59,2000	4,2504	8,6171	2,9489	46,7128	0,8590	11,1111	0,6081	26,7934	1,0704	13,8966	2,0637	13,6804	1,9543
Barreiras	4,0124	4,0375	15,8118	0,8478	63,7000	4,5735	8,4233	3,0167	40,0147	1,0028	9,8522	0,6858	10,3339	2,7752	10,9968	2,6079	19,5472	2,4434
Barro Alto	11,6662	1,3886	17,8571	0,7507	59,9900	4,3072	7,9048	3,2146	32,6748	1,2280	6,7568	1,0000	18,2142	1,5745	10,0352	2,8578	16,3214	2,0402
Barro Preto	8,1525	1,9871	11,9048	1,1260	59,2000	4,2504	7,1761	3,5411	40,5616	0,9892	11,1111	0,6081	26,3136	1,0899	11,2928	2,5395	16,1314	2,0164
Barrocas	8,7661	1,8480	17,3160	0,7741	0	0	8,3926	3,0278	30,5111	1,3151	12,0690	0,5598	19,6973	1,4560	12,8258	2,2360	11,2168	1,6024
Belmonte	8,1790	1,9807	11,2045	1,1964	60,1400	4,3179	8,6431	2,9400	64,1784	0,6252	13,4752	0,5014	24,7570	1,1584	12,1302	2,3642	15,0843	1,8855
Belo Campo	9,0476	1,7905	13,7615	0,9741	64,8700	4,6575	7,0440	3,6075	35,9897	1,1149	12,0370	0,5613	26,1226	1,0978	14,3182	2,0029	15,8066	1,9758
Biritinga	11,2789	1,4363	11,0701	1,2109	61,2100	4,3947	7,4563	3,4080	37,9581	1,0571	8,3333	0,8108	26,1363	1,0973	13,8032	2,0777	15,4928	1,9366
Boa Nova	10,3442	1,5661	14,5631	0,9205	63,8900	4,5872	6,6818	3,8030	40,8786	0,9816	6,0976	1,1081	31,7025	0,9046	14,2486	2,0127	15,8837	1,9855
Boa Vista do Tupim	13,2763	1,2202	26,7857	0,5004	63,5500	4,5628	8,5840	2,9603	44,0440	0,9110	11,6279	0,5811	30,3057	0,9463	14,4755	1,9812	13,6633	1,7079
Bom Jesus da Lapa	8,5332	1,8985	22,7273	0,5898	61,6500	4,4263	8,5728	2,9641	41,5845	0,9649	9,9338	0,6802	19,2113	1,4928	16,8264	1,7044	14,7210	1,8401
Bom Jesus da Serra	9,7805	1,6564	21,2766	0,6300	63,8900	4,5872	7,5455	3,3677	22,6824	1,7690	6,5217	1,0360	27,1463	1,0564	18,0122	1,5922	15,6949	1,9619
Boninal	8,7855	1,8439	11,1732	1,1997	68,2300	4,8988	7,3030	3,4795	18,4552	2,1742	8,9552	0,7545	22,0182	1,3025	21,2728	1,3481	17,0013	2,1252
Bonito	11,3224	1,4308	24,8963	0,5384	58,1300	4,1736	8,9082	2,8525	38,6100	1,0392	10,2041	0,6622	20,3153	1,4117	14,4478	1,9850	14,0934	1,7617

**Nota:** %XP = percentual do valor da variável indicada por município em relação ao universo total do mesmo.

NE = pontuação do município em relação a melhor situação %XP municipal do Estado da Bahia.

(Continua)



Continuação do **Apêndice 1** – Indicadores Dimensionais – Condição de Vida

MUNICIPIO	1 - NÚMERO DE SEM RENDIMENTOS ATÉ 1/4 SALÁRIO MÍNIMO PER CAPITA		2 - OBITO INFANTIL		3 - ESPERANÇA DE VIDA		4 - PRESENÇA DE CRIANÇAS DE ATÉ 4 ANOS DE IDADE		5 - GRAVIDEZ NA ADOLESCENCIA		6 - OBITO POR CAUSA EXTERNA		7 - PESSOAS MAIORES DE 15 ANOS ANALFABETAS		8 - DENSIDADE DOMICILIAR		ICV	
	%XP1	NE1	%XP3	NE3	%XP3	NE3	%XP4	NE4	%XP5	NE5	%XP6	NE6	%XP8	NE8	%XP10	NE10	SOMATORIO	DIV POR 8
Boquira	9,5249	1,7008	25,8303	0,5190	66,5400	4,7774	6,9973	3,6315	24,5659	1,6334	7,8652	0,8591	25,8063	1,1113	17,8325	1,6082	15,8407	1,9801
Botuporã	10,9865	1,4745	30,7692	0,4357	66,5300	4,7767	6,5919	3,8549	18,3086	2,1916	9,2593	0,7297	26,2573	1,0922	15,1886	1,8882	16,4435	2,0554
Brejões	10,4824	1,5454	4,1667	3,2172	65,7800	4,7229	7,3272	3,4681	41,3508	0,9704	9,2105	0,7336	24,2152	1,1843	15,2542	1,8800	17,7218	2,2152
Brejolândia	12,1951	1,3284	0	0	66,8100	4,7968	7,6423	3,3251	16,3767	2,4501	6,0606	1,1149	26,3013	1,0904	10,8039	2,6544	16,7601	2,3943
Brotas de Macaúbas	11,6071	1,3957	16,3934	0,8177	63,9400	4,5908	7,2743	3,4933	17,1592	2,3384	10,8434	0,6231	21,2249	1,3512	11,4917	2,4956	17,1057	2,1382
Brumado	6,3668	2,5445	21,0970	0,6354	67,1200	4,8191	6,5744	3,8651	28,8696	1,3899	10,7143	0,6306	16,2777	1,7618	9,7712	2,9350	18,5814	2,3227
Buerarema	8,0514	2,0121	23,4899	0,5707	62,8300	4,5111	7,1102	3,5739	45,6770	0,8785	15,5556	0,4344	23,0957	1,2417	11,6822	2,4549	15,6771	1,9596
Buritirama	12,4758	1,2985	11,7188	1,1439	64,0300	4,5972	8,5162	2,9839	29,3747	1,3660	10,5263	0,6419	26,0473	1,1010	23,0150	1,2461	14,3784	1,7973
Caatiba	5,4810	2,9557	13,5135	0,9920	63,8900	4,5872	7,5419	3,3693	16,3305	2,4571	3,3333	2,0270	30,0012	0,9559	16,9895	1,6880	19,0321	2,3790
Cabaceiras do Paraguaçu	11,8231	1,3702	12,5523	1,0679	62,8600	4,5132	8,4748	2,9984	28,9555	1,3857	13,6364	0,4955	26,4760	1,0832	20,7870	1,3796	14,2938	1,7867
Cachoeira	7,9286	2,0432	11,9904	1,1180	65,5100	4,7035	5,0822	5,0000	30,0403	1,3357	8,4906	0,7958	16,0879	1,7826	10,8771	2,6366	19,4154	2,4269
Caculé	6,8370	2,3695	7,0175	1,9102	68,5300	4,9203	6,3332	4,0123	20,9933	1,9113	8,8235	0,7658	20,1657	1,4221	11,2972	2,5385	19,8501	2,4813
Caém	11,7908	1,3740	24,3902	0,5496	59,0700	4,2411	8,8865	2,8595	40,8526	0,9822	7,8125	0,8649	25,2549	1,1356	12,9717	2,2109	14,2176	1,7772
Caetanos	9,3791	1,7272	31,2500	0,4290	63,8900	4,5872	7,0747	3,5918	21,5054	1,8658	7,5000	0,9009	27,0390	1,0606	20,7260	1,3837	15,5462	1,9433
Caetitê	8,1086	1,9979	15,8983	0,8432	68,5300	4,9203	6,8701	3,6988	21,3093	1,8830	12,4031	0,5448	20,4156	1,4047	13,9901	2,0499	17,3425	2,1678
Cafarnaum	11,5389	1,4039	17,2414	0,7775	57,4000	4,1212	9,0380	2,8116	46,6926	0,8593	9,8592	0,6853	21,8168	1,3145	12,9005	2,2231	14,1964	1,7746
Cairu	9,0321	1,7936	26,3158	0,5094	66,6500	4,7853	7,8446	3,2393	32,9381	1,2182	10,2041	0,6622	15,6066	1,8376	9,6043	2,9860	17,0316	2,1289
Caldeirão Grande	12,6482	1,2808	16,1290	0,8311	59,0700	4,2411	9,0996	2,7925	39,9374	1,0047	9,6774	0,6982	29,2639	0,9800	12,7900	2,2423	14,0707	1,7588
Camacan	8,3763	1,9340	26,9815	0,4968	61,6600	4,4271	9,3048	2,7309	57,9893	0,6919	14,2157	0,4753	22,8222	1,2566	13,2423	2,1657	14,1784	1,7723
Camaçari	5,3582	3,0234	15,8084	0,8480	67,4500	4,8428	8,2020	3,0981	34,1452	1,1751	21,3431	0,3166	7,7815	3,6855	8,4219	3,4052	20,3947	2,5493
Camamu	10,6435	1,5221	21,4286	0,6256	66,6500	4,7853	10,1828	2,4955	42,1079	0,9529	30,0813	0,2246	26,6495	1,0761	16,9210	1,6949	13,3769	1,6721
Campo Alegre de Lourdes	13,7922	1,1746	7,5758	1,7694	62,5900	4,4938	8,6357	2,9425	39,9366	1,0047	10	0,6757	27,9561	1,0258	12,5443	2,2862	15,3728	1,9216
Campo Formoso	11,0540	1,4655	13,9983	0,9576	60,8600	4,3696	8,1222	3,1286	36,7869	1,0907	14,2857	0,4730	24,5484	1,1682	13,2923	2,1575	14,8108	1,8514
Canápolis	11,6047	1,3960	19,4805	0,6881	65,2100	4,6819	8,8417	2,8740	26,7327	1,5010	14,8148	0,4561	30,9034	0,9280	14,9726	1,9154	14,4405	1,8051
Canarana	11,7161	1,3827	5,6022	2,3928	56,3200	4,0437	8,4868	2,9942	45,3802	0,8842	15,3846	0,4392	19,0145	1,5082	9,3768	3,0585	16,7034	2,0879

**Nota:** %XP = percentual do valor da variável indicada por município em relação ao universo total do mesmo.

NE = pontuação do município em relação a melhor situação %XP municipal do Estado da Bahia.

(Continua)

Continuação do Apêndice 1 – Indicadores Dimensionais – Condição de Vida

MUNICÍPIO	1 - NÚMERO DE SEM RENDIMENTOS ATÉ 1/4 SALÁRIO MÍNIMO PER CAPITA		2 - OBITO INFANTIL		3 - ESPERANÇA DE VIDA		4 - PRESENÇA DE CRIANÇAS DE ATÉ 4 ANOS DE IDADE		5 - GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA		6 - OBITO POR CAUSA EXTERNA		7 - PESSOAS MAIORES DE 15 ANOS ANALFABETAS		8 - DENSIDADE DOMICILIAR		ICV	
	%XP1	NE1	%XP3	NE3	%XP3	NE3	%XP4	NE4	%XP5	NE5	%XP6	NE6	%XP8	NE8	%XP10	NE10	SOMATORIO	DIV POR 8
Canavieiras	7,8406	2,0662	12,3967	1,0813	62,5900	4,4938	7,6518	3,3209	46,8944	0,8556	16,3366	0,4136	19,6152	1,4621	10,7029	2,6795	16,3730	2,0466
Candeal	8,6575	1,8712	21,7391	0,6166	62,7700	4,5067	6,3976	3,9720	16,3934	2,4476	14,0625	0,4805	25,7332	1,1145	12,9601	2,2128	17,2219	2,1527
Candeias	6,5254	2,4826	12,3762	1,0831	66,0600	4,7430	7,3520	3,4563	29,2029	1,3740	16,5548	0,4081	9,0860	3,1563	8,5542	3,3526	20,0561	2,5070
Candiba	8,4027	1,9279	20	0,6702	68,9900	4,9533	6,6313	3,8320	22,6040	1,7751	14,7541	0,4580	25,5570	1,1221	10,1880	2,8149	17,5536	2,1942
Cândido Sales	9,7739	1,6575	26,8456	0,4993	63,4000	4,5520	7,9754	3,1862	31,7402	1,2642	14,8936	0,4537	26,0788	1,0997	11,2889	2,5404	15,2529	1,9066
Cansanção	12,5851	1,2872	18,1347	0,7392	56,3600	4,0465	8,4215	3,0174	29,0350	1,3820	20	0,3378	28,9288	0,9913	14,8747	1,9280	13,7295	1,7162
Canudos	10,3510	1,5651	12,2449	1,0947	60,3400	4,3323	8,8950	2,8568	36,7830	1,0909	14,0845	0,4797	25,2375	1,1363	14,5249	1,9744	14,5302	1,8163
Capela do Alto Alegre	10,5848	1,5305	19,0476	0,7038	65,3700	4,6934	6,4116	3,9633	24,6305	1,6291	17,7419	0,3808	27,9828	1,0249	6,4293	4,4606	18,3863	2,2983
Capim Grosso	8,3933	1,9301	12,1065	1,1072	57,6500	4,1391	8,3669	3,0371	35,2113	1,1396	17,2932	0,3907	20,7767	1,3803	6,8966	4,1584	17,2825	2,1603
Caraíbas	8,5918	1,8855	25,6410	0,5228	60,4100	4,3373	6,5075	3,9049	29,9587	1,3393	10,9375	0,6178	32,8678	0,8725	12,6290	2,2708	15,7510	1,9689
Caravelas	8,1611	1,9850	15,9236	0,8418	62,6400	4,4974	7,6760	3,3104	41,8672	0,9584	11,0000	0,6143	24,9539	1,1493	12,1880	2,3530	15,7096	1,9637
Cardeal da Silva	12,3496	1,3118	19,1083	0,7015	60,8100	4,3660	8,8741	2,8635	43,1655	0,9296	7,2727	0,9291	23,0075	1,2465	16,8690	1,7001	14,0480	1,7560
Carinhanha	11,8159	1,3710	13,7525	0,9747	64,0300	4,5972	9,0056	2,8217	36,9192	1,0868	5,4545	1,2387	25,9103	1,1068	18,0314	1,5905	14,7875	1,8484
Casa Nova	9,0842	1,7833	11,0733	1,2106	61,7100	4,4306	9,0487	2,8082	46,3138	0,8664	15,7895	0,4279	24,8620	1,1535	15,1916	1,8878	14,5684	1,8210
Castro Alves	9,4475	1,7147	44,4444	0,3016	66,8700	4,8011	7,0452	3,6068	25,7019	1,5612	7,4286	0,9096	22,6641	1,2654	12,6714	2,2633	16,4237	2,0530
Catolândia	10,9495	1,4795	39,2157	0,3418	65,7900	4,7236	7,6187	3,3354	75,2212	0,5334	0	0	25,7113	1,1154	11,0381	2,5981	14,1272	2,0182
Catu	6,7782	2,3900	18,9189	0,7085	65,7200	4,7186	6,8782	3,6944	30,5796	1,3121	15,9722	0,4230	11,1236	2,5782	9,2072	3,1148	18,9397	2,3675
Caturama	10,4549	1,5495	0	0	63,9400	4,5908	6,6078	3,8456	33,7382	1,1893	26,6667	0,2534	27,8768	1,0288	14,0606	2,0396	14,4969	2,0710
Central	12,3222	1,3147	30,7167	0,4364	59,9900	4,3072	8,1893	3,1030	47,0948	0,8520	8,6022	0,7855	20,0082	1,4333	10,2086	2,8092	15,0413	1,8802
Chorrochó	10,5984	1,5285	22,3464	0,5999	58,3800	4,1916	8,1749	3,1084	37,7880	1,0618	13,0435	0,5180	28,3809	1,0105	19,6279	1,4611	13,4798	1,6850
Cícero Dantas	9,6996	1,6702	17,6322	0,7602	56,3100	4,0429	6,6987	3,7934	39,0095	1,0286	12,9870	0,5203	32,9005	0,8717	7,5123	3,8175	16,5049	2,0631
Cipó	9,6889	1,6720	14,7059	0,9115	60,4900	4,3430	8,3937	3,0274	35,3659	1,1346	10,2041	0,6622	23,8785	1,2010	12,3161	2,3285	15,2803	1,9100
Coaraci	9,2310	1,7550	17,3410	0,7730	66,3500	4,7638	7,3275	3,4679	64,3979	0,6231	12,6316	0,5349	23,5545	1,2175	9,4570	3,0325	16,1677	2,0210
Cocos	9,6774	1,6740	12,8755	1,0411	65,2100	4,6819	7,8246	3,2476	23,1533	1,7330	5,7971	1,1655	24,8504	1,1540	13,3402	2,1498	16,8470	2,1059
Conceição da Feira	6,7149	2,4125	24,3902	0,5496	63,9300	4,5900	7,3746	3,4458	29,3963	1,3650	9,5745	0,7057	16,0528	1,7865	13,2857	2,1586	17,0137	2,1267

Nota: %XP = percentual do valor da variável indicada por município em relação ao universo total do mesmo.

NE = pontuação do município em relação a melhor situação %XP municipal do Estado da Bahia.

(Continua)

Continuação do **Apêndice 1** – Indicadores Dimensionais – Condição de Vida

MUNICIPIO	1 - NÚMERO DE SEM RENDIMENTOS ATÉ 1/4 SALÁRIO MÍNIMO PER CAPITA		2 - OBITO INFANTIL		3 - ESPERANÇA DE VIDA		4 - PRESENÇA DE CRIANÇAS DE ATÉ 4 ANOS DE IDADE		5 - GRAVIDEZ NA ADOLESCENCIA		6 - OBITO POR CAUSA EXTERNA		7 - PESSOAS MAIORES DE 15 ANOS ANALFABETAS		8 - DENSIDADE DOMICILIAR		ICV	
	%XP1	NE1	%XP3	NE3	%XP3	NE3	%XP4	NE4	%XP5	NE5	%XP6	NE6	%XP8	NE8	%XP10	NE10	SOMATORIO	DIV POR 8
Conceição do Almeida	9,1495	1,7706	21,7391	0,6166	64,6400	4,6410	5,7597	4,4118	15,1707	2,6449	3,2787	2,0608	20,4328	1,4036	12,3930	2,3141	19,8634	2,4829
Conceição do Coité	8,2126	1,9726	10,7181	1,2507	58,1600	4,1758	7,7870	3,2632	27,3602	1,4665	12,0130	0,5625	19,8448	1,4451	9,0683	3,1625	17,2989	2,1624
Conceição do Jacuípe	5,2242	3,1010	17,2840	0,7756	65,2100	4,6819	7,5390	3,3706	29,7147	1,3503	17,6166	0,3835	12,3850	2,3156	10,4089	2,7552	18,7337	2,3417
Conde	12,3392	1,3129	8,1081	1,6533	62,7100	4,5024	8,7143	2,9160	38,6372	1,0385	14,7826	0,4571	24,0947	1,1902	19,4213	1,4767	14,5471	1,8184
Condeúba	8,7644	1,8484	40,2010	0,3334	65,8100	4,7250	6,8825	3,6921	20,6767	1,9406	7,8261	0,8634	27,2422	1,0527	13,0666	2,1948	16,6505	2,0813
Contendas do Sincorá	8,9757	1,8049	18,8679	0,7105	61,1900	4,3933	7,1076	3,5752	32,0988	1,2500	4,3478	1,5541	26,7219	1,0732	11,9136	2,4072	16,7684	2,0960
Coração de Maria	9,3656	1,7297	24,7934	0,5407	63,4500	4,5556	7,1885	3,5349	25,3436	1,5832	8,3916	0,8052	21,0005	1,3656	14,7040	1,9504	16,0653	2,0082
Cordeiros	7,5416	2,1481	0	0	65,2300	4,6834	5,5215	4,6022	12,1359	3,3063	12,7660	0,5293	25,5497	1,1225	14,0145	2,0463	18,4380	2,6340
Coribe	12,5717	1,2886	0	0	65,2100	4,6819	7,1109	3,5735	30,8339	1,3013	6,0606	1,1149	28,3724	1,0108	9,4406	3,0378	16,0088	2,2870
Coronel João Sá	10,8962	1,4868	28,3401	0,4730	61,6800	4,4285	8,4286	3,0149	28,4598	1,4099	25,3333	0,2667	39,2935	0,7299	12,3948	2,3137	14,1233	1,7654
Correntina	10,3154	1,5705	17,2786	0,7758	65,2100	4,6819	7,4497	3,4110	29,2683	1,3709	15,0442	0,4491	23,4453	1,2232	12,7614	2,2473	15,7298	1,9662
Coteçipe	11,0606	1,4647	6,0606	2,2118	63,8800	4,5864	7,8847	3,2228	33,2180	1,2079	17,8571	0,3784	29,8390	0,9611	16,0097	1,7913	15,8245	1,9781
Cravolândia	10,9986	1,4729	0	0	65,7800	4,7229	7,4251	3,4223	33,1384	1,2108	8,3333	0,8108	27,7823	1,0323	11,4149	2,5124	15,1844	2,1692
Crisópolis	14,3741	1,1270	20,9059	0,6412	57,5800	4,1341	7,7184	3,2923	33,6094	1,1939	21,7742	0,3103	30,6576	0,9354	10,7202	2,6752	14,3094	1,7887
Cristópolis	11,2877	1,4352	16,0428	0,8356	64,3900	4,6231	7,4623	3,4052	22,4888	1,7842	23,2558	0,2905	30,2020	0,9496	11,6904	2,4532	15,7765	1,9721
Cruz das Almas	5,2735	3,0720	17,6796	0,7582	67,3200	4,8334	6,6128	3,8427	29,2444	1,3721	11,8902	0,5683	11,7890	2,4326	10,0666	2,8489	19,7281	2,4660
Curaçá	10,3324	1,5679	13,6986	0,9786	61,7100	4,4306	9,0824	2,7978	37,8279	1,0607	16,2963	0,4146	24,6557	1,1632	15,6041	1,8379	14,2513	1,7814
Dário Meira	12,2867	1,3185	19,1083	0,7015	60,4100	4,3373	8,9287	2,8460	37,5552	1,0684	18,9189	0,3571	34,0729	0,8417	16,4012	1,7486	13,2191	1,6524
Dias d'Ávila	6,4218	2,5226	16,7442	0,8006	67,9300	4,8772	8,8174	2,8819	36,2108	1,1081	26,8882	0,2513	8,2117	3,4924	9,2186	3,1109	19,0451	2,3806
Dom Basílio	9,5200	1,7017	8,4034	1,5952	65,2000	4,6812	7,0630	3,5978	16,4294	2,4423	12,7273	0,5309	23,7861	1,2057	14,6523	1,9573	17,7120	2,2140
Dom Macedo Costa	9,6050	1,6866	0	0	65,0500	4,6704	6,3517	4,0007	42,6136	0,9416	0	0	20,7931	1,3792	9,8388	2,9148	15,5934	2,5989
Elísio Medrado	8,6459	1,8737	28,8462	0,4647	66,1300	4,7480	6,6574	3,8169	21,8978	1,8324	8,4746	0,7973	25,4312	1,1277	6,9704	4,1143	18,7750	2,3469
Encruzilhada	12,1564	1,3326	31,4465	0,4263	66,1200	4,7473	8,7679	2,8982	35,3084	1,1364	14,4144	0,4687	32,7613	0,8754	13,4963	2,1249	14,0098	1,7512
Entre Rios	9,5443	1,6974	15,1771	0,8832	60,1400	4,3179	8,3057	3,0595	31,1927	1,2864	14,3617	0,4705	18,0677	1,5873	13,4703	2,1290	15,4311	1,9289
Érico Cardoso	7,8433	2,0655	8,4034	1,5952	65,2000	4,6812	6,0645	4,1901	19,2308	2,0865	2,9412	2,2973	30,2696	0,9474	20,0301	1,4318	19,2950	2,4119

**Nota:** %XP = percentual do valor da variável indicada por município em relação ao universo total do mesmo.

NE = pontuação do município em relação a melhor situação %XP municipal do Estado da Bahia.

(Continua)

Continuação do Apêndice 1 – Indicadores Dimensionais – Condição de Vida

MUNICÍPIO	1 - NÚMERO DE SEM RENDIMENTOS ATÉ 1/4 SALÁRIO MÍNIMO PER CAPITA		2 - OBITO INFANTIL		3 - ESPERANÇA DE VIDA		4 - PRESENÇA DE CRIANÇAS DE ATÉ 4 ANOS DE IDADE		5 - GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA		6 - OBITO POR CAUSA EXTERNA		7 - PESSOAS MAIORES DE 15 ANOS ANALFABETAS		8 - DENSIDADE DOMICILIAR		ICV	
	%XP1	NE1	%XP3	NE3	%XP3	NE3	%XP4	NE4	%XP5	NE5	%XP6	NE6	%XP8	NE8	%XP10	NE10	SOMATORIO	DIV POR 8
Esplanada	10,0714	1,6085	27,4510	0,4883	59,9900	4,3072	8,9422	2,8417	33,5861	1,1947	17,5824	0,3843	21,6109	1,3270	17,5899	1,6304	13,7821	1,7228
Euclides da Cunha	10,3897	1,5592	11,7925	1,1367	60,3400	4,3323	7,9043	3,2148	31,6019	1,2697	9,4891	0,7121	27,4352	1,0453	12,8281	2,2356	15,5058	1,9382
Eunápolis	4,3410	3,7318	19,3548	0,6926	64,7000	4,6453	8,2493	3,0804	45,7107	0,8778	23,2964	0,2900	14,7957	1,9383	9,4632	3,0305	18,2868	2,2858
Fátima	11,5947	1,3972	5,4645	2,4531	56,1800	4,0336	6,7097	3,7872	29,7357	1,3494	8,6420	0,7819	35,1174	0,8166	9,3430	3,0695	17,6885	2,2111
Feira da Mata	12,5203	1,2939	0	0	64,0300	4,5972	6,8278	3,7217	14,8270	2,7062	26,0870	0,2590	22,4112	1,2797	10,8185	2,6509	16,5086	2,3584
Feira de Santana	4,2364	3,8240	15,9236	0,8418	66,8300	4,7982	7,1362	3,5608	31,0673	1,2916	20,7589	0,3255	9,0875	3,1558	9,4667	3,0294	20,8272	2,6034
Filadélfia	11,8519	1,3669	12,2951	1,0903	58,9700	4,2339	8,1661	3,1118	36,5325	1,0983	15,5172	0,4354	22,5248	1,2732	11,1945	2,5618	15,1716	1,8965
Firmino Alves	5,1458	3,1482	0	0	66,3100	4,7609	7,6909	3,3040	48,2625	0,8314	16,6667	0,4054	23,3704	1,2271	11,3750	2,5212	16,1982	2,3140
Floresta Azul	8,5929	1,8853	0	0	66,1300	4,7480	7,5047	3,3860	60,7621	0,6604	13,4328	0,5030	28,9674	0,9900	13,0492	2,1977	14,3704	2,0529
Formosa do Rio Preto	10,3160	1,5704	12,9590	1,0344	64,3000	4,6166	9,2404	2,7500	55,4643	0,7234	13,1148	0,5152	22,3257	1,2845	19,6777	1,4574	13,9520	1,7440
Gandu	7,0972	2,2826	19,9637	0,6715	65,4500	4,6992	8,4955	2,9911	52,2337	0,7682	13,0682	0,5170	22,8364	1,2558	9,4608	3,0313	16,2167	2,0271
Gavião	7,5658	2,1412	0	0	64,7700	4,6503	6,0307	4,2136	19,4647	2,0614	17,6471	0,3829	26,2560	1,0923	9,7417	2,9439	17,4856	2,4979
Gentio do Ouro	11,4479	1,4151	21,1268	0,6345	59,1900	4,2497	7,2679	3,4963	31,9767	1,2548	8,5714	0,7883	25,4426	1,1272	13,1499	2,1809	15,1468	1,8934
Glória	9,7241	1,6660	19,7628	0,6783	68,9000	4,9469	7,8336	3,2438	27,3224	1,4686	12,3288	0,5480	28,1008	1,0206	11,3551	2,5256	16,0977	2,0122
Gongogi	9,0224	1,7955	48,7805	0,2748	64,0500	4,5987	7,6343	3,3285	35,7995	1,1208	8,3333	0,8108	28,4434	1,0083	17,1123	1,6759	14,6133	1,8267
Governador Mangabeira	9,1883	1,7631	14,2857	0,9383	67,9100	4,8758	7,5508	3,3653	25,4149	1,5788	9,9010	0,6824	17,4547	1,6430	14,6099	1,9630	16,8098	2,1012
Guajeru	8,3229	1,9464	8,9286	1,5013	68,6600	4,9296	6,1797	4,1120	16,8697	2,3785	4,3478	1,5541	29,9272	0,9583	16,7290	1,7143	19,0946	2,3868
Guanambi	5,8000	2,7931	12,7443	1,0518	66,8500	4,7997	6,9024	3,6815	28,4293	1,4114	11,5764	0,5837	15,4177	1,8601	10,1118	2,8361	19,0174	2,3772
Guaratinga	11,1226	1,4565	20,8955	0,6415	62,5300	4,4895	8,1716	3,1097	50,2152	0,7991	13,6842	0,4938	34,4657	0,8321	9,6300	2,9780	14,8001	1,8500
Heliópolis	11,1769	1,4494	7,5758	1,7694	60,3700	4,3344	6,5711	3,8671	14,3885	2,7887	10,1695	0,6644	31,9577	0,8974	12,2784	2,3357	18,1066	2,2633
Iaçu	11,5757	1,3995	31,1005	0,4310	56,4000	4,0494	8,1912	3,1022	40,3397	0,9947	16,7939	0,4023	24,9945	1,1474	13,6413	2,1023	13,6289	1,7036
Ibiassucê	7,6029	2,1308	15,3846	0,8713	68,0800	4,8880	6,2413	4,0714	27,2021	1,4751	9,5238	0,7095	21,0500	1,3624	11,0397	2,5978	18,1062	2,2633
Ibicaraí	9,6167	1,6846	27,2727	0,4915	62,5900	4,4938	6,9250	3,6695	39,3805	1,0189	12,7778	0,5288	21,5027	1,3337	9,7162	2,9516	16,1724	2,0216
Ibicoara	7,2405	2,2374	14,3678	0,9330	62,1300	4,4608	10,1019	2,5155	49,0417	0,8182	12,9630	0,5212	16,3884	1,7499	12,5053	2,2933	15,5293	1,9412
Ibicuí	7,7406	2,0929	13,6364	0,9830	63,2700	4,5426	7,3539	3,4555	51,3889	0,7808	12,9630	0,5212	25,5222	1,1237	9,4671	3,0293	16,5290	2,0661

Nota: %XP = percentual do valor da variável indicada por município em relação ao universo total do mesmo.

NE = pontuação do município em relação a melhor situação %XP municipal do Estado da Bahia.

(Continua)

Continuação do **Apêndice 1** – Indicadores Dimensionais – Condição de Vida

MUNICÍPIO	1 - NÚMERO DE SEM RENDIMENTOS ATÉ 1/4 SALÁRIO MÍNIMO PER CAPITA		2 - OBITO INFANTIL		3 - ESPERANÇA DE VIDA		4 - PRESENÇA DE CRIANÇAS DE ATÉ 4 ANOS DE IDADE		5 - GRAVIDEZ NA ADOLESCENCIA		6 - OBITO POR CAUSA EXTERNA		7 - PESSOAS MAIORES DE 15 ANOS ANALFABETAS		8 - DENSIDADE DOMICILIAR		ICV	
	%XP1	NE1	%XP3	NE3	%XP3	NE3	%XP4	NE4	%XP5	NE5	%XP6	NE6	%XP8	NE8	%XP10	NE10	SOMATORIO	DIV POR 8
Ibipeba	11,2601	1,4387	15,2091	0,8814	59,9900	4,3072	7,7909	3,2616	39,9738	1,0038	8,0000	0,8446	18,2557	1,5709	9,8071	2,9243	16,2324	2,0291
Ibipitanga	9,8864	1,6386	11,5607	1,1595	67,8800	4,8736	6,5698	3,8679	27,3775	1,4656	6,2500	1,0811	28,1017	1,0205	15,5350	1,8461	16,9529	2,1191
Ibiquera	13,9654	1,1600	12,9870	1,0322	56,7200	4,0724	8,0420	3,1598	53,5714	0,7490	18,1818	0,3716	30,1909	0,9499	13,5096	2,1228	13,6177	1,7022
Ibirapitanga	9,3158	1,7390	21,7918	0,6151	64,0500	4,5987	9,7185	2,6147	52,1160	0,7699	22,9508	0,2944	31,9131	0,8986	15,0299	1,9081	13,4385	1,6798
Ibirapuã	4,4883	3,6094	11,7647	1,1394	68,2300	4,8988	7,8954	3,2185	36,4656	1,1004	13,8889	0,4865	23,3435	1,2285	8,5028	3,3728	19,0542	2,3818
Ibirataia	9,0803	1,7841	22,7273	0,5898	64,8400	4,6554	7,8700	3,2289	62,3886	0,6431	5,1095	1,3224	28,8815	0,9930	10,6505	2,6927	15,9093	1,9887
Ibitiara	11,0150	1,4707	11,4286	1,1729	67,8400	4,8708	6,4141	3,9617	17,5781	2,2827	8,2474	0,8193	23,2172	1,2352	15,5740	1,8414	17,6547	2,2068
Ibititá	11,9121	1,3600	3,9063	3,4316	57,4000	4,1212	7,9657	3,1901	30,7971	1,3029	7,0588	0,9572	22,7346	1,2614	9,0506	3,1687	18,7931	2,3491
Ibotirama	8,8231	1,8361	26,8817	0,4987	67,2600	4,8291	7,9841	3,1827	35,2490	1,1383	9,8160	0,6883	17,9842	1,5946	12,2148	2,3478	16,1158	2,0145
Ichu	8,0304	2,0173	31,7460	0,4223	64,4300	4,6259	7,1741	3,5420	24,4444	1,6415	3,2258	2,0946	14,2354	2,0146	9,6981	2,9571	19,3153	2,4144
Igaporã	7,0898	2,2850	15,0000	0,8937	67,2400	4,8277	6,9254	3,6693	21,1715	1,8952	13,3333	0,5068	20,3924	1,4063	14,7793	1,9404	17,4244	2,1780
Igrapiúna	9,7479	1,6619	16,2162	0,8266	66,6500	4,7853	9,3126	2,7287	27,1164	1,4797	20	0,3378	24,4868	1,1712	17,0225	1,6847	14,6760	1,8345
Iguaí	11,0190	1,4702	21,5054	0,6233	66,7300	4,7911	7,8557	3,2347	41,4955	0,9670	11,3475	0,5954	30,2195	0,9490	11,4286	2,5094	15,1401	1,8925
Ilhéus	5,1297	3,1581	25,0000	0,5362	66,1300	4,7480	7,2614	3,4995	42,8207	0,9370	16,1265	0,4190	12,4854	2,2970	9,4352	3,0395	18,6342	2,3293
Inhambupe	10,5314	1,5383	19,1571	0,6997	55,3700	3,9754	8,4367	3,0120	35,9767	1,1153	12,5628	0,5378	25,5751	1,1213	14,4177	1,9891	13,9890	1,7486
Ipecaetá	10,0254	1,6159	9,4787	1,4142	60,5800	4,3495	6,6271	3,8344	21,7670	1,8434	8,0000	0,8446	26,2344	1,0932	20,2499	1,4162	16,4114	2,0514
Ipiaú	7,4911	2,1626	18,4397	0,7270	62,5900	4,4938	7,1768	3,5407	44,2651	0,9065	11,3372	0,5960	19,9110	1,4403	10,6256	2,6990	16,5659	2,0707
Ipirá	9,5497	1,6964	10,3199	1,2989	61,7500	4,4335	7,5083	3,3844	36,8473	1,0890	19,2308	0,3514	27,4876	1,0433	12,9246	2,2189	15,5158	1,9395
Ipupiara	9,5387	1,6983	8,1967	1,6354	66,1400	4,7487	6,7148	3,7843	27,8114	1,4428	7,4074	0,9122	15,8810	1,8058	10,7822	2,6598	18,6873	2,3359
Irajuba	11,2111	1,4450	19,8020	0,6769	62,6500	4,4981	8,0834	3,1436	44,9102	0,8934	5,7143	1,1824	27,8187	1,0309	10,0852	2,8436	15,7141	1,9643
Iramaia	10,6577	1,5200	11,6959	1,1461	65,7800	4,7229	7,8117	3,2529	30,2067	1,3283	8,6957	0,7770	24,3221	1,1791	16,3782	1,7510	15,6774	1,9597
Iraquara	12,3097	1,3160	26,1283	0,5130	59,1900	4,2497	8,5163	2,9838	43,4609	0,9232	11,5385	0,5856	17,7207	1,6184	15,5432	1,8451	14,0349	1,7544
Irará	8,6497	1,8729	7,4074	1,8097	63,4500	4,5556	7,4098	3,4294	25,1985	1,5924	12,1212	0,5574	23,2733	1,2322	13,8001	2,0781	17,1277	2,1410
Irecê	6,7854	2,3875	13,2979	1,0080	59,8400	4,2964	8,0272	3,1656	37,0485	1,0830	22,4670	0,3007	13,4017	2,1399	8,0599	3,5582	17,9394	2,2424
Itabela	7,7526	2,0896	15,8451	0,8460	64,0800	4,6008	9,2523	2,7465	58,2524	0,6888	29,7297	0,2273	25,7399	1,1142	12,9032	2,2226	14,5357	1,8170

**Nota:** %XP = percentual do valor da variável indicada por município em relação ao universo total do mesmo.

NE = pontuação do município em relação a melhor situação %XP municipal do Estado da Bahia.

(Continua)



Continuação do Apêndice 1 – Indicadores Dimensionais – Condição de Vida

MUNICÍPIO	1 - NÚMERO DE SEM RENDIMENTOS ATÉ 1/4 SALÁRIO MÍNIMO PER CAPITA		2 - OBITO INFANTIL		3 - ESPERANÇA DE VIDA		4 - PRESENÇA DE CRIANÇAS DE ATÉ 4 ANOS DE IDADE		5 - GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA		6 - OBITO POR CAUSA EXTERNA		7 - PESSOAS MAIORES DE 15 ANOS ANALFABETAS		8 - DENSIDADE DOMICILIAR		ICV	
	%XP1	NE1	%XP3	NE3	%XP3	NE3	%XP4	NE4	%XP5	NE5	%XP6	NE6	%XP8	NE8	%XP10	NE10	SOMATORIO	DIV POR 8
Itaberaba	7,2452	2,2360	25,0000	0,5362	58,5300	4,2023	7,7572	3,2758	33,2533	1,2066	9,1146	0,7413	17,9641	1,5964	11,8347	2,4232	16,2179	2,0272
Itabuna	4,6165	3,5091	22,9508	0,5841	68,9500	4,9505	6,4401	3,9457	40,6254	0,9877	19,3857	0,3485	10,3766	2,7638	8,1210	3,5314	20,6208	2,5776
Itacaré	7,7388	2,0934	17,5953	0,7618	59,2000	4,2504	9,2865	2,7363	46,8876	0,8558	15,7303	0,4295	23,0029	1,2467	15,2039	1,8863	14,2602	1,7825
Itaeté	11,7004	1,3846	21,0084	0,6381	62,0500	4,4551	8,5490	2,9724	39,9523	1,0043	15,4930	0,4361	26,3188	1,0897	16,3030	1,7591	13,7393	1,7174
Itagi	10,2375	1,5824	36,0360	0,3720	57,8200	4,1513	7,5785	3,3530	49,1803	0,8159	10,5769	0,6388	30,7652	0,9322	12,9520	2,2142	14,0599	1,7575
Itagibá	8,9449	1,8111	4,4643	3,0027	64,8400	4,6554	7,6351	3,3282	45,9689	0,8729	7,6923	0,8784	26,5122	1,0817	13,0857	2,1916	17,8219	2,2277
Itagimirim	7,2996	2,2193	0	0	59,3500	4,2612	7,6090	3,3396	41,7288	0,9616	20,4545	0,3303	27,8844	1,0285	10,3226	2,7782	14,9187	2,1312
Itaguaçu da Bahia	11,6653	1,3887	31,2500	0,4290	62,0500	4,4551	9,1412	2,7798	38,7870	1,0345	19,4444	0,3475	28,7186	0,9986	15,6664	1,8306	13,2637	1,6580
Itaju do Colônia	7,2123	2,2462	63,2911	0,2118	62,7900	4,5082	9,3198	2,7266	45,2555	0,8866	22,2222	0,3041	25,6526	1,1180	10,8966	2,6319	14,6332	1,8292
Itajuípe	7,3201	2,2131	21,7391	0,6166	64,4200	4,6252	7,3248	3,4692	49,0046	0,8188	14,5161	0,4655	21,8114	1,3148	10,0811	2,8448	16,3680	2,0460
Itamaraju	6,1758	2,6232	14,3426	0,9346	61,4000	4,4084	7,8956	3,2184	64,1423	0,6256	21,9072	0,3084	22,1052	1,2974	9,9327	2,8873	16,3032	2,0379
Itamari	8,1687	1,9832	13,6986	0,9786	65,4900	4,7020	8,3840	3,0309	61,4152	0,6533	12,5000	0,5405	28,2124	1,0165	10,2306	2,8032	15,7083	1,9635
Itambé	4,9850	3,2497	37,1517	0,3608	63,0800	4,5290	7,5339	3,3729	43,0537	0,9320	6,1728	1,0946	24,7608	1,1582	15,7395	1,8221	16,5193	2,0649
Itanagra	9,9237	1,6325	10,3093	1,3003	62,1400	4,4615	8,9629	2,8351	33,2951	1,2051	21,7391	0,3108	24,5971	1,1659	15,3346	1,8702	14,7814	1,8477
Itanhém	7,2630	2,2305	8,7336	1,5349	68,2300	4,8988	6,6940	3,7961	24,9602	1,6076	13,0769	0,5167	24,8200	1,1555	8,4000	3,4141	19,1540	2,3942
Itaparica	7,6670	2,1129	28,5714	0,4692	66,3400	4,7631	7,3578	3,4536	29,5466	1,3580	20,9302	0,3228	7,5782	3,7843	9,7891	2,9296	19,1936	2,3992
Itapé	7,1760	2,2575	16,3934	0,8177	69,1500	4,9648	7,8217	3,2488	56,4202	0,7112	7,0175	0,9628	23,2138	1,2354	11,1911	2,5626	16,7608	2,0951
Itapebi	8,1218	1,9946	10,7527	1,2466	67,9200	4,8765	8,8376	2,8753	54,4041	0,7375	12,5000	0,5405	29,6430	0,9675	12,2772	2,3359	15,5746	1,9468
Itapetinga	3,2441	4,9937	20,9908	0,6386	65,7800	4,7229	7,6057	3,3411	49,2097	0,8154	12,7660	0,5293	14,9188	1,9223	11,9986	2,3902	19,3534	2,4192
Itapicuru	13,1719	1,2299	28,9532	0,4630	57,2400	4,1097	9,1729	2,7702	27,5354	1,4572	16,7832	0,4026	38,5358	0,7442	14,8086	1,9366	13,1134	1,6392
Itapitanga	7,7021	2,1033	10,9890	1,2198	64,0500	4,5987	7,7806	3,2659	45,5016	0,8818	16,2162	0,4167	25,6751	1,1170	14,4367	1,9865	15,5897	1,9487
Itaquara	11,4758	1,4117	16,8067	0,7976	59,6000	4,2791	6,9558	3,6532	35,8025	1,1207	6,7797	0,9966	33,7507	0,8497	11,6300	2,4659	15,5746	1,9468
Itarantim	6,5627	2,4685	8,2645	1,6220	66,1000	4,7458	7,2535	3,5033	43,0171	0,9328	10,7143	0,6306	23,0264	1,2455	11,9079	2,4084	17,5568	2,1946
Itatim	10,0847	1,6064	23,9234	0,5603	65,4000	4,6956	8,1560	3,1156	36,4763	1,1000	24,0964	0,2804	23,3165	1,2300	11,2467	2,5499	15,1383	1,8923
Itiruçu	8,9877	1,8025	17,0455	0,7864	65,7800	4,7229	7,1034	3,5773	34,1588	1,1747	9,0909	0,7432	24,5205	1,1696	9,9420	2,8846	16,8611	2,1076

Nota: %XP = percentual do valor da variável indicada por município em relação ao universo total do mesmo.

NE = pontuação do município em relação a melhor situação %XP municipal do Estado da Bahia.

(Continua)

Continuação do **Apêndice 1** – Indicadores Dimensionais – Condição de Vida

MUNICÍPIO	1 - NÚMERO DE SEM RENDIMENTOS ATÉ 1/4 SALÁRIO MÍNIMO PER CAPITA		2 - OBITO INFANTIL		3 - ESPERANÇA DE VIDA		4 - PRESENÇA DE CRIANÇAS DE ATÉ 4 ANOS DE IDADE		5 - GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA		6 - OBITO POR CAUSA EXTERNA		7 - PESSOAS MAIORES DE 15 ANOS ANALFABETAS		8 - DENSIDADE DOMICILIAR		ICV	
	%XP1	NE1	%XP3	NE3	%XP3	NE3	%XP4	NE4	%XP5	NE5	%XP6	NE6	%XP8	NE8	%XP10	NE10	SOMATORIO	DIV POR 8
Itiúba	12,6710	1,2785	13,0933	1,0238	56,1500	4,0314	8,3338	3,0492	36,1668	1,1094	13,9073	0,4858	26,5456	1,0803	14,4618	1,9830	14,0416	1,7552
Itororó	5,9453	2,7248	28,4900	0,4705	60,7000	4,3581	7,5083	3,3844	59,1684	0,6781	18,3099	0,3690	24,3731	1,1766	10,9956	2,6082	15,7698	1,9712
Ituaçu	10,0513	1,6117	19,9203	0,6729	64,6800	4,6439	7,1480	3,5550	21,9146	1,8310	6,1224	1,1036	25,8000	1,1116	13,4608	2,1305	16,6602	2,0825
Ituberá	7,6952	2,1052	20,2247	0,6628	62,5500	4,4910	8,7644	2,8993	53,3284	0,7524	8,9041	0,7588	20,3849	1,4068	13,9721	2,0526	15,1290	1,8911
Iuiú	9,1118	1,7779	17,6471	0,7596	64,4900	4,6302	7,9464	3,1978	34,3612	1,1677	8,1633	0,8277	25,9941	1,1033	17,3473	1,6532	15,1175	1,8897
Jaborandi	13,8343	1,1710	15,2672	0,8780	65,2100	4,6819	6,4538	3,9374	27,8970	1,4383	10,2564	0,6588	25,5497	1,1225	9,2308	3,1068	16,9947	2,1243
Jacaraci	7,5914	2,1340	6,5789	2,0375	68,5300	4,9203	5,7888	4,3897	17,9007	2,2415	4,5455	1,4865	25,8211	1,1107	14,8410	1,9324	20,2526	2,5316
Jacobina	8,0363	2,0159	17,9153	0,7482	59,1200	4,2447	7,5981	3,3444	36,2051	1,1083	14,3469	0,4710	17,5636	1,6328	7,1953	3,9857	17,5510	2,1939
Jaguaquara	8,4580	1,9153	18,6916	0,7172	65,7600	4,7214	8,3639	3,0382	46,4481	0,8639	11,6838	0,5783	26,7779	1,0710	13,3329	2,1510	15,0562	1,8820
Jaguarari	9,5744	1,6920	7,1429	1,8767	62,7100	4,5024	7,1016	3,5782	31,4098	1,2775	7,4074	0,9122	18,2012	1,5756	9,1158	3,1460	18,5606	2,3201
Jaguaripe	12,0627	1,3430	8,3333	1,6086	65,1300	4,6762	8,2422	3,0830	35,4191	1,1329	12,5000	0,5405	28,3545	1,0114	14,1703	2,0238	15,4195	1,9274
Jandaíra	11,9103	1,3602	13,2450	1,0121	62,4500	4,4838	9,3962	2,7044	34,7524	1,1546	13,6364	0,4955	27,2911	1,0508	18,8921	1,5180	13,7793	1,7224
Jequié	6,1527	2,6330	19,4750	0,6883	65,7800	4,7229	6,9528	3,6548	42,7427	0,9388	13,1524	0,5137	15,9021	1,8034	9,2425	3,1029	18,0577	2,2572
Jeremoabo	11,1093	1,4582	20,9790	0,6390	57,0100	4,0932	8,1121	3,1325	34,1028	1,1766	14,3939	0,4694	31,9993	0,8962	11,6808	2,4552	14,3203	1,7900
Jiquiriçá	10,5607	1,5340	15,9574	0,8400	65,7800	4,7229	7,8282	3,2461	41,7910	0,9601	5,2632	1,2838	22,6014	1,2689	12,0703	2,3760	16,2317	2,0290
Jitaúna	10,7277	1,5101	5,2083	2,5737	66,2900	4,7595	7,3124	3,4751	39,4161	1,0180	23,5294	0,2872	29,7165	0,9651	12,2549	2,3402	16,9288	2,1161
João Dourado	10,9598	1,4781	27,0880	0,4949	56,3200	4,0437	9,3232	2,7256	52,2586	0,7678	18,8679	0,3581	20,7699	1,3808	11,5422	2,4847	13,7336	1,7167
Juazeiro	5,4115	2,9936	17,9293	0,7476	61,7100	4,4306	8,5949	2,9565	47,3985	0,8465	15,5080	0,4357	13,3584	2,1469	11,8015	2,4301	16,9876	2,1235
Jucuruçu	11,1717	1,4501	34,4828	0,3887	62,1000	4,4586	7,7462	3,2804	18,1471	2,2111	11,9048	0,5676	32,0362	0,8952	11,7296	2,4450	15,6967	1,9621
Jussara	11,6463	1,3910	13,9860	0,9584	55,7700	4,0042	9,0951	2,7939	62,9371	0,6375	11,1111	0,6081	25,8010	1,1115	11,8705	2,4159	13,9206	1,7401
Jussari	8,1582	1,9857	30,9278	0,4334	64,4100	4,6245	7,5093	3,3840	48,8959	0,8206	12,5000	0,5405	29,4708	0,9731	11,0390	2,5979	15,3598	1,9200
Jussiape	8,8928	1,8217	14,0845	0,9517	64,3400	4,6195	5,6545	4,4939	14,3312	2,7998	5,6604	1,1937	25,2508	1,1357	9,0604	3,1653	20,1814	2,5227
Lafaiete Coutinho	9,8180	1,6500	0	0	63,0900	4,5297	6,2548	4,0626	38,4615	1,0433	3,4483	1,9595	26,8412	1,0684	7,4940	3,8269	18,1404	2,5915
Lagoa Real	9,7747	1,6573	30,3030	0,4424	63,0900	4,5297	6,6959	3,7950	20	2,0063	10,2041	0,6622	23,8251	1,2037	31,2705	0,9171	15,2137	1,9017
Laje	10,6781	1,5171	20,2899	0,6607	66,4000	4,7674	7,7810	3,2658	33,8590	1,1851	12,0968	0,5586	27,4379	1,0452	22,4034	1,2801	14,2799	1,7850

**Nota:** %XP = percentual do valor da variável indicada por município em relação ao universo total do mesmo.

NE = pontuação do município em relação a melhor situação %XP municipal do Estado da Bahia.

(Continua)

Continuação do Apêndice 1 – Indicadores Dimensionais – Condição de Vida

MUNICÍPIO	1 - NÚMERO DE SEM RENDIMENTOS ATÉ 1/4 SALÁRIO MÍNIMO PER CAPITA		2 - OBITO INFANTIL		3 - ESPERANÇA DE VIDA		4 - PRESENÇA DE CRIANÇAS DE ATÉ 4 ANOS DE IDADE		5 - GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA		6 - OBITO POR CAUSA EXTERNA		7 - PESSOAS MAIORES DE 15 ANOS ANALFABETAS		8 - DENSIDADE DOMICILIAR		ICV	
	%XP1	NE1	%XP3	NE3	%XP3	NE3	%XP4	NE4	%XP5	NE5	%XP6	NE6	%XP8	NE8	%XP10	NE10	SOMATORIO	DIV POR 8
Lajedão	5,3169	3,0469	20,4082	0,6568	68,2600	4,9009	7,5188	3,3797	29,3255	1,3683	4,0000	1,6892	24,1758	1,1862	1,3731	20,8859	37,1139	4,6392
Lajedinho	12,3284	1,3140	0	0	62,5300	4,4895	8,0580	3,1535	45,8015	0,8761	0	0	27,5801	1,0398	12,1336	2,3636	13,2365	2,2061
Lajedo do Tabocal	10,6081	1,5271	0	0	59,5300	4,2741	7,4654	3,4038	27,9395	1,4361	4,6512	1,4527	29,2928	0,9790	23,3603	1,2277	14,3006	2,0429
Lamarão	11,0565	1,4652	0	0	64,4300	4,6259	7,7929	3,2608	16,8317	2,3839	22,2222	0,3041	32,7792	0,8749	19,7637	1,4511	14,3659	2,0523
Lapão	12,2826	1,3189	24,3363	0,5508	59,9900	4,3072	8,7382	2,9080	53,7326	0,7468	7,5862	0,8907	20,9854	1,3666	10,1288	2,8314	14,9203	1,8650
Lauro de Freitas	3,5910	4,5112	13,8701	0,9665	66,6200	4,7832	6,8703	3,6987	33,5469	1,1961	23,9913	0,2816	5,0423	5,6876	8,5035	3,3725	24,4973	3,0622
Lençóis	9,4687	1,7109	12,5786	1,0657	56,2000	4,0350	8,5734	2,9639	37,9630	1,0570	14,0000	0,4826	18,7018	1,5335	13,6169	2,1061	14,9547	1,8693
Licínio de Almeida	7,5786	2,1376	5,8480	2,2922	68,5300	4,9203	6,9937	3,6334	17,8404	2,2491	8,9744	0,7529	22,9348	1,2504	10,7604	2,6652	19,9012	2,4876
Livramento de Nossa Senhora	8,4926	1,9075	17,2414	0,7775	65,2000	4,6812	6,8925	3,6868	23,8882	1,6797	10,2041	0,6622	21,1485	1,3561	13,9561	2,0549	16,8058	2,1007
Luís Eduardo Magalhães	2,7586	5,0000	13,7581	0,9743	0	0	9,7295	2,6118	50,2120	0,7991	37,6147	0,1796	7,2691	3,9452	8,7178	3,2896	16,7997	2,4000
Macajuba	13,5882	1,1922	0	0	61,3900	4,4077	8,4915	2,9925	37,8521	1,0600	9,8361	0,6869	27,7564	1,0332	12,3386	2,3243	13,6969	1,9567
Macarani	5,4271	2,9850	44,8430	0,2989	65,9100	4,7322	7,6986	3,3007	41,8632	0,9585	8,6538	0,7808	27,5010	1,0428	11,7836	2,4338	16,5327	2,0666
Macaúbas	8,8549	1,8295	28,3186	0,4734	66,4000	4,7674	6,9457	3,6585	23,1079	1,7364	12,0773	0,5595	26,4432	1,0845	17,6976	1,6205	15,7296	1,9662
Macururé	10,5354	1,5377	16,5289	0,8110	59,4000	4,2648	8,4655	3,0017	23,2258	1,7276	7,4074	0,9122	25,7673	1,1130	18,0304	1,5906	14,9585	1,8698
Madre de Deus	6,5246	2,4829	29,1667	0,4596	67,4500	4,8428	6,9796	3,6408	28,7540	1,3955	15,6250	0,4324	5,2616	5,4506	8,3172	3,4481	22,1526	2,7691
Maetinga	8,1911	1,9778	15,8730	0,8445	65,4700	4,7006	6,1007	4,1653	16,7939	2,3893	4,2553	1,5878	32,9202	0,8712	13,1552	2,1800	18,7164	2,3395
Maiquinique	6,8443	2,3669	8,3333	1,6086	63,0800	4,5290	8,0856	3,1427	32,4519	1,2364	9,5238	0,7095	26,7868	1,0706	7,9424	3,6108	18,2746	2,2843
Mairi	10,1149	1,6016	11,3636	1,1796	61,1600	4,3912	6,9728	3,6443	36,4742	1,1001	9,7561	0,6926	24,1072	1,1896	10,4149	2,7536	16,5526	2,0691
Malhada	9,8976	1,6368	26,1194	0,5132	59,7600	4,2906	9,1045	2,7910	40,5405	0,9898	10,2041	0,6622	24,3171	1,1794	20,9145	1,3712	13,4341	1,6793
Malhada de Pedras	9,4518	1,7140	10,8696	1,2332	65,2300	4,6834	6,6990	3,7933	20,7317	1,9354	10,2564	0,6588	26,1323	1,0974	11,5190	2,4897	17,6052	2,2006
Manoel Vitorino	10,8640	1,4912	0	0	63,8900	4,5872	7,6110	3,3387	42,7522	0,9385	7,5000	0,9009	27,8060	1,0314	13,7800	2,0812	14,3690	2,0527
Mansidão	10,5485	1,5358	34,4828	0,3887	66,8100	4,7968	8,0726	3,1478	12,6761	3,1654	13,0435	0,5180	17,5482	1,6343	26,6081	1,0778	16,2646	2,0331
Maracás	11,0754	1,4627	22,6629	0,5915	59,6000	4,2791	7,0029	3,6286	40,1590	0,9992	8,5526	0,7900	24,6140	1,1651	9,0678	3,1627	16,0789	2,0099
Maragogipe	10,5086	1,5416	15,4905	0,8654	66,8700	4,8011	7,2887	3,4864	29,3512	1,3671	5,7627	1,1725	22,7530	1,2604	13,5277	2,1200	16,6144	2,0768
Maraú	8,5047	1,9048	37,3832	0,3586	65,1700	4,6791	8,7782	2,8948	29,5643	1,3572	21,6667	0,3119	25,4397	1,1273	15,7682	1,8188	14,4524	1,8065

Nota: %XP = percentual do valor da variável indicada por município em relação ao universo total do mesmo.

NE = pontuação do município em relação a melhor situação %XP municipal do Estado da Bahia.

(Continua)

Continuação do **Apêndice 1** – Indicadores Dimensionais – Condição de Vida

MUNICIPIO	1 - NÚMERO DE SEM RENDIMENTOS ATÉ 1/4 SALÁRIO MÍNIMO PER CAPITA		2 - OBITO INFANTIL		3 - ESPERANÇA DE VIDA		4 - PRESENÇA DE CRIANÇAS DE ATÉ 4 ANOS DE IDADE		5 - GRAVIDEZ NA ADOLESCENCIA		6 - OBITO POR CAUSA EXTERNA		7 - PESSOAS MAIORES DE 15 ANOS ANALFABETAS		8 - DENSIDADE DOMICILIAR		ICV	
	%XP1	NE1	%XP3	NE3	%XP3	NE3	%XP4	NE4	%XP5	NE5	%XP6	NE6	%XP8	NE8	%XP10	NE10	SOMATORIO	DIV POR 8
Marcionílio Souza	12,0190	1,3479	36,5854	0,3664	59,6000	4,2791	8,5143	2,9845	33,3333	1,2038	17,5439	0,3851	30,6419	0,9359	15,0930	1,9001	13,4028	1,6754
Mascote	10,3672	1,5626	8,4388	1,5885	61,6200	4,4242	9,1842	2,7668	44,3383	0,9050	15,3846	0,4392	30,6028	0,9371	14,5393	1,9725	14,5959	1,8245
Mata de São João	6,9442	2,3329	19,2837	0,6951	62,1400	4,4615	7,7507	3,2785	43,0195	0,9327	17,9916	0,3755	11,5594	2,4810	11,1759	2,5661	17,1234	2,1404
Matina	9,7261	1,6656	15,4639	0,8668	66,4000	4,7674	8,5047	2,9879	39,7295	1,0100	4,2553	1,5878	31,9099	0,8987	18,9573	1,5128	15,2970	1,9121
Medeiros Neto	6,9811	2,3206	9,0909	1,4745	68,2300	4,8988	7,1807	3,5388	43,5897	0,9205	17,7305	0,3811	24,0672	1,1916	7,4898	3,8290	18,5549	2,3194
Miguel Calmon	11,8352	1,3688	24,3309	0,5509	59,3100	4,2583	7,8284	3,2460	36,1122	1,1111	8,4337	0,8012	20,4221	1,4043	8,8369	3,2453	15,9859	1,9982
Milagres	8,9126	1,8176	32,2581	0,4155	59,6000	4,2791	7,5437	3,3685	41,1985	0,9739	8,9552	0,7545	22,2472	1,2891	10,9021	2,6305	15,5289	1,9411
Mirangaba	13,2625	1,2215	5,0505	2,6542	59,0700	4,2411	7,8199	3,2495	29,3427	1,3675	10,4478	0,6467	25,3214	1,1326	11,2449	2,5504	17,0634	2,1329
Mirante	11,3639	1,4256	8,8496	1,5147	63,8900	4,5872	6,8526	3,7082	21,8688	1,8348	8,1081	0,8333	30,1797	0,9503	14,6245	1,9610	16,8151	2,1019
Monte Santo	13,1727	1,2298	21,1443	0,6340	60,1900	4,3215	8,0091	3,1728	39,3269	1,0203	5,3061	1,2734	35,5710	0,8062	13,8297	2,0737	14,5317	1,8165
Morpará	11,7519	1,3785	16,5289	0,8110	67,2600	4,8291	7,3026	3,4797	22,3005	1,7993	4,0000	1,6892	27,6159	1,0385	12,8655	2,2291	17,2544	2,1568
Morro do Chapéu	10,2725	1,5770	15,6495	0,8566	57,6500	4,1391	8,8941	2,8570	42,2764	0,9491	8,8670	0,7620	22,0151	1,3027	13,2212	2,1691	14,6127	1,8266
Mortugaba	6,2755	2,5814	6,8027	1,9705	68,4900	4,9174	6,8045	3,7344	19,4585	2,0621	2,9412	2,2973	26,4840	1,0829	12,6777	2,2621	20,9082	2,6135
Mucugê	9,1056	1,7791	10,4167	1,2869	66,6100	4,7825	7,9947	3,1785	40,1174	1,0002	14,8148	0,4561	19,8520	1,4446	11,4258	2,5100	16,4378	2,0547
Mucuri	5,6930	2,8456	20,0861	0,6674	63,5400	4,5620	8,8203	2,8810	44,6194	0,8993	21,3483	0,3165	18,2607	1,5705	9,8800	2,9027	16,6449	2,0806
Mulungu do Morro	12,8174	1,2639	47,4138	0,2827	58,9500	4,2325	8,9150	2,8504	46,2895	0,8668	6,6667	1,0135	20,4062	1,4054	14,9652	1,9164	13,8315	1,7289
Mundo Novo	9,9294	1,6315	3,0488	4,3968	65,7900	4,7236	7,8844	3,2230	33,7435	1,1891	9,3525	0,7225	22,8767	1,2536	15,8540	1,8089	18,9489	2,3686
Muniz Ferreira	9,5817	1,6907	35,7143	0,3753	66,8700	4,8011	6,8480	3,7107	35,2000	1,1399	8,1081	0,8333	22,5357	1,2726	9,0707	3,1617	16,9854	2,1232
Muquém de São Francisco	12,1457	1,3338	5,8824	2,2788	62,0500	4,4551	10,5873	2,4001	36,8705	1,0883	16,6667	0,4054	25,2367	1,1364	19,3389	1,4829	14,5808	1,8226
Muritiba	6,9112	2,3440	11,2360	1,1930	65,5100	4,7035	6,8662	3,7009	22,6782	1,7693	9,6591	0,6995	16,8375	1,7032	11,1632	2,5690	18,6825	2,3353
Mutuípe	10,7884	1,5016	26,2172	0,5113	62,6500	4,4981	6,9374	3,6629	27,8481	1,4409	11,5385	0,5856	23,4701	1,2219	8,6018	3,3340	16,7563	2,0945
Nazaré	7,7424	2,0924	16,5877	0,8081	66,2800	4,7588	7,2567	3,5017	30,1974	1,3288	12,0000	0,5631	18,4317	1,5559	11,0506	2,5952	17,2039	2,1505
Nilo Peçanha	10,9107	1,4848	37,2671	0,3597	59,2300	4,2526	8,2209	3,0910	37,3760	1,0735	10,3448	0,6532	26,2869	1,0910	13,0288	2,2012	14,2069	1,7759
Nordestina	12,2322	1,3244	6,4516	2,0777	56,3600	4,0465	7,3975	3,4351	24,6637	1,6269	10,3448	0,6532	29,4688	0,9732	17,6116	1,6284	15,7653	1,9707
Nova Canaã	12,1582	1,3324	0	0	61,7600	4,4342	7,6168	3,3362	40,4040	0,9931	8,3333	0,8108	31,4314	0,9124	9,5957	2,9887	14,8079	2,1154

**Nota:** %XP = percentual do valor da variável indicada por município em relação ao universo total do mesmo.

NE = pontuação do município em relação a melhor situação %XP municipal do Estado da Bahia.

(Continua)

Continuação do Apêndice 1 – Indicadores Dimensionais – Condição de Vida

MUNICÍPIO	1 - NÚMERO DE SEM RENDIMENTOS ATÉ 1/4 SALÁRIO MÍNIMO PER CAPITA		2 - OBITO INFANTIL		3 - ESPERANÇA DE VIDA		4 - PRESENÇA DE CRIANÇAS DE ATÉ 4 ANOS DE IDADE		5 - GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA		6 - OBITO POR CAUSA EXTERNA		7 - PESSOAS MAIORES DE 15 ANOS ANALFABETAS		8 - DENSIDADE DOMICILIAR		ICV	
	%XP1	NE1	%XP3	NE3	%XP3	NE3	%XP4	NE4	%XP5	NE5	%XP6	NE6	%XP8	NE8	%XP10	NE10	SOMATORIO	DIV POR 8
Nova Fátima	8,3531	1,9394	34,8837	0,3843	60,8200	4,3667	6,3010	4,0329	23,8429	1,6829	11,1111	0,6081	23,6220	1,2141	6,1615	4,6544	18,8828	2,3603
Nova Ibiá	6,5734	2,4645	11,9048	1,1260	62,8300	4,5111	8,2130	3,0940	43,1310	0,9303	11,5385	0,5856	29,0130	0,9885	9,6421	2,9743	16,6742	2,0843
Nova Itarana	13,4633	1,2033	9,0909	1,4745	57,8200	4,1513	9,3746	2,7106	47,0588	0,8527	17,9487	0,3764	30,5582	0,9385	13,8557	2,0698	13,7772	1,7221
Nova Redenção	10,1919	1,5895	0	0	61,1900	4,3933	6,7281	3,7768	34,0314	1,1791	14,2857	0,4730	27,1513	1,0562	17,0183	1,6852	14,1531	2,0219
Nova Soure	11,9717	1,3532	11,6822	1,1475	62,7500	4,5053	8,1303	3,1255	37,5791	1,0677	9,8361	0,6869	31,3932	0,9135	13,1621	2,1789	14,9785	1,8723
Nova Viçosa	6,5655	2,4675	13,4933	0,9934	63,7600	4,5778	8,8553	2,8696	44,4054	0,9036	30,3665	0,2225	19,0360	1,5065	10,9488	2,6193	16,1603	2,0200
Novo Horizonte	11,9141	1,3597	0	0	67,8400	4,8708	7,8834	3,2234	21,9298	1,8297	10,1695	0,6644	21,9352	1,3074	10,5057	2,7298	15,9852	2,2836
Novo Triunfo	10,3913	1,5590	23,8095	0,5630	58,8700	4,2267	6,8966	3,6846	18,3366	2,1882	19,4444	0,3475	23,2918	1,2313	20,3069	1,4123	15,2126	1,9016
Olindina	13,0648	1,2400	9,1185	1,4701	59,3700	4,2626	7,8846	3,2229	28,1419	1,4258	18,3908	0,3674	29,0984	0,9856	13,1461	2,1815	15,1558	1,8945
Oliveira dos Brejinhos	11,9646	1,3540	19,6078	0,6836	66,4000	4,7674	6,9397	3,6617	25,8398	1,5528	9,5238	0,7095	22,0393	1,3012	14,8463	1,9317	15,9619	1,9952
Ouriçangas	8,6259	1,8781	8,4746	1,5818	63,4500	4,5556	6,6715	3,8089	31,6901	1,2662	0	0	26,8951	1,0663	13,8144	2,0760	16,2328	2,3190
Ouroândia	12,0981	1,3390	26,4151	0,5075	57,6500	4,1391	9,2608	2,7439	38,8235	1,0335	26,9841	0,2504	27,8538	1,0296	10,8710	2,6381	13,6812	1,7101
Palmas de Monte Alto	9,9403	1,6297	24,4755	0,5477	66,4000	4,7674	6,7825	3,7465	27,6699	1,4501	23,3766	0,2890	28,4208	1,0091	14,9199	1,9222	15,3617	1,9202
Palmeiras	10,4226	1,5543	0	0	66,6100	4,7825	8,1781	3,1072	41,8719	0,9583	13,0435	0,5180	17,8050	1,6107	13,1094	2,1876	14,7186	2,1027
Paramirim	7,9969	2,0258	10,6762	1,2556	65,2000	4,6812	5,9620	4,2622	23,3696	1,7170	8,3333	0,8108	20,0097	1,4332	13,4209	2,1369	18,3226	2,2903
Paratinga	11,6275	1,3932	30,6122	0,4379	64,4200	4,6252	8,7596	2,9009	23,9234	1,6772	10,9244	0,6185	24,2836	1,1810	21,4672	1,3359	14,1699	1,7712
Paripiranga	11,3085	1,4326	8,0000	1,6756	60,4900	4,3430	7,1367	3,5606	24,9911	1,6056	12,8834	0,5245	28,0926	1,0209	11,0752	2,5894	16,7521	2,0940
Pau Brasil	10,9749	1,4761	23,2558	0,5764	60,2000	4,3222	9,2518	2,7466	50,9554	0,7875	17,2840	0,3909	28,1930	1,0172	13,0339	2,2003	13,5173	1,6897
Paulo Afonso	5,5972	2,8943	20,8562	0,6427	68,9000	4,9469	7,7096	3,2960	37,0810	1,0821	21,0526	0,3209	16,6978	1,7175	9,8983	2,8973	17,7978	2,2247
Pé de Serra	9,4989	1,7055	33,3333	0,4021	64,1500	4,6058	7,2951	3,4833	21,8927	1,8328	5,4545	1,2387	24,3712	1,1767	9,9336	2,8870	17,3320	2,1665
Pedrão	9,8022	1,6527	0	0	64,9400	4,6626	6,5736	3,8656	25,5682	1,5693	8,8235	0,7658	21,8818	1,3106	16,6223	1,7253	15,5519	2,2217
Pedro Alexandre	12,7037	1,2752	13,6364	0,9830	61,6800	4,4285	8,7967	2,8887	22,4778	1,7851	17,6471	0,3829	40,9623	0,7001	18,6811	1,5352	13,9787	1,7473
Piatã	12,2414	1,3234	29,1667	0,4596	66,2200	4,7545	7,6529	3,3204	27,6976	1,4487	8,7912	0,7686	23,7378	1,2081	15,1740	1,8900	15,1732	1,8967
Pilão Arcado	12,6047	1,2852	7,9239	1,6917	61,5900	4,4220	9,2434	2,7491	45,8184	0,8757	17,6923	0,3819	30,0728	0,9536	18,9117	1,5164	13,8758	1,7345
Pindaí	9,2014	1,7606	18,8679	0,7105	68,1800	4,8952	6,5843	3,8593	20,9743	1,9131	4,1096	1,6441	23,7976	1,2051	14,4335	1,9869	17,9748	2,2468

Nota: %XP = percentual do valor da variável indicada por município em relação ao universo total do mesmo.

NE = pontuação do município em relação a melhor situação %XP municipal do Estado da Bahia.

(Continua)



Continuação do **Apêndice 1** – Indicadores Dimensionais – Condição de Vida

MUNICIPIO	1 - NÚMERO DE SEM RENDIMENTOS ATÉ 1/4 SALÁRIO MÍNIMO PER CAPITA		2 - OBITO INFANTIL		3 - ESPERANÇA DE VIDA		4 - PRESENÇA DE CRIANÇAS DE ATÉ 4 ANOS DE IDADE		5 - GRAVIDEZ NA ADOLESCENCIA		6 - OBITO POR CAUSA EXTERNA		7 - PESSOAS MAIORES DE 15 ANOS ANALFABETAS		8 - DENSIDADE DOMICILIAR		ICV	
	%XP1	NE1	%XP3	NE3	%XP3	NE3	%XP4	NE4	%XP5	NE5	%XP6	NE6	%XP8	NE8	%XP10	NE10	SOMATORIO	DIV POR 8
Pindobaçu	12,9371	1,2522	9,4637	1,4164	59,3600	4,2619	8,7292	2,9110	41,1458	0,9752	17,1429	0,3941	24,7002	1,1611	9,8261	2,9186	15,2906	1,9113
Pintadas	7,5911	2,1341	23,2558	0,5764	63,4500	4,5556	7,1463	3,5558	19,1571	2,0945	10	0,6757	24,1047	1,1897	13,3543	2,1475	16,9293	2,1162
Piraf do Norte	8,5846	1,8871	26,0870	0,5139	66,6500	4,7853	9,5759	2,6536	38,4615	1,0433	20	0,3378	26,1828	1,0953	15,3088	1,8733	14,1897	1,7737
Piripá	8,6070	1,8822	26,0870	0,5139	67,2100	4,8255	6,3416	4,0070	17,8218	2,2515	4,5455	1,4865	25,4128	1,1285	16,0012	1,7923	17,8873	2,2359
Piritiba	11,1210	1,4567	22,8013	0,5879	64,9300	4,6618	7,9640	3,1907	35,9678	1,1156	7,3171	0,9234	21,6275	1,3260	10,9356	2,6225	15,8846	1,9856
Planaltino	9,0528	1,7895	29,7030	0,4513	63,0900	4,5297	7,8389	3,2416	29,4464	1,3626	15,2174	0,4440	32,3077	0,8877	11,8297	2,4243	15,1308	1,8913
Planalto	8,8378	1,8330	23,8727	0,5615	61,6800	4,4285	7,7260	3,2890	42,7563	0,9385	9,8592	0,6853	29,4559	0,9736	11,6864	2,4540	15,1635	1,8954
Poções	9,8307	1,6479	6,8871	1,9464	61,7600	4,4342	8,3371	3,0480	43,8174	0,9157	11,7647	0,5743	26,9336	1,0648	11,0107	2,6046	16,2359	2,0295
Pojuca	5,8736	2,7581	15,2542	0,8788	65,7200	4,7186	7,4904	3,3925	42,2215	0,9503	13,6905	0,4935	9,3194	3,0773	9,7075	2,9543	19,2233	2,4029
Ponto Novo	11,2142	1,4446	3,5461	3,7802	62,6300	4,4967	8,1945	3,1010	53,7634	0,7463	16,6667	0,4054	25,4369	1,1274	12,1266	2,3649	17,4665	2,1833
Porto Seguro	5,1291	3,1585	17,0871	0,7845	64,7000	4,6453	9,0915	2,7950	47,2279	0,8496	32,0490	0,2108	11,9846	2,3930	9,6562	2,9700	17,8067	2,2258
Potiraguá	6,1958	2,6147	24,5399	0,5462	64,4000	4,6238	7,8698	3,2289	61,4919	0,6525	6,5217	1,0360	22,3521	1,2830	13,1007	2,1891	16,1743	2,0218
Prado	7,7063	2,1022	7,2993	1,8365	63,4500	4,5556	8,8606	2,8679	44,5458	0,9008	20	0,3378	19,8990	1,4412	13,2734	2,1606	16,2025	2,0253
Presidente Dutra	11,8790	1,3638	20,4918	0,6542	57,9900	4,1636	7,8199	3,2495	50,0404	0,8019	11,5385	0,5856	15,4147	1,8605	8,4842	3,3802	16,0591	2,0074
Presidente Jânio Quadros	11,3351	1,4292	14,4928	0,9249	65,2300	4,6834	6,2395	4,0726	15,5159	2,5861	5,7971	1,1655	34,0432	0,8424	13,3684	2,1452	17,8494	2,2312
Presidente Tancredo Neves	10,6936	1,5149	9,8765	1,3572	62,5500	4,4910	8,7268	2,9118	37,5197	1,0694	27,2727	0,2477	29,1465	0,9839	13,3055	2,1554	14,7314	1,8414
Queimadas	10,5030	1,5424	18,5185	0,7239	60,2200	4,3237	7,6848	3,3067	34,3851	1,1669	10,8844	0,6208	23,6123	1,2146	12,5728	2,2810	15,1799	1,8975
Quijingue	12,5647	1,2893	5,2083	2,5737	56,3600	4,0465	7,6542	3,3199	36,7571	1,0916	9,5890	0,7046	34,4689	0,8320	16,2707	1,7626	15,6203	1,9525
Quixabeira	11,9045	1,3608	65,2174	0,2055	62,6300	4,4967	6,9207	3,6717	29,7483	1,3488	12,2807	0,5502	30,7768	0,9318	6,2912	4,5585	17,1241	2,1405
Rafael Jambeiro	10,3266	1,5688	13,3333	1,0054	60,5800	4,3495	7,5329	3,3733	22,9226	1,7505	13,9130	0,4856	29,7764	0,9631	15,4473	1,8565	15,3527	1,9191
Remanso	10,3914	1,5590	18,0645	0,7421	61,7100	4,4306	8,3445	3,0453	54,9072	0,7308	10,0559	0,6719	27,4533	1,0446	12,5554	2,2842	14,5084	1,8136
Retirolândia	8,4032	1,9278	5,0000	2,6810	58,2900	4,1851	7,7976	3,2588	27,5665	1,4556	4,5455	1,4865	19,2142	1,4926	7,2148	3,9749	20,4623	2,5578
Riachão das Neves	11,6212	1,3940	11,4943	1,1662	60,0500	4,3115	8,3751	3,0341	40,4700	0,9915	10	0,6757	30,1538	0,9511	15,9253	1,8008	14,3248	1,7906
Riachão do Jacuípe	8,7019	1,8617	16,0428	0,8356	62,5400	4,4902	6,5732	3,8659	19,8939	2,0170	11,5942	0,5828	18,0064	1,5927	8,5565	3,3517	18,5974	2,3247
Riacho de Santana	9,7985	1,6533	24,1546	0,5550	66,4000	4,7674	7,3726	3,4467	27,9461	1,4358	13,0952	0,5160	27,5852	1,0396	16,2988	1,7595	15,1733	1,8967

**Nota:** %XP = percentual do valor da variável indicada por município em relação ao universo total do mesmo.

NE = pontuação do município em relação a melhor situação %XP municipal do Estado da Bahia.

(Continua)

Continuação do Apêndice 1 – Indicadores Dimensionais – Condição de Vida

MUNICÍPIO	1 - NÚMERO DE SEM RENDIMENTOS ATÉ 1/4 SALÁRIO MÍNIMO PER CAPITA		2 - OBITO INFANTIL		3 - ESPERANÇA DE VIDA		4 - PRESENÇA DE CRIANÇAS DE ATÉ 4 ANOS DE IDADE		5 - GRAVIDEZ NA ADOLESCENCIA		6 - OBITO POR CAUSA EXTERNA		7 - PESSOAS MAIORES DE 15 ANOS ANALFABETAS		8 - DENSIDADE DOMICILIAR		ICV	
	%XP1	NE1	%XP3	NE3	%XP3	NE3	%XP4	NE4	%XP5	NE5	%XP6	NE6	%XP8	NE8	%XP10	NE10	SOMATORIO	DIV POR 8
Ribeira do Amparo	13,0149	1,2447	0	0	58,8700	4,2267	7,7823	3,2652	32,9268	1,2186	11,7647	0,5743	35,5946	0,8057	15,6091	1,8373	13,1726	1,8818
Ribeira do Pombal	8,3130	1,9488	22,1643	0,6048	56,3100	4,0429	7,5425	3,3690	38,4778	1,0428	11,2903	0,5985	26,3832	1,0870	10,8245	2,6494	15,3432	1,9179
Ribeirão do Largo	7,4147	2,1848	15,6250	0,8579	60,7000	4,3581	7,9735	3,1869	47,7855	0,8397	13,1579	0,5135	31,0641	0,9232	12,8834	2,2260	15,0902	1,8863
Rio de Contas	8,2814	1,9562	29,4118	0,4558	66,5500	4,7781	5,5902	4,5457	16,1978	2,4772	1,3514	5,0000	20,0734	1,4287	10,0484	2,8540	23,4957	2,9370
Rio do Antônio	10,9686	1,4769	26,8456	0,4993	61,8700	4,4421	6,3787	3,9837	11,5646	3,4696	9,0909	0,7432	28,4402	1,0084	14,1042	2,0333	17,6567	2,2071
Rio do Pires	8,2424	1,9654	26,0870	0,5139	65,2000	4,6812	6,0265	4,2165	14,8731	2,6978	6,9444	0,9730	27,3355	1,0491	13,9256	2,0594	18,1564	2,2695
Rio Real	11,1006	1,4594	33,7478	0,3972	58,0200	4,1657	8,1895	3,1029	31,0699	1,2914	25,3886	0,2661	24,4290	1,1740	12,0877	2,3725	14,2292	1,7787
Rodelas	10,3577	1,5641	39,4737	0,3396	61,9200	4,4457	9,6243	2,6403	35,8911	1,1180	10	0,6757	22,2017	1,2917	13,7667	2,0832	14,1582	1,7698
Ruy Barbosa	9,5080	1,7038	27,9720	0,4792	65,7900	4,7236	7,3095	3,4764	36,1204	1,1109	5,8537	1,1543	22,8018	1,2577	11,8515	2,4198	16,3258	2,0407
Salinas da Margarida	10,1554	1,5952	24,8756	0,5389	61,4100	4,4091	7,8507	3,2368	23,2019	1,7294	13,8462	0,4880	12,0443	2,3811	12,6625	2,2648	16,6433	2,0804
Salvador	4,0007	4,0493	16,9105	0,7927	69,6400	5,0000	5,9103	4,2995	25,0538	1,6016	17,7122	0,3815	3,9794	7,2068	6,8063	4,2135	27,5448	3,4431
Santa Bárbara	10,9986	1,4729	30,4878	0,4397	63,4500	4,5556	7,7714	3,2698	33,5821	1,1948	14,5161	0,4655	22,2263	1,2903	13,2030	2,1721	14,8607	1,8576
Santa Brígida	11,8581	1,3662	25,5474	0,5247	56,2200	4,0365	8,8222	2,8804	44,9719	0,8922	25,0000	0,2703	34,0793	0,8415	13,3477	2,1486	12,9603	1,6200
Santa Cruz Cabralia	8,4489	1,9174	20,8877	0,6418	66,5300	4,7767	9,0387	2,8114	37,6725	1,0651	17,5439	0,3851	15,8053	1,8145	10,7460	2,6688	16,0807	2,0101
Santa Cruz da Vitória	7,4363	2,1785	25,0000	0,5362	64,0500	4,5987	6,9715	3,6450	35,7751	1,1216	6,9767	0,9685	24,6074	1,1654	16,8934	1,6976	15,9114	1,9889
Santa Inês	9,9874	1,6220	22,2222	0,6032	65,7800	4,7229	6,7130	3,7853	45,7256	0,8775	7,0588	0,9572	28,2634	1,0147	9,3374	3,0713	16,6542	2,0818
Santa Luzia	8,7243	1,8569	15,6250	0,8579	60,2000	4,3222	8,0048	3,1745	53,0909	0,7558	25,0000	0,2703	29,8923	0,9594	12,5819	2,2793	14,4763	1,8095
Santa Maria da Vitória	8,5063	1,9045	6,9808	1,9202	66,9900	4,8097	7,6919	3,3036	31,6349	1,2684	14,6465	0,4613	24,0466	1,1926	13,0946	2,1901	17,0505	2,1313
Santa Rita de Cássia	11,9724	1,3531	11,7417	1,1416	66,8100	4,7968	8,4150	3,0197	40,9357	0,9802	12,3077	0,5490	21,0748	1,3608	14,9571	1,9174	15,1187	1,8898
Santa Teresinha	11,8056	1,3722	27,2109	0,4926	67,5100	4,8471	6,6439	3,8247	36,9967	1,0846	6,5789	1,0270	25,3562	1,1310	12,2357	2,3438	16,1231	2,0154
Santaluz	10,2409	1,5819	19,1205	0,7011	63,4300	4,5541	7,6778	3,3097	36,6657	1,0943	9,8266	0,6876	23,3707	1,2271	12,6014	2,2758	15,4317	1,9290
Santana	9,1247	1,7754	13,3690	1,0027	65,2100	4,6819	7,5311	3,3741	31,3161	1,2813	14,0496	0,4809	25,7240	1,1149	12,4839	2,2972	16,0084	2,0011
Santanópolis	9,5032	1,7047	45,1128	0,2971	64,9400	4,6626	7,9079	3,2134	23,8095	1,6853	5,5556	1,2162	24,2652	1,1819	14,1191	2,0312	15,9923	1,9990
Santo Amaro	7,6927	2,1059	11,9048	1,1260	63,8800	4,5864	7,0346	3,6123	31,3037	1,2818	13,1387	0,5143	12,6940	2,2592	11,1547	2,5710	18,0569	2,2571
Santo Antônio de Jesus	4,7334	3,4225	13,3053	1,0075	69,5800	4,9957	7,0846	3,5868	27,5998	1,4538	15,0780	0,4481	12,3815	2,3162	8,0070	3,5817	20,8123	2,6015

Nota: %XP = percentual do valor da variável indicada por município em relação ao universo total do mesmo.

NE = pontuação do município em relação a melhor situação %XP municipal do Estado da Bahia.

(Continua)

Continuação do **Apêndice 1** – Indicadores Dimensionais – Condição de Vida

MUNICIPIO	1 - NÚMERO DE SEM RENDIMENTOS ATÉ 1/4 SALÁRIO MÍNIMO PER CAPITA		2 - OBITO INFANTIL		3 - ESPERANÇA DE VIDA		4 - PRESENÇA DE CRIANÇAS DE ATÉ 4 ANOS DE IDADE		5 - GRAVIDEZ NA ADOLESCENCIA		6 - OBITO POR CAUSA EXTERNA		7 - PESSOAS MAIORES DE 15 ANOS ANALFABETAS		8 - DENSIDADE DOMICILIAR		ICV	
	%XP1	NE1	%XP3	NE3	%XP3	NE3	%XP4	NE4	%XP5	NE5	%XP6	NE6	%XP8	NE8	%XP10	NE10	SOMATORIO	DIV POR 8
Santo Estêvão	7,7820	2,0817	17,0316	0,7871	66,2000	4,7530	8,1664	3,1117	33,1337	1,2110	12,1795	0,5548	21,4796	1,3352	14,0055	2,0477	15,8820	1,9853
São Desidério	9,3091	1,7402	22,8690	0,5862	64,3000	4,6166	8,0395	3,1608	38,3193	1,0471	19,5402	0,3458	25,5390	1,1229	16,0302	1,7890	14,4086	1,8011
São Domingos	7,7824	2,0816	9,8039	1,3673	60,8800	4,3711	6,8394	3,7154	21,2766	1,8859	2,1277	3,1757	22,1376	1,2955	6,0679	4,7263	22,6187	2,8273
São Felipe	10,7855	1,5020	12,3967	1,0813	68,5000	4,9182	6,7865	3,7443	24,2105	1,6573	6,3830	1,0586	22,7092	1,2629	10,9094	2,6288	17,8534	2,2317
São Félix	8,1743	1,9818	11,8343	1,1327	63,2300	4,5398	6,3791	3,9835	24,2976	1,6514	7,2464	0,9324	15,0092	1,9107	17,3596	1,6520	17,7844	2,2231
São Félix do Coribe	6,9151	2,3427	22,0588	0,6077	66,5300	4,7767	8,8086	2,8848	20,8494	1,9245	10,2041	0,6622	16,8314	1,7039	12,0933	2,3714	17,2739	2,1592
São Francisco do Conde	5,5807	2,9029	12,5000	1,0724	66,3400	4,7631	8,0740	3,1472	40,7978	0,9835	9,4340	0,7162	10,1015	2,8390	11,5226	2,4889	18,9132	2,3642
São Gabriel	12,5739	1,2884	32,8947	0,4075	59,1900	4,2497	8,5581	2,9692	40,3587	0,9942	18,2796	0,3696	19,5626	1,4660	11,4722	2,4998	14,2445	1,7806
São Gonçalo dos Campos	5,5744	2,9061	10,5485	1,2708	63,4500	4,5556	7,7795	3,2664	28,4872	1,4085	13,0890	0,5162	15,0330	1,9077	14,3789	1,9945	17,8258	2,2282
São José da Vitória	10,1698	1,5930	23,5294	0,5697	64,4100	4,6245	8,0693	3,1491	51,9031	0,7731	29,1667	0,2317	28,0810	1,0213	12,5000	2,2943	14,2565	1,7821
São José do Jacuípe	10,4255	1,5539	34,7222	0,3861	59,0700	4,2411	8,1655	3,1120	31,0238	1,2934	4,8780	1,3851	28,5617	1,0041	9,5268	3,0103	15,9859	1,9982
São Miguel das Matas	10,8508	1,4930	20	0,6702	67,5200	4,8478	7,1634	3,5473	36,7347	1,0923	20	0,3378	24,6076	1,1654	10,7757	2,6614	15,8153	1,9769
São Sebastião do Passé	7,0637	2,2934	15,4110	0,8698	65,0500	4,6704	7,0280	3,6157	31,8218	1,2609	13,5135	0,5000	13,7747	2,0820	10,8558	2,6418	17,9340	2,2418
Sapeaçu	9,3782	1,7274	30	0,4468	67,5200	4,8478	7,2674	3,4966	28,1690	1,4244	10,9244	0,6185	15,8759	1,8064	11,3998	2,5157	16,8837	2,1105
Sátiro Dias	11,7839	1,3748	29,5203	0,4541	59,9800	4,3064	7,8226	3,2484	30,6122	1,3108	12,8713	0,5249	30,3713	0,9443	15,2611	1,8792	14,0429	1,7554
Saubara	9,9071	1,6352	20,5479	0,6524	63,7400	4,5764	7,4862	3,3944	31,6456	1,2680	17,7778	0,3801	14,5681	1,9686	8,3215	3,4463	17,3212	2,1652
Saúde	11,2312	1,4424	13,8889	0,9651	62,6300	4,4967	8,6050	2,9531	27,1357	1,4787	6,2500	1,0811	21,7411	1,3191	11,2334	2,5530	16,2891	2,0361
Seabra	9,9516	1,6279	15,1099	0,8872	63,2800	4,5434	8,0087	3,1729	39,9714	1,0038	13,7931	0,4899	16,0960	1,7817	13,7728	2,0823	15,5890	1,9486
Sebastião Laranjeiras	8,9971	1,8006	0	0	66,9100	4,8040	6,9431	3,6599	23,0496	1,7408	22,4490	0,3010	24,7768	1,1575	17,2492	1,6626	15,1263	2,1609
Senhor do Bonfim	7,8209	2,0714	27,8952	0,4805	62,2500	4,4694	7,6876	3,3054	38,7040	1,0367	9,7778	0,6910	16,3121	1,7581	9,2194	3,1107	16,9233	2,1154
Sento Sé	11,4063	1,4203	12,1317	1,1049	61,5900	4,4220	10,1609	2,5009	36,1570	1,1097	14,6341	0,4617	24,5339	1,1689	19,9217	1,4396	13,6281	1,7035
Serra do Ramalho	10,8644	1,4911	6,1728	2,1716	60,8600	4,3696	8,9635	2,8349	37,9640	1,0569	10,6667	0,6334	24,7703	1,1578	16,0729	1,7843	15,4997	1,9375
Serra Dourada	10,1480	1,5964	7,4627	1,7962	65,2100	4,6819	7,5861	3,3497	37,1191	1,0810	6,7961	0,9942	23,8534	1,2023	12,7681	2,2461	16,9478	2,1185
Serra Preta	9,7851	1,6556	19,4175	0,6903	61,9900	4,4507	6,7853	3,7450	30,0200	1,3366	11,1111	0,6081	27,7768	1,0325	14,6070	1,9633	15,4822	1,9353
Serrinha	7,4617	2,1711	22,5000	0,5958	64,7900	4,6518	7,1105	3,5737	31,8817	1,2586	12,4424	0,5430	17,0092	1,6861	11,1291	2,5769	17,0569	2,1321

**Nota:** %XP = percentual do valor da variável indicada por município em relação ao universo total do mesmo.

NE = pontuação do município em relação a melhor situação %XP municipal do Estado da Bahia.

(Continua)

Continuação do Apêndice 1 – Indicadores Dimensionais – Condição de Vida

MUNICÍPIO	1 - NÚMERO DE SEM RENDIMENTOS ATÉ 1/4 SALÁRIO MÍNIMO PER CAPITA		2 - OBITO INFANTIL		3 - ESPERANÇA DE VIDA		4 - PRESENÇA DE CRIANÇAS DE ATÉ 4 ANOS DE IDADE		5 - GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA		6 - OBITO POR CAUSA EXTERNA		7 - PESSOAS MAIORES DE 15 ANOS ANALFABETAS		8 - DENSIDADE DOMICILIAR		ICV	
	%XP1	NE1	%XP3	NE3	%XP3	NE3	%XP4	NE4	%XP5	NE5	%XP6	NE6	%XP8	NE8	%XP10	NE10	SOMATORIO	DIV POR 8
Serrolândia	11,3257	1,4304	28,0899	0,4772	64,9300	4,6618	7,3179	3,4725	39,4973	1,0159	18,8406	0,3586	22,6101	1,2684	5,2878	5,4236	18,1084	2,2635
Simões Filho	5,9940	2,7027	17,8208	0,7522	66,6200	4,7832	8,1040	3,1356	40,4640	0,9916	22,6804	0,2979	7,8971	3,6315	9,3919	3,0535	19,3483	2,4185
Sítio do Mato	14,1896	1,1417	32,0856	0,4178	63,4100	4,5527	9,8555	2,5783	46,2606	0,8674	4,4444	1,5203	21,0196	1,3644	21,0650	1,3614	13,8039	1,7255
Sítio do Quinto	12,9499	1,2510	0	0	57,0100	4,0932	7,3727	3,4466	35,8712	1,1186	7,1429	0,9459	37,9816	0,7551	9,5238	3,0112	14,6216	2,0888
Sobradinho	7,4792	2,1660	18,2768	0,7334	63,3100	4,5455	8,3026	3,0606	42,8894	0,9355	18,4211	0,3668	18,3896	1,5595	12,4570	2,3022	15,6696	1,9587
Souto Soares	11,8047	1,3723	29,2208	0,4587	59,2300	4,2526	8,5263	2,9803	39,1254	1,0255	10,5263	0,6419	20,9241	1,3706	15,8955	1,8042	13,9062	1,7383
Tabocas do Brejo Velho	11,5526	1,4023	6,6225	2,0241	65,2700	4,6862	8,3056	3,0595	28,6482	1,4006	15,7895	0,4279	29,3842	0,9760	13,6964	2,0939	16,0705	2,0088
Tanhaçu	11,0389	1,4675	25,2101	0,5317	64,6800	4,6439	6,7113	3,7863	22,7519	1,7636	15,3846	0,4392	25,9230	1,1063	11,1404	2,5743	16,3128	2,0391
Tanque Novo	10,3423	1,5664	14,2180	0,9428	66,4100	4,7681	7,6823	3,3077	21,4782	1,8682	8,9888	0,7517	27,8135	1,0311	13,7631	2,0837	16,3197	2,0400
Tanquinho	7,6548	2,1163	10,2041	1,3137	63,4500	4,5556	6,6933	3,7965	27,4566	1,4614	6,8966	0,9797	19,5764	1,4650	16,0288	1,7892	17,4773	2,1847
Taperoá	10,7745	1,5036	25,3165	0,5295	62,5500	4,4910	9,1636	2,7730	45,1165	0,8894	13,2353	0,5105	27,2079	1,0540	16,0422	1,7877	13,5386	1,6923
Tapiramutá	9,9298	1,6315	11,4504	1,1707	63,5500	4,5628	9,7845	2,5971	48,8722	0,8210	11,1111	0,6081	23,6076	1,2148	21,9305	1,3077	13,9136	1,7392
Teixeira de Freitas	4,3876	3,6922	12,9513	1,0350	63,7000	4,5735	7,7698	3,2705	46,6329	0,8604	24,6173	0,2745	14,6541	1,9570	8,2995	3,4554	19,1186	2,3898
Teodoro Sampaio	10,4976	1,5432	9,8039	1,3673	67,5100	4,8471	6,3468	4,0038	28,1690	1,4244	20,7547	0,3256	22,9544	1,2494	10,4750	2,7378	17,4985	2,1873
Teofilândia	9,0778	1,7846	2,6810	5,0000	62,7700	4,5067	8,2119	3,0944	36,3951	1,1025	13,6842	0,4938	24,9436	1,1497	17,6970	1,6205	18,7522	2,3440
Teolândia	9,6724	1,6749	28,0374	0,4781	64,8400	4,6554	8,2704	3,0725	51,2821	0,7824	11,1111	0,6081	30,7956	0,9313	20,5850	1,3932	13,5958	1,6995
Terra Nova	7,4410	2,1771	19,4805	0,6881	65,0500	4,6704	6,9408	3,6611	26,2113	1,5308	12,9870	0,5203	13,0809	2,1924	14,3885	1,9932	17,4335	2,1792
Tremedal	9,9971	1,6205	35,2423	0,3804	65,4700	4,7006	6,0793	4,1799	30,7785	1,3037	6,2016	1,0895	30,5962	0,9373	13,0947	2,1901	16,4020	2,0502
Tucano	11,1054	1,4588	15,6028	0,8591	60,3400	4,3323	7,4335	3,4184	30,8181	1,3020	11,5207	0,5865	29,3907	0,9758	13,3579	2,1469	15,0798	1,8850
Uauá	10,9189	1,4837	21,4067	0,6262	60,2200	4,3237	7,1131	3,5724	31,9502	1,2559	11,3402	0,5958	23,5138	1,2196	10,6284	2,6983	15,7756	1,9719
Ubaíra	10,4962	1,5434	18,1818	0,7373	64,7300	4,6475	7,6354	3,3280	42,4628	0,9449	7,2993	0,9257	29,8684	0,9602	10,6937	2,6818	15,7688	1,9711
Ubaitaba	7,8099	2,0743	21,2202	0,6317	62,9000	4,5161	8,0275	3,1655	52,7066	0,7613	14,9254	0,4527	21,3175	1,3453	12,7940	2,2416	15,1885	1,8986
Ubatã	8,9660	1,8068	26,3158	0,5094	63,1000	4,5304	7,7922	3,2611	37,9945	1,0561	9,4340	0,7162	26,7733	1,0712	16,2146	1,7687	14,7199	1,8400
Uibaí	12,9394	1,2520	15,7068	0,8534	57,4000	4,1212	6,9358	3,6638	39,9667	1,0040	11,8421	0,5706	16,5845	1,7292	7,8413	3,6574	16,8515	2,1064
Umburanas	12,4161	1,3048	30,6122	0,4379	57,7500	4,1463	7,8926	3,2196	23,9913	1,6725	2,2222	3,0405	25,3914	1,1295	22,8550	1,2548	16,2059	2,0257

Nota: %XP = percentual do valor da variável indicada por município em relação ao universo total do mesmo.

NE = pontuação do município em relação a melhor situação %XP municipal do Estado da Bahia.

(Continua)

Continuação do Apêndice 1 – Indicadores Dimensionais – Condição de Vida

MUNICÍPIO	1 - NÚMERO DE SEM RENDIMENTOS ATÉ 1/4 SALÁRIO MÍNIMO PER CAPITA		2 - OBITO INFANTIL		3 - ESPERANÇA DE VIDA		4 - PRESENÇA DE CRIANÇAS DE ATÉ 4 ANOS DE IDADE		5 - GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA		6 - OBITO POR CAUSA EXTERNA		7 - PESSOAS MAIORES DE 15 ANOS ANALFABETAS		8 - DENSIDADE DOMICILIAR		ICV	
	%XP1	NE1	%XP3	NE3	%XP3	NE3	%XP4	NE4	%XP5	NE5	%XP6	NE6	%XP8	NE8	%XP10	NE10	SOMATORIO	DIV POR 8
Una	8,4785	1,9107	21,4724	0,6243	62,8300	4,5111	8,3829	3,0313	49,6483	0,8082	10,7143	0,6306	25,4003	1,1291	11,2446	2,5504	15,1956	1,8995
Urandi	7,6704	2,1120	14,2857	0,9383	68,3700	4,9088	6,9355	3,6639	27,6382	1,4518	7,0423	0,9595	23,2609	1,2329	13,5207	2,1211	17,3883	2,1735
Uruçuca	6,6138	2,4494	16,9972	0,7887	69,1500	4,9648	7,7759	3,2679	62,8743	0,6382	13,5484	0,4987	21,9112	1,3089	9,9489	2,8826	16,7992	2,0999
Utinga	11,2985	1,4338	15,2672	0,8780	58,6100	4,2081	8,4877	2,9939	38,2514	1,0490	4,9505	1,3649	20,9666	1,3678	13,8998	2,0632	15,3587	1,9198
Valença	8,2516	1,9633	23,2558	0,5764	65,1700	4,6791	7,2025	3,5281	30,6518	1,3091	19,8915	0,3397	19,2124	1,4927	10,7535	2,6669	16,5552	2,0694
Valente	5,6617	2,8613	3,1746	4,2225	64,3900	4,6231	7,0791	3,5896	25,1066	1,5982	9,1837	0,7357	16,1478	1,7760	7,1448	4,0139	23,4203	2,9275
Várzea da Roça	12,1364	1,3348	0	0	61,3900	4,4077	6,9496	3,6565	34,7072	1,1561	22,2222	0,3041	28,9593	0,9903	8,2114	3,4925	15,3419	2,1917
Várzea do Poço	10,8929	1,4872	57,1429	0,2346	68,0400	4,8851	7,0348	3,6122	25,3333	1,5839	18,3333	0,3686	23,7024	1,2099	6,0789	4,7177	18,0992	2,2624
Várzea Nova	11,6076	1,3956	33,1492	0,4044	57,6500	4,1391	8,0802	3,1449	30,9506	1,2964	9,4340	0,7162	23,5697	1,2168	9,9007	2,8966	15,2100	1,9013
Varzedo	10,0889	1,6057	0	0	65,5100	4,7035	6,2575	4,0609	26,9006	1,4916	9,0909	0,7432	26,2295	1,0934	10,4450	2,7457	16,4439	2,3491
Vera Cruz	8,8143	1,8379	19,2644	0,6958	66,3400	4,7631	6,9890	3,6358	37,6497	1,0657	17,5926	0,3841	10,7547	2,6666	9,6884	2,9601	18,0091	2,2511
Vereda	8,0441	2,0139	14,4928	0,9249	61,4000	4,4084	7,1324	3,5628	21,1480	1,8973	16,6667	0,4054	30,8824	0,9286	8,5728	3,3453	17,4867	2,1858
Vitória da Conquista	4,8236	3,3585	22,0156	0,6089	64,7900	4,6518	7,4273	3,4213	35,5111	1,1299	21,3443	0,3166	13,3348	2,1507	11,0217	2,6020	18,2396	2,2799
Wagner	9,5535	1,6957	21,8978	0,6122	58,1300	4,1736	7,8610	3,2325	42,0000	0,9554	6,6667	1,0135	21,5824	1,3288	15,1257	1,8960	14,9077	1,8635
Wanderley	10,7985	1,5002	16,7598	0,7998	64,8400	4,6554	8,4416	3,0102	32,7613	1,2248	6,8182	0,9910	24,7366	1,1594	12,2083	2,3491	15,6898	1,9612
Wenceslau Guimarães	9,2755	1,7465	22,6629	0,5915	64,8400	4,6554	9,2213	2,7557	0	0	15,7895	0,4279	30,4683	0,9413	14,8235	1,9347	13,0529	1,8647
Xique-Xique	10,1030	1,6035	13,4474	0,9968	55,4100	3,9783	9,2485	2,7476	32,7613	1,2248	11,0390	0,6121	22,2290	1,2901	18,2123	1,5747	14,0279	1,7535

**Nota:** %XP = percentual do valor da variável indicada por município em relação ao universo total do mesmo.

NE = pontuação do município em relação a melhor situação %XP municipal do Estado da Bahia.

**Fonte:** Consórcio Geohidro-Sondotécnica, 2013



Apêndice 2 - Indicadores Dimensionais – Qualidade de Vida.

MUNICÍPIO	1 - FORMA DE ABASTECIMENTO DÁGUA UTILIZADA NO DOMICÍLIO		2 - PRESENÇA DE SANITÁRIOS		3- LIGAÇÃO DO ESCOADOIRO DO SANITÁRIO		4 - DESTINO DO LIXO DO DOMICÍLIO		5 - FORNECIMENTO DE ENERGIA		6 - DEFICIT HABITACIONAL		7 - POPULAÇÃO POR ESTABELIMENTO ESCOLAR		8 - POPULAÇÃO POR EQUIPE DO SUS		9 - PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA		IQV
	%XP1	NE1	%XP2	NE2	%XP3	NE3	%XP4	NE4	%XP5	NE5	%XP6	NE6	%XP7	NE7	%XP8	NE8	%XP9	NE9	
Abaíra	91,5695	4,5785	96,0373	4,8019	13,0148	0,6507	54,8563	2,7428	97,0085	4,8504	2	3,1526	106,2258	2,2432	643,75	3,0804	52,5825	0	3,2626
Abaré	77,4223	3,8711	76,6574	3,8329	46,2448	2,3122	54,3347	2,7167	91,5160	4,5758	11	0,4323	144,9063	1,6444	541,5	3,6620	75,6464	0	2,8809
Acajutiba	76,6512	3,8326	86,5952	4,3298	8,5547	0,4277	57,4945	2,8747	97,5384	4,8769	8	0,6220	170,1591	1,4004	1372	1,4453	54,1788	0	2,4762
Adustina	52,7864	2,6393	65,2366	3,2618	25,0111	1,2506	44,9801	2,2490	93,9186	4,6959	5	0,9300	472,0000	0,5048	1514,333	1,3095	64,6489	0	2,1051
Água Fria	51,9084	2,5954	64,6892	3,2345	2,5954	0,1298	42,0720	2,1036	95,8124	4,7906	13	0,3694	160,4902	1,4847	658,2857	3,0124	55,4688	0	2,2150
Aiquara	58,4253	2,9213	84,4739	4,2237	62,8403	3,1420	70,1251	3,5063	96,5416	4,8271	6	0,7729	150,2000	1,5865	688	2,8823	56,4680	0	2,9827
Alagoinhas	93,4866	4,6743	94,8267	4,7413	55,7773	2,7889	88,8008	4,4400	99,2987	4,9649	8	0,6321	276,4385	0,8620	1812,565	1,0940	38,8832	0	3,0247
Alcobaça	58,6506	2,9325	78,1897	3,9095	31,8136	1,5907	56,8303	2,8415	96,8771	4,8439	17	0,2727	167,9242	1,4190	672,2222	2,9499	50,4959	0	2,5950
Almadina	80,6731	4,0337	85,5176	4,2759	71,4941	3,5747	78,0724	3,9036	93,1158	4,6558	9	0,5448	157,6842	1,5112	495,25	4,0040	59,8183	0	3,3130
Amargosa	82,4408	4,1220	88,8942	4,4447	22,1537	1,1077	73,1266	3,6563	96,9466	4,8473	10	0,4931	200,0000	1,1914	1300,75	1,5245	45,6948	0	2,6734
Amélia Rodrigues	77,2124	3,8606	83,0141	4,1507	10,3313	0,5166	80,4837	4,0242	99,0214	4,9511	7	0,7011	219,8036	1,0841	2390,667	0,8295	44,1439	0	2,5147
América Dourada	80,1850	4,0092	77,5954	3,8798	2,7746	0,1387	71,6069	3,5803	95,9075	4,7954	3	1,5948	148,4464	1,6052	868,6	2,2830	74,3726	0	2,7358
Anagé	26,2053	1,3103	53,8748	2,6937	20,0028	1,0001	23,6911	1,1846	93,0792	4,6540	14	0,3393	99,7311	2,3893	1035,857	1,9144	61,4398	0	1,9357
Andaraí	66,1329	3,3066	61,7294	3,0865	13,9578	0,6979	59,7812	2,9891	89,9920	4,4996	10	0,4770	184,3571	1,2925	940,25	2,1090	73,5177	0	2,3073
Andorinha	53,1054	2,6553	62,9950	3,1498	35,9446	1,7972	51,0496	2,5525	91,2140	4,5607	12	0,4079	251,3571	0,9480	1156,25	1,7150	59,3297	0	2,2233
Angical	37,7110	1,8855	85,1530	4,2576	19,2774	0,9639	44,6203	2,2310	93,0643	4,6532	5	0,9530	101,2000	2,3546	1900	1,0437	60,7632	0	2,2928
Anguera	61,3249	3,0662	68,0286	3,4014	26,2991	1,3150	52,7965	2,6398	96,2317	4,8116	7	0,6667	116,2143	2,0504	1267	1,5651	63,2991	0	2,4395
Antas	84,6886	4,2344	85,4239	4,2712	52,2059	2,6103	71,4100	3,5705	91,0900	4,5545	4	1,1775	255,5161	0,9326	929,2	2,1341	54,9290	0	2,9356
Antônio Cardoso	60,2076	3,0104	63,9792	3,1990	12,8374	0,6419	30,4498	1,5225	97,3702	4,8685	19	0,2503	126,1875	1,8884	724,5	2,7371	59,7999	0	2,2647
Antônio Gonçalves	81,7769	4,0888	81,6472	4,0824	12,8405	0,6420	54,5071	2,7254	97,4384	4,8719	9	0,5453	140,7436	1,6931	3090	0,6417	57,1521	0	2,4113
Aporá	81,4385	4,0719	84,2614	4,2131	1,1021	0,0551	44,6249	2,2312	94,9729	4,7486	12	0,3903	107,5488	2,2156	740,7143	2,6771	58,6114	0	2,5754
Apuarema	62,2222	3,1111	74,9882	3,7494	43,5461	2,1773	70,7329	3,5366	90,5910	4,5296	12	0,4084	104,6486	2,2770	1068,5	1,8559	63,0791	0	2,7057
Araças	71,9321	3,5966	70,8106	3,5405	2,7876	0,1394	55,3348	2,7667	95,0977	4,7549	9	0,5090	137,4894	1,7331	3161	0,6273	57,3236	0	2,2084
Aracatu	30,1096	1,5055	67,6438	3,3822	1,2603	0,0630	29,2055	1,4603	80,6027	4,0301	7	0,6833	62,2981	3,8249	731,4	2,7112	57,0686	0	2,2076
Araci	47,6565	2,3828	64,3917	3,2196	34,6900	1,7345	46,8778	2,3439	89,9868	4,4993	5	0,9705	117,2417	2,0324	1364,6	1,4532	74,2415	0	2,3295

Nota: %XP = percentual do valor da variável indicada por município em relação ao universo total do mesmo.

NE = pontuação do município em relação a melhor situação %XP municipal do Estado da Bahia.

(Continua)

Continuação do **Apêndice 2** - Indicadores Dimensionais – Qualidade de Vida.

MUNICÍPIO	1 - FORMA DE ABASTECIMENTO DÁGUA UTILIZADA NO DOMICÍLIO		2 - PRESENÇA DE SANITÁRIOS		3- LIGAÇÃO DO ESCOADOIRO DO SANITÁRIO		4 - DESTINO DO LIXO DO DOMICÍLIO		5 - FORNECIMENTO DE ENERGIA		6 - DEFICIT HABITACIONAL		7 -POPULAÇÃO POR ESTABELIMENTO ESCOLAR		8 - POPULAÇÃO POR EQUIPE DO SUS		9 - PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA		IQV
	%XP1	NE1	%XP2	NE2	%XP3	NE3	%XP4	NE4	%XP5	NE5	%XP6	NE6	%XP7	NE7	%XP8	NE8	%XP9	NE9	
Aramari	67,7383	3,3869	83,6262	4,1813	8,4860	0,4243	50,7664	2,5383	96,6355	4,8318	12	0,3882	145,0857	1,6424	671,5	2,9531	51,4520	0	2,5433
Arataca	63,8164	3,1908	73,5886	3,6794	17,9927	0,8996	65,3681	3,2684	88,3790	4,4190	21	0,2221	121,7556	1,9571	762,75	2,5998	59,2920	0	2,5295
Aratuípe	60,6951	3,0348	76,4170	3,8209	21,8039	1,0902	60,6537	3,0327	95,5317	4,7766	16	0,3069	71,7813	3,3196	606,25	3,2709	65,4021	0	2,8316
Aurelino Leal	77,9251	3,8963	72,1642	3,6082	50,7775	2,5389	74,7387	3,7369	93,6528	4,6826	12	0,3818	200,7500	1,1870	786,2	2,5223	62,3505	0	2,8192
Baianópolis	86,2114	4,3106	76,0597	3,8030	10,7012	0,5351	20,9576	1,0479	97,5929	4,8796	8	0,5910	91,9474	2,5916	958,75	2,0683	59,7914	0	2,4784
Baixa Grande	50,0700	2,5035	75,6298	3,7815	36,6865	1,8343	53,4990	2,6749	90,1679	4,5084	17	0,2762	145,8116	1,6342	1146	1,7304	54,2583	0	2,3679
Banzaê	97,5618	4,8781	94,2669	4,7133	18,8138	0,9407	74,8929	3,7446	98,6820	4,9341	3	1,6793	109,9091	2,1680	506,8333	3,9125	64,1894	0	3,3713
Barra	65,1905	3,2595	61,4942	3,0747	17,5573	0,8779	53,9447	2,6972	86,5836	4,3292	19	0,2501	157,9006	1,5091	1918,167	1,0338	71,9698	0	2,1289
Barra da Estiva	77,5147	3,8757	85,5261	4,2763	50,5074	2,5254	55,1718	2,7586	95,6560	4,7828	3	1,4764	111,1275	2,1443	936,6667	2,1171	58,3274	0	2,9946
Barra do Choça	75,6490	3,7824	92,8098	4,6405	29,1083	1,4554	81,6444	4,0822	96,7633	4,8382	4	1,2733	194,0213	1,2281	768,5833	2,5801	61,1081	0	2,9850
Barra do Mendes	81,8867	4,0943	85,5337	4,2767	2,4313	0,1216	51,7384	2,5869	97,2040	4,8602	9	0,5014	243,7037	0,9778	1373,667	1,4436	59,3303	0	2,3578
Barra do Rocha	58,7875	2,9394	78,3648	3,9182	54,6719	2,7336	61,1791	3,0590	94,3270	4,7164	9	0,5386	93,7647	2,5413	909,5	2,1803	55,5800	0	2,8283
Barreiras	90,4840	4,5242	95,6943	4,7847	35,1427	1,7571	90,7691	4,5385	99,0875	4,9544	9	0,5022	406,5083	0,5862	3516,364	0,5639	34,5657	0	2,7764
Barro Alto	93,8647	4,6932	86,4219	4,3211	7,1662	0,3583	52,2002	2,6100	98,4913	4,9246	2	1,9511	146,1522	1,6304	998	1,9870	56,9138	0	2,8095
Barro Preto	75,2688	3,7634	83,7174	4,1859	71,9918	3,5996	75,4224	3,7711	93,2924	4,6646	9	0,5448	120,3462	1,9800	652	3,0414	57,1063	0	3,1939
Barrocas	74,9677	3,7484	85,2493	4,2625	27,6414	1,3821	67,0886	3,3544	98,6567	4,9328	3	1,8084	118,4063	2,0125	970	2,0443	59,2010	0	2,9432
Belmonte	77,6572	3,8829	80,2044	4,0102	57,3742	2,8687	80,6604	4,0330	89,2453	4,4623	14	0,3302	200,8571	1,1864	804,875	2,4637	51,1725	0	2,9047
Belo Campo	9,0388	0,4519	75,5907	3,7795	2,4776	0,1239	56,3432	2,8172	95,7559	4,7878	3	1,3757	103,8267	2,2950	727,3333	2,7264	58,1806	0	2,2947
Biritinga	87,0388	4,3519	74,4660	3,7233	16,7961	0,8398	30,5825	1,5291	95,2427	4,7621	9	0,5441	91,5422	2,6030	827,2	2,3972	70,1402	0	2,5938
Boa Nova	62,3490	3,1175	71,3237	3,5662	34,8567	1,7428	51,5037	2,5752	85,3422	4,2671	5	0,9779	118,0606	2,0183	847	2,3412	68,9728	0	2,5758
Boa Vista do Tupim	59,3624	2,9681	70,0363	3,5018	5,6295	0,2815	59,2615	2,9631	82,7482	4,1374	16	0,2989	120,9103	1,9708	623,125	3,1823	72,4173	0	2,4130
Bom Jesus da Lapa	78,2183	3,9109	86,2151	4,3108	37,5122	1,8756	62,2675	3,1134	94,3404	4,7170	13	0,3537	194,2816	1,2265	1368,583	1,4489	56,9567	0	2,6196
Bom Jesus da Serra	33,7271	1,6864	57,6601	2,8830	1,4863	0,0743	29,2302	1,4615	95,1601	4,7580	1	5,0000	237,3636	1,0039	875	2,2663	63,7333	0	2,3917
Boninal	85,9375	4,2969	87,1167	4,3558	16,1851	0,8093	38,7087	1,9354	97,9953	4,8998	18	0,2589	163,0714	1,4612	849,25	2,3350	61,6426	0	2,5440
Bonito	86,6886	4,3344	77,8479	3,8924	6,6178	0,3309	68,6032	3,4302	95,8323	4,7916	5	0,9583	163,2885	1,4593	660,6667	3,0015	64,2533	0	2,7748

**Nota:** %XP = percentual do valor da variável indicada por município em relação ao universo total do mesmo.

NE = pontuação do município em relação a melhor situação %XP municipal do Estado da Bahia.

(Continua)

Continuação do Apêndice 2 - Indicadores Dimensionais – Qualidade de Vida.

MUNICÍPIO	1 - FORMA DE ABASTECIMENTO D'ÁGUA UTILIZADA NO DOMICÍLIO		2 - PRESENÇA DE SANITÁRIOS		3- LIGAÇÃO DO ESCOADOIRO DO SANITÁRIO		4 - DESTINO DO LIXO DO DOMICÍLIO		5 - FORNECIMENTO DE ENERGIA		6 - DEFICIT HABITACIONAL		7 -POPULAÇÃO POR ESTABELIMENTO ESCOLAR		8 - POPULAÇÃO POR EQUIPE DO SUS		9 - PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA		IQV
	%XP1	NE1	%XP2	NE2	%XP3	NE3	%XP4	NE4	%XP5	NE5	%XP6	NE6	%XP7	NE7	%XP8	NE8	%XP9	NE9	
Boquira	58,8367	2,9418	71,9192	3,5960	3,3656	0,1683	39,9379	1,9969	90,9907	4,5495	7	0,6890	117,4787	2,0283	1160,8	1,7083	59,9931	0	2,2098
Botuporã	50,7133	2,5357	83,6277	4,1814	32,7785	1,6389	41,8818	2,0941	93,5462	4,6773	2	1,9457	66,1687	3,6012	1472,5	1,3467	64,5501	0	2,7526
Brejões	72,5823	3,6291	79,2911	3,9646	32,0253	1,6013	69,8734	3,4937	97,4430	4,8722	10	0,4900	410,3333	0,5807	989	2,0051	47,1183	0	2,5796
Brejoândia	34,9171	1,7459	86,0651	4,3033	1,1798	0,0590	30,4528	1,5226	90,4656	4,5233	10	0,4539	185,5714	1,2841	1571	1,2623	57,3838	0	1,8943
Brotas de Macaúbas	29,0091	1,4505	80,8378	4,0419	22,6008	1,1300	47,2648	2,3632	94,0919	4,7046	6	0,8491	60,0247	3,9698	1602	1,2378	59,7066	0	2,4684
Brumado	75,1108	3,7555	90,7814	4,5391	63,3903	3,1695	74,0625	3,7031	98,1033	4,9052	5	0,9621	400,1333	0,5955	1543,667	1,2846	42,5988	0	2,8643
Buerarema	78,6664	3,9333	85,0246	4,2512	65,8408	3,2920	78,7393	3,9370	94,5163	4,7258	15	0,3241	114,5455	2,0803	1099,8	1,8031	44,3353	0	3,0433
Buritirama	45,9459	2,2973	58,1299	2,9065	3,5527	0,1776	42,3060	2,1153	91,6303	4,5815	26	0,1811	95,8983	2,4848	0	0,0000	77,5843	0	1,8430
Caatiba	63,2011	3,1601	92,0315	4,6016	59,4733	2,9737	62,9617	3,1481	89,7401	4,4870	9	0,5113	179,4375	1,3280	731,5	2,7109	46,4798	0	2,8651
Cabaceiras do Paraguaçu	36,7238	1,8362	76,0658	3,8033	6,3485	0,3174	36,0287	1,8014	98,5403	4,9270	21	0,2240	191,0196	1,2474	1080,25	1,8357	67,9472	0	1,9991
Cachoeira	74,0144	3,7007	80,9861	4,0493	52,5083	2,6254	67,0964	3,3548	98,7861	4,9393	10	0,4831	160,7525	1,4823	717,0769	2,7654	54,0120	0	2,9250
Caculé	86,4771	4,3239	92,5750	4,6288	18,6256	0,9313	63,9021	3,1951	96,5877	4,8294	8	0,6161	312,8485	0,7617	905,2857	2,1905	38,3462	0	2,6846
Caém	59,7100	2,9855	68,0715	3,4036	8,6649	0,4332	54,5853	2,7293	93,3918	4,6696	25	0,1884	123,8372	1,9242	1486	1,3345	68,9435	0	2,2085
Caetanos	5,3877	0,2694	54,0330	2,7017	10,4952	0,5248	27,3124	1,3656	89,7540	4,4877	2	2,0456	62,6759	3,8019	803,5	2,4680	59,5831	0	2,2081
Caetité	61,7484	3,0874	86,7151	4,3358	34,7564	1,7378	59,9421	2,9971	94,5344	4,7267	16	0,2890	245,4375	0,9709	4266,667	0,4648	51,3984	0	2,3262
Cafarnaum	79,4726	3,9736	79,7679	3,9884	4,7046	0,2352	63,8819	3,1941	95,1688	4,7584	3	1,7371	252,0556	0,9454	2374	0,8353	67,9655	0	2,4584
Cairu	90,2202	4,5110	93,3954	4,6698	45,4699	2,2735	95,9356	4,7968	98,2007	4,9100	15	0,3281	236,8000	1,0063	1185,5	1,6727	48,7769	0	3,0210
Caldeirão Grande	72,8794	3,6440	70,2979	3,5149	7,6028	0,3801	64,6241	3,2312	93,8440	4,6922	7	0,6702	165,4615	1,4401	1177	1,6848	71,1696	0	2,4072
Camacan	77,9089	3,8954	87,6365	4,3818	74,5671	3,7284	82,7065	4,1353	95,5112	4,7756	13	0,3718	299,0556	0,7968	827,2727	2,3970	45,1538	0	3,0603
Camaçari	93,3830	4,6691	96,0509	4,8025	65,3282	3,2664	93,7560	4,6878	99,5459	4,9773	10	0,4990	644,7320	0,3696	2471,033	0,8025	32,3373	0	3,0093
Camamu	64,3668	3,2183	70,2473	3,5124	33,4147	1,6707	63,5814	3,1791	86,5726	4,3286	19	0,2537	170,0690	1,4011	1182,875	1,6764	53,5454	0	2,4050
Campo Alegre de Lourdes	1,1953	0,0598	39,3406	1,9670	5,8453	0,2923	25,2594	1,2630	67,8970	3,3949	4	1,2424	55,1004	4,3246	1270,833	1,5604	64,3541	0	1,7630
Campo Formoso	64,9814	3,2491	70,9539	3,5477	13,2618	0,6631	55,3309	2,7665	96,4776	4,8239	20	0,2402	147,0593	1,6203	3608,6	0,5495	62,8000	0	2,1825
Canápolis	82,9746	4,1487	67,7104	3,3855	19,7260	0,9863	45,7143	2,2857	90,5675	4,5284	4	1,2954	93,0784	2,5601	639,5	3,1009	60,5942	0	2,7864
Canarana	78,2333	3,9117	81,6717	4,0836	1,5681	0,0784	61,6170	3,0809	98,4175	4,9209	2	2,1525	282,6364	0,8431	1164,167	1,7034	65,4259	0	2,5968

Nota: %XP = percentual do valor da variável indicada por município em relação ao universo total do mesmo.

NE = pontuação do município em relação a melhor situação %XP municipal do Estado da Bahia.

(Continua)

Continuação do **Apêndice 2** - Indicadores Dimensionais – Qualidade de Vida.

MUNICÍPIO	1 - FORMA DE ABASTECIMENTO DÁGUA UTILIZADA NO DOMICÍLIO		2 - PRESENÇA DE SANITÁRIOS		3 - LIGAÇÃO DO ESCOADOIRO DO SANITÁRIO		4 - DESTINO DO LIXO DO DOMICÍLIO		5 - FORNECIMENTO DE ENERGIA		6 - DEFICIT HABITACIONAL		7 - POPULAÇÃO POR ESTABELIMENTO ESCOLAR		8 - POPULAÇÃO POR EQUIPE DO SUS		9 - PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA		IQV
	%XP1	NE1	%XP2	NE2	%XP3	NE3	%XP4	NE4	%XP5	NE5	%XP6	NE6	%XP7	NE7	%XP8	NE8	%XP9	NE9	
Canavieiras	76,8621	3,8431	84,5473	4,2274	55,2984	2,7649	79,1564	3,9578	91,0700	4,5535	9	0,5122	136,9316	1,7402	888,5455	2,2317	48,3118	0	2,9789
Candeal	47,2777	2,3639	76,0282	3,8014	0,6659	0,0333	43,7524	2,1876	90,6385	4,5319	3	1,3815	77,9259	3,0579	639,75	3,0996	61,1567	0	2,5571
Candeias	93,5602	4,6780	95,3559	4,7678	74,0439	3,7022	87,6989	4,3849	99,2367	4,9618	6	0,8270	340,2667	0,7003	3565,429	0,5562	28,6401	0	3,0723
Candiba	70,4490	3,5224	90,5306	4,5265	1,1429	0,0571	59,9184	2,9959	96,2721	4,8136	19	0,2555	274,8182	0,8671	1840	1,0777	54,0217	0	2,2645
Cândido Sales	59,7132	2,9857	88,7705	4,4385	7,7782	0,3889	68,9760	3,4488	98,1221	4,9061	11	0,4516	124,9818	1,9066	1577,4	1,2571	52,9859	0	2,4729
Cansanção	59,8128	2,9906	64,6384	3,2319	32,4752	1,6238	29,8451	1,4923	94,2940	4,7147	11	0,4333	112,2914	2,1220	8992	0,2205	74,7887	0	2,1036
Canudos	64,8074	3,2404	75,7740	3,7887	17,5609	0,8780	53,9116	2,6956	88,6315	4,4316	6	0,7764	137,5345	1,7326	1427,667	1,3890	60,8452	0	2,3665
Capela do Alto Alegre	71,0786	3,5539	80,3728	4,0186	32,5166	1,6258	73,9814	3,6991	91,5579	4,5779	3	1,5446	216,8750	1,0987	752,6	2,6349	49,6944	0	2,8442
Capim Grosso	89,1669	4,4583	91,3335	4,5667	12,1618	0,6081	89,1190	4,4559	97,5341	4,8767	5	0,8738	161,3293	1,4770	1398,667	1,4178	51,1201	0	2,8418
Caraíbas	32,8517	1,6426	76,0922	3,8046	3,9904	0,1995	24,9054	1,2453	92,1225	4,6061	4	1,1338	312,1333	0,7634	729	2,7202	64,4033	0	2,0144
Caravelas	71,0922	3,5546	84,4997	4,2250	24,7220	1,2361	75,5396	3,7770	95,5199	4,7760	13	0,3712	225,6531	1,0560	681,3333	2,9105	51,1089	0	2,7383
Cardeal da Silva	66,9053	3,3453	62,8211	3,1411	16,5053	0,8253	69,6421	3,4821	95,9579	4,7979	20	0,2326	337,8000	0,7054	797	2,4881	69,3434	0	2,3772
Carinhanha	61,1187	3,0559	77,7625	3,8881	6,1557	0,3078	53,5372	2,6769	88,2369	4,4118	10	0,4856	299,3269	0,7961	1219,333	1,6263	73,5375	0	2,1561
Casa Nova	59,4120	2,9706	69,8196	3,4910	38,1399	1,9070	55,0720	2,7536	86,8689	4,3434	8	0,5867	147,0699	1,6202	4274,5	0,4639	62,7559	0	2,2671
Castro Alves	66,0923	3,3046	87,0067	4,3503	56,8371	2,8419	61,7704	3,0885	97,3457	4,8673	10	0,4834	134,2526	1,7749	1201	1,6511	58,4513	0	2,7953
Catolândia	64,0316	3,2016	85,3755	4,2688	10,4084	0,5204	33,4651	1,6733	95,2569	4,7628	6	0,7707	65,0000	3,6660	763	2,5990	61,7300	0	2,6828
Catu	90,4740	4,5237	92,8670	4,6434	71,0133	3,5507	82,4511	4,1226	98,1409	4,9070	13	0,3694	194,3629	1,2260	1012,133	1,9592	33,8691	0	3,1627
Caturama	59,3776	2,9689	70,2490	3,5124	16,9295	0,8465	37,3029	1,8651	82,2407	4,1120	1	3,2790	68,8525	3,4608	602,5	3,2913	65,1452	0	2,9170
Central	85,7027	4,2851	78,5946	3,9297	9,9433	0,4972	49,0887	2,4544	94,9575	4,7479	3	1,7280	94,5977	2,5190	2475	0,8012	57,2323	0	2,6203
Chorrochó	51,6612	2,5831	65,4253	3,2713	28,4045	1,4202	43,6656	2,1833	84,1183	4,2059	11	0,4209	75,9865	3,1359	686	2,8907	67,9300	0	2,5139
Cícero Dantas	80,7991	4,0400	79,7264	3,9863	44,2575	2,2129	60,0138	3,0007	94,8824	4,7441	5	0,9920	238,8413	0,9977	3396,667	0,5838	52,0412	0	2,5697
Cipó	79,4570	3,9729	86,7873	4,3394	6,4253	0,3213	71,7647	3,5882	98,1674	4,9084	3	1,6956	146,6964	1,6244	738,6667	2,6846	58,6643	0	2,8918
Coaraci	86,2058	4,3103	90,8347	4,5417	83,7679	4,1884	90,2176	4,5109	96,3277	4,8164	10	0,4605	143,5588	1,6599	1623	1,2218	57,2705	0	3,2137
Cocos	59,2173	2,9609	75,8393	3,7920	3,2338	0,1617	48,1771	2,4089	87,8476	4,3924	11	0,4163	76,9915	3,0950	1217	1,6294	60,6820	0	2,3571
Conceição da Feira	81,7700	4,0885	93,3757	4,6688	5,8117	0,2906	71,7188	3,5859	98,6398	4,9320	6	0,7449	179,9286	1,3243	1134,6	1,7478	56,6367	0	2,6728

**Nota:** %XP = percentual do valor da variável indicada por município em relação ao universo total do mesmo.

NE = pontuação do município em relação a melhor situação %XP municipal do Estado da Bahia.

(Continua)

Continuação do Apêndice 2 - Indicadores Dimensionais – Qualidade de Vida.

MUNICÍPIO	1 - FORMA DE ABASTECIMENTO D'ÁGUA UTILIZADA NO DOMICÍLIO		2 - PRESENÇA DE SANITÁRIOS		3- LIGAÇÃO DO ESCOADOURO DO SANITÁRIO		4 - DESTINO DO LIXO DO DOMICÍLIO		5 - FORNECIMENTO DE ENERGIA		6 - DEFICIT HABITACIONAL		7 -POPULAÇÃO POR ESTABELIMENTO ESCOLAR		8 - POPULAÇÃO POR EQUIPE DO SUS		9 - PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA		IQV
	%XP1	NE1	%XP2	NE2	%XP3	NE3	%XP4	NE4	%XP5	NE5	%XP6	NE6	%XP7	NE7	%XP8	NE8	%XP9	NE9	
Conceição do Almeida	48,2048	2,4102	94,9186	4,7459	29,3506	1,4675	54,3653	2,7183	98,9798	4,9490	10	0,4933	144,9298	1,6442	850,8333	2,3307	50,6954	0	2,5949
Conceição do Coité	75,6466	3,7823	80,1663	4,0083	32,0104	1,6005	74,6315	3,7316	97,9373	4,8969	4	1,0828	121,5731	1,9600	1325	1,4966	54,8949	0	2,8199
Conceição do Jacuípe	53,6662	2,6833	90,0922	4,5046	6,7926	0,3396	86,2348	4,3117	99,4827	4,9741	5	0,8971	211,6029	1,1261	1273	1,5577	42,2287	0	2,5493
Conde	68,1043	3,4052	73,2699	3,6635	13,4798	0,6740	58,6750	2,9337	93,0797	4,6540	17	0,2763	225,1525	1,0583	769,75	2,5762	56,5606	0	2,4051
Condeúba	62,5293	3,1265	87,7794	4,3890	8,6225	0,4311	46,4552	2,3228	94,0387	4,7019	6	0,8377	95,3902	2,4980	1174,75	1,6880	59,2254	0	2,4994
Contendas do Sincorá	63,5549	3,1777	82,5990	4,1299	11,5758	0,5788	50,7842	2,5392	94,6975	4,7349	8	0,6330	85,3077	2,7933	676	2,9334	48,5207	0	2,6900
Coração de Maria	40,9317	2,0466	73,8635	3,6932	4,0321	0,2016	42,5060	2,1253	98,4739	4,9237	7	0,7000	146,2105	1,6298	1038,5	1,9095	62,6224	0	2,1537
Cordeiros	70,5111	3,5256	88,9643	4,4482	0,4975	0,0249	37,2230	1,8611	95,4772	4,7739	2	2,4487	92,7381	2,5695	737,3333	2,6894	55,2893	0	2,7927
Coribe	79,8723	3,9936	86,6840	4,3342	2,9565	0,1478	50,1183	2,5059	92,5260	4,6263	4	1,1591	161,2381	1,4779	1416,333	1,4001	64,9329	0	2,4556
Coronel João Sá	52,0748	2,6037	67,6869	3,3843	30,8135	1,5407	49,8973	2,4949	81,4092	4,0705	4	1,2959	75,4202	3,1595	816	2,4301	67,7083	0	2,6224
Correntina	59,2263	2,9613	73,2512	3,6626	17,3457	0,8673	51,6147	2,5807	95,2870	4,7644	20	0,2364	189,7143	1,2560	2193	0,9042	57,6379	0	2,1541
Cotequipe	60,0107	3,0005	69,6994	3,4850	5,8239	0,2912	44,6592	2,2330	82,6624	4,1331	17	0,2778	112,2813	2,1222	1884,5	1,0523	57,9995	0	2,0744
Cravolândia	74,3852	3,7193	80,6011	4,0301	60,0410	3,0020	72,8825	3,6441	95,9016	4,7951	6	0,8390	107,2917	2,2209	734	2,7016	66,5531	0	3,1190
Crisópolis	74,3927	3,7196	81,7804	4,0890	6,4393	0,3220	44,9085	2,2454	96,2895	4,8145	4	1,2692	130,6026	1,8245	1205	1,6456	60,5809	0	2,4912
Cristópolis	76,9871	3,8494	76,5038	3,8252	19,9248	0,9962	32,5456	1,6273	94,9785	4,7489	15	0,3209	99,3088	2,3995	931,75	2,1283	65,4950	0	2,4869
Cruz das Almas	81,5105	4,0755	96,1396	4,8070	17,7580	0,8879	83,9022	4,1951	99,3614	4,9681	8	0,5921	262,6509	0,9072	1916,556	1,0347	31,7642	0	2,6834
Curaçá	64,5113	3,2256	68,7183	3,4359	37,2061	1,8603	43,9719	2,1986	90,2374	4,5119	10	0,4755	129,1077	1,8456	2171,5	0,9132	67,3152	0	2,3083
Dário Meira	62,5555	3,1278	73,7060	3,6853	48,5064	2,4253	57,6752	2,8838	87,3706	4,3685	15	0,3080	164,0000	1,4530	1131,333	1,7528	60,5775	0	2,5006
Dias d'Ávila	91,7387	4,5869	96,1484	4,8074	60,0664	3,0033	89,4660	4,4733	99,3061	4,9653	7	0,6609	501,2174	0,4754	1994,8	0,9941	30,4943	0	2,9958
Dom Basílio	59,1047	2,9552	81,8580	4,0929	0,4376	0,0219	22,3830	1,1192	98,0815	4,9041	6	0,8150	84,9048	2,8065	744,5	2,6635	51,0745	0	2,4223
Dom Macedo Costa	48,7701	2,4385	89,5674	4,4784	6,7854	0,3393	53,0110	2,6506	98,6429	4,9321	4	1,0793	159,0909	1,4978	590,5	3,3582	48,6029	0	2,5968
Elísio Medrado	79,7498	3,9875	89,7576	4,4879	0,9382	0,0469	40,7349	2,0367	97,4980	4,8749	7	0,7276	75,7174	3,1471	855,6667	2,3175	42,5399	0	2,7033
Encruzilhada	59,2497	2,9625	82,0451	4,1023	20,3903	1,0195	57,5102	2,8755	88,3830	4,4191	6	0,7326	119,8738	1,9878	2216	0,8949	49,8045	0	2,3743
Entre Rios	73,9064	3,6953	86,0828	4,3041	11,3827	0,5691	77,5954	3,8798	97,3753	4,8688	13	0,3574	180,9328	1,3170	1233,444	1,6077	43,5907	0	2,5749
Érico Cardoso	76,3178	3,8159	92,3569	4,6178	0,6401	0,0320	30,5346	1,5267	93,9006	4,6950	2	2,8734	54,4639	4,3751	886,3333	2,2373	58,8191	0	3,0217

Nota: %XP = percentual do valor da variável indicada por município em relação ao universo total do mesmo.

NE = pontuação do município em relação a melhor situação %XP municipal do Estado da Bahia.

(Continua)



Continuação do Apêndice 2 - Indicadores Dimensionais – Qualidade de Vida.

MUNICÍPIO	1 - FORMA DE ABASTECIMENTO DÁGUA UTILIZADA NO DOMICÍLIO		2 - PRESENÇA DE SANITÁRIOS		3 - LIGAÇÃO DO ESCOADOIRO DO SANITÁRIO		4 - DESTINO DO LIXO DO DOMICÍLIO		5 - FORNECIMENTO DE ENERGIA		6 - DEFICIT HABITACIONAL		7 - POPULAÇÃO POR ESTABELIMENTO ESCOLAR		8 - POPULAÇÃO POR EQUIPE DO SUS		9 - PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA		IQV
	%XP1	NE1	%XP2	NE2	%XP3	NE3	%XP4	NE4	%XP5	NE5	%XP6	NE6	%XP7	NE7	%XP8	NE8	%XP9	NE9	
Esplanada	80,9832	4,0492	83,9907	4,1995	14,1932	0,7097	65,4829	3,2741	94,3898	4,7195	16	0,3000	146,6341	1,6250	1238,857	1,6007	51,6490	0	2,5597
Euclides da Cunha	83,6476	4,1824	81,5160	4,0758	12,0452	0,6023	52,8284	2,6414	96,0711	4,8036	12	0,3912	92,5233	2,5754	5297	0,3744	64,0425	0	2,4558
Eunápolis	84,3454	4,2173	95,2174	4,7609	38,6986	1,9349	94,7049	4,7352	98,3945	4,9197	10	0,4840	451,9558	0,5272	1478,6	1,3411	23,2281	0	2,8651
Fátima	73,6312	3,6816	80,8555	4,0428	45,8175	2,2909	56,7490	2,8375	96,3118	4,8156	1	4,0430	379,0000	0,6287	1054	1,8814	61,9734	0	3,0277
Feira da Mata	58,0941	2,9047	76,8083	3,8404	2,2962	0,1148	48,3927	2,4196	81,0563	4,0528	19	0,2520	85,0286	2,8024	581	3,4131	50,7745	0	2,4750
Feira de Santana	84,6240	4,2312	94,7907	4,7395	60,5812	3,0291	93,0648	4,6532	99,6445	4,9822	8	0,6144	366,3962	0,6504	1965,807	1,0087	30,6904	0	2,9886
Filadélfia	78,0493	3,9025	69,8413	3,4921	9,7118	0,4856	63,5965	3,1798	94,2774	4,7139	17	0,2781	253,1212	0,9414	959,4	2,0669	69,0640	0	2,3825
Firmino Alves	68,2272	3,4114	91,1361	4,5568	74,1573	3,7079	88,7640	4,4382	97,3159	4,8658	16	0,3071	228,0000	1,0451	806	2,4603	41,1290	0	3,0991
Floresta Azul	82,4752	4,1238	86,5347	4,3267	70,2640	3,5132	78,8779	3,9439	95,9076	4,7954	10	0,4851	126,7000	1,8807	759,5	2,6109	57,6366	0	3,2100
Formosa do Rio Preto	61,2146	3,0607	79,2906	3,9645	3,3142	0,1657	57,3450	2,8673	90,2544	4,5127	10	0,4781	95,0741	2,5063	1119,2	1,7718	54,6998	0	2,4159
Gandu	70,3310	3,5165	82,6479	4,1324	54,8020	2,7401	77,6451	3,8823	97,1351	4,8568	16	0,2985	170,5652	1,3970	2318	0,8555	49,4068	0	2,7099
Gavião	64,7232	3,2362	69,2251	3,4613	14,7601	0,7380	59,2620	2,9631	80,8118	4,0406	6	0,8487	72,9310	3,2673	694	2,8573	54,8991	0	2,6766
Gentio do Ouro	76,9153	3,8458	78,8306	3,9415	2,6210	0,1310	41,9355	2,0968	94,3548	4,7177	8	0,6279	47,6574	5,0000	0	0,0000	64,3408	0	2,5451
Glória	59,1079	2,9554	79,9159	3,9958	19,5936	0,9797	27,3237	1,3662	97,3610	4,8681	7	0,6615	93,5802	2,5463	612,1429	3,2394	62,3104	0	2,5765
Gongogi	70,5935	3,5297	75,2343	3,7617	63,0968	3,1548	71,2628	3,5631	95,9393	4,7970	11	0,4307	240,7778	0,9897	563,5	3,5191	62,4667	0	2,9682
Governador Mangabeira	50,9996	2,5500	82,9137	4,1457	7,9785	0,3989	43,3913	2,1696	99,2040	4,9602	15	0,3226	178,2857	1,3365	1084	1,8293	55,9779	0	2,2141
Guajeru	47,8815	2,3941	77,1654	3,8583	1,0499	0,0525	22,1972	1,1099	89,7638	4,4882	5	0,8894	312,3125	0,7630	667,25	2,9719	50,7306	0	2,0659
Guanambi	83,7536	4,1877	92,1617	4,6081	53,0599	2,6530	79,2175	3,9609	97,1509	4,8575	7	0,6669	457,2805	0,5211	1595	1,2433	44,0663	0	2,8373
Guaratinga	59,8244	2,9912	70,1548	3,5077	42,3638	2,1182	60,7026	3,0351	85,2337	4,2617	16	0,2980	110,0510	2,1652	1124	1,7642	53,9739	0	2,5177
Heliópolis	84,9830	4,2492	83,2593	4,1630	8,2006	0,4100	55,7326	2,7866	93,7059	4,6853	2	2,8092	143,9783	1,6550	1277,667	1,5520	59,6139	0	2,7888
Iaçu	79,0957	3,9548	80,4031	4,0202	28,7621	1,4381	74,9830	3,7491	91,8426	4,5921	9	0,5475	114,2155	2,0863	670	2,9597	59,7286	0	2,9185
Ibiassucê	88,0986	4,4049	90,9936	4,5497	2,3946	0,1197	53,4310	2,6716	91,4224	4,5711	4	1,3458	119,1351	2,0001	699,75	2,8339	50,8753	0	2,8121
Ibicaraí	92,1447	4,6072	88,0646	4,4032	63,9820	3,1991	89,2436	4,4622	96,4366	4,8218	11	0,4490	178,5000	1,3349	688,6364	2,8796	55,9340	0	3,2696
Ibicoara	73,4754	3,6738	81,8316	4,0916	17,6620	0,8831	77,1682	3,8584	97,7632	4,8882	7	0,6524	533,6842	0,4465	678,8571	2,9211	47,3274	0	2,6769
Ibicauí	68,3682	3,4184	87,0502	4,3525	62,0711	3,1036	74,9791	3,7490	94,1213	4,7061	12	0,3927	215,8857	1,1038	1206,5	1,6436	46,9333	0	2,8087

**Nota:** %XP = percentual do valor da variável indicada por município em relação ao universo total do mesmo.

NE = pontuação do município em relação a melhor situação %XP municipal do Estado da Bahia.

(Continua)

Continuação do Apêndice 2 - Indicadores Dimensionais – Qualidade de Vida.

MUNICÍPIO	1 - FORMA DE ABASTECIMENTO D'ÁGUA UTILIZADA NO DOMICÍLIO		2 - PRESENÇA DE SANITÁRIOS		3- LIGAÇÃO DO ESCOADOIRO DO SANITÁRIO		4 - DESTINO DO LIXO DO DOMICÍLIO		5 - FORNECIMENTO DE ENERGIA		6 - DEFICIT HABITACIONAL		7 - POPULAÇÃO POR ESTABELIMENTO ESCOLAR		8 - POPULAÇÃO POR EQUIPE DO SUS		9 - PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA		IQV
	%XP1	NE1	%XP2	NE2	%XP3	NE3	%XP4	NE4	%XP5	NE5	%XP6	NE6	%XP7	NE7	%XP8	NE8	%XP9	NE9	
Ibipeba	85,7056	4,2853	91,8259	4,5913	6,7100	0,3355	51,7690	2,5885	97,1736	4,8587	3	1,5423	170,3750	1,3986	1236,75	1,6034	53,9519	0	2,6504
Ibipitanga	52,9707	2,6485	80,1426	4,0071	1,9541	0,0977	40,3750	2,0187	84,2355	4,2118	3	1,7324	107,6615	2,2133	631,8333	3,1385	59,5357	0	2,5085
Ibiquera	51,5714	2,5786	71,9286	3,5964	7,7857	0,3893	50,7143	2,5357	78,5714	3,9286	19	0,2485	202,0000	1,1796	1401	1,4154	59,0293	0	1,9840
Ibirapitanga	60,1390	3,0069	69,5989	3,4799	47,9785	2,3989	64,7189	3,2359	91,1402	4,5570	18	0,2670	106,1565	2,2447	796,875	2,4885	57,4431	0	2,7099
Ibirapuã	67,3187	3,3659	90,3015	4,5151	49,3888	2,4694	63,3659	3,1683	95,4768	4,7738	7	0,6500	170,9091	1,3942	822	2,4124	40,0243	0	2,8437
Ibirataia	79,8390	3,9919	83,7567	4,1878	71,6100	3,5805	81,1807	4,0590	93,7209	4,6860	14	0,3491	94,6495	2,5176	1399,5	1,4169	60,2358	0	3,0986
Ibitiara	66,2868	3,3143	69,4207	3,4710	15,8120	0,7906	36,5622	1,8281	93,6372	4,6819	2	2,7550	79,6559	2,9915	843,4	2,3512	51,9327	0	2,7729
Ibititá	92,4909	4,6245	84,0023	4,2001	1,4980	0,0749	64,4517	3,2226	98,2331	4,9117	2	2,2270	167,4510	1,4230	2614	0,7586	62,5096	0	2,6803
Ibotirama	80,9564	4,0478	89,1918	4,4596	30,5649	1,5282	75,0000	3,7500	96,7562	4,8378	13	0,3691	285,9783	0,8332	895,5	2,2144	44,2490	0	2,7550
Ichu	68,6817	3,4341	88,4244	4,4212	1,0932	0,0547	63,2154	3,1608	97,7492	4,8875	7	0,6862	107,5217	2,2162	1565	1,2671	51,7572	0	2,5160
Igaporã	66,4986	3,3249	84,8248	4,2412	21,4268	1,0713	54,1719	2,7086	96,6978	4,8349	4	1,1870	228,8438	1,0413	662,5	2,9932	57,3585	0	2,6753
Igrapiúna	36,0158	1,8008	64,8846	3,2442	25,7175	1,2859	50,2532	2,5127	80,7259	4,0363	20	0,2328	69,7706	3,4153	596,8333	3,3225	65,7358	0	2,4813
Iguapé	66,8282	3,3414	80,8293	4,0415	57,7544	2,8877	61,1335	3,0567	89,0549	4,4527	9	0,5211	124,4000	1,9155	1243,667	1,5945	49,7588	0	2,7264
Ilhéus	80,2278	4,0114	87,3596	4,3680	66,5018	3,3251	84,1758	4,2088	97,0002	4,8500	12	0,3861	565,5613	0,4213	2440,87	0,8124	39,6473	0	2,7979
Inhambupe	76,4486	3,8224	83,1790	4,1589	32,0556	1,6028	49,8029	2,4901	96,6102	4,8305	10	0,4653	127,0728	1,8752	1694	1,1706	57,1429	0	2,5520
Ipecaetá	54,3535	2,7177	60,1147	3,0057	4,6924	0,2346	20,4640	1,0232	94,3952	4,7198	13	0,3680	71,0636	3,3531	960,5	2,0645	68,1676	0	2,1858
Ipiaú	89,4616	4,4731	89,9358	4,4968	66,6335	3,3317	90,7693	4,5385	98,4934	4,9247	12	0,3948	287,0800	0,8300	1638	1,2106	45,9554	0	3,0250
Ipirá	59,8124	2,9906	68,0446	3,4022	51,2284	2,5614	59,7831	2,9892	91,0232	4,5512	10	0,4618	211,1915	1,1283	2444,143	0,8113	50,2718	0	2,3620
Ipupiara	78,5714	3,9286	88,6081	4,4304	1,9414	0,0971	73,0403	3,6520	96,9231	4,8462	16	0,3015	72,8947	3,2689	910,6667	2,1775	59,2972	0	2,8378
Irajuba	58,9210	2,9460	65,2153	3,2608	3,2182	0,1609	61,4766	3,0738	97,0658	4,8533	3	1,6215	83,8293	2,8425	705	2,8128	66,0520	0	2,6965
Iramaia	56,6224	2,8311	65,9463	3,2973	1,3893	0,0695	47,9160	2,3958	87,8666	4,3933	6	0,7741	132,4130	1,7996	812,25	2,4414	67,5900	0	2,2503
Iraquara	76,3964	3,8198	77,9689	3,8984	10,0573	0,5029	36,0197	1,8010	97,4939	4,8747	10	0,4589	162,5541	1,4659	1019,333	1,9454	58,1262	0	2,3459
Irará	48,8017	2,4401	74,5226	3,7261	2,7554	0,1378	43,2270	2,1613	98,6415	4,9321	7	0,7317	169,2651	1,4078	1956,25	1,0137	59,3227	0	2,0688
Irecê	98,1144	4,9057	96,1930	4,8097	29,1560	1,4578	94,0220	4,7011	99,3018	4,9651	7	0,6473	356,2660	0,6688	1157,588	1,7130	34,5648	0	2,9836
Itabela	81,9392	4,0970	86,1090	4,3054	4,2839	0,2142	89,0368	4,4518	96,3625	4,8181	12	0,4019	293,1887	0,8127	888	2,2331	49,5370	0	2,6668

Nota: %XP = percentual do valor da variável indicada por município em relação ao universo total do mesmo.

NE = pontuação do município em relação a melhor situação %XP municipal do Estado da Bahia.

(Continua)

Continuação do Apêndice 2 - Indicadores Dimensionais – Qualidade de Vida.

MUNICÍPIO	1 - FORMA DE ABASTECIMENTO DÁGUA UTILIZADA NO DOMICÍLIO		2 - PRESENÇA DE SANITÁRIOS		3 - LIGAÇÃO DO ESCOADOIRO DO SANITÁRIO		4 - DESTINO DO LIXO DO DOMICÍLIO		5 - FORNECIMENTO DE ENERGIA		6 - DEFICIT HABITACIONAL		7 - POPULAÇÃO POR ESTABELIMENTO ESCOLAR		8 - POPULAÇÃO POR EQUIPE DO SUS		9 - PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA		IQV
	%XP1	NE1	%XP2	NE2	%XP3	NE3	%XP4	NE4	%XP5	NE5	%XP6	NE6	%XP7	NE7	%XP8	NE8	%XP9	NE9	
Itaberaba	86,3383	4,3169	87,3866	4,3693	69,0188	3,4509	78,7973	3,9399	93,4284	4,6714	12	0,3942	253,9339	0,9384	846,8571	2,3416	49,1678	0	3,0528
Itabuna	94,3335	4,7167	90,7823	4,5391	81,6979	4,0849	92,7674	4,6384	99,1114	4,9556	12	0,3992	339,3737	0,7021	2629,5	0,7541	30,6792	0	3,0988
Itacaré	53,9361	2,6968	67,8455	3,3923	39,2572	1,9629	58,3457	2,9173	82,1693	4,1085	21	0,2293	135,5657	1,7577	1712,25	1,1581	43,3494	0	2,2779
Itaeté	77,2537	3,8627	81,2085	4,0604	9,3589	0,4679	51,7809	2,5890	92,4097	4,6205	5	0,9202	194,8293	1,2231	682,1667	2,9069	64,9646	0	2,5813
Itagi	74,7223	3,7361	84,1235	4,2062	56,8410	2,8420	76,5375	3,8269	94,2021	4,7101	7	0,6682	185,2000	1,2866	617,5	3,2113	60,9447	0	3,0609
Itagibá	72,4326	3,6216	84,7373	4,2369	64,7184	3,2359	71,5334	3,5767	95,2201	4,7610	10	0,4918	198,7895	1,1987	4272	0,4642	58,0993	0	2,6983
Itagimirim	82,5485	4,1274	92,1514	4,6076	76,6390	3,8319	85,2724	4,2636	93,7673	4,6884	13	0,3743	249,5000	0,9551	723,3333	2,7415	46,7281	0	3,1987
Itaguaçu da Bahia	80,4477	4,0224	68,2063	3,4103	10,7679	0,5384	42,7600	2,1380	85,2649	4,2632	10	0,4616	84,3810	2,8239	886	2,2381	71,5576	0	2,4870
Itaju do Colônia	76,0018	3,8001	78,1667	3,9083	67,8950	3,3947	76,7388	3,8369	94,0120	4,7006	11	0,4332	93,1538	2,5580	1086,5	1,8251	57,2020	0	3,0571
Itajuípe	82,0781	4,1039	81,4844	4,0742	59,5000	2,9750	86,0156	4,3008	96,8125	4,8406	12	0,3861	127,5190	1,8686	1068,667	1,8556	46,7717	0	3,0506
Itamaraju	83,3119	4,1656	87,5080	4,3754	55,7899	2,7895	79,5074	3,9754	94,9560	4,7478	12	0,3987	209,2649	1,1387	890,4762	2,2269	43,4225	0	2,9772
Itamari	73,2300	3,6615	78,0478	3,9024	41,6003	2,0800	73,3976	3,6699	94,7633	4,7382	14	0,3472	118,5152	2,0106	1201,5	1,6504	55,0146	0	2,7575
Itambé	81,6973	4,0849	93,8608	4,6930	83,5358	4,1768	83,6179	4,1809	96,7170	4,8359	9	0,5542	150,2949	1,5855	1537,25	1,2900	51,1303	0	3,1751
Itanagra	66,2338	3,3117	74,7217	3,7361	21,1039	1,0552	63,7755	3,1888	94,0631	4,7032	26	0,1816	139,2581	1,7111	1083,5	1,8302	47,5773	0	2,4647
Itanhém	73,1805	3,6590	92,2251	4,6113	65,6781	3,2839	72,9721	3,6486	94,6137	4,7307	10	0,4700	138,0746	1,7258	1041,333	1,9043	45,7907	0	3,0042
Itaparica	88,2984	4,4149	92,6037	4,6302	48,0050	2,4003	78,1422	3,9071	98,5807	4,9290	8	0,6262	261,8947	0,9099	1061,833	1,8675	49,9765	0	2,9606
Itapé	75,6603	3,7830	81,9628	4,0981	60,1741	3,0087	78,2713	3,9136	93,3673	4,6684	11	0,4432	238,3478	0,9997	668,6	2,9659	51,9892	0	2,9851
Itapebi	80,1068	4,0053	82,8438	4,1422	5,3738	0,2687	76,5020	3,8251	93,4913	4,6746	11	0,4424	199,7037	1,1932	758,25	2,6152	57,9294	0	2,6458
Itapetinga	95,6981	4,7849	97,2530	4,8627	92,3655	4,6183	96,3978	4,8199	99,2692	4,9635	11	0,4202	327,2212	0,7282	1931,2	1,0268	37,6864	0	3,2781
Itapicuru	72,0778	3,6039	73,2222	3,6611	11,8444	0,5922	37,5667	1,8783	92,2444	4,6122	9	0,5457	114,6376	2,0786	1509	1,3141	58,7254	0	2,2858
Itapitanga	80,1599	4,0080	91,9331	4,5967	77,5436	3,8772	79,3968	3,9698	95,5669	4,7783	12	0,3933	137,3514	1,7349	921	2,1531	54,4336	0	3,1889
Itaquara	71,6277	3,5814	75,0000	3,7500	61,9155	3,0958	71,5378	3,5769	95,5036	4,7752	13	0,3569	98,1842	2,4269	743,6667	2,6665	49,0363	0	3,0287
Itarantim	84,7121	4,2356	93,0970	4,6548	75,0703	3,7535	80,1351	4,0068	94,5226	4,7261	12	0,3835	168,4151	1,4149	1334	1,4865	44,2841	0	3,0827
Itatim	85,4267	4,2713	84,1802	4,2090	2,5887	0,1294	72,9866	3,6493	95,3979	4,7699	16	0,3070	156,3469	1,5241	698,6667	2,8383	62,6431	0	2,7123
Itiruçu	79,2522	3,9626	90,0474	4,5024	52,2643	2,6132	83,7283	4,1864	98,5255	4,9263	8	0,5730	212,4138	1,1218	761,4	2,6044	55,3191	0	3,0613

**Nota:** %XP = percentual do valor da variável indicada por município em relação ao universo total do mesmo.

NE = pontuação do município em relação a melhor situação %XP municipal do Estado da Bahia.

(Continua)

Continuação do Apêndice 2 - Indicadores Dimensionais – Qualidade de Vida.

MUNICÍPIO	1 - FORMA DE ABASTECIMENTO D'ÁGUA UTILIZADA NO DOMICÍLIO		2 - PRESENÇA DE SANITÁRIOS		3- LIGAÇÃO DO ESCOADOIRO DO SANITÁRIO		4 - DESTINO DO LIXO DO DOMICÍLIO		5 - FORNECIMENTO DE ENERGIA		6 - DEFICIT HABITACIONAL		7 - POPULAÇÃO POR ESTABELIMENTO ESCOLAR		8 - POPULAÇÃO POR EQUIPE DO SUS		9 - PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA		IQV
	%XP1	NE1	%XP2	NE2	%XP3	NE3	%XP4	NE4	%XP5	NE5	%XP6	NE6	%XP7	NE7	%XP8	NE8	%XP9	NE9	
Itiúba	48,9040	2,4452	60,6346	3,0317	21,2792	1,0640	42,6083	2,1304	89,3504	4,4675	14	0,3301	118,6392	2,0085	2504,5	0,7918	61,1100	0	2,0336
Itororó	87,6913	4,3846	93,0049	4,6502	71,9186	3,5959	82,6467	4,1323	97,0742	4,8537	11	0,4376	213,6889	1,1151	1490	1,3309	38,9597	0	3,0625
Ituaçu	49,7084	2,4854	81,0376	4,0519	8,2646	0,4132	41,3030	2,0652	95,5359	4,7768	9	0,5527	58,3791	4,0817	622,625	3,1849	49,9097	0	2,7015
Ituberá	61,3292	3,0665	83,0536	4,1527	37,9399	1,8970	76,5024	3,8251	93,2729	4,6636	13	0,3644	181,6923	1,3115	2481,667	0,7991	48,7710	0	2,5100
Iuiú	47,7174	2,3859	79,7101	3,9855	13,1884	0,6594	62,7174	3,1359	91,3768	4,5688	7	0,7081	162,3514	1,4677	922	2,1508	48,8431	0	2,3828
Jaborandi	70,1128	3,5056	85,4511	4,2726	46,0526	2,3026	43,5338	2,1767	92,6316	4,6316	6	0,7735	292,3333	0,8151	887	2,2356	58,1360	0	2,5892
Jacaraci	84,5422	4,2271	91,3610	4,5681	6,4656	0,3233	40,6955	2,0348	96,3054	4,8153	2	1,9677	198,6774	1,1994	614,1667	3,2288	55,7395	0	2,7955
Jacobina	84,5597	4,2280	86,9871	4,3494	54,5754	2,7288	86,2155	4,3108	97,4360	4,8718	13	0,3612	250,1830	0,9525	2491,9	0,7958	45,7322	0	2,8248
Jaguaquara	77,7509	3,8875	82,4252	4,1213	29,8714	1,4936	79,3280	3,9664	97,3858	4,8693	10	0,4723	183,5603	1,2981	1092,154	1,8157	48,2110	0	2,7405
Jaguarari	80,4333	4,0217	82,9740	4,1487	58,7220	2,9361	68,4998	3,4250	96,6674	4,8334	16	0,2963	218,7424	1,0893	1819,2	1,0900	50,6706	0	2,7301
Jaguaripe	46,3569	2,3178	76,2871	3,8144	8,3988	0,4199	42,6483	2,1324	91,8412	4,5921	16	0,2919	122,8169	1,9402	928,6	2,1355	69,2656	0	2,2055
Jandaíra	66,9885	3,3494	74,3409	3,7170	3,8247	0,1912	63,8693	3,1935	95,3955	4,7698	24	0,2006	152,8919	1,5585	904,3333	2,1928	62,4032	0	2,3966
Jequié	90,5670	4,5283	89,7261	4,4863	78,0993	3,9050	90,8274	4,5414	98,0666	4,9033	7	0,6389	277,6260	0,8583	1619,893	1,2242	36,1576	0	3,1357
Jeremoabo	64,2631	3,2132	73,2812	3,6641	33,3613	1,6681	52,9532	2,6477	89,8547	4,4927	6	0,7520	100,0838	2,3809	1349,875	1,4690	59,4592	0	2,5359
Jiquiriçá	42,3338	2,1167	87,6537	4,3827	30,3388	1,5169	43,8896	2,1945	95,6838	4,7842	5	0,9164	145,2041	1,6410	1995,5	0,9937	62,0646	0	2,3183
Jitaúna	61,0310	3,0516	74,5419	3,7271	50,7452	2,5373	71,5856	3,5793	92,5483	4,6274	13	0,3786	68,6602	3,4705	1033,75	1,9183	66,3603	0	2,9112
João Dourado	88,8336	4,4417	85,2399	4,2620	4,4441	0,2222	77,1057	3,8553	97,5293	4,8765	4	1,0998	296,0500	0,8049	1251,4	1,5846	63,9763	0	2,6434
Juazeiro	90,7977	4,5399	91,3012	4,5651	65,2029	3,2601	83,6947	4,1847	99,1894	4,9595	10	0,4609	384,6189	0,6195	1039,642	1,9074	45,6217	0	3,0621
Jucuruçu	43,0426	2,1521	68,0093	3,4005	37,1172	1,8559	44,8735	2,2437	69,0746	3,4537	21	0,2306	88,2931	2,6988	753,75	2,6308	70,0166	0	2,3333
Jussara	90,6743	4,5337	81,3008	4,0650	2,9412	0,1471	58,9431	2,9472	96,2697	4,8135	4	1,2178	135,2632	1,7617	698,5	2,8389	68,8380	0	2,7906
Jussari	85,1574	4,2579	85,2574	4,2629	66,5167	3,3258	79,6102	3,9805	94,7026	4,7351	15	0,3275	84,8649	2,8078	669	2,9641	50,3239	0	3,3327
Jussiape	85,9782	4,2989	87,3636	4,3682	21,6625	1,0831	38,9589	1,9479	97,4391	4,8720	3	1,5131	170,5263	1,3974	794	2,4975	49,2863	0	2,7473
Lafaiete Coutinho	70,7160	3,5358	78,6002	3,9300	39,5817	1,9791	70,4747	3,5237	94,7707	4,7385	6	0,8561	111,0625	2,1455	624,5	3,1753	57,8062	0	2,9855
Lagoa Real	34,2495	1,7125	82,1202	4,1060	5,6176	0,2809	22,5310	1,1265	96,3455	4,8173	1	3,2263	135,6667	1,7564	662,4	2,9937	58,6655	0	2,5024
Laje	50,5429	2,5271	77,1046	3,8552	25,7435	1,2872	40,6294	2,0315	97,5138	4,8757	1	3,2845	185,8033	1,2825	912	2,1743	51,3158	0	2,6647

Nota: %XP = percentual do valor da variável indicada por município em relação ao universo total do mesmo.

NE = pontuação do município em relação a melhor situação %XP municipal do Estado da Bahia.

(Continua)

Continuação do Apêndice 2 - Indicadores Dimensionais – Qualidade de Vida.

MUNICÍPIO	1 - FORMA DE ABASTECIMENTO D'ÁGUA UTILIZADA NO DOMICÍLIO		2 - PRESENÇA DE SANITÁRIOS		3 - LIGAÇÃO DO ESCOADOIRO DO SANITÁRIO		4 - DESTINO DO LIXO DO DOMICÍLIO		5 - FORNECIMENTO DE ENERGIA		6 - DEFICIT HABITACIONAL		7 - POPULAÇÃO POR ESTABELIMENTO ESCOLAR		8 - POPULAÇÃO POR EQUIPE DO SUS		9 - PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA		IQV
	%XP1	NE1	%XP2	NE2	%XP3	NE3	%XP4	NE4	%XP5	NE5	%XP6	NE6	%XP7	NE7	%XP8	NE8	%XP9	NE9	
Lajedão	70,0412	3,5021	94,2387	4,7119	67,6543	3,3827	64,8560	3,2428	96,5432	4,8272	7	0,7267	118,9286	2,0036	1220	1,6254	48,6066	0	3,0028
Lajedinho	54,8474	2,7424	63,5548	3,1777	20,5566	1,0278	32,6750	1,6338	73,6086	3,6804	9	0,5515	60,7188	3,9244	1117	1,7753	71,5309	0	2,3142
Lajedo do Tabocal	74,9282	3,7464	85,2277	4,2614	0,6565	0,0328	64,5466	3,2273	97,0455	4,8523	23	0,2078	124,6970	1,9109	813,3333	2,4381	59,3852	0	2,5846
Lamarão	38,3361	1,9168	50,2855	2,5143	21,4927	1,0746	18,9641	0,9482	94,7798	4,7390	17	0,2768	107,3043	2,2207	614,75	3,2257	62,2611	0	2,1145
Lapão	90,6555	4,5328	89,8447	4,4922	10,6775	0,5339	57,5787	2,8789	98,3785	4,9189	2	2,1981	256,3137	0,9297	1831,5	1,0827	60,7562	0	2,6959
Lauro de Freitas	96,9576	4,8479	98,4808	4,9240	80,8840	4,0442	98,7479	4,9374	99,7431	4,9872	10	0,4746	517,1325	0,4608	2357,667	0,8411	30,5609	0	3,1896
Lençóis	79,7000	3,9850	77,7333	3,8867	56,2000	2,8100	74,1000	3,7050	91,2333	4,5617	24	0,1980	188,0000	1,2675	1007,667	1,9679	51,0089	0	2,7977
Licínio de Almeida	63,6233	3,1812	91,6451	4,5823	4,5937	0,2297	54,2349	2,7117	97,1289	4,8564	9	0,5511	91,2581	2,6111	871,25	2,2760	53,1707	0	2,6249
Livramento de Nossa Senhora	64,1302	3,2065	88,0814	4,4041	32,5786	1,6289	49,6051	2,4803	96,3314	4,8166	5	1,0031	110,7135	2,1523	1900,667	1,0433	46,9046	0	2,5919
Luís Eduardo Magalhães	89,8587	4,4929	97,8220	4,8911	18,1608	0,9080	96,4939	4,8247	99,6229	4,9811	14	0,3455	552,0159	0,4317	3566,8	0,5560	23,0403	0	2,6789
Macajuba	63,5078	3,1754	60,4693	3,0235	43,8628	2,1931	64,2900	3,2145	87,6955	4,3848	9	0,5066	269,3333	0,8847	1110,333	1,7860	59,8319	0	2,3961
Macarani	84,0323	4,2016	93,9315	4,6966	78,1653	3,9083	82,7419	4,1371	95,0403	4,7520	8	0,6133	286,1667	0,8327	1244,5	1,5934	47,0470	0	3,0919
Macaúbas	88,6052	4,4303	80,5404	4,0270	27,0038	1,3502	41,8608	2,0930	91,9517	4,5976	12	0,4042	88,0993	2,7048	1514,125	1,3097	57,6901	0	2,6146
Macururé	52,9552	2,6478	63,8227	3,1911	1,0010	0,0500	14,8236	0,7412	84,9857	4,2493	12	0,3971	132,5484	1,7977	526	3,7700	64,6863	0	2,1055
Madre de Deus	99,6906	4,9845	99,3233	4,9662	91,9760	4,5988	99,3233	4,9662	99,5940	4,9797	15	0,3204	493,1176	0,4832	1036,8	1,9126	35,8025	0	3,4015
Maetinga	53,6831	2,6842	66,0444	3,3022	24,9243	1,2462	59,2836	2,9642	89,1019	4,4551	2	2,1464	176,5263	1,3499	396,6	5,0000	58,9007	0	2,8935
Maiquinique	75,6296	3,7815	94,4074	4,7204	75,0741	3,7537	75,9259	3,7963	93,9630	4,6981	8	0,5938	269,0000	0,8858	2707	0,7325	45,8810	0	2,8703
Mairi	64,9337	3,2467	77,8103	3,8905	54,0196	2,7010	66,4314	3,3216	91,6337	4,5817	7	0,6663	134,0571	1,7775	1455,25	1,3627	57,9282	0	2,6935
Malhada	65,4295	3,2715	76,1744	3,8087	15,2868	0,7643	57,9029	2,8951	90,1635	4,5082	12	0,4027	131,8676	1,8070	974,75	2,0344	70,4283	0	2,4365
Malhada de Pedras	45,3085	2,2654	81,5300	4,0765	10,0169	0,5008	38,9265	1,9463	96,6188	4,8309	3	1,4102	147,7037	1,6133	1183	1,6762	54,9451	0	2,2900
Manoel Vitorino	54,8191	2,7410	60,5363	3,0268	3,1622	0,1581	53,7313	2,6866	79,0539	3,9527	4	1,3447	102,7857	2,3183	791	2,5070	67,6865	0	2,3419
Mansidão	54,5069	2,7253	52,5981	2,6299	3,0399	0,1520	35,7017	1,7851	88,7946	4,4397	12	0,4055	127,0545	1,8755	0	0,0000	68,5785	0	1,7516
Maracás	60,5871	3,0294	85,7238	4,2862	9,6197	0,4810	75,6104	3,7805	92,7552	4,6378	8	0,5843	128,0638	1,8607	1878,25	1,0558	51,5640	0	2,4644
Maragogipe	60,0100	3,0005	81,1547	4,0577	40,9148	2,0457	61,6929	3,0846	97,6256	4,8813	10	0,4542	177,1240	1,3453	1509,125	1,3140	63,4059	0	2,5229
Maraú	26,9082	1,3454	68,0550	3,4028	20,0504	1,0025	46,5711	2,3286	78,5161	3,9258	21	0,2281	76,3869	3,1195	654,875	3,0281	60,4314	0	2,2976

Nota: %XP = percentual do valor da variável indicada por município em relação ao universo total do mesmo.

NE = pontuação do município em relação a melhor situação %XP municipal do Estado da Bahia.

(Continua)



Continuação do Apêndice 2 - Indicadores Dimensionais – Qualidade de Vida.

MUNICÍPIO	1 - FORMA DE ABASTECIMENTO D'ÁGUA UTILIZADA NO DOMICÍLIO		2 - PRESENÇA DE SANITÁRIOS		3- LIGAÇÃO DO ESCOADOURO DO SANITÁRIO		4 - DESTINO DO LIXO DO DOMICÍLIO		5 - FORNECIMENTO DE ENERGIA		6 - DEFICIT HABITACIONAL		7 - POPULAÇÃO POR ESTABELIMENTO ESCOLAR		8 - POPULAÇÃO POR EQUIPE DO SUS		9 - PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA		IQV
	%XP1	NE1	%XP2	NE2	%XP3	NE3	%XP4	NE4	%XP5	NE5	%XP6	NE6	%XP7	NE7	%XP8	NE8	%XP9	NE9	
Marcionílio Souza	69,1247	3,4562	83,4941	4,1747	13,8870	0,6943	61,6816	3,0841	88,7319	4,4366	13	0,3664	146,3947	1,6277	582,4	3,4049	70,7418	0	2,6556
Mascote	80,2779	4,0139	84,6173	4,2309	44,2955	2,2148	75,1585	3,7579	91,6138	4,5807	12	0,3908	226,4242	1,0524	689,8333	2,8746	65,2815	0	2,8895
Mata de São João	79,5433	3,9772	91,6104	4,5805	42,9231	2,1462	83,3148	4,1657	98,3751	4,9188	9	0,5404	301,9265	0,7892	1067,364	1,8578	47,7813	0	2,8720
Matina	60,6426	3,0321	57,9774	2,8989	3,2494	0,1625	33,4794	1,6740	88,7185	4,4359	10	0,4984	263,8636	0,9031	684,75	2,8959	68,8572	0	2,0626
Medeiros Neto	80,0204	4,0010	93,6077	4,6804	35,3182	1,7659	77,2767	3,8638	96,9790	4,8489	10	0,4922	147,8806	1,6113	762,3333	2,6012	48,0688	0	2,9831
Miguel Calmon	82,9433	4,1472	78,6330	3,9317	41,9828	2,0991	59,4089	2,9704	95,8867	4,7943	23	0,2082	134,8421	1,7672	1625,6	1,2199	56,7298	0	2,6422
Milagres	85,1187	4,2559	86,4015	4,3201	5,2277	0,2614	77,1648	3,8582	96,3759	4,8188	7	0,7214	239,7143	0,9940	1565,5	1,2667	61,4500	0	2,5621
Mirangaba	63,8453	3,1923	70,6122	3,5306	18,8185	0,9409	49,6026	2,4801	95,8110	4,7905	8	0,6272	147,4561	1,6160	2329	0,8514	66,1657	0	2,2536
Mirante	24,6949	1,2347	57,0711	2,8536	21,9670	1,0983	22,8284	1,1414	95,6210	4,7810	10	0,4906	124,2143	1,9184	697	2,8451	57,2095	0	2,0454
Monte Santo	25,5539	1,2777	52,1226	2,6061	12,0453	0,6023	30,6758	1,5338	91,7374	4,5869	15	0,3220	115,9383	2,0553	1208,25	1,6412	62,9906	0	1,8282
Morpará	66,5274	3,3264	86,7530	4,3377	4,5550	0,2277	61,2620	3,0631	96,1137	4,8057	6	0,7805	77,5000	3,0747	1197	1,6566	59,4820	0	2,6590
Morro do Chapéu	70,9811	3,5491	65,4210	3,2711	9,5991	0,4800	59,4279	2,9714	92,6672	4,6334	11	0,4198	160,2566	1,4869	1420,714	1,3958	51,8250	0	2,2759
Mortugaba	64,1033	3,2052	90,6268	4,5313	1,8282	0,0914	50,7545	2,5377	96,2565	4,8128	10	0,4913	143,4872	1,6607	861,75	2,3011	51,3490	0	2,4539
Mucugê	76,4398	3,8220	85,1767	4,2588	37,5654	1,8783	49,8037	2,4902	91,4594	4,5730	8	0,6330	80,5672	2,9576	767	2,5854	56,5189	0	2,8998
Mucuri	48,9233	2,4462	92,5055	4,6253	30,8510	1,5425	85,1627	4,2581	95,9302	4,7965	8	0,6021	296,5000	0,8037	883,75	2,2438	17,4917	0	2,6648
Mulungu do Morro	22,7094	1,1355	60,6290	3,0314	0,5141	0,0257	47,6565	2,3828	96,9156	4,8458	4	1,2986	251,7037	0,9467	3317	0,5978	76,2737	0	1,7830
Mundo Novo	70,4762	3,5238	74,8214	3,7411	37,7827	1,8891	72,9018	3,6451	91,0714	4,5536	34	0,1407	218,9483	1,0883	1121,333	1,7684	59,3044	0	2,5438
Muniz Ferreira	47,1765	2,3588	90,8404	4,5420	26,4117	1,3206	68,1192	3,4060	97,3321	4,8666	7	0,6649	98,9118	2,4091	751,3333	2,6393	60,0710	0	2,7759
Muquém de São Francisco	68,3491	3,4175	78,0645	3,9032	16,2429	0,8121	30,7780	1,5389	92,2201	4,6110	19	0,2516	165,8286	1,4369	880,3333	2,2526	68,0803	0	2,2780
Muritiba	72,3371	3,6169	90,3342	4,5167	14,9435	0,7472	68,9589	3,4479	99,3508	4,9675	7	0,7130	276,9804	0,8603	1040,25	1,9063	49,1108	0	2,5970
Mutuípe	50,9629	2,5481	86,5968	4,3298	49,3144	2,4657	48,9293	2,4465	97,7507	4,8875	4	1,1522	118,7955	2,0059	1084	1,8293	49,8462	0	2,7081
Nazaré	78,0855	3,9043	90,7029	4,5351	53,8153	2,6908	82,6463	4,1323	98,9726	4,9486	9	0,5041	159,2530	1,4963	887,6667	2,2339	46,6516	0	3,0557
Nilo Peçanha	48,3690	2,4184	72,3285	3,6164	32,3960	1,6198	56,8616	2,8431	86,1924	4,3096	19	0,2453	72,3152	3,2951	714,6	2,7750	53,1206	0	2,6404
Nordestina	46,7771	2,3389	53,9759	2,6988	3,9157	0,1958	37,6807	1,8840	87,2590	4,3630	9	0,5175	144,5556	1,6484	665	2,9820	64,0000	0	2,0785
Nova Canaã	52,3810	2,6190	83,8859	4,1943	46,7551	2,3378	50,4119	2,5206	92,0836	4,6042	11	0,4439	80,2766	2,9683	1001,6	1,9798	46,1462	0	2,7085

Nota: %XP = percentual do valor da variável indicada por município em relação ao universo total do mesmo.

NE = pontuação do município em relação a melhor situação %XP municipal do Estado da Bahia.

(Continua)

Continuação do Apêndice 2 - Indicadores Dimensionais – Qualidade de Vida.

MUNICÍPIO	1 - FORMA DE ABASTECIMENTO D'ÁGUA UTILIZADA NO DOMICÍLIO		2 - PRESENÇA DE SANITÁRIOS		3 - LIGAÇÃO DO ESCOADOIRO DO SANITÁRIO		4 - DESTINO DO LIXO DO DOMICÍLIO		5 - FORNECIMENTO DE ENERGIA		6 - DEFICIT HABITACIONAL		7 - POPULAÇÃO POR ESTABELIMENTO ESCOLAR		8 - POPULAÇÃO POR EQUIPE DO SUS		9 - PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA		IQV
	%XP1	NE1	%XP2	NE2	%XP3	NE3	%XP4	NE4	%XP5	NE5	%XP6	NE6	%XP7	NE7	%XP8	NE8	%XP9	NE9	
Nova Fátima	81,7691	4,0885	86,8771	4,3439	63,9120	3,1956	79,7757	3,9888	96,4286	4,8214	2	2,6590	116,3103	2,0487	806,3333	2,4593	54,2786	0	3,4506
Nova Ibiá	40,6034	2,0302	72,0574	3,6029	35,9545	1,7977	41,9881	2,0994	93,4718	4,6736	10	0,4911	63,5472	3,7498	678,3333	2,9233	48,8452	0	2,6710
Nova Itarana	76,5267	3,8263	65,8397	3,2920	6,5363	0,3268	72,9962	3,6498	93,7977	4,6899	3	1,3648	206,5263	1,1538	699	2,8369	61,4688	0	2,6425
Nova Redenção	76,6038	3,8302	78,8208	3,9410	10,2830	0,5142	66,2264	3,3113	91,6509	4,5825	13	0,3789	101,7073	2,3429	1062,5	1,8664	63,0118	0	2,5959
Nova Soure	77,9548	3,8977	73,1605	3,6580	1,3181	0,0659	53,8818	2,6941	93,2503	4,6625	5	0,9648	136,1591	1,7501	1152,333	1,7209	67,7032	0	2,4267
Nova Viçosa	61,9414	3,0971	85,1269	4,2563	19,0919	0,9546	81,4712	4,0736	97,1040	4,8552	10	0,4998	319,4762	0,7459	1018,909	1,9462	38,0710	0	2,5536
Novo Horizonte	76,4340	3,8217	88,2661	4,4133	10,5539	0,5277	33,9233	1,6962	96,5585	4,8279	7	0,7187	93,2182	2,5562	1036	1,9141	60,6178	0	2,5595
Novo Triunfo	71,2130	3,5606	77,1131	3,8557	55,1317	2,7566	60,1811	3,0091	83,8090	4,1905	2	2,5173	140,5179	1,6958	912,25	2,1737	59,9342	0	2,9699
Olindina	82,3777	4,1189	89,5275	4,4764	51,2407	2,5620	58,4887	2,9244	95,8363	4,7918	5	1,0428	126,0495	1,8904	1787,25	1,1095	58,5257	0	2,8645
Oliveira dos Brejinhos	84,1176	4,2059	80,2124	4,0106	12,8758	0,6438	43,9542	2,1977	85,7516	4,2876	34	0,1380	133,1481	1,7896	1227,2	1,6159	58,6213	0	2,3611
Ouriçangas	91,8494	4,5925	81,8370	4,0918	15,1014	0,7551	40,7116	2,0356	96,4832	4,8242	6	0,8129	172,3750	1,3824	806,3333	2,4593	54,1959	0	2,6192
Ourolândia	65,7241	3,2862	71,6153	3,5808	18,6375	0,9319	66,7309	3,3365	96,2725	4,8136	7	0,6887	213,6585	1,1153	779,8333	2,5429	67,6213	0	2,5370
Palmas de Monte Alto	55,1636	2,7582	71,4727	3,5736	16,5273	0,8264	44,0909	2,2045	84,5455	4,2273	19	0,2557	109,1563	2,1830	2752,5	0,7204	63,4151	0	2,0936
Palmeiras	85,2519	4,2626	88,7751	4,4388	29,6600	1,4830	73,3306	3,6665	92,0934	4,6047	13	0,3760	116,7222	2,0415	1224	1,6201	56,3317	0	2,8116
Paramirim	80,3235	4,0162	93,2634	4,6632	38,7131	1,9357	54,0704	2,7035	93,4412	4,6721	7	0,7267	115,0353	2,0714	938,8333	2,1122	54,1630	0	2,8626
Paratinga	63,6250	3,1813	63,6111	3,1806	3,1618	0,1581	33,6708	1,6835	93,3851	4,6693	22	0,2209	121,6923	1,9581	1443,6	1,3736	68,8972	0	2,0532
Paripiranga	32,3391	1,6170	85,0360	4,2518	26,0875	1,3044	37,7082	1,8854	96,8556	4,8428	3	1,3840	299,5556	0,7955	0	0,0000	59,6676	0	2,0101
Pau Brasil	70,2094	3,5105	69,1624	3,4581	65,0381	3,2519	70,7805	3,5390	93,1472	4,6574	16	0,3064	184,5161	1,2914	796,75	2,4889	59,9310	0	2,8130
Paulo Afonso	88,6091	4,4305	94,2034	4,7102	82,9956	4,1498	86,5667	4,3283	99,0719	4,9536	8	0,5697	346,5400	0,6876	1490,19	1,3307	42,2925	0	3,1450
Pé de Serra	56,3856	2,8193	69,0828	3,4541	3,1312	0,1566	58,0868	2,9043	92,1351	4,6068	4	1,2176	99,4923	2,3950	1357,333	1,4610	59,6267	0	2,3768
Pedrão	36,0682	1,8034	74,5871	3,7294	2,7704	0,1385	25,2531	1,2627	97,7624	4,8881	12	0,4025	81,6190	2,9195	626,6667	3,1644	63,6170	0	2,2885
Pedro Alexandre	26,0646	1,3032	51,2167	2,5608	2,8311	0,1416	29,4338	1,4717	71,3851	3,5693	23	0,2055	92,1553	2,5857	1091,5	1,8168	64,0861	0	1,7068
Piatã	65,5002	3,2750	88,8843	4,4442	5,1873	0,2594	43,9687	2,1984	88,3079	4,4154	3	1,5111	274,0000	0,8697	810,1667	2,4476	63,0117	0	2,4276
Pilão Arcado	38,0546	1,9027	44,1614	2,2081	1,9990	0,1000	33,9834	1,6992	69,4661	3,4733	16	0,2996	50,2877	4,7385	0	0,0000	77,0438	0	1,8027
Pindaí	52,2574	2,6129	87,8002	4,3900	3,2661	0,1633	28,9866	1,4493	90,8261	4,5413	9	0,5543	171,0682	1,3929	833,8	2,3783	54,4735	0	2,1853

Nota: %XP = percentual do valor da variável indicada por município em relação ao universo total do mesmo.

NE = pontuação do município em relação a melhor situação %XP municipal do Estado da Bahia.

(Continua)

Continuação do Apêndice 2 - Indicadores Dimensionais – Qualidade de Vida.

MUNICÍPIO	1 - FORMA DE ABASTECIMENTO DÁGUA UTILIZADA NO DOMICÍLIO		2 - PRESENÇA DE SANITÁRIOS		3- LIGAÇÃO DO ESCOADOURO DO SANITÁRIO		4 - DESTINO DO LIXO DO DOMICÍLIO		5 - FORNECIMENTO DE ENERGIA		6 - DEFICIT HABITACIONAL		7 -POPULAÇÃO POR ESTABELIMENTO ESCOLAR		8 - POPULAÇÃO POR EQUIPE DO SUS		9 - PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA		IQV
	%XP1	NE1	%XP2	NE2	%XP3	NE3	%XP4	NE4	%XP5	NE5	%XP6	NE6	%XP7	NE7	%XP8	NE8	%XP9	NE9	
Pindobaçu	72,4513	3,6226	84,7080	4,2354	42,2468	2,1123	76,8063	3,8403	96,1399	4,8070	25	0,1872	156,2188	1,5253	2036,333	0,9738	54,5916	0	2,6630
Pintadas	59,3510	2,9676	79,7976	3,9899	54,2219	2,7111	67,9344	3,3967	85,6595	4,2830	4	1,1871	266,3684	0,8946	959,3333	2,0671	49,8263	0	2,6871
Piraf do Norte	41,3217	2,0661	65,2488	3,2624	26,5856	1,3293	46,4489	2,3224	85,7577	4,2879	17	0,2804	70,2763	3,3907	1331	1,4899	51,3524	0	2,3036
Piripá	63,3323	3,1666	85,1299	4,2565	4,8373	0,2419	50,8510	2,5426	92,7740	4,6387	6	0,8497	119,5200	1,9937	1679	1,1811	53,1864	0	2,3588
Piritiba	83,1360	4,1568	84,8149	4,2407	36,6062	1,8303	75,8657	3,7933	93,5992	4,6800	16	0,2920	183,5593	1,2981	1113,833	1,7803	50,1870	0	2,7590
Planaltino	34,9941	1,7497	86,1210	4,3060	0,6722	0,0336	49,2685	2,4634	92,3290	4,6164	6	0,8325	162,0000	1,4709	852,6667	2,3256	55,7076	0	2,2248
Planalto	62,1971	3,1099	75,6639	3,7832	2,7717	0,1386	64,2287	3,2114	94,7177	4,7359	5	0,9042	228,9811	1,0406	1724	1,1502	49,2459	0	2,2592
Poções	82,3155	4,1158	84,6667	4,2333	64,6000	3,2300	81,7180	4,0859	97,3850	4,8692	6	0,7888	291,0533	0,8187	1613,375	1,2291	58,2862	0	2,9214
Pojuca	87,0380	4,3519	94,4300	4,7215	87,1942	4,3597	90,4737	4,5237	98,6569	4,9328	10	0,4571	385,9070	0,6175	800,75	2,4764	35,0713	0	3,3051
Ponto Novo	80,6932	4,0347	80,1377	4,0069	10,3755	0,5188	75,6721	3,7836	96,1342	4,8067	12	0,4036	158,8269	1,5003	753	2,6335	67,9947	0	2,7110
Porto Seguro	66,6693	3,3335	92,7140	4,6357	69,1901	3,4595	90,5242	4,5262	98,1153	4,9058	13	0,3745	334,7892	0,7118	1166,364	1,7002	37,2564	0	2,9559
Potiraguá	88,3191	4,4160	91,9516	4,5976	75,6410	3,7821	89,6368	4,4818	96,0114	4,8006	8	0,5814	147,6765	1,6136	705,25	2,8118	48,9188	0	3,3856
Prado	63,6857	3,1843	82,6035	4,1302	14,6977	0,7349	69,3610	3,4681	93,0943	4,6547	19	0,2554	168,5465	1,4138	641,8333	3,0896	44,6507	0	2,6164
Presidente Dutra	95,6446	4,7822	86,8597	4,3430	6,9290	0,3464	80,7226	4,0361	98,4410	4,9220	3	1,6685	132,4286	1,7994	1353,667	1,4649	63,8266	0	2,9203
Presidente Jânio Quadros	38,0274	1,9014	66,5348	3,3267	31,9884	1,5994	35,2057	1,7603	80,5380	4,0269	8	0,5724	53,8583	4,4243	759	2,6126	66,4559	0	2,5280
Presidente Tancredo Neves	51,4365	2,5718	71,7929	3,5896	28,1303	1,4065	47,8875	2,3944	92,4259	4,6213	10	0,4776	125,0000	1,9063	1091,333	1,8170	56,3225	0	2,3481
Queimadas	61,5439	3,0772	75,0428	3,7521	37,9138	1,8957	61,6581	3,0829	89,2551	4,4628	12	0,3994	137,6364	1,7313	1403,4	1,4130	67,5930	0	2,4768
Quijingue	57,5221	2,8761	56,7340	2,8367	13,1499	0,6575	42,6023	2,1301	84,1952	4,2098	14	0,3433	98,1631	2,4275	809,2222	2,4505	69,4906	0	2,2414
Quixabeira	73,6166	3,6808	78,4256	3,9213	4,0514	0,2026	75,6588	3,7829	93,1489	4,6574	22	0,2160	110,6190	2,1541	1014	1,9556	60,1249	0	2,5714
Rafael Jambeiro	52,5140	2,6257	67,8851	3,3943	11,6999	0,5850	39,8563	1,9928	94,9561	4,7478	6	0,8097	144,2840	1,6515	784,75	2,5269	62,4084	0	2,2917
Remanso	65,1110	3,2556	66,6131	3,3307	49,9953	2,4998	61,2565	3,0628	84,6670	4,2333	13	0,3579	96,2450	2,4758	757,7857	2,6168	63,1916	0	2,7291
Retirolândia	68,7619	3,4381	84,1088	4,2054	17,4966	0,8748	74,1769	3,7088	98,8844	4,9442	2	3,1221	125,2174	1,9030	922	2,1508	55,9111	0	3,0434
Riachão das Neves	59,5162	2,9758	76,0277	3,8014	8,9833	0,4492	43,5967	2,1798	89,4603	4,4730	10	0,4826	100,7168	2,3659	1974,333	1,0044	68,5801	0	2,2165
Riachão do Jacuípe	77,9517	3,8976	89,0793	4,4540	64,4313	3,2216	73,1462	3,6573	94,0817	4,7041	5	1,0509	158,5567	1,5029	1270	1,5614	56,2795	0	3,0062
Riacho de Santana	67,1967	3,3598	72,8684	3,6434	5,9346	0,2967	47,5898	2,3795	91,8993	4,5950	14	0,3325	432,3429	0,5512	1333,333	1,4873	65,0500	0	2,0807

Nota: %XP = percentual do valor da variável indicada por município em relação ao universo total do mesmo.

NE = pontuação do município em relação a melhor situação %XP municipal do Estado da Bahia.

(Continua)

Continuação do **Apêndice 2** - Indicadores Dimensionais – Qualidade de Vida.

MUNICÍPIO	1 - FORMA DE ABASTECIMENTO D'ÁGUA UTILIZADA NO DOMICÍLIO		2 - PRESENÇA DE SANITÁRIOS		3- LIGAÇÃO DO ESCOADOIRO DO SANITÁRIO		4 - DESTINO DO LIXO DO DOMICÍLIO		5 - FORNECIMENTO DE ENERGIA		6 - DEFICIT HABITACIONAL		7 -POPULAÇÃO POR ESTABELIMENTO ESCOLAR		8 - POPULAÇÃO POR EQUIPE DO SUS		9 - PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA		IQV
	%XP1	NE1	%XP2	NE2	%XP3	NE3	%XP4	NE4	%XP5	NE5	%XP6	NE6	%XP7	NE7	%XP8	NE8	%XP9	NE9	
Ribeira do Amparo	73,3537	3,6677	67,5820	3,3791	1,1187	0,0559	38,8508	1,9425	92,1434	4,6072	5	1,0536	77,9485	3,0570	661	3,0000	72,5668	0	2,5954
Ribeira do Pombal	88,0439	4,4022	87,1332	4,3567	27,6493	1,3825	70,5147	3,5257	98,0266	4,9013	5	0,8842	336,5000	0,7081	1259,273	1,5747	53,1331	0	2,7169
Ribeirão do Largo	57,7430	2,8871	83,8962	4,1948	30,6425	1,5321	54,7364	2,7368	85,9967	4,2998	15	0,3233	83,5556	2,8518	1220	1,6254	79,5492	0	2,5564
Rio de Contas	73,7167	3,6858	93,0933	4,6547	22,8702	1,1435	59,2045	2,9602	97,5275	4,8764	2	2,4954	96,6552	2,4653	744,2	2,6646	54,5552	0	3,1182
Rio do Antônio	61,1665	3,0583	76,7448	3,8372	16,0269	0,8013	43,3948	2,1697	93,7438	4,6872	2	3,0321	152,2979	1,5646	802,6	2,4707	61,2509	0	2,7027
Rio do Pires	70,2986	3,5149	87,2576	4,3629	2,8932	0,1447	51,6467	2,5823	90,7664	4,5383	2	2,0110	169,3333	1,4072	650,2	3,0498	50,1384	0	2,7014
Rio Real	66,5195	3,3260	85,4808	4,2740	9,5229	0,4761	60,7626	3,0381	98,5349	4,9267	9	0,5060	171,0088	1,3934	969,4545	2,0455	53,3571	0	2,4982
Rodelas	94,7469	4,7373	93,6485	4,6824	86,5807	4,3290	86,2942	4,3147	98,9494	4,9475	14	0,3319	188,0909	1,2669	701,6667	2,8261	65,4632	0	3,4295
Ruy Barbosa	74,7773	3,7389	80,7947	4,0397	53,0030	2,6501	76,2046	3,8102	91,2880	4,5644	17	0,2799	163,2500	1,4596	1756,2	1,1291	59,4465	0	2,7090
Salinas da Margarida	94,2604	4,7130	97,8868	4,8943	11,7662	0,5883	96,2953	4,8148	98,6173	4,9309	4	1,3461	263,7308	0,9035	768,4	2,5807	54,5289	0	3,0965
Salvador	98,8801	4,9440	98,9051	4,9453	93,1081	4,6554	96,6457	4,8323	99,7962	4,9898	9	0,5382	715,7650	0,3329	5774,564	0,3434	21,0094	0	3,1977
Santa Bárbara	65,6568	3,2828	71,4946	3,5747	6,0225	0,3011	52,5402	2,6270	96,7486	4,8374	10	0,4728	109,4713	2,1767	902,8333	2,1964	67,9897	0	2,4336
Santa Brígida	51,5333	2,5767	70,6517	3,5326	35,8170	1,7908	50,0240	2,5012	84,7149	4,2357	10	0,4541	100,2152	2,3778	839	2,3635	68,0572	0	2,4791
Santa Cruz Cabralia	72,5077	3,6254	85,4702	4,2735	49,3962	2,4698	80,8839	4,0442	94,7071	4,7354	13	0,3632	264,1509	0,9021	781,2	2,5384	41,2698	0	2,8690
Santa Cruz da Vitória	81,1471	4,0574	95,1732	4,7587	76,4906	3,8245	75,6956	3,7848	96,9903	4,8495	12	0,3942	174,8421	1,3629	880,5	2,2521	51,7888	0	3,1605
Santa Inês	86,3608	4,3180	77,8673	3,8934	66,2740	3,3137	88,9647	4,4482	95,7533	4,7877	5	1,0437	189,9231	1,2547	648	3,0602	60,8951	0	3,2649
Santa Luzia	61,1937	3,0597	61,9995	3,1000	43,8177	2,1909	57,2904	2,8645	85,6208	4,2810	16	0,2950	112,5410	2,1173	671,6667	2,9524	42,8536	0	2,6076
Santa Maria da Vitória	80,3613	4,0181	82,9409	4,1470	13,3291	0,6665	61,4057	3,0703	95,2364	4,7618	10	0,4740	142,2378	1,6753	1392,375	1,4242	55,1306	0	2,5296
Santa Rita de Cássia	65,0911	3,2546	72,3759	3,6188	14,3056	0,7153	60,0167	3,0008	83,1086	4,1554	12	0,4109	162,8571	1,4632	1445,4	1,3719	64,8679	0	2,2489
Santa Teresinha	67,3250	3,3663	80,9078	4,0454	4,7124	0,2356	36,8330	1,8416	90,3673	4,5184	5	0,9406	72,4444	3,2892	722,75	2,7437	60,9478	0	2,6226
Santaluz	67,7966	3,3898	78,2627	3,9131	56,6949	2,8347	68,9831	3,4492	96,1123	4,8056	7	0,6961	157,1651	1,5162	1897	1,0453	60,8856	0	2,7063
Santana	92,5963	4,6298	81,3686	4,0684	13,1541	0,6577	54,9022	2,7451	96,5210	4,8260	9	0,5333	163,3611	1,4587	1394	1,4225	57,2453	0	2,5427
Santanópolis	50,4435	2,5222	63,5081	3,1754	1,1290	0,0565	36,9355	1,8468	95,7661	4,7883	12	0,4109	78,7170	3,0271	1245	1,5928	50,8032	0	2,1775
Santo Amaro	79,2728	3,9636	86,9271	4,3464	59,0281	2,9514	81,5085	4,0754	98,5056	4,9253	9	0,5384	213,0630	1,1184	1426,917	1,3897	52,4499	0	2,9136
Santo Antônio de Jesus	84,1324	4,2066	94,6002	4,7300	67,3898	3,3695	84,2783	4,2139	99,3364	4,9668	10	0,4975	275,0688	0,8663	1307,81	1,5163	33,4583	0	3,0459

**Nota:** %XP = percentual do valor da variável indicada por município em relação ao universo total do mesmo.

NE = pontuação do município em relação a melhor situação %XP municipal do Estado da Bahia.

(Continua)

Continuação do Apêndice 2 - Indicadores Dimensionais – Qualidade de Vida.

MUNICÍPIO	1 - FORMA DE ABASTECIMENTO D'ÁGUA UTILIZADA NO DOMICÍLIO		2 - PRESENÇA DE SANITÁRIOS		3- LIGAÇÃO DO ESCOADOURO DO SANITÁRIO		4 - DESTINO DO LIXO DO DOMICÍLIO		5 - FORNECIMENTO DE ENERGIA		6 - DEFICIT HABITACIONAL		7 -POPULAÇÃO POR ESTABELIMENTO ESCOLAR		8 - POPULAÇÃO POR EQUIPE DO SUS		9 - PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA		IQV
	%XP1	NE1	%XP2	NE2	%XP3	NE3	%XP4	NE4	%XP5	NE5	%XP6	NE6	%XP7	NE7	%XP8	NE8	%XP9	NE9	
Santo Estêvão	75,0190	3,7510	83,5517	4,1776	12,7457	0,6373	56,0795	2,8040	98,6363	4,9318	6	0,7787	249,2871	0,9559	1318	1,5046	55,0000	0	2,4426
São Desidério	55,5382	2,7769	75,4728	3,7736	8,4743	0,4237	48,7985	2,4399	92,6347	4,6317	8	0,6167	179,4535	1,3278	1760,75	1,1262	44,0579	0	2,1396
São Domingos	84,6445	4,2322	85,7437	4,2872	64,5139	3,2257	80,8657	4,0433	95,2937	4,7647	6	0,7801	178,3043	1,3364	972,3333	2,0394	49,5372	0	3,0886
São Felipe	47,9818	2,3991	89,0178	4,4509	9,8049	0,4902	51,0427	2,5521	98,7891	4,9395	6	0,7716	307,0323	0,7761	1189,8	1,6667	52,5466	0	2,2558
São Félix	67,0365	3,3518	77,0230	3,8512	62,3816	3,1191	68,5521	3,4276	97,4560	4,8728	13	0,3569	154,5111	1,5422	616,8333	3,2148	51,3375	0	2,9670
São Félix do Coribe	93,0220	4,6511	93,9995	4,7000	1,6291	0,0815	76,4051	3,8203	94,7869	4,7393	6	0,7470	283,2917	0,8411	739	2,6834	53,4777	0	2,7830
São Francisco do Conde	92,4594	4,6230	90,2217	4,5111	66,3379	3,3169	92,8624	4,6431	98,7061	4,9353	11	0,4204	212,2593	1,1226	791,9167	2,5041	45,0489	0	3,2596
São Gabriel	82,1715	4,1086	85,4325	4,2716	8,5140	0,4257	76,7233	3,8362	97,0318	4,8516	4	1,1978	219,3721	1,0862	1029,6	1,9260	65,6760	0	2,7130
São Gonçalo dos Campos	71,3810	3,5691	93,2002	4,6600	7,7205	0,3860	69,3844	3,4692	98,5247	4,9262	4	1,3293	172,0722	1,3848	1127,375	1,7590	47,5662	0	2,6854
São José da Vitória	85,8562	4,2928	76,4465	3,8223	78,2583	3,9129	83,5769	4,1788	93,8632	4,6932	10	0,4578	326,6667	0,7295	861,5	2,3018	63,2037	0	3,0486
São José do Jacuípe	74,6658	3,7333	76,0344	3,8017	31,9860	1,5993	76,4799	3,8240	94,6849	4,7342	3	1,7845	101,1224	2,3564	1050,333	1,8880	60,4570	0	2,9652
São Miguel das Matas	44,8031	2,2402	86,3138	4,3157	17,1401	0,8570	33,8606	1,6930	96,3848	4,8192	7	0,6885	129,5526	1,8393	777,25	2,5513	55,9022	0	2,3755
São Sebastião do Passé	71,9006	3,5950	85,2237	4,2612	66,4691	3,3235	82,4957	4,1248	98,2139	4,9107	11	0,4194	285,7222	0,8340	951,4615	2,0842	40,3994	0	2,9441
Sapeaçu	53,0027	2,6501	89,8514	4,4926	4,5198	0,2260	54,4884	2,7244	98,7864	4,9393	8	0,5946	128,6032	1,8529	684,1429	2,8985	59,9499	0	2,5473
Sátiro Dias	86,1133	4,3057	74,3988	3,7199	29,1893	1,4595	38,6734	1,9337	96,7998	4,8400	8	0,6017	112,6477	2,1153	1035	1,9159	56,7536	0	2,6115
Saubara	95,0254	4,7513	97,2866	4,8643	27,5862	1,3793	87,6767	4,3838	98,0780	4,9039	6	0,7970	220,6957	1,0797	3556	0,5576	57,4803	0	2,8396
Saúde	78,2707	3,9135	79,5705	3,9785	20,4012	1,0201	65,3009	3,2650	97,2026	4,8601	6	0,8561	97,9483	2,4328	1182,333	1,6772	55,8500	0	2,7504
Seabra	72,1396	3,6070	78,9089	3,9454	4,1417	0,2071	55,6165	2,7808	97,4332	4,8717	9	0,5360	169,6032	1,4050	3835	0,5171	61,7036	0	2,2338
Sebastião Laranjeiras	64,7641	3,2382	90,0685	4,5034	12,7093	0,6355	46,6895	2,3345	93,9498	4,6975	11	0,4491	107,1200	2,2245	880,6667	2,2517	61,0522	0	2,5418
Senhor do Bonfim	89,7789	4,4889	91,3692	4,5685	55,7177	2,7859	86,1499	4,3075	98,5457	4,9273	12	0,4050	191,9344	1,2415	2455,889	0,8074	42,8856	0	2,9415
Sento Sé	82,9026	4,1451	73,9178	3,6959	31,8613	1,5931	51,5756	2,5788	92,3345	4,6167	10	0,4921	158,0308	1,5079	1839	1,0783	73,8771	0	2,4635
Serra do Ramalho	82,4589	4,1229	83,4744	4,1737	2,3936	0,1197	19,0160	0,9508	96,7843	4,8392	6	0,8532	197,2414	1,2081	753,6364	2,6312	57,7443	0	2,3624
Serra Dourada	62,3848	3,1192	82,5852	4,1293	4,9299	0,2465	40,4208	2,0210	94,0882	4,7044	14	0,3462	105,8095	2,2520	833,1667	2,3801	59,7520	0	2,3998
Serra Preta	53,1199	2,6560	77,2675	3,8634	11,7142	0,5857	49,5709	2,4785	96,3118	4,8156	16	0,2904	99,1447	2,4034	616,8571	3,2147	61,7184	0	2,5385
Serrinha	85,9683	4,2984	87,5442	4,3772	51,8493	2,5925	62,2789	3,1139	98,9892	4,9495	6	0,8283	135,4097	1,7597	2181,6	0,9090	41,7446	0	2,8536

Nota: %XP = percentual do valor da variável indicada por município em relação ao universo total do mesmo.

NE = pontuação do município em relação a melhor situação %XP municipal do Estado da Bahia.

(Continua)



Continuação do Apêndice 2 - Indicadores Dimensionais – Qualidade de Vida.

MUNICIPIO	1 - FORMA DE ABASTECIMENTO D'ÁGUA UTILIZADA NO DOMICÍLIO		2 - PRESENÇA DE SANITÁRIOS		3- LIGAÇÃO DO ESCOADOIRO DO SANITÁRIO		4 - DESTINO DO LIXO DO DOMICÍLIO		5 - FORNECIMENTO DE ENERGIA		6 - DEFICIT HABITACIONAL		7 -POPULAÇÃO POR ESTABELIMENTO ESCOLAR		8 - POPULAÇÃO POR EQUIPE DO SUS		9 - PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA		IQV
	%XP1	NE1	%XP2	NE2	%XP3	NE3	%XP4	NE4	%XP5	NE5	%XP6	NE6	%XP7	NE7	%XP8	NE8	%XP9	NE9	
Serrolândia	88,0317	4,4016	86,2512	4,3126	4,6241	0,2312	82,7893	4,1395	96,5628	4,8281	16	0,3029	306,5789	0,7772	4057	0,4888	56,9633	0	2,4352
Simões Filho	92,5943	4,6297	95,2143	4,7607	65,2371	3,2619	84,1286	4,2064	99,4914	4,9746	7	0,7077	384,2532	0,6201	3188,909	0,6218	32,8639	0	2,9729
Sítio do Mato	68,1542	3,4077	84,1785	4,2089	13,0832	0,6542	54,8682	2,7434	92,2245	4,6112	8	0,6277	151,1556	1,5764	987,6667	2,0078	75,5316	0	2,4797
Sítio do Quinto	72,1368	3,6068	83,0064	4,1503	17,4708	0,8735	67,1792	3,3590	87,1686	4,3584	5	0,9996	104,4167	2,2821	945,5	2,0973	68,5616	0	2,7159
Sobradinho	92,0664	4,6033	95,3187	4,7659	74,3758	3,7188	92,0007	4,6000	98,5053	4,9253	8	0,6259	299,4054	0,7959	876,1429	2,2633	51,6713	0	3,2873
Souto Soares	86,6108	4,3305	74,3234	3,7162	4,6707	0,2335	35,8084	1,7904	98,2036	4,9102	3	1,7116	181,5957	1,3122	1395,333	1,4212	69,6847	0	2,4282
Tabocas do Brejo Velho	86,9916	4,3496	73,5959	3,6798	6,0362	0,3018	30,3422	1,5171	94,8031	4,7402	4	1,2957	68,0714	3,5005	620	3,1984	68,0323	0	2,8229
Tanhaçu	49,6918	2,4846	81,9687	4,0984	12,2909	0,6145	47,6140	2,3807	94,9991	4,7500	2	3,1138	62,2763	3,8263	812,7143	2,4400	57,0399	0	2,9635
Tanque Novo	64,7005	3,2350	75,0800	3,7540	1,9662	0,0983	45,8619	2,2931	94,8560	4,7428	3	1,6524	80,4554	2,9617	729,8333	2,7171	55,4236	0	2,6818
Tanquinho	75,5626	3,7781	83,6634	4,1832	44,7795	2,2390	77,8578	3,8929	93,5194	4,6760	9	0,5132	167,0870	1,4261	1112	1,7833	57,7788	0	2,8115
Taperoá	61,7446	3,0872	65,2259	3,2613	28,1635	1,4082	52,5719	2,6286	80,1878	4,0094	26	0,1834	88,3276	2,6978	1282,5	1,5462	55,6920	0	2,3528
Tapiramutá	87,5719	4,3786	73,2933	3,6647	2,4756	0,1238	77,3443	3,8672	95,5489	4,7774	15	0,3183	199,4348	1,1948	1005,25	1,9726	57,2246	0	2,5372
Teixeira de Freitas	79,3775	3,9689	96,5341	4,8267	76,0749	3,8037	94,6183	4,7309	99,0714	4,9536	8	0,5963	505,2555	0,4716	1180	1,6805	26,8160	0	3,1290
Teodoro Sampaio	77,2374	3,8619	85,7785	4,2889	23,5390	1,1770	75,8888	3,7944	94,4013	4,7201	14	0,3331	179,2381	1,3294	818,6667	2,4222	55,4560	0	2,7409
Teofilândia	70,2458	3,5123	72,6500	3,6325	24,5119	1,2256	46,5474	2,3274	97,1620	4,8581	4	1,0972	152,3117	1,5645	1846,667	1,0738	59,9278	0	2,4114
Teolândia	36,2331	1,8117	59,3206	2,9660	36,2055	1,8103	38,6357	1,9318	82,2425	4,1121	25	0,1940	118,2429	2,0152	726,6	2,7291	62,0974	0	2,1963
Terra Nova	71,9911	3,5996	80,4770	4,0238	64,4481	3,2224	87,1326	4,3566	97,3655	4,8683	7	0,7109	200,5313	1,1883	902,25	2,1978	55,7495	0	3,0210
Tremedal	34,5684	1,7284	71,0412	3,5521	7,8866	0,3943	26,1437	1,3072	88,3254	4,4163	12	0,3927	74,2788	3,2080	4833	0,4103	61,4111	0	1,9262
Tucano	76,9355	3,8468	71,8414	3,5921	46,4718	2,3236	58,0309	2,9015	93,5282	4,6764	8	0,5866	150,9713	1,5784	1243,25	1,5950	62,7455	0	2,6375
Uauá	51,0418	2,5521	66,6336	3,3317	2,6648	0,1332	50,3756	2,5188	93,3806	4,6690	5	0,9583	98,2308	2,4258	1176,333	1,6857	63,3466	0	2,2843
Ubaíra	55,0958	2,7548	89,5031	4,4752	37,6802	1,8840	53,8918	2,6946	92,2503	4,6125	9	0,5134	91,4623	2,6053	1480,25	1,3396	51,5960	0	2,6099
Ubaitaba	79,9335	3,9967	79,2851	3,9643	67,0657	3,3533	83,9235	4,1962	94,1480	4,7074	17	0,2823	252,9524	0,9420	1210,2	1,6386	53,2639	0	2,8851
Ubatã	69,0729	3,4536	77,7532	3,8877	57,7650	2,8882	74,5055	3,7253	92,0283	4,6014	7	0,6577	179,0563	1,3308	6805	0,2914	42,8215	0	2,6045
Uibaí	92,2124	4,6106	83,1150	4,1558	2,0243	0,1012	90,7597	4,5380	96,5230	4,8261	4	1,2682	110,8036	2,1505	841,6	2,3562	63,9734	0	3,0008
Umburanas	55,7121	2,7856	59,1595	2,9580	6,4922	0,3246	50,1510	2,5075	94,3130	4,7157	8	0,5664	434,6667	0,5482	999,25	1,9845	72,9047	0	2,0488

**Nota:** %XP = percentual do valor da variável indicada por município em relação ao universo total do mesmo.

NE = pontuação do município em relação a melhor situação %XP municipal do Estado da Bahia.

(Continua)

Continuação do Apêndice 2 - Indicadores Dimensionais – Qualidade de Vida.

MUNICÍPIO	1 - FORMA DE ABASTECIMENTO DÁGUA UTILIZADA NO DOMICÍLIO		2 - PRESENÇA DE SANITÁRIOS		3- LIGAÇÃO DO ESCOADOIRO DO SANITÁRIO		4 - DESTINO DO LIXO DO DOMICÍLIO		5 - FORNECIMENTO DE ENERGIA		6 - DEFICIT HABITACIONAL		7 -POPULAÇÃO POR ESTABELIMENTO ESCOLAR		8 - POPULAÇÃO POR EQUIPE DO SUS		9 - PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA		IQV
	%XP1	NE1	%XP2	NE2	%XP3	NE3	%XP4	NE4	%XP5	NE5	%XP6	NE6	%XP7	NE7	%XP8	NE8	%XP9	NE9	
Una	55,5139	2,7757	60,4106	3,0205	26,5224	1,3261	63,4069	3,1703	81,9670	4,0983	16	0,3028	116,6449	2,0428	1456,6	1,3614	55,2520	0	2,2623
Urandi	78,9591	3,9480	87,4916	4,3746	8,1751	0,4088	49,6985	2,4849	93,6788	4,6839	5	0,9117	214,3421	1,1117	1495,333	1,3261	55,7958	0	2,4062
Uruçuca	75,1661	3,7583	81,1296	4,0565	65,9468	3,2973	74,6346	3,7317	93,5880	4,6794	14	0,3339	103,4286	2,3039	1209,2	1,6399	53,4899	0	2,9751
Utinga	85,7902	4,2895	76,2645	3,8132	2,3421	0,1171	76,7369	3,8368	96,4574	4,8229	7	0,7215	261,2162	0,9122	848,1667	2,3380	63,0969	0	2,6064
Valença	74,8538	3,7427	84,6823	4,2341	61,4380	3,0719	73,4606	3,6730	94,2677	4,7134	12	0,3845	186,3184	1,2789	2199,75	0,9015	40,1068	0	2,7500
Valente	82,1205	4,1060	88,5593	4,4280	47,0666	2,3533	81,4421	4,0721	98,4169	4,9208	2	2,3737	168,1159	1,4174	1504,4	1,3181	46,4371	0	3,1237
Várzea da Roça	70,9860	3,5493	78,6238	3,9312	19,1771	0,9589	69,9220	3,4961	94,1594	4,7080	3	1,6535	145,2128	1,6410	706,1667	2,8081	61,2698	0	2,8433
Várzea do Poço	83,4223	4,1711	89,9680	4,4984	19,9573	0,9979	84,7030	4,2351	96,6204	4,8310	4	1,2875	196,4500	1,2130	1406	1,4104	53,6984	0	2,8306
Várzea Nova	65,3483	3,2674	79,1273	3,9564	34,7538	1,7377	73,8199	3,6910	92,6512	4,6326	12	0,3929	361,1111	0,6599	3932	0,5043	58,1892	0	2,3553
Varzedo	62,1413	3,1071	85,1361	4,2568	28,2193	1,4110	36,6446	1,8322	96,2104	4,8105	4	1,2943	107,4500	2,2177	906,3333	2,1879	54,7996	0	2,6397
Vera Cruz	92,4334	4,6217	94,4165	4,7208	25,3553	1,2678	81,8197	4,0910	99,1404	4,9570	11	0,4448	175,1863	1,3602	1181,2	1,6788	51,9302	0	2,8928
Vereda	68,3757	3,4188	89,8419	4,4921	29,8035	1,4902	39,4825	1,9741	92,1897	4,6095	9	0,5402	102,7419	2,3193	1047	1,8940	49,9045	0	2,5923
Vitória da Conquista	87,3086	4,3654	94,2551	4,7128	59,7479	2,9874	89,1164	4,4558	99,1615	4,9581	8	0,5706	344,3548	0,6920	2277,553	0,8707	31,4176	0	2,9516
Wagner	83,9090	4,1954	78,2609	3,9130	1,0971	0,0549	74,1975	3,7099	96,1398	4,8070	5	1,0297	181,8077	1,3107	822,6667	2,4105	61,3452	0	2,6789
Wanderley	66,5237	3,3262	69,4111	3,4706	1,3436	0,0672	50,2001	2,5100	85,5918	4,2796	16	0,2889	84,9079	2,8064	3508	0,5653	52,7651	0	2,1643
Wenceslau Guimarães	44,0957	2,2048	62,6640	3,1332	28,1515	1,4076	47,4008	2,3700	87,5436	4,3772	21	0,2268	91,1985	2,6128	611,7	3,2418	65,8820	0	2,4468
Xique-Xique	83,3792	4,1690	81,3823	4,0691	37,8378	1,8919	68,8242	3,4412	94,9475	4,7474	16	0,3001	90,8901	2,6217	1662,714	1,1926	67,1278	0	2,8041

**Nota:** %XP = percentual do valor da variável indicada por município em relação ao universo total do mesmo.

NE = pontuação do município em relação a melhor situação %XP municipal do Estado da Bahia.

**Fonte:** Consórcio Geohidro-Sondotécnica, 2013

Apêndice 3 - Indicadores Dimensionais – Condição Econômica.

MUNICÍPIO	1 - ORÇAMENTO MUNICIPAL PER CAPITA		2 - PERCENTUAL DE RECURSOS PRÓPRIOS MUNICIPAIS		3 - RELAÇÃO PIB PER CAPITA		4 - CONCENTRAÇÃO DE RENDA - ÍNDICE DE GINI		5 - RENDA PER CAPITA		6 - PERCENTUAL DO PEA EM RELAÇÃO A POPULAÇÃO		7 - ÍNDICE DE GINI DE TERRAS		8 - DIVERSIFICAÇÃO DA ECONOMIA - PIB SETORIAL		9 - DINÂMICA POPULACIONAL		ICE	
	%XP1	NE1	%XP3	NE3	%XP4	NE4	%XP5	NE5	%XP6	NE6	%XP7	NE7	%XP8	NE8	%XP9	NE9	%XP10	NE10	SOMAT.	DIV POR 5
Abaíra	1203,5682	2,0144	6,0853	1,2156	3,1443	0,3302	0,48	4,1436	276,4087	2,8322	47,3867	4,1524	0,663	3,4917	28,3092	1,7468	0,352	1,7980	21,7249	2,4139
Abaré	1228,5613	2,0562	7,9499	1,5881	2,8091	0,2950	0,57	3,5323	179,0076	1,8342	47,2285	4,1385	0,893	2,5924	22,7224	2,1763	0,934	4,7733	22,9862	2,5540
Acajutiba	977,4447	1,6359	3,1977	0,6388	3,5701	0,3749	0,58	3,4693	217,0141	2,2236	32,2481	2,8258	0,899	2,5751	28,6285	1,7273	0,335	1,7137	17,1844	1,9094
Adustina	0	0	0	0	4,6483	0,4882	0,56	3,5492	194,6618	1,9946	42,8315	3,7532	0,801	2,8901	29,2035	1,6933	0,543	2,7743	17,1428	2,4490
Água Fria	1214,5125	2,0327	5,7673	1,1521	3,2109	0,3372	0,53	3,7503	193,7155	1,9849	36,8734	3,2311	0,785	2,9490	26,4313	1,8709	0,636	3,2491	20,5572	2,2841
Aiquara	1908,0006	3,1934	2,5918	0,5177	4,3320	0,4549	0,43	4,6327	257,8713	2,6422	37,1286	3,2535	0,769	3,0104	31,8260	1,5538	0,339	1,7326	20,9912	2,3324
Alagoinhas	906,9438	1,5179	23,9645	4,7872	8,1428	0,8552	0,57	3,4891	454,1000	4,6529	43,6688	3,8266	0,851	2,7203	25,8153	1,9155	0,393	2,0063	25,7709	2,8634
Alcobaça	1493,0376	2,4989	18,3096	3,6575	7,2712	0,7636	0,54	3,7292	287,4587	2,9454	41,5723	3,6429	0,755	3,0662	17,6869	2,7959	0,320	1,6349	24,7345	2,7483
Almadina	1415,3801	2,3689	2,2423	0,4479	3,6461	0,3829	0,48	4,1796	249,9315	2,5609	38,9559	3,4136	0,659	3,5129	29,6559	1,6675	0,109	0,5566	19,0908	2,1212
Amargosa	906,7821	1,5177	9,7228	1,9422	4,1049	0,4311	0,57	3,5159	311,4073	3,1908	44,8432	3,9295	0,836	2,7691	20,2536	2,4415	0,492	2,5136	22,2514	2,4724
Amélia Rodrigues	912,3934	1,5271	5,2260	1,0439	4,1143	0,4321	0,51	3,9141	319,0142	3,2687	40,8157	3,5766	0,900	2,5722	21,8897	2,2590	0,349	1,7836	20,3773	2,2641
América Dourada	1218,0759	2,0387	4,1884	0,8367	4,0636	0,4268	0,51	3,9584	160,9130	1,6488	34,8080	3,0501	0,672	3,4449	24,9427	1,9825	0,369	1,8834	19,2702	2,1411
Anagé	986,2113	1,6506	3,3085	0,6609	2,6030	0,2734	0,48	4,1399	208,3523	2,1348	30,9484	2,7119	0,680	3,4044	24,8441	1,9904	0,471	2,4053	19,3718	2,1524
Andaraí	1251,2552	2,0942	4,6828	0,9354	2,9802	0,3130	0,60	3,3150	183,8324	1,8836	35,6365	3,1227	0,816	2,8370	27,2253	1,8163	0,384	1,9631	18,2803	2,0311
Andorinha	1360,3929	2,2769	4,6581	0,9305	5,7526	0,6041	0,56	3,5644	255,9904	2,6230	32,0551	2,8089	0,799	2,8974	19,6148	2,5211	0,733	3,7455	21,9718	2,4413
Angical	1162,3010	1,9453	2,9110	0,5815	3,9861	0,4186	0,57	3,5107	230,8108	2,3650	36,3425	3,1846	0,653	3,5452	24,0246	2,0583	0,257	1,3143	18,9235	2,1026
Anguera	887,9518	1,4862	3,0368	0,6066	2,1968	0,2307	0,47	4,2329	241,3960	2,4734	45,9992	4,0308	0,793	2,9193	29,0306	1,7034	0,552	2,8185	20,5018	2,2780
Antas	947,9303	1,5865	5,2769	1,0541	2,9417	0,3089	0,56	3,5821	224,5940	2,3013	42,9261	3,7615	0,688	3,3648	23,6440	2,0914	0,568	2,9028	20,9535	2,3282
Antônio Cardoso	198,0775	0,3315	1,2853	0,2567	3,7871	0,3977	0,46	4,3680	223,7544	2,2927	46,4480	4,0701	0,876	2,6427	32,7579	1,5096	0,692	3,5375	19,4064	2,1563
Antônio Gonçalves	1142,5797	1,9123	5,9195	1,1825	2,7001	0,2836	0,52	3,8651	235,4747	2,4127	36,6202	3,2089	0,804	2,8794	22,1357	2,2339	0,399	2,0404	20,0189	2,2243
Aporá	1042,4077	1,7447	3,7346	0,7460	2,9072	0,3053	0,56	3,5607	175,3509	1,7967	40,6898	3,5655	0,708	3,2698	24,6446	2,0065	0,357	1,8222	18,8174	2,0908
Apuarema	1388,6502	2,3242	2,4369	0,4868	3,3409	0,3509	0,46	4,3167	254,9341	2,6121	40,0864	3,5127	0,655	3,5344	27,1997	1,8180	0,469	2,3940	21,3497	2,3722
Araças	1642,5115	2,7491	27,3952	5,0000	11,3569	1,1927	0,54	3,6903	208,6776	2,1382	38,0346	3,3329	0,879	2,6337	34,5016	1,4333	0,351	1,7953	23,9653	2,6628
Aracatu	1233,0183	2,0637	6,0781	1,2142	2,5948	0,2725	0,45	4,4756	263,4840	2,6997	38,6768	3,3891	0,644	3,5947	24,9144	1,9848	0,533	2,7202	22,4146	2,4905
Araci	1052,5890	1,7617	4,5341	0,9057	2,6039	0,2735	0,57	3,5035	176,5000	1,8085	38,1810	3,3457	0,783	2,9566	29,5179	1,6753	0,513	2,6205	18,8509	2,0945

**Nota:** %XP = percentual do valor da variável indicada por município em relação ao universo total do mesmo.

NE = pontuação do município em relação a melhor situação %XP municipal do Estado da Bahia.

(Continua)

Continuação do Apêndice 3 - Indicadores Dimensionais – Condição Econômica.

MUNICÍPIO	1 - ORÇAMENTO MUNICIPAL PER CAPITA		2 - PERCENTUAL DE RECURSOS PRÓPRIOS MUNICIPAIS		3 - RELAÇÃO PIB PER CAPITA		4 - CONCENTRAÇÃO DE RENDA - ÍNDICE DE GINI		5 - RENDA PER CAPITA		6 - PERCENTUAL DO PEA EM RELAÇÃO A POPULAÇÃO		7 - ÍNDICE DE GINI DE TERRAS		8 - DIVERSIFICAÇÃO DA ECONOMIA - PIB SETORIAL		9 - DINÂMICA POPULACIONAL		ICE	
	%XP1	NE1	%XP3	NE3	%XP4	NE4	%XP5	NE5	%XP6	NE6	%XP7	NE7	%XP8	NE8	%XP9	NE9	%XP10	NE10	SOMAT.	DIV POR 5
Aramari	985,7072	1,6498	4,5194	0,9028	2,9378	0,3085	0,52	3,8260	259,6702	2,6607	35,2954	3,0928	0,894	2,5895	26,5564	1,8621	0,384	1,9634	18,8556	2,0951
Arataca	1426,8697	2,3881	10,4386	2,0852	5,2719	0,5537	0,47	4,2340	248,2903	2,5441	34,7527	3,0453	0,612	3,7827	26,3734	1,8750	0,227	1,1614	21,6694	2,4077
Aratuípe	1272,9290	2,1305	9,2446	1,8467	3,2126	0,3374	0,53	3,7432	229,0904	2,3473	43,8439	3,8419	0,773	2,9948	27,4268	1,8030	0,325	1,6599	20,7047	2,3005
Aurelino Leal	0	0	0	0	3,5328	0,3710	0,46	4,3764	226,5347	2,3211	33,9884	2,9783	0,688	3,3648	27,2376	1,8155	0,093	0,4750	15,7022	2,2432
Baianópolis	1226,9377	2,0535	7,4983	1,4979	4,1452	0,4353	0,57	3,4784	205,0443	2,1010	33,5667	2,9414	0,896	2,5837	29,3971	1,6821	0,438	2,2388	19,0120	2,1124
Baixa Grande	1007,6983	1,6866	5,4498	1,0887	2,8919	0,3037	0,54	3,6806	213,4114	2,1867	41,4467	3,6319	0,837	2,7658	27,9847	1,7670	0,469	2,3978	19,5087	2,1676
Banzaê	1210,8385	2,0266	2,8807	0,5755	2,8073	0,2948	0,48	4,1411	206,8557	2,1195	38,6326	3,3853	0,636	3,6399	28,3721	1,7429	0,483	2,4677	20,3932	2,2659
Barra	1020,2073	1,7075	8,5963	1,7172	2,5467	0,2675	0,60	3,3201	169,7266	1,7391	32,9299	2,8856	0,906	2,5552	32,8425	1,5057	0,444	2,2659	17,9637	1,9960
Barra da Estiva	1006,4547	1,6845	3,6268	0,7245	4,9200	0,5167	0,56	3,5797	225,4615	2,3102	45,2308	3,9634	0,825	2,8061	25,5152	1,9381	0,391	1,9986	19,5217	2,1691
Barra do Choça	1152,2650	1,9285	4,2060	0,8402	7,8672	0,8262	0,45	4,4509	219,8117	2,2523	43,5605	3,8171	0,731	3,1669	23,5738	2,0977	0,564	2,8833	22,2630	2,4737
Barra do Mendes	1141,9840	1,9113	7,9147	1,5810	3,1649	0,3324	0,58	3,4571	249,6460	2,5580	36,7098	3,2168	0,762	3,0381	29,0597	1,7017	0,421	2,1515	19,9477	2,2164
Barra do Rocha	1585,3183	2,6533	6,6382	1,3261	3,9503	0,4149	0,52	3,8177	259,7695	2,6617	33,6027	2,9445	0,652	3,5506	26,9864	1,8324	0,414	2,1127	21,3139	2,3682
Barreiras	1016,0023	1,7005	16,4787	3,2918	8,0853	0,8491	0,58	3,4565	512,3408	5,0000	43,3985	3,8029	0,902	2,5665	7,6604	5,0000	0,342	1,7487	27,4160	3,0462
Barro Alto	1250,2389	2,0925	2,9386	0,5870	2,5922	0,2722	0,51	3,9270	213,4927	2,1875	44,3448	3,8858	0,695	3,3309	23,8570	2,0728	0,599	3,0622	21,4181	2,3798
Barro Preto	1751,5155	2,9315	9,3755	1,8729	3,3093	0,3475	0,48	4,1525	254,7212	2,6100	34,1897	2,9959	0,742	3,1199	29,4031	1,6818	0,050	0,2563	19,9683	2,2187
Barrocas	1428,4980	2,3909	6,0692	1,2124	8,6892	0,9125	0,47	4,2841	242,8005	2,4878	0	0	0,538	4,3030	19,0107	2,6012	0,000	0	18,1919	2,5988
Belmonte	1209,0700	2,0236	12,5916	2,5153	4,5128	0,4739	0,48	4,1461	263,3254	2,6981	38,1052	3,3390	0,802	2,8865	25,2392	1,9593	0,390	1,9930	22,0349	2,4483
Belo Campo	1175,3116	1,9671	5,4908	1,0968	3,0791	0,3234	0,49	4,0729	257,2173	2,6355	39,4543	3,4573	0,734	3,1540	26,0648	1,8972	0,418	2,1355	20,7396	2,3044
Biritinga	1209,1019	2,0237	2,7724	0,5538	2,8457	0,2989	0,56	3,5748	194,7019	1,9950	57,0607	5,0001	0,768	3,0143	20,2509	2,4419	0,799	4,0791	22,9814	2,5535
Boa Nova	1142,4801	1,9122	3,1165	0,6226	2,9184	0,3065	0,52	3,8559	213,5549	2,1882	29,8516	2,6158	0,726	3,1887	24,9823	1,9794	0,566	2,8895	19,5586	2,1732
Boa Vista do Tupim	1293,0175	2,1641	5,1952	1,0378	3,6171	0,3799	0,57	3,5074	164,5180	1,6857	31,3850	2,7502	0,789	2,9341	24,3026	2,0348	0,429	2,1912	18,6851	2,0761
Bom Jesus da Lapa	984,2906	1,6474	8,7731	1,7525	5,1472	0,5406	0,61	3,2828	289,4104	2,9654	42,3498	3,7110	0,792	2,9230	27,1598	1,8207	0,443	2,2617	20,9050	2,3228
Bom Jesus da Serra	1378,2186	2,3067	4,8787	0,9746	2,5594	0,2688	0,53	3,7395	198,0156	2,0289	42,3189	3,7083	0,636	3,6399	31,4609	1,5718	0,717	3,6642	21,9028	2,4336
Boninal	1152,0308	1,9281	6,7034	1,3391	2,6981	0,2834	0,56	3,5510	222,0099	2,2748	41,4088	3,6285	0,623	3,7159	25,2794	1,9561	0,506	2,5833	21,2602	2,3622
Bonito	1378,5747	2,3073	8,2913	1,6563	8,0484	0,8452	0,50	4,0157	194,3556	1,9914	41,2954	3,6186	0,825	2,8061	26,3584	1,8761	0,435	2,2243	21,3410	2,3712

**Nota:** %XP = percentual do valor da variável indicada por município em relação ao universo total do mesmo.

NE = pontuação do município em relação a melhor situação %XP municipal do Estado da Bahia.

(Continua)

Continuação do **Apêndice 3** - Indicadores Dimensionais – Condição Econômica.

MUNICIPIO	1 - ORÇAMENTO MUNICIPAL PER CAPITA		2 - PERCENTUAL DE RECURSOS PRÓPRIOS MUNICIPAIS		3 - RELAÇÃO PIB PER CAPITA		4 - CONCENTRAÇÃO DE RENDA - ÍNDICE DE GINI		5 - RENDA PER CAPITA		6 - PERCENTUAL DO PEA EM RELAÇÃO A POPULAÇÃO		7 - ÍNDICE DE GINI DE TERRAS		8 - DIVERSIFICAÇÃO DA ECONOMIA - PIB SETORIAL		9 - DINÂMICA POPULACIONAL		ICE	
	%XP1	NE1	%XP3	NE3	%XP4	NE4	%XP5	NE5	%XP6	NE6	%XP7	NE7	%XP8	NE8	%XP9	NE9	%XP10	NE10	SOMAT.	DIV POR 5
Boquira	962,3695	1,6107	3,8810	0,7753	2,9525	0,3101	0,55	3,6352	217,8842	2,2325	32,0767	2,8108	0,779	2,9718	28,0029	1,7659	0,415	2,1215	18,2338	2,0260
Botuporã	1185,4246	1,9840	2,8829	0,5759	2,8149	0,2956	0,54	3,7147	206,7968	2,1189	33,8710	2,9680	0,625	3,7040	19,7305	2,5063	0,554	2,8288	20,6963	2,2996
Brejões	1247,7864	2,0884	4,1791	0,8348	6,0113	0,6313	0,52	3,8523	232,4044	2,3813	44,9844	3,9419	0,908	2,5496	23,1197	2,1389	0,381	1,9452	20,3636	2,2626
Brejolândia	894,4281	1,4970	2,9088	0,5811	3,1424	0,3300	0,56	3,5804	188,8608	1,9351	34,7268	3,0430	0,780	2,9679	28,7912	1,7175	0,570	2,9113	18,5634	2,0626
Brotas de Macaúbas	1228,2996	2,0558	2,8263	0,5646	3,2917	0,3457	0,57	3,5306	224,6826	2,3022	38,1785	3,3455	0,626	3,6981	28,2594	1,7499	0,322	1,6464	19,2386	2,1376
Brumado	978,5053	1,6377	10,4202	2,0815	6,4502	0,6774	0,52	3,8391	358,6897	3,6752	39,9305	3,4990	0,720	3,2153	24,9717	1,9802	0,408	2,0857	22,6912	2,5212
Buerarema	975,1908	1,6322	2,6884	0,5370	4,4348	0,4657	0,59	3,3819	272,9379	2,7966	35,3997	3,1020	0,560	4,1339	31,3221	1,5788	0,274	1,4000	19,0281	2,1142
Buritirama	1169,4048	1,9572	6,8757	1,3735	2,7626	0,2901	0,54	3,6840	144,9274	1,4850	29,6022	2,5940	0,762	3,0381	32,5351	1,5199	0,401	2,0469	17,9886	1,9987
Caatiba	1043,3507	1,7462	5,3361	1,0659	2,7482	0,2886	0,40	4,9398	253,1769	2,5941	36,5096	3,1992	0,817	2,8335	24,0198	2,0587	0,521	2,6596	21,3859	2,3762
Cabaceiras do Paraguaçu	1049,5186	1,7566	3,3237	0,6639	3,0785	0,3233	0,55	3,6602	164,3890	1,6844	51,0891	4,4768	0,836	2,7691	26,3698	1,8753	0,414	2,1174	19,3269	2,1474
Cachoeira	905,8407	1,5161	9,3921	1,8762	5,4328	0,5705	0,57	3,5013	308,5816	3,1618	36,5110	3,1994	0,904	2,5608	20,9911	2,3558	0,353	1,8044	20,5463	2,2829
Caculé	957,7315	1,6029	8,5571	1,7094	4,4628	0,4687	0,48	4,1634	324,4644	3,3246	39,7048	3,4792	0,687	3,3697	28,3298	1,7455	0,455	2,3219	22,1854	2,4650
Caém	1358,0474	2,2730	12,5815	2,5133	2,7986	0,2939	0,55	3,6179	197,8682	2,0274	38,7953	3,3995	0,742	3,1199	29,5979	1,6707	0,383	1,9576	20,8732	2,3192
Caetanos	973,3357	1,6291	2,7780	0,5549	1,9476	0,2045	0,50	3,9759	196,9316	2,0178	31,7173	2,7793	0,564	4,1046	27,8474	1,7757	0,727	3,7155	20,7573	2,3064
Caetitê	847,5083	1,4185	9,3348	1,8647	5,1109	0,5367	0,61	3,3052	317,8405	3,2567	39,4596	3,4577	0,695	3,3309	23,7222	2,0845	0,513	2,6206	21,8757	2,4306
Cafarnaum	1153,3707	1,9304	4,7484	0,9485	4,1094	0,4316	0,56	3,5658	198,7348	2,0363	39,8813	3,4947	0,694	3,3357	25,0400	1,9748	0,447	2,2814	19,9993	2,2221
Cairu	2078,2332	3,4783	11,4622	2,2897	52,1294	5,0000	0,55	3,6208	302,3063	3,0975	37,3440	3,2723	0,897	2,5808	20,3338	2,4319	0,647	3,3036	29,0750	3,2306
Caldeirão Grande	1336,7460	2,2373	4,7753	0,9539	2,8937	0,3039	0,56	3,5524	180,4350	1,8488	34,7886	3,0484	0,752	3,0785	27,7067	1,7848	0,417	2,1296	18,9375	2,1042
Camacan	1032,6983	1,7284	12,7708	2,5511	3,8783	0,4073	0,63	3,1946	277,9740	2,8482	38,1760	3,3453	0,620	3,7339	32,4648	1,5232	0,313	1,6004	20,9324	2,3258
Camaçari	2217,1717	3,7109	25,0118	5,0000	43,1099	4,5274	0,55	3,6662	444,6098	4,5556	45,7100	4,0054	0,903	2,5637	47,0021	1,0521	0,802	4,0991	33,1803	3,6867
Camamu	984,2474	1,6473	4,2857	0,8561	3,6755	0,3860	0,56	3,5837	217,5430	2,2290	36,4925	3,1977	0,813	2,8475	17,3954	2,8427	0,345	1,7600	19,3501	2,1500
Campo Alegre de Lourdes	955,6410	1,5994	4,3420	0,8674	2,8645	0,3008	0,60	3,3258	169,0163	1,7318	33,6404	2,9478	0,686	3,3746	23,4606	2,1078	0,543	2,7723	19,0277	2,1142
Campo Formoso	1002,8854	1,6785	12,5737	2,5117	4,7273	0,4965	0,57	3,5110	222,9539	2,2845	39,3602	3,4490	0,831	2,7858	9,8906	4,9997	0,484	2,4735	24,1902	2,6878
Canápolis	1347,6283	2,2555	8,2838	1,6548	3,0859	0,3241	0,49	4,0545	196,5435	2,0138	34,9695	3,0643	0,796	2,9083	27,5884	1,7924	0,263	1,3432	19,4109	2,1568
Canarana	1070,5439	1,7918	6,2688	1,2523	2,8721	0,3016	0,49	4,0782	208,2413	2,1337	45,7238	4,0066	0,669	3,4604	21,9143	2,2565	0,475	2,4269	21,7080	2,4120

**Nota:** %XP = percentual do valor da variável indicada por município em relação ao universo total do mesmo.

NE = pontuação do município em relação a melhor situação %XP municipal do Estado da Bahia.

(Continua)



Continuação do Apêndice 3 - Indicadores Dimensionais – Condição Econômica.

MUNICÍPIO	1 - ORÇAMENTO MUNICIPAL PER CAPITA		2 - PERCENTUAL DE RECURSOS PRÓPRIOS MUNICIPAIS		3 - RELAÇÃO PIB PER CAPITA		4 - CONCENTRAÇÃO DE RENDA - ÍNDICE DE GINI		5 - RENDA PER CAPITA		6 - PERCENTUAL DO PEA EM RELAÇÃO A POPULAÇÃO		7 - ÍNDICE DE GINI DE TERRAS		8 - DIVERSIFICAÇÃO DA ECONOMIA - PIB SETORIAL		9 - DINÂMICA POPULACIONAL		ICE	
	%XP1	NE1	%XP3	NE3	%XP4	NE4	%XP5	NE5	%XP6	NE6	%XP7	NE7	%XP8	NE8	%XP9	NE9	%XP10	NE10	SOMAT.	DIV POR 5
Canavieiras	938,6155	1,5710	4,2297	0,8449	3,7185	0,3905	0,52	3,8398	299,3505	3,0672	41,4706	3,6339	0,750	3,0867	17,2116	2,8731	0,215	1,0999	20,4071	2,2675
Candeal	0	0	0	0	2,6308	0,2763	0,43	4,6090	235,4971	2,4130	38,6541	3,3871	0,749	3,0908	26,9813	1,8328	0,317	1,6207	17,2297	2,4614
Candeias	0	0	0	0	38,1635	4,0079	0,51	3,9133	365,2380	3,7423	44,4817	3,8978	0,810	2,8580	42,5506	1,1621	0,382	1,9512	21,5328	3,0761
Candiba	948,8352	1,5881	2,9339	0,5861	3,0179	0,3169	0,44	4,5387	246,2006	2,5227	40,1539	3,5186	0,658	3,5182	27,2379	1,8155	0,554	2,8314	21,2361	2,3596
Cândido Sales	994,1182	1,6638	9,2460	1,8470	3,2499	0,3413	0,51	3,8936	234,4492	2,4022	42,8707	3,7566	0,802	2,8865	21,0668	2,3473	0,319	1,6321	20,7705	2,3078
Cansanção	1014,5466	1,6980	2,2899	0,4574	2,8265	0,2968	0,57	3,4885	179,4180	1,8384	32,7925	2,8735	0,770	3,0065	24,6942	2,0025	0,496	2,5319	18,1936	2,0215
Canudos	1082,6797	1,8121	7,2176	1,4418	2,9758	0,3125	0,53	3,7444	227,6785	2,3329	32,4085	2,8399	0,850	2,7235	23,4982	2,1044	0,633	3,2311	20,5426	2,2825
Capela do Alto Alegre	1175,7413	1,9678	11,2653	2,2504	2,8893	0,3034	0,50	3,9917	247,4216	2,5352	45,2951	3,9691	0,649	3,5670	15,1554	3,2629	0,534	2,7293	24,5768	2,7308
Capim Grosso	918,9792	1,5381	3,6536	0,7298	4,0170	0,4219	0,55	3,6655	294,0411	3,0128	47,9247	4,1995	0,742	3,1199	27,1040	1,8245	0,516	2,6376	21,1497	2,3500
Caraíbas	1278,6326	2,1400	5,9459	1,1877	2,7883	0,2928	0,50	4,0386	244,9343	2,5097	27,0222	2,3679	0,605	3,8264	19,7923	2,4985	1,064	5,4355	24,2971	2,6997
Caravelas	1433,5189	2,3993	17,2012	3,4361	8,5238	0,8952	0,58	3,4306	314,8844	3,2264	41,0523	3,5973	0,846	2,7364	29,5681	1,6724	0,366	1,8715	23,2651	2,5850
Cardeal da Silva	1420,7226	2,3778	9,0804	1,8139	5,8682	0,6163	0,56	3,5856	185,9570	1,9054	32,8306	2,8769	0,771	3,0026	23,1470	2,1363	0,329	1,6832	19,9980	2,2220
Carinhanha	1098,1767	1,8380	11,6802	2,3332	2,9833	0,3133	0,52	3,8601	185,3247	1,8989	36,3543	3,1856	0,633	3,6572	27,6064	1,7912	0,478	2,4413	21,3189	2,3688
Casa Nova	1003,7575	1,6800	5,9302	1,1846	4,2125	0,4424	0,55	3,6197	231,6079	2,3731	41,7105	3,6550	0,624	3,7099	21,0881	2,3449	0,677	3,4602	22,4698	2,4966
Castro Alves	1033,9141	1,7305	7,4670	1,4916	3,7432	0,3931	0,56	3,5911	248,5000	2,5462	32,7826	2,8726	0,902	2,5665	25,2513	1,9583	0,294	1,5041	18,6541	2,0727
Catolândia	2870,2895	4,8040	3,4843	0,6960	8,1022	0,8509	0,53	3,7538	219,5292	2,2494	39,4259	3,4548	0,759	3,0501	31,8403	1,5531	0,144	0,7345	21,1465	2,3496
Catu	1046,2150	1,7510	21,1963	4,2342	5,9939	0,6295	0,58	3,4615	386,1607	3,9567	39,2953	3,4433	0,796	2,9083	44,6472	1,1076	0,393	2,0074	23,4995	2,6111
Caturama	1090,1797	1,8246	4,2857	0,8561	2,5210	0,2648	0,50	4,0108	218,1880	2,2356	30,1625	2,6430	0,572	4,0472	24,8116	1,9930	0,818	4,1798	22,0550	2,4506
Central	1084,7641	1,8156	8,1094	1,6199	2,8013	0,2942	0,54	3,6773	197,8953	2,0277	43,0526	3,7726	0,690	3,3551	29,9937	1,6487	0,369	1,8857	20,0967	2,2330
Chorrochó	1308,3975	2,1899	5,4268	1,0841	3,0762	0,3231	0,57	3,4890	209,3708	2,1453	35,5667	3,1166	0,564	4,1046	35,1064	1,4086	0,521	2,6608	20,5219	2,2802
Cícero Dantas	785,0676	1,3140	2,6229	0,5240	3,2175	0,3379	0,54	3,6845	273,6404	2,8038	42,8219	3,7524	0,745	3,1074	32,3055	1,5307	0,422	2,1563	19,2108	2,1345
Cipó	1192,3955	1,9957	7,7678	1,5517	3,1095	0,3266	0,55	3,6267	258,5746	2,6494	42,7444	3,7456	0,750	3,0867	38,7601	1,2758	0,485	2,4784	20,7365	2,3041
Coaraci	1148,3093	1,9219	8,7395	1,7458	3,6703	0,3855	0,57	3,5262	273,1486	2,7988	39,2659	3,4408	0,638	3,6285	26,4398	1,8703	0,053	0,2692	19,5868	2,1763
Cocos	1375,1670	2,3016	9,1476	1,8273	7,0783	0,7434	0,57	3,5231	246,4665	2,5254	38,2461	3,3514	0,906	2,5552	24,6220	2,0084	0,332	1,6981	20,5338	2,2815
Conceição da Feira	913,8537	1,5295	4,6033	0,9196	3,8296	0,4022	0,58	3,4670	267,4637	2,7405	36,7253	3,2181	0,794	2,9156	17,6906	2,7953	0,471	2,4040	20,3918	2,2658

Nota: %XP = percentual do valor da variável indicada por município em relação ao universo total do mesmo.

NE = pontuação do município em relação a melhor situação %XP municipal do Estado da Bahia.

(Continua)

Continuação do **Apêndice 3** - Indicadores Dimensionais – Condição Econômica.

MUNICIPIO	1 - ORÇAMENTO MUNICIPAL PER CAPITA		2 - PERCENTUAL DE RECURSOS PRÓPRIOS MUNICIPAIS		3 - RELAÇÃO PIB PER CAPITA		4 - CONCENTRAÇÃO DE RENDA - ÍNDICE DE GINI		5 - RENDA PER CAPITA		6 - PERCENTUAL DO PEA EM RELAÇÃO A POPULAÇÃO		7 - ÍNDICE DE GINI DE TERRAS		8 - DIVERSIFICAÇÃO DA ECONOMIA - PIB SETORIAL		9 - DINÂMICA POPULACIONAL		ICE	
	%XP1	NE1	%XP3	NE3	%XP4	NE4	%XP5	NE5	%XP6	NE6	%XP7	NE7	%XP8	NE8	%XP9	NE9	%XP10	NE10	SOMAT.	DIV POR 5
Conceição do Almeida	902,2709	1,5101	4,6255	0,9240	3,5553	0,3734	0,59	3,3735	248,0486	2,5416	40,9728	3,5903	0,847	2,7332	19,7296	2,5064	0,246	1,2578	18,8102	2,0900
Conceição do Coité	834,2213	1,3962	4,8364	0,9661	4,0349	0,4237	0,49	4,1027	285,2754	2,9230	47,8422	4,1923	0,789	2,9341	19,1375	2,5839	0,594	3,0368	22,5589	2,5065
Conceição do Jacuípe	849,8248	1,4223	9,6597	1,9296	10,7830	1,1324	0,48	4,2089	347,6834	3,5625	48,2311	4,2263	0,868	2,6671	5,8487	5,0000	0,509	2,6021	26,7513	2,9724
Conde	1136,3123	1,9018	11,7793	2,3530	3,6645	0,3848	0,63	3,1566	191,0601	1,9577	34,8921	3,0575	0,886	2,6129	29,0760	1,7007	0,455	2,3248	19,4499	2,1611
Condeúba	1020,5256	1,7080	4,1230	0,8236	3,4211	0,3593	0,49	4,0457	247,3972	2,5349	33,8931	2,9700	0,620	3,7339	24,0943	2,0524	0,477	2,4378	20,6656	2,2962
Contendas do Sincorá	1800,5020	3,0135	3,2845	0,6561	3,2483	0,3411	0,51	3,9588	257,0233	2,6335	39,1083	3,4269	0,771	3,0026	23,7921	2,0784	0,285	1,4580	20,5690	2,2854
Coração de Maria	1015,8871	1,7003	4,9894	0,9967	3,8089	0,4000	0,54	3,7259	240,9359	2,4687	53,7133	4,7067	0,846	2,7364	22,8563	2,1635	0,549	2,8062	21,7044	2,4116
Cordeiros	1285,1050	2,1509	5,7684	1,1523	2,8763	0,3021	0,45	4,4091	248,9322	2,5506	40,1515	3,5184	0,580	3,9914	21,3744	2,3135	0,515	2,6296	23,0179	2,5575
Coribe	1256,1025	2,1023	10,7204	2,1415	3,8346	0,4027	0,59	3,3906	206,1929	2,1127	36,4838	3,1970	0,695	3,3309	24,9284	1,9837	0,244	1,2469	19,9083	2,2120
Coronel João Sá	1388,4501	2,3238	13,7947	2,7556	3,2555	0,3419	0,49	4,0982	214,6063	2,1989	26,7555	2,3445	0,813	2,8475	30,5786	1,6171	0,572	2,9207	21,4483	2,3831
Correntina	1560,1214	2,6112	19,3798	3,8713	15,9333	1,6733	0,59	3,4055	277,3399	2,8417	48,0537	4,2108	0,934	2,4786	24,4007	2,0266	0,322	1,6454	24,7644	2,7516
Cotegipe	1241,5359	2,0779	6,4281	1,2841	3,4902	0,3665	0,56	3,5814	199,1768	2,0408	38,0029	3,3301	0,837	2,7658	25,2867	1,9556	0,320	1,6333	19,0356	2,1151
Cravolândia	1694,6869	2,8364	2,9361	0,5865	3,7050	0,3891	0,52	3,8229	222,0087	2,2748	37,4623	3,2827	0,800	2,8938	24,7596	1,9972	0,255	1,3039	19,3872	2,1541
Crisópolis	1108,5819	1,8554	4,3025	0,8595	4,3080	0,4524	0,58	3,4331	186,3574	1,9095	48,7498	4,2718	0,771	3,0026	25,0295	1,9757	0,354	1,8059	19,5659	2,1740
Cristópolis	1229,3502	2,0576	4,5696	0,9128	3,0462	0,3199	0,55	3,6101	212,4270	2,1766	38,1117	3,3396	0,879	2,6337	24,5057	2,0179	0,349	1,7818	18,8500	2,0944
Cruz das Almas	830,6322	1,3902	11,0641	2,2102	5,7763	0,6066	0,57	3,4961	422,6696	4,3308	45,1402	3,9555	0,758	3,0541	28,3993	1,7412	0,404	2,0655	22,8502	2,5389
Curaçá	1176,7612	1,9695	7,9591	1,5899	3,8090	0,4000	0,53	3,7904	202,1000	2,0708	41,4462	3,6318	0,742	3,1199	25,8858	1,9103	0,573	2,9287	21,4114	2,3790
Dário Meira	0	0	0	0	3,2509	0,3414	0,57	3,5111	184,8704	1,8942	34,0596	2,9845	0,776	2,9832	25,6568	1,9274	0,332	1,6972	15,3391	2,1913
Dias d'Ávila	1360,7777	2,2775	20,2442	4,0440	17,3977	1,8271	0,53	3,7531	379,5526	3,8890	42,9528	3,7638	0,866	2,6732	43,0384	1,1490	0,764	3,9034	27,2802	3,0311
Dom Basílio	1231,0386	2,0604	4,9068	0,9802	4,8831	0,5128	0,46	4,3225	245,0367	2,5107	44,7162	3,9184	0,734	3,1540	22,3115	2,2163	0,773	3,9507	23,6259	2,6251
Dom Macedo Costa	1811,6733	3,0322	4,2199	0,8430	4,1980	0,4409	0,56	3,5586	265,4909	2,7203	39,3463	3,4478	0,803	2,8829	25,3229	1,9528	0,333	1,7029	20,5814	2,2868
Elísio Medrado	1216,0047	2,0352	2,4994	0,4993	3,2479	0,3411	0,50	3,9634	280,5710	2,8748	49,9099	4,3735	0,849	2,7267	21,4342	2,3071	0,594	3,0341	22,1552	2,4617
Encruzilhada	0	0	0	0	4,3217	0,4539	0,51	3,8949	191,0560	1,9576	40,1328	3,5167	0,791	2,9267	26,7561	1,8482	0,331	1,6883	16,2863	2,3266
Entre Rios	1159,7831	1,9411	12,3430	2,4656	6,0734	0,6378	0,63	3,1733	250,6964	2,5687	39,6260	3,4723	0,925	2,5027	3,1867	5,0000	0,363	1,8552	23,6168	2,6241
Érico Cardoso	1111,3335	1,8600	3,6473	0,7286	2,6414	0,2774	0,50	4,0164	255,9681	2,6227	31,8517	2,7911	0,687	3,3697	33,5042	1,4759	0,000	0	17,1419	1,9047

**Nota:** %XP = percentual do valor da variável indicada por município em relação ao universo total do mesmo.

NE = pontuação do município em relação a melhor situação %XP municipal do Estado da Bahia.

(Continua)

## Continuação do Apêndice 3 - Indicadores Dimensionais – Condição Econômica.

MUNICÍPIO	1 - ORÇAMENTO MUNICIPAL PER CAPITA		2 - PERCENTUAL DE RECURSOS PRÓPRIOS MUNICIPAIS		3 - RELAÇÃO PIB PER CAPITA		4 - CONCENTRAÇÃO DE RENDA - ÍNDICE DE GINI		5 - RENDA PER CAPITA		6 - PERCENTUAL DO PEA EM RELAÇÃO A POPULAÇÃO		7 - ÍNDICE DE GINI DE TERRAS		8 - DIVERSIFICAÇÃO DA ECONOMIA - PIB SETORIAL		9 - DINÂMICA POPULACIONAL		ICE	
	%XP1	NE1	%XP3	NE3	%XP4	NE4	%XP5	NE5	%XP6	NE6	%XP7	NE7	%XP8	NE8	%XP9	NE9	%XP10	NE10	SOMAT.	DIV POR 5
Esplanada	1688,5698	2,8261	15,8110	3,1584	13,4387	1,4113	0,59	3,3729	242,0026	2,4796	36,7549	3,2207	0,886	2,6129	16,4027	3,0147	0,522	2,6671	24,7638	2,7515
Euclides da Cunha	873,2943	1,4616	5,6152	1,1217	4,1455	0,4354	0,56	3,5734	241,2655	2,4721	41,0208	3,5945	0,791	2,9267	23,9861	2,0616	0,418	2,1341	19,7811	2,1979
Eunápolis	1224,9435	2,0502	21,4908	5,0000	11,1794	1,1741	0,59	3,4051	466,5858	4,7808	42,8728	3,7568	0,838	2,7625	19,6199	2,5204	0,492	2,5118	27,9616	3,1068
Fátima	1105,7318	1,8507	4,8005	0,9590	3,2290	0,3391	0,53	3,7751	220,0269	2,2545	46,5653	4,0804	0,726	3,1887	25,4768	1,9410	0,390	1,9899	20,3783	2,2643
Feira da Mata	1394,8433	2,3345	4,1759	0,8342	4,4599	0,4684	0,55	3,6625	196,6610	2,0151	35,3449	3,0972	0,690	3,3551	27,0546	1,8278	0,449	2,2946	19,8893	2,2099
Feira de Santana	825,0005	1,3808	28,1534	5,0000	9,4559	0,9931	0,61	3,2800	494,4735	5,0000	47,5478	4,1665	0,851	2,7203	28,2563	1,7501	0,484	2,4717	26,7624	2,9736
Filadélfia	1107,2922	1,8533	9,2085	1,8395	2,8000	0,2941	0,58	3,4578	208,2751	2,1341	40,1622	3,5193	0,702	3,2977	27,5186	1,7970	0,433	2,2111	20,4037	2,2671
Firmino Alves	1487,6663	2,4899	2,2069	0,4408	3,4727	0,3647	0,43	4,6077	303,5778	3,1106	38,8480	3,4041	0,785	2,9490	15,1688	3,2600	0,413	2,1120	22,7389	2,5265
Floresta Azul	1164,5103	1,9490	5,3197	1,0627	3,3311	0,3498	0,47	4,2515	231,8832	2,3759	38,7456	3,3952	0,705	3,2837	24,2369	2,0403	0,218	1,1129	19,8210	2,2023
Formosa do Rio Preto	1471,5524	2,4629	8,0604	1,6102	20,3875	2,1411	0,62	3,2354	255,1791	2,6146	40,3132	3,5325	0,882	2,6247	35,5784	1,3899	0,532	2,7185	22,3299	2,4811
Gandu	903,7916	1,5127	13,0757	2,6120	4,3989	0,4620	0,60	3,3183	346,7982	3,5534	44,3062	3,8824	0,711	3,2560	27,7688	1,7808	0,417	2,1285	22,5061	2,5007
Gavião	1389,9413	2,3263	4,2341	0,8458	3,0680	0,3222	0,42	4,7260	247,4833	2,5358	42,2474	3,7020	0,622	3,7219	22,4384	2,2038	0,452	2,3093	22,6931	2,5215
Gentio do Ouro	1252,8243	2,0968	4,6061	0,9201	2,8063	0,2947	0,53	3,8069	184,2528	1,8879	30,7680	2,6961	0,653	3,5452	24,9117	1,9850	0,430	2,1945	19,4273	2,1586
Glória	1312,6878	2,1970	2,7087	0,5411	2,6376	0,2770	0,53	3,8063	237,2244	2,4307	32,5649	2,8536	0,730	3,1712	51,5099	0,9600	0,495	2,5304	18,7673	2,0853
Gongogi	0	0	0	0	2,8143	0,2956	0,47	4,2181	208,9003	2,1405	30,9949	2,7160	0,617	3,7520	25,4490	1,9431	0,157	0,8043	15,8695	2,2671
Governador Mangabeira	1044,1920	1,7477	5,5315	1,1050	4,2299	0,4442	0,54	3,7007	248,3753	2,5449	49,8080	4,3645	0,817	2,8335	14,2105	3,4798	0,455	2,3244	22,5448	2,5050
Guajeru	893,5574	1,4955	3,2469	0,6486	2,3782	0,2498	0,46	4,3569	228,1103	2,3373	43,7671	3,8352	0,708	3,2698	16,8786	2,9297	0,507	2,5880	21,7107	2,4123
Guanambi	820,2367	1,3728	10,5485	2,1072	5,8693	0,6164	0,56	3,5824	389,5666	3,9916	44,3107	3,8828	0,671	3,4501	34,5400	1,4317	0,458	2,3395	22,7745	2,5305
Guaratinga	1047,8015	1,7537	8,9778	1,7934	3,8607	0,4054	0,54	3,6879	228,3587	2,3398	34,1657	2,9938	0,782	2,9604	29,6022	1,6705	0,213	1,0863	18,6913	2,0768
Heliópolis	1159,0267	1,9399	2,5161	0,5026	3,1458	0,3304	0,51	3,9578	218,5785	2,2396	48,3543	4,2371	0,645	3,5891	23,2310	2,1286	0,583	2,9774	21,9025	2,4336
Iaçu	1167,1252	1,9534	5,1324	1,0252	3,4566	0,3630	0,63	3,1768	218,8739	2,2427	36,9743	3,2400	0,816	2,8370	24,9702	1,9804	0,232	1,1854	18,0039	2,0004
Ibiassucê	1119,6080	1,8739	5,7090	1,1404	3,6382	0,3821	0,46	4,3837	289,9972	2,9714	36,5404	3,2019	0,591	3,9171	21,2681	2,3251	0,464	2,3689	22,5645	2,5072
Ibicarai	1058,1081	1,7709	15,3940	3,0751	3,3733	0,3543	0,54	3,7131	287,4656	2,9455	38,8443	3,4038	0,594	3,8973	30,4347	1,6248	0,140	0,7148	21,4995	2,3888
Ibicoara	0	0	0	0	14,0010	1,4704	0,49	4,0601	257,5895	2,6393	43,4812	3,8101	0,915	2,5301	39,4477	1,2536	1,957	9,9953	25,7589	3,6798
Ibicuí	1152,7423	1,9293	9,1400	1,8258	3,5525	0,3731	0,52	3,8601	290,2141	2,9736	40,3415	3,5350	0,874	2,6487	22,8271	2,1663	0,445	2,2709	21,5828	2,3981

Nota: %XP = percentual do valor da variável indicada por município em relação ao universo total do mesmo.

NE = pontuação do município em relação a melhor situação %XP municipal do Estado da Bahia.

(Continua)

Continuação do Apêndice 3 - Indicadores Dimensionais – Condição Econômica.

MUNICIPIO	1 - ORÇAMENTO MUNICIPAL PER CAPITA		2 - PERCENTUAL DE RECURSOS PRÓPRIOS MUNICIPAIS		3 - RELAÇÃO PIB PER CAPITA		4 - CONCENTRAÇÃO DE RENDA - INDICE DE GINI		5 - RENDA PER CAPITA		6 - PERCENTUAL DO PEA EM RELAÇÃO A POPULAÇÃO		7 - INDICE DE GINI DE TERRAS		8 - DIVERSIFICAÇÃO DA ECONOMIA - PIB SETORIAL		9 - DINAMICA POPULACIONAL		ICE	
	%XP1	NE1	%XP3	NE3	%XP4	NE4	%XP5	NE5	%XP6	NE6	%XP7	NE7	%XP8	NE8	%XP9	NE9	%XP10	NE10	SOMAT.	DIV POR 5
Ibipeba	1026,7435	1,7185	5,0586	1,0105	2,9732	0,3122	0,58	3,4781	224,6279	2,3016	37,6850	3,3022	0,806	2,8722	18,7526	2,6370	0,383	1,9579	19,5903	2,1767
Ibipitanga	1060,3078	1,7746	4,4127	0,8815	2,9514	0,3100	0,58	3,4550	226,8930	2,3248	32,6952	2,8650	0,531	4,3597	13,0103	3,8008	0,707	3,6132	23,3847	2,5983
Ibiquera	0	0	0	0	3,1716	0,3331	0,61	3,2889	172,3141	1,7656	30,8351	2,7020	0,796	2,9083	1,2546	5,0000	0,287	1,4669	17,4648	2,4950
Ibirapitanga	0	0	0	0	3,2651	0,3429	0,52	3,8270	238,9068	2,4479	36,5548	3,2032	0,694	3,3357	26,2977	1,8804	0,320	1,6322	16,6694	2,3813
Ibirapuã	1451,2351	2,4289	8,3170	1,6614	6,7812	0,7122	0,52	3,8786	384,1703	3,9363	42,0930	3,6885	0,802	2,8865	30,1485	1,6402	0,422	2,1545	22,9872	2,5541
Ibirataia	1446,8247	2,4215	5,4424	1,0872	5,0026	0,5254	0,49	4,0415	258,0059	2,6436	39,8331	3,4905	0,653	3,5452	24,5236	2,0164	0,141	0,7209	20,4922	2,2769
Ibitiara	1069,1511	1,7894	2,6166	0,5227	2,7379	0,2875	0,56	3,5920	208,0926	2,1322	37,8379	3,3156	0,649	3,5670	29,1037	1,6991	0,566	2,8933	19,7990	2,1999
Ibititá	1040,9932	1,7423	3,4381	0,6868	3,0466	0,3200	0,50	3,9887	213,6041	2,1887	38,1639	3,3442	0,666	3,4760	25,1332	1,9675	0,335	1,7106	19,4246	2,1583
Ibotirama	1098,2615	1,8381	11,1938	2,2361	4,5668	0,4796	0,56	3,6001	315,3531	3,2312	44,2866	3,8807	0,818	2,8301	29,5127	1,6755	0,490	2,5037	22,2752	2,4750
Ichu	0	0	0	0	3,2295	0,3392	0,47	4,2249	274,9643	2,8174	44,2796	3,8801	0,727	3,1843	17,0143	2,9064	0,564	2,8791	20,2313	2,8902
Igaporã	1179,0545	1,9734	12,5687	2,5107	2,8499	0,2993	0,50	4,0036	260,0783	2,6648	37,7485	3,3078	0,713	3,2468	22,7605	2,1726	0,407	2,0785	22,2576	2,4731
Igrapiúna	1298,0276	2,1725	3,4261	0,6844	7,7551	0,8144	0,55	3,6504	218,1263	2,2350	33,7919	2,9611	0,836	2,7691	24,5424	2,0149	0,192	0,9817	18,2835	2,0315
Iguaí	945,0305	1,5817	4,9519	0,9892	2,9260	0,3073	0,58	3,4735	231,3401	2,3704	36,8045	3,2251	0,746	3,1032	22,4712	2,2006	0,489	2,4960	19,7469	2,1941
Ilhéus	969,7057	1,6230	12,6867	2,5343	8,8626	0,9307	0,59	3,4113	488,5719	5,0000	42,2812	3,7050	0,701	3,3024	28,8454	1,7143	0,129	0,6610	22,8820	2,5424
Inhambupe	936,4060	1,5673	6,6947	1,3373	3,6231	0,3805	0,54	3,7346	218,8768	2,2427	42,9015	3,7593	0,914	2,5328	15,1481	3,2644	0,526	2,6894	21,5083	2,3898
Ipecaetá	1199,8572	2,0082	2,6969	0,5387	2,5688	0,2698	0,53	3,7496	182,1278	1,8661	48,3750	4,2390	0,789	2,9341	25,7571	1,9199	0,577	2,9475	20,4728	2,2748
Ipiaú	867,1839	1,4514	17,0474	3,4054	5,0078	0,5259	0,70	2,8655	361,8018	3,7071	41,6038	3,6456	0,626	3,6981	32,1615	1,5376	0,366	1,8693	22,7059	2,5229
Ipirá	859,3421	1,4383	5,3069	1,0601	3,5929	0,3773	0,53	3,7471	235,0288	2,4082	39,8419	3,4912	0,787	2,9416	18,5083	2,6718	0,545	2,7826	20,9182	2,3242
Ipupiara	1130,8379	1,8927	7,5650	1,5112	3,1072	0,3263	0,50	3,9950	242,4294	2,4840	37,6597	3,3000	0,690	3,3551	31,3161	1,5791	0,453	2,3117	20,7550	2,3061
Irajuba	1384,4157	2,3171	3,6388	0,7269	3,5771	0,3757	0,53	3,7898	217,5801	2,2294	35,8983	3,1457	0,847	2,7332	27,3961	1,8050	0,505	2,5779	19,7005	2,1889
Iramaia	0	0	0	0	3,5582	0,3737	0,51	3,9148	204,7696	2,0981	36,0594	3,1598	0,830	2,7892	27,4432	1,8019	0,003	0,0164	14,1538	2,0220
Iraquara	1021,7309	1,7101	4,2889	0,8568	4,8076	0,5049	0,62	3,2251	188,8916	1,9354	41,1871	3,6091	0,808	2,8651	28,2152	1,7526	0,568	2,9011	19,3602	2,1511
Irará	1049,6194	1,7567	3,8491	0,7689	4,1103	0,4317	0,50	4,0201	260,4086	2,6682	47,9681	4,2033	0,715	3,2378	28,2594	1,7499	0,600	3,0638	21,9003	2,4334
Irecê	1194,4207	1,9991	9,5151	1,9007	5,4700	0,5745	0,60	3,3385	382,3304	3,9175	44,1022	3,8645	0,724	3,1975	37,4810	1,3193	0,453	2,3116	22,4233	2,4915
Itabela	1133,2088	1,8966	14,0274	2,8021	5,1929	0,5454	0,56	3,5431	284,0563	2,9105	37,4681	3,2832	0,700	3,3071	22,9306	2,1565	0,403	2,0589	22,5035	2,5004

Nota: %XP = percentual do valor da variável indicada por município em relação ao universo total do mesmo.

NE = pontuação do município em relação a melhor situação %XP municipal do Estado da Bahia.

(Continua)

Continuação do **Apêndice 3** - Indicadores Dimensionais – Condição Econômica.

MUNICÍPIO	1 - ORÇAMENTO MUNICIPAL PER CAPITA		2 - PERCENTUAL DE RECURSOS PRÓPRIOS MUNICIPAIS		3 - RELAÇÃO PIB PER CAPITA		4 - CONCENTRAÇÃO DE RENDA - ÍNDICE DE GINI		5 - RENDA PER CAPITA		6 - PERCENTUAL DO PEA EM RELAÇÃO A POPULAÇÃO		7 - ÍNDICE DE GINI DE TERRAS		8 - DIVERSIFICAÇÃO DA ECONOMIA - PIB SETORIAL		9 - DINÂMICA POPULACIONAL		ICE	
	%XP1	NE1	%XP3	NE3	%XP4	NE4	%XP5	NE5	%XP6	NE6	%XP7	NE7	%XP8	NE8	%XP9	NE9	%XP10	NE10	SOMAT.	DIV POR 5
Itaberaba	955,6190	1,5994	11,7571	2,3486	4,5710	0,4800	0,59	3,3848	329,5607	3,3768	42,6021	3,7331	0,774	2,9910	30,4832	1,6222	0,389	1,9861	21,5220	2,3913
Itabuna	842,6687	1,4104	17,9850	3,5927	9,5053	0,9982	0,57	3,5058	524,9721	5,0000	45,4606	3,9836	0,712	3,2514	28,8800	1,7123	0,341	1,7412	25,1955	2,7995
Itacaré	1004,8598	1,6818	14,0930	2,8152	3,3909	0,3561	0,56	3,5823	275,0085	2,8178	39,9525	3,5009	0,744	3,1116	21,0664	2,3473	0,643	3,2860	23,4991	2,6110
Itaeté	1176,5797	1,9692	5,0982	1,0184	3,3313	0,3499	0,56	3,5507	198,6511	2,0354	29,0619	2,5466	0,823	2,8129	24,2975	2,0352	0,439	2,2434	18,5617	2,0624
Itagi	0	0	0	0	3,2623	0,3426	0,47	4,2110	218,4091	2,2379	35,3318	3,0960	0,846	2,7364	22,3500	2,2125	0,296	1,5121	16,3485	2,3355
Itagibá	1799,1011	3,0111	40,6882	5,0000	5,9468	0,6245	0,50	4,0086	251,3174	2,5751	35,6299	3,1221	0,702	3,2977	32,4889	1,5221	0,393	2,0080	25,1692	2,7966
Itagimirim	1621,9485	2,7146	8,8778	1,7734	5,3536	0,5622	0,53	3,7776	309,9512	3,1759	38,9112	3,4097	0,930	2,4892	26,4982	1,8662	0,220	1,1240	20,8928	2,3214
Itaguaçu da Bahia	1281,9483	2,1456	6,6710	1,3326	2,8038	0,2945	0,53	3,7549	178,0941	1,8248	37,2605	3,2650	0,714	3,2423	25,9254	1,9074	0,607	3,1033	20,8704	2,3189
Itaju do Colônia	1410,2776	2,3604	7,2264	1,4436	4,1303	0,4338	0,48	4,1744	256,9048	2,6323	37,6681	3,3007	0,648	3,5725	23,0527	2,1451	0,148	0,7573	20,8201	2,3133
Itajuípe	0	0	0	0	4,5436	0,4772	0,51	3,9491	320,7477	3,2865	39,7345	3,4818	0,553	4,1863	8,9141	5,0000	0,237	1,2109	21,5918	3,0845
Itamaraju	933,2500	1,5620	7,8103	1,5602	7,1190	0,7476	0,56	3,5870	352,2641	3,6094	42,2640	3,7035	0,813	2,8475	22,5456	2,1933	0,288	1,4697	21,2801	2,3645
Itamari	1439,5291	2,4093	3,9463	0,7883	3,6939	0,3879	0,53	3,7972	290,7964	2,9796	41,3090	3,6198	0,669	3,4604	26,1590	1,8904	0,440	2,2453	21,5783	2,3976
Itambé	1128,1947	1,8882	5,3596	1,0706	4,5640	0,4793	0,41	4,8699	280,8747	2,8779	39,0809	3,4245	0,813	2,8475	18,5989	2,6588	0,189	0,9656	21,0824	2,3425
Itanagra	1381,7329	2,3126	8,7278	1,7435	4,1325	0,4340	0,64	3,1460	252,2279	2,5844	35,0444	3,0708	0,837	2,7658	17,7481	2,7862	0,492	2,5117	21,3550	2,3728
Itanhém	1053,1959	1,7627	3,4404	0,6872	5,1976	0,5458	0,54	3,7022	354,7245	3,6346	38,3330	3,3590	0,709	3,2652	22,0014	2,2476	0,247	1,2607	20,4651	2,2739
Itaparica	0	0	0	0	4,1989	0,4410	0,61	3,2583	311,7754	3,1946	43,6338	3,8235	0,718	3,2242	24,3491	2,0309	0,396	2,0219	17,9943	2,5706
Itapé	1115,6481	1,8672	3,7096	0,7410	3,2097	0,3371	0,48	4,1977	279,5015	2,8639	40,0661	3,5109	0,663	3,4917	24,2960	2,0353	0,050	0,2578	19,3026	2,1447
Itapebi	2028,3895	3,3949	7,7732	1,5528	17,3049	1,8174	0,50	4,0021	275,5159	2,8230	36,2706	3,1783	0,699	3,3119	9,3382	5,0000	0,243	1,2437	26,3241	2,9249
Itapetinga	919,8862	1,5396	17,0163	3,3992	8,1402	0,8549	0,49	4,0520	419,4476	4,2978	46,2520	4,0529	0,674	3,4347	23,7772	2,0797	0,502	2,5644	26,2752	2,9195
Itapicuru	912,6964	1,5276	3,5232	0,7038	3,1519	0,3310	0,55	3,6433	178,3062	1,8270	37,5793	3,2930	0,771	3,0026	26,2312	1,8852	0,482	2,4607	18,6740	2,0749
Itapitanga	1307,2887	2,1880	13,0169	2,6003	3,1018	0,3258	0,44	4,5558	222,4363	2,2792	33,0532	2,8964	0,827	2,7993	26,2327	1,8851	0,283	1,4464	20,9761	2,3307
Itaquara	1294,5893	2,1667	8,2189	1,6418	3,8031	0,3994	0,57	3,5050	205,6744	2,1074	43,9027	3,8471	0,868	2,6671	22,0869	2,2389	0,524	2,6763	21,2497	2,3611
Itarantim	1093,3302	1,8299	8,3306	1,6641	3,7157	0,3902	0,52	3,8383	279,6052	2,8649	38,5764	3,3803	0,776	2,9832	18,2511	2,7094	0,526	2,6848	22,3452	2,4828
Itatim	1248,0156	2,0888	4,6211	0,9231	4,9864	0,5237	0,47	4,2478	235,5665	2,4137	39,6038	3,4704	0,806	2,8722	42,9456	1,1515	0,462	2,3622	20,0533	2,2281
Itiruçu	1052,5086	1,7616	6,6200	1,3224	4,7925	0,5033	0,51	3,9123	263,7838	2,7028	44,2910	3,8811	0,732	3,1626	24,6344	2,0074	0,265	1,3540	20,6074	2,2897

**Nota:** %XP = percentual do valor da variável indicada por município em relação ao universo total do mesmo.

NE = pontuação do município em relação a melhor situação %XP municipal do Estado da Bahia.

(Continua)



Continuação do **Apêndice 3** - Indicadores Dimensionais – Condição Econômica.

MUNICÍPIO	1 - ORÇAMENTO MUNICIPAL PER CAPITA		2 - PERCENTUAL DE RECURSOS PRÓPRIOS MUNICIPAIS		3 - RELAÇÃO PIB PER CAPITA		4 - CONCENTRAÇÃO DE RENDA - ÍNDICE DE GINI		5 - RENDA PER CAPITA		6 - PERCENTUAL DO PEA EM RELAÇÃO A POPULAÇÃO		7 - ÍNDICE DE GINI DE TERRAS		8 - DIVERSIFICAÇÃO DA ECONOMIA - PIB SETORIAL		9 - DINÂMICA POPULACIONAL		ICE	
	%XP1	NE1	%XP3	NE3	%XP4	NE4	%XP5	NE5	%XP6	NE6	%XP7	NE7	%XP8	NE8	%XP9	NE9	%XP10	NE10	SOMAT.	DIV POR 5
Itiúba	942,2436	1,5770	3,4768	0,6945	3,0132	0,3164	0,57	3,5165	194,6167	1,9941	39,8140	3,4888	0,642	3,6059	29,7123	1,6643	0,394	2,0131	18,8708	2,0968
Itororó	1101,4328	1,8435	10,3218	2,0619	3,3506	0,3519	0,46	4,3279	309,3263	3,1695	39,0418	3,4211	0,724	3,1975	19,6324	2,5188	0,389	1,9847	22,8767	2,5419
Ituaçu	1298,3005	2,1730	6,0359	1,2057	3,4583	0,3632	0,52	3,8245	260,4505	2,6687	42,9936	3,7674	0,712	3,2514	23,6927	2,0871	0,892	4,5552	23,8962	2,6551
Ituberá	1060,5614	1,7751	4,7777	0,9544	4,4324	0,4655	0,52	3,8664	279,1709	2,8605	44,4623	3,8961	0,775	2,9871	19,2059	2,5747	0,402	2,0530	21,4327	2,3814
Iuiú	1234,7387	2,0666	3,0647	0,6122	4,4314	0,4654	0,46	4,3321	210,6117	2,1580	32,4082	2,8398	0,843	2,7461	24,0346	2,0575	0,458	2,3371	19,6148	2,1794
Jaborandi	1967,2660	3,2926	14,3507	2,8667	17,7579	1,8649	0,64	3,1422	211,7507	2,1697	39,3930	3,4519	0,904	2,5608	37,0816	1,3335	0,172	0,8811	21,5634	2,3959
Jacaraci	1191,4616	1,9941	5,6278	1,1242	3,0499	0,3203	0,47	4,2286	267,0054	2,7358	41,6762	3,6520	0,569	4,0685	22,1525	2,2323	0,649	3,3178	23,6736	2,6304
Jacobina	911,5886	1,5257	17,2549	3,4468	5,7804	0,6071	0,55	3,6088	357,5566	3,6636	46,2789	4,0553	0,793	2,9193	31,7208	1,5589	0,373	1,9051	23,2906	2,5878
Jaguapara	777,5947	1,3015	8,3015	1,6583	4,4406	0,4664	0,51	3,8847	254,6323	2,6090	44,1919	3,8724	0,752	3,0785	27,8847	1,7734	0,407	2,0789	20,7231	2,3026
Jaguarari	1331,2412	2,2281	10,9188	2,1811	7,9644	0,8364	0,68	2,9605	296,9580	3,0427	37,5529	3,2907	0,733	3,1583	30,9353	1,5985	0,542	2,7706	22,0668	2,4519
Jaguaripe	1184,8767	1,9831	4,6543	0,9298	3,3663	0,3535	0,56	3,5428	195,2845	2,0009	36,7012	3,2160	0,859	2,6950	23,0424	2,1460	0,527	2,6914	19,5586	2,1732
Jandaíra	1185,3614	1,9839	3,8102	0,7611	3,8446	0,4038	0,55	3,6388	175,0711	1,7938	34,2563	3,0018	0,884	2,6188	28,0727	1,7615	0,329	1,6828	17,6463	1,9607
Jequié	1177,9347	1,9715	14,4508	2,8867	9,1365	0,9595	0,56	3,5448	391,0300	4,0066	44,3040	3,8822	0,814	2,8440	34,7472	1,4231	0,370	1,8915	23,4100	2,6011
Jeremoabo	916,2834	1,5336	3,7165	0,7424	3,2699	0,3434	0,53	3,7455	231,8395	2,3755	36,7206	3,2177	0,872	2,6548	29,6490	1,6678	0,481	2,4594	18,7402	2,0822
Jiquiriçá	1053,9936	1,7641	5,6816	1,1349	2,8866	0,3032	0,51	3,9503	220,2011	2,2563	50,8153	4,4528	0,783	2,9566	24,5032	2,0181	0,516	2,6381	21,4743	2,3860
Jitaúna	1277,6553	2,1384	5,7738	1,1534	3,5318	0,3709	0,52	3,8743	228,4575	2,3408	30,3703	2,6613	0,685	3,3796	26,1230	1,8930	0,268	1,3681	19,1797	2,1311
João Dourado	976,2159	1,6339	7,4902	1,4962	3,9643	0,4163	0,53	3,7399	210,8861	2,1608	39,7732	3,4852	0,741	3,1242	23,3471	2,1180	0,486	2,4813	20,6558	2,2951
Juazeiro	1112,2821	1,8616	14,6214	2,9208	7,3318	0,7700	0,57	3,5134	387,6045	3,9715	43,0547	3,7728	0,828	2,7959	16,5876	2,9811	0,506	2,5868	25,1740	2,7971
Jucuruçu	1309,1377	2,1911	1,7481	0,3492	5,2520	0,5516	0,56	3,5581	207,1789	2,1228	34,8805	3,0565	0,735	3,1497	22,2702	2,2205	0,105	0,5349	17,7343	1,9705
Jussara	1121,8634	1,8777	6,2226	1,2430	2,5415	0,2669	0,52	3,8630	205,9554	2,1103	37,5404	3,2896	0,752	3,0785	31,0708	1,5915	0,319	1,6293	18,9497	2,1055
Jussari	0	0	0	0	4,1001	0,4306	0,52	3,8278	257,4907	2,6383	37,1788	3,2579	0,771	3,0026	12,4626	3,9679	0,156	0,7963	17,9214	2,5602
Jussiape	1204,7506	2,0164	4,2607	0,8511	3,0920	0,3247	0,46	4,3448	270,9377	2,7761	36,6736	3,2136	0,687	3,3697	28,4866	1,7359	0,113	0,5789	19,2113	2,1346
Lafaiete Coutinho	1873,3723	3,1354	2,0235	0,4042	4,0446	0,4248	0,52	3,8531	250,6891	2,5686	39,8617	3,4930	0,795	2,9119	30,6556	1,6131	0,395	2,0191	20,4233	2,2693
Lagoa Real	1143,1709	1,9133	3,4386	0,6869	2,6986	0,2834	0,46	4,3895	187,6223	1,9224	37,9376	3,3244	0,711	3,2560	25,0880	1,9711	0,696	3,5544	21,3014	2,3668
Laje	1163,8367	1,9479	8,4308	1,6841	4,9148	0,5162	0,48	4,2080	226,8477	2,3244	52,9933	4,6437	0,816	2,8370	26,8254	1,8434	0,488	2,4947	22,4993	2,4999

**Nota:** %XP = percentual do valor da variável indicada por município em relação ao universo total do mesmo.

NE = pontuação do município em relação a melhor situação %XP municipal do Estado da Bahia.

(Continua)

Continuação do Apêndice 3 - Indicadores Dimensionais – Condição Econômica.

MUNICIPIO	1 - ORÇAMENTO MUNICIPAL PER CAPITA		2 - PERCENTUAL DE RECURSOS PRÓPRIOS MUNICIPAIS		3 - RELAÇÃO PIB PER CAPITA		4 - CONCENTRAÇÃO DE RENDA - ÍNDICE DE GINI		5 - RENDA PER CAPITA		6 - PERCENTUAL DO PEA EM RELAÇÃO A POPULAÇÃO		7 - ÍNDICE DE GINI DE TERRAS		8 - DIVERSIFICAÇÃO DA ECONOMIA - PIB SETORIAL		9 - DINÂMICA POPULACIONAL		ICE	
	%XP1	NE1	%XP3	NE3	%XP4	NE4	%XP5	NE5	%XP6	NE6	%XP7	NE7	%XP8	NE8	%XP9	NE9	%XP10	NE10	SOMAT.	DIV POR 5
Lajedão	2118,3909	3,5455	4,5600	0,9109	7,0410	0,7394	0,52	3,8495	374,6164	3,8384	40,4107	3,5411	0,719	3,2197	32,7259	1,5110	0,395	2,0180	23,1737	2,5749
Lajedinho	2047,7123	3,4272	7,4528	1,4888	4,8928	0,5138	0,58	3,4303	183,6193	1,8814	28,4990	2,4973	0,757	3,0581	21,6962	2,2792	0,379	1,9353	20,5115	2,2791
Lajedo do Tabocal	0	0	0	0	4,8152	0,5057	0,56	3,5535	209,5853	2,1475	41,9245	3,6737	0,685	3,3796	19,9838	2,4745	0,364	1,8575	17,5920	2,5131
Lamarão	1256,1613	2,1024	1,6477	0,3291	2,6200	0,2752	0,52	3,8676	176,4062	1,8075	53,3662	4,6763	0,797	2,9046	23,2003	2,1314	0,382	1,9538	20,0480	2,2276
Lapão	978,9204	1,6384	8,6906	1,7360	3,6447	0,3828	0,54	3,7246	214,2229	2,1950	39,6146	3,4713	0,668	3,4656	20,7511	2,3830	0,390	1,9928	20,9895	2,3322
Lauro de Freitas	1354,1016	2,2663	34,0876	5,0000	14,0728	1,4779	0,66	3,0132	837,3598	5,0000	50,8530	4,4561	0,769	3,0104	30,9286	1,5988	0,739	3,7762	29,5991	3,2888
Lençóis	1099,9880	1,8410	9,4703	1,8918	4,1960	0,4407	0,61	3,2532	309,8824	3,1752	45,8409	4,0169	0,810	2,8580	24,4608	2,0216	0,557	2,8441	22,3425	2,4825
Licínio de Almeida	1092,4998	1,8285	7,3602	1,4703	3,5506	0,3729	0,45	4,4058	264,2465	2,7076	32,1752	2,8194	0,665	3,4812	27,6718	1,7870	0,352	1,7958	20,6684	2,2965
Livramento de Nossa Senhora	835,7166	1,3987	13,2461	2,6460	4,0920	0,4297	0,54	3,7151	286,1497	2,9320	37,2979	3,2683	0,709	3,2652	22,3189	2,2156	0,529	2,6999	22,5706	2,5078
Luís Eduardo Magalhães	1370,3593	2,2936	19,0108	3,7976	25,6047	2,6890	0,63	3,1684	683,8423	5,0000	0	0	0,000	0	18,3049	2,7015	0,000	0	19,6500	3,2750
Macajuba	1256,5398	2,1031	7,5737	1,5129	3,0620	0,3216	0,56	3,5819	170,9466	1,7516	40,0162	3,5065	0,800	2,8938	13,6664	3,6184	0,860	4,3922	23,6819	2,6313
Macarani	1174,8891	1,9664	13,8867	2,7740	3,3641	0,3533	0,47	4,2711	317,1341	3,2495	38,4679	3,3708	0,687	3,3697	18,6981	2,6447	0,572	2,9203	24,9198	2,7689
Macaúbas	973,5733	1,6295	9,6643	1,9305	2,6508	0,2784	0,56	3,5809	250,1263	2,5629	29,5837	2,5923	0,645	3,5891	26,5715	1,8610	0,619	3,1633	21,1879	2,3542
Macururé	1325,0010	2,2176	2,3269	0,4648	2,4105	0,2532	0,54	3,7279	210,6084	2,1580	47,2218	4,1379	0,686	3,3746	44,3920	1,1139	0,514	2,6258	20,0738	2,2304
Madre de Deus	5420,6743	5,0000	12,5306	2,5031	10,1405	1,0650	0,56	3,5403	414,9940	4,2522	45,2173	3,9623	0,000	0	46,4423	1,0648	0,744	3,8023	25,1899	3,1487
Maetinga	1539,4054	2,5765	6,4087	1,2802	3,0328	0,3185	0,46	4,3537	240,7268	2,4666	46,7339	4,0952	0,574	4,0331	28,7697	1,7188	0,727	3,7140	24,5566	2,7285
Maiquinique	1029,3344	1,7228	5,7989	1,1584	4,3100	0,4526	0,47	4,2992	311,6975	3,1938	37,5007	3,2861	0,624	3,7099	4,1455	5,0000	0,628	3,2078	26,0306	2,8923
Mairi	1085,6670	1,8171	5,0781	1,0144	2,9315	0,3079	0,51	3,9229	248,9669	2,5510	41,5336	3,6395	0,731	3,1669	27,0768	1,8263	0,459	2,3449	20,5908	2,2879
Malhada	1223,6580	2,0480	5,6509	1,1288	3,5754	0,3755	0,49	4,0584	188,8005	1,9345	34,6185	3,0335	0,876	2,6427	23,2229	2,1294	0,380	1,9413	19,2922	2,1436
Malhada de Pedras	1127,5924	1,8872	3,1634	0,6319	2,5550	0,2683	0,49	4,1052	234,7179	2,4050	36,9012	3,2335	0,655	3,5344	26,3643	1,8756	0,677	3,4579	21,3991	2,3777
Manoel Vitorino	1211,9145	2,0284	3,2540	0,6500	3,0726	0,3227	0,52	3,8774	204,9451	2,0999	32,8208	2,8760	0,751	3,0826	18,2213	2,7139	0,385	1,9663	19,6171	2,1797
Mansidão	1168,2885	1,9554	4,6987	0,9386	2,3587	0,2477	0,55	3,6245	225,8145	2,3138	27,7814	2,4344	0,819	2,8266	24,2793	2,0367	0,440	2,2484	18,6261	2,0696
Maracás	1114,3084	1,8650	7,4750	1,4932	4,4438	0,4667	0,51	3,9022	227,5535	2,3316	40,7202	3,5682	0,766	3,0222	22,6949	2,1789	0,272	1,3917	20,2197	2,2466
Maragogipe	1074,7760	1,7988	17,9852	3,5927	3,6506	0,3834	0,58	3,4327	238,9181	2,4480	42,0517	3,6849	0,777	2,9794	24,1449	2,0481	0,334	1,7048	22,0729	2,4525
Maraú	0	0	0	0	3,2377	0,3400	0,73	2,7489	285,1736	2,9220	28,6348	2,5092	0,755	3,0662	24,2963	2,0353	0,273	1,3961	15,0177	2,1454

Nota: %XP = percentual do valor da variável indicada por município em relação ao universo total do mesmo.

NE = pontuação do município em relação a melhor situação %XP municipal do Estado da Bahia.

(Continua)

Continuação do **Apêndice 3** - Indicadores Dimensionais – Condição Econômica.

MUNICIPIO	1 - ORÇAMENTO MUNICIPAL PER CAPITA		2 - PERCENTUAL DE RECURSOS PRÓPRIOS MUNICIPAIS		3 - RELAÇÃO PIB PER CAPITA		4 - CONCENTRAÇÃO DE RENDA - ÍNDICE DE GINI		5 - RENDA PER CAPITA		6 - PERCENTUAL DO PEA EM RELAÇÃO A POPULAÇÃO		7 - ÍNDICE DE GINI DE TERRAS		8 - DIVERSIFICAÇÃO DA ECONOMIA - PIB SETORIAL		9 - DINAMICA POPULACIONAL		ICE	
	%XP1	NE1	%XP3	NE3	%XP4	NE4	%XP5	NE5	%XP6	NE6	%XP7	NE7	%XP8	NE8	%XP9	NE9	%XP10	NE10	SOMAT.	DIV POR 5
Marcionílio Souza	1387,5756	2,3224	10,4108	2,0797	3,2018	0,3363	0,51	3,8999	181,4598	1,8593	31,3313	2,7455	0,708	3,2698	21,3941	2,3114	0,343	1,7530	20,5771	2,2863
Mascote	1245,6101	2,0848	9,5233	1,9024	3,2069	0,3368	0,61	3,3000	219,0255	2,2442	32,2675	2,8275	0,636	3,6399	25,2048	1,9619	0,210	1,0713	19,3687	2,1521
Mata de São João	1822,8934	3,0510	47,3977	5,0000	7,2608	0,7625	0,59	3,4113	342,8270	3,5127	43,3818	3,8014	0,817	2,8335	16,9201	2,9226	0,535	2,7312	28,0262	3,1140
Matina	1290,6597	2,1602	8,9622	1,7903	2,6790	0,2814	0,44	4,5009	195,9975	2,0083	24,8788	2,1801	0,705	3,2837	27,9534	1,7690	0,563	2,8767	20,8504	2,3167
Medeiros Neto	1204,9901	2,0168	5,1297	1,0247	6,3220	0,6639	0,55	3,6381	335,9522	3,4423	36,6185	3,2088	0,767	3,0183	14,1817	3,4869	0,314	1,6061	22,1058	2,4562
Miguel Calmon	0	0	0	0	3,4066	0,3578	0,55	3,6431	244,1200	2,5013	40,5674	3,5548	0,753	3,0744	25,6600	1,9271	0,384	1,9603	17,0188	2,4313
Milagres	1363,2618	2,2817	6,1898	1,2365	3,9281	0,4125	0,53	3,8073	255,8845	2,6219	40,5446	3,5528	0,807	2,8686	38,4145	1,2873	0,132	0,6756	18,7442	2,0827
Mirangaba	1350,6244	2,2605	2,8878	0,5769	3,3818	0,3552	0,52	3,8807	173,6332	1,7791	37,0149	3,2435	0,768	3,0143	26,5385	1,8633	0,890	4,5468	21,5203	2,3911
Mirante	1037,6242	1,7367	2,4655	0,4925	2,0779	0,2182	0,53	3,7842	193,3607	1,9812	40,5029	3,5492	0,659	3,5129	25,4036	1,9466	0,714	3,6493	20,8708	2,3190
Monte Santo	1030,8231	1,7253	9,0709	1,8120	2,5826	0,2712	0,56	3,5949	177,4211	1,8179	31,8237	2,7886	0,719	3,2197	27,2068	1,8176	0,524	2,6770	19,7243	2,1916
Morpará	1136,6536	1,9024	4,7749	0,9538	3,2048	0,3366	0,55	3,6437	203,0377	2,0804	36,8425	3,2284	0,728	3,1799	27,9883	1,7668	0,308	1,5743	18,6664	2,0740
Morro do Chapéu	955,7604	1,5996	7,8299	1,5641	3,3837	0,3554	0,52	3,8751	237,1615	2,4300	38,8901	3,4078	0,783	2,9566	24,4989	2,0185	0,325	1,6584	19,8656	2,2073
Mortugaba	1170,1505	1,9585	6,3786	1,2742	3,4148	0,3586	0,48	4,1315	308,6547	3,1626	37,1401	3,2545	0,651	3,5561	16,7846	2,9462	0,479	2,4480	23,0901	2,5656
Mucugê	1587,1706	2,6564	4,3860	0,8762	19,3641	2,0336	0,53	3,7882	355,0408	3,6379	34,4134	3,0155	0,862	2,6856	32,2289	1,5343	0,561	2,8662	23,0939	2,5660
Mucuri	2758,0721	4,6162	12,8727	2,5714	28,1346	2,9547	0,59	3,3686	411,6844	4,2183	44,2561	3,8780	0,855	2,7076	40,0776	1,2339	0,584	2,9853	28,5340	3,1704
Mulungu do Morro	1292,2643	2,1629	6,0240	1,2034	3,3425	0,3510	0,49	4,0818	167,6396	1,7177	37,2426	3,2635	0,771	3,0026	24,7418	1,9986	0,263	1,3459	19,1273	2,1253
Mundo Novo	951,9073	1,5932	8,8277	1,7634	3,2599	0,3424	0,66	3,0133	234,8370	2,4062	39,6846	3,4774	0,805	2,8758	23,7263	2,0842	0,521	2,6612	20,2171	2,2463
Muniz Ferreira	1212,5248	2,0294	11,7492	2,3470	2,9233	0,3070	0,52	3,8098	266,5385	2,7310	45,0859	3,9507	0,816	2,8370	22,2034	2,2271	0,353	1,8041	22,0432	2,4492
Muquém de São Francisco	1652,5456	2,7658	4,7040	0,9397	3,9357	0,4133	0,55	3,6404	163,8612	1,6790	33,2143	2,9105	0,886	2,6129	26,9637	1,8339	0,587	2,9979	19,7934	2,1993
Muritiba	851,9264	1,4259	4,7094	0,9408	3,9057	0,4102	0,56	3,5541	324,6916	3,3269	37,3814	3,2756	0,757	3,0581	22,5534	2,1926	0,243	1,2413	19,4254	2,1584
Mutuípe	959,1059	1,6052	3,2845	0,6561	3,8187	0,4010	0,65	3,0927	270,2182	2,7687	45,6410	3,9994	0,709	3,2652	27,6319	1,7896	0,376	1,9220	19,5000	2,1667
Nazaré	940,5904	1,5743	6,1872	1,2360	4,3018	0,4518	0,60	3,3078	314,1735	3,2191	43,9435	3,8506	0,879	2,6337	33,4102	1,4801	0,334	1,7077	19,4609	2,1623
Nilo Peçanha	1298,9178	2,1740	2,3946	0,4783	4,0492	0,4252	0,56	3,6035	210,5043	2,1569	40,9127	3,5851	0,717	3,2287	23,8333	2,0748	0,417	2,1325	19,8591	2,2066
Nordestina	1187,0150	1,9867	4,4325	0,8854	2,6274	0,2759	0,53	3,7432	171,7124	1,7594	46,6883	4,0912	0,761	3,0420	25,9494	1,9056	0,668	3,4106	21,1001	2,3445
Nova Canaã	1065,7082	1,7837	3,0958	0,6184	3,4089	0,3580	0,49	4,0890	210,8263	2,1602	38,3146	3,3574	0,778	2,9756	23,6094	2,0945	0,444	2,2706	19,7073	2,1897

**Nota:** %XP = percentual do valor da variável indicada por município em relação ao universo total do mesmo.

NE = pontuação do município em relação a melhor situação %XP municipal do Estado da Bahia.

(Continua)

Continuação do Apêndice 3 - Indicadores Dimensionais – Condição Econômica.

MUNICÍPIO	1 - ORÇAMENTO MUNICIPAL PER CAPITA		2 - PERCENTUAL DE RECURSOS PRÓPRIOS MUNICIPAIS		3 - RELAÇÃO PIB PER CAPITA		4 - CONCENTRAÇÃO DE RENDA - ÍNDICE DE GINI		5 - RENDA PER CAPITA		6 - PERCENTUAL DO PEA EM RELAÇÃO A POPULAÇÃO		7 - ÍNDICE DE GINI DE TERRAS		8 - DIVERSIFICAÇÃO DA ECONOMIA - PIB SETORIAL		9 - DINÂMICA POPULACIONAL		ICE	
	%XP1	NE1	%XP3	NE3	%XP4	NE4	%XP5	NE5	%XP6	NE6	%XP7	NE7	%XP8	NE8	%XP9	NE9	%XP10	NE10	SOMAT.	DIV POR 5
Nova Fátima	1241,3480	2,0776	5,1477	1,0283	3,0810	0,3236	0,44	4,5161	265,5318	2,7207	49,0062	4,2943	0,692	3,3454	28,0311	1,7641	0,443	2,2606	22,3307	2,4812
Nova Ibiá	1564,9486	2,6192	6,3667	1,2718	3,7217	0,3909	0,57	3,5106	302,0795	3,0952	37,8756	3,3189	0,661	3,5023	33,3569	1,4825	0,405	2,0708	21,2621	2,3625
Nova Itarana	0	0	0	0	2,9870	0,3137	0,57	3,5352	158,4028	1,6230	34,8958	3,0578	0,788	2,9378	23,4392	2,1097	0,387	1,9785	15,5557	2,2222
Nova Redenção	0	0	0	0	3,4080	0,3579	0,51	3,9156	206,5529	2,1164	31,3007	2,7428	0,745	3,1074	26,9093	1,8377	0,410	2,0944	16,1722	2,3103
Nova Soure	1054,1076	1,7642	5,5789	1,1144	3,1111	0,3267	0,57	3,4800	200,4384	2,0538	37,4865	3,2848	0,834	2,7758	25,3615	1,9498	0,379	1,9372	18,6867	2,0763
Nova Viçosa	1165,3394	1,9504	16,9986	3,3956	5,8096	0,6101	0,62	3,2120	358,1691	3,6699	36,6078	3,2078	0,835	2,7725	12,5978	3,9253	0,501	2,5615	25,3052	2,8117
Novo Horizonte	1109,1053	1,8563	3,4053	0,6803	2,9741	0,3123	0,57	3,4858	209,4286	2,1459	44,7160	3,9183	0,710	3,2606	17,1494	2,8835	1,053	5,3765	23,9194	2,6577
Novo Triunfo	916,7257	1,5343	2,4979	0,4990	2,1617	0,2270	0,51	3,9229	185,6019	1,9017	42,0699	3,6865	0,716	3,2332	34,7234	1,4241	0,730	3,7308	20,1596	2,2400
Olindina	965,5713	1,6161	4,6000	0,9189	3,2416	0,3404	0,62	3,2500	194,3639	1,9915	39,3686	3,4498	0,758	3,0541	27,6293	1,7898	0,343	1,7534	18,1640	2,0182
Oliveira dos Brejinhos	1047,1232	1,7526	4,0930	0,8176	3,0952	0,3251	0,56	3,5466	189,3483	1,9401	32,5138	2,8491	0,766	3,0222	21,2079	2,3317	0,432	2,2052	18,7901	2,0878
Ouriçangas	1220,2840	2,0424	2,0704	0,4136	2,8359	0,2978	0,44	4,5341	252,3936	2,5861	52,2365	4,5773	0,824	2,8095	24,7670	1,9966	0,401	2,0498	21,3071	2,3675
Ourolândia	0	0	0	0	4,1309	0,4338	0,53	3,7725	188,8034	1,9345	37,4190	3,2789	0,680	3,4044	27,0411	1,8287	0,727	3,7131	18,3661	2,6237
Palmas de Monte Alto	1130,9923	1,8929	7,7529	1,5487	3,1163	0,3273	0,49	4,0506	216,4111	2,2174	35,4623	3,1075	0,791	2,9267	21,2201	2,3303	0,777	3,9673	22,3687	2,4854
Palmeiras	1133,8589	1,8977	6,4053	1,2795	3,8927	0,4088	0,59	3,3950	262,4094	2,6887	39,4039	3,4528	0,884	2,6188	26,8079	1,8446	0,610	3,1139	20,6999	2,3000
Paramirim	992,0637	1,6604	6,4900	1,2964	3,3220	0,3489	0,53	3,7753	312,7882	3,2049	34,4990	3,0230	0,665	3,4812	26,4563	1,8691	0,572	2,9232	21,5825	2,3981
Paratinga	1009,1121	1,6889	9,9886	1,9953	2,9255	0,3072	0,56	3,5958	169,8680	1,7405	32,8354	2,8773	0,558	4,1487	25,2630	1,9574	0,504	2,5737	20,8850	2,3206
Paripiranga	821,3952	1,3748	4,6815	0,9352	4,0760	0,4281	0,60	3,3493	239,0494	2,4494	40,4070	3,5407	0,777	2,9794	24,1990	2,0435	0,525	2,6834	19,7837	2,1982
Pau Brasil	1209,6109	2,0245	2,9254	0,5844	3,2957	0,3461	0,56	3,5562	229,3255	2,3497	37,8058	3,3128	0,722	3,2064	24,7884	1,9949	0,132	0,6732	18,0482	2,0054
Paulo Afonso	1337,6912	2,2389	12,3361	2,4643	18,2254	1,9140	0,60	3,3522	437,5607	4,4834	39,8365	3,4908	0,760	3,0461	39,0086	1,2677	0,432	2,2051	24,4623	2,7180
Pé de Serra	1160,6741	1,9426	4,0919	0,8174	3,3717	0,3541	0,46	4,3670	222,6923	2,2818	45,8106	4,0142	0,707	3,2744	24,0580	2,0555	0,559	2,8534	21,9604	2,4400
Pedrão	1214,7673	2,0331	2,5287	0,5051	3,1585	0,3317	0,48	4,1888	209,4918	2,1465	35,9751	3,1524	0,886	2,6129	24,2066	2,0428	0,288	1,4718	18,4851	2,0539
Pedro Alexandre	1114,7779	1,8658	5,7118	1,1410	2,3914	0,2511	0,52	3,8750	156,1105	1,5996	38,4370	3,3681	0,890	2,6011	28,5377	1,7328	0,607	3,1026	19,5371	2,1708
Piatã	1179,5054	1,9741	4,0968	0,8184	3,1258	0,3283	0,55	3,6134	191,1027	1,9581	38,4929	3,3730	0,878	2,6367	26,6261	1,8572	0,619	3,1612	19,7204	2,1912
Pilão Arcado	1115,2008	1,8665	4,9700	0,9928	2,7125	0,2849	0,60	3,3584	157,6200	1,6150	30,0517	2,6333	0,731	3,1669	23,2732	2,1248	0,699	3,5726	19,6152	2,1795
Pindaí	1074,7068	1,7987	5,7763	1,1539	2,6922	0,2827	0,45	4,4144	227,6347	2,3324	37,3593	3,2737	0,663	3,4917	23,2997	2,1223	0,489	2,5004	21,3704	2,3745

Nota: %XP = percentual do valor da variável indicada por município em relação ao universo total do mesmo.

NE = pontuação do município em relação a melhor situação %XP municipal do Estado da Bahia.

(Continua)

Continuação do **Apêndice 3** - Indicadores Dimensionais – Condição Econômica.

MUNICÍPIO	1 - ORÇAMENTO MUNICIPAL PER CAPITA		2 - PERCENTUAL DE RECURSOS PRÓPRIOS MUNICIPAIS		3 - RELAÇÃO PIB PER CAPITA		4 - CONCENTRAÇÃO DE RENDA - ÍNDICE DE GINI		5 - RENDA PER CAPITA		6 - PERCENTUAL DO PEA EM RELAÇÃO A POPULAÇÃO		7 - ÍNDICE DE GINI DE TERRAS		8 - DIVERSIFICAÇÃO DA ECONOMIA - PIB SETORIAL		9 - DINÂMICA POPULACIONAL		ICE	
	%XP1	NE1	%XP3	NE3	%XP4	NE4	%XP5	NE5	%XP6	NE6	%XP7	NE7	%XP8	NE8	%XP9	NE9	%XP10	NE10	SOMAT.	DIV POR 5
Pindobaçu	1145,7287	1,9176	4,5784	0,9146	2,7097	0,2846	0,52	3,8632	213,6626	2,1893	30,6811	2,6885	0,840	2,7560	32,3693	1,5277	0,375	1,9131	18,0544	2,0060
Pintadas	1243,8734	2,0819	7,8389	1,5659	2,8790	0,3024	0,47	4,2563	268,2981	2,7491	46,9831	4,1170	0,731	3,1669	25,7267	1,9221	0,733	3,7458	23,9073	2,6564
Piraiá do Norte	1032,0075	1,7273	1,7506	0,3497	2,6491	0,2782	0,49	4,0610	225,1114	2,3066	36,9824	3,2407	0,651	3,5561	27,1664	1,8203	0,175	0,8944	18,2341	2,0260
Piripá	1086,4743	1,8184	4,2059	0,8402	2,6561	0,2789	0,49	4,0417	223,5474	2,2905	42,9625	3,7647	0,622	3,7219	23,8317	2,0750	0,481	2,4553	21,2865	2,3652
Piritiba	953,8664	1,5965	9,3666	1,8711	3,4475	0,3621	0,52	3,8650	223,5254	2,2903	36,7004	3,2160	0,794	2,9156	24,1697	2,0459	0,491	2,5070	20,6694	2,2966
Planaltino	986,1945	1,6506	5,2003	1,0388	3,1029	0,3259	0,55	3,6218	239,3159	2,4521	38,9180	3,4103	0,839	2,7592	23,7562	2,0816	0,517	2,6430	19,9833	2,2204
Planalto	887,4798	1,4854	9,2741	1,8526	3,7863	0,3976	0,47	4,2751	240,9944	2,4693	42,6278	3,7354	0,756	3,0622	25,9882	1,9028	0,487	2,4864	21,6666	2,4074
Poções	824,6954	1,3803	0	0	4,1011	0,4307	0,55	3,6314	252,5029	2,5872	41,6721	3,6516	0,702	3,2977	28,3954	1,7415	0,391	1,9979	18,7182	2,6740
Pojuca	2234,3693	3,7396	26,7383	5,0000	30,0793	3,1589	0,52	3,8260	381,7180	3,9112	40,2952	3,5310	0,830	2,7892	43,5892	1,1345	0,562	2,8701	29,9604	3,3289
Ponto Novo	1275,8767	2,1354	7,8763	1,5734	3,1165	0,3273	0,51	3,9570	200,7471	2,0569	31,6000	2,7690	0,517	4,4778	21,7170	2,2770	0,542	2,7690	22,3428	2,4825
Porto Seguro	0	0	0	0	5,4040	0,5675	0,57	3,5332	438,4756	4,4928	46,4085	4,0666	0,862	2,6856	31,9579	1,5473	0,624	3,1895	20,0826	2,8689
Potiraguá	1164,4722	1,9490	4,0747	0,8140	3,7450	0,3933	0,49	4,0603	299,3401	3,0671	36,0833	3,1619	0,647	3,5781	27,7384	1,7827	0,175	0,8948	19,7011	2,1890
Prado	1245,8758	2,0852	11,1880	2,2349	8,6727	0,9108	0,56	3,5985	301,3212	3,0874	42,6125	3,7340	0,845	2,7396	28,7895	1,7176	0,342	1,7473	21,8554	2,4284
Presidente Dutra	1127,0988	1,8864	8,0585	1,6098	3,0796	0,3234	0,55	3,6423	214,1563	2,1943	34,1910	2,9961	0,579	3,9983	28,3905	1,7418	0,483	2,4649	20,8573	2,3175
Presidente Jânio Quadros	1217,4916	2,0377	4,6080	0,9205	2,5114	0,2637	0,54	3,6833	203,7744	2,0879	38,7486	3,3954	0,563	4,1119	21,5883	2,2906	0,741	3,7859	22,5771	2,5086
Presidente Tancredo Neves	1189,8440	1,9914	7,1773	1,4337	3,7934	0,3984	0,55	3,6552	219,4121	2,2482	44,3029	3,8821	0,753	3,0744	13,2631	3,7284	0,515	2,6287	23,0405	2,5601
Queimadas	0	0	0	0	3,0793	0,3234	0,52	3,8768	221,3057	2,2676	37,6473	3,2989	0,797	2,9046	30,5666	1,6178	0,577	2,9470	17,2362	2,4623
Quijingue	1072,0921	1,7944	4,1656	0,8321	3,9214	0,4118	0,58	3,4336	181,3583	1,8583	27,7899	2,4351	0,722	3,2064	23,4868	2,1054	0,605	3,0905	19,1676	2,1297
Quixabeira	0	0	0	0	2,6916	0,2827	0,50	3,9915	209,6242	2,1479	43,0731	3,7744	0,556	4,1637	28,9219	1,7098	0,470	2,4024	18,4722	2,6389
Rafael Jambeiro	1199,7739	2,0081	7,9667	1,5914	3,7940	0,3984	0,51	3,9512	199,0522	2,0396	41,5076	3,6372	0,844	2,7429	34,0530	1,4521	0,777	3,9668	21,7877	2,4209
Remanso	1092,6049	1,8287	9,8947	1,9766	3,5997	0,3780	0,55	3,6197	237,4823	2,4333	43,7049	3,8297	0,732	3,1626	22,8193	2,1670	0,423	2,1626	21,5583	2,3954
Retirolândia	1131,3356	1,8935	3,6150	0,7221	3,8154	0,4007	0,47	4,2983	266,1101	2,7266	45,3360	3,9727	0,652	3,5506	19,6111	2,5215	0,529	2,7009	22,7869	2,5319
Riachão das Neves	1265,5080	2,1181	6,2687	1,2522	11,1203	1,1679	0,54	3,6798	187,0919	1,9170	28,5523	2,5020	0,909	2,5468	30,8184	1,6046	0,301	1,5381	18,3263	2,0363
Riachão do Jacuípe	867,8751	1,4526	10,2304	2,0436	3,1761	0,3335	0,48	4,1789	275,3313	2,8211	48,2601	4,2289	0,699	3,3119	29,5301	1,6746	0,576	2,9404	22,9855	2,5539
Riacho de Santana	883,0930	1,4780	5,4354	1,0858	3,9161	0,4113	0,57	3,5110	223,7232	2,2923	32,1370	2,8161	0,707	3,2744	21,3488	2,3163	0,489	2,4998	19,6850	2,1872

**Nota:** %XP = percentual do valor da variável indicada por município em relação ao universo total do mesmo.

NE = pontuação do município em relação a melhor situação %XP municipal do Estado da Bahia.

(Continua)



Continuação do Apêndice 3 - Indicadores Dimensionais – Condição Econômica.

MUNICIPIO	1 - ORÇAMENTO MUNICIPAL PER CAPITA		2 - PERCENTUAL DE RECURSOS PRÓPRIOS MUNICIPAIS		3 - RELAÇÃO PIB PER CAPITA		4 - CONCENTRAÇÃO DE RENDA - INDICE DE GINI		5 - RENDA PER CAPITA		6 - PERCENTUAL DO PEA EM RELAÇÃO A POPULAÇÃO		7 - INDICE DE GINI DE TERRAS		8 - DIVERSIFICAÇÃO DA ECONOMIA - PIB SETORIAL		9 - DINAMICA POPULACIONAL		ICE	
	%XP1	NE1	%XP3	NE3	%XP4	NE4	%XP5	NE5	%XP6	NE6	%XP7	NE7	%XP8	NE8	%XP9	NE9	%XP10	NE10	SOMAT.	DIV POR 5
Ribeira do Amparo	1265,5426	2,1181	5,3875	1,0762	2,8749	0,3019	0,54	3,7294	169,0833	1,7325	38,2066	3,3479	0,750	3,0867	27,6262	1,7900	0,617	3,1501	20,3328	2,2592
Ribeira do Pombal	947,2523	1,5854	5,6560	1,1298	4,5822	0,4812	0,54	3,6952	298,9125	3,0628	39,7667	3,4846	0,741	3,1242	25,7680	1,9190	0,473	2,4164	20,8986	2,3221
Ribeirão do Largo	0	0	0	0	6,3382	0,6656	0,47	4,2893	242,7557	2,4874	44,8848	3,9331	0,777	2,9794	26,6700	1,8541	0,339	1,7311	17,9400	2,5629
Rio de Contas	1057,4167	1,7698	4,4514	0,8892	3,9297	0,4127	0,49	4,0580	277,7029	2,8454	41,2573	3,6153	0,758	3,0541	25,8960	1,9096	0,408	2,0861	20,6401	2,2933
Rio do Antônio	1029,5685	1,7232	3,8968	0,7784	3,1036	0,3259	0,52	3,8807	202,5230	2,0751	36,1293	3,1659	0,557	4,1562	28,5387	1,7327	0,469	2,3959	20,2341	2,2482
Rio do Pires	1035,0419	1,7323	3,5231	0,7038	2,5274	0,2654	0,49	4,1004	249,1667	2,5530	38,0387	3,3332	0,699	3,3119	19,9161	2,4829	0,522	2,6668	21,1498	2,3500
Rio Real	915,6110	1,5324	4,3702	0,8730	4,8241	0,5066	0,53	3,8035	226,7155	2,3230	40,0719	3,5114	0,916	2,5273	32,5673	1,5184	0,416	2,1264	18,7220	2,0802
Rodelas	1398,3724	2,3404	3,9149	0,7820	3,3330	0,3500	0,56	3,5880	235,4553	2,4126	45,0562	3,9481	0,907	2,5524	21,4212	2,3085	0,667	3,4068	21,6888	2,4099
Ruy Barbosa	879,2476	1,4716	6,2205	1,2426	3,6300	0,3812	0,56	3,5504	253,7529	2,6000	37,8386	3,3157	0,787	2,9416	13,0136	3,7999	0,389	1,9881	21,2910	2,3657
Salinas da Margarida	1417,2764	2,3721	6,3676	1,2720	4,0324	0,4235	0,55	3,6643	256,1200	2,6243	40,4247	3,5423	0,000	0	2,6862	5,0000	0,598	3,0526	21,9511	2,7439
Salvador	1016,2058	1,7008	42,8328	5,0000	11,0883	1,1645	0,65	3,0820	747,1419	5,0000	50,8447	4,4554	0,000	0	38,3531	1,2893	0,396	2,0207	23,7128	2,9641
Santa Bárbara	946,7041	1,5845	2,2597	0,4514	3,4059	0,3577	0,53	3,7414	210,6989	2,1589	45,5014	3,9872	0,801	2,8901	30,0725	1,6444	0,545	2,7859	19,6015	2,1779
Santa Brígida	1241,1122	2,0772	3,5604	0,7112	3,2729	0,3437	0,55	3,6122	193,7660	1,9854	40,7262	3,5687	0,738	3,1369	21,7249	2,2762	0,574	2,9336	20,6451	2,2939
Santa Cruz Cabrália	1253,0824	2,0973	12,9676	2,5904	4,2156	0,4427	0,59	3,4079	315,5868	3,2336	43,6564	3,8255	0,735	3,1497	21,9711	2,2507	0,397	2,0265	23,0242	2,5582
Santa Cruz da Vitória	1300,5398	2,1767	1,8341	0,3664	3,1746	0,3334	0,59	3,3937	228,5699	2,3420	33,6007	2,9443	0,731	3,1669	22,8581	2,1633	0,318	1,6226	18,5093	2,0566
Santa Inês	1109,5600	1,8571	5,7155	1,1417	3,0789	0,3233	0,49	4,0779	267,1531	2,7373	39,0687	3,4235	0,763	3,0341	28,5269	1,7335	0,217	1,1090	19,4375	2,1597
Santa Luzia	0	0	0	0	3,3264	0,3493	0,47	4,2861	234,2598	2,4003	33,5185	2,9371	0,775	2,9871	26,9609	1,8341	0,458	2,3386	17,1327	2,4475
Santa Maria da Vitória	956,2221	1,6004	11,5883	2,3149	3,9387	0,4136	0,54	3,6719	288,4586	2,9556	32,5816	2,8550	0,667	3,4708	28,5935	1,7294	0,130	0,6645	19,6763	2,1863
Santa Rita de Cássia	998,7258	1,6716	7,5906	1,5163	3,0445	0,3197	0,60	3,3210	205,6198	2,1068	35,7967	3,1368	0,721	3,2108	22,7557	2,1731	0,277	1,4155	18,8716	2,0968
Santa Teresinha	1103,9021	1,8476	10,4543	2,0883	2,8955	0,3041	0,55	3,6041	202,5479	2,0754	36,4830	3,1969	0,766	3,0222	24,2364	2,0403	0,393	2,0077	20,1866	2,2430
Santaluz	898,7451	1,5042	2,5443	0,5082	3,0274	0,3179	0,50	4,0222	221,5546	2,2701	41,0768	3,5994	0,874	2,6487	28,4435	1,7385	0,556	2,8378	19,4472	2,1608
Santana	1039,5730	1,7399	9,2131	1,8404	4,2545	0,4468	0,55	3,6536	264,9944	2,7152	36,5595	3,2036	0,836	2,7691	20,6299	2,3970	0,325	1,6612	20,4268	2,2696
Santanópolis	1020,7292	1,7084	3,3340	0,6660	2,5926	0,2723	0,53	3,7567	225,9347	2,3150	52,0777	4,5634	0,783	2,9566	25,6018	1,9315	0,647	3,3061	21,4759	2,3862
Santo Amaro	847,4719	1,4184	11,9466	2,3865	4,4504	0,4674	0,56	3,5484	314,6884	3,2244	43,2020	3,7857	0,911	2,5412	19,5243	2,5327	0,290	1,4798	21,3844	2,3760
Santo Antônio de Jesus	880,9903	1,4745	12,6753	2,5320	7,8557	0,8250	0,55	3,6080	432,3082	4,4296	48,1569	4,2198	0,841	2,7527	35,3044	1,4007	0,476	2,4292	23,6715	2,6302

Nota: %XP = percentual do valor da variável indicada por município em relação ao universo total do mesmo.

NE = pontuação do município em relação a melhor situação %XP municipal do Estado da Bahia.

(Continua)

Continuação do **Apêndice 3** - Indicadores Dimensionais – Condição Econômica.

MUNICÍPIO	1 - ORÇAMENTO MUNICIPAL PER CAPITA		2 - PERCENTUAL DE RECURSOS PRÓPRIOS MUNICIPAIS		3 - RELAÇÃO PIB PER CAPITA		4 - CONCENTRAÇÃO DE RENDA - ÍNDICE DE GINI		5 - RENDA PER CAPITA		6 - PERCENTUAL DO PEA EM RELAÇÃO A POPULAÇÃO		7 - ÍNDICE DE GINI DE TERRAS		8 - DIVERSIFICAÇÃO DA ECONOMIA - PIB SETORIAL		9 - DINÂMICA POPULACIONAL		ICE	
	%XP1	NE1	%XP3	NE3	%XP4	NE4	%XP5	NE5	%XP6	NE6	%XP7	NE7	%XP8	NE8	%XP9	NE9	%XP10	NE10	SOMAT.	DIV POR 5
Santo Estêvão	870,6430	1,4572	6,3099	1,2605	4,2442	0,4457	0,59	3,3683	274,3140	2,8107	46,2703	4,0545	0,826	2,8027	23,4985	2,1044	0,707	3,6113	21,9153	2,4350
São Desidério	2011,8944	3,3673	10,9089	2,1792	37,1541	3,9019	0,58	3,4542	265,0000	2,7153	30,8338	2,7019	0,891	2,5982	41,5811	1,1892	0,757	3,8671	25,9742	2,8860
São Domingos	1138,1292	1,9049	3,8528	0,7696	3,6005	0,3781	0,47	4,2219	284,4462	2,9145	46,5788	4,0816	0,673	3,4398	22,1987	2,2276	0,895	4,5705	24,5086	2,7232
São Felipe	1018,8017	1,7052	4,4780	0,8945	3,8478	0,4041	0,51	3,8992	225,3284	2,3088	47,4575	4,1586	0,749	3,0908	27,2309	1,8160	0,304	1,5519	19,8290	2,2032
São Félix	1719,3673	2,8777	6,9386	1,3860	5,0541	0,5308	0,49	4,0716	282,9580	2,8993	37,1614	3,2563	0,749	3,0908	33,9283	1,4575	0,329	1,6817	21,2517	2,3613
São Félix do Coribe	1305,0834	2,1843	16,1051	3,2171	4,7616	0,5001	0,50	3,9778	356,3654	3,6514	45,3722	3,9758	0,766	3,0222	19,4040	2,5484	0,409	2,0903	25,1676	2,7964
São Francisco do Conde	10534,7320	5,0000	19,6200	3,9193	271,3030	5,0000	0,51	3,9458	336,8510	3,4515	43,1146	3,7780	0,983	2,3550	43,3048	1,1419	0,562	2,8717	31,4632	3,4959
São Gabriel	1153,0547	1,9299	8,9312	1,7841	3,6393	0,3822	0,52	3,8496	183,8520	1,8838	32,7428	2,8692	0,727	3,1843	33,4549	1,4781	0,369	1,8840	19,2451	2,1383
São Gonçalo dos Campos	0	0	0	0	5,4906	0,5766	0,56	3,5765	304,4472	3,1195	41,6797	3,6523	0,825	2,8061	23,6558	2,0904	0,518	2,6449	18,4662	2,6380
São José da Vitória	0	0	0	0	3,1270	0,3284	0,46	4,3085	210,6747	2,1586	32,9750	2,8895	0,749	3,0908	25,0162	1,9767	0,220	1,1253	15,8779	2,2683
São José do Jacuípe	1229,7166	2,0582	4,9466	0,9881	3,0276	0,3180	0,47	4,2524	228,2848	2,3391	39,5651	3,4670	0,640	3,6172	20,2759	2,4389	0,527	2,6938	22,1725	2,4636
São Miguel das Matas	1225,5382	2,0512	2,3086	0,4612	7,6259	0,8009	0,52	3,8597	230,4328	2,3611	54,7084	4,7939	0,768	3,0143	25,8594	1,9123	0,512	2,6161	21,8706	2,4301
São Sebastião do Passé	1354,6343	2,2672	24,1438	5,0000	7,9477	0,8347	0,54	3,6993	345,9179	3,5444	39,8293	3,4901	0,865	2,6763	22,5515	2,1928	0,355	1,8128	25,5176	2,8353
Sapeaçu	1108,8539	1,8559	5,0935	1,0175	3,9706	0,4170	0,59	3,3697	255,0780	2,6136	37,3638	3,2741	0,969	2,3891	22,4606	2,2016	0,309	1,5782	18,7166	2,0796
Sátiro Dias	1270,4207	2,1263	3,5093	0,7010	4,0754	0,4280	0,55	3,6660	186,4208	1,9101	41,0662	3,5985	0,802	2,8865	24,4031	2,0264	0,378	1,9284	19,2712	2,1412
Saubara	1320,6905	2,2104	9,7893	1,9555	4,5516	0,4780	0,50	4,0176	255,8952	2,6220	44,5399	3,9029	0,000	0	8,5090	5,0000	0,399	2,0377	22,2242	2,7780
Saúde	1158,3646	1,9387	6,2769	1,2539	3,1222	0,3279	0,55	3,6491	225,0060	2,3055	36,2775	3,1789	0,822	2,8163	29,6853	1,6658	0,409	2,0910	19,2271	2,1363
Seabra	811,3786	1,3580	6,4473	1,2879	4,6980	0,4934	0,58	3,4596	277,3581	2,8419	44,4550	3,8955	0,760	3,0461	34,9301	1,4157	0,512	2,6131	20,4111	2,2679
Sebastião Laranjeiras	1262,8220	2,1136	6,2293	1,2444	3,7905	0,3981	0,47	4,2575	228,2341	2,3386	37,8057	3,3128	0,886	2,6129	21,8711	2,2610	0,422	2,1572	20,6959	2,2995
Senhor do Bonfim	868,3953	1,4534	9,4766	1,8930	5,1130	0,5370	0,58	3,4226	355,8780	3,6464	41,4835	3,6351	0,770	3,0065	37,6757	1,3125	0,421	2,1525	21,0590	2,3399
Sento Sé	1211,1311	2,0271	5,1610	1,0310	3,7787	0,3968	0,55	3,6603	190,7543	1,9545	31,5506	2,7647	0,850	2,7235	28,5628	1,7313	0,556	2,8380	19,1271	2,1252
Serra do Ramalho	1162,6874	1,9460	10,4047	2,0784	4,1431	0,4351	0,55	3,6633	183,9711	1,8850	33,6949	2,9526	0,463	5,0000	25,2945	1,9550	0,979	5,0000	24,9154	2,7684
Serra Dourada	1163,4963	1,9473	10,9374	2,1849	3,3706	0,3540	0,52	3,8519	216,5083	2,2184	40,0177	3,5066	0,809	2,8616	21,5247	2,2974	0,287	1,4671	20,6891	2,2988
Serra Preta	1106,2489	1,8515	5,7737	1,1534	2,7901	0,2930	0,49	4,1216	218,2213	2,2360	40,4203	3,5419	0,786	2,9453	25,4626	1,9421	0,516	2,6346	20,7193	2,3021
Serrinha	830,6251	1,3902	7,5942	1,5170	3,5133	0,3690	0,56	3,5461	321,6171	3,2954	47,9335	4,2003	0,820	2,8232	26,0089	1,9013	0,327	1,6697	20,7121	2,3013

**Nota:** %XP = percentual do valor da variável indicada por município em relação ao universo total do mesmo.

NE = pontuação do município em relação a melhor situação %XP municipal do Estado da Bahia.

(Continua)

Continuação do Apêndice 3 - Indicadores Dimensionais – Condição Econômica.

MUNICÍPIO	1 - ORÇAMENTO MUNICIPAL PER CAPITA		2 - PERCENTUAL DE RECURSOS PRÓPRIOS MUNICIPAIS		3 - RELAÇÃO PIB PER CAPITA		4 - CONCENTRAÇÃO DE RENDA - ÍNDICE DE GINI		5 - RENDA PER CAPITA		6 - PERCENTUAL DO PEA EM RELAÇÃO A POPULAÇÃO		7 - ÍNDICE DE GINI DE TERRAS		8 - DIVERSIFICAÇÃO DA ECONOMIA - PIB SETORIAL		9 - DINÂMICA POPULACIONAL		ICE	
	%XP1	NE1	%XP3	NE3	%XP4	NE4	%XP5	NE5	%XP6	NE6	%XP7	NE7	%XP8	NE8	%XP9	NE9	%XP10	NE10	SOMAT.	DIV POR 5
Serrolândia	940,2956	1,5738	3,1863	0,6365	3,1527	0,3311	0,51	3,9173	239,2829	2,4518	39,4565	3,4575	0,638	3,6285	26,0852	1,8957	0,505	2,5809	20,4730	2,2748
Simões Filho	0	0	0	0	23,4765	2,4655	0,53	3,8041	348,9403	3,5754	45,2746	3,9673	0,833	2,7791	38,5345	1,2833	0,555	2,8333	20,7080	2,9583
Sítio do Mato	0	0	0	0	4,6274	0,4860	0,59	3,3662	125,4015	1,2849	39,2042	3,4354	0,724	3,1975	24,5071	2,0178	0,361	1,8452	15,6328	2,2333
Sítio do Quinto	0	0	0	0	3,5805	0,3760	0,56	3,5876	201,9730	2,0695	39,1790	3,4331	0,781	2,9641	32,1189	1,5396	0,593	3,0277	16,9977	2,4282
Sobradinho	1258,7550	2,1068	9,3202	1,8618	18,5163	1,9446	0,51	3,9298	296,1229	3,0342	39,3754	3,4504	0,758	3,0541	47,3425	1,0445	0,320	1,6338	22,0599	2,4511
Souto Soares	1196,3466	2,0023	3,4125	0,6817	3,4929	0,3668	0,54	3,6708	184,2132	1,8875	46,6561	4,0883	0,734	3,1540	31,4568	1,5720	0,489	2,4969	19,9202	2,2134
Tabocas do Brejo Velho	1264,2739	2,1160	4,5223	0,9034	3,3169	0,3483	0,54	3,6793	190,2249	1,9491	42,1853	3,6966	0,863	2,6825	26,9920	1,8320	0,206	1,0504	18,2576	2,0286
Tanhaçu	1098,1808	1,8380	4,3675	0,8725	3,1231	0,3280	0,51	3,9545	226,8977	2,3249	40,4432	3,5439	0,754	3,0703	24,2859	2,0362	0,483	2,4658	20,4339	2,2704
Tanque Novo	1104,6637	1,8489	6,7532	1,3490	3,7431	0,3931	0,60	3,3281	242,4049	2,4838	40,5335	3,5518	0,565	4,0973	28,5541	1,7318	0,623	3,1818	21,9656	2,4406
Tanquinho	1072,4587	1,7950	7,2300	1,4443	2,8521	0,2995	0,49	4,1214	272,2722	2,7898	38,9718	3,4150	0,801	2,8901	32,3234	1,5299	0,376	1,9183	20,2033	2,2448
Taperoá	1212,8984	2,0300	9,5066	1,8990	3,4885	0,3664	0,54	3,7165	218,7452	2,2413	37,7544	3,3083	0,698	3,3166	24,2706	2,0374	0,479	2,4488	21,3645	2,3738
Tapiramutá	1290,3179	2,1596	8,5790	1,7137	4,7861	0,5026	0,62	3,2337	222,5061	2,2799	43,6464	3,8246	0,770	3,0065	23,6595	2,0901	0,329	1,6830	20,4936	2,2771
Teixeira de Freitas	1051,4807	1,7599	12,2861	2,4543	6,5544	0,6883	0,54	3,7090	476,6937	4,8844	44,5353	3,9025	0,787	2,9416	26,6956	1,8524	0,588	3,0060	25,1982	2,7998
Teodoro Sampaio	1261,8184	2,1119	4,6976	0,9384	5,2574	0,5521	0,56	3,5622	237,0654	2,4290	39,5329	3,4642	0,725	3,1931	30,9643	1,5970	0,257	1,3120	19,1599	2,1289
Teofilândia	1144,2773	1,9152	3,8799	0,7751	2,5286	0,2656	0,54	3,7091	240,4046	2,4633	37,6189	3,2964	0,000	0	21,5153	2,2984	0,442	2,2598	16,9827	2,1228
Teolândia	1136,0949	1,9015	9,7707	1,9518	2,8063	0,2947	0,49	4,0715	195,3897	2,0020	35,3188	3,0949	0,756	3,0622	27,0901	1,8254	0,430	2,1968	20,4008	2,2668
Terra Nova	1106,5813	1,8521	3,7859	0,7563	3,3847	0,3555	0,45	4,4476	254,8507	2,6113	34,1815	2,9952	0,750	3,0867	24,8107	1,9931	0,346	1,7683	19,8659	2,2073
Tremedal	1218,8283	2,0399	3,3235	0,6639	3,0561	0,3210	0,49	4,0945	223,9432	2,2946	38,1483	3,3428	0,688	3,3648	18,7425	2,6384	0,424	2,1654	20,9253	2,3250
Tucano	864,9975	1,4477	8,9321	1,7843	2,9297	0,3077	0,66	3,0150	226,8319	2,3242	36,7494	3,2202	0,742	3,1199	26,4304	1,8710	0,480	2,4527	19,5427	2,1714
Uauá	1080,6047	1,8086	4,0035	0,7997	3,5271	0,3704	0,58	3,4650	227,8837	2,3350	33,0495	2,8960	0,679	3,4094	37,3970	1,3223	0,421	2,1498	18,5563	2,0618
Ubaíra	1041,1577	1,7426	3,9089	0,7808	3,7322	0,3920	0,59	3,3806	251,5240	2,5772	44,5616	3,9048	0,847	2,7332	24,4710	2,0208	0,331	1,6907	19,2225	2,1358
Ubaitaba	1128,3394	1,8885	8,4479	1,6876	5,1194	0,5376	0,56	3,5770	308,0468	3,1563	40,6475	3,5618	0,731	3,1669	34,4315	1,4362	0,168	0,8564	19,8684	2,2076
Ubatã	0	0	0	0	3,3742	0,3544	0,54	3,7287	258,1362	2,6449	38,8795	3,4069	0,750	3,0867	23,8238	2,0757	0,306	1,5643	16,8615	2,4088
Uibaí	1100,5302	1,8419	3,1098	0,6212	2,7388	0,2876	0,54	3,7100	218,8179	2,2421	39,2557	3,4399	0,703	3,2930	30,5361	1,6194	0,358	1,8275	18,8826	2,0981
Umburanas	0	0	0	0	2,3518	0,2470	0,51	3,9479	140,2306	1,4368	34,3418	3,0093	0,742	3,1199	31,8566	1,5523	0,515	2,6283	15,9415	2,2774

**Nota:** %XP = percentual do valor da variável indicada por município em relação ao universo total do mesmo.

NE = pontuação do município em relação a melhor situação %XP municipal do Estado da Bahia.

(Continua)

Continuação do **Apêndice 3** - Indicadores Dimensionais – Condição Econômica.

MUNICIPIO	1 - ORÇAMENTO MUNICIPAL PER CAPITA		2 - PERCENTUAL DE RECURSOS PRÓPRIOS MUNICIPAIS		3 - RELAÇÃO PIB PER CAPITA		4 - CONCENTRAÇÃO DE RENDA - ÍNDICE DE GINI		5 - RENDA PER CAPITA		6 - PERCENTUAL DO PEA EM RELAÇÃO A POPULAÇÃO		7 - ÍNDICE DE GINI DE TERRAS		8 - DIVERSIFICAÇÃO DA ECONOMIA - PIB SETORIAL		9 - DINÂMICA POPULACIONAL		ICE	
	%XP1	NE1	%XP3	NE3	%XP4	NE4	%XP5	NE5	%XP6	NE6	%XP7	NE7	%XP8	NE8	%XP9	NE9	%XP10	NE10	SOMAT.	DIV POR 5
Una	1157,1709	1,9367	9,1650	1,8308	4,0241	0,4226	0,52	3,8573	254,4273	2,6069	38,9831	3,4160	0,853	2,7140	21,1240	2,3409	0,071	0,3633	19,4886	2,1654
Urandi	1014,5648	1,6981	7,8701	1,5721	4,0025	0,4203	0,51	3,8846	273,2153	2,7995	37,2292	3,2623	0,675	3,4296	14,3633	3,4428	0,557	2,8458	23,3551	2,5950
Uruçuca	1132,1448	1,8949	4,8903	0,9769	3,4578	0,3631	0,49	4,1109	294,7676	3,0203	35,5113	3,1118	0,714	3,2423	25,2002	1,9623	0,276	1,4111	20,0935	2,2326
Utinga	1183,5468	1,9809	5,3140	1,0615	3,9777	0,4177	0,62	3,2018	221,0840	2,2653	36,4079	3,1903	0,677	3,4195	30,2892	1,6326	0,417	2,1314	19,3011	2,1446
Valença	803,0637	1,3441	16,1616	3,2284	5,3309	0,5599	0,56	3,6036	334,2060	3,4244	46,5355	4,0778	0,745	3,1074	20,7209	2,3865	0,445	2,2720	24,0040	2,6671
Valente	953,8887	1,5965	3,8705	0,7732	3,7764	0,3966	0,49	4,1004	317,4417	3,2526	44,8668	3,9315	0,705	3,2837	17,0483	2,9006	0,718	3,6702	23,9053	2,6561
Várzea da Roça	1146,6675	1,9192	3,8697	0,7730	2,8403	0,2983	0,50	3,9684	194,7723	1,9957	44,2530	3,8778	0,664	3,4864	28,8343	1,7150	0,408	2,0820	20,1158	2,2351
Várzea do Poço	1118,2468	1,8716	3,7950	0,7581	3,3211	0,3488	0,51	3,9262	247,8182	2,5392	35,4528	3,1066	0,668	3,4656	27,4474	1,8016	0,515	2,6329	20,4506	2,2723
Várzea Nova	1016,1021	1,7006	13,0460	2,6061	3,5133	0,3690	0,49	4,0666	205,5964	2,1066	43,2912	3,7935	0,747	3,0991	21,1637	2,3365	0,292	1,4901	21,5681	2,3965
Varzedo	1085,8611	1,8174	2,3616	0,4718	4,1306	0,4338	0,53	3,7722	242,0746	2,4804	43,6320	3,8233	0,790	2,9304	22,9589	2,1539	0,352	1,7964	19,6794	2,1866
Vera Cruz	1100,4341	1,8418	13,9148	2,7796	4,8642	0,5108	0,58	3,4523	339,9022	3,4827	40,1618	3,5193	0,558	4,1487	29,7130	1,6643	0,563	2,8782	24,2777	2,6975
Vereda	1568,6508	2,6254	7,5591	1,5100	5,9666	0,6266	0,47	4,2126	262,4923	2,6896	31,0797	2,7234	0,750	3,0867	34,2103	1,4455	0,213	1,0882	20,0080	2,2231
Vitória da Conquista	928,7183	1,5544	17,0089	3,3977	8,5377	0,8966	0,56	3,5726	464,7571	4,7621	47,4554	4,1584	0,822	2,8163	33,4924	1,4765	0,518	2,6482	25,2827	2,8092
Wagner	1030,9516	1,7255	4,3776	0,8745	4,0373	0,4240	0,52	3,8402	235,8571	2,4167	40,1343	3,5169	0,713	3,2468	23,4746	2,1065	0,374	1,9090	20,0601	2,2289
Wanderley	1169,0115	1,9566	9,3506	1,8679	4,0074	0,4209	0,61	3,2916	227,4438	2,3305	30,0936	2,6370	0,868	2,6671	25,2607	1,9576	0,215	1,0969	18,2258	2,0251
Wenceslau Guimarães	1399,9497	2,3431	8,2619	1,6504	5,6578	0,5942	0,46	4,3713	221,2127	2,2666	37,3435	3,2723	0,693	3,3405	30,7924	1,6059	0,227	1,1599	20,6043	2,2894
Xique-Xique	1078,7223	1,8054	11,1131	2,2200	3,2701	0,3434	0,57	3,5268	240,5473	2,4647	37,1488	3,2552	0,867	2,6701	25,7239	1,9223	0,331	1,6922	19,9003	2,2111

**Nota:** %XP = percentual do valor da variável indicada por município em relação ao universo total do mesmo.

NE = pontuação do município em relação a melhor situação %XP municipal do Estado da Bahia.

**Fonte:** Consórcio Geohidro-Sondotécnica, 2013

**Apêndice 4** - Municípios localizados em zona proximal a um desempenho superior no indicador dimensional condição de vida.

MUNICÍPIO	ICV	TIPO DE VULNERABILIDADE SOCIAL	TIPO DE VULNERABILIDADE COM PROXIMIDADE	VARIÁVEIS COM DESEMPENHO INSUFICIENTE
Juazeiro	Mediano	2	1	linha da miséria, mortalidade infantil, gravidez na adolescência, óbito por causa externa, analfabetos, densidade domiciliar
Porto Seguro	Mediano	2	1	presença de crianças de 0 a 4 anos, mortalidade infantil, gravidez na adolescência, óbito por causa externa, analfabetos, densidade domiciliar
Salinas da Margarida	Mediano	2	1	linha da miséria, mortalidade infantil, gravidez na adolescência, óbito por causa externa, analfabetos, densidade domiciliar
São Sebastião do Passé	Mediano	2	1	linha da miséria, mortalidade infantil, gravidez na adolescência, óbito por causa externa, analfabetos, densidade domiciliar
Vera Cruz	Mediano	2	1	linha da miséria, mortalidade infantil, gravidez na adolescência, óbito por causa externa, analfabetos
Vitória da Conquista	Mediano	2	1	mortalidade infantil, gravidez na adolescência, óbito por causa externa, analfabetos, densidade domiciliar
Cairu	Mediano	3	1	linha da miséria, mortalidade infantil, gravidez na adolescência, óbito por causa externa, analfabetos, densidade domiciliar
Capela do Alto Alegre	Mediano	3	1	linha da miséria, mortalidade infantil, gravidez na adolescência, óbito por causa externa, analfabetos
Eunápolis	Mediano	3	1	gravidez na adolescência, mortalidade infantil, óbito por causa externa, analfabetos
Maiquinique	Mediano	3	1	linha da miséria, mortalidade infantil, gravidez na adolescência, óbito por causa externa, analfabetos
Mata de São João	Mediano	3	1	linha da miséria, mortalidade infantil, gravidez na adolescência, óbito por causa externa, analfabetos, densidade domiciliar
Paulo Afonso	Mediano	3	1	linha da miséria, mortalidade infantil, gravidez na adolescência, óbito por causa externa, analfabetos, densidade domiciliar
São Félix do Coribe	Mediano	3	1	linha da miséria, mortalidade infantil, gravidez na adolescência, óbito por causa externa, analfabetos, densidade domiciliar
Saubara	Mediano	3	1	linha da miséria, mortalidade infantil, gravidez na adolescência, óbito por causa externa, analfabetos
Almadina	Mediano	5	2	linha da miséria, mortalidade infantil, gravidez na adolescência, óbito por causa externa, analfabetos, densidade domiciliar
Antas	Mediano	5	2	linha da miséria, mortalidade infantil, gravidez na adolescência, óbito por causa externa, analfabetos, densidade domiciliar

(Continua)



Continuação do **Apêndice 4** - Municípios localizados em zona proximal a um desempenho superior no indicador dimensional condição de vida.

MUNICÍPIO	ICV	TIPO DE VULNERABILIDADE SOCIAL	TIPO DE VULNERABILIDADE COM PROXIMIDADE	VARIÁVEIS COM DESEMPENHO INSUFICIENTE
Capim Grosso	Mediano	5	2	linha da miséria, mortalidade infantil, gravidez na adolescência, óbito por causa externa, analfabetos
Cravolândia	Mediano	5	2	linha da miséria, gravidez na adolescência, óbito por causa externa, analfabetos, densidade domiciliar
Fátima	Mediano	5	2	linha da miséria, mortalidade infantil, gravidez na adolescência, óbito por causa externa, analfabetos
Heliópolis	Mediano	5	2	linha da miséria, mortalidade infantil, gravidez na adolescência, óbito por causa externa, analfabetos, densidade domiciliar
Ibitiara	Mediano	5	2	linha da miséria, mortalidade infantil, gravidez na adolescência, óbito por causa externa, analfabetos, densidade domiciliar
Itagimirim	Mediano	5	2	linha da miséria, gravidez na adolescência, óbito por causa externa, analfabetos, densidade domiciliar
Itapé	Mediano	5	2	linha da miséria, mortalidade infantil, gravidez na adolescência, óbito por causa externa, analfabetos, densidade domiciliar
Itiruçu	Mediano	5	2	linha da miséria, mortalidade infantil, gravidez na adolescência, óbito por causa externa, analfabetos, densidade domiciliar
Jitaúna	Mediano	5	2	linha da miséria, mortalidade infantil, gravidez na adolescência, óbito por causa externa, analfabetos, densidade domiciliar
Nazaré	Mediano	5	2	linha da miséria, mortalidade infantil, gravidez na adolescência, óbito por causa externa, analfabetos, densidade domiciliar
Palmeiras	Mediano	5	2	linha da miséria, gravidez na adolescência, óbito por causa externa, analfabetos, densidade domiciliar
Paramirim	Mediano	5	2	linha da miséria, mortalidade infantil, gravidez na adolescência, óbito por causa externa, analfabetos, densidade domiciliar
Santa Inês	Mediano	5	2	linha da miséria, mortalidade infantil, gravidez na adolescência, óbito por causa externa, analfabetos
Santo Amaro	Mediano	5	2	linha da miséria, mortalidade infantil, gravidez na adolescência, óbito por causa externa, analfabetos, densidade domiciliar
Senhor do Bonfim	Mediano	5	2	linha da miséria, mortalidade infantil, gravidez na adolescência, óbito por causa externa, analfabetos
Serrinha	Mediano	5	2	linha da miséria, mortalidade infantil, gravidez na adolescência, óbito por causa externa, analfabetos, densidade domiciliar

(Continua)

Continuação do **Apêndice 4** - Municípios localizados em zona proximal a um desempenho superior no indicador dimensional condição de vida.

MUNICÍPIO	ICV	TIPO DE VULNERABILIDADE SOCIAL	TIPO DE VULNERABILIDADE COM PROXIMIDADE	VARIÁVEIS COM DESEMPENHO INSUFICIENTE
Tanquinho	Mediano	5	2	linha da miséria, mortalidade infantil, gravidez na adolescência, óbito por causa externa, analfabetos, densidade domiciliar
Terra Nova	Mediano	5	2	linha da miséria, mortalidade infantil, gravidez na adolescência, óbito por causa externa, analfabetos, densidade domiciliar
Uibaí	Mediano	5	2	linha da miséria, mortalidade infantil, gravidez na adolescência, óbito por causa externa, analfabetos
Urucuca	Mediano	5	2	linha da miséria, mortalidade infantil, gravidez na adolescência, óbito por causa externa, analfabetos, densidade domiciliar
Várzea da Roça	Mediano	5	2	linha da miséria, mortalidade infantil, gravidez na adolescência, óbito por causa externa, analfabetos, densidade domiciliar
Várzea do Poço	Mediano	5	2	linha da miséria, mortalidade infantil, gravidez na adolescência, óbito por causa externa, analfabetos
São Félix	Mediano	8	2	linha da miséria, mortalidade infantil, gravidez na adolescência, óbito por causa externa, analfabetos, densidade domiciliar
Anagé	Mediano	8	6	linha da miséria, mortalidade infantil, gravidez na adolescência, óbito por causa externa, analfabetos, densidade domiciliar
Angical	Mediano	8	6	linha da miséria, mortalidade infantil, gravidez na adolescência, óbito por causa externa, analfabetos, densidade domiciliar
Anguera	Mediano	8	6	linha da miséria, gravidez na adolescência, óbito por causa externa, analfabetos, densidade domiciliar
Antônio Cardoso	Mediano	8	6	linha da miséria, mortalidade infantil, gravidez na adolescência, óbito por causa externa, analfabetos, densidade domiciliar
Baianópolis	Mediano	8	6	linha da miséria, mortalidade infantil, presença de crianças de 0 a 4 anos, gravidez na adolescência, óbito por causa externa, analfabetos, densidade domiciliar
Barra do Mendes	Mediano	8	6	linha da miséria, mortalidade infantil, gravidez na adolescência, óbito por causa externa, analfabetos, densidade domiciliar
Brotas de Macaúbas	Mediano	8	6	linha da miséria, mortalidade infantil, gravidez na adolescência, óbito por causa externa, analfabetos, densidade domiciliar
Candiba	Mediano	8	6	linha da miséria, mortalidade infantil, gravidez na adolescência, óbito por causa externa, analfabetos, densidade domiciliar
Cocos	Mediano	8	6	linha da miséria, mortalidade infantil, gravidez na adolescência, óbito por causa externa, analfabetos, densidade domiciliar

(Continua)

Continuação do **Apêndice 4** - Municípios localizados em zona proximal a um desempenho superior no indicador dimensional condição de vida.

MUNICÍPIO	ICV	TIPO DE VULNERABILIDADE SOCIAL	TIPO DE VULNERABILIDADE COM PROXIMIDADE	VARIÁVEIS COM DESEMPENHO INSUFICIENTE
Condeúba	Mediano	8	6	linha da miséria, mortalidade infantil, gravidez na adolescência, óbito por causa externa, analfabetos, densidade domiciliar
Coribe	Mediano	8	6	linha da miséria, gravidez na adolescência, óbito por causa externa, analfabetos, densidade domiciliar
Governador Mangabeira	Mediano	8	6	linha da miséria, mortalidade infantil, gravidez na adolescência, óbito por causa externa, analfabetos, densidade domiciliar
Lajedinho	Mediano	8	6	linha da miséria, gravidez na adolescência, analfabetos, densidade domiciliar
Malhada de Pedras	Mediano	8	6	linha da miséria, mortalidade infantil, gravidez na adolescência, óbito por causa externa, analfabetos, densidade domiciliar
Mirangaba	Mediano	8	6	linha da miséria, mortalidade infantil, gravidez na adolescência, óbito por causa externa, analfabetos, densidade domiciliar
Mirante	Mediano	8	6	linha da miséria, mortalidade infantil, gravidez na adolescência, óbito por causa externa, analfabetos, densidade domiciliar
Paripiranga	Mediano	8	6	linha da miséria, mortalidade infantil, gravidez na adolescência, óbito por causa externa, analfabetos, densidade domiciliar
Pé de Serra	Mediano	8	6	linha da miséria, mortalidade infantil, gravidez na adolescência, óbito por causa externa, analfabetos, densidade domiciliar
Pedrao	Mediano	8	6	linha da miséria, gravidez na adolescência, óbito por causa externa, analfabetos, densidade domiciliar
Pindaí	Mediano	8	6	linha da miséria, mortalidade infantil, gravidez na adolescência, óbito por causa externa, analfabetos, densidade domiciliar
Piripá	Mediano	8	6	linha da miséria, mortalidade infantil, gravidez na adolescência, óbito por causa externa, analfabetos, densidade domiciliar
São Felipe	Mediano	8	6	linha da miséria, mortalidade infantil, gravidez na adolescência, óbito por causa externa, analfabetos, densidade domiciliar
Serra Dourada	Mediano	8	6	linha da miséria, mortalidade infantil, gravidez na adolescência, óbito por causa externa, analfabetos, densidade domiciliar
Serrolândia	Mediano	8	6	linha da miséria, mortalidade infantil, gravidez na adolescência, óbito por causa externa, analfabetos
Urandi	Mediano	8	6	linha da miséria, mortalidade infantil, gravidez na adolescência, óbito por causa externa, analfabetos, densidade domiciliar

Fonte: Consórcio Geohidro-Sondotécnica, 2013

Apêndice 5 – Municípios localizados em zona proximal a um desempenho inferior no indicador dimensional condição de vida.

MUNICÍPIO	ICV	TIPO DE VULNERABILIDADE SOCIAL	TIPO DE VULNERABILIDADE COM PROXIMIDADE	VARIÁVEIS COM DESEMPENHO INSUFICIENTE
Candeias	Pouco Suficiente	1	3	linha da miséria, mortalidade infantil, gravidez na adolescência, óbito por causa externa,
Lauro de Freitas	Pouco Suficiente	1	3	mortalidade infantil, gravidez na adolescência, óbito por causa externa,
Madre de Deus	Pouco Suficiente	1	3	linha da miséria, mortalidade infantil, gravidez na adolescência, óbito por causa externa,
Pojuca	Pouco Suficiente	1	3	linha da miséria, mortalidade infantil, gravidez na adolescência, óbito por causa externa, densidade domiciliar
São Francisco do Conde	Pouco Suficiente	1	3	linha da miséria, mortalidade infantil, gravidez na adolescência, óbito por causa externa, densidade domiciliar, analfabetos
Abaíra	Pouco Suficiente	2	5	linha da miséria, mortalidade infantil, óbito por causa externa, analfabetos
Catu	Pouco Suficiente	2	5	linha da miséria, mortalidade infantil, gravidez na adolescência, óbito por causa externa, analfabetos
Nova Fátima	Pouco Suficiente	2	5	linha da miséria, mortalidade infantil, gravidez na adolescência, óbito por causa externa, analfabetos
Retirolândia	Pouco Suficiente	2	5	linha da miséria, mortalidade infantil, gravidez na adolescência, óbito por causa externa, analfabetos
Rio de Contas	Pouco Suficiente	2	5	linha da miséria, mortalidade infantil, gravidez na adolescência, analfabetos, densidade domiciliar
Santo Antônio de Jesus	Pouco Suficiente	2	5	mortalidade infantil, gravidez na adolescência, óbito por causa externa, analfabetos
Luis Eduardo Magalhães	Pouco Suficiente	4	7	mortalidade infantil, gravidez na adolescência, óbito por causa externa, presença de crianças de 0 a 4 anos
Brejoândia	Pouco Suficiente	6	8	linha da miséria, gravidez na adolescência, óbito por causa externa, analfabetos, densidade domiciliar
Caculé	Pouco Suficiente	6	8	linha da miséria, mortalidade infantil, gravidez na adolescência, óbito por causa externa, analfabetos, densidade domiciliar
Conceição do Almeida	Pouco Suficiente	6	8	linha da miséria, mortalidade infantil, gravidez na adolescência, óbito por causa externa, analfabetos, densidade domiciliar

(Continua)

Continuação do **Apêndice 5** – Municípios localizados em zona proximal a um desempenho inferior no indicador dimensional condição de vida.

MUNICÍPIO	ICV	TIPO DE VULNERABILIDADE SOCIAL	TIPO DE VULNERABILIDADE COM PROXIMIDADE	VARIÁVEIS COM DESEMPENHO INSUFICIENTE
Cruz das Almas	Pouco Suficiente	6	8	mortalidade infantil, gravidez na adolescência, óbito por causa externa, analfabetos, densidade domiciliar
Dom Macedo Costa	Pouco Suficiente	6	8	linha da miséria, gravidez na adolescência, analfabetos, densidade domiciliar
Elísio Medrado	Pouco Suficiente	6	8	linha da miséria, mortalidade infantil, gravidez na adolescência, óbito por causa externa, analfabetos
Feira da Mata	Pouco Suficiente	6	8	linha da miséria, gravidez na adolescência, óbito por causa externa, analfabetos, densidade domiciliar
Gavião	Pouco Suficiente	6	8	linha da miséria, gravidez na adolescência, óbito por causa externa, analfabetos, densidade domiciliar
Guajeru	Pouco Suficiente	6	8	linha da miséria, mortalidade infantil, gravidez na adolescência, óbito por causa externa, analfabetos, densidade domiciliar
Ibititá	Pouco Suficiente	6	8	linha da miséria, gravidez na adolescência, óbito por causa externa, analfabetos,
Jussiape	Pouco Suficiente	6	8	linha da miséria, mortalidade infantil, gravidez na adolescência, óbito por causa externa, analfabetos
Licínio de Almeida	Pouco Suficiente	6	8	linha da miséria, mortalidade infantil, gravidez na adolescência, óbito por causa externa, analfabetos, densidade domiciliar
Mortugaba	Pouco Suficiente	6	8	linha da miséria, mortalidade infantil, gravidez na adolescência, óbito por causa externa, analfabetos, densidade domiciliar
Mundo Novo	Pouco Suficiente	6	8	linha da miséria, gravidez na adolescência, óbito por causa externa, analfabetos, densidade domiciliar
Muritiba	Pouco Suficiente	6	8	linha da miséria, mortalidade infantil, gravidez na adolescência, óbito por causa externa, analfabetos, densidade domiciliar
Teofilândia	Pouco Suficiente	6	8	linha da miséria, gravidez na adolescência, óbito por causa externa, densidade domiciliar, analfabetos
Varzedo	Pouco Suficiente	6	8	linha da miséria, gravidez na adolescência, óbito por causa externa, densidade domiciliar, analfabetos

**Fonte:** Consórcio Geohidro-Sondotécnica, 2013



**Apêndice 6** – Municípios localizados em zona proximal a um desempenho superior no indicador dimensional qualidade de vida.

MUNICÍPIO	IQV	TIPO DE VULNERABILIDADE SOCIAL	TIPO DE VULNERABILIDADE COM PROXIMIDADE	VARIÁVEIS COM DESEMPENHO INSUFICIENTE
Conceição do Jacuípe	Mediano	4	1	água, esgoto, déficit habitacional, estabelecimento escolar, equipe SUS
Ichu	Mediano	4	1	esgoto, déficit habitacional, estabelecimento escolar, equipe SUS
Luis Eduardo Magalhães	Mediano	4	1	esgoto, déficit habitacional, estabelecimento escolar, equipe SUS
Caculé	Mediano	6	2	esgoto, déficit habitacional, estabelecimento escolar, equipe SUS
Conceição do Almeida	Mediano	6	2	água, esgoto, lixo, déficit habitacional, estabelecimento escolar, equipe SUS
Cruz das Almas	Mediano	6	2	esgoto, déficit habitacional, estabelecimento escolar, equipe SUS
Dom Macedo Costa	Mediano	6	2	água, esgoto, lixo, déficit habitacional, estabelecimento escolar
Elísio Medrado	Mediano	6	2	esgoto, lixo, déficit habitacional, equipe SUS
Entre Rios	Mediano	8	2	esgoto, déficit habitacional, estabelecimento escolar, equipe SUS
Gavião	Mediano	6	2	esgoto, lixo, déficit habitacional, equipe SUS
Ibititá	Mediano	6	2	esgoto, déficit habitacional, estabelecimento escolar, equipe SUS
Jussiape	Mediano	6	2	esgoto, lixo, déficit habitacional, estabelecimento escolar, equipe SUS
Licínio de Almeida	Mediano	6	2	esgoto, lixo, déficit habitacional, estabelecimento escolar, equipe SUS
Mundo Novo	Mediano	6	2	esgoto, déficit habitacional, estabelecimento escolar, equipe SUS
Muritiba	Mediano	6	2	esgoto, déficit habitacional, estabelecimento escolar, equipe SUS
Varzedo	Mediano	6	2	esgoto, lixo, déficit habitacional, estabelecimento escolar, equipe SUS

(Continua)

Continuação do **Apêndice 6** – Municípios localizados em zona proximal a um desempenho superior no indicador dimensional qualidade de vida.

MUNICÍPIO	IQV	TIPO DE VULNERABILIDADE SOCIAL	TIPO DE VULNERABILIDADE COM PROXIMIDADE	VARIÁVEIS COM DESEMPENHO INSUFICIENTE
Alcobaça	Mediano	7	3	água, esgoto, lixo, déficit habitacional, estabelecimento escolar, equipe SUS
Esplanada	Mediano	7	3	esgoto, déficit habitacional, estabelecimento escolar, equipe SUS
Ibicoara	Mediano	7	3	esgoto, déficit habitacional, estabelecimento escolar, equipe SUS
Itagibá	Mediano	7	3	déficit habitacional, estabelecimento escolar, equipe SUS
Itapebi	Mediano	7	3	esgoto, déficit habitacional, estabelecimento escolar, equipe SUS
Ituaçu	Mediano	7	3	água, esgoto, lixo, déficit habitacional
Mucuri	Mediano	7	3	água, esgoto, déficit habitacional, estabelecimento escolar, equipe SUS
Nova Viçosa	Mediano	7	3	esgoto, déficit habitacional, estabelecimento escolar, equipe SUS
Novo Horizonte	Mediano	7	3	esgoto, lixo, déficit habitacional, estabelecimento escolar, equipe SUS
Pintadas	Mediano	7	3	água, esgoto, déficit habitacional, estabelecimento escolar, equipe SUS
Valença	Mediano	7	3	déficit habitacional, estabelecimento escolar, equipe SUS
Amargosa	Mediano	8	5	esgoto, déficit habitacional, estabelecimento escolar, equipe SUS
Amélia Rodrigues	Mediano	8	5	esgoto, déficit habitacional, estabelecimento escolar, equipe SUS
América Dourada	Mediano	8	5	esgoto, déficit habitacional, estabelecimento escolar, equipe SUS
Aporá	Mediano	8	5	esgoto, lixo, déficit habitacional, estabelecimento escolar, equipe SUS
Apuarema	Mediano	8	5	esgoto, déficit habitacional, estabelecimento escolar, equipe SUS
Aramari	Mediano	8	5	esgoto, lixo, déficit habitacional, estabelecimento escolar, equipe SUS

(Continua)

Continuação do **Apêndice 6** – Municípios localizados em zona proximal a um desempenho superior no indicador dimensional qualidade de vida.

MUNICÍPIO	IQV	TIPO DE VULNERABILIDADE SOCIAL	TIPO DE VULNERABILIDADE COM PROXIMIDADE	VARIÁVEIS COM DESEMPENHO INSUFICIENTE
Arataca	Mediano	8	5	esgoto, déficit habitacional, estabelecimento escolar, equipe SUS
Biritinga	Mediano	8	5	esgoto, lixo, déficit habitacional, estabelecimento escolar, equipe SUS
Boa Nova	Mediano	8	5	esgoto, lixo, déficit habitacional, estabelecimento escolar, equipe SUS
Bom Jesus da Lapa	Mediano	8	5	esgoto, déficit habitacional, estabelecimento escolar, equipe SUS
Boninal	Mediano	8	5	esgoto, lixo, déficit habitacional, estabelecimento escolar, equipe SUS
Botuporã	Mediano	8	5	água, esgoto, lixo, déficit habitacional, equipe SUS
Brejões	Mediano	8	5	esgoto, déficit habitacional, estabelecimento escolar, equipe SUS
Canarana	Mediano	8	5	esgoto, déficit habitacional, estabelecimento escolar, equipe SUS
Candeal	Mediano	8	5	água, esgoto, lixo, déficit habitacional
Caravelas	Mediano	8	5	esgoto, déficit habitacional, estabelecimento escolar, equipe SUS
Catolândia	Mediano	8	5	água, esgoto, lixo
Central	Mediano	8	5	esgoto, lixo, déficit habitacional, estabelecimento escolar, equipe SUS
Chorrochó	Mediano	8	5	água, esgoto, lixo, déficit habitacional, equipe SUS
Cícero Dantas	Mediano	8	5	esgoto, déficit habitacional, estabelecimento escolar, equipe SUS
Conceição da Feira	Mediano	8	5	esgoto, déficit habitacional, estabelecimento escolar, equipe SUS
Contendas do Sincorá	Mediano	8	5	esgoto, lixo, déficit habitacional, estabelecimento escolar, equipe SUS
Coronel João Sá	Mediano	8	5	água, esgoto, lixo, déficit habitacional, equipe SUS

(Continua)

Continuação do **Apêndice 6** – Municípios localizados em zona proximal a um desempenho superior no indicador dimensional qualidade de vida.

MUNICÍPIO	IQV	TIPO DE VULNERABILIDADE SOCIAL	TIPO DE VULNERABILIDADE COM PROXIMIDADE	VARIÁVEIS COM DESEMPENHO INSUFICIENTE
Gandu	Mediano	8	5	esgoto, déficit habitacional, estabelecimento escolar, equipe SUS
Gentio do Ouro	Mediano	8	5	esgoto, lixo, déficit habitacional
Glória	Mediano	8	5	água, esgoto, lixo, déficit habitacional, estabelecimento escolar
Guaratinga	Mediano	8	5	água, esgoto, déficit habitacional, estabelecimento escolar, equipe SUS
Ibipeba	Mediano	8	5	esgoto, lixo, déficit habitacional, estabelecimento escolar, equipe SUS
Ibipitanga	Mediano	8	5	água, esgoto, lixo, déficit habitacional, estabelecimento escolar
Ibirapitanga	Mediano	8	5	esgoto, déficit habitacional, estabelecimento escolar, equipe SUS
Ibotirama	Mediano	8	5	esgoto, déficit habitacional, estabelecimento escolar, equipe SUS
Igaporã	Mediano	8	5	esgoto, lixo, déficit habitacional, estabelecimento escolar, equipe SUS
Iguaí	Mediano	8	5	esgoto, déficit habitacional, estabelecimento escolar, equipe SUS
Inhambupe	Mediano	8	5	esgoto, lixo, déficit habitacional, estabelecimento escolar, equipe SUS
Irajuba	Mediano	8	5	água, esgoto, déficit habitacional, estabelecimento escolar, equipe SUS
Itabela	Mediano	8	5	esgoto, lixo, déficit habitacional, estabelecimento escolar, equipe SUS
Itaeté	Mediano	8	5	esgoto, lixo, déficit habitacional, estabelecimento escolar, equipe SUS
Itamari	Mediano	8	5	esgoto, déficit habitacional, estabelecimento escolar, equipe SUS
Itatim	Mediano	8	5	esgoto, déficit habitacional, estabelecimento escolar, equipe SUS

(Continua)

Continuação do **Apêndice 6** – Municípios localizados em zona proximal a um desempenho superior no indicador dimensional qualidade de vida.

MUNICÍPIO	IQV	TIPO DE VULNERABILIDADE SOCIAL	TIPO DE VULNERABILIDADE COM PROXIMIDADE	VARIÁVEIS COM DESEMPENHO INSUFICIENTE
Ituberá	Mediano	8	5	esgoto, déficit habitacional, estabelecimento escolar, equipe SUS
Jaborandi	Mediano	8	5	esgoto, lixo, déficit habitacional, estabelecimento escolar, equipe SUS
Jaguaquara	Mediano	8	5	esgoto, déficit habitacional, estabelecimento escolar, equipe SUS
Jaguarari	Mediano	8	5	esgoto, déficit habitacional, estabelecimento escolar, equipe SUS
Jeremoabo	Mediano	8	5	esgoto, lixo, déficit habitacional, estabelecimento escolar, equipe SUS
João Dourado	Mediano	8	5	esgoto, déficit habitacional, estabelecimento escolar, equipe SUS
Laje	Mediano	8	5	água, esgoto, lixo, estabelecimento escolar, equipe SUS
Lajedo do Tabocal	Mediano	8	5	esgoto, déficit habitacional, estabelecimento escolar, equipe SUS
Lapão	Mediano	8	5	esgoto, lixo, déficit habitacional, estabelecimento escolar, equipe SUS
Livramento de Nossa Senhora	Mediano	8	5	esgoto, lixo, déficit habitacional, estabelecimento escolar, equipe SUS
Macaúbas	Mediano	8	5	esgoto, lixo, déficit habitacional, estabelecimento escolar, equipe SUS
Mairi	Mediano	8	5	esgoto, déficit habitacional, estabelecimento escolar, equipe SUS
Maragogipe	Mediano	8	5	esgoto, déficit habitacional, estabelecimento escolar, equipe SUS
Marcionílio Souza	Mediano	8	5	esgoto, déficit habitacional, estabelecimento escolar
Miguel Calmon	Mediano	8	5	esgoto, lixo, déficit habitacional, estabelecimento escolar, equipe SUS
Milagres	Mediano	8	5	esgoto, déficit habitacional, estabelecimento escolar

(Continua)



Continuação do **Apêndice 6** – Municípios localizados em zona proximal a um desempenho superior no indicador dimensional qualidade de vida.

MUNICÍPIO	IQV	TIPO DE VULNERABILIDADE SOCIAL	TIPO DE VULNERABILIDADE COM PROXIMIDADE	VARIÁVEIS COM DESEMPENHO INSUFICIENTE
Morpará	Mediano	8	5	esgoto, déficit habitacional, equipe SUS
Mutuípe	Mediano	8	5	água, esgoto, lixo, déficit habitacional, estabelecimento escolar, equipe SUS
Nilo Peçanha	Mediano	8	5	água, esgoto, lixo, déficit habitacional, equipe SUS
Nova Canaã	Mediano	8	5	água, esgoto, lixo, déficit habitacional, estabelecimento escolar, equipe SUS
Nova Ibiá	Mediano	8	5	água, esgoto, lixo, déficit habitacional, estabelecimento escolar, equipe SUS
Nova Itarana	Mediano	8	5	água, esgoto, lixo, déficit habitacional, equipe SUS
Nova Redenção	Mediano	8	5	esgoto, déficit habitacional, estabelecimento escolar, equipe SUS
Ouriçangas	Mediano	8	5	esgoto, lixo, déficit habitacional, estabelecimento escolar, equipe SUS
Ourolândia	Mediano	8	5	esgoto, déficit habitacional, estabelecimento escolar, equipe SUS
Pindobaçu	Mediano	8	5	esgoto, déficit habitacional, estabelecimento escolar, equipe SUS
Piritiba	Mediano	8	5	esgoto, déficit habitacional, estabelecimento escolar, equipe SUS
Ponto Novo	Mediano	8	5	esgoto, déficit habitacional, estabelecimento escolar, equipe SUS
Prado	Mediano	8	5	esgoto, déficit habitacional, estabelecimento escolar
Presidente Jânio Quadros	Mediano	8	5	água, esgoto, lixo, déficit habitacional, equipe SUS
Quixabeira	Mediano	8	5	esgoto, déficit habitacional, estabelecimento escolar, equipe SUS
Remanso	Mediano	8	5	esgoto, déficit habitacional, estabelecimento escolar, equipe SUS

(Continua)

Continuação do **Apêndice 6** – Municípios localizados em zona proximal a um desempenho superior no indicador dimensional qualidade de vida.

MUNICÍPIO	IQV	TIPO DE VULNERABILIDADE SOCIAL	TIPO DE VULNERABILIDADE COM PROXIMIDADE	VARIÁVEIS COM DESEMPENHO INSUFICIENTE
Ribeira do Amparo	Mediano	8	5	esgoto, lixo, déficit habitacional
Ribeira do Pombal	Mediano	8	5	esgoto, déficit habitacional, estabelecimento escolar, equipe SUS
Ribeirão do Largo	Mediano	8	5	água, lixo, esgoto, déficit habitacional, estabelecimento escolar, equipe SUS
Rio do Antônio	Mediano	8	5	lixo, esgoto, estabelecimento escolar, equipe SUS
Rio do Pires	Mediano	8	5	esgoto, lixo, déficit habitacional, estabelecimento escolar
Ruy Barbosa	Mediano	8	5	esgoto, déficit habitacional, estabelecimento escolar, equipe SUS
Santa Luz	Mediano	8	5	esgoto, déficit habitacional, estabelecimento escolar, equipe SUS
Santa Luzia	Mediano	8	5	esgoto, déficit habitacional, estabelecimento escolar, equipe SUS
Santa Rita de Cássia	Mediano	8	5	esgoto, déficit habitacional, estabelecimento escolar, equipe SUS
Santa Teresinha	Mediano	8	5	esgoto, lixo, déficit habitacional, equipe SUS
Santana	Mediano	8	5	esgoto, lixo, déficit habitacional, estabelecimento escolar, equipe SUS
São Gabriel	Mediano	8	5	esgoto, déficit habitacional, estabelecimento escolar, equipe SUS
São Gonçalo dos Campos	Mediano	8	5	esgoto, déficit habitacional, estabelecimento escolar, equipe SUS
Sapeçu	Mediano	8	5	água, esgoto, lixo, déficit habitacional, estabelecimento escolar, equipe SUS
Sátiro Dias	Mediano	8	5	esgoto, lixo, déficit habitacional, estabelecimento escolar, equipe SUS
Saúde	Mediano	8	5	esgoto, déficit habitacional, estabelecimento escolar, equipe SUS

(Continua)

Continuação do **Apêndice 6** – Municípios localizados em zona proximal a um desempenho superior no indicador dimensional qualidade de vida.

MUNICÍPIO	IQV	TIPO DE VULNERABILIDADE SOCIAL	TIPO DE VULNERABILIDADE COM PROXIMIDADE	VARIÁVEIS COM DESEMPENHO INSUFICIENTE
Sebastião Laranjeiras	Mediano	8	5	esgoto, lixo, déficit habitacional, estabelecimento escolar, equipe SUS
Serra Preta	Mediano	8	5	água, esgoto, lixo, déficit habitacional, estabelecimento escolar
Sítio do Quinto	Mediano	8	5	esgoto, déficit habitacional, estabelecimento escolar, equipe SUS
Tanque Novo	Mediano	8	5	esgoto, lixo, déficit habitacional, estabelecimento escolar, equipe SUS
Tapiramutá	Mediano	8	5	esgoto, déficit habitacional, estabelecimento escolar, equipe SUS
Teodoro Sampaio	Mediano	8	5	esgoto, déficit habitacional, estabelecimento escolar, equipe SUS
Tucano	Mediano	8	5	esgoto, lixo, déficit habitacional, estabelecimento escolar, equipe SUS
Ubaíra	Mediano	8	5	água, esgoto, lixo, déficit habitacional, estabelecimento escolar, equipe SUS
Ubatã	Mediano	8	5	esgoto, déficit habitacional, estabelecimento escolar, equipe SUS
Utinga	Mediano	8	5	esgoto, déficit habitacional, estabelecimento escolar, equipe SUS
Vereda	Mediano	8	5	esgoto, lixo, déficit habitacional, estabelecimento escolar, equipe SUS
Wagner	Mediano	8	5	esgoto, déficit habitacional, estabelecimento escolar, equipe SUS

**Fonte:** Consórcio Geohidro-Sondotécnica, 2013.

Apêndice 7 – Municípios localizados em zona proximal a um desempenho inferior no indicador dimensional qualidade de vida.

MUNICÍPIO	IQV	TIPO DE VULNERABILIDADE SOCIAL	TIPO DE VULNERABILIDADE COM PROXIMIDADE	VARIÁVEIS COM DESEMPENHO INSUFICIENTE
Alagoinhas	Pouco Suficiente	1	4	esgoto, déficit habitacional, estabelecimento escolar, equipe PSF
Barreiras	Pouco Suficiente	1	4	esgoto, déficit habitacional, estabelecimento escolar, equipe PSF
Camaçari	Pouco Suficiente	1	4	déficit habitacional, estabelecimento escolar
Dias d'Ávila	Pouco Suficiente	1	4	déficit habitacional, estabelecimento escolar, equipe PSF
Feira de Santana	Pouco Suficiente	1	4	déficit habitacional, estabelecimento escolar, equipe PSF
Maetinga	Pouco Suficiente	1	4	água, esgoto, lixo, déficit habitacional, estabelecimento escolar
Simões Filho	Pouco Suficiente	1	4	déficit habitacional, estabelecimento escolar, equipe PSF
Caatiba	Pouco Suficiente	2	6	esgoto, déficit habitacional, estabelecimento escolar
Cachoeira	Pouco Suficiente	2	6	esgoto, déficit habitacional, estabelecimento escolar
Cordeiros	Pouco Suficiente	2	6	esgoto, lixo, déficit habitacional, estabelecimento escolar, equipe PSF
Érico Cardoso	Pouco Suficiente	2	6	esgoto, lixo, déficit habitacional, estabelecimento escolar
Guanambi	Pouco Suficiente	2	6	esgoto, déficit habitacional, estabelecimento escolar, equipe PSF
Ibirapuã	Pouco Suficiente	2	6	esgoto, déficit habitacional, estabelecimento escolar, equipe PSF
Ipupiara	Pouco Suficiente	2	6	esgoto, déficit habitacional, equipe PSF
Itanhém	Pouco Suficiente	2	6	déficit habitacional, estabelecimento escolar, equipe PSF
Itaparica	Pouco Suficiente	2	6	déficit habitacional, estabelecimento escolar, equipe PSF

(Continua)

Continuação do **Apêndice 7** – Municípios localizados em zona proximal a um desempenho inferior no indicador dimensional qualidade de vida.

MUNICÍPIO	IQV	TIPO DE VULNERABILIDADE SOCIAL	TIPO DE VULNERABILIDADE COM PROXIMIDADE	VARIÁVEIS COM DESEMPENHO INSUFICIENTE
Jacaraci	Pouco Suficiente	2	6	esgoto, lixo, déficit habitacional, estabelecimento escolar
Lafaiete Coutinho	Pouco Suficiente	2	6	esgoto, déficit habitacional, estabelecimento escolar
Lajedão	Pouco Suficiente	2	6	déficit habitacional, estabelecimento escolar, equipe PSF
Poções	Pouco Suficiente	2	7	déficit habitacional, estabelecimento escolar, equipe PSF
Porto Seguro	Pouco Suficiente	2	7	déficit habitacional, estabelecimento escolar, equipe PSF
São Sebastião do Passé	Pouco Suficiente	2	7	déficit habitacional, estabelecimento escolar, equipe PSF
Vera Cruz	Pouco Suficiente	2	7	esgoto, déficit habitacional, estabelecimento escolar, equipe PSF
Vitória da Conquista	Pouco Suficiente	2	7	esgoto, déficit habitacional, estabelecimento escolar, equipe PSF
Eunápolis	Pouco Suficiente	3	7	esgoto, déficit habitacional, estabelecimento escolar, equipe PSF
Cairu	Pouco Suficiente	3	7	esgoto, déficit habitacional, estabelecimento escolar
Capela do Alto Alegre	Pouco Suficiente	3	7	esgoto, déficit habitacional, estabelecimento escolar, equipe PSF
Maiquinique	Pouco Suficiente	3	7	déficit habitacional, estabelecimento escolar, equipe PSF
Mata de São João	Pouco Suficiente	3	7	esgoto, déficit habitacional, estabelecimento escolar, equipe PSF
São Félix do Coribe	Pouco Suficiente	3	7	esgoto, déficit habitacional, estabelecimento escolar, equipe PSF
Saubara	Pouco Suficiente	3	7	esgoto, déficit habitacional, estabelecimento escolar, equipe PSF
Fátima	Pouco Suficiente	5	4	esgoto, lixo, estabelecimento escolar, equipe PSF

(Continua)



Continuação do **Apêndice 7** – Municípios localizados em zona proximal a um desempenho inferior no indicador dimensional qualidade de vida.

MUNICÍPIO	IQV	TIPO DE VULNERABILIDADE SOCIAL	TIPO DE VULNERABILIDADE COM PROXIMIDADE	VARIÁVEIS COM DESEMPENHO INSUFICIENTE
Heliópolis	Pouco Suficiente	5	4	esgoto, lixo, déficit habitacional, estabelecimento escolar, equipe PSF
Iaçu	Pouco Suficiente	5	4	esgoto, déficit habitacional, estabelecimento escolar, equipe PSF
Ibiassucê	Pouco Suficiente	5	4	esgoto, lixo, déficit habitacional, estabelecimento escolar, equipe PSF
Ibicuí	Pouco Suficiente	5	4	déficit habitacional, estabelecimento escolar, equipe PSF
Medeiros Neto	Pouco Suficiente	5	5	esgoto, déficit habitacional, estabelecimento escolar, equipe PSF
Jacobina	Pouco Suficiente	5	6	esgoto, lixo, déficit habitacional, estabelecimento escolar, equipe PSF
Abaré	Pouco Suficiente	5	8	esgoto, lixo, déficit habitacional, estabelecimento escolar
Aiquara	Pouco Suficiente	5	8	água, déficit habitacional, estabelecimento escolar, equipe PSF
Aratuípe	Pouco Suficiente	5	8	esgoto, déficit habitacional
Aurelino Leal	Pouco Suficiente	5	8	esgoto, déficit habitacional, estabelecimento escolar, equipe PSF
Barra da Estiva	Pouco Suficiente	5	8	esgoto, lixo, déficit habitacional, estabelecimento escolar, equipe PSF
Barra do Choça	Pouco Suficiente	5	8	esgoto, déficit habitacional, estabelecimento escolar, equipe PSF
Barra do Rocha	Pouco Suficiente	5	8	esgoto, déficit habitacional, estabelecimento escolar, equipe PSF
Barro Alto	Pouco Suficiente	5	8	esgoto, lixo, déficit habitacional, estabelecimento escolar, equipe PSF
Barrocas	Pouco Suficiente	5	8	esgoto, déficit habitacional, estabelecimento escolar, equipe PSF
Belmonte	Pouco Suficiente	5	8	esgoto, déficit habitacional, estabelecimento escolar, equipe PSF

(Continua)

Continuação do **Apêndice 7** – Municípios localizados em zona proximal a um desempenho inferior no indicador dimensional qualidade de vida.

MUNICÍPIO	IQV	TIPO DE VULNERABILIDADE SOCIAL	TIPO DE VULNERABILIDADE COM PROXIMIDADE	VARIÁVEIS COM DESEMPENHO INSUFICIENTE
Bonito	Pouco Suficiente	5	8	esgoto, déficit habitacional, estabelecimento escolar
Brumado	Pouco Suficiente	5	8	déficit habitacional, estabelecimento escolar
Canápolis	Pouco Suficiente	5	8	esgoto, lixo, déficit habitacional, estabelecimento escolar
Canavieiras	Pouco Suficiente	5	8	esgoto, déficit habitacional, estabelecimento escolar, equipe PSF
Capim Grosso	Pouco Suficiente	5	8	esgoto, déficit habitacional, estabelecimento escolar, equipe PSF
Castro Alves	Pouco Suficiente	5	8	esgoto, déficit habitacional, estabelecimento escolar, equipe PSF
Caturama	Pouco Suficiente	5	8	água, esgoto, lixo
Cipó	Pouco Suficiente	5	8	esgoto, déficit habitacional, estabelecimento escolar, equipe PSF
Conceição do Coité	Pouco Suficiente	5	8	esgoto, déficit habitacional, estabelecimento escolar, equipe PSF
Gongogi	Pouco Suficiente	5	8	déficit habitacional, estabelecimento escolar
Ibitiara	Pouco Suficiente	5	8	esgoto, lixo, déficit habitacional, estabelecimento escolar, equipe PSF
Ilhéus	Pouco Suficiente	5	8	déficit habitacional, estabelecimento escolar, equipe PSF
Ipiaú	Pouco Suficiente	5	8	déficit habitacional, estabelecimento escolar, equipe PSF
Irecê	Pouco Suficiente	5	8	esgoto, déficit habitacional, estabelecimento escolar, equipe PSF
Itamaraju	Pouco Suficiente	5	8	esgoto, déficit habitacional, estabelecimento escolar, equipe PSF
Itapé	Pouco Suficiente	5	8	esgoto, déficit habitacional, estabelecimento escolar, equipe PSF

(Continua)

Continuação do **Apêndice 7** – Municípios localizados em zona proximal a um desempenho inferior no indicador dimensional qualidade de vida.

MUNICÍPIO	IQV	TIPO DE VULNERABILIDADE SOCIAL	TIPO DE VULNERABILIDADE COM PROXIMIDADE	VARIÁVEIS COM DESEMPENHO INSUFICIENTE
Itaquara	Pouco Suficiente	5	8	déficit habitacional, estabelecimento escolar, equipe PSF
Jitaúna	Pouco Suficiente	5	8	esgoto, déficit habitacional, equipe PSF
Jussara	Pouco Suficiente	5	8	esgoto, lixo, déficit habitacional, estabelecimento escolar, equipe PSF
Lençóis	Pouco Suficiente	5	8	esgoto, déficit habitacional, estabelecimento escolar, equipe PSF
Mascote	Pouco Suficiente	5	8	esgoto, déficit habitacional, estabelecimento escolar, equipe PSF
Mucugê	Pouco Suficiente	5	8	esgoto, lixo, déficit habitacional, estabelecimento escolar, equipe PSF
Muniz Ferreira	Pouco Suficiente	5	8	água, esgoto, déficit habitacional, estabelecimento escolar, equipe PSF
Novo Triunfo	Pouco Suficiente	5	8	esgoto, lixo, déficit habitacional, estabelecimento escolar, equipe PSF
Olindina	Pouco Suficiente	5	8	esgoto, lixo, déficit habitacional, estabelecimento escolar, equipe PSF
Palmeiras	Pouco Suficiente	5	8	esgoto, lixo, déficit habitacional, estabelecimento escolar, equipe PSF
Paramirim	Pouco Suficiente	5	8	esgoto, lixo, déficit habitacional, estabelecimento escolar, equipe PSF
Pau Brasil	Pouco Suficiente	5	8	déficit habitacional, estabelecimento escolar, equipe PSF
Presidente Dutra	Pouco Suficiente	5	8	esgoto, déficit habitacional, estabelecimento escolar, equipe PSF
Riachão do Jacuípe	Pouco Suficiente	5	8	déficit habitacional, estabelecimento escolar, equipe PSF
Santa Cruz Cabralia	Pouco Suficiente	5	8	esgoto, déficit habitacional, estabelecimento escolar, equipe PSF
Santo Amaro	Pouco Suficiente	5	8	esgoto, déficit habitacional, estabelecimento escolar, equipe PSF

(Continua)

Continuação do **Apêndice 7** – Municípios localizados em zona proximal a um desempenho inferior no indicador dimensional qualidade de vida.

MUNICÍPIO	IQV	TIPO DE VULNERABILIDADE SOCIAL	TIPO DE VULNERABILIDADE COM PROXIMIDADE	VARIÁVEIS COM DESEMPENHO INSUFICIENTE
São José do Jacuípe	Pouco Suficiente	5	8	esgoto, déficit habitacional, estabelecimento escolar, equipe PSF
Senhor do Bonfim	Pouco Suficiente	5	8	esgoto, déficit habitacional, estabelecimento escolar, equipe PSF
Serrinha	Pouco Suficiente	5	8	esgoto, déficit habitacional, estabelecimento escolar, equipe PSF
Tabocas do Brejo Velho	Pouco Suficiente	5	8	esgoto, lixo
Tanhaçu	Pouco Suficiente	5	8	água, esgoto, lixo, equipe PSF
Tanquinho	Pouco Suficiente	5	8	esgoto, déficit habitacional, estabelecimento escolar, equipe PSF
Terra Nova	Pouco Suficiente	5	8	déficit habitacional, estabelecimento escolar, equipe PSF
Ubaitaba	Pouco Suficiente	5	8	déficit habitacional, estabelecimento escolar, equipe PSF
Uibaí	Pouco Suficiente	5	8	esgoto, déficit habitacional, estabelecimento escolar, equipe PSF
Uruçuca	Pouco Suficiente	5	8	déficit habitacional, estabelecimento escolar, equipe PSF
Várzea da Roça	Pouco Suficiente	5	8	esgoto, déficit habitacional, estabelecimento escolar, equipe PSF
Várzea do Poço	Pouco Suficiente	5	8	esgoto, déficit habitacional, estabelecimento escolar, equipe PSF
Xique-Xique	Pouco Suficiente	5	8	esgoto, déficit habitacional, estabelecimento escolar, equipe PSF
São Félix	Pouco Suficiente	8	8	déficit habitacional, estabelecimento escolar

Fonte: Consórcio Geohidro-Sondotécnica, 2013.

Apêndice 8 – Municípios localizados em zona proximal a um desempenho superior no indicador dimensional condição econômica.

MUNICÍPIO	ICE	TIPO DE VULNERABILIDADE SOCIAL	TIPO DE VULNERABILIDADE COM PROXIMIDADE	VARIÁVEIS COM DESEMPENHO INSUFICIENTE
Abaíra	Mediano	2	1	orçamento municipal per capita, percentual de recursos próprios, PIB per capita, diversificação da economia, dinâmica populacional, renda per capita
Catu	Mediano	2	1	orçamento municipal per capita, PIB per capita, diversificação da economia, Gini de terra, dinâmica populacional
Cordeiros	Mediano	2	1	orçamento municipal per capita, percentual de recursos próprios, PIB per capita, renda per capita, diversificação da economia, dinâmica populacional
Guanambi	Mediano	2	1	orçamento municipal per capita, percentual de recursos próprios, PIB per capita, diversificação da economia, dinâmica populacional
Ibirapuã	Mediano	2	1	orçamento municipal per capita, percentual de recursos próprios, PIB per capita, diversificação da economia, dinâmica populacional, Gini de terras
Itaparica	Mediano	2	1	PIB per capita, diversificação da economia, dinâmica populacional
Jacaraci	Mediano	2	1	orçamento municipal per capita, percentual de recursos próprios, PIB per capita, renda per capita, diversificação da economia
Nova Fátima	Mediano	2	1	orçamento municipal per capita, percentual de recursos próprios, PIB per capita, Gini de terras, dinâmica populacional, diversificação da economia, dinâmica populacional
Retirolândia	Mediano	2	1	orçamento municipal per capita, percentual de recursos próprios, PIB per capita, dinâmica populacional, diversificação da economia
Santo Antônio de Jesus	Mediano	2	1	orçamento municipal per capita, percentual de recursos próprios, PIB per capita, renda per capita, diversificação da economia, dinâmica populacional, Gini de terras
Abaré	Mediano	5	3	orçamento municipal per capita, percentual de recursos próprios, PIB per capita, renda per capita, índice de Gini de terras, diversificação da economia
Barra do Choça	Mediano	5	3	orçamento municipal per capita, percentual de recursos próprios, PIB per capita, dinâmica populacional, diversificação da economia, renda per capita
Barrocas	Mediano	5	3	orçamento municipal per capita, percentual de recursos próprios, PIB per capita, renda per capita, diversificação da economia, dinâmica populacional
Belmonte	Mediano	5	3	orçamento municipal per capita, percentual de recursos próprios, PIB per capita, renda per capita, diversificação da economia, dinâmica populacional, Gini de terras
Brumado	Mediano	5	3	orçamento municipal per capita, percentual de recursos próprios, PIB per capita, diversificação da economia, dinâmica populacional

(Continua)



Continuação do **Apêndice 8** – Municípios localizados em zona proximal a um desempenho superior no indicador dimensional condição econômica.

MUNICÍPIO	ICE	TIPO DE VULNERABILIDADE SOCIAL	TIPO DE VULNERABILIDADE COM PROXIMIDADE	VARIÁVEIS COM DESEMPENHO INSUFICIENTE
Caturama	Mediano	5	3	orçamento municipal per capita, percentual de recursos próprios, PIB per capita, renda per capita, diversificação da economia, PEA em relação a população
Conceição do Coité	Mediano	5	3	orçamento municipal per capita, percentual de recursos próprios, PIB per capita, renda per capita, diversificação da economia, Gini de terras
Firmino Alves	Mediano	5	3	orçamento municipal per capita, percentual de recursos próprios, PIB per capita, Gini de terras, dinâmica populacional
Ibiassucê	Mediano	5	3	orçamento municipal per capita, percentual de recursos próprios, PIB per capita, diversificação da economia, dinâmica populacional
Ilhéus	Mediano	5	3	orçamento municipal per capita, percentual de recursos próprios, PIB per capita, diversificação da economia, dinâmica populacional
Ipiaú	Mediano	5	3	orçamento municipal per capita, PIB per capita, Gini de renda, diversificação da economia, dinâmica populacional
Irecê	Mediano	5	3	orçamento municipal per capita, percentual de recursos próprios, PIB per capita, diversificação da economia, dinâmica populacional
Itarantim	Mediano	5	3	orçamento municipal per capita, percentual de recursos próprios, PIB per capita, renda per capita, Gini de terras, dinâmica populacional, diversificação da economia
Itororó	Mediano	5	3	orçamento municipal per capita, percentual de recursos próprios, PIB per capita, dinâmica populacional, diversificação da economia
Jacobina	Mediano	5	3	orçamento municipal per capita, PIB per capita, diversificação da economia, Gini de terra, dinâmica populacional
Jequié	Mediano	5	3	orçamento municipal per capita, percentual de recursos próprios, PIB per capita, Gini de terras, dinâmica populacional, diversificação da economia
Jussari	Mediano	5	3	PIB per capita, Gini de terras, dinâmica populacional,
Lençóis	Mediano	5	3	orçamento municipal per capita, percentual de recursos próprios, PIB per capita, Gini de terras, dinâmica populacional, diversificação da economia
Medeiros Neto	Mediano	5	3	orçamento municipal per capita, percentual de recursos próprios, PIB per capita, dinâmica populacional
Mucugê	Mediano	5	3	orçamento municipal per capita, percentual de recursos próprios, PIB per capita, Gini de terras, dinâmica populacional, diversificação da economia, Gini de terras
Muniz Ferreira	Mediano	5	3	orçamento municipal per capita, percentual de recursos próprios, PIB per capita, Gini de terras, dinâmica populacional, diversificação da economia, Gini de terras, dinâmica populacional

(Continua)

Continuação do **Apêndice 8** – Municípios localizados em zona proximal a um desempenho superior no indicador dimensional condição econômica.

MUNICÍPIO	ICE	TIPO DE VULNERABILIDADE SOCIAL	TIPO DE VULNERABILIDADE COM PROXIMIDADE	VARIÁVEIS COM DESEMPENHO INSUFICIENTE
Riachão do Jacuípe	Mediano	5	3	orçamento municipal per capita, percentual de recursos próprios, PIB per capita, renda per capita, dinâmica populacional, diversificação da economia
Rodelas	Mediano	5	3	orçamento municipal per capita, percentual de recursos próprios, PIB per capita, renda per capita, Gini de terras, diversificação da economia
Santa Cruz Cabralia	Mediano	5	3	orçamento municipal per capita, percentual de recursos próprios, PIB per capita, diversificação da economia, dinâmica populacional
São José do Jacuípe	Mediano	5	3	orçamento municipal per capita, percentual de recursos próprios, PIB per capita, renda per capita, diversificação da economia, dinâmica populacional
Sobradinho	Mediano	5	3	orçamento municipal per capita, percentual de recursos próprios, PIB per capita, diversificação da economia, dinâmica populacional
Guajeru	Mediano	6	4	orçamento municipal per capita, percentual de recursos próprios, PIB per capita, renda per capita, diversificação da economia, dinâmica populacional
Mortugaba	Mediano	6	4	orçamento municipal per capita, percentual de recursos próprios, PIB per capita, Gini de terras, dinâmica populacional, diversificação da economia
Adustina	Mediano	8	7	PIB per capita, renda per capita, diversificação da economia, índice de Gini de terras, dinâmica populacional
Andorinha	Mediano	8	7	orçamento municipal per capita, percentual de recursos próprios, PIB per capita, renda per capita, pea em relação a população, Gini de terras, diversificação da economia
Aracatu	Mediano	8	7	orçamento municipal per capita, percentual de recursos próprios, PIB per capita, diversificação da economia, renda per capita, dinâmica populacional
Bom Jesus da Serra	Mediano	8	7	orçamento municipal per capita, percentual de recursos próprios, PIB per capita, renda per capita, diversificação da economia,
Caetité	Mediano	8	7	orçamento municipal per capita, percentual de recursos próprios, PIB per capita, diversificação da economia, dinâmica populacional
Casa Nova	Mediano	8	7	orçamento municipal per capita, percentual de recursos próprios, PIB per capita, renda per capita, diversificação da economia,
Coração de Maria	Mediano	8	7	orçamento municipal per capita, percentual de recursos próprios, PIB per capita, renda per capita, diversificação da economia, Gini de terras, dinâmica populacional
Dom Basílio	Mediano	8	7	orçamento municipal per capita, percentual de recursos próprios, PIB per capita, renda per capita, diversificação da economia,
Formosa do Rio Preto	Mediano	8	7	orçamento municipal per capita, percentual de recursos próprios, PIB per capita, renda per capita, Gini de terras, dinâmica populacional

(Continua)

Continuação do **Apêndice 8** – Municípios localizados em zona proximal a um desempenho superior no indicador dimensional condição econômica.

MUNICÍPIO	ICE	TIPO DE VULNERABILIDADE SOCIAL	TIPO DE VULNERABILIDADE COM PROXIMIDADE	VARIÁVEIS COM DESEMPENHO INSUFICIENTE
Ibiquera	Mediano	8	7	PIB per capita, renda per capita, PEA em relação a população, Gini de terras, dinâmica populacional
Irará	Mediano	8	7	orçamento municipal per capita, percentual de recursos próprios, PIB per capita, renda per capita, diversificação da economia
Itacaré	Mediano	8	7	orçamento municipal per capita, percentual de recursos próprios, PIB per capita, renda per capita, diversificação da economia
Macajuba	Mediano	8	7	orçamento municipal per capita, percentual de recursos próprios, PIB per capita, renda per capita, Gini de terras
Palmas de Monte Alto	Mediano	8	7	orçamento municipal per capita, percentual de recursos próprios, PIB per capita, Gini de terras, diversificação da economia
Planalto	Mediano	8	7	orçamento municipal per capita, percentual de recursos próprios, PIB per capita, dinâmica populacional, diversificação da economia
Presidente Tancredo Neves	Mediano	8	7	orçamento municipal per capita, percentual de recursos próprios, PIB per capita, dinâmica populacional
Queimadas	Mediano	8	7	PIB per capita, renda per capita, dinâmica populacional, diversificação da economia e Gini de terras
Rafael Jambeiro	Mediano	8	7	orçamento municipal per capita, percentual de recursos próprios, PIB per capita, Gini de terras, diversificação da economia
Santo Estêvão	Mediano	8	7	orçamento municipal per capita, percentual de recursos próprios, PIB per capita, diversificação da economia, Gini de terras
São Miguel das Matas	Mediano	8	7	orçamento municipal per capita, percentual de recursos próprios, PIB per capita, renda per capita, diversificação da economia, dinâmica populacional

Fonte: Consórcio Geohidro-Sondotécnica, 2013.

**Apêndice 9** – Municípios localizados em zona proximal a um desempenho inferior no indicador dimensional condição econômica.

MUNICÍPIO	ICE	TIPO DE VULNERABILIDADE SOCIAL	TIPO DE VULNERABILIDADE COM PROXIMIDADE	VARIÁVEIS COM DESEMPENHO INSUFICIENTE
Salvador	Pouco Suficiente	1	2	orçamento municipal per capita, PIB per capita, diversificação da economia, dinâmica populacional
São Domingos	Pouco Suficiente	1	2	orçamento municipal per capita, percentual de recursos próprios, PIB per capita, renda per capita, diversificação da economia
Teixeira de Freitas	Pouco Suficiente	1	2	orçamento municipal per capita, percentual de recursos próprios, PIB per capita, Gini de terras, diversificação da economia
Itabuna	Pouco Suficiente	1	6	orçamento municipal per capita, PIB per capita, dinâmica populacional, diversificação da economia
Itapetinga	Pouco Suficiente	1	6	orçamento municipal per capita, PIB per capita, dinâmica populacional, diversificação da economia
Valente	Pouco Suficiente	1	6	orçamento municipal per capita, percentual de recursos próprios, PIB per capita, diversificação da economia
Salinas da Margarida	Pouco Suficiente	2	3	orçamento municipal per capita, percentual de recursos próprios, PIB per capita, renda per capita
Juazeiro	Pouco Suficiente	2	5	orçamento municipal per capita, percentual de recursos próprios, PIB per capita, diversificação da economia, dinâmica populacional, Gini de terras
Macarani	Pouco Suficiente	2	5	orçamento municipal per capita, percentual de recursos próprios, PIB per capita, diversificação da economia, dinâmica populacional
Paulo Afonso	Pouco Suficiente	3	5	orçamento municipal per capita, percentual de recursos próprios, PIB per capita, diversificação da economia, dinâmica populacional
Conceição do Jacuípe	Pouco Suficiente	4	6	orçamento municipal per capita, percentual de recursos próprios, PIB per capita, dinâmica populacional, Gini de terras
Ichu	Pouco Suficiente	4	6	PIB per capita, renda per capita, dinâmica populacional, diversificação da economia
Alcobaça	Pouco Suficiente	7	8	orçamento municipal per capita, PIB per capita, renda per capita, diversificação da economia, dinâmica populacional
Araças	Pouco Suficiente	7	8	orçamento municipal per capita, PIB per capita, renda per capita, diversificação da economia, dinâmica populacional, Gini de terras
Campo Formoso	Pouco Suficiente	7	8	orçamento municipal per capita, percentual de recursos próprios, PIB per capita, renda per capita, dinâmica populacional, Gini de terras
Correntina	Pouco Suficiente	7	8	orçamento municipal per capita, PIB per capita, renda per capita, dinâmica populacional, Gini de terras, diversificação da economia

(Continua)

Continuação do **Apêndice 9** – Municípios localizados em zona proximal a um desempenho inferior no indicador dimensional condição econômica..

MUNICÍPIO	ICE	TIPO DE VULNERABILIDADE SOCIAL	TIPO DE VULNERABILIDADE COM PROXIMIDADE	VARIÁVEIS COM DESEMPENHO INSUFICIENTE
Esplanada	Pouco Suficiente	7	8	orçamento municipal per capita, PIB per capita, renda per capita, dinâmica populacional, Gini de terras
Itagibá	Pouco Suficiente	7	8	PIB per capita, renda per capita, dinâmica populacional, diversificação da economia
Itapebi	Pouco Suficiente	7	8	percentual de recursos próprios, PIB per capita, renda per capita, dinâmica populacional
Ituaçu	Pouco Suficiente	7	8	orçamento municipal per capita, percentual de recursos próprios, PIB per capita, renda per capita, diversificação da economia
Nova Viçosa	Pouco Suficiente	7	8	orçamento municipal per capita, PIB per capita, dinâmica populacional, Gini de terras
Novo Horizonte	Pouco Suficiente	7	8	orçamento municipal per capita, percentual de recursos próprios, PIB per capita, renda per capita, diversificação da economia
Pintadas	Pouco Suficiente	7	8	orçamento municipal per capita, percentual de recursos próprios, PIB per capita, renda per capita, diversificação da economia
São Desidério	Pouco Suficiente	7	8	percentual de recursos próprios, renda per capita, diversificação da economia, Gini de terras
Serra do Ramalho	Pouco Suficiente	7	8	orçamento municipal per capita, percentual de recursos próprios, PIB per capita, renda per capita, PEA em relação a população, diversificação da economia
Valença	Pouco Suficiente	7	8	orçamento municipal per capita, PIB per capita, dinâmica populacional, diversificação da economia

Fonte: Consórcio Geohidro-Sondotécnica, 2013.



Apêndice 10 – Vulnerabilidade Social – Tipos

MUNICÍPIOS	DESEMPENHO DO INDICADOR DIMENSIONAL QUALIDADE DE VIDA	DESEMPENHO DO INDICADOR DIMENSIONAL CONDIÇÃO DE VIDA	DESEMPENHO DO INDICADOR DIMENSIONAL CONDIÇÃO ECONÔMICA	TIPO DE VULNERABILIDADE SOCIAL	INDICADOR DIMENSIONAL EM ZONA PROXIMAL DE DESEMPENHO INFERIOR	INDICADOR DIMENSIONAL EM ZONA PROXIMAL DE DESEMPENHO SUPERIOR	TIPO DE VULNERABILIDADE SOCIAL EM PROXIMIDADE INFERIOR	TIPO DE VULNERABILIDADE SOCIAL EM PROXIMIDADE SUPERIOR
Abaíra	Suficiente	Pouco Suficiente	Mediano	2	ICV	ICE	5	1
Abaré	Pouco Suficiente	Muito Insuficiente	Mediano	5	IQV	ICE	8	3
Acajutiba	Insuficiente	Muito Insuficiente	Muito Insuficiente	8				
Adustina	Muito Insuficiente	Insuficiente	Mediano	8		ICE		7
Água Fria	Muito Insuficiente	Insuficiente	Insuficiente	8				
Aiquara	Pouco Suficiente	Insuficiente	Insuficiente	5	IQV		8	
Alagoinhas	Pouco Suficiente	Pouco Suficiente	Pouco Suficiente	1	IQV		4	
Alcobaça	Mediano	Muito Insuficiente	Pouco Suficiente	7	ICE	IQV	8	3
Almadina	Suficiente	Mediano	Muito Insuficiente	5		ICV		2
Amargosa	Mediano	Mediano	Mediano	8		IQV		5
Amélia Rodrigues	Mediano	Mediano	Insuficiente	8		IQV		5
América Dourada	Mediano	Muito Insuficiente	Muito Insuficiente	8		IQV		5
Anagé	Muito Insuficiente	Mediano	Muito Insuficiente	8		ICV		6
Andaraí	Insuficiente	Muito Insuficiente	Muito Insuficiente	8				
Andorinha	Insuficiente	Mediano	Mediano	8		ICE		7
Angical	Insuficiente	Mediano	Muito Insuficiente	8		ICV		6
Anguera	Insuficiente	Mediano	Insuficiente	8		ICV		6
Antas	Pouco Suficiente	Mediano	Insuficiente	5	IQV	ICV	8	2
Antônio Cardoso	Insuficiente	Mediano	Muito Insuficiente	8		ICV		6
Antônio Gonçalves	Insuficiente	Insuficiente	Insuficiente	8				
Aporá	Mediano	Insuficiente	Muito Insuficiente	8		IQV		5
Apuarema	Mediano	Insuficiente	Insuficiente	8		IQV		5
Araças	Muito Insuficiente	Insuficiente	Pouco Suficiente	7	ICE		8	
Aracatu	Muito Insuficiente	Mediano	Mediano	8		ICE		7
Araci	Insuficiente	Muito Insuficiente	Muito Insuficiente	8				
Aramari	Mediano	Mediano	Muito Insuficiente	8		IQV		5
Arataca	Mediano	Muito Insuficiente	Mediano	8		IQV		5
Aratuípe	Pouco Suficiente	Insuficiente	Insuficiente	5	IQV		8	
Aurelino Leal	Pouco Suficiente	Muito Insuficiente	Insuficiente	5	IQV		8	
Baianópolis	Insuficiente	Mediano	Muito Insuficiente	8		ICV		6
Baixa Grande	Insuficiente	Muito Insuficiente	Muito Insuficiente	8				
Banzaê	Suficiente	Insuficiente	Insuficiente	5				
Barra	Muito Insuficiente	Muito Insuficiente	Muito Insuficiente	8				
Barra da Estiva	Pouco Suficiente	Insuficiente	Muito Insuficiente	5	IQV		8	
Barra do Choça	Pouco Suficiente	Muito Insuficiente	Mediano	5	IQV	ICE	8	3
Barra do Mendes	Insuficiente	Mediano	Insuficiente	8		ICV		6
Barra do Rocha	Pouco Suficiente	Insuficiente	Insuficiente	5	IQV		8	
Barreiras	Pouco Suficiente	Pouco Suficiente	Suficiente	1	IQV		4	
Barro Alto	Pouco Suficiente	Insuficiente	Insuficiente	5	IQV		8	
Barro Preto	Suficiente	Insuficiente	Insuficiente	5				

(Continua)

Continuação do Apêndice 10 – Vulnerabilidade Social – Tipos

MUNICÍPIOS	DESEMPENHO DO INDICADOR DIMENSIONAL QUALIDADE DE VIDA	DESEMPENHO DO INDICADOR DIMENSIONAL CONDIÇÃO DE VIDA	DESEMPENHO DO INDICADOR DIMENSIONAL CONDIÇÃO ECONÔMICA	TIPO DE VULNERABILIDADE SOCIAL	INDICADOR DIMENSIONAL EM ZONA PROXIMAL DE DESEMPENHO INFERIOR	INDICADOR DIMENSIONAL EM ZONA PROXIMAL DE DESEMPENHO SUPERIOR	TIPO DE VULNERABILIDADE SOCIAL EM PROXIMIDADE INFERIOR	TIPO DE VULNERABILIDADE SOCIAL EM PROXIMIDADE SUPERIOR
Barrocas	Pouco Suficiente	Muito Insuficiente	Mediano	5	IQV	ICE	8	3
Belmonte	Pouco Suficiente	Insuficiente	Mediano	5	IQV	ICE	8	3
Belo Campo	Insuficiente	Insuficiente	Insuficiente	8				
Biringa	Mediano	Insuficiente	Mediano	8		IQV		5
Boa Nova	Mediano	Insuficiente	Muito Insuficiente	8		IQV		5
Boa Vista do Tupim	Insuficiente	Muito Insuficiente	Muito Insuficiente	8				
Bom Jesus da Lapa	Mediano	Muito Insuficiente	Insuficiente	8		IQV		5
Bom Jesus da Serra	Insuficiente	Insuficiente	Mediano	8		ICE		7
Boninal	Mediano	Mediano	Insuficiente	8		IQV		5
Bonito	Pouco Suficiente	Muito Insuficiente	Insuficiente	5	IQV		8	
Boquira	Muito Insuficiente	Insuficiente	Muito Insuficiente	8				
Botuporã	Mediano	Insuficiente	Insuficiente	8		IQV		5
Brejões	Mediano	Mediano	Insuficiente	8		IQV		5
Brejoândia	Muito Insuficiente	Pouco Suficiente	Muito Insuficiente	6	ICV		8	
Brotas de Macaúbas	Insuficiente	Mediano	Muito Insuficiente	8		ICV		6
Brumado	Pouco Suficiente	Mediano	Mediano	5	IQV	ICE	8	3
Buerarema	Suficiente	Insuficiente	Muito Insuficiente	5				
Buritirama	Muito Insuficiente	Muito Insuficiente	Muito Insuficiente	8				
Caatiba	Pouco Suficiente	Pouco Suficiente	Insuficiente	2	IQV		6	
Cabaceiras do Paraguaçu	Muito Insuficiente	Muito Insuficiente	Muito Insuficiente	8				
Cachoeira	Pouco Suficiente	Pouco Suficiente	Insuficiente	2	IQV		6	
Caculé	Mediano	Pouco Suficiente	Mediano	6	ICV	IQV	8	2
Caém	Muito Insuficiente	Muito Insuficiente	Insuficiente	8				
Caetanos	Muito Insuficiente	Insuficiente	Insuficiente	8				
Caetitê	Insuficiente	Mediano	Mediano	8		ICE		7
Cafarnaum	Insuficiente	Muito Insuficiente	Insuficiente	8				
Cairu	Pouco Suficiente	Mediano	Suficiente	3	IQV	ICV	7	1
Caldeirão Grande	Insuficiente	Muito Insuficiente	Muito Insuficiente	8				
Camacan	Suficiente	Muito Insuficiente	Insuficiente	5				
Camaçari	Pouco Suficiente	Pouco Suficiente	Suficiente	1	IQV		4	
Camamu	Insuficiente	Muito Insuficiente	Muito Insuficiente	8				
Campo Alegre de Lourdes	Muito Insuficiente	Insuficiente	Muito Insuficiente	8				
Campo Formoso	Muito Insuficiente	Muito Insuficiente	Pouco Suficiente	7	ICE		8	
Canápolis	Pouco Suficiente	Muito Insuficiente	Muito Insuficiente	5	IQV		8	
Canarana	Mediano	Mediano	Mediano	8		IQV		5
Canavieiras	Pouco Suficiente	Insuficiente	Insuficiente	5	IQV		8	
Candeal	Mediano	Mediano	Mediano	8		IQV		5
Candeias	Suficiente	Pouco Suficiente	Suficiente	1	ICV		3	
Candiba	Insuficiente	Mediano	Insuficiente	8		ICV		6
Cândido Sales	Insuficiente	Insuficiente	Insuficiente	8				
Cansanção	Muito Insuficiente	Muito Insuficiente	Muito Insuficiente	8				

(Continua)

Continuação do Apêndice 10 – Vulnerabilidade Social – Tipos

MUNICÍPIOS	DESEMPENHO DO INDICADOR DIMENSIONAL QUALIDADE DE VIDA	DESEMPENHO DO INDICADOR DIMENSIONAL CONDIÇÃO DE VIDA	DESEMPENHO DO INDICADOR DIMENSIONAL CONDIÇÃO ECONÔMICA	TIPO DE VULNERABILIDADE SOCIAL	INDICADOR DIMENSIONAL EM ZONA PROXIMAL DE DESEMPENHO INFERIOR	INDICADOR DIMENSIONAL EM ZONA PROXIMAL DE DESEMPENHO SUPERIOR	TIPO DE VULNERABILIDADE SOCIAL EM PROXIMIDADE INFERIOR	TIPO DE VULNERABILIDADE SOCIAL EM PROXIMIDADE SUPERIOR
Canudos	Insuficiente	Muito Insuficiente	Insuficiente	8				
Capela do Alto Alegre	Pouco Suficiente	Mediano	Pouco Suficiente	3	IQV	ICV	7	1
Capim Grosso	Pouco Suficiente	Mediano	Insuficiente	5	IQV	ICV	8	2
Caraíbas	Muito Insuficiente	Insuficiente	Pouco Suficiente	7	ICE		8	
Caravelas	Mediano	Insuficiente	Mediano	8		IQV		5
Cardeal da Silva	Insuficiente	Muito Insuficiente	Insuficiente	8				
Carinhanha	Muito Insuficiente	Muito Insuficiente	Insuficiente	8				
Casa Nova	Insuficiente	Muito Insuficiente	Mediano	8		ICE		7
Castro Alves	Pouco Suficiente	Insuficiente	Muito Insuficiente	5	IQV		8	
Catolândia	Mediano	Insuficiente	Insuficiente	8		IQV		5
Catu	Suficiente	Pouco Suficiente	Mediano	2	ICV	ICE	5	1
Caturama	Pouco Suficiente	Insuficiente	Mediano	5	IQV	ICE	8	3
Central	Mediano	Insuficiente	Insuficiente	8		IQV		5
Chorrochó	Mediano	Muito Insuficiente	Insuficiente	8		IQV		5
Cícero Dantas	Mediano	Insuficiente	Muito Insuficiente	8		IQV		5
Cipó	Pouco Suficiente	Insuficiente	Insuficiente	5	IQV		8	
Coaraci	Suficiente	Insuficiente	Muito Insuficiente	5				
Cocos	Insuficiente	Mediano	Insuficiente	8		ICV		6
Conceição da Feira	Mediano	Mediano	Insuficiente	8		IQV		5
Conceição do Almeida	Mediano	Pouco Suficiente	Muito Insuficiente	6	ICV	IQV	8	2
Conceição do Coité	Pouco Suficiente	Mediano	Mediano	5	IQV	ICE	8	3
Conceição do Jacuípe	Mediano	Pouco Suficiente	Pouco Suficiente	4	ICE	IQV	6	1
Conde	Insuficiente	Muito Insuficiente	Muito Insuficiente	8				
Condeúba	Insuficiente	Mediano	Insuficiente	8		ICV		6
Contendas do Sincorá	Mediano	Mediano	Insuficiente	8		IQV		5
Coração de Maria	Muito Insuficiente	Insuficiente	Mediano	8		ICE		7
Cordeiros	Pouco Suficiente	Pouco Suficiente	Mediano	2	IQV	ICE	6	1
Coribe	Insuficiente	Mediano	Muito Insuficiente	8		ICV		6
Coronel João Sá	Mediano	Muito Insuficiente	Insuficiente	8		IQV		5
Correntina	Muito Insuficiente	Insuficiente	Pouco Suficiente	7	ICE		8	
Cotegipe	Muito Insuficiente	Insuficiente	Muito Insuficiente	8				
Cravolândia	Suficiente	Mediano	Muito Insuficiente	5		ICV		2
Crisópolis	Insuficiente	Muito Insuficiente	Muito Insuficiente	8				
Cristópolis	Insuficiente	Insuficiente	Muito Insuficiente	8				
Cruz das Almas	Mediano	Pouco Suficiente	Mediano	6	ICV	IQV	8	2
Curaçá	Insuficiente	Muito Insuficiente	Insuficiente	8				
Dário Meira	Insuficiente	Muito Insuficiente	Muito Insuficiente	8				
Dias d'Ávila	Pouco Suficiente	Pouco Suficiente	Suficiente	1	IQV		4	
Dom Basílio	Insuficiente	Mediano	Mediano	8		ICE		7
Dom Macedo Costa	Mediano	Pouco Suficiente	Insuficiente	6	ICV	IQV	8	2
Elísio Medrado	Mediano	Pouco Suficiente	Mediano	6	ICV	IQV	8	2

(Continua)

Continuação do Apêndice 10 – Vulnerabilidade Social – Tipos

MUNICÍPIOS	DESEMPENHO DO INDICADOR DIMENSIONAL QUALIDADE DE VIDA	DESEMPENHO DO INDICADOR DIMENSIONAL CONDIÇÃO DE VIDA	DESEMPENHO DO INDICADOR DIMENSIONAL CONDIÇÃO ECONÔMICA	TIPO DE VULNERABILIDADE SOCIAL	INDICADOR DIMENSIONAL EM ZONA PROXIMAL DE DESEMPENHO INFERIOR	INDICADOR DIMENSIONAL EM ZONA PROXIMAL DE DESEMPENHO SUPERIOR	TIPO DE VULNERABILIDADE SOCIAL EM PROXIMIDADE INFERIOR	TIPO DE VULNERABILIDADE SOCIAL EM PROXIMIDADE SUPERIOR
Encruzilhada	Insuficiente	Muito Insuficiente	Insuficiente	8				
Entre Rios	Mediano	Insuficiente	Mediano	8		IQV		2
Érico Cardoso	Pouco Suficiente	Pouco Suficiente	Muito Insuficiente	2	IQV		6	
Esplanada	Mediano	Muito Insuficiente	Pouco Suficiente	7	ICE	IQV	8	3
Euclides da Cunha	Insuficiente	Insuficiente	Muito Insuficiente	8				
Eunápolis	Pouco Suficiente	Mediano	Suficiente	3	IQV	ICV	7	1
Fátima	Pouco Suficiente	Mediano	Insuficiente	5	IQV	ICV	4	2
Feira da Mata	Insuficiente	Pouco Suficiente	Muito Insuficiente	6	ICV		8	
Feira de Santana	Pouco Suficiente	Pouco Suficiente	Pouco Suficiente	1	IQV		4	
Filadélfia	Insuficiente	Insuficiente	Insuficiente	8				
Firmino Alves	Suficiente	Mediano	Mediano	5		ICE		3
Floresta Azul	Suficiente	Insuficiente	Muito Insuficiente	5				
Formosa do Rio Preto	Insuficiente	Muito Insuficiente	Mediano	8		ICE		7
Gandu	Mediano	Insuficiente	Mediano	8		IQV		5
Gavião	Mediano	Pouco Suficiente	Mediano	6	ICV	IQV	8	2
Gentio do Ouro	Mediano	Insuficiente	Muito Insuficiente	8		IQV		5
Glória	Mediano	Insuficiente	Muito Insuficiente	8		IQV		5
Gongogi	Pouco Suficiente	Muito Insuficiente	Insuficiente	5	IQV		8	
Governador Mangabeira	Muito Insuficiente	Mediano	Mediano	8		ICE		7
Guajeru	Muito Insuficiente	Pouco Suficiente	Mediano	6	ICV	ICE	8	4
Guanambi	Pouco Suficiente	Pouco Suficiente	Mediano	2	IQV	ICE	6	1
Guaratinga	Mediano	Muito Insuficiente	Muito Insuficiente	8		IQV		5
Heliópolis	Pouco Suficiente	Mediano	Mediano	5	IQV	ICE	4	3
Iaçu	Pouco Suficiente	Muito Insuficiente	Muito Insuficiente	5	IQV		4	
Ibiassucê	Pouco Suficiente	Mediano	Mediano	5	IQV	ICE	4	3
Ibicaraí	Suficiente	Insuficiente	Insuficiente	5				
Ibicoara	Mediano	Insuficiente	Suficiente	7		IQV		3
Ibicuí	Pouco Suficiente	Insuficiente	Insuficiente	5	IQV		4	
Ibipeba	Mediano	Insuficiente	Muito Insuficiente	8		IQV		5
Ibipitanga	Mediano	Mediano	Mediano	8		IQV		5
Ibiquera	Muito Insuficiente	Muito Insuficiente	Mediano	8		ICE		7
Ibirapitanga	Mediano	Muito Insuficiente	Insuficiente	8		IQV		5
Ibirapuã	Pouco Suficiente	Pouco Suficiente	Mediano	2	IQV	ICE	6	1
Ibirataia	Suficiente	Insuficiente	Insuficiente	5				
Ibitiara	Pouco Suficiente	Mediano	Muito Insuficiente	5	IQV	ICV	8	2
Ibititá	Mediano	Pouco Suficiente	Muito Insuficiente	6	ICV	IQV	8	2
Ibotirama	Mediano	Insuficiente	Mediano	8		IQV		5
Ichu	Mediano	Pouco Suficiente	Pouco Suficiente	4	ICE	IQV	6	1
Igaporã	Mediano	Mediano	Mediano	8		IQV		5
Igrapiúna	Insuficiente	Muito Insuficiente	Muito Insuficiente	8				
Iguaí	Mediano	Insuficiente	Muito Insuficiente	8		IQV		5

(Continua)

Continuação do Apêndice 10 – Vulnerabilidade Social – Tipos

MUNICÍPIOS	DESEMPENHO DO INDICADOR DIMENSIONAL QUALIDADE DE VIDA	DESEMPENHO DO INDICADOR DIMENSIONAL CONDIÇÃO DE VIDA	DESEMPENHO DO INDICADOR DIMENSIONAL CONDIÇÃO ECONÔMICA	TIPO DE VULNERABILIDADE SOCIAL	INDICADOR DIMENSIONAL EM ZONA PROXIMAL DE DESEMPENHO INFERIOR	INDICADOR DIMENSIONAL EM ZONA PROXIMAL DE DESEMPENHO SUPERIOR	TIPO DE VULNERABILIDADE SOCIAL EM PROXIMIDADE INFERIOR	TIPO DE VULNERABILIDADE SOCIAL EM PROXIMIDADE SUPERIOR
Ilhéus	Pouco Suficiente	Mediano	Mediano	5	IQV	ICE	8	3
Inhambupe	Mediano	Muito Insuficiente	Insuficiente	8		IQV		5
Ipecaetá	Muito Insuficiente	Insuficiente	Insuficiente	8				
Ipiaú	Pouco Suficiente	Insuficiente	Mediano	5	IQV	ICE	8	3
Ipirá	Insuficiente	Insuficiente	Insuficiente	8				
Ipupiara	Pouco Suficiente	Pouco Suficiente	Insuficiente	2	IQV		6	
Irajuba	Mediano	Insuficiente	Muito Insuficiente	8		IQV		5
Iramaia	Insuficiente	Insuficiente	Muito Insuficiente	8				
Iraquara	Insuficiente	Muito Insuficiente	Muito Insuficiente	8				
Irará	Muito Insuficiente	Mediano	Mediano	8		ICE		7
Irecê	Pouco Suficiente	Mediano	Mediano	5	IQV	ICE	8	3
Itabela	Mediano	Muito Insuficiente	Mediano	8		IQV		5
Itaberaba	Suficiente	Insuficiente	Insuficiente	5				
Itabuna	Suficiente	Pouco Suficiente	Pouco Suficiente	1	ICE		6	
Itacaré	Insuficiente	Muito Insuficiente	Mediano	8		ICE		7
Itaeté	Mediano	Muito Insuficiente	Muito Insuficiente	8		IQV		5
Itagi	Suficiente	Muito Insuficiente	Insuficiente	5				
Itagibá	Mediano	Mediano	Pouco Suficiente	7	ICE	IQV	8	3
Itagimirim	Suficiente	Mediano	Insuficiente	5		ICV		2
Itaguaçu da Bahia	Insuficiente	Muito Insuficiente	Insuficiente	8				
Itaju do Colônia	Suficiente	Muito Insuficiente	Insuficiente	5				
Itajuípe	Suficiente	Insuficiente	Suficiente	2				
Itamaraju	Pouco Suficiente	Insuficiente	Insuficiente	5	IQV		8	
Itamari	Mediano	Insuficiente	Insuficiente	8		IQV		5
Itambé	Suficiente	Insuficiente	Insuficiente	5				
Itanagra	Insuficiente	Muito Insuficiente	Insuficiente	8				
Itanhém	Pouco Suficiente	Pouco Suficiente	Insuficiente	2	IQV		6	
Itaparica	Pouco Suficiente	Pouco Suficiente	Mediano	2	IQV	ICE	6	1
Itapé	Pouco Suficiente	Mediano	Muito Insuficiente	5	IQV	ICV	8	2
Itapebi	Mediano	Insuficiente	Pouco Suficiente	7	ICE	IQV	8	3
Itapetinga	Suficiente	Pouco Suficiente	Pouco Suficiente	1	ICE		6	
Itapicuru	Insuficiente	Muito Insuficiente	Muito Insuficiente	8				
Itapitanga	Suficiente	Insuficiente	Insuficiente	5				
Itaquara	Pouco Suficiente	Insuficiente	Insuficiente	5	IQV		8	
Itarantim	Suficiente	Mediano	Mediano	5		ICE		3
Itatim	Mediano	Insuficiente	Insuficiente	8		IQV		5
Itiruçu	Suficiente	Mediano	Insuficiente	5		ICV		2
Itiúba	Muito Insuficiente	Muito Insuficiente	Muito Insuficiente	8				
Itororó	Suficiente	Insuficiente	Mediano	5		ICE		3
Ituaçu	Mediano	Mediano	Pouco Suficiente	7	ICE	IQV	8	3
Ituberá	Mediano	Insuficiente	Insuficiente	8		IQV		5

(Continua)



Continuação do Apêndice 10 – Vulnerabilidade Social – Tipos

MUNICÍPIOS	DESEMPENHO DO INDICADOR DIMENSIONAL QUALIDADE DE VIDA	DESEMPENHO DO INDICADOR DIMENSIONAL CONDIÇÃO DE VIDA	DESEMPENHO DO INDICADOR DIMENSIONAL CONDIÇÃO ECONÔMICA	TIPO DE VULNERABILIDADE SOCIAL	INDICADOR DIMENSIONAL EM ZONA PROXIMAL DE DESEMPENHO INFERIOR	INDICADOR DIMENSIONAL EM ZONA PROXIMAL DE DESEMPENHO SUPERIOR	TIPO DE VULNERABILIDADE SOCIAL EM PROXIMIDADE INFERIOR	TIPO DE VULNERABILIDADE SOCIAL EM PROXIMIDADE SUPERIOR
Iuiú	Insuficiente	Insuficiente	Muito Insuficiente	8				
Jaborandi	Mediano	Mediano	Insuficiente	8		IQV		5
Jacaraci	Pouco Suficiente	Pouco Suficiente	Mediano	2	IQV	ICE	6	1
Jacobina	Pouco Suficiente	Mediano	Mediano	5	IQV	ICE	6	3
Jaguaquara	Mediano	Insuficiente	Insuficiente	8		IQV		5
Jaguarari	Mediano	Mediano	Mediano	8		IQV		5
Jaguaripe	Muito Insuficiente	Insuficiente	Muito Insuficiente	8				
Jandaíra	Insuficiente	Muito Insuficiente	Muito Insuficiente	8				
Jequié	Suficiente	Mediano	Mediano	5		ICE		3
Jeremoabo	Mediano	Muito Insuficiente	Muito Insuficiente	8		IQV		5
Jiquiriçá	Insuficiente	Insuficiente	Insuficiente	8				
Jitaúna	Pouco Suficiente	Mediano	Muito Insuficiente	5	IQV	ICV	8	2
João Dourado	Mediano	Muito Insuficiente	Insuficiente	8		IQV		5
Juazeiro	Suficiente	Mediano	Pouco Suficiente	2	ICE	ICV	5	1
Jucuruçu	Insuficiente	Insuficiente	Muito Insuficiente	8				
Jussara	Pouco Suficiente	Muito Insuficiente	Muito Insuficiente	5	IQV		8	
Jussari	Suficiente	Insuficiente	Mediano	5		ICE		3
Jussiape	Mediano	Pouco Suficiente	Muito Insuficiente	6	ICV	IQV	8	2
Lafaiete Coutinho	Pouco Suficiente	Pouco Suficiente	Insuficiente	2	IQV		6	
Lagoa Real	Insuficiente	Insuficiente	Insuficiente	8				
Laje	Mediano	Muito Insuficiente	Mediano	8		IQV		5
Lajedão	Pouco Suficiente	Suficiente	Mediano	2	IQV	ICE	6	1
Lajedinho	Insuficiente	Mediano	Insuficiente	8		ICV		6
Lajedo do Tabocal	Mediano	Insuficiente	Mediano	8		IQV		5
Lamarão	Muito Insuficiente	Insuficiente	Insuficiente	8				
Lapão	Mediano	Muito Insuficiente	Insuficiente	8		IQV		5
Lauro de Freitas	Suficiente	Pouco Suficiente	Suficiente	1	ICV		3	
Lençóis	Pouco Suficiente	Insuficiente	Mediano	5	IQV	ICE	8	3
Licínio de Almeida	Mediano	Pouco Suficiente	Insuficiente	6	ICV	IQV	8	2
Livramento de Nossa Senhora	Mediano	Mediano	Mediano	8		IQV		5
Luís Eduardo Magalhães	Mediano	Pouco Suficiente	Suficiente	4	ICV	IQV	7	1
Macajuba	Insuficiente	Insuficiente	Mediano	8		ICE		7
Macarani	Suficiente	Insuficiente	Pouco Suficiente	2	ICE		5	
Macaúbas	Mediano	Insuficiente	Insuficiente	8		IQV		5
Macururé	Muito Insuficiente	Insuficiente	Insuficiente	8				
Madre de Deus	Suficiente	Pouco Suficiente	Suficiente	1	ICV		3	
Maetinga	Pouco Suficiente	Pouco Suficiente	Pouco Suficiente	1	IQV		4	
Maiquinique	Pouco Suficiente	Mediano	Pouco Suficiente	3	IQV	ICV	7	1
Mairi	Mediano	Insuficiente	Insuficiente	8		IQV		5
Malhada	Insuficiente	Muito Insuficiente	Muito Insuficiente	8				
Malhada de Pedras	Insuficiente	Mediano	Insuficiente	8		ICV		6

(Continua)

Continuação do Apêndice 10 – Vulnerabilidade Social – Tipos

MUNICÍPIOS	DESEMPENHO DO INDICADOR DIMENSIONAL QUALIDADE DE VIDA	DESEMPENHO DO INDICADOR DIMENSIONAL CONDIÇÃO DE VIDA	DESEMPENHO DO INDICADOR DIMENSIONAL CONDIÇÃO ECONÔMICA	TIPO DE VULNERABILIDADE SOCIAL	INDICADOR DIMENSIONAL EM ZONA PROXIMAL DE DESEMPENHO INFERIOR	INDICADOR DIMENSIONAL EM ZONA PROXIMAL DE DESEMPENHO SUPERIOR	TIPO DE VULNERABILIDADE SOCIAL EM PROXIMIDADE INFERIOR	TIPO DE VULNERABILIDADE SOCIAL EM PROXIMIDADE SUPERIOR
Manoel Vitorino	Insuficiente	Insuficiente	Muito Insuficiente	8				
Mansidão	Muito Insuficiente	Insuficiente	Muito Insuficiente	8				
Maracás	Insuficiente	Insuficiente	Insuficiente	8				
Maragogipe	Mediano	Mediano	Mediano	8		IQV		5
Maraú	Insuficiente	Muito Insuficiente	Muito Insuficiente	8				
Marcionílio Souza	Mediano	Muito Insuficiente	Insuficiente	8		IQV		5
Mascote	Pouco Suficiente	Muito Insuficiente	Muito Insuficiente	5	IQV		8	
Mata de São João	Pouco Suficiente	Mediano	Suficiente	3	IQV	ICV	7	1
Matina	Muito Insuficiente	Insuficiente	Insuficiente	8				
Medeiros Neto	Pouco Suficiente	Mediano	Mediano	5	IQV	ICE	5	3
Miguel Calmon	Mediano	Insuficiente	Mediano	8		IQV		5
Milagres	Mediano	Insuficiente	Muito Insuficiente	8		IQV		5
Mirangaba	Insuficiente	Mediano	Insuficiente	8		ICV		6
Mirante	Muito Insuficiente	Mediano	Insuficiente	8		ICV		6
Monte Santo	Muito Insuficiente	Muito Insuficiente	Muito Insuficiente	8				
Morpará	Mediano	Mediano	Muito Insuficiente	8		IQV		5
Morro do Chapéu	Insuficiente	Muito Insuficiente	Muito Insuficiente	8				
Mortugaba	Insuficiente	Pouco Suficiente	Mediano	6	ICV	ICE	8	4
Mucugê	Pouco Suficiente	Insuficiente	Mediano	5	IQV	ICE	8	3
Mucuri	Mediano	Mediano	Suficiente	7		IQV		3
Mulungu do Morro	Muito Insuficiente	Muito Insuficiente	Muito Insuficiente	8				
Mundo Novo	Mediano	Pouco Suficiente	Insuficiente	6	ICV	IQV	8	2
Muniz Ferreira	Pouco Suficiente	Mediano	Mediano	5	IQV	ICE	8	3
Muquém de São Francisco	Insuficiente	Muito Insuficiente	Muito Insuficiente	8				
Muritiba	Mediano	Pouco Suficiente	Muito Insuficiente	6	ICV	IQV	8	2
Mutuípe	Mediano	Mediano	Muito Insuficiente	8		IQV		5
Nazaré	Suficiente	Mediano	Muito Insuficiente	5		ICV		2
Nilo Peçanha	Mediano	Muito Insuficiente	Muito Insuficiente	8		IQV		5
Nordestina	Muito Insuficiente	Insuficiente	Insuficiente	8				
Nova Canaã	Mediano	Mediano	Muito Insuficiente	8		IQV		5
Nova Fátima	Suficiente	Pouco Suficiente	Mediano	2	ICV	ICE	5	1
Nova Ibiá	Mediano	Mediano	Insuficiente	8		IQV		5
Nova Itarana	Mediano	Muito Insuficiente	Insuficiente	8		IQV		5
Nova Redenção	Mediano	Insuficiente	Insuficiente	8		IQV		5
Nova Soure	Insuficiente	Insuficiente	Muito Insuficiente	8				
Nova Viçosa	Mediano	Insuficiente	Pouco Suficiente	7	ICE	IQV	8	3
Novo Horizonte	Mediano	Mediano	Pouco Suficiente	7	ICE	IQV	8	3
Novo Triunfo	Pouco Suficiente	Insuficiente	Insuficiente	5	IQV		8	
Olindina	Pouco Suficiente	Insuficiente	Muito Insuficiente	5	IQV		8	
Oliveira dos Brejinhos	Insuficiente	Insuficiente	Muito Insuficiente	8				
Ouriçangas	Mediano	Mediano	Insuficiente	8		IQV		5

(Continua)

Continuação do Apêndice 10 – Vulnerabilidade Social – Tipos

MUNICÍPIOS	DESEMPENHO DO INDICADOR DIMENSIONAL QUALIDADE DE VIDA	DESEMPENHO DO INDICADOR DIMENSIONAL CONDIÇÃO DE VIDA	DESEMPENHO DO INDICADOR DIMENSIONAL CONDIÇÃO ECONÔMICA	TIPO DE VULNERABILIDADE SOCIAL	INDICADOR DIMENSIONAL EM ZONA PROXIMAL DE DESEMPENHO INFERIOR	INDICADOR DIMENSIONAL EM ZONA PROXIMAL DE DESEMPENHO SUPERIOR	TIPO DE VULNERABILIDADE SOCIAL EM PROXIMIDADE INFERIOR	TIPO DE VULNERABILIDADE SOCIAL EM PROXIMIDADE SUPERIOR
Ourolândia	Mediano	Muito Insuficiente	Mediano	8		IQV		5
Palmas de Monte Alto	Muito Insuficiente	Insuficiente	Mediano	8		ICE		7
Palmeiras	Pouco Suficiente	Mediano	Insuficiente	5	IQV	ICV	8	2
Paramirim	Pouco Suficiente	Mediano	Insuficiente	5	IQV	ICV	8	2
Paratinga	Muito Insuficiente	Muito Insuficiente	Insuficiente	8				
Paripiranga	Muito Insuficiente	Mediano	Muito Insuficiente	8		ICV		6
Pau Brasil	Pouco Suficiente	Muito Insuficiente	Muito Insuficiente	5	IQV		8	
Paulo Afonso	Suficiente	Mediano	Pouco Suficiente	3	ICE	ICV	5	1
Pé de Serra	Insuficiente	Mediano	Mediano	8		ICE		7
Pedrao	Insuficiente	Mediano	Muito Insuficiente	8		ICV		6
Pedro Alexandre	Muito Insuficiente	Muito Insuficiente	Muito Insuficiente	8				
Piatã	Insuficiente	Insuficiente	Muito Insuficiente	8				
Pilão Arcado	Muito Insuficiente	Muito Insuficiente	Muito Insuficiente	8				
Pindaí	Muito Insuficiente	Mediano	Insuficiente	8		ICV		6
Pindobaçu	Mediano	Insuficiente	Muito Insuficiente	8		IQV		5
Pintadas	Mediano	Mediano	Pouco Suficiente	7	ICE	IQV	8	3
Piraf do Norte	Insuficiente	Muito Insuficiente	Muito Insuficiente	8				
Piripá	Insuficiente	Mediano	Insuficiente	8		ICV		6
Piritiba	Mediano	Insuficiente	Insuficiente	8		IQV		5
Planaltino	Insuficiente	Insuficiente	Insuficiente	8				
Planalto	Insuficiente	Insuficiente	Mediano	8		ICE		7
Poções	Pouco Suficiente	Insuficiente	Pouco Suficiente	2	IQV		7	
Pojuca	Suficiente	Pouco Suficiente	Suficiente	1	ICV		3	
Ponto Novo	Mediano	Mediano	Mediano	8		IQV		5
Porto Seguro	Pouco Suficiente	Mediano	Pouco Suficiente	2	IQV	ICV	7	1
Potiraguá	Suficiente	Insuficiente	Muito Insuficiente	5				
Prado	Mediano	Insuficiente	Mediano	8		IQV		5
Presidente Dutra	Pouco Suficiente	Insuficiente	Insuficiente	5	IQV		8	
Presidente Jânio Quadros	Mediano	Mediano	Mediano	8		IQV		5
Presidente Tancredo Neves	Insuficiente	Muito Insuficiente	Mediano	8		ICE		7
Queimadas	Insuficiente	Insuficiente	Mediano	8		ICE		7
Quijingue	Insuficiente	Insuficiente	Muito Insuficiente	8				
Quixabeira	Mediano	Mediano	Mediano	8		IQV		5
Rafael Jambeiro	Insuficiente	Insuficiente	Mediano	8		ICE		7
Remanso	Mediano	Muito Insuficiente	Insuficiente	8		IQV		5
Retirolândia	Suficiente	Pouco Suficiente	Mediano	2	ICV	ICE	5	1
Riachão das Neves	Muito Insuficiente	Muito Insuficiente	Muito Insuficiente	8				
Riachão do Jacuípe	Pouco Suficiente	Mediano	Mediano	5	IQV	ICE	8	3
Riacho de Santana	Muito Insuficiente	Insuficiente	Muito Insuficiente	8				
Ribeira do Amparo	Mediano	Insuficiente	Insuficiente	8		IQV		5
Ribeira do Pombal	Mediano	Insuficiente	Insuficiente	8		IQV		5

(Continua)

Continuação do Apêndice 10 – Vulnerabilidade Social – Tipos

MUNICÍPIOS	DESEMPENHO DO INDICADOR DIMENSIONAL QUALIDADE DE VIDA	DESEMPENHO DO INDICADOR DIMENSIONAL CONDIÇÃO DE VIDA	DESEMPENHO DO INDICADOR DIMENSIONAL CONDIÇÃO ECONÔMICA	TIPO DE VULNERABILIDADE SOCIAL	INDICADOR DIMENSIONAL EM ZONA PROXIMAL DE DESEMPENHO INFERIOR	INDICADOR DIMENSIONAL EM ZONA PROXIMAL DE DESEMPENHO SUPERIOR	TIPO DE VULNERABILIDADE SOCIAL EM PROXIMIDADE INFERIOR	TIPO DE VULNERABILIDADE SOCIAL EM PROXIMIDADE SUPERIOR
Ribeirão do Largo	Mediano	Insuficiente	Mediano	8		IQV		5
Rio de Contas	Suficiente	Pouco Suficiente	Insuficiente	2	ICV		5	
Rio do Antônio	Mediano	Mediano	Insuficiente	8		IQV		5
Rio do Pires	Mediano	Mediano	Insuficiente	8		IQV		5
Rio Real	Insuficiente	Muito Insuficiente	Muito Insuficiente	8				
Rodelas	Suficiente	Muito Insuficiente	Mediano	5		ICE		3
Ruy Barbosa	Mediano	Insuficiente	Insuficiente	8		IQV		5
Salinas da Margarida	Suficiente	Mediano	Pouco Suficiente	2	ICE	ICV	3	1
Salvador	Suficiente	Suficiente	Pouco Suficiente	1	ICE		2	
Santa Bárbara	Insuficiente	Muito Insuficiente	Muito Insuficiente	8				
Santa Brígida	Insuficiente	Muito Insuficiente	Insuficiente	8				
Santa Cruz Cabralia	Pouco Suficiente	Insuficiente	Mediano	5	IQV	ICE	8	3
Santa Cruz da Vitória	Suficiente	Insuficiente	Muito Insuficiente	5				
Santa Inês	Suficiente	Mediano	Muito Insuficiente	5		ICV		2
Santa Luzia	Mediano	Muito Insuficiente	Mediano	8		IQV		5
Santa Maria da Vitória	Mediano	Mediano	Muito Insuficiente	8		IQV		5
Santa Rita de Cássia	Insuficiente	Insuficiente	Muito Insuficiente	8				
Santa Teresinha	Mediano	Insuficiente	Insuficiente	8		IQV		5
Santaluz	Mediano	Insuficiente	Muito Insuficiente	8		IQV		5
Santana	Mediano	Insuficiente	Insuficiente	8		IQV		5
Santanópolis	Muito Insuficiente	Insuficiente	Insuficiente	8				
Santo Amaro	Pouco Suficiente	Mediano	Insuficiente	5	IQV	ICV	8	2
Santo Antônio de Jesus	Suficiente	Pouco Suficiente	Mediano	2	ICV	ICE	5	1
Santo Estêvão	Insuficiente	Insuficiente	Mediano	8		ICE		7
São Desidério	Muito Insuficiente	Muito Insuficiente	Pouco Suficiente	7	ICE		8	
São Domingos	Suficiente	Pouco Suficiente	Pouco Suficiente	1	ICE		2	
São Felipe	Insuficiente	Mediano	Muito Insuficiente	8		ICV		6
São Félix	Pouco Suficiente	Mediano	Insuficiente	5	IQV	ICV	8	2
São Félix do Coribe	Pouco Suficiente	Mediano	Pouco Suficiente	3	IQV	ICV	7	1
São Francisco do Conde	Suficiente	Pouco Suficiente	Suficiente	1	ICV		3	
São Gabriel	Mediano	Muito Insuficiente	Muito Insuficiente	8		IQV		5
São Gonçalo dos Campos	Mediano	Mediano	Mediano	8		IQV		5
São José da Vitória	Suficiente	Muito Insuficiente	Insuficiente	5				
São José do Jacuípe	Pouco Suficiente	Insuficiente	Mediano	5	IQV	ICE	8	3
São Miguel das Matas	Insuficiente	Insuficiente	Mediano	8		ICE		7
São Sebastião do Passé	Pouco Suficiente	Mediano	Pouco Suficiente	2	IQV	ICV	7	1
Sapeaçu	Mediano	Mediano	Muito Insuficiente	8		IQV		5
Sátiro Dias	Mediano	Muito Insuficiente	Muito Insuficiente	8		IQV		5
Saubara	Pouco Suficiente	Mediano	Pouco Suficiente	3	IQV	ICV	7	1
Saúde	Mediano	Insuficiente	Muito Insuficiente	8		IQV		5
Seabra	Insuficiente	Insuficiente	Insuficiente	8				

(Continua)

Continuação do Apêndice 10 – Vulnerabilidade Social – Tipos

MUNICÍPIOS	DESEMPENHO DO INDICADOR DIMENSIONAL QUALIDADE DE VIDA	DESEMPENHO DO INDICADOR DIMENSIONAL CONDIÇÃO DE VIDA	DESEMPENHO DO INDICADOR DIMENSIONAL CONDIÇÃO ECONÔMICA	TIPO DE VULNERABILIDADE SOCIAL	INDICADOR DIMENSIONAL EM ZONA PROXIMAL DE DESEMPENHO INFERIOR	INDICADOR DIMENSIONAL EM ZONA PROXIMAL DE DESEMPENHO SUPERIOR	TIPO DE VULNERABILIDADE SOCIAL EM PROXIMIDADE INFERIOR	TIPO DE VULNERABILIDADE SOCIAL EM PROXIMIDADE SUPERIOR
Sebastião Laranjeiras	Mediano	Mediano	Insuficiente	8		IQV		5
Senhor do Bonfim	Pouco Suficiente	Mediano	Insuficiente	5	IQV	ICV	8	2
Sento Sé	Insuficiente	Muito Insuficiente	Muito Insuficiente	8				
Serra do Ramalho	Insuficiente	Insuficiente	Pouco Suficiente	7	ICE		8	
Serra Dourada	Insuficiente	Mediano	Insuficiente	8		ICV		6
Serra Preta	Mediano	Insuficiente	Insuficiente	8		IQV		5
Serrinha	Pouco Suficiente	Mediano	Insuficiente	5	IQV	ICV	8	2
Serrolândia	Insuficiente	Mediano	Insuficiente	8		ICV		6
Simões Filho	Pouco Suficiente	Pouco Suficiente	Pouco Suficiente	1	IQV		4	
Sítio do Mato	Insuficiente	Muito Insuficiente	Insuficiente	8				
Sítio do Quinto	Mediano	Mediano	Mediano	8		IQV		5
Sobradinho	Suficiente	Insuficiente	Mediano	5		ICE		3
Souto Soares	Insuficiente	Muito Insuficiente	Muito Insuficiente	8				
Tabocas do Brejo Velho	Pouco Suficiente	Insuficiente	Muito Insuficiente	5	IQV		8	
Tanhaçu	Pouco Suficiente	Insuficiente	Insuficiente	5	IQV		8	
Tanque Novo	Mediano	Insuficiente	Mediano	8		IQV		5
Tanquinho	Pouco Suficiente	Mediano	Insuficiente	5	IQV	ICV	8	2
Taperoá	Insuficiente	Muito Insuficiente	Insuficiente	8				
Tapiramutá	Mediano	Muito Insuficiente	Insuficiente	8		IQV		5
Teixeira de Freitas	Suficiente	Pouco Suficiente	Pouco Suficiente	1	ICE		2	
Teodoro Sampaio	Mediano	Mediano	Muito Insuficiente	8		IQV		5
Teofilândia	Insuficiente	Pouco Suficiente	Muito Insuficiente	6	ICV		8	
Teolândia	Muito Insuficiente	Muito Insuficiente	Insuficiente	8				
Terra Nova	Pouco Suficiente	Mediano	Muito Insuficiente	5	IQV	ICV	8	2
Tremedal	Muito Insuficiente	Insuficiente	Insuficiente	8				
Tucano	Mediano	Insuficiente	Muito Insuficiente	8		IQV		5
Uauá	Insuficiente	Insuficiente	Muito Insuficiente	8				
Ubaíra	Mediano	Insuficiente	Muito Insuficiente	8		IQV		5
Ubaitaba	Pouco Suficiente	Insuficiente	Muito Insuficiente	5	IQV		8	
Ubatã	Mediano	Muito Insuficiente	Mediano	8		IQV		5
Uibaí	Pouco Suficiente	Mediano	Muito Insuficiente	5	IQV	ICV	8	2
Umburanas	Muito Insuficiente	Insuficiente	Insuficiente	8				
Una	Insuficiente	Insuficiente	Muito Insuficiente	8				
Urandi	Insuficiente	Mediano	Mediano	8		ICE		7
Uruçuca	Pouco Suficiente	Mediano	Insuficiente	5	IQV	ICV	8	2
Utinga	Mediano	Insuficiente	Muito Insuficiente	8		IQV		5
Valença	Mediano	Insuficiente	Pouco Suficiente	7	ICE	IQV	8	3
Valente	Suficiente	Pouco Suficiente	Pouco Suficiente	1	ICE		6	
Várzea da Roça	Pouco Suficiente	Mediano	Insuficiente	5	IQV	ICV	8	2
Várzea do Poço	Pouco Suficiente	Mediano	Insuficiente	5	IQV	ICV	8	2
Várzea Nova	Insuficiente	Insuficiente	Insuficiente	8				

(Continua)



Continuação do Apêndice 10 – Vulnerabilidade Social – Tipos

MUNICÍPIOS	DESEMPENHO DO INDICADOR DIMENSIONAL QUALIDADE DE VIDA	DESEMPENHO DO INDICADOR DIMENSIONAL CONDIÇÃO DE VIDA	DESEMPENHO DO INDICADOR DIMENSIONAL CONDIÇÃO ECONÔMICA	TIPO DE VULNERABILIDADE SOCIAL	INDICADOR DIMENSIONAL EM ZONA PROXIMAL DE DESEMPENHO INFERIOR	INDICADOR DIMENSIONAL EM ZONA PROXIMAL DE DESEMPENHO SUPERIOR	TIPO DE VULNERABILIDADE SOCIAL EM PROXIMIDADE INFERIOR	TIPO DE VULNERABILIDADE SOCIAL EM PROXIMIDADE SUPERIOR
Varzedo	Mediano	Pouco Suficiente	Muito Insuficiente	6	ICV	IQV	8	2
Vera Cruz	Pouco Suficiente	Mediano	Pouco Suficiente	2	IQV	ICV	7	1
Vereda	Mediano	Mediano	Insuficiente	8		IQV		5
Vitória da Conquista	Pouco Suficiente	Mediano	Pouco Suficiente	2	IQV	ICV	7	1
Wagner	Mediano	Muito Insuficiente	Insuficiente	8		IQV		5
Wanderley	Muito Insuficiente	Insuficiente	Muito Insuficiente	8				
Wenceslau Guimarães	Insuficiente	Muito Insuficiente	Insuficiente	8				
Xique-Xique	Pouco Suficiente	Muito Insuficiente	Muito Insuficiente	5	IQV		8	

Fonte: Consórcio Geohidro-Sondotécnica, 2013

Apêndice 11 – Identificação do porte dos corpos d'água continentais em função do enquadramento para critério de potencialidades e limitações

ASPECTO: CORPOS D'ÁGUA CONTINENTAIS			
CRITÉRIO	RESERVATÓRIO	MUNICÍPIO	CAPACIDADE (1.000 m <sup>3</sup> )
Ocorrência de reservatório(s) com volume de acumulação igual ou superior a 100 hm <sup>3</sup> .	Sobradinho	Casa Nova	34.116.000
		Pilão Arcado	34.116.000
		Remanso	34.116.000
		Sento Sé	34.116.000
		Sobradinho	34.116.000
	Itaparica	Glória	10.782.000
	Moxotó	Glória	1.281.000
	Alto Fêmea	São Desidério	185.000
	Mirorós	Gentio do Ouro	158.000
		Ibipeba	158.000
	Cova da Mandioca	Sebastião Laranjeiras	126.000
		Urandi	126.000
	Cocorobó	Canudos	245.375
	Jacurici	Cansanção	146.820
		Itiúba	146.820
	São José do Jacuípe	São José do Jacuípe	357.000
		Várzea da Roça	357.000
	Bandeira de Melo	Itaeté	111.590
	Apertado	Mucugê	108.900
	Santa Helena	Dias d'Ávila	241.000
		Camaçari	241.000
		Mata de São João	241.000
	Joanes II	Simões Filho	129.000
		Candeias	129.000
		Dias d'Ávila	129.000
	Brumado	Rio de Contas	106.000
	Paulo Afonso	Paulo Afonso	-
Pedra	Jequié	1.690.000	

(Continua)

ASPECTO: CORPOS D'ÁGUA CONTINENTAIS			
CRITÉRIO	RESERVATÓRIO	MUNICÍPIO	CAPACIDADE (1.000 m <sup>3</sup> )
Ocorrência de reservatório(s) com volume de acumulação igual ou superior a 100 hm <sup>3</sup> (continuação).	Sobradinho	Casa Nova	34.116.000
	Anagé	Anagé	255.630
		Carafbas	255.630
	Pedra do Cavalo	Conceição da Feira	4.630.958
		Antônio Cardoso	4.630.958
		Cachoeira	4.630.958
		Santo Estevão	4.630.958
		Governador Mangabeira	4.630.958
		São Félix	4.630.958
		Mutitiba	4.630.958
		Cruz das Almas	4.630.958
		Cabaceiras do Paraguaçu	4.630.958
		Feira de Santana	4.630.958
	Ocorrência de reservatório(s) com volume de acumulação igual ou superior a 1 hm <sup>3</sup> e inferior a 100 hm <sup>3</sup> .	Zabumbão	Paramirim
Estreito		Urandi	76.000
Ceraíma		Guanambi	58.000
Poço do Magro		Guanambi	37.000
Delfino		Umburanas	23.107
		Campo Formoso	23.107
Macaúbas		Macaúbas	20.900
Pinhões		Curaçá	15.216
		Juazeiro	15.216
Baixão do Cecílio		Buritirama	3.750
Caatinga do Moura		Jacobina	3.000
Landolfo Alves		Barra do Mendes	2.800
Mandiroba II		Sebastião Laranjeiras	1.900
Maravilha		Itaguaçu da Bahia	1.875
Ibititá		Ibititá	1.840
Riacho do Peixe		Campo Alegre de Lourdes	1.627
Caldeirão		Buritirama	1.080
Barra do Mendes	Barra do Mendes	1.000	
Adustina	Adustina	13.430	

(continua)

Continuação do **Apêndice 11** – Identificação do porte dos corpos d'água continentais em função do enquadramento para critério de potencialidades e limitações

ASPECTO: CORPOS D'ÁGUA CONTINENTAIS			
CRITÉRIO	RESERVATÓRIO	MUNICÍPIO	CAPACIDADE (1.000 m <sup>3</sup> )
Ocorrência de reservatório(s) com volume de acumulação igual ou superior a 1 hm <sup>3</sup> e inferior a 100 hm <sup>3</sup> (continuação).	Rodeador	Uauá	1.200
	Santana	Uauá	1.000
	Araci	Araci	65.839
	Ponto Novo	Ponto Novo	13.430
	Pedras Altas	Caém	38.450
		Capim Grosso	38.450
	Sohen	Senhor do Bonfim	14.860
	Andorinha II	Andorinha	13.681
	Serrote	Serrolândia	10.780
	Rio do Peixe	Capim Grosso	8.323
	Quicé	Senhor do Bonfim	4.232
	Cariacá	Monte Santo	3.093
	Monteiro	Queimadas	3.007
		Nordestina	3.007
	Tapera	Santaluz	2.404
	Riacho da Onça	Queimadas	2.287
	Aipim	Antônio Gonçalves	2.280
		Pindobaçu	2.280
	Pedra Riscada	Cansanção	1.300
	Curral Falso	Ribeira do Pombal	1.268
	Baixa do Governo	Conceição do Coité	1.263
	Genipapo	Itiúba	1.000
	Poço das Colheres	Nordestina	1.000
	Pindobaçu	Pindobaçu	16.880
	Heliópolis	Ribeira do Amparo	1.500
	França	Piritiba	24.190
		Miguel Calmon	24.190
	Riacho dos Poços	Boa Vista do Tupim	9.150
Juracy Magalhães	Itaberaba	4.630	
Valente	Valente	4.640	
Angico	Mairi	3.200	

(continua)

ASPECTO: CORPOS D'ÁGUA CONTINENTAIS			
CRITÉRIO	RESERVATÓRIO	MUNICÍPIO	CAPACIDADE (1.000 m <sup>3</sup> )
Ocorrência de reservatório(s) com volume de acumulação igual ou superior a 1 hm <sup>3</sup> e inferior a 100 hm <sup>3</sup> (continuação).	São Domingos	São Domingos	1.966
	Arroz	Piritiba	1.840
	Quinji	Serrinha	1.400
	Ipitanga I	Salvador	6.000
	Ipitanga III	Salvador	5.900
		Simões Filho	5.900
		Lauro de Freitas	5.900
	Joanes I	Simões Filho	5.500
		Camaçari	5.500
		Lauro de Freitas	5.500
	Ipitanga II	Salvador	4.600
		Simões Filho	4.600
	Pituaçu	Salvador	3.000
	Cobre	Salvador	2.340
	Riacho do Paulo	Livramento de Nossa Senhora	53.800
	Funil	Ubaitaba	53.000
	Truvisco	Caculé	38.950
		Licínio de Almeida	38.950
	Tremedal	Tremedal	23.751
	Cristalândia	Brumado	16.700
	Várzea de Dentro	Livramento de Nossa Senhora	10.000
	Rio do Antônio	Brumado	9.500
	Jurema	Livramento de Nossa Senhora	9.000
	Champrão	Condeúba	5.982
	Jacaré	Ibiassucê	5.500
	Morrinhos	Poções	3.110
	Divino	Poções	2.862
	Patos	Livramento de Nossa Senhora	2.500
Tábua II	Ibiassucê	2.006	
Saco de Barro	Livramento de Nossa Senhora	2.000	
Comocoxico	Caculé	1.500	

(continua)



Continuação do **Apêndice 11** – Identificação do porte dos corpos d'água continentais em função do enquadramento para critério de potencialidades e limitações

ASPECTO: CORPOS D'ÁGUA CONTINENTAIS			
CRITÉRIO	RESERVATÓRIO	MUNICÍPIO	CAPACIDADE (1.000 m <sup>3</sup> )
Ocorrência de reservatório(s) com volume de acumulação igual ou superior a 1 hm <sup>3</sup> e inferior a 100 hm <sup>3</sup> (continuação).	Pau d'água	Livramento de Nossa Senhora	1.500
	Crisiúma	Jequié	1.406
	Umbuzeiro	Presidente Jânio Quadros	1.387
	Água Fria II	Barra do Choça	6.500
	Iguape	Ilhéus	6.000
Ocorrência de reservatório(s) com volume de acumulação igual ou superior a 130 mil m <sup>3</sup> e inferior a 1 hm <sup>3</sup> .	Mata do Milho	João Dourado	982
	Tamboril	Morro do Chapéu	935
	Alagoinha do Barreiro	Brejolândia	525
	Mutum	Santa Maria da Vitória	900
	Barreiro Grande	Paratinga	880
	Rio da Caixa	Rio do Pires	782
	Baixão do Fantino	Uibaí	600
	Curral Queimado	Rio do Pires	600
	Tauá	Serra Dourada	600
	São Lourenço	Santa Maria da Vitória	500
	Cabaceiras do Brejo	Jaborandi	480
	Caraíbas	Tabocas do Brejo Velho	450
	Mateus	Riacho de Santana	440
	Morrão	Coribe	420
	Tanque Novo	Botuporã	420
	Barreiro Vermelho	Riacho de Santana	364
	Canudos	Riachão das Neves	320
	São Desidério	São Desidério	300
	Antas	Antas	360
	Rio da Prata	Senhor do Bonfim	900
	Riacho do Sítio	Andorinha	896
	Pedra	Ribeira do Pombal	800
	Laginha	Monte Santo	703
Coité	Itiúba	483	
Caldeirão Grande	Cansanção	400	
Boa Vista	Conceição do Coité	380	

(continua)

Continuação do **Apêndice 11** – Identificação do porte dos corpos d'água continentais em função do enquadramento para critério de potencialidades e limitações

ASPECTO: CORPOS D'ÁGUA CONTINENTAIS			
CRITÉRIO	RESERVATÓRIO	MUNICÍPIO	CAPACIDADE (1.000 m <sup>3</sup> )
Ocorrência de reservatório(s) com volume de acumulação igual ou superior a 130 mil m <sup>3</sup> e inferior a 1 hm <sup>3</sup> (continuação).	Melância	Euclides da Cunha	323
	Pedregulho	Euclides da Cunha	300
	Rocinha	Boninal	716
	Cotia	Boninal	700
		Seabra	700
	Cedro	Riachão do Jacuípe	579
	Miguel Calmon	Serrinha	500
	Macaco	Pintadas	400
	Gavião	Palmeiras	350
	Saracura	Ruy Barbosa	350
	Juraci	Marcionílio Souza	345
	Itamira	Aporá	250
	Mata Escura	Salvador	540
	Cachoeirinha	Salvador	136
	Pedra	Salvador	130
	Gameleira	Tremedal	900
	Mocambo	Caculé	850
	Barreiro	Caculé	830
	Jardim	Presidente Jânio Quadros	800
	Maetinga	Maetinga	700
	Panela	Presidente Jânio Quadros	650
	Mergulhão	Presidente Jânio Quadros	630
	Cipó	Mirante	450
	Guajeru	Condeúba	420
	Lagoa do Barro	Caetité	350
	Barreiro	Piripá	340
Itapebi	Itapebi	163	

Fonte: SEI, 2011.

Apêndice 12 – Quadro de trabalho para preenchimento das potencialidades, limitações e recomendações para o tema **Infraestrutura Logística: Corredor Norte-Sul Litorâneo**

ASPECTO: CORREDOR NORTE SUL LITORÂNEO								
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	AVALIAÇÃO DO GRAU DE DIFICULDADE DE FLUIÇÃO E TRAFEGABILIDADE NOS EIXOS LOGÍSTICOS DA BAHIA				RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Eixo(s) ou localidade(s) que representa(m) a ocorrência do(s) critério(s)	Condição(ões) favorável(is) à infraestrutura e logística	Condição(ões) desfavorável(is) à infraestrutura e logística	Gd Tf	Gd Ts	Gd Rg	Gd FT	
Eixo rodoviário composto pela BR-101	Eixo rodoviário composto pela BR-101.	Grande fluxo de cargas de intercâmbios originadas e destinadas a outros estados.  Alto potencial para escoamento de fluxos inter-regionais de curta distância em arranjos produtivos diversos, como: frutas, tora de madeira, celulose, cacau, cítricos, dendê, entre outros.	Gargalos potenciais decorrentes do carregamento em grande parte do eixo, especialmente no trecho de Feira de Santana a Rio Real. Segundo estudos de Macrologística/BIRD, o trecho em questão já possui uma taxa de utilização equivalente a 65% da capacidade calculada para o eixo.  Potencial de aumento considerável no transporte de carga devido à expansão da produção agropecuária.			4	2,7	Ampliar capacidade de fluxo da BR 101, particularmente do trecho Feira de Santana a Rio Real.
Eixo rodoviário composto pelas BA-001, BA-093, BA-099, BA-233 e BA-506	Eixo rodoviário composto pelas BA-001, BA-093, BA-099, BA-233 e BA-506.	Alto potencial para mobilidade de pessoas na rede de cidades que compõem a metrópole e os territórios costeiros.  Alto potencial para a atividade turística.	Intensa incidência de tráfego urbano, acarretando em diminuição na velocidade de circulação nas vias e aumento da ocorrência de acidentes.  Deficiências de sinalização, incidência de tráfego urbano e segregação da faixa de domínio constituem fortes inibidores do aumento da atividade turística na faixa litorânea do estado.  Elos faltantes no trecho sul do estado, constituindo-se descontinuidades do eixo.		5	4	3,75	Priorizar a implantação de intervenções visando ao aumento da capacidade de escoamento das pistas (terceira faixa, duplicações pontuais e alargamento de acostamentos) e à redução de conflitos urbanos (novos contornos viários e melhoria dos trechos de aproximação urbana).  Priorizar a implantação de intervenções estruturais que contribuam para o aumento da atividade turística do eixo, especialmente no trecho Sul do estado, onde existem elos viários faltantes.
Eixo rodoviário composto pela BR-116	Eixo rodoviário composto pela BR-116.	Alto potencial para movimentação de cargas entre as regiões Nordeste e Sudeste.	Gargalos atuais em grande parte do eixo, especialmente no trecho entre a divisa de Minas Gerais e Bahia e a cidade de Feira de Santana, com forte tendência de intensificação dos gargalos.  Previsão de aumento considerável do transporte de carga devido à expansão da produção agropecuária. Segundo estudos da Macrologística/BIRD, projeções reforçam esta previsão, devendo o índice de ocupação da capacidade do eixo aumentar dos atuais 95,6% para 251,1% no trecho entre a divisa de Minas Gerais/Bahia à Feira de Santana. Trata-se de uma via caracterizada pela movimentação de cargas majoritariamente originadas no Sudeste, tendo um volume bem menor com as cargas de retorno.			4	3,65	Priorizar a ampliação da capacidade de escoamento das pistas, particularmente no trecho entre a divisa de Minas Gerais/Bahia e a cidade de Feira de Santana.

Fonte:

Consórcio

Geohidro-Sondotécnica,

2013

Apêndice 13 – Quadro de trabalho para preenchimento das potencialidades, limitações e recomendações para o tema **Infraestrutura Logística: Corredor Norte-Sul Interior**

ASPECTO: CORREDOR NORTE SUL INTERIOR								
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	AVALIAÇÃO DO GRAU DE DIFICULDADE DE FLUIÇÃO E TRAFEGABILIDADE NOS EIXOS LOGÍSTICOS DA BAHIA				RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Eixo(s) ou localidade(s) que representa(m) a ocorrência do(s) critério(s)	Condição(ões) favorável(is) à infraestrutura e logística	Condição(ões) desfavorável(is) à infraestrutura e logística	Gd Tf	Gd Ts	Gd Rg	Gd FT	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) da infraestrutura e logística
Eixo ferroviário composto pelas Linhas Centro e Sul da FCA Norte (antiga Linha Norte da Ferrovia Leste Brasileiro) (continuação)	Eixo ferroviário composto pelas Linhas Centro e Sul da FCA Norte (antiga Linha Norte da Ferrovia Leste Brasileiro).	Alto potencial para movimentação de cargas entre as regiões Nordeste e Sudeste, haja vista a intensa demanda reprimida.	Ferrovia em avançado estado de degradação devido à postergação de sua manutenção.  Baixa capacidade de carregamento em decorrência de deficiências geométricas da ferrovia.  Demanda atual da capacidade instalada da ferrovia atinge uma taxa superior a 1500%.	5	5		4,9	Favorecer a implantação de ações de recuperação e revitalização da ferrovia, em parceria com a iniciativa privada, visando ao maior aproveitamento de sua capacidade instalada.
								Efetivar o cumprimento dos planos de investimentos previstos para a ferrovia e acordados com a operadora concessionária.
								Estimular a criação de centros logísticos (plataformas logísticas, zonas de atividades e apoio logístico e terminais multimodais) para regulação e intermodalidade dos fluxos de circulação de mercadorias, em especial para a chamada carga geral (cargas diversas com alto valor agregado).
						2		Efetuar estudos de viabilidade para melhor aproveitamento deste eixo hidroviário, em consonância com o princípio da multimodalidade, como forma de racionalizar e otimizar a cadeia logística.

Fonte: Consórcio Geohidro-Sondotécnica, 2013

Apêndice 14 – Quadro de trabalho para preenchimento das potencialidades, limitações e recomendações para o tema: **Infraestrutura Logística: Corredor Transversal Oeste-Leste**

ASPECTO: CORREDOR TRANSVERSAL OESTE-LESTE									
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	AVALIAÇÃO DO GRAU DE DIFICULDADE DE FLUIÇÃO E TRAFEGABILIDADE NOS EIXOS LOGÍSTICOS DA BAHIA				RECOMENDAÇÃO(ÕES)	
	Eixo(s) ou localidade(s) que representa(m) a ocorrência do(s) critério(s)	Condição(ões) favorável(is) à infraestrutura e logística	Condição(ões) desfavorável(is) à infraestrutura e logística	Gd Tf	Gd Ts	Gd Rg	Gd FT	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) da infraestrutura e logística	
Eixo rodoviário composto pelas BR-324, BA-052 e trechos da BR-116	Eixo rodoviário composto pelas BR-324, BA-052 e trechos da BR-116.	Potencial para escoamento de grãos, hortifrúti e bovinos, em alternativa ao eixo da BR-242.  Capacidade de carregamento ociosa, com potencial de ampliação do transporte de cargas.  Alternativa potencial para o escoamento de grãos do Oeste baiano ante os gargalos da BR-242. O prolongamento deste eixo para além do rio São Francisco, em direção aos municípios de Luís Eduardo Magalhães e de Formosa do Rio Preto, pode vir a se tornar mais uma opção para o escoamento da crescente safra de grãos desta região Oeste da Bahia.						Elaborar estudos com vistas a prolongar o trecho rodoviário na direção dos municípios de Luís Eduardo Magalhães e Formosa do Rio Preto, além de propor articulação da rodovia com as potenciais hidrovias do Rio Preto e Rio Grande.	
						4			
					3				
							1,85		
				1					
Eixo rodoviário composto pelas BR-030, BR-330, BR-430, BA-262 e trechos das BR-101, BR-116, BR-349 e BR-430	Eixo rodoviário composto pelas BR-030, BR-330, BR-430, BA-262 e trechos das BR-101, BR-116, BR-349 e BR-430.	Potencial de ligação entre o Oeste baiano e a costa Sul baiana, em especial o complexo portuário Sul, em Ilhéus.	Eixo descontínuo com rota composta por diversas vias, dentre as quais a BR-116 em seu trecho mais carregado, considerado um gargalo atual. A complementação deste eixo é necessária, de modo a equilibrar e dar suporte ao escoamento das safras de grãos.					Priorizar a implantação de alternativas para viabilizar o escoamento da produção do Oeste e do centro do estado, via costa Sul baiana.  Priorizar a estruturação do eixo, complementando-o com os elos faltantes.	
						4	4		
				3			3,4		
Eixo rodoviário composto pelas BR-242, BR-324 e trechos das BR-020 e BR-116	Eixo rodoviário composto pelas BR-242, BR-324 e trechos das BR-020 e BR-116.	Principal eixo de escoamento da produção de grãos e de carga geral do interior para os portos da BTS.  Eixo com função turística importante na integração litoral-interior, em especial no desenvolvimento da Chapada Diamantina.	Gargalos atuais em todo o eixo, especialmente na BR-324, para onde se direcionam ou concentram diversos fluxos de carga do estado.  Intenso tráfego no eixo, com carregamento acima do limite recomendado e previsão de aumento da demanda por transporte de carga. Segundo estudos da Macrologística/BIRD, o eixo apresenta um carregamento atual da ordem de 66,1% e, projeção para 2020, de 78,3%, portanto, acima do limite máximo tolerável de 65% (limite estabelecido conforme indicadores utilizados pelo DNIT). Além disso, o seguimento final do eixo, composto pela BR-324, apresenta um gargalo ainda maior: atualmente é avaliado em 81,7% e é estimado para 2020 como sendo de 133,1%.					Estimular a ampliação da capacidade de carregamento do eixo.  Priorizar a elaboração de estudos visando prolongar a BR-242 até os portos da BTS (ponte ou contorno) e priorizar ainda a implantação de intervenções estruturais que contribuam para o aumento da atividade turística do eixo.  Estimular a implantação de soluções de curto prazo na BR-324, envolvendo a requalificação do eixo ferroviário e a regulação dos fluxos de carga em Plataformas Logísticas e Zonas de Atividades e Apoio Logístico, tanto nas proximidades dos portos, como nas aproximações com Feira de Santana.	
						5			
					4		4,15		
							3		

Fonte:

Consórcio

Geohidro-Sondotécnica,

2013



Apêndice 15 – Quadro de trabalho para preenchimento das potencialidades, limitações e recomendações para o tema: **Infraestrutura Logística: Corredor Norte-Sul Marítimo**

ASPECTO: CORREDOR NORTE-SUL MARÍTIMO								
CRITÉRIO(S)	LOCALIZAÇÃO(ÕES) DO(S) CRITÉRIO(S)	POTENCIALIDADE(S)	LIMITAÇÃO(ÕES)	AVALIAÇÃO DO GRAU DE DIFICULDADE DE FLUIÇÃO E TRAFEGABILIDADE NOS EIXOS LOGÍSTICOS DA BAHIA				RECOMENDAÇÃO(ÕES)
	Eixo(s) ou localidade(s) que representa(m) a ocorrência do(s) critério(s)	Condição(ões) favorável(is) à infraestrutura e logística	Condição(ões) desfavorável(is) à infraestrutura e logística	Gd Tf	Gd Ts	Gd Rg	Gd FT	Recomendação(ões) específica(s) visando ao aproveitamento da(s) potencialidade(s) e à redução da(s) limitação(ões) da infraestrutura e logística
Complexo portuário da Baía de Todos os Santos	Porto de Salvador;	Águas abrigadas que favorecem a atividade portuária, turística, pesqueira e o desenvolvimento local de comunidades ribeirinhas.	Ocupação excessiva dos berços de atracação, ausência de retroáreas, deficiência nos acessos aos portos, ausência de Zonas de Atividades e Apoio Logístico.		5			Elaborar estudos de viabilidade para ampliação da capacidade portuária, avaliando, inclusive, a possibilidade de implantação de um terminal "off shore" na Baía de Todos os Santos.
	TUP Ponta da Laje (Ford);	Presença do porto de Salvador, com forte aptidão para uso com fins turísticos.	Impossibilidade de atendimento de navios de grande calado. O baixo calado impede a movimentação de navios de grande porte, que poderiam operar numa escala mais elevada proporcionando fretes mais baratos e, conseqüentemente, resultando em maior atratividade de rotas internacionais. Neste particular, os portos da BTS perdem em competitividade para Suape (PE), Pecém (CE), Itaqui (MA), Tubarão (ES).	4		4	4,35	Estruturar e ampliar o transporte hidroviário na Baía de Todos os Santos, como forma de promover o desenvolvimento das comunidades ribeirinhas, tradicionais de pesca e artesanato, assim como para contribuir com a mobilidade da região metropolitana.
	TUP Madre de Deus (Petrobras Distribuidora);							Estimular a exploração da potencialidade turística portuária, proporcionando condições de boa acessibilidade aos usuários e conectando o porto com as demais áreas das cidades, considerando, inclusive, a criação de terminal turístico, centro de compras e apoio etc.
	Porto de Aratu;							
	TUP Cotegipe (Moinho Dias Branco);							
	TUP DOW Aratu (Dow Brasil); TUP GERDAU Salvador (Gerdau).							
Porto de Ilhéus	Porto de Ilhéus.		Ausência de retroáreas, deficiência nos acessos ao porto.  Impossibilidade de atendimento de navios de grande calado. O baixo calado impede a movimentação de navios de grande porte, que poderiam operar numa escala mais elevada proporcionando fretes mais baratos e, conseqüentemente, resultando em maior atratividade de rotas internacionais Neste particular, os portos da BTS perdem em competitividade.		5			Elaborar estudos de alternativas para utilização do porto para transporte de cargas com alto valor agregado e de passageiros, considerando, inclusive, a construção do Porto Sul.
				4		4	4,35	

Fonte: Consórcio Geohidro-Sondotécnica, 2013.

## APÊNDICE 4 – ENERGIA

### Evolução da oferta de energia por fonte de suprimento no estado da Bahia

Preliminarmente, situa-se o período de análise entre os anos de 2000 e 2008, por tratar-se do intervalo ao longo do qual venceu-se a crise de abastecimento de energia que foi referida como Fase do Apagão (2001) e estabeleceu-se o novo modelo do setor elétrico para o Brasil (2004), o qual deu ênfase à característica de *commodity* ao insumo energia. Esses dois eventos têm grande influência sobre a Política Pública de Energia brasileira. Uma visão panorâmica do setor no referido período pode ser vista na Tabela 8 e na Figura 12, que apresentam em detalhes a evolução da oferta interna de energia (produção de energia na Bahia e importações de energia) por fonte.

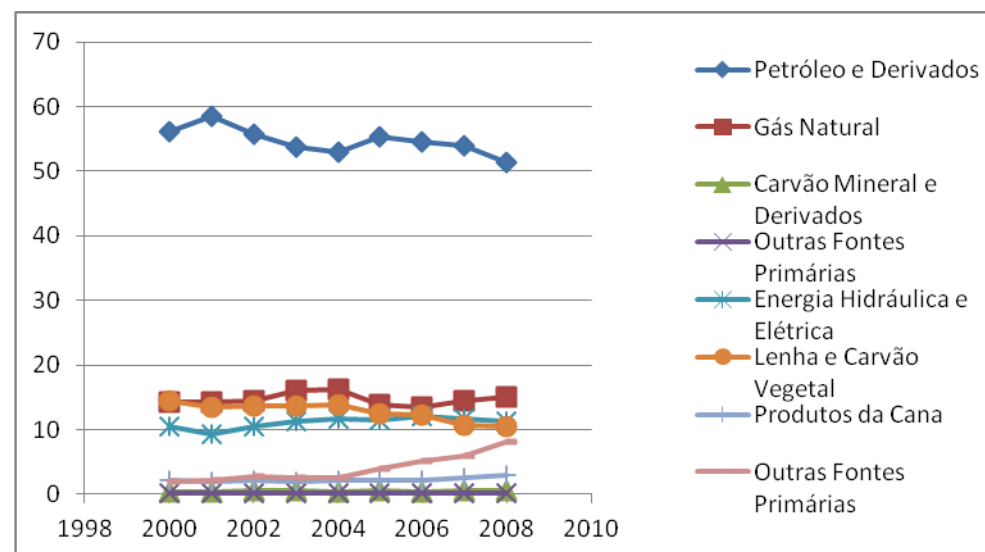
**Tabela 8-** Evolução da oferta interna de energia de 2000 A 2008(%)

FONTE DE ENERGIA	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Petróleo e Derivados	56,1	58,6	55,8	53,9	53,8	53	55,4	54,6	51,3
Gás Natural	14,3	14,2	14,5	16,1	16,2	13,9	13,4	14,5	15
Carvão Mineral e Derivados	0,4	0,3	0,5	0,6	0,6	0,4	0,6	0,3	0,6
Outras Fontes Primárias	0,2	0,2	0,1	0,2	0,1	0,2	0,2	0,2	0,1
Energia Hidráulica e Elétrica	10,5	9,3	10,5	11,6	11,2	11,6	11,5	12	11,3
Lenha e Carvão Vegetal	14,4	13,4	13,7	10,8	13,6	13,8	12,4	12,2	10,5
Produtos da Cana	2,2	1,9	2,2	2	2,2	2,2	2,1	2,5	3
Outras Fontes Primárias	1,9	2,2	2,7	5,9	2,6	2,5	3,9	5,2	8,1
Total – 10 <sup>3</sup> tep*	14.618	14.541	14.174	14.496	14.664	15.422	15.311	16.292	16.730

\*tep= tonelada equivalente de petróleo= 41,868 Giga Joules ou 11,630 MWh.

Fonte: Balanço Energético da Bahia- 2009- Sec. Infraestrutura do governo do Estado da Bahia

Um breve exame da referida Tabela 8 permite verificar ter havido um aumento médio anual de 1,81% na oferta de energia no Estado, inferior aos 2,29% ao ano que foram observados no crescimento do produto interno baiano no mesmo período, o que significa que a economia como um todo cresceu mais do que a oferta de energia.



**Figura 12 -** Evolução da oferta interna de energia de 2000 a 2008

Fonte: Balanço Energético da Bahia/SEINFRA. Salvador.2009.

A análise da Tabela 8 e da Figura 12 revela, também, o predomínio do petróleo e derivados e do gás natural na oferta interna de energia da Bahia.

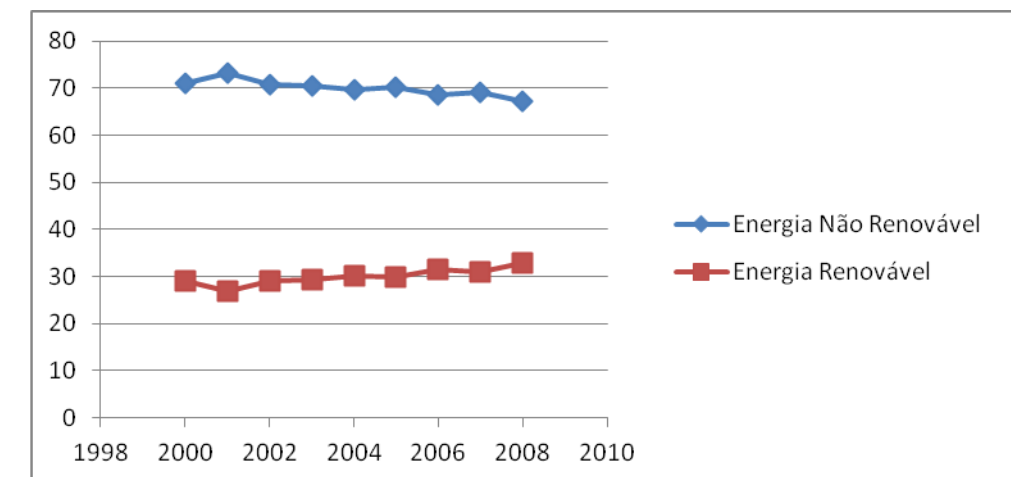
A Tabela 9 e a Figura 13 apresentam a evolução da participação das fontes de energia renováveis e não renováveis na oferta interna de energia no Estado da Bahia de 2000 a 2008.

**Tabela 9 -** Evolução da oferta interna de energia de 2000 a 2008

FONTE DE ENERGIA	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Energia Não Renovável	71	73,2	70,9	70,6	69,8	70,1	68,5	69,1	67,1
Energia Renovável	29	26,8	29,1	29,4	30,2	29,9	31,5	30,9	32,9
Total %	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: Balanço Energético da Bahia/SEINFRA. Salvador. 2009.

Procedendo-se a uma leitura da mencionada Tabela 9 verifica-se que a utilização de fontes não renováveis caiu de 5,5% ao longo de todo o período, enquanto que a utilização de fontes renováveis aumentou em 13,44% também entre 2000 e 2008. Ambos os movimentos foram saudáveis, ainda que algo acanhados.



**Figura 13 -** Evolução da oferta interna de energia de 2000 a 2008 (%)

Fonte: Balanço Energético da Bahia/SEINFRA. Salvador. 2009.

Conforme se percebe, há uma tendência de aumento da participação das fontes de energia renováveis na matriz energética do Estado. Esses números demonstram, por acanhados como já referido, que a Bahia não tem uma estrutura energética baseada no conceito de desenvolvimento sustentável apesar do progresso alcançado de 2000 a 2008 quando a participação das fontes de energia renovável se elevou de 29% para 32,9%.

A Tabela 10 e a Figura 14 apresentam dados sobre a oferta interna de energia no Estado da Bahia em 2010.

**Tabela 10 -** Oferta interna de Energia (%) – 2010

FONTE DE ENERGIA	%
Petróleo e derivados	50,3
Gás natural	14,8
Carvão mineral e derivados	0,4
Outras fontes primárias não renováveis	0,2
Energia hidráulica e elétrica	12,2
Lenha e carvão vegetal	9,6
Produtos da cana	3,5
Outras fontes primárias renováveis	9
Total	100

Fonte: Uma Visão do Balanço Energético da Bahia/SEINFRA. Salvador. 2011.

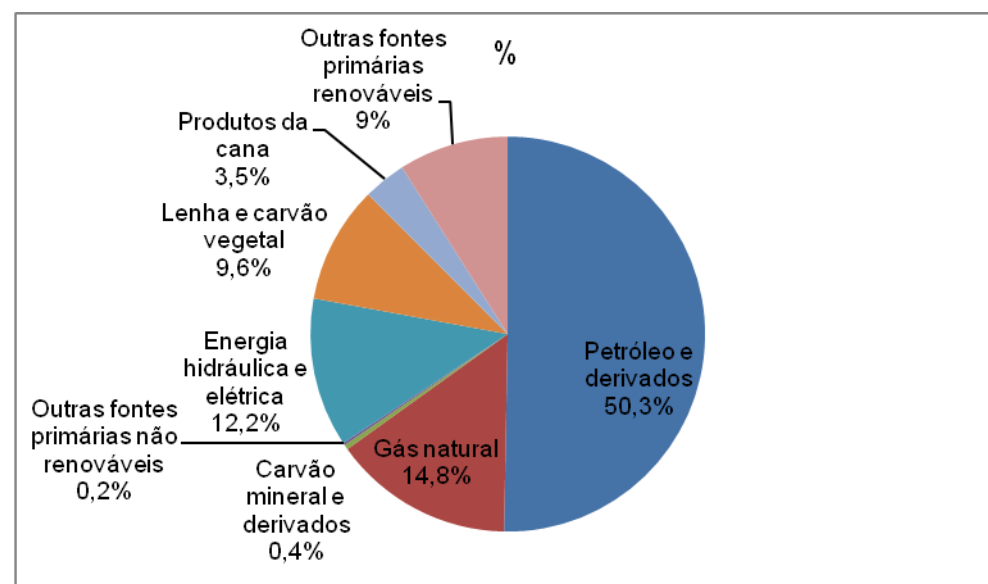


Figura 14 - Oferta Interna de Energia (%) – 2010

Fonte: SEINFRA. Salvador. 2011

A análise da Tabela 10 e da Figura 14 permite constatar que uma política de desenvolvimento sustentável para o setor de energia do Estado requer a adoção de políticas que contribuam para a substituição do petróleo e derivados e do gás natural por fontes renováveis de energia.

#### Demanda de energia segundo o uso no estado da Bahia

O crescimento da demanda por energia no período de 2000 a 2008 foi de 7,2% como demonstram os dados da Tabela 11, que apresenta a decomposição desta demanda entre consumo para fins energéticos e consumo para fins não energéticos.

Tabela 11 - Evolução da demanda de energia de 2000 a 2008 (10<sup>3</sup> tep)

ITEM	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Consumo final energético	9.064	8.911	9.164	9.155	9.689	10.222	10.296	9.717	9.784
Consumo final não energético	3.737	3.407	3.337	3.429	3.205	3.838	3.426	3.883	3.651
Consumo final	12.801	12.318	12.501	12.584	12.894	14.060	13.600	13.435	13.722

Fonte: Balanço Energético da Bahia- SEINFRA. Salvador. 2009.

A Tabela 12 apresenta detalhadamente a demanda de energia no Estado da Bahia por setor em 2009 e 2010, com nítida predominância das demandas por fontes de derivados de petróleo.

Tabela 12 - Demanda de energia em 2009 e 2010

FONTE DE ENERGIA	10 <sup>3</sup> TEP		ESTRUTURA (%)	
	2009	2010	2009	2010
Gás Natural	1.245	1.347	12,0	12,1
Derivados de Petróleo	4.987	5.459	48,1	49,1
Energia Elétrica	1.952	2.153	18,8	19,4
Biomassa	2.082	2.048	20,1	18,4
Outros (1)	106	106	1,0	1,0
Total	10.373	11.113	100,0	100,0

(1) Coque de Carvão Mineral, Carvão Vapor e Outras Fontes Primárias

Fonte: SEINFRA. Salvador. 2009.

#### Outras vicissitudes do setor

Conforme já detidamente referido em produto anterior do presente contrato, a distribuição de energia elétrica no Estado da Bahia é realizada através de três concessionárias: a COELBA, a CHESF e a SULGIPE. Há, adicionalmente, uma permissionária, a BRASKEM, que atua no Polo Petroquímico de Camaçari. A COELBA detém a concessão para distribuição de energia em 415 dos 417 municípios do Estado; a CHESF atende à maior parte dos consumidores industriais em 230 KV; a BRASKEM, que também é cliente da CHESF, distribui energia para 27 empresas do Polo Petroquímico de Camaçari.

Além de contar com as usinas hidrelétricas e termelétricas existentes em seu território, o Estado da Bahia é suprido também pelo Sistema Interligado Nacional (SIN). Vale assinalar que, ao fazer parte do SIN, as usinas geradoras em território baiano também fazem o suprimento deste sistema, quando necessário. A capacidade instalada da matriz de energia elétrica do Brasil alcançou, em agosto de 2011, 115 mil megawatts (MW), potência 54% maior do que os 74,8 mil MW instalados em dezembro de 2001. Esse aumento é tão significativo que o Sistema Interligado Nacional (SIN) exige uma coordenação sistêmica para assegurar que a energia gerada pelos 2.475 empreendimentos em operação chegue ao consumidor com segurança, além de garantir o suprimento de forma contínua. Essa coordenação é feita pelo Operador Nacional do Sistema (ONS), cuja função básica é controlar a operação eletroenergética das instalações de geração e de transmissão de energia elétrica no SIN, onde há predominância de usinas hidrelétricas.

A maior parte da energia elétrica gerada no Brasil tem procedência de empreendimentos hidrelétricos, que respondem por quase 71% de toda a capacidade instalada do País, hoje em cerca de 115 mil megawatts (MW), como já referido. As 929 usinas hidrelétricas em operação espalhadas no território nacional têm capacidade de gerar 81,43 mil MW, de acordo com dados de agosto de 2011 do Banco de Informações de Geração da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). A segunda maior fonte de energia do País é a termelétrica, responsável por 28,2% da capacidade instalada, sendo 11,4% de térmicas a gás; 7,3% de térmicas a biomassa; 1,7% de térmicas nucleares e 1,7% de térmicas a carvão mineral. Outra fonte participante da matriz de energia elétrica é a eólica (0,97%), que passa por um surto de crescimento sem precedentes no mundo em geral e, no Brasil, em particular.

A publicação da Secretaria de Infraestrutura do governo do Estado da Bahia sob o título *Uma Visão do Balanço Energético da Bahia- Aplicação como Instrumento de Planejamento- Balanço Energético da Bahia 2011 –Resultados* informa que o estado da Bahia possui 102 empreendimentos de geração em operação, totalizando 8.228.903 KW de potência (6,9% da capacidade instalada no país). Estava previsto, ainda, para o ano de 2012 a incorporação de 108.000 kW à capacidade de geração, provenientes da entrada em operação de novos empreendimentos de geração eólica. Para o período 2013-2016 está prevista a entrada em operação de novos empreendimentos de geração, que irão adicionar 1.989.906 KW de potência (dos quais 1.076.900 kW de fonte eólica).

#### Síntese do suprimento de energia elétrica na Bahia pelo Sistema Interligado Nacional

O sistema de transmissão da Chesf interliga os estados do Nordeste e une a região aos sistemas das regiões Norte, Sudeste e Centro-Oeste do Brasil. A parte desse sistema de transmissão que atende ao estado da Bahia é suprida a partir das subestações 500/230 KV de Camaçari (2400 MVA), Sapeaçu (1200MVA), Bom Jesus da Lapa II (600MVA) e Sobradinho (600 MVA), alimentadas na tensão de 500 KV. A ilustração da Figura 15 apresenta o SIN à escala nacional, ressaltando no caso do Nordeste, a primazia do sistema CHESF, indicado pela letra “E”, que tem em Paulo Afonso um de seus principais centros nervosos. Destaca-se, também, no território da Bahia, a linha de transmissão que traz energia da usina de Serra da Mesa (Goiás) até Sapeaçu e, daí, até Camaçari.



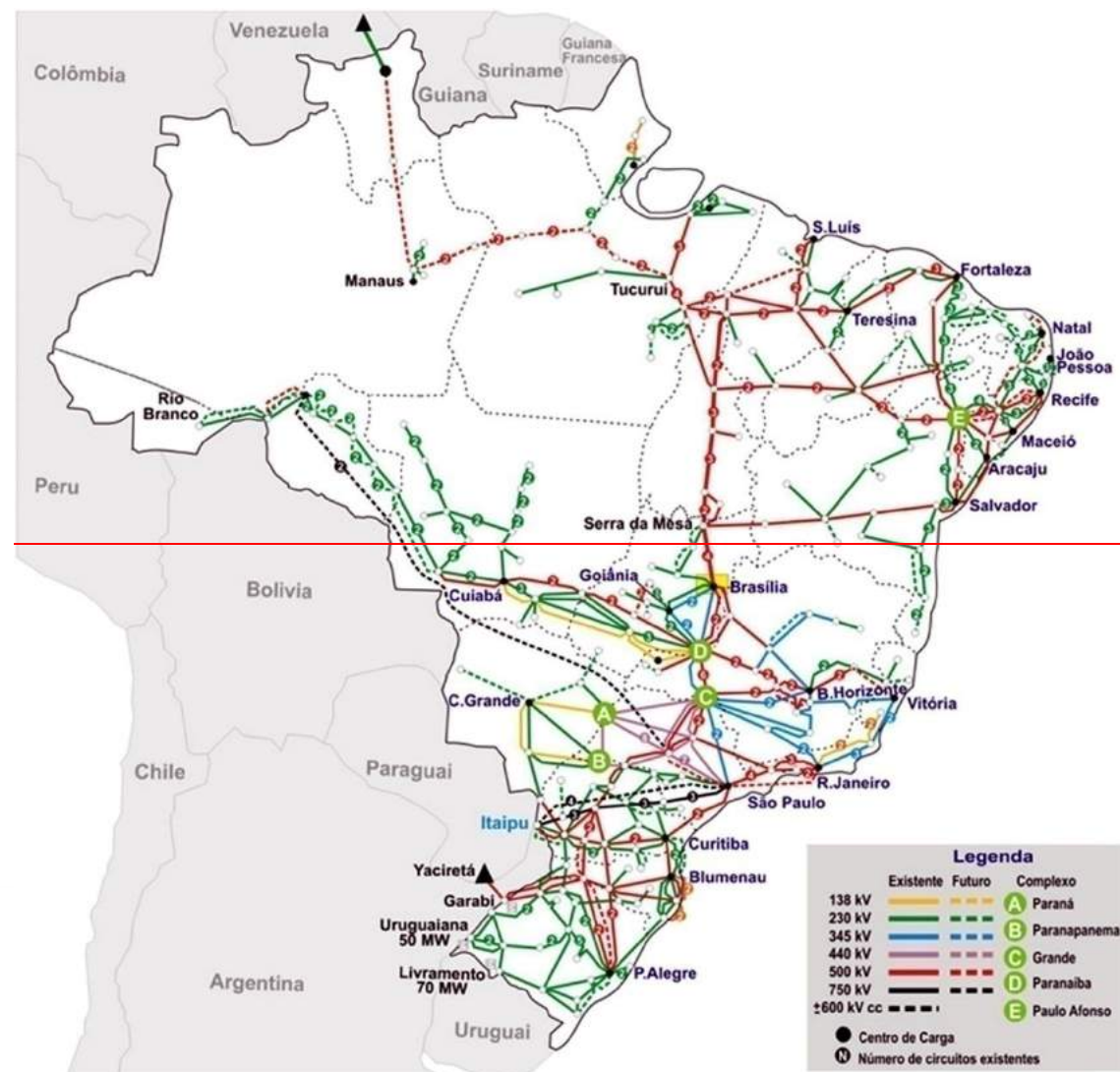


Figura 15 - Sistema Interligado Nacional incluídas as ligações com Venezuela e Argentina

Fonte: ONS – Operador Nacional do Sistema.

O atendimento ao mercado de energia elétrica do estado da Bahia é realizado através de três concessionárias, COELBA, CHESF e SULGIPE e da permissionária BRASKEN (ex –COPENE), que atua no Polo Petroquímico de Camaçari.

A COELBA supre com energia elétrica 415 municípios com uma população de 13.767.487 habitantes, enquanto a SULGIPE supre 2 municípios que totalizam 47.847 habitantes. A CHESF atende à maioria dos consumidores industriais da Bahia em 230 KV, enquanto a BRASKEN, que também é consumidora da CHESF, distribui energia para 27 empresas do Polo Petroquímico. A Bahia tinha em 2011 uma capacidade instalada de geração de energia elétrica de 6.865 MW que gerou 23.594 GWh no mencionado ano.

As usinas hidrelétricas da Chesf na Bahia são: Paulo Afonso I (180 MW), Paulo Afonso II (443 MW), Paulo Afonso III (794 MW), Paulo Afonso IV (2.462 MW), PCH Funil (30 MW), PCH Pedra (20 MW), PCH Capuxu (2 MW). Na Bahia, a Chesf opera a Usina Termelétrica de Camaçari de 346 MW a gás natural. A Usina Hidrelétrica Luiz Gonzaga (1.500 MW) se situa entre a Bahia e Pernambuco e a Usina Hidrelétrica Apolônio Sales (400 MW) se situa entre a Bahia e Alagoas. A Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (Chesf) planeja investimentos de R\$ 2 bilhões no Nordeste ao longo de 2013.

O estado da Bahia possui em operação 74 empreendimentos (PCHs, biomassa e energia eólica) com potência de 9.719.783 KW. Está prevista para os próximos anos uma adição de 2.980.310 KW na capacidade de geração do Estado, proveniente dos 10 empreendimentos atualmente em construção e mais 35 com outorga publicada. Atualmente existem no estado da Bahia 8 PCHs em operação que juntas correspondem a 91.419 kW. Segundo registros do SIPOT, havia 914 MW de potencial inventariado de PCH's no estado da Bahia, distribuídos entre 87 centrais. Existem, também, no Estado 6 (seis) usinas de biomassa em operação que somadas perfazem a potência de 512.930 KW.

A Bahia possui entre 10% e 15% de todo o potencial de geração de energia eólica no País. Em leilão da ANEEL foram negociados 2.892,2 MW de capacidade e o Estado teve um total de 16 usinas eólicas contratadas, entre elas a Brennard Energia, CHESF, IBERDROLA, Renova Energia, Consórcio Pedra do Reino e SoWiTec do Brasil. Serão instalados parques eólicos nos municípios de Casa Nova, Juazeiro, Sobradinho, Morro do Chapéu, Igaporã, Guanambi e Pindaí os quais deverão estar

preparados para a operação a partir de 2013. Atualmente existem 03 parques eólicos em construção na Bahia que, em conjunto, correspondem a 90.000 kW de potência. Essas usinas são as de Macaúbas, Novo Horizonte e Seabra. Além disso, há 16 parques eólicos em fase de outorga que ainda não tiveram sua construção iniciada. Juntos, esses parques correspondem à potência total de 515.700 kW.

Foram autorizadas pela ANEEL as empresas Enerbrás e Water Mark para estabelecerem-se como Produtores Independentes de Energia Elétrica na exploração da PCH Cachoeira da Lixa e respectivo sistema de transmissão de interesse restrito, com 14.800 kW de potência instalada, localizado no rio Jucuruçu, ocupando áreas dos municípios de Itamaraju e Jucuruçu. Essa PCH já se encontra em operação; foi autorizada também a exploração da PCH Colino 1, com 11.000 kW de potência instalada, localizada no córrego Colino, municípios de Vereda e Medeiros Neto, estado da Bahia e da PCH Colino 2, localizada no córrego Colino, Municípios de Vereda e Medeiros Neto. Ambas já se encontram em produção. Ressalta-se que a entrada em operação das Usinas de Cachoeira da Lixa, Colino 1 e Colino 2, que juntas representam a potência de 41,8 MW, observou-se melhora significativa no nível de tensão dos ramais administrados pela unidade regional da Coelba em Eunápolis. Esses ramais, que eram pontos considerados críticos e isolados, passaram a atender os níveis de continuidade e qualidade dessa regional.

A capacidade de geração do sistema elétrico do Nordeste brasileiro se aproxima no momento do limite segundo o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) que decidiu acionar a carga máxima de energia a partir de usinas térmicas na região para preservar um volume de água nos reservatórios acima do nível crítico. O sistema elétrico brasileiro é um dos maiores do mundo, mas tem registrado diminuição de confiabilidade com os sucessivos “black-outs”.

Hoje em dia os sistemas elétricos de potência exigem técnicas e estudos cada vez mais precisos e refinados. Além disso, eles estão expostos a condições adversas e imprevisíveis que podem levar a situações de falha ou má operação, causando transtornos e problemas a todos que dependem da energia elétrica.

Embora a participação das usinas termelétricas no total da energia elétrica produzida no Nordeste ainda seja de 15,3%, estas ainda deverão continuar constituindo uma importante fonte de geração de eletricidade, juntamente com as PCHs, devido ao esgotamento de grandes aproveitamentos hídricos no Nordeste, associado ao crescente custo marginal de expansão do sistema elétrico e ao aumento da oferta de gás natural.

Por fim, é oportuno assinalar que existe o risco de que a capacidade de geração e transmissão planejada pelo governo federal não se realize nos anos futuros devido a problemas ambientais relacionados com a implantação das usinas hidrelétricas na Amazônia e de que aumente a ocorrência de “black-outs” devido a problemas climáticos e à queda na confiabilidade na operação do sistema elétrico. Para fazer frente a esta ameaça, justifica-se a adoção da política de implantar fontes alternativas ou renováveis de energia em todo o Estado da Bahia.

As fontes de energia alternativas, renováveis ou não, passíveis de utilização no estado da Bahia para geração de energia elétrica são: i) parques eólicos; ii) PCHs; iii) energia solar fotovoltaica; iv) energia termossolar; v) cogeração com o uso de resíduos ou biomassa; vi) usinas termelétricas a gás natural; vii) usinas termelétricas com o uso do biogás de aterros sanitários; viii) usinas termelétricas com a incineração de material de aterro sanitário; e, ix) usinas termonucleares.

### Suprimento de petróleo e gás natural no Estado da Bahia

A Bahia é o quarto produtor de petróleo e gás natural, possui a segunda maior refinaria de petróleo do país, é detentor da maior reserva de gás natural do Nordeste, possui o terceiro maior mercado de gás natural do Brasil e o primeiro do Nordeste, é possuidor do maior Polo Petroquímico da América do Sul, e abriga, no Recôncavo, produção de “óleo leve”, importante para a produção de derivados nobres de petróleo.

A Tabela 13 apresenta o balanço entre a demanda e a produção de petróleo e gás natural no estado da Bahia. A análise de seus dados permite constatar que a Bahia é dependente da importação de petróleo e gás natural para atender sua demanda cujo déficit no suprimento de petróleo e gás natural variou de 27,1% a 32,1% entre 2000 a 2008.

Tabela 13 - Balanço Demanda /Produção de Petróleo e Gás Natural de 2000 A 2008 (10<sup>3</sup> Tep)

ITEM/ANO	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Demanda de derivados	8.457	8.778	8.146	8.062	8.043	8.827	8.642	9.075	8.876
Produção de petróleo + LGN	2.639	2.563	2.504	2.541	2.585	2.567	2.506	2.457	2.418
Déficit na produção de petróleo e LGN	-5.818	-6.215	-5.642	-5.521	-5.458	-6.260	-6.136	-6.617	-6.457
Déficit na produção de petróleo e LGN (%)	31,2	29,2	30,7	31,5	32,1	29,1	29,0	27,1	27,2

Fonte: Balanço Energético da Bahia. Salvador. 2009.

A Tabela 14 apresenta a evolução das reservas e produção de petróleo e gás natural na Bahia de 2000 a 2008.

**Tabela 14 - Evolução das reservas e produção de petróleo e gás natural na bahia**

ANO	RESERVAS TOTAIS DE PETRÓLEO (MILHÕES BARRIS)	PRODUÇÃO DE PETRÓLEO (MIL BARRIS)	PRODUÇÃO DE GÁS NATURAL (MILHÕES DE M <sup>3</sup> )
2000	272,9	16.859,1	1.895,9
2001	290,0	16.309,6	1.966,6
2002	349,3	16.061,4	2.016,8
2003	376,5	16.064,4	2.165,9
2004	408,6	16.324,0	2.256,6
2005	444,6	16.143,8	1.984,3
2006	547,1	15.703,1	1.894,4
2007	593,3	15.658,8	2.646,3
2008	618,6	15.439,9	3.364,9

Fonte: Agência Nacional do Petróleo, Gás e Biocombustíveis (2010)

Uma análise expedita da permite constatar que, de 2000 a 2008, as reservas totais de petróleo mais do que dobraram, a produção de petróleo estacionou em torno de 16 milhões de barris por ano, equivalente a  $43,8 \times 10^3$  barris/dia, e a produção de gás natural teve um crescimento de 7,5% ao ano.

Quanto à produção de gás natural, apesar de as recomendações deste trabalho incluírem a necessidade de esta fonte ser substituída por alternativas independentes de petróleo e gás, é oportuno comentar os avanços experimentados pela Bahia a partir do Plano de Interiorização da Infraestrutura do Gás Natural que teve início com o Gasoduto de Feira de Santana em 2005 atendendo, inicialmente, indústrias e postos automotivos.

Atualmente, a cidade de Feira de Santana, detentora de um polo industrial consolidado e em expansão, ocupa a sexta posição em consumo de gás natural, com um volume médio de 38 milhões de m<sup>3</sup>/ano.

Em outro exemplo de potencialidade do Estado quanto ao gás natural, a produção do campo de Manati vem aumentando. Atualmente, a oferta de gás nesse campo é de 6 Mm<sup>3</sup>/d, o que representa cerca de 50% da oferta local. Outros campos da mesma região, entretanto, encontram-se em declínio em termos de produção em razão da idade avançada de exploração.

A Companhia de Gás da Bahia – Bahiagás, concessionária estadual dos serviços de distribuição de gás natural canalizado, já contava, em 2009, com 569 km de gasodutos, atendendo a clientes das áreas industrial, automotiva, comercial, residencial e cogeração de energia. Presentemente, o Estado produz  $6,3 \times 10^6$  m<sup>3</sup>/dia, sendo que uma parte dessa produção é enviada para Sergipe e Alagoas.

A implantação do Gasoduto Sudeste-Nordeste (Gasene) –reforçou a oferta do gás no Estado que está ampliando a interiorização da distribuição dessa utilidade.

A Figura 16 apresenta especialmente a rede do Gasene no contexto da rede de gasodutos em todo o Brasil e sua integração com outros países da América do Sul.

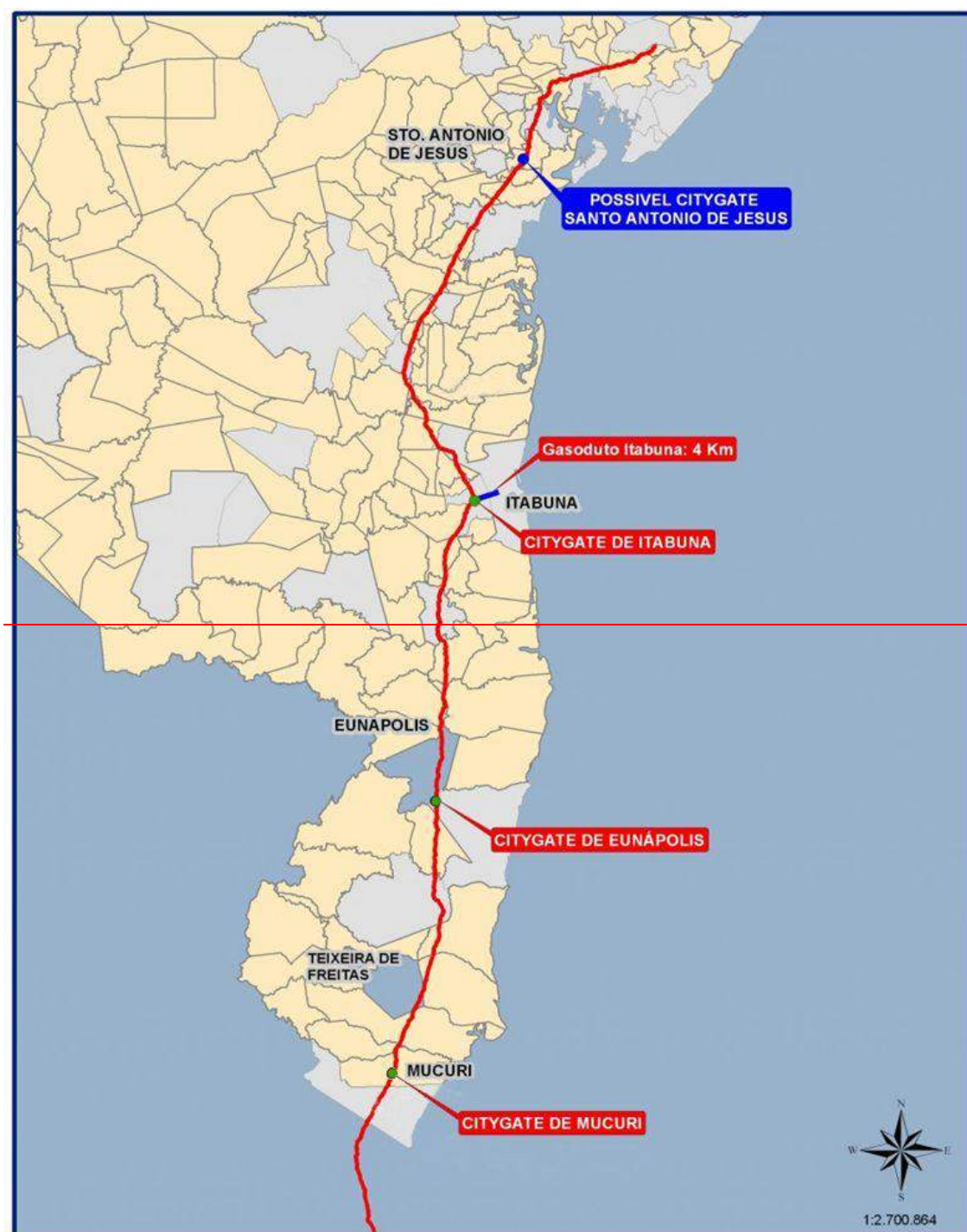


**Figura 16 - Rede do Gasene**

Fonte: Bahiagás. Salvador. 2012.

A Figura 16 apresenta a rede Gasene relativa ao território do Estado da Bahia, indicando os diversos portões de derivação previstos.





**Figura 17** - Trecho da Rede do Gasene na Bahia

Fonte: Bahiagás. Salvador. 2012.

Há ramificações importantes dos sistema de transporte e distribuição de gás que deixam de ser mostradas por meio de ilustrações por falta de espaço para incluir um nível mais amplo de detalhamento da questão, neste produto. Nesse sentido, apenas mencionam-se os projetos do gasoduto Salvador, de condução de gás natural para a capital, o gasoduto de Feira de Santana e a rede de gasoduto Feira de Santana- Candeias.

# APÊNDICE 5 – INSTITUCIONAL

Apêndice 16 - Participação das instituições nos colegiados selecionados no TI Irecê

INSTITUIÇÕES GOVERNAMENTAIS	AMBITO DE ATUAÇÃO DA INSTITUIÇÃO (Federal ou Estadual)	CONSELHO TERRITORIAL DE DESENVOLVIMENTO	CONSELHO DE POLÍTICAS DE INCLUSÃO SOCIAL	CÂMARAS SETORIAIS DA AGROPECUÁRIA	CONSELHO ESTADUAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	REPRESENTAÇÕES TERRITORIAIS DE CULTURA	CONSELHO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	CONSELHO ESTADUAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	CONSELHO ESTADUAL DA CRIANÇA E ADOLESCENTE	COMISSÃO INTERINSTITUCIONAL DE DEFESA CIVIL	CONSELHO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO	CONCIDADES	CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE	CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS	CONSELHO GESTOR UNIDADE DE CONSERVAÇÃO	COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS	COMISSÃO INTERINSTITUCIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL	CONSELHO ESTADUAL DA JUVENTUDE	CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE	CONSELHO ESTADUAL DE COOPERATIVISMO	CONSELHO ESTADUAL DO TRABALHO E RENDA	CONSELHO ESTADUAL DE ECONOMIA SÓLIDÁRIA	FORUM ESTADUAL DE TURISMO	CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO	FORUM BALANO DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS	CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS	CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA		
Adab - Agência Estadual de Defesa Agropecuária	Estadual																												
Bahia Pesca	Estadual																												
Bahiagás - Companhia de Gas da Bahia	Estadual																												
Bahiatursa - Empresa de Turismo da Bahia	Estadual																												
Banco do Brasil	Federal																												
BNB - Banco do Nordeste do Brasil	Federal																												
CAR - Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional	Estadual																												
CBPM - Companhia Baiana de Pesquisa Mineral	Estadual																												
CDA - Coordenação de Desenvolvimento Agrário	Estadual																												
CEF - Caixa Econômica Federal	Federal																												
Cerb - Companhia de Engenharia Ambiental e Recursos Hídricos	Estadual																												
Cetepi - Centro de Treinamento e Estudos em Propriedade Intelectual	Estadual																												
Chesf - Companhia Hidro elétrica do São Francisco	Federal																												
Codevasf - Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba	Federal																												
Conab - Companhia Nacional de Abastecimento	Federal																												
Conder - Companhia de Desenvolvimento Urbano	Estadual																												
Cordec - Coordenação Estadual de Defesa Civil	Estadual																												
Derba - Departamento de Infraestrutura de Transportes da Bahia	Estadual																												
Direc - 21ª Diretoria Regional de Educação	Estadual																												
Dires - 21ª Diretoria Regional de Saúde	Estadual																												
Ebal - Empresa Baiana de Alimentos	Estadual																												
Ebda - Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola	Estadual																												
Embasa - Empresa Baiana de Águas e Saneamento	Estadual																												
FUNCEB – Fundação Cultural do Estado da Bahia	Estadual																												
IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis	Federal																												
Ifet - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia	Federal																												
Inema - Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos	Estadual																												
IPAC – Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia	Estadual																												
Seagri - Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária	Estadual																												
SEC - Secretaria da Educação	Estadual																												
SECOM - Secretaria de Comunicação	Estadual																												
Secretaria da Casa Civil	Estadual																												
Secti - Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação	Estadual																												
Secult - Secretaria de Cultura	Estadual																												
Sedes - Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate a Pobreza	Estadual																												
Sedir - Secretaria de Desenvolvimento e Integração Regional	Estadual																												
Sedur - Secretaria de Desenvolvimento Urbano	Estadual																												
SEFAZ - Secretaria da Fazenda	Estadual																												
SEI - Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia	Estadual																												
Seinfra - Secretaria de Infraestrutura	Estadual																												

INSTITUIÇÕES GOVERNAMENTAIS	AMBITO DE ATUAÇÃO DA INSTITUIÇÃO (Federal ou Estadual)	CONSELHO TERRITORIAL DE DESENVOLVIMENTO	CONSELHO DE POLÍTICAS DE INCLUSÃO SOCIAL	CÁMARAS SETORIAIS DA AGROPECUÁRIA	CONSELHO ESTADUAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	REPRESENTAÇÕES TERRITORIAIS DE CULTURA	CONSELHO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	CONSELHO ESTADUAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	CONSELHO ESTADUAL DA CRIANÇA E ADOLESCENTE	COMISSÃO INTERINSTITUCIONAL DE DEFESA CIVIL	CONSELHO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO	CONCIDADES	CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE	CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS	CONSELHO GESTOR UNIDADE DE CONSERVAÇÃO	COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS	COMISSÃO INTERINSTITUCIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL	CONSELHO ESTADUAL DA JUVENTUDE	CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE	CONSELHO ESTADUAL DE COOPERATIVISMO	CONSELHO ESTADUAL DO TRABALHO E RENDA	CONSELHO ESTADUAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA	FORUM ESTADUAL DE TURISMO	CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO	FORUM BAIANO DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS	CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS	CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA
Sema - Secretaria do Meio Ambiente	Estadual																										
Seplan - Secretaria de Planejamento	Estadual																										
Sepromi - Secretaria de Promoção da Igualdade Racial	Estadual																										
SERIN - Secretaria de Relações Institucionais	Estadual																										
Sesab - Secretaria da Saúde	Estadual																										
Setre - Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte	Estadual																										
Setur - Secretaria do Turismo	Estadual																										
SICM - Secretaria da Indústria Comércio e Mineração	Estadual																										
SJCDH - Secretaria da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos	Estadual																										
SSP - Secretaria de Segurança Pública	Estadual																										
Sudic - Superintendência de Desenvolvimento Industrial e Comercial	Estadual																										
UEFS - Universidade Estadual de Feira de Santana	Estadual																										
UESB - Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia	Estadual																										
Ufba - Universidade Federal da Bahia	Federal																										
UFRB - Universidade Federal do Recôncavo Baiano	Federal																										
Uneb - Universidade do Estado da Bahia	Estadual																										

Legenda:  Órgão/Instituição Existente

Apêndice 17 - Participação das instituições nos colegiados selecionados no TI Velho Chico

INSTITUIÇÕES GOVERNAMENTAIS	AMBITO DE ATUAÇÃO DA INSTITUIÇÃO (Federal ou Estadual)	CONSELHO TERRITORIAL DE DESENVOLVIMENTO	CONSELHO DE POLÍTICAS DE INCLUSÃO SOCIAL	CÂMARAS SETORIAIS DA AGROPECUÁRIA	CONSELHO ESTADUAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	REPRESENTAÇÕES TERRITORIAIS DE CULTURA	CONSELHO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	CONSELHO ESTADUAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	CONSELHO ESTADUAL DA CRIANÇA E ADOLESCENTE	COMISSÃO INTERINSTITUCIONAL DE DEFESA CIVIL	CONSELHO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO	CONCIDADES	CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE	CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS	CONSELHO GESTOR UNIDADE DE CONSERVAÇÃO	COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS	COMISSÃO INTERINSTITUCIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL	CONSELHO ESTADUAL DA JUVENTUDE	CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE	CONSELHO ESTADUAL DE COOPERATIVISMO	CONSELHO ESTADUAL DO TRABALHO E RENDA	CONSELHO ESTADUAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA	FORUM ESTADUAL DE TURISMO	CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO	FORUM BAIANO DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS	CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS	CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA	
Adab - Agência Estadual de Defesa Agropecuária	Estadual																											
Bahia Pesca	Estadual																											
Bahiagás - Companhia de Gas da Bahia	Estadual																											
Bahiatursa - Empresa de Turismo da Bahia	Estadual																											
Banco do Brasil	Federal																											
BNB - Banco do Nordeste do Brasil	Federal																											
CAR - Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional	Estadual																											
CBPM - Companhia Baiana de Pesquisa Mineral	Estadual																											
CDA - Coordenação de Desenvolvimento Agrário	Estadual																											
CEF - Caixa Econômica Federal	Federal																											
Cerb - Companhia de Engenharia Ambiental e Recursos Hídricos	Estadual																											
Cetepi - Centro de Treinamento e Estudos em Propriedade Intelectual	Estadual																											
Chesf - Companhia Hidro elétrica do São Francisco	Federal																											
Codevasf - Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba - Bom Jesus da Lapa	Federal																											
Conab - Companhia Nacional de Abastecimento	Federal																											
Conder - Companhia de Desenvolvimento Urbano	Estadual																											
Cordec - Coordenação Estadual de Defesa Civil	Estadual																											
Derba - Departamento de Infraestrutura de Transportes da Bahia	Estadual																											
Direc - Diretoria Regional de Educação	Estadual																											
Ebal - Empresa Baiana de Alimentos	Estadual																											
Ebda - Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola - Bom Jesus da Lapa	Estadual																											
Ebda - Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola - Ibotirama	Estadual																											
Embasa - Empresa Baiana de Águas e Saneamento	Estadual																											
FUNCEB - Fundação Cultural do Estado da Bahia	Estadual																											
IBAMA - Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis	Federal																											
Ifet - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia	Federal																											
Inema - Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos	Estadual																											
IPAC - Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia	Estadual																											
Seagri - Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária	Estadual																											
SEC - Secretaria da Educação	Estadual																											
SECOM - Secretaria de Comunicação	Estadual																											
Secretaria da Casa Civil	Estadual																											
Secti - Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação	Estadual																											
Secult - Secretaria de Cultura	Estadual																											
Sedes - Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate a Pobreza	Estadual																											
Sedir - Secretaria de Desenvolvimento e Integração Regional	Estadual																											
Sedur - Secretaria de Desenvolvimento Urbano	Estadual																											
SEFAZ - Secretaria da Fazenda	Estadual																											
SEI - Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia	Estadual																											
Seinfra - Secretaria de Infraestrutura	Estadual																											

INSTITUIÇÕES GOVERNAMENTAIS	AMBITO DE ATUAÇÃO DA INSTITUIÇÃO (Federal ou Estadual)	CONSELHO TERRITORIAL DE DESENVOLVIMENTO	CONSELHO DE POLÍTICAS DE INCLUSÃO SOCIAL	CÁMARAS SETORIAIS DA AGROPECUÁRIA	CONSELHO ESTADUAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	REPRESENTAÇÕES TERRITORIAIS DE CULTURA	CONSELHO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	CONSELHO ESTADUAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	CONSELHO ESTADUAL DA CRIANÇA E ADOLESCENTE	COMISSÃO INTERINSTITUCIONAL DE DEFESA CIVIL	CONSELHO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO	CONCIDADES	CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE	CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS	CONSELHO GESTOR UNIDADE DE CONSERVAÇÃO	COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS	COMISSÃO INTERINSTITUCIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL	CONSELHO ESTADUAL DA JUVENTUDE	CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE	CONSELHO ESTADUAL DE COOPERATIVISMO	CONSELHO ESTADUAL DO TRABALHO E RENDA	CONSELHO ESTADUAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA	FORUM ESTADUAL DE TURISMO	CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO	FORUM BAIANO DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS	CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS	CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA
Sema - Secretaria do Meio Ambiente	Estadual																										
Seplan - Secretaria de Planejamento	Estadual																										
Sepromi - Secretaria de Promoção a Igualdade Racial	Estadual																										
Serin - Secretaria de Desenvolvimento Regional	Estadual																										
Sesab - Secretaria da Saúde	Estadual																										
Setre - Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte	Estadual																										
Setur - Secretaria do Turismo	Estadual																										
SICM - Secretaria da Indústria Comércio e Mineração	Estadual																										
SJCDH - Secretaria de Justiça e de Direitos Humanos	Estadual																										
SRTE - Superintendência Regional do Trabalho e Emprego	Federal																										
SSP - Secretaria de Segurança Pública	Estadual																										
Sudic - Superintendência de Desenvolvimento Industrial e Comercial	Estadual																										
UEFS - Universidade Estadual de Feira de Santana	Estadual																										
UESB - Universidade Estadual do Sudoeste Baiano	Estadual																										
Ufba - Universidade Federal da Bahia	Federal																										
UFRB - Universidade Federal do Recôncavo Baiano	Federal																										
Uneb - Universidade do Estado da Bahia	Estadual																										

Legenda:  Órgão/Instituição Existente



Apêndice 18 - Participação das instituições nos colegiados selecionados no TI Chapada Diamantina

INSTITUIÇÕES GOVERNAMENTAIS	AMBITO DE ATUAÇÃO DA INSTITUIÇÃO (Federal ou Estadual)	CONSELHO TERRITORIAL DE DESENVOLVIMENTO	CONSELHO DE POLÍTICAS DE INCLUSÃO SOCIAL	CÂMARAS SETORIAIS DA AGROPECUÁRIA	CONSELHO ESTADUAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	REPRESENTAÇÕES TERRITORIAIS DE CULTURA	CONSELHO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	CONSELHO ESTADUAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	CONSELHO ESTADUAL DA CRIANÇA E ADOLESCENTE	COMISSÃO INTERINSTITUCIONAL DE DEFESA CIVIL	CONSELHO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO	CONCIDADES	CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE	CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS	CONSELHO GESTOR UNIDADE DE CONSERVAÇÃO	COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS	COMISSÃO INTERINSTITUCIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL	CONSELHO ESTADUAL DA JUVENTUDE	CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE	CONSELHO ESTADUAL DE COOPERATIVISMO	CONSELHO ESTADUAL DO TRABALHO E RENDA	CONSELHO ESTADUAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA	FORUM ESTADUAL DE TURISMO	CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO	FORUM BAIANO DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS	CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS	CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA	
Adab - Agência Estadual de Defesa Agropecuária	Estadual																											
Bahia Pesca	Estadual																											
Bahiagás - Companhia de Gas da Bahia	Estadual																											
Bahiatursa - Empresa de Turismo da Bahia	Estadual																											
CAR - Companhia Desenvolvimento e Ação Regional – Escritório de Seabra	Estadual																											
CBPM - Companhia Baiana de Pesquisa Mineral	Estadual																											
CDA - Coordenação de Desenvolvimento Agrário	Estadual																											
CEF - Caixa Economica Federal	Federal																											
Cerb - Companhia de Engenharia Ambiental e Recursos Hídricos	Estadual																											
Cetepi - Centro de Treinamento e Estudos em Propriedade Intelectual	Estadual																											
Chesf - Companhia Hidro elétrica do São Francisco	Federal																											
Codevasf - Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba	Federal																											
Conab - Companhia Nacional de Abastecimento	Federal																											
Conder - Companhia de Desenvolvimento Urbano	Estadual																											
Cordec - Coordenação Estadual de Defesa Civil	Estadual																											
Derba - Departamento de Infraestrutura de Transportes da Bahia	Estadual																											
DIREC - Diretoria Regional de Educação – Seabra	Estadual																											
DIRES - Diretoria Regional de Saúde – Seabra	Estadual																											
Ebal - Empresa Baiana de Alimentos	Estadual																											
EBDA - Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola – Escritório de Abaíra	Estadual																											
EBDA - Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola – Gerência Seabra	Estadual																											
EBDA - Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola – Escritório de Marcionílio Souza	Estadual																											
EBDA - Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola – Escritório de Palmeiras	Estadual																											
Embasa - Empresa Baiana de Águas e Saneamento	Estadual																											
FUNCEB – Fundação Cultural do Estado da Bahia	Estadual																											
IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos recursos Naturais Renováveis	Federal																											
Ifet - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia	Federal																											
Inema - Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos	Estadual																											
IPAC – Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia	Estadual																											
Seagri - Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária	Estadual																											
SEC - Secretaria da Educação	Estadual																											
SECOM - Secretaria de Comunicação	Estadual																											
Secretaria da Casa Civil																												
Secti -Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação	Estadual																											
Secult - Secretaria Estadual de Cultura	Estadual																											
Sedes - Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate a Pobreza	Estadual																											
Sedir - Secretaria de Desenvolvimento e Integração Regional	Estadual																											
Sedur - Secretaria de Desenvolvimento Urbano	Estadual																											
Sefaz - Secretaria da Fazenda	Estadual																											
SEI - Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia	Estadual																											

INSTITUIÇÕES GOVERNAMENTAIS	AMBITO DE ATUAÇÃO DA INSTITUIÇÃO (Federal ou Estadual)	CONSELHO TERRITORIAL DE DESENVOLVIMENTO	CONSELHO DE POLÍTICAS DE INCLUSÃO SOCIAL	CÁMARAS SETORIAIS DA AGROPECUÁRIA	CONSELHO ESTADUAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	REPRESENTAÇÕES TERRITORIAIS DE CULTURA	CONSELHO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	CONSELHO ESTADUAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	CONSELHO ESTADUAL DA CRIANÇA E ADOLESCENTE	COMISSÃO INTERINSTITUCIONAL DE DEFESA CIVIL	CONSELHO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO	CONCIDADES	CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE	CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS	CONSELHO GESTOR UNIDADE DE CONSERVAÇÃO	COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS	COMISSÃO INTERINSTITUCIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL	CONSELHO ESTADUAL DA JUVENTUDE	CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE	CONSELHO ESTADUAL DE COOPERATIVISMO	CONSELHO ESTADUAL DO TRABALHO E RENDA	CONSELHO ESTADUAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA	FORUM ESTADUAL DE TURISMO	CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO	FORUM BAIANO DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS	CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS	CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA
Seinfra - Secretaria de Infraestrutura	Estadual																										
Sema - Secretaria do Meio Ambiente	Estadual																										
Seplan - Secretaria de Planejamento	Estadual																										
Sepromi - Secretaria da Promoção da Igualdade Racial	Estadual																										
SERIN - Secretaria de Relações Institucionais	Estadual																										
Sesab - Secretaria da Saúde	Estadual																										
Setre - Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte	Estadual																										
Setur - Secretaria do Turismo	Estadual																										
SICM - Secretaria da Indústria Comércio e Mineração	Estadual																										
SJCDH - Secretaria de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos	Estadual																										
SRTE - Superintendência Regional do Trabalho e Emprego	Federal																										
SSP - Secretaria de Segurança Pública	Estadual																										
Sudic - Superintendência de Desenvolvimento Industrial e Comercial	Federal																										
UEFS - Universidade Estadual de Feira de Santana	Estadual																										
UESB - Universidade Estadual do Sudoeste Baiano	Estadual																										
Ufba - Universidade Federal da Bahia	Estadual																										
UFRB - Universidade Federal do Recôncavo Baiano	Federal																										
Uneb - Universidade do Estado da Bahia	Estadual																										

Legenda:  Órgão/Instituição Existente

Apêndice 19 - Participação das instituições nos colegiados selecionados no TI Sisal

INSTITUIÇÕES GOVERNAMENTAIS	AMBITO DE ATUAÇÃO DA INSTITUIÇÃO (Federal ou Estadual)	CONSELHO TERRITORIAL DE DESENVOLVIMENTO	CONSELHO DE POLÍTICAS DE INCLUSÃO SOCIAL	CÂMARAS SETORIAIS DA AGROPECUÁRIA	CONSELHO ESTADUAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	REPRESENTAÇÕES TERRITORIAIS DE CULTURA	CONSELHO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	CONSELHO ESTADUAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	CONSELHO ESTADUAL DA CRIANÇA E ADOLESCENTE	COMISSÃO INTERINSTITUCIONAL DE DEFESA CIVIL	CONSELHO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO	CONCIDADES	CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE	CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS	CONSELHO GESTOR UNIDADE DE CONSERVAÇÃO	COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS	COMISSÃO INTERINSTITUCIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL	CONSELHO ESTADUAL DA JUVENTUDE	CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE	CONSELHO ESTADUAL DE COOPERATIVISMO	CONSELHO ESTADUAL DO TRABALHO E RENDA	CONSELHO ESTADUAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA	FORUM ESTADUAL DE TURISMO	CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO	FORUM BAIANO DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS	CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS	CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA	
Adab - Agência Estadual de Defesa Agropecuária	Estadual																											
Bahia Pesca	Estadual																											
Bahiagás - Companhia de Gas da Bahia	Estadual																											
Bahiatursa - Empresa de Turismo da Bahia	Estadual																											
BNB - Banco do Nordeste do Brasil	Federal																											
CAR - Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional	Estadual																											
CBPM - Companhia Baiana de Pesquisa Mineral	Estadual																											
CDA - Coordenação de Desenvolvimento Agrário	Estadual																											
CEF - Caixa Economica Federal	Federal																											
Cerb - Companhia de Engenharia Ambiental e Recursos Hídricos	Estadual																											
Cetepi - Centro de Treinamento e Estudos em Propriedade Intelectual	Estadual																											
Chesf - Companhia Hidro elétrica do São Francisco	Federal																											
Codevasf - Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba	Federal																											
Conab - Companhia Nacional de Abastecimento	Federal																											
Conder - Companhia de Desenvolvimento Urbano	Estadual																											
Cordec - Coordenação Estadual de Defesa Civil	Estadual																											
Derba - Departamento de Infraestrutura de Transportes da Bahia	Estadual																											
Direc 12ª - Diretoria Regional de Educação	Estadual																											
Dires 12ª - Diretoria Regional de Saude	Estadual																											
Ebal - Empresa Baiana de Alimentos	Estadual																											
EBDA - Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola	Estadual																											
Embasa - Empresa Baiana de Águas e Saneamento	Estadual																											
Embrapa - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária	Federal																											
FUNCEB – Fundação Cultural do Estado da Bahia	Estadual																											
IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis	Federal																											
Ifet - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia	Federal																											
Inema - Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos	Estadual																											
IPAC – Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia	Estadual																											
Seagri - Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária	Estadual																											
SEC - Secretaria da Educação	Estadual																											
SECOM - Secretaria de Comunicação	Estadual																											
Secretaria da Casa Civil	Estadual																											
Secti -Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação	Estadual																											
Secult - Secretaria de Cultura	Estadual																											
Sedes - Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate a Pobreza	Estadual																											
Sedir - Secretaria de Desenvolvimento e Integração Regional	Estadual																											
Sedur - Secretaria de Desenvolvimento Urbano	Estadual																											
SEFAZ - Secretaria da Fazenda	Estadual																											
SEI - Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia	Estadual																											
Seinfra - Secretaria de Infraestrutura	Estadual																											
Sema - Secretaria do Meio Ambiente	Estadual																											

INSTITUIÇÕES GOVERNAMENTAIS	AMBITO DE ATUAÇÃO DA INSTITUIÇÃO (Federal ou Estadual)	CONSELHO TERRITORIAL DE DESENVOLVIMENTO	CONSELHO DE POLÍTICAS DE INCLUSÃO SOCIAL	CÂMARAS SETORIAIS DA AGROPECUÁRIA	CONSELHO ESTADUAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	REPRESENTAÇÕES TERRITORIAIS DE CULTURA	CONSELHO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	CONSELHO ESTADUAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	CONSELHO ESTADUAL DA CRIANÇA E ADOLESCENTE	COMISSÃO INTERINSTITUCIONAL DE DEFESA CIVIL	CONSELHO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO	CONCIDADES	CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE	CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS	CONSELHO GESTOR UNIDADE DE CONSERVAÇÃO	COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS	COMISSÃO INTERINSTITUCIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL	CONSELHO ESTADUAL DA JUVENTUDE	CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE	CONSELHO ESTADUAL DE COOPERATIVISMO	CONSELHO ESTADUAL DO TRABALHO E RENDA	CONSELHO ESTADUAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA	FORUM ESTADUAL DE TURISMO	CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO	FORUM BAIANO DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS	CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS	CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA	
Seplan - Secretaria de Planejamento	Estadual																											
Sepromi - Secretaria de Promoção da Igualdade Racial	Estadual																											
SERIN - Secretaria de Relações Institucionais	Estadual																											
Sesab - Secretaria da Saúde	Estadual																											
Setre - Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte	Estadual																											
Setur - Secretaria do Turismo	Estadual																											
SICM - Secretaria da Indústria Comércio e Mineração	Estadual																											
SICDH - Secretaria de Justiça e Direitos Humanos	Estadual																											
SRTE - Superintendência Regional do Trabalho e Emprego	Federal																											
SSP - Secretaria de Segurança Pública	Estadual																											
Sudic - Superintendência de Desenvolvimento Industrial e Comercial	Estadual																											
UEFS - Universidade Estadual de Feira de Santana	Estadual																											
UESB - Universidade Estadual do Sudoeste Baiano	Estadual																											
Ufba - Universidade Federal da Bahia	Federal																											
UFRB - Universidade Federal do Recôncavo Baiano	Estadual																											
Uneb - Universidade do Estado da Bahia	Estadual																											

Legenda:  Órgão/Instituição Existente

Apêndice 20 - Participação das instituições nos colegiados selecionados no TI Litoral Sul

INSTITUIÇÕES GOVERNAMENTAIS	AMBITO DE ATUAÇÃO DA INSTITUIÇÃO (Federal ou Estadual)	CONSELHO TERRITORIAL DE DESENVOLVIMENTO	CONSELHO DE POLÍTICAS DE INCLUSÃO SOCIAL	CÂMARAS SETORIAIS DA AGROPECUÁRIA	CONSELHO ESTADUAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	REPRESENTAÇÕES TERRITORIAIS DE CULTURA	CONSELHO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	CONSELHO ESTADUAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	CONSELHO ESTADUAL DA CRIANÇA E ADOLESCENTE	COMISSÃO INTERINSTITUCIONAL DE DEFESA CIVIL	CONSELHO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO	CONCIDADES	CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE	CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS	CONSELHO GESTOR UNIDADE DE CONSERVAÇÃO	COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS	COMISSÃO INTERINSTITUCIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL	CONSELHO ESTADUAL DA JUVENTUDE	CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE	CONSELHO ESTADUAL DE COOPERATIVISMO	CONSELHO ESTADUAL DO TRABALHO E RENDA	CONSELHO ESTADUAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA	FORUM ESTADUAL DE TURISMO	CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO	FORUM BAIANO DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS	CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS	CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA	
Adab - Agência Estadual de Defesa Agropecuária	Estadual																											
Bahia Pesca	Estadual																											
Bahiagás - Companhia de Gas da Bahia	Estadual																											
Bahiatursa - Empresa de Turismo da Bahia	Estadual																											
BNB - Banco do Nordeste do Brasil	Federal																											
CAR - Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional	Estadual																											
CBPM - Companhia Baiana de Pesquisa Mineral	Estadual																											
CDA - Coordenação de Desenvolvimento Agrário	Estadual																											
CEF - Caixa Economica Federal	Federal																											
CEPLAC - Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira	Federal																											
Cerb - Companhia de Engenharia Ambiental e Recursos Hídricos	Estadual																											
Cetepi - Centro de Treinamento e Estudos em Propriedade Intelectual	Estadual																											
Chesf - Companhia Hidro elétrica do São Francisco	Federal																											
Codevasf - Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba	Federal																											
Conab - Companhia Nacional de Abastecimento	Federal																											
Conder - Companhia de Desenvolvimento Urbano	Estadual																											
Cordec - Coordenação Estadual de Defesa Civil	Estadual																											
Derba - Departamento de Infraestrutura de Transportes da Bahia	Estadual																											
DIREC 07 - Diretoria Regional de Educação	Estadual																											
Ebal - Empresa Baiana de Alimentos	Estadual																											
EBDA - Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola - Gerência Itabuna	Estadual																											
Embasa - Empresa Baiana de Águas e Saneamento	Estadual																											
FUNCEB - Fundação Cultural do Estado da Bahia	Estadual																											
IBAMA - Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis	Federal																											
Ifet - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - Campus Uruçuca	Federal																											
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária	Federal																											
Inema - Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos	Estadual																											
IPAC - Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia	Estadual																											
PM/BA - Polícia Militar do Estado da Bahia	Estadual																											
Seagri - Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária	Estadual																											
SEC - Secretaria da Educação	Estadual																											
SECOM - Secretaria de Comunicação	Estadual																											
Secretaria da Casa Civil	Estadual																											
Secti - Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação	Estadual																											
Secult - Secretaria de Cultura	Estadual																											
Sedes - Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate a Pobreza	Estadual																											
Sedir - Secretaria de Desenvolvimento e Integração Regional	Estadual																											
Sedur - Secretaria de Desenvolvimento Urbano	Estadual																											
SEFAZ - Secretaria da Fazenda	Estadual																											
SEI - Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia	Estadual																											



INSTITUIÇÕES GOVERNAMENTAIS	AMBITO DE ATUAÇÃO DA INSTITUIÇÃO (Federal ou Estadual)	CONSELHO TERRITORIAL DE DESENVOLVIMENTO	CONSELHO DE POLÍTICAS DE INCLUSÃO SOCIAL	CÁMARAS SETORIAIS DA AGROPECUÁRIA	CONSELHO ESTADUAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	REPRESENTAÇÕES TERRITORIAIS DE CULTURA	CONSELHO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	CONSELHO ESTADUAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	CONSELHO ESTADUAL DA CRIANÇA E ADOLESCENTE	COMISSÃO INTERINSTITUCIONAL DE DEFESA CIVIL	CONSELHO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO	CONCIDADES	CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE	CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS	CONSELHO GESTOR UNIDADE DE CONSERVAÇÃO	COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS	COMISSÃO INTERINSTITUCIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL	CONSELHO ESTADUAL DA JUVENTUDE	CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE	CONSELHO ESTADUAL DE COOPERATIVISMO	CONSELHO ESTADUAL DO TRABALHO E RENDA	CONSELHO ESTADUAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA	FORUM ESTADUAL DE TURISMO	CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO	FORUM BAIANO DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS	CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS	CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA
Seinfra - Secretaria de Infraestrutura	Estadual																										
Sema - Secretaria do Meio Ambiente	Estadual																										
Seplan - Secretaria de Planejamento	Estadual																										
Sepromi - Secretaia da Promoção da Igualdade Racial	Estadual																										
SERIN - Secretaria de Relações Institucionais	Estadual																										
Sesab - Secretaria da Saúde	Estadual																										
Setre - Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte	Estadual																										
Setur - Secretaria do Turismo	Estadual																										
SICM - Secretaria da Indústria Comércio e Mineração	Estadual																										
SJCDH - Secretaria de Justiça, Cidadania e Direiros Humanos	Estadual																										
SRTE - Superintendência Regional de Trabalho e Emprego	Federal																										
SSP - Secretaria de Segurança Publica	Estadual																										
Sudic - Superintendência de Desenvolvimento Industrial e Comercial	Estadual																										
UEFS - Universidade Estadual de Feira de Santana	Estadual																										
UESC - Universidade Estadual de Santa Cruz	Estadual																										
Ufba - Universidade Federal da Bahia	Federal																										
UFRB - Universidade Federal do Recôncavo Baiano	Federal																										
Uneb - Universidade do Estado da Bahia	Estadual																										

Legenda:  Órgão/Instituição Existente

Apêndice 21 - Participação das instituições nos colegiados selecionados no TI Baixo Sul

INSTITUIÇÕES GOVERNAMENTAIS	AMBITO DE ATUAÇÃO DA INSTITUIÇÃO (Federal ou Estadual)	CONSELHO TERRITORIAL DE DESENVOLVIMENTO	CONSELHO DE POLÍTICAS DE INCLUSÃO SOCIAL	CÂMARAS SETORIAIS DA AGROPECUÁRIA	CONSELHO ESTADUAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	REPRESENTAÇÕES TERRITORIAIS DE CULTURA	CONSELHO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	CONSELHO ESTADUAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	CONSELHO ESTADUAL DA CRIANÇA E ADOLESCENTE	COMISSÃO INTERINSTITUCIONAL DE DEFESA CIVIL	CONSELHO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO	CONCIDADES	CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE	CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS	CONSELHO GESTOR UNIDADE DE CONSERVAÇÃO	COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS	COMISSÃO INTERINSTITUCIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL	CONSELHO ESTADUAL DA JUVENTUDE	CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE	CONSELHO ESTADUAL DE COOPERATIVISMO	CONSELHO ESTADUAL DO TRABALHO E RENDA	CONSELHO ESTADUAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA	FORUM ESTADUAL DE TURISMO	CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO	FORUM BAIANO DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS	CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS	CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA	
Adab - Agência Estadual de Defesa Agropecuária	Estadual																											
Bahia Pesca	Estadual																											
Bahiagás - Companhia de Gas da Bahia	Estadual																											
Bahiatursa - Empresa de Turismo da Bahia	Estadual																											
BNB - Banco do Nordeste do Brasil	Federal																											
CAR - Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional	Estadual																											
CBPM - Companhia Baiana de Pesquisa Mineral	Estadual																											
CDA - Coordenação de Desenvolvimento Agrário	Estadual																											
CEF - Caixa Economica Federal	Federal																											
CEPLAC - Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira	Federal																											
Cerb - Companhia de Engenharia Ambiental e Recursos Hídricos	Estadual																											
Cetepi - Centro de Treinamento e Estudos em Propriedade Intelectual	Estadual																											
Chesf - Companhia Hidro elétrica do São Francisco	Federal																											
Codeba	Estadual																											
Codevasf - Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba	Federal																											
Conab - Companhia Nacional de Abastecimento	Federal																											
Conder - Companhia de Desenvolvimento Urbano	Estadual																											
Cordec - Coordenação Estadual de Defesa Civil	Estadual																											
Derba - Departamento de Infraestrutura de Transportes da Bahia	Estadual																											
DNPM - Departamento Nacional de Proteção Mineral	Federal																											
Ebal - Empresa Baiana de Alimentos	Estadual																											
EBDA - Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola	Estadual																											
Embasa - Empresa Baiana de Águas e Saneamento	Estadual																											
FUNCEB – Fundação Cultural do Estado da Bahia	Estadual																											
IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis	Federal																											
Ifet - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia	Federal																											
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária	Federal																											
Inema - Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos	Estadual																											
IPAC – Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia	Estadual																											
Seagri - Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária	Estadual																											
SEC - Secretaria da Educação	Estadual																											
SECOM - Secretaria da Comunicação	Estadual																											
Secretaria da Casa Civil	Estadual																											
Secti - Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação	Estadual																											
Secult - Secretaria de Cultura	Estadual																											
Sedes - Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate a Pobreza	Estadual																											
Sedir - Secretaria de Desenvolvimento e Integração Regional	Estadual																											
Sedur - Secretaria de Desenvolvimento Urbano	Estadual																											
SEFAZ - Secretaria da Fazenda	Estadual																											
SEI - Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia	Estadual																											
Seinfra - Secretaria de Infraestrutura	Estadual																											

INSTITUIÇÕES GOVERNAMENTAIS	AMBITO DE ATUAÇÃO DA INSTITUIÇÃO (Federal ou Estadual)	CONSELHO TERRITORIAL DE DESENVOLVIMENTO	CONSELHO DE POLÍTICAS DE INCLUSÃO SOCIAL	CÂMARAS SETORIAIS DA AGROPECUÁRIA	CONSELHO ESTADUAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	REPRESENTAÇÕES TERRITORIAIS DE CULTURA	CONSELHO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	CONSELHO ESTADUAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	CONSELHO ESTADUAL DA CRIANÇA E ADOLESCENTE	COMISSÃO INTERINSTITUCIONAL DE DEFESA CIVIL	CONSELHO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO	CONCIDADES	CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE	CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS	CONSELHO GESTOR UNIDADE DE CONSERVAÇÃO	COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS	COMISSÃO INTERINSTITUCIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL	CONSELHO ESTADUAL DA JUVENTUDE	CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE	CONSELHO ESTADUAL DE COOPERATIVISMO	CONSELHO ESTADUAL DO TRABALHO E RENDA	CONSELHO ESTADUAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA	FORUM ESTADUAL DE TURISMO	CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO	FORUM BAIANO DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS	CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS	CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA	
Sema - Secretaria do Meio Ambiente	Estadual																											
Seplan - Secretaria de Planejamento	Estadual																											
Sepromi - Secretaria de Promoção da Igualdade Racial	Estadual																											
SERIN - Secretaria de Relações Institucionais	Estadual																											
Sesab - Secretaria da Saúde	Estadual																											
Setre - Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte	Estadual																											
Setur - Secretaria do Turismo	Estadual																											
SICM - Secretaria da Indústria Comércio e Mineração	Estadual																											
SJCDH - Secretaria de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos	Estadual																											
SRTE - Secretaria Regional do Trabalho e Emprego	Federal																											
SSP - Secretaria de Segurança Pública	Estadual																											
Sudic - Superintendência de Desenvolvimento Industrial e Comercial	Estadual																											
UEFS - Universidade Estadual de Feira de Santana	Estadual																											
UESC - Universidade Estadual de Santa Cruz	Estadual																											
Ufba - Universidade Federal da Bahia	Federal																											
UFRB - Universidade Federal do Recôncavo Baiano	Federal																											
Uneb - Universidade do Estado da Bahia - Campus Santo Antonio de Jesus	Estadual																											

Legenda:  Órgão/Instituição Existente

Apêndice 22- Participação das instituições nos colegiados seleccionados no TI Extremo Sul

INSTITUIÇÕES GOVERNAMENTAIS	AMBITO DE ATUAÇÃO DA INSTITUIÇÃO (Federal ou Estadual)	CONSELHO TERRITORIAL DE DESENVOLVIMENTO	CONSELHO DE POLÍTICAS DE INCLUSÃO SOCIAL	CÂMARAS SETORIAIS DA AGROPECUÁRIA	CONSELHO ESTADUAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	REPRESENTAÇÕES TERRITORIAIS DE CULTURA	CONSELHO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	CONSELHO ESTADUAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	CONSELHO ESTADUAL DA CRIANÇA E ADOLESCENTE	COMISSÃO INTERINSTITUCIONAL DE DEFESA CIVIL	CONSELHO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO	CONCIDADES	CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE	CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS	CONSELHO GESTOR UNIDADE DE CONSERVAÇÃO	COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS	COMISSÃO INTERINSTITUCIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL	CONSELHO ESTADUAL DA JUVENTUDE	CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE	CONSELHO ESTADUAL DE COOPERATIVISMO	CONSELHO ESTADUAL DO TRABALHO E RENDA	CONSELHO ESTADUAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA	FORUM ESTADUAL DE TURISMO	CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO	FORUM BAIANO DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS	CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS	CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA	
Adab - Agência Estadual de Defesa Agropecuária	Estadual																											
Bahia Pesca	Estadual																											
Bahiagás - Companhia de Gas da Bahia	Estadual																											
Bahiatursa - Empresa de Turismo da Bahia	Estadual																											
BNB - Banco do Nordeste do Brasil	Federal																											
CAR - Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional	Estadual																											
CBPM - Companhia Baiana de Pesquisa Mineral	Estadual																											
CDA - Coordenação de Desenvolvimento Agrário	Estadual																											
CEF - Caixa Econômica Federal																												
Cerb - Companhia de Engenharia Ambiental e Recursos Hídricos	Estadual																											
Cetepi - Centro de Treinamento e Estudos em Propriedade Intelectual	Estadual																											
Chesf - Companhia Hidro elétrica do São Francisco	Federal																											
Codevasf - Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba	Federal																											
Conab - Companhia Nacional de Abastecimento	Federal																											
Conder - Companhia de Desenvolvimento Urbano	Estadual																											
Cordec - Coordenação Estadual de Defesa Civil	Estadual																											
Derba - Departamento de Infraestrutura de Transportes da Bahia	Estadual																											
Direc 9 - Diretoria Regional de Educação																												
Ebal - Empresa Baiana de Alimentos	Estadual																											
EBDA - Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola	Estadual																											
Embasa - Empresa Baiana de Águas e Saneamento	Estadual																											
FUNCEB – Fundação Cultural do Estado da Bahia	Estadual																											
IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis	Federal																											
Ifet - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia	Federal																											
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária	Federal																											
Inema - Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos	Estadual																											
IPAC – Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia	Estadual																											
Seagri - Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária	Estadual																											
SEC - Secretaria da Educação	Estadual																											
SECOM - Secretaria de Comunicação	Estadual																											
Secretaria Casa Civil	Estadual																											
Secti - Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação	Estadual																											
Secult - Secretaria de Cultura	Estadual																											
Sedes - Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate a Pobreza	Estadual																											
Sedir - Secretaria de Desenvolvimento e Integração Regional	Estadual																											
Sedur - Secretaria de Desenvolvimento Urbano	Estadual																											
SEFAZ - Secretaria da Fazenda																												
SEI - Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia	Estadual																											
Seinfra - Secretaria de Infraestrutura	Estadual																											
Sema - Secretaria do Meio Ambiente	Estadual																											
Seplan - Secretaria de Planejamento	Estadual																											

INSTITUIÇÕES GOVERNAMENTAIS	AMBITO DE ATUAÇÃO DA INSTITUIÇÃO (Federal ou Estadual)	CONSELHO TERRITORIAL DE DESENVOLVIMENTO	CONSELHO DE POLÍTICAS DE INCLUSÃO SOCIAL	CÁMARAS SETORIAIS DA AGROPECUÁRIA	CONSELHO ESTADUAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	REPRESENTAÇÕES TERRITORIAIS DE CULTURA	CONSELHO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	CONSELHO ESTADUAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	CONSELHO ESTADUAL DA CRIANÇA E ADOLESCENTE	COMISSÃO INTERINSTITUCIONAL DE DEFESA CIVIL	CONSELHO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO	CONCIDADES	CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE	CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS	CONSELHO GESTOR UNIDADE DE CONSERVAÇÃO	COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS	COMISSÃO INTERINSTITUCIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL	CONSELHO ESTADUAL DA JUVENTUDE	CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE	CONSELHO ESTADUAL DE COOPERATIVISMO	CONSELHO ESTADUAL DO TRABALHO E RENDA	CONSELHO ESTADUAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA	FORUM ESTADUAL DE TURISMO	CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO	FORUM BAIANO DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS	CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS	CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA	
Sepromi - Secretaria de Promoção da Igualdade Racial	Estadual																											
SERIN - Secretaria de Relações Institucionais	Estadual																											
Sesab - Secretaria da Saúde	Estadual																											
Setre - Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte	Estadual																											
Setur - Secretaria do Turismo	Estadual																											
SICM - Secretaria da Indústria Comércio e Mineração	Estadual																											
SJCDH - Secretaria de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos	Estadual																											
SRTE - Superintendência Regional do Trabalho e Emprego	Federal																											
SSP - Secretaria de Segurança Pública	Estadual																											
Sudic - Superintendência de Desenvolvimento Industrial e Comercial	Estadual																											
UESC - Universidade Estadual de Santa Cruz	Estadual																											
UESC - Universidade Estadual de Santa Cruz	Estadual																											
Ufba - Universidade Federal da Bahia	Federal																											
UFRB - Universidade Federal do Recôncavo Baiano	Federal																											
Uneb - Universidade do Estado da Bahia	Estadual																											

Legenda:  Órgão/Instituição Existente



Apêndice 23 - Participação das instituições nos colegiados selecionados no TI Médio Sudoeste da Bahia

INSTITUIÇÕES GOVERNAMENTAIS	AMBITO DE ATUAÇÃO DA INSTITUIÇÃO (Federal ou Estadual)	CONSELHO TERRITORIAL DE DESENVOLVIMENTO	CONSELHO DE POLÍTICAS DE INCLUSÃO SOCIAL	CÂMARAS SETORIAIS DA AGROPECUÁRIA	CONSELHO ESTADUAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	REPRESENTAÇÕES TERRITORIAIS DE CULTURA	CONSELHO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	CONSELHO ESTADUAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	CONSELHO ESTADUAL DA CRIANÇA E ADOLESCENTE	COMISSÃO INTERINSTITUCIONAL DE DEFESA CIVIL	CONSELHO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO	CONCIDADES	CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE	CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS	CONSELHO GESTOR UNIDADE DE CONSERVAÇÃO	COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS	COMISSÃO INTERINSTITUCIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL	CONSELHO ESTADUAL DA JUVENTUDE	CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE	CONSELHO ESTADUAL DE COOPERATIVISMO	CONSELHO ESTADUAL DO TRABALHO E RENDA	CONSELHO ESTADUAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA	FORUM ESTADUAL DE TURISMO	CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO	FORUM BAIANO DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS	CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS	CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA	
Adab - Agência Estadual de Defesa Agropecuária	Estadual																											
Bahia Pesca	Estadual																											
Bahiagás - Companhia de Gas da Bahia	Estadual																											
Bahiatursa - Empresa de Turismo da Bahia	Estadual																											
BNB - Banco do Nordeste do Brasil	Federal																											
CAR - Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional	Estadual																											
CBPM - Companhia Baiana de Pesquisa Mineral	Estadual																											
CDA - Coordenação de Desenvolvimento Agrário	Estadual																											
CEF - Caixa Econômica Federal	Federal																											
Ceplac - Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira	Federal																											
Cerb - Companhia de Engenharia Ambiental e Recursos Hídricos	Estadual																											
Cetepi - Centro de Treinamento e Estudos em Propriedade Intelectual	Estadual																											
Chesf - Companhia Hidro elétrica do São Francisco	Federal																											
Codevasf - Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba	Federal																											
Conab - Companhia Nacional de Abastecimento	Federal																											
Conder - Companhia de Desenvolvimento Urbano	Estadual																											
Cordec - Coordenação Estadual de Defesa Civil	Estadual																											
Derba - Departamento de Infraestrutura de Transportes da Bahia	Estadual																											
Direc 14 - Diretoria Regional de Educação	Estadual																											
Ebal - Empresa Baiana de Alimentos	Estadual																											
EBDA - Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola	Estadual																											
Embasa - Empresa Baiana de Águas e Saneamento	Estadual																											
FUNCEB – Fundação Cultural do Estado da Bahia	Estadual																											
IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis	Federal																											
Ifet - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - Campus Itapetinga	Federal																											
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária	Federal																											
Inema - Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos	Estadual																											
IPAC – Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia	Estadual																											
Seagri - Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária	Estadual																											
SEC - Secretaria da Educação	Estadual																											
SECOM - Secretaria de Comunicação	Estadual																											
Secretaria da Casa Civil	Estadual																											
Secti - Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação	Estadual																											
Secult - Secretaria de Cultura	Estadual																											
Sedes - Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate a Pobreza	Estadual																											
Sedir - Secretaria de Desenvolvimento e Integração Regional	Estadual																											
Sedur - Secretaria de Desenvolvimento Urbano	Estadual																											
SEFAZ - Secretaria da Fazenda	Estadual																											
SEI - Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia	Estadual																											
Seinfra - Secretaria de Infraestrutura	Estadual																											

INSTITUIÇÕES GOVERNAMENTAIS	AMBITO DE ATUAÇÃO DA INSTITUIÇÃO (Federal ou Estadual)	CONSELHO TERRITORIAL DE DESENVOLVIMENTO	CONSELHO DE POLÍTICAS DE INCLUSÃO SOCIAL	CÁMARAS SETORIAIS DA AGROPECUÁRIA	CONSELHO ESTADUAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	REPRESENTAÇÕES TERRITORIAIS DE CULTURA	CONSELHO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	CONSELHO ESTADUAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	CONSELHO ESTADUAL DA CRIANÇA E ADOLESCENTE	COMISSÃO INTERINSTITUCIONAL DE DEFESA CIVIL	CONSELHO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO	CONCIDADES	CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE	CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS	CONSELHO GESTOR UNIDADE DE CONSERVAÇÃO	COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS	COMISSÃO INTERINSTITUCIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL	CONSELHO ESTADUAL DA JUVENTUDE	CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE	CONSELHO ESTADUAL DE COOPERATIVISMO	CONSELHO ESTADUAL DO TRABALHO E RENDA	CONSELHO ESTADUAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA	FORUM ESTADUAL DE TURISMO	CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO	FORUM BAIANO DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS	CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS	CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA
Sema - Secretaria do Meio Ambiente	Estadual																										
Seplan - Secretaria de Planejamento	Estadual																										
Sepromi - Secretaria da Promoção da Igualdade Racial	Estadual																										
SERIN - Secretaria de Relações Institucionais	Estadual																										
Sesab - Secretaria da Saúde	Estadual																										
Setre - Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte	Estadual																										
Setur - Secretaria do Turismo	Estadual																										
SICM - Secretaria da Indústria Comércio e Mineração	Estadual																										
SJCDH - Secretaria de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos	Estadual																										
SRTE - Superintendência Regional do Trabalho e Emprego	Federal																										
SSP Segurança Pública	Estadual																										
Sudic - Superintendência de Desenvolvimento Industrial e Comercial	Estadual																										
UEFS - Universidade Estadual de Feira de Santana	Estadual																										
UESC - Universidade Estadual de Santa Cruz	Estadual																										
Ufba - Universidade Federal da Bahia	Federal																										
UFRB - Universidade Federal do Recôncavo Baiano	Federal																										
Uneb - Universidade do Estado da Bahia	Estadual																										

Legenda:  Órgão/Instituição Existente

Apêndice 24 - Participação das instituições nos colegiados selecionados no TI Vale do Jiquiriçá

INSTITUIÇÕES GOVERNAMENTAIS	AMBITO DE ATUAÇÃO DA INSTITUIÇÃO (Federal ou Estadual)	CONSELHO TERRITORIAL DE DESENVOLVIMENTO	CONSELHO DE POLÍTICAS DE INCLUSÃO SOCIAL	CÂMARAS SETORIAIS DA AGROPECUÁRIA	CONSELHO ESTADUAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	REPRESENTAÇÕES TERRITORIAIS DE CULTURA	CONSELHO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	CONSELHO ESTADUAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	CONSELHO ESTADUAL DA CRIANÇA E ADOLESCENTE	COMISSÃO INTERINSTITUCIONAL DE DEFESA CIVIL	CONSELHO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO	CONCIDADES	CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE	CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS	CONSELHO GESTOR UNIDADE DE CONSERVAÇÃO	COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS	COMISSÃO INTERINSTITUCIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL	CONSELHO ESTADUAL DA JUVENTUDE	CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE	CONSELHO ESTADUAL DE COOPERATIVISMO	CONSELHO ESTADUAL DO TRABALHO E RENDA	CONSELHO ESTADUAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA	FORUM ESTADUAL DE TURISMO	CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO	FORUM BAIANO DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS	CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS	CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA
Adab - Agência Estadual de Defesa Agropecuária	Estadual																										
Bahia Pesca	Estadual																										
Bahia Gás - Companhia de Gas da Bahia	Estadual																										
Bahiatursa - Empresa de Turismo da Bahia	Estadual																										
Banco do Brasil	Federal																										
BNB - Banco do Nordeste do Brasil	Federal																										
CAR - Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional	Estadual																										
CBPM - Companhia Baiana de Pesquisa Mineral	Estadual																										
CDA - Coordenação de Desenvolvimento Agrário	Estadual																										
CEF - Caixa Econômica Federal	Federal																										
CEPLAC - Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira	Federal																										
Cerb - Companhia de Engenharia Ambiental e Recursos Hídricos	Estadual																										
Cetepi - Centro de Treinamento e Estudos em Propriedade Intelectual	Estadual																										
Chesf - Companhia Hidro elétrica do São Francisco	Federal																										
Codevasf - Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba	Federal																										
Conab - Companhia Nacional de Abastecimento	Federal																										
Conder - Companhia de Desenvolvimento Urbano	Estadual																										
Cordec - Coordenação Estadual de Defesa Civil	Estadual																										
Derba - Departamento de Infraestrutura de Transportes da Bahia	Estadual																										
Ebal - Empresa Baiana de Alimentos	Estadual																										
EBDA - Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola	Estadual																										
Embasa - Empresa Baiana de Águas e Saneamento	Estadual																										
FUNCEB - Fundação Cultural do Estado da Bahia	Estadual																										
IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis	Federal																										
Ifet - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia	Federal																										
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária	Federal																										
Inema - Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos	Estadual																										
IPAC - Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia	Estadual																										
Seagri - Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária	Estadual																										
SEC - Secretaria da Educação	Estadual																										
SECOM - Secretaria de Comunicação	Estadual																										
Secretaria da Casa Civil	Estadual																										
Secti - Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação	Estadual																										
Secult - Secretaria de Cultura	Estadual																										
Sedes - Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate a Pobreza	Estadual																										
Sedir - Secretaria de Desenvolvimento e Integração Regional	Estadual																										
Sedur - Secretaria de Desenvolvimento Urbano	Estadual																										
SEFAZ - Secretaria da Fazenda	Estadual																										
SEI - Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia	Estadual																										
Seinfra - Secretaria de Infraestrutura	Estadual																										
Sema - Secretaria do Meio Ambiente	Estadual																										

INSTITUIÇÕES GOVERNAMENTAIS	AMBITO DE ATUAÇÃO DA INSTITUIÇÃO (Federal ou Estadual)	CONSELHO TERRITORIAL DE DESENVOLVIMENTO	CONSELHO DE POLÍTICAS DE INCLUSÃO SOCIAL	CÁMARAS SETORIAIS DA AGROPECUÁRIA	CONSELHO ESTADUAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	REPRESENTAÇÕES TERRITORIAIS DE CULTURA	CONSELHO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	CONSELHO ESTADUAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	CONSELHO ESTADUAL DA CRIANÇA E ADOLESCENTE	COMISSÃO INTERINSTITUCIONAL DE DEFESA CIVIL	CONSELHO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO	CONCIDADES	CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE	CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS	CONSELHO GESTOR UNIDADE DE CONSERVAÇÃO	COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS	COMISSÃO INTERINSTITUCIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL	CONSELHO ESTADUAL DA JUVENTUDE	CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE	CONSELHO ESTADUAL DE COOPERATIVISMO	CONSELHO ESTADUAL DO TRABALHO E RENDA	CONSELHO ESTADUAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA	FORUM ESTADUAL DE TURISMO	CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO	FORUM BAIANO DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS	CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS	CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA	
Seplan - Secretaria de Planejamento	Estadual																											
Sepromi - Secretaria da Promoção e Igualdade Racial	Estadual																											
SERIN - Secretaria de Relações Institucionais	Estadual																											
Sesab - Secretaria da Saúde	Estadual																											
Setre - Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte	Estadual																											
Setur - Secretaria do Turismo	Estadual																											
SICM - Secretaria da Indústria Comércio e Mineração	Estadual																											
SJCDH - Secretaria de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos	Estadual																											
SRTE - Superintendência Regional do Trabalho e Emprego	Federal																											
SSP - Secretaria de Segurança Pública	Estadual																											
Sudic - Superintendência de Desenvolvimento Industrial e Comercial	Estadual																											
UEFS - Universidade Estadual de Feira de Santana	Estadual																											
UESC - Universidade Estadual de Santa Cruz	Estadual																											
Ufba - Universidade Federal da Bahia	Federal																											
UFRB - Universidade Federal do Recôncavo Baiano	Federal																											
Uneb - Universidade do Estado da Bahia	Estadual																											

Legenda:  Órgão/Instituição Existente

Apêndice 25 - Participação das instituições nos colegiados selecionados no TI Sertão do São Francisco

INSTITUIÇÕES GOVERNAMENTAIS	AMBITO DE ATUAÇÃO DA INSTITUIÇÃO (Federal ou Estadual)	CONSELHO TERRITORIAL DE DESENVOLVIMENTO	CONSELHO DE POLÍTICAS DE INCLUSÃO SOCIAL	CÂMARAS SETORIAIS DA AGROPECUÁRIA	CONSELHO ESTADUAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	REPRESENTAÇÕES TERRITORIAIS DE CULTURA	CONSELHO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	CONSELHO ESTADUAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	CONSELHO ESTADUAL DA CRIANÇA E ADOLESCENTE	COMISSÃO INTERINSTITUCIONAL DE DEFESA CIVIL	CONSELHO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO	CONCIDADES	CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE	CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS	CONSELHO GESTOR UNIDADE DE CONSERVAÇÃO	COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS	COMISSÃO INTERINSTITUCIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL	CONSELHO ESTADUAL DA JUVENTUDE	CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE	CONSELHO ESTADUAL DE COOPERATIVISMO	CONSELHO ESTADUAL DO TRABALHO E RENDA	CONSELHO ESTADUAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA	FORUM ESTADUAL DE TURISMO	CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO	FORUM BAIANO DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS	CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS	CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA	
Adab - Agência Estadual de Defesa Agropecuária	Estadual																											
Bahia Pesca - Escritório Sobradinho	Estadual																											
Bahiagás - Companhia de Gas da Bahia	Estadual																											
Bahiatursa - Empresa de Turismo da Bahia	Estadual																											
BNB - Banco do Nordeste do Brasil	Federal																											
CAR - Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional	Estadual																											
CBPM - Companhia Baiana de Pesquisa Mineral	Estadual																											
CDA - Coordenação de Desenvolvimento Agrário	Estadual																											
CEF - Caixa Economica Federal	Federal																											
Cerb - Companhia de Engenharia Ambiental e Recursos Hídricos	Estadual																											
Cetepi - Centro de Treinamento e Estudos em Propriedade Intelectual	Estadual																											
Chesf - Companhia Hidro elétrica do São Francisco	Federal																											
Codevasf - Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba	Federal																											
Conab - Companhia Nacional de Abastecimento	Federal																											
Conder - Companhia de Desenvolvimento Urbano	Estadual																											
Cordec - Coordenação Estadual de Defesa Civil	Estadual																											
Derba - Departamento de Infraestrutura de Transportes da Bahia	Estadual																											
Ebal - Empresa Baiana de Alimentos	Estadual																											
EBDA - Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola - Escritório Uauá	Estadual																											
Embasa - Empresa Baiana de Águas e Saneamento	Estadual																											
FUNCEB – Fundação Cultural do Estado da Bahia	Estadual																											
IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis	Federal																											
Ifet - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia	Federal																											
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária	Federal																											
Inema - Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos	Estadual																											
IPAC – Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia	Estadual																											
Seagri - Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária	Estadual																											
SEC - Secretaria da Educação	Estadual																											
SECOM - Secretaria de Comunicação	Estadual																											
Secretaria da Casa Civil	Estadual																											
Secti - Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação	Estadual																											
Secult - Secretaria de Cultura	Estadual																											
Sedes - Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate a Pobreza	Estadual																											
Sedir - Secretaria de Desenvolvimento e Integração Regional	Estadual																											
Sedur - Secretaria de Desenvolvimento Urbano	Estadual																											
SEFAZ - Secretaria da Fazenda	Estadual																											
SEI - Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia	Estadual																											
Seinfra - Secretaria de Infraestrutura	Estadual																											
Sema - Secretaria do Meio Ambiente	Estadual																											
Seplan - Secretaria de Planejamento	Estadual																											
Sepromi - Secretaria da Promoção da Igualdade Racial	Estadual																											



INSTITUIÇÕES GOVERNAMENTAIS	AMBITO DE ATUAÇÃO DA INSTITUIÇÃO (Federal ou Estadual)	CONSELHO TERRITORIAL DE DESENVOLVIMENTO	CONSELHO DE POLÍTICAS DE INCLUSÃO SOCIAL	CÁMARAS SETORIAIS DA AGROPECUÁRIA	CONSELHO ESTADUAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	REPRESENTAÇÕES TERRITORIAIS DE CULTURA	CONSELHO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	CONSELHO ESTADUAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	CONSELHO ESTADUAL DA CRIANÇA E ADOLESCENTE	COMISSÃO INTERINSTITUCIONAL DE DEFESA CIVIL	CONSELHO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO	CONCIDADES	CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE	CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS	CONSELHO GESTOR UNIDADE DE CONSERVAÇÃO	COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS	COMISSÃO INTERINSTITUCIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL	CONSELHO ESTADUAL DA JUVENTUDE	CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE	CONSELHO ESTADUAL DE COOPERATIVISMO	CONSELHO ESTADUAL DO TRABALHO E RENDA	CONSELHO ESTADUAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA	FORUM ESTADUAL DE TURISMO	CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO	FORUM BAIANO DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS	CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS	CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA	
SERIN - Secretaria de Relações Institucionais	Estadual																											
Sesab - Secretaria da Saúde	Estadual																											
Setre - Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte	Estadual																											
Setur - Secretaria do Turismo	Estadual																											
SICM - Secretaria da Indústria Comércio e Mineração	Estadual																											
SJCDH - Secretaria de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos	Estadual																											
SRTE - Superintendência Regional do Trabalho e Emprego	Federal																											
SSP - Secretaria de Segurança Pública	Estadual																											
Sudic - Superintendência de Desenvolvimento Industrial e Comercial	Estadual																											
UEFS - Universidade Estadual de Feira de Santana	Estadual																											
UESC - Universidade Estadual de Santa Cruz	Estadual																											
Ufba - Universidade Federal da Bahia	Federal																											
UFRB - Universidade Federal do recôncavo Baiano	Federal																											
Uneb - Universidade do Estado da Bahia	Estadual																											

Legenda:  Órgão/Instituição Existente

Apêndice 26 - Participação das instituições nos colegiados selecionados no TI Bacia do Rio Grande

INSTITUIÇÕES GOVERNAMENTAIS	AMBITO DE ATUAÇÃO DA INSTITUIÇÃO (Federal ou Estadual)	CONSELHO TERRITORIAL DE DESENVOLVIMENTO	CONSELHO DE POLÍTICAS DE INCLUSÃO SOCIAL	CÂMARAS SETORIAIS DA AGROPECUÁRIA	CONSELHO ESTADUAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	REPRESENTAÇÕES TERRITORIAIS DE CULTURA	CONSELHO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	CONSELHO ESTADUAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	CONSELHO ESTADUAL DA CRIANÇA E ADOLESCENTE	COMISSÃO INTERINSTITUCIONAL DE DEFESA CIVIL	CONSELHO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO	CONCIDADES	CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE	CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS	CONSELHO GESTOR UNIDADE DE CONSERVAÇÃO	COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS	COMISSÃO INTERINSTITUCIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL	CONSELHO ESTADUAL DA JUVENTUDE	CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE	CONSELHO ESTADUAL DE COOPERATIVISMO	CONSELHO ESTADUAL DO TRABALHO E RENDA	CONSELHO ESTADUAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA	FORUM ESTADUAL DE TURISMO	CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO	FORUM BAIANO DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS	CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS	CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA
Adab - Agência Estadual de Defesa Agropecuária	Estadual																										
Bahia Pesca	Estadual																										
Bahiagás - Companhia de Gas da Bahia	Estadual																										
Bahiatursa - Empresa de Turismo da Bahia	Estadual																										
BNB - Banco do Nordeste do Brasil	Federal																										
CAR - Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional	Estadual																										
CBPM - Companhia Baiana de Pesquisa Mineral	Estadual																										
CDA - Coordenação de Desenvolvimento Agrário	Estadual																										
CEF - Caixa Economica Federal	Federal																										
Cerb - Companhia de Engenharia Ambiental e Recursos Hídricos	Estadual																										
Cetepi - Centro de Treinamento e Estudos em Propriedade Intelectual	Estadual																										
Chesf - Companhia Hidro elétrica do São Francisco	Federal																										
Codevasf - Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba	Federal																										
Conab - Companhia Nacional de Abastecimento	Federal																										
Conder - Companhia de Desenvolvimento Urbano	Estadual																										
Cordec - Coordenação Estadual de Defesa Civil	Estadual																										
Derba - Departamento de Infraestrutura de Transportes da Bahia	Estadual																										
Ebal - Empresa Baiana de Alimentos	Estadual																										
EBDA - Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola - Gerência de Barreiras	Estadual																										
Embasa - Empresa Baiana de Águas e Saneamento	Estadual																										
FUNCEB – Fundação Cultural do Estado da Bahia	Estadual																										
IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis	Federal																										
Ifet - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia	Federal																										
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária	Federal																										
Inema - Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos	Estadual																										
IPAC – Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia	Estadual																										
Seagri - Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária	Estadual																										
SEC - Secretaria da Educação	Estadual																										
SECOM - Secretaria de Comunicação	Estadual																										
Secretaria da Casa Civil	Estadual																										
Secti - Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação	Estadual																										
Secult - Secretaria de Cultura	Estadual																										
Sedes - Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate a Pobreza	Estadual																										
Sedir - Secretaria de Desenvolvimento e Integração Regional	Estadual																										
Sedur - Secretaria de Desenvolvimento Urbano	Estadual																										
SEFAZ - Secretaria da Fazenda	Estadual																										
SEI - Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia	Estadual																										
Seinfra - Secretaria de Infraestrutura	Estadual																										
Sema - Secretaria do Meio Ambiente	Estadual																										
Seplan - Secretaria de Planejamento	Estadual																										

INSTITUIÇÕES GOVERNAMENTAIS	AMBITO DE ATUAÇÃO DA INSTITUIÇÃO (Federal ou Estadual)	CONSELHO TERRITORIAL DE DESENVOLVIMENTO	CONSELHO DE POLÍTICAS DE INCLUSÃO SOCIAL	CÁMARAS SETORIAIS DA AGROPECUÁRIA	CONSELHO ESTADUAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	REPRESENTAÇÕES TERRITORIAIS DE CULTURA	CONSELHO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	CONSELHO ESTADUAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	CONSELHO ESTADUAL DA CRIANÇA E ADOLESCENTE	COMISSÃO INTERINSTITUCIONAL DE DEFESA CIVIL	CONSELHO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO	CONCIDADES	CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE	CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS	CONSELHO GESTOR UNIDADE DE CONSERVAÇÃO	COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS	COMISSÃO INTERINSTITUCIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL	CONSELHO ESTADUAL DA JUVENTUDE	CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE	CONSELHO ESTADUAL DE COOPERATIVISMO	CONSELHO ESTADUAL DO TRABALHO E RENDA	CONSELHO ESTADUAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA	FORUM ESTADUAL DE TURISMO	CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO	FORUM BAIANO DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS	CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS	CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA	
Sepromi - Secretaria de Promoção da Igualdade Racial	Estadual																											
SERIN - Secretaria de Relações Institucionais	Estadual																											
Sesab - Secretaria da Saúde	Estadual																											
Setre - Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte	Estadual																											
Setur - Secretaria do Turismo	Estadual																											
SICM - Secretaria da Indústria Comércio e Mineração	Estadual																											
SJCDH - Secretaria de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos	Estadual																											
SRTE - Superintendência Regional de Trabalho e Emprego	Federal																											
SSP - Secretaria de Segurança Pública	Estadual																											
Sudic - Superintendência de Desenvolvimento Industrial e Comercial	Estadual																											
UEFS - Universidade Estadual de Feira de Santana	Estadual																											
UESC - Universidade Estadual de Santa Cruz	Estadual																											
Ufba - Universidade Federal da Bahia	Federal																											
UFRB - Universidade Federal do Recôncavo Baiano	Federal																											
Uneb - Universidade do Estado da Bahia	Estadual																											

Legenda:  Órgão/Instituição Existente

Apêndice 27 - Participação das instituições nos colegiados selecionados no TI Bacia do Paramirim

INSTITUIÇÕES GOVERNAMENTAIS	AMBITO DE ATUAÇÃO DA INSTITUIÇÃO (Federal ou Estadual)	CONSELHO TERRITORIAL DE DESENVOLVIMENTO	CONSELHO DE POLÍTICAS DE INCLUSÃO SOCIAL	CÂMARAS SETORIAIS DA AGROPECUÁRIA	CONSELHO ESTADUAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	REPRESENTAÇÕES TERRITORIAIS DE CULTURA	CONSELHO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	CONSELHO ESTADUAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	CONSELHO ESTADUAL DA CRIANÇA E ADOLESCENTE	COMISSÃO INTERINSTITUCIONAL DE DEFESA CIVIL	CONSELHO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO	CONCIDADES	CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE	CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS	CONSELHO GESTOR UNIDADE DE CONSERVAÇÃO	COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS	COMISSÃO INTERINSTITUCIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL	CONSELHO ESTADUAL DA JUVENTUDE	CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE	CONSELHO ESTADUAL DE COOPERATIVISMO	CONSELHO ESTADUAL DO TRABALHO E RENDA	CONSELHO ESTADUAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA	FORUM ESTADUAL DE TURISMO	CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO	FORUM BAIANO DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS	CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS	CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA	
Adab - Agência Estadual de Defesa Agropecuária	Estadual																											
Bahia Pesca	Estadual																											
Bahiagás - Companhia de Gas da Bahia	Estadual																											
Bahiatursa - Empresa de Turismo da Bahia	Estadual																											
BNB - Banco do Nordeste do Brasil	Federal																											
CAR - Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional	Estadual																											
CBPM - Companhia Baiana de Pesquisa Mineral	Estadual																											
CDA - Coordenação de Desenvolvimento Agrário	Estadual																											
CEF - Caixa Econômica Federal																												
Cerb - Companhia de Engenharia Ambiental e Recursos Hídricos	Estadual																											
Cetepi - Centro de Treinamento e Estudos em Propriedade Intelectual	Estadual																											
Chesf - Companhia Hidro elétrica do São Francisco	Federal																											
Codevasf - Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba	Federal																											
Conab - Companhia Nacional de Abastecimento	Federal																											
Conder - Companhia de Desenvolvimento Urbano	Estadual																											
Cordec - Coordenação Estadual de Defesa Civil	Estadual																											
Derba - Departamento de Infraestrutura de Transportes da Bahia	Estadual																											
Direc 23 - Diretoria Regional de Educação	Estadual																											
Dires 23 - Diretoria Regional de Saúde	Estadual																											
Ebal - Empresa Baiana de Alimentos	Estadual																											
EBDA - Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola - Escritório Macaúbas	Estadual																											
EBDA - Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola - Escritório Paramirim	Estadual																											
Embasa - Empresa Baiana de Águas e Saneamento	Estadual																											
FUNCEB – Fundação Cultural do Estado da Bahia	Estadual																											
IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e os Recursos Naturais Renováveis	Federal																											
Ifet - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia	Federal																											
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária	Federal																											
Inema - Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos	Estadual																											
IPAC – Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia	Estadual																											
Seagri - Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária	Estadual																											
SEC - Secretaria da Educação	Estadual																											
SECOM - Secretaria de Comunicação	Estadual																											
Secretaria da Casa Civil	Estadual																											
Secti - Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação	Estadual																											
Secult - Secretaria de Cultura	Estadual																											
Sedes - Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate a Pobreza	Estadual																											
Sedir - Secretaria de Desenvolvimento e Integração Regional	Estadual																											
Sedur - Secretaria de Desenvolvimento Urbano	Estadual																											
SEFAZ - Secretaria da Fazenda	Estadual																											
SEI - Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia	Estadual																											

INSTITUIÇÕES GOVERNAMENTAIS	AMBITO DE ATUAÇÃO DA INSTITUIÇÃO (Federal ou Estadual)	CONSELHO TERRITORIAL DE DESENVOLVIMENTO	CONSELHO DE POLÍTICAS DE INCLUSÃO SOCIAL	CÁMARAS SETORIAIS DA AGROPECUÁRIA	CONSELHO ESTADUAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	REPRESENTAÇÕES TERRITORIAIS DE CULTURA	CONSELHO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	CONSELHO ESTADUAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	CONSELHO ESTADUAL DA CRIANÇA E ADOLESCENTE	COMISSÃO INTERINSTITUCIONAL DE DEFESA CIVIL	CONSELHO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO	CONCIDADES	CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE	CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS	CONSELHO GESTOR UNIDADE DE CONSERVAÇÃO	COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS	COMISSÃO INTERINSTITUCIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL	CONSELHO ESTADUAL DA JUVENTUDE	CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE	CONSELHO ESTADUAL DE COOPERATIVISMO	CONSELHO ESTADUAL DO TRABALHO E RENDA	CONSELHO ESTADUAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA	FORUM ESTADUAL DE TURISMO	CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO	FORUM BAIANO DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS	CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS	CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA
Seinfra - Secretaria de Infraestrutura	Estadual																										
Sema - Secretaria do Meio Ambiente	Estadual																										
Seplan - Secretaria de Planejamento	Estadual																										
Sepromi - Secretaria da Promoção da Igualdade Racial	Estadual																										
SERIN - Secretaria de Relações Institucionais	Estadual																										
Sesab - Secretaria da Saúde	Estadual																										
Setre - Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte	Estadual																										
Setur - Secretaria do Turismo	Estadual																										
SICM - Secretaria da Indústria Comércio e Mineração	Estadual																										
SJCDH - Secretaria de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos	Estadual																										
SRTE - Superintendência Regional do Trabalho e Emprego	Federal																										
SSP - Secretaria da Segurança Pública	Estadual																										
Sudic - Superintendência de Desenvolvimento Industrial e Comercial	Estadual																										
UEFS - Universidade Estadual de Feira de Santana	Estadual																										
UESC - Universidade Estadual de Santa Cruz	Estadual																										
Ufba - Universidade Federal da Bahia	Federal																										
UFRB - Universidade Federal do Recôncavo Baiano	Federal																										
Uneb - Universidade do Estado da Bahia	Estadual																										

Legenda:  Órgão/Instituição Existente



Apêndice 28 - Participação das instituições nos colegiados selecionados no TI Sertão Produtivo

INSTITUIÇÕES GOVERNAMENTAIS	AMBITO DE ATUAÇÃO DA INSTITUIÇÃO (Federal ou Estadual)	CONSELHO TERRITORIAL DE DESENVOLVIMENTO	CONSELHO DE POLÍTICAS DE INCLUSÃO SOCIAL	CÂMARAS SETORIAIS DA AGROPECUÁRIA	CONSELHO ESTADUAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	REPRESENTAÇÕES TERRITORIAIS DE CULTURA	CONSELHO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	CONSELHO ESTADUAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	CONSELHO ESTADUAL DA CRIANÇA E ADOLESCENTE	COMISSÃO INTERINSTITUCIONAL DE DEFESA CIVIL	CONSELHO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO	CONCIDADES	CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE	CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS	CONSELHO GESTOR UNIDADE DE CONSERVAÇÃO	COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS	COMISSÃO INTERINSTITUCIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL	CONSELHO ESTADUAL DA JUVENTUDE	CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE	CONSELHO ESTADUAL DE COOPERATIVISMO	CONSELHO ESTADUAL DO TRABALHO E RENDA	CONSELHO ESTADUAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA	FORUM ESTADUAL DE TURISMO	CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO	FORUM BAIANO DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS	CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS	CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA		
Adab - Agência Estadual de Defesa Agropecuária	Estadual																												
Bahia Pesca	Estadual																												
Bahiagás - Companhia de Gas da Bahia	Estadual																												
Bahiatursa - Empresa de Turismo da Bahia	Estadual																												
BNB - Banco do Nordeste do Brasil	Federal																												
CAR - Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional	Estadual																												
CBPM - Companhia Baiana de Pesquisa Mineral	Estadual																												
CDA - Coordenação de Desenvolvimento Agrário	Estadual																												
CEF - Caixa Econômica Federal	Federal																												
Cerb - Companhia de Engenharia Ambiental e Recursos Hídricos	Estadual																												
Cetepi - Centro de Treinamento e Estudos em Propriedade Intelectual	Estadual																												
Chesf - Companhia Hidro elétrica do São Francisco	Federal																												
Codevasf - Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba	Federal																												
Conab - Companhia Nacional de Abastecimento	Federal																												
Conder - Companhia de Desenvolvimento Urbano	Estadual																												
Cordec - Coordenação Estadual de Defesa Civil	Estadual																												
Derba - Departamento de Infraestrutura de Transportes da Bahia	Estadual																												
Ebal - Empresa Baiana de Alimentos	Estadual																												
EBDA - Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola	Estadual																												
Embasa - Empresa Baiana de Águas e Saneamento	Estadual																												
FUNCEB – Fundação Cultural do Estado da Bahia	Estadual																												
IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis	Federal																												
Ifet - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia	Federal																												
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária	Federal																												
Inema - Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos	Estadual																												
IPAC – Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia	Estadual																												
Secretaria da Casa Civil	Estadual																												
Seagri - Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária	Estadual																												
SEC - Secretaria da Educação	Estadual																												
SECOM - Secretaria da Comunicação	Estadual																												
Secti - Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação	Estadual																												
Secult - Secretaria de Cultura	Estadual																												
Sedes - Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate a Pobreza	Estadual																												
Sedir - Secretaria de Desenvolvimento e Integração Regional	Estadual																												
Sedur - Secretaria de Desenvolvimento Urbano	Estadual																												
SEFAZ - Secretaria da Fazenda	Estadual																												
SEI - Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia	Estadual																												
Seinfra - Secretaria de Infraestrutura	Estadual																												
Sema - Secretaria do Meio Ambiente	Estadual																												
Seplan - Secretaria de Planejamento	Estadual																												
Sepromi - Secretaria de Promoção da Igualdade Racial	Estadual																												

INSTITUIÇÕES GOVERNAMENTAIS	AMBITO DE ATUAÇÃO DA INSTITUIÇÃO (Federal ou Estadual)	CONSELHO TERRITORIAL DE DESENVOLVIMENTO	CONSELHO DE POLÍTICAS DE INCLUSÃO SOCIAL	CÁMARAS SETORIAIS DA AGROPECUÁRIA	CONSELHO ESTADUAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	REPRESENTAÇÕES TERRITORIAIS DE CULTURA	CONSELHO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	CONSELHO ESTADUAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	CONSELHO ESTADUAL DA CRIANÇA E ADOLESCENTE	COMISSÃO INTERINSTITUCIONAL DE DEFESA CIVIL	CONSELHO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO	CONCIDADES	CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE	CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS	CONSELHO GESTOR UNIDADE DE CONSERVAÇÃO	COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS	COMISSÃO INTERINSTITUCIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL	CONSELHO ESTADUAL DA JUVENTUDE	CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE	CONSELHO ESTADUAL DE COOPERATIVISMO	CONSELHO ESTADUAL DO TRABALHO E RENDA	CONSELHO ESTADUAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA	FORUM ESTADUAL DE TURISMO	CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO	FORUM BAIANO DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS	CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS	CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA
SERIN - Secretaria de Relações Institucionais	Estadual																										
Sesab - Secretaria da Saúde	Estadual																										
Setre - Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte	Estadual																										
Setur - Secretaria do Turismo	Estadual																										
SICM - Secretaria da Indústria Comércio e Mineração	Estadual																										
SJCDH - Secretaria de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos	Estadual																										
SRTE - Superintendência Regional do Trabalho e Emprego	Federal																										
SSP - Secretaria de Segurança Pública	Estadual																										
Sudic - Superintendência de Desenvolvimento Industrial e Comercial	Estadual																										
UEFS - Universidade Estadual de Feira de Santana	Estadual																										
UESB - Universidade Estadual do Sudoeste Baiano	Estadual																										
UESC - Universidade Estadual de Santa Cruz	Estadual																										
Ufba - Universidade Federal da Bahia	Federal																										
UFRB - Universidade Federal do Recôncavo Baiano	Federal																										
Uneb - Universidade do Estado da Bahia - Campus Caetitê	Estadual																										

Legenda:  Órgão/Instituição Existente

Apêndice 29 - Participação das instituições nos colegiados selecionados no TI Piemonte do Paraguai

INSTITUIÇÕES GOVERNAMENTAIS	AMBITO DE ATUAÇÃO DA INSTITUIÇÃO (Federal ou Estadual)	CONSELHO TERRITORIAL DE DESENVOLVIMENTO	CONSELHO DE POLÍTICAS DE INCLUSÃO SOCIAL	CÂMARAS SETORIAIS DA AGROPECUÁRIA	CONSELHO ESTADUAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	REPRESENTAÇÕES TERRITORIAIS DE CULTURA	CONSELHO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	CONSELHO ESTADUAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	CONSELHO ESTADUAL DA CRIANÇA E ADOLESCENTE	COMISSÃO INTERINSTITUCIONAL DE DEFESA CIVIL	CONSELHO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO	CONCIDADES	CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE	CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS	CONSELHO GESTOR UNIDADE DE CONSERVAÇÃO	COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS	COMISSÃO INTERINSTITUCIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL	CONSELHO ESTADUAL DA JUVENTUDE	CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE	CONSELHO ESTADUAL DE COOPERATIVISMO	CONSELHO ESTADUAL DO TRABALHO E RENDA	CONSELHO ESTADUAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA	FORUM ESTADUAL DE TURISMO	CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO	FORUM BAIANO DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS	CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS	CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA
Adab - Agência Estadual de Defesa Agropecuária	Estadual																										
Bahia Pesca	Estadual																										
Bahiagás - Companhia de Gas da Bahia	Estadual																										
Bahiatursa - Empresa de Turismo da Bahia	Estadual																										
BNB - Banco do Nordeste do Brasil	Federal																										
CAR - Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional	Estadual																										
CBPM - Companhia Baiana de Pesquisa Mineral	Estadual																										
CDA - Coordenação de Desenvolvimento Agrário	Estadual																										
CEF - Caixa Econômica Federal	Federal																										
Cerb - Companhia de Engenharia Ambiental e Recursos Hídricos	Estadual																										
Cetepi - Centro de Treinamento e Estudos em Propriedade Intelectual	Estadual																										
Chesf - Companhia Hidro elétrica do São Francisco	Federal																										
Codevasf - Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba	Federal																										
Conab - Companhia Nacional de Abastecimento	Federal																										
Conder - Companhia de Desenvolvimento Urbano	Estadual																										
Cordec - Coordenação Estadual de Defesa Civil	Estadual																										
Derba - Departamento de Infraestrutura de Transportes da Bahia	Estadual																										
Direc 18 - Diretoria Regional de Educação	Estadual																										
Ebal - Empresa Baiana de Alimentos	Estadual																										
EBDA - Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola	Estadual																										
Embasa - Empresa Baiana de Águas e Saneamento	Estadual																										
FUNCEB - Fundação Cultural do Estado da Bahia	Estadual																										
IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis	Federal																										
Ifet - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia	Federal																										
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária	Federal																										
Inema - Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos	Estadual																										
IPAC - Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia	Estadual																										
Seagri - Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária	Estadual																										
SEC - Secretaria da Educação	Estadual																										
SECOM - Secretaria da Comunicação	Estadual																										
Secretaria da Casa Civil	Estadual																										
Secti - Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação	Estadual																										
Secult - Secretaria de Cultura	Estadual																										
Sedes - Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate a Pobreza	Estadual																										
Sedir - Secretaria de Desenvolvimento e Integração Regional	Estadual																										
Sedur - Secretaria de Desenvolvimento Urbano	Estadual																										
SEFAZ - Secretaria da Fazenda	Estadual																										
SEI - Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia	Estadual																										
Seinfra - Secretaria de Infraestrutura	Estadual																										
Sema - Secretaria do Meio Ambiente	Estadual																										
Seplan - Secretaria de Planejamento	Estadual																										

INSTITUIÇÕES GOVERNAMENTAIS	AMBITO DE ATUAÇÃO DA INSTITUIÇÃO (Federal ou Estadual)	CONSELHO TERRITORIAL DE DESENVOLVIMENTO	CONSELHO DE POLÍTICAS DE INCLUSÃO SOCIAL	CÁMARAS SETORIAIS DA AGROPECUÁRIA	CONSELHO ESTADUAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	REPRESENTAÇÕES TERRITORIAIS DE CULTURA	CONSELHO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	CONSELHO ESTADUAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	CONSELHO ESTADUAL DA CRIANÇA E ADOLESCENTE	COMISSÃO INTERINSTITUCIONAL DE DEFESA CIVIL	CONSELHO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO	CONCIDADES	CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE	CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS	CONSELHO GESTOR UNIDADE DE CONSERVAÇÃO	COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS	COMISSÃO INTERINSTITUCIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL	CONSELHO ESTADUAL DA JUVENTUDE	CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE	CONSELHO ESTADUAL DE COOPERATIVISMO	CONSELHO ESTADUAL DO TRABALHO E RENDA	CONSELHO ESTADUAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA	FORUM ESTADUAL DE TURISMO	CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO	FORUM BAIANO DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS	CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS	CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA	
Sepromi - Secretaria de Promoção a Igualdade Racial	Estadual																											
SERIN - Secretaria de Relações Institucionais	Estadual																											
Sesab - Secretaria da Saúde	Estadual																											
Setre - Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte	Estadual																											
Setur - Secretaria do Turismo	Estadual																											
SICM - Secretaria da Indústria Comércio e Mineração	Estadual																											
SJCDH - Secretaria de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos	Estadual																											
SRTE - Superintendência Regional do Trabalho e Emprego	Federal																											
SSP - Secretaria de Segurança Pública	Estadual																											
Sudic - Superintendência de Desenvolvimento Industrial e Comercial	Estadual																											
UEFS - Universidade Estadual de Feira de Santana	Estadual																											
UESC - Universidade Estadual de Santa Cruz	Estadual																											
Ufba - Universidade Federal da Bahia	Federal																											
UFRB - Universidade Federal do Recôncavo Baiano	Federal																											
Uneb - Universidade do Estado da Bahia	Estadual																											

Legenda:  Órgão/Instituição Existente

Apêndice 30 - Participação das instituições nos colegiados selecionados no TI Bacia do Jacuípe

INSTITUIÇÕES GOVERNAMENTAIS	AMBITO DE ATUAÇÃO DA INSTITUIÇÃO (Federal ou Estadual)	CONSELHO TERRITORIAL DE DESENVOLVIMENTO	CONSELHO DE POLÍTICAS DE INCLUSÃO SOCIAL	CÂMARAS SETORIAIS DA AGROPECUÁRIA	CONSELHO ESTADUAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	REPRESENTAÇÕES TERRITORIAIS DE CULTURA	CONSELHO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	CONSELHO ESTADUAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	CONSELHO ESTADUAL DA CRIANÇA E ADOLESCENTE	COMISSÃO INTERINSTITUCIONAL DE DEFESA CIVIL	CONSELHO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO	CONCIDADES	CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE	CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS	CONSELHO GESTOR UNIDADE DE CONSERVAÇÃO	COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS	COMISSÃO INTERINSTITUCIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL	CONSELHO ESTADUAL DA JUVENTUDE	CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE	CONSELHO ESTADUAL DE COOPERATIVISMO	CONSELHO ESTADUAL DO TRABALHO E RENDA	CONSELHO ESTADUAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA	FORUM ESTADUAL DE TURISMO	CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO	FORUM BAIANO DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS	CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS	CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA	
Adab - Agência Estadual de Defesa Agropecuária	Estadual																											
Bahia Pesca	Estadual																											
Bahiagás - Companhia de Gas da Bahia	Estadual																											
Bahiatursa - Empresa de Turismo da Bahia	Estadual																											
BNB - Banco do Nordeste do Brasil	Federal																											
CAR - Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional	Estadual																											
CBPM - Companhia Baiana de Pesquisa Mineral	Estadual																											
CDA - Coordenação de Desenvolvimento Agrário	Estadual																											
CEF - Caixa Economica Federal	Federal																											
Cerb - Companhia de Engenharia Ambiental e Recursos Hídricos	Estadual																											
Cetepi - Centro de Treinamento e Estudos em Propriedade Intelectual	Estadual																											
Chesf - Companhia Hidro elétrica do São Francisco	Federal																											
Codevasf - Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba	Federal																											
Conab - Companhia Nacional de Abastecimento	Federal																											
Conder - Companhia de Desenvolvimento Urbano	Estadual																											
Cordec - Coordenação Estadual de Defesa Civil	Estadual																											
Derba - Departamento de Infraestrutura de Transportes da Bahia	Estadual																											
Ebal - Empresa Baiana de Alimentos	Estadual																											
EBDA - Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola	Estadual																											
Embasa - Empresa Baiana de Águas e Saneamento	Estadual																											
Embrapa - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária	Federal																											
FUNCEB – Fundação Cultural do Estado da Bahia	Estadual																											
IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis	Federal																											
Ifet - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia	Federal																											
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária	Federal																											
Inema - Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos	Estadual																											
IPAC – Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia	Estadual																											
SAEB secretaria de administração do estado da Bahia	Estadual																											
Seagri - Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária	Estadual																											
SEC - Secretaria da Educação	Estadual																											
SECOM - Secretaria de Comunicação	Estadual																											
Secretaria da Casa Civil	Estadual																											
Secti - Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação	Estadual																											
Secult - Secretaria de Cultura	Estadual																											
Sedes - Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate a Pobreza	Estadual																											
Sedir - Secretaria de Desenvolvimento e Integração Regional	Estadual																											
Sedur - Secretaria de Desenvolvimento Urbano	Estadual																											
SEFAZ - Secretaria da Fazenda	Estadual																											
SEI - Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia	Estadual																											
Seinfra - Secretaria de Infraestrutura	Estadual																											
Sema - Secretaria do Meio Ambiente	Estadual																											



INSTITUIÇÕES GOVERNAMENTAIS	AMBITO DE ATUAÇÃO DA INSTITUIÇÃO (Federal ou Estadual)	CONSELHO TERRITORIAL DE DESENVOLVIMENTO	CONSELHO DE POLÍTICAS DE INCLUSÃO SOCIAL	CÁMARAS SETORIAIS DA AGROPECUÁRIA	CONSELHO ESTADUAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	REPRESENTAÇÕES TERRITORIAIS DE CULTURA	CONSELHO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	CONSELHO ESTADUAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	CONSELHO ESTADUAL DA CRIANÇA E ADOLESCENTE	COMISSÃO INTERINSTITUCIONAL DE DEFESA CIVIL	CONSELHO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO	CONCIDADES	CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE	CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS	CONSELHO GESTOR UNIDADE DE CONSERVAÇÃO	COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS	COMISSÃO INTERINSTITUCIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL	CONSELHO ESTADUAL DA JUVENTUDE	CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE	CONSELHO ESTADUAL DE COOPERATIVISMO	CONSELHO ESTADUAL DO TRABALHO E RENDA	CONSELHO ESTADUAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA	FORUM ESTADUAL DE TURISMO	CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO	FORUM BAIANO DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS	CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS	CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA	
Seplan - Secretaria de Planejamento	Estadual																											
Sepromi - Secretaria de Promoção da Igualdade Racial	Estadual																											
SERIN - Secretaria de Relações Institucionais	Estadual																											
Sesab - Secretaria da Saúde	Estadual																											
Setre - Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte	Estadual																											
Setur - Secretaria do Turismo	Estadual																											
SICM - Secretaria da Indústria Comércio e Mineração	Estadual																											
SJCDH - Secretaria da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos	Estadual																											
SRTE - Superintendência Regional do Trabalho e Emprego	Federal																											
SSP - Secretaria da Segurança Pública	Estadual																											
Sudic - Superintendência de Desenvolvimento Industrial e Comercial	Estadual																											
UEFS - Universidade Estadual de Feira de Santana	Estadual																											
UESC - Universidade Estadual de Santa Cruz	Estadual																											
Ufba - Universidade Federal da Bahia	Federal																											
UFRB - Universidade Federal do Recôncavo Baiano	Federal																											
Uneb - Universidade do Estado da Bahia	Estadual																											

Legenda:  Órgão/Instituição Existente

Apêndice 31 - Participação das instituições nos colegiados selecionados no TI Piemonte da Diamantina

INSTITUIÇÕES GOVERNAMENTAIS	AMBITO DE ATUAÇÃO DA INSTITUIÇÃO (Federal ou Estadual)	CONSELHO TERRITORIAL DE DESENVOLVIMENTO	CONSELHO DE POLÍTICAS DE INCLUSÃO SOCIAL	CÂMARAS SETORIAIS DA AGROPECUÁRIA	CONSELHO ESTADUAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	REPRESENTAÇÕES TERRITORIAIS DE CULTURA	CONSELHO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	CONSELHO ESTADUAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	CONSELHO ESTADUAL DA CRIANÇA E ADOLESCENTE	COMISSÃO INTERINSTITUCIONAL DE DEFESA CIVIL	CONSELHO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO	CONCIDADES	CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE	CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS	CONSELHO GESTOR UNIDADE DE CONSERVAÇÃO	COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS	COMISSÃO INTERINSTITUCIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL	CONSELHO ESTADUAL DA JUVENTUDE	CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE	CONSELHO ESTADUAL DE COOPERATIVISMO	CONSELHO ESTADUAL DO TRABALHO E RENDA	CONSELHO ESTADUAL DE ECONOMIA SÓLIDÁRIA	FORUM ESTADUAL DE TURISMO	CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO	FORUM BAIANO DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS	CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS	CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA	
Adab - Agência Estadual de Defesa Agropecuária	Estadual																											
Bahia Pesca	Estadual																											
Bahiagás - Companhia de Gas da Bahia	Estadual																											
Bahiatursa - Empresa de Turismo da Bahia	Estadual																											
BNB - Banco do Nordeste do Brasil	Federal																											
CAR - Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional	Estadual																											
CBPM - Companhia Baiana de Pesquisa Mineral	Estadual																											
CDA - Coordenação de Desenvolvimento Agrário	Estadual																											
CEF - Caixa Econômica Federal																												
Cerb - Companhia de Engenharia Ambiental e Recursos Hídricos	Estadual																											
Cetepi - Centro de Treinamento e Estudos em Propriedade Intelectual	Estadual																											
Chesf - Companhia Hidro elétrica do São Francisco	Federal																											
Codevasf - Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba	Federal																											
Conab - Companhia Nacional de Abastecimento	Federal																											
Conder - Companhia de Desenvolvimento Urbano	Estadual																											
Cordec - Coordenação Estadual de Defesa Civil	Estadual																											
Derba - Departamento de Infraestrutura de Transportes da Bahia	Estadual																											
Direc 16 - Diretoria Regional de Educação	Estadual																											
Ebal - Empresa Baiana de Alimentos	Estadual																											
EBDA - Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola	Estadual																											
Embasa - Empresa Baiana de Águas e Saneamento	Estadual																											
FUNCEB – Fundação Cultural do Estado da Bahia	Estadual																											
IBAMA - Instituto do Meio Ambiente e dos recursos Naturais Renováveis	Federal																											
Ifet - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia	Federal																											
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária	Federal																											
Inema - Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos	Estadual																											
IPAC – Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia	Estadual																											
Seagri - Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária	Estadual																											
SEC - Secretaria da Educação	Estadual																											
SECOM - Secretaria de Comunicação	Estadual																											
Secretaria da Casa Civil	Estadual																											
Secti - Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação	Estadual																											
Secult - Secretaria de Cultura	Estadual																											
Sedes - Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate a Pobreza	Estadual																											
Sedir - Secretaria de Desenvolvimento e Integração Regional	Estadual																											
Sedur - Secretaria de Desenvolvimento Urbano	Estadual																											
SEFAZ - Secretaria da Fazenda																												
SEI - Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia	Estadual																											
Seinfra - Secretaria de Infraestrutura	Estadual																											
Sema - Secretaria do Meio Ambiente	Estadual																											
Seplan - Secretaria de Planejamento	Estadual																											

INSTITUIÇÕES GOVERNAMENTAIS	AMBITO DE ATUAÇÃO DA INSTITUIÇÃO (Federal ou Estadual)	CONSELHO TERRITORIAL DE DESENVOLVIMENTO	CONSELHO DE POLÍTICAS DE INCLUSÃO SOCIAL	CÁMARAS SETORIAIS DA AGROPECUÁRIA	CONSELHO ESTADUAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	REPRESENTAÇÕES TERRITORIAIS DE CULTURA	CONSELHO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	CONSELHO ESTADUAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	CONSELHO ESTADUAL DA CRIANÇA E ADOLESCENTE	COMISSÃO INTERINSTITUCIONAL DE DEFESA CIVIL	CONSELHO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO	CONCIDADES	CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE	CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS	CONSELHO GESTOR UNIDADE DE CONSERVAÇÃO	COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS	COMISSÃO INTERINSTITUCIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL	CONSELHO ESTADUAL DA JUVENTUDE	CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE	CONSELHO ESTADUAL DE COOPERATIVISMO	CONSELHO ESTADUAL DO TRABALHO E RENDA	CONSELHO ESTADUAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA	FORUM ESTADUAL DE TURISMO	CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO	FORUM BAIANO DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS	CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS	CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA	
Sepromi - Secretaria de Promoção da Igualdade Racial	Estadual																											
SERIN - Secretaria de Relações Institucionais	Estadual																											
Sesab - Secretaria da Saúde	Estadual																											
Setre - Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte	Estadual																											
Setur - Secretaria do Turismo	Estadual																											
SICM - Secretaria da Indústria Comércio e Mineração	Estadual																											
SJCDH - Secretaria da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos	Estadual																											
SRTE - Superintendência Regional do Trabalho e Emprego	Federal																											
SSP Segurança Pública	Estadual																											
Sudic - Superintendência de Desenvolvimento Industrial e Comercial	Estadual																											
UEFS - Universidade Estadual de Feira de Santana	Estadual																											
UESC - Universidade Estadual de Santa Cruz	Estadual																											
Ufba - Universidade Federal da Bahia	Federal																											
UFRB - Universidade Federal do Recôncavo Baiano	Federal																											
Uneb - Universidade do Estado da Bahia	Estadual																											

Legenda:  Órgão/Instituição Existente

Apêndice 32 - Participação das instituições nos colegiados selecionados no TI Semiárido Nordeste II

INSTITUIÇÕES GOVERNAMENTAIS	AMBITO DE ATUAÇÃO DA INSTITUIÇÃO (Federal ou Estadual)	CONSELHO TERRITORIAL DE DESENVOLVIMENTO	CONSELHO DE POLÍTICAS DE INCLUSÃO SOCIAL	CÂMARAS SETORIAIS DA AGROPECUÁRIA	CONSELHO ESTADUAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	REPRESENTAÇÕES TERRITORIAIS DE CULTURA	CONSELHO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	CONSELHO ESTADUAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	CONSELHO ESTADUAL DA CRIANÇA E ADOLESCENTE	COMISSÃO INTERINSTITUCIONAL DE DEFESA CIVIL	CONSELHO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO	CONCIDADES	CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE	CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS	CONSELHO GESTOR UNIDADE DE CONSERVAÇÃO	COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS	COMISSÃO INTERINSTITUCIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL	CONSELHO ESTADUAL DA JUVENTUDE	CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE	CONSELHO ESTADUAL DE COOPERATIVISMO	CONSELHO ESTADUAL DO TRABALHO E RENDA	CONSELHO ESTADUAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA	FORUM ESTADUAL DE TURISMO	CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO	FORUM BAIANO DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS	CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS	CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA	
Adab - Agência Estadual de Defesa Agropecuária	Estadual																											
Bahia Pesca	Estadual																											
Bahiagás - Companhia de Gas da Bahia	Estadual																											
Bahiatursa - Empresa de Turismo da Bahia	Estadual																											
BNB - Banco do Nordeste do Brasil	Federal																											
CAR - Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional	Estadual																											
CBPM - Companhia Baiana de Pesquisa Mineral	Estadual																											
CDA - Coordenação de Desenvolvimento Agrário	Estadual																											
CEF - Caixa Economica Federal	Federal																											
Cerb - Companhia de Engenharia Ambiental e Recursos Hídricos	Estadual																											
Cetepi - Centro de Treinamento e Estudos em Propriedade Intelectual	Estadual																											
Chesf - Companhia Hidro elétrica do São Francisco	Federal																											
Codevasf - Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba	Federal																											
Conab - Companhia Nacional de Abastecimento	Federal																											
Conder - Companhia de Desenvolvimento Urbano	Estadual																											
Cordec - Coordenação Estadual de Defesa Civil	Estadual																											
Derba - Departamento de Infraestrutura de Transportes da Bahia	Estadual																											
Ebal - Empresa Baiana de Alimentos	Estadual																											
EBDA - Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola	Estadual																											
Embasa - Empresa Baiana de Águas e Saneamento	Estadual																											
FUNCEB – Fundação Cultural do Estado da Bahia	Estadual																											
IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis	Federal																											
Ifet - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia	Federal																											
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária	Federal																											
Inema - Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos	Estadual																											
IPAC – Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia	Estadual																											
Seagri - Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária	Estadual																											
SEC - Secretaria da Educação	Estadual																											
SECOM - Secretaria de Comunicação	Estadual																											
Secretaria da Casa Civil	Estadual																											
Secti - Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação	Estadual																											
Secult - Secretaria de Cultura	Estadual																											
Sedes - Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate a Pobreza	Estadual																											
Sedir - Secretaria de Desenvolvimento e Integração Regional	Estadual																											
Sedur - Secretaria de Desenvolvimento Urbano	Estadual																											
SEFAZ - Secretaria da Fazenda	Estadual																											
SEI - Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia	Estadual																											
Seinfra - Secretaria de Infraestrutura	Estadual																											
Sema - Secretaria do Meio Ambiente	Estadual																											
Seplan - Secretaria de Planejamento	Estadual																											
Sepromi - Secretaria de Promoção da Igualdade Racial	Estadual																											

INSTITUIÇÕES GOVERNAMENTAIS	AMBITO DE ATUAÇÃO DA INSTITUIÇÃO (Federal ou Estadual)	CONSELHO TERRITORIAL DE DESENVOLVIMENTO	CONSELHO DE POLÍTICAS DE INCLUSÃO SOCIAL	CÁMARAS SETORIAIS DA AGROPECUÁRIA	CONSELHO ESTADUAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	REPRESENTAÇÕES TERRITORIAIS DE CULTURA	CONSELHO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	CONSELHO ESTADUAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	CONSELHO ESTADUAL DA CRIANÇA E ADOLESCENTE	COMISSÃO INTERINSTITUCIONAL DE DEFESA CIVIL	CONSELHO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO	CONCIDADES	CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE	CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS	CONSELHO GESTOR UNIDADE DE CONSERVAÇÃO	COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS	COMISSÃO INTERINSTITUCIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL	CONSELHO ESTADUAL DA JUVENTUDE	CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE	CONSELHO ESTADUAL DE COOPERATIVISMO	CONSELHO ESTADUAL DO TRABALHO E RENDA	CONSELHO ESTADUAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA	FORUM ESTADUAL DE TURISMO	CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO	FORUM BAIANO DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS	CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS	CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA	
SERIN - Secretaria de Relações Institucionais	Estadual																											
Sesab - Secretaria da Saúde	Estadual																											
Setre - Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte	Estadual																											
Setur - Secretaria do Turismo	Estadual																											
SICM - Secretaria da Indústria Comércio e Mineração	Estadual																											
SJCDH - Secretaria da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos	Estadual																											
SRTE - Superintendência Regional do Trabalho e Emprego	Federal																											
SSP - Secretaria de Segurança Pública	Estadual																											
Sudic - Superintendência de Desenvolvimento Industrial e Comercial	Estadual																											
UEFS - Universidade Estadual de Feira de Santana	Estadual																											
UESC - Universidade Estadual de Santa Cruz	Estadual																											
Ufba - Universidade Federal da Bahia	Federal																											
UFRB - Universidade Federal do Recôncavo Baiano	Federal																											
Uneb - Universidade do Estado da Bahia	Estadual																											

Legenda:  Órgão/Instituição Existente



Apêndice 33 - Participação das instituições nos colegiados selecionados no TI Litoral Norte e Agreste Baiano

INSTITUIÇÕES GOVERNAMENTAIS	AMBITO DE ATUAÇÃO DA INSTITUIÇÃO (Federal ou Estadual)	CONSELHO TERRITORIAL DE DESENVOLVIMENTO	CONSELHO DE POLÍTICAS DE INCLUSÃO SOCIAL	CÂMARAS SETORIAIS DA AGROPECUÁRIA	CONSELHO ESTADUAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	REPRESENTAÇÕES TERRITORIAIS DE CULTURA	CONSELHO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	CONSELHO ESTADUAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	CONSELHO ESTADUAL DA CRIANÇA E ADOLESCENTE	COMISSÃO INTERINSTITUCIONAL DE DEFESA CIVIL	CONSELHO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO	CONCIDADES	CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE	CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS	CONSELHO GESTOR UNIDADE DE CONSERVAÇÃO	COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS	COMISSÃO INTERINSTITUCIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL	CONSELHO ESTADUAL DA JUVENTUDE	CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE	CONSELHO ESTADUAL DE COOPERATIVISMO	CONSELHO ESTADUAL DO TRABALHO E RENDA	CONSELHO ESTADUAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA	FORUM ESTADUAL DE TURISMO	CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO	FORUM BAIANO DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS	CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS	CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA
Adab - Agência Estadual de Defesa Agropecuária	Estadual																										
Bahia Pesca	Estadual																										
Bahiagás - Companhia de Gas da Bahia	Estadual																										
Bahiatursa - Empresa de Turismo da Bahia	Estadual																										
BNB - Banco do Nordeste do Brasil	Federal																										
CAR - Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional	Estadual																										
CBPM - Companhia Baiana de Pesquisa Mineral	Estadual																										
CDA - Coordenação de Desenvolvimento Agrário	Estadual																										
CEF - Caixa Econômica Federal	Federal																										
Cerb - Companhia de Engenharia Ambiental e Recursos Hídricos	Estadual																										
Cetepi - Centro de Treinamento e Estudos em Propriedade Intelectual	Estadual																										
Chesf - Companhia Hidro elétrica do São Francisco	Federal																										
Codevasf - Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba	Federal																										
Conab - Companhia Nacional de Abastecimento	Federal																										
Conder - Companhia de Desenvolvimento Urbano	Estadual																										
Cordec - Coordenação Estadual de Defesa Civil	Estadual																										
Derba - Departamento de Infraestrutura de Transportes da Bahia	Estadual																										
DNPM - Departamento Nacional de Proteção Mineral	Federal																										
Ebal - Empresa Baiana de Alimentos	Estadual																										
EBDA - Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola - Regional Alagoíneas	Estadual																										
Embasa - Empresa Baiana de Águas e Saneamento	Estadual																										
FUNCEB – Fundação Cultural do Estado da Bahia	Estadual																										
IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis	Federal																										
Ifet - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia	Federal																										
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária	Federal																										
Inema - Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos	Estadual																										
IPAC – Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia	Estadual																										
Seagri - Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária	Estadual																										
SEC - Secretaria da Educação	Estadual																										
SECOM - Secretaria da Comunicação	Estadual																										
Secretaria da Casa Civil	Estadual																										
Secti - Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação	Estadual																										
Secult - Secretaria de Cultura	Estadual																										
Sedes - Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate a Pobreza	Estadual																										
Sedir - Secretaria de Desenvolvimento e Integração Regional	Estadual																										
Sedur - Secretaria de Desenvolvimento Urbano	Estadual																										
SEFAZ - Secretaria da Fazenda	Estadual																										
SEI - Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia	Estadual																										
Seinfra - Secretaria de Infraestrutura	Estadual																										
Sema - Secretaria do Meio Ambiente	Estadual																										

INSTITUIÇÕES GOVERNAMENTAIS	AMBITO DE ATUAÇÃO DA INSTITUIÇÃO (Federal ou Estadual)	CONSELHO TERRITORIAL DE DESENVOLVIMENTO	CONSELHO DE POLÍTICAS DE INCLUSÃO SOCIAL	CÁMARAS SETORIAIS DA AGROPECUÁRIA	CONSELHO ESTADUAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	REPRESENTAÇÕES TERRITORIAIS DE CULTURA	CONSELHO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	CONSELHO ESTADUAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	CONSELHO ESTADUAL DA CRIANÇA E ADOLESCENTE	COMISSÃO INTERINSTITUCIONAL DE DEFESA CIVIL	CONSELHO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO	CONCIDADES	CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE	CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS	CONSELHO GESTOR UNIDADE DE CONSERVAÇÃO	COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS	COMISSÃO INTERINSTITUCIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL	CONSELHO ESTADUAL DA JUVENTUDE	CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE	CONSELHO ESTADUAL DE COOPERATIVISMO	CONSELHO ESTADUAL DO TRABALHO E RENDA	CONSELHO ESTADUAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA	FORUM ESTADUAL DE TURISMO	CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO	FORUM BAIANO DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS	CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS	CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA	
Seplan - Secretaria de Planejamento	Estadual																											
Sepromi - Secretaria de Promoção da Igualdade Racial	Estadual																											
SERIN - Secretaria de Relações Institucionais	Estadual																											
Sesab - Secretaria da Saúde	Estadual																											
Setre - Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte	Estadual																											
Setur - Secretaria do Turismo	Estadual																											
SICM - Secretaria da Indústria Comércio e Mineração	Estadual																											
SJCDH - Secretaria de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos	Estadual																											
SRTE - Superintendência Regional do Trabalho e Emprego	Federal																											
SSP - Secretaria de Segurança Pública	Estadual																											
Sudic - Superintendência de Desenvolvimento Industrial e Comercial	Estadual																											
UEFS - Universidade Estadual de Feira de Santana	Estadual																											
UESC - Universidade Estadual de Santa Cruz	Estadual																											
Ufba - Universidade Federal da Bahia	Federal																											
UFRB - Universidade Federal do Recôncavo Baiano	Federal																											
Uneb - Universidade do Estado da Bahia	Estadual																											

Legenda:  Órgão/Instituição Existente

Apêndice 34 - Participação das instituições nos colegiados selecionados no TI Portal do Sertão

INSTITUIÇÕES GOVERNAMENTAIS	AMBITO DE ATUAÇÃO DA INSTITUIÇÃO (Federal ou Estadual)	CONSELHO TERRITORIAL DE DESENVOLVIMENTO	CONSELHO DE POLÍTICAS DE INCLUSÃO SOCIAL	CÂMARAS SETORIAIS DA AGROPECUÁRIA	CONSELHO ESTADUAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	REPRESENTAÇÕES TERRITORIAIS DE CULTURA	CONSELHO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	CONSELHO ESTADUAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	CONSELHO ESTADUAL DA CRIANÇA E ADOLESCENTE	COMISSÃO INTERINSTITUCIONAL DE DEFESA CIVIL	CONSELHO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO	CONCIDADES	CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE	CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS	CONSELHO GESTOR UNIDADE DE CONSERVAÇÃO	COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS	COMISSÃO INTERINSTITUCIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL	CONSELHO ESTADUAL DA JUVENTUDE	CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE	CONSELHO ESTADUAL DE COOPERATIVISMO	CONSELHO ESTADUAL DO TRABALHO E RENDA	CONSELHO ESTADUAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA	FORUM ESTADUAL DE TURISMO	CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO	FORUM BAIANO DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS	CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS	CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA	
Adab - Agência Estadual de Defesa Agropecuária	Estadual																											
Bahia Pesca	Estadual																											
Bahiagás - Companhia de Gas da Bahia	Estadual																											
Bahiatursa - Empresa de Turismo da Bahia	Estadual																											
BNB - Banco do Nordeste do Brasil	Federal																											
CAR - Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional	Estadual																											
CBPM - Companhia Baiana de Pesquisa Mineral	Estadual																											
CDA - Coordenação de Desenvolvimento Agrário	Estadual																											
CEF - Caixa Econômica Federal	Federal																											
Cerb - Companhia de Engenharia Ambiental e Recursos Hídricos	Estadual																											
Cetepi - Centro de Treinamento e Estudos em Propriedade Intelectual	Estadual																											
Chesf - Companhia Hidro elétrica do São Francisco	Federal																											
Codevasf - Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba	Federal																											
Conab - Companhia Nacional de Abastecimento	Federal																											
Conder - Companhia de Desenvolvimento Urbano	Estadual																											
Cordec - Coordenação Estadual de Defesa Civil	Estadual																											
Derba - Departamento de Infraestrutura de Transportes da Bahia	Estadual																											
Ebal - Empresa Baiana de Alimentos	Estadual																											
EBDA - Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola	Estadual																											
Embasa - Empresa Baiana de Águas e Saneamento	Estadual																											
FUNCEB – Fundação Cultural do Estado da Bahia	Estadual																											
IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis	Federal																											
Ifet - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia	Federal																											
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária	Federal																											
Inema - Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos	Estadual																											
IPAC – Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia	Estadual																											
Seagri - Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária	Estadual																											
SEC - Secretaria da Educação	Estadual																											
SECOM - Secretaria de Comunicação	Estadual																											
Secretaria da Casa Civil	Estadual																											
Secti - Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação	Estadual																											
Secult - Secretaria de Cultura	Estadual																											
Sedes - Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate a Pobreza	Estadual																											
Sedir - Secretaria de Desenvolvimento e Integração Regional	Estadual																											
Sedur - Secretaria de Desenvolvimento Urbano	Estadual																											
SEFAZ - Secretaria da Fazenda	Estadual																											
SEI - Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia	Estadual																											
Seinfra - Secretaria de Infraestrutura	Estadual																											
Sema - Secretaria do Meio Ambiente	Estadual																											
Seplan - Secretaria de Planejamento	Estadual																											
Sepromi - Secretaria de Promoção da Igualdade Racial	Estadual																											

INSTITUIÇÕES GOVERNAMENTAIS	AMBITO DE ATUAÇÃO DA INSTITUIÇÃO (Federal ou Estadual)	CONSELHO TERRITORIAL DE DESENVOLVIMENTO	CONSELHO DE POLÍTICAS DE INCLUSÃO SOCIAL	CÁMARAS SETORIAIS DA AGROPECUÁRIA	CONSELHO ESTADUAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	REPRESENTAÇÕES TERRITORIAIS DE CULTURA	CONSELHO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	CONSELHO ESTADUAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	CONSELHO ESTADUAL DA CRIANÇA E ADOLESCENTE	COMISSÃO INTERINSTITUCIONAL DE DEFESA CIVIL	CONSELHO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO	CONCIDADES	CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE	CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS	CONSELHO GESTOR UNIDADE DE CONSERVAÇÃO	COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS	COMISSÃO INTERINSTITUCIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL	CONSELHO ESTADUAL DA JUVENTUDE	CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE	CONSELHO ESTADUAL DE COOPERATIVISMO	CONSELHO ESTADUAL DO TRABALHO E RENDA	CONSELHO ESTADUAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA	FORUM ESTADUAL DE TURISMO	CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO	FORUM BAIANO DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS	CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS	CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA	
SERIN - Secretaria de Relações Institucionais	Estadual																											
Sesab - Secretaria da Saúde	Estadual																											
Setre - Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte	Estadual																											
Setur - Secretaria do Turismo	Estadual																											
SICM - Secretaria da Indústria Comércio e Mineração	Estadual																											
SJCDH - Secretaria de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos	Estadual																											
SRTE - Superintendência Regional do Trabalho e Emprego	Federal																											
SSP - Secretaria de Segurança Pública	Estadual																											
Sudic - Superintendência de Desenvolvimento Industrial e Comercial	Estadual																											
UEFS - Universidade Estadual de Feira de Santana	Estadual																											
UESC - Universidade Estadual de Santa Cruz	Estadual																											
Ufba - Universidade Federal da Bahia	Federal																											
UFRB - Universidade Federal do Recôncavo Baiano	Federal																											
Uneb - Universidade do Estado da Bahia	Estadual																											

Legenda:  Órgão/Instituição Existente

Apêndice 35 - Participação das instituições nos colegiados selecionados no TI Vitória da Conquista

INSTITUIÇÕES GOVERNAMENTAIS	AMBITO DE ATUAÇÃO DA INSTITUIÇÃO (Federal ou Estadual)	CONSELHO TERRITORIAL DE DESENVOLVIMENTO	CONSELHO DE POLÍTICAS DE INCLUSÃO SOCIAL	CÂMARAS SETORIAIS DA AGROPECUÁRIA	CONSELHO ESTADUAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	REPRESENTAÇÕES TERRITORIAIS DE CULTURA	CONSELHO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	CONSELHO ESTADUAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	CONSELHO ESTADUAL DA CRIANÇA E ADOLESCENTE	COMISSÃO INTERINSTITUCIONAL DE DEFESA CIVIL	CONSELHO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO	CONCIDADES	CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE	CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS	CONSELHO GESTOR UNIDADE DE CONSERVAÇÃO	COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS	COMISSÃO INTERINSTITUCIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL	CONSELHO ESTADUAL DA JUVENTUDE	CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE	CONSELHO ESTADUAL DE COOPERATIVISMO	CONSELHO ESTADUAL DO TRABALHO E RENDA	CONSELHO ESTADUAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA	FORUM ESTADUAL DE TURISMO	CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO	FORUM BAIANO DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS	CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS	CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA	
Adab - Agência Estadual de Defesa Agropecuária	Estadual																											
Bahia Pesca	Estadual																											
Bahiagás - Companhia de Gas da Bahia	Estadual																											
Bahiatursa - Empresa de Turismo da Bahia	Estadual																											
BNB - Banco do Nordeste do Brasil	Federal																											
CAR - Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional	Estadual																											
CBPM - Companhia Baiana de Pesquisa Mineral	Estadual																											
CDA - Coordenação de Desenvolvimento Agrário	Estadual																											
CEF - Caixa Economica Federal	Federal																											
Cerb - Companhia de Engenharia Ambiental e Recursos Hídricos	Estadual																											
Cetepi - Centro de Treinamento e Estudos em Propriedade Intelectual	Estadual																											
Chesf - Companhia Hidro elétrica do São Francisco	Federal																											
Codevasf - Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba	Federal																											
Conab - Companhia Nacional de Abastecimento	Federal																											
Conder - Companhia de Desenvolvimento Urbano	Estadual																											
Cordec - Coordenação Estadual de Defesa Civil	Estadual																											
Derba - Departamento de Infraestrutura de Transportes da Bahia	Estadual																											
Ebal - Empresa Baiana de Alimentos	Estadual																											
EBDA - Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola	Estadual																											
Embasa - Empresa Baiana de Águas e Saneamento	Estadual																											
FUNCEB – Fundação Cultural do Estado da Bahia	Estadual																											
IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis	Federal																											
Ifet - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia	Federal																											
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária	Federal																											
Inema - Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos	Estadual																											
IPAC – Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia	Estadual																											
Seagri - Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária	Estadual																											
SEC - Secretaria da Educação	Estadual																											
SECOM - Secretaria de Comunicação	Estadual																											
Secretaria da Casa Civil	Estadual																											
Secti - Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação	Estadual																											
Secult - Secretaria de Cultura	Estadual																											
Sedes - Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate a Pobreza	Estadual																											
Sedir - Secretaria de Desenvolvimento e Integração Regional	Estadual																											
Sedur - Secretaria de Desenvolvimento Urbano	Estadual																											
SEFAZ - Secretaria da Fazenda	Estadual																											
SEI - Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia	Estadual																											
Seinfra - Secretaria de Infraestrutura	Estadual																											
Sema - Secretaria do Meio Ambiente	Estadual																											
Seplan - Secretaria de Planejamento	Estadual																											
Sepromi - Secretaria de Promoção da Igualdade Racial	Estadual																											



INSTITUIÇÕES GOVERNAMENTAIS	AMBITO DE ATUAÇÃO DA INSTITUIÇÃO (Federal ou Estadual)	CONSELHO TERRITORIAL DE DESENVOLVIMENTO	CONSELHO DE POLÍTICAS DE INCLUSÃO SOCIAL	CÁMARAS SETORIAIS DA AGROPECUÁRIA	CONSELHO ESTADUAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	REPRESENTAÇÕES TERRITORIAIS DE CULTURA	CONSELHO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	CONSELHO ESTADUAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	CONSELHO ESTADUAL DA CRIANÇA E ADOLESCENTE	COMISSÃO INTERINSTITUCIONAL DE DEFESA CIVIL	CONSELHO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO	CONCIDADES	CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE	CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS	CONSELHO GESTOR UNIDADE DE CONSERVAÇÃO	COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS	COMISSÃO INTERINSTITUCIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL	CONSELHO ESTADUAL DA JUVENTUDE	CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE	CONSELHO ESTADUAL DE COOPERATIVISMO	CONSELHO ESTADUAL DO TRABALHO E RENDA	CONSELHO ESTADUAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA	FORUM ESTADUAL DE TURISMO	CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO	FORUM BAIANO DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS	CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS	CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA	
SERIN - Secretaria de Relações Institucionais	Estadual																											
Sesab - Secretaria da Saúde	Estadual																											
Setre - Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte	Estadual																											
Setur - Secretaria do Turismo	Estadual																											
SICM - Secretaria da Indústria Comércio e Mineração	Estadual																											
SJCDH - Secretaria de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos	Estadual																											
SRTE - Superintendência Regional do Trabalho e Renda	Federal																											
SSP - Secretaria de Segurança Pública	Estadual																											
Sudic - Superintendência de Desenvolvimento Industrial e Comercial	Estadual																											
UEFS - Universidade Estadual de Feira de Santana	Estadual																											
UESC - Universidade Estadual de Santa Cruz	Estadual																											
Ufba - Universidade Federal da Bahia	Federal																											
UFRB - Universidade Federal do Recôncavo Baiano	Federal																											
Uneb - Universidade do Estado da Bahia	Estadual																											

Legenda:  Órgão/Instituição Existente

Apêndice 36 - Participação das instituições nos colegiados selecionados no TI Recôncavo

INSTITUIÇÕES GOVERNAMENTAIS	AMBITO DE ATUAÇÃO DA INSTITUIÇÃO (Federal ou Estadual)	CONSELHO TERRITORIAL DE DESENVOLVIMENTO	CONSELHO DE POLÍTICAS DE INCLUSÃO SOCIAL	CÂMARAS SETORIAIS DA AGROPECUÁRIA	CONSELHO ESTADUAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	REPRESENTAÇÕES TERRITORIAIS DE CULTURA	CONSELHO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	CONSELHO ESTADUAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	CONSELHO ESTADUAL DA CRIANÇA E ADOLESCENTE	COMISSÃO INTERINSTITUCIONAL DE DEFESA CIVIL	CONSELHO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO	CONCIDADES	CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE	CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS	CONSELHO GESTOR UNIDADE DE CONSERVAÇÃO	COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS	COMISSÃO INTERINSTITUCIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL	CONSELHO ESTADUAL DA JUVENTUDE	CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE	CONSELHO ESTADUAL DE COOPERATIVISMO	CONSELHO ESTADUAL DO TRABALHO E RENDA	CONSELHO ESTADUAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA	FORUM ESTADUAL DE TURISMO	CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO	FORUM BAIANO DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS	CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS	CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA	
Adab - Agência Estadual de Defesa Agropecuária	Estadual																											
Bahia Pesca	Estadual																											
Bahiagás - Companhia de Gas da Bahia	Estadual																											
Bahiatursa - Empresa de Turismo da Bahia	Estadual																											
BNB - Banco do Nordeste do Brasil	Federal																											
CAR - Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional	Estadual																											
CBPM - Companhia Baiana de Pesquisa Mineral	Estadual																											
CDA - Coordenação de Desenvolvimento Agrário	Estadual																											
CEF - Caixa Economica Federal	Federal																											
Cerb - Companhia de Engenharia Ambiental e Recursos Hídricos	Estadual																											
Cetepi - Centro de Treinamento e Estudos em Propriedade Intelectual	Estadual																											
Chesf - Companhia Hidro elétrica do São Francisco	Federal																											
Codeba	Estadual																											
Codevasf - Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba	Federal																											
Conab - Companhia Nacional de Abastecimento	Federal																											
Conder - Companhia de Desenvolvimento Urbano	Estadual																											
Cordec - Coordenação Estadual de Defesa Civil	Estadual																											
Derba - Departamento de Infraestrutura de Transportes da Bahia	Estadual																											
DNPM - Departamento Nacional de Produção Mineral	Federal																											
Ebal - Empresa Baiana de Alimentos	Estadual																											
EBDA - Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola	Estadual																											
Embasa - Empresa Baiana de Águas e Saneamento	Estadual																											
FUNCEB – Fundação Cultural do Estado da Bahia	Estadual																											
IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis	Federal																											
Ifet - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia	Federal																											
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária	Federal																											
Inema - Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos	Estadual																											
IPAC – Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia	Estadual																											
Seagri - Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária	Estadual																											
SEC - Secretaria da Educação	Estadual																											
SECOM - Secretaria de Comunicação	Estadual																											
Secretaria da Casa Civil	Estadual																											
Secti - Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação	Estadual																											
Secult - Secretaria de Cultura	Estadual																											
Sedes - Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate a Pobreza	Estadual																											
Sedir - Secretaria de Desenvolvimento e Integração Regional	Estadual																											
Sedur - Secretaria de Desenvolvimento Urbano	Estadual																											
SEFAZ - Secretaria da Fazenda																												
SEI - Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia	Estadual																											
Seinfra - Secretaria de Infraestrutura	Estadual																											
Sema - Secretaria do Meio Ambiente	Estadual																											

INSTITUIÇÕES GOVERNAMENTAIS	AMBITO DE ATUAÇÃO DA INSTITUIÇÃO (Federal ou Estadual)	CONSELHO TERRITORIAL DE DESENVOLVIMENTO	CONSELHO DE POLÍTICAS DE INCLUSÃO SOCIAL	CÁMARAS SETORIAIS DA AGROPECUÁRIA	CONSELHO ESTADUAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	REPRESENTAÇÕES TERRITORIAIS DE CULTURA	CONSELHO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	CONSELHO ESTADUAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	CONSELHO ESTADUAL DA CRIANÇA E ADOLESCENTE	COMISSÃO INTERINSTITUCIONAL DE DEFESA CIVIL	CONSELHO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO	CONCIDADES	CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE	CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS	CONSELHO GESTOR UNIDADE DE CONSERVAÇÃO	COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS	COMISSÃO INTERINSTITUCIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL	CONSELHO ESTADUAL DA JUVENTUDE	CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE	CONSELHO ESTADUAL DE COOPERATIVISMO	CONSELHO ESTADUAL DO TRABALHO E RENDA	CONSELHO ESTADUAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA	FORUM ESTADUAL DE TURISMO	CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO	FORUM BAIANO DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS	CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS	CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA	
Seplan - Secretaria de Planejamento	Estadual																											
Sepromi - Secretaria de Promoção a Igualdade Racial	Estadual																											
SERIN - Secretaria de Relações Institucionais	Estadual																											
Sesab - Secretaria da Saúde	Estadual																											
Setre - Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte	Estadual																											
Setur - Secretaria do Turismo	Estadual																											
SICM - Secretaria da Indústria Comércio e Mineração	Estadual																											
SJCDH - Secretaria de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos	Estadual																											
SRTE - Superintendência Regional do Trabalho e Emprego	Federal																											
SSP - Secretaria de Segurança Pública	Estadual																											
Sudic - Superintendência de Desenvolvimento Industrial e Comercial	Estadual																											
UEFS - Universidade Estadual de Feira de Santana	Estadual																											
UESC - Universidade Estadual de Santa Cruz	Estadual																											
Ufba - Universidade Federal da Bahia	Federal																											
UFRB - Universidade Federal do Recôncavo Baiano	Federal																											
Uneb - Universidade do Estado da Bahia	Estadual																											

Legenda:  Órgão/Instituição Existente

Apêndice 37 - Participação das instituições nos colegiados selecionados no TI Médio Rio de Contas

INSTITUIÇÕES GOVERNAMENTAIS	AMBITO DE ATUAÇÃO DA INSTITUIÇÃO (Federal ou Estadual)	CONSELHO TERRITORIAL DE DESENVOLVIMENTO	CONSELHO DE POLÍTICAS DE INCLUSÃO SOCIAL	CÂMARAS SETORIAIS DA AGROPECUÁRIA	CONSELHO ESTADUAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	REPRESENTAÇÕES TERRITORIAIS DE CULTURA	CONSELHO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	CONSELHO ESTADUAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	CONSELHO ESTADUAL DA CRIANÇA E ADOLESCENTE	COMISSÃO INTERINSTITUCIONAL DE DEFESA CIVIL	CONSELHO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO	CONCIDADES	CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE	CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS	CONSELHO GESTOR UNIDADE DE CONSERVAÇÃO	COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS	COMISSÃO INTERINSTITUCIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL	CONSELHO ESTADUAL DA JUVENTUDE	CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE	CONSELHO ESTADUAL DE COOPERATIVISMO	CONSELHO ESTADUAL DO TRABALHO E RENDA	CONSELHO ESTADUAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA	FORUM ESTADUAL DE TURISMO	CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO	FORUM BAIANO DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS	CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS	CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA		
Adab - Agência Estadual de Defesa Agropecuária	Estadual																												
Bahia Pesca	Estadual																												
Bahiagás - Companhia de Gas da Bahia	Estadual																												
Bahiatursa - Empresa de Turismo da Bahia	Estadual																												
BNB - Banco do Nordeste do Brasil	Federal																												
CAR - Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional	Estadual																												
CBPM - Companhia Baiana de Pesquisa Mineral	Estadual																												
CDA - Coordenação de Desenvolvimento Agrário	Estadual																												
CEF - Caixa Economica Federal	Federal																												
Cerb - Companhia de Engenharia Ambiental e Recursos Hídricos	Estadual																												
Cetepi - Centro de Treinamento e Estudos em Propriedade Intelectual	Estadual																												
Chesf - Companhia Hidro elétrica do São Francisco	Federal																												
Codevasf - Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba	Federal																												
Conab - Companhia Nacional de Abastecimento	Federal																												
Conder - Companhia de Desenvolvimento Urbano	Estadual																												
Cordec - Coordenação Estadual de Defesa Civil	Estadual																												
Derba - Departamento de Infraestrutura de Transportes da Bahia	Estadual																												
DIREC 13 Jequié - Diretoria Regional de Educação	Estadual																												
DIRES 13 Jequié - Diretoria Regional de Saúde	Estadual																												
Ebal - Empresa Baiana de Alimentos	Estadual																												
EBDA - Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola	Estadual																												
Embasa - Empresa Baiana de Águas e Saneamento	Estadual																												
FUNAI - Fundação Nacional do Índio	Federal																												
FUNCEB - Fundação Cultural do Estado da Bahia	Estadual																												
IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis	Federal																												
Ifet - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia	Federal																												
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária	Federal																												
Inema - Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos	Estadual																												
IPAC - Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia	Estadual																												
Seagri - Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária	Estadual																												
SEC - Secretaria da Educação	Estadual																												
SECOM - Secretaria de Comunicação	Estadual																												
Secretaria da Casa Civil	Estadual																												
Secti - Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação	Estadual																												
Secult - Secretaria de Cultura	Estadual																												
Sedes - Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate a Pobreza	Estadual																												
Sedir - Secretaria de Desenvolvimento e Integração Regional	Estadual																												
Sedur - Secretaria de Desenvolvimento Urbano	Estadual																												
SEFAZ - Secretaria da Fazenda	Estadual																												
SEI - Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia	Estadual																												
Seinfra - Secretaria de Infraestrutura	Estadual																												

INSTITUIÇÕES GOVERNAMENTAIS	AMBITO DE ATUAÇÃO DA INSTITUIÇÃO (Federal ou Estadual)	CONSELHO TERRITORIAL DE DESENVOLVIMENTO	CONSELHO DE POLÍTICAS DE INCLUSÃO SOCIAL	CÁMARAS SETORIAIS DA AGROPECUÁRIA	CONSELHO ESTADUAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	REPRESENTAÇÕES TERRITORIAIS DE CULTURA	CONSELHO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	CONSELHO ESTADUAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	CONSELHO ESTADUAL DA CRIANÇA E ADOLESCENTE	COMISSÃO INTERINSTITUCIONAL DE DEFESA CIVIL	CONSELHO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO	CONCIDADES	CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE	CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS	CONSELHO GESTOR UNIDADE DE CONSERVAÇÃO	COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS	COMISSÃO INTERINSTITUCIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL	CONSELHO ESTADUAL DA JUVENTUDE	CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE	CONSELHO ESTADUAL DE COOPERATIVISMO	CONSELHO ESTADUAL DO TRABALHO E RENDA	CONSELHO ESTADUAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA	FORUM ESTADUAL DE TURISMO	CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO	FORUM BAIANO DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS	CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS	CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA	
Sema - Secretaria do Meio Ambiente	Estadual																											
Seplan - Secretaria de Planejamento	Estadual																											
Sepromi - Secretaria de Promoção da Igualdade Racial	Estadual																											
SERIN - Secretaria de Articulação Institucional	Estadual																											
Sesab - Secretaria da Saúde	Estadual																											
Setre - Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte	Estadual																											
Setur - Secretaria do Turismo	Estadual																											
SICM - Secretaria da Indústria Comércio e Mineração	Estadual																											
SJCDH - Secretaria de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos	Federal																											
SRTE - Superintendência Regional do Trabalho e Emprego	Federal																											
SSP - Secretaria de Segurança Pública	Estadual																											
Sudic - Superintendência de Desenvolvimento Industrial e Comercial	Estadual																											
UEFS - Universidade Estadual de Feira de Santana	Estadual																											
UESC - Universidade Estadual de Santa Cruz	Estadual																											
Ufba - Universidade Federal da Bahia	Federal																											
UFRB - Universidade Federal do Recôncavo Baiano	Federal																											
Uneb - Universidade do Estado da Bahia	Estadual																											

Legenda:  Órgão/Instituição Existente



Apêndice 38 - Participação das instituições nos colegiados selecionados no TI Bacia do Rio Corrente

INSTITUIÇÕES GOVERNAMENTAIS	AMBITO DE ATUAÇÃO DA INSTITUIÇÃO (Federal ou Estadual)	CONSELHO TERRITORIAL DE DESENVOLVIMENTO	CONSELHO DE POLÍTICAS DE INCLUSÃO SOCIAL	CÂMARAS SETORIAIS DA AGROPECUÁRIA	CONSELHO ESTADUAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	REPRESENTAÇÕES TERRITORIAIS DE CULTURA	CONSELHO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	CONSELHO ESTADUAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	CONSELHO ESTADUAL DA CRIANÇA E ADOLESCENTE	COMISSÃO INTERINSTITUCIONAL DE DEFESA CIVIL	CONSELHO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO	CONCIDADES	CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE	CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS	CONSELHO GESTOR UNIDADE DE CONSERVAÇÃO	COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS	COMISSÃO INTERINSTITUCIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL	CONSELHO ESTADUAL DA JUVENTUDE	CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE	CONSELHO ESTADUAL DE COOPERATIVISMO	CONSELHO ESTADUAL DO TRABALHO E RENDA	CONSELHO ESTADUAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA	FORUM ESTADUAL DE TURISMO	CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO	FORUM BAIANO DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS	CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS	CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA	
Adab - Agência Estadual de Defesa Agropecuária	Estadual																											
Bahia Pesca	Estadual																											
Bahiagás - Companhia de Gas da Bahia	Estadual																											
Bahiatursa - Empresa de Turismo da Bahia	Estadual																											
BNB - Banco do Nordeste do Brasil	Federal																											
CAR - Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional	Estadual																											
CBPM - Companhia Baiana de Pesquisa Mineral	Estadual																											
CDA - Coordenação de Desenvolvimento Agrário	Estadual																											
CEF - Caixa Econômica Federal	Federal																											
Cerb - Companhia de Engenharia Ambiental e Recursos Hídricos	Estadual																											
Cetepi - Centro de Treinamento e Estudos em Propriedade Intelectual	Estadual																											
Chesf - Companhia Hidro elétrica do São Francisco	Federal																											
Codevasf - Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba	Federal																											
Conab - Companhia Nacional de Abastecimento	Federal																											
Conder - Companhia de Desenvolvimento Urbano	Estadual																											
Cordec - Coordenação Estadual de Defesa Civil	Estadual																											
Derba - Departamento de Infraestrutura de Transportes da Bahia	Estadual																											
Ebal - Empresa Baiana de Alimentos	Estadual																											
EBDA - Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola	Estadual																											
Embasa - Empresa Baiana de Águas e Saneamento	Estadual																											
FUNAI - Fundação Nacional do Índio	Federal																											
FUNCEB - Fundação Cultural do Estado da Bahia	Estadual																											
IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis	Federal																											
Ifet - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia	Federal																											
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária	Federal																											
Inema - Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos	Estadual																											
IPAC - Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia	Estadual																											
Seagri - Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária	Estadual																											
SEC - Secretaria da Educação	Estadual																											
SECOM - Secretaria de Comunicação	Estadual																											
Secretaria da Casa Civil	Estadual																											
Secti - Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação	Estadual																											
Secult - Secretaria de Cultura	Estadual																											
Sedes - Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate a Pobreza	Estadual																											
Sedir - Secretaria de Desenvolvimento e Integração Regional	Estadual																											
Sedur - Secretaria de Desenvolvimento Urbano	Estadual																											
SEFAZ - Secretaria da Fazenda	Estadual																											
SEI - Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia	Estadual																											
Seinfra - Secretaria de Infraestrutura	Estadual																											
Sema - Secretaria do Meio Ambiente	Estadual																											
Seplan - Secretaria de Planejamento	Estadual																											

INSTITUIÇÕES GOVERNAMENTAIS	AMBITO DE ATUAÇÃO DA INSTITUIÇÃO (Federal ou Estadual)	CONSELHO TERRITORIAL DE DESENVOLVIMENTO	CONSELHO DE POLÍTICAS DE INCLUSÃO SOCIAL	CÁMARAS SETORIAIS DA AGROPECUÁRIA	CONSELHO ESTADUAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	REPRESENTAÇÕES TERRITORIAIS DE CULTURA	CONSELHO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	CONSELHO ESTADUAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	CONSELHO ESTADUAL DA CRIANÇA E ADOLESCENTE	COMISSÃO INTERINSTITUCIONAL DE DEFESA CIVIL	CONSELHO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO	CONCIDADES	CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE	CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS	CONSELHO GESTOR UNIDADE DE CONSERVAÇÃO	COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS	COMISSÃO INTERINSTITUCIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL	CONSELHO ESTADUAL DA JUVENTUDE	CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE	CONSELHO ESTADUAL DE COOPERATIVISMO	CONSELHO ESTADUAL DO TRABALHO E RENDA	CONSELHO ESTADUAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA	FORUM ESTADUAL DE TURISMO	CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO	FORUM BAIANO DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS	CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS	CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA	
Sepromi - Secretaria da Promoção da Igualdade Racial	Estadual																											
SERIN - Secretaria de Relações Institucionais	Estadual																											
Sesab - Secretaria da Saúde	Estadual																											
Setre - Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte	Estadual																											
Setur - Secretaria do Turismo	Estadual																											
SICM - Secretaria da Indústria Comércio e Mineração	Estadual																											
SJCDH - Secretaria de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos	Estadual																											
SRTE - Superintendência Regional do Trabalho e Emprego	Federal																											
SSP - Secretaria de Segurança pública	Estadual																											
Sudic - Superintendência de Desenvolvimento Industrial e Comercial	Estadual																											
UEFS - Universidade Estadual de Feira de Santana	Estadual																											
UESC - Universidade Estadual de Santa Cruz	Estadual																											
Ufba - Universidade Federal da Bahia	Federal																											
UFRB - Universidade Federal do Recôncavo Baiano	Federal																											
Unesp - Universidade do Estado da Bahia	Estadual																											

Legenda:  Órgão/Instituição Existente

Apêndice 39- Participação das instituições nos colegiados selecionados no TI Itaparica

INSTITUIÇÕES GOVERNAMENTAIS	AMBITO DE ATUAÇÃO DA INSTITUIÇÃO (Federal ou Estadual)	CONSELHO TERRITORIAL DE DESENVOLVIMENTO	CONSELHO DE POLÍTICAS DE INCLUSÃO SOCIAL	CÂMARAS SETORIAIS DA AGROPECUÁRIA	CONSELHO ESTADUAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	REPRESENTAÇÕES TERRITORIAIS DE CULTURA	CONSELHO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	CONSELHO ESTADUAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	CONSELHO ESTADUAL DA CRIANÇA E ADOLESCENTE	COMISSÃO INTERINSTITUCIONAL DE DEFESA CIVIL	CONSELHO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO	CONCIDADES	CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE	CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS	CONSELHO GESTOR UNIDADE DE CONSERVAÇÃO	COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS	COMISSÃO INTERINSTITUCIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL	CONSELHO ESTADUAL DA JUVENTUDE	CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE	CONSELHO ESTADUAL DE COOPERATIVISMO	CONSELHO ESTADUAL DO TRABALHO E RENDA	CONSELHO ESTADUAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA	FORUM ESTADUAL DE TURISMO	CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO	FORUM BAIANO DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS	CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS	CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA	
Adab - Agência Estadual de Defesa Agropecuária	Estadual																											
Bahia Pesca	Estadual																											
Bahiagás - Companhia de Gas da Bahia	Estadual																											
Bahiatursa - Empresa de Turismo da Bahia	Estadual																											
BNB - Banco do Nordeste do Brasil	Federal																											
CAR - Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional	Estadual																											
CBPM - Companhia Baiana de Pesquisa Mineral	Estadual																											
CDA - Coordenação de Desenvolvimento Agrário	Estadual																											
CEF - Caixa Econômica Federal	Federal																											
Cerb - Companhia de Engenharia Ambiental e Recursos Hídricos	Estadual																											
Cetepi - Centro de Treinamento e Estudos em Propriedade Intelectual	Estadual																											
Chesf - Companhia Hidro elétrica do São Francisco	Federal																											
Codevasf - Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba	Federal																											
Conab - Companhia Nacional de Abastecimento	Federal																											
Conder - Companhia de Desenvolvimento Urbano	Estadual																											
Cordec - Coordenação Estadual de Defesa Civil	Estadual																											
Derba - Departamento de Infraestrutura de Transportes da Bahia	Estadual																											
Direc 10 - Diretoria Regional de Educação	Estadual																											
Ebal - Empresa Baiana de Alimentos	Estadual																											
EBDA - Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola	Estadual																											
Embasa - Empresa Baiana de Águas e Saneamento	Estadual																											
FUNCEB – Fundação Cultural do Estado da Bahia	Estadual																											
IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis	Federal																											
Ifet - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia	Federal																											
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária	Federal																											
Inema - Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos	Estadual																											
IPAC – Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia	Estadual																											
Seagri - Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária	Estadual																											
SEC - Secretaria da Educação	Estadual																											
SECOM - Secretaria de Comunicação	Estadual																											
Secretaria da Casa Civil	Estadual																											
Secti - Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação	Estadual																											
Secult - Secretaria de Cultura	Estadual																											
Sedes - Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate a Pobreza	Estadual																											
Sedir - Secretaria de Desenvolvimento e Integração Regional	Estadual																											
Sedur - Secretaria de Desenvolvimento Urbano	Estadual																											
SEFAZ - Secretaria da Fazenda	Estadual																											
SEI - Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia	Estadual																											
Seinfra - Secretaria de Infraestrutura	Estadual																											
Sema - Secretaria do Meio Ambiente	Estadual																											
Seplan - Secretaria de Planejamento	Estadual																											

INSTITUIÇÕES GOVERNAMENTAIS	AMBITO DE ATUAÇÃO DA INSTITUIÇÃO (Federal ou Estadual)	CONSELHO TERRITORIAL DE DESENVOLVIMENTO	CONSELHO DE POLÍTICAS DE INCLUSÃO SOCIAL	CÁMARAS SETORIAIS DA AGROPECUÁRIA	CONSELHO ESTADUAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	REPRESENTAÇÕES TERRITORIAIS DE CULTURA	CONSELHO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	CONSELHO ESTADUAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	CONSELHO ESTADUAL DA CRIANÇA E ADOLESCENTE	COMISSÃO INTERINSTITUCIONAL DE DEFESA CIVIL	CONSELHO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO	CONCIDADES	CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE	CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS	CONSELHO GESTOR UNIDADE DE CONSERVAÇÃO	COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS	COMISSÃO INTERINSTITUCIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL	CONSELHO ESTADUAL DA JUVENTUDE	CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE	CONSELHO ESTADUAL DE COOPERATIVISMO	CONSELHO ESTADUAL DO TRABALHO E RENDA	CONSELHO ESTADUAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA	FORUM ESTADUAL DE TURISMO	CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO	FORUM BAIANO DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS	CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS	CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA	
Sepromi - Secretaria de Promoção da Igualdade Racial	Estadual																											
SERIN - Secretaria de Relações Institucionais	Estadual																											
Sesab - Secretaria da Saúde	Estadual																											
Setre - Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte	Estadual																											
Setur - Secretaria do Turismo	Estadual																											
SICM - Secretaria da Indústria Comércio e Mineração	Estadual																											
SJCDH - Secretaria de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos	Estadual																											
SRTE - Superintendência Regional do Trabalho e Emprego	Federal																											
SSP - Secretaria de Segurança Pública	Estadual																											
Sudic - Superintendência de Desenvolvimento Industrial e Comercial	Estadual																											
UEFS - Universidade Estadual de Feira de Santana	Estadual																											
UESC - Universidade Estadual de Santa Cruz	Estadual																											
Ufba - Universidade Federal da Bahia	Federal																											
UFRB - Universidade Federal do Recôncavo Baiano	Federal																											
Unesp - Universidade do Estado da Bahia	Estadual																											

Legenda:  Órgão/Instituição Existente

Apêndice 40 - Participação das instituições nos colegiados selecionados no TI Piemonte Norte do Itapicuru

INSTITUIÇÕES GOVERNAMENTAIS	AMBITO DE ATUAÇÃO DA INSTITUIÇÃO (Federal ou Estadual)	CONSELHO TERRITORIAL DE DESENVOLVIMENTO	CONSELHO DE POLÍTICAS DE INCLUSÃO SOCIAL	CÂMARAS SETORIAIS DA AGROPECUÁRIA	CONSELHO ESTADUAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	REPRESENTAÇÕES TERRITORIAIS DE CULTURA	CONSELHO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	CONSELHO ESTADUAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	CONSELHO ESTADUAL DA CRIANÇA E ADOLESCENTE	COMISSÃO INTERINSTITUCIONAL DE DEFESA CIVIL	CONSELHO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO	CONCIDADES	CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE	CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS	CONSELHO GESTOR UNIDADE DE CONSERVAÇÃO	COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS	COMISSÃO INTERINSTITUCIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL	CONSELHO ESTADUAL DA JUVENTUDE	CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE	CONSELHO ESTADUAL DE COOPERATIVISMO	CONSELHO ESTADUAL DO TRABALHO E RENDA	CONSELHO ESTADUAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA	FORUM ESTADUAL DE TURISMO	CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO	FORUM BAIANO DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS	CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS	CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA	
Adab - Agência Estadual de Defesa Agropecuária	Estadual																											
Bahia Pesca	Estadual																											
Bahiagás - Companhia de Gas da Bahia	Estadual																											
Bahiatursa - Empresa de Turismo da Bahia	Estadual																											
BNB - Banco do Nordeste do Brasil	Federal																											
CAR - Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional	Estadual																											
CBPM - Companhia Baiana de Pesquisa Mineral	Estadual																											
CDA - Coordenação de Desenvolvimento Agrário	Estadual																											
CEF - Caixa Economica Federal	Federal																											
Cerb - Companhia de Engenharia Ambiental e Recursos Hídricos	Estadual																											
Cetepi - Centro de Treinamento e Estudos em Propriedade Intelectual	Estadual																											
Chesf - Companhia Hidro elétrica do São Francisco	Federal																											
Codevasf - Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba	Federal																											
Conab - Companhia Nacional de Abastecimento	Federal																											
Conder - Companhia de Desenvolvimento Urbano	Estadual																											
Cordec - Coordenação Estadual de Defesa Civil	Estadual																											
Derba - Departamento de Infraestrutura de Transportes da Bahia	Estadual																											
DIREC 28 - Senhor do Bomfim	Estadual																											
Ebal - Empresa Baiana de Alimentos	Estadual																											
EBDA - Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola	Estadual																											
Embasa - Empresa Baiana de Águas e Saneamento	Estadual																											
FUNAI - Fundação Nacional do Índio	Federal																											
FUNCEB - Fundação Cultural do Estado da Bahia	Estadual																											
IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis	Federal																											
Ifet - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia	Federal																											
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária	Federal																											
Inema - Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos	Estadual																											
IPAC - Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia	Estadual																											
Seagri - Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária	Estadual																											
SEC - Secretaria da Educação	Estadual																											
SECOM - Secretaria de Comunicação	Estadual																											
Secretaria da Casa Civil	Estadual																											
Secti - Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação	Estadual																											
Secult - Secretaria de Cultura	Estadual																											
Sedes - Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate a Pobreza	Estadual																											
Sedir - Secretaria de Desenvolvimento e Integração Regional	Estadual																											
Sedur - Secretaria de Desenvolvimento Urbano	Estadual																											
SEFAZ - Secretaria da Fazenda	Estadual																											
SEI - Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia	Estadual																											
Seinfra - Secretaria de Infraestrutura	Estadual																											
Sema - Secretaria do Meio Ambiente	Estadual																											

INSTITUIÇÕES GOVERNAMENTAIS	AMBITO DE ATUAÇÃO DA INSTITUIÇÃO (Federal ou Estadual)	CONSELHO TERRITORIAL DE DESENVOLVIMENTO	CONSELHO DE POLÍTICAS DE INCLUSÃO SOCIAL	CÁMARAS SETORIAIS DA AGROPECUÁRIA	CONSELHO ESTADUAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	REPRESENTAÇÕES TERRITORIAIS DE CULTURA	CONSELHO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	CONSELHO ESTADUAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	CONSELHO ESTADUAL DA CRIANÇA E ADOLESCENTE	COMISSÃO INTERINSTITUCIONAL DE DEFESA CIVIL	CONSELHO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO	CONCIDADES	CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE	CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS	CONSELHO GESTOR UNIDADE DE CONSERVAÇÃO	COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS	COMISSÃO INTERINSTITUCIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL	CONSELHO ESTADUAL DA JUVENTUDE	CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE	CONSELHO ESTADUAL DE COOPERATIVISMO	CONSELHO ESTADUAL DO TRABALHO E RENDA	CONSELHO ESTADUAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA	FORUM ESTADUAL DE TURISMO	CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO	FORUM BAIANO DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS	CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS	CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA
Seplan - Secretaria de Planejamento	Estadual																										
Sepromi - Secretaria de Promoção da Igualdade Racial	Estadual																										
SERIN - Secretaria de Relações Institucionais	Estadual																										
Sesab - Secretaria da Saúde	Estadual																										
Setre - Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte	Estadual																										
Setur - Secretaria do Turismo	Estadual																										
SICM - Secretaria da Indústria Comércio e Mineração	Estadual																										
SJCDH - Secretaria de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos	Estadual																										
SRTE - Superintendência Regional do Trabalho e Emprego	Federal																										
SSP - Secretaria de Segurança Pública	Estadual																										
Sudic - Superintendência de Desenvolvimento Industrial e Comercial	Estadual																										
UEFS - Universidade Estadual de Feira de Santana	Estadual																										
UESC - Universidade Estadual de Santa Cruz	Estadual																										
Ufba - Universidade Federal da Bahia	Federal																										
UFRB - Universidade Federal do Recôncavo Baiano	Federal																										
Uneb - Universidade do Estado da Bahia	Estadual																										

Legenda:  Órgão/Instituição Existente



Apêndice 41 - Participação das instituições nos colegiados selecionados no TI Metropolitano de Salvador

INSTITUIÇÕES GOVERNAMENTAIS	AMBITO DE ATUAÇÃO DA INSTITUIÇÃO (Federal ou Estadual)	CONSELHO TERRITORIAL DE DESENVOLVIMENTO	CONSELHO DE POLÍTICAS DE INCLUSÃO SOCIAL	CÂMARAS SETORIAIS DA AGROPECUÁRIA	CONSELHO ESTADUAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	REPRESENTAÇÕES TERRITORIAIS DE CULTURA	CONSELHO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	CONSELHO ESTADUAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	CONSELHO ESTADUAL DA CRIANÇA E ADOLESCENTE	COMISSÃO INTERINSTITUCIONAL DE DEFESA CIVIL	CONSELHO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO	CONCIDADES	CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE	CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS	CONSELHO GESTOR UNIDADE DE CONSERVAÇÃO	COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS	COMISSÃO INTERINSTITUCIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL	CONSELHO ESTADUAL DA JUVENTUDE	CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE	CONSELHO ESTADUAL DE COOPERATIVISMO	CONSELHO ESTADUAL DO TRABALHO E RENDA	CONSELHO ESTADUAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA	FORUM ESTADUAL DE TURISMO	CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO	FORUM BAIANO DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS	CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS	CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA	
Adab - Agência Estadual de Defesa Agropecuária	Estadual																											
Bahia Pesca	Estadual																											
Bahiagás - Companhia de Gas da Bahia	Estadual																											
Bahiatursa - Empresa de Turismo da Bahia	Estadual																											
BNB - Banco do Nordeste do Brasil	Federal																											
CAR - Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional	Estadual																											
CBPM - Companhia Baiana de Pesquisa Mineral	Estadual																											
CDA - Coordenação de Desenvolvimento Agrário	Estadual																											
CEF - Caixa Economica Federal	Federal																											
Cerb - Companhia de Engenharia Ambiental e Recursos Hídricos	Estadual																											
Cetepi - Centro de Treinamento e Estudos em Propriedade Intelectual	Estadual																											
Chesf - Companhia Hidro elétrica do São Francisco	Federal																											
Codeba	Estadual																											
Codevasf - Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba	Federal																											
Conab - Companhia Nacional de Abastecimento	Federal																											
Conder - Companhia de Desenvolvimento Urbano	Estadual																											
Cordec - Coordenação Estadual de Defesa Civil	Estadual																											
Derba - Departamento de Infraestrutura de Transportes da Bahia	Estadual																											
DNPM - Departamento Nacional de Proteção Mineral	Federal																											
Ebal - Empresa Baiana de Alimentos	Estadual																											
EBDA - Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola	Estadual																											
Embasa - Empresa Baiana de Águas e Saneamento	Estadual																											
FUNCEB – Fundação Cultural do Estado da Bahia	Estadual																											
IBAMA - Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis	Federal																											
Ifet - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia	Federal																											
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária	Federal																											
Inema - Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos	Estadual																											
IPAC – Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia	Estadual																											
PM/BA - Polícia Militar do Estado da Bahia	Estadual																											
Seagri - Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária	Estadual																											
SEC - Secretaria da Educação	Estadual																											
SECOM - Secretaria de Comunicação																												
Secretaria Casa Civil	Estadual																											
Secti - Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação	Estadual																											
Secult - Secretaria de Cultura	Estadual																											
Sedes - Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate a Pobreza	Estadual																											
Sedir - Secretaria de Desenvolvimento e Integração Regional	Estadual																											
Sedur - Secretaria de Desenvolvimento Urbano	Estadual																											
SEFAZ - Secretaria da Fazenda	Estadual																											
SEI - Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia	Estadual																											
Seinfra - Secretaria de Infraestrutura	Estadual																											

INSTITUIÇÕES GOVERNAMENTAIS	AMBITO DE ATUAÇÃO DA INSTITUIÇÃO (Federal ou Estadual)	CONSELHO TERRITORIAL DE DESENVOLVIMENTO	CONSELHO DE POLÍTICAS DE INCLUSÃO SOCIAL	CÁMARAS SETORIAIS DA AGROPECUÁRIA	CONSELHO ESTADUAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	REPRESENTAÇÕES TERRITORIAIS DE CULTURA	CONSELHO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	CONSELHO ESTADUAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	CONSELHO ESTADUAL DA CRIANÇA E ADOLESCENTE	COMISSÃO INTERINSTITUCIONAL DE DEFESA CIVIL	CONSELHO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO	CONCIDADES	CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE	CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS	CONSELHO GESTOR UNIDADE DE CONSERVAÇÃO	COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS	COMISSÃO INTERINSTITUCIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL	CONSELHO ESTADUAL DA JUVENTUDE	CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE	CONSELHO ESTADUAL DE COOPERATIVISMO	CONSELHO ESTADUAL DO TRABALHO E RENDA	CONSELHO ESTADUAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA	FORUM ESTADUAL DE TURISMO	CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO	FORUM BAIANO DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS	CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS	CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA	
Sema - Secretaria do Meio Ambiente	Estadual																											
Seplan - Secretaria de Planejamento	Estadual																											
Sepromi - Secretaria da Promoção da Igualdade Racial	Estadual																											
SERIN - Secretaria de Relações Institucionais	Estadual																											
Sesab - Secretaria da Saúde	Estadual																											
Setre - Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte	Estadual																											
Setur - Secretaria do Turismo	Estadual																											
SICM - Secretaria da Indústria Comércio e Mineração	Estadual																											
SJCDH - Secretaria de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos	Estadual																											
SRTE - Superintendência Regional do Trabalho e Emprego	Federal																											
SSP - Secretaria de Segurança Pública	Estadual																											
Sudesb - Superintendência dos Desportos do Estado da Bahia	Estadual																											
Sudic - Superintendência de Desenvolvimento Industrial e Comercial	Estadual																											
UEFS - Universidade Estadual de Feira de Santana	Estadual																											
UESC - Universidade Estadual de Santa Cruz	Estadual																											
Ufba - Universidade Federal da Bahia	Federal																											
UFRB - Universidade Federal do Recôncavo Baiano	Federal																											
Uneb - Universidade do Estado da Bahia	Estadual																											

Legenda:  Órgão/Instituição Existente

Apêndice 42- Participação das instituições nos colegiados selecionados no TI Costa do Descobrimento

INSTITUIÇÕES GOVERNAMENTAIS	AMBITO DE ATUAÇÃO DA INSTITUIÇÃO (Federal ou Estadual)	CONSELHO TERRITORIAL DE DESENVOLVIMENTO	CONSELHO DE POLÍTICAS DE INCLUSÃO SOCIAL	CÂMARAS SETORIAIS DA AGROPECUÁRIA	CONSELHO ESTADUAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	REPRESENTAÇÕES TERRITORIAIS DE CULTURA	CONSELHO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	CONSELHO ESTADUAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	CONSELHO ESTADUAL DA CRIANÇA E ADOLESCENTE	COMISSÃO INTERINSTITUCIONAL DE DEFESA CIVIL	CONSELHO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO	CONCIDADES	CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE	CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS	CONSELHO GESTOR UNIDADE DE CONSERVAÇÃO	COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS	COMISSÃO INTERINSTITUCIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL	CONSELHO ESTADUAL DA JUVENTUDE	CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE	CONSELHO ESTADUAL DE COOPERATIVISMO	CONSELHO ESTADUAL DO TRABALHO E RENDA	CONSELHO ESTADUAL DE ECONOMIA SÓLIDÁRIA	FORUM ESTADUAL DE TURISMO	CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO	FORUM BAIANO DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS	CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS	CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA	
Adab - Agência Estadual de Defesa Agropecuária	Estadual																											
Bahia Pesca	Estadual																											
Bahiagás - Companhia de Gas da Bahia	Estadual																											
Bahiatursa - Empresa de Turismo da Bahia	Estadual																											
BNB - Banco do Nordeste do Brasil	Federal																											
CAR - Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional	Estadual																											
CBPM - Companhia Baiana de Pesquisa Mineral	Estadual																											
CDA - Coordenação de Desenvolvimento Agrário	Estadual																											
CEF - Caixa Econômica Federal	Federal																											
Cerb - Companhia de Engenharia Ambiental e Recursos Hídricos	Estadual																											
Cetepi - Centro de Treinamento e Estudos em Propriedade Intelectual	Estadual																											
Chesf - Companhia Hidro elétrica do São Francisco	Federal																											
Codevasf - Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba	Federal																											
Conab - Companhia Nacional de Abastecimento	Federal																											
Conder - Companhia de Desenvolvimento Urbano	Estadual																											
Cordec - Coordenação Estadual de Defesa Civil	Estadual																											
Derba - Departamento de Infraestrutura de Transportes da Bahia	Estadual																											
Ebal - Empresa Baiana de Alimentos	Estadual																											
EBDA - Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola	Estadual																											
Embasa - Empresa Baiana de Águas e Saneamento	Estadual																											
FUNAI - Fundação Nacional do Índio	Federal																											
FUNCEB – Fundação Cultural do Estado da Bahia	Estadual																											
IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis	Federal																											
ICMBio - Instituto Chico Mendes de Proteção à Biodiversidade	Federal																											
Ifet - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia	Federal																											
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária	Federal																											
Inema - Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos	Estadual																											
IPAC – Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia	Estadual																											
Seagri - Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária	Estadual																											
SEC - Secretaria da Educação	Estadual																											
SECOM - Secretaria de Comunicação	Estadual																											
Secretaria Casa Civil	Estadual																											
Secti - Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação	Estadual																											
Secult - Secretaria de Cultura	Estadual																											
Sedes - Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate a Pobreza	Estadual																											
Sedir - Secretaria de Desenvolvimento e Integração Regional	Estadual																											
Sedur - Secretaria de Desenvolvimento Urbano	Estadual																											
SEFAZ - Secretaria da Fazenda	Estadual																											
SEI - Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia	Estadual																											
Seinfra - Secretaria de Infraestrutura	Estadual																											
Sema - Secretaria do Meio Ambiente	Estadual																											

INSTITUIÇÕES GOVERNAMENTAIS	AMBITO DE ATUAÇÃO DA INSTITUIÇÃO (Federal ou Estadual)	CONSELHO TERRITORIAL DE DESENVOLVIMENTO	CONSELHO DE POLÍTICAS DE INCLUSÃO SOCIAL	CÁMARAS SETORIAIS DA AGROPECUÁRIA	CONSELHO ESTADUAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	REPRESENTAÇÕES TERRITORIAIS DE CULTURA	CONSELHO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	CONSELHO ESTADUAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	CONSELHO ESTADUAL DA CRIANÇA E ADOLESCENTE	COMISSÃO INTERINSTITUCIONAL DE DEFESA CIVIL	CONSELHO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO	CONCIDADES	CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE	CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS	CONSELHO GESTOR UNIDADE DE CONSERVAÇÃO	COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS	COMISSÃO INTERINSTITUCIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL	CONSELHO ESTADUAL DA JUVENTUDE	CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE	CONSELHO ESTADUAL DE COOPERATIVISMO	CONSELHO ESTADUAL DO TRABALHO E RENDA	CONSELHO ESTADUAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA	FORUM ESTADUAL DE TURISMO	CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO	FORUM BAIANO DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS	CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS	CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA
Seplan - Secretaria de Planejamento	Estadual																										
Sepromi - Secretaria de Promoção da Igualdade Racial	Estadual																										
SERIN - Secretaria de Relações Institucionais	Estadual																										
Sesab - Secretaria da Saúde	Estadual																										
Setre - Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte	Estadual																										
Setur - Secretaria do Turismo	Estadual																										
SICM - Secretaria da Indústria Comércio e Mineração	Estadual																										
SJCDH - Secretaria de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos	Estadual																										
SRTE - Superintendência Regional do Trabalho e Emprego	Federal																										
SSP - Secretaria de Segurança Pública	Estadual																										
Sudic - Superintendência de Desenvolvimento Industrial e Comercial	Estadual																										
UEFS - Universidade Estadual de Feira de Santana	Estadual																										
UESC - Universidade Estadual de Santa Cruz	Estadual																										
Ufba - Universidade Federal da Bahia	Federal																										
UFRB - Universidade Federal do Recôncavo Baiano	Federal																										
Uneb - Universidade do Estado da Bahia	Estadual																										

Legenda:  Órgão/Instituição Existente

Apêndice 43 – Nível de implantação dos sistemas de gestão ambiental por município em Setembro de 2012

MUNICÍPIO	MACRORREGIÃO	TERRITÓRIO DE IDENTIDADE	SISTEMA DE GESTÃO AMBIENTAL RECONHECIDO PELO CEPRAM	NÍVEL
Alagoinhas	Litoral Norte	Litoral Norte e Agreste Baiano	Resolução 4263, de 13/07/2012	3
Amargosa	Semiárido	Vale do Jiquiriçá	Processo não localizado	-
Barreiras	Cerrado	Bacia do Rio Grande	Resolução 4076, de 30/04/2010	2
Bom Jesus da Lapa	Semiárido	Velho Chico	Resolução 4068, de 09/04/2010	3
Brumado	Semiárido	Sertão Produtivo	Resolução 4125, de 30/08/2010	3
Cachoeira	Recôncavo-RMS	Recôncavo	Processo em andamento	-
Caetité	Semiárido	Sertão Produtivo	Resolução 4076, de 30/04/2010	2
Camaçari	Recôncavo-RMS	Metropolitano de Salvador	Resolução 4046, de 29/01/2010	3
Campo Formoso	Semiárido	Piemonte Norte do Itapicuru	Resolução 4178, de 08/04/2011	1
Candeias	Recôncavo-RMS	Metropolitano de Salvador	Resolução 4050, de 29/01/2010	3
Casa Nova	Semiárido	Sertão do São Francisco	Resolução 4262, de 13/07/2012	2
Cícero Dantas	Semiárido	Semiárido Nordeste II	Processo não localizado	-
Cipó	Semiárido	Semiárido Nordeste II	Processo em andamento	-
Conceição do Coité	Semiárido	Sisal	Processo em andamento	-
Cruz das Almas	Recôncavo-RMS	Recôncavo	Processo em andamento	-
Euclides da Cunha	Semiárido	Semiárido Nordeste II	Processo em andamento	-
Eunápolis	Litoral Sul	Costa do Descobrimento	Resolução 4077, de 30/04/2010	2
Feira de Santana	Semiárido	Portal do Sertão	Resolução 4000, de 06/11/2009	3
Guanambi	Semiárido	Sertão Produtivo	Resolução 4023, de 04/12/2009	2
Ibotirama	Semiárido	Velho Chico	Processo em andamento	-
Ilhéus	Litoral Sul	Litoral Sul	Resolução 4171, de 25/02/2011	3
Ipiaú	Semiárido	Médio Rio de Contas	Processo em andamento	-
Ipirá	Semiárido	Bacia do Jacuípe	Processo em andamento	-
Irecê	Semiárido	Irecê	Resolução 4204, de 26/08/2011	3
Itaberaba	Semiárido	Piemonte do Paraguaçu	Resolução 4162, de 28/01/2011	1
Itabuna	Litoral Sul	Litoral Sul	Resolução 4210, de 30/09/2011	3

(Continua)

Continuação do **Apêndice 43** – Nível de implantação dos sistemas de gestão ambiental por município em Setembro de 2012

MUNICÍPIO	MACRORREGIÃO	TERRITÓRIO DE IDENTIDADE	SISTEMA DE GESTÃO AMBIENTAL RECONHECIDO PELO CEPRAM	NÍVEL
Itamaraju	Litoral Sul	Extremo Sul	Processo em andamento	-
Itapetinga	Semiárido	Médio Sudoeste da Bahia	Processo em andamento	-
Jacobina	Semiárido	Piemonte da Diamantina	Resolução 4136, de 24/09/2010	3
Jequié	Semiárido	Médio Rio de Contas	Resolução 4022, de 04/12/2009	2
Juazeiro	Semiárido	Sertão do São Francisco	Resolução 4050, de 29/01/2010	2
Luís Eduardo Magalhães	Cerrado	Bacia do Rio Grande	Resolução 4045, de 29/01/2010	3
Macaúbas	Semiárido	Bacia do Paramirim	Resolução 4019, de 04/12/2009	2
Morro do Chapéu	Semiárido	Chapada Diamantina	Resolução 4131, de 24/09/2010	3
Mucugê	Semiárido	Chapada Diamantina	Processo não localizado	-
Paulo Afonso	Semiárido	Itaparica	Processo em andamento	-
Piritiba	Semiárido	Piemonte do Paraguaçu	Processo não localizado	-
Porto Seguro	Litoral Sul	Costa do Descobrimento	Resolução 4031, de 18/12/2009	3
Ribeira do Pombal	Semiárido	Semiárido Nordeste II	Processo não localizado	-
Salvador	Recôncavo-RMS	Metropolitano de Salvador	Processo não localizado	X
Santa Maria da Vitória	Cerrado	Bacia do Rio Corrente	Processo não localizado	X
Santo Amaro	Recôncavo-RMS	Recôncavo	Resolução 4227, de 16/12/2011	2
Santo Antônio de Jesus	Recôncavo-RMS	Recôncavo	Resolução 4160, de 17/12/2010	3
Seabra	Semiárido	Chapada Diamantina	Processo em andamento	-
Senhor do Bonfim	Semiárido	Piemonte Norte do Itapicuru	Processo em andamento	-
Serrinha	Semiárido	Sisal	Resolução 4132, 24/09/2010	1
Simões Filho	Recôncavo-RMS	Metropolitano de Salvador	Processo não localizado	-
Teixeira de Freitas	Litoral Sul	Extremo Sul	Resolução 4030, de 18/12/2009	3
Valença	Litoral Sul	Baixo Sul	Processo em andamento	-
Vitória da Conquista	Semiárido	Vitória da Conquista	Resolução 4021, de 04/12/2009	3

Fonte: SEMA.

Nota: As informações utilizadas são oriundas do Programa de Gestão Ambiental Compartilhada, disponíveis no site da SEMA (acesso em 13 de setembro de 2012).



Apêndice 44 – Investimentos em infraestrutura e empreendimentos privados

MACRORREGIÕES	CERRADO		SEMIÁRIDO																		LITORAL NORTE	RECÔNCAVO		LITORAL SUL				
	TI-11	TI-23	TI-01	TI-02	TI-03	TI-04	TI-08	TI-09	TI-10	TI-12	TI-13	TI-14	TI-15	TI-16	TI-17	TI-19	TI-20	TI-22	TI-24	TI-25	TI-18	TI-21	TI-26	TI-05	TI-06	TI-07	TI-27	
INFRAESTRUTURA	Infraestrutura portuária (marítima e fluvial)		x	x					x														x	x			x	
	Infraestrutura de transporte						x			x							x						x	x				
	Infraestrutura pesqueira																						x	x				
	Infraestrutura aeroportuária	x			x				x							x	x		x				x		x	x	x	
	Geração de Energia Eólica				x	x			x		x										x							
	Mineração										x																	
	Naval																						x					
	Polos Industriais	x						x		x							x	x	x				x	x	x	x		x
	Turismo																						x	x	x	x		
	EMPREENHIMENTOS PRIVADOS	Manati S.A. - Exploração de Gás																									x	
Ibirálcool (biocombustível)																										x		
União Industrial Açucareira																										x		
Usinas de Etanol																										x	x	
Veracel II (celulose)																	x								x	x		
Knauf do Brasil (minério)																									x			
Rio Tinto Alcan (minério)									x																x			
Sul Americana de Metais																								x				
Polo Moveleiro (AMESUL)																										x		
Polo Moveleiro (AITAMOVEL)																									x			

(continua)

MACRORREGIÕES	CERRADO		SEMIÁRIDO																	LITORAL NORTE	RECÔNCAVO		LITORAL SUL					
	TI-11	TI-23	TI-01	TI-02	TI-03	TI-04	TI-08	TI-09	TI-10	TI-12	TI-13	TI-14	TI-15	TI-16	TI-17	TI-19	TI-20	TI-22	TI-24	TI-25	TI-18	TI-21	TI-26	TI-05	TI-06	TI-07	TI-27	
INVESTIMENTOS																												
Usinas Termelétricas																									x		x	
General Eletric																							x					
Gamesa																							x					
Alstom																							x					
Latapack-Ball																							x					
Torrebrás																							x					
Grupo Ítalo Lanfredi																							x					
Lenox Sound																							x					
Peroxy Bahia																							x					
Petrochina																							x					
Canteiros de Módulos de Plataformas																							x					
Condomínio Bahia Têxtil																							x					
Votorantim fábrica de cimento																							x					
Unigel																							x					
Terminal de Regaseificação da Bahia																							x					
Fábrica de ácido acrílico (BASF)																							x					
Fabrica da Boticário																							x					
A nipo-francesa Cebrace																							x					
DurolineTec																							x					

(continua)

Continuação do Apêndice 44 – Investimentos em infraestrutura e empreendimentos privados

MACRORREGIÕES	CERRADO		SEMIÁRIDO																		LITORAL NORTE	RECÔNCAVO		LITORAL SUL			
	TI-11	TI-23	TI-01	TI-02	TI-03	TI-04	TI-08	TI-09	TI-10	TI-12	TI-13	TI-14	TI-15	TI-16	TI-17	TI-19	TI-20	TI-22	TI-24	TI-25	TI-18	TI-21	TI-26	TI-05	TI-06	TI-07	TI-27
A francesa SNS																							x				
Vacker (peças)																							x				
Magna Cosma (peças para veículos)																							x				
Unidade da Wacker Química do Brasil Ltda (polímeros)																							x				
Linde Gases																							x				
JAC Motors (veículo)																							x				
Miza Motos (veículos)																							x				
Arogás Comércio de Combustível Ltda																							x				
Ferrobahia																		x									
Ferbasa																						x					
Ferrous da Bahia																x											
Vanádio Maracás-Minério de Ferro								x																			
Paili Bahia Mineração								x															x				
Rio Tinto Alcan								x																			
Projeto Ouro da Fazenda Maria Preta						x																					
Cia Brasileira de Bentonita																		x									
Magnesita											x																
Bahiamido								x																			
Indústria de pesca (Pescanova)																				x							
Valedourado							x																				
Votorantim fábrica de cimento											x												x				

EMPREENHIMENTOS PRIVADOS

(continua)

MACRORREGIÕES	CERRADO		SEMIÁRIDO																	LITORAL NORTE	RECÔNCAVO		LITORAL SUL					
	TI-11	TI-23	TI-01	TI-02	TI-03	TI-04	TI-08	TI-09	TI-10	TI-12	TI-13	TI-14	TI-15	TI-16	TI-17	TI-19	TI-20	TI-22	TI-24	TI-25	TI-18	TI-21	TI-26	TI-05	TI-06	TI-07	TI-27	
Pepsico																x												
Ramarim																		x										
Sítio Barreiras																					x							
Baixio de Irecê			x																									
Indústria de Beneficiamento da Babosa (Jung Consult)																					x							
unidade de beneficiamento de cana-de-açúcar e derivados				x																								
Usina de Etanol				x																								
Usina de Etanol									x																			
Agroindústria Polivalente do Umbu											x																	
Agroindústria de fruta desidratada em Itaberaba (Coopaita)												x																
Fabrica de suco (Casa Valduga)									x																			
Unidade de Beneficiamento de Castanha de Caju																x												
Convênios para Piscicultura																					x							
Usina de Etanol																x												
Ampliação da Usina de Açúcar e Etanol									x																			
AJE group (bebidas)																						x						
Itaipava e Crystal (bebida alcoólica)																						x						
Latapack-Ball (embalagens)																						x						
Brasfrut Frutos do Brasil (alimentos)																						x						
Unidade de Esmagamento de Oleaginosas																						x						

(continua)

Continuação do Apêndice 44 – Investimentos em infraestrutura e empreendimentos privados

MACRORREGIÕES	CERRADO		SEMIÁRIDO																	LITORAL NORTE	RECÔNCAVO-RMS		LITORAL SUL						
	TI-11	TI-23	TI-01	TI-02	TI-03	TI-04	TI-08	TI-09	TI-10	TI-12	TI-13	TI-14	TI-15	TI-16	TI-17	TI-19	TI-20	TI-22	TI-24	TI-25	TI-18	TI-21	TI-26	TI-05	TI-06	TI-07	TI-27		
EMPREENHIMENTOS PRIVADOS	Schincariol (bebida alcoólica)																					x							
	Frigorífico regional de Alagoinhas (Frigoalas)																						x						
	Universo Verde (processamento de grãos)		x																										
	Ki Sabor (fábrica de queijo)			x																									
	Campo Brasil (processamento de grãos)		x																										
	Indústrias Reunidas Coringa Ltda (ind. Alimentos)		x																										
	Sykué Bioenergia (energia)		x																										
	Usina de Etanol (energia)		x																										

Fonte: Consórcio Geohidro-Sondotécnica, 2013.

Legenda: TI-01 Irecê; TI-02 Velho Chico; TI-03 Chapada Diamantina; TI-04 Sisal; TI-05 Litoral Sul; TI-06 Baixo Sul; TI-07 Extremo Sul; TI-08 Médio Sudoeste da Bahia; TI-09 Vale do Jiquiriçá; TI-10 Sertão do São Francisco; TI-11 Bacia do Rio Grande; TI-12 Bacia do Paramirim; TI-13 Sertão Produtivo; TI-14 Piemonte do Paraguaçu; TI-15 Bacia do Jacuípe; TI-16 Piemonte da Diamantina; TI-17 Semiárido Nordeste II; TI-18 Litoral Norte e Agreste Baiano; TI-19 Portal do Sertão; TI-20 Vitória da Conquista; TI-21 Recôncavo; TI-22 Médio Rio de Contas; TI-23 Bacia do Rio Corrente; TI-24 Itaparica; TI-25 Piemonte Norte do Itapicuru; TI-26 Metropolitano de Salvador; TI-27 Costa do Descobrimento.

POLÍTICAS FEDERAIS	MACRORREGIÕES	CERRADO		SEMIÁRIDO																	LITORAL NORTE	RECÔNCAVO- RMS		LITORAL SUL				
		TI-11	TI-23	TI-01	TI-02	TI-03	TI-04	TI-08	TI-09	TI-10	TI-12	TI-13	TI-14	TI-15	TI-16	TI-17	TI-19	TI-20	TI-22	TI-24	TI-25	TI-18	TI-21	TI-26	TI-05	TI-06	TI-07	TI-27
Políticas Ambientais	Programa Água para Todos									x																		
	Programa Nacional de Gerenciamento Costeiro e Marinho																					x	x	x	x	x	x	x

Apêndice 45 – Planos, Programas e Projetos Governamentais Federais



continua)

	Projeto de Gestão Integrada da Orla Marítima (Projeto Orla)																				X					X							
	Criação de Mosaico de Unidades de Conservação																														X		
	Projetos Corredores Ecológicos									X						X				X													
	Programa de prevenção de áreas de risco - Drenagem (PAC II)																										X	X			X		
	Programa de Ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário (PAC II)	X			X					X		X	X	X			X	X	X			X				X	X	X	X		X	X	
<b>Políticas Sociais</b>	Programa Escola Acessível 2012	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X			X	X	X	X	X	X	X	X	
	Programa Livro Acessível																X				X						X						
	Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni)									X											X				X		X						
	Projeto Milton Santos ao Ensino Superior																										X						
	Programa Escola Aberta																											X					
	Programa Saúde Toda Hora																											X					
	Unidade de Pronto Atendimento 24h (UPA)							X			X		X	X				X	X	X	X			X	X	X	X		X		X		
	Pacto pela Redução da mortalidade infantil	X	X	X	X		X	X	X	X		X	X		X	X	X	X	X	X	X			X	X	X	X	X	X	X	X	X	
	Rede Brasileira de Banco de Leite Humano																X	X									X	X					
	Programa de apoio a catadores (PAC II)	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X		X	X	X	X	X	X	X	X	
	Projeto praça dos esportes e de cultura (PAC II)	X		X			X			X			X		X	X	X	X		X			X		X		X	X	X			X	
	Programa Farmácia Popular	X		X	X			X	X	X		X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X		X	X	X	X	X	X	X	X	X	

	MACRORREGIÕES	CERRADO		SEMIÁRIDO																	LITORAL NORTE	RECÔNCAVO-RMS		LITORAL SUL							
		POLÍTICAS		TI-11	TI-23	TI-01	TI-02	TI-03	TI-04	TI-08	TI-09	TI-10	TI-12	TI-13	TI-14	TI-15	TI-16	TI-17	TI-19	TI-20	TI-22	TI-24	TI-25	TI-18	TI-21	TI-26	TI-05	TI-06	TI-07	TI-27	
POLÍTICAS FEDERAIS	Políticas Econômicas	Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (PRODETUR)																					x	x		x	x				
		Programa Nacional de Banda Larga				x		x		x			x	x	x			x	x						x	x		x			
		Programa de Sustentabilidade de Espaços Sub-regionais - PROMESO						x			x						x				x										
		Programa de Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Semiárido (CONVIVER)					x						x							x											
		Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf									x										x							x			
		Programa Garantia-safra	x	x	x	x	x				x	x	x	x	x		x				x										
		Programa para elaboração de Plano Municipal de Saneamento - PAC II	x		x					x		x		x	x				x						x	x	x	x			
		Programa de pavimentação (PAC II)			x		x	x												x	x	x			x	x	x				

Continuação do Apêndice 45 – Planos, Programas e Projetos Governamentais Federais

<b>F</b> <b>onte:</b> Consórcio Geohidro- Sondotécni ca, 2013.  <b>L</b> <b>egenda:</b> TI-01 Irecê; TI-	Programa Mobilidade Urbana (PAC II)																						x				
	PAC II - Ferrovias	x								x													x	x			
	PAC II - Rodovias	x								x						x							x	x		x	x
	Programa Territórios da Cidadania			x	x	x	x			x					x									x	x		

02 Velho Chico; TI-03 Chapada Diamantina; TI-04 Sisal; TI-05 Litoral Sul; TI-06 Baixo Sul; TI-07 Extremo Sul; TI-08 Médio Sudoeste da Bahia; TI-09 Vale do Jiquiriçá; TI-10 Sertão do São Francisco; TI-11 Baía do Rio Grande; TI-12 Baía do Paramirim; TI-13 Sertão Produtivo; TI-14 Piemonte do Paraguaçu; TI-15 Baía do Jacuípe; TI-16 Piemonte da Diamantina; TI-17 Semiárido Nordeste II; TI-18 Litoral Norte e Agreste Baiano; TI-19 Portal do Sertão; TI-20 Vitória da Conquista; TI-21 Recôncavo; TI-22 Médio Rio de Contas; TI-23 Baía do Rio Corrente; TI-24 Itaparica; TI-25 Piemonte Norte do Itapicuru; TI-26 Metropolitano de Salvador; TI-27 Costa do Descobrimento.

Apêndice 46 – Planos, Programas e Projetos Governamentais Estaduais

	MACRORREGIÕES	CERRADO		SEMIÁRIDO																	LITORAL NORTE	RECÔNCAVO-RMS	LITORAL SUL					
		TI-11	TI-23	TI-01	TI-02	TI-03	TI-04	TI-08	TI-09	TI-10	TI-12	TI-13	TI-14	TI-15	TI-16	TI-17	TI-19	TI-20	TI-22	TI-24	TI-25	TI-18	TI-21	TI-26	TI-05	TI-06	TI-07	TI-27
POLÍTICAS ESTADUAIS	Políticas Ambientais	SAC Ambiental																						x				
		Programa Recomposição Matas Ciliares						x	x											x				x				
		Apoio as Desenvolvimento Florestal				x		x		x		x					x					x						
		Polo Florestal Sustentável							x			x	x					x	x					x				
		Programa de Educação Florestal								x										x								
		Programa Gestão Ambiental Compartilhada	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x		x		x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
	Políticas Sociais	Programa Terra de Valor					x	x			x			x	x	x					x	x						
		Programa Internação Domiciliar	x															x	x	x			x		x			
		Programa Farmácia Popular	x		x	x			x	x	x		x	x	x	x	x	x	x	x	x		x		x	x	x	x
		Programa de Redução da Mortalidade Infantil	x	x	x	x		x	x	x	x		x	x		x	x	x	x	x	x	x	x		x	x	x	x
		Programa Estadual de DST/AIDS Bahia	x		x						x		x	x				x		x	x	x	x		x	x		x
	Políticas Econômicas	Projeto Espicha Verão																							x	x		x
		Projeto Turismo Esportivo									x							x							x			
		Projeto Novos Roteiros																								x		
		Projeto Bahia Mostra Bahia			x	x					x												x	x	x		x	
		Programa de Desenvolvimento de novos segmentos - Turismo Religioso				x	x	x			x													x	x			
		Programa de Desenvolvimento de novos segmentos - Enoturismo									x																	
		Programa de Implantação de Infraestrutura Turística																							x			

Fonte: Consórcio Geohidro-Sondotécnica, 2013.

**Legenda:** TI-01 Irecê; TI-02 Velho Chico; TI-03 Chapada Diamantina; TI-04 Sisal; TI-05 Litoral Sul; TI-06 Baixo Sul; TI-07 Extremo Sul; TI-08 Médio Sudoeste da Bahia; TI-09 Vale do Jiquiriçá; TI-10 Sertão do São Francisco; TI-11 Bacia do Rio Grande; TI-12 Bacia do Paramirim; TI-13 Sertão Produtivo; TI-14 Piemonte do Paraguaçu; TI-15 Bacia do Jacuípe; TI-16 Piemonte da Diamantina; TI-17 Semiárido Nordeste II; TI-18 Litoral Norte e Agreste Baiano; TI-19 Portal do Sertão; TI-20 Vitória da Conquista; TI-21 Recôncavo; TI-22 Médio Rio de Contas; TI-23 Bacia do Rio Corrente; TI-24 Itaparica; TI-25 Piemonte Norte do Itapicuru; TI-26 Metropolitano de Salvador; TI-27 Costa do Descobrimento.